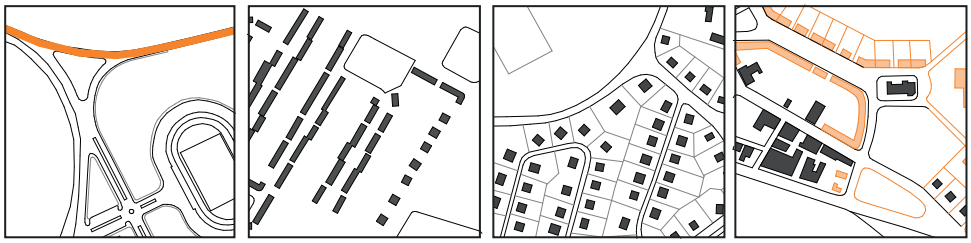


A CIDADE NO ESTADO NOVO

o desenho urbano na obra de João António de Aguiar





Joana Bastos Malheiro

Tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Arquitectura
Especialidade em Teoria e Prática do Projecto

Orientador Doutor Arquitecto Luís Afonso

Presidente Doutor Amílcar de Gil e Pires
Professor Auxiliar
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Vogais Doutora Margarida Maria Acciaiuoli Homem de Campos Tavares de Brito
Professora Catedrática
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Doutor João Gabriel Viana de Sousa Morais
Professor Catedrático
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa
Doutor Miguel João Mendes do Amaral Santiago Fernandes
Professor Associado
Universidade da Beira Interior
Doutor Luís Filipe Ferreira Afonso
Professor Associado
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa
Doutor Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues
Professor Auxiliar
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Dezembro 2018

U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

RESUMO

Durante o segundo e o terceiro quartéis de novecentos, verificou-se uma significativa produção urbanística destinada à *Metrópole*, que se inicia, em 1934, com a criação dos Planos Gerais de Urbanização. Dez anos depois, Marcello Caetano cria o Gabinete de Urbanização Colonial, que tinha como objectivo ordenar os territórios portugueses de África, planear novos núcleos urbanos e disciplinar a sua expansão. À frente da produção para ambos os territórios, com mais de cento e cinquenta Planos Gerais de Urbanização, encontra-se João António de Aguiar, Arquitecto com experiência resultante da colaboração com figuras como Cristino da Silva, Donat-Alfred Agache, Étienne de Groër e Francisco Keil do Amaral.

Possuidor de uma linguagem própria, apesar de estruturada segundo uma lógica socialmente hierarquizada por uma política autoritária e centralista do Regime, este Arquitecto redesenhava cidades, projectando estruturas urbano-arquitectónicas coesas, com base num processo de composição que recorria aos elementos primários da cidade, como componentes estruturantes dos respectivos planos.

Com uma obra que se distribui por três continentes, a análise da produção deste Arquitecto oferece-nos a possibilidade de estudar a sua obra ao detalhe e de comparar o seu trabalho para a *Metrópole* com o que realizou para as Colónias. Podemos, desta forma, compreender os pressupostos subjacentes ao enunciado dos seus projectos e se os mesmos, numa parte do mundo, são diferentes dos que regeram outros desenhados para uma realidade situada a mais de 8.000km de distância. Neste sentido, serão identificadas as invariantes de projecto a que ele recorre, avaliando da coerência conceptual que acompanha a maior parte do seu percurso.

Palavras-chave:

Gabinete de Urbanização Colonial; Planos Gerais de Urbanização; Arquitectura da Cidade; Edifícios Públicos, Habitação.

ABSTRACT

Throughout the second and third quarters of the xxth century a significant amount of urbanistic production was destined for the Portuguese metropole. This process began in 1934 with the creation of the General Plans of Urbanisation - *Planos Gerais de Urbanização*. Ten years later Marcello Caetano created the Office of Colonial Urbanisation - *Gabinete de Urbanização Colonial* - with the purposes of ordering Portuguese territories in Africa, planning new urban centres and disciplining further expansion. Leading both of these enterprises was João António de Aguiar, an architect whose experience resulted from his collaboration with figures such as Cristino da Silva, Donat-Alfred Agache, Étienne de Groër and Francisco Keil do Amaral.

Detainer of a language of his own, albeit structured upon the authoritarian and centralist politics of the Regime and its socially hierarchized logic, this architect would redraw cities, planning cohesive urban and architectural structures, based on a composition process which resorted to the use of primary elements of cities as structural components in the development of his plans.

With projects spreading throughout three different continents, the analysis of this architects' body of work offers us the possibility of studying it in detail and of comparing cases in both metropolitan and colonial Portugal. We may, in this manner, understand how the underlying principles of his projects in a certain part of the world differ to those which are redrawn in a reality situated 8.000km away. In this sense, the architect's resort to practice invariables will be identified, revealing a conceptual coherence which defines the majority of his journey.

Key-Words:

Gabinete de Urbanização Colonial; Planos Gerais de Urbanização; Architecture of the City; Public Building; Housing.

"Here, in the new town,

boredom is pregnant with desires,

frustrated frenzies, unrealized possibilities.

A magnificent life is waiting

just around the corner, and far, far away."

(Lefebvre, 1962)

Ao João e aos nossos queridos Manuel e Francisca

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar por agradecer ao meu Orientador, o Professor Luís Afonso, que muito me ajudou a aferir os conceitos basilares da Arquitectura da Cidade e me introduziu à sua visão da Prática do Limite, do Traçado e do Edificado; o que possibilitou uma articulação do discurso entre a Teoria e a Prática do Projecto.

Não poderia também deixar de agradecer ao Professor João Sousa Morais, que me levou ao universo da Arquitectura Lusófona além fronteiras acabando por me "apresentar" João António de Aguiar.

Esta investigação só foi possível graças à ajuda e confiança do Arq.º Jorge Branco Ló, amigo de João António de Aguiar, que se disponibilizou durante meses para me ajudar a entender o Arquitecto e a sua Obra. Fundamental foi também Alfredo Santana, desenhador de Aguiar por quase duas décadas, cuja fabulosa memória de factos e de histórias, forneceu as pistas que me permitiram chegar ao espólio do Arquitecto.

Ao Professor Luís Laje, que partilhou uma enorme quantidade de informação sobre os Planos de Aguiar em Moçambique e por me ter ajudado a entender a extensão das Marcas do seu Plano em Maputo.

Pelo apoio na recolha da documentação, agradeço particularmente ao Arquivo Histórico Ultramarino, especialmente à Dr.ª Ana Cannas e Dr.ª Manuela Portugal; ao Arquivo da Direcção Geral do Território, na pessoa da D. Leonor Banza, Arq.ª Joana Dinis e Dr. Duarte Branquinho; ao Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal e ao seu responsável, Dr. Joaquim Lázaro; à Ordem dos Arquitectos, Secção Regional Sul, especialmente à Dr.ª Fátima Coelho e ao Arq.º Ricardo Santos, que disponibilizaram todos os meios para que a investigação pudesse progredir do melhor modo possível.

Muitas outras instituições disponibilizaram também os documentos conservados nos próprios arquivos, entre os quais mencionamos (com o risco de esquecermos de alguma) os Arquivos das Câmaras Municipais, o Arquivo do MOP, os Arquivos da CML, a Biblioteca Nacional, e os Arquivos Históricos e Municipais de Faro, Lisboa, Luanda, Maputo, Praia e São Tomé.

Agradeço também a informação dispensada, em depoimentos, pelo Prof. Adriano Moreira e pelos Arquitectos: António Saragga Seabra, Fernando Schiappa de Campos e sua filha Alexandra, Margarida Souza Lôbo, Nuno Portas, e Victor Consiglieri.

À minha família e aos meus amigos – Obrigada – por me continuarem a ouvir,

mesmo quando eu já só falava da investigação e estarem sempre prontos e disponíveis a ajudar-me, no que fosse preciso, quando fosse preciso...

À Andreia Ribeiro, Beatriz Serrazina e Zé Crespo que estiveram sempre disponíveis.

À Fernanda e ao Manuel, muito obrigada pela ajuda permanente, que em muito contribuiu para que esta investigação fosse terminada e pela revisão crítica e assertiva do documento.

Ao João, companheiro ao longo de todo este percurso, crítico implacável e parceiro pragmático e imprescindível para que eu não me perdesse.

E como os últimos também são os primeiros, à minha mãe... À minha querida Mãe.

NOTA PRÉVIA

O desenvolvimento desta tese teve o apoio Universidade de Lisboa, através do seu programa de Bolsas de Doutoramento, obtida no concurso de 2015.

Esta investigação integra-se no projecto de investigação *Por uma Memória Arquitectónica*, do *Laboratório de Arquitecturas Lusófonas*, da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa e a decorrer no Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD).

Este trabalho incide sobre um dos períodos ideologicamente mais marcados da história portuguesa e, bem assim, da Arquitectura nacional – o Estado Novo. Contudo, numa perspectiva de naturalidade científica, e sem prescindir das análises técnicas que se impõem, evitam-se juízos de valor político-ideológicos sobre os acontecimentos, que o determinam, e que relatamos apenas na perspectiva das suas consequências na Arquitectura portuguesa, em particular, na actividade do Arquitecto João António de Aguiar.

O texto foi escrito seguindo o antigo acordo ortográfico (disponível desde Janeiro de 2010 em Vocabulário Ortográfico de Português, no Portal de Língua Portuguesa na www – world wide web).

Importa referir também que só foi possível realizar este trabalho porque nos foram disponibilizados elementos gráficos, cartográficos e escritos por diversas entidades públicas, de entre as quais de destacam as Câmaras Municipais, a Direcção Geral do Território e o Arquivo Histórico Ultramarino.

ÍNDICE

RESUMO | PALAVRAS CHAVE III

ABSTRACT | KEYWORDS V

NOTA PRÉVIA XI

ÍNDICE GERAL XV

INTRODUÇÃO 1

PARTE I ARQUITECTURA, URBANISMO E POLÍTICA

CAPÍTULO 1 CONTEXTO HISTÓRICO 19

CAPÍTULO 2 CONTEXTO DISCIPLINAR E METODOLÓGICO 91

PARTE II UM ARQUITECTO NO ESTADO NOVO

CAPÍTULO 3 A FORMAÇÃO 119

CAPÍTULO 4 A ACTIVIDADE PROFISSIONAL 139

PARTE III ARQUITECTURA DA CIDADE NA METRÓPOLE

CAPÍTULO 5 APRESENTAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO 245

CAPÍTULO 6 ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO 373

PARTE IV ARQUITECTURA DA CIDADE NAS COLÓNIAS

CAPÍTULO 7 APRESENTAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO 459

CAPÍTULO 8 ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO 609

PARTE V CONCLUSÃO

CAPÍTULO 9 A METODOLOGIA DA PRÁTICA URBANA DE AGUIAR 702

BIBLIOGRAFIA 717

ANEXOS

ÍNDICE GERAL

RESUMO | PALAVRAS CHAVE III

ABSTRACT | KEYWORDS V

AGRADECIMENTOS IX

NOTA PRÉVIA XI

ÍNDICE GERAL XV

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES: Imagens, Figuras e Diagramas XXIII

ÍNDICE DE TABELAS CIII

ÍNDICE DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS CV

INTRODUÇÃO 1

PARTE I

ARQUITECTURA, URBANISMO E POLÍTICA

CAPÍTULO 1 CONTEXTO HISTÓRICO 19

1.1. Arquitectura e Desenho *Urbano na Metrópole* 21

1.2. Arquitectura e Desenho *Urbano nas Colónias* 53

1.3. Influências Externas 67

1.3.1. O Caso Francês: Casablanca, Marrocos 79

1.3.2. O Caso Inglês: Deli, Índia 85

1.3.3. O Caso Italiano: Asmara, Eritreia 87

CAPÍTULO 2 CONTEXTO DISCIPLINAR E METODOLÓGICO 91

2.1. Conceitos e Definições 93

2.2. Metodologias 101

2.3. Processo de Análise dos Casos de Estudo 107

PARTE II

UM ARQUITECTO NO ESTADO NOVO

CAPÍTULO 3	A FORMAÇÃO		119
3.1.	Dados Biográficos		121
3.2.	Na Câmara Municipal de Lisboa		125
3.3.	A Escola Superior de Belas Artes		133
CAPÍTULO 4	A ACTIVIDADE PROFISSIONAL		139
4.1.	O ATELIÊ		141
4.2.	O MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS		189
4.3.	ESCRITOS SOLTOS		229
	4.3.1.	"Acerca do Anteprojecto de Urbanização da Cidade da Beira", 1946	231
	4.3.2.	"L´Habitation dans les Pays Tropicaux",1952	235
	4.3.3.	"Normas para a Instalação dos Liceus e do Ensino Profissional nas Províncias Ultramarinas", 1956	239
	4.3.4.	"Plano para a Construção dos Palácios dos Governos das Províncias e dos Distritos do Ultramar", s.d.	241

PARTE III

ARQUITECTURA DA CIDADE NA METRÓPOLE

CAPÍTULO 5	APRESENTAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO		245
5.1.	FARO		247
	5.1.1.	Antecedentes	249
	5.1.2.	O(s) Plano(s): 1945; 1963	252
5.2.	PONTA DELGADA		273
	5.2.1.	Antecedentes	275
	5.2.2.	O(s) Plano(s): 1946	281
5.3.	SETÚBAL		297
	5.3.1.	Antecedentes	299
	5.3.2.	O(s) Plano(s): 1944; 1955; 1962	303
5.4.	VIANA DO CASTELO		333
	5.4.1.	Antecedentes	335
	5.4.2.	O(s) Plano(s): 1945; 1948; 1961	344

CAPÍTULO 6 ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO 373

6.1. TIPOLOGIA DO CRESCIMENTO 375

6.1.1. Preexistências e Permanências 377

6.1.2. Tipologia do Limite 381

6.1.3. Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento 385

6.1.4. Edificado de Excepção Preexistente e Novo 389

6.1.5. Edificado Corrente Preexistente e Novo 393

6.2. SISTEMA DE LUGARES 397

6.2.1. Sistema de Usos 399

6.2.2. Hierarquia de Lugares e sua Relação 405

6.2.3. Rede de Espaços Estruturantes 409

6.2.4. Percursos Locais e Regionais 413

6.2.5. Edificado Corrente e de Excepção 417

6.3. TIPOLOGIA DO TRAÇADO 421

6.3.1. Traçado Urbano 423

6.3.2. Traçado e Eixos Estratégicos 427

6.3.3. Traçado Primário e Secundário 431

6.3.4. Traçado Primário e Edificado de Excepção 435

6.3.5. Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio 439

6.3.6. Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente 443

6.4. RESULTADOS PRELIMINARES 447

PARTE IV

ARQUITECTURA DA CIDADE NAS COLÓNIAS

CAPÍTULO 7 APRESENTAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO 459

7.1. DÍLI 461

7.1.1. Antecedentes 463

7.1.2. O(s) Plano(s): 1951 468

7.2. LOURENÇO MARQUES 483

7.2.1. Antecedentes 485

7.2.2. O(s) Plano(s): 1952; 1956 492

7.3. LUANDA 531

7.3.1. Antecedentes 533

7.3.2. O(s) Plano(s): 1946; 1949 540

7.4. PRAIA 567
7.4.1. Antecedentes 569
7.4.2. O(s) Plano(s): 1959 575
7.5. SÃO TOMÉ 585
7.5.1. Antecedentes 587
7.5.2. O(s) Plano(s): 1951; 1954 596

CAPÍTULO 8 ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO 609
8.1. TIPOLOGIA DO CRESCIMENTO 611
8.1.1. Preexistências e Permanências 613
8.1.2. Tipologia do Limite 618
8.1.3. Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento 622
8.1.4. Edificado de Excepção Preexistente e Novo 627
8.1.5. Edificado Corrente Preexistente e Novo 631
8.2. SISTEMA DE LUGARES 635
8.2.1. Sistema de Usos 637
8.2.2. Hierarquia de Lugares e sua Relação 642
8.2.3. Rede de Espaços Estruturantes 646
8.2.4. Percursos Locais e Regionais 651
8.2.5. Edificado Corrente e de Excepção 656
8.3. TIPOLOGIA DO TRAÇADO 659
8.3.1. Traçado Urbano 661
8.3.2. Traçado e Eixos Estratégicos 666
8.3.3. Traçado Primário e Secundário 671
8.3.4. Traçado Primário e Edificado de Excepção 676
8.3.5. Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio 680
8.3.6. Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente 685
8.4. RESULTADOS PRELIMINARES 689

PARTE V

CONCLUSÃO

CAPÍTULO 9 A METODOLOGIA DA PRÁTICA URBANA DE AGUIAR 702

BIBLIOGRAFIA 717

I. FONTES DOCUMENTAIS 719

I.1. ARQUIVOS 719

I.2. ESPÓLIOS PARTICULARES DE ARQUITECTOS 723

I.3. DEPOIMENTOS RECOLHIDOS 725

II. LIVROS E CATÁLOGOS 725

III. DISSERTAÇÕES E OUTROS TRABALHOS ACADÉMICOS 735

IV. CONGRESSOS, COLÓQUIOS E CONFERÊNCIAS 737

V. PERIÓDICOS 737

VI. LEGISLAÇÃO 738

ANEXOS

I. Cronologia 1906-1974 3

II. Legislação 69

Decreto-Lei Nº 24.802, de 21 de Dezembro de 1934 71

Decreto-Lei Nº 34.802, de 6 de Dezembro de 1944 83

III. Depoimento Alfredo Santana 87

IV. Diagramas corridos das Análises do Capítulo 6 91

V. Diagramas corridos das Análises do Capítulo 8 125

VI. Diagramas comparativos dos Elementos Primários nos Planos de Aguiar 185

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

IMAGENS, FIGURAS E DIAGRAMAS

PARTE I ARQUITECTURA, URBANISMO E POLÍTICA

CAPÍTULO I CONTEXTO HISTÓRICO

Figura 1.01. Cartaz da Campanha Política para a Nova Constituição.

Fonte: http://lh5.ggpht.com/vcSrv8EJayA/T8jqYJiEh7I/AAAAAAAAXjE/X663ipicjWE/s1600-h/1933%252520Estado%252520Novo.1%25255B10%25255D.jpg

(Consultado a 19/03/2018)

Figura 1.02. Mapa de Portugal Insular e Império Colonial Português.

Fonte: http://i.imgur.com/CLpho3o.jpg

(Consultado a 19/03/2018)

Figura 1.03. Castelo de Almourol.

Fonte: https://castelosmedievais.blogspot.pt/2013/09/almourol-historia-epica-misterio-e-lenda.html

(Consultado a 19/03/2018)

Figura 1.04. Pórtico da Entrada da Exposição do Mundo Português.

Fonte: http://flemingdeoliveira.blogspot.pt/2014/04/exposicao-do-mundo-portugues-lisboa-e.html

(Consultado a 19/03/2018)

Figura 1.05. Vista geral da Exposição: Avenida da Índia e linha férrea de Cascais, à esquerda o Centro Regional/Aldeias Portuguesas.

Fonte: http://www.djibnet.com/photo/jorge+segurado/exposicaodomundo-portugues-lisboa-1940-12360892645.html

(Consultado a 19/03/2018)

Figura 1.06. Mapa da Exposição do Mundo Português.

Fonte: http://lh3.ggpht.com/-AI5cz2EwBxo/Ucw4g2Or_4I/AAAAAAAA7es/v7hGQ6VYA_c/s1600-h/1940%252520Exposi%2525C3%2525A7%2525C3%2525A3o%252520do%252520Mundo%252520Portug%2525C3%2525AAs%252520Guia%252520Oficial%252520%252528planta%252529%25255B16%25255D.jpg

(Consultado a 19/03/2018)

Figura 1.07. Pousada de Óbidos.

Fonte: http://www.worldation.com/top-locations/castles-around-world-can-stay/

(Consultado a 19/03/2018)

Figura 1.08. "A Lição de Salazar".

Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/755754/all-quiet-on-the-western-front-jos e-antonio-bandeirinha/54457bbae58ecea2d500000d

(Consultado a 19/03/2018)

Figura 1.09. Edifício da Caixa Geral de Depósitos de Chaves.

Fonte: http://chaves.blogs.sapo.pt/arquitetura-portugues-suave-em-chaves-1485 205

(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.10. Estação dos CTT de Santo Tirso, Arq. Adelino Nunes.

Fonte: http://lh6.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TKIwJ-HkJjI/AAAAAAAAI5A/7cRZESGImD8/s1600-h/cttstirso%5B4%5D.jpg

(Consultado a 19/03/2018)

Figura 1.11. Liceu D. Filipa de Lencastre. Jorge Segurado.

Fonte: http://lh6.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TKIvuuYZhUI/AAAAAAAAI20/6TD4N9V2Ylk/s1600-h/filipa%5B4%5D.jpg

(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.12. Estação de Sul Sueste, Cottinelli Telmo.

Fonte: http://lh3.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TKIwe_aRO7I/AAAAAAAAI6w/JXTZvzWEFc8/s1600-h/N15_0049_branca_t0%5B4%5D.jpg

(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.13. Plano de Urbanização de Lisboa.
Fonte: http://lh6.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TKIwXye0f1I/AAAAAAAAI6I/pKtiv379W2Y/s1600-h/pu%20lx%201935%5B4%5D.jpg
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.14. Avenida Sidónio Pais, Cristino da Silva.
Fonte: http://biclaranja.blogs.sapo.pt/88312.html
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.15. Praça do Areeiro, Fachada Sul, Cristino da Silva.
Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/755754/all-quiet-on-the-western-front-jose-antonio-bandeirinha/54457bbae58ecea2d500000d
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.16. Praça do Areeiro, Cristino da Silva.
Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/755754/all-quiet-on-the-western-front-jos e-antonio-bandeirinha/54457bbae58ecea2d500000d
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.17. Praça do Areeiro, Cristino da Silva.
Fonte: https://www.flickr.com/photos/biblarte/4473645970
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.18. Instituto Nacional de Estatística, Pardal Monteiro.
Fonte: http://lh5.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TKIwhl00IpI/AAAAAAAAI7A/JWthq_GAhcQ/s1600-h/NEspecial_0057_branca_t0%5B5%5D.jpg
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.19. Casa da Moeda, Jorge Segurado.
Fonte: http://lh4.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TKIwpn0f1PI/AAAAAAAAI7w/hGc8HHEvG2U/s1600-h/NEspecial_0063_branca_t0%5B4%5D.jpg
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.20. Bairro do Restelo.
Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_GJy7raYI1s0/SHXcsPfDWUI/AAAAAAAAEWc/sD-4Ay1mskU/s1600-h/Restelo_moradias.jpg
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.21. Panorama das Casas Económicas da encosta da Ajuda, década de 50.
Fonte: Bento d'Almeida, 2013: 89.

Figura 1.22. Desenho de João Abel, satirizando a postura dos Arquitectos, entre o moderno e o "português suave", 1952.
Fonte: Fonte, 2012: 81.
(Consultado a 19/03/2018)

Figura 1.23. Capa do Livro do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura, 1948.
Fonte: http://casadaarquitectura.pt/produto/1o-congresso-nacional-arq-maio-junho-1948/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.24. Capa do Inquérito da Arquitectura Popular em Portugal, 1961.
Fonte: http://www.ateneulivros.com/website/2013/08/arquitectura-popular-em-portugal-vol-1-e-2/dscf0366/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.25. Capa do Programa de Execução do 2.º Plano de Fomento, 1959-1961.
Fonte: http://www.ateneulivros.com/website/2013/08/arquitectura-popular-em-portugal-vol-1-e-2/dscf0366/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.26. Capa do Programa de Execução do III Plano de Fomento, 1973.
Fonte: http://www.ateneulivros.com/website/2013/08/arquitectura-popular-em-portugal-vol-1-e-2/dscf0366/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.27. Palazzo della Civiltà Romana.
Fonte: http://www.saccaro.com.br/blog/wp-content/uploads/2016/03/colunas-arthur-casas-arquitetura-facista_2.jpg
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.28. Página do Catálogo da Exposição da Moderna Arquitectura Alemã.
Fonte: https://signalmagazine.wordpress.com/2010/03/21/a-exposicao-moderna-arquitectura-alema-de-speer-the-exposition-neue-deutsche-baukunst-by-speer/dsc03191/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.29. Plano de Lisboa, Forestier.
Fonte: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-296/sn-296-2.htm
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.30. Plano para Carcavelos, 1936, Agache.
Fonte: http://lh5.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TKIwPmCQg7I/AAAAAAAAI5g/YPx8 dfJetrY/s1600-h/carcavelos%5B4%5D.jpg
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.31. Plano para Caxias, 1936, Agache.
Fonte: http://lh6.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TKIwNHdPncI/ AAAAAAAAI5Q/ZrdVpqRGLig/s1600-h/pec89%5B3%5D.jpg
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.32. Plano para Estoril, 1936, Agache.
Fonte: http://lh4.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TKIwWq-fv-I/ AAAAAAAAI6A/LqFr22 t58Gw/s1600-h/estoril%5B4%5D.jpg
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.33. Plano de Urbanização da Costa da Caparica, Faria da Costa, 1946.
Fonte: https://almada-virtual-museum.blogspot.pt/2015/12/plano-de-urbanizacao -da-costa-da.html
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.34. Anteplano de Urbanização das Caldas de Monchique, Planta de Trabalho. Jacobetty Rosa, 1958.
Fonte: http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/arquivo_historico_de_igt__ah_/pesquisa_por_atributos/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.35. Plano de Urbanização de Portalegre. Faria da Costa e Jacobetty Rosa, 1944.
Fonte: http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/arquivo_historico_de_igt__ah_/pesquisa_por_atributos/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.36. Plano de Urbanização da Chamusca, 1946.
Fonte: http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/arquivo_historico_de_igt__ah_/pesquisa_por_atributos/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.37. Capa do Manifesto "Estética de Lisboa". Paulino Montez, 1935.
Fonte: Autor

Figura 1.38. Plano Geral de Urbanização de Coimbra. Étienne de Groër, 1944.
Fonte: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-30302 015000200011
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.39. Anteplano de Urbanização da Cidade de Barcelos. Maria José Moreira da Silva e David Moreira da Silva, 1951.
Fonte: http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/arquivo_historico_de_igt__ah_/pesquisa_por_atributos/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.40. Anteplano de Urbanização da Cidade de Elvas. David Moreira da Silva, 1949.
Fonte: http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/arquivo_historico_de_igt__ah_/pesquisa_por_atributos/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.41. Anteplano de Urbanização da Cidade de Aveiro. Maria José Moreira da Silva e David Moreira da Silva, 1948.
Fonte: http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/arquivo_historico_de_igt__ah_/pesquisa_por_atributos/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.42. Anteplano de Urbanização de Felgueiras. Januário Godinho, 1945.
Fonte: http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/arquivo_historico_de_igt__ah_/pesquisa_por_atributos/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.43. Anteplano de Urbanização de Amarante, 2.º Aditamento. Januário Godinho, 1955.
Fonte: http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/arquivo_historico_de_igt__ah_/pesquisa_por_atributos/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.44. Capa do Diário de Notícias de 9 Junho de 1945.
Fonte: http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05776.040.10291
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.45. Residência de Funcionários em Nova-Lisbôa, Angola. [Bilhete postal, Edição de A. Filipe & Ca., Lda., Nova-Lisboa, s.d.].
Fonte: Milheiro, 2013: 127.

Figura 1.46. Habitações Económicas para São Tomé e Príncipe, Alfredo Silva e Castro/DGOPC-DSUH, 1964, trab. 706 (Arquivo: IPAD).
Fonte: Milheiro, 2013: 136.

Figura 1.47. O 'habitat' nas zonas suburbanas de Quelimane. Mário de Oliveira, 1965.
Fonte: Milheiro, 2013: 135.

Figura 1.48. Escola Industrial para Luanda.
Fonte: http://agendalx.pt/evento/africa-visoes-do-gabinete-de-urbanizacao-colonial-1944-1974#.WrKILWatFBw
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.49. Delegacia de Saúde, Galhardo Zilhão, s.d..
Fonte: Espólio José Galhardo Zilhão.

Figura 1.50. Hospital de Bissau, Serviço de Tisiologia. Lucínio Cruz e Mário de Oliveira, 1953.
Fonte: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_02/artigo_ana.pdf
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.51. Laboratório de Engenharia de Luanda, Vasco Vieira da Costa, s.d..
Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/383087512046747614/?lp=true
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.52. Edifício Mutamba, Vasco Vieira da Costa, 1968.
Fonte: http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/Texto-5portugues
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.53. Mercado do Caputo, Simões de Carvalho, 1962-1965.
Fonte: http://arquivo.jornalarquitectos.pt/pt/236/mais%20velhos/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.54. Centro de Radiodifusão, Simões de Carvalho, 1963-1967.
Fonte: http://arquivo.jornalarquitectos.pt/pt/236/mais%20velhos/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.55. Estação de Caminhos de-Ferro, João Garizo do Carmo, Paulo de Melo Sampaio e Francisco de Castro, s.d..
Fonte: https://delagoabayworld.files.wordpress.com/2012/06/cm-da- beira-2.jpg
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.56. Esplanada de Bissau, Luís Possolo, 1959.
Fonte: https://1.bp.blogspot.com/omWvEn6FSjk/UT3T4INtTpI/AAAAAAAArmQ/EHJVUqPXJIk/s1600/MBS3.jpg
(Consultado a 15/02/2018)

Figura 1.55. Estação de Caminhos de-Ferro, João Garizo do Carmo, Paulo de Melo Sampaio e Francisco de Castro, s.d..
Fonte: https://delagoabayworld.files.wordpress.com/2012/06/cm-da- beira-2.jpg
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.56. Esplanada de Bissau. Luís Possolo, 1959.
Fonte: https://1.bp.blogspot.com/omWvEn6FSjk/UT3T4INtTpI/AAAAAAAArmQ/EHJVUqPXJIk/s1600/MBS3.jpg
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.57. "Yesterday, To-Day, To-morrow". Ebenezer Howard, 1898.
Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/268245721528117771/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.58. "The Three Magnets, N.° 1". Ebenezer Howard, 1898.
Fonte: http://urbanplanning.library.cornell.edu/DOCS/howard.htm
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.59. "Garden-City, N.° 2". Ebenezer Howard, 1898.
Fonte: http://urbanplanning.library.cornell.edu/DOCS/howard.htm
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.60. "Ward and Center, Garden-City, N.°3". Ebenezer Howard, 1898.
Fonte: http://urbanplanning.library.cornell.edu/DOCS/howard.htm
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.61. Planta de Letchworth, 1904.
Fonte: http://www.davidthorpe.info/parkhistory/welwyn.html
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.62. Planta de Welwyn, 1919.
Fonte: http://www.davidthorpe.info/parkhistory/welwyn.html
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.63. Perfis Tipo de Ruas, usados em Earswick, Letchworth e Hampstead.
Fonte: http://towardsanurbanism.blogspot.pt/2011/11/british-garden- city-movement-hampstead.html
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.64. Planta de Hampstead, 1911.
Fonte: http://towardsanurbanism.blogspot.pt/2011/11/british-garden- city-movement-hampstead.html
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.65. Vista Aérea da Piazza del Popolo.
Fonte: https://www.pinterest.co.uk/pin/379850549798207949/
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.66. Vista Aérea de Paris.
Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/World%27s_Columbian_Exposition#/media /File:Looking_West_From_Peristyle,_Court_of_Honor_and_Grand_Basin,_1893.jpg
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.67. World's Columbian Exposition, 1893.
Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/World%27s_Columbian_Exposition#/media/ File:Looking_West_From_Peristyle,_Court_of_Honor_and_Grand_Basin,_1893.jpg
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.68. Plano de Chicago. Burnham, 1909.
Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/41/Burnham_1909_ chicago_plan.jpg
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.69. Plano de Chicago, Centro Cívico. Burnham, 1909.
Fonte:https://en.wikipedia.org/wiki/Burnham_Plan_of_Chicago#/media/File:BurnhamPlanOfChicago-CivicCenterPlaza-JulesGuerin.jpg
(Consultado a 21/03/2018)

Figura 1.70. "Preliminary Study of two blocks at Radburn, New Jersey". Stein e Wright, s.d.
Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/445223113153153774/?lp=true

Figura 1.71. Ampliação do Anteplano de Urbanização de Setúbal- Revisão.
João António de Aguiar, 1962
Fonte: Espólio JAA.

Figura 1.72. Plano final para Radburn, New Jersey. Stein e Wright, 1929.
Fonte: https://br.pinterest.com/pin/483574078714439223/

Figura 1.73. Plano de Baldwin Hills Village, Los Angeles. Stein e Wright, 1941.
Fonte:http://stor.artstor.org/stor/98eeaad1-6933-4720-b4d0-a438d339c6af_size4 (consultado a 26-04-2018)

Figura 1.74. Diagrama da Unidade de Vizinhança. Forest Hills, Clarence Perry, 1923.
Fonte: https://www.researchgate.net/figure/The-Clarence-Perry-Neighborhood-Unit-diagram-of-1929-Note-the-size-roughly-1-2-mile_fig9_307746242
(consultado a 27-04-2018)

Figura 1.75. Bidonville em Casablanca, 1932.
Fonte: http://landscapevoice.com/chatham-village-landscape-architecture/
(consultado a 27-04-2018)

Figura 1.76. Planta de Casablanca. Dr. Félix Weisgerber, 1900.
Fonte: Cohen; Eleb, 2002: 27.

Figura 1.77. Edifício Lévi et Charbon. Ignace Sansone e Paul Busuttil, 1929.
Fonte: Cohen; Eleb, 2002: 136.

Figura 1.78. Esquisso da Praça Administrativa de Casablanca. Henri Prost, 1914.
Fonte: Cohen; Eleb, 2002: 96.

Figura 1.79. Plano de Casablanca. Planta de Acessos. Henri Prost, 1917.
Fonte: Cohen; Eleb, 2002: 76.

Figura 1.80. Plano de Desenvolvimento e Expansão para Casablanca. Henri Prost, 1917.
Fonte: Cohen; Eleb, 2002: 77.

Figura 1.81. Bidonville em Casablanca, 1932.
Fonte: Cohen; Eleb, 2002: 235.

Figura 1.82. Bairro Bousbir. August Cadet e Edmond Brion, 1922.
Fonte: Cohen; Eleb, 2002: 226.

Figura 1.83. Plano para o centro da Cidade. Henri Prost, 1922.
Fonte: Cohen; Eleb, 2002: 116.

Figura 1.84. Plano de Pormenor para a zona de Mellah, 1923.
Fonte: Cohen; Eleb, 2002: 122.

Figura 1.85. Plano para Casablanca. Michel Écochard, 1951.
Fonte: Cohen; Eleb, 2002: 312.

Figura 1.86. Capa da Revista L'Architecture d'aujourd'hui, Dezembro de 1954.
Fonte: Cohen; Eleb, 2002: 332.

Figura 1.87. Plano para Nova Deli. Lutyens, 1910.
Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/111041947038358550/
(Consultado a 22/03/2018)

Figura 1.88. Vista Aérea de Deli.
Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/276549233343757780/
(Consultado a 22/03/2018)

Figura 1.89. Perspectiva para a nova capital. Lutyens, 1910.
Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/276549233343757780/
(Consultado a 22/03/2018)

Figura 1.90. Rajpath. Planta Geral. Lutyens, 1910.
Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/276549233343757780/
(Consultado a 22/03/2018)

Figura 1.91. Palácio do Vice-Rei.
Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/276549233343757780/
(Consultado a 22/03/2018)

Figura 1.92. Monte Bet-Mekahill (forte Baldissera).
Fonte: Misghina, 2014: 24.

Figura 1.93. Plano para a Construção dos Edifícios Civis de Asmara. 1893.
Fonte: Misghina, 2014: 32.

Figura 1.94. Plano para a "Piazza di Asmara". 1895.
Fonte: Misghina, 2014: 34.

Figura 1.95. Plano Geral de Urbanização de Asmara. Odoardo Cavagnari, 1913
Fonte: https://www.africaresearchinstitute.org/newsite/event/9-september-event-modernistarchitecture-in-asmara-eritrea/
(Consultado a 23/03/2018)

Figura 1.96. Plano para Asmara. Odoardo Cavagnari, 1916.
Fonte: http://www.madote.com/2017/10/brief-urban-and-architectural-history
(Consultado a 23/03/2018)

Figura 1.97. Mapa de Asmara, 1929
Fonte: Misghina, 2014: 34.

Figura 1.98. Mapa de Asmara, 1938.
Fonte: http://www.gdecarli.it/php/circuit.php?var1=189&var2=1
(Consultado a 23/03/2018)

Figura 1.99. Plano Urbano para Asmara. Vittorio Cafiero, 1938.
Fonte: http://www.madote.com/2017/10/brief-urban-and-architectural-history
(Consultado a 23/03/2018)

Figura 1.100. Perspectiva da cidade de Asmara, 1930.
Fonte: http://resumeonetemplate1.blogspot.pt/2015/10/asmara-map.html
(Consultado a 23/03/2018)

Figura 1.101 Perspectiva da cidade de Asmara, 1930.
Fonte: http://www.madote.com/2017/10/brief-urban-and-architectural-history
(Consultado a 23/03/2018)

PARTE II UM ARQUITECTO NO ESTADO NOVO

CAPÍTULO III A FORMAÇÃO

Figura 3.01. Certidão de Nascimento de João António d'Aguiar.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 3.02. João, José e Francisco d'Aguiar. (da esquerda para a direita).
Fonte: Família Aguiar.

Figura 3.03. Casa da Família, Amadora.
Fonte: Família Aguiar.

Figura 3.04. Almoço de Família. João Aguiar encontra-se ao centro, com a mãe à esquerda e o pai à direita.
Fonte: Família Aguiar.

Figura 3.05. Prédio na Rua Alexandre Braga, 6-6A. Lisboa.
Fonte: Rodolfo, 2002: 79.

Figura 3.06. Perspectiva de um troço da Avenida do Tejo. Forestier, 1927.
Fonte: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-296/sn-296-2.htm

Figura 3.07. Projecto de Urbanização dos Arredores da Cova da Iria, Fátima. Planta de Pavimentos e Arborização. João António de Aguiar e José Lima Franco, 1929.
Fonte: Silva, 2012: 96.

Figura 3.08. Proposta de distribuição da população na Região de Lisboa. Agache, 1936.
Fonte: Costa; Pereira; Lôbo; Lobo; Quaresma; Marat-Mendes, 2008:30.

Figura 3.09. Projecto de grande composição do Curso Superior de Arquitectura. João António de Aguiar, 1937-38. Planta.
Fonte: *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1938: 29.

Figura 3.10. Projecto de grande composição do Curso Superior de Arquitectura. João António de Aguiar, 1937-38. Alçado principal.
Fonte: *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1938: 29.

Figura 3.11. Projecto de grande composição do Curso Superior de Arquitectura. João António de Aguiar, 1937-38. Alçado Lateral.
Fonte: *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1938: 29.

CAPÍTULO IV A ACTIVIDADE PROFISSIONAL

Figura 4.01. Mapa Esquemático com a localização dos Planos Gerais de Urbanização, os Arranjos Urbanísticos e os Edifícios, da autoria de Aguiar.
Fonte: Autor.

Figura 4.02. Fotografia de Aguiar, na varanda do seu Atelier, a observar a Maquete da Praça D. Manuel I. 1965.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.03. Apresentação do Plano Geral de Urbanização de Setúbal, por João António de Aguiar. 17 de Março de 1945. Reprodução digital de negativo de acetato de celulose 9x12cm (AR2321).
Fonte: Colecção Américo Ribeiro, Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro; Serviço Municipal Bibliotecas e Museus, Departamento Cultura Educação e Desporto, Câmara Municipal de Setúbal.

Figura 4.04. Apresentação do Plano Geral de Urbanização de Setúbal, por João António de Aguiar. 17 de Março de 1945. Reprodução digital de negativo de acetato de celulose 9x12cm (AR2322).
Fonte: Colecção Américo Ribeiro, Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro; Serviço Municipal Bibliotecas e Museus, Departamento Cultura Educação e Desporto, Câmara Municipal de Setúbal.

Figura 4.05. Estudo da Avenida Marginal da Figueira da Foz – Esboceto. João António de Aguiar, 1938.
Fonte: Espólio JAA.

Fig. 4.06. Estudo da Avenida Marginal da Figueira da Foz – Alçado. João António de Aguiar, 1938.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.07. Torre e Restaurante – Perspectiva. Figueira da Foz. João António de Aguiar, 1939.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.08. Torre e Restaurante – Perspectiva. Figueira da Foz. João António de Aguiar, 1939.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.09. Torre e Restaurante – Alçado Lateral. Figueira da Foz. João António de Aguiar, 1939.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.10. Projecto de Urbanização do Bairro de Marzovelos, Viseu. Planta de Sugestão. João António de Aguiar, 1939.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.11. Projecto de Urbanização do Bairro de Marzovelos, Viseu. Planta do Conjunto. João António de Aguiar, 1939.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.12. Anteplano de Urbanização de Monfortinho. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1943.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.13. Anteplano de Urbanização de Monfortinho. Parte da Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1943.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.14. Anteplano de Urbanização de Monfortinho – 1.ª Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1957.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.15. Anteplano de Urbanização de Monfortinho – 2.ª Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1961.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.16. Plano Geral de Urbanização de Vila Real de Trás-os-Montes – Estudo Prévio. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1943.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.17. Anteplano Geral de Urbanização de Vila Real de Trás-os-Montes. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1948.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.18. Plano Geral de Urbanização de Vila Real de Trás-os-Montes – 1.ª Revisão. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1950.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.19. Plano Geral de Urbanização de Vila Real de Trás-os-Montes – 5.ª Revisão. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1966.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.20. Anteplano de Urbanização de Arraiolos. Esboceto. João António de Aguiar, 1944.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.21. Anteplano de Urbanização de Arraiolos – Revisão. Esboceto. João António de Aguiar, 1947.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.22. Anteplano de Urbanização da Vila de Olhão da Restauração. Esboceto. João António de Aguiar, 1943.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.23. Planta da Vila de Olhão, 1943.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.24. Plano Geral de Urbanização da Vila de Olhão da Restauração. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1944.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.25. Plano Geral de Urbanização da Vila de Olhão da Restauração – Revisão. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1962.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.26. Esquema apresentado no Parecer do MOP, de 29 de Novembro de 1945.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.27. Plano Geral de Urbanização da Vila de Cantanhede. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1945.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.28. Plano Geral de Urbanização da Vila de Cantanhede – 1.ª Revisão. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1947.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.29. Plano Geral de Urbanização da Vila de Cantanhede – 2.ª Revisão. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1951.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.30. Plano Geral de Urbanização da Vila de Cantanhede – 2.ª Revisão. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1951.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.31. Anteplano Geral de Urbanização de Castelo Branco. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1945.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.32. Rede de Espaços Estruturantes. Esboceto. João António de Aguiar, 1947.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.33. Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1959.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.34. Urbanização de Castelo Branco. Arranjo Urbanístico da Penetração Norte – Planta e Perfil Transversal. João António de Aguiar, 1959.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.35. Urbanização de Castelo Branco. Plano de Pormenor da Entrada Sul – Planta Síntese. João António de Aguiar, s.d..
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.36. Urbanização de Castelo Branco. Plano de Pormenor da Entrada Sul –Alçados. João António de Aguiar, s.d..
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.37. Urbanização de Castelo Branco. Plano de Pormenor doAlargamento da Ligação entre a Praça do Município e o Largo de S. João – Planta de Apresentação. João António de Aguiar, s.d..
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.38. Urbanização de Castelo Branco. Plano de Pormenor do Alargamento da Ligação entre a Praça do Município e o Largo de S. João –Alçados Esquemáticos das Construções. João António de Aguiar, s.d..
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.39. Urbanização de Castelo Branco. Plano de Pormenor da Avenida 28 de Maio –Alçados Sugestão. João António de Aguiar, s.d..
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.40. Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco – 2.ª Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1962.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.41. Anteplano Geral de Urbanização de Santarém. Planta da Área Existente e de Expansão. João António de Aguiar, 1947.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.42. Anteplano Geral de Urbanização de Santarém – 1.ª Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1957.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.43. Anteplano Geral de Urbanização de Santarém – 2.ª Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1961.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.44. Anteplano Geral de Urbanização de S. Miguel da Guarda. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1947.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.45. Anteplano Geral de Urbanização de S. Miguel da Guarda. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1947.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.46. Anteplano Geral de Urbanização d São Miguel da Guarda – Revisão. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1950.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.47. Anteplano Geral de Urbanização da Guarda. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1949.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.48. Anteplano Geral de Urbanização do Vimieiro. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1948.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.49. Anteplano Geral de Urbanização do Vimieiro. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1948.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.50. Anteplano Geral de Urbanização do Vimieiro – Alterações. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1950.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.51. Anteplano Geral de Urbanização de Palmela. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1948.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.52. Plano Geral de Urbanização de Palmela. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1950.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.53. Anteplano Geral de Urbanização de Vouzela. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1949.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.54. Anteplano Geral de Urbanização de Vouzela. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1949.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.55. Anteplano Geral de Urbanização de Vila Viçosa. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1949.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.56. Anteplano Geral de Urbanização de Vila Viçosa – 1.ª Remodelação. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1951.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.57. Anteplano Geral de Urbanização de Vila Viçosa– 2.ª Remodelação. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1954.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.58. Anteplano Geral de Urbanização de Vila Viçosa – Revisão. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1961.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.59. Plano Geral de Urbanização de Penhas da Saúde. Planta do Estado Actual. João António de Aguiar, 1950.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.60. Plano Geral de Urbanização de Penhas da Saúde. Esquisso Inicial. João António de Aguiar, 1950.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.61. Anteplano Geral de Urbanização de Penhas da Saúde – Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1961.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.62. Anteplano Geral de Urbanização de Viseu. Pormenor da Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1950.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.63. Anteplano Geral de Urbanização de Viseu. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1950.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.64. Anteplano Geral de Urbanização de Viseu. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1950.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.65. Anteplano Geral de Urbanização de Viseu. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1950.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.66. Anteplano Geral de Urbanização de Viseu. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1950.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.67. Anteplano Geral de Urbanização da Covilhã. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1951.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.68. Anteplano Geral de Urbanização da Covilhã – Pormenor da Zona Central. Planta de Sugestão. João António de Aguiar, 1951.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.69. Anteprojecto da Capitania de Ponta Delgada. 7.ª Solução. João António de Aguiar, s.d..
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.70. Plano Geral de Urbanização da Amadora. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1960.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.71. Moradia no Restelo. Alçado Nascente. João António de Aguiar, 1960.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.72. Moradia no Restelo. Planta. João António de Aguiar, 1960.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.73. Moradia no Norte de Portugal. Alçados. João António de Aguiar, s.d..
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.74. Moradia no Norte de Portugal. Pormenores.
João António de Aguiar, s.d..
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.75. Estudo do Arranjo urbanístico entre a Praça D. Manuel I e a Av.
da Torre de Belém. Planta. João António de Aguiar, 1963.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.76. Estudo do Arranjo urbanístico entre a Praça D. Manuel I e a Av. da Torre de
Belém. Panorâmica do centro comercial do núcleo residencial de Pedrouços.
João António de Aguiar, 1963.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.77. Estudo do Arranjo urbanístico entre a Praça D. Manuel I e a Av.
da Torre de Belém. Planta. João António de Aguiar, 1963.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.78. Perfis Transversais Tipo do Largo das Necessidades.
João António de Aguiar, 1966.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.79. Perfis Transversais Tipo da Av. 24 de Julho.
João António de Aguiar, 1966.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.80. Perfis Transversais Tipo da Av. Brasília.
João António de Aguiar, 1966.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.81. Estudo do Arranjo urbanístico entre a Praça D. Manuel I e a Av.
da Torre de Belém. Maquete da Praça D. Manuel I.
João António de Aguiar, 1964.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.82. Estudo do Arranjo urbanístico entre a Praça D. Manuel I
e a Av. da Torre de Belém. Maquete da Praça D. Manuel I.
João António de Aguiar, 1964.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.83. Estudo do Arranjo urbanístico entre a Praça D. Manuel I e a Av.
da Torre de Belém. Maquete da Praça D. Manuel I.
João António de Aguiar, 1964.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.84. Mapa Esquemático com a localização dos Planos Gerais de Urbanização, os
Arranjos Urbanísticos e os Edifícios, da autoria de Aguiar.
Fonte: Autor.

Figura 4.85. Plano Urbanização de Quelimane – Esboço.
João António de Aguiar, 1945.
Fonte: AHU.

Figura 4.86. Urbanização de Quelimane – 2.ª Versão.
João António de Aguiar, 1948.
Fonte: AHU.

Figura 4.87. Plano Urbanização de Quelimane – 3.ª Versão.
João António de Aguiar, 1954.
Fonte: Silveira, 1956: 267.

Figura 4.88. Adaptação do Palácio do Governo de Bissau – Alçado Principal.
João António de Aguiar e Rogério Cavaca, 1945.
Fonte: AHU.

Figura 4.89. Plano Urbanização de Nova Lisboa. Arranjo Urbanístico da Zona Escolar. João António de Aguiar, 1946.
Fonte: AHU.

Figura 4.90. Plano Urbanização de Nova Lisboa – Esboceto. João António de Aguiar, 1946.
Fonte: AHU.

Figura 4.91. Plano Geral de Urbanização de Namaacha – Planta de Zonas. João António de Aguiar e Mário de Oliveira, 1947.
Fonte: AHU.

Figura 4.92. Plano Geral de Urbanização de Namaacha – Plano de Apresentação. João António de Aguiar e Mário de Oliveira, 1947.
Fonte: AHU.

Figura 4.93. Plano Geral de Urbanização de Porto Amboim – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1948.
Fonte: AHU.

Figura 4.94. Plano Geral de Urbanização de Porto Amboim – Arranjo da Zona Central. João António de Aguiar, 1948.
Fonte: AHU.

Figura 4.95. Plano Geral de Urbanização de Chibia. João António de Aguiar, 1948.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 4.96. Anteplano Geral de Urbanização de Silva Porto – Planta de Urbanização. João António de Aguiar e Luís Borges Coelho, 1948.
Fonte: AHU.

Figura 4.97. Anteplano Geral de Urbanização de Silva Porto. Arranjo da Praça Projectada – versão A e B. João António de Aguiar e Luís Borges Coelho, 1948.
Fonte: AHU.

Figura 4.98. Anteplano Geral de Urbanização de Silva Porto. Arranjo da Praça Projectada – versão A e B. João António de Aguiar e Luís Borges Coelho, 1948.
Fonte: AHU.

Figura 4.99. Plano Geral de Urbanização de Sá da Bandeira. Arranjo da Praça de Sá da Bandeira. João António de Aguiar, 1949.
Fonte: AHU.

Figura 4.100. Plano Geral de Urbanização de Sá da Bandeira – Esboceto. João António de Aguiar, 1947.
Fonte: AHU.

Figura 4.101. Plano Geral de Urbanização de Benguela – Planta de Apresentação. João António de Aguiar e Fernando Batalha, 1950.
Fonte: Silveira, 1956: 231.

Figura 4.102. Planta de Benguela, 1900.
Fonte: Silveira, 1956: 229.

Figura 4.103. Plano Geral de Urbanização do Novo Redondo – Planta de Urbanização. João António de Aguiar e Fernando Batalha, 1950.
Fonte: AHU.

Figura 4.104. Plano Geral de Urbanização do Novo Redondo – Parte da Planta de Urbanização. João António de Aguiar e Fernando Batalha, 1950.
Fonte: AHU.

Figura 4.105. Anteplano Geral de Urbanização de Porto Amélia – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1950.
Fonte: AHU.

Figura 4.106. Arranjo das Fachadas da Igreja de Bafatá – Plantas e Alçados. João António de Aguiar e Eurico Pinto Lopes, 1950.
Fonte: AHU.

Figura 4.107. Plano Geral de Urbanização de Tete – Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1951.
Fonte: Silveira, 1956: 269.

Figura 4.108. Plano Geral de Urbanização de Catumbela – Planta de Zonas. João António de Aguiar e Fernando Batalha, 1951.
Fonte: AHU.

Figura 4.109. Planta da cidade de Malange.
Fonte: Silveira, 1956: 212.

Figura 4.110. Plano Geral de Urbanização de Malange – Planta de Urbanização. João António de Aguiar e Fernando Batalha, 1951.
Fonte: AHU.

Figura 4.111. Plano Geral de Urbanização de Malange – Planta de Apresentação. João António de Aguiar e Fernando Batalha, 1951.
Fonte: Silveira, 1956: 212.

Figura 4.112. Anteplano Geral de Urbanização de Vila Teixeira da Silva – Planta de Apresentação. João António de Aguiar e Fernando Batalha, 1951.
Fonte: AHU.

Figura 4.113. Plano Geral de Urbanização de Cabinda – Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1951.
Fonte: Silveira, 1956: 185.

Figura 4.114. Anteplano Geral de Urbanização de Robert Williams – Planta Geral. João António de Aguiar, 1951.
Fonte: AHU.

Figura 4.115. Anteplano Geral de Urbanização de Lândana – Esboceto. João António de Aguiar, 1951.
Fonte: AHU.

Figura 4.116. Plano Geral de Urbanização de Inhambane – Arranjo da Área Urbana Existente – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1951.
Fonte: AHU.

Figura 4.117. Plano Geral de Urbanização de Inhambane – Bairro Indígena. João António de Aguiar, 1951.
Fonte: AHU.

Figura 4.118. Plano Geral de Urbanização do Lobito. João António de Aguiar e Francisco Castro Rodrigues, 1952.
Fonte: AHU.

Figura 4.119. Plano Geral de Urbanização do Lobito. João António de Aguiar e Francisco Castro Rodrigues, 1952.
Fonte: AHU.

Figura 4.120. Plano Geral de Urbanização do Lobito – Arranjo do Bairro do Caponte – Esboceto. João António de Aguiar, 1952.
Fonte: AHU.

Figura 4.121. Plano Geral de Urbanização do Lobito – Arranjo do Bairro do Caponte – Planta Geral. João António de Aguiar, 1952.
Fonte: AHU.

Figura 4.122. Anteplano Geral de Urbanização do Lobito – Arranjo do Copão – Planta Geral. João António de Aguiar, 1954.
Fonte: AHU.

Figura 4.123. Anteplano Geral de Urbanização do Lobito – Pormenor da Praça Salazar – Planta Geral. João António de Aguiar, 1954.
Fonte: AHU.

Figura 4.124. Carmelo de Lourenço Marques – Perspectiva. João António de Aguiar, 1952.
Fonte: AHU.

Figura 4.125. Carmelo de Lourenço Marques – Perspectiva. João António de Aguiar, 1952.
Fonte: AHU.

Figura 4.126. Plano Geral de Urbanização de Goa– Zona Central– Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1953.
Fonte: AHU.

Figura 4.127. Plano Geral de Urbanização de Margão – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1953.
Fonte: AHU.

Figura 4.128. Plano Geral de Urbanização de Margão – Esboceto. João António de Aguiar, 1953.
Fonte: AHU.

Figura 4.129. Plano Geral de Urbanização de Mormugão – Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1953.
Fonte: AHU.

Figura 4.130. Plano Geral de Urbanização de Manica – Planta Geral. João António de Aguiar, 1953.
Fonte: AHU.

Figura 4.131. Plano Geral de Urbanização de Nacala – Planta de Zonas. João António de Aguiar, 1953.
Fonte: AHU.

Figura 4.132. Plano Geral de Urbanização de Nacala – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1953.
Fonte: AHU.

Figura 4.133. Plano Geral de Urbanização de Nacala. Bairro Indígena – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1953.
Fonte: AHU.

Figura 4.134. Plano de Aproveitamento do Limpopo. Aldeia de Sagres – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1958.
Fonte: AHU.

Figura 4.135. Plano de Aproveitamento do Limpopo. Aldeia de Folgares – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1960.
Fonte: AHU.

Figura 4.136. Plano de Aproveitamento do Limpopo. Aldeia da Barragem – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1953.
Fonte: AHU.

Figura 4.137. Plano Geral de Urbanização de Vila Salazar – Esboceto.
João António de Aguiar, 1951.
Fonte: AHU.

Figura 4.138. Plano Geral de Urbanização de Moçâmedes – Perspectiva.
João António de Aguiar, 1954.
Fonte: AHU.

Figura 4.139. Plano Geral de Urbanização de Caconda – Planta Geral.
João António de Aguiar, 1954.
Fonte: AHU.

Figura 4.140. Plano Geral de Urbanização de Vila Luso – Planta de Apresentação.
João António de Aguiar, s.d..
Fonte: AHU.

Figura 4.141. Plano Geral de Urbanização de Ressano Garcia – Esquisso.
João António de Aguiar, s.d..
Fonte: AHU.

Figura 4.142. Plano Geral de Urbanização de Bafatá – Esquisso.
João António de Aguiar, s.d..
Fonte: AHU.

Figura 4.143. Urbanização da Cidade do Mindelo – Esboceto.
João António de Aguiar, 1959.
Fonte: AHU.

Figura 4.144. Edifício do Ministério do Ultramar – Alçado.
João António de Aguiar, 1960.
Fonte: AHU.

Figura 4.145. Edifício do Ministério do Ultramar – Planta.
João António de Aguiar, 1960.
Fonte: AHU.

Figura 4.146. Edifício do Ministério do Ultramar – Alçado Lateral.
João António de Aguiar, 1960.
Fonte: AHU.

PARTE III ARQUITECTURA DA CIDADE NA METRÓPOLE

CAPÍTULO V AS CIDADES

Figura 5.01. Planta das ruínas de Milreu, 1877.
Fonte: Revista Monumentos 24, 2006: 15.

Figura 5.02. Carta do recinto militar de Faro. Alexandre Massay, 1620.
Fonte: Revista Monumentos 24, 2006: 46.

Figura 5.03. Bateria do Duque de Bragança, 1834.
Fonte: Revista Monumentos 24, 2006: 48.

Figura 5.04. A defesa de Faro, 1834.
Fonte:. Revista Monumentos 24, 2006: 48.

Figura 5.05. Planta de Faro, 1832-1848.
Fonte: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=1335
(Consultado a 16/04/2018)

Figura 5.06. Planta da cidade de Faro, início do século XX.
Fonte: Revista Monumentos 24, 2006: 37.

Figura 5.07. Planta de Faro, 1909.
Fonte: www.commons.wikimedia.org
(Consultado a 16/04/2018)

Figura 5.08. Projecto de Urbanização de Santo António do Alto.
João António de Aguiar, 1939.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.09. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Planta do Estado Actual.
João António de Aguiar, 1945.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.10. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Planta de Apresentação.
João António de Aguiar, 1945.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.11. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Planta de Trabalho.
João António de Aguiar, 1945.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.12. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Zona de Conjunto.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.13. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Arruamentos.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.14. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Comunicações Intra Urbanas.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.15. Plano Geral de Urbanização de Faro. Arranjo da Praça D. Francisco Gomes,
Esboceto. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1944.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.16. Plano Geral de Urbanização de Faro. Arranjo da Praça D. Francisco Gomes,
Esboceto. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1944.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.17. Plano Geral de Urbanização de Faro. Arranjo da Praça D. Francisco Gomes,
Esboceto. Perspectiva. João António de Aguiar, 1944.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.18. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Zona Industrial.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.19. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Zona Ferroviária.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.20. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Plano.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.21. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Edifícios Públicos Existentes e Previstos.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.22. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Espaços Livres Públicos.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.23. Plano Geral de Urbanização de Faro. Alterações.
João António de Aguiar, 1947.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.24. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Revisão.
João António de Aguiar, 1963.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.25. Atlas Corbitis, detalhe das ilhas dos Açores e da Madeira, 1384.
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/História_dos_Açores

Figura 5.26. Primeiro Mapa dos Açores com todas as Ilhas do Arquipélago, 1584.
Fonte: http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_09_Marinha.htm

Figura 5.27. Perspectiva de Ponta Delgada, 1804.
Fonte: Silveira, 1956: 93.

Figura 5.28. Planta de Ponta Delgada, 1804.
Fonte: Silveira, 1956: 94.

Figura 5.29. Planta de Ponta Delgada, 1814.
Fonte: Teixeira; Valla, 1999: 81.

Figura 5.30. Carta de Costa da cidade de Ponta Delgada, 1814.
Fonte: Teixeira; Valla, 1999: 80.

Figura 5.31. Planta da cidade de Ponta Delgada, 1831.
Fonte: Teixeira; Valla, 1999: 82.

Figura 5.32. Planta da cidade de Ponta Delgada, 1887.
Fonte: Silveira, 1956: 97.

Figura 5.33. Gravura de Ponta Delgada, 1879.
Fonte: Silveira, 1956: 96.

Figura 5.34. Gravura de Ponta Delgada, 1879.
Fonte: Silveira, 1956: 96.

Figura 5.35. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada. Planta do Estado Actual, 1946.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.36. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada. Planta de Urbanização.
João António de Aguiar, 1946.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.37. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada. Planta de Trabalho.
João António de Aguiar, 1946.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.38. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada. Planta Distributiva do Solo.
João António de Aguiar, 1946.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.39. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada. Planta das Estradas Nacionais
e Arruamentos. João António de Aguiar, 1946.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.40. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada. Planta de Conjunto. João António de Aguiar, 1946.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.41. Planta da Praça e vila de Setúbal, 1578.
Fonte: http://roteiro.jmobp.com/View/RoteiroView1.php?op=6

Figura 5.42. Planta da Vila e Praça de Setúbal, com indicação dos Conventos extra muros, século XVII.
Fonte: Macedo; Pinho, 2015: 16.

Figura 5.43. Planta da vila e Porto de Setúbal, 1607-1617.
Fonte: Macedo; Pinho, 2015: 16.

Figura 5.44. Planta da Fortificação e da vila de Setúbal, 1642.
Fonte: Macedo; Pinho, 2015: 16.

Figura 5.45. Planta da Praça de Setúbal, 1661.
Fonte: https://kantophotomatico.blogspot.pt/2017/05/setubal-muralhas-seiscentista-e-medieval.html

Figura 5.46. Planta da Praça de Setúbal, 1693.
Fonte: Macedo; Pinho, 2015: 16.

Figura 5.47. Muralhas e Fortes de Setúbal, 1741.
Fonte: https://pracadobocage.wordpress.com/tag/setubal/page/7/

Figura 5.48. Planta da Vila de Setúbal, 1793.
Fonte: Macedo; Pinho, 2015: 18.

Figura 5.49. Planta da Vila de Setúbal, 1804.
Fonte: Macedo; Pinho, 2015: 18.

Figura 5.50. Planta da Vila de Setúbal, 1804.
Fonte: https://kantophotomatico.blogspot.pt/2017/05/setubal-muralhas-seiscentista-e-medieval.html

Figura 5.51. Planta da Vila de Setúbal, 1816.
Fonte: http://roteiro.jmobp.com/View/RoteiroView1.php?op=6

Figura 5.52. Planta das Fortificações da Vila de Setúbal, 1834.
Fonte: https://kantophotomatico.blogspot.pt/2017/05/setubal-muralhas-seiscentista-e-medieval.html

Figura 5.53. Planta da Cidade de Setúbal, 1900.
Fonte: http://roteiro.jmobp.com/View/RoteiroView1.php?op=6

Figura 5.54. Planta da Cidade de Setúbal, 1903.
Fonte: Macedo; Pinho, 2015: 18.

Figura 5.55. Planta da Cidade de Setúbal, 1924.
Fonte: https://kantophotomatico.blogspot.pt/2017/05/setubal-muralhas-seiscentista-e-medieval.html

Figura 5.56. Planta Geral de indicação das Instalações Existentes e Projectadas, 1933.
Fonte: Macedo; Pinho, 2015: 17.

Figura 5.57. Plano Geral de Urbanização de Setúbal. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1944.
Fonte: Arquivo CMS.

Figura 5.58. Ampliação da Planta de Trabalho do Plano Geral de Urbanização de 1944.
Fonte: Arquivo CMS.

Figura 5.59. Ampliação da Planta de Apresentação do Anteplano Geral de Urbanização - Revisão de 1955.
Fonte: Arquivo CMS.

Figura 5.60. Plano Geral de Urbanização de Setúbal. Planta de Arruamentos. João António de Aguiar, 1944.
Fonte: Arquivo CMS.

Figura 5.61. Plano Geral de Urbanização de Setúbal. Planta Comunicações de Inter e Intra-urbanas. João António de Aguiar, 1944.
Fonte: Arquivo CMS.

Figura 5.62. Plano Geral de Urbanização de Setúbal. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1944.
Fonte: Arquivo CMS.

Figura 5.63. Plano Geral de Urbanização de Setúbal. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1944.
Fonte: Arquivo CMS.

Figura 5.64. Plano Geral de Urbanização de Setúbal. Planta da Zona Industrial. João António de Aguiar, 1944.
Fonte: Arquivo CMS.

Figura 5.65. Plano Geral de Urbanização de Setúbal - Alterações. João António de Aguiar, 1947.
Fonte: Arquivo CMS.

Figura 5.66. Planta da Cidade de Setúbal. Santana, 1950.
Fonte: Arquivo CMS.

Figura 5.67. Anteplano Geral de Urbanização de Setúbal - Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1955.
Fonte: Arquivo CMS.

Figura 5.68. Anteplano Geral de Urbanização de Setúbal - Revisão. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1955.
Fonte: Arquivo CMS.

Figura 5.69. Anteplano Geral de Urbanização de Setúbal - Revisão. Planta de Zonas. João António de Aguiar, 1955.
Fonte: Arquivo CMS.

Figura 5.70. Ampliação da Planta de Trabalho do Anteplano Geral de Urbanização - Revisão de 1955.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.71. Arranjo Urbanístico da Zona do Bairro Trindade, 1952.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.72. Projecto da Obra de Construção do Parque do Bomfim. Planta de Arborização e Ajardinamento, 1944.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.73. Arranjo Urbanístico da Praça do Bocage – Solução A, 1959.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.74. Arranjo Urbanístico da Praça do Bocage – Solução B, 1959.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.75. Arranjo Urbanístico da Praça da Estação, 1960.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.76. Arranjo Urbanístico da Praça do Mercado, 1958.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.77. Arranjo Urbanístico do Núcleo Residencial de Algodeia e Localização da Escola do Ciclo Preparatório – Revisão. s.d..
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.78. Arranjo Urbanístico do Núcleo Residencial da Bela Vista. s.d..
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.79. Ampliação da Planta de Trabalho do Anteplano de Urbanização - Revisão de 1962.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.80. Anteplano de Urbanização de Setúbal - Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1962.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.81. Plano Director de Urbanização da Cidade de Setúbal. João António de Aguiar, 1971.
Fonte: Arquivo CMS.

Figura 5.82. "Planta da Villa de Vianna e Sua Barra e Castello."
Fonte: Fernandes, 2002: 378.

Figura 5.83. "Planta da Villa de Vianna. 1759."
Fonte: https://ilemone1.wordpress.com/2013/11/25/mapa-antigo-de-viana-do-castelo/

Figura 5.84. Planta de Vianna. Barra e Castelo feita em 1756 acrescentada na Cerca do convento dos Cruzios em 1758. Gonçalo Luís da Silva Brandão, 1756/58.
Fonte: Fernandes, 2002: 377.

Figura 5.85. Planta do Castello da Villa de Vianna. José Martins da Cruz, 1759.
Fonte: Fernandes, 2002: 377.

Figura 5.86. Planta do Castello de Vianna. Domingos Zacarias da Silva Santos, 1830.
Fonte: Fernandes, 2002: 392.

Figura 5.87. Melhoramento do porto de Vianna do Castello. Planta Geral, 1869.
Fonte: Fernandes, 2002: 376.

Figura 5.88. Planta da Cidade de Vianna do Castello. Fortunato Damazio, 1855.
Fonte: Fernandes, 2002: 392.

Figura 5.89. Planta da Barra e Porto de Vianna do Castello.
Fonte: Fernandes, 2002: 387.

Figura 5.90. Planta Geral da cidade de Vianna do Castello. Thomaz Correa, 1859/60.
Fonte: Fernandes, 2002: 393.

Figura 5.91. Planta Geral da cidade de Vianna do Castello. Thomaz Correa, 1859/60.
Fonte: Fernandes, 2002: 393.

Figura 5.92. Plano Hidrográphico da Barra e do Porto de Vianna do Castello. 1864/67.
Fonte: Fernandes, 2002: 390-391.

Figura 5.93. Plano Hidrográphico da Barra e do Porto de Vianna do Castello. 1864/67.
Fonte: Fernandes, 2002: 390-391.

Figura 5.94. Carta Cadastral da cidade de Viana do Castelo. 1868/69.
Fonte: Teixeira; Valla, 1999: 43.

Figura 5.95. Carta Cadastral da cidade de Viana do Castelo. 1868/69.
Fonte: Teixeira; Valla, 1999: 43.

Figura 5.96. Carta Cadastral da cidade de Viana do Castelo. 1868/69.
Fonte: Teixeira; Valla, 1999: 43.

Figura 5.97. Carta Cadastral da cidade de Viana do Castelo. 1868/69.
Fonte: Teixeira; Valla, 1999: 43.

Figura 5.98. Planta da Barra e do Porto de Vianna. 1875.
Fonte: Fernandes, 2002: 388.

Figura 5.99. Planta das Ruas de D. Luiz e de St.ª Anna. 1876.
Fonte: Fernandes, 2002: 419.

Figura 5.100. Plano de Melhoramentos da Cidade de Viana do Castelo. Pormenor da Rua de St.ª Ana. João Tomás da Costa.
Fonte: Fernandes, 2002: 421.

Figura 5.101. Plano de Melhoramentos da Cidade de Viana do Castelo. Pormenor da Rua dos Rubins. João Tomás da Costa.
Fonte: Fernandes, 2002: 421.

Figura 5.102. Plano de Melhoramentos da Cidade de Viana do Castelo. Pormenor do Largo de S. Domingos. João Tomás da Costa.
Fonte: Fernandes, 2002: 421.

Figura 5.103. Plano de uma Cidade-Jardim a situar entre a Estrada Municipal da Abelheira e o caminho de ferro do Vale do Lima, em Viana do Castelo. Rogério Azevedo, 1932.
Fonte: Fernandes, 2002: 497.

Figura 5.104. Planta de Viana do Castelo. 1933.
Fonte: https://bloguedominho.blogs.sapo.pt/70170.htmlh/1933%252520Estado%252520Novo.1%25255B10%25255D.jpg

Figura 5.105. Planta do Estado Actual de Viana do Castelo. 1943.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.106. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1945.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.107. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Parte da Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1945.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.108. Projecto de Urbanização do Bairro da Bandeira. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1941.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.109. Esboços iniciais do Bairro da Bandeira. João António de Aguiar, 1941.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.110. Esboços iniciais do Bairro da Bandeira. João António de Aguiar, 1941.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.111. Planta de Sugestão do Bairro da Bandeira. João António de Aguiar, 1941.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.112. Projecto de Urbanização do Bairro da Bandeira. Planta de Pavimentos e Arborização. João António de Aguiar, 1941.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.113. Projecto de Urbanização do Bairro da Bandeira. Planta do Cruzamento com a Rua C, H e Estrada Nacional. João António de Aguiar, 1941.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.114. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1948.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.115. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1948.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.116. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Planta do Conjunto – Estado Actual. João António de Aguiar, 1948.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.117. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Planta do Conjunto – Plano. João António de Aguiar, 1948.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.118. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Parte da Planta de Distribuição do Solo. João António de Aguiar, 1948.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.119. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Parte da Planta de Distribuição do Solo. João António de Aguiar, 1948.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.120. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Planta de Conjunto, Revisão. João António de Aguiar, 1961.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.121. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Planta de Urbanização, Revisão. João António de Aguiar, 1961.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 5.122. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, Revisão. Planta de Zonas. João António de Aguiar, 1961.
Fonte: Espólio JAA.

CAPÍTULO 6 ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO

Figura 6.01. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945.
Estudo das Preexistências e Permanências.

Fonte: Autor.

Figura 6.02. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963.
Estudo das Preexistências e Permanências.

Fonte: Autor.

Figura 6.03. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946.
Estudo das Preexistências e Permanências.

Fonte: Autor.

Figura 6.04. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944.
Estudo das Preexistências e Permanências.

Fonte: Autor.

Figura 6.05. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955.
Estudo das Preexistências e Permanências.

Fonte: Autor.

Figura 6.06. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962.
Estudo das Preexistências e Permanências.

Fonte: Autor.

Figura 6.07. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945.
Estudo das Preexistências e Permanências.

Fonte: Autor.

Figura 6.08. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948.
Estudo das Preexistências e Permanências.

Fonte: Autor.

Figura 6.09. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961.
Estudo das Preexistências e Permanências.

Fonte: Autor.

Figura 6.10. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945.
Estudo da Tipologia do Limite.

Fonte: Autor.

Figura 6.11. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963.
Estudo da Tipologia do Limite.

Fonte: Autor.

Figura 6.12. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946.
Estudo da Tipologia do Limite.

Fonte: Autor.

Figura 6.13. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944.
Estudo da Tipologia do Limite.

Fonte: Autor.

Figura 6.14. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955.
Estudo da Tipologia do Limite.

Fonte: Autor.

Figura 6.15. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962.
Estudo da Tipologia do Limite.

Fonte: Autor.

Figura 6.16. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo da Tipologia do Limite.
Fonte: Autor.

Figura 6.17. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo da Tipologia do Limite.
Fonte: Autor.

Figura 6.18. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo da Tipologia do Limite.
Fonte: Autor.

Figura 6.19. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 6.20. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 6.21. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 6.22. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 6.23. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 6.24. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 6.25. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 6.26. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 6.27. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 6.28. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.29. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.30. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.31. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.32. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.33. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.34. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.35. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.36. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.37. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.38. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.39. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.40. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.41. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.42. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.43. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.44. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 6.45. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Sistema de Usos.
Fonte: Autor.

Figura 6.46. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Sistema de Usos.
Fonte: Autor.

Figura 6.47. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Sistema de Usos.
Fonte: Autor.

Figura 6.48. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Sistema de Usos.
Fonte: Autor.

Figura 6.49. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Sistema de Usos.
Fonte: Autor.

Figura 6.50. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Sistema de Usos.
Fonte: Autor.

Figura 6.51. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.
Fonte: Autor.

Figura 6.52. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.
Fonte: Autor.

Figura 6.53. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.
Fonte: Autor.

Figura 6.54. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.
Fonte: Autor.

Figura 6.55. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.
Fonte: Autor.

Figura 6.56. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.
Fonte: Autor.

Figura 6.57. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.
Fonte: Autor.

Figura 6.58. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.
Fonte: Autor.

Figura 6.59. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura 6.60. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura 6.61. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura 6.62. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura 6.63. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura 6.64. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura 6.65. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura 6.66. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura 6.67. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 6.68. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 6.69. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 6.70. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 6.71. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 6.72. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 6.73. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 6.74. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 6.75. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 6.76. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.77. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção
Fonte: Autor.

Figura 6.78. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.79. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.80. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.81. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.82. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.83. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.84. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.85. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 6.86. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 6.87. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 6.88. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 6.89. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 6.90. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 6.91. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 6.92. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 6.93. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 6.94. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 6.95. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 6.96. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 6.97. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 6.98. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 6.99. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 6.100. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 6.101. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 6.102. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 6.103. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1944. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 6.104. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 6.105. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 6.106. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 6.107. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 6.108. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 6.109. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 6.110. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 6.111. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 6.112. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.113. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.114. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.115. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.116. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.117. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.118. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.119. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.120. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 6.121. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 6.122. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 6.123. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 6.124. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 6.125. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 6.126. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 6.127. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 6.128. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 6.129. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 6.130. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.
Fonte: Autor.

Figura 6.131. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.
Fonte: Autor.

Figura 6.132. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.
Fonte: Autor.

Figura 6.133. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.
Fonte: Autor.

Figura 6.134. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.
Fonte: Autor.

Figura 6.135. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.
Fonte: Autor.

Figura 6.136. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.
Fonte: Autor.

Figura 6.137. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.
Fonte: Autor.

PARTE IV ARQUITECTURA DA CIDADE NAS COLÓNIAS

CAPÍTULO 7 AS CIDADES

Figura 7.01. "Portugal não é um País Pequeno".
Fonte:http://malomil.blogspot.pt/2015/02/portugal-nao-e-um-pais-pequeno.html (Consultado a 14/04/2018)

Figura 7.02. Fortaleza de Santo António, Cupão.
Fonte:http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=1045 (Consultado a 05/02/2018)

Figura 7.03. Planta da cidade de Díli, 1843.
Fonte: Silveira, 1956: 489.

Figura 7.04. Plano para o Porto e a cidade de Díli, 1843.
Fonte: Smith; Miranda, 2015: 14.

Figura 7.05. Perspectiva da cidade de Díli.
Fonte: Silveira, 1956: 487.

Figura 7.06. Mapa da cidade de Díli, 1892.
Fonte: Silveira, 1956: 490.

Figura 7.07. Mapa de Díli, 1910.
Fonte: Smith; Miranda, 2015: 16.

Figura 7.08. Planta Hidro-tográfica de Díli, 1941.
Fonte: Smith; Miranda, 2015: 24.

Figura 7.09. Centro de Díli, 16/09/1945.
Fonte: Smith; Miranda, 2015: 24.

Figura 7.10. Plano Geral de Urbanização de Díli, Planta de Apresentação.
Fonte: Silveira, 1956: 491.

Figura 7.11. Plano Geral de Urbanização de Díli. Planta de Urbanização.
Fonte: AHU

Figura 7.12. Plano Geral de Urbanização de Díli. Planta de Trabalho.
Fonte: AHU

Figura 7.13. Plano Geral de Urbanização de Díli. Planta de Zonas.
Fonte: AHU

Figura 7.14. Plano Geral de Urbanização de Díli. Perspectiva do Centro Cívico – 1ª Solução.
Fonte: AHU

Figura 7.15. Plano Geral de Urbanização de Díli, Perspectiva do Centro Cívico – 2ª Solução.
Fonte: AHU

Figura 7.16. Plano Geral de Urbanização de Díli. Alçado Principal do Centro Cívico– 1ª Solução.
Fonte: AHU

Figura 7.17. Palácio das Repartições. João António de Aguiar, 1953.
Fonte: Smith; Miranda, 2015: 63.

Figura 7.18. Cartografia datada de 1876.
Fonte: Bruschi; Lage, 2005: 22.

Figura 7.19. Cartografia datada de 1876.
Fonte: Luís Lage.

Figura 7.20. Cartografia datada de 1886.
Fonte: Bruschi; Lage, 2005: 83.

Figura 7.21. Cartografia datada de 1903.
Fonte: Luís Lage.

Figura 7.22. Cartografia datada de 1916, trabalhada por Luís Laje.
Fonte: Luís Lage.

Figura 7.23. Cartografia datada de 1914.
Fonte: Luís Lage.

Figura 7.24. Cartografia de 1926.
Fonte: Luís Lage.

Figura 7.25. Cartografia do aterro de Maxaquene.
Fonte: Morais; Lage Malheiro, 2012: 45.

Figura 7.26. Cartografia de 1940..
Fonte: Luís Lage.

Figura 7.27. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1952.
Fonte: Silveira, 1956: 257.

Figura 7.28. Planta de Comunicações.
Fonte: Memória Descritiva e Justificativa do Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. AHU.

Figura 7.29. Perspectivas da Rua "C" e da Avenida Elias Garcia.
Fonte: Memória Descritiva e Justificativa do Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. AHU.

Figura 7.30. Planta da Ocupação do Solo.
Fonte: Memória Descritiva e Justificativa do Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. AHU.

Figura 7.31. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques. Pormenor de Unidades Residenciais e Centro Cívico da Costa do Sol.
Fonte: AHU.

Figura 7.32. Planta da Região, s.d..
Fonte: AHU.

Figura 7.33. Perspectivas da Avenida 24 de Julho com a Avenida Elias Garcia e da Passagem Inferior da Avenida Elias Garcia.
Fonte: Memória Descritiva e Justificativa do Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. AHU.

Figura 7.34. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques. Planta de Apresentação
Fonte: AHU.

Figura 7.35. Planta de Urbanização do Plano de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Planta de Trabalho.
Fonte: AHU.

Figura 7.36. Planta do Centro Cívico, versão do PGU de 1952.
Fonte: AHU.

Figura 7.37. Planta do Centro Cívico, versão de 1955.
Fonte: AHU.

Figura 7.38. Perspectiva da Do Centro Cívico.
Fonte: Memória Descritiva e Justificativa do Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. AHU.

Figura 7.39. Planta e Perspectivas do Edifício do Governo Geral da Província de, 1955.
Fonte: AHU.

Figura 7.40. Planta e Perspectivas do Edifício do Governo Geral da Província de, 1955.
Fonte: AHU.

Figura 7.41. Planta e Perspectivas do Edifício do Governo Geral da Província de, 1955.
Fonte: AHU.

Figura 7.42. Perspectiva do Edifício da Fazenda, versão de 1956.
Fonte: AHU.

Figura 7.43. Alçado Principal do Edifício da Fazenda, 1955.
Fonte: AHU.

Figura 7.44. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques.
Unidade Residencial Indígena.
Fonte: AHU.

Figura 7.45. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques.
Planta de Urbanização.
Fonte: AHU.

Figura 7.46. Pormenor da Figura 9.27..
Fonte: AHU.

Figura 7.47. Pormenor da Figura 9.33..
Fonte: AHU.

Figura 7.48. Ampliação do Plano para Radburn, Stein e Wright.
Fonte: Ward, 1992: 132.

Figura 7.49. Planta do Estado Actual da cidade de Lourenço Marques. s.d..
Fonte: AHU.

Figura 7.50. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 2º Estudo.
Planta de Sugestão, 1956.
Fonte: AHU.

Figura 7.51. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 2º Estudo.
Planta de Zonas, 1956.
Fonte: AHU.

Figura 7.52. Carta do Reino do Congo.
Fonte: http://fabiopestanaramos.blogspot.pt/2013/12/etnias-e-povos
(Consultado a 15/01/2018)

Figura 7.53. Carta do Reino do Congo, Angola e Benguela, 1630.
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_de_Loango#/media/File:Congo_map_ 1754.jpg
(Consultado a 15/01/2018)

Figura 7.54. San Poulo in Angola.
Fonte: http://fgamorim.blogspot.pt/2012/06/historias-da-historia-angola-em-1518-o.html
(Consultado a 15/01/2018)

Figura 755. Sam Paolo De Loanda, 1647.
Fonte: http://www.mundamba.com/2016/04/quantos-anos-tem-luanda.html
(Consultado a 15/01/2018)

Figura 7.56. Cidade de São Paulo de Loanda 1665.
Fonte: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=517&muda_idioma=PT
(Consultado a 15/01/2018)

Figura 7.57. Cidade de São Paulo de Loanda 1757.
Fonte: Silveira, 1956: 195.

Figura 7.58. Perspectiva de São Paulo de Loanda 1769.
Fonte: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=517&muda_idioma=PT
(Consultado a 15/01/2018)

Figura 7.59. Perspectiva de São Paulo de Luanda 1816.
Fonte: Silveira, 1956: 197.

Figura 7.60. Planta de Luanda 1825.
Fonte: Silveira, 1956: 196.

Figura 7.61. Planta de Luanda 1862.
Fonte:https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_de_Loanda_1862.jpg
(Consultado a 15/01/2018)

Figura 7.62. Planta de Luanda 1883.
Fonte: Silveira, 1956: 207.

Figura 7.63. Planta de Luanda 1900.
Fonte: Silveira, 1956: 208.

Figura 7.64. Plano de Urbanização da Cidade de Luanda. Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, 1942.
Fonte:https://pt.slideshare.net/DevelopmentWorkshopAngola/movimento-moderno-da-arqutectura-em-luanda-ate-1975-maria-alice-correia-18102013.
(Consultado a 15/01/2018)

Figura 7.65. Planta de Luanda 1949.
Fonte: Silveira, 1956: 211.

Figura 7.66. Luanda e as Cidades Satélites.
Fonte: Vieira da Costa, 1948: 32.

Figura 7.67. Esquema de Zoning.
Fonte: Vieira da Costa, 1948: 42.

Figura 7.68. Perspectiva cavaleira do Centro Cívico.
Fonte: Vieira da Costa, 1948.

Figura 7.69. Arranjo Urbano do Largo da Mutamba, 1947.
Fonte: AHU.

Figura 7.70. Arranjo Urbano do Largo da Mutamba, 1947.
Fonte: AHU.

Figura 7.71. Arranjo Urbano do Largo da Mutamba, 1947.
Fonte: AHU.

Figura 7.72. Estudos de Localização do Palácio da Justiça, 1946.
Fonte: AHU.

Figura 7.73. Estudos de Localização do Palácio da Justiça, 1946.
Fonte: AHU.

Figura 7.74. Estudos de Localização do Palácio da Justiça, 1946.
Fonte: AHU.

Figura 7.75. Cruzamento de Vias no Largo da Mutamba, segundo o Plano "de Groër", 1946.
Fonte: AHU.

Figura 7.76. Plano Geral de Urbanização de Luanda, Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1946.
Fonte: AHU.

Figura 7.77. Estudos para o Arranjo da Praça da Câmara Municipal.
Fonte: AHU.

Figura 7.78. Estudos para o Arranjo da Praça da Câmara Municipal.
Fonte: AHU.

Figura 7.79. Porto de Luanda. Estudo da Localização dos Edifícios do Despacho de Bagagens e de Mercadorias. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946.
Fonte: AHU.

Figura 7.80. Arranjo da Alameda Fronteira ao Liceu.
Fonte: AHU.

Figura 7.81. Esquema topográfico da Praça do Palácio – Luanda.
Fonte: AHU.

Figura 7.82. Estudo para o Arranjo Urbanístico do Largo do Palácio – Luanda. 1.º Estudo.
Fonte: AHU.

Figura 7.83. Estudo para o Arranjo Urbanístico do Largo do Palácio – Luanda. 2.º Estudo.
Fonte: AHU.

Figura 7.84. Parte da Planta Aerofotogramétrica de Luanda. 1957.
Fonte: Mapoteca do CEG.

Figura 7.85. Ampliação de parte da Planta de Urbanização do Plano Geral de Urbanização de Luanda – Localização de dois dos três bairros para indígenas, 1946.
Fonte: AHU.

Figura 7.86. Plano Geral de Urbanização de Luanda. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1952.
Fonte: Silveira: 1956: 209.

Figura 7.87. Planta Aerofotogramétrica de Luanda. 1957.
Fonte: Mapoteca do CEG.

Figura 7.38. Plano Geral de Urbanização de Luanda. Planta de Conjunto do Bairro Burity.
Fonte: AHU.

Figura 7.89. Plano Geral de Urbanização de Luanda. Planta dos Traçados do Bairro Burity.
Fonte: AHU.

Figura 7.90. Plano Geral de Urbanização de Luanda. Arranjo Urbanístico do Sítio de "Vila Alice".
Fonte: AHU.

Figura 7.91. Bairro Operário da Praia do Bispo em construção.
Fonte: Boletim Geral do Ultramar. Agência Geral do Ultramar, Vol. XXX – 352, 1954: 148.

Figura 7.92. Ampliação da Planta Aerofotogramétrica de 1957 - Bairro Operário da Praia do Bispo.
Fonte: Mapoteca do CEG.

Figura 7.93. Arranjo da Praça do Aeroporto.
Fonte: AHU.

Figura 7.94. Esboceto do Plano de Urbanização de Luanda, de 1952. Divisão da Cidade em Bairros Administrativos, 1960.
Fonte: Mapoteca do CEG.

Figura 7.95. Cartografia da vila da Praia, datada de 1589.
Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/a9/Santiago%2C_Cape_Verde%2C_1589.jpg/1001px-Santiago%2C_Cape_Verde%2C_1589.jpg
(Consultado a 15/01/2018)

Figura 7.96. "Planta da VIlla da Praya de Santa Maria e da sua espaçosa baya citas na ponta S.E. da ilha de Santiago, Cabo Verde". Cartografado pelo Eng. António Carlos Andrade em 1778.
Fonte: Fernandes, 2016: 34.

Figura 7.97. "Planta do Porto da Villa da Praia da ilha de Santiago de Cabo Verde".
Fonte: Silveira, 1956: 138.

Figura 7.98. "Comissão de Cartografia (...) Plano Hidrográfico do Porto da Praia", 1886.
Fonte: Fernandes; Janeiro; Milheiro, 2014: 40.

Figura 7.99. "Cabo Verde / Planta incompleta da Cidade da Praia na ilha de S. Tiago", de 1888.
Fonte: Fernandes; Janeiro; Milheiro, 2014: 42.

Figura 7.100. "Planta Hydrographica do Porto da Praia Ilha de S. Thiago de Cabo Verde), levantada em 1882 pelo 2º Tenente Emygdio Fronteira".
Fonte: Fernandes, 2016: 35.

Figura 7.101. Planta da Praia. Missão Hidrográfica do Arquipélago de Cabo Verde, 1946.
Fonte: Fernandes, 2016: 37.

Figura 7.102. Esboceto do Plano de Urbanização da Cidade da Praia, 1956.
Fonte: AHU.

Figura 7.103. Esboceto, Urbanização da Cidade da Praia, 1959.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 7.104. Ampliação de fragmento de uma planta do existente esquissada. Aguiar, s.d..
Fonte: Espólio JAA.

Figura 7.105. Ampliação de fragmento da Figura 10. Plano Geral de Urbanização da Cidade da Praia.
Fonte: Espólio JAA.

Figura 7.106. Plano Director-Base da Praia – Zonificação. José Amorim, 1960.
Fonte: Fernandes, 2016: 39.

Figura 7.107. Ampliação de fragmento da Figura 11.14.
Fonte: Fernandes, 2016: 53.

Figura 7.108. Estudo Prévio da Célula 1 – Achada Principal (Amorim, 1961).
Fonte: Fernandes, 2016: 53.

Figura 7.109. Cartografia datada de 1644.
Fonte: Morais; Malheiro, 2013: 73.

Figura 7.110. Mapa da baía de Ana Chaves e do Forte de São Sebastião, séc. XVIII.
Fonte: Morais; Malheiro, 2013: 73.

Figura 7.111. Mapa da cidade de São Tomé, 1647.Fonte: Silveira, 1956: 138.
Fonte: Silveira, 1956: 171.

Figura 7.112. Vista da cidade de São Tomé, 1877.
Fonte: Silveira, 1956: 174.

Figura 7.113. Planta da cidade de São Tomé, s/d.
Fonte: Morais; Malheiro, 2013: 121.

Figura 7.114. Planta da cidade de S. Tomé, 1889.
Fonte: Morais; Malheiro, 2013: 38.

Figura 7.115. Mapa Ilha de S. Tomé, 1891.
Fonte: Morais; Malheiro, 2013: 38.

Figura 7.116. Mapa Ilha de S. Tomé, 1902.
Fonte: Morais; Malheiro, 2013: 48.

Figura 7.117. Plano Hidrográfico da baía de Ana Chaves, 1918.
Fonte: Morais; Malheiro, 2013: 49.

Figura 7.118. Baía de Ana Chaves, 1918.
Fonte: Silveira, 1956: 177.

Figura 7.119. Anteplano de Urbanização de São Tomé. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1951.
Fonte: AHU.

Figura 7.120. Anteplano de Urbanização de São Tomé. Planta de Zonas. João António de Aguiar, 1951
Fonte: AHU.

Figura 7.121. Arranjo da zona central da cidade de São Tomé, Esboceto, 1947.
Fonte: AHU.

Figura 7.122. Arranjo urbanístico da Praça da República - Solução A e B, 1953.
Fonte: AHU.

Figura 7.123. Desenho dos candeeiros para a Praça da República, s.d..
Fonte: AHU.

Figura 7.124. Anteplano de Urbanização de São Tomé. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1951.
Fonte: AHU.

Figura 7.125. Plano Geral de Urbanização de São Tomé. Planta Geral. João António de Aguiar, 1954.
Fonte: AHU.

Figura 7.126. Plano de Urbanização de São Tomé. Mário de Oliveira, 1962.
Fonte: Autor.

CAPÍTULO 8 ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO

Figura 8.01. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo das Preexistências e Permanências.
Fonte: Autor.

Figura 8.02. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo das Preexistências e Permanências.
Fonte: Autor.

Figura 8.03. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo das Preexistências e Permanências.
Fonte: Autor.

Figura 8.04. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo das Preexistências e Permanências.
Fonte: Autor.

Figura 8.05. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo das Preexistências e Permanências.
Fonte: Autor.

Figura 8.06. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952. Estudo das Preexistências e Permanências.
Fonte: Autor.

Figura 8.07. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo das Preexistências e Permanências.
Fonte: Autor.

Figura 8.08. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo das Preexistências e Permanências.
Fonte: Autor.

Figura 8.09. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo da Tipologia do Limite.
Fonte: Autor.

Figura 8.10. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo da Tipologia do Limite.
Fonte: Autor.

Figura 8.11. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo da Tipologia do Limite.
Fonte: Autor.

Figura 8.12. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo da Tipologia do Limite.
Fonte: Autor.

Figura 8.13. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo da Tipologia do Limite.
Fonte: Autor.

Figura 8.14. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 8.15. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 8.16. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 8.17. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 8.18. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 8.19. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 8.20. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 8.21. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.
Fonte: Autor.

Figura 8.22. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 8.23. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 8.24. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 8.25. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 8.26. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 8.27. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 8.28. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 8.29. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 8.30. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 8.31. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.
Fonte: Autor.

Figura 8.32. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Sistema de Usos.
Fonte: Autor.

Figura 8.33. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Sistema de Usos.
Fonte: Autor.

Figura 8.34. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo do Sistema de Usos.
Fonte: Autor.

Figura 8.35. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo do Sistema de Usos.
Fonte: Autor.

Figura 8.36. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Sistema de Usos.
Fonte: Autor.

Figura 8.37. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Sistema de Usos.
Fonte: Autor.

Figura 8.38. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.
Fonte: Autor.

Figura 8.39. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.
Fonte: Autor.

Figura 8.40. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.
Fonte: Autor.

Figura 8.41. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.
Fonte: Autor.

Figura 8.42. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.
Fonte: Autor.

Figura 8.43. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.
Fonte: Autor.

Figura 8.44. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura 8.45. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura 8.46. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura 8.47. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura 8.48. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura 8.49. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura 8.50. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura 8.51. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 8.52. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 8.53. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 8.54. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 8.55. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 8.56. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 8.57. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 8.58. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.
Fonte: Autor.

Figura 8.59. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 8.60. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 8.61. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 8.62. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 8.63. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 8.64. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 8.65. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 8.66. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 8.67. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 8.68. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 8.69. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 8.70. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Traçado Urbano.
Fonte: Autor.

Figura 8.71. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 8.72. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 8.73. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 8.74. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 8.75. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 8.76. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 8.77. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 8.78. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura 8.79. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 8.80. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 8.81. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 8.82. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 8.83. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 8.84. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 8.85. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 8.86. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Traçado Primário e Secundário.
Fonte: Autor.

Figura 8.87. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Traçado Primário e Edificado de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 8.88. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Traçado Primário e Edificado de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 8.89. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo do Traçado Primário e Edificado de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 8.90. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo do Traçado Primário e Edificado de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 8.91. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Traçado Primário e Edificado de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 8.92. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Traçado Primário e Edificado de Excepção.
Fonte: Autor.

Figura 8.93. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 8.94. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 8.95. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 8.96. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 8.97. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 8.98. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 8.99. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estud da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 8.100. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.
Fonte: Autor.

Figura 8.101. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.
Fonte: Autor.

Figura 8.102. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.
Fonte: Autor.

Figura 8.103. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.
Fonte: Autor.

Figura 8.104. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.
Fonte: Autor.

PARTE V CONCLUSÃO

CAPÍTULO 9 A METODOLOGIA DA PRÁTICA URBANA DE AGUIAR

Figura 9.01. Pormenor da Planta de Urbanização do Plano Geral de Urbanização de Setúbal, de 1962.
Fonte: Espólio JAA.

ANEXOS

ANEXO IV DIAGRAMAS CORRIDOS DA ANÁLISES DO CAPÍTULO 6

Figura IV.01. Tipologia do Crescimento: preexistência e permanência.
Fonte: Autor.

Figura IV.02. Tipologia do Crescimento: tipologia do limite.
Fonte: Autor.

Figura IV.03. Tipologia do Crescimento: sistema portante inicial e sistema estruturante do crescimento.
Fonte: Autor.

Figura IV.04. Tipologia do Crescimento: edificado de excepção preexistente e novo.
Fonte: Autor.

Figura IV.05. Tipologia do Crescimento: edificado corrente preexistente e novo.
Fonte: Autor.

Figura IV.06. Sistema de Lugares: edificado corrente preexistente e novo.
Fonte: Autor.

Figura IV.07. Sistema de Lugares: sistema de usos.
Fonte: Autor.

Figura IV.08. Sistema de Lugares: rede de espaços estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura IV.09. Sistema de Lugares: percursos locais e regionais.
Fonte: Autor.

Figura IV.10. Sistema de Lugares: edificado corrente e de excepção.
Fonte: Autor.

Figura IV.11. Tipologia do Traçado: traçado urbano.
Fonte: Autor.

Figura IV.12. Tipologia do Traçado: traçado e eixos estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura IV.13. Tipologia do Traçado: traçado primário e secundário.
Fonte: Autor.

Figura IV.14. Tipologia do Traçado: traçado primário e edificado de excepção.
Fonte: Autor.

Figura IV.15. Tipologia do Traçado: estrutura morfológica e dispositivos de nível intermédio.
Fonte: Autor.

Figura IV.16. Tipologia do Traçado: traçado urbano.
Fonte: Autor.

ANEXO V DIAGRAMAS CORRIDOS DA ANÁLISES DO CAPÍTULO 8

Figura V.01. Tipologia do Crescimento: preexistência e permanência.
Fonte: Autor.

Figura V.02. Tipologia do Crescimento: preexistência e permanência.
Fonte: Autor.

Figura V.03. Tipologia do Crescimento: tipologia do limite.
Fonte: Autor.

Figura V.04. Tipologia do Crescimento: tipologia do limite.
Fonte: Autor.

Figura V.05. Tipologia do Crescimento: sistema portante inicial e sistema estruturante do crescimento.
Fonte: Autor.

Figura V.06. Tipologia do Crescimento: sistema portante inicial e sistema estruturante do crescimento.
Fonte: Autor.

Figura V.07. Tipologia do Crescimento: edificado de excepção preexistente e novo.
Fonte: Autor.

Figura V.08. Tipologia do Crescimento: edificado de excepção preexistente e novo.
Fonte: Autor.

Figura V.09. Tipologia do Crescimento: edificado corrente preexistente e novo.
Fonte: Autor.

Figura V.10. Sistema de Lugares: sistema de usos.
Fonte: Autor.

Figura V.11. Sistema de Lugares: sistema de usos.
Fonte: Autor.

Figura V.12. Sistema de Lugares: hierarquia de lugares e sua relação.
Fonte: Autor.

Figura V.13. Sistema de Lugares: hierarquia de lugares e sua relação.
Fonte: Autor.

Figura V.14. Sistema de Lugares: rede de espaços estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura V.15. Sistema de Lugares: rede de espaços estruturantes.
Fonte: Autor.

Figura V.16. Sistema de Lugares: percursos locais e regionais.
Fonte: Autor.

Figura V.17. Sistema de Lugares: percursos locais e regionais.
Fonte: Autor.

Figura V.18. Sistema de Lugares: edificado corrente e de excepção.
Fonte: Autor.

Figura V.19. Tipologia do Traçado: traçado urbano.
Fonte: Autor.

Figura V.20. Tipologia do Traçado: traçado urbano.
Fonte: Autor.

Figura V.21. Tipologia do Traçado: traçado e eixos estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura V.22. Tipologia do Traçado: traçado e eixos estratégicos.
Fonte: Autor.

Figura V.23. Tipologia do Traçado: traçado primário e secundário.
Fonte: Autor.

Figura V.24. Tipologia do Traçado: traçado primário e secundário.
Fonte: Autor.

Figura V.25. Tipologia do Traçado: traçado primário e edificado de excepção.
Fonte: Autor.

Figura V.26. Tipologia do Traçado: estrutura morfológica e dispositivos de nível intermédio.
Fonte: Autor.

Figura V.27. Tipologia do Traçado: estrutura morfológica e dispositivos de nível intermédio.
Fonte: Autor.

Figura V.28. Tipologia do Traçado: sistema de espaços públicos e edificado corrente.
Fonte: Autor.

VI. ANEXO VI DIAGRAMAS COMPARATIVOS DOS ELEMENTOS PRIMÁRIOS NOS PLANOS DE AGUIAR

Figura VI.01. Plano Geral de Urbanização de Albergaria-a-Velha e Alenquer.
Fonte: Autor.

Figura VI.02. Plano Geral de Urbanização de Arrábida e Arraiolos.
Fonte: Autor.

Figura VI.03. Plano Geral de Urbanização de Cantanhede, 1945 e 1947.
Fonte: Autor.

Figura VI.04. Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco e Covilhã.
Fonte: Autor.

Figura VI.05. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945 e 1963.
Fonte: Autor.

Figura VI.06. Plano Geral de Urbanização de São Miguel da Guarda e Monfortinho.
Fonte: Autor.

Figura VI.07. Plano Geral de Urbanização de Olhão e Palmela.
Fonte: Autor.

Figura VI.08. Plano Geral de Urbanização de Penhas da Saúde e Ponta Delgada.
Fonte: Autor.

Figura VI.09. Plano Geral de Urbanização de Santarém e Setúbal 1944.
Fonte: Autor.

Figura VI.10. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955 e 1962.
Fonte: Autor.

Figura VI.11. Plano Geral de Urbanização de Tortosendo e Viana do Castelo 1945.
Fonte: Autor.

Figura VI.12. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948 e 1961.
Fonte: Autor.

Figura VI.13. Plano Geral de Urbanização de Vila Real e Vila Viçosa.
Fonte: Autor.

Figura VI.14. Plano Geral de Urbanização de Vimieiro e Viseu.
Fonte: Autor.

Figura VI.15. Plano Geral de Urbanização de Vouzela.
Fonte: Autor.

Figura VI.16. Plano Geral de Urbanização de Bafatá e Cabinda.
Fonte: Autor.

Figura VI.17. Plano Geral de Urbanização de Caconda e Catumbela.
Fonte: Autor.

Figura VI.18. Plano Geral de Urbanização de Díli e Inhambane.
Fonte: Autor.

Figura VI.19. Plano Geral de Urbanização de Lândana e Malanje.
Fonte: Autor.

Figura VI.20. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952 e 1956.
Fonte: Autor.

Figura VI.21. Plano Geral de Urbanização de Luanda. 1946 e 1952.
Fonte: Autor.

Figura VI.22. Plano Geral de Urbanização de Margão e Mindelo.
Fonte: Autor.

Figura VI.23. Plano Geral de Urbanização de Moamba e Moçâmedes.
Fonte: Autor.

Figura VI.24. Plano Geral de Urbanização de Mormugão e Nacala.
Fonte: Autor.

Figura VI.25. Plano Geral de Urbanização de Namaacha e Novo Redondo.
Fonte: Autor.

Figura VI.26. Plano Geral de Urbanização de Nova Lisboa.
Fonte: Autor.

Figura VI.27. Plano Geral de Urbanização de Porto Amboim e Praia.
Fonte: Autor.

Figura VI.28. Plano Geral de Urbanização de Quelimane, 1.º e 2.º Estudo.
Fonte: Autor.

Figura VI.29. Plano Geral de Urbanização de Ressano Garcia e Robert Williams.
Fonte: Autor.

Figura VI.30. Plano Geral de Urbanização de Sá da Bandeira e Silva Porto.
Fonte: Autor.

Figura VI.31. Plano Geral de Urbanização de São Tomé 1951 e 1954.
Fonte: Autor.

Figura VI.32. Plano Geral de Urbanização de Teixeira da Silva e Tete.
Fonte: Autor.

Figura VI.33. Plano Geral de Urbanização de Vila de Manica e Vila Junqueiro.
Fonte: Autor.

Figura VI.34. Plano Geral de Urbanização de Vila Luso e Vila Salazar.
Fonte: Autor.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01. Correspondência entre as Disciplinas e os respectivos Docentes, entre 1931 e 1946.

Fonte: Moniz, 2011.

Tabela 02. Tabela Cronológica da Produção Arquitectónica desenvolvida por Aguiar no seu Atelier.

Fonte: Autor.

Tabela 03. Tabela Cronológica da Produção Arquitectónica desenvolvida por Aguiar no GUC/GUU.

Fonte: Autor.

Tabela 04. Tabela das Zonas e Usos atribuídos a cada Plano.

Fonte: Autor.

Tabela 05. Tabela de Controlo de Invariantes.

Fonte: Autor.

Tabela 06. Tabela das Zonas e Usos atribuídos a cada Plano.

Fonte: Autor.

Tabela 07. Tabela de Controlo de Invariantes.

Fonte: Autor.

ÍNDICE DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AA	Architectural Association School of Architecture
AAP	Associação de Arquitectos Portugueses
AGEMN	Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino da Direcção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas
ANBA	Academia Nacional de Belas Artes
APU	Ante Plano de Urbanização
ARQ	Arquitecto
ATBAT	Atelier des Batisseurs
CCTA	Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Sahara
CEG	Centro de Estudos Geográficos
CIAM	Congrès International d'Architecture Moderne (Congresso Internacional de Arquitectura Moderna)
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CGD	Caixa Geral de Depósitos e Crédito e Previdência
CM	Câmara Municipal
CMF	Câmara Municipal de Faro
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CMLD	Câmara Municipal de Luanda
CMLM	Câmara Municipal de Lourenço Marques
CMPD	Câmara Municipal de Ponta Delgada
CMS	Câmara Municipal de Setúbal
CMST	Câmara Municipal de São Tomé
CMVC	Câmara Municipal de Viana do Castelo
CODA	Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto
CSOP	Conselho Superior de Obras Públicas
CTT	Correios, Telegráficos e Telefones
CUF	Companhia União Fabril
DGEMN	Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGOPC	Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações
DGSU	Direcção Geral de Serviços de Urbanização
DGSUO	Direcção Geral de Serviços de Urbanização e Obras
DGT	Direcção Geral do Território
DL	Decreto-Lei
DMPGU	Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística
DSUH	Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação
DSUO	Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras

EBAL	Escola Belas Artes de Lisboa
EBAP	Escola Belas Artes do Porto
EGAP	Exposições Gerais de Artes Plásticas
EN	Estrada Nacional
ENG	Engenheiro
FIG	Figura
GEU	Gabinete de Estudos de Urbanização
GNR	Guarda Nacional Republicana
GUC	Gabinete de Urbanização Colonial
GUU	Gabinete de Urbanização Ultramarino
ICAT	Iniciativas Culturais Arte e Técnica
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
IST	Instituto Superior Técnico
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
JAA	João António de Aguiar
JAE	Junta Autónoma de Estradas
JMGIC	Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar
L	Lei
MC	Ministério das Colónias
MOP	Ministério das Obras Públicas
MOPC	Ministério das Obras Públicas e Comunicações
MU	Ministério do Ultramar
MUD	Movimento de Unidade Democrática
ODAM	Organização dos Arquitectos Modernos
PU	Plano de Urbanização
PGU	Plano Geral de Urbanização
PDUL	Plano Director de Urbanização de Lisboa
PGUCL	Plano Geral de Urbanização de Lisboa
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PP	Plano de Pormenor
RGEU	Regulamento Geral das Edificações Urbanas
SMU	Secção de Melhoramentos Urbanos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas e Comunicações
SNA	Sindicato Nacional de Arquitectos
SNBA	Sociedade Nacional de Belas Artes
SNI	Secretariado Nacional de Informação
SPN	Secretariado de Propaganda Nacional
UIA	União Internacional de Arquitectos
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

"Reconhecer a realidade como uma forma de ilusão, e a ilusão como uma forma da realidade, é igualmente necessário e igualmente inútil. A vida contemplativa, para sequer existir, tem que considerar os acidentes objectivos como premissas dispersas de uma conclusão inatingível; mas tem ao mesmo tempo que considerar as contingências do sonho como em certo modo dignas daquela atenção a elas, pela qual nos tornamos contemplativos."

Fernando Pessoa, *O Livro do Desassossego*

A cidade europeia anterior à revolução industrial é, em geral, desordenada, superlotada e insalubre. Os sistemas de saneamento são incipientes ou inexistentes. Em meados do século XVIII, a medicina dos organismos dá lugar à medicina das coisas[1] e do habitat (ar, da água, decomposição orgânica, etc.). O conceito de medicina urbana incide sobre os efeitos do meio sobre o Homem. Juntamente com contribuições de outras áreas do conhecimento, como a Fisiologia e a Química, o tema da higiene ganha corpo científico e passa a influenciar a administração das cidades. São sugeridas normas de organização[2] e de utilização do seu espaço público, subordinadas a uma prática higienista, tais como: a localização preferencial de equipamentos como um hospital ou um cemitério; a definição de regras para a edificação de habitações, escolas e edifícios públicos; ou a intervenção no traçado urbano de áreas insalubres.

A alteração das relações sociais e o crescimento demográfico induzem um processo contínuo de deslocação de populações dos campos para as cidades, agravando permanentemente os problemas de saturação. Grassa a miséria em largas camadas dessa população. As epidemias (i.e.: peste, cólera e febre amarela), crescem em gravidade e frequência.

A Revolução Industrial aumenta a pressão sobre as cidades, agravando os problemas existentes e acarretando outros, como o da poluição fabril. A fragilidade económica da maior parte da população não se altera. Uma nova classe social nasce – o proletariado – que agrupa uma grande massa de mão de obra operária sem meios e acantonada em zonas da cidade ou em arrabaldes onde faltam condições mínimas de habitabilidade. A necessidade de encontrar soluções propicia o surgimento de propostas de origem e cariz vários, muitas delas utópicas, mas que em qualquer caso prefiguram já, de certo modo, um acto fundador de um pré-urbanismo: o Falanstério de Fourier (1822), o Familistério de Guise, de Godin (1874), a France-Ville de Jules Verne (1879), o modelo da Cidade Industrial de Garnier (1917), a Cité-Jardin francesa de Benoit-Levy (1904), a Garden-City de Howard (1919) e a Cité Radieuse de Le Corbusier (Choay, 1965), entre outros.

A corrente *Higienista* vai influenciar decisivamente a prática urbana. É neste contexto que vão consolidar-se os movimentos da *Cidade-Jardim* e da *City Beautiful,* aos quais se vai posteriormente juntar o *Movimento Moderno*. Estes movimentos (nas suas diversas declinações) vão marcar, em maior ou menor grau, todas as grandes operações de reorganização territorial da primeira metade do século XX na Europa. E, em países como a França, detentores de territórios coloniais, estes modelos foram mesmo adaptados e para ali transpostos.

[1] In: Foucault, 1984: 92.

[2] O ideal da cidade sadia do abade Jacquim (1762) ditava a sua localização numa colina, desprovida das muralhas que impediam a correcta circulação do vento, e dotada de arruamentos largos e praças desafogadas munidas de fontes.

Portugal não é excepção à regra europeia e, principalmente a partir de 1934 (na *Metrópole*) e após 1944 (nas *Colónias*), vai desenvolver, também ele, um programa de grandes intervenções territoriais que é igualmente tributário das ideias dominantes referidas. No caso português, contudo, para além das condicionantes dos lugares, houve que lidar com questões suplementares de grande peso: fragilidade crónica do país (crise económica e social permanente, ruralidade persistente e instabilidade política contínua (desde inícios do século XIX), dispersão territorial imensa (por vários continentes) e, ainda, a sujeição a um programa político-ideológico, nacionalista e autoritário, imposto por um "agente" único – o Regime saído do golpe militar de 28 de Maio de 1926.

Nas primeiras décadas do século XX vivia-se, Europa fora, no rescaldo de processos de recomposição territorial longos e dolorosos: a unificação Alemã e Italiana, as tensões seguidas de desmembramento do Império Austro-húngaro, a queda da monarquia Russa e a sua substituição por um regime comunista, a depressão e a crise económica generalizadas no mundo ocidental. Pelo meio, uma guerra mundial devastadora. Enfim, um terreno fértil para o exacerbamento de ideias identitárias, suporte ideológico de nacionalismos cada vez mais agressivos.

Portugal, após todo um século XIX de instabilidade e atraso económico (falhara largamente a Revolução Industrial) aboliu a Monarquia e entrou num novo período de desorganização e instabilidade política, a 1ª República; situação que a participação na I Grande Guerra viria agravar e que, após mais alguns anos de degradação, precipitou o país para um golpe militar (28 de Maio de 1926) de que resultaria uma ditadura que iria durar quase meio século. O Regime saído do golpe de 1926, embora não se tendo deixado envolver nos desmandos que levaram à catástrofe da II Guerra, apresentava as mesmas tendências ideológicas crescentes no resto da Europa e fazia do orgulho identitário um dos seus mais importantes instrumentos de coesão interna.

Para o Regime português, a afirmação da identidade nacional constituía, além disso, um elemento decisivo da estratégia de preservação dos territórios coloniais: primeiro face à cobiça de outras potências, antiga mas então descaradamente afirmada (a defesa das *Colónias* foi a razão que fez o país participar na I Guerra Mundial e, nesta como na segunda, alguns territórios chegaram mesmo a ser invadidos); mais tarde, como contraponto aos movimentos independentistas locais nascentes.

Em ambas as vertentes, interna e externa, esta estratégia assentava essencialmente na construção de uma imagem de Portugal como país que, embora geograficamente descontínuo e etnicamente diverso, constitui uma nação coesa e homogénea: uma só história, uma só cultura e uma só identidade. Era uma construção evidentemente artificial, mas que o Regime arvorou em objectivo nacional principal, tendo aí investido esforço político e financeiro nunca antes visto. A dupla estratégia resultou num dos movimentos de afirmação identitária

mais vincados da história portuguesa e foi orquestrada teórica e politicamente pelo Regime autoritário de Salazar através de uma ideia de redefinição da "essência orgânica da Nação Portuguesa" (cf.: Acto Colonial de 1933) com vista à renovação profunda do país, isto é, à criação de um "Estado Novo" (Cf.: Constituição de 1933).

A Arquitectura, instrumento tradicional de propagação ideológica enquanto materialização da realidade cénica que se quer projectar, foi expressamente designada como peça chave da concretização dos elementos conceptuais do país apregoado. Na direcção política das acções do Regime nesta área, sobressaem duas figuras decisivas: para a Metrópole, Duarte Pacheco, que vai transformar a imagem do país através da criação dos Planos Gerais de Urbanização, em 1934; para o Ultramar, Marcello Caetano (no seu período como Ministro das *Colónias*), dez anos mais tarde, mas com idêntico programa ideológico, impõe uma intervenção centralizada, a partir de Lisboa, através do Gabinete de Urbanização Colonial (mais tarde transformado em Gabinete de Urbanização do Ultramar e finalmente absorvido por uma Direcção Geral do Ministério do Ultramar).

TEMA

O processo concreto de revalorização e modernização das cidades, posto em prática pelo Estado Novo na *Metrópole* e nas *Colónias*, originou um inusitado volume de encomenda pública aos Arquitectos portugueses. É certo que foram chamados a colaborar principalmente os partidários ou simpatizantes do Regime mas, ainda assim, compreende-se mal a quase ausência de análises e estudos sobre um tão rico período que, diga-se, espalhou Arquitectura e Urbanismo nacionais por três continentes.

Embora o número de projectistas seja reduzido, é enorme o volume e a dispersão geográfica da obra produzida para o Estado Novo. Além disso, as estratégias urbanas de conjunto e as operações concretas realizadas não seguiram sempre um caminho paralelo. Acresce que a documentação conhecida não está ainda devidamente organizada e, para boa parte da obra, não se confirmou o paradeiro dos respectivos suportes documentais – os projectos. A caracterização detalhada deste período implica, assim, um trabalho que vai evidentemente muito além da investigação que nos propomos. Na verdade, nem se pretende, com o presente estudo, chegar a conclusões definitivas sobre as grandes direcções que tomaram o Urbanismo e a Arquitectura numa época tão complexa como a do Estado Novo. É exclusivamente no âmbito do Projecto Urbano de João António de Aguiar (1939-1974) que a nossa análise se situa. Evidentemente que, sendo Aguiar um dos maiores expoentes desse período, gostaríamos, afinal, de poder pensar, ainda que com modéstia, que a seriedade de um trabalho de cariz e objectivo puramente académicos, possa de algum modo constituir um contributo para o

trabalho de fôlego a que, insiste-se, nos parece indispensável deitar mãos.

A importância de João António de Aguiar para a Arquitectura do Estado Novo mede-se, desde logo, pela dimensão da sua produção – só em Planos Gerais de Urbanização, ronda a centena e meia de projectos na *Metrópole* e nas *Colónias*, o que faz dele o Arquitecto Urbanista português então mais solicitado – mas também pela duração da sua intervenção: Aguiar redesenhou cidades e projectou estruturas urbano-arquitectónicas coesas durante trinta e cinco anos consecutivos.

Um papel de tal peso explica-se plausivelmente por duas ordens de razões: em primeiro lugar, Aguiar era, na época, um dos Arquitectos portugueses melhor preparados em matéria de Urbanismo (uma especialidade que, diga-se, ainda não tinha sequer sido assumida pelo sistema de ensino nacional) resultado de anos de experiência como Arquitecto da Câmara Municipal de Lisboa (CML) e de colaborações técnicas com nomes como Cristino da Silva, Agache, de Groër e Keil do Amaral; em segundo lugar, o contexto formativo e profissional de Aguiar evidenciam que Aguiar foi um leal colaborador do Estado Novo.

O período de tempo em que Aguiar exerceu a sua actividade é delimitado principalmente por dois acontecimentos que definem, também, os limites temporais desta investigação: O primeiro é a publicação do Decreto Lei N.º 24 802 (21 de Dezembro de 1934) que, ao estabelecer a figura dos Planos Gerais de Urbanização, marcou a Arquitectura e o Urbanismo nacionais e, evidentemente, também o Projecto Urbano de João António de Aguiar; o segundo é o momento da promoção de Aguiar a Inspector Superior de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar (1958), facto que o afasta da sua actividade principal de projectista para as *Colónias* (embora tenhamos o período de estudo até finais de 1960, ano da conclusão dos Planos que Aguiar tinha em curso no momento da promoção).

É sobretudo a partir de 1938, com o início da sua actividade liberal, que a produção arquitectónica de Aguiar, maioritariamente focada no Projecto Urbano, jorra em abundância inusitada. E é extraordinário que, apesar do volume de trabalho no atelier (onde, aliás, não contava com o apoio de mais nenhum Arquitecto), Aguiar não tenha nunca reduzido a sua actividade liberal (que manteve até à morte em 1974). De facto, acumulou, até 1945, com as funções na Câmara e, a partir daí, com um cargo permanente no Departamento de Urbanismo do recém fundado Gabinete de Urbanização Colonial – e é aqui que vai projectar intensamente para os territórios de Angola, Cabo Verde, Guiné, Índia, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor.

A obra de Aguiar é, assim, vasta e diversificada, não tendo ainda sido objecto do estudo que manifestamente merece. Há, portanto, um longo caminho a percorrer para apreender toda a sua dimensão e a do respectivo contributo para a caracterização do período em que foi concebida. Espera-se que a recente

disponibilização do espólio do Arquitecto permita realizar um estudo completo da sua obra. Mas também não é esse – nem poderia ser – o objectivo deste trabalho. Uma questão delimita com precisão o objecto do estudo que nos propomos e sobressai de um contacto preliminar, embora intenso, com a dita obra, no âmbito de trabalhos de identificação, organização e catalogação do acervo documental do referido espólio. Até ser chamado a intervir nas Colónias africanas a obra de Aguiar é exclusivamente metropolitana e, nessa medida, confronta problemas específicos de um tecido urbano marcado por um contexto histórico, geográfico e social totalmente diverso do das cidades coloniais. Naturalmente, também as soluções de projecto encontradas se adivinhariam diferentes e, nessa perspectiva, o contexto da "encomenda" do Regime, pondo à cabeça a necessidade da homogeneização da imagem da Nação, colocava evidentemente uma dificuldade ao projectista. A forma como Aguiar enfrentou esta dificuldade parece-nos de especial interesse para a caracterização da sua obra e, num plano mais alargado, da Arquitectura de Cidade no Estado Novo.

A compreensão do percurso e obra de João António de Aguiar e da sua visão de Cidade no Estado Novo constitui o tema geral da presente investigação. O seu tema específico centra-se na comparação do trabalho produzido por Aguiar para a *Metrópole* com o que desenvolveu para as *Colónias*, visando perceber se os pressupostos subjacentes ao enunciado conceptual dos seus projectos numa parte do mundo são diferentes dos que regeram outros projectos seus desenhados para realidades situadas a mais de 8.000km de distância.

Como anteriormente referido, a vasta e diversificada obra de Aguiar se, por um lado, é balizada à partida por uma encomenda formal bem delimitada, por outro, destina-se a contextos geográficos, históricos e culturais muito diversos. Qualquer que fosse a rigidez dos contornos da encomenda, a Arquitectura e portanto o Arquitecto não podem deixar de considerar as formas e os significantes económicos e culturais que lhe impõem os diversos contextos em que opera. Ora, a diversidade de circunstâncias entre a *Metrópole* e as *Colónias* é tal que exigiu certamente a Aguiar abordagens específicas em cada caso. Na verdade, de um contacto preliminar com o desenho colonial de Aguiar, sobressai, ao contrário do que sucede na *Metrópole*, a não intervenção no núcleo preexistente, o que dá origem a Arquitecturas bastante diversas.

As diferenças, se não assentes em divergências de discurso (a "encomenda", autoritariamente imposta, era a mesma para todos os territórios) parecem só poder decorrer de uma forma de projectar específica da sua produção colonial, necessariamente diversa da que usa na *Metrópole*. A análise desta diferenciação afigura-se interessante a dois títulos: primeiro, enquanto elemento identificador de uma eventual Prática Urbana nova; segundo porque, a confirmar-se, poria seriamente em crise a lealdade de Aguiar à "encomenda" do Regime nas *Colónias* e, eventualmente também, a ideia largamente divulgada de que à Arquitectura do Estado Novo corresponde uma única e una ideia de Cidade.

HIPÓTESE

É a verificação, estudo e compreensão deste aspecto preciso na obra de João António de Aguiar, enquanto elemento discordante da linha de actuação esperada no contexto da sua circunstância principal, que constitui o objecto preciso deste trabalho. O qual, por razões metodológicas, nos propomos desenvolver a partir da seguinte **Hipótese de Trabalho** que se tornou visível desde a primeira abordagem à obra do Arquitecto: no **desenho urbano de João António de Aguiar, existe uma distinção metodológica de projecto entre o trabalho desenvolvido para a *Metrópole* e o destinado às *Colónias*.**

Esta hipótese será testada através da análise de nove casos de estudo (projectos para capitais de Distrito e capitais de Província Coloniais), com a qual procuraremos identificar, na Prática Urbana de Aguiar:

-Eventuais métodos operativos e estratégias concretas, incluindo princípios base de intervenção nas várias escalas que confiram identidades arquitectónicas singulares à sua obra metropolitana, por um lado e colonial, por outro.

-Um possível conjunto de invariantes, reconhecível e constante, que permita avaliar uma eventual duplicidade de abordagens, na perspectiva da coerência conceptual da Arquitectura praticada.

Os resultados da análise comparativa serão ainda submetidos a uma segunda validação, através da análise comparativa sistemática (por território) das invariantes de um conjunto de mais de cem Planos Gerais de Urbanização.

Situamo-nos, portanto, no campo da Teoria e Prática do Projecto. Embora porque, pela sua própria natureza, a Arquitectura acaba inevitavelmente por ser um campo de relações vasto e transdisciplinar, seja evidentemente inevitável referirmo-nos também às dimensões ideológica, metodológica, técnica e imagética da obra em estudo. Mas é, repita-se, o *modus operandi* do projectista que aqui chama principalmente a nossa atenção.

METODOLOGIA

A História Urbana (na perspectiva de G. Carlo Argan) constitui um ponto de partida incontornável para a leitura dos vários tempos de construção da cidade, associando ao discurso dos seus factos urbanos a compreensão das relações entre as suas várias partes ou áreas homogéneas (no entendimento de Aldo Rossi). É esta a chave de leitura que servirá de guia para a análise da matéria em estudo: a Arquitectura da Cidade, enquanto expressão física de um discurso complexo, preciso e destinado a perdurar como testemunho permanente do modo de habitar do Homem e dos seus padrões culturais e socioeconómicos.

Em termos de organização, procura-se, numa primeira fase, compreender o contexto em que Aguiar desenvolveu a sua actividade (formação, influências, relações; viagens, etc.) Numa segunda tenta-se identificar, a partir dos casos de estudo (Faro, Ponta Delgada, Setúbal e Viana do Castelo, por um lado e Díli, Lourenço Marques, Luanda, Praia e São Tomé, por outro) as características metodológicas e formais comuns aos diferentes planos, e interpretar os "códigos" urbanos e o quadro instrumental utilizados (a prática do traçado urbano, da edificatória e dos sistemas que lhe estão associados).

Esta organização permitirá, numa terceira fase, estabelecer leituras comparativas entre os diferentes Planos objecto de estudo, envolvendo as referências metodológicas, os objectivos e os conteúdos programáticos e conceptuais de cada um.

A dimensão do trabalho de Aguiar impôs-nos a elaboração de um inventário de modo a poder apreendê-la mais facilmente. São mais de 150 Planos Gerais de Urbanização[3] localizados e identificados (contrapondo *Metrópole* e *Colónias*: PGU - 74/77; Arranjos Urbanos - 55/16; Edifícios de Excepção 14/32). Ao longo do estudo deparámo-nos, contudo, com referências a mais trabalhos, aqui não listados por não ter sido possível recolher os respectivos suportes documentais. É portanto seguro que os números, já de si impressionantes, vão além dos que se podem garantir desde já com fiabilidade.

Identificadas as entidades[4] que possuíam elementos/peças da autoria de Aguiar e, bem assim, a tipologia desses documentos, na inventariação de tão grande e diversa obra impusemo-nos dois critérios principais: primeiro agrupam-se os planos em dois grandes conjuntos geográficos, um referente à Metrópole, o outro às Colónias; estes dois agregados são, por sua vez, divididos em subconjuntos

[3] Os Planos Gerais de Urbanização são sujeitos a diversas Alterações e Revisões (também é utilizado por Aguiar o termo Remodelação). Uma Alteração pressupõe acertos de pormenor, mantendo-se válida a aprovação ministerial do PGU anterior. Uma Revisão encerra alterações significantes ao Projecto Urbano original e requer nova validação ministerial. Na contabilização que apresentamos, as Alterações são excluídas e cada Revisão é considerada como um novo PGU.

[4] No desenvolvimento desta pesquisa constatamos que grande parte da documentação relativa à obra deste Arquitecto se encontra dispersa entre o Arquivo Histórico Ultramarino, a Direcção Geral do Território, o Arquivo do Ministério das Obras Públicas, as Câmaras Municipais das cidades a que os Planos se destinavam e os Arquivos Históricos dessas mesmas cidades. No entanto, e apesar de termos consultado todas essas entidades, muitos desses processos estão incompletos, existindo mesmo muitas peças soltas, de difícil identificação.

mais pequenos correspondentes à região e à cidade; finalmente organiza-se cada conjunto ou subconjunto segundo as três principais escalas da intervenção do Arquitecto: Planos Gerais de Urbanização, Arranjos Urbanos e Edifícios.

Na análise dos casos de estudo, a ideia geral é identificar conteúdos programáticos, conceitos essenciais e metodologias projectivas, reconhecendo as premissas que definem as invariantes do Projecto Urbano e os pressupostos da concepção arquitectónica subjacentes. Simultaneamente identificam-se as estratégias de desenvolvimento, as linhas de abordagem do Projecto Urbano e as interacções com o lugar, confrontando-se os diferentes programas nas suas relações, valências e funções.

Estrutura-se o estudo de cada caso em três níveis consecutivos: a Tipologia do Crescimento, o Sistema de Lugares e a Tipologia do Traçado. Primeiramente analisa-se cada plano individualmente através de representações gráficas esquemáticas (quando exista mais de uma versão do PGU por cidade, todas são estudadas e comparadas entre si). Procede-se depois à comparação dos planos dentro de cada grande conjunto geográfico (Metrópole e Colónias) na procura de eventuais invariantes e padrões de recorrência comuns. Por fim, testa-se a validade dos resultados desta análise, através de uma comparação sistemática destes com um conjunto de outros Planos Gerais de Urbanização pertencentes a cada grande grupo geográfico.

Assim, o método de trabalho adoptado é o Descritivo Analítico[5], que se caracteriza pela identificação dos elementos morfológicos, programáticos e tipológicos que compõem os planos de João António de Aguiar, em estudo, permitindo uma investigação das partes constituintes, que possibilite identificar as razões, a natureza e os efeitos, destes. Desta análise pretende-se obter a essência dos planos – modelos de referência, matrizes e invariantes.

Impõe-se ainda uma delimitação temporal do estudo, que incidirá apenas no período em que teve principalmente lugar a intervenção de Aguiar nas grandes obras públicas de modernização e de unificação da imagem do país. Dois factos balizam esse período: o primeiro é a data de publicação do Decreto Lei N.º 24 802 (1934), que estabeleceu a figura dos Planos de Urbanização, marcando assim a Arquitectura e o Urbanismo nacionais e o Desenho da Cidade produzida por João António de Aguiar; o segundo é o momento em que Aguiar deixou as funções de projecto para assumir a de Inspector Superior de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar (1959 – embora o período analisado se estenda até 1960, ano em que Aguiar concluiu os Planos que tinha em curso e que continuou, apesar das suas novas funções).

[5] A parte deste método de trabalho correspondente ao processo analítico segue a metodologia da análise morfológica.

OBJECTIVOS

Metodologicamente, o objectivo principal é identificar tanto as estratégias de desenvolvimento como as linhas de abordagem patentes no Projecto Urbano de João António de Aguiar, na Metrópole e nas Colónias. A ideia é compreender as características metodológicas e formais dos modelos de trabalho do autor, reconhecendo eventuais premissas que definam as invariantes do desenho urbano e os pressupostos da concepção arquitectónica subjacente. Complementarmente, pretende-se:

- Determinar quais os instrumento urbanísticos utilizados para desenvolver os seus Planos;

- Identificar as influências conceptuais que possam estar por detrás dos instrumentos de intervenção urbana;

- Confrontar os diferentes tipos de programas, as suas relações e as várias valências das suas funções (física e simbólica, envolvendo as relações ambientais e os diferentes níveis de apropriação);

- Organizar uma listagem cronológica da obra de João António de Aguiar.

ESTADO DE ARTE

A bibliografia sobre a obra de João António de Aguiar é escassa. Ainda assim são de grande utilidade vários contributos publicados sobre a produção arquitectónica do Estado Novo, entre os quais se destacam o livro de Pedro Vieira de Almeida (2002) "A Arquitectura no Estado Novo, uma leitura crítica", a dissertação de doutoramento de Margarida Acciaiuoli (1991) "Os Anos 40 em Portugal: o País, o Regime e as artes", o nº 142 da Revista Arquitectura, dedicado ao Estado Novo e a comunicação de Nuno Teotónio Pereira para o Colóquio sobre o Estado Novo de 1986.

Os referidos textos oferecem uma visão da Arquitectura da época, dos seus *modelos* e *tipologias* assim como da linguagem que lhes está subjacente. Na perspectiva espacial – da cenografia – o estudo de Margarida Acciaiuoli (1998) a propósito das exposições do Estado Novo, é peça fundamental. No que diz especificamente respeito a João António de Aguiar, Margarida Souza Lôbo (1993) traça uma perspectiva do papel que o mesmo desempenhou no Urbanismo nacional e do modo como alguns dos seus planos se organizavam. A mesma autora é ainda decisiva para a construção da visão sobre a produção arquitectónica dos Planos Gerais de Urbanização expressa neste trabalho. Refira-se ainda a tese de Sandra Vaz Costa (2009), dedicada ao estudo da obra pública de Duarte Pacheco. Para os casos de estudo na *Metrópole* recorre-se, principalmente, à investigação "Viana do Castelo: a consolidação de uma cidade" de Mário Gonçalves Fernandes (1995), à revista "Setúbal, a Cidade e o

Rio, à dissertação de mestrado de Vasco Raminhas da Silva (2009) "Planeamento e Gestão Urbanística na Cidade de Setúbal" e à investigação de Manuel Teixeira e Margarida Vala (1999) "O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII, Portugal--Brasil". Enfim, muita da informação sobre Aguiar usada no presente trabalho foi obtida por recolha directa de depoimentos de pessoas que com ele trabalharam, por análise de documentação dos processos administrativos dos seus projectos e a partir de elementos do seu espólio. Referem-se ainda como fontes os arquivos da Direcção Geral do Território e de algumas Câmaras Municipais.

Isto quanto à *Metrópole* pois que, relativamente à intervenção colonial de Aguiar, verificámos existir uma maior produção científica. Desde logo a investigação coordenada por Maria Clara Mendes (2007) que identifica e data a maior parte dos Planos de Urbanização respectivos, trabalho que é completado por duas pesquisas, de dois colaboradores da referida autora, com leituras do que foi a obra de Aguiar em alguns territórios: Sérgio Proença (2007) com a dissertação de mestrado "Urbanismo Colonial nas Províncias Orientais" e Sérgio Padrão Fernandes (2016) que investiga as "Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização de Cabo Verde 1934-1974". Para a cidade de Lourenço Marques destaca-se a investigação de João Sousa Morais, de 2001, "Maputo: património da estrutura e forma urbana, topologia do lugar". Citam-se ainda o estudo coordenado por Ana Vaz Milheiro (2009-2013) sobre a cultura e prática arquitectónicas dos Gabinetes de Urbanização Colonial e diversas publicações que resultaram desse estudo, contribuindo para um enquadramento da Arquitectura e do Urbanismo no espaço colonial português no período em estudo.

Para o estudo específico de Aguiar, recorreu-se ao acervo de várias entidades e, maioritariamente, ao Arquivo Histórico Ultramarino, aos documentos do espólio pessoal do Arquitecto e a três pequenas publicação da sua autoria – "Acerca do Anteprojecto de Urbanização da Cidade da Beira", 1946; "L´Habitation dans les Pays Tropicaux", 1952; "Normas para a Instalação dos Liceus e do Ensino Profissional nas Províncias Ultramarinas", 1956 – nos quais expressa uma visão pessoal sobre o Urbanismo e a Arquitectura em regiões tropicais.

A contextualização e fundamentação da análise teórica apoia-se num conjunto de referências , das quais importa destacar a tese de doutoramento de Luís Afonso (1991) "Arquitectura da Cidade, Limite e Forma Urbana", pelo seu contributo para:

- O entendimento dos mecanismos do exercício da Prática Urbana através da sua decomposição abstracta nas *Práticas do Limite, do Traçado e da Edificatória*;

- A definição de numerosos conceitos e de um conjunto de categorias de análise morfológica e tipológica, adoptados como ferramenta de investigação.

As seguintes teses de doutoramento contribuíram significativamente para a consolidação de conceitos estruturantes da análise da Cidade: "Morfologia Urbana e Desenho da Cidade", de José Lamas (1989); "A Complexidade do Traçado", de Carlos Dias Coelho (2002); "Génese e Forma dos Traçados das Cidades Portuguesas: morfologia, tipologia e sedimentação" de Sérgio Padrão Fernandes (2014) e; "A Diversidade da Rua na Cidade de Lisboa: Morfologia e Morfogénese", de Sérgio Proença (2014).

Assumem-se ainda como referências as obras de: Marcel Pöete (1929), pelo seu conceito de *permanências*; Saverio Muratori (1963), pelo seu método *tipo-morfológico*; Aldo Rossi (1966), pela análise que faz da criação e transformação da Cidade; Gianfranco Caniggia e Gian Luigi Maffei (1979), pela transposição do método *tipo-morfológico* de análise do edificado de Muratori para o contexto da análise da Cidade; Pierre Merlin e Françoise Choay (1988), pelo seu Dicionário do Urbanismo; Philippe Panerai, Jean Castex e Jean-Charles Depaule (1999), pela sua reflexão sobre a importância do traçado urbano e a sua evolução ao longo da história da Cidade.

ESTRUTURA

Na prossecução dos objectivos referidos, a presente investigação articula-se em cinco partes fundamentais:

A primeira – ***Arquitectura, Urbanismo e Política*** – pressupõe que, não sendo possível compreender qualquer época como um fenómeno isolado é necessário considerar com algum detalhe o respectivo *Contexto Histórico*. O que fazemos em dois capítulos: Um, para contextualização da *Arquitectura* e *Desenho Urbano na Metrópole*, da *Arquitectura* e *Desenho Urbano* nas *Colónias* e das Influências Externas que países como França e Inglaterra representavam para o panorama nacional; Outro – *Contexto Disciplinar e Metodológico* – que estabelece os *Conceitos* e as *Definições* que fundamentaram a *Análise Morfológica* e a *Tipologia Urbana* que estiveram na base deste estudo.

A segunda parte – ***Um Arquitecto no Estado Novo*** – descreve (terceiro capítulo) A *Formação* de João António de Aguiar, de onde se destaca o percurso na *Câmara Municipal de Lisboa* e os estudos na *Escola Superior de Belas Artes*. Segue-se (quarto capítulo) uma descrição da *Actividade Profissional de Aguiar*, acumulando intensa actividade liberal de *Ateliê* com o trabalho no *Ministério das Colónias* e com a produção de diversos *Escritos Soltos*.

A terceira parte – ***A Arquitectura da Cidade na Metrópole*** – e a quarta – ***A Arquitectura da Cidade nas Colónias***, fazem uma análise comparativa dos casos de estudo[6] (*Faro, Ponta Delgada, Setúbal e Viana do Castelo por contraponto a Díli, Lourenço Marques, Luanda, Praia e São Tomé*) através do seguinte processo:

1) Descrição da evolução da Forma Urbana da Cidade de cada

caso de estudo até à encomenda da primeira versão do Plano;

2) Descrição dos casos e dos seus desdobramentos;

3) Análise morfológica individual de cada caso;

4) Análise comparativa dos casos por área geográfica (Metrópole e Colónias);

5) Apresentação dos resultados parciais da análise por área geográfica;

6) Validação dos resultados parciais através da análise morfológica comparativa sistemática de mais de cem Planos de Aguiar por área geográfica.

Por fim, na quinta parte – ***Conclusão*** – serão apresentados os resultados de toda a investigação, organizados numa síntese – *Comparação Metrópole - Colónias* – das análises realizadas e, posteriormente, a apresentação do que se considera ser o *modus operandi* da Prática Urbana do Arquitecto.

[6] Um caso de estudo corresponde a um Plano Geral de Urbanização e aos seus desdobramentos (Esbocetos, Alterações e Revisões), todos da autoria de João António de Aguiar.

PARTE I

ARQUITECTURA, URBANISMO E POLÍTICA

As primeiras décadas do século XX são de crise. Crise económica e política. Na Europa vivia-se o rescaldo da recomposição política subsequente à queda do Império Austro-húngaro, que desencadearia a Grande Guerra. Catástrofe que, por sua vez, iria desaguar em mais crise política e em mais crise económica (agravada pela depressão mundial), campo fértil para o surgimento de soluções políticas de força que, enquadradas por ideologias totalitárias, levariam ao segundo desastre mundial de 1939 a 1945.

Na periferia da Europa, Portugal, que no século precedente perdera largamente o comboio da industrialização, era a imagem física de um povo rural, pobre e atrasado. Passara por uma mudança radical de regime – substituição da Monarquia pela República – que não trouxe nem estabilidade política nem desenvolvimento. A solução de força que acontece em Maio de 1926 foi-se anunciando ao longo de mais de uma década. À ditadura militar sucede um Regime autoritário que perdurou mais de quatro décadas. O novo Regime faz-se arauto de um "Estado Novo", síntese de um país regenerado nos seus fundamentos e por isso anunciando estabilidade e desenvolvimento. O país anterior é efectivamente o espelho da pobreza e dos paramentos com que ele se veste: fome, malnutrição, doença, mortalidade, analfabetismo, etc.

As cidades mantinham largamente a matriz medieval, acanhada e insalubre, facto agravado pelo crescimento desordenado decorrente do êxodo rural trazido pela crise. Apesar de alguma dimensão dos Caminhos-de-Ferro, as vias e meios de comunicação eram em geral incipientes. O Estado Novo iria efectivamente atacar estes problemas com uma intensidade nunca antes vista: são reestruturadas e saneadas as cidades; construídas infra estruturas rodoviárias, portuárias, educativas e de saúde; e aposta-se fortemente no desenvolvimento industrial do país. Tudo isto, porém, com os métodos e dentro das baias político-ideológicas típicas de um regime nacionalista e autoritário. Destinados a manter o controlo político sobre os cidadãos, esses limites contrariam evidentemente afirmações filosóficas ou estéticas de modernidade fora da cartilha. É o que acontece com as várias artes e, claro, também com a Arquitectura e o Urbanismo. Em matéria de Urbanismo, porém, o lado prático do principal tenor político, Duarte Pacheco, apostado em obter resultados rapidamente e em quantidade, vai permitir mitigar este problema: face à escassez de urbanistas nacionais, contrata alguns dos mais prestigiados técnicos europeus da especialidade. São estes, em conjunto com um muito reduzido de portugueses formados "lá fora", que vão fazer escola. O urbanismo português nasce, assim, principalmente fora da academia, absorvendo com facilidade *modelos* e *métodos* importados e em boa medida já testados. Se abstrairmos da função cénica imposta à Arquitectura – veículo de uma imagem que o Regime quer projectar de si mesmo e do país (o que evidentemente não é coisa de somenos) – pode dizer-se que o urbanismo português surge tardiamente mas nasce sem outras peias que não sejam os condicionalismos físicos e socioeconómicos dos lugares. O que não exclui, evidentemente,

influências estéticas ou outras vindas do exterior e eventualmente um exterior ideologicamente mais próximo do Regime. Esta relativa liberdade criativa é ainda mais evidente na Arquitectura produzida nas Colónias, resultado certamente de uma certa autonomia decorrente do afastamento. O urbanismo colonial não deixa contudo de seguir *modelos cénicos* que, tal como na Metrópole, servem os objectivos do Regime. Este, pressionado internacionalmente para descolonizar e acossado interiormente pelo advento dos movimentos de libertação, ensaia uma manobra de fim de linha que consiste na construção artificial de uma imagem de nação coesas e una, na sua diversidade étnica e geográfica. A Arquitectura e o Urbanismos vão servir para dar corpo visível à imagem pretendida, assumido assim uma função claramente ideológica. Na Metrópole trata-se de intervir na forma de cidades existentes, muito consolidadas, de modo a reestruturá-las e prepará-las para um crescimento previsível que um acréscimo de desenvolvimento certamente acarretará. Nas Colónias o objectivo é globalmente o mesmo, com a diferença de que, aqui, o urbanismo deve servir também para consolidar ou reverter uma relação colonial de dominância em crise.

A Cidade é uma realidade complexa que, mesmo se analisada apenas na perspectiva da sua forma, admite um grau de subjectividade grande na escolha e valoração dos elementos considerados mais importantes. É assim natural que as metodologias e processos usados difiram de autor para autor. Do mesmo modo que é natural que a terminologia conceptual não seja neles exactamente coincidente. Decidimos, assim, por preocupação de clareza, referir os principais conceitos usados e descrever ainda que sucintamente o método orientador do desenvolvimento deste trabalho. O que fazemos no Capítulo 2 desta Parte I.

CAPÍTULO 1

CONTEXTO HISTÓRICO

"Este mundo é vontade de poder – e nada mais, além disso."
(Nietzsche, 1901: 513).

1.1. ARQUITECTURA E DESENHO URBANO NA METRÓPOLE

Entre o final dos anos vinte e o início dos anos trinta do século passado, Portugal vive uma significativa crise económica e social, consequência da participação na Primeira Guerra Mundial, agravada por uma ruralidade persistente e pela instabilidade política da Primeira República. No resto da Europa, assolada pela guerra e em profunda depressão, grassam as ideias nacionalistas e sucedem-se as soluções autoritárias: na Rússia, à revolução bolchevique de 1917, liderada por Lenine, segue-se o Regime totalitário de Josef Stalin, em 1927; em Itália, Benito Mussolini assume o poder em 1922 e impõe, algum tempo depois, as ideias do fascismo, uma adaptação local do nacional-socialismo; na Alemanha, o nacional-socialismo toma o poder em 1933 e evolui depois para a sua forma mais extremada e agressiva – o nazismo; em Espanha, Franco vence a Guerra Civil em 1939 e instala um Regime ditatorial.



Fig.1.01. Cartaz da Campanha Política para a Nova Constituição.

É nesta conjuntura que, em 28 de Maio de 1926, acontece em Portugal o golpe militar que dará origem, dois anos mais tarde, à instauração de uma ditadura, também ela de cariz nacionalista e seguindo de perto as ideias políticas que se iam impondo numa parte substancial da Europa. Após alguma hesitação nos anos que se seguiram, à ditadura vai suceder um regime autoritário civil – O Estado Novo – que persistirá até à revolução de 1974. Nele sobressaem um homem, que o encarna – Salazar – e um documento, que o estrutura – a Constituição de 1933.

A nova Constituição cria uma "*República unitária e corporativa*" (Art.° 5º): unitária porque a nação abrange todos os territórios que então detém (individualmente mencionados no Art.° 2º) e corporativa porque baseada no princípio segundo o qual todos os elementos estruturais da nação (Família, Igreja, Autarquias e Profissões) devem ter representação no Estado. Na verdade, o que Salazar, primeiro autor do texto, pretendia e impôs, foi um Regime autoritário, com o essencial dos poderes concentrados no Governo (na realidade, no presidente do Conselho, ele próprio). O sufrágio era limitado e a Assembleia Nacional tinha origem num partido único. A representação dos tais elementos estruturais da nação era afinal relegada para uma Câmara Corporativa cuja composição controlava e que dispunha de poderes meramente consultivos.



Fig. 1.02. Mapa de Portugal Insular e Império Colonial Português.

Relativamente aos territórios ultramarinos, a Constituição de 1933 limita-se a integrá-los na ideia de unidade da nação e no desígnio geral de progresso social afirmado. No mais, remete para o Texto do Acto Colonial de 1930 (republicado no Diário do Governo de 11 Abril de 1933) que vai, assim, permanecer fora do texto constitucional por largos anos. Em boa verdade, este texto consagrava já, no essencial, os desígnios centralizadores de Salazar, pois retirava às colónias muita da autonomia administrativa que tinham, centralizando as competências num departamento do Governo, o Ministério das Colónias.

O Acto Colonial assume expressamente uma visão imperial do país: "É da essência orgânica da nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas

que neles se compreendam" (Art.º 2.º); esses domínios ultramarinos "denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português" (Art.º 3º). Esta visão imperial da colonização só foi abandonada em 1951, com a integração do Acto Colonial na Constituição, um passo formal que é consequência da nova estratégia que o Regime decidiu contrapor às tendências separatistas locais e à pressão internacional para a descolonização: a assimilação das colónias à metrópole, passando a designar-se de "Províncias Ultramarinas".

"Dar vida às velhas pedras é tornar o passado presente

Monumentos Nacionais, padrões da raça nos caminhos da História." (DGEMN. In: Neto, 2001: 153).

"(...) seria porém lamentável que não legássemos, não digo orgulhosamente um estilo, mas uma maneira bem portuguesa e bem actual, isto é, que através do imenso volume de obras que realizámos não ficasse bem vincado, contrastando com a ameaça materialista, o cunho duma época e duma geração de sacrifício e trabalho intenso, impregnada de nacionalismo, de solidariedade e de espiritualidade." (Salazar In: Portela, 1982: 9)

O Regime de Salazar construiu-se com base num controlo apertado dos cidadãos, da economia e da organização política do país, muitas vezes para além, senão mesmo à revelia, do dispositivo constitucional. O que só foi possível através da criação de uma poderosa máquina de propaganda (com António Ferro[1]) e por ter beneficiado do apoio activo tanto da instituição militar como da igreja católica (com o amigo Cardeal Cerejeira[2]), poderes com os quais estabeleceu um sistema baseado na reciprocidade de interesses que lhe permitiram perpetuar-se no poder por meio século.

Consciente da importância fundamental da comunicação para a consolidação do poder e, portanto, do Regime, é ainda em 1933 que Salazar cria o Secretariado da Propaganda Nacional[3] (SPN), com funções que estão muito além da simples informação ou propaganda. De facto, o que está em causa é construção de um ideário identitário e a sua implantação na sociedade. As Artes e a Cultura serão os instrumentos privilegiados desse desígnio, apelando a um imaginário histórico-simbólico português que toma forma em soluções que, por contraponto ao caos político dos anos que o precederam, sugerem um destino novo para o país, um *Estado Novo*.



Fig. 1.03. Castelo de Almourol.

A Arquitectura é chamada a terreiro e o que dela principalmente se espera descreve-se rapidamente: "*apagando, limpando, emendando ou mesmo emoldurando o que devia ser destacado nos novos arranjos urbanísticos, submetia-se o passado a uma explicação polissémica onde o presente adquiria sentido.*" (Acciaiuoli, 1991: 6). Um prestimoso contributo que será balizado por

[1] Escritor, jornalista e político, António Ferro (1895-1956) inicia a sua colaboração com a revista *Orpheu* com apenas 19 anos, da qual é um importante impulsionador. O seu perfil intelectual de acção leva-o a ocupar uma posição de destaque na criação do projecto ideológico do Estado Novo. Acredita numa abordagem homogeneizadora da cultura portuguesa, pitoresca e folclórica, vinculada a feitos heróicos reforjados do passado, como forma de garantir o controlo social. Ferro elege uma série de "virtudes" que têm como resultado prático a criação de uma sociedade subserviente, medíocre e sem ambição.

[2] Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), velho amigo de Salazar desde 1911, é nomeado Patriarca de Lisboa em 1929, acabando a dirigir a Igreja Católica Portuguesa durante todo o período de vigência do Estado Novo. Apesar de, por várias ocasiões, ter uma posição divergente da do regime, nunca chega a confrontá-lo, por acreditar que o Estado Novo seria, para os interesses da Igreja, uma solução melhor do que a da República (Pimentel, 2010).

[3] O Secretariado da Propaganda Nacional é renomeado, em 1945, Secretariado Nacional de Informação (SNI).

"O programa das comemorações estabelecidas por Salazar lançara, em 1938, as bases de um vasto plano de acção e foi em função dele, como vimos, que a Exposição do Mundo Português se perspectivou, assumindo um perfil de 'balanço de forças espirituais' ou de 'padrão comemorativo da expansão de vinte séculos portugueses'." (Acciaiuoli, 1998: 126)

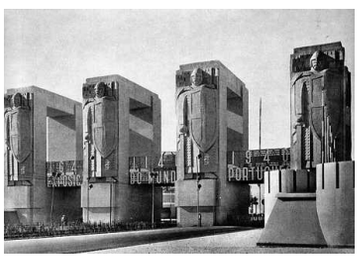


Fig. 1.04. Pórtico da Entrada da Exposição do Mundo Português.



Fig. 1.05. Vista geral da Exposição: Avenida da Índia e linha férrea de Cascais, à esquerda o Centro Regional/Aldeias Portuguesas.

duas linhas gerais fundamentais as quais, aliás, correspondem a dois períodos consecutivos: a *Era de Restauração*[4] e a *Era do Engrandecimento*[5]. A primeira é caracterizada por um processo cultural e artístico regenerador, orientado para a restauração material, a restauração moral e a restauração nacional (Acciaiuoli, 1991: 4), a segunda privilegia o enaltecimento da história e dos feitos nacionais.

Durante a *Era de Restauração*, a Arquitectura acolhe com entusiasmo a possibilidade de reabilitar uma grande parte do património arquitectónico nacional (Acciaiuoli, 1991: 4). Porém, as intervenções estão sujeitas a regras muito estritas, definidas pela Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais[6] (DGMN), entidade reguladora criada em 1929. Os restauros seguem "princípios arqueológicos de refazimento conjectural e de purificação bebidos em Viollet-le-Duc[7] mais do que numa consciência histórica da vida e da utência sucessiva dos edifícios" (França, 1991: 463; Neto, 2001: 205). Afinal, ao poder interessa sobretudo promover a associação da sua própria imagem a "momentos de glória nacional".

Na *Era do Engrandecimento*, a Arquitectura é encarada principalmente pelo seu lado de arte cenográfica. Expoente máximo disso é A Exposição do Mundo Português de 1940. A pretexto da celebração do duplo centenário da fundação da nacionalidade (1140) e da restauração da independência (1640) o Regime pretende transmitir, simultaneamente, prosperidade e força[8] através da afirmação de valores relacionados com a tradição histórica nacional. "Com efeito, face à ebulição do mundo exterior e face às crescentes ameaças de anexação das colónias, tornava-se urgente a fabricação de uma imagem de estado ocidental moderno, preocupado com o bem-estar da totalidade das suas populações" (Bandeirinha, 1993: 21).

E foi sem dúvida grande o entusiasmo patriótico que o evento despertou em todo o país. Os centenários, apelando a imagens gloriosas do passado, tornam-se num poderoso instrumento de coesão, de sobressalto da *Alma Nacional*. Porém

[4] Segundo Margarida Acciaiuoli (1991: 4), este período inicia-se em 1926 e prolonga-se por, aproximadamente, dez anos.

[5] Este período estende-se aproximadamente até 1945.

[6] Este organismo está integrado no Ministério das Obras Públicas e Comunicações, tendo sido criado pelo Decreto-Lei Nº 16 791, de 30 de Abril de 1929.

[7] "Antes de Viollet-le-Duc, os critérios de intervenção apresentavam dispersão de métodos, falta de coerência e de justificação teórica. Coube-lhe o mérito de articular uma teoria cujos elementos estavam dispersos, tomando o restauro monumental como uma disciplina autónoma da concepção arquitectónica. Para tal, contribuiu a sua capacidade de reflexão, expressa na monumental obra de dez volumes, *Dictionnaire raisonné de l'Architecture Française du XIe au XVIe siècle*, que dá ao prelo, em Paris, entre 1854 e 1868." (Neto, 2001: 41).

[8] O período que se inicia com o estalar da guerra até à queda da França (Junho de 1940), é marcado em Portugal por um denominador comum: a distância da guerra. O Regime e a opinião pública gozam ainda da tranquilidade de um pais que não é económica, militar e estrategicamente cobiçado pelas outras nações.

esta não é apenas forjada pelos grandes eventos históricos. Há uma vertente de tradição e ruralidade que sobressai numa grande parte do país e é necessário realçar. Tese, aliás, defendia com afinco por um lobby agrário e ruralista. "A história da Exposição do Mundo Português e das Comemorações Centenárias é, também, a história deste compromisso. A Exposição ganha, assim, o carácter ambíguo de grandiosa modernidade, paramentada com os enfeites etnográficos do ruralismo e com os celebrados aforismos dos seus códigos morais." (Bandeirinha, 1993: 21).

Inaugurada a 23 de Junho de 1940[9], a Exposição do Mundo Português é "erguida no terreno fronteiro aos Jerónimos, numa praça agenciada para o efeito (e que havia de ficar, como ponto de urbanização local), e aberta sobre o rio – que assim também era de novo valorizado, na estrutura da cidade, atraindo gente para a zona que Lisboa esquecera" (França, 2008: 698).

A Exposição divide-se em três secções, História, Etnografia e Mundo Colonial, tem António Oliveira Salazar como presidente da comissão organizadora, António Ferro como secretário-geral e José Cottinelli Telmo como arquitecto-chefe. Conta ainda com a colaboração de muitos dos grandes arquitectos dessa geração.[10]

Apesar da variedade de autores, a Arquitectura da Exposição mantém uma linha ideológica e figurativa comum, através de uma *Arquitectura Temática*[11] vinculada ao *Espectáculo*[12] – nacionalista, de escala monumental e com uma forte conotação simbólica e histórica. Também a cenografia é transversal a toda a Exposição, utilizando-se elementos simbólicos da mística nacional (como a esfera armilar, o padrão, o escudo e as quinas) mimetizados em monumentos nacionais. "Foram meses de festa que deram à "*cidade de história*" um papel de extraordinária importância no seio da cidade, que chegara ao fim de uma etapa de seu próprio desenvolvimento. Cidade dentro da cidade, cidade lúdica e de festa, cidade pedagógica e de propaganda, cidade demonstração da coerência de um discurso estético novo, mostruário das suas possibilidades nos vários domínios da criação artística, a exposição foi também, conscienciosamente, uma *cidade de ilusões*



Fig. 1.06. Mapa da Exposição do Mundo Português.

"Com o Portugal dos Pequenitos duas grandes aspirações foram concretizadas. Uma de índole regionalista, – Coimbra comemorava condignamente os centenários da fundação e da restauração de Portugal, com a construção de uma estrutura lúdica que tinha a particularidade ambígua de ser carinhosa, submissa e inocente, como a província que retratava, mas que tinha também a óbvia vantagem de ser perene, de não se cingir às datas próximas da inauguração." (Bandeirinha, 1993: 64)

[9] A Exposição termina a 2 de Dezembro de 1940, seguindo-se o seu desmantelamento, sobrando apenas alguns resquícios como a fonte da praça do Império, o edifício do actual museu de Arte Popular (com algumas alterações) e o Pavilhão de Desportos Náuticos. O Padrão dos Descobrimentos original da exposição era construído em estafe e foi posteriormente reconstruído com materiais mais perenes.

[10] De entre os quais se destacam: Cristino da Silva, autor do Pavilhão da Honra e de Lisboa; Porfírio Pardal Monteiro, autor do Pavilhão da Independência e do Pavilhão dos Descobrimentos; Carlos Ramos, autor do Pavilhão da Colonização; Cottinelli Telmo, autor do Pavilhão dos Portugueses no Mundo e do Pavilhão dos Portos e Caminhos-de-Ferro; Raul Lino, autor do Pavilhão do Brasil; Gonçalo Mello Breyner, autor do Pavilhão de Caça – Turismo do Império e do Pavilhão da Arte *Indígena*; Keil do Amaral e António Lima, autor do Parque de Atracções; Adelino Nunes, autor do Pavilhão das Telecomunicações; Vasco Regaleira, autor da Casa Portuguesa para as Colónias; João Simões e Veloso Reis, autores do Pavilhão da Vida Popular; Jorge Segurado, autor das Aldeias Portuguesas e Rodrigues Lino, autor do Pavilhão da Fundação, Formação e Conquista.

[11] Arquitectura Temática consiste na inclusão de um tema norteador no processo criativo arquitectónico, explorado de forma alegórica, figurativa e/ou narrativa, com o objectivo de atrair o consumidor para estabelecimentos de comércio e lazer.

[12] Conjunto de obras cujas características e formas de organização específicas as demarcam com nitidez do resto da arquitectura.

"As chamadas de atenção para a necessidade de modernizar os equipamentos hoteleiros são uma constante ao longo destes anos. (...) Num primeiro momento, há um conjunto de alvitres de que o Notícias Ilustrado se faz porta-voz e que culminam no lançamento de um concurso em 1933, que tenderia a estabelecer modelos de hotéis que o país pudesse vir a adoptar." (Acciaiuoli, 2013: 279)

como Cottinelli entendeu, desejou e declarou." (França, 2008: 699).

Mas esta exposição não seria a única iniciativa deste género. Para fortalecer a imagem do Estado Novo e a sua credibilidade, tanto em Portugal como além-fronteiras, o SPN realizara, até 1940, oito exposições: a *Exposição Colonial do Porto* (1934); a *Reconstrução de Lisboa Antiga, frente ao Palácio de São Bento* (1935); *a Exposição do Ano X da Revolução Nacional, no Parque Eduardo VII* (1936); *a Exposição Histórica da Ocupação e Exposição Universal de Pais* (1937); *a Exposição Internacional de Nova Iorque e Exposição Internacional de São Francisco* (1939).



Fig. 1.07. Pousada de Óbidos.

A intercalar estes grandes eventos surgem cortejos históricos, manifestações de apoio ao Regime por ocasião das efemérides políticas e ainda as festas populares, como as da cidade de Lisboa (em 1935). A Arquitectura torna-se num instrumento de promoção do Regime, na organização de todos estes eventos, seguindo uma linguagem tradicionalista.

Outros acontecimentos marcam ainda esta época, entre os quais a construção do Portugal dos Pequenitos. Em 1938, Bissaya Barreto[13] encomenda ao arquitecto Cassiano Branco[14] uma "síntese historiográfica do país, à escala das crianças, traduzindo para a realidade de um reduzido recinto fechado todo o mundo mitológico que o Estado Novo propunha como imagem. Desde a idílica e saudável ruralidade laboral até ao empolamento épico das glórias históricas, passando pela demonstração de grandeza territorial das colónias e pela soberba da pouca modernidade possível, no complexo contexto do mundo contemporâneo." (Bandeirinha, 1993: 43). Inaugurado a 8 de Junho de 1940, este equipamento representa o espírito *estadonovista* e oferece uma antevisão do que se pretendia com a Exposição do Mundo Português, inaugurada 15 dias depois. O espaço divide-se entre um conjunto representativo das casas regionais portuguesas, uma zona ilustrativa dos monumentos nacionais mais importantes e uma área onde se destacam as colónias.



Fig. 1.08. "A Lição de Salazar".

Em 1939, a passagem da pasta do Turismo para o SPN leva António Ferro a definir o "Regime de exploração das pousadas regionais construídas em obediência ao programa do Duplo Centenário" (Diário do Governo, 1941: 1)[15]. O conceito foi-se alargando e, na década de 50, começam-se a transformar e recuperar antigos monumentos – castelos, conventos e mosteiros – em pousadas. A pousada do castelo de Óbidos é a primeira a sofrer esta reconversão e a tornar-se no modelo

[13] Fernando Bissaya Barreto (1886-1974) foi um reconhecido político da sua época e, simultaneamente, professor de medicina da Universidade de Coimbra.

[14] Cassiano Viriato Branco (1897-1970), arquitecto diplomado pela ESBAL em 1932, pertenceu ao grupo dos primeiros *modernistas* portugueses, juntamente com Carlos Ramos e Jorge Segurado, entre outros. No entanto, a sua linguagem varia entre o já referido *Modernismo* de influência *Art Déco* – presente em obras como Hotel Victória, o Éden e o Coliseu do Porto – e uma Arquitectura tradicionalista ao estilo Português Suave – presente em obras como o Grande Hotel do Luso ou a Junta Nacional dos Vinhos.

[15] Decreto-Lei Nº 31 259, de 9 de maio de 1941.

do que deveriam ser estas unidades hoteleiras. As pousadas destinam-se então a "alojar forasteiros e sobretudo a fornecer-lhes alimentação, devendo, pelo seu estilo e cor local, integrar-se tanto quanto possível no pitoresco das regiões, tendo em vista o objectivo essencial da propaganda turística, de forma que constituam, pelo exemplo modelar funcionamento de seus serviços, elementos de orientação da pequena indústria hoteleira" (idem, ibidem). Progressivamente, cada um destes equipamentos adquire um estilo próprio, vinculado ao que se considerava ser a Arquitectura regional do lugar onde se encontravam e a respectiva arte popular, misturada com a Arquitectura que o Estado queria nacional[16].

"A activação patrimonial e ritualizada através de liturgias públicas, que veicula imagens sociais e politicamente negociadas, bem histórica e culturalmente construídas, de um passado reinventado pelo presente como estratégia de negociação do futuro, permitindo a afirmação do local, enquanto espaço simbólico de identidade" (Peralta, 2008: 31)

A propaganda do Estado Novo é uma ferramenta estratégica usada, à semelhança do que faziam outros Regimes autoritários na Europa (como o Nazi ou o Fascista), para impor uma ideologia forjando uma *memória colectiva*[17] nacional idealizada, nova, limpa e gloriosa. É a interpretação épica da História Nacional mas também a ruralidade apresentada de modo romântico e sugerida como uma forma moral e esteticamente pura de estar no mundo.

"A activação patrimonial e ritualizada através de liturgias públicas, que veicula imagens sociais e politicamente negociadas, bem histórica e culturalmente construídas, de um passado reinventado pelo presente como estratégia de negociação do futuro, permitindo a afirmação do local, enquanto espaço simbólico de identidade" (Peralta, 2008: 31)

Todos os meios e tipos de comunicação são bons para a propaganda de uma chamada "política do espírito" do SPN, condicionante da expressão das memórias, mesmo as mais enraizadas e identitárias, no sentido pré-definido. Imprensa, rádio, cinema ou ainda eventos públicos propositadamente concebidos e, evidentemente, a cultura e as artes, tornam-se, assim, canais de legitimação do Regime e a Arquitectura assume aí um papel materializador fundamental.

Na Arquitectura e no desenho urbano são introduzidas narrativas[18] vinculadas a temas forjados, originando encenações urbanas como as das Praças do Império, da profusa estatuária alusiva aos descobrimentos ou de edifícios de excepção como o Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, o Liceu Nacional de São Tomé ou o Banco de Angola, em Luanda. O uso de temas *simbólicos, mnemónicos e mitológicos* serve para ficcionar as ditas narrativas, e sugerir a ideologia através da imagem. À Arquitectura cabia retirar daí formas de exprimir significados

[16] Esta última estava vinculada à imagem da *Casa Portuguesa*, na definição de Raul Lino de 1929, e que o SPN acaba por adoptar como a imagem da Arquitectura *estadonovista*.

[17] Memória Colectiva: conceito que tem origem em Maurice Halbwachs (1887-1945), para definir ideias, valores e recordações comuns a um grupo ou lugar e que apoiam o estabelecimento da sua identidade. Este conceito é posteriormente desenvolvido por diversos estudiosos, de entre os quais destacamos Pierre Nora (1931) e Michael Pollak (1948-1992). Nora, na obra "Les Lieux de Mémoire" (1984-1992), define a sua concepção de memória colectiva do povo francês através da identificação de um conjunto de referências colectivas que vão das cores da bandeira nacional ao dicionário Larrousse, passando por monumentos, museus, cidades, pela literatura, pela gastronomia e outros.

[18] Narrativa: descrição de eventos relacionados (verídicos ou ficcionados) transmitidos por imagens, palavras, sons ou movimentos. "A narrativa designa, portanto, um conjunto significante a que está associado um conteúdo de carácter narrativo." (Goliot-Leté; et al., 2008: 263).

"O jornalista permite-se dizer a Salazar: '...alguns dos seus admiradores gostariam de o ver aproveitar mais a lição da Itália, a lição do Duce...'.

Isto porque Salazar lhe parece frio, distante, a pique.

Ferro acrescenta:

'Permita-me, Sr. Presidente, que aborde um problema, que chega na sua altura própria e que me interessa especialmente: o problema da arte, das letras e das ciências...'.

Para depois, declarar:

'...a arte, a literatura e a ciência constituem a grande fachada de uma nacionalidade, o que se vê lá de fora...'. (Portela, 1982: 15)

"Segundo Heidegger, a história seria não só a projecção que o Homem do presente faz do passado, mas a projecção da parte mais imaginária do seu presente, a projecção no passado do futuro que ele escolheu, uma história-ficção, uma história-desejo às avessas." (Le Goff, 1977: 29)

silenciosos que encerram uma intenção, um sentido de lugar ou um princípio para a encenação. É desta forma que vão proliferando representações que promovem uma forte estimulação imagética, adquirindo uma importante dimensão simbólica.

À frente do organismo que cria e alimenta esta máquina ideológica encontra-se António Ferro – director do SPN (1933-1945) e do SNI (1945-1949) – mentor da propaganda nacionalista que varre o país durante todo este período. Admirador de D'Annunzio[19] e de Valéry[20], Ferro acaba por assimilar os conceitos de autoritarismo, liderança e mitologia. Na sequência de um périplo pela Europa, interioriza a noção de fascismo e acaba mesmo por se tornar simpatizante de Mussolini[21], que chega a qualificar de "grande mestre da política moderna".[22] António Ferro conhece Salazar em 1932, quando desenvolve um conjunto de cinco entrevistas ao Presidente do Conselho, publicadas primeiro no Diário de Notícias e posteriormente em *Salazar, o Homem e a sua Obra* (1933). Estas entrevistas marcam o início da "produção mitológica da mensagem política salazarista, desde a legitimação do Regime à elucidação dos princípios orientadores do novo sistema político-institucional, nomeadamente (...) da União Nacional (defesa do anti partido que tem a missão de "organizar a Pátria")" (Cunha, 2003: 4). Durante estas entrevistas, Ferro questiona Salazar sobre quais seriam as suas intenções para a cultura nacional e apercebe-se da "ausência duma inteligente e premeditada *Política do Espírito* (Ferro, 1935: 86). De imediato, o jornalista alerta Salazar para a importância de um plano desse tipo e da falha que a sua ausência pode representar pois, para ele, a cultura é um importante recurso para a consolidação ideológica (Ferro, 1935: 87-90). Salazar acaba por nomear António Ferro Director do *Secretariado de Propaganda Nacional*.

Uma das principais estratégias de propaganda desenvolvidas pelo SPN para "engrandecer o povo português" passa pela utilização e manipulação da história nacional, de modo a criar e consolidar a imagem de "nação gloriosa". Com o objectivo de espelhar uma grandiosidade, foram "restaurados" pela Direcção-

[19] Gabriele D'Annunzio foi um poeta, escritor e dramaturgo italiano, nascido em 1863 que, a meio da sua vida, se passou a dedicar à política. D'Annunzio defendia, por exemplo, a política expansionista italiana que se vivia na sua época. Considerado por muitos como um percursor do fascismo italiano, construiu o seu ideário ao escrever a constituição que queria que fosse imposta em Fiume (actual Rijeka, Croácia) após a 1ª Guerra Mundial. Nesta constituição constavam conceitos como a de *economia de estado corporativo, rituais nacionalistas* e de *repressão à dissidência*.

[20] Paul Valéry foi um poeta, escritor e filósofo francês, nascido em 1871. Autor do conceito de Política do Espírito, a política cultural adotada pelo Estado Novo para a definição do imaginário histórico-simbólico da cultura portuguesa à data, baseia-se nos seus textos.

[21] Benito Mussolini (1883-1945) foi o líder do Partido Nacional Fascista italiano. Em 1922, torna-se primeiro-ministro e, em 1925, passa a usar o título de *Il Duce* (o líder ou duque). Mussolini foi um dos criadores do fascismo.

[22] "Por sua vez, um Secretariado de Propaganda Nacional, instaurado em 19 de Setembro de 1933, cuidava da face visível do Regime, graças às iniciativas e ao talento de um antigo camarada de vanguardas literárias e artísticas da cidade que soube tornar-se indispensável, mesmo contra oposições internas e de bastidores tradicionalistas ou reaccionários. (...) Era sua a responsabilidade máxima, inaugurada em 1933, de propagandear o Regime do Estado Novo, conforme os modelos na Alemanha e em Itália ditatorialmente postos em execução." (França, 2008: 695-697).

-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) diversos monumentos, como a Sé de Lisboa, o Mosteiro e a Igreja de Alcobaça, o Castelo de São Jorge e o Castelo de Almourol.

E não é só através do património que o Estado Novo passa a usar a Arquitectura como ferramenta de propaganda. É a época da construção dos grandes edifícios públicos de carácter monumental, que rapidamente ganham destaque no panorama da Arquitectura nacional. Entre eles, o Instituto Superior Técnico de Porfírio Pardal Monteiro[23] (1941). A partir de uma herança clássica – elementos historicistas e estáticos – estes edifícios espelham os valores do Regime, olhando para o passado acriticamente e não procurando grandes evoluções ou renovações. "A hegemonia do papel restaurador do Regime, obrigado transitoriamente a arranjar um artifício de formulação que breve se transformou na forma mesma do tempo que os anos de 1936 a 1946 protagonizaram." (Acciaiuoli, 1991: 5).

Com esta orientação, surgiu uma Arquitectura representativa – cenográfica – onde os grandes edifícios se tornam elementos de demonstração do poder e o gesto da *restauração* do Regime. Por esse motivo, os edifícios públicos caracterizam-se usualmente por uma monumentalidade retórica, que apoia e fortalece a cenografia urbana do espaço público envolvente, distinguindo-se por uma Arquitectura austera, representativa do poder do Estado e da ordem social.

São, para o efeito, empregues elementos de linguagem neoclássica a articular um jogo de volumes exteriores e uma rigidez no tratamento das fachadas, como acontece no edifício da Casa da Moeda (1941) de Jorge Segurado[24]. Em simultâneo, são empregues elementos simbólicos[25] que criam uma relação com os espectadores, como a inclusão da esfera armilar e das quinas em alto-relevo nas fachadas de equipamentos públicos.

Mas estas regras não são assim tão claras quando nos afastamos dos grandes centros urbanos. Por exemplo: um edifício público de pequena escala, inserido numa aldeia, tende a mimetizar a escala e a *linguagem* do edifício habitacional

"(...) Essa obra, variada e multiforme, de majestosos edifícios ou pequenas habitações graciosas, de largas estradas e caminhos rústicos, de fábricas, de igrejas, de portos e de barragens, de escolas e de hospitais, de castelos e de quartéis, não nasceu do acaso, mas do nosso próprio conceito do Governo e da sociedade portuguesa, ou seja, de uma sociedade hierarquizada sem privilégios, trabalhadora sem servidão, modesta sem miséria, progressiva sem despegar-se do passado de que se orgulha, colectividade em que o povo deixou de ser um tropo da literatura política e não é mesmo uma classe porque é aos nossos olhos a própria Nação". (...) Nunca mais cessou o afã construtivo até 1974. Os críticos da oposição bem se esfalfavam a dizer que o Regime erguia "obras de fachada", juntava "pedras mortas", e coisas que tais: os povos viam bem a utilidade do trabalho realizado (...) dentro de planos estabelecidos. O "imobilismo" que os inimigos mais tarde assacaram ao Regime do Dr. Salazar existiria talvez para as lutas políticas estéreis: nunca no trabalho a bem da Nação e no esforço de elevar e dignificar o povo português." (Caetano, 1977: 311-312)



Fig. 1.09. Edifício da Caixa Geral de Depósitos de Chaves.

[23] Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957) estudou na ESBAL e diplomou-se em 1919. Foi aluno de José Luís Monteiro e passou pelo ateliê de Miguel Ventura Terra. É considerado um dos mais importantes Arquitectos da primeira metade do Século XX português. Fez parte integrante e relevante da geração *modernista* dos anos 20-30, protagonizando a viragem *modernista* da Arquitectura portuguesa e contribuindo para a renovação da linguagem arquitectónica que então se praticava. Da sua autoria, destacam-se o Instituto Superior Técnico, o Instituto Nacional de Estatística, a Estação Ferroviária do Cais do Sodré e o edifício do Diário de Notícias.

[24] Jorge de Almeida Segurado (1898-1990) diplomou-se na ESBAL, em 1924, e trabalhou, durante o seu período de estudante, nos ateliês de Tertuliano de Lacerda Marques e Porfírio Pardal Monteiro. Enquanto arquitecto iniciou o seu percurso segundo uma herança clássica que progressivamente se vai transformando num gosto pelo Moderno. Arquitecto da primeira geração *modernista*, foi autor de inúmeros projectos como, por exemplo: o Liceu Masculino de Coimbra, em co-autoria com Carlos Ramos e Adelino Nunes; a Casa da Moeda, em Lisboa, com a colaboração de António Varela; o Liceu D. Filipa de Lencastre, em Lisboa, com a colaboração de António Varela; o Colégio de Santa Doroteia, em Lisboa; e o Pavilhão de Portugal para a Feira Internacional de Nova Iorque, em 1939-40.

[25] Elementos que revelam *símbolos* (sinais de reconhecimento individual ou plural) que representam sempre um *significante* (algo ou alguém concreto).



Fig. 1.10. Estação dos CTT de Santo Tirso, Arq. Adelino Nunes.



Fig. 1.11. Liceu D. Filipa de Lencastre, Jorge Segurado.



Fig. 1.12. Liceu D. Filipa de Lencastre, Jorge Segurado.

típico, como é o caso das escolas primárias e dos postos dos CTT. O mesmo sucede em bairros económicos ou sociais das grandes cidades, como Lisboa, Viseu ou Coimbra, onde os equipamentos públicos – escolas, correios, estações de caminhos-de-ferro, etc. – mantêm a imagem da *casa portuguesa*.

Para enfatizar ainda mais o sentimento nacional e o *ser português*, a Arquitectura adquire um sentido cenográfico ao embrulhar os edifícios "em papel de memória e a memória chamava-se rústico (as raízes do povo) e joanino (as raízes do poder e o sumo do Império) ou, melhor ainda, a colagem de ambos" (Portas In: Teotónio Pereira, 1986: 7). Esta *linguagem* arquitectónica é praticada por uma classe profissional de forte tradição conservadora, baseada num ensino tradicionalista, de carácter académico e afastado do que se leccionava e praticava no resto da Europa.

A Arquitectura Portuguesa não "renega um vocabulário ou uma sintaxe, mas (...) ao querer encontrar a realidade portuguesa, não consegue produzir mais do que um 'português suave' (rústico) ou um 'português duro' (monumental) que nada tem a ver com o que poderia ser uma nova síntese" (Portas, 2005: 292). Este é o resultado da aculturação entre a metodologia funcionalista e a "tradição nacional". Embora nos grandes edifícios públicos imperem as novas tecnologias[26], a habitação caracteriza-se por um tradicionalismo e um revivalismo que contribuem para a exaltação dos valores nacionais vigentes, e o uso de materiais tradicionais, como a pedra, a tijoleira e/ou a telha, também concorrem para o fortalecimento desta imagem. No entanto, esses valores foram muitas vezes manipulados, resultando numa "abundante e desconexa incorporação de elementos de Arquitectura regional, deturpada e elevada à categoria de nacional" (Teotónio Pereira, 1986: 6). Esta tipificação[27] do que era uma das vertentes da Arquitectura portuguesa *estadonovista* não *modernista*[28], hoje comummente designada de *Português Suave*, visava cumprir o objectivo revivalista do Regime.

[26] "(…) o novo sistema construtivo baseado no betão armado, começava gradualmente a ser assumido pelos arquitectos que o passavam a reconhecer como feito cultural significativo." (Tostões, 2004: 106).

[27] Numa narrativa, a *Tipificação* consiste em apresentar elementos fortemente caracterizados, cujas particularidades exteriores permitem que sejam imediatamente identificados com um grupo, uma *classe* ou um *tema*.

[28] O *Modernismo* na Arquitectura e no Urbanismo desenvolveu-se, em Portugal, dos anos 20 até ao início dos anos 40 do século XX (Fernandes,2005: 116;123). A sua expressão foi contrariada pelo Estado Novo. Mas, ainda assim, teve como intérpretes figuras de grande relevo e resultou em obras significativas, que perduram. A título de exemplo citam-se: Cassiano Branco, Pardal Monteiro, Carlos Ramos e Jorge Segurado. O Teatro Capitólio é considerado como a obra de referência deste movimento em Lisboa. Entre outras obras representativas deste movimento, citam-se o Pavilhão da Exposição do Mundo Português, de Cotinelli Telmo, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, de Pardal Monteiro e a Casa da Moeda, de Jorge Segurado. Segundo Fernandes, a fase modernista do urbanismo termina em 1944, com a morte de Duarte Pacheco e a burocratização do processo de desenvolvimento urbano do país (Fernandes, 2005: 99).

Entre o fim dos anos vinte e o início dos anos trinta, chegam a Lisboa algumas manifestações tímidas *Art Déco*[29] e, com elas, o início do Movimento Moderno. Aliás, na capital, a ligação entre estas duas tendências é imediata. Deste encontro surgem projectos deste estilo, que se afirmam através da simplicidade das linhas e pelo geometrismo das formas. De entre as obras percursoras deste movimento, destacam-se: o Teatro Capitólio de Cristino da Silva[30], "recém-chegado de estudos complementares em Paris, com os olhos cheios da Exposição de *Art Déco* de 1925, oferece a primeira proposta de Arquitectura racionalista moderna à cidade (...)" (França, 2008: 665-666); uma moradia no extremo da Av. 5 de Outubro, "cujo elegante desenho assume o gosto europeu que o modernismo *Art Déco* impusera" (França, 2008: 659), de Porfírio Pardal Monteiro; o Liceu Feminino Filipa de Lencastre (Fig. 1.11), do arquitecto Jorge Segurado; a Estação do Sul e Sueste (Fig. 1.12) de Cottinelli Telmo[31].

Com o I Salão dos Independentes[32], realizado na SNBA em Maio de 1930, no qual participaram dez arquitectos (entre eles Cristino da Silva, Carlos Ramos[33], Cottinelli Telmo, Jorge Segurado), são apresentados diversos projectos modernistas. No entanto, o disseminar desta nova linguagem arquitectónica não foi linear. Não só o Regime mantém o seu estilo nacional, como a própria opinião pública se opõe à mudança. Uma boa demonstração desta realidade encontra-se espelhada na revista *Arquitectura Portuguesa*[34], que optava sistematicamente por publicar apenas projectos de Arquitectura "tradicional portuguesa".

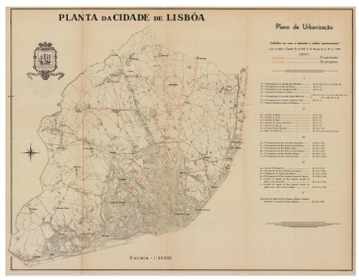


Fig. 1.13. Plano de Urbanização de Lisboa.

"O primeiro facto importante e significativo da vida urbana e arquitectónica de Lisboa em Regime ditatorial, e no meio da sua instabilidade revolucionária que não melhorara (ou antes piorara) a situação política anterior, foi o projecto da nova sede do Instituto Superior Técnico (IST), como necessidade que simbólica seria do desenvolvimento da capital" (França, 2008: 681)

[29] Segundo José Augusto França, num texto publicado na revista Architecture d'Aujourd'hui n.º 185 de Maio/Junho de 1976, intitulado "1930/1948 Le Fascisme pur et dur", o gosto *fin-de-siècle* que vai chegando de Paris continua a prevalecer sobre as incursões tímidas deste novo movimento.

[30] Luís Cristino da Silva (1896-1976) diplomou-se em Arquitectura pela ESBAL em 1919, prosseguindo com os seus estudos em Paris, entre 1920 e 1925. Foi um dos pioneiros do *Modernismo* em Lisboa e é considerado o "principal mentor estético da Arquitectura oficial dos anos 40" (Fernandes, 2005: 120). Em 1933, tornou-se o director do curso de Arquitectura da ESBAL, dirigindo também a disciplina de Projecto, cargos que manteve até 1966. É um dos Arquitectos mais importantes e influentes desta época, contando com uma vasta obra arquitectónica e artística, da qual se destaca o já referido Teatro Capitólio. Não fica indiferente à Arquitectura moderna nazi que Speer traz a Lisboa em 1941e apresenta na Exposição da Moderna Arquitectura Alemã.

[31] José Cottinelli Telmo (1897-1948) formou-se na ESBAL em 1920 e foi um dos Arquitectos mais multifacetados da sua geração, tendo também desenvolvido actividade em áreas como o Cinema, a Escrita, a Poesia, o Desenho e a Música. Ele pertence à geração dos pioneiros do *Modernismo* português e assinou um avolumado número de obras durante o Estado Novo.

[32] O I Salão dos Independentes realizou-se em 1930, na Sociedade Nacional de Belas Artes. Nele foram expostas 321 obras, correspondendo aos seus participantes: Arquitectos (10); Pintores (20); Escultores (10); Desenhadores (21); Decoradores (2); Cartazistas (2); Fotógrafos (2). Em paralelo com a exposição, foram realizadas três conferências subordinadas ao tema do *Modernismo*. No final, foi ainda editado um catálogo do Salão.

[33] Carlos Ramos (1897-1969) inicia o seu percurso no urbanismo no final dos anos 20 do século XX, fortemente influenciado pelo *Modernismo*. Imaginativo e inovador, conta com um percurso diversificado e com intervenções de vanguarda. Diplomou-se em Arquitectura pela ESBAL, onde foi colega de Cottinelli Telmo, Paulino Montez, Cristino da Silva e Pardal Monteiro. Durante a sua atividade profissional, trabalhou com Ventura Terra (1866-1919) e colaborou com Raul Lino. Da sua vasta obra destaca-se o Pavilhão do Rádio do Instituto de Oncologia, o Instituto Dr. Navarro de Paiva e o Liceu D. Luísa de Lencastre, todos em Lisboa. Em 1952, tornou-se o diretor da ESBAP, onde leccionou até à sua morte.

[34] Publicação periódica que mostrava os projectos mais recentes então realizados em Portugal.



Fig. 1.14. Avenida Sidónio Pais, Cristino a Silva.



Fig. 1.15. Praça do Areeiro, Fachada Sul, Cristino da Silva.



Fig. 1.16. Praça do Areeiro, Cristino da Silva.

Nomeado de novo, Ministro das Obras Públicas em 1938, Duarte Pacheco adopta como uma das suas primeiras medidas, o estudo de um plano de conjunto para a totalidade da cidade de Lisboa. Com início ainda nesse ano, o Plano Geral de Urbanização de Lisboa (Fig. 1.13) conta com a liderança de Étienne de Groër[35] até 1940.

Inicia-se uma nova fase na evolução da malha urbana da capital, através de um plano ordenador, concluído em 1948, que deixa para trás a *cidade pombalina*, *o passeio público* e as *Avenidas Novas*, e passa a apresentar uma estrutura articulada entre o centro, os arrabaldes e eixos de ligação com outras cidades. Articulação conseguida através de circulares, radiais, estradas marginais e até de uma auto-estrada. Dentro da cidade, o plano exibe grandes avenidas e eixos, para onde são previstos inúmeros equipamentos públicos que ajudavam a estruturar e hierarquizar diferentes zonas e bairros. Vai porém mais longe, ao sugerir que a CML compre ou exproprie os terrenos necessários à expansão da cidade. Na sequência dessas operações, em 1951 a CML já tinha na sua posse 35% da superfície total do Concelho. A Câmara assume também a iniciativa e o exclusivo da urbanização do território. O processo é marcado por uma forte expansão, reconhecendo o próprio Salazar a importância que os arquitectos e urbanistas portugueses tiveram no futuro da cidade (França, 1980: 91): surgem novos bairros e avenidas (o Bairro Azul, o Alto do Parque, a Avenida Defensores de Chaves e a Avenida Almirante Reis) que, num movimento de clara vanguarda, se afastam do sistema gaioleiro e abraçam o betão armado. Enquanto o Bairro Azul exibe um vocabulário *Art Déco* e uma nova linguagem *modernista*, o Alto do Parque e a Avenida Almirante Reis são caracterizados por um estilo tradicionalista, de inspiração seiscentista, ornamentado por arcadas, cantarias e torreões nas intersecções com outros eixos urbanos.

Esta tendência cria na "capital do império" uma Arquitectura mais ligada aos valores e à imagem que se pretendia associada ao Estado Novo. Surge assim, em 1938, a nova Praça do Areeiro, de Cristino da Silva. Esta praça apresenta uma nova Lisboa com "(...) um monumento em rampa ao Esforço da Colonização, ideia de Cristino também, apreciada em maqueta, pelo próprio Presidente do Conselho (ou, segundo projecto, um altíssimo Padrão de Descobrimentos), devia elevar-se no seu centro, entre uma circunferência de nobres arcadas sem comércio, como a Praça do Comércio pombalina, à qual respondia simbolicamente – podendo merecer, no seu tempo, o nome de Oliveira Salazar que nunca lhe foi dado mas provavelmente sonhado, numa lógica da Capital do Império" (França, 2008: 707).

[35] Étienne de Groër (1882-1959) foi um dos Arquitectos-Urbanista convidados por Duarte Pacheco para estudar a cidade de Lisboa. Professor no Instituto de Urbanismo de Paris, colaborou na realização de diversos Planos de Urbanização, alguns deles com o Urbanista Donat-Alfred Agache, nomeadamente o do Rio de Janeiro. Em 1938, de Groër mudou-se para Lisboa e passou a integrar a CML como Urbanista-conselheiro. Na sua equipa de trabalho do Plano Director de Urbanização de Lisboa encontravam-se vários Arquitectos, dentre eles João Faria da Costa. Durante a sua estadia em Portugal, desenvolveu diversos Planos de Urbanização, nomeadamente os de Almada, Braga, Coimbra, Évora e Sintra.

A Praça do Areeiro acaba por se tornar numa bandeira das linhas orientadoras do modelo arquitectónico do Regime: um modelo que recorreu às diversas possibilidades tecnológicas do betão armado, apesar de o ter sempre escamoteado, mas que foi recusando sempre o *Modernismo*, adoptando antes uma linguagem historicista[36] à qual se sobrepunham ornamentalmente elementos ditos "tradicionais portugueses".

Na mesma linha e paralelamente ao bairro do Areeiro, são desenvolvidos outros bairros como o de Alvalade, da autoria de Faria da Costa[37], e novos equipamentos públicos que se destacam como seus elementos polarizadores. Entre outros: o Instituto Superior Técnico (1927-1941), o Instituto Nacional de Estatística (1931-1935), o Pavilhão de Rádio do Instituto de Oncologia (1927-1933) ou a Casa da Moeda (1933-1941). Todos estes edifícios se afastam da linguagem historicista do Estado Novo na direcção de uma Arquitectura de carácter singular, próxima do *Modernismo*. "Era um fervilhar de obras e dir-se-ia que uma febre construtiva tomara conta da cidade." (Acciaiuoli, 1991: 310).

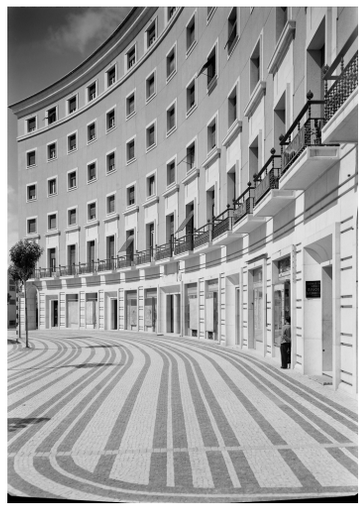


Fig. 1.17. Praça do Areeiro, Cristino da Silva.

Consolidando esta nova Arquitectura da cidade, Duarte Pacheco loteia a faixa lateral Este do Parque Eduardo VII, onde impõe também o novo estilo, pretendendo transformá-la numa zona de prestígio de Lisboa.

> "Há tempos a Câmara Municipal de Lisboa pôs em praça uma porção de lotes de terreno junto à Avenida António Augusto de Aguiar e decidiu "orientar" a Arquitectura dessa nova zona da cidade. Começou por determinar que os projectos só poderiam ser feitos por arquitectos de mérito reconhecido pela Câmara. Depois tentou explicar-lhe que género de Arquitectura pretendia (...)aconselho-os a inspirarem-se no Palácio Ludovice, no edifício da Companhia das Águas, num prédio setecentista da rua dos Bacalhoeiros (...). E quase me esquecia de dizer que este jogo de adivinhas se referia apenas às fachadas, porque as plantas eram fornecidas pela Câmara, a título de sugestão é certo, mas fazendo notar que julgava difícil melhorá-las.
>
> Só um arquitecto, que eu saiba, se recusou a trabalhar em tais condições! Pois bem: a Arquitectura de aparato-e-compromisso

"(...) o projecto de Faria da Costa para Alvalade, cujo estudo data de 1945, apresenta-se nesta conjuntura como uma tentativa lograda para reestruturar, em termos adequados, uma perspectiva sobre a capital, que outras exigências sociais mais prementes haviam condicionado, num tempo em que já não se pugnava por um cosmopolitismo mas por uma básica e elementar dignidade de vida, de habitação e de trabalho." (Acciaiuoli, 1992: 329)



Fig. 1.18. Instituto Nacional de Estatística, Pardal Monteiro.

[36] Esta linguagem historicista recorria a elementos clássicos, como arcadas no piso térreo, grandes vãos e simetrias.

[37] João Faria da Costa (1906-1971) licenciou-se em Arquitectura pela ESBAL em 1936 e pelo Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris em 1935, tendo-se tornado no primeiro arquitecto Urbanista português. Faria da Costa trabalhou durante vários anos na CML, onde dirigia o Gabinete de Urbanismo. Da sua vasta obra lisboeta destacam-se os Bairros do Restelo, do Areeiro e de Alvalade. À escala nacional, desenvolveu diversos Planos Gerais de Urbanização, de entre os quais os de Alcobaça, Figueira da Foz, Funchal, Pombal, Portalegre (em co-autoria com Jacobetty Rosa) e Rio Maior. Simultaneamente, desenvolveu diversos projectos de edifícios e conjuntos arquitectónico, de entre os quais a Piscina da Praia das Maças, o Cinema Carlos Alberto, o Restaurante da Marginal do Jamor e o Bloco da Mãe d'Água.



Fig. 1.19. Casa da Moeda, Jorge Segurado.

nascida das condições em que os arquitectos aceitaram trabalhar passou a construir o padrão para os novos prédios da cidade." (Keil do Amaral).

Este método torna-se no *modus operandi* corrente da CML que, quando assim não agia, fornecia os projectos integrais na mesma linha do modelo do prédio de rendimento que depressa se espalhou, não só pela capital mas por todo o país.

Numa outra escala, é criado um modelo de moradias destinadas à burguesia alfacinha. Para a implantação destas, a CML comercializa em 1940 os terrenos loteados ao longo da Avenida do aeroporto e das avenidas principais do bairro do Restelo, destinadas a uma classe social de nível mais elevado. Talvez por isso não tenha havido necessidade do Município forçar uma imagem arquitectónica: surgem voluntariamente moradias inspiradas por Raul Lino[38], a quem tinha sido atribuído o prémio Valmor de 1943 (Teotónio Pereira, 1986: 10).

"Na mesma ordem de ideias, se poderiam integrar as críticas de Keil do Amaral, numa série de artigos subordinados ao tema das 'Maleitas da Arquitectura Nacional', onde passa em revista as causas daquilo que dizia serem 'as deficiências das nossas realizações arquitectónicas'. Começando por tratar da magna questão da formação dos arquitectos, mostrava como as nossas escolas não estavam à altura dessa missão e como o que nelas se ministrava estava cheio 'de caruncho e de lagartas'." (Acciaiuoli, 2015: 555)

Na Arquitectura da cidade ocorrem outras intervenções que patenteiam a vontade de fazer passar uma mensagem positiva do Regime: os *Bairros Sociais*. Iniciados na década de vinte, o bairro do Arco-do-Cego e da Calçada da Boa-Hora[39] têm um importante significado social e estético no contexto do Estado Novo: significado social, porque é o Estado a assumir o problema da falta de habitação para as classes trabalhadoras; significado estético, porque consolida a imagem da casa portuguesa, que se pretende veicular.

"Vamos começar a obra da casa económica, da casa dos mais pobres, casa salubre, independente, ajeitada como um ninho – lar da família operária, lar modesto, recolhido, português." (Salazar, 1943)

Em 1933, é criada a figura do *Bairro de Casas Económicas*[40], com a construção na cidade de Lisboa dos bairros de Belém, da Ajuda e do Alto da Serafina.[41] Estes bairros são constituídos por moradias que seguem normas apertadas como, por exemplo, a limitação da altura a dois pisos, para as famílias abastadas, e a apenas um piso, para as habitações das famílias mais modestas.

Contrariamente ao que o Regime esperava, estas medidas não resolvem as carências habitacionais que se avolumam na capital, levando à criação, em 1945, das *Casas de Renda Económica*, destinadas às classes médias que viviam em Lisboa. Trata-se de novas tipologias de edifícios plurifamiliares, com um limite máximo de quatro pisos pois "era imperioso conter a colectivização" (Teotónio Pereira, 1986: 11). O bairro de Alvalade, da autoria do Arquitecto João Faria da Costa, é representativo deste novo modelo, que marca a nova expansão da

[38] Raul Lino (1879-1974) estudou Arquitectura no Instituto de Hanôver, Alemanha. Durante o período académico, trabalhou com o arquitecto Karl Albrecht Haupt (1852-1932), que acabou por influenciar a sua linguagem arquitectónica. Autor de uma vasta obra, produziu também diversos estudos e ensaios, sendo "A Casa Portuguesa" o mais conhecido e o que acabaria, apesar da polémica que suscitou entre pares, por ser adoptada pelo Regime como a imagem da Casa tipicamente nacional.

[39] Estes foram os únicos dois Bairros Sociais concluídos em Lisboa.

[40] Decreto-Lei N° 23 052, de 23 de Setembro de 1933. Casas Económicas. Diário do Governo n.° 217/1933, Série I de 23 de Setembro de 1933.

[41] Em paralelo, na cidade do Porto construíram-se os bairros do Ilhéu, das Condominhas, do Ameal e de Paranhos.

capital. Transversal a todos estes bairros, é o facto de terem um traçado fechado sobre si mesmo e de funcionarem isoladamente, alienados da envolvente e contendo todos os serviços necessários ao seu funcionamento.

"Os arquitectos da primeira geração moderna (...) alegremente assumiram a tarefa de criar os modelos de que o Estado Novo precisava" (Teotónio Pereira, 1986: 5). No entanto, o que sucede é a imposição desses mesmos modelos, pelo Regime, às gerações seguintes de arquitectos.

Na realidade, em virtude do Estado ser, à época, praticamente a única fonte de encomendas, muitos arquitectos acabaram por transigir nas suas ideias, de modo a garantir acesso a trabalho. Situação, aliás, que se verifica também nas artes e no cinema.



Fig. 1.20. Bairro do Restelo.



Fig. 1.21. Panorama das Casas Económicas da encosta da Ajuda, década de 50.

A tendência arquitectónica que se afirma através da já referida Praça do Areeiro, só conhece um abrandamento a partir de 1948, com o *I Congresso Nacional de Arquitectura*, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos. Este evento tem o patrocínio do governo, que pretende aproveitar a ocasião para homenagear Duarte Pacheco, falecido poucos anos antes. No entanto, o congresso não decorre conforme planeado e a quase totalidade dos oradores, influenciados pela Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM), acabam por atacar o Regime e a opressão que fazia ao Movimento Moderno, e defendia as Iniciativas Culturais de Arte e Técnica (ICAT) e os arquitectos da geração de 30/40, como Porfírio Pardal Monteiro.

"O que estava em jogo e que serviu de tema para ser debatido (...) era o modo como se entendia a tradição, traduzida, invariavelmente, num portuguesismo, feito de imitações, de estilizações e de tudo o que era superficial nos exemplos que se elegiam do passado." (Acciaiuoli, 2015: 562-563).

Assim, apesar de condicionadas pelo tema geral subordinante – *A Arquitectura no Plano Nacional e O Problema Português da Habitação* – as trinta e cinco teses abordam o carácter nacionalista da Arquitectura portuguesa e as imposições do Regime, apelando à sua reforma. De entre essas teses destacam-se: "A Arquitectura no Plano Nacional", de Porfírio Pardal Monteiro; "Da Função do Arquitecto e dos Factores que intervêm na sua má orientação", de Ernâni Nunes Soares; e "Expressão, consequência da função", de Jacobetty Rosa[42].

Segundo Ana Tostões (2008: 17), do congresso emergem três linhas de pensamento no panorama da Arquitectura nacional. A primeira, encabeçada por

"Nenhum arquitecto ignora que a Arte se torna bárbara quando mente aos seus princípios, falseando-os; quando se acorrenta aos caprichos dessa rainha fantasista e tentadora a que se chama a Moda; quando se torna o joguete de uma turba incerta, sem convicções nem cultura e quando se transforma num negócio de curiosidade ou de luxo.

E a verdade é que nós em tudo isto nos deixámos cair para obedecer umas vezes a caprichosas e quase tirânicas exigências municipais, outras às pretensões de uma clientela a quem a febre do lucro entontecia, exigindo o luxo e a mentira, em prejuízo da Arte que nos competia servir, ainda que à custa de muito sofrimento." Porfírio Pardal Monteiro (In: Tostões, 2008: 4-5)

[42] Miguel Simões Jacobetty Rosa (1901-1970) estudou na ESBAL e trabalhou no MOP. Autor de diversos planos de urbanização, foi colaborador próximo de Duarte Pacheco. Da sua obra destaca-se, em co-autoria com Veloso Reis Camelo, o edifício na Rua da Infantaria 16, Prémio Valmor de 1931; o Estádio Nacional do Jamor; o conjunto urbano de Alvalade (com Fernando Silva e Faria da Costa) e a Pousada de Elvas (com Rogério Azevedo, num projecto de propaganda do Estado Novo que pretendia estabelecer pousadas em recantos da província).

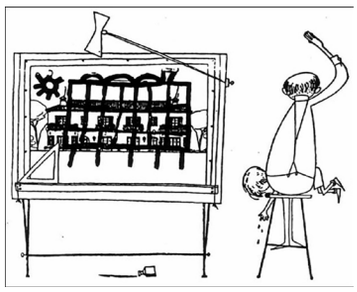


Fig. 1.22. Desenho de João Abel Manta, satirizando a postura dos arquitectos, entre o moderno e o "português suave", 1952.

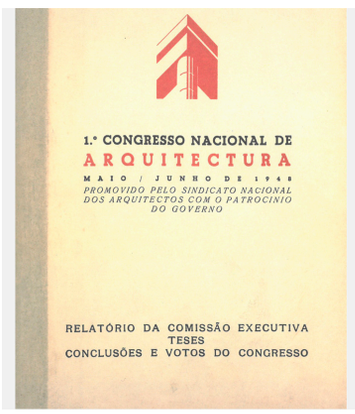


Fig. 1.23. Capa do Livro do 1.ºCongresso Nacional de Arquitectura,1948.

"O amadorismo provocou uma psicose de retorno a uma arquitectura do passado, que se faz sentir sobre a obra do arquitecto através das opiniões de quem dirige e manda executar projectos e das críticas que os organismos censores do Estado fazem aos projectos executados fora desses moldes." Ernâni Nunes Soares (In: Tostões, 2008: 17-24)

"Nos programas de edificações oficiais não deverá ser imposta, para a elaboração dos projectos, nem sequer sugerida, qualquer subordinação a estilos arquitectónicos. Deve ser deixado ao critério artístico do Arquitecto, sua competência, cultura e anseio natural de produzir uma obra perfeita, quer sobre o ponto de vista funcional, quer sob a feição estética (...)." Jacobetty Rosa (In: Tostões, 2008: 66-73)

Cristino da Silva, reúne os pioneiros do *Modernismo* – como Pardal Monteiro, Miguel Jacobetty Rosa e Jorge Segurado – e assume um curto afastamento em relação às posturas mais reivindicativas do congresso. A segunda junta os arquitectos nascidos à volta da década de 1910, que já tinham experiência mas desejavam a mudança, como Keil do Amaral[43], João Simões[44] e Arménio Losa[45]. A terceira linha de pensamento é composta por jovens arquitectos e estudantes e reclama o Moderno e a liberdade criativa, fazendo parte do grupo nomes como Palma de Melo[46], Conceição Silva[47] e Nuno Teotónio Pereira[48].

Tendo contado com uma enorme adesão de profissionais[49] e estudantes da área, o Congresso de 1948 acaba por se tornar num marco da história da Arquitectura nacional e do próprio *Moderno Português*. Constitui o momento de mudança na postura dos arquitectos face às indicações "estilísticas" do Regime e aos problemas do contexto social e económico da produção Arquitectónica nacional.

[43] Francisco Keil do Amaral (1910-1975) ingressa na ESBAL em 1930, trabalhando simultaneamente no ateliê do arquitecto Carlos Ramos. Desde cedo se destaca nas exposições da Sociedade Nacional de Belas Artes, onde também ganha o concurso para o Pavilhão de Portugal da Feira Universal de Paris, cidade onde permanece um ano e entra em contacto com a Arquitectura moderna europeia.

Entre 1939 e 1949, Keil do Amaral integra a equipa da Câmara Municipal de Lisboa, onde trabalha com Inácio Peres Fernandes e João Faria da Costa.

Com obra vasta espalhada de Norte a Sul do país. Keil do Amaral teve também um importante papel na reformulação da revista Arquitectura, na formação de grupos como o de Iniciativas Culturais Arte e Técnica e foi um dos protagonistas do I Congresso Nacional de Arquitectura.

[44] João Simões (1908-1995) licenciou-se em 1932 e desde logo começou a colaborar com a construtora Amadeu Gaudêncio, acabando por se tornar o seu arquitecto-chefe. Simultaneamente mantinha a sua atividade liberal – pela qual lhe foi atribuído, duas vezes, o Prémio Valmor - tendo assinado diverso projectos, entre eles: os Armazéns Frigoríficos e da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau do Porto de Lisboa, a Casa da Imprensa, os estádios Universitário (Lisboa), da Luz e do Braga, a Caixa Geral dos Depósitos da Figueira da Foz, o Mercado Municipal do Cartaxo, o Hotel da Nazaré, e o Pavilhão da Vida Popular, da Exposição do Mundo Português, (em co-autoria com Veloso Reis Camelo), entre muitos outros. De 1944-48 foi um dos Arquitectos fundadores do GUC, tendo realizado diversos projectos. Foi, ainda, membro fundador das ICAT e editor da Revista Arquitectura.

[45] Arménio Losa (1908-1988) licenciou-se em Arquitectura na EBAP, em 1932, tendo sido um dos porta-vozes do Movimento Moderno no norte de Portugal. Colaborou com o arquitecto Cassiano Barbosa e ajudou a fundar a Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM). Projectou maioritariamente para cidade do Porto, onde desenvolveu vários projectos de habitação e estudos de planeamento urbano. Fez ainda estudos para algumas cidades "ultramarinas", de entre as quais Quelimane e Lobito.

[46] Palma de Melo (1922-2003) diplomou-se pela ESBAL em 1947. Iniciou colaboração com o ateliê de Keil do Amaral ainda enquanto estudante de Arquitectura, em 1945, tendo lá permanecido até 1951. Em 1955 constitui ateliê com Artur Pires Martins. Da sua obra, destaca-se o Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian, inaugurado em Lisboa, em 1970.

[47] Francisco Conceição Silva (1922-1982) diplomou-se pela ESBAL em 1950. Autor de vasta obra, desenha os seus projectos através da introdução de um jogo de direcções e de uma certa fragmentação organicista que quebram a estaticidade que havia sido praticada pelo Movimento Moderno. O ateliê com o seu nome funcionou em Lisboa ao longo da década de 60 e até 1974, tendo sido escola de inúmeros profissionais como Tomás Taveira, Jorge Soares de Oliveira, Manuel Vicente ou Henrique Chicó. A equipa pluridisciplinar abarcava também nomes do paisagismo, como Gonçalo Ribeiro Telles, ou artistas plásticos, como Sá Nogueira. Da sua vasta obra salienta-se o Hotel do Mar, em Sesimbra, o Bloco de Apartamentos do Porto de Abrigo, em Sesimbra, a Fábrica da Tofa, em Linda-a-Velha, a fábrica de discos Valentim de Carvalho, em Paço de Arcos e a moradia onde residia no Dafundo.

Em 1975, na sequência de um atentado falhado à sua vida, Conceição Silva muda-se para o Rio de Janeiro, Brasil, onde continua a sua actividade liberal por alguns anos.

[48] Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) formou-se pela ESBAL em 1949, período durante o qual colaborou simultaneamente no ateliê de Carlos Ramos (1940-1943). De 1948 a 1972, assume funções como consultor de Federação das Caixas de Previdência para as Habitações Económicas. Simultaneamente exerceu a actividade liberal, tendo projectado diversos edifícios, alguns deles em co-autoria. Pela sua obra arquitectónica, recebeu não só o doutoramento *honoris* causa da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, em 2005, como o I Prémio da Exposição Gulbenkian, de 1955, com o projecto do Bloco Habitacional das Águas Livres (em co-autoria com Bartolomeu Costa Cabral) e, ainda, o 2.º Prémio Nacional de Arquitectura da Fundação Gulbenkian, em 1961. A estes prémios juntam-se os Prémios Valmor de 1967, Torre de Habitação nos Olivais Norte (com António Pinto Freitas), de 1971, Edifício "Franjinhas", em co-autoria com João Braula Reis e de 1975, com a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (em co-autoria com Nuno Portas).

[49] Foi contabilizada a participação de 210 arquitectos, perfazendo a quase totalidade da classe, à data.

O Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal[50], realizado entre 1955 e 1960, vem responder ao novo contexto social, cultural e político da Arquitectura saído deste mítico Congresso. O Inquérito reconhece, por um lado, a diversidade da linguagem arquitectónica do território nacional como parte da sua riqueza cultural, rejeitando fórmulas como a da *casa portuguesa*. Por outro lado, recupera a importância do vernacular na construção do vocabulário arquitectónico erudito e afasta a predominância dos edifícios de excepção como elementos de composição urbana.

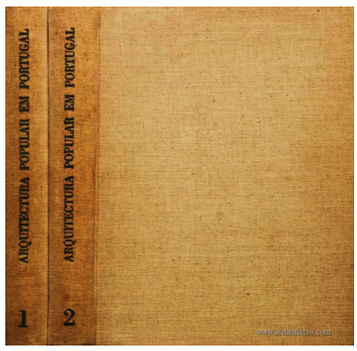


Fig. 1.24. Capa do Inquérito da Arquitectura Popular em Portugal, 1961.

Uma nova geração de arquitectos assume-se como moderna e começa a mudar o seu modo de projectar. A progressiva incapacidade do Regime em impor a Arquitectura nacionalista cenográfica, tão criticada no congresso, conduz a uma progressiva afirmação do *estilo internacional*, no final dos anos 50.

Contrariando as tendências dominantes no *Congresso de 1948*, no sentido de recorrer à construção em altura para resolver o problema da habitação e opondo-se ao racionalismo da *Carta de Atenas*, as casas económicas mantêm a restrição dos dois pisos em altura até 1957. Esta norma é porém ultrapassada com a construção do bairro Olivais-Sul, em Lisboa, e do bairro do Viso, no Porto, onde seria permitido construir edifícios plurifamiliares de quatro pisos, inseridos em malhas urbanas diversificadas, deixando de constituir bairros autónomos.

A alteração acontece para resolver o problema da habitação[51], criado pelo êxodo rural do início da II Guerra Mundial, com grande parte da população a procurar melhores condições de vida no litoral nacional e, em especial, nas grandes cidades. Com a falta de oferta em relação à procura existente e, em certos casos, impulsionados pela especulação imobiliária, surgem os bairros de génese *informal*[52].

"O movimento social e urbanístico dos "bairros sociais" (ou, por designação preferida pelo Estado Novo, por razões ideológicas, "de casa económicas", embora o "social" lhes restasse) chegou até 1950, incluindo, por decretos-lei, em 1945 e 1946, bairros "para alojamento de famílias pobres" e "de renda económica", de cómodos superiores que, já nos anos 50, tiveram uma nova tipologia de prédios em altura, por razões de economia de espaços e que, por indução mesmo passiva da Carta de Atenas, desistiram das referências rurais precedentes, caras ao Regime (...)" (França, 2008: 712)

[50] A ideia de redescobrir a Arquitectura popular é inicialmente lançada por Keil do Amaral e Huertas Lobo (membro do ICAT), por meio de um texto publicado em 1947, na revista *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, editada pelo ICAT. EM 1955, depois de uma tentativa falhada de angariação de financiamento junto do Instituto de Alta Cultura em 1949, o então Ministro das Obras Públicas Eduardo de Arantes e Oliveira viabiliza o financiamento da operação. São então constituídas seis equipas de três arquitectos cada, para dar início aos trabalhos. De entre os arquitectos que responderam ao desafio de Keil do Amaral, estiveram Fernando Távora, Nuno Teotónio Pereira, Francisco Silva Dias e Frederico George. O trabalho resultante é editado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos em 1961, sob o título *Arquitectura Popular em Portugal*.

[51] Durante os anos 30, o Estado Novo propagandeou Portugal como uma "formosa herdade", devido ao crescimento exponencial que a produção agrícola sofreu com a *campanha dos cereais*. No entanto, o aumento não estudado das zonas agrícolas e os desequilíbrios que se verificavam na respectiva produção entre o Norte e o Sul do país, levou ao desgaste das terras cultivadas e à quebra do seu rendimento. Para tapar a falha na produção agrícola nacional, o Estado começou a importar bens alimentares do resto da Europa. Contudo, com o início da II Guerra Mundial em Setembro de 1939, estas importações deixaram de ser possíveis, levando a que a população do interior do país se visse desprovida quer de bens alimentares quer de terrenos adequados ao cultivo.

[52] Designação hoje comum para referir bairros autoproduzidos e/ou de génese ilegal.



Fig. 1.25. Capa do Programa de Execução do 2.º Plano de Fomento, 1959-1961.



Fig. 1.26. Capa do Programa de Execução do III Plano de Fomento, 1973.

Este fenómeno mantém-se durante as décadas subsequentes e é agravado pelo crescimento do sector industrial[53], impulsionado pela política de condicionamento industrial e que absorve uma percentagem cada vez maior da população activa.

Dentro do processo de modernização e desenvolvimento industrial do país, em 1945 é publicada a Lei do Fomento e da Reorganização Industrial[54], que enquadra o desenvolvimento do país durante os anos subsequentes, e são desenvolvidos diversos planos de regularização e desenvolvimento (escolares, rodoviários e de formação social e corporativa – Pereira. In: Jerónimo, 2013: 251). Seguem-se os Planos de Fomento:

Data de 1953 o *I Plano de Fomento*, que vigora até 1958, tendo como principal objectivo potenciar o crescimento da indústria nacional através da criação e modernização das infra-estruturas de comunicações, de transportes e de energia.

O *II Plano de Fomento* (1959-1964) centra-se no investimento na indústria transformadora de base, procurando desenvolver o investimento nacional com base na iniciativa privada. É o primeiro que é concebido para os territórios da metrópole e das colónias, conjuntamente.

O *Plano Intercalar* (1965-1966) introduz a dimensão regional e começa a apontar para a necessidade de abrir a economia e enfrentar o mercado externo.

O *III Plano de Fomento* (1967-1974) abandona a estratégia centrada apenas no território nacional em favor de orientações mais liberalizadoras e da concorrência internacional.

O *IV* e último *Plano de Fomento* entra em vigor em Janeiro de 1974 e termina com a queda do Regime, a 25 de Abril do mesmo ano.

Do desenvolvimento industrial resulta o crescimento rápido das cidades e, em contrapartida, o abandono rural.

Com os planos de fomento, diversos organismos oficiais adquirem autonomia administrativa. Com isso se altera o enquadramento da encomenda aos arquitectos, que passa a ter também origem em Câmaras ou outras instituições, assim fazendo campo para uma maior liberdade de expressão. Em simultâneo, diversas entidades privadas, que até então também seguiam "padrões oficiais" passam, também elas, a preferir soluções à imagem do que se produz no resto da Europa.

[53] Publicada em 1931, pelo Decreto de Lei Nº 19354, a Lei de Condicionamento Industrial definiu que competia ao Ministério do Comércio e Comunicações, autorizar a instalação ou reabertura de novos estabelecimentos industriais, a montagem ou substituição de tecnologia que aumentasse a produção e a transferência de licenças de exportação, e a alienação ou arrendamento de estabelecimentos industriais a estrangeiros.

[54] A Lei Nº 2005, de 14 de Março de 1945, "Promulga as bases a que deve obedecer o fomento e a reorganização industrial, dispondo sobre o estabelecimento de novas indústrias e sobre a reorganização de indústrias já existentes".

Data portanto da década de 1950 o emergir de uma geração contrária ao Regime e evidenciando liberdade de expressão. No campo da Arquitectura, vários são os profissionais que procuram essa autonomia criativa, aderindo ao Movimento Moderno. A Escola do Porto, orientada por Carlos Ramos, abre-se a esta linguagem internacional. Ao invés, a Escola de Lisboa de Paulino Montez – director desde 1949, mas ainda com Cristino da Silva nas funções de director do curso de Arquitectura – mantém como regra o formalismo de uma Arquitectura neotradicionalista, entendida como *Arquitectura do Estado Novo*.

Esta mudança não acontece de forma tão rápida nem tão completa quanto os arquitectos almejam, pelo que os grandes edifícios públicos encomendados pelo Estado – palácios da Justiça, igrejas, hospitais e cidades universitárias, entre outros – continuam a apresentar uma linguagem *estadonovista*. Só em 1957, nove anos passados sobre o Congresso de 1948, se anuncia o fim de uma Arquitectura de Regime, através do projecto para o pavilhão português na Exposição Universal de Bruxelas, entregue, por concurso público e sem quaisquer condicionamentos formais, a Pedro Cid[55], arquitecto da Escola de Lisboa pertencente à terceira geração *modernista* portuguesa.

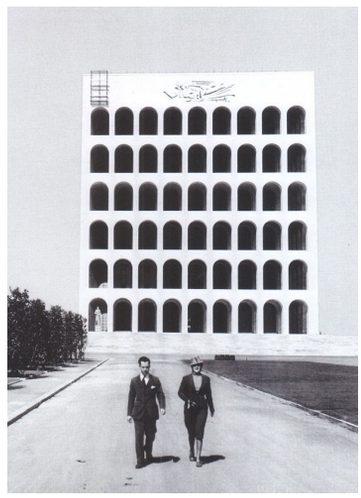


Fig. 1.27. Palazzo della Civiltà Romana.

"O problema num estado totalitário é o de saber até onde o conseguiu ser – no nosso caso, até onde se levou a intenção do controlo estatal dos meios de comunicação ideológica como processo de legitimação ou de conseguir um consenso." (Portas. In: Pereira, 1986: 27)

A imposição de uma Arquitectura mais tradicionalista vivida até 1957, que afasta a práxis nacional do *Movimento Moderno*, está longe de ser caso único na Europa. Na verdade nazis, fascistas, e franquistas têm práticas semelhantes, contrárias ao Movimento, e forçando a disseminação de uma Arquitectura revivalista clássica, capaz de imprimir uma falsa imagem de estabilidade, de força e de segurança, convenientemente adaptada ao clima de crise vigente e à propaganda de uma perspectiva de um futuro melhor.

A Itália de Mussolini (1922-1943) procura uma Arquitectura monumental, muitas vezes entregue a Piacentini[56], arquitecto conservador que sempre negou a Arquitectura Moderna. Em contracorrente, posicionam-se arquitectos como Pagano[57] e Terragni[58], pertencentes ao movimento racionalista que tentava divulgar o Moderno, permanentemente asfixiado pelo poder.

[55] Pedro Anselmo Braamcamp Freire Cid (1925-1983) formou-se pela ESBAL em 1952. Trabalhou para o Ministério da Administração Interna e colaborou na criação dos Gabinetes de Apoio Técnico, assumindo em 1978 a direcção do de Montemor-o-Novo. Da sua obra destacam-se: os blocos de habitação, da Avenida Estados Unidos da América de 1955-1957 (com João Vasconcelos Esteves e Manuel Laginha); o Hotel em Porto Santo (1962); a Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa (com Alberto Pessoa e Ruy Atouguia); e o Plano Sub-Regional de Cacela, Vila Real de Santo António, de 1966.

[56] Marcello Piacentini (1881-1960) foi um dos arquitectos italianos que mais projectos desenvolveu durante o Fascismo. Com obras espalhadas por todo o país, foi em Roma que mais se destacou, com inúmeras obras – edifícios e intervenções urbanas – desenhadas para cumprirem a *monumentalidade* típica da época e do Regime italiano, e que ainda hoje marcam a cidade.

[57] Giuseppe Pagano, (1881-1860) ficou conhecido pela sua Arquitectura racional. Este arquitecto italiano acabou por dedicar a sua vida à revista CasaBella, da qual foi editor.

[58] Giuseppe Terragni (1904-1942) foi o arquitecto líder do racionalismo italiano. Defensor da ideologia fascista, da sua obra destaca-se a *Casa del Fascio*.

Tal como em Portugal, a Arquitectura fascista acaba por transitar progressivamente para o racionalismo, mantendo ao mesmo tempo presente o conservadorismo necessário à imagem do Regime. Os dois Regimes aproximam-se quer pela instrumentalização da produção arquitectónica quer pela estratégia de propaganda montada. Dos mais evidentes exemplos disso fazem parte as cidades Universitárias de Lisboa e de Coimbra, cujas referências são directamente assimiladas por Duarte Pacheco e Cottinelli Telmo, numa visita planeada que fazem à Universidade de Roma.

"A revolução de 1933 é para a Alemanha uma transformação em todos os campos da vida nacional. O ressurgimento no campo cultural ocorreu paralelamente com o rejuvenescimento político e social. Tendo-se Adolf Hitler, o Fuhrer da Alemanha, dedicando-se pessoalmente a esta tarefa. A arquitectura é a sua preferida". (Albert Speer – Moderna Arquitectura Alemã. Ed. Volk und Reich, Berlim, 1941)

Na Alemanha de Hitler (1933-1945), a repressão do *Movimento Moderno* dá-se logo após a sua ascensão. Como resultado, todos os arquitectos que seguiam esta tendência são forçados ao exílio, deixando a Arquitectura da nação a cargo de arquitectos como Albert Speer[59].

Os projectos de Speer materializam a visão de Hitler para uma "nova" Alemanha, monumental e com uma escala que perdia a relação com o Homem a favor de uma procura do sublime. O seu trabalho mais emblemático é o plano de *Reichsparteitagelände* em Nuremberga, que propõe um exuberante e enorme eixo através do qual se estruturam diversos edifícios de excepção (equipamentos) e espaços colectivos de reunião, onde a função simbólica da Arquitectura procura alcançar uma ritualização do próprio espaço. Todos os edifícios ou espaços apresentam uma escala desmedida e incorporam referências à antiguidade clássica, seguindo um tradicionalismo/formalismo neoclássico livre de ornamentos, simétrico e de linhas simples, materializando a imagem que o führer pretendia transmitir do Regime nazi.



Fig. 1.28. Página do Catálogo da Exposição da Moderna Arquitectura Alemã.

Em 1941, é inaugurada em Lisboa a Exposição da *Moderna Arquitectura Alemã*, onde é apresentada a prática arquitectónica germânica desde 1933, pelo próprio Albert Speer. Apesar de o evento não ter tido grande impacto na Arquitectura nacional e de o tipo de Regime não ser comparável, edifícios como a tribuna do Estádio Nacional, da autoria de Miguel Jacobetty, e o hospital de Santa Maria, de Hermann Distel[60], mostram diversas semelhanças com vários exemplos apresentados na exposição. Apesar dessas influências, mesmo aqui a monumentalidade é adaptada à escala nacional.

[59] Albert Speer (1905-1981) foi o arquitecto chefe e o Ministro do Armamento e Produção de Guerra do Terceiro Reich. Durante este período, desenvolveu diversos projectos como o Zeppelinfeld, inspirado no Altar de Pérgamo, a Chancelaria do Reich ou o Pavilhão Alemão para a Feira Mundial de Paris. Por realizar ficou o plano que Speer tinha desenvolvido para reconstruir a cidade de Berlim.

[60] Hermann Distel (1875-1945) foi um arquitecto alemão, especialista em hospitais e autor do também projecto do Hospital de São João, no Porto.

Até meados dos século XIX a organização administrativa do país assentava ainda na figura medieval do Município. Ora, apesar de detentoras de alguma capacidade legal em matéria de organização urbana, as Câmaras não dispunham, em geral, de meios financeiros ou técnicos adequados à gestão e planeamento da construção privada e nos costumes vigorava o princípio da liberdade de edificação, isto é, os poderes públicos não interferiam na construção privada[61]. Na prática as cidades portuguesas não seguiam um planeamento urbano e desenvolviam-se apenas conforme as necessidades e de acordo com o território onde se inseriam. A estrutura administrativa do país não estava, assim, apetrechada para fazer face ao grande crescimento urbano do século XIX.

"Desde o século XIX, as cidades adquiriram tais dimensões e um carácter tão diferente do que tinham antes, que representam agora um verdadeiro perigo para a saúde física e moral dos seus habitantes. Não se trata só de encantar a vista; é preciso salvar o organismo humano das doenças que o ameaçam, pois a mortalidade atinge, nos grandes centros, proporções pavorosas." (Groër, 1945: 23).

Com a chegada do Liberalismo e o desenvolvimento económico que lhe está associado, a situação iria mudar. Primeiro surgem as grandes obras públicas, sobretudo estradas, para cuja execução o Governo iria criar uma estrutura mais descentralizada, baseada no distrito, para onde deslocou meios técnicos que não só se ocupam de aspectos directamente ligados à viação (i.e.: atravessamentos) como passam a dar apoio aos municípios em matéria de urbanismo mais geral. Segundo, é drasticamente reduzido o número de Municípios, dando assim dimensão aos que subsistem e é criada uma nova organização administrativa, de base hierárquica (Distrito, Município, Freguesia) dotada de procedimentos insertos num Código Administrativo que enquadra o respectivo funcionamento e é, por definição, mais estável do que a legislação avulsa. Pela mesma altura nascem as Comissões de Melhoramentos Concelhias. O grande volume de obras públicas obriga a expropriações em massa, cuja regulamentação se torna indispensável e contém, necessariamente matérias do âmbito do ordenamento territorial. Por fim e embora num quadro de direito administrativo que não é dedicado especificamente ao urbanismo[62], a actividade edificativa enquanto tal vai ser objecto de um conjunto de regras que, directa ou indirectamente, enquadram a capacidade de intervenção dos Municípios em matéria urbanística e, nomeadamente, a de determinar o que se pode construir e onde isso não é admitido, definir alinhamentos e cotas de nível ou aceitar ou recusar desenhos de fachadas. É o fim, pelo menos do ponto de vista legal, da prática corrente erigida em princípio de direito natural: a liberdade de edificar.

[61] São raras as excepções, das quais a mais importante é sem dúvida a da reconstrução pombalina de Lisboa que, no entanto, não fez escola no resto do país.

[62] Numa primeira fase, é no contexto das obras públicas de construção de estradas e, portanto, de acessos e de atravessamentos de povoações, que se produzem regras em matéria de construção de edifícios; mais tarde elas vão ainda resultar indirectamente das disposições sobre expropriações, ligadas ainda à construção viária; em 1862, são aprovadas normas que permitem ao Governo definir as ruas que no interior das povoações serão consideradas parte da rede viária geral e prevendo-se, mas só para estas, regras específicas de alinhamentos, declives ou larguras coordenados com os das estradas de que passavam a fazer parte; enfim a Lei de 6 de Julho de 1964 acrescenta algumas competências às Câmaras em matéria de vias de comunicação (estradas municipais) impondo-lhes estudo prévios adequados, elaborados por quadros técnicos qualificados e um órgão de parecer prévio – a Comissão de Viação – em cada Município. Um corpo de normas especialmente dedicado ao urbanismo surge apenas em 1864, com o Decreto aprovado em 31 de Dezembro (publicado como Lei 10 de 9/1/1865).

Mas é preciso esperar pelo decreto de 31 de Dezembro de 1864[63] para nos confrontarmos com um corpo de normas especialmente dedicado ao Urbanismo e o início, ainda que incipiente, do Urbanismo em Portugal.

A trave mestra das propostas deste diploma (alterado pela Lei de 2 de Julho 1867) é a figura do Plano Geral de Melhoramentos, imediatamente obrigatória para Lisboa e Porto e sugerida para todas as povoações do país, a elaborar por comissões técnicas pluridisciplinares (entre os quais, um Engenheiro, um Arquitecto, um representantes da Câmara Municipal, e outro do Conselho de Saúde Pública). Mesmo em termos europeus[64] o diploma é percursor no método, no detalhe e na amplitude da sua aplicação, marcando as ideias em matéria de urbanismo pelo menos até 1934, ano do primeiro documento legal do Estado Novo que impõe os Planos Gerais de Urbanização.

O Decreto de 1864 contém também a obrigatoriedade de demolição de construções que ameacem ruína e vai ao detalhe de regular muitos dos aspectos técnicos a que deviam atender os planos, designadamente esgotos e limpeza da cidade, drenagem dos solos, iluminação urbana, encanamento das águas dos telhados ou ainda a chanfragem dos ângulos ou esquinas dos edifícios, regulando ainda as alturas permitidas em função da largura dos arruamentos e determinando que estes, quando construídos de novo, disponham de largura não inferior a 10 metros e inclinação não superior a 7%.

Quanto às questões de higiene no interior dos edifícios, o decreto remete para regulamentação a elaborar posteriormente. Esta última só viria a concretizar-se por decreto de 14 de Fevereiro de 1903, que consagra o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas. É o triunfo das ideias *Higienistas* então em voga e um grande salto relativamente ao decreto de 1864.

O Regulamento "constitui o primeiro documento legal português onde se encontram definidas, de forma minuciosa, as condições que as edificações urbanas deveriam respeitar e nas quais constam indicações sobre as características de depósitos de água, tubos de queda, sifões, tubos de ventilação, latrinas e pias, fossas e alojamentos para animais, áreas e cubicagens mínimas. Introduz-se ainda uma condição prévia da maior importância: a obrigatoriedade de licença camarária prévia à habitação dos edifícios construídos"[65]. Além disso,

[63] Publicado como Lei N.º 10 de 19 de Janeiro de 1865.

[64] Apesar de certas realizações de monta, de entre as quais os trabalhos de Haussmman em Paris, os outros Estados europeus, mesmo os mais avançados, não dispunham de legislação impondo a elaboração de planos para todas as povoações)

[65] (Fernandes, 2002).

o Regulamento é ainda importante porque, "enquanto o decreto de 1864 se focalizava nos edifícios que faceavam os arruamentos, este alarga a necessidade de licença camarária às edificações implantadas no interior de propriedades, pretendendo, assim, obviar a situações como as das "ilhas", tão características na cidade do Porto, apontadas como focos de propagações epidémicas".[66]

Com o advento da República vão ser acrescentadas algumas alterações ao quadro legal em que a base continua a ser ainda o Decreto de 1864. Telegraficamente: é criado (1912) um novo regime de expropriações por utilidade pública (para resolver "abusos" que a gestão do anterior, de 1850, havia permitido deixando demasiada discricionariedade para a definição da noção de utilidade pública) reduzindo o leque de possibilidades a um lista de justificativos (sendo um deles a expansão urbana) mas também alargando a profundidade do espaço de expropriação admissível para 50 metros em relação às vias e criando uma contribuição sobre os proprietários, para compensar o aumento do valor dos edifícios beneficiários da construção de vias públicas (de algum modo antecessora do actual Imposto de Mais-Valias). Quase simultaneamente (1915) obrigam-se as Câmaras a fazer levantamentos de Planta Geral das respectivas cidades e vilas, sem a qual as expropriações não são admitidas. No mesmo diploma reforçam-se as medidas relativas à estética urbana, alargando as possibilidades de expropriação a um justificativo novo: "a expropriação de qualquer prédio cuja reparação ou modificações sejam deliberadas pela respectiva Câmara Municipal, precedendo voto da sua comissão de estética ou, na sua falta, o voto da sua comissão executiva, quando o seu proprietário se negue a fazer as obras indicadas"[67]. A figura da Comissão de Estética e sua intervenção relativamente ao edificado existente vem reforçar a preocupação com a estética urbana, visto que até então as competências municipais nesta matéria se limitavam a "projectos novos".[68]

Apesar da ambição do decreto de 1864 e de constituir a principal ossatura legal da regulação do crescimento urbano em Portugal durante décadas, o certo é que a prática foi algo errática, ao sabor quer de discricionarismos vários que admitia, quer de alterações legislativas avulsas que se lhe impunham. São por isso vários os autores que relevam a parca expressão das suas marcas no Urbanismo das nossas cidades. Nesse sentido refira-se, por todos, Margarida Sousa Lôbo[69]: "a criação dos Planos Gerais de Melhoramentos (...) limita-se a uma intenção política, que só ganha forma já no século XX, com os primeiros planos gerais para Lisboa e Porto" sob impulso de Duarte Pacheco.

"Se Raul Lino e António Ferro foram, de modos e por vias diferentes, os inspiradores da arquitectura "nacional", Oliveira Salazar foi o seu grande instigador, se coube à maior parte dos arquitectos da primeira vaga modernista a tarefa de lhe dar forma, foi Duarte Pacheco a personalidade responsável pela sua rápida e eficaz propagação" (Teotónio Pereira, 1986: 7)

"Ao abordar a obra de Duarte Pacheco constata-se que o grande disciplinador das cidades e vilas do país, aquele que as interpelou e susteve em permanente estado de enunciação, nelas deixou a maior parte da sua própria história. Essa obra é informada pela vida de quem a concebeu – espécie de metáfora viva do que foi sendo idealizado e construído num dado tempo. Assim se revela uma poderosa osmose que lhe confere uma mítica realidade." (Acciaiuoli, 1992: 385)

[66] Idem.

[67] (Fernandes, 2002: 206-207).

[68] Idem.

[69] Lôbo, 1995: 13.

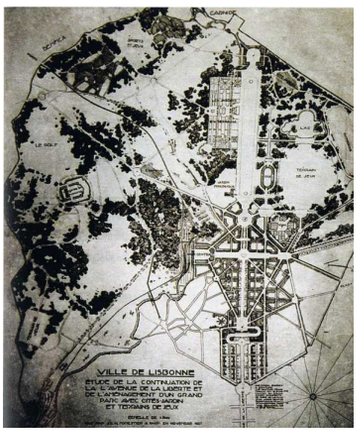


Fig. 1.29. Plano de Lisboa, Forestier.

No início do século XX, com os primeiros Planos Gerais para Lisboa e Porto (Lôbo, 1995: 13) o urbanismo adquire um novo impulso. Aos outros municípios é conferida a liberdade de poderem, ou não, iniciar os seus próprios Planos. Estes planos focam-se em princípios *Higienistas* e na criação e qualificação de espaços públicos.

O Plano Geral de Lisboa espelha essa realidade – realizado por Jean-Claude Forestier[70] que, em 1927, aceitava o trabalho de consultor da Câmara Municipal de Lisboa – apresenta a *cidade como paisagem*. Este projecto, influenciado pelo racionalismo do Plano de Paris de Haussmann[71] (1857-1927) e pelo pensamento de Otto Wagner[72] e de Eugène Hénard[73], apresenta como grande ascendente o movimento *City Beautiful*[74], com o qual Forestier está familiarizado, por ter realizado uma viagem pela costa atlântica dos Estados Unidos, onde estudara este movimento que o influenciaria para o seu livro e *modus operandi* "Grandes Villes et Systèmes de Parcs", de 1908. (Lôbo, 1995: 16).

Curiosamente, e apesar de algumas iniciativas de Planos de Melhoramento, apenas em 1932, com a tomada de posse de Duarte Pacheco como Ministro das Obras Públicas e Comunicações (MOP), é que o urbanismo se torna uma prática generalizada em Portugal.

Como uma das primeiras medidas, o Ministro cria uma estrutura organizacional, fundamental para dinamizar o ministério, que se encontrava submerso em burocracia estatal e desprovido de quadros técnicos, assegurando uma nova etapa da Arquitectura portuguesa. Este foi o início de uma profunda e rápida modernização, dentro e fora do MOP, durante a qual são criadas Juntas Nacionais,

[70] Jean-Claude Nicolas Forestier (1861-1930) foi um dos membros fundadores da Sociedade Francesa de Urbanistas e era o conservador dos jardins da cidade de Paris. São da sua autoria projectos como: o Sistema de Parques da cidade de Buenos-Aires; o Plano Geral de Urbanização de Havana; o Parque Maria Luísa (Sevilha); o Parque Pedralbes (Barcelona); os Jardins Laribal e Montanha de Montjuic (Barcelona); o Parque da Cidadela (Barcelona); o Plano Geral de Rabat, de 1913 (Marrocos); o Plano Geral de Marraquexe, de 1913 (Marrocos), entre outros.

[71] Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), conhecido como Barão Haussmann, foi o autor do plano urbano que transformou a cidade de Paris do século XIX na cidade de hoje. Esta transformação, encomendada por Napoleão III (Luís Napoleão Bonaparte), obrigou à demolição de parte do centro da cidade, para estabelecer uma rede de grandes eixos – avenidas e boulevards – que atravessam e ordenam a cidade.

[72] Otto Wagner (1841-1918) foi um dos arquitectos e urbanistas austríacos mais importantes da sua época. Formado pelo Instituto Politécnico de Viena e pela Escola Real de Arquitectura de Berlim, foi em Viena que desenvolveu a sua actividade liberal, para onde projecta, em1890, um Plano Urbano. Em 1894 tornou-se professor da Academia de Belas Artes de Viena e profere a sua primeira aula subordinada ao tema "Arquitectura Moderna", publicada posteriormente sob o mesmo título. Em 1897, junta-se ao grupo *Vienna Secession*, criado esse ano por um conjunto de artistas austríacos dissidentes da *Vienna Künstlerhaus* (o equivalente à Sociedade Nacional de Belas Artes), de entre os quais Gustav Klimt.

[73] Eugène Hénard (1849-1923) foi um arquitecto e Urbanista francês cujo trabalho se centrou no estudo da cidade de Paris. Em 1903, publicou "Estudos sobre a transformação de Paris", onde apresenta soluções para o desenvolvimento da cidade sem necessidade de recorrer à expansão para a periferia.

[74] Ver 1.3. do Capítulo I.

Comissões Reguladoras e Institutos[75] com o objectivo de organizar a sua acção. Desta iniciativa resulta também a uniformização formal de serviços públicos, tais como as Escolas Primárias e os CTT.

Para assegurar uma nova dinâmica nas Obras Públicas, Duarte Pacheco organiza uma cadeia hierárquica de técnicos da sua confiança, dentro e fora do ministério, entre os quais se encontra um pequeno grupo de arquitectos. Esta medida garante não só uma vasta produção arquitectónica que rapidamente se espalharia por todo o país, como uma Arquitectura uníssona, portadora de uma imagem parametrizada que fortalece a construção de uma identidade nacional.[76] Para essa nova imagem, consideram-se necessárias diversas intervenções, tanto à escala da urbe como à escala do edifício. Mas é à escala da cidade que se verificam as mudanças mais radicais, na procura por um desenvolvimento do território nacional e de uma expansão planeada. Pretende-se, entre outros objectivos, a implementação de uma rede de saneamento básico, de uma nova e modernizada rede viária (dentro das cidades e a ligá-las umas às outras), de novos espaços públicos qualificados, de novas zonas habitacionais e de novos equipamentos. Tudo isto homogeneizado pela imagem do Regime, "Objectivos a que os velhos Planos Gerais de Melhoramentos já não respondiam. Para as novas necessidades concebe-se uma nova figura de plano." (Lôbo, 1995: 36).

Surgem então, em 1934, os *Planos de Urbanização*[77](PU), obrigatórios em todas as localidades com mais de 2.500 habitantes e que tivessem apresentado, entre dois recenseamentos consecutivos, um aumento demográfico igual ou superior a 10%, ou ainda em "centros urbanos ou zonas de interesse turístico, recreativo, climático, terapêutico, espiritual, histórico ou artístico designados pelo Governos (...)." (Decreto-Lei Nº 24.802).

Na prossecução destes objectivos, são atribuídas às Câmaras Municipais competências em matéria de planeamento. Porém, a tarefa vai revelar-se morosa e complicada, porque faltam as condições essenciais para a execução dos ditos *Planos*. É disso exemplo a falta de levantamentos topográficos actualizados das aglomerações abrangidas pelo diploma, que, aliás, exigiriam a abertura de processos concursais públicos demorados. Este e outros factores levam a que os Planos apenas comecem a ficar prontos passados sete anos após a publicação do Decreto-Lei.



Fig. 1.30. Plano para Carcavelos, 1936, Agache.

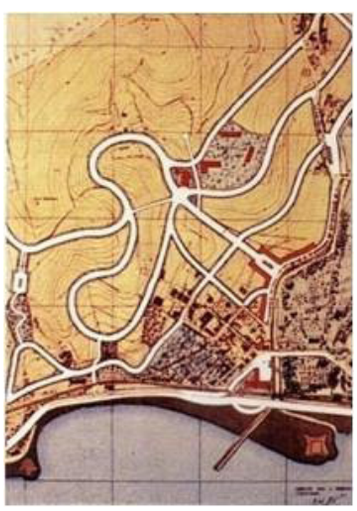


Fig. 1.31. Plano para Caxias, 1936, Agache.



Fig. 1.32. Plano para Estoril, 1936, Agache.

[75] Como a Junta Nacional da Educação (1936), "órgão técnico consultivo que funciona junto do Ministro da Educação Nacional e tem por fim o estudo dos problemas relativos à formação do carácter, ao ensino e à cultura do cidadão português, a par do desenvolvimento integral da sua capacidade física". (Lei Nº 1941, de 11 de Abril de 1936). Competia a esta Junta, por exemplo, classificar imóveis, autorizar intervenções em imóveis classificados e a regulação das actividades arqueológica, museológica e das artes visuais e performativas. As suas funções abrangiam também a análise da produção artística, desde cartazes publicitários a selos dos CTT.

[76] O volume de obras realizadas foi tão elevado que, em 1948, realizou-se a Exposição de Obras Públicas, para mostrava o que tinham sido os primeiros "15 Anos de Obras Públicas".

[77] Decreto-Lei Nº 24.802, de 21 de Dezembro de 1934.

"Em 1933, Duarte Pacheco entrega ao arquitecto francês Alfred Agache o estudo preliminar da urbanização da zona de Lisboa ao Estoril e Cascais enquanto, paralelamente, desenvolve esforços junto da Câmara Municipal de Lisboa para a articulação do sistema viário entre a capital e a área de expansão turística privilegiada." (Acciaiuoli, 1992, 422)

"Em 1938, Duarte Pacheco chamara o urbanista polaco Étienne de Gröer para estudar o plano de urbanização da capital e, entretanto, avançara já com o prolongamento da Avenida Almirante Reis até ao Areeiro iniciando mesmo o rompimento da larga via que desta praça havia de levar ao Aeroporto, igualmente decidido na altura." (Acciaiuoli, 1992, 309)



Fig. 1.33. Plano de Urbanização da Costa da Caparica, Faria da Costa, 1946.

Em boa verdade também o recrutamento dos arquitectos dos planos deveria ter passado por concursos públicos. Sob pretexto de escassez de urbanistas, tal procedimento não chega contudo a ser posto em prática. A dispensa de concurso é sistematicamente concedida pelo MOP e, em seu lugar, a Secção de Melhoramentos Urbanos da DGEMN indica às Câmaras uma lista técnicos a contratar, validada pelo próprio Ministro Duarte Pacheco (Lôbo, 1995: 40).

A escassez de urbanistas decorre do facto de, até 1945[78], não existir o curso de Urbanismo em Portugal. Na sua maioria, os poucos arquitectos urbanistas existentes obtêm, depois do curso de Arquitectura, o curso de Urbanismo do Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, como foi o caso, por exemplo, de David Moreira da Silva[79] e Faria da Costa. E é isso que leva o MOP a recomendar arquitectos que tivessem estudado urbanismo noutros países, ou arquitectos que tivessem trabalhado na CML e que, por esse motivo, tivessem acompanhado os processos urbanos dos últimos anos para a capital e contactado assim com os urbanistas estrangeiros responsáveis pelos mesmos – Forestier, Alfred Agache[80] ou De Groër[81] (estes dois últimos urbanistas leccionavam, inclusive, no acima referido Instituto parisiense).

Em 1943, no seguimento deste procedimento de adjudicação, vários Arquitectos que trabalham na CML são convidados a desenvolver *Planos de Urbanização*. Entre outros: Miguel Jacobetty Rosa, para Mafra e Azambuja; João António de Aguiar, para Rio Maior; Faria da Costa, para Benavente, Coruche e Almada. Ainda no mesmo ano, "os serviços propõem ao MOP que as Câmaras possam sugerir novos nomes para a elaboração dos planos de urbanização, o que poderia ter como efeito o aumento do número de técnicos capacitados para trabalhos de urbanismo, viabilizando assim a organização de concursos, nos termos legais. O despacho de Duarte Pacheco, controlando sempre a qualidade dos intervenientes é frontal: os serviços poderão alargar a lista de urbanistas, se assim o entenderem, mas terão que a submeter à sua aprovação." (Lôbo, 1995: 41).

[78] Data de 15 de Maio de 1945 o Decreto-Lei Nº 34.607 que cria as disciplinas de Urbanologia e de Projectos e Obras de Urbanização.

[79] David Moreira da Silva (1909-2002) licenciou-se pela ESBAP em 1929. Estagiou em Paris e foi bolseiro da Junta Nacional de Educação e do Instituto para a Alta Cultura. Licencia-se ainda em urbanismo pelo Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris (1939). Juntamente com Faria da Costa, é um dos primeiros Urbanistas portugueses. O seu percurso profissional conta com diversos anteplanos de urbanização. Em co-autoria com Étienne de Gröer, desenvolve o Plano de Urbanização de Luanda de 1942.

[80] Alfred Agache (1875-1959) foi um arquitecto e urbanista francês, autor de diversos planos de urbanização para cidades brasileiras (entre os anos 40 e 50), como Rio de Janeiro e Porto Alegre. Foi convidado por Duarte Pacheco para trabalhar na valorização da Costa do Sol, constituindo para tal um *Gabinete Central de Urbanismo*. Este Gabinete acabou por se tornar num centro de formação de Urbanismo, onde participou João António de Aguiar.

[81] Étienne de Gröer (1882-?), Natural de Varsóvia, estuda em Nice e obtém o diploma de arquitecto na Rússia. Vindo de Paris, onde leccionava no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, traz para Portugal a influência da *Cidade-Jardim*, marcando de forma decisiva o Urbanismo português. São da sua autoria o Plano de Urbanização da Costa do Sol, o Plano de Urbanização de Lisboa e, em co-autoria com David Moreira da Silva, os planos de Coimbra e de Luanda.

Em 1944, é redigido um novo diploma[82] que altera a designação de *Plano de Urbanização* para *Plano Geral de Urbanização* (PGU). Dando continuidade à ideologia já subjacente ao diploma de 1934, pretende-se agora transformar o território nacional através do (re)desenho dos aglomerados urbanos existentes. O objectivo é gerar cidades organizadas e planeadas segundo uma lógica cenográfica, em que sobressaiam os equipamentos públicos e os edifícios de representação do poder central, concebidos segundo uma preocupação de afirmação identitária. Para tal, é criada, à volta destas *cidades imaginadas*, uma imagem urbana que se pretende nacional: numa lógica bebida da *City Beautiful*, são criadas praças (como a Praça do Areeiro de Cristino da Silva) e rasgadas alamedas (como a Alameda Dom Afonso Henriques de Porfírio Pardal Monteiro) ou avenidas (como a Avenida da Torre de Belém de Faria da Costa) que enquadram diversos equipamentos e serviços e que contribuem para a afirmação e enfatização do Regime. Simultaneamente, na tradição da *Cidade-Jardim*, cria-se uma nova e reestruturada rede viária e de infra estruturas que permite a articulação entre os vários centros urbanos, a sua terceirização e densificação e a criação de bairros residenciais periféricos.



Fig. 1.34. Anteplano de Urbanização das Caldas de Monchique, Planta de Trabalho. Jacobetty Rosa, 1958.

O desenvolvimento das normativas e objectivos dos Planos[83] foi entregue a um grupo de trabalho dentro da Secção de Melhoramentos Urbanos do MOP. Os respectivos textos assumem claramente um Urbanismo de continuidade, procurando conciliar as pré-existências com as necessidades de crescimento.



Fig. 1.35. Plano de Urbanização de Portalegre. Faria da Costa e Jacobetty Rosa, 1944.

Entre as diversas novidades introduzidas no diploma dos PGU, destacam-se: o *Plano Parcial de Urbanização*; o fim da subjugação ao parecer do Conselho Superior de Turismo, até então obrigatório; e a obrigatoriedade da aprovação do regulamento[84] de cada Plano e sua publicação em portaria do governo.

"Esta legislação prescrevia que o município e a Junta de Higiene concelhia se pronunciassem sobre o plano; a estes pareceres seguia-se o parecer de outras entidades da Administração Central interessadas no plano, que a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização entendesse consultar, assim como o parecer da própria Direcção-Geral, que por vezes considerava que o plano deveria ser revisto, devolvendo-o à procedência para reformulação. Após parecer favorável



Fig. 1.36. Plano de Urbanização da Chamusca. Faria da Costa, 1946.

[82] Decreto-Lei Nº 33.921, de 5 de Setembro de 1944.

[83] Este grupo ia buscar referências às obras de urbanistas franceses como Alfred Agache, Gaston Bardet e Marcel Poete. (Lôbo, 1995: 41-42).

[84] Os Planos Gerais de Urbanização eram obrigatoriamente compostos por: uma planta geral designada "planta de orientação"; uma planta de apresentação; uma "planta de trabalho"; uma planta com o "plano de urbanização"; uma planta esquemática do sistema de drenagem de águas pluviais e esgotos; plantas esquemáticas das redes de abastecimento de águas e de iluminação pública; uma planta análoga com a previsão dos novos transportes em comum; perfis longitudinais dos principais arruamentos e perfis transversais tipo; uma memória descritiva e justificativa. Podiam ainda ser entregues outras peças que o arquitecto considerasse importantes (Decreto-Lei Nº 24.802).

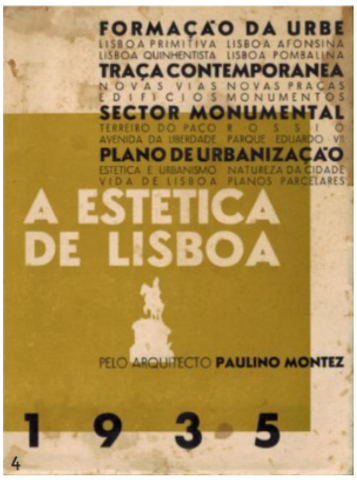


Fig. 1.37. Capa do Manifesto "Estética de Lisboa". Paulino Montez, 1935.

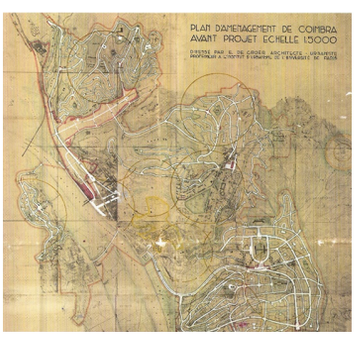


Fig. 1.38. Plano Geral de Urbanização de Coimbra. Etienne de Groër, 1944.



Fig. 1.39. Anteplano de Urbanização da Cidade de Barcelos. Maria José Moreira da Silva e David Moreira da Silva, 1951.

da Direcção-Geral, o plano e respectivas informações eram enviados para parecer final do Conselho Superior de Obras Públicas, seguindo depois para despacho ministerial." (Lôbo, 1995: 46).

É, no entanto, necessário apontar que o referido diploma não faz um enquadramento teórico e metodológico do processo de desenvolvimento dos Planos. Por um lado, talvez não o tenham permitido a formação e o pragmatismo do ministro seu mentor, assim como a dimensão da tarefa. Por outro, os arquitectos do restrito grupo indicado para a sua elaboração tinham uma formação idêntica e foram escolhidos a dedo por Duarte Pacheco. Mas não deixamos de notar a falta de um "manifesto", como o de Paulino Montez[85] para cidade de Lisboa (Montez, 1935)[86], que lhes servisse de inspiração e que desse o sinal de partida para a maior transformação da paisagem urbana na história de Portugal e, mais tarde, das províncias ultramarinas.

Apesar destas alterações relativamente ao diploma inicial de 1934 e da supressão de alguns pareceres obrigatórios, a aprovação dos Planos continua a ser um processo lento, quase sempre pautado por revisões e alterações diversas relativamente ao projecto inicial.

Lentamente, contudo, a partir de meados de 1940 o panorama urbano português começa a modificar-se: De Groër conclui os Planos de Coimbra e de Braga e desenvolve os Planos para Lisboa, Évora e para a Costa do Sol; Moreira da Silva conclui os Planos para Monte Real, Águeda, Matosinhos, Moledo do Minho e Paredes; Januário Godinho desenvolve os planos de Amarante, Arcos de Valdevez, Carrezeda de Ansiães, Felgueiras e Paços de Ferreira; Miguel Resende desenha os planos de Gondomar, Ovar, Póvoa de Varzim e Famalicão; José Miranda de Vasconcellos fica com Celorico, Terras do Bouro e Vinhais; Faria da Costa fica com os planos de Elvas, Grândola, Coruche e Chamusca (Lôbo, 1995: 42-43); a Aguiar são confiados os planos de Castelo Branco, Covilhã, Faro, Olhão, Ponta Delgada, Setúbal e Viana do Castelo.

Com a morte de Duarte Pacheco, em 1943, as Câmaras passam a ser agentes mais activos no processo, mas perde-se a dinâmica imposta pelo ministro.

[85] Paulino Montez (1897-1988) licenciado pela ESBAL em 1923, onde foi aluno de José Luís Monteiro, fez parte da primeira geração *modernista*. O seu percurso profissional foi em boa parte dedicado ao ensino técnico-profissional. Em 1946 começou a leccionar a cadeira de Projectos e Obras de Urbanização na ESBAL. Em 1948 é nomeado para a cadeira de Urbanologia e, em 1949, torna-se Director desta instituição. Cargo que lhe valeu críticas sobre a sua posição passiva na luta pela renovação do ensino artístico. O início do exercício da profissão fê-lo na Repartição das Construções Escolares do Ministério da Instrução Pública (1920-1921). Foi vereador e vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa (1935-37), deputado da Assembleia Nacional (1935-36) e integrou a Comissão Executiva do Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol, do Ministério das Obras Públicas. Desenvolveu diversos projectos, dos quais se destacam: os bairros económicos lisboetas Doutor Oliveira Salazar (1937), renomeado Alvito, da Ajuda (1937) e da Encarnação (1948); os planos de urbanização da zona envolvente do convento de Mafra, da regularização e extensão da cidade das Caldas da Rainha, da vila de Peniche, da Praia da Foz em Óbidos e da Praia da Consolação em Peniche. Foi ainda membro da Comissão Executiva do Gabinete do Plano da Costa do Sol.

[86] Referência ao estudo "A Estética de Lisboa – Da Urbanização da Cidade" que o arquitecto leu em sessão pública no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa, em Fevereiro de 1935, através do qual disserta sobre as opções tomadas no decorrer da história da evolução urbana da capital e onde deixa a sua ideia sobre o que deve ser um Plano de Urbanização.

A última alteração aos *Planos*, dentro do período temporal em estudo, é publicada a 4 Novembro de 1946 – Decreto-Lei N.º 35.931, que acrescenta ao processo a obrigatoriedade de o fazer preceder de um Anteplano, isto é, de um estudo urbano que cuja aprovação prévia é condição necessária para que as Câmaras e o(s) arquitecto(s) possam avançar para o Plano.

"(...) em 1954, o número de anteplanos aprovados ultrapassa a centena e meia, de entre um total de 337 planos estudados ou em estudo. A partir desta data, a produção de planos entra em declínio, vindo a perder todo o significado na década de sessenta. Mas o objectivo inicial fora em boa parte alcançado. Em 1954, a maior parte dos aglomerados mais importantes do País dispunha de um documento ordenador. Um levantamento da situação datado de 1960 (anexo III) enumera 234 aglomerados com anteplanos aprovados, ainda que uma parte significativa deste total corresponda a anteplanos aprovados com condicionamentos." (Lôbo, 1995: 35).



Fig. 1.40. Anteplano de Urbanização da Cidade de Elvas. David Moreira da Silva, 1949.



Fig. 1.41. Anteplano de Urbanização da Cidade de Aveiro. Maria José Moreira da Silva e David Moreira da Silva, 1948.

Concluindo, o Urbanismo nacional desponta nos anos 30 e evolui até à figura do *Plano Geral de Urbanização*. Apesar das suas metamorfoses, ele serve como base de trabalho para os projectos que se desenvolvem até 1975, e molda a imagem do território e da prática urbanística nacional do século XX, incutindo-lhe um pendor político centralizado, através do qual o Estado Novo se afirma.

A citação de Lewis Mumford "A própria cidade nova era, na realidade, um ensaio de desenho cénico formal: uma tela de fundo para o poder absoluto" (1961: 451), destinada ao Barroco, período ao qual este autor associa o surgimento da cenografia, assenta ao desenho urbano e à Arquitectura da cidade que se desenvolveram durante o período em estudo. As duas épocas recorrem ao poder do seu impacto visual para criarem emoção e dominar. Outra estratégia que se identifica em ambas é a introdução progressiva de equipamentos públicos, como teatros, museus, etc., com fins de exibição e teatralidade.



Fig. 1.42. Anteplano de Urbanização de Felgueiras. Januário Godinho, 1945.

E não é apenas a cenografia que o Urbanismo desta época vai buscar ao Barroco. A monumentalidade é outra característica comum que, trabalhada de diversas formas, consegue simultaneamente dar grandiosidade aos edifícios que representam o poder e retirar escala ao Homem, seu subordinado. O traçado urbano em cada cidade fica dependente da articulação dos seus "*monumentos*" e do modo como estes se destacam do conjunto, criando um cenário de diferenciação entre os edifícios públicos – que pertenciam ao estado e que se tornavam edifícios de excepção do tecido urbano – e os edifícios privados, absorvidos pelo mesmo tecido e passados para segundo plano. Esta estética totalitária da cidade impõe-se, portanto, no modo como o novo traçado dos Planos relaciona e destaca a Arquitectura – a existente e a nova.

As cidades coloniais portuguesas foram, desde sempre, um elemento



Fig. 1.43. Anteplano de Urbanização de Amarante, 2.º Aditamento. Januário Godinho, 1955.

fundamental na estratégia de expansão e controlo das rotas marítimas nacionais o que, naturalmente, confere ao Urbanismo colonial português um lugar de destaque. Originariamente as ditas cidades apresentam uma multiplicidade de modelos, não seguindo um plano nem, muitas vezes, um traçado claro. Na maioria dos casos, são as preocupações defensivas que definem a respectiva morfologia, geralmente estruturada a partir de uma ou de mais fortalezas que lhe condicionam o traçado. As edificações religiosas também constituem elementos estruturantes destas cidades, cuja expansão ocorre por vezes em direcção a conventos ou outras estruturas religiosas originalmente localizadas fora do tecido urbano. A consolidação destas pré-existências enquanto elementos de excepção na cidade, torna-as componentes intrínsecas da respectiva morfologia geradoras de *elementos primários*[87] e, logo, polarizadores do respectivo crescimento.

Até ao final da Primeira República, o padrão morfológico dominante das cidades coloniais portuguesas remete para uma malha ortogonal, "tendencialmente neutra que institui o quarteirão como dispositivo morfológico de nível intermédio entendido como campo de conciliação dos planos da obra pública e das obras privadas em que se articula a Prática Edificatória no seu sentido lato." (Afonso, 1991: 3).

Este modelo, recorrentemente utilizado pelos portugueses na construção dos núcleos urbanos ultramarinos, tem origem no traçado hipodâmico[88], criado na Grécia Antiga e difundido pela civilização Romana como modelo dos seus acampamentos militares.

O traçado reticulado mantém-se em uso até ao Estado Novo que, à semelhança do que sucede já na Metrópole, faz da Arquitectura e do Urbanismo ultramarinos um instrumento privilegiado da consolidação da imagem de unidade da nação que quer projectar. Os seus modelos coloniais vão assim ser alterados através de linguagens e representações que visam sujeitá-los a uma preocupação de homogeneização. Esta mudança de paradigma nas colónias, embora ideológica e politicamente sustentada já pelo Acto Colonial de 1930, inicia-se efectivamente em 1944, com a criação do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC). Não coincide, portanto, na sua concepção, com a mudança imposta na Metrópole, iniciada, em 1934, com a criação da figura do Plano Geral de Urbanização. Ainda assim, tendo em conta os atrasos que esta última sofreu, a produção arquitectónica que ambas originaram acaba por se efectivar quase em simultâneo[89].

[87] Vide 2.1. do Capítulo II.

[88] O traçado hipodâmico, originário da Grécia Antiga foi desenvolvido por Hipodamo de Mileto (498-408 a.C.)e tem por base uma matriz reticulada, de carácter funcionalista, do qual o porto de Pireu, em Atenas, é um exemplo.

[89] Este desfasamento deve-se fundamentalmente a dois factores: à autonomia administrativa que estes territórios tinham e à quase inexistência de Arquitectos ali, sendo a grande maioria dos projectos desenvolvida por engenheiros (exemplo disso é a Catedral de Nossa Senhora da Conceição, em Lourenço Marques, projectada por um engenheiro do departamento das Obras Públicas locais); e aos atrasos nas campanhas de levantamento topográfico dos territórios, necessárias à produção e construção dos planos.

1.2. ARQUITECTURA E DESENHO URBANO NAS COLÓNIAS

"Se os sistemas simbólicos são formas sociais a partir das quais se procede a uma interpretação do mundo, eles não são autónomos em relação aos regimes de práticas, no interior dos quais ganham particular sentido. Como a lógica das práticas traduz condições objectivas desiguais, os sistemas simbólicos produzem e reproduzem, ao construírem o mundo, formas de dominação. A cultura que gera consensos, uma das funções dos sistemas simbólicos, é a mesma que legitima as diferenças objectivas e que, portanto, separa – processo que se encontra na base da noção de «distinção». É por isso que os sistemas simbólicos são concebidos como sistemas de poder, e é assim que o poder simbólico produz o seu efeito ideológico, revestindo a forma de uma violência simbólica exercida por classes e grupos sobre outras classes e grupos, no contexto de lutas pela imposição de formas distintas de definição do mundo."

(Bourdieu, 1991: XXXVII)

"Em ciclos sucessivos, nunca quebrados por qualquer solução de continuidade, a Arquitectura ora recebe o impulso de uma época que lhe imprime uma feição transitória, ora influência por sua vez uma nova época e um ambiente numa interpenetração de causas e efeitos sempre renovada em ciclos sucessivos" Jacobetty Rosa (In: Tostões, 2008: 66-73).

Ainda à semelhança do que aconteceu na Metrópole, também nas Colónias a estratégia propagandística do Regime – produção uma imagem de unidade nacional pela homogeneização dos símbolos – cujo objectivo principal era aqui o de contrariar as pressões internacionais para descolonizar, justifica a disponibilização de um volume importante de investimento público. Este vai, por sua vez, induzir o crescimento do investimento privado, principalmente nas colónias africanas, relativamente às quais, tendo por intuito reforçar a "colonização branca", se veiculou a ideia de representarem novas oportunidades. E estas iniciativas resultaram num aumento significativo da emigração para os referidos territórios, criando para as cidades coloniais necessidades de expansão e de melhoria e aumento do parque habitacional disponível.

Se a mudança do paradigma urbano na Metrópole ocorre sob a batuta de Duarte Pacheco, nas colónias esta mudança só se inicia uma década mais tarde, com Marcello Caetano[90] que, em 1944, assume a pasta do Ministério das Colónias. Caetano declara expressamente que "Uma das minhas preocupações era não deixar crescer desordenadamente as cidades dos territórios portugueses de África. E para planear as novas aglomerações urbanas e disciplinar a sua expansão criara, no Ministério, o Gabinete de Urbanização Colonial – o primeiro órgão que na administração pública portuguesa surgiu especialmente consagrado a tais problemas – de que nomeei director o engenheiro Cavaca. Para fazermos um primeiro balanço da situação seguia ele comigo com os dois arquitectos principais do Gabinete." (Caetano, 1977: 204).

Marcello Caetano conhecia bem os temas do Ministério que assumiu, porque desde 1935 mantinha colaboração com a *Secção de Administração, Finanças e Economia* do então denominado Conselho do Império Colonial. Durante os seus oito anos na Secção, contactara com diversos governadores e funcionários das colónias (Caetano, 1977: 9). A esta experiência soma a do ensino da cadeira de *Direito Administrativo* do curso de *Administração Colonial* da Faculdade de Direito de Lisboa, da qual foi regente, e que o levava a "acompanhar a doutrina que ia sendo formada na Grã-Bretanha, França, Bélgica e noutros países coloniais e a teorizar a sua experiência" (Caetano, 1977: 9). Marcello Caetano também fora, em 1934, director cultural de uma viagem[91] organizada pelo Regime, para estudantes universitários de excepção, no paquete *Moçambique*[92], à então denominada África Ocidental Portuguesa (Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe e Angola). O conhecimento *in loco* da realidade africana e o cruzamento

[90] Marcello Caetano (1906-1980) foi uma das figuras mais proeminentes do Estado Novo e o seu último Presidente do Conselho de Ministros. Destacou-se como Professor de Direito, académico, comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, administrador do Banco Nacional Ultramarino, ministro das Colónias, presidente da Câmara Corporativa e reitor da Universidade de Lisboa.

[91] Durante este cruzeiro, privou com o Dr. Norberto Cardigos (historiador) e Orlando Ribeiro, então finalista de geografia. Foram estes os assistentes que escolheu para o apoiarem no cargo que desempenharia durante esta viagem de dois meses (Caetano, 1977: 10).

[92] O paquete Moçambique foi um dos barcos de guerra alemães que Portugal apreendeu durante a I Guerra Mundial, em 1916, e reconverteu, para que pudesse ser utilizado como barco de recreio.

de saberes que assimila fazem dele, indubitavelmente, uma pessoa apetrechada para assumir o mais alto cargo do Ministério.

Em matéria da organização, Marcello decide, logo em Dezembro de 1944, centralizar a prática arquitectónica e urbanística de promoção pública destinada ao Império, no Gabinete de Urbanização Colonial[93] (GUC), um "organismo comum a todas as colónias de África"[94] a quem " cabe estudar e acompanhar o crescimento urbano dos territórios". Embora com designações diferentes, o GUC manter-se-á activo até à queda do Estado Novo em 1974.

Localizado em Lisboa, são três as áreas de actuação que lhe são destinadas pelo diploma criador (Decreto-Lei Nº 34 173, de 6 de Dezembro de 1944) – Urbanismo, Habitação e Estruturas Hospitalares[95]. A Arquitectura e o Urbanismo no Ultramar passam assim a ser assunto e instrumento do Estado central.

O Gabinete conta, na sua Direcção, com o Engenheiro de minas Rogério Cavaca, profissional experiente e com prática nas colónias, e com o arquitecto Lucínio Cruz[96], que fora da confiança de Duarte Pacheco e com grande experiência de projecto nas várias escalas arquitectónicas. O restante quadro técnico é constituído por equipas técnicas qualificadas formadas por arquitectos, engenheiros e especialistas em medicina tropical e climatologia (Milheiro, 2012: 216). Os arquitectos escolhidos são detentores de percursos profissionais de que constam colaborações com Cristino da Silva, Duarte Pacheco, Carlos Ramos e com a CML e são homens da confiança do Regime, acabando naturalmente por seguir a Arquitectura *estadonovista* já praticada na Metrópole há mais de uma década.


Diario de Lisbôa

O Chefe do Estado

acompanhado do sr. ministro da Guerra

visitou o comando da defesa antiaérea

e outras unidades militares

O ministro das Colónias seguiu esta tarde

em visita a Angola e Moçambique

No mesmo barco partiu um contingente de tropas, a que passou revista o sr. ministro da Guerra

Um livro oportuno

sôbre Timor

escrito por um oficial que serviu vinte e dois anos naquela ilha

Os escoceses na Alemanha

O subsecretário das obras públicas vai visita aos fogos

Fig. 1.44. Capa do Diário de Notícias de 9 Junho de 1945.

Marcello Caetano, ministro há pouco mais de um ano, compreende a urgência que se impõe na dinamização do trabalho do GUC e realiza uma viagem ministerial a África[97], "para se poderem tomar as medidas imperiosamente exigidas a curto

[93] O Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1951) manteve a sua nomenclatura até à revisão constitucional de 1951, quando passa a designar-se Gabinete de Urbanização do Ultramar (1952-1957). Em 1958, a sua composição é alterada, passando a partir desta data a denominar-se Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação, agora sob jurisdição da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar (DSUH/DGOPC), no activo até 1974.

[94] Decreto-Lei Nº 34 173, de 06/12/1944.

[95] Aquando da sua fundação, o GUC estabelece-se na Alameda Afonso D. Henriques. Em 1967, o Gabinete muda-se para o edifício recém-inaugurado do Ministério do Ultramar (a sede do actual Ministério da Defesa), no Restelo.

[96] Lucínio Cruz (1914-1999) foi um importante arquitecto desta época. Licenciado pela ESBAP em 1937, integra a equipa base do GUC, juntamente com Rogério Cavaca, João Aguiar e João Simões. Em 1947, deixa o Gabinete, para se tornar o arquitecto-chefe do Ministério do Ultramar. De entre a sua vasta obra destaca-se, enquanto profissional liberal, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, o Colégio Jesuíta de Telheiras, o Cinema Roma, o Hospital Egas Moniz e a igreja de Ribamar. Da sua obra ao serviço do Ministério destacam-se, de entre outros, o Instituto de Medicina Tropical, o Comando Naval do Mindelo, o Liceu de Macau, de Luanda e de Lourenço Marques, a Escola Técnica do Huambo, de Luanda e de Tetes.

[97] Esta viagem é profusamente descrita e ilustrada no número 247 e 248 do Boletim Geral das Colónias, de 1946.

"A importância da deslocação fora considerada pelo governo, que atribuiu ao Doutor Marcello Caetano poderes legislativos para os exercer nas colónias que ia visitar. Três meses iria durar a viagem que, de acordo com a imprensa da época, se traduziu num sucesso pessoal para o então jovem governante, além de chamar melhor a atenção do público para a realidade ultramarina" (Serrão, 2003: 203).

prazo e preparar as previsíveis a médio e longo prazo" (Caetano, 1977: 203). Parte a 9 de Junho de 1945, fazendo-se acompanhar de quatro técnicos – os engenheiros Afonso de Melo Perestrelo[98] e Rogério Cavaca e os arquitectos João António de Aguiar e João Simões[99] – embarcando no paquete *Mousinho* com o objectivo de executar um levantamento do estado do "território nacional". O objectivo é não só definir as prioridades de intervenção nos territórios, como também recolher a informação necessária à sua elaboração.

A primeira paragem acontece no arquipélago de São Tomé e Príncipe, onde visitaram as cidades de maior dimensão – tendo identificado necessidades de um sistema de saneamento básico e de melhor assistência pública – e algumas roças, onde discutem com os roceiros o regime de trabalho dos *contratados*. Uma semana depois, chegam a Luanda, onde se inaugura o novo porto e são debatidas soluções para a expansão da cidade. Segue-se um périplo por algumas cidades desta colónia. Em Moçambique permanecem dois meses a conhecer o território.

Aguiar regista a viagem num diário, repartido por diversos cadernos de viagem, que constam do seu espólio. Neles recolhe notas sobre um conjunto de vilas e cidades visitadas[100], em que sobressaem a necessidade de desenvolver Planos Gerais de Urbanização e de equipamentos diversos.

O Ministério das Colónias/do Ultramar era "um organismo governamental com funções administrativas e políticas, o estudo histórico, jurídico e sociológico desta instituição encontra-se obviamente associado à análise sincrónica ou diacrónica da política colonial do Estado Novo." (Rosas; Brandão, 1996: 575).

Dependente do Ministério das Colónias, o GUC projecta por encomenda, ora da tutela, ora dos governadores das colónias. Sucedem-se viagens regulares às Províncias realizadas por técnicos de diversas áreas, para investigação dos territórios onde intervir. Durante a primeira década de funcionamento do Gabinete, Aguiar é o arquitecto de eleição para estas missões, certamente por motivos de continuidade com a informação estratégica recolhida na viagem inaugural com Marcello Caetano e o director Rogério Cavaca mas também pela confiança que nele depositam[101]. No final dos anos 50 as viagens passam a ser assumidas pelos arquitectos destacados para os projectos.

[98] Afonso de Melo Perestrelo era um dos engenheiros civis ao serviço do Ministério.

[99] Consultar nota nº 44 na página 23.

[100] Moçambique: Lourenço Marques, João Belo (Chai-Chai), Praia Sepulveda, Vila Pery, Gondola, Vila Machado, Beira, Namaacha, Tete, Vila Gouveia, Silva Porto, Quelimane, Ilha de Moçambique e Porto Amélia; Angola: Luanda, Vila Salazar, Malange, Duque de Bragança, Nova Lisboa, Gonda, Caconda, Sá da Bandeira, Moçâmedes, Praia Amélia, Saco, Porto Alexandre, Benguela, Lobito Novo Redondo, Gabela e Porto Amboim.

[101] Aguiar é convidado a integrar o GUC ainda antes da sua constituição. A carta de rescisão da CML é de 1944 e a criação do GUC data de Dezembro do mesmo ano. Apesar de João Simões pertencer, juntamente com Aguiar, ao primeiro lote de arquitectos contratados pelo GUC, ele abandona o Gabinete em 1948, depois de participar no I Congresso Nacional de Arquitectura. De uma primeira análise a diversos documentos do seu espólio, conclui-se genericamente que a sua saída está relacionada com um afastamento ideológico que este evento potencia.

O GUC organiza-se em dois grupos: o da Arquitectura e o do Urbanismo. Cada um deles tem uma equipa própria, mas alguns arquitectos desenvolvam projectos em ambos os departamentos. É o caso de João António de Aguiar ou Mário de Oliveira[102]. Faziam ainda parte do GUC Alberto Braga de Sousa[103], Eurico Pinto Lopes[104], João Simões, José Manuel Galhardo Zilhão[105], Lucínio Cruz, Luís Coelho Borges[106].



Fig. 1.45. Residência de Funcionários em Nova-Lisbôa, Angola. [Bilhete postal, Edição de A. Filipe & Ca., Lda., Nova-Lisboa, s.d.]

A Arquitectura praticada pelo Gabinete divide-se por duas escalas – a da habitação, o edificado comum e a do edifício público, o edificado de excepção – cada uma com características próprias. Ambas funcionavam como fortes mecanismos de propaganda[107], mas enquanto uma procurava identificar-se com a população, a outra centrava-se na demonstração da força do Estado.

A década de 40, na sequência do aumento populacional decorrente das medidas de colonização intensiva aplicadas nas colónias e da deslocação de populações dos meios rurais para as cidades, é marcada por um grande défice de casas para todas as classes sociais, tanto colonos como população autóctone. Esta última, à época denominada de *indígena*[108], vai-se agrupando em habitações autoconstruídas, num prolongamento não planeado das estruturas urbanas coloniais e afastado da cultura arquitectónica dominante. A título de exemplo,

[102] Mário de Oliveira (1914-2013) integrou o GUC em 1947, após a conclusão do curso de Arquitectura na ESBAP e de um estágio com José Segurado. Permaneceu no Gabinete até à sua extinção, em 1974, período durante o qual desenvolveu uma vasta obra no campo da Arquitectura e do Urbanismo, somando-se aos projectos diversos ensaios subordinados aos temas do Gabinete, publicados pela Agência Geral do Ultramar. Paralelamente, mantinha um ateliê de Arquitectura, tendo realizado diversos projectos, dos quais se destacam os PGU de Aljustrel, Arganil, Castro Verde, Lourinha, Nisa, Ourique. Também pintava e era crítico de arte, tendo participado em diversas exposições de Pintura e colaborado com a revista *Colóquio Artes e Letras*, da Fundação Calouste Gulbenkian.

[103] Alberto Braga de Sousa (1909-?) licenciou-se em Arquitectura em 1941, pela Escola do Porto, com o CODA "Alfândega para uma cidade da África Portuguesa". Iniciou a sua vida profissional na Direcção de Edifícios do Sul, tendo depois transitado para o GUC.

[104] Eurico Pinto Lopes (1914-1988) licenciou-se pela ESBAP com o CODA "Um grémio da lavoura", em 1948. Permaneceu no Gabinete até ao final, projectando maioritariamente Liceus, tais como: o Liceu Feminino D. Guiomar de Lencastre de 1954, em Luanda, desenhado em co-autoria com Lucínio Cruz; o Liceu Pero de Anaia, na Beira, em co-autoria com Lucínio Cruz e Fenando Schiappa de Campos e o Liceu de António Enes de 1956, em Lourenço Marques, desenhado em parceria com Lucínio Cruz. São também da sua autoria: o edifício da Rádio Aeroclube de São Tomé, de 1951; o Estádio de São Tome e Príncipe, de 1950; um Projecto da casa dos pescadores de São Tomé, de 1951.

[105] José Manuel Galhardo Zilhão (1915-2002) licenciou-se pela ESBAL em 1945, com o CODA "Paço Episcopal a construir na Colónia de Angola". Estagiou no GUC no mesmo ano, sob supervisão de João António Aguiar, tendo posteriormente passado a integrar a equipa de arquitectos do Gabinete. Manteve ateliê próprio em simultâneo, onde desenvolveu diversos projectos, de entre os quais o Matadouro Frigorífico em Cabo Ruivo, a Central Pasteurizadora de Leite de Lisboa, Reabilitação da Igreja de Carcavelos, Fábrica de Montagem de Automóveis IMA, Edifícios da Junta Autónoma do Vinho de Vila Nova de Gaia, Águeda, Bombarral, Oliveira de Bairro.

[106] Luís Coelho Borges (1922-2001) licencia-se em Arquitectura pela ESBAL em 1949. Tinha desde 1946 um ateliê com o colega de curso Jorge Ferreira Chaves. Ao serviço do Gabinete, realizou projectos como a Associação Africana de Quelimane. Durante a sua vida profissional, conciliou sempre o trabalho no Gabinete com a profissão liberal.

[107] O desenho do edificado público recorre à monumentalidade clássica e a símbolos representativos da história gloriosa da nação e o do edificado habitacional a estereótipos que remetem para o imaginário das aldeias portuguesas, potenciando uma afinidade sentimental entre os emigrados e a pátria-mãe.

[108] Este termo torna-se recorrente no seguimento da publicação do Acto Colonial de 1930, que define desta forma os povos autóctones.

em Lourenço Marques, à data de entrada em funções do GUC, estimava-se que o tecido urbano *informal* chegasse aos 1.500 hectares.

Para controlar este fenómeno e para permitir a expansão planeada das cidades, são realizadas operações de promoção pública – integradas nos Planos de Fomento – que incluem a construção de *bairros para indígenas*, com as subsequentes operações de realojamento. Estes bairros começam por ser previstos no interior do perímetro das cidades, relativamente perto do seu centro para estarem a uma distância facilmente percorrível a pé, mas suficientemente longe dos bairros previstos para a população *europeia*. Nas habitações para os nativos recorre-se a esquemas estilísticos básicos, mas ainda representam uma melhoria substancial[109] nas condições de habitação das populações realojadas[110].

Durante todo o período de funcionamento do Gabinete a produção de bairros de habitação é constante. O desenho das casas pretende aproximar os moradores da metrópole recorrendo, para o efeito, a alguns elementos de composição característicos do *Português Suave*, tais como a telha lusa, o alpendre e as cantarias. Por outro lado, os projectos têm de garantir uma adaptabilidade das habitações ao clima tropical, assegurando uma ventilação cruzada eficiente e algum sombreamento dos vãos. Constroem-se moradias unifamiliares de um piso, ao estilo da *Cidade-Jardim* seguindo, no caso das casas para *funcionários*[111], uma tipologia hierarquizada pela função e categoria do destinatário.

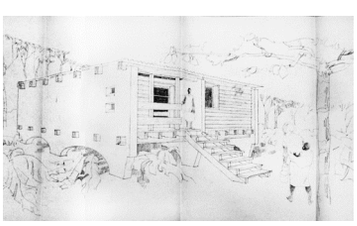


Fig. 1.46. Habitações Económicas para São Tomé e Príncipe, Alfredo Silva e Castro/DGOPC-DSUH, 1964, trab. 706 (Arquivo: IPAD).

O estilo das casas para os colonos evolui progressivamente de uma *linguagem arquitectónica*[112] simples e baseada nos modelos construídos nos bairros económicos da metrópole (Figura 1.45), para uma linguagem interpretativa, através da qual se procura entender a habitação tradicional africana de cada um dos territórios e a cultura-base de cada grupo destinatário (Figura 1.46).

[109] Esta qualificação apenas tem em consideração o aspecto higienista da questão, por comparação simples com o tipo de habitação *informal* da época. O tema do realojamento de populações nativas em lógicas de habitação importadas, apesar de ser pertinente para uma qualificação mais precisa do grau de sucesso das habitações para nativos desenhadas pelos colonos, não cabe na presente investigação.

[110] Em Lourenço Marques, as casas do bairro para *indígenas* Munhuana, projectado por Aguiar em 1952, vinham equipadas com luz eléctrica, rede de água canalizada, cozinha, retrete com autoclismo, chuveiro e rede mosquiteira nas portas e janelas. Na sua construção, é utilizada alvenaria de tijolo em paredes, betão armado nas lajes de cobertura e betonilha nos pavimentos (Aguar, 1952ª: 111-112). Em termos de apoio colectivo, foram previstos desde o início, uma maternidade, um posto administrativo e um posto médico, para além do hospital para *indígenas*, implantado do lado oposto da Avenida de Angola.

[111] As *casas para funcionários* foram modelos habitacionais desenvolvidos pelo Gabinete para os funcionários públicos. A sua dimensão estava habitualmente vinculada à categoria do destinatário e a sua localização à função dele. Em São Tomé, por exemplo, existia uma zona de moradias unifamiliares destinada exclusivamente aos militares e outra aos professores.

[112] Entende-se por linguagem arquitectónica um conjunto de elementos de um projecto que permite um reconhecimento sintáctico, morfológico ou semântico.

Esta mudança apoia-se em estudos e levantamentos que a Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar (JMGIU)[113] desenvolve (Figura 1.47).

O desenho dos edifícios públicos de excepção do GUC é definido por uma cenografia urbana autoritária que se impõe pela sua monumentalidade. Esta destaca-os da composição da paisagem urbana, criando um afastamento hierárquico do poder com a população, mas que, em simultâneo, produz uma relação significante com esta através da incorporação, no seu desenho, de elementos alusivos a "momentos áureos da nação", à valorização do mundo rural e à criação de um *estilo português*. A sua traça é genericamente caracterizada por uma escala elegante, de volumes puros e austeros, regrados por uma composição simétrica. A fachada principal, de escala cenográfica, é frequentemente marcada por uma grande escadaria, da qual se elevam longas pilastras. As restantes fachadas são, por norma, de menor escala e de traço mais depurado. Os novos eixos, as praças e as grandes avenidas do espaço público que neles convergem assumem uma função estruturante na sua encenação, contribuindo para o reforço da monumentalidade simbólica. As áreas residenciais, pelo contrário, seguem uma composição mais livre, muitas vezes de carácter orgânico, de baixa densidade e altura, criando um pano de fundo homogeneizado de modo a que os edifícios de excepção ganhem destaque.



Fig. 1.47. O 'habitat' nas zonas suburbanas de Quelimane (Oliveira, 1965, pp. 70-71).

Estes edifícios de excepção surgem evidenciados logo nos primeiros PGU, espelhando a importância estruturante que têm no desenho das novas zonas das cidades. Na zona antiga, a imagem republicana pré-GUC é gradualmente substituída pela do Império. A presença monumental é concentrada na praça principal[114] que, quando localizada junto à água, segue uma estrutura representativa semelhante à da Praça do Comércio de Lisboa.

Consciente dos novos ideais assimilados pelo Urbanismo, o GUC usa os ensinamentos da *City Beautiful*[115] e da *Cidade-Jardim*[116] no desenho dos Planos Gerais de Urbanização, que organiza através de uma lógica de sectorização funcional materializada no seu zonamento, de modo a compatibilizar a localização das diversas actividades com as características específicas do solo. Por exemplo:

[113] Criada a 7 de Janeiro de 1936 pelo Decreto-Lei Nº 26180, a Junta das Missões Geográficas e Investigações tinha como missão, não só assumir as funções da antiga Comissão de Cartografia, como também tornar-se um organismo de investigação, de coordenação e de consulta. Entre as diversas missões realizadas contam-se, por exemplo, A *Missão de Geografia à Guiné* de Orlando Ribeiro em 1947, ou o estudo aos *Habitats Tradicionais da Guiné Portuguesa*, de Fernando Schiappa de Campos e António Saragga Seabra, entre 1959 e 1960.

[114] São, no entanto, vários os planos para os quais são propostas novas praças principais, como o de Díli e o de Lourenço Marques.

[115] Ver 1.3. do Capítulo I.

[116] Idem, ibidem.

os usos residencial e industrial, considerados incompatíveis, são separados; do mesmo modo, a *cidade colonial* e a *cidade indígena* são separadas por zonas de reserva agrícola e de expansão[117].

O modelo aplicado pelo Gabinete é de baixa densidade, apoiando-se na casa unifamiliar e em grandes espaços públicos que destaquem os grandes edifícios de equipamento do tecido residencial. Esta tipologia urbana não é apenas característica das nossas colónias, sendo nomeadamente transversal, no continente africano, aos territórios sob domínio Francês, Inglês e Italiano, demonstrando assim a predominância de influências ideológicas semelhantes.

"Os planos constituíram sempre uma antevisão das cidades desejadas. Quer se reportem a cidades reais, quer expressem utopias, permitem-nos compreender as cidades tal como foram imaginadas em determinados tempos, por determinadas sociedades, interpretadas por determinados autores. No entanto, com o passar do tempo, é o desejo colectivo, filtrado por um criador, que se nos oferece compreender." (Coelho. In: Fernandes, 2016: 9).

É sobretudo durante o período do GUC que se consolidam as infra-estruturas e os edifícios de promoção pública iniciados durante o século XIX. Os novos equipamentos são maioritariamente destinados à nova cidade e para usufruto da população europeia. Apenas os equipamentos para uso da população nativa são implantados perto das suas zonas de habitação como, por exemplo, os hospitais *indígenas*. Estes edifícios são também projectados com a preocupação de adaptação ao clima tropical, não sendo portanto este um procedimento exclusivo do tecido habitacional. Exemplificando, na memória descritiva do plano de Lourenço Marques de 1952, Aguiar define que os edifícios do centro cívico devem ser munidos de arcadas no piso térreo, para protecção solar.

"A ideia da regra assenta na existência de um conjunto de princípios urbanos operativos, capazes de gerar uma estrutura unitária, sem a obrigatoriedade de um desenho fechado (principalmente no plano da volumetria do edificado). Trata-se de agir pragmaticamente, em oposição a uma proposta idealista e por isso de fundação utópica que a ideia de modelo pressupõe." (Milheiro, 2012: 219).

O desenvolvimento dos planos do Gabinete utiliza como ponto de partida o traçado da cidade republicana preexistente, reforçando a sua configuração reticulada. O centro histórico, de média densidade, é articulado com o novo tecido habitacional de baixa densidade pelos edifícios de excepção e pelos espaços públicos que os enquadram, funcionando como elementos de charneira entre as duas morfologias urbanas.

A estratégia subjacente a este Urbanismo baseado numa cenografia histórico-monumental já fora estudada e aplicada na metrópole, nas eras da *Restauração* e do *Engrandecimento* atrás referidas. Nas colónias, a grande diferença reside na aposta em zonas residenciais de baixa densidade[118] e de tipologia unifamiliar.

[117] Esta lógica levou a que as zonas onde a maioria das pessoas trabalhava (as de indústria e de serviços) ficasse afastada das zonas de residência, provocando nas colónias problemas de mobilidade devido a um sistema de transportes públicos ineficiente e ao congestionamento do crescente tráfego automóvel, especialmente durante as horas de ponta.

[118] A baixa densidade de construção dos bairros habitacionais, mesmo a dos afectos aos nativos, é por diversas vezes corrigida em alta nas revisões dos planos, por indicação dos governos provinciais. Este fenómeno não é indiferente ao facto de muitos dos planos terem sido iniciados antes das campanhas de levantamento estarem concluídas, como aconteceu com o Anteplano Geral de Urbanização de 1951 da cidade de São Tomé, de João António de Aguiar. A solução de incremento mantém a lógica morfológica dos bairros habitacionais, reduzindo a largura dos lotes e adoptando tipologias geminadas e em banda. A área dos bairros habitacionais também pode crescer, mas a solução nunca passa pela construção em altura.

O planeamento de traçado formalista praticado pelo GUC a partir da sua fundação centra-se numa rede urbana que funcione à escala regional e local. No primeiro caso pretende-se uma nova articulação entre os diferentes territórios, no segundo prima a nova lógica *Higienista* e de funcionamento na organização da cidade. Nesta rede, a cidade é delimitada por um perímetro urbano bem definido, muitas vezes materializado numa via. Para além deste perímetro urbano, é criada uma zona de protecção predominantemente rural. Este espaço de reserva tem como objectivo permitir a futura expansão planeada da cidade, travando ao mesmo tempo a proliferação indiscriminada da construção.

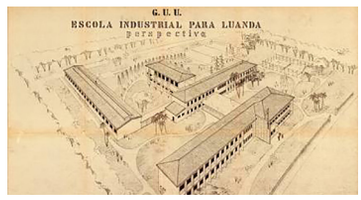


Fig. 1.48. Escola Industrial para Luanda.

É também estabelecido um programa mínimo de equipamentos, a criar em todas as cidades, composto por uma ou mais escolas[119], um hospital, um edifício para o Banco Nacional Ultramarino, um edifício dos CTT, postos sanitários, um mercado e o Palácio do Governo – ou uma residência para o seu representante.



Fig. 1.49. Delegacia de Saúde, Galhardo Zilhão, s.d..

Este processo de transformação das cidades vai expulsando para a periferia as classes economicamente mais débeis. No caso das capitais de cada província ultramarina, os planos procuram ainda distinguir-se das restantes cidades dessa província, através de uma ainda maior enfatização dos eixos urbanos, dos espaços públicos e dos equipamentos que os ladeiam. Existe uma competição que fomenta entre elas a vontade de se superarem pela qualidade do espaço urbano que oferecem à sua população.



Fig. 1.50. Hospital de Bissau, Serviço de Tisiologia. Lucínio Cruz e Mário de Oliveira, 1953.

Os novos eixos criados diferem em escala das avenidas preexistentes e, por vezes, os edifícios perdem escala para esta nova cidade. Os principais edifícios de representação do poder político, económico e religioso, são implantados nas principais avenidas e praças – avenidas que muitas vezes seguem o modelo dos boulevards parisienses de Haussmann. Transversal a todos os planos, prevalece a ideia explícita de uniformização do Império e, por conseguinte, da paisagem africana, através do modelo descrito.



Fig. 1.51. Laboratório de Engenharia de Luanda, Vasco Vieira da Costa, s.d..

O Congresso de 1948 abre espaço para que, no fim da década de 50, o panorama arquitectónico ultramarino se modifique, à semelhança do que sucede na Metrópole. Com o advento de uma nova geração de arquitectos modernos[120] recém-licenciados inicia-se uma fase de produção arquitectónica mais livre – por se encontrar menos dependente da encomenda pública e do poder central – e

[119] Estas escolas seguiam um modelo-tipo, podendo ainda hoje ser visitadas em todas as cidades coloniais. Em 1956, chega a ser publicado um manual das "Normas para a Instalação dos Liceus e do Ensino Profissional nas Províncias Ultramarinas".

[120] Tais como Jorge Branco Ló (Cabo Verde), Pancho Guedes (Moçambique), Vasco Vieira da Costa (Angola).



Fig. 1.52. Edifício Mutamba, Vasco Vieira da Costa, 1968.



Fig. 1.53. Mercado do Caputo, Simões de Carvalho, 1962-1965.

fortemente influenciada pelas ideias dominantes na Arquitectura internacional. Sob a direcção de João António de Aguiar, alguns desse novos arquitectos integram o GUC – entre eles, Alfredo da Silva e Castro[121], António Moreira Veloso[122], António Saragga Seabra[123], Fernando Batalha[124], Fernando Schiappa de Campos[125], José Luís Amorim[126], Júlio Naya[127], Luís Possolo[128], Maria Emília Caria[129] e Victor Consiglieri[130].[131]

[121] Alfredo da Silva e Castro (1935-2000) licenciou-se pela ESBAL em 1961, tendo logo integrado a equipa do DSUH/DGOPC. Durante este período, assinou diversos projectos, dos quais salientamos: a Escola de Habilitação de Professoras *Indígenas* de Quelimane (1961); o Seminário da Praia (1962); a Remodelação do Hospital de São Tomé (1962); o Quartel de Bombeiros do Mindelo; o Projecto para Habitações Económicas para São Tomé e Príncipe (1964).

[122] António Moreira Veloso (1927-2002) licenciou-se em Arquitectura em 1953. Desconhecemos a data da sua integração no GUC. No entanto, os projectos que assina para este organismo datam da década de 70, como são exemplo a habitação-tipo para a Província da Guiné (1970), e o Plano Director de Bissau (1973).

[123] António Saragga Seabra (1929-2015) licenciou-se em Arquitectura pela ESBAL em 1956, integrando posteriormente o GUU. Seguiu-se um ano em Londres, com Fernando Schiappa de Campos, onde frequentaram o *Curso de Arquitectura Tropical* leccionado por Maxwell Fry e Jane Drew, na Architectural Association (AA). Até à extinção do Gabinete, desenvolveu projectos como a Estacão Rádio Naval de São Tomé (1961). Manteve simultaneamente um ateliê onde projectou, por exemplo, o Museu Nacional de Etnografia (1976). Ao serviço do Ministério do Ultramar, desenvolveu ainda uma Missão de Estudos do Habitat Nativo da Guiné, com Fernando Schiappa de Campos.

[124] Fernando Batalha (1908-2012) licenciou-se em Arquitectura pela ESBAL em 1937, seguindo posteriormente para Paris para se especializar em Urbanismo. Em 1938, desloca-se para Angola, onde permanece durante 45 anos. Durante este período, desenvolveu diversos projectos para este território, bem como um vasto levantamento do seu património arquitectónico. A partir do início da década de 50, torna-se Delegado do GUU, assinando em co-autoria diversos projectos e PGU.

[125] Fernando Schiappa de Campos (1926) licenciou-se em Arquitectura pela EBAL em 1956, com o CODA "Grupo e edifícios escolares em Torres Vedras". Em meados da década de 50, ingressa no GUU, onde permaneceu até à sua extinção. Durante este período, desenvolveu maioritariamente edifícios escolares, talvez por ter sido um dos autores das "Normas para a Instalação dos Liceus e do Ensino Profissional nas Províncias Ultramarinas" (1956). Dele destacam-se as obras da Escola Industrial e Comercial de Quelimane (1958); o Liceu Pero de Anaia (1956), em co-autoria com Lúcinio Cruz e Eurico Pinto Lopes; a Escola Técnica Elementar de Nampula (1956), com Lúcinio Cruz; a Escola Técnica Elementar de Inhambane (1956). Na década de 60, Schiappa de Campos projecta uma das suas obras mais emblemáticas, as instalações do Banco Nacional Ultramarino de Timor e as habitações para os seus funcionários. Este projecto ganha algum destaque, vindo a ser publicado pela revista *Arquitectura*. Em paralelo, mantinha um ateliê onde desenvolvia alguns projectos, como foi o caso do Cine-Teatro Vergínia (1956).

[126] José Luís Amorim (1924-1999) licenciou-se em Arquitectura pela ESBAL em 1956, integrando de seguida o GUU. Ao serviço deste Gabinete projecta, nomeadamente, os Planos de Urbanização do Mindelo e da Vila da Assumada (1960). Em paralelo, no seu ateliê, dedicou-se a desenvolver maioritariamente mobiliário para organismos como o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (1952-58); o Palácio da Justiça de Lisboa (1962-70); a Assembleia da República (1978).

[127] Júlio Naya licenciou-se em Arquitectura em 1959, tendo de seguida integrado o DSUH/DGOPC. De entre os vários projectos da sua autoria destacamos: a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Benguela (1962); o Projecto da Residência para as Irmãs Hospitaleiras (1962); as Habitações para Operários do Centro Social de Sussundenga, em co-autoria com Sousa Mendes (1962).

[128] Luís Possolo (1924-1999) licenciou-se em Arquitectura pela ESBAL em 1959, com o CODA "Centro de Assistência Materno-Infantil". Entre 1954/55 ingressa na Architectural Association (AA) para frequentar o Curso de Arquitetura Tropical. Ainda na década de 50, ingressa no GUU, onde desenvolveu um extenso trabalho, de entre o qual: a Igreja e Residência Paroquial de Santo António da Polana (1959); a Estacões Rádio Navais para Angola e Moçambique (1959); a Casa de Fim-de-Semana para a Praia de Varela (1955-56); o Mercado de Quelimane (1958); a Escola Comercial e Industrial de Moçamedes, com Schiappa de Campos; as Estações Rádio-Naval de Lourenço Marques e de Luanda (1958 e 1960); a Esplanada de Bissau (1959); a Pousada em Assumada (1960).

[129] Maria Emília Caria (1926-2000) licenciou-se em Arquitectura pela ESBAL em 1957, tendo ingressado posteriormente no departamento de Urbanismo da DSUH/DGOPC, onde permaneceu até à sua extinção. Durante este período, desenvolveu diversos projectos, na sua maioria para as províncias de Cabo Verde e Guiné.

[130] Victor Consiglieri (1925) licenciou-se em Arquitectura pela ESBAL em 1956, ingressando posteriormente no corpo docente desta mesma escola. Da sua autoria é, nomeadamente, a Central Eléctrica do Rio Contador, em São Tomé (1964).

[131] Esta listagem não se encontra completa. Ela elenca os nomes que pudemos identificar durante a pesquisa que realizada ao Arquivo Histórico Ultramarino e ao Arquivo do IPAD. No entanto, sabemos que o arquitecto Fernão Simões de Carvalho também integrou a equipa entre 1958-59, período durante o qual estagiou com João António de Aguiar e Lucínio Cruz.

Ao mesmo tempo, afluem em grande número às colónias, sobretudo Angola e Moçambique, arquitectos dessa nova geração[132] à procura de oportunidades os quais, usando de uma liberdade de expressão que na metrópole lhes não era consentida vão marcar o início de uma nova era na Arquitectura colonial portuguesa. De entre eles citam-se Vasco Vieira da Costa[133], Fernão Simões de Carvalho[134] e Francisco José de Castro[135], autores de obras modernas de grande qualidade, como o Edifício Mutamba (1968) (Fig. 1.52), o Mercado do Kinaxixe (1952), o Centro de Radiodifusão de Angola (1963) (Fig. 1.54), o Mercado de Caputo (1962) (Fig. 1.53), o Hotel Embaixador (1956) e a Estação de Caminhos-de-Ferro da Beira (1958). Curiosamente Vasco Vieira da Costa viria a ser convidado, em 1955, por João António de Aguiar, para integrar o Gabinete de Urbanização do Ultramar, antigo GUC) e chefiar a respectiva Delegação em Angola.[136]

Se até ao início da década de 60, os Planos são produzidos pelo Gabinete, passam depois deste período a ser produzidos pelos gabinetes de urbanização locais e pelas Câmaras Municipais. O poder local passa a contratar profissionais liberais qualificados que vai buscar a Lisboa ou que já se encontram nas colónias.

Nos anos 60, o Gabinete sofre a sua última alteração, passando a Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações (DSUH-DGOPC). João António de Aguiar abandona a equipa, para passar a supervisioná-la enquanto Inspector Superior das Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar. Nesta última fase, verifica-se nova mudança de paradigma: a Arquitectura deixa de impor uma linguagem oficial para procurar entender a Arquitectura local, chegando mesmo, por vezes, a utilizar elementos autóctones nos novos projectos – do que é exemplo a Esplanada de Bissau (1959), de Possolo.



Fig. 1.54. Centro de Radiodifusão, Simões de Carvalho, 1963-1967



Fig. 1.55. Estação de Caminhos de-Ferro, João Garizo do Carmo, Paulo de Melo Sampaio e Francisco de Castro, s.d..



Fig. 1.56. Esplanada de Bissau. Luís Possolo, 1959.

[132] Numa primeira fase, identificaram-se ainda os arquitectos Fernão Simões de Carvalho, Francisco Castro Rodrigues, João Garizo do Carmo, João José Tinoco, Paulo Melo Sampaio e Vasco Vieira da Costa.

[133] Vasco Vieira da Costa (1911-1982) licenciou-se em Arquitectura pela ESBAP em 1948, com o CODA "Cidade Satélite Nº3". Entre 1946 e 1948, vai estudar Urbanismo para Paris e realiza um estágio com Le Corbusier. Em 1949, viaja para Luanda, cidade onde nascera, para integrar a equipa técnica de Arquitectura da Câmara Municipal. Da sua vasta obra destacamos: o mercado de Kinaxixe, o edifício de Anangola, o Bloco da Mutamba, o Cinema de São Paulo, a Casa do Morro de Samba, o Laboratório de Engenharia de Angola e a Faculdade de Medicina Veterinária do Huambo.

[134] Fernão Simões de Carvalho (1929) forma-se em Arquitectura pela ESBAL em 1956, com o CODA "Um Centro de Televisão". Entre 56 e 57, realiza um estágio com João António de Aguiar e Lucínio Cruz. Em 57, segue para Paris, onde tirocina com Le Corbusier e estuda Urbanismo. Em 1959, segue para Luanda, cidade que o viu nascer, e funda o Gabinete de Urbanização da cidade em 1961. Da sua vasta obra, destacamos o Plano de Urbanização de Luanda, o Bairro do Prenda, o Mercado do Caputo e a Rádio Difusão de Luanda, entre muitos outros.

[135] Francisco José de Castro (1923) licenciou-se em Arquitectura pela ESBAL em 1952, com o CODA Clube Náutico para Pedrouços. Foi bolseiro da Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. Tirocinou com António Lino em 1941, com Pardal Monteiro em 1943 e com Ruy Athouguia e Formosinho Sanchez em 1951. Em 1953, muda-se para a cidade da Beira, Moçambique, para concluir a obra do Grande Hotel. Ficou radicado nesta cidade durante 8 anos, tendo desenvolvidos projectos como o Hotel Embaixador, o Cine-Teatro Eduardo Brazão e a Estação de Caminhos-de-Ferro da Beira, em co-autoria com Paulo de Melo Sampaio e João Garizo do Carmo. Em 1961, regressa a Lisboa para assumir o ateliê de António Lino, seu tio.

[136] Vasco Vieira da Costa aceita o convite, embora nos faltem elemento que comprovem que a contratação se tenha efectivado. Correspondência disponível no Anexo III.

À escala urbana, também se verificam alterações na metodologia de projecto: o Gabinete deixa de impor um enorme plano para passar, em muitos casos, a corrigir apenas algumas situações críticas da cidade como, por exemplo, os planos de Maria Emília Caria para Cabo Verde.

Concluindo, o GUC marca o início das grandes transformações nas cidades coloniais portugueses, que vêem os seus pequenos núcleos urbanos serem transformados em cidades racionais de média e grande escala. Os planos, que seguiam o modelo dos Planos Gerais de Urbanização, criados uma década antes por Duarte Pacheco na Metrópole, tinham como ponto de partida o traçado pré-existente, prolongando-o e estruturando-o segundo uma lógica de zonamento. A esta malha sobrepunham-se grandes avenidas, de carácter monumental, que estrategicamente enfatizavam o espaço público, no qual a praça constituía o elemento central. Usualmente dotados de elementos de figuração nacionalista, neste espaço público nasciam os edifícios de excepção e bairros residenciais de baixa densidade. Esta Arquitectura de promoção pública pretendeu uniformizar a paisagem africana e fortalecer a ligação entre as cidades, numa tentativa de formar uma rede de urbes marcante do território ultramarino.

Foi através do GUC que o Estado Novo tentou dar corpo ao um imaginário formal que idealizava para as suas cidades coloniais: uma imagem imperial de nação gloriosa servida por uma simbologia comum representativa do Regime e pretensamente mnemónica da Pátria-mãe.

1.3. INFLUÊNCIAS EXTERNAS

"Urbanism in Europe developed through the exchange of experts and experiences of different countries. Dictatorship, as a type of government system, used this exchange and, in some cases, defined it as a high-ranking affair of the state."

(Bodenschatz; Sassi; Guerra, 2015: 11).

A Arquitectura portuguesa, durante o período temporal em estudo, sofre influências de vários países e respectivas colónias, no intuito de procurar construir um léxico formal capaz de criar a imagem da Cidade que o Regime desejava impor em todo o Império.

Com estratégias urbanas a vários níveis comparáveis, independentemente da especificidade ideológica e do território a que o plano urbano se destina, identificam-se sempre genericamente quatro modelos de referência: o da *Cidade-Jardim*, o da *City Beautiful*, o da *Unidade de Vizinhança* e o de *Radburn*.

O modelo teórico da *Cidade-Jardim* nasce em 1889, quando Ebenezer Howard[137] publica o livro "To-morrow: A Peaceful Path to Real Reform"[138], no qual apresenta um novo modelo urbano que concilia a vida citadina com a do campo e que repõe o equilíbrio entre o trabalho e o lazer de uma forma saudável, natural e económica.



Fig. 1.57. "Yesterday, To-Day, To-morrow", Ebenezer Howard, 1898.

No final do século XIX, os grandes núcleos urbanos tinham-se tornado cidades industriais poluídas, degradadas, insalubres, desordenadas e saturadas, devido ao crescimento populacional descontrolado. Por oposição, o espaço rural ficara esvaziado de mão-de-obra para o trabalha do campo. Esta realidade desencadeia a apresentação de uma nova proposta, na qual as cidades passariam a ser compostas por comunidades cooperativas, em núcleos sustentáveis. Estas novas cidades funcionariam como "veículos para a reconstrução progressiva da sociedade capitalista" (Hall, 1988: 103).

Tratava-se da criação de uma nova realidade urbana, auto-suficiente e afastada dos problemas que as grandes metrópoles enfrentavam, na procura, assim, de um equilíbrio sustentável entre a Cidade e a Natureza. A partir do que considerava serem as vantagens da vida no campo e da vida na cidade, Howard propõe, respectivamente, os conceitos de *cidade íman*[139] e de *campo íman*[140], juntando-lhes posteriormente um terceiro, a *cidade-campo*[141] a qual, reunindo as vantagens da vivência dos dois primeiros, se materializaria na *Cidade-Jardim*.

Segundo Howard, a cidade devia responder a ideais sociais e políticos, ter uma perspectiva de auto-suficiência e seguir os princípios *Higienistas*. A área mínima de projecção seria de 2.400 hectares, ocupando aproximadamente os 400 da

[137] Ebenezer Howard (1850-1928) foi o autor do modelo da *Cidade-Jardim*. Sem formação em Arquitectura ou Urbanismo, Howard desenvolveu este modelo a partir da sua própria experiência enquanto agricultor e do conhecimento que foi adquirindo sobre reformas sociais, enquanto redactor dos registos oficiais do Parlamento.

[138] Em 1902, este manifesto é reeditado com o titulo de "Garden Cities of To-morrow".

[139] Denominado de *Town Magnet* na versão original.

[140] Denominado de *Country Magnet* na versão original.

[141] Denominado de *Town-Country Magnet* na versão original.

zona central. Organizada segundo uma matriz de baixa/média densidade devia obedecer a um limite populacional máximo[142].

Morfologicamente, a cidade deveria ter uma configuração concêntrica, denominada de "cidade social" e dividida em sectores onde os grandes equipamentos públicos – como a Câmara Municipal, um teatro ou um museu – ocupariam o anel central, separado do resto da cidade por um grande parque. Segue-se a primeira linha de casas, que acolhe "habitações de excelência" e para as quais é destinado um amplo lote. Depois a *Grande Avenida*, com 125 metros de largura e com arborização de ambos os lados, acabando por formar um anel com mais de cinco quilómetros de comprimento. Segue-se mais um anel de residências, desta vez alternadas com alguns equipamentos, como escolas. Por fim, o anel externo concentra o mercado, as oficinas, as fábricas, os armazéns e a estação de caminhos-de-ferro, entre outros. A envolver toda esta estrutura, são criados anéis verdes de zonas agrícolas e florestais. A matriz especificava ainda seis boulevards, que garantiam a ligação directa entre o anel central e o mais afastado. Estes apresentavam uma largura de 36 metros cada um e deveriam relacionar-se com os edifícios e os parques públicos.

Quando a cidade atingisse o seu limite demográfico, seriam sucessivamente construídas outras, sempre policêntricas em relação à primeira e concêntricas em si. Esta nova cidade deveria ser concretizada através do poder público e localizada a uma pequena distância da primeira, mas fora da cintura verde desta. Esta foi a evolução que Howard planeou: um sistema em rede de cidades-satélites, intercomunicáveis por estradas e comboios e que apoiavam qualificadamente uma grande cidade.

Através dos fundos provenientes da venda deste ensaio, Howard funda a "Garden City Association", com o objectivo de procurar parceiros que o ajudassem a financiar o seu projecto. Em 1899 surge a First Garden City, Ltd., criada para desenvolver Letchworth (1903), a primeira *Cidade-Jardim*, cujo projecto é desenvolvido por Raymond Unwin[143] e Barry Parker[144].

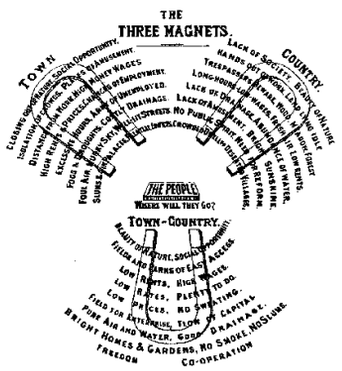


Fig. 1.58. "The Three Magnets, N.° 1". Ebenezer Howard, 1898.

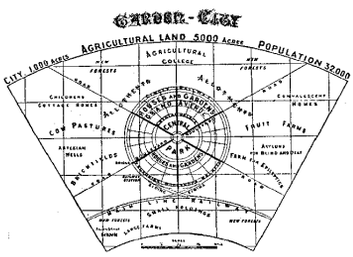


Fig. 1.59. "Garden-City, N.° 2". Ebenezer Howard, 1898.

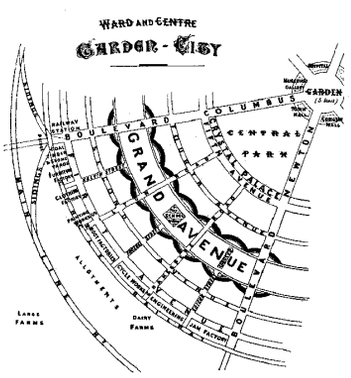


Fig. 1.60. "Ward and Center, Garden-City, N.°3". Ebenezer Howard, 1898.

[142] No máximo 32 mil pessoas, distribuídas pelos 2.400 hectares. Deste total, trinta habitariam a cidade e duas mil permaneceriam no sector agrícola.

[143] Raymond Unwin (1863-1940) foi um Arquitecto, Urbanista e Engenheiro inglês. Seguidor dos ideais de John Ruskin e William Morris, montou sociedade com Barry Parke em 1896, trabalhando permanentemente em parceria com este arquitecto. Em 1901, publicam os dois o livro "The Art of Building a Home", onde estão presentes os conteúdos fundamentais do movimento *Arts ans Crafts*. Em 1903, são convidados por Ebnezer Howard para projectarem a primeira *Cidade-Jardim*: Letchworth. Segue-se, em 1905, o convite de Henrietta Barnett para projectarem um novo *Subúrbio-Jardim*: Hampstead. Posteriormente, Unwin tornou-se presidente do Royal Institute of British Architects e desempenhou diversos cargos políticos.

[144] Richard Barry Parker (1867-1947) foi um dos Arquitectos e Urbanistas ingleses associados ao movimento *Arts ans Crafts*. Em 1896, monta sociedade com Raymond Unwin, desenvolvendo diversos projectos de Arquitectura e Urbanismo. Após a dissolução desta sociedade, Parker foca a sua actividade liberal no Urbanismo, chegando a tornar-se consultor da Câmara Municipal do Porto em 1915.

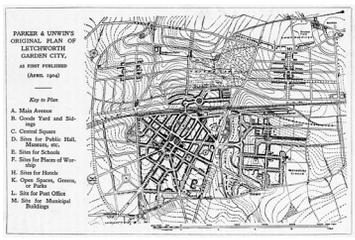


Fig. 1.61. Planta de Letchworth, 1904.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, Howard conduz uma campanha para a criação de novas *Cidades-Jardim*, desta vez financiadas pelo governo. O argumento desta campanha baseia-se no sucesso da experiência de Letchworth e na necessidade real de rapidamente construir habitação à volta de Londres.

Com a votação favorável do Orçamento para a Construção de 1919 pelo Parlamento Inglês, Howard vê uma oportunidade de tornar possível o financiamento destas novas cidades. Mas o Ministério, convencido de que era necessário construir o mais rapidamente e o maior número de habitações possível, não se interessa por este modelo urbano.



Fig. 1.62. "Planta de Welwyn, 1919.

Howard, certo da necessidade de uma segunda *Cidade-Jardim*, sem esperar pela ajuda do estado, no final do mesmo ano, avança com uma nova tentativa para realizar na totalidade a sua visão, desta vez acompanhado pelo arquitecto Louis de Soissons[145]. A *Cidade-Jardim* resultante é Welwyn (1920). Segundo Castex e Panerai (1977: 64), a simples análise morfológica deste plano facilmente detecta a diferença entre os bairros: o centro comercial, denso e com uma malha ortogonal; o centro administrativo enquanto chave do eixo monumental; a gare, que introduz uma grande penetração na cidade; os bairros residenciais, de casas isoladas com uma composição proveniente das ferramentas definidas por Unwin – o "close" ou *impasse* e o arranjo das sequências visuais da cidade. Segundo o mesmo autor, a hierarquia desta cidade é respeitada em detrimento de um Plano mais ou menos segregador, pois a grande ideia de comunidade desaparece em proveito da eficácia da lógica urbana. Soissons evita quer a multiplicação de efeitos pitorescos quer os ensaios sobre os *impasses* de Unwin em Letchworth, propondo a sobreposição de duas visões da cidade: a da cidade clássica, com o seu rigor e a sua unidade tranquilizadora; a da cidade medieval, com a sua grande variedade. Esta sobreposição trabalha a hierarquia necessária entre o centro e os bairros residenciais. Outra das estratégias urbanas usadas por este arquitecto para separar diferentes sistemas de referência é a implementação de espaços verdes ou áreas de reserva como espaços-tampão, criando diferentes zonas de relação ou a oposição entre dois bairros (Castex; Panerai, 1977: 67). Devido à sua proximidade de Londres, Welwyn, ao contrário de Letchworth, nunca se tornou auto-suficiente.

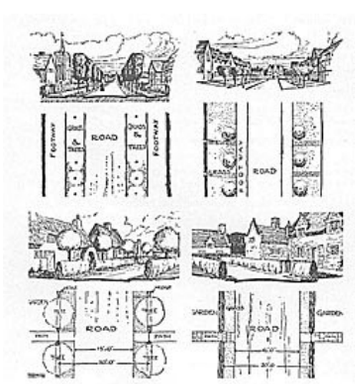


Fig. 1.63. Perfis Tipo de Ruas, usados em Earswick, Letchworth e Hampstead.

[145] Louis de Soissons (1890-1962) foi o arquitecto nomeado para o plano de Welwyn em 1920. Projecto que influenciou o resto da sua profissão liberal. Autor de inúmeros projectos, foi distinguido como membro do Royal Institute of British Architects, do Urban Planning Institute e da Société des Architectes Diplômés par le Gouvernement.

Este modelo sofre vários desdobramentos e interpretações, sendo um dos mais importantes o de Hampstead (1905), *Subúrbio-Jardim* realizado por Raymon Unwin e Barry Parker com base na experiência adquirida em Letchworth. A esta equipa juntou-se, como consultor, Edwin Lutyens[146]. Para este plano, Unwin analisa diversas estruturas urbanas europeias, a fim de definir as regras precisas fundadoras desta sua versão da *Cidade-Jardim*: uma estrutura global urbana clara, feita de centros densos e facilmente identificáveis; bairros diferenciáveis morfologicamente; um limite e uma barreira ao crescimento da cidade; eixos; um ponto de referência excepcional; uma estrutura local mais pitoresca, recorrendo às ideias de Camillo Sitte. Para a praça central, Lutyens estabelece uma lógica de aproximação, que deve ser acompanhada por uma progressiva densificação urbana, através de casas contínuas ou de edifícios em banda, por exemplo, pois as leis de intervenção global não deveriam ser as mesmas das de intervenção local (Castex; Panerai, 1977: 55).

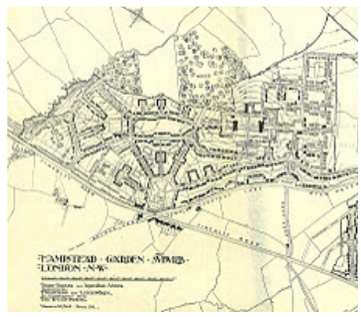


Fig. 1.64. Planta de Hampstead, 1911.

As teorias da *Cidade-Jardim* testadas em Hampstead, influenciaram todo o Urbanismo inglês praticado até à Segunda Guerra Mundial. Unwin, com a sua obra de 1909, "Town Planning in Practice", foi um dos seus expoentes.

Fora de Inglaterra, o livro de Howard foi publicado em diversas línguas e as ideias e os princípios da *Cidade-Jardim* passaram a ser aplicados em países como a França, a Alemanha, os Estados Unidos, o Japão e a Austrália. Onde também se pode encontrar uma forte influência deste modelo urbano é em cidades coloniais europeias como Lahore, Tel Aviv e Antananarivo, que seguem uma matriz bastante próxima da proposta teórica original de 1889.

O modelo da *City Beautiful* nasce no início do século XX, nos Estados Unidos, como uma nova corrente arquitectónica centrada na tradição da grande composição urbana. Este movimento segue como referências as experiências europeias oitocentistas e os grandes boulevards *Haussmannianos*[147], articulando as diferentes zonas das cidades através da abertura de grandes eixos (maioritariamente avenidas ou alamedas) que ligam entre si edifícios de excepção

"More and more elaborated versions of these memory places were fabricated throughout the Middle Ages and Renaissance, leading to those strange half-real, half-imaginary loci named "memory theatres" or even (...) "utopias". The relation between the real city and the utopian city is thereby mediated by a mental map that includes the real in order to imagine the unreal, the ideal, or simply that which has to be remembered." (Vidler, 1992: 179)

[146] Edwin Lutyens (1869-1944) foi um dos Arquitectos ingleses mais influentes da sua época. Sem formação académica em Arquitectura, entrou para o ateliê de Ernest George em 1887, onde conheceu Herbert Baker. Em 1889, monta o seu próprio ateliê, onde desenvolve a maioria dos seus projectos. Da sua vasta obra destaca-se a reinterpretação que faz da Arquitectura doméstica do estilo *Arts and Crafts* e dos jardins ingleses. Dentro desta tipologia edificatória destacam-se: *Tigbourne Court, Surrey; Homewood, Hertfordshire; Grey Walls, Scotland; Deanery Garden, Berkshire; The Salutation, Kent; Castle Drogo, Devonshire; Lambay Castle, Ireland; Whalton Manor,* Northumberland. São, ainda da sua autoria: o Pavilhão Inglês da Exposição Universal de 1911, em Roma; a Embaixada Inglesa, em Washington; diversos edifícios em Deli. "Lutyens' houses do not innovate conceptually but are a brilliant synthesis of ideas he shared with his contemporaries. They all possess the same basic plan elaborated to accommodate the specific programme and overlaid with stylistic quotations from historical and contemporary sources, as well as his own previous works, producing an 'original' design". (Inskip, 1979: 9).

[147] Referimo-nos aos boulevards que o Barão de Haussmann projectou para Paris.



Fig. 1.65. Vista Aérea da Piazza del Popolo.



Fig. 1.66. Vista Aérea de Paris.



Fig. 1.67. World's Columbian Exposition, 1893.

e espaços públicos qualificados – jardins, parques e praças – permitindo uma visão mais completa da urbe e dos seus monumentos. No entanto, a sua génese remonta a diversas experiências urbanas que se foram desenvolvendo na Europa entre 1500 e 1900.

No final do século XVI, o Papa Sixto V e o Arquitecto Domenico Fontana inauguraram um urbanismo de sentido público, que podemos relacionar com a *City Beautiful*, quando desenvolveram para Roma um plano urbano estruturado a partir de uma lógica de percursos axiais que ligavam visualmente os principais monumentos da cidade: as igrejas. Este princípio ordenador modificou a imagem desta cidade, que deixou para trás o seu traçado Medieval, tornando-se um tecido estruturado a partir de uma lógica hierárquica de espaços públicos, eixos e edifícios de excepção.

Das experiências europeias oitocentistas e com a herança do Urbanismo barroco preservada – com o seu traçado de génese militar, que privilegiava o quarteirão regular e a avenida – a *City Beautiful* vai recuperar os modelos renascentistas como forma de contrariar o eclectismo e a mecanização e de, ao mesmo tempo, revitalizar o passado com a sua cultura e os seus monumentos. Seguindo esta mesma lógica, encontramos o engenhoso mas demolidor plano de Haussmann para Paris que, rasgando a cidade com largas e extensas avenidas e boulevards, que nasciam de espaços públicos estratégicos, conseguiu resolver problemas de higiene, circulação e segurança, assegurando ao mesmo tempo um eficaz controlo militar da cidade.

A *City Beautiful* foi inicialmente adoptada, de um modo embrionário mas já enquanto modelo urbano, por Daniel Burnham[148] na "World's Columbian Exposition" de 1893, em Chicago. Entre 1906 e 1909 Burnham, juntamente com Edward Bennett[149], transporta os princípios urbanos que tinha usado na exposição universal para o Plano de Chicago[150]. "Na introdução do plano, Burnham foi taxativo quanto ao termo de comparação: as grandes cidades europeias. "A tarefa realizada por Haussmann em Paris corresponde ao trabalho que precisa ser feito em Chicago"." (Hall, 1988: 212).

O plano de Chicago, que abrange a totalidade da cidade norte americana e prevê indicações de como devia ser a sua posterior expansão, parte de um traçado regular ortogonal, atravessado por largas e extensas avenidas diagonais,

[148] Daniel Hudson Burnham (1846-1912), sócio do ateliê Burnham and Root de Chicago, é autor de vários edifícios em Chicago, durante as décadas de 1880 e 1890. Foi também chefe de obras da Exposição Mundial Colombiana, realizada nesta cidade em 1893.

[149] Edward Bennett (1874-1954) formou-se em Arquitectura na École des Beaux-Arts de Paris em 1902. Depois de um pequeno estágio com o arquitecto George Browne Post, mudou-se para Chicago, onde começou a trabalhar com Burnham, primeiro no Plano para São Francisco e, posteriormente, no Plano de Chicago. Montou ainda um ateliê, em parceria com William E. Parsons (1872-1939) e Harry T. Frost (1886-1943).

[150] Este plano surge no seguimento do enorme incêndio de 1871 que destruiu parcialmente a cidade de Chicago.

adornadas por uma vasta arborização que permite uma rede de perspectivas que articula os edifícios de excepção da cidade. Estes últimos também são implantados ao longo dessas mesmas avenidas.

No centro do plano, encontra-se um grande eixo central que percorre a totalidade da cidade e que tem nas suas extremidades um grande parque e um grande centro cívico, que funciona como elemento polarizador, do qual saem duas largas avenidas, diagonais em relação à malha ortogonal. Deste plano foram apenas construídos alguns elementos, como o centro cívico, retirando-lhe alguma leitura e a imagem de força que as perspectivas ilustravam.

Deste movimento é também característico o Passeio Público ou "Mall" de Washington DC, que teve início em 1901 e contou com a direcção de Burnham, Frederick Law Olmsted Junior e Charles McKim[152]. Este eixo, que espelha os princípios do movimento, é concluído com a construção do Monumento a Lincoln, que o remata, em 1922.

"Of cutting out of the fabric of the real city the sequences and places that constituted their memory maps of the city, of turning the city into a memory theatre and making that theatre accessible both to the inhabitants and, equally importantly, to visitors." (Vidler, 1992: 179)

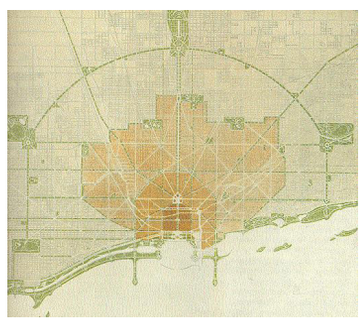


Fig. 1.68. Plano de Chicago. Burnham, 1909.

A experiência de *Radburn*, cidade fundada em 1929 em Nova Jérsia e desenhada pelos americanos Clarence Stein (1882-1975) e Henry Wright (1878-1936) assume os pressupostos da Cidade-Jardim, reinterpretando-os. Stein, formado na École des Beaux-Arts, abre no início dos anos 1920 um escritório com Wright, sobre quem se refere como sendo o melhor urbanista que conheceu, a par com Raymond Unwin (Stein, 1958. In Parsons, 1998: 582). Wright trabalhara anteriormente no projecto para "Yorkship Village", em Camden, Nova Jérsia, que fora reconhecida como uma das comunidades melhor projetadas durante a Primeira Grande Guerra.

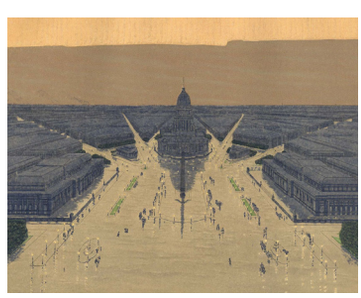


Fig. 1.69. Plano de Chicago, Centro Cívico. Burnham, 1909.

As bases teóricas do trabalho conjunto advêm do envolvimento de Stein na "Regional Planning Association", onde eram debatidas as ideias de Howard, de Geddes e de outros ilustres personagens da economia, da sociologia e da filosofia. Em 1922, a equipa recém-formada chega a viajar até à Inglaterra para visitar Ebenezer Howard, que lhes mostra a *Cidade-Jardim* de Letchworth desenhada por Unwin e Parker.

O projecto de *Radburn* apresenta-se como uma variação do modelo da Cidade-Jardim de Howard, mais próximo da versão de Unwin, mas desenvolvido para a era automóvel. O plano recorre à organização do território em conjuntos de núcleos residenciais ("superblock") e à utilização do *impasse* de Letchworth enquanto ferramentas de redução da intensidade do tráfego automóvel, atendendo à crescente preocupação americana de tornar os bairros mais seguros para a



Fig. 1.70. "Preliminary Study of two blocks at Radburn, New Jersey". Stein e Wright, s.d.

[151] Frederick Law Olmsted Junior (1870-1957) foi um Urbanista e arquitecto Paisagista americano. São da sua autoria diversos parques naturais norte americanos como o de Acadia e o de Everglades.

[152] Charles McKim (1847-1909) foi um arquitecto americano do final do século XIX. São da sua autoria diversos projectos relevantes como, de entre outros, a Biblioteca Pública de Boston, a Universidade de Columbia e a Penn Station em Nova Iorque.



Fig. 1.71. Ampliação do Anteplano de Urbanização de Setúbal - Revisão. Aguiar, 1962



Fig. 1.72. Plano final para Radburn, New Jersey. Stein e Wright, 1929.

circulação pedonal local. O objectivo principal em *Radburn* é o de criar uma estrutura urbana a pensar nos automóveis e de os compatibilizar com um ambiente residencial seguro. Daí que os autores tenham estruturado hierarquicamente o plano em quatro níveis: o impasse, o quarteirão, o núcleo residencial e a unidade residencial ("neighbourhood")[153]. Cada impasse é constituído por cerca de vinte moradias, dispostas em torno deste, com a garagem para ele virada. Um conjunto de três ou mais impasses forma um quarteirão e os impasses são separados por um corredor verde pedonal que serve todas as entradas principais das moradias. Os quarteirões são por sua vez organizados (por norma em conjuntos de quatro núcleos) em torno do espaço verde qualificado central para formarem um núcleo residencial. Por norma, um conjunto de seis núcleos residenciais constitui uma unidade residencial, delimitada quer por artérias principais quer por zonas verdes. As escolas são localizadas no final de um impasse e os arruamentos no interior da unidade residencial são hierarquizados da seguinte forma: as vias principais de atravessamento da cidade delimitam as unidades residenciais; as vias de distribuição envolvem cada núcleo residencial; os impasses dão acesso aos lotes.

Apesar da experiência de *Radburn* se basear na autonomização de cada unidade residencial, elas poder-se-iam sobrepor nos seus limites, para aí serem implantados os grandes equipamentos, tais como hospitais e liceus.

Ao nível do território (e de acordo com os princípios de Howard), Stein e Wright hierarquizam-no em três níveis – a unidade residencial, a cidade e a região – abandonando a organização de composição da cidade com recurso ao quarteirão tradicional e criando cidades regionais, compostas por uma constelação de cidades de dimensões mais reduzidas, interligadas por auto-estradas ("*parkways*" ou "*highways*").

Este modelo foi largamente difundido e integrado, por exemplo, ao nível dos organismos federais dos Estados Unidos, dos investidores imobiliários e da Câmara do Comércio nacional, que fomentaram a sua aplicação a partir dos anos 1930 e, em larga escala, a seguir à Segunda Grande Guerra. Em Inglaterra este modelo também foi largamente assimilado, quer pela iniciativa pública quer pelo investimento privado, resultando em exemplos como o de Wythenshawe (1928), da autoria de Barry Parker, e o do County of London Plan (1943), de Abercrombie e Forshaw. Stein e Wright também produziram, depois da experiência de *Radburn*, diversos planos que seguiram o modelo original, tais como Chatham Village (1932), em Pittsburg, Greenbelt New Town (1937), em Maryland e Baldwin Hills Village (1941) em Los Angeles.

[153] Para os níveis elencados definimos as seguintes traduções livres das expressões utilizadas pelos autores: *enclave* » impasse; *block* » quarteirão; *superblock* » núcleo residencial; *neighbourhood* » unidade residencial.

O modelo da *Unidade de Vizinhança* (1929) é desenvolvido pelo americano Clarence Perry (1872-1944), no mesmo ano em que é fundada *Radburn*, a partir da sua experiência enquanto residente do *Bairro-Jardim* de Forest Hills Gardens[154], no distrito de Queens, em Nova Iorque, onde se instala em 1910[155]. Esta experiência leva-o a consolidar em 1923 uma primeira noção que apresenta numa reunião conjunta da American Sociological Society e da National Community Centre Association[156] e, em 1929, a aplicá-lo no "Plan for New York and its Environs"[157], de cuja equipa de projecto faz parte.



Fig. 1.73. Plano de Baldwin Hills Village, Los Angeles. Stein e Wright, 1941.

Este conceito é mais uma derivação do modelo original da *Cidade-Jardim*, aplicado à escala do bairro, e pretende dar uma solução a diversos problemas urbanos da época com repercussão na vida quotidiana dos seus habitantes, tais como a crescente circulação automóvel, a falta de quintais junto das habitações e a queda do valor da propriedade decorrente da degradação das condições de habitabilidade das cidades.

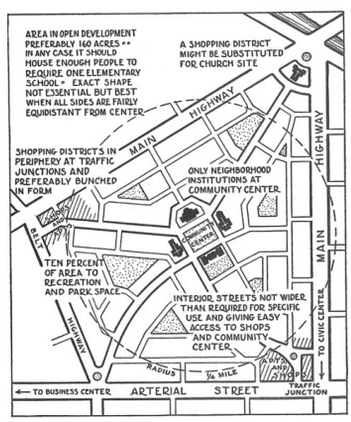


Fig. 1.74. Diagrama da *unidade de vizinhança*. Forest Hills, Clarence Perry, 1923.

A análise que Perry faz de Forest Hills Gardens identifica um conjunto de factores de sucesso da solução urbanística[158] que acaba por incorporar no seu modelo de *Unidade de Vizinhança*. Perry define seis princípios orientadores deste modelo: (1) a forma da unidade deve ser desenhada de modo a que todas as faces fiquem aproximadamente equidistantes do centro; (2) o centro cívico deve conter diversos equipamentos públicos, agrupados em torno de um espaço verde central; (3) o comércio local (isolado ou inserido em edifícios de habitação) deve ser localizado nos cantos do polígono da unidade; (4) os espaços públicos qualificados devem ser distribuídos pela unidade e representar 10% da sua área total; (5) as artérias principais devem ligar todos os lados do bairro; (6) as artérias secundárias devem ser uma composição de troços diagonais e curvilíneos para dissuadir o atravessamento automóvel. O modelo de Perry, que também advoga a separação entre o tráfego pedonal e o automóvel, pretende constituir-se como um troço de cidade auto-suficiente, reunindo as condições necessárias à vida

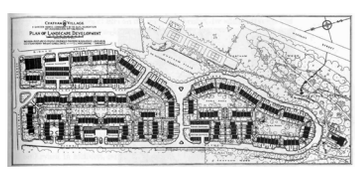


Fig. 1.75. Plano de Chatham Village, Pittsburgh. Stein e Wright, 1932.

[154] Bairro promovido pela Russell Sage Foundation e desenhado pelo paisagista Frederick Law Olmsted Jr. (estrutura viária e paisagismo) e pelo arquitecto Grosvenor Atterbury (edificado), de acordo com o modelo do *Subúrbio-Jardim* de Hampstead de Barry Parker e Raymond Unwin. A reflexão sobre as virtudes e os defeitos deste bairro contribuíram para o desenvolvimento do modelo da unidade de vizinhança e, neste sentido, Perry dedica uma secção do seu trabalho monográfico (Perry, 1929) à descrição e à análise de projecto para Forest Hills Gardens.

[155] A partir de 1909 Perry exerce actividade na Russell Sage Foundation, mais especificamente no projecto imobiliário de Forest Hills Gardens, onde permanece até ao final da sua carreira, em 1937.

[156] Mais tarde Perry publica o conteúdo da intervenção sob o título "The local community as unit in the planning of urban residential areas" (Perry, 1926).

[157] O "Plan for New York and its Environs" foi o culminar de um esforço conjunto entre empresários e profissionais nova-iorquinos iniciado em 1922, cujo objectivo comum se consubstanciou no levantamento, na análise e no desenvolvimento de um plano para a área metropolitana de Nova Iorque (que se estende para os estados de Nova Jérsia e Connecticut). A par do plano foi constituída a "Regional Plan Association" cuja missão era a sua implementação.

[158] A saber: a clara definição dos seus limites; a forma curta e o carácter sinuoso do sistema viário interno; a diversificação do uso do solo, predominantemente residencial, mas com possibilidade de inclusão de comércio e indústria em zonas específicas; a existência de uma área central, por norma constituída por uma escola e outros equipamentos comunitários; a inclusão de espaços públicos qualificados, nomeadamente parques urbanos e áreas de recreio; a imposição de restrições à imagem arquitectónica para reforçar o carácter de conjunto.

quotidiana.

Importa ainda referir que nem o modelo de Stein e Wright nem o de Perry pretendiam, como foi apontado a muitos dos seus seguidores nos anos 1960, o controlo social local das populações. Nicholas Patricios (2002) afirma que estavam apenas focados em resolver problemas físicos das cidades e que os seus escritos não evidenciam qualquer objectivo de influência social. Por outro lado, também não é de pôr de parte o argumento de que a forma como uma unidade residencial é desenhada pode condicionar negativamente a sua estrutura social. Nesta perspectiva, Jane Jacobs é uma das personalidades que se assumem contra estes modelos, afirmando que não promovem o progresso social.

Estes modelos urbanos foram apropriados por numerosos Arquitectos e Urbanistas no mundo inteiro, com variações morfológicas e conceptuais decorrentes de um processo de adaptação às circunstâncias locais, tais como: as zonas comerciais deslocadas para o centro das unidades residenciais; espaços públicos verdes afastados para os limites (desfazendo-se a ligação com o espaço central) e utilizados como zonas de protecção ("*buffers*") entre unidades residenciais; população residente das unidades atingindo os 10.000 habitantes, servidos por diversas escolas, ao invés dos 3.000 a 9.000 residentes das soluções originais também servidas por apenas um único equipamento escolar. Aguiar foi um desses seguidores, como mais à frente se verá. Para compreender a sua obra, é importante tomar consciência das suas referências conceptuais, pois constituem uma peça fundamental na estrutura do seu discurso enquanto Arquitecto Urbanista.

É igualmente importante olhar para alguns exemplos de aplicação prática destes modelos em realidades equiparáveis às que Aguiar encontrou durante o seu percurso profissional. Com a referência que se segue, embora breve, a três planos desenhados por três urbanistas estrangeiros pioneiros na aplicação prática dos referidos movimentos, pretendemos adicionar um nível de análise complementar à investigação, com o intuito de melhor entender o alcance das influências externas na produção nacional e, mais especificamente, no trabalho de Aguiar.

Esta linha de pesquisa carece de uma investigação autónoma aprofundada, a qual só poderá ser concretizada através do estudo comparativo exaustivo daqueles planos e de outros. Acreditamos, todavia, que a análise aos Planos de João António de Aguiar e a contextualização do seu trabalho no panorama da praxis urbanística portuguesa no período de 1933 a 1974 constitui, desde já, um contributo objectivo.

1.3.1. O Caso Francês: Casablanca, Marrocos

"The town is spilling beyond its confines. A Negro neighbourhood, comprising a heap of squalid structures, has sprung up in the vicinity of Bad-Marrakech, while warehouses and shops have sprouted around the market gate. The inner quarters are essentially Arabic in style, although at time reveal glimpses of semimodern fragments. Winding thoroughfares with rickety paving, or sometimes no paving at all, turn into quagmire at the very first drop of rain. Tiny narrow squares are wedged between low, flat-roofed houses totally lacking in any kind of architectural appeal. Apart from the mosques, a handful of private dwellings, and the German consulate, no monument whatsoever can be said to attract the visitor's gaze." (Segonds. In: Cohen; Eled, 2002: 42).

Marrocos torna-se um protectorado Francês em 1912[159], verificando-se desde logo um considerável investimento arquitectónico e urbano na cidade de Casablanca, que rapidamente se torna na capital económica do país e no maior porto de África.

Esta cidade destaca-se enquanto referência porque, desde muito cedo, nela são aplicadas estratégias urbanas que, por um lado evitam a mistura cultural e, por outro, preservam a *medina*[160], salvaguardando o carácter da sociedade tradicional existente.

O grande desenvolvimento da cidade, decorrente sobretudo do investimento privado (francês e local), faz dela um vasto campo de experimentação, tanto no domínio da Arquitectura da cidade como da Tecnologia e da Cultura. No contexto da Arquitectura colonial francesa e no enquadramento temporal que esta investigação se propõe a estudar, Casablanca passa por três fases distintas, que correspondem às décadas de 1910, 1930 e 1950.



Fig. 1.76. Planta de Casablanca. Dr. Félix Weisgerber, 1900.

A primeira fase inicia-se em 1912 e é coincidente com a construção do novo centro da cidade, onde a habitação segue os cânones franceses, mas com alguns elementos que não são, à época, comuns. Apesar das semelhanças com os modelos parisienses, surge uma nova linguagem arquitectónica, resultado de uma hibridação cultural na organização e na ornamentação dos edifícios. O aparecimento de novos espaços de transição entre o interior e o exterior, como terraços, varandas, pérgulas, pátios e galerias, exprime uma intenção de introduzir elementos tradicionais numa Arquitectura que se decretava francesa.



Fig. 1.77. Edifício Lévi et Charbon. Ignace Sansone e Paul Busuttil, 1929.

[159] Marrocos tornou-se um protetorado francês com o *Tratado de Fez*, assinado a 30 de Março de 1912, quando o sultão Abdelhafid cedeu a soberania do seu país.

[160] A *medina* ou *almedina* é, na sua origem, a cidade árabe, habitualmente murada e de morfologia orgânica. Actualmente é o nome atribuído ao centro histórico das cidades do Noroeste de África.

Em 1918, com o fim da I Guerra Mundial, assiste-se a um significativo aumento da construção. É também nesta altura que chegam vários arquitectos europeus à cidade, maioritariamente formados na Escola de Belas Artes de Paris, trazendo com eles as técnicas e os estilos da metrópole. À orientação racionalista do passado recente, associa-se agora o eclectismo e uma liberdade formal que, influenciadas pela Arquitectura marroquina, transformam as referências importadas. Esta nova linguagem pode ser lida nas fachadas, nas plantas, na tipologia e na escala dos edifícios.

"Picture a city in the making, unsure of its path and lacking in traditions, a city with a fiery, mixed, and defiant population caught up in struggle and toil. Imagine a people's entire strength concentrated violently and exclusively not on well-being – they are long used to sleeping on hard mattresses in rickety huts – but on the money they are hoarding away in the bank. Envisage a host of nationalities all seeking to stamp their individuality on a budding conurbation." (Cohen; Eled, 2002: 89).

A cidade vai crescendo rapidamente e, à grande necessidade de a dotar de mais habitação, soma-se a vontade de construir uma nova cidade, originando uma cidade dual – internacional e tradicional – onde se coordenam diferentes dinâmicas e culturas. A *medina* mantém-se como a zona das classes populares e o lar da população marroquina, residindo os grupos sociais mais favorecidos na nova cidade, onde dominavam elegantes edifícios de 3/4 pisos. Foram testadas novas políticas urbanas, para a população marroquina, que permaneceria na *medina* – a cidade à data da chegada francesa – desenvolvendo-se a nova cidade de modo autónomo dela.



Fig. 1.78. Esquisso da Praça Administrativa de Casablanca. Henri Prost, 1914.

Tal como acontece com os planos urbanos que Portugal desenvolveu para as suas colónias, a Nação Francesa pretende usar Casablanca e o seu novo urbanismo como meio de comunicar uma imagem de regeneração e de força. Terminados os primeiros planos, desenvolvidos por topógrafos, chega à cidade Henri Prost[161], em 1914, que viria a assumir-se como Director do Serviço de Urbanismo e Arquitectura de Casablanca. Prost, que permanece oito anos em Marrocos, desenvolve Planos de Urbanização para as principais cidades do protectorado. Mas é para Casablanca que este arquitecto desenvolve um regulamento urbano original e inovador que faz com que esta cidade se torne um caso de referência.



Fig. 1.79. Plano de Casablanca. Planta de Acessos. Henri Prost, 1917.

Este plano tem por base uma estratégia por fases. A primeira fase dedica-se ao desenvolvimento de um plano de infra-estruturas, organizadas hierarquicamente, que regule e redesenhe os bairros e loteamentos já iniciados da cidade e os articule com a *medina*. Para tal, Prost recorre a uma reestruturação baseada em modelos circulatórios, idênticos aos de Eugène Henard[162]. A segunda fase define regras de ocupação dos solos, com base nos princípios *Higienistas*. A terceira fase define as grandes zonas funcionais, segundo uma lógica de zonamento. São definidas quatro zonas principais: a cidade *indígena*, com limite de dois andares por edifício; a zona central para habitação e comércio; as zonas industriais; as zonas de recreio, reservadas a moradias unifamiliares. Para que esta organização



Fig. 1.80. Plano de Desenvolvimento e Expansão para Casablanca. Henri Prost, 1917.

[161] Léon Eugène Henri Prost (1874-1959) foi co-fundador da Société Française des Urbanistes, juntamente com Agache e Forrestier, entre outros. O seu trabalho revestiu-se de uma preocupação com as tradições locais, apesar de não renegar os princípios do *Movimento Moderno*.

[162] Eugène Henard (1849-1923) foi um urbanista francês dedicado ao desenvolvimento da cidade de Paris. Formado pela École des Beaux-Arts em 1880, dedicou-se durante parte da sua vida profissional aos problemas urbanos de Paris, acabando por publicar, em 1903, o trabalho Études sur les *transformations de Paris*.

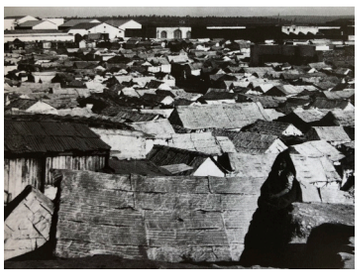


Fig. 1.81. Esquisso da Praça Administrativa de Casablanca. Henri Prost, 1914.



Fig. 1.82. Bairro Bousbir. August Cadet e Edmond Brion, 1922

"Restored to its pre-war state of booming expansion, Casablanca of the 1920s was a hub of ambitions, strategies, conflicts, and ideologies. Having witnessed their country thrust into turmoil by the Protectorate, the Moroccans were now looking to benefit from the spin-offs of growth and wealth generated by the country's modernization." (Cohen; Eled, 2002: 89).



Fig. 1.83. Plano para o centro da Cidade. Henri Prost, 1922.

funcione, o plano baseia-se em estratégias de expropriação e de reparcelamento urbano.

A cidade continua a crescer com encomendas do Estado, de investidores institucionais e de investidores privados, que têm um papel predominante, pois a procura por habitação não pára de crescer devido a um enorme índice de imigração rumo a Casablanca[163]. Mas, com este rápido crescimento, os mais carenciados acabam por ficar esquecidos, resultando no surgimento de bairros precários de habitação autoconstruída, que não seguem qualquer tipo de planeamento ou infra-estrutura. Estas zonas ou bairros, rapidamente apelidados de *bidonvilles*[164], alojam não só a população mais desfavorecida, como também as pessoas que chegam à cidade, vindas do interior do país, à procura de melhores condições de vida. Posteriormente, são desenvolvidos bairros exclusivamente operários, como La Foncière, e bairros de moradias isoladas e geminadas, como o que a companhia de caminhos-de-ferro constrói para os seus empregados.

Em 1917, é confiado ao arquitecto Auguste Cadet[165] e a Edmond Brion[166] o projecto de construção de um novo bairro – o Habbous – reservado a muçulmanos de parcos recursos, visando descongestionar a *medina*, que se encontrava sem condições de habitabilidade, e resolver o problema dos *bidonvilles*, que se tinham espalhado por grandes extensões da cidade. Habbous é um bairro para albergar a população autóctone, de 257 moradias de diferentes tipologias. Apesar de ter sido desenhado para os nativos, acaba por se distinguir do *bairro indígena* colonial português pelo simples facto de respeitar os costumes da população para a qual foi projectado, não abdicando das noções básicas europeias de higiene e dos novos sistemas construtivos.

Para materializar este conceito iniciam-se, num primeiro tempo, colaborações entre arquitectos e artesãos locais, que resultam na sobreposição de elementos mouriscos à Arquitectura do período, a *Art Déco*. Desta sinergia emergem fachadas originais, onde os elementos ornamentais como as faianças coloridas, as varandas talhadas em madeira, os frisos, os painéis e outros dominam uma Arquitectura moderna, que também tem em conta as condições climáticas particulares do território e integra os mais modernos elementos de conforto. (Cohen; Eled, 2002: 366-367).

[163] Esta imigração não era apenas composta por franceses. As comunidades espanhola e italiana também adquirem uma dimensão expressiva.

[164] É o termo que designa os bairros *informais* e que tem a sua origem em Casablanca, nos anos 1930, por serem maioritariamente construídos a partir de bidões de petróleo e de chapa zincada. O termo banalizou-se e passou a designar, em geral, os bairros *informais* de génese ilegal franceses.

[165] Auguste Cadet (1881-1956) foi um arquitecto francês formado pela École des Beaux-Arts em 1911. Cadet chega a Casablanca no final da II Guerra Mundial e, até meados da década de 1930, trabalha no projecto da nova Medina da cidade, em Habous. Posteriormente mantem-se na cidade, desenvolvendo diverso projectos à escala urbana e do edifício.

[166] Edmond Brion (1885-1973) foi um arquitecto francês formado pela École des Beaux-Arts, que se instalou em Casablanca, onde colaborou com August Cadet de 1919 a 1935.

Nas três décadas que se seguem à partida de Prost, a cidade mantém os traços gerais do seu plano, apesar de pontuais alterações.



Fig. 1.84. Plano de Pormenor para a zona de Mellah, 1923.

O segundo momento de construção da cidade ocorre por volta dos anos 1930, com o desenvolvimento da Arquitectura doméstica. Os edifícios habitacionais que surgem por toda a cidade seguem princípios de higiene, salubridade e conforto, tanto na nova cidade como na *medina*. O resultado são edifícios brancos, de fachada lisa e sem grandes ornamentos, mas munidos de uma escala com uma certa monumentalidade.

Apesar da imposição de limites à altura dos edifícios do plano de Prost, a construção em altura começa a surgir. Os edifícios, para além de ganharem altura, chegando aos 10 pisos, são equipados com garagens, elevadores e lavandarias. A cidade continua a crescer, dividida entre bairros residenciais de moradias unifamiliares e bairros de largas avenidas, para as quais são desenhados grandes edifícios residenciais modernos. Data desta altura o abandono do estilo *Neomourisco*, em benefício de uma estética sem adornos em que, frequentemente, o trabalho de volumetrias prima sobre o ornamento.

"Prost's Regime is no dictatorship; it is a partnership between the administration and the landowners. The latter are usually more active in taking the initiative, and are often held back by the authorities. In any event, the parameters are now being defined. Landowners have set their own associations in each specific area and major boulevards are slowly creeping further from the centre. Everything needs to be reshuffled or ever knocked down. (Lambert. In: Cohen; Eled, 2002: 110).

Com a II Guerra Mundial, Casablanca torna-se numa cidade de escape, convergindo para ela pessoas de todos os quadrantes e facções. É neste período que sofre uma forte influência americana, reflectindo-se de forma clara na Arquitectura doméstica.

Em 1945, quando a cidade atinge meio milhão de habitantes, é proposta a extensão do plano de Prost. Este novo plano reagrupa os acessos rodoviários e propõe uma auto-estrada que circula a cidade, sugerindo simultaneamente novos espaços verdes ligados entre si por passeios ininterruptos. Junto à *medina*, entretanto transformada e salubrificada, é prevista a instalação do Centro Europeu de Negócios.

"We have Fédela in our analysis of Casablanca in order to paint a broader picture of what is known as "rural disintegration". The area between Casablanca and Fédela is industrial. Casablanca accounts for approximately 75 percent of the country's industry, while Fédela boasts a port and cheaper land. Naturally, this gas had repercussions on the narrow strip of land that lies between the two cities, and which is connected by road, rail and sea links."(Écochard. In: Cohen; Eled, 2002: 304).

A cidade vai ganhando uma nova imagem, com os novos edifícios e as suas fachadas puras, onde se destacam os jogos de cheios e vazios. São desenhadas varandas que alargam o espaço das divisões, terraços que permitem actividades quotidianas no exterior, galerias e peças como *mísulas*, que se agregam aos elementos estruturantes dos edifícios e às respectivas fachadas. Os escassos apontamentos ornamentais localizam-se ao nível dos espaços interiores Os materiais empregues são na sua maioria locais. São utilizados para as entradas dos edifícios, na maior parte dos tipos de habitação, mármores coloridos e, para habitações de luxo, mosaicos, pasta de vidro, marmorite para pavimentos e paredes, bem como o ferro forjado para portas.

"As a result, Écochard makes a clear distinction between the short-term temporality of architecture and the enduring legacy of urban planning: 'Put the facts into order: Urbanism (permanent) in the first place, Construction (transitory) afterwards.' Construction, or architecture, is considered part of a process of continuous change; hence, Écochard writes that 'Marocan habitation, like any object of mass consumption, follows the cycle: conception, production, distribution, utilization, elimination. One must take this fact into consideration and one must be far-seeing'.

In Écochard's approach evolutionary dwelling practices are coupled with evolving dwelling environments. (Avermaete; Casciato, 2014: 156).

Com a tranquilidade trazida pelo pós-guerra, surge um terceiro período, em que

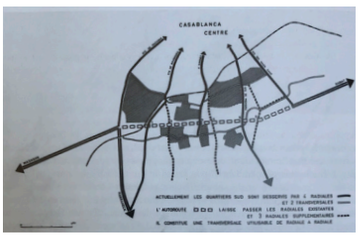


Fig. 1.85. Plano para Casablanca. Michel Écochard, 1951.

Casablanca assiste a uma nova transformação da sua Arquitectura. Por um lado, os arquitectos urbanistas franceses, como Michel Ecochard, iniciam uma nova corrente arquitectónica, em que é utilizada uma abordagem vinculada ao território de intervenção e às necessidades da população, em detrimento da abordagem colonizadora dos períodos anteriores. Por outro lado, chegam a Casablanca os primeiros Arquitectos marroquinos, formados em França, que assumem uma aproximação às tradições, embora não deixando de introduzir as mais recentes tecnologias e técnicas na área da construção.

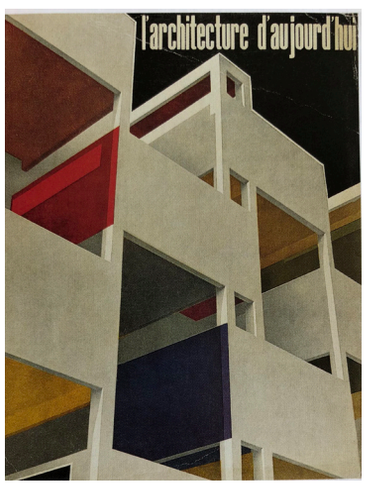


Fig. 1.86. Capa da Revista L'Architecture d'aujourd'hui, Dezembro de 1954.

A cidade é marcada por uma dicotomia entre a cidade nova – a cidade europeia, onde as grandes moradias e os edifícios modernos se multiplicam – a *medina* e os bairros populares – caracterizados por uma forte horizontalidade e densidade populacional – e uma enorme zona industrial organizada seguindo a lógica da *cidade linear*[167]. O plano urbano para Casablanca que Ecochard desenvolve em 1951 vem focar-se na expansão da cidade, definindo-lhe um novo perímetro. A ocupar uma extensão que vai de Casablanca a Mohammedia, antiga Fedala, esta nova extensão industrial é composta, ainda, por várias cidades-satélites, articuladas por uma forte rede de infra-estruturas e um estruturado caminho-de-ferro (Cohen; Eled, 2002: 304-305).

Para os novos bairros muçulmanos, o plano propõe habitação social de bases conceptuais provenientes dos CIAM e da Carta de Atenas, a que se sobrepõem preocupações com as características climáticas do território (Avermaete; Casciato, 2014: 156). A sua construção é iniciada em 1953 e caracteriza-se por um tecido horizontal de casas com pátio, organizadas sobre uma malha ortogonal de 8 por 8 metros, considerada como dispositivo mínimo, sobre o qual são implantados três tipos de habitações, desenvolvidos pelo ATBAT-África[168]. Esta habitação é concebida para ser respeitadora dos hábitos tradicionais locais e para ser evolutiva, permitindo uma mudança progressiva do respectivo modo de vida (Cohen; Eled, 2002: 350-351).

O exemplo de Casablanca afasta-se do que, no mesmo período, foi concretizado nos territórios coloniais, onde usualmente se adoptavam abordagens assimilacionistas e se intervinha nos núcleos históricos existentes. No caso português, todos os centros urbanos primitivos das colónias subsaarianas foram consolidados pelos europeus, não existindo uma estrutura urbana nativa idêntica

[167] A cidade linear foi um modelo urbano desenvolvido pelo Urbanista Arturo Soria y Mata no final do século XIX. Este modelo caracteriza-se por um desenvolvimento em linha, através de um eixo central em torno do qual se desenvolvem eixos secundários. Em 1894 a Companhia Madrilenha de Urbanização iniciou a construção de um bairro experimental, seguindo estes princípios. Durante o *Modernismo* a cidade linear foi adoptada por diversos arquitectos, como Le Corbusier, Lúcio Costa ou Kenzo Tange.

[168] O ATBAT-Africa (1945-1953) foi um ateliê fundado por Le Corbusier, Vladimir Bodiansky e André Wogenscky e criado para ser um centro de pesquisa, onde Arquitectos, Engenheiros e outros técnicos podiam trabalhar de forma interdisciplinar.

comparável à da de Marrocos. No entanto, a análise dos Planos do GUC deixa claro que existe uma orientação para afastar os núcleos informais destes territórios para fora das cidades[169].

No que refere à evolução dos Planos e à forma como abordam o crescimento das cidades, Prost cria uma astuciosa forma de permitir a densificação do traçado urbano criado, sem que para tal a estrutura de composição urbana da cidade seja afectada. Ele consegue este feito através da configuração e da proporção que confere aos lotes, sejam eles para habitação ou para equipamentos. A realidade do trabalho dos urbanistas portugueses revela-se bem diferente, com revisões a serem desenvolvidas ainda antes dos próprios planos originais serem iniciados.

Quanto à linguagem arquitectónica, nas *Colónias* portuguesas a contaminação da Arquitectura pela cultura nativa também não acontece, embora exista uma aclimatação estética e funcional, sobretudo aquando da descentralização da encomenda e com a nova geração de arquitectos saída do Congresso de 1948. Existem alguns exemplos mais literais, como o restaurante Barracuda em Luanda de Luís Possolo, ou mais plásticos, como a obra e de Amâncio "Pancho" Guedes mas, na maioria dos casos, a influência advém das particularidades do clima e dos costumes coloniais adquiridos ao longo dos séculos e não directamente da cultura nativa.

Já ao nível das referências teóricas urbanísticas, apesar do desfasamento temporal de aproximadamente 20 anos entre a materialização do plano de Casablanca e a acção do GUC, existe uma aproximação clara, sobretudo ao nível da organização funcional sectorial do território urbano e do conceito de limite urbano, fruto dos mesmos problemas preexistentes relacionados, na sua maioria, pela proliferação do tecido informal e pela deficitária rede de infra-estruturas.

Podemos ainda encontrar pontos de contacto entre o percurso de Prost e o de alguns dos protagonistas de referência da nossa análise. É o caso de Agache – o primeiro mentor urbanista de Aguiar – que, como Prost e Forestier, foi um dos sócios fundadores da Société Française des Urbanistes (1911).

[169] Aguiar, na memória descritiva de Lourenço Marques, define por exemplo que os núcleos residenciais indígenas devem ser "integrados nas proximidades da cidade" (Aguiar, 1952ª: 116).

1.3.2. O Caso Inglês: Deli, Índia

"In short, Delhi had a magnetic effect for empires; it was 'still a name to conjure with', thought Lord Hardinge. So, 'to the Mahomedans it would be a source of unbounded gratification to see the ancient capital of the Mughals restored to its proud position as the seat of the Empire', he explained in a memo to the secretary of state for India. 'The change would strike the imagination of the people of India as nothing else could, would send a wave of enthusiasm throughout the country and would be accepted by all as an assertion of an unfaltering determination to maintain British rule in India'." (Hunt, 2015: 361).

"Though Delhi's history was a powerful imperial aphrodisiac, the designers of New Delhi were not interested in updating the past. 'We are building a new city,' explained the British Architect Journal." (Hunt, 2015: 326).

O plano de Deli, ou Nova Deli, destaca-se como referência por ter sido desenvolvido para a criação de uma nova cidade, adjacente à pré-existente, e que integrou, desde a sua génese, elementos arquitectónicos das culturas locais – mughal, hindu, budista e muçulmana – como estratégia de projecto. Estes elementos deveriam funcionar como activadores da *memória colectiva* da população residente e, deste modo, garantir que a mesma, reconhecendo-os, aceitasse a nova cidade.

No início do século XX, o rei George V anuncia o deslocamento da capital indiana de Calcutá para Deli. Na base desta decisão está o posicionamento mais central de Deli e a carga simbólica que esta cidade continha por ser a antiga capital da Índia Mughal. Simultaneamente, o Império Inglês pretendia que este simbolismo passado pudesse ser trabalhado e transformado com o objectivo de esta cidade se tornar num símbolo do poder e da supremacia britânicos.

O plano, desenvolvido entre 1912 e 1931, é da autoria dos arquitectos Edwin Lutyens[170], inicialmente contratado para desenhar a casa do Vice-Rei, e Herbert Baker[171]. Projectado segundo o modelo da *City Beautiful*, este plano foi estruturado a partir do espaço público e de um imponente eixo central, de escala monumental, que viria a ser destinado à área política e administrativa da nova cidade, de onde saíam diversas avenidas, articuladas entre si por praças, nas quais se destacavam os grandes edifícios. A ladear estas avenidas, foram implantados os bairros residenciais que, seguindo em geral os princípios da *Cidade-Jardim*, apresentavam moradias unifamiliares e encontravam-se rodeados por espaços verdes qualificados. Estas avenidas, todas elas arborizadas, seguiam uma hierarquia, sendo a principal o eixo central *Rajpath* – o caminho do Rei – com uma extensão de 2,5 km. No seu topo, foi implantado o palácio do vice-rei e, na outra extremidade, o India Gate. A atravessá-lo foi traçado o *Janpath* – o caminho da rainha – ao qual se seguia uma rede de grandes eixos que monumentalizavam o edificado de excepção, portadora de uma linguagem neoclássica com elementos Mughal e, ainda, simbologia hindu, budista e muçulmana.

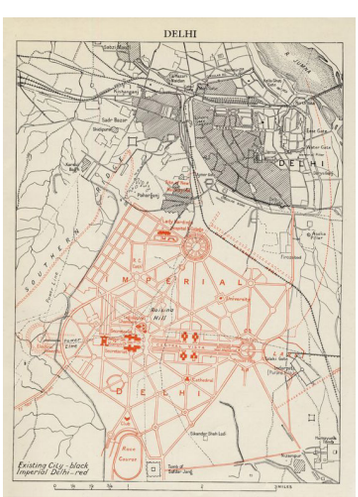


Fig. 1.81. Plano para Nova Deli. Lutyens, 1910.

A adopção destes elementos arquitectónicos não se resumiu aos edifícios, tendo sido simultaneamente usados como elementos de continuidade e de articulação do espaço público com os diferentes edifícios. Para assegurar esta continuidade, foi ainda trabalhada a água, como elemento articulador entre os diferentes

[170] Um dos urbanistas do já referido *Subúrbio-Jardim* Hampstead.

[171] Herbert Baker (1862-1946) foi um dos principais arquitectos da sua época e, simultaneamente, do *Império Britânico*, tendo projectado para a África do Sul, a Índia, o Quénia e Austrália.

espaços e zonas do plano. Eram frequentemente colocadas fontes como remate de canais de água, reforçando a sua imagem simétrica, característica do complexo governamental e dos espaços públicos em geral. A natureza formal deste plano, frequentemente complementado por estruturas dispostas simetricamente no espaço, era rematada pelo edificado que, alinhado com o eixo, enfatizava a centralidade através da colocação de elementos arquitectónicos ou elementos verde de formalização dos espaços públicos.

Lutyens incute um carácter ainda mais simbólico ao adornar os espaços públicos com antigas estruturas arquitectónicas que enfatizam a história ancestral desta cidade. Foram para tal escolhidos três elementos da cultura arquitectónica indiana – o solário (chajja), a janela (jali) e a cúpula (chattri) – que seriam utilizados no palácio do vice-rei, elemento central do plano.

Para além do eixo central, rematado por dois grandes edifícios de excepção, a morfologia deste plano caracterizava-se pelo padrão hexagonal que rematava o Monte Raisina e pelos padrões triangulares que definiam os quarteirões residenciais. Salientavam-se ainda quatro grandes edifícios que marcavam o cruzamento das avenidas Sul-Norte e Este-Oeste (Hunt, 2015: 369).



Fig. 1.82. Vista Aérea de Deli.



Fig. 1.83. Perspectiva para a nova capital. Lutyens, 1910.

Nova Deli é a imagem do poder Imperial britânico materializado através da Arquitectura e do Desenho Urbano. O seu plano afasta-se morfologicamente da cidade antiga, que apresenta um léxico próprio da cidade muçulmana, com ruas estreitas, uma grande densidade de construção e edifícios virados para o seu interior com comércio no piso térreo.

O interesse deste exemplo prende-se, em primeiro lugar, com a solução extremada de divisão entre o antigo e o novo e, por conseguinte, entre os nativos e os europeus. O caminho tomado é o oposto do utilizado em Casablanca.

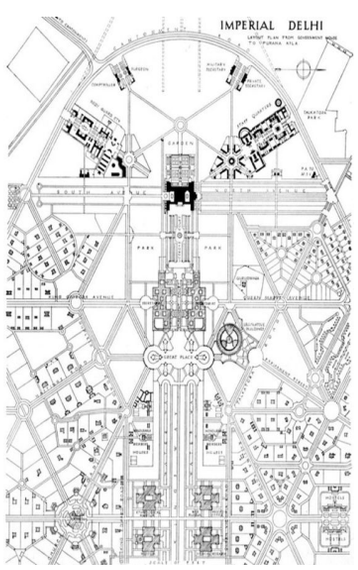


Fig. 1.84. *Rajpath*. Planta Geral. Lutyens, 1910.

Por outro lado é um plano que, como acontece com todos os de Aguiar para as cidades de maior dimensão, vai buscar as suas referências à *City Beautiful*, para o desenho da estrutura urbana monumental e para a valorização dos equipamentos, e à *Cidade-Jardim*, para a distinção entre a imagem urbana dos bairros habitacionais e a do centro urbano[172]. O zonamento e a articulação das zonas e da sua escala urbana através de jardins e as áreas-tampão de protecção da cidade também são uma característica comum aos planos que importa salientar.



Fig. 1.85. Palácio do Vice-Rei.

[172] Advogada por Soissons na sua concepção de *Cidade-Jardim*.

1.3.3. O Caso Italiano: Asmara, Eritreia



Fig. 1.86. Monte Bet-Mekahill (forte Baldissera).



Fig. 1.87. Plano para a Construção dos Edifícios Civis de Asmara. 1893.



Fig. 1.88. Plano para a "Piazza di Asmara". 1895.

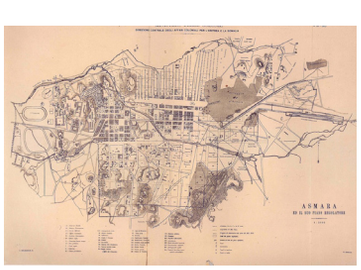


Fig. 1.89. Plano Geral de Urbanização de Asmara. Odoardo Cavagnari, 1913.

Ocupada em 1889 pelos italianos, a Eritreia integra-se no conjunto dos países da *África Oriental Italiana*[173] e manteve, durante os primeiros anos, um carácter exclusivamente militar. A sua capital era Massawa, na costa do Mar Vermelho. Progressivamente, colonos e militares instalaram-se junto ao antigo assentamento local de Arbatè Asmera, localizada numa região com marcas de assentamentos desde o primeiro milénio a.C., originando a cidade de Asmara, num *plateau* a 2.300m de altitude. Com a ocupação italiana, torna-se na nova capital do território em 1897.

Data de 1893 o primeiro plano para Asmara[174] que, à época, era constituída por um conjunto disperso de assentamentos militares. O *Piano Regolatore per le construzioni civili da erigersi all'Asmara*, cuja autoria é atribuída ao planeamento militar, apresenta uma divisão do território por zonas, separando a zona europeia da indígena, recorrendo ao rio *Mai Bela* para efectivá-la fisicamente. (Tecle-Misghina, 2014).

O cariz militar dos assentamentos existentes faz da rede viária da região uma rede bem estruturada e que servirá de estrutura ao desenvolvimento da futura cidade. As redes locais entre assentamentos foram-se desenvolvendo entre os diversos núcleos, começando a criar um tecido próximo do urbano.

Com a transferência da capital, dá-se início à construção de uma linha de caminho-de-ferro que a ligaria à costa, a Massawa, e que ficaria terminada apenas em 1911. Surge então um plano, em 1902, que desenha a transformação do pequeno núcleo em cidade. A intervenção do plano foca-se na zona europeia, com a criação de uma malha ortogonal que serve, ao mesmo tempo, um propósito higienista, outro militar e um terceiro de "gesto autoritário" do poder vigente, pelo contraste que cria entre a nova estrutura e o assentamento indígena primitivo. De ora em diante, este sistema ortogonal mantém-se uma constante através dos futuros planos para o desenvolvimento de Asmara (Tecle-Misghina, 2014).

Em 1908 surge um plano atribuído ao Ministério das Colónias e desenhado por Michele Checchi[175], que desenvolve o trabalho seguindo uma lógica de sectorização funcional. No desenho do plano, a cidade é subdividia em duas zonas distintas, mantendo claramente a divisão entre *europeus e indígenas*. As duas zonas sobrepõem-se apenas na área onde já existiam construções de eritreus,

[173] A África Oriental Italiana compreende as colónias da Abissínia (1936-1941), da Eritreia (1889-1941) e da Somália Italiana (1889-1960), perdidas pela Itália durante a II Guerra Mundial.

[174] Denominada à data de "Piazza di Asmara" ou Praça de Asmara, em consonância com a sua função militar. Este plano constitui uma tentativa incutir um carácter mais civil ao assentamento militar

[175] Técnico do governo colonial directamente contratado no início de 1900 pelo Governador Martini.

levando o desenho a crer, segundo Tecle-Misghina (2014: 46), que seria uma zona para demolir parcial ou totalmente. Também é prevista uma estrutura fundiária ortogonal a nordeste, numa zona edificada pelos nativos, que é entendida como mais uma conquista de terras por parte dos *europeus*.

Em 1913, o arquitecto Odoardo Cavagnari[176] desenha aquele que é considerado como o primeiro Plano da Cidade. Este plano monumentaliza os vários troços de cidade existentes, leva em consideração a topografia acidentada do território e faz desaparecer qualquer referência ao bairro *indígena*. Cavagnari também clarifica a morfologia urbana existente e define novas zonas de expansão residencial. O plano é acompanhado nos dois anos seguintes pelo desenvolvimento de planos de pormenor.

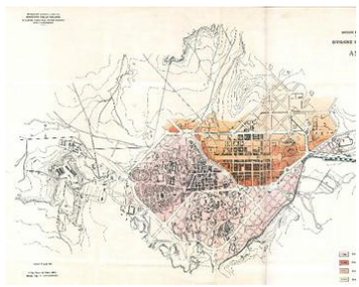


Fig. 1.90. Plano para Asmara. Odoardo Cavagnari, 1916.

Este trabalho é desenvolvido de acordo com os parâmetros urbanísticos europeus desse período. São desenhados avenidas e boulevards, praças e jardins públicos, cruzando malhas ortogonais e originando vias radiais. Também é prevista uma avenida diagonal[177] ao longo do rio *Mai Bela* que intersecta as ruas principais e cria praças. Para a zona industrial, é feito um aproveitamento do parcelamento que o plano anterior faz a Nordeste. Das novas avenidas desenhadas, destacamos a Viale Milano, orientada a Este-Oeste que delimita a Sul a zona industrial. Tecle-Misghina considera possível que esta avenida tenha sido criada para separar a zona dos nativos (2014: 47). Com esta avenida e a Viale Mussolini-Cardona a Sul, os limites da cidade ficam bem definidos. Também é criado um eixo verde perpendicular a estas duas artérias, que compreende a grande Mesquita.

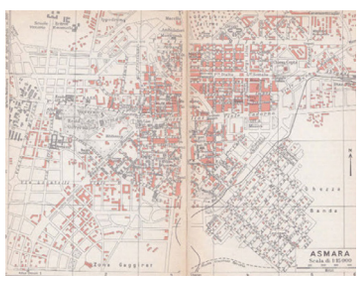


Fig. 1.91. Mapa de Asmara, 1929

Em 1914 é publicado um regulamento para o plano do ano anterior que propõe a divisão da capital em 4 zonas: a primeira zona, só para *europeus*, que inclui o centro da cidade; a segunda zona, que mistura *europeus* com outros estrangeiros, a terceira zona, para nativos, na zona envolvente à Igreja Ortodoxa, na área Norte da cidade; a quarta zona, reservada à indústria, a nordeste do mercado.

Em 1916 são criadas duas plantas de zonamento da cidade que foram provavelmente desenhadas com o intuito de ilustrar o zonamento definido no regulamento de 1914. Com elas e até ao plano de 1938, de Vittorio Cafiero (1901-1981), a zona para indígenas desaparece (Tecle-Misghina, 2014).

O plano sofre revisões, em 1932 e 1937, que mantêm a mesma lógica operativa e apenas se limitam a acompanhar a expansão da cidade e a requalificação das suas infra-estruturas e dos seus equipamentos. Durante toda a década de 1930,

"During the 1939 census, it was established that Asmara was by far Italy's largest centre in Africa with an estimated 55 percent (54,000) of the population being Italian. It was also during this period (1935-1941) that the largest portion of Asmara was established, effectively meaning that the Italians practically built almost an entire city in six years. This period formed part of Mussolini's plan for a second Roman Empire in Africa. Although the war halted his plans, the funding that was contributed by him towards the urban development resulted in the Asmara we see today – an extraordinary modern city." (White; Pienaar; Serfontein, 2015: 44).

[176] Odoardo Cavagnari (1868-1920) foi o engenheiro italiano responsável pelos Planos de Urbanização para as cidades de Massawa e Asmara, na Eritreia. Em 1912, assume a direcção do Gabinete de Engenharia Civil de Asmara, onde permanece 6 anos.

[177] Provavelmente recorrendo ao conceito da Diagonal de Barcelona do *Plan de Ensanche* (1859) de Ildefons Cerdá (1815-1876).

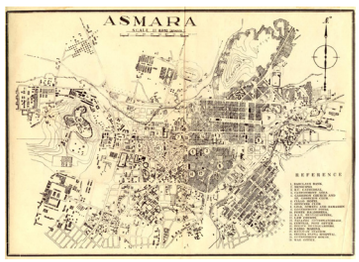


Fig. 1.92. Mapa de Asmara, 1938.

a cidade cresce exponencialmente, em parte devido à chegada de milhares de militares à região, por força do plano de Mussolini para invadir, com sucesso, a Etiópia (1935-1936). Data desta época um maior investimento na Arquitectura por parte das entidades institucionais, dos industriais e dos privados, resultando numa grande diversidade arquitectónica ao estilo *racionalista*[178], que valeu à cidade o título de Património Mundial em 2017, conferido pela UNESCO.

Sob administração colonial italiana, data de 1938/39 o último plano para a cidade, da autoria do arquitecto Vittorio Cafiero[179]. Este plano tem como objectivo reduzir os bairros *informais* que se espalhavam por toda a cidade, controlar as áreas residenciais para a população *indígena*, reconstruir a área central da cidade, reorganizar a rede rodoviária existente, tornar a cidade funcional e transformar a sua imagem em declínio com o pós-guerra (Tecle-Misghina, 2014). Para equilibrar a cidade, Cafiero inclui novas áreas destinadas à economia terciária, que o governo pretende estimular.

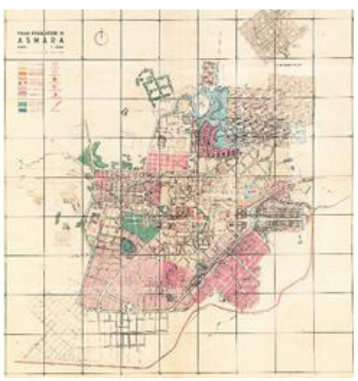


Fig. 1.93. Plano Urbano para Asmara. Vittorio Cafiero, 1938.

Com a capitulação dos italianos frente aos Ingleses em 1941, a Eritreia é dividida e anexada ao Sudão e à Etiópia, de acordo com as afinidades religiosas de cada região. Asmara deixa de ser capital e vê a sua indústria desviada para o Quénia[180]. Em 1952, a ex-colónia passa a ser controlada pela Etiópia. Em 1991, a Eritreia recupera a sua independência e Asmara volta a ser capital.

Os 40 anos de planos de urbanização para Asmara resultam num tecido urbano de morfologia reticulada e parcialmente estruturada a partir de grandes eixos, rotulados através de rotundas que viabilizam o zonamento da cidade. À semelhança dos casos ingleses, franceses e portugueses, estes *boulevards* também proporcionam perspectivas que enfatizam praças de escala monumental, nas quais são cenograficamente implantados equipamentos (White; Pienaar; Serfontein, 2015: 44), como, por exemplo, o enquadramento da Viale Mussolini com o Palazzo Governatoriale.

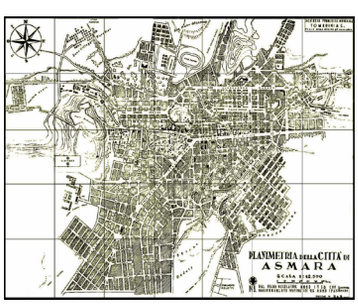


Fig. 1.94. Perspectiva da cidade de Asmara, 1930.

Contudo, Asmara encerra várias particularidades que a distinguem das já referenciadas. Em primeiro lugar, não existe no traçado decorrente dos planos uma distinção clara na imagem da cidade entre o centro e as zonas habitacionais. O desenho urbano não inclui modelos como o da *Unidade de Vizinhança* de Unwin e o resultado é uma malha urbana uniforme. O centro distingue-se apenas pela altura do edificado e os edifícios de excepção que não são enquadrados com os eixos estruturantes não são valorizados da mesma forma.

[178] O *racionalismo* surgiu em Itália com Giuseppe Terragni, com o projecto para apartamentos em Como (1927-29), e alcançou a sua expressão máxima com a Casa del Fascio, em 1936.

[179] Vittorio Cafiero (1901-1981) foi um dos arquitectos italianos mais influentes da sua época. A sua vasta obra conta também com diversos projectos de cenografia.

[180] Como compensação pelo apoio na guerra.

Em segundo lugar, a cidade antiga é cerzida com a nova de uma forma que deixa de permitir mais tarde a distinção entre as duas, à semelhança do que acontece com Lourenço Marques, como veremos mais à frente.

Em terceiro lugar, a evolução da estrutura urbana de Asmara leva em consideração as preexistências, ao contrário de muitas cidades coloniais, que reflectem a imposição de grandes estruturas urbanas[181]. O interesse da investigação pelo desenvolvimento desta cidade assenta precisamente na sobreposição entre realidades físicas e sociais preexistentes e uma política de desenvolvimento tendencialmente segregadora.



Fig. 1.95. Perspectiva da cidade de Asmara, 1930

[181] Como é o caso do Plano de João António de Aguiar para Nova Lisboa, em Angola, ao criar uma nova centralidade deslocada do tecido urbano preexistente e com uma escala monumental que acaba por dominá-lo.

CAPÍTULO 2

CONTEXTO DISCIPLINAR E METODOLÓGICO

"Os edifícios mudam, mas o traçado mantém-se. É ele que guarda a memória da evolução da cidade."

Nuno Portas

2.1. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

"A análise morfológica da cidade e as suas partes e a identificação dos tipos arquitectónica com que se pode operar, constituem o único conhecimento consistente da construção da Arquitectura e da Cidade."

(Solà-Morales 2002: 46).

A Cidade é um corpo vivo, evoluindo em função dos vários circunstancialismos que a determinam (geografia, clima, população, história, estilos, modelos, etc.). Entender o acto formal que define e caracteriza a Cidade implica, necessariamente, ter em conta esses condicionalismos e o modo como influenciam o relacionamento dos elementos que a constituem. Projectar Cidade é, portanto, um exercício singular de cada tempo e de cada lugar.

A análise da forma da cidade e, bem assim, dos actos de projectar e construir que a vão definindo, pode ser feita a partir de pontos de vista vários, dependendo da valorização dos elementos que se escolham como base de partida. O presente subcapítulo tem por objectivo sistematizar conceitos fundamentais que presidem à reflexão global que acompanha todo o trabalho, e à análise específica dos casos de estudo em que o mesmo se baseia.

Ao sistema de atitudes, modos, instrumentos, elementos e processos através dos quais se opera a apropriação do espaço pela sua transformação qualitativa intencional chamamos de **Prática Espacial**;

Esta, se encarada no plano específico da edificação da cidade, corresponde ao **Projecto Urbano**. A prática espacial aqui tende a concretizar-se num acto de assentamento que conduz a uma alteração intencional das características físicas do território original, isto é, a um acto edificatório;

Ao exercício da construção da cidade corresponde a **Prática Urbana**, genericamente entendida: abrangendo o processo evolutivo da cidade desde as práticas de base Tradicional, passando pela Moderna, até à contemporaneidade.

Num plano mais concreto, a Prática Urbana Tradicional compreende três práticas complementares: a **Prática do Limite**, a **Prática do Traçado** e a **Prática Edificatória**[1]. A identidade da **Forma Urbana** é definida, neste caso, pelo modo como se articulam estas três práticas.

"O início do século XIX marca o arranque do processo sistemático de destruição dos limites urbanos na sua expressão edificada que corresponde à primeira fase da subversão do sistema de componentes elementares da cidade tradicional (...)." (Afonso, 1991: 4).

A **Prática do Limite** define-se, em primeiro lugar, pelo estatuto e pela função da cidade. É o que condiciona a sua formalização: o limite determina o recinto e pode ser definido por elementos naturais (como um rio ou uma falésia e, em geral a topografia do lugar) e de origem humana (visíveis, como um muro, uma estrada ou um conjunto de edifícios, ou não visíveis, como os resultantes de decisões administrativas).

Numa perspectiva tipológica, o limite da cidade pode assumir vários formatos:

[1] *As três práticas urbanas elementares.* In: Afonso, 1991.

ao limite definido no plano chamamos de *Limite Formal*; ao limite efectivo, verificável no terreno e que pode não coincidir com o limite formal, chamamos de *Limite Territorial*; ao limite definido sem ligação imediata a um plano ou a uma prática edificatória (e.g.: a Área Metropolitana de Lisboa) chamamos de *Limite Administrativo*.

A noção de limite pode ainda ser desdobrável num conjunto alargado de sublimites, que podem ser eventualmente vinculados a dispositivos morfológicos da cidade (e.g.: o quarteirão e a parcela) ou a outras subdivisões da forma urbana, tais como o zonamento, a definição das freguesias, a homogeneidade sociocultural.

A **Prática do Traçado** é a que define o espaço público. Ela articula os vários espaços e partes da cidade e assume, na sua identidade, complexidade e diversidade, a expressão física da forma urbana, sendo geralmente baseada num padrão (ortogonal ou não), que se desenvolve (de modo orgânico ou estruturado) a partir de uma geometria urbana predefinida.

O **Traçado Urbano** sintetiza o negativo da forma do dispositivo morfológico onde se concentra o carácter público da cidade. Está indissociavelmente ligado à Rua e à Praça, ferramentas fundamentais enquanto elementos primários de articulação e de permanência.

"O traçado urbano, para além do sentido de [1] permanência que comporta, possui ainda um conjunto de outras propriedades igualmente essenciais que definem o seu valor, duplamente enquanto elemento auxiliar do exercício de composição urbana e como instrumento de leitura e compreensão da forma da cidade. Pode destacar-se a [2] inteligibilidade, que decorre da explícita distinção entre o espaço público e privado; a [3] essência da forma urbana através do "princípio de economia"; a [4] unidade que exprime através da capacidade de agregação em continuidade dos distintos sectores da cidade; a [5] estrutura, intrínseca à capacidade de relacionar elementos diversos dentro de uma ordem correspondente." (Fernandes, 2014: 284).

Os **Elementos Primários** da cidade, podendo ser públicos ou privados, são o conjunto das ferramentas principais através das quais se faz cidade: a Rua, a Praça, o Quarteirão, o Edificado de Excepção e o Edificado Corrente. Para a prática do traçado urbano concorrem apenas os públicos: a Rua, a Praça e o Quarteirão;

A **Rua**, assume-se como o elemento primário público predominante na construção do tecido urbano tradicional, simultaneamente elemento articulador e ordenador do traçado e estrutura fundamental da cidade. Espaço público por excelência, é o elemento de ligação dos restantes elementos primários da cidade e, bem assim, dos dispositivos de nível intermédio. Simultaneamente, a rua assume carácter simbólico - por ser através dela que se estabelecem os eixos estratégicos - e carácter funcional - como espaço de atravessamento que assegura a circulação no território.

A **Praça**, é um espaço público de excepção comumente associado a uma função específica ou a edificado de singular. Lugar de representação da sociedade e da cultura que a criou ou alterou, na Arquitectura do período do Estado Novo assume grande relevância por ser propulsora de lógicas espaciais e da própria organização urbana, funcionando como espaço de afirmação de valores simbólicos (e.g.: nacionalistas) e de monumentalização dos elementos morfológicos dominantes.

O **Quarteirão** é um dispositivo edificado fechado decorrente de um processo de agregação de parcelas (parcelamento), delimitado pelo cruzamento de um conjunto de traçados. Embora seja tradicionalmente considerado como o negativo do traçado urbano, ele apresenta-se também como um elemento especial da morfologia urbana, por fazer a transição entre espaço público e privado.

"Tais elementos notáveis constituem Factos Urbanos Primários, elementos chave da estrutura do espaço urbano e da sua contrapartida edificada na medida em que correspondem, na sua articulação mútua, para a emergência de um Sistema de Factos Urbanos que condiciona e caracteriza a produção do tecido edificado para além da homogeneidade global;

Permitindo não só o enriquecimento das distintas áreas de homogeneidade morfológica tomadas isoladamente mas também a emergência de um sistema inteligível de realidades urbanas de nível mais geral que é responsável, não único mas fundamental, pela identidade própria de um dado meio urbano, ou seja, a sua Forma Urbana." (Afonso, 1991: 54).

Os elementos primários *Praça* e *Rua*, conjugados ou não com os elementos primários da prática edificatória, podem adquirir, no traçado urbano tradicional, funções de ordem operativa (e.g. uma rua comercial) ou simbólica (e.g. as Praças do Império), que definem os **Espaços Estruturantes** de uma cidade.

Os espaços estruturantes podem ser novos ou preexistentes: os primeiros decorrem de um acto deliberado de projecto; os segundos resultam de um processo de sedimentação selectiva[2] de factos antigos relevantes. Neste processo evolutivo por camadas, os factos e lugares que permanecem (ou persistem) são responsáveis pela criação de espaços de excepção. A excepcionalidade de um espaço estruturante, resultante da sedimentação de um determinado facto significante ao longo da sua existência (e.g. o Terreiro do Paço), transforma-o num Facto Urbano do traçado.

O traçado urbano é organizado através da articulação de um conjunto de espaços estruturantes conectados, que denominamos de **Rede de Espaços Estruturantes**.

Aos elementos primários da prática do traçado somam-se os **Elementos Secundários**, tais como: a **parcela**, que é a superfície do solo mínima resultante da divisão fundiária de um terreno e lugar de implantação (total ou parcial) do edifício; e o **logradouro**, que representa o espaço não edificado privativo da parcela.

A conjugação entre elementos primários e secundários é responsável pela criação de traçado urbano novo, que é associado ao preexistente por adição e/ou planeamento.

As extensões de traçado identificáveis pela natureza das características geométricas e espaciais mais notáveis da sua morfologia constituem **Áreas de Homogeneidade Morfológica**. A articulação destas áreas pode fazer-se por **deformação** ou por **agregação** dos diferentes traçados urbanos que as definem, quer por força de condicionantes do domínio da geografia física quer por intenção de projecto.

A deformação pode ocorrer de vários modos: a **deformação por torção** acontece na ligação de traçados parciais com direcções divergentes, através de um eixo

[2] Segundo a teoria das permanências de Marcel Poëte, a identidade de uma cidade é perceptível através de sinais físicos significantes do seu passado (os monumentos) e da persistência do seu traçado urbano.

articulador que os une; a **deformação por ruptura** dá-se através da introdução de um elemento de excepção que assume uma forte presença no lugar e passa a funcionar como elemento articulador entre duas malhas (por vezes, a articulação entre as duas malhas é assegurada por uma terceira malha que sutura as duas primeiras); a **deformação por convergência** pode acontecer por a malha tender para um ponto central, real ou virtual, que se assume como facto urbano.

A junção de dois traçados que ocorre por agregação é também de vários tipos: a **agregação por justaposição** acontece pela justaposição de parte das áreas de homogeneidade morfológica de ambos numa charneira, preservando assim cada uma das unidades as suas características morfológicas e identitárias próprias, e resulta num limite claro entre os dois traçados; a **agregação por concordância das malhas** ocorre nas mesmas circunstâncias da agregação por justaposição, embora, neste caso, não haja um limite entre as duas áreas de homogeneidade morfológica, mas sim momentos de ajuste onde estas se adaptam mutuamente; a **agregação por sobreposição e hierarquia** acontece quando é seguida a ordem relacional de lugares do traçado urbano, com a unidade mais revelante a sobrepor-se parcialmente à outra; a **agregação através de elementos de transição** desenvolve-se de um modo complementar à agregação por justaposição, mas por meio da implementação de elementos autónomos de ambas as partes, os quais asseguram a transição entre as diferentes áreas de homogeneidade morfológica[3] (Fernandes, 2014: 430-466).

A **Prática Edificatória** assegura a fundação do espaço urbano tradicional pela construção do edificado em conformidade com o respectivo traçado, que também complementa e suporta. Simultaneamente, organiza os diferentes espaços identificáveis da forma urbana, como a rua e a praça.

A prática edificatória é sempre condicionada por sistemas de tradição cultural, que afectam tanto a linguagem do edifício como o espaço público onde este se integra, e ainda por condicionantes de natureza física e geográfica, como a topografia e o clima. Sobre estas condicionantes projecta-se a função estruturante do edifício, como factor da sua caracterização, juntamente com o estatuto da obra (de natureza pública ou privada) e a escala[4] que imprime na cidade.

Quando envolve tipologias geralmente destinadas a habitação e serviços, a prática edificatória resulta em **Edificado Corrente**; referindo-se a edifícios públicos (Administração) ou de utilidade pública (como um Cineteatro ou uma

[3] Estes elementos são, por norma, factos urbanos, criados ora por espaços públicos qualificados (como uma praça), ora pela implementação de um ou mais edifícios de excepção.

[4] *"Estes são os factores operativos primários na instituição dos modos significativos que enquadram a conformação do espaço edificado e que qualificam a opção de base no que refere à tipologia edificatória, em particular no meio urbano; porque é aí que a articulação sistemática entre os diferentes edificados elementares remete para uma outra noção disciplinar específica, a de Morfologia Urbana."* (Afonso, 1991: 11).

Igreja), resulta em Edificado de Excepção.

O **Edificado Corrente** associa-se à escala do bairro e, por isso, articula-se com o traçado secundário[5], assegurando a função estruturante residencial (Afonso, 1991: 18). O **Edificado de Excepção**, (ou "singular", na designação de Lamas), encontra-se associado ao traçado primário da cidade e pertence à sua rede de espaços estruturantes, sendo um elemento de natureza compositiva que pode, inclusive, ser elevado a facto urbano. Esta tipologia edificatória compreende os edifícios de valor e significação social, política ou religiosa e é responsável por parte da imagem de um troço ou da totalidade da cidade, já que, enquanto elemento de excepção, apresenta uma imagem singular com repercussões na respectiva imagem (Lamas, 1989: 179).

As duas categorias edificatórias, cujas funções são, por norma, de natureza oposta – uma pública a outra privada – completam o conjunto de elementos primários da constituição da Cidade Tradicional.

Por oposição à Prática Urbana Tradicional, a **Prática Urbana Moderna** compreende apenas a **Prática do Limite** e a **Prática Edificatória**. Apesar de se manterem complementares, por motivos de ordem ideológica e funcional a Prática Edificatória é predominante na construção da identidade da Forma Urbana da Cidade Moderna. Ideológica porque assume a prevalência do interesse público sobre o privado[6]; funcional porque se foca no objectivo de edificar o maior número possível de alojamentos com o mínimo de recursos[7], e em dotar o edificado e o espaço urbano de condições de higiene e salubridade.

A **Prática do Limite** passa a ser predominantemente baseada em regras tipológicas abstractas (e.g. regulamentos, rácios de densidade construtiva, zonamento funcional e divisão administrativa) subordinadas a uma Prática Edificatória dominante de carácter funcionalista.

A **Prática Edificatória** da Cidade Moderna define a construção do espaço urbano a partir da adopção de uma unidade mínima de habitação – a **Célula Habitacional**[8]– e exprime-se por agregação em **Blocos** (a forma do edifício) e pela disposição destes em conjuntos habitacionais que formam o **Bairro**.

Com a Prática Urbana Moderna, a relação hierárquica tradicional Rua » Praça

[5] De acordo com as escalas de subdivisão da forma urbana de Tricart, elencadas em 2.2.

[6] A Carta de Atenas, que resulta do Congresso do CIAM de Novembro de 1933, recomenda recorrentemente a subordinação da cidade ao bem público e ao interesse colectivo (Vide Ponto n.º 95 do documento).

[7] A partir do século XIX e, sobretudo, do final da Segunda Grande Guerra.

[8] Tema central da investigação Arquitectónica do *Movimento Moderno*.

» Quarteirão » Cidade passa a seguir o encadeamento Célula Habitacional » Edifício » Bairro » Cidade: nas palavras de José Lamas, "É o alojamento que organiza o edifício, e a agregação de edifícios que forma conjuntos habitacionais num processo de colagens sucessivas." (1989: 340).

Na Cidade Moderna, o Traçado Urbano passa a ser uma consequência da Prática Edificatória e da Prática do Limite: a Rua deixa de ser significante e serve apenas a função de percurso (frequentemente separado em pedonal e automóvel); o Quarteirão dá lugar a um dispositivo morfológico de nível intermédio de apropriação mais livre, desvinculado do traçado da Rua e que, por força das novas tipologias edificatórias, favorece o carácter público do traçado urbano. (Lamas, 1989: 348); e a Praça é reduzida a nó viário. O único Elemento Primário que concorre para a Cidade Moderna é o Edificado Corrente; sem a Rua e a Praça para o colocarem em evidência, o Edificado de Excepção passa para segundo plano e é integrado no espaço público do Bairro.

Importa ainda frisar que a Prática Urbana Moderna é o culminar de um processo de redefinição da forma de pensar Cidade, iniciado com as experiências urbanísticas do século XIX (do *Higienismo* aos diversos desdobramentos do modelo da *Cidade-Jardim*[9]). Apesar de opostas nos seus princípios fundadores, as Práticas Tradicional e Moderna foram e continuam a ser utilizadas frequentemente em conjunto. O Bairro de Alvalade (1945) de Faria da Costa é um bom exemplo desta convivência pois, apesar de estruturar o traçado urbano através dos elementos primários tradicionais, destina o interior dos quarteirões ao domínio público e usa conceitos do *Bairro-Jardim* de Unwin e da *Unidade de Vizinhança*: define o zonamento de funções, hierarquiza a rede viária, organiza-se em núcleos habitacionais servidos por equipamento de proximidade e dispersa espaços verdes públicos.

[9] Vide Introdução página 555.

2.2. METODOLOGIAS

"A variedade dos tecidos urbanos de diferentes cidades, da mesma cidade, ou mesmo os elementos componentes de um fragmento urbano, olhados estaticamente, num momento preciso, de facto traduzem as vicissitudes da sua evolução e justificam o carácter único e irrepetível que justifica a distância entre a cidade real existente de qualquer modelo idealizado."

(Coelho, 2013: 14).

O termo «morfologia» utiliza-se, na linguagem corrente, para designar o estudo das formas exteriores que um objecto pode tomar e da sua correlação com o contexto (actual ou passado).

"La forme urbaine est u processus continu (...) et, s'il possible de la décrire ou de la caractériser á une période précise, on ne peut négliger, pour la comprendre, l'étude des périodes antérieures qui ont conditionné coma développement et l'on littéralement formée." (Panerai, 1983).

A **Morfologia Urbana** é o estudo da forma da Cidade, dos seus elementos e da sua transformação ao longo do tempo, bem como dos fenómenos que lhe deram origem.[10] Tem, assim, por objecto os factos construídos do ponto de vista da sua produção e da relação das partes, entre si e com o conjunto urbano que definem.

Morfologia e forma são, portanto, noções não coincidentes: Morfologia refere-se ao estudo das partes físicas exteriores do meio urbano – os seus elementos morfológicos – como o solo (pavimento), os edifícios, as praças, os monumentos, o quarteirão, a parcela e o lote, o logradouro a árvore e a vegetação, o mobiliário urbano ou a fachada; por sua vez, a **Forma Urbana** corresponde ao conjunto de **Elementos Morfológicos** que constituem uma estrutura urbana e que, agregados e organizados entre si, lhe definem a identidade.

O conhecimento do meio urbano implica a existência de instrumentos de leitura, "mesmo querendo-se objectiva, passa já por uma operação da cultura que selecciona os elementos, os hierarquiza e lhes atribui valores." (Cesari. In: Lamas, 1989: 37).

São numerosos os elementos morfológicos que podem ser autonomizados para efeito de leitura de formas urbanas concretas. Embora um bom número deles esteja geralmente presente em todos os casos (tais como: ruas, praças, edifícios e fachadas), nem todos porém sempre concorrem. O desenvolvimento de uma **Análise Morfológica** implica assim, necessariamente, uma escolha daqueles que, na perspectiva do estudo em causa, possam considerar-se mais significantes pela forma como organizam a cidade e definem o conjunto e que, por serem comuns aos vários casos, permitam uma perspectiva analítica, eventualmente comparativa, daquilo em que certamente diferem: o modo como se relacionam entre si, com o conjunto e com o território.

O presente trabalho remete para e baseia-se num conjunto de nove casos de estudo do Projecto Urbano para Cidades concretas intervencionadas por João António de Aguiar. De entre a vasta produção do Arquitecto escolheram-se quatro capitais de Distrito da Metrópole e cinco capitais Coloniais. A escolha de casos localizados nestes dois grupos de territórios não necessita de justificação especial pois é a eventual diferenciação de *modus operandi* entre eles que constitui o ponto de partida deste trabalho. No que se refere à escolha das cidades em concreto, para além de poder assumir-se, à priori, que, dada a importância relativa das urbes em questão, Aguiar concentrou ali certamente o essencial identificador do projectista, tanto quanto aos conceitos manuseados como ao método de projectar que utiliza nas várias geografias em que intervém. Considerou-se ainda

[10] A análise dos fenómenos sociais, económicos e políticos apesar de influírem e justificarem a forma da cidade não integram a noção de morfologia urbana.

que seria provavelmente mais esclarecedor comparar factos urbanos com função originária de natureza semelhante e, por isso, se escolhera nove assentamentos costeiros a que corresponde sempre e desde o início, uma actividade portuária: Faro, Ponta Delgada, Setúbal, Viana do Castelo, Díli, Lourenço Marques, Luanda, Praia e São Tomé[11].

Enfim, sabia-se à partida que alguns dos casos escolhidos (e.g.: Faro e Setúbal), pela polémica técnica e até mesmo política e social que engendraram, foram objecto de especial atenção por Aguiar, em especial nos respectivos procedimentos de revisão. Dois factores que anunciavam, em princípio, uma possibilidade de recolha de elementos especialmente elucidativos sobre o autor, nos seus conceitos, métodos e processos.

No desenvolvimento de uma metodologia de análise, tivemos em mente Aldo Rossi que, no seguimento da tradição interpretativa da Geografia Urbana protagonizada por Poëte, Tricard e Lavedan, estabelece ligações entre as diferentes realizações da Arquitectura da Cidade, assumindo que o espaço desta passa sempre da Arquitectura aos objectos arquitectónicos e às suas articulações e relações espaciais. A Arquitectura é, assim, entendida como a chave de leitura da cidade e da sua estrutura espacial. A concepção arquitectónica é, aliás e por natureza, essencialmente formal, ocupando-se simultaneamente da composição dos diferentes factos construídos e das ligações que existem entre eles e os próprios lugares que definem.

"A tipologia edificatória determina a forma urbana, e a forma urbana é condicionadora da tipologia edificatória numa relação dialéctica. (...) Esta interdependência é um dos campos mais sólidos em que se colocam as relações entre a cidade e a arquitectura." (Lamas, 1989: 86).

Na interpretação dos casos de estudo assumiu-se como princípio base a premissa de Aldo Rossi (1966: 17) de que há uma relação directa do particular para o geral – e que a cidade é compreendida através das suas partes – sendo possível estabelecer as características de uma parcela ou de uma área de homogeneidade morfológica pela tipologia do seu edificado. Do mesmo modo, o edificado, mesmo quando singular, é possuidor de um carácter comum que o unifica.

Introduz-se, assim, a **Análise Tipológica** como metodologia complementar de identificação da ocupação, da divisão e das suas partes do meio urbano. Esta abordagem estrutura-se, relativamente a cada Plano, como instrumento de análise e classificação da respectiva *prática edificatória*.

Quatremère de Quincy, percursor na transposição das noções de *Tipo* e *Tipologia* para a área do discurso teórico da Arquitectura, explicitando a característica eminentemente tipológica na sua prática disciplinar afirmou que "A palavra tipo

"O tipo é um esquema que respeita as necessidades funcionais e permite elaborar um projecto." (Duran. In: Lamas, 1989: 84-86).

[11] As Cidades Coloniais de maiores dimensões, como Lourenço Marques, apesar da escala consideravelmente superior, são comparáveis com as mais pequenas, como Díli, através dos respectivos elementos tipológicos.

não representa tanto a imagem de algo a copiar ou imitar perfeitamente, mas antes a ideia de um elemento que deve servir de regra ao modelo (...). O modelo, entendido segundo a execução prática da arte, é um objecto que tem de repetir-se tal qual é; O tipo é, pelo contrário, um objecto de acordo com o qual ninguém pode conceber obras que sejam totalmente diferentes entre si. (...) Tudo é preciso e definido no modelo; tudo é mais ou menos vago no tipo." (In: Quatremère de Quincy, 1832: 628-629).

"Considera-se então como forma tipológica aquelas formas que, na história ou na escolha que lhes é atribuída em certos períodos ou nas implicações a elas dadas, acabaram por assumir um carácter sintético de um processo que é manifesto, precisamente, na própria forma." (Rossi, 1966: 17).

A metodologia a desenvolver envolve, assim, a análise morfológica dos Planos e o estudo das tipologias, numa estrutura em diversos níveis que procura evidenciar os padrões referentes aos componentes, elementares e estruturantes, da forma urbana. Isto é, desenvolve-se uma análise a partir das relações estabelecidas entre a morfologia urbana e a tipologia edificada que nos permite identificar os elementos de construção da cidade.

Esta abordagem tipo-morfológica da cidade é desenvolvida por Saverio Muratori em diversos estudos sobre o edificado das cidades italianas. Gianfranco Caniggia, seu discípulo, estendeu o conceito à Arquitectura da Cidade.

Por seu turno, Lamas (1989: 73) sugere que "na forma da rua ou de um bairro, podem-se distinguir as particularidades dos edifícios que as delimitam e as estruturam; na forma do bairro podem-se distinguir as ruas e as praças que o compõem e nas quais este se subdivide, e assim por diante."

A análise da cidade, pode assim decorrer da divisão da forma urbana nas suas unidades espaciais estruturantes as quais, recorrendo à estrutura de Tricart[12], subdividimos por três escalas:

- A escala da rua, enquanto unidade estruturante mais pequena a possuir uma forma própria, de dimensão sectorial. Dentro desta escala encontram-se diversos elementos morfológicos, como as fachadas, o mobiliário urbano e o próprio tecido arbóreo. A articulação dos elementos pertencentes a esta escala tem uma influência directa na escala do bairro;

- A escala do bairro integra uma estrutura de composição por elementos primários da cidade – como ruas e praças – definida por áreas de homogeneidade morfológica. Isto é, áreas em que se verifica uma articulação simultânea de elementos morfológicos de dimensão sectorial e de dispositivos de nível intermédio com características comuns;

[12] Esta estrutura organizativa da análise urbana foi posteriormente estudada por Aldo Rossi, em 1966.

- A escala da cidade representa a dimensão territorial da composição estabelecida entre os bairros e os demais elementos estruturantes da urbe (grandes infra estruturas viárias, grandes zonas verdes e mesmo a estrutura física da paisagem).

2.3. PROCESSO DE ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO

"Interessar-se pelo «significado das cidades» no domínio dos estudos urbanos serve para identificar âmbito físico em que sejam possíveis uma análise morfológica do conjunto e uma classificação tipológica dos componentes com vista a estabelecer uma eventual relação entre elas."

(Aymonino, 1975: 9).

Convém ter presente que, apesar de muitos dos PGU de Aguiar terem sido materializados, pelo menos parcialmente, a nossa análise incide sobre Planos e não sobre Cidades efectivamente construídas. Releva-se ainda que, dada a hipótese de partida, o objectivo é uma análise comparativa entre Planos, em cada uma das duas áreas geográficas consideradas (Metrópole e Colónias) e à escala da Cidade.

Para desenvolver uma base de leitura simplificada, analítica e interpretativa, através da qual seja possível entender os diversos estratos que compõem os Planos, avançou-se para uma decomposição elementar das suas partes, através da individualização dos componentes da Cidade em sínteses e em esquemas gráficos: a síntese gráfica isola cada elemento; o esquema resulta da sobreposição de vários desses elementos. Esta metodologia comparativa possibilita uma melhor compreensão dos traçados urbanos propostos e da complexidade dos seus processos de produção.

A sistematização desta análise aconselha a definição de uma matriz que reúna as categorias de análise que consideramos mais pertinentes. Por nos parecerem especialmente esclarecedoras, seguimos de perto algumas das propostas por Luís Afonso[13], e que de seguida se resumem:

A **Tipologia do Crescimento**, enquanto componente essencial da constante mutação que por norma caracteriza as Cidades, apresenta-se como o **primeiro nível de análise**, por ter uma função de enquadramento de todos os campos posteriores. Esta tipologia sintetiza o modo como as propostas de Forma Urbana se desenvolvem e desdobra-se nos seguintes temas:

- **Pré-Existências e Permanências**. A comparação destas duas sínteses permite estudar a relação da Prática de Aguiar com a Cidade preexistente e o alcance da sua intervenção.

- **Tipologia do Limite**. Este esquema, criado a partir da Planta do Uso do Solo, permite interpretar o modo de definição das novas fronteiras propostas (exteriores e interiores), bem como as diversas tipologias utilizadas no processo.

- **Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento**. O primeiro sintetiza a estrutura elementar das Formas Urbanas preexistentes; o segundo enquadra a caracterização dos sistemas morfológicos de crescimento propostos; a sua comparação permite avaliar a interacção entre ambos e a respectiva escala de prevalência.

[13] Dissertação de Doutoramento "Arquitectura da Cidade, Limite e Forma Urbana", Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1991.

- **Edificado de Excepção Preexistente e Novo**. O isolamento desta tipologia edificatória dos demais elementos urbanos permite esquematizar a natureza evolutiva de cada um e o modo como se distribuem pela nova área urbana. Esta leitura dá-nos uma ideia da importância desta tipologia na construção da nova Forma Urbana e na definição do sistema de relações urbanas projectado (através do seu cruzamento com sínteses como a do Traçado Urbano ou a do Edificado Corrente).

- **Edificado Corrente Preexistente e Novo**. O isolamento desta tipologia permite identificar os conceitos urbanos de agregação tipológica residencial utilizados, e a sua articulação com o edificado preexistente.

O espaço urbano pode ser entendido como um sistema de relações topológicas[14], tais como as noções de vizinhança, de separação, de continuidade, de fechamento e de ordem. A interacção destas categorias essenciais define o **Sistema de Lugares** de uma Cidade. Este **segundo nível de análise** subordina-se aos seguintes temas:

- O **Sistema de Usos** permite identificar a distribuição funcional mais elementar dos casos de estudo, e entender a forma como são propostas as novas relações topológicas criadas.

- A **Hierarquia de Lugares e sua Relação** pressupõe uma valoração interpretativa das relações no interior dos Sistemas de Lugares definidos em Plano. Estas relações podem ser de ordem funcional ou simbólica e a sua identificação é importante para a caracterização da Prática Urbana de Aguiar.

- **Rede de Espaços Estruturantes**. Através do isolamento dos espaços estruturantes (preexistentes e propostos), pretende-se avaliar a sua expressão no traçado urbano e o seu nível de participação no desenvolvimento das novas propostas de Cidade.

- **Percursos Locais e Regionais**. A sobreposição desta síntese com a dos traçados primário e secundário permite analisar o impacto da hierarquia e função viária na organização dos traçados urbanos propostos e, por conseguinte, do edificado corrente.

- **Edificado Corrente e de Excepção**. A leitura da articulação entre estas duas sínteses tipológicas do edificado permite-nos estimar a

[14] De acordo com Norberg-Schulz, a caracterização do Espaço Existencial pressupõe a aplicação de um sistema de lugares a um dado território, através de um conjunto de categorias espaciais que criam relações de proximidade, de continuidade e de delimitação.

influência que a distribuição da segunda pelo traçado urbano tem na definição da primeira.

A **Tipologia do Traçado** constitui o **terceiro nível de análise** e permite evidenciar a representação gráfica abstracta das componentes fundamentais do espaço urbano, da seguinte forma:

- A síntese do **Traçado Urbano** evidencia a "forma" do espaço público. Permite a identificação das zonas onde ele é dominante ou escasseia, assim como das áreas de homogeneidade morfológica e respectivas tipologias de traçado urbano.

- O esquema **Traçado e Eixos Estratégicos** sobrepõe a síntese anterior a um conjunto de eixos fundamentais para a construção do espaço público. A comparação evidencia as opções ao nível dos mecanismos de composição urbana.

- O esquema **Traçado Primário e Secundário** permite evidenciar a hierarquia fundamental dos espaços públicos propostos, através da sobreposição dos dois níveis de traçado urbano (primário e secundário). A síntese do Traçado Primário é definida pela articulação entre os factos urbanos e os principais espaços públicos de excepção propostos[15]

A síntese do Traçado Secundário é definida à escala do bairro e constituída pelos restantes espaços públicos, assegurando a articulação das três escalas urbanas (rua, bairro e cidade).

- O esquema **Traçado Primário e Edificado de Excepção** permite avaliar o impacto do segundo componente sobre o primeiro e entender até que ponto o influencia. Admite ainda uma leitura do grau de importância do edificado de excepção para o Plano.

- A síntese **Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio** evidencia a estrutura geral do traçado urbano através do conjunto dos dispositivos morfológicos de nível intermédio. A análise deste componente torna possível a identificação de eventuais padrões de recorrência e, bem assim, dos modelos teóricos de Cidade aplicados.

- Através do esquema **Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente**, a sobreposição destas duas componentes da Cidade permite, numa primeira abordagem, determinar a distribuição dos

[15] Nas cidades de maior dimensão, onde as distâncias a percorrer são consideravelmente superiores, também se assume que as conexões principais entre espaços públicos de excepção pertencem ao traçado primário.

espaços públicos pelo traçado urbano e avaliar a sua importância no processo de desenvolvimento dos Planos. A relação entre estes dois componentes também permite fazer uma aproximação aos modelos teóricos de Cidade utilizados.

O quadro a seguir representado contém a já referida matriz de categorias de suporte da análise. As células assinaladas com uma cruz identificam as sínteses e/ou esquemas que não foram elaborados por falta de informação disponível – serve de exemplo o PGU de Luanda de 1946, do qual só a Planta de Apresentação nos foi disponibilizada e representa apenas a estrutura morfológica de expansão, pelo que não é possível elaborar o esquema "Edificado Corrente e de Excepção".

	FARO	P. DELGADA	SETÚBAL	V. CASTELO	DÍLI	L. MARQUES	LUANDA	PRAIA	S. TOMÉ
TIPOLOGIA DE CRESCIMENTO									
Pré-Existências e Permanências									
Tipologia do Limite							X	X	
Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento									
Edificado de Excepção Pré-Existente e Novo							X		
Edificado Corrente Pré-Existente e Novo					X	X	X		
SISTEMA DE LUGARES									
Sistema de Lugares e Usos							X	X	X
Hierarquia de Lugares e sua Relação							X		
Rede de Espaços Estruturantes									
Percursos Locais e Percursos Regionais									
Edificado Corrente e Edificado de Excepção						X	X		
TIPOLOGIA DO TRAÇADO									
Traçado Urbano									
Traçado e Eixos Estratégicos									
Traçado Primário e Traçado Secundário									
Traçado Primário e Edifícios Singulares							X		
Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio									
Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente					X	X	X		

PARTE II

UM ARQUITECTO NO ESTADO NOVO

Um dos seus principais autores do Urbanismo português no Estado Novo é o João António da Aguiar, o Arquitecto com mais obra produzida entre 1934 e 1946, na Metrópole e nas Colónias. Aguiar começa a sua actividade profissional na Câmara de Lisboa, em funções administrativas, rapidamente assentando no departamento de Urbanismo. Ali vai cotejar, antes, durante e depois da Licenciatura, a nata dos Arquitectos nacionais com voz e experiência na disciplina e, bem assim, os prestigiados estrangeiros contratados por Duarte Pacheco.

Mudar-se-á depois para o Gabinete de Urbanização Colonial, onde desenvolve uma intensa acção de projectista nas Colónias. Em acumulação, manteve sempre actividade liberal na mesma área, nomeadamente como consultor de Câmaras Municipais. Embora nunca tenha descurado a sua formação académica (obteve os graus nacionais disponíveis), Aguiar não é um teórico: formou-se essencialmente através da actividade permanente que manteve e das influências que bebeu dos mestres com quem trabalhou. Dele não dispomos, assim de uma produção conceptual de monta. Para além das Memórias Descritivas dos Planos, sobram-nos dele apenas alguns escritos soltos que, se bem que ajudem a compreender o seu modo de projectar cidade em geografias espalhadas por quatro continentes, não constituem verdadeiramente um acervo teórico. Aguiar tem, assim, de ser entendido essencialmente pela análise dos Planos que projectou. E é essa a perspectiva que preside a este trabalho, nomeadamente através da análise detalhada de nove dos seus Planos mais significativos (4 na Metrópole e 5 nas Colónias), completada com a revista, já menos analítica – através de uma tabela de controlo de invariantes – de mais uma centena dos seus planos. É, assim, sobre Planos e não sobre cidades reais que incide a nossa análise, circunstância que delimita claramente este trabalho, quer os ditos Planos tenham ou não sido construídos. Nem sempre os elementos disponíveis permitiram aprofundar este ou aquele ponto.

A obra de Aguiar merece, merece um trabalho de identificação e um estudo que vai muito além daquilo que nos propomos com este trabalho. Estranhando-se mesmo que, apesar de ser o mais prolífico dos projectistas no período em causa, Aguiar tenha até ao momento suscitado um reduzido interesse investigatório, como se deduz do pouco que se encontra escrito sobre o homem e a sua obra. Não será a isso estranho um certo preconceito pelo facto de se tratar de um colaborador do Estado Novo. Estatuto que o próprio não só não rejeita como claramente assume. E foi sem dúvida também por aceitar o Regime que este o chamou tão intensamente a colaborar. Aguiar foi sem dúvida um homem da sua própria circunstância. Como, aliás, o foi, voluntária ou forçadamente, a generalidade dos seus contemporâneos colegas. Na verdade, sendo o Estado praticamente a única fonte de encomendas, colaborar com o Regime relevava da mais simples necessidade de sobrevivência. A identificação com o Regime ficaria, em qualquer caso, sempre muito aquém do que realmente justifica a presença constante de Aguiar no urbanismo do Estado Novo e que, a nosso ver, deve

ser procurado nas características pessoais e técnicas do Arquitecto: competente (o mais formado do seu tempo), prático e eficaz (organizado, produziu normas e modelos de edifícios de excepção para as colónias – Liceus e Palácios de Governador), maleável (alterava os seus planos quase sempre que solicitado) e disponível (trabalhador incansável, o volume da sua produção faz crer que o dia de Aguiar não tinha horas para lá do trabalho). É sabido que o Estado Novo e sobretudo Duarte Pacheco, para além dos limites cénicos atrás referidos, além de não discriminar ostensivamente entre Arquitectos (colaborando mesmo com oposicionistas declarados), deixava-lhes uma grande margem de liberdade. Aguiar, como muitos outros, fizeram dessa margem largo uso, assumindo teoria e métodos próximos do melhor urbanismo internacional contemporâneo.

CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO

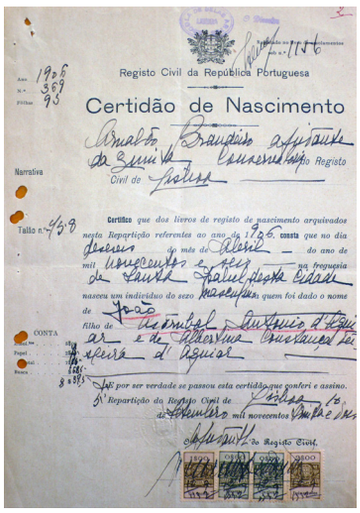
"O *Arquitecto* não representa nem um estado dionisíaco nem um estado apolíneo; aqui o que aspira à arte é o grande acto de vontade, a vontade que remove montanhas, a embriaguez da grande vontade. Os homens mais poderosos inspiram sempre os arquitectos; o arquitecto esteve em todos os tempos sob a sugestão do poder. Na arte arquitectónica devem adquirir visibilidade o orgulho, a vitória sobre a força da gravidade, a vontade de poder; a arquitectura é uma espécie de eloquência do poder expressa em formas, eloquência que umas vezes persuade e mesmo lisonjeia e outras vezes se limita a ditar ordens."

(Nietzsche, 1889: 88).

3.1. DADOS BIOGRÁFICOS

"Fazer o elogio do esquecimento não é vilipendiar a memória, e ainda menor ignorar a recordação, mas reconhecer o trabalho do esquecimento na primeira e assimilar a sua presença na segunda. A memória e o esquecimento mantêm de algum modo a mesma relação que existe entre a vida e a morte."

(Augé, 2001: 19).



Registo Civil da República Portuguesa

Certidão de Nascimento

Fig. 3.01. Certidão de Nascimento de João António d'Aguiar.

João António de Aguiar era natural da freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, onde nasceu a 16 de Janeiro de 1906, no seio de uma família da alta burguesia e de meio intelectual de elevado nível. O pai, Asdrúbal António de Aguiar (1883-1961) era Director do Instituto de Medicina Legal, docente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e autor de referência nas áreas da sua especialidade[1]. Segundo depoimentos de familiares, Asdrúbal era um homem do seu tempo: algo rígido com a educação dos filhos (a quem exigia uma "conduta correcta e bons resultados académicos permanentes"), vivia para o trabalho e cultivava amizades na alta sociedade Lisboeta, como a que manteve com Calouste Gulbenkian, que lhe financiava as investigações e as publicações (Aguiar, 2015). A mãe, D. Albertina Constança Teixeira e Aguiar, doméstica, era proprietária de uma quinta na Amadora onde a família passava grandes temporadas, aliás numa casa da autoria do Arquitecto Raul Lino, actualmente conhecida por *Casa Roque Gameiro* (figura 3.03.).



Fig. 3.02. João, José e Francisco d'Aguiar. (da esquerda para a direita).

Segundo de sete irmãos, nos planos do progenitor João António de Aguiar estava destinado a tornar-se também médico, como aliás já o irmão que o precedia. O jovem, porém, nunca gostou de estudar e, no decorrer do seu 5.º Ano do Liceu, confrontou o pai com o facto de não querer estudar mais. Incomodado, o pai moveu algumas influências e por castigo obrigou-o a ir trabalhar para a Câmara Municipal de Lisboa, convencido de que em pouco tempo o filho recuaria, voltando aos seus estudos (Aguiar, 2015).

João António de Aguiar assumiu na Câmara, em 1923, o lugar de Servente de Zona, um dos lugares mais baixos do quadro. Acabaria, afinal, por só deixar a CML em 1944, ano em que pediu para ser exonerado, após uma carreira atípica mas riquíssima e reconhecida[2].

Pelo seu interesse na compreensão das ligações pessoais que marcam o percurso profissional e formativo de Aguiar, assinala-se ainda o facto de, em 1940, passar a residir na Rua Alexandre Braga N.º 4, 2.º Dto., em Lisboa (figura 3.5.), num edifício que Luís Cristino da Silva projectara em 1926 e onde também morava. Aliás, no mesmo prédio vivia e trabalhava ainda o Arquitecto João Simões, amigo de Aguiar desde os tempos de Belas Artes e genro do proprietário, Amadeu Gaudêncio um dos grandes construtores civis do século XX.

[1] Com publicações em várias línguas ("Causas das mortes do Rei D. Carlos I e do Príncipe real D. Luís Filipe" Academia das Ciências de Lisboa, 1960; "Sciência sexual: contribuições para o seu estudo" Instituto de Medicina Legal de Lisboa, 1923; "O rei formoso: flor de altura" Instituto de Medicina Legal, 1924; Guia do Clínico Médico Legal, Vol. I, II e III; "Crimes e delitos sexuais em Portugal na época das ordenações: sexualidade anormal: contribuições para a história da medicina legal em Portugal" Imprensa Nacional, 1930; "Medicina Legal: homossexualidade masculina através dos tempos"; "Pederastia e do Lesbismo na Europa: contribuições para o estudo da inversão sexual"; "Complacência Himenial"; e "Medicinal Legal: obstetrícia forense".

[2] Vide Capítulo 3.2.

Aguiar vivia, assim, num ambiente de construção propenso ao debate e à reflexão arquitectónica, mesmo em casa, rodeado por dois dos seus mais ilustres pares e amigos (Cristino da Silva foi também seu mestre). Viveria nesse apartamento até à morte, em Janeiro de 1974.



Fig. 3.03. Casa da Família, Amadora.

Pouco dado a exposição pública, os familiares entrevistados dizem dele que "era humilde e trabalhador" (Aguiar, 2015), tentando "passar sempre despercebido"[3]. João Aguiar foi ainda assim distinguido com o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique, em 7 de Junho de 1963.[4]

Além dos pequenos apontamentos que precedem, pouco se sabe ainda sobre a personalidade do Arquitecto. Mas os retratos que dele fazem o seu desenhador, Santana[5] e o seu amigo, Branco Ló[6] em separado, define-o igualmente pelas mesmas palavras: "um Homem extraordinário. (...) Uma boa pessoa." E não custa a crer, uma vez que, apesar da importância das funções que desempenhou e até o grau de proximidade e confiança que tinha com os vários poderes ligados à sua actividade, na *Metrópole* como nas *Colónias*, o grande Arquitecto e Urbanista que foi embora assinasse profissionalmente sempre com o seu nome completo, entre pares como entre amigos era designado simplesmente por "Aguiar". É o que, mais por respeito e reconhecimento disto mesmo que por facilidade de expressão, fazemos também nós, preferencialmente, neste trabalho.



Fig. 3.04. Almoço de Família. João Aguiar encontra-se ao centro, com a mãe à esquerda e o pai à direita.



Fig. 3.05. Prédio na Rua Alexandre Braga, 6-6A. Lisboa.

[3] Vide Anexo III.

[4] Publicado em Diário do Governo N.°7, de 9 de Janeiro de 1964.

[5] Vide Anexo III.

[6] Idem. Ibidem.

3.2. NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

"O grupo de urbanistas que trabalham na Câmara Municipal de Lisboa é profundamente influenciado pelo conceito da *Cidade-Jardim*, através do Plano Director de Lisboa, Étienne de Groër. Muito solicitados como consultores de outras Câmaras municipais, são, no seu conjunto, responsáveis pela gestão urbanística de quatro dezenas de Concelhos no final dos anos quarenta."

(Lôbo, 1995: 157).

O percurso de Aguiar ao serviço da CML é inusitado. Admitido a 2 de Fevereiro de 1923, como Servente de Zona, dezoito dias depois é promovido a Escrevente de Zona, da 3.ª Repartição. Em 13 de Setembro do mesmo ano, porém, foi promovido a Escriturário de 2.ª Classe, por já exercer efectivamente as funções da categoria. No ano seguinte, a 1 de Outubro, passa a Informador de 1ª Classe e, um ano mais tarde, a 25 de Março, a Escriturário de 1.ª classe. A 26 de Setembro de 1925 mudou-se para a Direcção dos Serviços da Planta de Lisboa e Expropriações, como Desenhador de 2ª Classe, podendo, assim, presumir-se que é então que Aguiar faz a sua iniciação ao urbanismo.

Rapidamente o jovem começa a apresentar "competência, especialmente revelada em trabalhos de urbanização e projectos de novos arruamentos, pelo que é considerado como dos mais especializado neste género de trabalhos."[7] Esta capacidade é, aliás, reconhecida nos três louvores públicos que recebe, respectivamente: a 18 de Novembro de 1926, pela colaboração prestada no projecto de melhoramentos do prolongamento da Avenida Almirante Reis; a 21 de Fevereiro de 1929, pela elaboração dos projectos de arruamentos que ligavam o Bairro Andrade ao Bairro de Inglaterra; e a 15 de Maio de 1930, pela elaboração do projecto de arruamentos para o Bairro de Residenciais França.

Em 1926, em consequência do golpe militar de 28 de Maio, uma nova equipa, de formação militar[8], passa a chefiar a Câmara Municipal de Lisboa. A nova Direcção propõe-se (re)estruturar a cidade e planear o seu desenvolvimento futuro pelo que, a 14 de Outubro de 1926 é aprovada por unanimidade a criação de uma Comissão para desenvolver um Plano de Melhoramentos para a capital. A composição da dita Comissão deveria integrar um Engenheiro, um Arquitecto Paisagista, um Arqueólogo, um Médico Higienista e um vogal da Comissão Administrativa do pelouro de engenharia (Barata. In: Miranda; Silva, 2017: 51-52).

Jean Claude Forestier[9] é convidado para a integrar. Apesar dos créditos do urbanista, a contratação não foi pacífica, principalmente devido ao facto de o Arquitecto não ser português. Duas facções se confrontaram: uma, encabeçada pelo cineasta Leitão de Barros[10] e pelo Arquitecto Adães Bermudes[11], que se

[7] Trecho de um parecer feito pelo Engenheiro chefe da 3.ª Repartição da CML, onde JAA trabalhava, a 29 de Abril de 1933. Este documento encontra-se no processo pessoal do Arquitecto, no arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

[8] A presidência da CML passa para o Coronel Vicente de Freitas (1869-1956) e o pelouro da engenharia e Arquitectura pelo Capitão Henrique Quirino da Fonseca (1868-1939).

[9] Vide Capítulo 1.1..

[10] José Leitão de Barros (1896-1967) foi um cineasta e jornalista português, autor de filmes como A Severa, de 1931.

[11] Arnaldo Redondo Bermudes (1864-1948) formou-se em Arquitectura pela Academia Portuense de Belas Arte e pela École des Beaux Arts, de Paris. Autor de uma vasta obra, foi distinguido com diversos prémios, entre eles, o Valmor. Entre 1917 e 1933 leciona diversas disciplinas do curso de Arquitectura Civil da ESBAL

opunha à decisão alegando que Forestier não conhecia a cidade e que esta não podia tornar-se na "Lisboa geométrica dos engenheiros"[12]; a outra, que incluía nomeadamente Aquilino Ribeiro[13], argumentava, ao contrário, ser esta a hipótese de modernizar a cidade com ideias de fora.

Apesar da polémica, Forestier chega a Lisboa em Fevereiro de 1927, onde permanece apenas um mês. Para desenvolver o plano, o urbanista baseia-se em estudos que tinham sido previamente preparados pela equipa da CML (onde se incluía Aguiar) e em visitas de estudo que efectua na companhia do capitão Quirino da Fonseca e do Arquitecto Jean Labatut[14], que viera com o urbanista e o acompanhou durante toda a estadia.

Após as visitas a Lisboa, Sintra e Cascais, Forestier disse-se impressionado pela fantástica localização da cidade e por não se estar a tirar partido dela, recomendando a construção de uma Avenida Marginal e, contíguos à cidade, de um grande Parque Urbano e de uma Zona Florestal. Em entrevista ao Diário de Notícias, reafirmando a importância da Avenida Marginal Ribeirinha, salienta ainda que só se deve mexer na estrutura antiga da cidade se for estritamente necessário e que é preciso rasgá-la de uma ou duas artérias principais, à semelhança do que foi feito em Barcelona.

Forestier acabou por desenvolver apenas dois estudos: o da Avenida Marginal, conquistada ao rio através de um novo aterro entre a Praça do Comércio e o Cais do Sodré[15]; o da *Avenue-Promenade* (figura 3.06.), com carácter monumental, onde dominavam praças e espaços verdes, aludindo à grande composição, da escola francesa; o segundo projecto – *La continuation de la L'Avenue de la Liberté et de L'Aménagement d'un grand Parc avec cités-jardin et Terrains de Jeux* – seria o prolongamento da Avenida da Liberdade, pela criação de um Parque Urbano a começar no seu topo (figura 1.29.)[16].

Ainda em 1927, Aguiar conhece o recém-chegado Luís Cristino da Silva[17] que nesse ano é contratado pela CML para a realização dos estudos urbanístico na Direcção dos Serviços da Planta de Lisboa e Expropriações. Presumimos, por isso, que é durante este período que João António de Aguiar contacta com a

"Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século seguinte, o desejo de ver Lisboa embelezada e engradecida expressou-se a dois níveis: por um lado, transformar e renovar a cidade existente e, por outro, condicionar, disciplinando e ordenando, o seu crescimento para lá do tecido urbano edificado. É neste contexto que, em 1927, Jean Claude Nicolas Forestier foi convidado para elaborar um plano geral de melhoramentos da capital." (Barata. In: Miranda; Silva, 2017: 51).

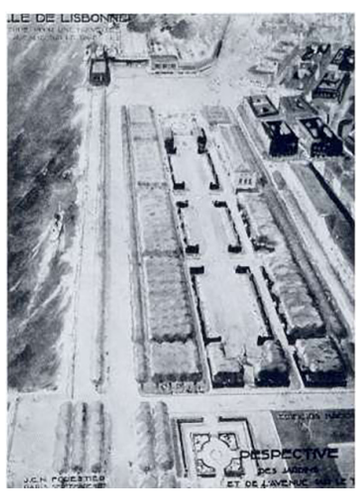


Fig. 3.06. Perspectiva de um troço da Avenida do Tejo. Forestier, 1927.

[12] Parte do texto de Leitão de Barros publicado no Diário de Notícias de 19/01/1927, página 3.; é uma alusão ao facto de a Direcção da CML estar entregue a dois militares, logo, de formação e sensibilidade mais aproximadas da engenharia.

[13] Aquilino Ribeiro (1885-1963)

[14] Jean Labatut entrou para a L'École des Beaux-Arts de Paris, em 1919. Posteriormente foi convidado a juntar-se ao corpo docente da Universidade de Princeton, onde fundou diversos projectos de investigação subordinados aos temas da Arquitectura e da Fenomenologia.

[15] Alfredo de Andrade (1839-1915); note-se que a ideia não era original, pois fora já desenvolvida no século XIX pelo arquitecto Alfredo de Andrade.

[16] Curiosamente, também esta operação tinha sido já falada na CML, pelo engenheiro Miguel Correia Pais.

[17] Vide Capítulo 1.1..

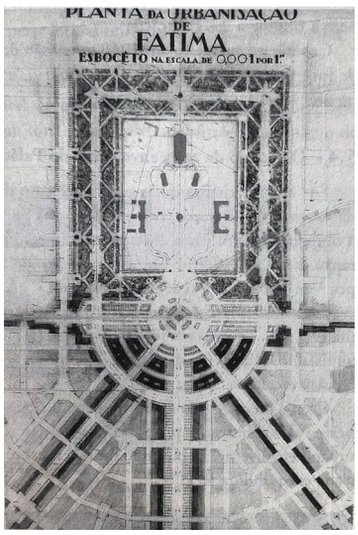


Fig. 3.07. Projecto de Urbanização dos Arredores da Cova da Iria, Fátima. Planta de Pavimentos e Arborização. João António de Aguiar e José Lima Franco, 1929.

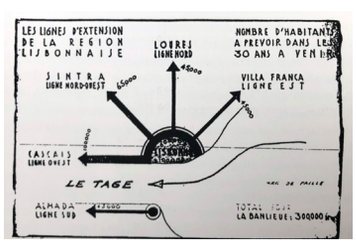


Fig. 3.08. Proposta de distribuição da população na Região de Lisboa. Agache, 1936.

lógica do pensamento da *École des Beaux Arts*[18], cuja concepção arquitectónica é dominada pelo valor da grande composição.

Em 1929 Aguiar tem a sua primeira oportunidade de desenvolver um plano de urbanização quando Luís Cristino da Silva (que tinha sido nomeado vogal da comissão criada pela presidência do MOP para urbanizar e regular a região do Santuário de Fátima) e Ernesto Korrodi o convidam a participar, com eles, no Anteplano de Urbanização de Cova da Iria. Ao grupo juntou-se depois José Lima Franco, em regime de tirocínio. O projecto da Cova da Iria (figura 3.07.) apresenta uma composição que remete para a *City Beautiful* – um eixo de simetria que se alinha a partir da área central do Santuário e uma cintura verde que isola a estrutura da envolvente do mesmo Santuário, aberta apenas por uma rotunda, também ela alinhada pelo eixo e atravessada por uma alameda perpendicular ao mesmo.

Em 1934 a Câmara Municipal de Lisboa convida o Arquitecto Donat-Alfred Agache para desenvolver o *Estudo Preliminar de Urbanização da zona de Lisboa ao Estoril e a Cascais*. Posteriormente, este estudo, juntamente com o da *Expansão da Região Oeste de Lisboa resultaria no Plano de Urbanização para a Costa do Sol*[19]. Este projecto devia ter em conta a futura exploração turística deste território e, simultaneamente, o aproveitamento dos terrenos que sobejaram da construção da Estrada Marginal Algés-Cascais, decidida e já parcialmente construída sob a batuta de Duarte Pacheco. Aguiar é destacado para acompanhar o urbanista nos seus levantamentos e, depois, para integrar a equipa no Gabinete Central de Urbanismo que o mesmo vai criar para assumir a responsabilidade da execução do plano. A experiência deve ter sido especialmente rica pois "O urbanista concebe este Gabinete de Urbanização como centro de formação de especialistas para trabalharem em outras regiões do país" (Lôbo, 1995: 61) acabando por não se limitar ao estrito território da Costa do Sol e desenvolver também sugestões de articulação daquela com o território contíguo de Lisboa. João Aguiar tem, assim, um contacto próximo com as técnicas de intervenção nas diferentes vertentes de um plano – funções, fiscalização, coordenação e controlo – e em diferentes escalas (regional e local) bem como a oportunidade de, sem sair do país, imergir profundamente nas concepções de *urbanismo internacional* através de um dos seus grandes tenores, fundador da Sociedade Francesa de Urbanistas[20] e discípulo de Victor Laloux (com quem, aliás, Cristino da Silva também tinha trabalhado). É portanto ali que João António de Aguiar começa a absorver o que

[18] Vide Capítulo 3.3..

[19] Com uma área compreendida entre Lisboa e Cascais, este Plano apresentava uma solução urbanística para a faixa litoral entre estas duas cidades e para cada aglomerado urbano localizado entre elas, *per si*.

[20] Vide Capítulo 1.1..

é verdadeiramente o urbanismo, até então cotejado mais numa base empírica, dado que no país não havia ainda formação autónoma nesta área.

Pouco tempo depois, Aguiar vai poder também beneficiar da proximidade profissional com um dos técnicos de maior conhecimento na área do urbanismo em Portugal, Paulino Montez, que desenvolvera um trabalho conceptual notável na matéria, versado nomeadamente na colectânea de publicações intitulada "Estudos de Urbanismo em Portugal". Em 1935 Montez assume, na CML, funções de Vogal da Comissão Administrativa e, posteriormente, de vereador do pelouro a que estava associado o serviço de limpeza urbana e os serviços sanitários. Em 1936 acaba por abandonar o cargo de vereador para se tornar vogal da Comissão Executiva do Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol, onde procura aplicar as suas concepções teóricas e, nomeadamente, elabora diversos estudos para Algés e Cascais seguindo princípios da *Cidade-Jardim*. Ora, na mesma época, Aguiar faz parte da equipa da Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras (DSUO) da CML e também exerce, em acumulação, no Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol. O que lhe dá oportunidade de, em ambos os casos, contactar de perto com o trabalho de Montez.

Em 1936 Duarte Pacheco é afastado do Ministério das Obras Públicas. Eventualmente por isso mesmo, Alfred Agache é dispensado pela Câmara Municipal de Lisboa. Aguiar requer uma licença ilimitada que prolonga até 31 de Dezembro de 1938, para se dedicar ao curso de Arquitectura.

A 1 de Janeiro de 1938, quando Duarte Pacheco retoma o lugar de ministro, juntamente com a presidência da CML, o urbanista francês não se encontrava já disponível, por estar a trabalhar no Brasil. O Ministro escolhe então Étienne de Groër, antigo colaborador de Agache e também docente do *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris*[21], para ocupar o cargo de Urbanista Conselheiro Técnico da Câmara, na elaboração do Plano Director de Lisboa. Segue-se a contratação para a DSUO do jovem Arquitecto João Guilherme Faria da Costa, também recém-chegado de Paris, onde estudara com De Groër e trabalhara com Agache e, um mês depois, acontecem as contratações de Francisco Keil do Amaral, Inácio Peres Fernandes e Miguel Jacobetty Rosa.

João António de Aguiar, com o curso já terminado, volta então ao activo na "nova" Câmara Municipal, já como Arquitecto de 3.ª classe, integrando a equipa da DSUO, onde aliás estão alguns dos seus amigos e antigos colegas.

"Etienne de Groër, antigo colaborador de Agache e urbanista, interessa-se de um modo especial pela cidade-jardim, de que conhecera algumas experiencias pioneiras na Rússia. Aliás, a cadeira que lecciona no Instituto de Urbanismo de Paris versa precisamente o ensino da teoria da cidade-jardim inglesa. No final da década de trinta, de Groër surge portanto em Portugal como um apologista tardio deste conceito de cidade." (Lobo, 1995: 51).

[21] Inicialmente denominado *École des Hautes Études Urbaines*, quando foi fundada, por Marcel Poete e Henri Sellier, em 1919.

Estes acontecimentos e os seus protagonistas, marcam, sem dúvida, uma nova fase na história urbana da capital.

Étienne de Groër tem uma visão muito específica de como fazer cidade e, anos mais tarde, viria a resumi-la num artigo publicado no Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização de 1945-1946, sob o título *Introdução ao Urbanismo*. Neste texto o urbanista sintetiza, entre outros tópicos: a origem do urbanismo e o seu desenvolvimento; os problemas das cidades do seu tempo; a legislação urbana que considera necessária; os elementos de um Plano de Arranjo Urbano; e disserta ainda sobre certos pormenores do que deve ser um Regulamento de Zonas. Este documento é revelador do modo como o urbanista estrutura o seu pensamento e Aguiar segui-lo-á tanto na metodologia com que olha para o espaço a reestruturar, como na organização dos Planos. Quanto à metodologia, De Groër define *três tipos de áreas*: centrais existentes – a reestruturar; periferias – a consolidar; e áreas de expansão – a prever; no que respeita ao Plano, entende que a cidade se deve organizar segundo uma divisão em, no mínimo, cinco zonas: a Industrial, a Cívica e Comercial, a Residencial, a de Espaços Livres e a Rural. De Groër prossegue para uma especificação de como os edifícios públicos devem ser integrados na cidade, onde se verifica, mais uma vez, uma lógica que Aguiar irá manter:

> "Os edifícios públicos devem desempenhar, na planta da cidade, o papel de pontos de orientação, que sejam fáceis de reconhecer de longe, graças à sua arquitectura mais monumental e representativa do que a das construções vizinhas. Devem construir, no seu conjunto, uma rede, da qual cada elemento seja fácil de atingir de toda a parte.
>
> Há uma categoria de edifícios públicos, dos quais cada um serve, por si só, uma cidade inteira, tais como a Câmara Municipal, o Tribunal, a Sé, o Correio Central, (...). É vantajoso dispô-los em redor de uma praça ou de um jardim público, de maneira a que formem, no seu conjunto, o centro cívico da cidade (como o Terreiro do Paço, em Lisboa, por exemplo)." (De Groër, 1945: 71).

Aguiar mergulha assim num universo de influências de alguns dos urbanistas, portugueses e estrangeiros, mais qualificados da época, um convívio que lhe permite o contacto com as diferentes escolas e o domínio dos respectivos princípios.

Assumindo-se como discípulo de Cristino da Silva, Agache e De Groër, Aguiar identificava-se plenamente com a linguagem arquitectónica que se impunha para as cidades: a da grande composição urbana onde os edifícios públicos

monumentais, em estilo clássico sem ornamento, com uma certa rigidez no tratamento das fachadas e de funcionalismo interior subjugado à capacidade cénica, se articulam com generosos espaços públicos, através de uma composição de eixos de onde também emergem elegantes espaços verdes.

A actividade de Aguiar não vai, contudo, resumir-se à sua acção na Câmara. De facto, a 8 de Novembro de 1941 solicita ao presidente da CML autorização para exercer actividade liberal fora da cidade de Lisboa. E é assim que, concomitantemente com o cargo na Câmara, inicia profusa e duradoura actividade liberal paralela, como Arquitecto, que não mais deixará de exercer.

Em Outubro de 1942, Duarte Pacheco, enquanto Ministro das Obras Públicas, designa Aguiar para fazer o estudo urbanístico da zona marginal do porto de Ponta Delgada, deslocando-se o Arquitecto a esta cidade[22] a 11 de Novembro de 1942, onde permaneceu dois meses. A 15 de Janeiro de 1943 João António de Aguiar reassume as suas funções na CML. Neste ano o Ministro solicita-lhe um Plano Geral de Urbanização para Setúbal.

A 1 de Outubro de 1944 Aguiar obtém nova licença ilimitada na Câmara Municipal de Lisboa, acabando por pedir, a 7 de Março de 1945, "exoneração do seu cargo".

Foram estes os factos que proporcionaram a Aguiar um raro no domínio da Arquitectura da Cidade (numa altura em que nem sequer existia a disciplina de Urbanismo em Portugal), e uma ideia precisa sobre o caminho de futuro a seguir para as cidades portuguesas: estruturas articuladas entre o centro, os arrabaldes e os eixos de ligação com outras urbes, libertando o núcleo urbano para as grandes avenidas e ruas onde se prevê implantar inúmeros equipamentos públicos, que ajudam a estruturar e hierarquizar as diferentes zonas e bairros.

"A fim de minimizar a área ocupada com arruamentos o urbanista propõe quarteirões longos, com 200 a 350 metros de cumprimento por 60 m de largura. Admite a possibilidade de os alongar até aos 600 a 800 metros, desde que sejam atravessados por passagens de peões. Esta métrica preconizada por de Groër aparece-nos em planos posteriores dos urbanista portugueses do Grupo da Câmara de Lisboa, como Faria da Costa e João Aguiar." (Lobo, 1995: 87).

[22] Vide Capítulo VI.

3.3. A ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES

"O júri aprova todos os candidatos com mérito absoluto, mas nomeia Cristino como professor de Arquitectura, escolhendo o candidato que melhor se adequa à orientação artística do ensino da Arquitectura. Cristino, pela sua formação na École des Beaux-Arts, estaria em melhores condições de implementar um ensino de matriz Beaux-Arts, que este mesmo júri acabará por definir ao participar na Reforma de 31 e para a sua Regulamentação em 32. (...)

Entre 1934 e 1948, a cadeira de Arquitectura vai promover um ensino Beaux-Arts, quer nos temas propostos, quer no método de ensino, vinculando sempre o esboceto ao projecto definitivo."

(Canto Moniz, 2011 :129).

"O sucesso deste sistema deve-se à fixação de um método pedagógico com regras objectivas e rígidas num plano de estudos flexível, que permitiu a sua adaptação aos sistemas de ensino dos diferentes países. Este sistema dava também a garantia de uma formação artística actualizada, de matriz clássica, capaz de resolver os programas da cidade e da sociedade liberal oitocentista." (Moniz, 2011: 81).

Durante o século XIX, com as reformas liberais e através da criação das Academias de Belas-Artes, o ensino da Arquitectura em Portugal passou a seguir o modelo praticado pela *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts*, de Paris – à semelhança do que acontecia com muitos outros países, visto que aquela representava um ensino de excelência e era considerada o arquétipo da modernidade.

Muitos estudantes portugueses optavam, mesmo, por passar os anos finais dos seus estudos nesta escola, financiados por diversas instituições que apoiavam esta iniciativa como meio de disseminação do conhecimento e do sistema *Beaux-Arts*. Um sistema que seguia um modelo de matriz clássica[23] dividido por aulas, ateliers (oficiais e livres) e concursos de emulação. Este foi o caso de Luís Cristino da Silva, que em 1920 obtém uma bolsa que lhe permite estudar na prestigiada escola até 1925 (Moniz, 2011: 102).

Em 1931 dá-se, em Portugal, a reorganização do ensino artístico, proposta pela Junta Nacional da Educação no mesmo ano – de forma a acompanhar a reforma do ensino superior[24]– e regulamentada em 1932 (Moniz, 2011: 102).

Seguindo o sistema da Escola Francesa, as formações nas *Escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto*, vão ser organizadas segundo os moldes estipulados nos Decretos N.º 19.760 de 20 de Maio de 1931 e N.º 26.347, de 11 de Fevereiro, de 1936[25]: o acesso ao novo Curso de Arquitectura fica dependente de um exame de admissão; segue-se uma formação de quatro anos – Curso Especial –, findos os quais e após um tirocínio profissional, os alunos terão acesso a um Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA); é ainda possível completar a formação após os quatro anos do Curso Especial, com uma formação complementar em que se inserem os referidos concursos de emulação, denominada Curso Superior, ao qual se segue normalmente o tirocínio e o CODA. A título de exemplo, Keil do Amaral ficou-se pelo Curso Especial enquanto Aguiar fez também o Curso Superior.

Com esta reforma verificaram-se alterações tanto na direcção da Escola de Lisboa, que tinha passado 50 anos sob a direcção de José Luís Monteiro, como no plano de estudos e no corpo docente. Assim, entre 1931 e 1946 dirigem a Escola, sucessivamente: José Veloso Salgado; 1931-1932; D. José Pessanha, 1932-1935; João Barreira, 1935-1936; Virgílio Lemos, 1936; e Luís Alexandre Cunha, 1936-1949.

[23] Este modelo adquiriu tal notoriedade que em 1901, Julien Guadet (professor de *Estética de Beaux-Arts*) publica *Éléments et théorie de l'architecture: cours professé à l'École nationale et spéciale des Beaux-Arts*, onde sintetiza o curso de *Teoria da Arquitectura* da Escola.

[24] Para preparar esta reforma foi constituída uma comissão, composta pelos diretores das Escolas de Belas-Artes, João António Piloto e José Marques da Silva, pelo director do Museu Nacional de Arte Contemporânea, Adriano Sousa Lopes, pelo professor de *História de Arte* da ESBAL José Pessanha, pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro e pelo escultor Diogo de Macedo.

[25] Publicado no Diário do Governo. 1ª série. Lisboa. 116 (20 Maio 1931) 881-896.

O quadro abaixo dá uma ideia precisa dos conteúdos leccionados e, bem assim, do quadro docente, manifestamente de grande prestígio nacional. Note-se, contudo, que a disciplina específica de Urbanismo ainda não consta na listagem:

Tabela 01. Correspondência entre as Disciplinas e os respectivos Docentes, entre 1931 e 1946.

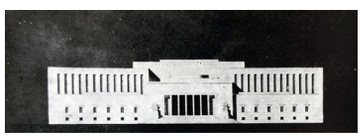
	DISCIPLINAS[26]	DOCENTE
01	Geometria Descritiva e Estereotomia	João António Piloto (1929-1950)
02	Ornamentação, Estilização e Composição Onametal	João António Piloto (1929-1950)
03	Desenho de Figura do Antigo e de Modelo Vivo	José Simões de Almeida (1915-1934) Luciano Freire (1896-1933) Henrique Franco (1934-anos 40) Leopoldo de Almeida (1934-1965)
04	Arquitectura	Adães Bermudes (1930-1933) Pardal Monteiro (1933-1934) Cristino da Silva (1934-1965)
05	Pintura	José Veloso Salgado (1895-1934) Leopoldo de Almeida (1934-1963) Luís Varela Aldemira (anos 40-1965)
06	Pintura	Henrique Franco (1934-anos 40) Luís Varela Aldemira (anos 40-1965)
07	Escultura	José Simões de Almeida (-1950) Leopoldo de Almeida (1934-1965)
08	Desenho Arquitectónico, Construção e Salubridade das Edificações	Adães Bermudes (1930-1933) Pardal Monteiro (1933-1935) Luís Alexandre Cunha (1934-1963)
09	História Geral de Arte	Joaquim Macedo Mendes (1930-1958)
10	Arqueologia Artística Geral e Portuguesa	Joaquim Macedo Mendes (1930-1958)
11	História, Geografia Histórica e Etnografia	Joaquim Macedo Mendes (1930-1958)
12	Anatomia Artística	João Barreira, Henrique Vilhena
13	Álgebra, Geometria Analítica e Trigonometria Plana Elementos de Cálculo Integral e Diferencial Mecânica	João Martins Lemos
14	Estática Gráfica, Resistência dos Materiais, Construções Metálicas, Betão Armado e Topografia	Virgílio Lemos

[26] As disciplinas do Curso de Arquitectura da ESBAL em, foram publicadas no Decreto Lei 21/662, Diário do Governo, Série I, N.º 214, de 12 de Setembro de 1932, no Anexo 3.

"A Exposição da Moderna Arquitectura Alemã (1941), apresentada em Lisboa pelo arquitecto Albert Speer, foi visita obrigatória para os alunos da Escola de Lisboa. Segundo Teotónio Pereira, "O Mestre ficou deslumbrado com a exposição." Esta arquitectura, tal como a das Beaux-Arts, constituía para Cristino a "verdadeira" arquitectura e era indissociável da "grande composição" instrumento chave do método pedagógico de Cristino." (Moniz, 2011: 79).

É neste ambiente de mudança que João António de Aguiar ingressa na Escola Superior de Belas Artes. Entre os colegas de turma constavam nomes como João Simões, Francisco Keil do Amaral, António Gomes Égea, José de Lima Franco, Dário da Silva Vieira, Artur Simões da Fonseca e António de Brito Macieira Luís da Silva. No ano seguinte entrou Fernando Batalha, amigo próximo de Aguiar, com quem iria desenvolver diversas co-autorias.

Entre 1934 e 1948, a 4.ª disciplina – Arquitectura – passa a ser leccionada por Luís Cristino da Silva, mentor e amigo de Aguiar, que irá promover um ensino *Beaux-Arts*, quer nos temas propostos, quer no método de ensino, vinculando sempre o esboceto ao projecto definitivo. A disciplina passa, assim, a desenvolver trabalhos cuja linguagem arquitectónica, de base clássica, pouco se afastava da Arquitectura nacionalista, que era produzida no país. (Moniz, 2011: 132).





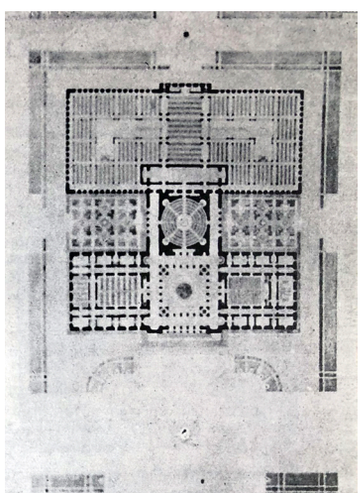


Fig. 3.09.,3.10. e 3.11..
Projecto de grande composição do Curso Superior de Arquitectura. João António de Aguiar, 1937-38. Planta, Alçado principal, Alçado Lateral.

Em 1936 João António de Aguiar conclui o Curso Especial de Arquitectura e inscreve-se no Curso Superior de Arquitectura.

Em Fevereiro de 1938 é publicado na primeira *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos* um trabalho escolar de projecto de grande composição do Curso Superior de Arquitectura, executado no 1° período do ano escolar de 1937-38, onde era proposto os alunos desenvolverem uma Biblioteca para conter 1500.000 volumes "de forma a permitir a sua conservação e rápida consulta". Os trabalhos escolhidos para a apresentação são o de António Gomes Égea, José de Lima Franco e João António de Aguiar.

Em 1939, João António de Aguiar inicia o seu tirocínio oficial com Francisco Keil do Amaral, no Departamento de Arquitectura e Fiscalização de Obra da Câmara Municipal de Lisboa.

Em 1941 requer as provas finais para a obtenção do Diploma de Arquitecto. Como tema para o seu CODA, Aguiar propõem uma Estação e Pousada na Serra da Estrela, concluindo o curso a 5 de Julho de 1941, com 17 valores.

Entretanto foram criadas na ESBAL as cadeiras se Urbanologia e de Projecto e Obras de Urbanização. Cioso em enriquecer ainda mais a sua formação de urbanista, Aguiar solicita, a 20 de Setembro de 1945, autorização para se matricular nas referidas disciplinas.

"A criação das cadeiras de Urbanologia e de Projecto e Obras de Urbanização mas Escolas de Belas-Artes de Lisboa e Porto, em 1945, vem proporcionar aos arquitectos formação neste novo domínio." (Lobo, 1995: 48).

CAPÍTULO 4

A ACTIVIDADE PROFISSIONAL

"Os planos constituíram sempre uma antevisão das cidades desejadas. Quer se reportem a cidades reais, quer expressem utopias, permitem-nos compreender as cidades tal como foram imaginadas em determinados tempos, por determinadas sociedades, interpretadas por determinados autores. No entanto, com o passar do tempo, é o desejo colectivo, filtrado por um criador, que se nos oferece compreender.".

(Coelho. In: Fernandes, 2016: 9).

4.1. O ATELIER

"João António de Aguiar era assim o mais solicitado urbanista português na década de Quarenta, situação que manteve até à década de sessenta. Entre 1959 e 1960 este urbanista estava envolvido na revisão de dezassete planos, oito dos quais respeitando as capitais de distrito"

(Lôbo, 1995: 169-170).

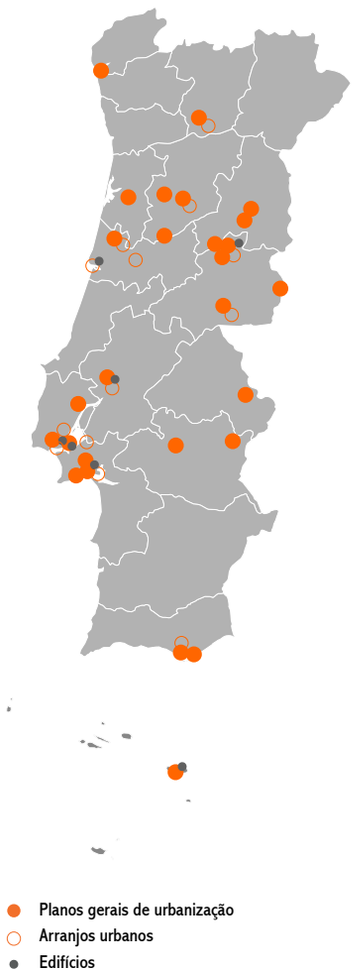


Fig. 4.01. Mapa Esquemático com a localização dos Planos Gerais de Urbanização, os Arranjos Urbanísticos e os Edifícios, da autoria de Aguiar.



Fig. 4.02. Mapa da Exposição do Mundo Português.

Em 1936 João António de Aguiar conclui o Curso Especial de Arquitectura e inscreve-se no Curso Superior de Arquitectura. Ainda neste ano aderiu ao Sindicato Nacional dos Arquitectos, onde lhe foi atribuído o número 282.

No entanto, e apesar de só concluir o Curso Superior de Arquitectura em 1941, após tirocínio com Keil do Amaral, Aguiar inicia a sua actividade liberal em 1938 com o Estudo da Avenida Marginal para a Figueira da Foz e um projecto de Moradia em Mangualde.

O volume da sua produção arquitectónica atinge grande vulto na década de 40, sendo maioritariamente focada na Arquitectura da Cidade. Aguiar esteve profissionalmente activo até à morte, em 1974 e, apesar da quantidade de trabalho no ateliê (onde, aliás, não contava com o apoio de mais nenhum Arquitecto ou urbanista) nunca se limitou a esse foco de interesse, acumulando-o com o trabalho na Câmara, até 1944 e, a partir de 1945, com o de técnico Arquitecto no Gabinete de Urbanização Colonial.

Na sequência da criação dos Planos Gerais de Urbanização, por Duarte Pacheco, em 1934, Aguiar teve uma intervenção intensa e precoce no desenvolvimento de um elevado número desses Planos, frequentemente a solicitação ou por recomendação do próprio Duarte Pacheco. Dos muitos que elaborou, segundo Margarida Sousa Lôbo em 1948 já se encontravam aprovados 28. Muitos desses planos acabaram por se tornar "instrumentos orientadores para a evolução dos aglomerados urbanos " (nas palavras ainda de Margarida Souza Lôbo 1995: 170), durante longos períodos de tempo, por vezes décadas, como foi o caso de Castelo Branco, Santarém ou Viseu.

Durante o período em que manteve o ateliê aberto, 1938-1974, Aguiar dedicou-se principalmente à grande composição urbana, tendo desenvolvido mais de 75 Planos Gerais de Urbanização na Metrópole[1]. Em paralelo com esta actividade, o Arquitecto assumia funções de Consultor Técnico da maioria das Câmaras Municipais metropolitanas para as quais desenvolvia PGU – como foi o caso de Castelo Branco, Setúbal e Santarém – dando parecer sobre projectos locais (construção ou ampliação de edifícios, alterações de uso, etc.) quando interferiam com questões de urbanismo.

Mas não é apenas na escala da cidade que a obra de Aguiar se desenvolve. Apesar de menos expressiva, a sua actividade de projectista abarca todas as escalas Arquitectónicas, da habitação ao grande edifício de excepção, passando pelo desenho paisagista de parques e jardins, arranjos e mobiliário urbanos, até mesmo ao simples catavento a colocar no telhado de uma casa.

[1] Aos 75 Planos Gerais de Urbanização somavam-se mais de 70 Arranjos Urbanísticos e 14 Edifícios.





Fig. 4.03. e 4.04. Apresentação do Plano Geral de Urbanização de Setúbal, por João António de Aguiar. 17 de Março de 1945.

Localizado na Avenida de Paris 13, o Ateliê funcionava principalmente das 17h à 1h da manhã. Isto porque grande parte da equipa de desenhadores de Aguiar trabalhava durante o dia, com ele no Ministério do Ultramar, como era o caso de Alfredo Le Mattre de Carvalho, Ezequiel de Castro Martins, António Pinto Madeira e Fortes[2] (são ainda de referir Alfredo Santana, Jacinto Serafim Oliveira, Nuno Antunes e Hermes Alberto Rodrigues Palma).

O Ateliê era frequentemente visitado pelos Presidentes das Câmaras com as quais Aguiar estava a trabalhar, uma vez que Aguiar evitava afastar-se de Lisboa, por uma questão de economia de tempo. Estas visitas realizavam-se à noite, pelo que e toda a equipa tinha "de fazer uma noitada. Então o Aguiar encomendava do café da frente um jarro de café e um pudim inteiro, para todos." (Santana, 2014).

O pai do Arquitecto Nuno Portas, Leopoldo Barreiro Portas, era um dos Presidentes de Câmara visitantes. Responsável pelo município de Vila Viçosa, entre 1947 e 1959, encomendou a Aguiar o PGU da vila e em muitas das reuniões com Aguiar fazia-se acompanhar pelo filho, que embora nos seus parcos 10 anos de idade na altura, relembra hoje Aguiar como " um homem grande que chegava sempre de chapéu, pousava-o sobre o estirador e acendia um cigarro". (Portas, 2014).

[2] Informação prestada pelo Sr. Alfredo Santana (depoimento em anexo III), e confirmada nos processos do Arquivo Histórico Ultramarino. Não foi possível recolher o prenome de Fortes.

1938

Em 1938 Aguiar inicia uma colaboração com a Câmara Municipal da **Figueira da Foz** para trabalho de reconversão urbana da cidade. O primeiro projecto, o Estudo da Avenida Marginal (figura 4.05.), elaborado com o apoio do Director do Porto foi entregue ainda durante esse ano.

1939

Seguiu-se, em 1939, o conjunto de obras de regularização da Costa Norte da Foz do Mondego (para a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos e Junta Autónoma do Porto e Barra da Figueira da Foz), bem como o Prolongamento do Muro de Defesa da Praia e os respectivos Balneários.

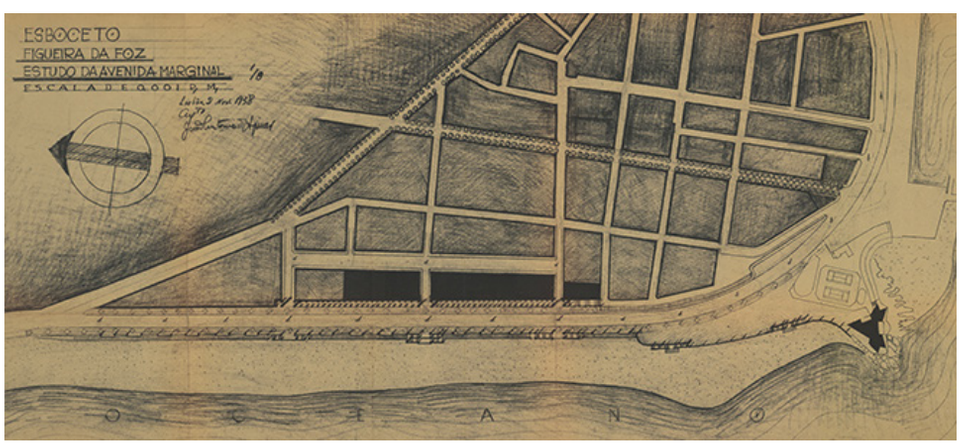


Fig. 4.05. Estudo da Avenida Marginal da Figueira da Foz – - Esboceto. João António de Aguiar, 1938.

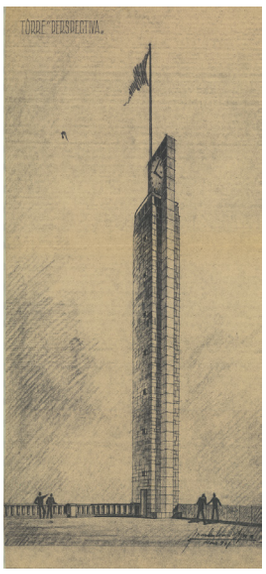


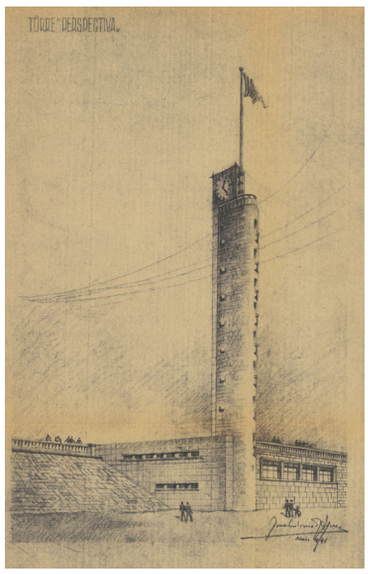
Fig. 4.06. Estudo da Avenida Marginal da Figueira da Foz – Alçado. João António de Aguiar, 1938.

Estas iniciativas visavam desenvolver o turismo da Zona Centro, de que a Figueira era uma das principais zonas balneares. Por esse motivo o Plano previa dois "Hotéis de Turismo" (figura 4.06.) e diversos equipamentos de apoio.

Ainda durante o mesmo ano, Aguiar entrega o projecto da Torre do Relógio, que conta também com as assinaturas dos engenheiros Henrique Óscar Ferreira e José Nunes da Costa Redondo. Este equipamento, que consubstancia um gesto de linguagem claramente *Modernista*, destinava-se aos serviços de sinalização marítima e comportava ainda, na sua base, um restaurante e um bar.

Da extensão inicialmente pretendida para o plano de reconversão da cidade, apenas uma pequena parte foi realizada: as Instalações Sanitárias do Bairro Novo, ainda em 1939; o projecto do Jardim Municipal, em 1940; e os arranjos urbanísticos da Marginal (1943), da Praça de Touros (1944) e do Páteo de Sto. António (1944).





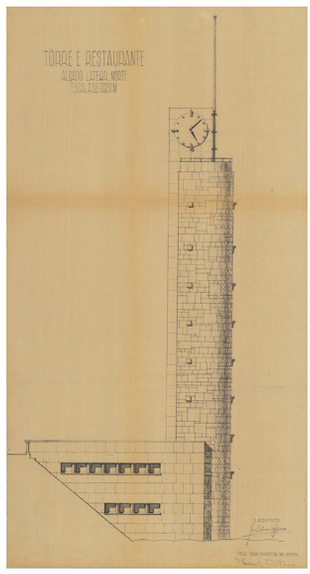


Fig. 4.07., 4.08. e 4.09. Torre e Restaurante – Perspectivas e Alçado Lateral Figueira da Foz. João António de Aguiar, 1939.



Fig. 4.10. Projecto de Urbanização do Bairro de Marzovelos, Viseu. Planta de Sugestão. João António de Aguiar, 1939.



Fig. 4.11. Projecto de Urbanização do Bairro de Marzovelos, Viseu. Planta do Conjunto. João António de Aguiar, 1939.

Em 1939 Aguiar assina ainda o Projecto de Urbanização do Bairro de **Marzovelos** (figura 4.10.), em Viseu. Destinado à função residencial e apresentando uma escala aproximada da da cidade, o projecto prefigura um exercício de grande composição, onde os grandes eixos, rematados por edificado de excepção – o Liceu e uma Igreja – remetem para o modelo da *City Beautiful*.

Composto maioritariamente por moradias unifamiliares, Marzovelos apresenta um pormenorizado trabalho de paisagismo, onde todos os pormenores são considerados, apesar da reduzida escala do desenho.

1943

Data de 1943 o ano terminal do primeiro PGU de Aguiar, para as **Termas de Monfortinho – Fonte Santa**. Sob convite da Câmara Municipal do lugar Aguiar desenvolvera já anteriormente o respectivo Anteplano. O trabalho estava incluído no plano de ordenamento das localidades de veraneio, termas e praias nacionais, do Ministério das Obras Públicas e era manifestamente do interesse do Ministro Duarte Pacheco, que indicou expressamente o nome de Aguiar à Câmara e acompanhou de perto os trabalhos e esboços iniciais.

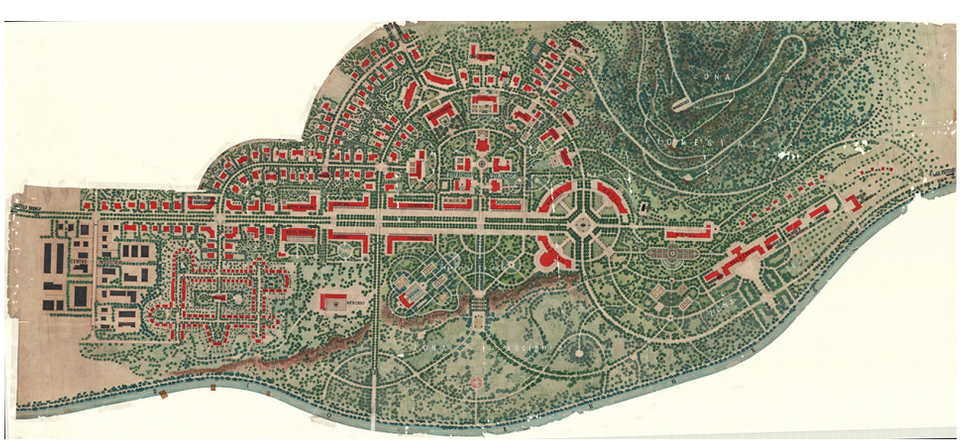


Fig. 4.12. Anteplano de Urbanização de Monfortinho. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1943.

O Plano estrutura-se a partir de uma grande alameda central, ladeada por edifícios e a terminar num grande rotunda, que é a tangente de um semicírculo (com centro na alameda) traçado para NE, onde se desenvolve o aglomerado. Com uma imagem singular, este Plano destaca-se pelo estudo paisagístico[3] que se estendia até à margem do Rio Erges, através de um enorme parque que prolongava o desenho do traçado urbano (figura 4.12.)

O Plano foi aprovado tal qual, por Despacho Ministerial de 24 de Maio de 1945, sendo apenas solicitado que os perfis das ruas – que variavam entre os 25 e os

[3] Segundo Margarida Souza Lôbo (1995: 171) este Plano é o único desta época a incluir um estudo paisagístico no seu processo.

29 metros – fossem diminuídos e definido que o projecto fosse desenvolvido por fases.

Este Plano é revelador do trabalho de grande composição que caracteriza a obra de Aguiar, principalmente nos seus primeiros anos, como decorre da respectiva planta de trabalho (figura 4.13.), onde são traçados eixos que criam relações visuais e de simetria entre os edifícios e os espaços públicos.

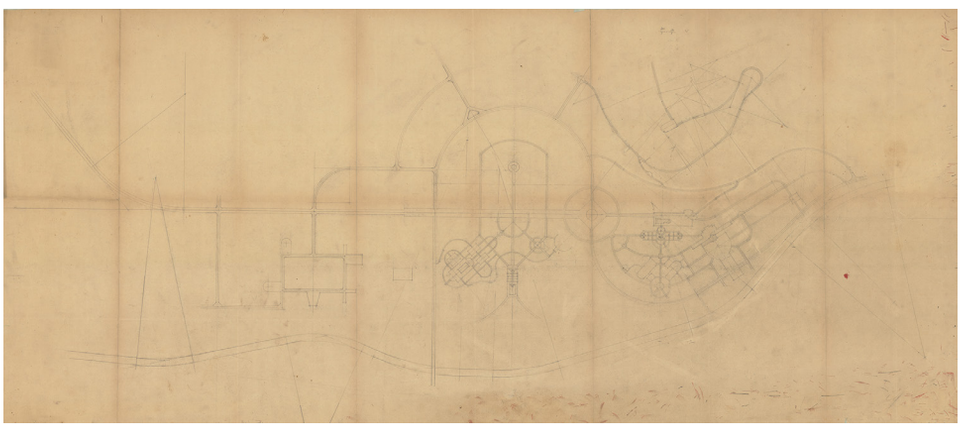


Fig. 4.13. Anteplano de Urbanização de Monfortinho. Parte da Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1943.

O Plano sofre uma revisão em 1957 (figura 4.14), com redução dos perfis de rua, mas também com a diminuição significativa do número de equipamentos. A grande alteração, contudo, prende-se com a redução drástica do parque, que deixa de funcionar como um prolongamento do traçado urbano, mantendo-se como zona agrícola.

Em 1961 dá-se a segunda e última revisão do Plano. A nova versão reduz mais uma vez os equipamentos termais e de lazer. No entanto, as zonas verdes voltam a ganhar alguma dimensão e importância, através de um novo arranjo paisagístico que, à semelhança do Plano de 1943, volta a funcionar como um prolongamento da grande composição. O traçado urbano apresenta um novo eixo diagonal, que atravessa o semicírculo, terminando na grande alameda, agora redimensionada e com uma nova frente de rua, onde os edifícios são substituídos por moradias unifamiliares isoladas. O Plano foi parcialmente executado, sendo ainda hoje possível constatar no terreno a meia circunferência e a grande alameda que o caracterizavam.

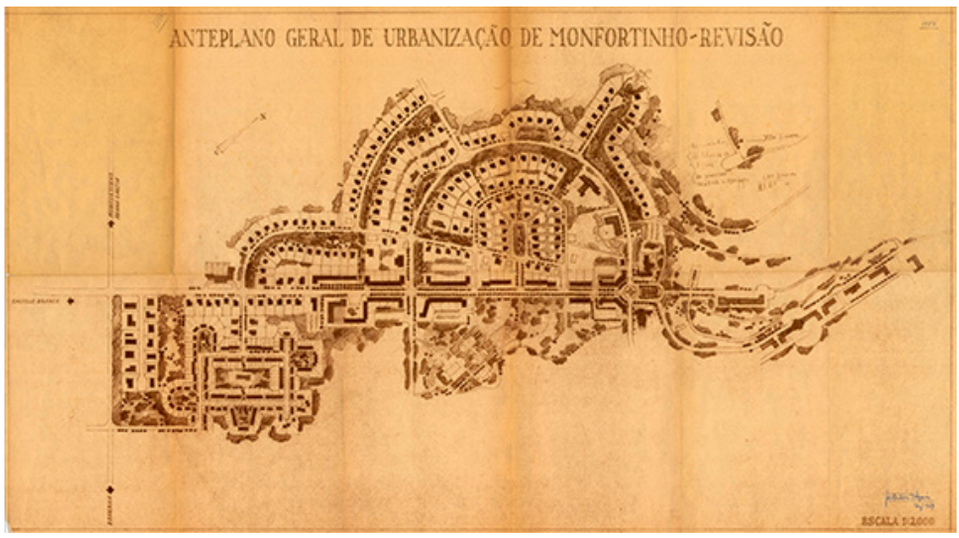


Fig. 4.14. Anteplano de Urbanização de Monfortinho – 1.ª Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1957.



Fig. 4.15. Anteplano de Urbanização de Monfortinho – 2.ª Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1961.

A 7 de Outubro de 1943, três meses depois de ter iniciado o PGU de Monfortinho, Aguiar entrega o Estudo Prévio para o Anteplano de Urbanização de **Vila Real** (figura 4.16.). Em curso desde 1942, o Anteplano, contou com o acompanhamento da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e foi aprovado por Duarte Pacheco, com indicações para ser de imediato iniciado. Atrasou-se, contudo, por falta de cartografia adequada.

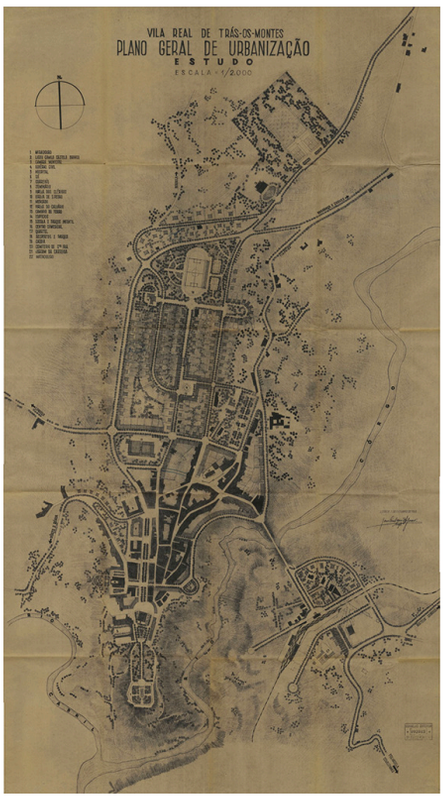




Fig. 4.16. Plano Geral de Urbanização de Vila Real de Trás-os--Montes– Estudo Prévio. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1943.

Fig. 4.17. Anteplano Geral de Urbanização de Vila Real de Trás-os-Montes. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1948.

Pelo que, só em Dezembro de 1944, após a recepção da planta da cidade de Vila Real a 1/2000, Aguiar assina o contrato com a Câmara Municipal e dá inicio aos trabalhos de desenvolvimento do Anteplano Geral de Urbanização.

À data da conclusão e entrega do Anteplano, em 1948, a CM sugeriu diversas alterações justificadas pelo rápido crescimento da cidade entretanto verificado e o aumento da população correspondente.

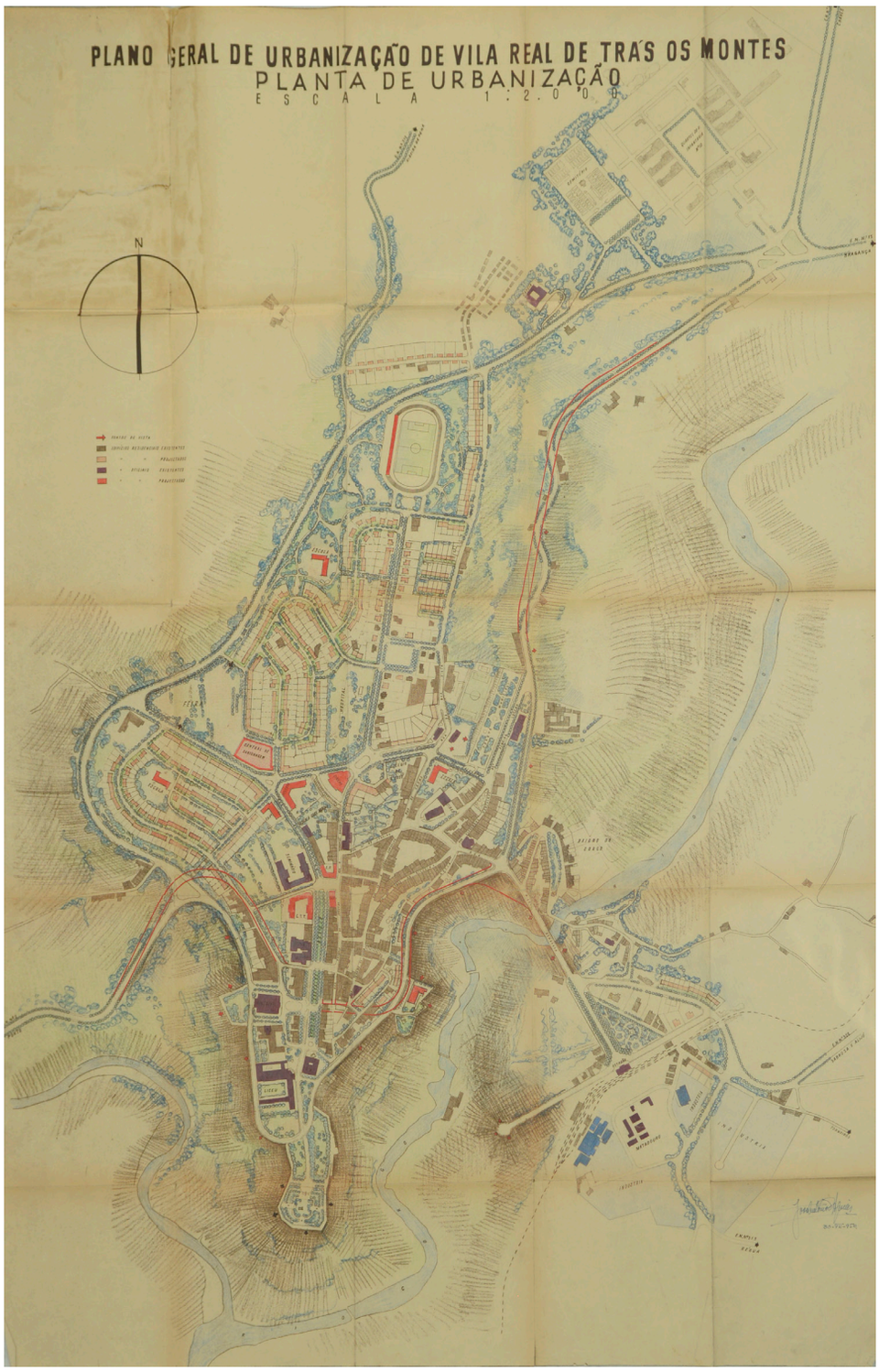
Em 1950 Aguiar procede à primeira Revisão do Plano Geral de Urbanização de Vila Real, (figura 4.18.), onde, segundo o próprio, se "resolveram os aspectos urbanísticos suscitados pelo desenvolvimento espiritual, funcional e material da cidade." (Aguiar, 1950: 2).

As alterações foram-se sucedendo, até ao Anteplano de Urbanização de Vila Real – Alterações que Aguiar entrega em 1952. Apesar desta situação flutuante, decorrente das constantes modificações solicitadas pela CM, uma informação assinada pelo Director de Urbanização, datada de 27/07/1953 e endereçada ao MOP, permite-nos concluir que nesse mesmo ano, em Vila Real já era seguido o Regulamento do Anteplano.

Fig. 4.18. Plano Geral de Urbanização de Vila Real de Trás-os--Montes – 1.ª Revisão. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1950.



Fig. 4.19. Plano Geral de Urbanização de Vila Real de Trás-os--Montes – 5.ª Revisão. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1966.



Em 1955 é solicitada a Aguiar uma visita urgente a Vila Real a fim de decidir localização de diversos novos equipamentos, como o Hospital, a Escola Técnica, o Cineteatro, o Estádio e a nova Sé. Daí resultaria uma 2.ª Revisão do Anteplano Geral de Urbanização. As alterações e o constante crescimento da cidade levaram ainda a mais três revisões: a de 1958, a de 1961 e a de 1966.

O Plano, de 1966 (figura 4.19.), inclui as novas construções e obras de urbanização

que foram sendo executadas desde o início da década de 50, quer com autoria de Aguiar quer sob a sua orientação. Entre elas citam-se: a urbanização do Largo do Pioledo; o arranjo do Largo dos Freitas; a construção da rua para peões a ligar a Rua do Santo Condestável à Rua do Morgado de Mateus; um conjunto de blocos residenciais para a Federação das Caixas de Previdência; o arranjo do Largo entre o Seminário e os CTT; o arranjo da Avenida Marginal (variante da EN2); e o alargamento da Rua de Sto. António.

É notória a preocupação com a preservação do centro histórico da cidade, a ocupação dos terrenos a Sul do núcleo de São Vicente de Paula, a protecção e expansão do seminário e a conservação dos edifícios da Rua D. Afonso III.

Aguiar aproveitou ainda a oportunidade para introduzir no Plano um novo conjunto de arranjos urbanísticos. Entre eles: a alteração da directriz do troço da variante à EN2 que limita a cidade a poente; uma nova rua de acesso ao Lugar de Almodena; o arranjo urbanístico da praça para a nova Catedral; um museu etnográfico; uma biblioteca; um arquivo; uma nova estação rodoviária; um quartel da Guarda Nacional Republicana; um novo centro de desportos; o alargamento da zona do campo da feira; e o projecto de ampliação do perímetro urbano da cidade.

1944

Em 1944 Aguiar inicia o Anteplano de Urbanização de **Arraiolos** (figura 4.20.). A carência de edificado corrente, agravada pelo mau estado de conservação do existente, não permitia dar resposta ao aumento da procura. Estabeleceu-se, assim, como prioridade, a criação de novas artérias interurbanas e de novas zonas para expansão residencial. Simultaneamente, era necessário abrir espaço para a localização de diversos equipamentos – edificado de excepção – entre os quais um edifício dos CTT, um cinema e um mercado. Devido às carências económicas do Município, o Anteplano foi desenvolvido com o cuidado de o tornar financeiramente viável, nomeadamente pela previsão de poucas demolições. Aguiar concentrou-se assim nos seguintes objectivos: resolver o trânsito inter e intra urbano; valorizar o núcleo preexistente; criar uma nova zona residencial; definir e desenvolver um centro cívico; fixar a localização do edificado de excepção a construir; valorizar os edifícios de excepção existentes; e desenvolver um Regulamento que enquadra o modo como o núcleo urbano se desenvolverá daí em diante.



Fig. 4.20. Anteplano de Urbanização de Arraiolos. Esboceto. João António de Aguiar, 1944.

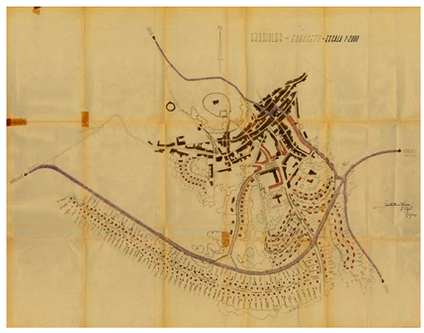


Fig. 4.21. Anteplano de Urbanização de Arraiolos – Revisão. Esboceto. João António de Aguiar, 1947.

O aligeiramento do Anteplano acabou por agilizar bastante o processo e levar à sua rápida execução. No entanto, o esboceto de 1944 viria a ser modificado em 1947, por um segundo esboceto que revê o modo de expansão da vila, a qual passou a desenvolver-se ao longo da Estrada Nacional, na direcção para Montemor-o-Novo. O novo centro cívico ficaria localizado a Sul do núcleo primitivo, que se manteve quase inalterado (figura 4.21.). Após a aprovação do esboço pela Câmara, seguiu-se o desenvolvimento do PGU, o qual viria a ser aprovado por Despacho Ministral de 31 de Dezembro de 1948. A implementação deste Plano foi de facto iniciada, podendo ver-se, ainda hoje, troços do mesmo no terreno, tais como o núcleo residencial da Igreja do antigo Convento de São Francisco.

Ainda durante o ano de 1944 Aguiar entrega o Plano Geral de Urbanização da Vila de **Olhão da Restauração**. Este Plano foi desenvolvido após a apreciação e aprovação, do Anteplano (figura 4.22.), no ano anterior, pelo Ministro Duarte Pacheco e pelo Presidente da CM de Olhão, que deram indicações imediatas para que o Plano definitivo fosse iniciado.[4] Simultaneamente, Aguiar tornava-se consultor técnico da Câmara Municipal, passando a desenvolver diversos arranjos urbanísticos para a vila e a controlar as obras novas, sempre submetidas ao seu parecer prévio.

Segundo a memória descritiva do Plano, constante do processo, a vila de Olhão possuía graves problemas que condicionavam o respectivo desenvolvimento. Entre eles, sobressaem as consequências de um forte aumento da população (entre 1940 e 1943 passara de 14.242 para 17.420 habitantes), resultante numa densidade populacional muito superior ao recomendado e no surgimento de bairros clandestinos, sem as adequadas redes de distribuição de água, de saneamento ou de electricidade.

[4] Também neste caso a contratação de João António de Aguiar foi feita sob recomendação directa de Duarte Pacheco, ao Presidente do Município.

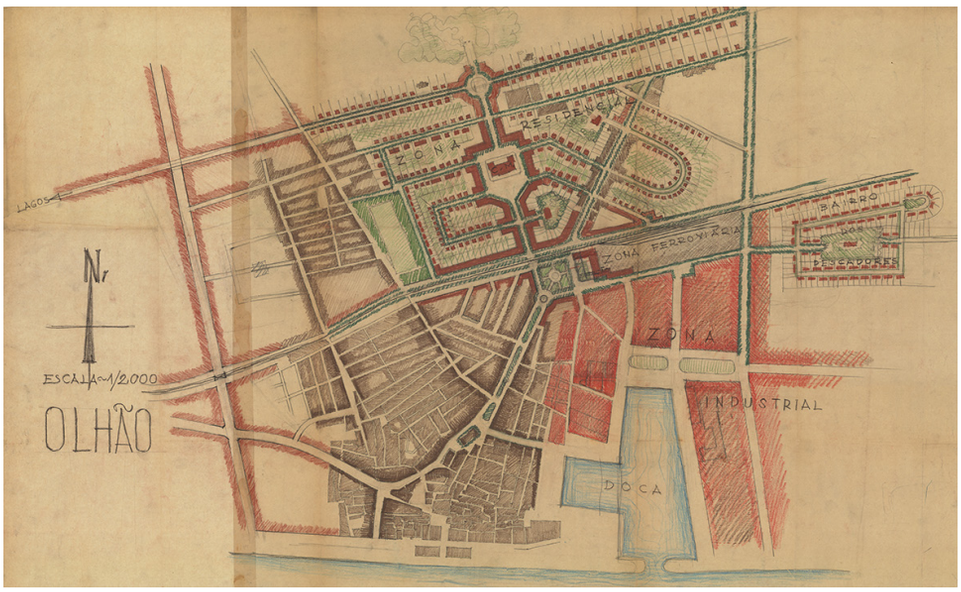


Fig. 4.22. Anteplano de Urbanização da Vila de Olhão da Restauração. Esboceto. João António de Aguiar, 1943.



Fig. 4.23. Planta da Vila de Olhão, 1943.

Aguiar relata ainda ruas muito estreitas (figura 4.23. – planta da vila em 1943), geralmente não pavimentadas e sem passeios, apenas duas avenidas com árvores, ausência de lavadouros públicos e, bem assim, a inexistência de uma estrutura portuária ou zona industrial definida, apesar da população viver essencialmente da pesca e da indústria de conservas.

O Plano (figura 4.24.) é desenvolvido com o acompanhamento da DGEMN, que o aprovou sem condicionantes. Sem deixar de fazer referência à necessidade de ter em consideração as possibilidades económicas do município, Aguiar estabelece os seguintes objectivos: orientar o desenvolvimento da cidade; melhorar as comunicações inter e intra-urbanas; criar uma zona portuária e uma zona industrial; desenvolver novas zonas residenciais; criar uma zona oficial e comercial e uma zona desportiva; dotar a vila de espaços livres públicos; sanear o núcleo urbano, delinear uma rede de arruamentos e valorizar o edificado preexistente que o justifique.

As características mais marcantes do Plano de Olhão são as seguintes: dois grandes eixos estruturantes, que atravessam o tecido preexistente garantindo-lhe salubridade; quarteirões abertos, com logradouros públicos; e uma enorme expansão da vila, que adquire sete novas unidades residenciais. Estas unidades seguem o exemplo de *Radburn* e caracterizam-se por uma rede de percursos pedonais autónoma da rede rodoviária, por impasses (como dispositivos de nível intermédio) e pelo facto de o edificado corrente ser de moradias unifamiliares isoladas.



Fig. 4.24. Plano Geral de Urbanização da Vila de Olhão da Restauração. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1944.

Aprovado por Despacho Ministral a 31/07/1945, o PGU viria a estar patente na exposição dos "15 anos de Obras Públicas" de 1946, no Instituto Superior Técnico.

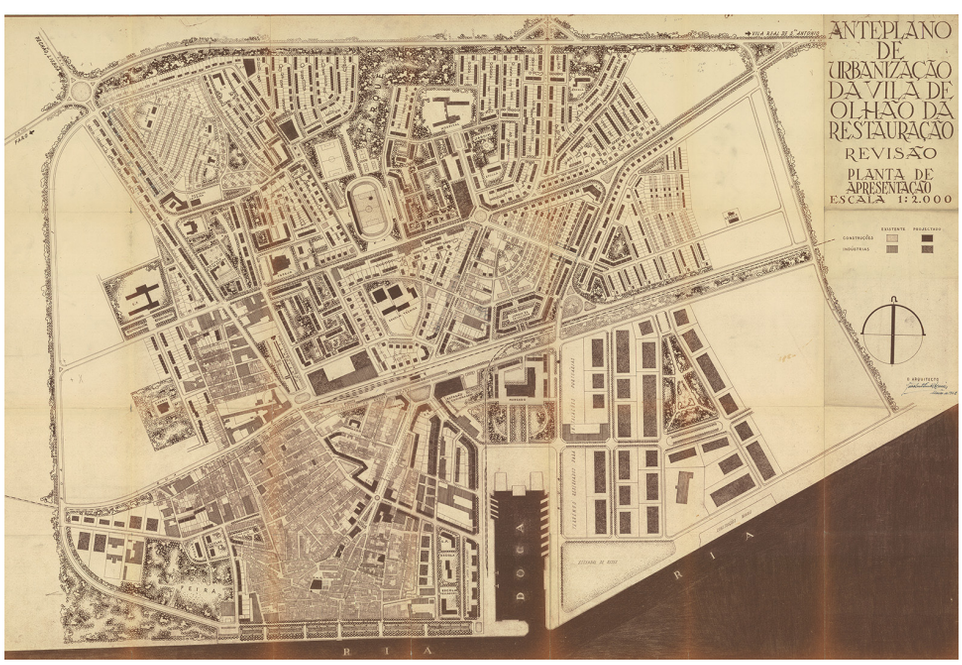


Fig. 4.25. Plano Geral de Urbanização da Vila de Olhão da Restauração– Revisão. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1962.

A vontade camarária em criar novos equipamentos, levou a uma revisão do Plano em 1962, figura 4.25. A nova versão apresenta uma organização sectorial idêntica à da primeira. A grande alteração dá-se relativamente ao tecido preexistente, onde a intervenção passa a ser apenas pontual.

1945

O Plano Geral de Urbanização da Vila de **Cantanhede** (figura 4.27.) data de 1945 e organiza-se por meio de uma rede de espaços estruturantes que separam o tecido preexistente das novas áreas de expansão, que não são definidas.

Numa aproximação ao modelo teórico da *Cidade-Jardim*, tal como definido por Howard, o centro de Cantanhede passaria a estar rodeado por habitações destinadas à classe média e apenas depois surgiriam as zonas residenciais rurais, que ficariam afastada do núcleo da cidade e das suas zonas estruturantes. O centro da vila também sofreria uma alteração significativa, visto que a maioria dos seus serviços seriam mudados para o novo centro cívico.

Em parecer emitido ainda durante o mesmo ano pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações[5], esta solução, sintetizada no esquema da Figura 4.26., é criticada sobretudo por afastar demasiado do centro a zona de habitação rural. O documento termina mesmo por afirmar que "Se não for resolvido o problema da assistência à habitação rural (...) este plano não tem possibilidade de realização." Por seu turno, os Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Cantanhede emitem, a 28 de Março de 1946, um parecer onde afirmam que o Plano fomenta a desigualdade social e altera o carácter da vila.

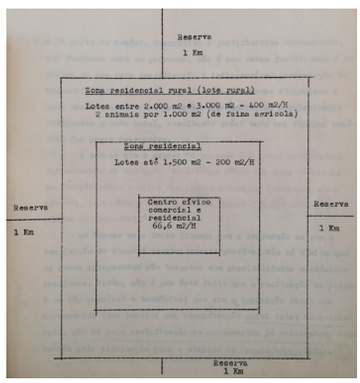


Fig. 4.26. Esquema apresentado no Parecer do MOP, de 29 de Novembro de 1945.





Fig. 4.27. Plano Geral de Urbanização da Vila de Cantanhede. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1945.

Fig. 4.28. Plano Geral de Urbanização da Vila de Cantanhede – -1.ª Revisão. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1947.

Na sequência destas críticas, Aguiar vai proceder, em 1947, à 1.ª Revisão do Plano (figura 4.28.). Como alteração mais importante Aguiar mantém no centro histórico e na sua praça central, os serviços a esta adjacentes, abandonando a ideia de os trasladar para o novo centro cívico. No entanto, o problema social salientado no parecer do MOP já citado permanece, afastando para fora da vila as classes rurais – mais empobrecidas.

[5] Datado de 29 de Novembro de 1945.

As críticas do MOP mantêm-se[6], assim como as do Conselho Municipal[7]. O que originou a elaboração de um inquérito à habitação, com base no qual Aguiar desenvolve, em 1951, uma 2.ª Revisão do PGU (figura 4.29.).



Fig. 4.29. Plano Geral de Urbanização da Vila de Cantanhede – 2.ª Revisão. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1951.



Fig. 4.30. Plano Geral de Urbanização da Vila de Cantanhede – 2.ª Revisão. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1951.

Esta nova versão prevê a sua execução por fases: primeiro as comunicações interurbanas, depois as comunicações intra-urbanas, seguindo-se o centro cívico e, finalmente, a renovação dos Paços do Concelho e dos correios, a construção de uma biblioteca, duas agências da CGD, um Mercado, um cinema, um Quartel dos bombeiros, um quartel da GNR, um campo de jogos, um campo da feira e uma estação rodoviária. Simultaneamente propunha o arranjo da Praça dos Combatentes da Grande Guerra, que era a principal zona comercial da vila e a

[6] Parecer N.º 1.873, de 17/12/1947, homologado por Despacho Ministral a 09/01/1948.

[7] Acta extraordinária de 25/05/1947,onde mantém o descontentamento face ao afastamento da classe rural da vila.

conservação de quase todo o traçado urbano, introduzindo-lhe apenas novos espaços públicos qualificados.

A grande alteração, contudo, decorre de a expansão do aglomerado urbano passar a fazer-se na direcção da Estação de Caminhos-de-Ferro, gerando um maior equilíbrio urbano.

A Câmara Municipal foi a primeira a pronunciar-se, afirmando que "o plano merece inteira aprovação."[8] Ao que se seguiu o parecer[9] do MOP, ainda durante o ano de 1951, que o aprovou sem restrições e, finalmente, a aprovação ministerial – por Despacho de 19/12/1951.

Durante o Ano de 1945, Aguiar entregou ainda o Anteplano Geral de Urbanização de **Castelo Branco** (figura 4.31.). Iniciado em Maio de 1943, Aguiar tinha sido encarregado, mais uma vez por Duarte Pacheco, de realizar o "estudo da zona de protecção do Liceu Nun'Alvares – em construção – e da elaboração do Plano de Urbanização da zona adjacente ao mesmo edifício"[10]. Factos que acabaram por levar o município a convidá-lo, depois para desenvolver o PGU. Aguiar tornou-se, simultaneamente, consultor técnico da CM, revendo todos os projectos que eram submetidos a esta entidade e podendo, assim, controlar o que era construído na cidade.

O Anteplano concentrava-se nas questões associadas com a circulação, a salubridade e as condições habitacionais, que à data se apresentavam como graves problemas da cidade. Aguiar propõe uma reestruturação da rede viária no centro da cidade e uma circular periférica que a articulava com a Estrada Nacional. Tal como noutros Planos Gerais de Urbanização, da sua autoria, Aguiar propõe um novo centro cívico, onde seriam instalados os novos Serviços e Equipamentos da cidade, envoltos por grandes espaços públicos qualificados. No entanto, e apesar de Aguiar procurar evitar as expropriações e tentar ao máximo conservar o centro histórico de Castelo Branco, a criação desta nova centralidade leva a pequenas demolições em diversas habitações. Para as novas áreas residenciais, Aguiar propõe como tipologia dominante a moradia unifamiliar isolada, e uma organização em pequenos núcleos complementados por equipamentos de apoio e uma rede de espaços verdes, numa aproximação ao modelo teórico da *Cidade-Jardim*, no conceito de Howard.

[8] Parecer constante do Processo Administrativo da vila de Cantanhede, pertencente ao espólio do Arquitecto.

[9] Parecer N.º 2.223.

[10] Informação extraída de uma carta do Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Dr. Augusto Duarte Beirão, ao Ministro do MOP em 27/06/1944, constante no processo administrativo da cidade, no arquivo da DGT.



Fig. 4.31. Anteplano Geral de Urbanização de Castelo Branco. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1945.

Ainda durante o ano de 1945,[11], o MOP pronuncia-se sobre o Anteplano, criticando-o: "O autor propõe a demolição de uma enorme percentagem das habitações actuais e, para o realojamento desses habitantes e dos que resultarem do crescimento da cidade, fixou novas áreas destinadas a residências. Os tipos de casas de habitação propostas, unifamiliares, não são os mais indicados para se conseguirem soluções económicas o que nos faz duvidar da possibilidade de se conseguir realojar a população atingida sem lhe afectar o seu nível de vida. Isto é, se as suas condições de habitação melhoram, as outras condições de vida: alimentação, vestuário, divertimento, etc. piorarão, visto que uma parte do orçamento familiar terá de ser desviado para atender ao inevitável aumento da renda da casa." (MOP, 1945: 5-6).

O parecer alerta, ainda, para "deficiências" que terá havido na elaboração do inquérito e na análise que foi entregue ao Arquitecto, o que não lhe teria permitido desenvolver um programa apropriado.

Apesar destas críticas, o Anteplano foi aprovado por Despacho Ministral de 24/01/1946. Seguindo-se, de imediato, a solicitação da Câmara Municipal para que Aguiar inicie Plano definitivo. De imediato o Arquitecto inicia diversos estudos e esbocetos para a cidade, como o estudo da rede de espaços estruturantes (figura 4.32.).

[11] O 1.º Parecer do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, processo PU-89 parecer N.º 11313, data de 17/09/1945 e consta do processo administrativo da cidade, no arquivo da DGT.



Fig. 4.32. Rede de Espaços Estruturantes. Esboceto. João António de Aguiar, 1947.

O Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco, viria a ser entregue apenas em 1959, devido a diversos problemas administrativos do município e por este pretender que o PGU ocupasse uma área maior do que a inicialmente levantada, o que obrigou à encomenda de novos levantamentos topográficos[12]. Respondendo às críticas feitas pelo MOP â versão anterior, altera-se a tipologia dominante do edificado corrente, passando agora a ser de blocos de habitação colectiva, inseridos numa estrutura de parques verdes atravessados por uma rede de percursos pedonais autónoma da rede rodoviária e por *impasses*, ao estilo de *Radburn*.



Fig. 4.33. Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1959.

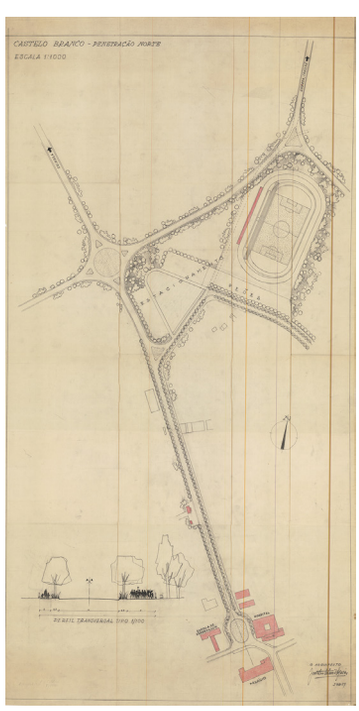


Fig. 4.34. Urbanização de Castelo Branco. Arranjo Urbanístico da Penetração Norte – Planta e Perfil Transversal. João António de Aguiar, 1959.

[12] O atraso na entrega dos documentos a Aguiar foi uma constante, como o arquitecto relata na resposta ao oficio 219/PU-89 da repartição dos estudos de urbanização.

Paralelamente, detalham-se todos os núcleos residenciais – Castelo, Senhora da Piedade, São Tiago, Estação, Santo António, Cansado, Almeiro e Fonte Nova - sendo ainda pormenorizadas as zonas industriais de Montalvão e da Estação.

Além disso, Aguiar desenvolve diversos Planos de Pormenor e Arranjos Urbanístico, onde define não só a implantação do edificado e das zonas verdes, como também a sua imagem, indicando mesmo quantos pisos deveria ter cada edifício e se o seu piso térreo deveria ser em galerias ou não (figuras 4.35., 4.36., 4.37. e 4.38.). Um cuidado com a imagem das zonas estruturantes da cidade que levou mesmo Aguiar a desenvolver "Alçados de Sugestão" para algumas das principais avenidas, como no caso da Avenida 28 de Maio (figura 4.39.).

Aguiar passou dois anos a rever diversos elementos estruturais para poder entregar a 2.ª Revisão do Plano Geral de Urbanização em 1962. Bastante próxima das soluções da 1.ª Revisão, mantém como referência o exemplo de *Radburn*, privilegiando as zonas verdes e os percursos pedonais, mas agora reintroduzindo a moradia unifamiliar isolada, que passava a conviver com os blocos de habitação colectiva.

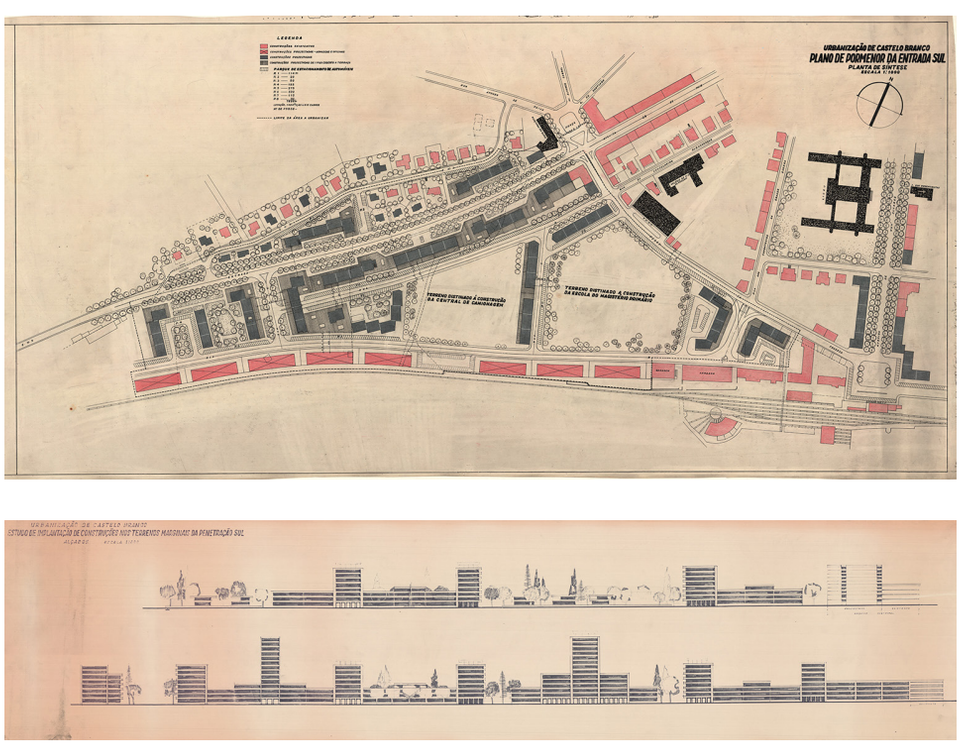
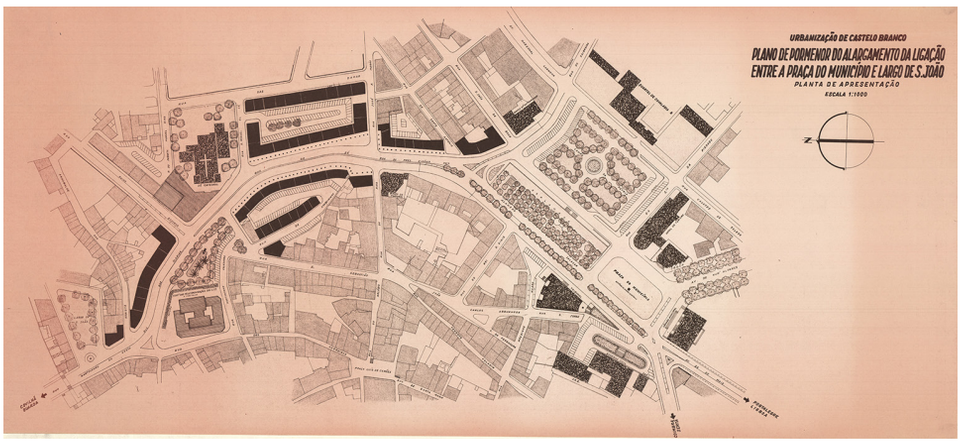


Fig. 4.35. e 4.36. Urbanização de Castelo Branco. Plano de Pormenor da Entrada Sul – Planta Síntese e Alçados. João António de Aguiar, s.d..



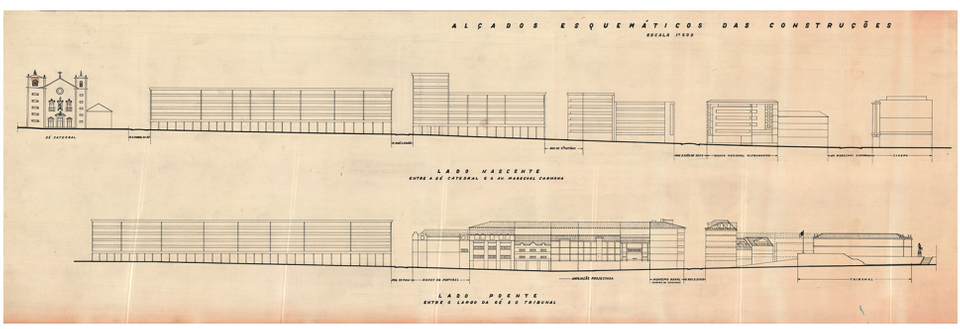


Fig. 4.37. e 4.38. Urbanização de Castelo Branco. Plano de Pormenor do Alargamento da Ligação entre a Praça do Município e o Largo de S. João – Planta de Apresentação e Alçados Esquemáticos das Construções. João António de Aguiar, s.d..

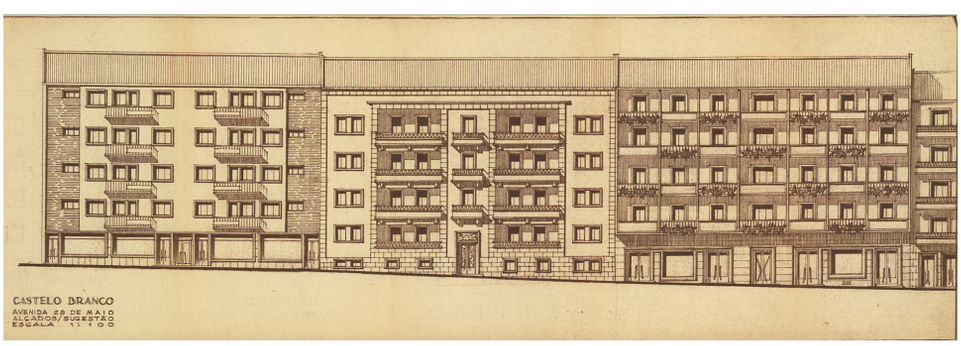


Fig. 4.39. Urbanização de Castelo Branco. Plano de Pormenor da Avenida 28 de Maio –Alçados Sugestão. João António de Aguiar, s.d..

Entre a apresentação do Anteplano de 1945 e a aprovação definitiva do PGU as medidas previstas naquele, eventualmente revisto ao longo dos anos, foram sendo efectivamente implementavas.



Fig. 4.40. Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco – -2.ª Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1962.

Ainda durante o ano de 1945 Aguiar entrega o Plano Geral de Circulação, Expansão e Defesa da Ribeira de Santarém. A sua colaboração com a Câmara teria começado no início desse ano, sob indicação do Director dos Serviços de Urbanização do MOP.[13] Além da escolha de Aguiar para o PGU de Santarém, por despacho ministerial de 1/03/1945, a Câmara solicita ainda ao Arquitecto que assuma a função de seu consultor técnico.

1947

Entregue dois anos depois, em 1947, o Anteplano Geral de urbanização de **Santarém**, (figura 4.41.), elenca os seguintes objectivos principais: (1) orientar o desenvolvimento da vila; (2) resolver as comunicações inter e intra-urbanas, que se faziam com extrema dificuldade, por arruamentos estreitos e sinuosos, com larguras entre 2 e 6 metros, no núcleo histórico; (3) criar um centro cívico; (4) desenvolver um novo campo da feira, visto a localização e capacidade do existente não ser mais viável; (5) prolongar a zona comercial preexistente até às novas zonas de expansão; (6) criar uma zona desportiva; (7) dotar a cidade com espaços livres; (8) e definir a área histórica da cidade.

A memória descritiva relata, ainda, preocupações relacionadas com a valorização do edificado de valor histórico e patrimonial, acabando mesmo o Arquitecto por desenvolver o traçado das áreas de expansão da cidade de modo a evitar os troços de muralha existentes, libertando-os e nunca os destruindo.

[13] O MOP justifica esta indicação face à demora na efetivação do concurso público de recrutamento de um Arquitecto para o efeito, como era intenção da Câmara.

O parecer[14] dos Serviços da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização do MOP, datado de 30 de Abril de 1948, elogia o modo como o Anteplano foi feito e afirma que este está em condições de receber aprovação imediata, mas entende que os aspectos seguintes devem ser objecto de atenção: considerar a possibilidade de instalação de novas indústrias; tentar alterar o traçado da Rua B, para reduzir as demolições ao mínimo indispensável; prever um campo de desportos próximo das zonas residenciais; projectar o campo da feira de modo a que possa crescer e articulá-lo ao futuro parque municipal; definir as diferentes fases de desenvolvimentos do Plano.



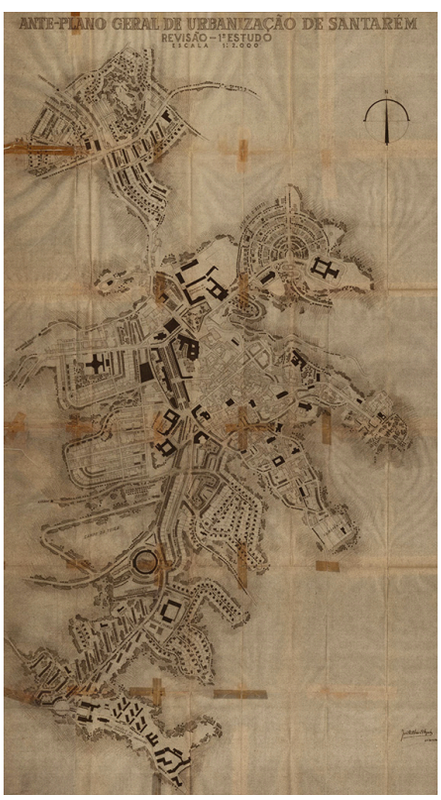


Fig. 4.41. Anteplano Geral de Urbanização de Santarém. Planta da Área Existente e de Expansão. João António de Aguiar, 1947.

Fig. 4.42. Anteplano Geral de Urbanização de Santarém –1.ª Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1957.

Com a aprovação do Anteplano, seguem-se os estudos necessários para o desenvolvimento do Plano definitivo, que, no entanto, apenas vai ser entregue dez anos mais tarde. Denominado de Anteplano Geral de Urbanização de Santarém – Revisão (figura 4.42.), o estudo apresenta novas áreas de expansão, a Norte, e introduz novas tipologias residenciais, passando as moradias unifamiliares isoladas a estar intercaladas com blocos de habitação colectiva, estruturados por *impasses*. Esta alteração relativamente ao primeiro Anteplano, equivale à que já se verificara em Castelo Branco e Olhão, denotando uma mudança no modelo de referência seguido por Aguiar, que troca o modelo teórico da *Cidade-Jardim* de Howard pelos princípios de *Radburn*, segundo a definição de Clarence Stein.

A 1.ª revisão do Plano dá-se em 1961 (figura 4.43.), após a actualização da planta topográfica, respondendo, mais uma vez, ao parecer do CSOP-MOP e

[14] Parecer N.º 1944 Processo, do processo PU-45.



Fig. 4.43. Anteplano Geral de Urbanização de Santarém – 2.ª Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1961.

resolvendo os problemas urbanísticos suscitados pelo desenvolvimento urbano ocorrido entretanto.

Aguiar foi colaborador da Câmara Municipal de Santarém até morrer, em 1974, contando, além dos Planos de Urbanização, com diversas obras e projectos desenvolvidos para o município.[15]

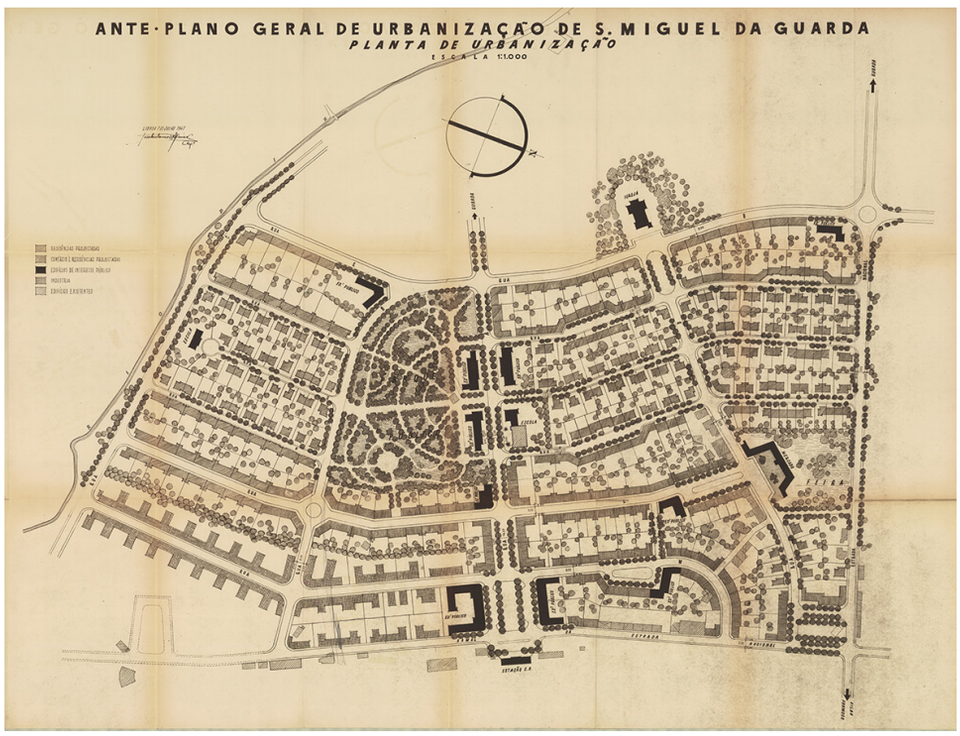
A 6km da cidade da Guarda encontra-se a sua estação de caminho-de-ferro[16], localizada no pequeno núcleo residencial de **São Miguel da Guarda**, composto por alguns caminhos de terra batida que conduzem a zonas rurais e a algumas moradias esporádicas (figura 4.45.).

Em 1947 Aguiar entrega o PGU de São Miguel da Guarda (figura 4.44.). A encomenda deste Plano Geral de Urbanização para uma tão pequena povoação tem como objectivo transformá-la num aglomerado satélite da cidade, da qual continuaria a depender administrativa e politicamente. Seguindo os princípios do modelo teórico da **Cidade-Jardim**, de Howard, previa-se que este núcleo tivesse uma economia própria.

Fig. 4.44. Anteplano Geral de Urbanização de S. Miguel da Guarda. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1947.



Fig. 4.45. Anteplano Geral de Urbanização de S. Miguel da Guarda. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1947.



[15] De entre os muitos exemplos possíveis salientam-se: a Urbanização da Ribeira de Santarém, em 1943; o Arranjo urbanístico da Cerca de São Lázaro, em 1966; o Arranjo urbanístico da Rua Capitão Barros e Matos, Avenida António Maria Baptista, Rua Frei Luís de Sousa e área anexa até estrada de S. Domingos, em 1967; o Projecto do Bairro da Bexiga, em 1968; o Plano Director de Urbanização de Santarém, em 1972; o Plano de pormenor do equipamento desportivo, s.d.; o Projecto do arranjo do Largo das Amoreiras, s.d.; o Plano de pormenor do lado Poente de Avenida Brasil, s.d.; o Plano de pormenor dos núcleos residenciais de Vale de Estacas e do Hospital, s.d.; o Plano de pormenor da área anexa ao limite Norte do Campo de Feiras, s.d.; o Arranjo urbanístico da área anexa a Norte de Monte Cravo, s.d.; o Arranjo urbanístico da localização do edifício dos Bombeiros Municipais, s.d. e; o Edifício dos Bombeiros Municipais, s.d..

[16] Na época, a ligação entre a estação e o centro da cidade da Guarda era assegurada por um troço da EN16.

Quinze anos depois da elaboração do primeiro Anteplano Geral de Urbanização de São Miguel da Guarda, Aguiar entrega a sua revisão. No intervalo, o desenvolvimento urbano foi de pouca monta, contrariando as expectativas camarárias. No entanto, em 1963, a compra de um amplo lote a Sul da estação de Caminhos-de-ferro, por uma grande fábrica de montagem de automóveis e a consequente procura de lotes residenciais por parte de particulares, motivou a CM a solicitar a revisão do PGU (figura 4.46.).



Fig. 4.46. Anteplano Geral de Urbanização de São Miguel da Guarda – Revisão. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1950.

Esta nova versão do Plano actualiza a anterior, principalmente ao nível das comunicações e das zonas residenciais, que passam a ser maioritariamente compostas por blocos residenciais de 2, 3 e 4 pisos.

Da colaboração entre Aguiar e o Município egitano resultou ainda, em 1949, o Anteplano Geral de Urbanização da Guarda (figura 4.47.), revisto em 1952, assim como diversos arranjos urbanísticos no âmbito de um contrato de consultor que os ligou alguns anos.



Fig. 4.47. Anteplano Geral de Urbanização da Guarda. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1949.

Em 1948, o **Vimieiro**, no Concelho de Arraiolos, é um pequeno núcleo urbano que se desenvolve em torno da Igreja Matriz (figura 4.49.). Com arruamentos de razoáveis dimensões e moradias de um piso, o povoado sofria, segundo a descrição que Aguiar faz na memória descritiva, de um crescimento sem critério, que desvanecia a "interessante característica da povoação" (Aguiar, 1948a: 31).

O Anteplano Geral de Urbanização do Vimieiro tem por objectivos principais a expansão e a saneamento da vila.



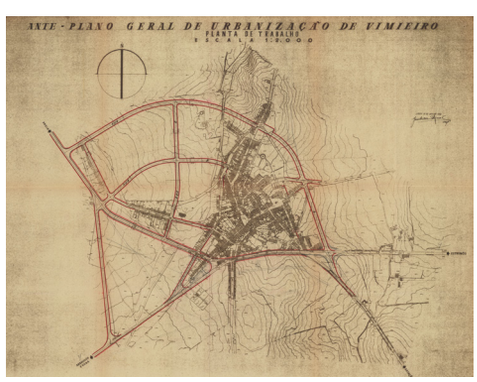


Fig. 4.48. Anteplano Geral de Urbanização do Vimieiro. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1948.

Fig. 4.49. Anteplano Geral de Urbanização do Vimieiro. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1948.

As zonas residenciais preexistentes mantêm-se, desenvolvendo-se as zonas de expansão para Poente, onde a tipologia a seguir é a da moradia unifamiliar em banda, dotada de um generoso quintal a tardoz.

São também previstas duas grandes zonas verdes, logradouros públicos e um campo de jogos.

O Anteplano não recolhe aprovação do CSOP, que considera indispensáveis as seguintes operações prévias: terminar o inquérito à habitação em curso; calcular o crescimento da população a prazo de 40 anos e rever as áreas de expansão em



Fig. 4.50. Anteplano Geral de Urbanização do Vimieiro – Alterações. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1950.

conformidade; modificar alguns troços de arruamentos; rever a localização do parque público e do campo de jogos; e definir a localização de um novo mercado e de uma casa de espectáculos.[17]

Aguiar desenvolve então o Plano Geral de Urbanização de Vimieiro – Alterações (figura 4.50.), onde responde à esta apreciação do MOP, fazendo as alterações necessárias. A modificação foi rapidamente aprovada tendo depois o Plano sido parcialmente executado, mantendo-se ainda hoje o respectivo traçado.

Ainda durante o ano de 1948, Aguiar entrega o Anteplano Geral de Urbanização de **Palmela** (figura 4.51.). O documento explicita os objectivos seguintes: orientar o desenvolvimento da vila; melhorar as comunicações inter e intra-urbanas; criar um centro cívico; dotar a vila de equipamentos e de espaços públicos qualificados; e definir as áreas de interesse histórico e arquitectónico.

Tirando partido dos arruamentos preexistentes – que reestrutura –, Aguiar desenvolve as áreas de expansão a Norte do castelo, onde coordena pequenos blocos residenciais de dois pisos com moradias unifamiliares (em banda e isoladas) e com novos equipamentos, como o mercado.

O Anteplano foi aprovado pelo MOP e pela Câmara Municipal, sem grandes condicionantes, avançando-se logo no ano seguinte para o Plano definitivo. O Plano Geral de Urbanização de Palmela – Revisão, (figura 4.52.) foi entregue em 1950 sendo depois executado progressivamente. Parte do traçado urbano então proposto permanece ainda hoje na cidade, como é o caso da Avenida Dr. Juiz José Celestino Ataz, do Largo São João Baptista e das Ruas Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Simultaneamente com a execução do PGU, Aguiar desenvolveu diversos estudos e projectos para a CM, como o estudo urbanístico da Quinta da Cerca, de 1966.



Fig. 4.51. Anteplano Geral de Urbanização de Palmela. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1948.



Fig. 4.52. Plano Geral de Urbanização de Palmela. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1950.

[17] Esta apreciação foi redigida no parecer N.º 2088 do PU-304, de 1949.

1949

Data de 1949 a entrega do Anteplano Geral de Urbanização de Vouzela (figura 4.54.). Este estudo destinava-se a orientar e regular o crescimento do pequeno aglomerado urbano que, há época, apesar da muita procura por turistas nacionais e estrangeiros durante os meses de verão, se cingia a quatro ruas (figura 4.53.). Neste processo Aguiar introduz uma nova premissa no seu modo de fazer cidade em núcleos urbanos com diversos edifícios de valor histórico e/ou arquitectónico, ao propor que lhes sejam criadas zonas de protecção, para ter em conta a sua importância na história do lugar.



Fig. 4.53. Anteplano Geral de Urbanização de Vouzela. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1949.

O parecer favorável do MOP merece do Ministro o seguinte despacho: "Homologado. Concordo inteiramente com a sugestão formulada no sentido de se terem sempre em consideração as zonas de protecção dos Monumentos Nacionais, quando existam nos aglomerados em estudo. Devem então definir-se tais zonas e prever desde logo as medidas a tomar, na execução dos planos, para valorização dos Monumentos."[18] O parecer do CSOP, por sua vez, apenas acrescentou que o Plano deveria rever o estudo demográfico, para verificar a necessidade das expansões para norte e nascente e ainda valorizar os terrenos circundantes à Igreja Matriz.

Em 1951, Aguiar entrega o Plano Geral de Urbanização de Vouzela, com uma única alteração em relação ao anteplano: a abertura de uma praça frontal à Igreja Matriz, tal como sugerido no primeiro parecer do CSOP. O PGU foi homologado ainda durante este ano e parcialmente executado, sendo ainda hoje identificável na vila o respectivo traçado.



Fig. 4.54. Anteplano Geral de Urbanização de Vouzela. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1949.

[18] Texto rredigido em 27/12/1950 encontra-se no processo administrativo de Vouzela, no arquivo da DGT.

Em 1949, Aguiar entrega também o Anteplano Geral de Urbanização de **Vila Viçosa** (figura 4.55.). Na respectiva memória descritiva reconhece que muito já tinha sido feito para melhorar a vila, como a recuperação do castelo ou a nova infra-estrutura de abastecimento de água. No entanto, pela importância histórica e turística do aglomerado e dos seus muitos monumentos alerta que "Todos estes monumentos devem merecer especial cuidado na elaboração do plano, impondo-se a constituição de zonas de protecção para as quais se exigem requisitos especiais estabelecidos de acordo com um plano de conjunto." (Aguiar, 1949a: 79).

Com uma projecção a 30 anos, o Plano, que tem como objectivo orientar o desenvolvimento de Vila Viçosa, não faz demolições no tecido preexistente, propondo apenas a sua expansão urbana no sentido da linha férrea, para Sul e Nascente da Mata e Largo D. João IV. Para as novas zonas residenciais prevê-se a tipologia da moradia unifamiliar, podendo esta ser isolada ou geminada e em banda quando destinada ao bairro económico. O Plano contempla, ainda, um centro cívico e novas zonas verdes.



Fig. 4.55. Anteplano Geral de Urbanização de Vila Viçosa. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1949.

A acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Viçosa, realizada a 24 de Março de 1950, afirma que o Plano "está feito com muito cuidado e minuciosidade e que é, mesmo, projecto para uma expansão urbana de certa

grandeza, que, embora se afigure ainda bastante longínqua, Vila Viçosa pode muito bem vir a atingir, pois tem condições excepcionais para isso. Não pode, por isso, esta comissão deixar de reconhecer no Sr. Arquitecto Aguiar um profissional de grande competência e uma artista distinto."[19] Apesar deste parecer, a Câmara Municipal solicitou ao Arquitecto algumas alterações relacionadas com as áreas de expansão urbana. Na sequência disso, Aguiar entrega em 1951 o Anteplano Geral de Urbanização de Vila Viçosa – 1.ª Remodelação. Onde a grande alteração consiste na aproximação das novas zonas residenciais ao núcleo histórico (figura 4.56.).





Fig. 4.56. Anteplano Geral de Urbanização de Vila Viçosa – 1.ª Remodelação. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1951.

Fig. 4.57. Anteplano Geral de Urbanização de Vila Viçosa – 2.ª Remodelação. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1954.

Na versão remodelada, o Plano voltou a ser alvo de críticas. Desta vez devido a apresentar exclusivamente como tipologia habitacional a da moradia unifamiliar. Aguiar produz então uma 2.ª Remodelação (figura 4.57.), entregue em 1954, onde são introduzidos os blocos habitacionais de 2 e 3 pisos e o campo da feira é afastado do núcleo urbano.

Em 1961 é entregue a versão definitiva do plano, intitulada Anteplano Geral de Urbanização de Vila Viçosa – Revisão (figura 4.58.) a qual, aprovada por Despacho Ministral de 27 de Fevereiro de 1963, reúne e coordena soluções já propostas anteriormente na segunda e terceira remodelações – o campo da feira volta para junto do núcleo urbano e prevêem-se diferentes tipologias de edificado corrente – podendo identificar-se blocos residenciais e moradias unifamiliares isoladas, geminadas e em bloco. A grande alteração do Plano em relação à suas versões anteriores é a introdução de uma grande área industrial.

[19] Acta constante do Processo Administrativo da cidade no arquivo da DGT.



Fig. 4.58. Anteplano Geral de Urbanização de Vila Viçosa – Revisão. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1961.

1950



Fig. 4.59 . Plano Geral de Urbanização de Penhas da Saúde. Planta do Estado Actual. João António de Aguiar, 1950.

Em 1950 Aguiar assina o Plano Geral de Urbanização das **Penhas da Saúde**. À data um pequeno aglomerado urbano (figura 4.59.), na zona do *Curral do Vento* (sem rede de abastecimento de água e esgotos, onde os arruamentos são caminhos estreitos abertos no terreno) que se constitui como uma estância de repouso e turismo em duas épocas características: o inverno e o verão. Aguiar propõe a transformação deste aglomerado num núcleo turístico com acentuadas características de estância de inverno, que não existia no país. Para isso desenvolve uma zona de expansão, na *Nave de Areia*, para onde prevê um centro cívico, cem lotes para moradias destinadas a residências ou casas de aluguer para turistas e ainda diversos equipamentos (figura 4.60.).

O Plano é aprovado por Despacho Ministerial de 28 de Junho de 1951 e pelo Comissariado do Turismo, Repartição de Fomento, que elogiou o projecto salientando que seria o primeiro deste género.



Fig. 4.60. Plano Geral de Urbanização de Penhas da Saúde. Esquisso Inicial. João António de Aguiar, 1950.



Fig. 4.61 . Anteplano Geral de Urbanização de Penhas da Saúde – Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1961.

Em 1961 foi entregue a versão final do projecto, Anteplano Geral de Urbanização das Penhas da Saúde – Revisão (figura 4.61.), aprovado por Despacho Ministral de 6 de Setembro de 1965. Mais uma vez devido a falta de verbas, pouco do Plano foi executado. No entanto o traçado urbano que ainda hoje se encontra nas Penhas da Saúde é o que foi projectado por Aguiar.

Ainda no ano de 1950 Aguiar terminou o Anteplano Geral de Urbanização de **Viseu**. Este projecto, cujos estudos se iniciaram em 1947, deveria responder ao significativo desenvolvimento, não planeado, que a cidade tinha sofrido desde o início do século XX e estruturar o seu desenvolvimento futuro.

O Plano, que pensava a cidade como um todo, partia da reestruturação das comunicações inter e intra-urbanas, que se encontravam em má situação, com o centro da cidade permanentemente congestionado. Para resolver esta situação e a insalubridade do centro histórico, que se encontrava sobrelotado, Aguiar vê-se forçado a abrir três arruamentos (figura 4.62.). Com esta intervenção são, simultaneamente, valorizados a Sé Catedral, a Igreja da Misericórdia e o Museu Grão Vasco.

Estes três novos arruamentos são prolongados para fora do centro urbano, em direcção sul, nascente e poente, onde se desenvolveriam as novas áreas de expansão e onde também seriam localizados grandes edifícios de excepção, como o Liceu ou o Hospital.



Fig. 4.62 . Anteplano Geral de Urbanização de Viseu. Pormenor da Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1950.



Fig. 4.63. Anteplano Geral de Urbanização de Viseu. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1950.



Fig. 4.66. Anteplano Geral de Urbanização de Viseu. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1950.

Como tipologia de limite, Aguiar desenhou uma estrada da circunvalação que articula as diversas ruas que saem do centro urbano, definido um modelo rádio-concêntrico.

O Plano foi aprovado e, em 1954 apresentada a sua versão final, intitulada Anteplano Geral de Urbanização de Viseu – Alterações (figura 4.64.). Este plano foi executado e permaneceu como figura reguladora da cidade até 1995, altura em que o Plano Director Municipal de Viseu entrou em Vigor. Curiosamente, grande parte do edificado de excepção que ainda hoje serve a cidade foi definido e a sua localização estudada por Aguiar.

Durante este período Aguiar desenvolveu diversos arranjos urbanísticos, como o do centro cívico (figura 4.65.) e o da Urbanização do Bairro da Balsa (figura 4.66.).



Fig. 4.64. Anteplano Geral de Urbanização de Viseu. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1950.



Fig. 4.65. Anteplano Geral de Urbanização de Viseu. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1950.

1951

Em 1951 Aguiar termina o Anteplano Geral de Urbanização da **Covilhã** que englobava o Plano de Pormenor da Zona Central, o Plano Parcial de urbanização da área compreendida entre o Largo do Pelourinho e a Estação de Caminho-de--ferro e o Arranjo Urbanístico da Praça do Município.

O Plano tinha por objectivos expressos: o desenvolvimento do aglomerado urbano; a melhoria das comunicações inter e intra-urbanas; resolver os problemas de insalubridade do centro da cidade; criar novos bairros residenciais; criar um centro cívico; e dotar a cidade de equipamentos e de espaços públicos qualificados (à época a cidade só tinha um jardim público).

Aguiar é confrontado com o carácter especifico que dão à cidade "a ausência de largos, as ruas estreitas, sinuosas e declivosas, ladeadas de altos edifícios de arquitectura modesta e singela, como sucede no núcleo central (...)" (Aguiar, 1951c: 73-74). Ainda assim acaba por destruir o antigo largo dos Paços do Concelho e criar ali um novo centro cívico, onde viriam a ser construídos o novo

edifício da Câmara, a Caixa Geral de Depósitos, os correios e o teatro-cine, factos urbanos que permanecem na actualidade.



Fig. 4.67. Anteplano Geral de Urbanização da Covilhã. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1951.



Fig. 4.68. Anteplano Geral de Urbanização da Covilhã – -Pormenor da Zona Central. Planta de Sugestão. João António de Aguiar, 1951.

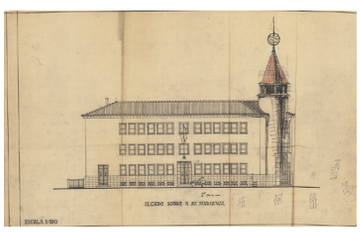


Fig. 4.69. Anteprojecto da Capitania de Ponta Delgada. 7.ª Solução. João António de Aguiar, s.d..

Outro dos problemas da Covilhã era o facto de não dispor de casas em número suficiente para acomodar convenientemente a população. Esta situação tinha-se agravado nos últimos anos, em virtude da afluência de muitas famílias deslocadas dos campos. Assim, foi necessário prever novas zonas residenciais, gerais e económicas. As cinco novas unidades residenciais, que Aguiar envolvem os lados Norte, Nascente e Sul da cidade e são organizadas segundo os princípios de *Radburn*.

1953

Em 1953, Aguiar entrega o projecto do edifício da Capitania de **Ponta Delgada**, após numerosas versões intercalares. Desconhecemos a data em que este projecto se iniciou, sabendo apenas que foi entre 1942, data em que Aguiar desenvolve o anteprojecto para o arranjo de uma Avenida Marginal e a entrega do Plano Geral de Urbanização, em 1946 – as duas datas em que Aguiar se deslocou a Ponta Delgada. As soluções apresentadas para este projecto (figura 4.69.) denotam uma alusão continua à narrativa marítima, elemento discursivo corrente do imaginário do Estado Novo.

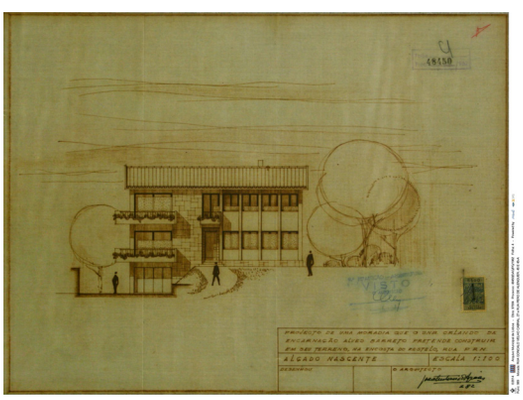
1960

Em 1960 Aguiar termina o Plano de Urbanização da Freguesia da **Amadora** (figura 4.70.). O Plano define as áreas do Lugar da Amadora, da Buraca, da Damaia, da Falagueira, da Mina, da Reboleira, das Cruzes, das Fontainhas, da Venda Nova e ainda uma zona industrial e o novo centro cívico. A articulação entre as diferentes zonas é conseguida através da implementação dos princípios de *Radburn* e de extensas áreas verdes que articulam os diferentes lugares.



Fig. 4.70. Plano Geral de Urbanização da Amadora. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1960.

Ainda em 1960, Aguiar entrega na Câmara Municipal de Lisboa o projecto de licenciamento de uma moradia no **Restelo**[20], onde assume claramente conceitos do Movimento Moderno. É patente o contraste com o de uma outra moradia que projectou para o Norte do país[21], vinculada ao estilo *Português Suave*,.



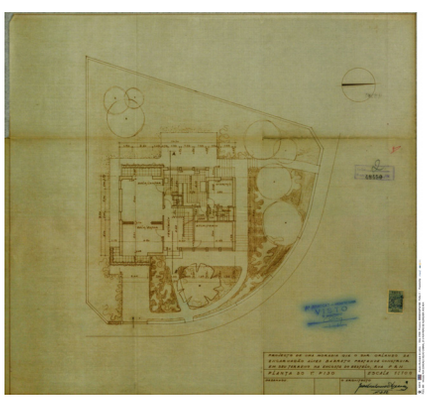
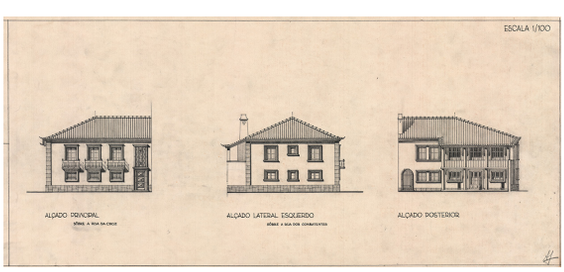


Fig. 4.71. e 4.72. Moradia no Restelo. Alçado Nascente e Planta. João António de Aguiar, 1960.



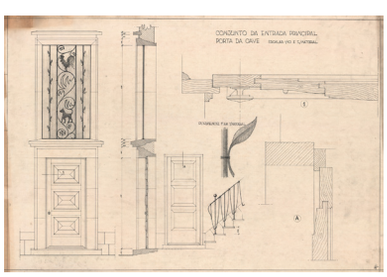


Fig. 4.73. e 4.74. Moradia no Norte de Portugal. Alçados e Pormenores. João António de Aguiar, s.d..

1963

Em 1963 Aguiar inicia o Plano Urbanístico da Área Marginal Ocidental de **Lisboa**, que envolvia a extensão compreendida entre o Terreiro do Paço e Algés, incluindo, portanto, os Arranjo Urbanístico da Praça D. Manuel I, de Algés e dos núcleos residenciais de Pedrouços e Altinho.

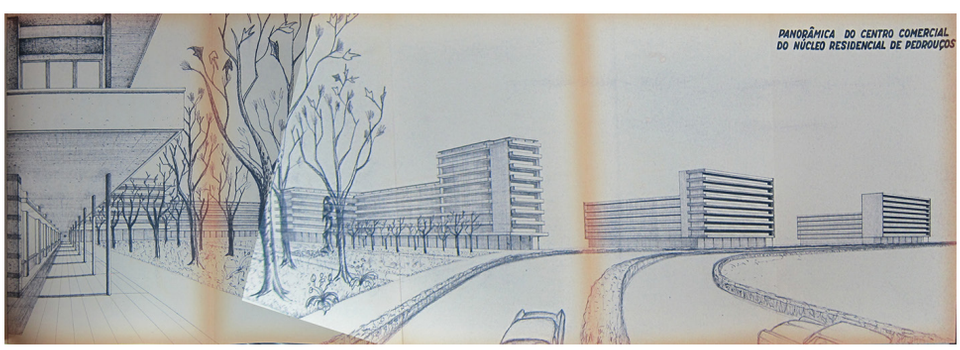
A dificuldade de circulação costeira do Terreiro do Paço para Poente começou a ser considerada ainda no século XIX e mantinha-se, até à década de 60, como um dos problemas urbanísticos de Lisboa.

[20] Processo no Arquivo Intermédio da CML, Processo N.º 48450/962.

[21] Pertencente ao espólio do Arquitecto e assinada por ele; neste processo não constam datas.

Aguiar contava com larga experiência no assunto por ter integrado várias equipas de urbanistas em que o assunto tinha sido já abordado: a equipa de Forestier, em 1927, quando este permaneceu um mês em Lisboa para desenvolver o Plano Geral de Melhoramentos da cidade[22]; a equipa de Agache, a partir de 1934, onde se estudou o prolongamento da marginal entre os Ministérios e a Avenida 24 de Julho; e, por fim, a equipa de Étienne de Groër, na elaboração do Plano Director de Lisboa, em que esta área também foi estudada.





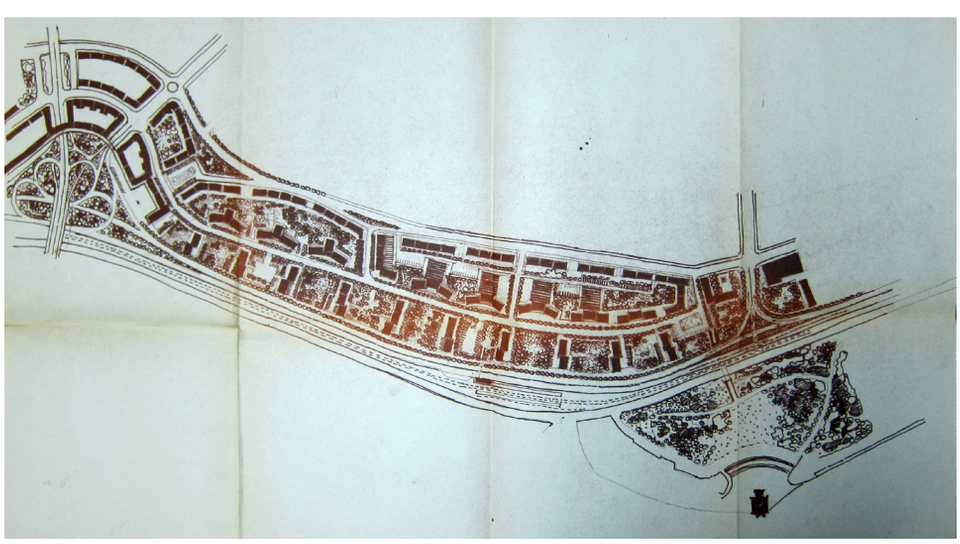
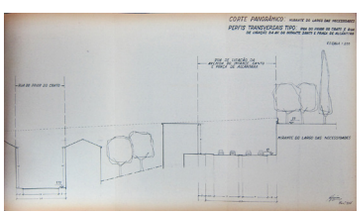
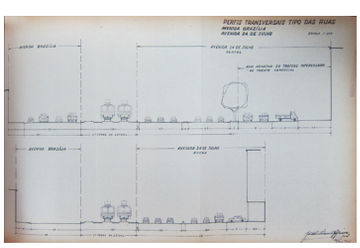


Fig. 4.75., 4.76. e 4.77. Estudo do Arranjo urbanístico entre a Praça D. Manuel I e a Av. da Torre de Belém. Três estudos. João António de Aguiar, 1963.





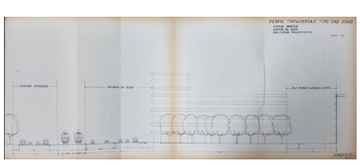


Fig. 4.78., 4.79. e 4.80. Perfis Transversais Tipo do Largo das Necessidades, da Av. 24 de Julho e da Av. Brasília, respectivamente. João António de Aguiar, 1966.

[22] Vide 3.2. do Capítulo 3.

Na memória descritiva do Plano, Aguiar afirma que "a área marginal Ocidental é um repositório de arte de várias épocas", o que o leva a não propor demolições mas sim a encontrar soluções que enalteçam o que considera ser o património arquitectónico da área[23]. Entende, no entanto, que toda a marginal "precisa de ser revista para resolver vários problemas suscitados pelo constante progresso dos elementos estruturais do seu apetrechamento." (Aguiar, 1966: 25).

Assim, o Plano propõe o arranjo geral desta zona urbana através da revisão da rede viária (embora conservando no essencial o esquema existente), dos alargamentos de zonas estratégicas e da criação de parques de estacionamento.

Entre Algés e Belém são projectados blocos habitacionais e espaços verdes públicos, que rematam na Praça D. Manuel I. Prevê-se para esta um sistema de trânsito constituído por duas circulações, uma periférica local e uma central de longo curso. Os edifícios que a envolvem foram também desenhados, bem como os blocos para a marginal na zona de Belém.

Desconhecemos a razão pela qual o projecto parou e no terreno não aparece demonstração de alguma parte dele ter sido executada.[24]

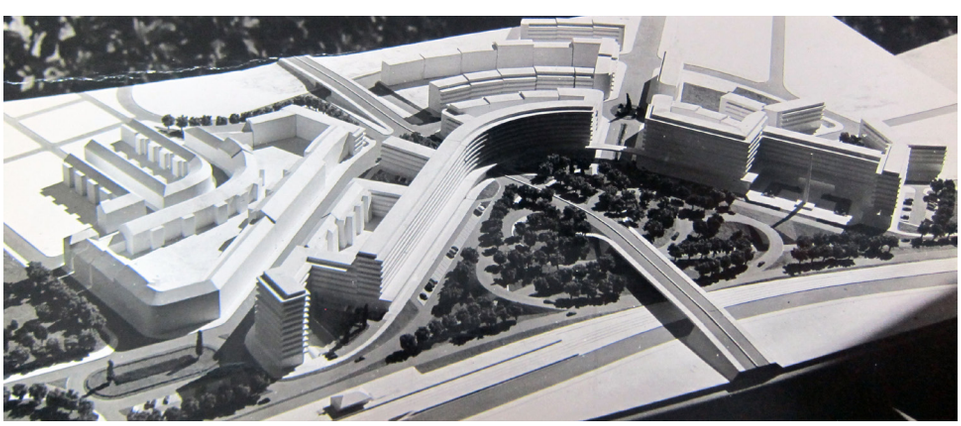






Fig. 4.81., 4.82. e 4.83. Estudo do Arranjo urbanístico entre a Praça D. Manuel I e a Av. da Torre de Belém. Maquete da Praça D. Manuel I. João António de Aguiar, 1964.

[23] Nesta avaliação, Aguiar e a DGMN coincidem.

[24] Consultados os arquivos da CML, nada foi encontrado sobre este processo. Contamos, pois, apenas com os dossiers constantes do espólio do Arquitecto, que incluem os pareceres positivos sobre o Plano de todas as entidades envolvidas, inclusive da própria CM.

Tabela 02. Tabela Cronológica da Produção Arquitectónica desenvolvida por Aguiar no seu Atelier.

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
1938	Estudo da Avenida Marginal	Figueira da Foz
	Moradia em Mangualde	Viseu
1939	Anteprojecto das Obras de Regularização da Costa N. da Foz do Mondego	Figueira da Foz
	Plano de urbanização do Bairro de Marzovelos	Viseu
	Urbanização de Santo António do Alto	Faro
	Plano de urbanização do Bairro da Bandeira	Viana do Castelo
	Torre do Relógio	Figueira da Foz
	Projecto das Instalações Sanitárias do Bairro Novo	Figueira da Foz
	Anteplano da zona de Protecção do Liceu Feminino	Coimbra
1940	Projecto de um Jardim Municipal	Figueira da Foz
1942	Anteprojecto da zona de protecção do Liceu de Chaves	Chaves
	Padrão dos Centenários	Abrantes
1943	Plano Geral de Urbanização Termas de Monfortinho	Fonte Santa
	Plano da Marginal de Ponta Delgada	Açores
	Arranjo da Avenida Marginal	Figueira da Foz
	Urbanização da Ribeira de Santarém	Santarém
	Projecto de Arranjo da Marginal e dos Acessos à Zona Alta da Vila de Alenquer	Alenquer
	Anteplano de Urbanização de Alto da Vila	Alenquer
	Arranjo da Praça da República	Montijo
	Plano Geral de Urbanização de Rio Maior	Rio Maior
1944	Plano Geral de Urbanização da Vila de Arraiolos – 1.º Esboceto	Arraiolos
	Plano Geral de Urbanização da Vila de Olhão da Restauração	Olhão da Restauração
	Plano Geral de Urbanização de Setúbal	Setúbal
	Arranjo urbanístico do Páteo de Santo António	Figueira da Foz
	Arranjo urbanístico da zona da Praça de Touros	Figueira da Foz

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
	Arranjo urbanístico da Praça do Município	Covilhã
	Arranjo urbanístico da Praça Dr. Francisco Gomes	Faro
	Projecto da obra de construção do Parque do Bonfim	Setúbal
	Projecto da Avenida Marginal	Figueira da Foz
1945	Plano Geral de Urbanização da Vila de Cantanhede	Cantanhede
	Ante-Plano Geral de Urbanização de Faro	Faro
	Ante-Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco	Castelo Branco
	Ante-Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo – Esboceto	Viana do Castelo
	Plano geral de circulação, expansão e defesa da Ribeira de Santarém	Santarém
	Estudo para o Largo da Igreja do Carmo	Faro
	Arranjo da zonas envolvente do Liceu	Viseu
1946	Plano Geral de Urbanização de uma pequena cidade de 15.000 habitantes	
	Ante-Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada	Ponta Delgada
	Arranjo urbanístico da zona em redor do Seminário	Vila Real
	Arranjo urbanístico entre Av. Nun´Alvares e a Rua Amato Lusitano	Castelo Branco
	Arranjo urbano da zona da Estação de Caminhos--de-ferro	Castelo Branco
	Estudo de Ampliação da zona de protecção do Liceu Mouzinho da Silveira	Portalegre
1947	Ante-Plano Geral de Urbanização da Vila de Arraiolos – 2.º Esboceto	Arraiolos
	Plano Geral de Urbanização da Vila de Cantanhede – 2.ª Solução	Cantanhede
	Ante-Plano Geral de Urbanização da Vila de Arraiolos	Arraiolos
	Plano Geral de Urbanização da Cidade de Setúbal – Alterações	Setúbal
	Plano Geral de Urbanização da Cidade de Faro – Alterações	Faro
	Ante-Plano Geral de Urbanização de Santarém	Santarém
	Ante-Plano Geral de Urbanização de S. Miguel da Guarda	São Miguel da Guarda
	Estudo para a localização do Hospital	Castelo Branco
	Bloco de casas de renda económica para a Mutualidade Popular	Faro

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
	Arranjo urbanístico do Centro Cívico	Arraiolos
1948	Ante-Plano Geral de Urbanização do Vimieiro	Vimieiro
	Ante-Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo	Viana do Castelo
	Anteplano Geral de Urbanização de Vila Real de Trás-os-Montes	Vila Real de Trás--os-Montes
	Ante-Plano Geral de Urbanização de Palmela	Palmela
	Arranjo da Praça da Estação e do Recinto Ferroviário	Castelo Branco
	Arranjo de urbanização da Praça do Cansado	Castelo Branco
1949	Ante-Plano Geral de Urbanização de Vouzela	Vouzela
	Anteplano Geral de Urbanização de Vila Viçosa	Vila Viçosa
	Anteplano Geral de Urbanização de Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha
	Anteplano Geral de Urbanização da Guarda	Guarda
	Parcelamento para a zona do Liceu de Sto. António do Alto	Faro
	Arranjo da zona escolar de Coimbra	Coimbra
	Arranjo urbanístico para a localização do Liceu Feminino	Coimbra
	Arranjo da zona central de Viseu	Viseu
1950	Anteplano Geral de Urbanização das Penhas da Saúde	Penhas da Saúde
	Anteplano Geral de Urbanização de Viseu	Viseu
	Anteplano Geral de Urbanização da Vila de Palmela – Remodelação	Palmela
	Arranjo do Largo dos Combatentes da Grande Guerra	Cantanhede
	Urbanização do sítio de S. Luís	Faro
	Arranjo urbanístico da estrada de Lagos e recinto ferroviário	Faro
1951	Plano Geral de Urbanização da Vila de Cantanhede – Remodelação	Cantanhede
	Anteplano Geral de Urbanização de Vouzela – Remodelação	Vouzela
	Anteplano Geral de Urbanização de Vila Viçosa – 1.ª Remodelação	Vila Viçosa
	Anteplano Geral de Urbanização da Covilhã	Covilhã
	Arranjo Urbanístico da Praça da República e do Acesso à Igreja dos Terceiros	Viseu

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
	Arranjo da zona marginal da EN1	Albergaria-a-Velha
1952	Plano do Conjunto da Avenida 5 de Outubro	Faro
	Arranjo urbano da zona do Bairro da Trindade	Setúbal
	Estudo da ligação da EN ao Centro Cívico	Albergaria-a-Velha
	Arranjo da Praça da República e acesso à Igreja dos Terceiros	Viseu
1953	Arranjo Urbanístico da Horta do Pinto	Faro
	Capitania de Ponta Delgada	Açores
1954	Anteplano Geral de Urbanização de Vila Viçosa – 2.ª Remodelação	Vila Viçosa
	Arranjo da praceta da Rua A	Faro
	Prolongamento da Avenida de Olivença	Faro
	Prolongamento da Rua Ataíde de Oliveira	Faro
	Igreja Paroquial do SS. Coração de Jesus	Lisboa
1955	Anteplano Geral de Urbanização de Setúbal – 1.ª Revisão	Setúbal
	Arranjo do Muro da Prebenda	Viseu
1956	Anteplano Geral de Urbanização Vila Real – Revisão	
	Arranjo Urbanístico da zona do Bairro Trindade	Setúbal
	Arranjo Urbanístico do Parque das Escolas	Setúbal
	Arranjo da Praça do Mercado	Setúbal
	Urbanização dos terrenos pertencentes ao Vitória Futebol Clube	Setúbal
	Urbanização da Horta do Pinto	Faro
	Ampliação do Bairro dos Centenários	Faro
	Projecto da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Setúbal
	Projecto de um Mercado	Setúbal
1957	Ante-Plano Geral de Urbanização de Santarém – Revisão – 1.º Estudo	Santarém
	Anteplano Geral de Urbanização de Monfortinho – Revisão	Monfortinho
	Arranjo da Praça do Bocage	Setúbal

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
	Arranjo Urbanístico da Praça de S. Tiago	Catelo Branco
	Arranjo urbanístico da Praça da Estação de Caminho de Ferro	Setúbal
	Arranjo da Praça do Mercado	Setúbal
1958	Arranjo urbanístico da Alameda Salazar	Castelo Branco
	Arranjo Urbano da Praça do Mercado	Setúbal
	Arranjo urbanístico da Praça de São Tiago	Castelo Branco
	Estudo para a localização do Palácio da Justiça	Faro
1959	Plano de Urbanização das Praias da Arrábida	Arrábida
	Plano de Urbanização de Castelo Branco	Castelo Branco
	Estudo do Plano de Conjunto da Av. 28 de Maio	Castelo Branco
	Arranjo urbanístico da Penetração Sul e Norte	Castelo Branco
	Plano Parcial de Urbanização da área compreendida entre o Largo do Pelourinho e a Estação C. Ferro	Covilhã
	Arranjo urbanístico da Balsa	Viseu
	Prédio Habitacional na Rua Gil Vicente 24	Lisboa
1960	Plano de Urbanização da Freguesia da Amadora	Amadora
	Estudo do Prolongamento da Entrada Sul	Castelo Branco
	Estudo do plano de conjunto da Avenida 28 de Maio	Castelo Branco
	Plano parcelar de urbanização da área compreendida entre o Largo do Pelourinho e a Estação de Caminhos-de-ferro	Covilhã
	Arranjo urbanístico da Praça da estação	Setúbal
	Arranjo urbanístico da Praça do Bocage	Setúbal
	Localização da Escola Técnica	Olhão
	Arranjo urbanístico do edifícios dos Paços do Concelho	Viana do Castelo
	Moradia Restelo – Rua Gonçalo Velho 27	Lisboa
1961	Plano de Urbanização de Fonte Santa – Monfortinho – Revisão	Monfortinho
	Anteplano de Urbanização das Penhas da Saúde	Penhas da Saúde
	Plano de Urbanização de Viana do Castelo – Revisão	Viana do Castelo
	Plano Geral de Urbanização de Vila Viçosa – Revisão	Vila Viçosa

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
	Anteplano de Urbanização de Santarém – Revisão	Santarém
	Anteprojecto do edifício dos serviços e posto clínico da Caixa de previdência do Distrito de Setúbal	Setúbal
1962	Anteplano de Urbanização da Vila de Olhão da Restauração – Revisão	Olhão da Restauração
	Anteplano de Urbanização de Castelo Branco – Revisão	Castelo Branco
	Anteplano de Urbanização de Setúbal – 2.ª Revisão	Setúbal
	Arranjo urbanístico da Horta dos Fumeiros	Faro
1963	Anteplano Geral de Urbanização de S. Miguel da Guarda – Revisão	São Miguel da Guarda
	Anteplano Geral de Urbanização de Faro – Revisão	Faro
	Arranjo urbanístico da Estrada da Senhora da Luz	Faro
	Arranjo urbanístico da Variante da E.N. 2 - Avenida Marginal	Vila Real
1964	Arranjo urbanístico da Praça D. Manuel I	Algés
1965	Plano Urbanístico da Área Marginal Ocidental de Lisboa	Lisboa
	Arranjo urbanístico do Terreno anexo à E.N.125 - Ruas Gomes Freire e do Prol. De Miguel Bombard	Faro
	Arranjo urbanístico da área circundante do lote destinado ao Hospital Regional	Faro
	Arranjo urbanístico da Zona Industrial de Faro	Faro
	Arranjo urbanístico do Núcleo Residencial da Penha	Faro
	Arranjo urbanístico da Igreja da Nossa Senhora da Conceição, revisão	Setúbal
	Moradia no Restelo - Rua Pedro Barcelos 4	Lisboa
1966	Anteplano Geral de Urbanização de Vila Real de Trás-os-Montes	Vila Real
	Plano Urbanístico da Praça D. Manuel I - Revisão	Algés
	Arranjo urbanístico do recinto do Hospital de Setúbal e Construção do Dispensário de Higiene Mental	Setúbal
	Estudo Urbanístico da Quinta da Cerca	Palmela
	Arranjo urbanístico do Logradouro do Hotel Turismo e da C.G.D.C.P.	Castelo Branco
	Arranjo urbanístico da área do novo Hospital	Faro
	Arranjo urbanístico da Cerca de São Lázaro	Santarém

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
1967	Anteplano de Urbanização do Tortozendo – Esboceto	Tortozendo
	Arranjo urbanístico do Largo de S. Francisco	Faro
	Revisão do arranjo urbanístico do Núcleo Residencial de S. Luís	Faro
	Arranjo urbanístico do Núcleo Residencial da Penha	Faro
	Arranjo urbanístico do Núcleo residencial de Algodeia e Localização da Escola do Ciclo Preparatório - revisão	Setúbal
	Arranjo urbanístico da localização das Escolas do Ciclo Preparatório e do Magistério Primário	Vila Real
	Arranjo urbanístico da Quinta do Pinto	Guarda
	Arranjo urbanístico do Logradouro do Hotel de Turismo e da CGDCP	Castelo Branco
	Esboceto do Arranjo urbanístico da zona da Ribeira das Perdizes	Castelo Branco
	Arranjo urbanístico da Rua Capitão Barros e Matos, Avenida António Maria Baptista, Rua Frei Luís de Sousa e área anexa até estrada de S. Domingos	Santarém
	Arranjo urbanístico da Praça da República	Olhão
1968	Arranjo urbanístico dos Largos do Carmo e S. Pedro	Faro
	Arranjo urbanístico da Penetração poente da cidade e do núcleo residencial dos arcos	Setúbal
	Arranjo urbanístico do Núcleo residencial da Bela Vista	Setúbal
	Projecto do Bairro da Bexiga	Santarém
	Arranjo urbanístico dos terrenos compreendidos entre o edifício do ANT e o Bairro Operário	Olhão
	Arranjo urbanístico da ampliação do Liceu	Viana do Castelo
	Prolongamento da Avenida Conde da Carreira	Viana do Castelo
1969	Arranjo urbanístico do Bairro do Marrão	Vila Real
	Arranjo urbanístico do Núcleo Residencial do Viso - expansão	Setúbal
	Estudo do Loteamento da Quinta de Monte Belo	Setúbal
	Estudo do Loteamento da Propriedade do Poço de Canelas de Baixo	Setúbal
	Estudo da ocupação dos terrenos anexos a ambos os lados do troço da EN18 onde se encontra o Chafariz da Mina	Castelo Branco
	Arranjo urbanístico e localização da Câmara Municipal	Viana do Castelo

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
1970	Arranjo urbanístico da Av. Eng. Arantes e Oliveira	Vila Real
	Arranjo urbanístico do Núcleo Residencial do Marrão	Vila Real
	Arranjo urbanístico da penetração poente da cidade e do núcleo residencial do Arcos	Setúbal
1971	Plano Director de Urbanização da Cidade de Setúbal	Setúbal
	Plano de Pormenor da área entre as ruas ocidentais do Mercado do 1º de Maio, R. dos Trabalhadores do Mar e Av. Almirante Henrique Tenreiro	Setúbal
	Arranjo Urbano do Largo de São Marcos	Castelo Branco
1972	Proposta de alteração da ocupação da Avenida Nun'Alvares	Castelo Branco
	Plano de pormenor da Av. Conde Carreira	Viana do Castelo
	Plano de pormenor da Estrada da Papanata	Viana do Castelo
	Arranjo urbanístico do Centro Cívico e Comercial	Viana do Castelo
1973	Plano de Pormenor do alargamento da ligação entre a Praça do Município e o Largo de São João	Castelo Branco
	Esboceto da Quinta de Monserrate	Viana do Castelo
s.d.	Anteplano Geral de Urbanização do Vimieiro – Alterações 1	Vimieiro
	Plano Geral de Urbanização de Arronches	Arronches
	Plano Geral de Urbanização de Tortozendo	Tortozendo
	Arranjo urbanístico de um bairro para pobres	Setúbal
	Arranjo urbanístico dos terrenos a nascente do Hospital	Setúbal
	Arranjo urbanístico da Praça da Igreja de N. Sra. da Conceição	Setúbal
	Arranjo urbanístico da Zona do Bairro da Trindade	Setúbal
	Arranjo do Largo dos Combatentes da Grande Guerra	Setúbal
	Arranjo urbanístico da casa de Santa Ana	Setúbal
	Arranjo urbanístico do núcleo residencial da Bela Vista	Setúbal
	Arranjo urbanístico do núcleo residencial da Algodeia	Setúbal
	Arranjo urbanístico da penetração poente da cidade e do núcleo residencial dos Arcos	Setúbal

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
	Arranjo urbanístico da Praça do Município da Covilhã	Covilhã
	Plano parcial de urbanização da Areia compreendida entre o Largo do Pelourinho e a Estação de Caminhos-de-Ferro	Covilhã
	Arranjo urbanístico da Rua D. Luís I e áreas anexas	Guarda
	Arranjo urbanístico da Rua Marques de Pombal	Guarda
	Plano de Pormenor da Urbanização da cidade	Guarda
	Arranjo urbanístico da zona de Protecção do Liceu	Castelo Branco
	Arranjo urbanístico da Rua da Palmeira, do Caminho do Ribeiro das Perdizes e da área anexa ao Matadouro Municipal	Castelo Branco
	Plano de Pormenor da Entrada Sul	Castelo Branco
	Arranjo urbanístico da Penetração Sul	Castelo Branco
	Arranjo urbanístico da área poente do núcleo residencial de São Tiago	Castelo Branco
	Estudo da localização da Escola Industrial e Comercial	Castelo Branco
	Arranjo urbanístico da Alameda Salazar	Castelo Branco
	Arranjo urbanístico do Centro Cívico e Comercial	Faro
	Arranjo urbanístico do Largo do Carmo e de S. Pedro	Faro
	Arranjo urbanístico da Avenida 5 de Outubro	Faro
	Plano de pormenor do equipamento desportivo	Santarém
	Projecto do arranjo do Largo das Amoreiras	Santarém
	Plano de pormenor do lado poente de Avenida Brasil	Santarém
	Plano de pormenor dos núcleos residenciais de Vale de Estacas e do Hospital	Santarém
	Plano de pormenor da área anexa ao limite norte do Campo de Feiras	Santarém
	Arranjo urbanístico da área anexa a norte de Monte Cravo – Santarém	Santarém
	Arranjo urbanístico da localização do edifício dos Bombeiros Municipais de Santarém	Santarém
	Rectificação da Avenida Bernardino Máximo de Alenquer	Albergaria-a-Velha
	Arranjo urbanístico da área compreendida entre as Ruas A-E, B-E para a localização da Igreja de Quelfes	Olhão
	Arranjo urbanístico da Praça do Município	Olhão
	Arranjo urbanístico da área a nascente do Estádio Padinha e localização das Instalações de C. Santos	Olhão
	Arranjo urbanístico do Parque Marginal da vila, no extremo poente	Olhão
	Arranjo urbanístico do prolongamento da Rua de Mendonça Cortez	Olhão

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
	Loteamento da Quinta da Cruz das Barras	Viana do Castelo
	Arranjo urbanístico da zona norte	Vila Real de Trás-os-Montes
	Arranjo urbanístico da localização das Escolas do ciclo preparatório e do magistério primário	Vila Real de Trás-os-Montes
	Arranjo do Centro Cívico	Viseu
	Projecto do Prolongamento da Rua da Vitória e acessos ao Hospital	Viseu
	Estudo para a localização do Liceu Feminino	Viseu
	Moradia Revista	
	Escultura	Covilhã
	Paços do Concelho da Covilhã	Covilhã
	Bombeiros Municipais de Santarém	Santarém
	Prédio da Praça D. Manuel I – Algés, Lisboa	Algés

4.2. O MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

"João Aguiar transporta para o Gabinete de Urbanização Colonial o pragmatismo na elaboração e a operatividade da execução dos planos de urbanização que tinha apreendido e desenvolvido na sua experiência prévia. Assim, iniciou-se uma época de produção de Planos generalizada, constante e continua para as colónias e que se reforçou na década seguinte, resultando instrumentos muito operativos para responder às necessidades de gestão quotidiana e expansão dos aglomerados."

(Proença, 2007: 15).



- Planos gerais de urbanização
- Arranjos urbanos
- Edifícios

Fig. 4.84. Mapa Esquemático com a localização dos Planos Gerais de Urbanização, os Arranjos Urbanísticos e os Edifícios, da autoria de Aguiar.

Apresentado como "um organismo comum a todas as colónias de África" (Caetano, 1944: 1167), o Gabinete de Urbanização Colonial, que inicia funções em Janeiro de 1945, encerra em si a vontade de desenvolver as cidades coloniais portuguesas, estendendo à Colónias a política dos Planos Gerais de Urbanização já aplicada na Metrópole desde a segunda metade da década de 30.

Tal objectivo é inclusivamente referido no despacho do Diário do Governo que cria o Gabinete. Com a criação do GUC[1], dá-se um crescente investimento no ordenamento e no desenvolvimento urbano dos territórios coloniais africanos. As estratégias de apropriação espacial que propostas geravam deliberadamente uniformização da imagem das colónias (Caetano, 1944: 1167), seguindo a linha de propaganda vigente e materializando os "novos valores do regime".

O percurso de Aguiar no GUC inicia-se verdadeiramente em 9 de junho de 1945, com um périplo de dois meses por Moçambique, S. Tomé e Angola, que faz assessorando o Ministro Marcello Caetano e que iria contribuir para definir uma ordem de trabalhos do GUC. Aguiar regista a viagem num diário, onde inscreve a situação de cada vila e cidade visitadas do ponto de vista do urbanista. Informação que, com a reportagem fotográfica, de João Simões, lhe vai ser preciosa na elaboração dos Planos.

1945

Sobre Quelimane, Aguiar refere no diário: "(...) Depois da visita à cidade resolvi iniciar um estudo parcial da cidade sobre uma planta existente, satisfazendo assim a urgente necessidade de localizar moradias que não podem aguardar o Plano de Urbanização. Este estudo foi possível porque existia planta deficiente mas actualizada. O estudo foi apresentado a apreciação da Comissão Municipal que o aprovou. Expliquei também os requisitos a que se devem subordinar as

[1] Vide 1.1. do Capítulo 1.

construções. Aprovado. Expliquei a orientação a seguir na localização e construção dos novos mercados. Aprovado. Localização do cinema. Aprovada. Localização do hotel. Aprovada. (...) Conclusão. Fazer: Plano de Urbanização; Projectar a praça central; Projectar novo hospital; e moradias." (Aguiar, 1945: 25-26).

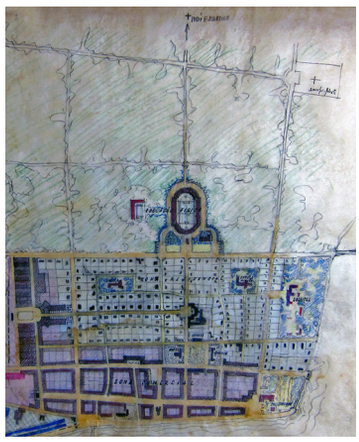


Fig. 4.85. Plano Urbanização de Quelimane – Esboço. João António de Aguiar, 1945.

Regressado à Metrópole, Aguiar inicia o **Plano Urbanização de Quelimane** (figura 4.85.)[2] onde propõe a permanência do tecido e traçado preexistentes através da aglomeração das parcelas soltas de cada dispositivo morfológico de nível intermédio, conjuntamente com novos edifícios que completam estes dispositivos com quintais a tardoz e, pontualmente, com espaços verdes públicos no logradouro. Organizado segundo uma grande avenida alinhada pelo centro da Estação de Caminhos-de-ferro e uma perpendicular que passa no centro do campo de futebol e segue recta até ao mar, o Plano estrutura-se a partir de duas tipologias de edificado corrente. Por um lado temos edifícios de dois pisos da cidade preexistente, por outro moradias unifamiliares isoladas, características da *cidade-jardim*. Estas novas áreas de expansão do Plano, em direcção a NE, apresentam-se como pequenas unidades residenciais jardim, apoiadas por equipamentos e serviços.

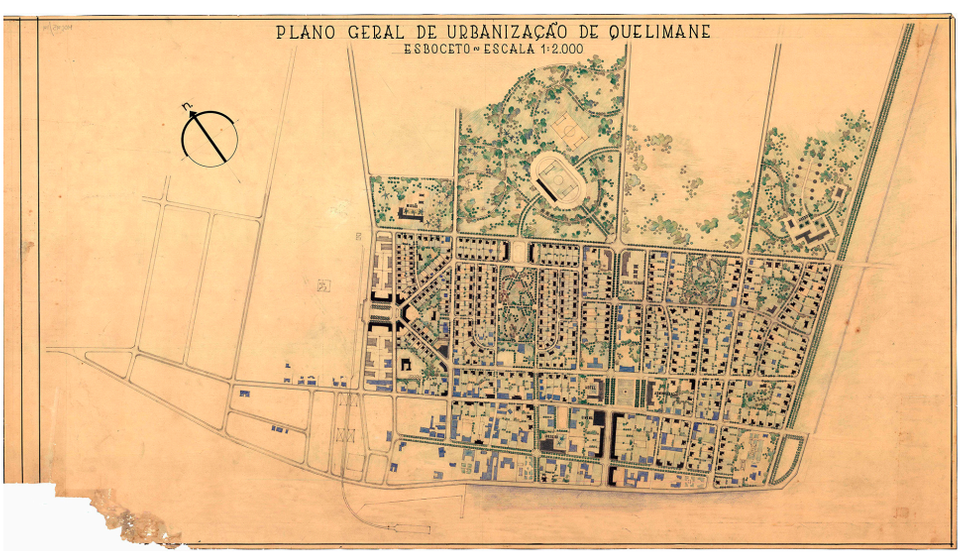


Fig. 4.86. Plano Urbanização de Quelimane – 2.ª Versão. João António de Aguiar, 1948.

Em 1948 Aguiar desenvolve a 2.ª Versão do Plano Geral de Urbanização de Quelimane (figura 4.86). Esta revisão mantém o modelo de referência das novas áreas de expansão. No entanto, contraria a composição axial do 1.º Plano, substituindo o eixo estruturante da praça dos caminhos-de-ferro, por duas diagonais de menor escala orientadas NS EO. No tecido preexistente também se verificam alterações, face à primeira versão, uma vez que esta não propõe qualquer tipo de alteração no preexistente.

A 3.ª e última versão deste Plano, assinada por Aguiar, data de 1954 (figura 4.87.). A área urbana inicialmente destinada ao projecto é duplicada e os modelos de

[2] Numerado como o trabalho 25 do GUC.

referencia alterados pois que se abandonam as teorias da *cidade-jardim* de Howard para seguir os princípios de *Radburn*, com os característicos *impasses* e percursos pedonais autónomos dos viários. Em 1958 o Ministro do Ultramar solicita a Aguiar uma revisão do Plano. No entanto, devido à saída do arquitecto do GUC, no mesmo ano, a encomenda não foi concluída, acabando por ser o Plano de 1954 aquele que foi desenvolvido e ainda hoje perdura no traçado da cidade.



Fig. 4.87. Plano Urbanização de Quelimane – 3.ª Versão. João António de Aguiar, 1954.

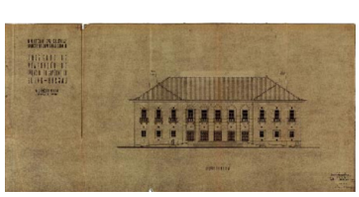


Fig. 4.88. Adaptação do Palácio do Governo de Bissau – Alçado Principal. João António de Aguiar e Rogério Cavaca, 1945.

Do mesmo ano data a conclusão do projecto de **Adaptação do Palácio do Governo de Bissau**[3] (figura 4.88.), em co-autoria com Rogério Cavaca.[4].

O Palácio existente está localizado no topo da Avenida da República[5], eixo

[3] Trabalho identificado pelo Gabinete com o N.º 9.

[4] Este processo encontra-se completo no Arquivo Histórico Ultramarino, com a cota MU/DGOPC/DSUH/Caixa62.

[5] Actualmente esta Avenida tem o nome Amílcar Cabral.

principal da malha ortogonal que define o traçado urbano de Bissau e da qual se destaca como facto urbano. O projecto de adaptação do edifício segue uma lógica de simetria e recorre a elementos figurativos historicistas como elementos identitários que reforçam a imagem de grandeza da Nação. Face ao restante edificado, esta renovação também foi importante, pois assegurou que o Palácio do Governo se mantivesse como principal edifício de excepção.

1946

Em 1946 Aguiar termina o **Plano Geral de Urbanização de Nova Lisboa**[6], (figura 4.89.). Partindo do traçado preexistente, que assume como elemento estruturante do novo traçado, reforça o seu centro através da enfatização do prolongamento do traçado radial.



Fig. 4.90. Plano Urbanização de Nova Lisboa – Esboceto. João António de Aguiar, 1946.



Fig. 4.89. Plano Urbanização de Nova Lisboa. Arranjo Urbanístico da Zona Escolar. João António de Aguiar, 1946.

O Centro urbano e polo gerador do novo traçado, é a Praça Manuel de Arriaga[7]. A grande composição de dois eixos monumentais que ali se cruzam estrutura unidades residenciais de baixa densidade, segundo os princípios teóricos da *cidade-jardim* e estabelece uma escala cenográfica que percorre a zona central comercial e termina no Liceu Nacional (figura 4.90.).

[6] Trabalho identificado com o N.º 99.

[7] Actual Praça Agostinho Neto.

Aprovado a 3 de Dezembro de 1947 o Plano começou de imediato a ser executado. O seu traçado ainda hoje pode ser identificado na cidade.

É neste Plano que Aguiar começa a aplicar estratégias para resolver o problemas dos tecidos informais que se encostam à cidade colonial e que mais tarde acabaria por sintetizar no trabalho *L'Habitation dans les pays tropicaux*[8], de 1952. Em Nova Lisboa esta situação é resolvida através da implementação de um *green-belt* que separa as unidades residenciais indígenas da restante cidade. Para estas unidades prevêem-se equipamentos (uma escola, uma igreja, área desportiva,) uma zona comercial e zonas verdes que possibilitem o acesso pedonal ao centro da cidade.

Neste mesmo ano, 1946, Aguiar finaliza o projecto para o "**Mercado Municipal Tipo, considerado para abastecimento da População de Costumes Europeus**"[9], que viria a ser construído em cidades como São Tomé. Em Aguiar, a tendência que vai no sentido da estandardização do projecto, sobretudo nas Colónias, tem aqui uma nova demonstração.

Ainda durante o ano de 1946 Aguiar deslocou-se a Timor, a pedido do Governador, para desenvolver o **Plano Geral de Urbanização de uma Nova Capital (Nova Díli)** e os **Planos de Urbanização dos Pequenos Povoados** envolventes, a saber: Laleia, Baucau, Lospalos, Viqueque, Ainaro e Aileu. Os estudos destes povoados – que não passavam de estruturas proto-urbanas de carácter rural localizadas junto das principais estradas da ilha – foram desenvolvidos com apoio de desenhadores locais, durante o mês que passou na Colónia.[10]

Estes Planos Urbanos esboçados por Aguiar propõem uma estrutura urbana embrionária centrada num espaço público e num ou mais edifícios de excepção representativos do poder colonial. Esta estrutura é enfatizada por uma alameda arborizada, onde se localizam outros equipamentos segundo uma lógica funcional que define, simultaneamente, a hierarquia viária e a tipologia do parcelamento. A partir destes eixos principais, invariavelmente concorrentes entre si, eram definidos arruamentos de menor importância para áreas residenciais constituídas por moradias unifamiliares com quintal ou logradouro.

[8] Vide 4.3. do Capítulo 4.

[9] Trabalho identificado no GUC com o N.º 30.

[10] O trabalho desenvolvido durante este período foi reconhecido pelo Governador, que escreve ao Ministro a elogiar o arquitecto e a qualidade do seu trabalho Esta carta consta do Processo Administrativo de Díli, no Arquivo Histórico Ultramarino, e serve de elemento justificativo, entre outros, da promoção de Aguiar a Inspector Superior.

A 6 de Novembro de 1946 Aguiar termina o **Anteplano Geral de Urbanização da Praia de Varela**[11]. Este Plano destina-se a um pequeno aglomerado urbano no Norte da Guiné, a 230 km de Bissau, que se pretendia transformado "numa óptima estância de repouso, recuperação e recreio dos que vivem na Colónia." (Aguiar, 1946: 2).

O programa para o aglomerado urbano que, aquando do levantamento inicial apenas contava com uma casa com cobertura de telha, incluía um bairro residencial junto à praia, uma residência para o Governador, uma zona comercial – contendo uma estação dos CTT e uma Pousada – zonas desportivas, zonas verdes, zonas de reserva e um pequeno aldeamento indígena.

1947

Data de 1947 a tomada de posse de Aguiar como Director do Departamento de Urbanismo e Subdirector do GUC.

A sua actividade como arquitecto mantem-se, assinando em 1947, com a colaboração de Mário de Oliveira, o **Plano Geral de Urbanização de Namaacha**[12].

Qualificado de "máxima urgência", devido à falta de residências e estabelecimentos turísticos adequados à procura que a cidade já tinha, este Plano tem como objectivo fazer de Namaacha uma estância de recreio e turismo de excelência, com hotéis, piscinas, campos de ténis e golfe.

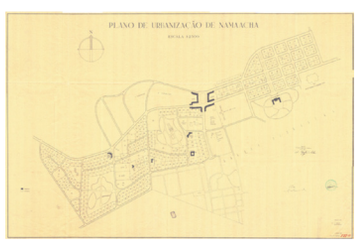


Fig. 4.91. Plano Geral de Urbanização de Namaacha – Planta de Zonas. João António de Aguiar e Mário de Oliveira, 1947.

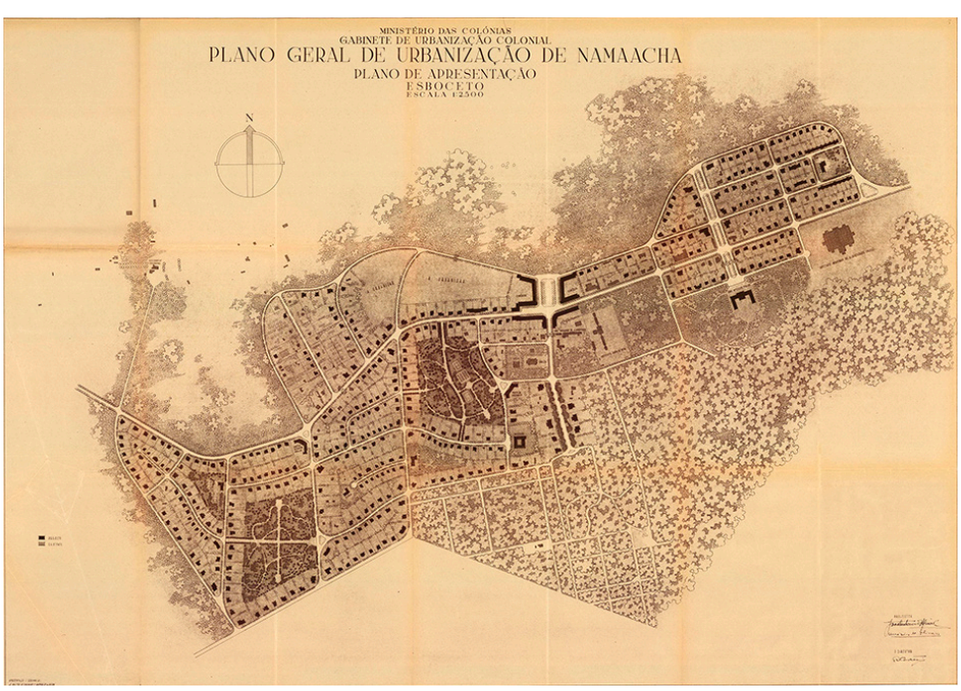


Fig. 4.92. Plano Geral de Urbanização de Namaacha – Plano de Apresentação. João António de Aguiar e Mário de Oliveira, 1947.

[11] Trabalho identificado no GUC com o N.º 22.

[12] Trabalho identificado pelo GUC com o N.º 112.

O Plano (figura 4.92.), organizado a partir da praça do centro cívico, onde se encontra a maioria do edificado de excepção e que funciona como centro polarizador, cruzando-se nele os dois eixos estruturantes do traçado primário da cidade. O restante tecido urbano é constituído por unidades residenciais organizadas segundo o modelo teórico da *cidade-jardim* e compostas por moradias unifamiliares isoladas ou em banda.

Ainda durante este ano, Aguiar desenvolve dois Arranjos Urbanísticos para São Tomé e, com Eurico Pinto Lopes, o projecto de **Ampliação do Liceu Diogo Cão**, Sá da Bandeira.

A 29 de Setembro Aguiar inicia uma viagem com o Governador Geral de Angola, por Lobito, Nova Lisboa, Silva Porto, Sá da Bandeira, Chibia, Moçâmedes e Luanda, com o intuito de estudar e conferir os respectivos Planos.[13]

1948

Em 1948 termina o **Anteplano Geral de Urbanização de Porto Amboim**[14] (figura 4.93. e 4.94.). O Plano, foi aprovado a 28 de Janeiro do mesmo ano e iniciado de imediato.

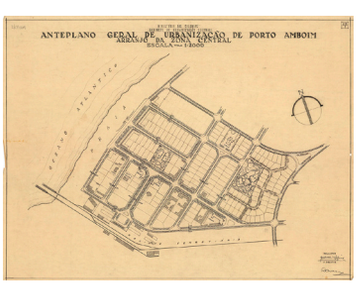


Fig. 4.93. Plano Geral de Urbanização de Porto Amboim – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1948.

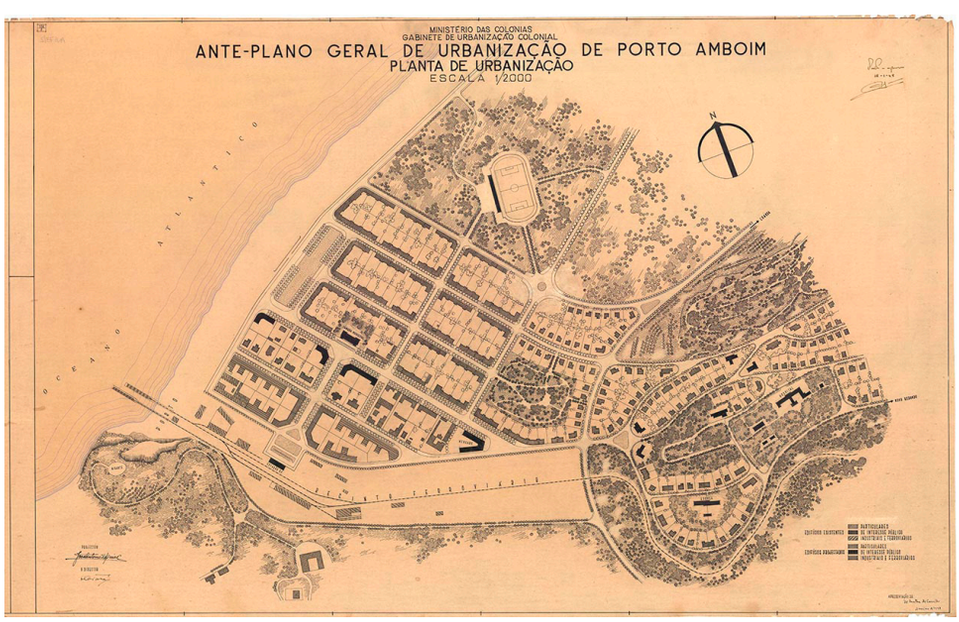


Fig. 4.94. Plano Geral de Urbanização de Porto Amboim – Arranjo da Zona Central. João António de Aguiar, 1948.

[13] Aguiar regista os detalhes da viagem num documento a que também chama de "Memória Descritiva".

[14] Trabalho identificado com o N.º 159.

Neste PGU a génese do traçado é o tecido preexistente, que Aguiar afirma dever ser conservado. A memória descritiva indica, também, que deve ser estabelecida uma nova zona comercial, outra industrial e ainda uma zona oficial e residencial. A Planta de zonas define ainda uma zona ferroviária e outra portuária.

O morro a Nascente, como afirma Aguiar, "oferece boas condições topográficas e uma altitude excelente, fixar-se-á a zona residencial principal com características de bairro jardim." (Aguiar, 1948: 7).

Neste mesmo ano, Aguiar termina o **Anteplano Geral de Urbanização de Chibia** (figura 4.95.). O Plano está dividido em duas áreas: a primeira, articulada ao tecido preexistente segue uma malha ortogonal e uma grande zona verde equipada com áreas desportivas; a segunda, a Poente, segue um traçado orgânico, com base em dois eixos estruturantes, cuja origem são dois espaços públicos.

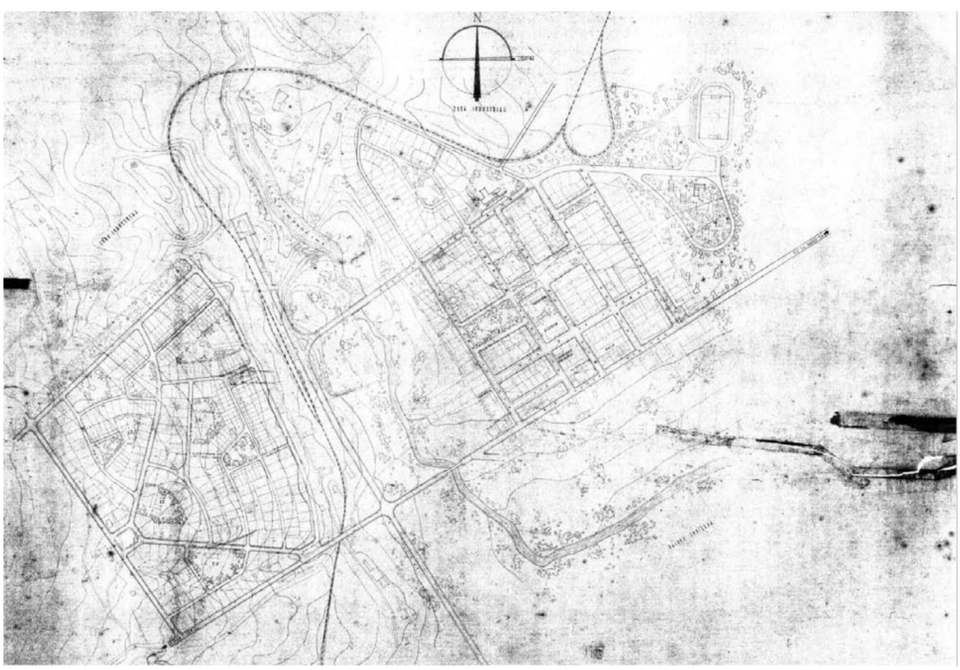


Fig. 4.95. Plano Geral de Urbanização de Chibia. João António de Aguiar, 1948.

Durante a visita de Aguiar a Silva Porto, em 1947, tinha sido apresentado "um anteplano de urbanização que atendia todos os interesses oficiais e particulares. Posto a apreciação das entidades oficiais, particulares e munícipes foi, depois de minucioso exame, o referido anteplano aprovado incondicionalmente." (Aguiar, 1947: 8).

"Silva Porto era uma cidadezinha muito bonita, bem traçada, com ares puros e saudáveis, capital da província do Bié e centro económico da região. E a visita ministral ia decorrendo com o programa estereotipado de todos os lugares, no qual se incluía uma sessão de boas-vindas na Câmara Municipal que, por via da regra, era aproveitada para expor necessidades e aspirações populares." (Caetano, 1977: 233).

Consequentemente, em 1948 Aguiar entrega a versão definitiva do **Anteplano Geral de Urbanização de Silva Porto**, com a colaboração de Luís Coelho Borges (figura 4.96.). O Plano prevê a permanência de todo o traçado e edificado preexistentes. A sua expansão foi estruturada para Sul e Este a partir de dois eixos que, vinculados ao edificado de excepção, organizam o novo traçado urbano.

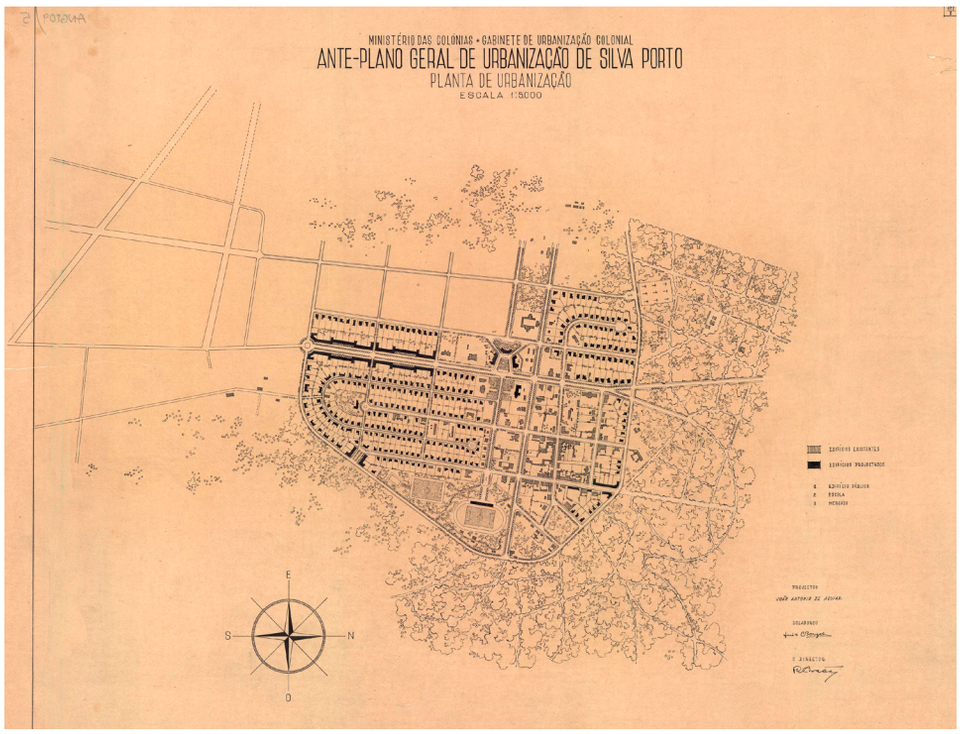
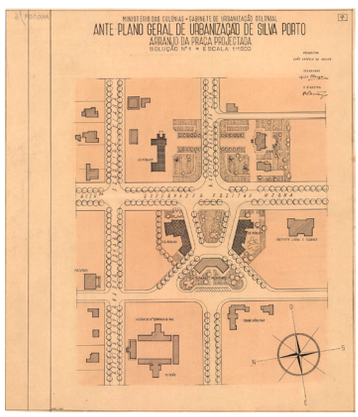


Fig. 4.96. Anteplano Geral de Urbanização de Silva Porto – Planta de Urbanização. João António de Aguiar e Luís Borges Coelho, 1948.



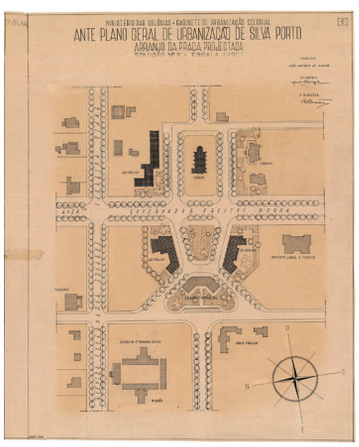


Fig. 4.97. e 4.98. Anteplano Geral de Urbanização de Silva Porto. Arranjo da Praça Projectada – versão A e B. João António de Aguiar e Luís Borges Coelho, 1948.

Junto à avenida principal, onde esta se cruza com a Rua Capitão Ângelo de Lima, que vai até ao estádio de futebol, é projectada uma nova praça, que se assume como Centro da cidade. Aguiar desenvolveu duas soluções para esta praça: "na primeira, a praça abre-se sobre o lado poente da avenida tendo ao fundo o Município; na segunda solução, que é uma variante da primeira, a praça prolonga-se para o lado nascente da citada avenida, permitindo a construção da igreja Matriz na praça central." (Aguiar, 1948: 3).

As zonas residenciais seguem o modelo teórico da *cidade-jardim*. No entanto, Em Silva Porto são introduzidas duas tipologias edificatórias: a moradia unifamiliar, como é habitual e blocos residenciais, tipologia que até agora Aguiar não tinha ainda usado nas Colónias.

Este Plano foi aprovado e executado, podendo ainda hoje ser identificada a totalidade do seu traçado e mesmo a nova praça tal como Aguiar os projectou em 1948.[15]

1949

Em 1949 Aguiar finaliza o **Plano Geral de Urbanização de Sá da Bandeira**. O Plano é a revisão do esboceto, figura 4.100., que Aguiar tinha levado a Angola, na sua viagem de 1947 e fora "totalmente aprovado" (Aguiar, 1947: 9).

[15] Silva Porto, agora denominada Kuito, mantém ainda hoje a hierarquia de traçado projectada neste Plano.



Fig. 4.100. Plano Geral de Urbanização de Sá da Bandeira – Esboceto. João António de Aguiar, 1947.

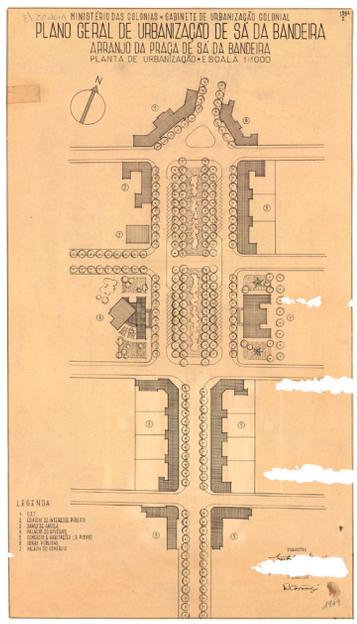


Fig. 4.99. Plano Geral de Urbanização de Sá da Bandeira. Arranjo da Praça de Sá da Bandeira. João António de Aguiar, 1949.

Mantendo o traçado do esboceto inicial, apenas são detalhados as zonas residenciais e de expansão (figura 4.99.), o novo centro da cidade (figura 4.98) e uma praça que alberga os principais edifícios de excepção, como o Palácio do Governo, os CTT e o Banco de Angola.

O Plano Geral de Urbanização de Sá da Bandeira, de 1949, foi aprovado e executado sendo o respectivo traçado urbano ainda hoje identificável na cidade.

1950

Em 1950 é dado como terminado o **Plano Geral de Urbanização de Benguela**[16], produzido com a colaboração de Fernando Batalha[17] (figura 4.101.).

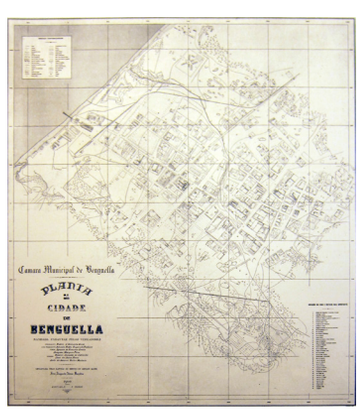
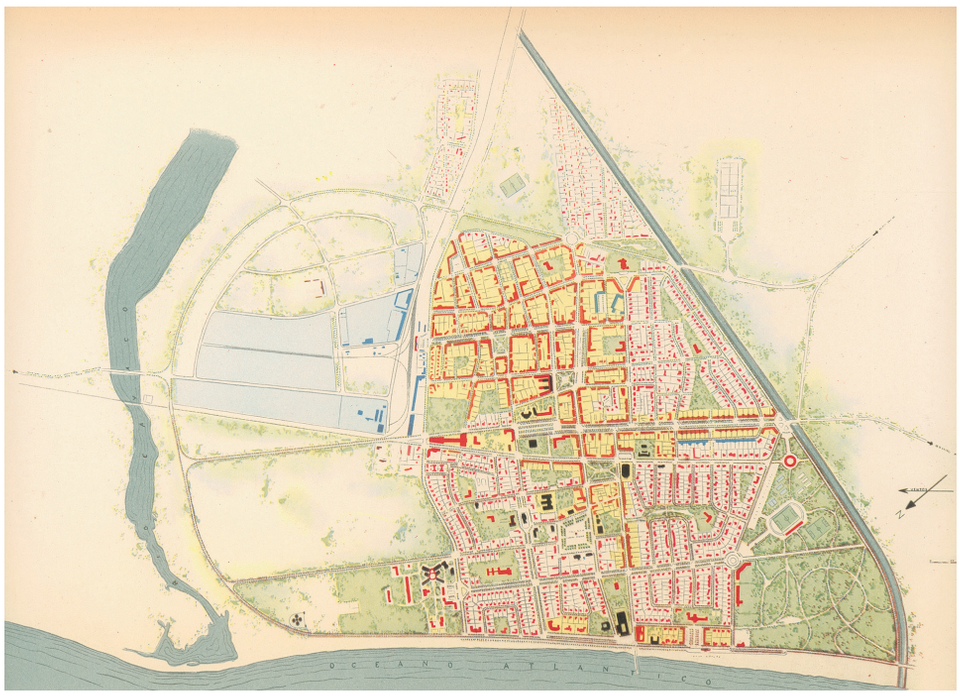


Fig. 4.101. Plano Geral de Urbanização de Benguela – Planta de Apresentação. João António de Aguiar e Fernando Batalha, 1950.

[16] Trabalho identificado pelo Gabinete com o N.º 244.

[17] A colaboração com Fernando Batalha revela-se importante devido a este estar radicado em Angola, onde aliás exercia o cargo de diretor da Delegação de Angola do GUC, o que lhe permitia posteriormente o acompanhamento da execução dos planos.

Fig. 4.102. Planta de Benguela, 1900.



"Embarcamos em Moçâmedes no Carvalho Araújo e chegamos a Benguela pela manhã às 10h. Cidade desafogada com ruas amplas. Muitos quintais. Alguns edifícios oficiais importantes. Tem: Câmara Municipal, Palácio do Comércio, Associação Comercial e Intendência." (Aguiar, 1945: 34).

O Plano, contrariando a cidade preexistente, que tal como se pode verificar (figura 4.101.), se desenvolvia para o interior, segue a direcção do mar. Benguela apresentava um traçado de génese militar, tendencialmente ortogonal, que Aguiar assumiu como base para o desenvolvimento do traçado do novo Plano (viria a fazer o mesmo em Lourenço Marques). Assim, através de uma estratégia de aproveitamento dos elementos primários da estrutura urbana preexistente e da sua enfatização, o arquitecto projecta uma cidade coesa baseada nos princípios da *city beautiful* e da *cidade-jardim*.

O Plano foi executado e ainda hoje o respectivo traçado é identificável na cidade.

No mesmo ano Aguiar termina o **Plano Geral de Urbanização do Novo Redondo** (figura 4.103)., mais uma vez com a colaboração de Fernando Batalha.

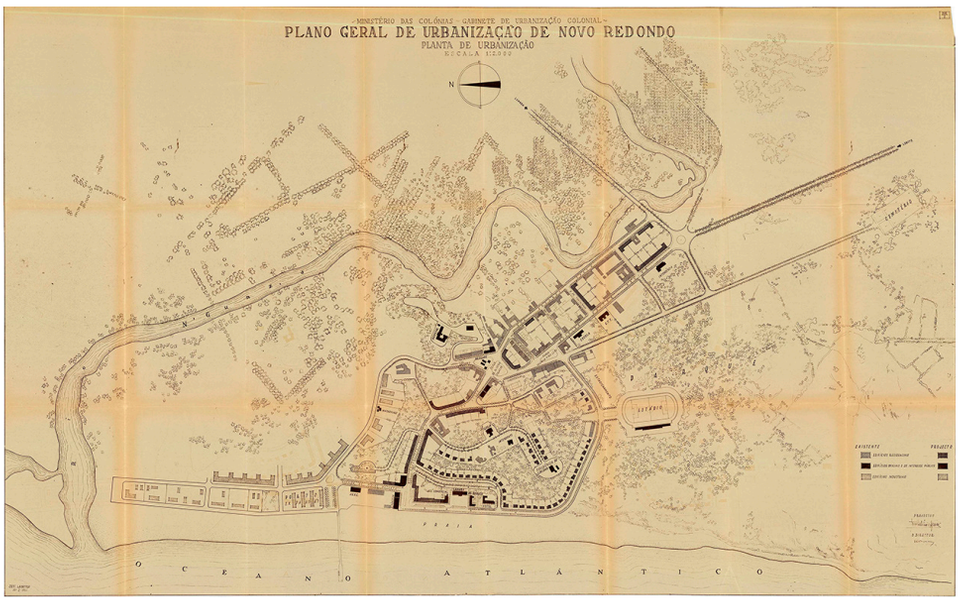


Fig. 4.103. Plano Geral de Urbanização do Novo Redondo – Planta de Urbanização. João António de Aguiar e Fernando Batalha, 1950.

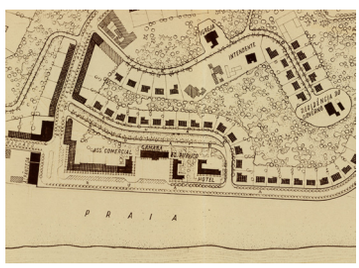


Fig. 4.104. Anteplano Geral de Urbanização de Silva Porto. Arranjo da Praça Projectada – versão A e B. João António de Aguiar e Luís Borges Coelho, 1948.

O Plano para o Novo Redondo centra-se na expansão do pequeno núcleo urbano até ao mar. Área anteriormente urbanizada, mas que após umas cheias teria ficado totalmente destruída e colocado o "Povoado em decadência" (Aguiar, 1945: 36).

Esta nova área de expansão apresentava uma zona oficial, composta por um centro cívico que nos remete para a morfologia do Terreiro do Paço e um pequeno bairro jardim, que sobe a encosta e se adapta a ela organicamente (figura 4.104).

Em 1950 é também apresentado o **Plano Geral de Urbanização de Porto Amélia**. Devido à topografia do território, Aguiar desenvolve a área de expansão urbana, afastada do seu núcleo inicial, no planalto. Seguindo os princípios da *cidade-jardim*, a "nova" cidade apresenta uma baixa densidade construída, através da implantação de moradias unifamiliares isoladas. Sobre este tecido destaca-se o edificado de excepção, posicionado estrategicamente em eixos que criam enfiamentos visuais entre os diferentes espaços, ao estilo da *city beautiful* e os espaços verdes, que funcionam como elemento articulador entre estas duas escalas do edificado.



Fig. 4.105. Anteplano Geral de Urbanização de Porto Amélia – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1950.

Além da obra estritamente urbanista Aguiar tem, nas Colónias, obra muito relevante à escala do edifício, da qual daremos apenas alguns exemplos significativos.

Durante o ano de 1950 Aguiar assina com Lucínio Cruz diversas unidades hospitalares em Angola, a saber: **Hospital de Benguela**, Banco e Consulta Externa, Enfermaria para Indígenas e Enfermaria de Infecto-Contagiosos; e **Hospital Central de Luanda,** Projecto do Bloco de Pediatria, Maternidade e Cirurgia[18]. Em paralelo termina o projecto da **Administração do Concelho de Bissau**[19] e dos **Arranjos das Fachadas da Igreja de Bafatá**[20], ambos com Eurico Pinto Lopes.

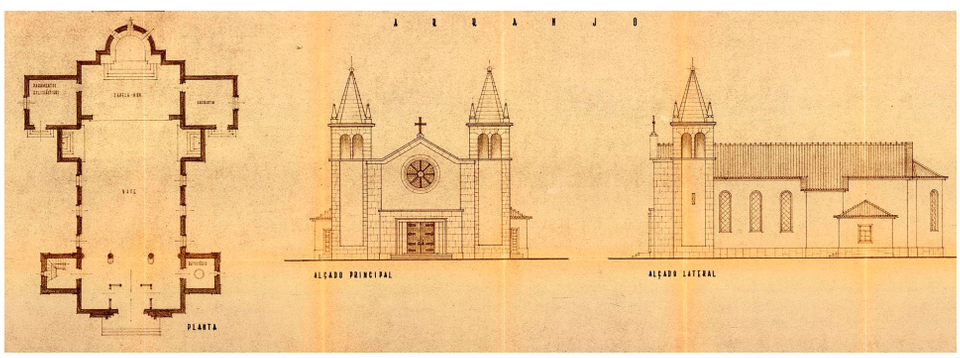


Fig. 4.106. Arranjo das Fachadas da Igreja de Bafatá – Plantas e Alçados. João António de Aguiar e Eurico Pinto Lopes, 1950.

[18] Trabalho identificado no GUC com o N.º 281.

[19] Trabalho identificado no GUC com o N.º 257.

[20] Trabalho identificado no GUC com o N.º 27.

Em 1951 Aguiar termina o **Plano Geral de Urbanização da Vila de Tete**. Localizada junto ao Rio Zambeze, esta cidade de média escala que contava em 1945 com mais de 2500 habitantes, apresentava um traçado de base reticulada que serviu de base para Aguiar estruturar duas novas áreas de expansão urbana. Estas áreas seguem o modelo da *cidade-jardim* inglesa, definido por Aguiar (1951: 22) na memória descritiva como *bairro-jardim*, caracterizando-se por uma baixa densidade de construção, através de moradias unifamiliares maioritariamente isoladas e, esporadicamente, geminadas. Cada um dos bairros é seria servida por uma pequena zona comercial, de interesse local, e uma escola. O edificado de excepção, por sua vez, adquire grande destaque, por estar implantado estrategicamente, em cruzamentos e praças que o fazem sobressair no conjunto.



Fig. 4.107. Plano Geral de Urbanização de Tete – Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1951.

Aprovado por Sarmento Rodrigues a 27 de Fevereiro de 1951, o Plano propõem a implementação de uma densa manta arbórea, justificada por Aguiar com o facto de "A vila apresenta um aspecto desolador, não tem arborização, e o desenvolvimento urbano fez-se à custa de um notável esforço para vencer grandes dificuldades e que sobressai a escassez de materiais. Deve salientar-se que para o seu atraso muito contribuiu a falta de comunicações que durante largos anos manteve a vila isolada, deixando-a entregue apenas a uma ocupação inteiramente administrativamente." (Aguiar, 1951: 11).

Neste mesmo ano é terminado o **Plano Geral de Urbanização da Vila de Catumbela** (figura 4.108.), o Plano Geral de Urbanização de Malange e o Anteplano Geral de Urbanização de Teixeira da Silva, todos com a colaboração de Fernando Batalha.

O Plano para a vila da Catumbela constitui uma tentativa de aglomerar aquilo que era um povoado disperso e lotes irregulares. Aguiar considera que as características do edificado existente, assim como a arborização frequente do traçado urbano, são específicos do lugar e vale a pena mantê-los. O tecido pré-existente é assim preservado, embora ordenado através da uma rede viária hierarquizada e estruturada. Nas novas zonas de expansão prevê-se uma composição formal, inspirada na *city beautiful*.



Fig. 4.108. Plano Geral de Urbanização de Catumbela – Planta de Zonas. João António de Aguiar e Fernando Batalha, 1951.

O **Plano Geral de Urbanização de Malange**, tal como o de Catumbela, tinha como objectivo principal aglomerar e estruturar o edificado que se encontrava disperso pelo traçado rectilíneo e por enormes espaços verdes (figura 4.109.). O Plano prevê duas fases: a primeira prevê o Arranjo do Núcleo Urbano (figura 4.110.)[21], a segunda refere-se à Extensão Urbana (figura 4.111.).

A cidade, construída ao longo de uma estrada, não apresentava uma hierarquia de lugares nem de infra-estruturas. Assim, o Plano propõe a redefinição da rede viária, com base na dita estrada e, sem destruir os elementos preexistentes, usa a lógica de projecto urbano da cidade tradicional – ruas, praças, quarteirões – num traçado coeso, que valoriza o edificado antigo e enaltece o novo.

É também proposta uma rede de espaços estruturantes, baseada em novas praças e em avenidas ornamentadas por densas frentes arbóreas.

[21] A primeira parte do Plano, que previa o arranjo da cidade preexistente e a sua consolidação foi executada e ainda hoje se reconhece o traçado proposto por Aguiar e Batalha .

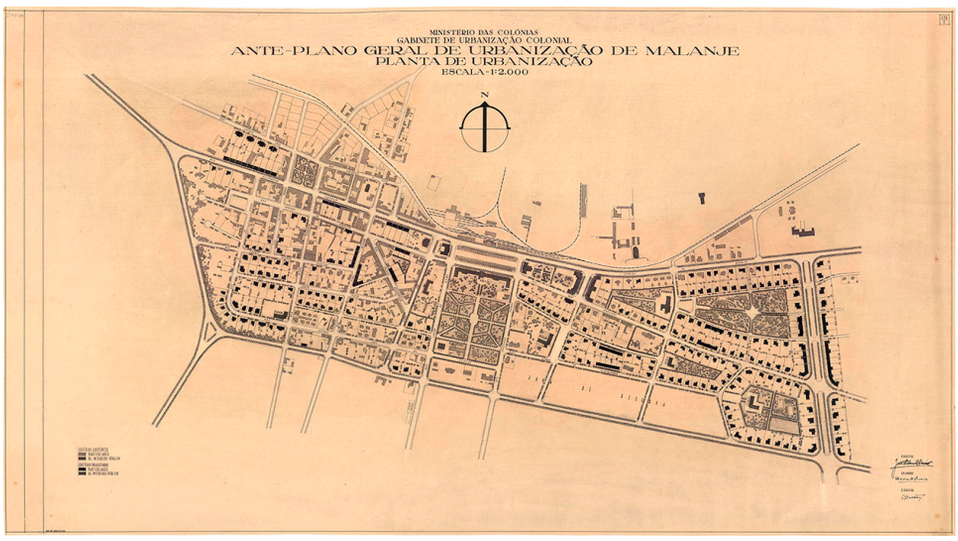


Fig. 4.110. Plano Geral de Urbanização de Malange – Planta de Urbanização. João António de Aguiar e Fernando Batalha, 1951.

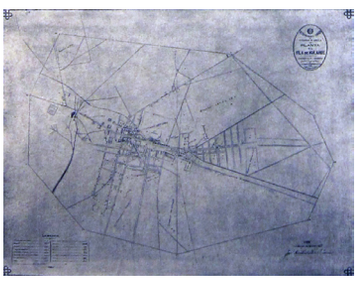


Fig. 4.109. Planta da cidade de Malange.

Os bairros residenciais baseiam-se, mais uma vez, no modelo da cidade-jardim inglesa, apresentando cada núcleo uma pequena zona comercial e uma escola. A planta da 2.ª fase (figura 4.111), apresenta ainda um bairro para indígenas, a Sul, separado da restante cidade pela estrada de circunvalação.



Fig. 4.111. Plano Geral de Urbanização de Malange – Planta de Apresentação. João António de Aguiar e Fernando Batalha, 1951.

Por fim, o Anteplano Geral de Urbanização de Vila Teixeira da Silva (figura 4.112) tinha como objectivo o repovoamento do núcleo primitivo e a sua reestruturação, mantendo as preexistências.

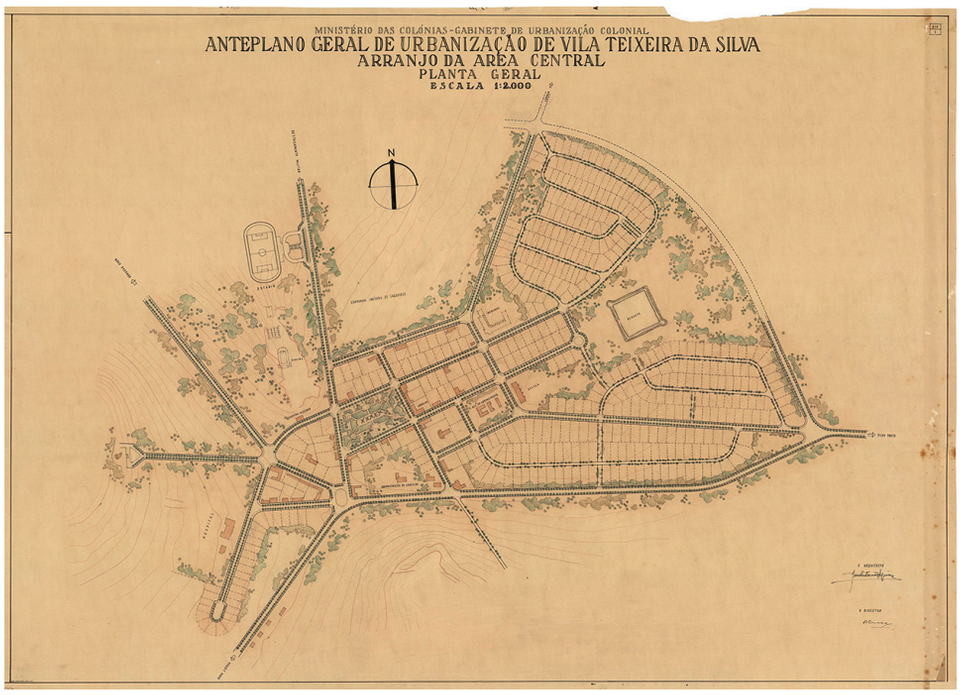


Fig. 4.112. Anteplano Geral de Urbanização de Vila Teixeira da Silva – Planta de Apresentação. João António de Aguiar e Fernando Batalha, 1951.

O Plano organiza, assim, o preexistente a partir de um traçado radial, centrado numa praça que alberga parte do edificado de excepção. A este traçado sobrepõe-se um outro tendencialmente ortogonal, que contem os restantes edifícios públicos e faz a transição entre a zona oficial e as zonas residenciais. Estas apresentam, por sua vez, um traçado orgânico estruturado em duas unidades de vizinhança separadas por uma zona verde.

De 1951 são ainda o **Plano Geral de Urbanização de Cabinda** (figura 4.113.), o Anteplano Geral de Urbanização de Robert Williams (figura 4.114.), e o Anteplano Geral de Urbanização de Lândana (figura 4.115.).

O Plano Geral de Urbanização de Cabinda propunha organizar o núcleo urbano preexistente, composto por quarteirões irregulares e edificado disperso, e estruturar a sua expansão. Aguiar expande a cidade para Sul, no sentido oposto ao mar. A área de expansão subdivide-se em dois bairros que seguem uma nova lógica hierárquica gerada pela criação de um centro cívico que organiza toda a expansão, numa composição urbana baseada nos elementos primários da cidade tradicional. Os dois morros que envolvem a cidade transformam-se em áreas verdes equipadas com zonas desportivas



Fig. 4.113. Plano Geral de Urbanização de Cabinda – Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1951.

O **Anteplano Geral de Urbanização de Robert Williams** parte do traçado ortogonal preexistente e assumindo-o como elemento estruturante, expande-o. Daí resulta uma cidade dividida pela linha do caminho-de-ferro: a Norte desta fica a zona industrial e a Sul a zona oficial, que é o seu novo centro cívico. Em cada uma das zonas Aguiar cria ainda dois *bairros-jardim*.

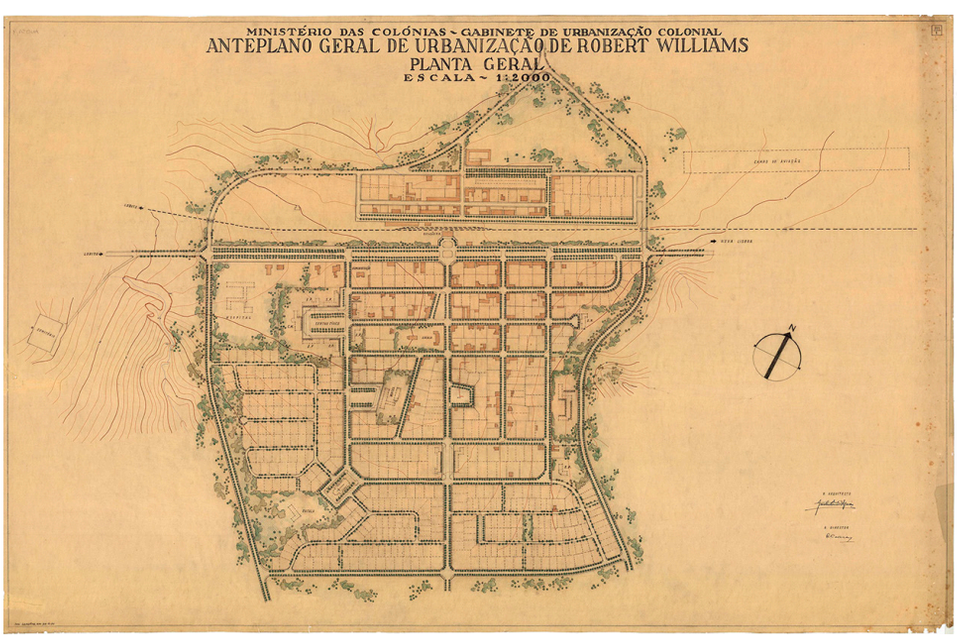


Fig. 4.114. Anteplano Geral de Urbanização de Robert Williams – Planta Geral. João António de Aguiar, 1951.

Organizada segundo os princípios da *city beautiful*, apresenta grandes avenidas verdes que articulam o edificado de excepção.

Por sua vez, o **Anteplano Geral de Urbanização de Lândana** define as zonas de expansão urbana, industrial e residencial, estabelecendo a localização e implantação do novo edificado de excepção e projectando um novo centro cívico.

O núcleo preexistente mantem-se ficando vinculado à actividade comercial. As novas zonas residenciais, essencialmente constituídas por moradias unifamiliares isoladas, apresentam-se envolvidas por densas zonas verdes que as separavam das restantes zonas.

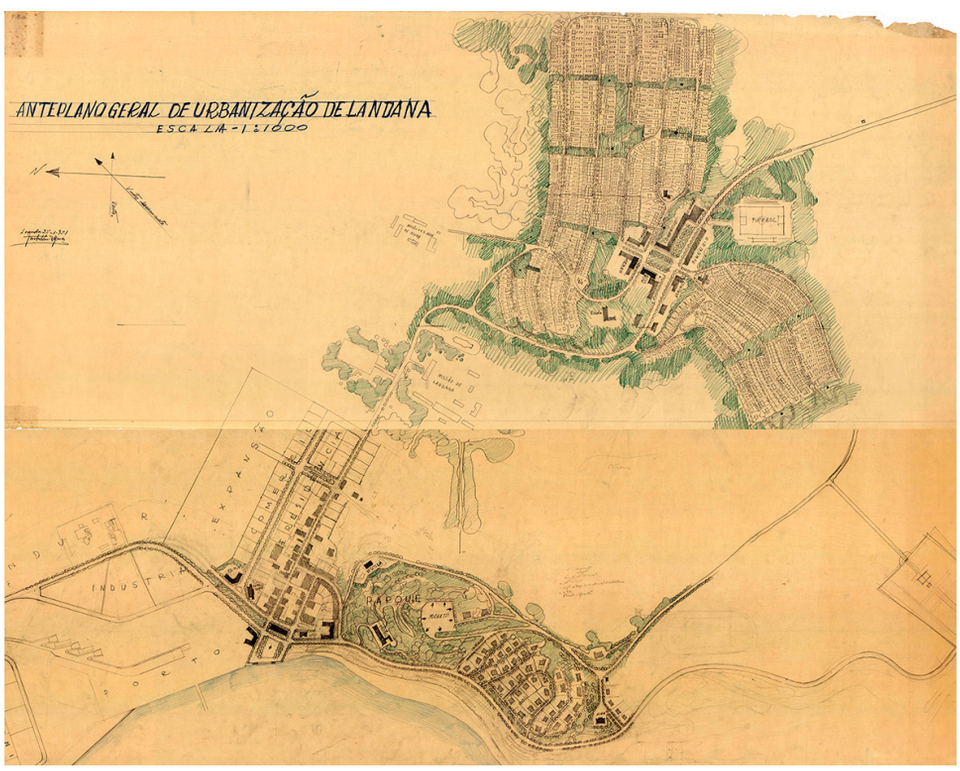


Fig. 4.115. Anteplano Geral de Urbanização de Lândana – Esboceto. João António de Aguiar, 1951.

Neste mesmo ano de 1951 Aguiar concluí o **Plano Geral de Urbanização de Teixeira Pinto**.

Localizada na Guiné, numa das áreas mais povoadas da Colónia, com 68.000 habitantes, Teixeira Pinto era um povoado formado "por um largo e extenso arruamento, de traçado rectilíneo, limitado nos seus extremos por duas praças, sendo uma a Nascente e outra a Poente. Na primeira encontra-se concentrada, por assim dizer, a zona administrativa e residencial de europeus constituída pelas residências do Administrador, do Secretário e dos Aspirantes e pela Secretaria da Administração, edifícios estes que estão bastante arruinados, e ainda pela residência do Delegado de saúde, de construção recente." (Aguiar, 1951f: 2).

O Plano pretendia, "de acordo com as características existentes da vila e hábitos da respectiva população" (Aguiar, 1951f: 4) estruturar a cidade preexistente e

organizar a sua expansão.

Para isso Aguiar assumiu a Avenida dos Heróis da Pacificação e a praça a Poente como elementos estruturantes do novo traçado e, a partir deles, define uma nova hierarquia de lugares que mantém, embora redesenhada, a praça Nascente como centro cívico.

Para as novas áreas residenciais, compostas por moradias unifamiliares isoladas ou geminadas prevê-se uma área mínima de 1.200m^2 de lote e um limite de 15% de percentagem máxima de ocupação.

Fora da cidade fica o bairro para indígenas, situado ao longo da estrada de Calequisse.

Data ainda de 1951 o **Plano Geral de Urbanização de Inhambane**, onde foram desenvolvidos o Arranjo Da Área Existente (figura 4.115.) e um Bairro Indígena (figura 4.116.).

Aguiar inicia a memória descritiva do Plano informando que "o núcleo urbano existente apresenta-se, a quem o visita, bastante desorganizado no aspecto urbanístico, em especial na área próxima da estação de caminho-de-ferro, verificando-se que o desenvolvimento da cidade se tem feito sem obedecer a um plano orientador, de que resulta notar-se uma falta de conjunto e uma ausência de estética." (Aguiar: 1951d:1).

O Plano tenta corrigir esta situação através de um novo traçado, resultante da articulação de duas malhas: a radial, do traçado primário e a orgânica, do traçado secundário. O novo traçado, ao estilo da *city beautiful*, tem como centro a praça dos caminhos-de-ferro, que se transforma no novo centro cívico. Daí se projectam três grandes avenidas estruturantes do restante traçado, o qual se assume como secundário. As novas áreas de expansão seguem o modelo da *cidade-jardim* e organizam-se, juntamente com o traçado secundário, através do edificado preexistente, que é totalmente conservado. São também criados dois bairros residenciais.

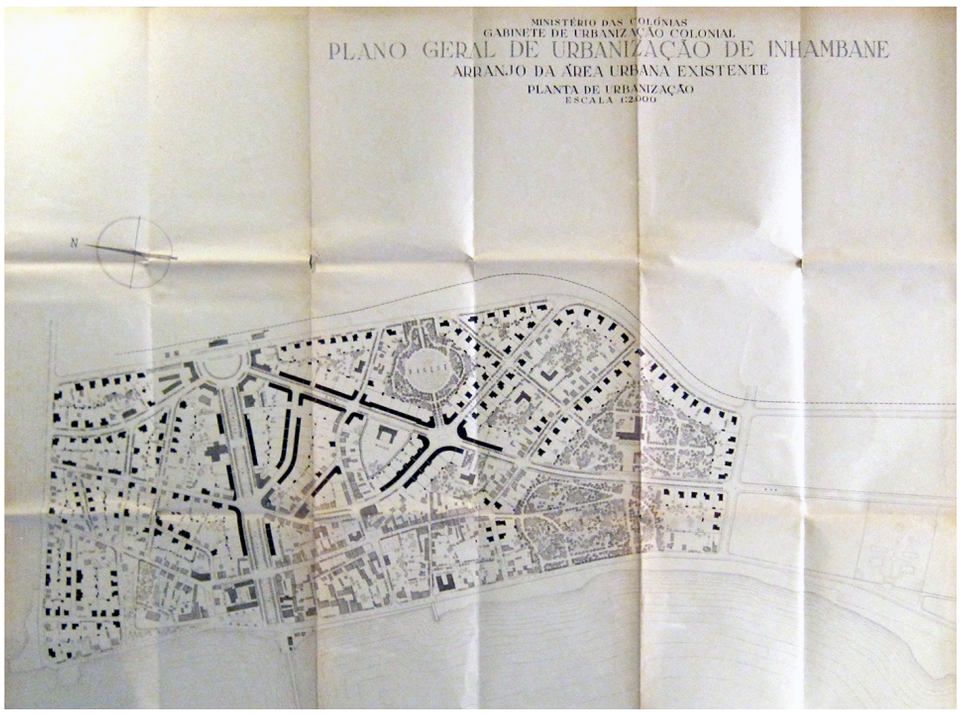


Fig. 4.116. Plano Geral de Urbanização de Inhambane – Arranjo da Área Urbana Existente – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1951.

O Plano para o Bairro Indígena de Inhambane (trabalho N.º 174) tinha como objectivo a construção de uma unidade residencial para indígenas que deveria ainda incluir uma escola, um centro administrativo e comercial, lavadouros, marcos fontanários, instalações sanitárias e logradouros para recreio (Aguiar, 1951e: 1).



Fig. 4.117. Plano Geral de Urbanização de Inhambane – Bairro Indígena. João António de Aguiar, 1951.

As habitações previstas são moradias unifamiliares, geminadas ou em banda, com logradouros privados de 200m^2 e área edificada não superior a 20% do lote.

Aprovado por Sarmento Rodrigues em 27 de Fevereiro d 1951, este projecto previa generosas áreas verdes onde a construção não era permitida.

1952

Em 1952 Aguiar termina o **Plano Geral de Urbanização do Lobito**, com a colaboração de Castro Rodrigues. O Plano procura articular os diferentes bairros que constituíam a cidade num todo harmonioso e coeso. Para isso foi desenvolvido um Plano Geral (figura 4.118 e 4.119.) e Planos de Urbanização de alguns dos seus bairros – Caponte (figura 4.120. e 4.121.) e Compão (figura 4.122.). Estes Planos, apenas da autoria de Aguiar e datados do mesmo ano, seguindo os princípios da *cidade-jardim*, são compostos maioritariamente por moradias unifamiliares isoladas, uma pequena zona comercial e equipamentos de apoio.

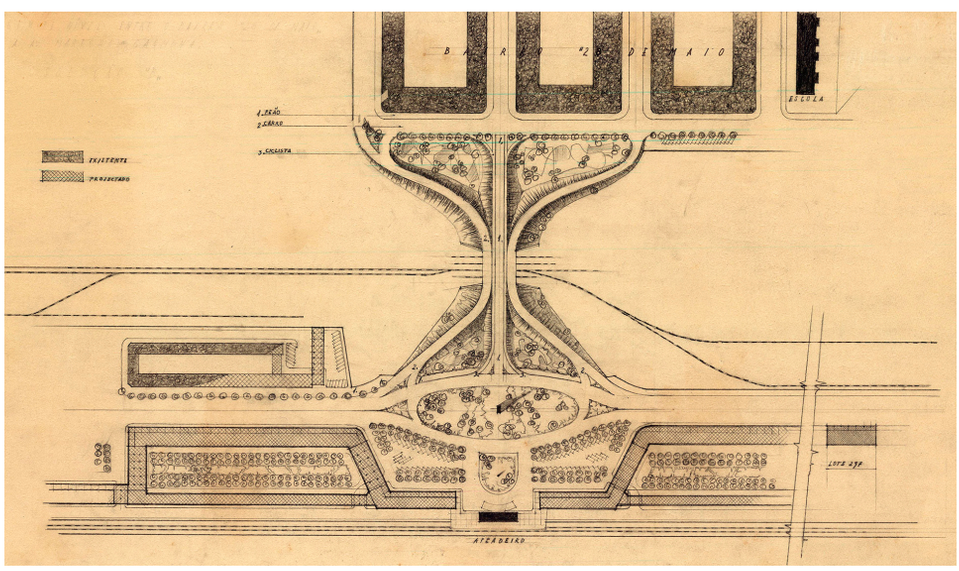


Fig. 4.118. Plano Geral de Urbanização do Lobito. João António de Aguiar e Francisco Castro Rodrigues, 1952.

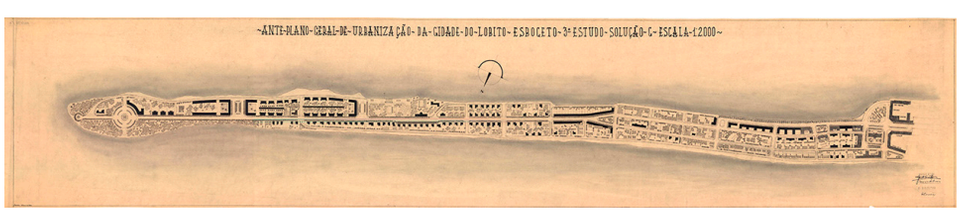
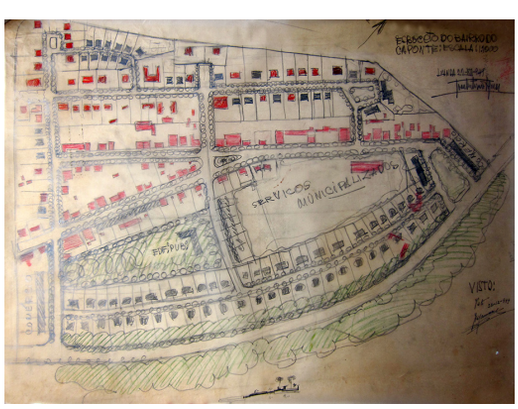


Fig. 4.119. Plano Geral de Urbanização do Lobito. João António de Aguiar e Francisco Castro Rodrigues, 1952.



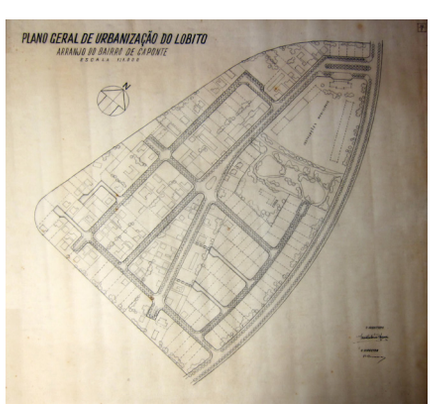


Fig. 4.120. Plano Geral de Urbanização do Lobito – Arranjo do Bairro do Caponte – Esboceto. João António de Aguiar, 1952.

Fig. 4.121. Plano Geral de Urbanização do Lobito – Arranjo do Bairro do Caponte – Planta Geral. João António de Aguiar, 1952.

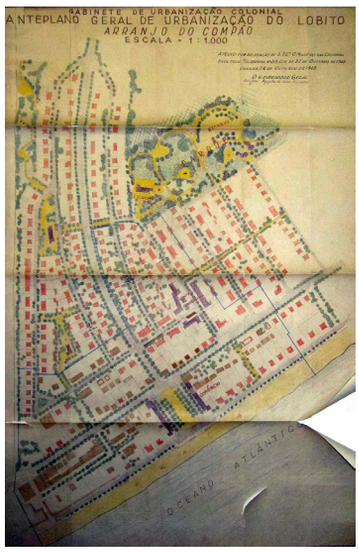


Fig. 4.122. Anteplano Geral de Urbanização do Lobito – Arranjo do Copão – Planta Geral. João António de Aguiar, 1954.

Em 1954 Aguiar dá continuação aos estudos da cidade do Lobito que resultam na versão final dos para os bairros residenciais. No entanto, o Plano nunca chegou a ser executado na tua totalidade, ficando-se por algumas partes, como o Arranjo do Copão, a Praça Salazar, e o Arranjo Urbano Dos Núcleos Residenciais no Morro De Quileva.

Ainda em 1952 Aguiar concluí o projecto para o **Carmelo de Lourenço Marques** (figura 4.123. e 4.124.).[22]

Este projecto visava a criação de um convento organizado em três núcleos – Mosteiro, Igreja e Residência das Irmãs – que incluía um jardim, uma pousada e uma igreja articulada ao corpo central do Mosteiro.



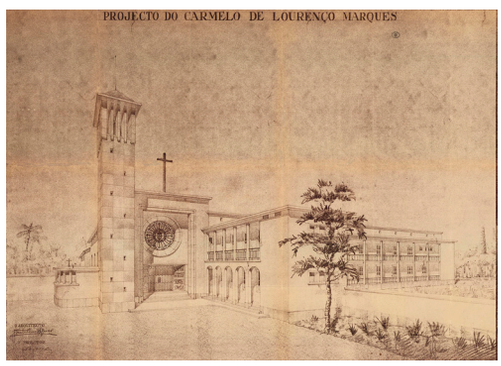


Fig. 4.123. e 4.124. Carmelo de Lourenço Marques – Perspectivas. João António de Aguiar, 1952.

1953

No início de 1953, Aguiar viaja até à Índia para visitar Goa, Margão e Mormugão. Da viagem resultam vários esbocetos do que viriam a ser os Planos Gerais de Urbanização destas cidades.

O **Plano Geral de Urbanização de Goa**, compreende uma área que abrange, para além do centro urbano, alguns dos aglomerados adjacentes, entre o rio Mandori e o Oceano Índico.

O Plano (figura 4.125.) propõe a implantação de edifícios de excepção em zonas estratégicas de modo hierarquizar o novo traçado urbano. A regularização do traçado urbano pré-existente e o seu prolongamento associado a implantação estratégica de edifícios de excepção é indissociável do modelo da *city beautiful*.

[22] Trabalho identificado com o N.º 388.

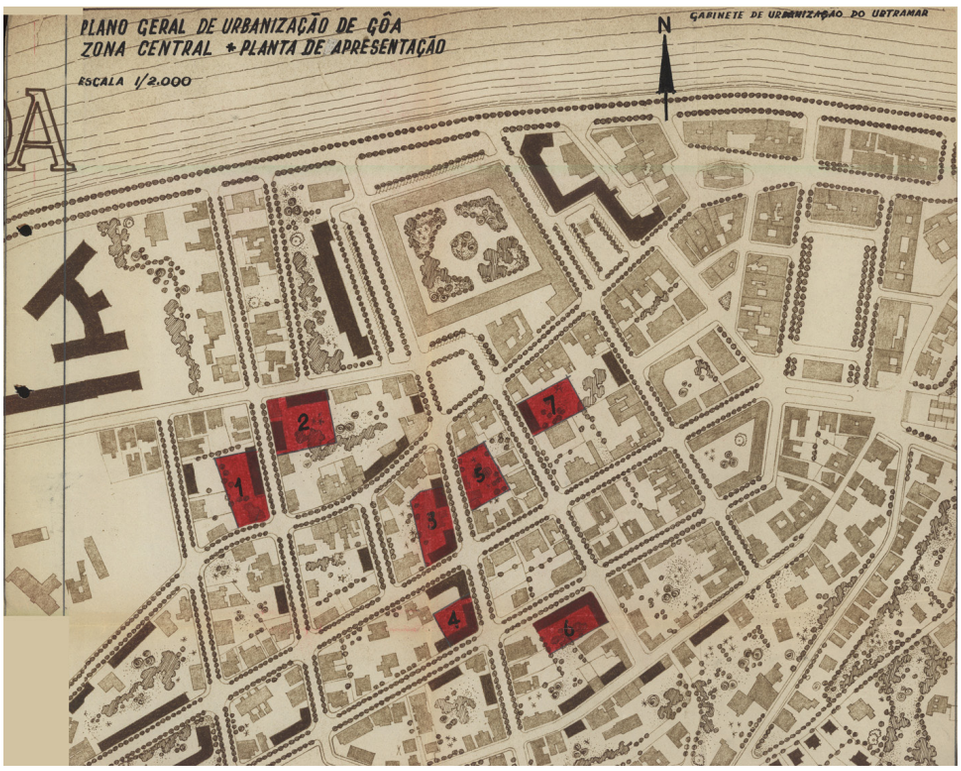


Fig. 4.125. Plano Geral de Urbanização de Goa– Zona Central– Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1953.

O **Plano Geral de Urbanização de Margão**, figura 4.126. e 4.127., tem como objectivo a reestruturação do núcleo preexistente e a sua expansão, muito necessária à cidade, que contava com mais de 20.000 habitantes.

O Plano prevê a criação de uma artéria, periférica à área residencial e paralela à linha do caminho-de-ferro, que se articula com Estrada Nacional. Com esta circular, maioritariamente destinada ao trafego pesado e ao tráfego de tracção animal, pretende libertar o centro urbano de grande parte do seu congestionamento.

Outro ponto estratégico do Plano é a criação de um centro cívico na praça central, cujo contorno é rectificado e onde são previstas placas centrais arborizadas e ajardinadas. "O 'Regulamento' orientará o desenvolvimento estético do centro cívico, fixando a altura a altura das construções e as suas características." (Aguiar, 1953a: 8).

O Plano previa, ainda, a construção de um novo aglomerado urbano, localizado a Nascente, em dois *bairros-jardim* compostos por moradias unifamiliares isoladas e apoiadas por pequenos equipamentos e uma zona comercial.



Fig. 4.126. Plano Geral de Urbanização de Margão – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1953.



Fig. 4.127. Plano Geral de Urbanização de Margão – Esboceto. João António de Aguiar, 1953.

Por fim, Aguiar desenvolveu o Plano Geral de Urbanização de Mormugão. Situada a Sul de Goa, no início da década de 50 a cidade apresentava rápido crescimento devido ao porto e ao caminho-de-ferro.



Fig. 4.128. Plano Geral de Urbanização de Mormugão – Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1953.

O Plano, figura 4.128., prevê a expansão da cidade sobre a península de Mormugão. Projectado com um traçado radial que se cruza numa praça considerada o novo centro cívico, está dividido em seis zonas, situadas entre o Porto e a estação de caminho-de-ferro: as quatro zonas à volta do centro cívico, envolvidas por vastas áreas verdes, destinam-se à população europeia e são compostas de moradias unifamiliares e blocos residenciais, segundo os princípios de Radburn. Sobre a praia fica uma quarta zona, destinada à população local que trabalhava na cidade e, adjacente aos caminhos-de-ferro, a quinta zona, compreendendo comércio, alguns serviços e habitação.



Fig. 4.129. Plano Geral de Urbanização de Manica – Planta Geral. João António de Aguiar, 1953.

Ainda durante este ano Aguiar termina o **Plano Geral de Urbanização de Manica**. Aproveitando a estrutura preexistente e mantendo o seu edificado, Aguiar desenvolve um Plano organizado através de quatro eixos estruturantes ortogonais, figura 4.129., que estabelecem o traçado primário. Por sua vez, o traçado secundário, vinculado ás zonas residenciais, adapta-se suavemente à topografia do lugar, perdendo parcialmente a malha quadricular.

Durante este ano Aguiar desenvolveu ainda o **Plano Geral de Urbanização de Nacala**.



Fig. 4.130. Plano Geral de Urbanização de Nacala – Planta de Zonas. João António de Aguiar, 1953.



Fig. 4.131. Plano Geral de Urbanização de Nacala – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1953.

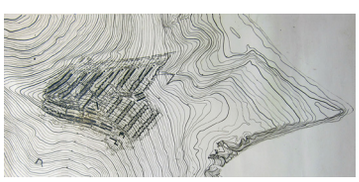


Fig. 4.132. Plano Geral de Urbanização de Nacala. Bairro Indígena – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1953.

Este Plano partia do núcleo urbano preexistente, assumindo-o como elemento estruturante do novo traçado. Desenvolvido segundo os princípios da *city beautiful*, este traçado segue a topografia do lugar como elemento gerador de torções e eixos que marcam os espaços públicos de onde emergem os grandes edifícios públicos. Destacam-se três grandes eixos que estruturam o espaço urbano e organizam as unidades residenciais que, por sua vez, seguem o modelo da *cidade-jardim* inglesa. A envolver tudo isto, está uma densa vegetação que se prolonga pela urbe dentro através de grandes avenidas arborizadas e de amplos espaços públicos.



Fig. 4.133. Plano de Aproveitamento do Limpopo. Aldeia de Sagres – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1958.

O último projecto, assinado por Aguiar em 1953, foi o da Aldeia da Barragem, para o **Plano de Aproveitamento do Limpopo**. Projectado segundo os princípios da **city beautiful**, este Plano (figura 4.135.) marca o início de uma enorme encomenda solicitada a Aguiar pelo próprio Ministro do Ultramar e que se prolongou até 1960, incluindo diversas tipologias habitacionais, equipamentos e PGU, a saber: Plano de Urbanização da Aldeia de Pegões, 1956; Plano de

Urbanização da Aldeia de Sagres, 1958 (figura 4.133.); Plano de Urbanização da Aldeia de Santana, 1959; Plano de Urbanização da Aldeia de Senhora da Graça, 1959; Plano de Urbanização da Aldeia de Ourique, 1959; Plano de Urbanização da Aldeia do Ginjá, 1959; Plano de Urbanização da Aldeia de Lionde, 1959; Plano de Urbanização da Aldeia de S. José de Ribamar, 1959; Plano de Urbanização da Aldeia de Santa Comba, 1960; Plano de Urbanização da Aldeia de Folgares, 1960 (figura 4.134.); Plano de Urbanização da Aldeia de Freixiel, 1960; Plano de Urbanização da Aldeia da Barragem, 1960; e Plano de Urbanização da Aldeia da Madragoa, 1960.



Fig. 4.134. Plano de Aproveitamento do Limpopo. Aldeia de Folgares – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1960.



Fig. 4.135. Plano de Aproveitamento do Limpopo. Aldeia da Barragem – Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1953.

1954

Data deste período a ascensão de Aguiar a Director do Gabinete de Urbanização do Ultramar. No entanto, as novas funções atribuídas ao arquitecto não diminuíram a sua produção, que se manteve profícua.

Data deste ano o **Plano Geral de Urbanização de Vila Salazar,** processo iniciado em 1951, aquando do esboceto apresentado na figura 4.136..

Projectado como objectivo de aproveitar as preexistências, o Plano procurava estruturar o povoado, composto por habitações dispersas, alguns equipamentos e um pequeno jardim público, programar o seu desenvolvimento. Organizado através de uma sectorização funcional, o Plano apresentava uma planta de uso de zonas constituída por: centro cívico, edifícios de interesse público, residenciais, zona mista, espaços livres, artesanato, industria ligeira, rural e de protecção e áreas para indígenas.

A composição urbana do Plano seguia a mesma linguagem dos seus antecessores, através de uma enfatização do edificado de excepção que seguia os princípios estabelecidos pela *city beautiful*.

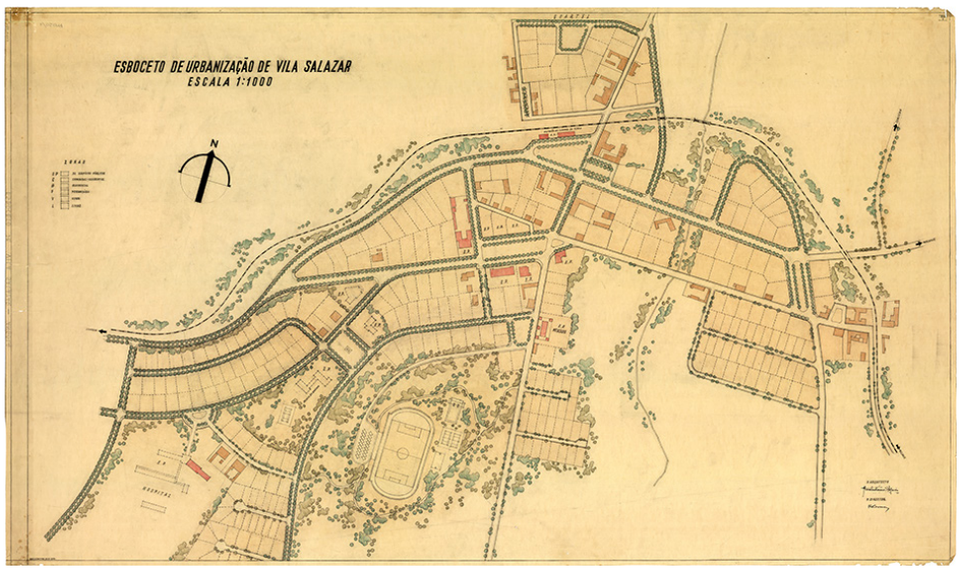


Fig. 4.136. Plano Geral de Urbanização de Vila Salazar – Esboceto. João António de Aguiar, 1951.

Ainda em 1954, Aguiar termina o **Plano Geral de Urbanização de Moçâmedes**. Este Plano prevê o arranjo da cidade preexistente, o desenho da sua expansão, o estudo da implantação do novo hospital e o desenvolvimento de um regulamento que oriente a construção de iniciativa privada que se verificava um pouco por toda a cidade. Com esse objectivo, Aguiar divide o Plano em duas zonas: a zona A – histórica, oficial, comercial e residencial – deveria manter as características preexistentes e deveria "ficar subordinada a um regulamento destinado a conservar e valorizar os edifícios existentes e a orientar as novas construções" (Aguiar, 1954:4); a zona B – residencial – seria a zona de expansão onde, para além das habitações, deveria haver pequenos núcleos comerciais de interesse local e lotes reservados a edifícios de interesse público.

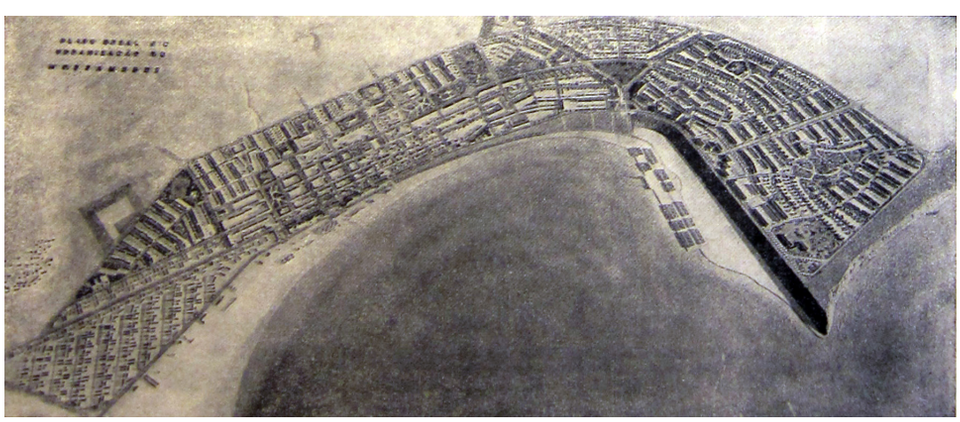


Fig. 4.137. Plano Geral de Urbanização de Moçâmedes – Perspectiva. João António de Aguiar, 1954.

Seguiu-se o Plano Geral de Urbanização de Caconda onde, mais uma vez, Aguiar se pretendia ordenar o território e programar a sua expansão. Assumindo os elementos preexistentes como premissas para o desenvolvimento do novo traçado urbano e sem destruir qualquer edifício, Aguiar propõe uma cidade estruturada a partir de um eixo central que funciona como elemento articulador dos diversos edifícios de excepção e, simultaneamente, organiza as unidades residenciais. O traçado primário, facilmente identificável e dissociável do secundário, segue uma ortogonalidade que contrasta com a harmoniosa organicidade do secundário que, seguindo a topografia do território vai envolvendo a cidade e fechando as zonas residenciais, constituídas por moradias unifamiliares isoladas e generosas zonas verdes.

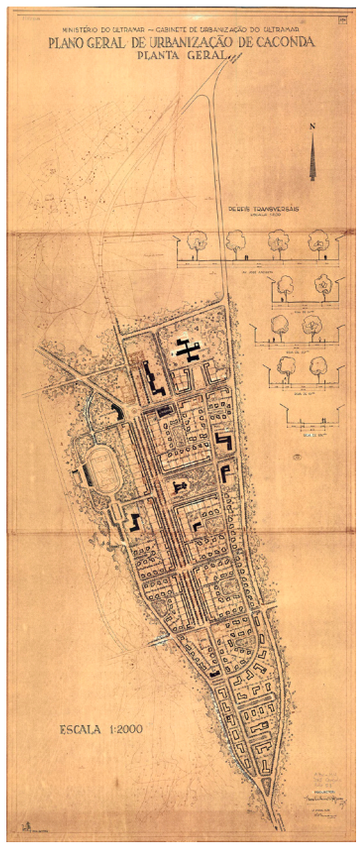


Fig. 4.138. Plano Geral de Urbanização de Caconda – Planta Geral. João António de Aguiar, 1954.

1957

Em 1957 torna-se Inspector Superior da Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar e do Conselho Superior do Fomento Ultramarino, cargo que manteve até à reforma. Sabemos que muitos dos seus Planos Gerais de Urbanização lhe foram "adjudicados" por Despacho Ministerial, fugindo ao modo habitual de funcionamento do Gabinete. Entre esses trabalhos consta Quelimane, Praia, S.Vicente e Bissau. Quanto a Bissau, após a nomeação como Inspector, acabou por pedir autorização para abandonar o projecto, o que lhe foi permitido sob condição de deixar elaborado um esboceto claro com um traçado bem definido e de continuar a orientar o desenvolvimento do Plano (ofício N.º 754/58/UH)[23]. Num memorando de Aguiar dirigido ao Ministro, relativamente à província da Guiné, consta que deixou projectados os esbocetos para os PGU de Bissau, Bafatá (figura 4.141.), Farim, Bissopam, Nova Lamego, Bolama, São Domingos, Bubaque e Catió.

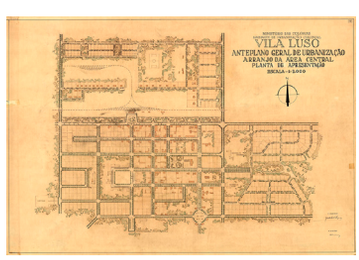


Fig. 4.139. Plano Geral de Urbanização de Vila Luso – Planta de Apresentação. João António de Aguiar, s.d..

Este memorando constitui ainda fonte segura sobre outras intervenções de Aguiar. Dito pelo próprio, ficamos a saber que, até 1959, mesmo Planos que não são definidos por ele têm por base um esboço seu (é o caso, em S. Tomé, das pequenas vilas de Trindade, Bombom, Neves, Santo Amaro, Madalena, Angolares, Santana e Guadalupe; ou que foi a ele Aguiar que foi atribuída a realização dos Planos de Urbanização de todas as capitais de província ultramarinas.

Quanto aos Planos de Urbanização do Estado da Índia – Goa (Panguim), Marmugão, Mapuçá, Vasco da Gama (Margão), Diu – que estavam entregues a João António de Aguiar, aquando da sua nomeação a Inspector - foi posteriormente definido que passariam para a responsabilidade do Arquitecto Ressano Garcia. Ainda assim, após um trabalho intenso de "passagem de pasta" com Aguiar. (Anexo ao Ofício N.º 357/64/UH).

[23] A respectiva carta encontra-se em Anexo.

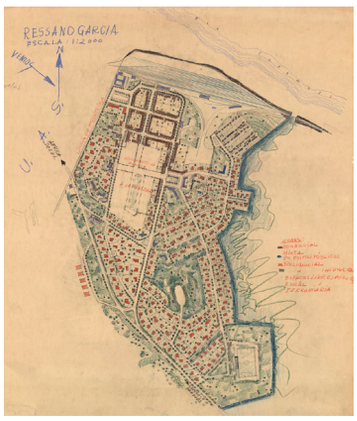


Fig. 4.140. Plano Geral de Urbanização de Ressano Garcia – Esquisso. João António de Aguiar, s.d..



Fig. 4.141. Plano Geral de Urbanização de Ressano Garcia – Esquisso. João António de Aguiar, s.d..

Durante o período em que esteve vinculado ao Gabinete, foram muitos os Arquitectos que com ele estagiaram, de entre os quais destacamos José Galhardo Zilhão e Fernão Simões Lopes de Carvalho.

Apesar das suas novas funções, Aguiar continuou ser solicitado para projetar para as Colónias, nomeadamente programas, localização e implantação de edifícios excepcionais. Exemplo disso é o edifício dos serviços oficiais da sede do baixo Limpopo, programaticamente desenvolvido por Aguiar, que depois sugere que continue as ser desenvolvido pelo Arquitecto Augusto Lopes Galvão. [24]

[24] Processo Nº 9L-IX -840/60 do MU.

1959

Em 1959 Aguiar termina o Esboceto do Plano de Urbanização do Mindelo, iniciado em 1952 e que tinha como objectivo traçar as diretrizes do PGU a desenvolver.



Fig. 4.142. Urbanização da Cidade do Mindelo – Esquisso. João António de Aguiar, 1959.

1960

Em 1960 Aguiar termina o novo **Edifício do Ministério do Ultramar,** apresentado nas figuras 4.143. e 4.144.. Esta obra, solicitada ao arquitecto pelo então Ministro Adriano Moreira, pretendia centralizar todos os serviços da tutela deste Ministério.

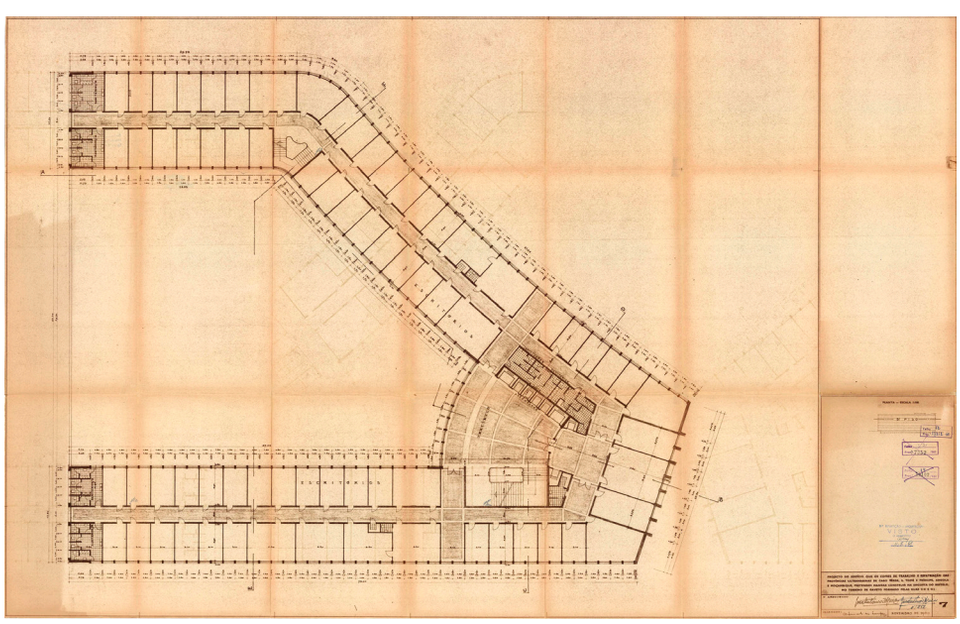


Fig. 4.144. Edifício do Ministério do Ultramar – Planta. João António de Aguiar, 1960.

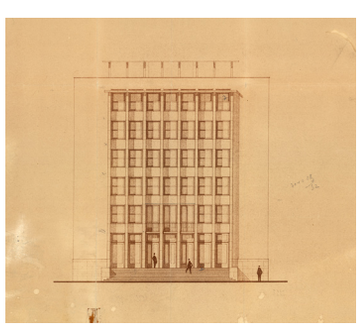


Fig. 4.143. Edifício do Ministério do Ultramar – Alçado. João António de Aguiar, 1960.

Tabela 03. Tabela Cronológica da Produção Arquitectónica desenvolvida por Aguiar no Gabinete de Urbanização Colonial.

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
1945	Plano Urbanização de Quelimane (1ª versão)	Moçambique
	Adaptação do Palácio do Governo de Bissau (com Rogério Cavaca)	Guiné
	Arranjo Urbanístico da Praça do Império, Bissau (com Galhardo Zilhão)	Guiné
1946	Plano Geral de Urbanização de Nova Lisboa	Angola
	Plano Geral de Urbanização de Luanda	Angola
	AntePlano Geral de Urbanização da Praia de Varela	Guiné
	Plano de Urbanização de Ainaro	Timor
	Plano de Urbanização de Aileu	Timor
	Plano de Urbanização de Lospalos	Timor
	Mercado Municipal Tipo considerado para abastecimento da População de Costumes Europeus	
1947	Plano Geral de Urbanização de Namaacha (com Mário de Oliveira)	Moçambique
	Arranjo da Zona Central da Cidade de S. Tomé (Esboceto)	São Tomé e Príncipe
	Arranjo da Zona Oficial, Comercial e Residencial de Moçamedes	Angola
	Ampliação do Liceu Diogo Cão (com Eurico Pinto Lopes)	Angola
1948	AntePlano de Urbanização de Porto Amboim	Angola
	AntePlano Geral de Urbanização de Chibia	Angola
	AntePlano Geral de Urbanização de Silva Porto (com Luís Coelho Borges)	Angola
	Anteplano de Urbanização de Namaccha	Moçambique
	Plano Geral de Urbanização de Quelimane (2ª versão)	Moçambique
	Urbanização de Vila Salazar, Baucau	Timor
	Plano de Urbanização de Nova Díli	Timor
	Ampliação do Palácio do Governador de Bissau (com Rogério Cavaca)	Guiné
	Arranjo da Área Existente de Inhambane	Moçambique
1949	Plano Geral de Urbanização de Sá-da-Bandeira	Angola
	Plano de Urbanização de Laleia	Timor
	Arranjo Urbanístico de Viqueque	Timor

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
	Esboceto do Arranjo do Bairro do Compão, Lobito	Angola
	Esboceto do Bairro do Caponte, Lobito	Angola
	Ampliação do Liceu Diogo Cão, Sá da Bandeira (com Eurico Pinto Lopes)	Angola
	Projecto da Câmara Municipal do Lobito (com Lucínio Cruz)	Angola
1950	Plano Geral de Urbanização de Benguela (com Fernando Batalha)	Angola
	Plano de Urbanização do Novo Redondo (com Fernando Batalha)	Angola
	Plano Geral de Urbanização de Namaacha	Moçambique
	Plano Geral de Urbanização de Porto Amélia	Moçambique
	Plano Geral de Urbanização de Vila Pery	Moçambique
	Igreja de Bafatá (com Eurico Pinto Lopes)	Guiné
	Administração do Concelho de Bissau (com Eurico Pinto Lopes)	Guiné
	Hospital de Benguela - Banco e Consulta Externa (com Lucínio Cruz)	Angola
	Hospital de Benguela - Enfermaria de Infecto-Contagiosos (com Lucínio Cruz)	Angola
	Hospital de Benguela - Enfermaria para Indígenas (com Lucínio Cruz)	Angola
	Hospital Central de Luanda - Projecto do Bloco de Pediatria, Maternidade e Cirurgia (com Lucínio Cruz)	Angola
1951	Plano Geral de Urbanização da Catumbela (com Fernando Batalha)	Angola
	Plano Geral de Urbanização de Malange (com Fernando Batalha)	Angola
	Plano Geral de Urbanização de Cabinda	Angola
	Plano Geral de Urbanização do Lobito	Angola
	AntePlano Geral de Urbanização de Teixeira da Silva (com Fernando Batalha)	Angola
	Plano Geral de Urbanização de Lândana	Angola
	Esboceto de Urbanização da Vila Salazar	Angola
	AntePlano Geral de Urbanização de Robert Williams	Angola
	AntePlano Geral de Urbanização de São Tomé	São Tomé e Príncipe
	Esboceto da cidade de St°. António do Príncipe	São Tomé e Príncipe
	AntePlano Geral de Urbanização da Vila de Tete	Moçambique

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
	Plano Geral de Urbanização de Teixeira Pinto (com Rogério Cavaca)	Guiné
	Plano Geral de Urbanização de Díli	Timor
	Urbanização do Bairro do Caponde, Lobito	Angola
	Arranjo Urbanístico de Vila Alice, Luanda	Angola
	Arranjo Urbanístico do bairro do Burity	Angola
	Arranjo Urbanístico da Praça da República	São Tomé e Príncipe
	Arranjo da Zona Central da Cidade	São Tomé e Príncipe
	Bairro Indígena de Inhambane	Moçambique
	Arranjo Da Área Existente De Inhambane	Moçambique
	Laboratório de Patologia Veterinária de Lourenço Marques	Moçambique
	Hospital de Benguela - Banco e Consulta Externa (com Lucínio Cruz)	Angola
	Hospital Indígena de Luanda (com Lucínio Cruz)	Angola
	Hospital Indígena de Luanda, alterações (com Lucínio Cruz)	Angola
1952	Plano de Urbanização de Luanda	Angola
	Plano Geral de Urbanização de Benguela (Revisão)	Angola
	Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques	Moçambique
	Arranjo Urbanístico de Bubaque	Guiné
	Ampliação do Hospital Indígena de Luanda	Angola
	Carmelo de Lourenço Marques	Moçambique
1953	Plano de Urbanização de Palane	Moçambique
	Plano Geral de Urbanização da Vila de Manica	Moçambique
	Plano Geral de Urbanização de Vila Junqueiro	Moçambique
	Plano Geral de Urbanização de Nampula	Moçambique
	Plano Geral de Urbanização de Nacala	Moçambique
	Plano Geral de Urbanização de Gurué	Moçambique
	Plano do Aproveitamento do Limpopo - Aldeia da Barragem	Moçambique
	Plano Geral de Urbanização de Mormugão	Índia
	Plano Geral de Urbanização de Margão	Índia
	Plano Geral de Urbanização de Goa	Índia
	Urbanização Parcial De Mocímboa Da Praia	Moçambique

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
	Ampliação da Câmara Municipal do Lobito (com Lucínio Cruz)	Angola
	Hospital Indígena de Luanda, Pavilhão de Cirurgia e Medicina (com Lucínio Cruz)	Angola
	Remodelação e Ampliação do Internato de Diogo Cão	Angola
	Edifício dos Serviços da Fazenda e Contabilidade de Luanda (com António Ribeiro Martins)	Angola
	Corpo Central do Edifício das Repartições Públicas de Díli	Timor
1954	Plano Geral de Urbanização de Vila Salazar	Angola
	Plano Geral de Urbanização de Caconda	Angola
	Plano Geral de Urbanização do Lobito (Revisão)	Angola
	Plano Geral de Urbanização de Roçadas	Angola
	Plano Geral de Urbanização de Moçamendes	Angola
	Plano Geral de urbanização de Quelimane (3ª versão)	Moçambique
	Plano Geral de Urbanização de São Tomé (Revisão)	São Tomé e Príncipe
	Arranjo Urbano dos Núcleos Residenciais no Morro de Quileva, Lobito	Angola
	Arranjo Urbanístico da Praça Afonso de Albuquerque, Goa	Índia
	Seminário de Cernache	Portugal
	Estádio de Nampula (com Sabino Correia)	Moçambique
1955	Edifício para o Governo Geral da Província de Moçambique (Lourenço Marques)	Moçambique
	Centro Cívico de Lourenço Marques	Moçambique
1956	Plano Geral de Urbanização de Inhambane	Moçambique
	Plano Geral de Urbanização de Porto Amélia	Moçambique
	Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques (Revisão)	Moçambique
	Plano de Urbanização da Aldeia de Pegões, Limpopo	Moçambique
	Escola Industrial e Comercial de Moçamedes	Angola
	Liceu Infante D. Henrique	Macau
1957	Plano Geral de Urbanização de Nacala (Revisão)	Moçambique
	Liceu Nacional de Nova Lisboa (com Fernando Schiappa de Campos)	Angola

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
1958	Plano de Urbanização da Aldeia de Sagres, Limpopo	Moçambique
	Arranjo Urbanístico Da Baía Das Gatas	Cabo Verde
	Plano Geral de Urbanização de Praia Varela	Guiné
	Instalações Sanitárias Provisórias para a Zona Portuária de Bissau	Guiné
	Arranjo Urbanístico da Praça de Honorário Barreto, Bissau	Guiné
	Instalações Sanitárias Provisórias para a Praia da Baía das Gatas	Cabo Verde
	Edifício das Repartições Públicas de Macau	Macau
1959	Esboceto do Plano de Urbanização da Cidade da Praia	Cabo Verde
	Esboceto do Plano de Urbanização do Mindelo	Cabo Verde
	Plano de Urbanização da Aldeia de Santana, Limpopo	Moçambique
	Plano de Urbanização da Aldeia de Senhora da Graça, Limpopo	Moçambique
	Plano de Urbanização da Aldeia de Ourique, Limpopo	Moçambique
	Plano de Urbanização da Aldeia do Ginjá, Limpopo	Moçambique
	Plano de Urbanização da Aldeia de Lionde, Limpopo	Moçambique
	Plano de Urbanização da Aldeia de S. José de Ribamar, Limpopo	Moçambique
1960	Urbanização do Mindelo - Plano Director Base (com José Luís Amorim)	Cabo Verde
	Plano de Urbanização da Aldeia de Santa Comba, Limpopo	Moçambique
	Plano de Urbanização da Aldeia de Folgares, Limpopo	Moçambique
	Plano de Urbanização da Aldeia de Freixiel, Limpopo	Moçambique
	Plano de Urbanização da Aldeia da Barragem, Limpopo	Moçambique
	Plano de Urbanização da Aldeia da Madragôa, Limpopo	Moçambique
	Ministério do Ultramar, Lisboa	Portugal
1966	Urbanização de Lospalos	Timor

ANO	DESCRIÇÃO	LUGAR
s.d.	Plano Geral de Urbaniação de Vila Luso	Angola
	Plano Geral de Urbaniação de Ressano Garcia	Moçambique
	Plano Geral de Urbaniação de Ribaué	Moçambique
	Plano Geral de urbanização de Bafatá	Guiné
	Vila Indígena para Bafatá	Guiné
	Escola Prática de Agricultura do Limpopo	Moçambique
	Casas para Trabalhadores Colonos, Povoamento de raça branca, Limpopo	Moçambique
	Estudo para a localização da Igreja do Mindelo (com Sousa Mendes)	Cabo Verde
	Hospital de Bissau	Guiné
	Hospital de Malange (em co-autoria com João Simões)	Angola
	Leprosaria de Silva Porto (em co-autoria com João Simões)	Angola
	Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa	Portugal
	Urbanização de Ermera	Timor
	Urbanização de Laclubar	Timor
	Anteplano Geral de Urbanização de Praia Sepúlveda	Moçambique
	Anteplano Geral de Urbanização de Uíge	Angola
	Plano Geral de Urbanização de Malange - Revisão	Angola
	Plano Geral de Urbaniação de Mdamba	Moçambique
	Plano Geral de Urbaniação de Mdamba - Revisão	Moçambique
	Plano Geral de Urbaniação de Moamba	Moçambique
	Plano Geral de Urbanização da Catumbela	Angola

4.3. ESCRITOS SOLTOS

"Se partilharmos a convicção de que a criação se apoia sobre um adquirido e procede a experimentações sucessivas, é possível escolher referencias de um outro modo, é possível utilizar modelos ou experiencias realizadas como base de trabalho de projecto, pelas suas qualidades que sugerem, pelas manipulações a que se prestam."

(Castex; Depaule; Panerai, 1977).

4.3.1. "Acerca do Ante-Projecto de Urbanização da Cidade da Beira", 1946

Em 1946 Aguiar, na qualidade de Adjunto do Gabinete de Urbanização Colonial, redige um parecer que contém uma crítica sem contemplações ao Anteprojecto de Urbanização da Cidade da Beira, elaborado em 1942 pelo arquitecto José Porto e pelo engenheiro Ribeiro Alegre (profissionais não pertencentes à Administração Central. O tom da crítica é anunciado logo de início afirmando que basta "um simples golpe de vista" para concluir que o Plano está mal solucionado, é ingénuo e resulta de um trabalho mecânico de régua e esquadro. E o que se segue não desmerece.

A crítica mereceu resposta, ponto por ponto e não menos ácida e contundente, por parte de quem, em modo de afirmação de que não era o único a ser posto em causa, se apresenta como "encarregue da tarefa, após concurso, por uma Comissão de entidades Técnicas e Administrativas do Município da Beira".

Para além da questão local, o interesse desta polémica para nós resulta sobretudo do confronto aceso entre opções técnicas e teóricas fundamentais dos urbanistas envolvidos: por um lado um grupo de técnicos enraizado localmente e, portanto, *a priori* com um conhecimento aprofundado do terreno e uma visão mais integrada das questões políticas, económicas e sociais locais; por outro lado, um Arquitecto que, embora tendo visitado a Beira, estava essencialmente baseado na Metrópole, no organismo que mantinha prevalência sobre a autoridade local e, mais, estava incumbido de uma tarefa que ultrapassava o mero interesse daquele Plano concreto ou mesmo da Colónia – a uniformização da imagem urbana que o Estado Novo pretendia projectar em todos os territórios, como instrumento de propaganda de uma Nação una.

Uma primeira constatação é a de que Aguiar, na critica técnica que faz do anteprojecto, reafirma princípios e métodos que são os seus em matéria de Urbanismo em geral e, em particular, nas Colónias portuguesas: (1) uma preocupação fundamental com a redução de custos tanto de construção, atuais, como de manutenção e desenvolvimento, futuros (o compromisso entre o custo e a utilidade das intervenções é sempre necessário, assim como o controlo da especulação e a adaptação e dimensionamento das soluções ao poder económico dos seus destinatários); (2) a necessidade de prever um plano adequado às perspectivas de desenvolvimento da aglomeração nunca inferior a 30 anos; (3) a estratificação social em geral (classes operária, média e abastada) e, no caso das colónias, também a separação entre europeus e indígenas, ambas assumidas como premissa a um urbanismo que se pretende também instrumento de uma ideologia; (4) a prática dos princípios higienistas (zonamento das actividades, arejamento, luz, áreas mínimas, distâncias razoáveis) tendo em consideração as condições climáticas locais e remetendo frequentemente para as propostas da

cidade-jardim (construção unifamiliar e não em altura, aglomerados pequenos interligados); (5) a preocupação estética sempre presente: em evitar a monotonia do traçado; em organizar a cidade mediante pontos de referência, construções e praças de prestígio; no dimensionamento adequado de larguras de vias e passeios, assim como no desenho dos cruzamentos); ou ainda, nos materiais construtivos usados.

Curiosamente a troca de galhardetes não denota divergências de monta sobre os grandes princípios ou a justificação teórica subentendida na maior parte das críticas de Aguiar. Ao contrário, embora em desacordo sobre quase todos os pontos focados, a divergência decorre sobretudo do uso de dados factuais diversos ou de análises divergentes dos mesmos dados (diferenças atribuídas pelos técnicos locais, umas vezes seriamente outras com indesmentível sarcasmo, ao desconhecimento de Aguiar da situação real local – ele que apenas por lá passara e que baseara a sua crítica em parcos elementos do estudo prévio: "uma simples planta à escala 1/5000 e numa fotografia do conjunto". Há contudo alguns aspectos em que essas divergências são de fundo, de concepção das técnicas de urbanismo e que, por isso mesmo, representam maior interesse para o nosso estudo.

Em primeiro lugar sobressai a questão económica. Para Aguiar, a contenção de custos é um dado de análise sem discussão, pelo que as soluções propostas devem depender da mesma e, no limite, serem recusadas, substituídas ou adiadas, se não se mostrarem comportáveis com as possibilidades financeiras quer das entidades públicas (Câmaras) quer dos particulares que as vão utilizar. Ora, os autores do anteprojecto assumem claramente opção diferente em termos gerais e, no caso concreto da Beira, nem sequer se inibem de a assumir expressamente como "antieconómica": não é que a questão não seja importante e não deva estar sempre presente, dizem, mas não pode constituir uma "obsessão" (como acusam) nem sobrepor-se a valores de urbanismo mais fundamentais como "a salubridade e da estética".

Outra divergência importante diz respeito ao traçado, caracterizado por Aguiar como "em malha geométrica de ruas cruzadas com algumas em diagonal" e por ele considerado "monótono e incaracterístico". Tratando-se de uma opção essencialmente de base estética, ela não é claramente partilhada pelos autores do Anteprojecto que, com algum desdém, mencionam exemplos de cidades, mesmo europeias, onde este tipo de traçado existe. O interessante não é tanto a divergência sobre traçados rectilíneos entre Aguiar e os seus opositores mas antes entre Aguiar e ele próprio em planos que traçou noutras latitudes, como por exemplo em Díli.

Uma outra divergência fundamental diz respeito à localização, tamanho e organização do bairro indígena. Segundo Aguiar, estes bairros, visto constituírem residência da mão de obra da cidade europeia e não justificarem uma rede de

transportes públicos, não se prevendo, por razões económicas, que a população respectiva possa a breve prazo aceder ao transporte privado, devem localizar-se a uma distância do centro que possa confortavelmente ser percorrida a pé. No anteprojecto o bairro está situado a 13 Km. Demasiado longe, portanto.

Respondem Porto e Ribeiro Alegre apontando alguns erros de facto na crítica de Aguiar (não são 13 km, mas apenas 9, pois a maioria trabalha na zona industrial; há transportes públicos – comboio – e privados – bicicleta) mas, para nós, o mais interessante da resposta está em argumentos que de algum modo podem por em crise não só a crítica de Aguiar sobre a Beira mas também, porque extensíveis a outros territórios, a estabilidade do modo de projectar de Aguiar nos territórios coloniais.

Assim, quanto à localização, respondem os autores do Anteprojecto: a massa indígena em causa é essencialmente constituída por homens; as mulheres ficam na terra natal não só por razões culturais – relutância em deixarem o seu habitat – mas também para terem possibilidades de suprir a insuficiência dos salários dos maridos com pequenas produções agrícolas de subsistência; e o indígena tem, em geral, relutância em se instalar perto de europeus e outras raças e até mesmo entre si, dentro dos aldeamentos.

Esta análise, feita a partir da população indígena para a europeia é efectivamente inversa da de Aguiar que se coloca sempre na perspectiva de salvaguarda da cidade europeia. Muito embora a concepção paternalista da função colonizadora de então possa ser idêntica, a divergência resultante daquela diferença de perspectiva não poderia ser maior e é expressa pelos autores do Anteprojecto na seguinte resposta: "É verdade indiscutível que a civilização de raças atrasadas só pode evoluir de forma semelhante àquela como a natureza faz o crescimento biológico e quem pretender forçá-la, está condenado a retumbante insucesso, tal qual aconteceria ao pai que, para abreviar o desenvolvimento do filho, o obrigasse a ingerir alimentos fortes e inadequados, na idade em que só o peito da mãe lhe proporciona a vida. Confirmando esta asserção, a experiência alheia já demonstrou o fracasso dos bairros indígenas baseados em concepções inspiradas na vida dos europeus". O que se põe aqui em causa não é portanto apenas a crítica de Aguiar ao desenho concreto do bairro indígena da Beira, mas sim a própria existência de bairros indígenas.

A "discussão" sobre a dimensão do dito bairro vem apenas confirmar o que se alega. De facto, sabemos que Aguiar entende que os bairros indígenas não devem ter mais de 15.000 habitantes, dimensão que permite uma assistência técnica, sanitária e social correta e facilita o controlo de eventuais crises. Grandes aglomerados indígenas devem, assim, ser evitados, por razões de segurança da cidade europeia que ladeiam ou envolvem. A dimensão de 58000 habitantes, conforme previsto no Anteprojecto é, portanto, totalmente exagerada. Ora os autores do Anteprojecto contestam radicalmente a motivação de Aguiar que,

mais uma vez, apenas justificam com o desconhecimento que este demonstra da situação no terreno. Primeiro consideram que uma dimensão de bairro maior, não só não complica como facilita a assistência a uma população concentrada, além que, sob todos os pontos de vista, é de realização muito mais económica do que a dispersão de bairros.

Do mesmo modo são afastadas as críticas relativas à segurança da cidade europeia. Na verdade, dizem, "Só a quem episodicamente pise as nossas terras de África, inspira preocupação dessa natureza. Pode o branco perder-se pelo mato fora ou residir entre milhares de pretos, independentemente do local ou de circunstâncias, que neles encontrará sempre pronto carinho e auxílio".

Resumindo, tanto quanto às críticas de ordem económica com às relativas à organização da cidade entre indígenas e europeus, os críticos de Aguiar acusam--no de não ter tido em conta as realidades locais. A polémica não teve sequência conhecida e não sabemos, por isso, qual teria sido a eventual contra resposta de Aguiar. Para nós o que releva é, em todo o caso, a pertinência de alguns dos argumentos (sobretudo no que respeita à questão económica e ao bairro indígena) que lhe foram contrapostos e a dúvida sobre se, dentro do seu próprio método, poderiam ou não tê-lo feito divergir da sua forma comum de actuar.

Não sabemos. O que constatamos é que pelo menos alguns dos elementos de base da sua metodologia geral, não sofrem mudança: a subordinação do projecto a considerações de ordem política; o esforço de estandardização de uma imagem de Nação em todos os territórios; a proeminência da população europeia sobre a indígena, nas colónias; a subordinação do projecto a considerações de ordem económica (na metrópole como nas colónias); ou a preferência estética por estruturas não ortogonais (na metrópole como nas colónias).

Uma outra característica do método de Aguiar nos seus projectos de urbanização é que o ponto de partida é sempre a salvaguarda do essencial do preexistente, o que faz na metrópole mas principalmente nas colónias, embora as realidades sejam completamente diferentes. O caso da Beira contudo, vem demonstrar que, para além dos aspectos metodológicos, há considerações de ordem política e ideológica que podem sobrepor-se: na Beira, Aguiar não parece ter-se preocupado muito com a situação concreta no terreno, formula soluções que manifestamente servem uma intenção política e não necessariamente uma realidade local.

4.3.2. "L´Habitation dans les Pays Tropicaux", 1952

Aguiar foi encontrar nas cidades coloniais duas formas de habitar radicalmente distintas: a da população de origem europeia, agrupada em núcleos geralmente concebidos à imagem das cidades europeias e a da população indígena, alojada de forma caótica em aglomerados insalubres situados nas periferias. É constante o fluxo de indivíduos atraídos pela cidade, "onde pretendem trabalhar ou satisfazes as suas aspirações". A maioria instala-se na periferia e à medida que vai chegando constitui ou engrossa os chamados "bairros indígenas". Ali, os materiais de construção são precários: paredes em terra, tábuas, canas ou ripas; telhados em colmo, madeira ou chapas; o alinhamento é inexistente e as ruas são em terra-batida e de superfície muito irregular; durante a estação seca o vento levanta nuvens de poeira, na época das chuvas as ruas transformam-se em atoleiros; os mosquitos proliferam facilmente em qualquer das estações, quer nas poças de água quer na imundície; a falta de água e de esgotos são contrárias às mais elementares noções de higiene e de conforto.

Partindo desta realidade, Aguiar tece considerações de princípio e faz propostas concretas sobre a organização da convivência entre as duas comunidades. Em pano de fundo estão algumas ideias que dá por adquiridas e que, podendo parecer inaceitáveis se à luz da actualidade, espelham bem o ar dos tempos em que Aguiar opera e, evidentemente também, a sua vinculação ideológica aos poderes de um Estado Novo que fará tudo para manter o domínio europeu dos vastos territórios coloniais.

Aguiar parte, em primeiro lugar, da afirmação da superioridade civilizacional das populações de origem europeia relativamente às indígenas. Assim, a separação física dos dois grupos não só se justifica como deve ser garantida: ela permite proteger os indígenas dos sofrimentos psicológicos que o convívio com uma civilização que não entendem lhes traria, ao mesmo tempo que evita que os valores mais altos da comunidade de origem europeia não sejam aviltados pelo contágio.

O argumento moral vem, contudo, juntar-se à análise técnica e mitigar o raciocínio: a forma como se vive nos agregados indígenas da periferias das cidades coloniais, diz Aguiar, é "de condenar, tanto do ponto de vista urbanístico, como do ponto de vista da higiene", mas também por se tratar de "condições que são moralmente degradantes". No mesmo sentido vai a afirmação de que o contacto com os indivíduos de origem europeia tende a valorizar a sociedade indígena que conta já com um certo número, embora pequeno, de elementos completamente integrados. O que prova "que a raça negra possui as qualidades suficientes para aceder aos benefícios de uma civilização superior" (contesta assim expressamente uma ideia então muito comum que afirmava o contrário).

A discriminação acima referida não respeita, assim, aos indígenas já integrados (aliás nem podia, visto que a lei o não permitia já) sendo política geral do Estado, relativamente aos outros, promover a valorização das comunidades indígenas "através de uma política assistencial que engloba os mais diversos domínios, da educação aos direitos políticos".

A superioridade da cultura europeia é de novo afirmada na posição de subalternidade da população indígena (que entende dever continuar), geralmente destinada apenas a servir de fonte de recrutamento de mão de obra para a população europeia. As propostas de Aguiar em matéria de reorganização das cidades vão, assim, orientar-se no sentido da adequação das estruturas urbanas indígenas, tanto em número como em tamanho, às necessidades da comunidade de origem europeia e, declaradamente, de modo a garantir o controlo desta sobre a primeira, para que subsista a relação de dependência.

A reflexão de Aguiar não tem, assim, por objecto uma política geral de requalificação e reorganização das comunidades locais. Aguiar apenas reflecte sobre os problemas da instalação da população indígena junto dos centros urbanos com características europeias e com os quais têm uma relação de trabalho (serviço doméstico, porto, indústria, serviços públicos, transportes, etc.). Ainda assim, "o número de indígenas que é necessário instalar em habitações é extremamente elevado e são numerosos os núcleos habitacionais que, condenáveis sobre todos os pontos de vista, se pretende substituir".

A diferenciação assim justificada iria levar Aguiar a propor para os bairros indígenas, nomeadamente: um afastamento físico entre as duas comunidades (mas não tanto que dificultasse a deslocação dos indígenas para a cidade onde trabalhavam); a separação dos dois clara dos agregados urbanos, quer aproveitando um acidente topográfico, quer através de uma cortina verde; a desnecessidade de prever um sistema de transportes públicos (porque os utentes andam a pé o respectivo "nível económico não justifica ainda a criação de serviços públicos de transporte"); a limitação da dimensão dos arruamentos e a não existência de passeios (por não haver automóveis – até mesmo a bicicleta tinha apenas começado a ser usada); a procura de soluções baratas para as infra estruturas (por exemplo no planeamento das infra estruturas de esgotos e abastecimento de água); a subordinação da concepção dos bairros indígenas às eventuais necessidades de expansão da cidade "europeia".

É colonialismo em estado bastante primário, sem dúvida, mas é-o não só em Aguiar como em toda a estrutura do Estado e, para além dele, na sociedade em geral e mesmo na Igreja Católica.

Ora, se bem que nos aspectos ideológicos Aguiar siga a cartilha, no que diz respeito às soluções técnicas propostas sobressai o Arquitecto puro e duro, que não transige quanto ao objectivo visado – a reforma e reorganização dos núcleos indígenas. A construção de centros habitacionais indígenas salubres e confortáveis

será feita "segundo os mais modernos princípios do urbanismo": prever materiais adequados, esgotos, abastecimento de água em quantidade suficiente, espaços projectados em função do número de usuários previsível, arruamentos mais estáveis, arejados, sombreados e – eventualmente – iluminados); organizar a cidade de modo a que, através da proximidade geográfica, o contacto entre as duas comunidades seja fácil (no que inova por contrariar as ideias mais correntes); colocar à disposição da população equipamentos de natureza cultural (escolas, cinema), religiosa (igreja), desportiva (campos de jogos), comercial (mercados) e administrativa (correios, administração), distribuídos pelos bairros de modo a serem de uso cómodo e ao mesmo tempo servirem de elemento de valor urbanístico diferenciador; inserir a Unidade Residencial indígena dentro do Plano Geral de Urbanização, a fim de assegurar a continuidade do mesmo "ou, no mínimo, garantir-lhe uma duração que justifique economicamente a sua existência".

Alguma coisa vinha já sendo feita por entidades públicas e privadas "para resolver um tão grave problema". Grandes companhias, por exemplo, facultavam já habitação condigna às famílias dos seus empregados e o Estado construíra vários "bairros" em todas as Províncias. Porém, segundo Aguiar, "muitas destas tentativas não alcançaram completamente o objectivo visado, fruto de maus princípios que inspiraram os projectos de urbanismo e sobretudo por causa das técnicas deficientes que presidiram à construção das habitações". Insucesso que tem sobretudo a ver com técnicas de urbanização pouco eficazes e sobretudo "antieconómicas".

A Unidade Residencial indígena idealizada por Aguiar deve ser organizada em conformidade com os mais modernos princípios da técnica de urbanização e a estrutura e a organização interior da mesma basear-se-ão na consideração dos seguintes factores:

> A – Repartição das Zonas por: (1) Zona Administrativa, para os edifícios oficiais e colectivos de interesse público; (2) Zona Residencial, constituída por residências individuais geminadas e em bloco, assim como edifícios colectivos para casais e para celibatários; (3) Zonas comerciais locais, destinadas ao comércio geral situado no rés-do-chão; (4) Zona cultural, incluindo recintos escolares integrados em zonas verdes e cinemas, situados nos pontos mais indicados; (5) Zona verde e campo de jogos, distribuídos através da URI.
>
> B – Circulação, sistema de ruas constituído por: (a) Ruas primárias para tráfego esporádico de veículos; (b) Ruas secundárias para circulação de peões.
>
> C – Saneamento e Bem estar: (1) Rede de abastecimento de água, fornecida por fontanários (situados num círculo de influência de

100 m de raio) e instalação domiciliária (obrigatória no caso de a população ser superior a 5000 indivíduos); (2) Rede de esgotos, águas sujas ligadas a uma rede colectora, águas das chuvas canalizadas por sargetas; (3) Sistema de iluminação, que numa primeira fase, deve prever a iluminação pública; (4) Revestimento das ruas, prever o revestimento de todas as ruas, praças e parques, usando os materiais e os procedimentos que se revelarem mais económicos tanto do ponto de vista da construção como da manutenção.

D – Estética: (1) Aproveitar e valorizar as condições próprias do lugar, em harmonia com a paisagem; (2) Disciplinar da construção; (3) Valorizar os materiais de construção da região; (4) Utilizar grandes extensões de áreas verdes; (5) Limitar os alinhamentos rectilíneos a 200 metros.

E – Índices de Urbanização: (1) Lotes construídos, superfície dos lotes máxima 300 m^2 e mínima 90 m^2 e uma superfície por indivíduo nunca superior a 50 m2; (2) Parques e campos de jogos, superiores a 20 m^2 por indivíduo; (3) Escolas, superfície dos perímetros escolares de 25 m^2 por indivíduo; (4) Ruas e praças nunca superior a 10 % da superfície total da urbanização.

F – Terrenos Comuns: (1) Construções com afastamentos mínimos de fachada (8m do eixo da rua), lateral (6m estre fachadas) e tardoz (15 metros entre construções).

4.3.3. "Normas para a Instalação dos Liceus e do Ensino Profissional nas Províncias Ultramarinas", 1956

Em 1956, Aguiar escreve, juntamente com Eurico Machado e Fernando Schiappa de Campos, as "Normas para a Instalação dos Liceus e do Ensino Profissional nas Províncias Ultramarinas" ,documento através do qual o GUC fixa de forma geral as normas base para os estudos de projectos de estabelecimentos de ensino secundário e profissional. Trata-se, assim e apenas, de Princípios orientadores, isto é, de programas-base para a elaboração de projectos e não de disposições rígidas.

As normas abrangem temas como: (1) Localização dos edifícios; (2) Classificação dos serviços; (3) Programa para as instalações; e a (4) Disposições construtivas gerais. Mas são normas genéricas e não rígidas, de modo a não constranger os projectistas que, aliás, "terão necessariamente de se fundar na interpretação das determinantes locais, variáveis de caso a caso. A generalidade era aliás também indispensável à variedade de condições do Ultramar português" (Aguiar; Machado; Campos, 1956: 2-3).

As normas omitem deliberadamente considerações de carácter estético, também aqui "para não criar limitações aos projectistas" locais: espera-se apenas que os planos destes constituam edifícios de referência e exemplos de harmonia e equilíbrio estético e recusa-se que possam adquirir um carácter estático, afirmando expressamente que são, " para completar e aperfeiçoar com elementos que entretanto forem adquiridos" (Aguiar; Machado; Campos, 1956: 4).

Por fim, verifica-se uma preocupação permanente em não cercear as possibilidades de uma futura expansão da infraestrutura: "adoptar planos funcionais que permitam facilmente, sem interrupção ou perturbação sensível do serviço escolar, uma futura ampliação das instalações, caso a evolução das necessidades o venha a justificar" (Aguiar; Machado; Campos, 1956: 7).

O modelo padrão deveria, ainda, ser bem definido (independentemente da localização ou da população utente), compreendendo uma população máxima de 1000 alunos por escola (número a partir do qual o funcionamento e rendimento pedagógico seriam afectados) e uma área padrão de 50 m2 por aluno e mínimo de 2,5 hectares por escola.

4.3.4. "Plano para a Construção dos Palácios dos Governos das Províncias e dos Distritos do Ultramar", s.d.

A Função de representação dos Palácios do Governo exige uma afirmação clara de poder que se imponha a nacionais e estrangeiros. Para Aguiar, dois critérios principais concorrem para o objetivo de afirmação: grandeza do edifício e o uso de elementos tradicionais portugueses. Depois de proceder ao levantamento dos palácios existentes, inventariados segundo o estilo e estado de conservação, Aguiar vai definir as normas a que deve obedecer o rearranjo ou a construção das instalações. no que respeita a: (1) Localização; (2) Organização da planta; (3) Disposição das zonas; (4) Carácter da construção; (5) Decoração e mobiliários; (6) Ajardinamento e parque; e (7) Conservação e manutenção.

Cada um destes itens é minuciosamente detalhado, de modo a constituir um modelo a seguir pelos arquitectos projetistas. O detalhe é bastante forte, abrangendo nomeadamente, as dimensões exteriores e as áreas de dependências interiores – por (função hierárquica de cada uma), a localização, os materiais a usar e até o mobiliário. Sempre sob preocupações de ordem económica, que incentivavam, por exemplo, o uso de materiais locais (também por razões de identidade local), chegando a elencar em cada caso uma série de materiais disponíveis que identificou *in situ*.

No final Aguiar desenvolve uma matriz hierárquica de tipos, organizada em função da hierarquia dos destinatários: Governos (Geral, Provincial ou Distrital), e Colónias (Angola e Moçambique, com maior e idêntica importância; o segundo grau refere-se à Índia; o terceiro a Macau, Guiné e Timor (com importância idêntica); Cabo Verde e São Tomé – surgem em último lugar.

PARTE III

ARQUITECTURA DA CIDADE NA METRÓPOLE

Esta parte contém os estudos analíticos individualizados dos Planos de Urbanização de quatro cidades metropolitanas, da primeira versão à última revisão, na dupla perspectiva da cidade pré-existente e da planeada.

Completado com os anexos respectivos, configuram a análise morfológica dos casos segundo quatro tipologias edificatórias escolhidas como base: Tipologia do Crescimento, Sistema de Lugares, Tipologia do Traçado e Tipologia do Parcelamento. O objectivo é definir resultados preliminares demonstrativos do modo específico de projectar de Aguiar, nas cidades da Metrópole. Estes resultados serão ainda conferidos, de forma mais simplificada – através de uma tabela – com as metodologias patentes em outros Planos do Arquitecto no mesmo território. O resultado constitui material elementar para a conclusão final.

CAPÍTULO 5

APRESENTAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO

"Artigo 8.º

As Câmaras Municipais são obrigadas a submeter à apreciação do Governo, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, no prazo de três anos, a contar da data da conclusão das respectivas plantas topográficas, os planos gerais de urbanização elaborados nos termos deste decreto.

§ 1.º Em casos especiais poderá o Governo determinar ou autorizar, sob proposta fundamentada da Câmara respectiva, a alteração deste prazo.

§ 2.º Os planos a apresentar ao Governo deverão ser acompanhados dos resultados do inquérito público, aberto durante trinta dias, por editais afixados nas formas e lugares do costume, e das informações do município, da Junta de Higiene Concelhia e da Comissão de Iniciativa e Turismo, quando a houver.

§ 3.º A aprovação dos planos de urbanização, pelo Governo, será dada precedendo pareceres dos Conselhos Superiores de Obras Públicas, de Higiene e de Turismo.

§ 4.º As Câmaras Municipais darão execução aos planos de urbanização pela ordem do maior interesse público e segundo as suas possibilidades financeiras e não poderão empreender a realização de qualquer das suas partes ou de obras que os prejudiquem antes da aprovação dos planos pelo Governo.

§ 5.º Nos planos aprovados não poderão ser feitas pelos municípios quaisquer alterações sem prévio consentimento do Governo, ouvido o Conselho Superior de Obras Públicas."

(Decreto-lei N.º 24.802 de 21 de Dezembro de 1934. Vide Anexo I)

5.1. FARO

"Em referência ao ofício N.º 2.168 tenho a honra de informar V. Ex.ª que a planta que o acompanha está profundamente errada na parte que diz respeito à urbanização, o que se afigura extraordinário pois a urbanização apresentada foi feita para satisfazer um edifício em vez de o edifício se adaptar à urbanização aprovada para os terrenos solicitados para aquela construção.

Trata-se da praça mais importante da cidade de FARO cujo arranjo mereceu um estudo especial que, depois de discutido e apreciado devidamente pela Câmara Municipal e outras entidades oficiais, foi aprovado.

O edifício deveria ser projectado de modo a adaptar-se ao terreno, valorizando a Praça com o seu volume e, se possível, limitando-a pelo lado Norte.

O edifício tal como se apresenta no projecto deixa aquele lado da Praça indefinido.

Também se afigura que a entrada do edifício está bastante afastada da Praça, parecendo que a entrada principal deveria localizar-se no ângulo formado pela Rua Marginal da Doca e Avenida da República.

Um edifício com esta configuração, que parece ser a mais conveniente, valorizava a Praça e a Avenida da República.

Discordo em absoluto com as alterações apresentadas: a Avenida da República não ter continuidade; a Praça D. Francisco Gomes estar deformada; a Avenida Litoral ter uma largura que não corresponde à fixada no Plano bem como as Ruas Marginal da Doca e Avenida da República (esta já com projecto elaborado de acordo com a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização e apresentado para comparticipação); existência de placa triangular da Avenida da República.

Se o edifício dos Correios Telégrafos e Telefones for construído com a localização apresentada deverá proceder-se ao estudo de conjunto deste edifício com um novo edifício a construir no gaveto da Rua Marginal da Doca e Avenida da República afim de se conseguir o arranjo conveniente e previsto para esta importante Praça, centro cívico da cidade de FARO."

(Aguiar, 1949).

5.1.1. Antecedentes

As origens da cidade de Faro são atribuídas a um assentamento fenício do século VIII a.C., decorrente da colonização do Mediterrâneo Ocidental, denominado *Ossónoba*[1], que tira partido de uma localização geográfica favorável às trocas comerciais. O seu potencial mercantil determina, no período Romano, a importância estratégica do seu porto nos territórios a Sul da Lusitânia Romana, tornando-se numa das principais urbes a ocidente.

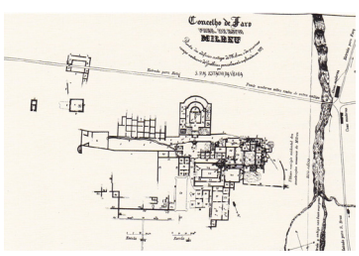


Fig. 5.01. Planta das ruínas de Milreu.

O assentamento romano é estruturado em cinco núcleos distintos: o centro cívico e religioso, coincidente com a zona da vila Adentro; o centro produtivo, que se desenvolveu ao longo da linha de costa para Norte, aproveitando os recursos da ria; a zona residencial, que se estendia, do lado Nascente do cardo, desde o sopé da muralha Norte até ao Largo de Camões; a necrópole, dividida por dois núcleos[2], localizados entre os actuais bairro de *Lethes* e Largo de Camões; e o porto que, com localização provável numa enseada onde actualmente se encontra o Largo de S. Francisco. A estrutura urbana romana evolui a partir do traçado de dois eixos que se cruzam (*o cardo e o decumano*), ainda hoje presentes sob a forma das Ruas do Município e do Castelo, cujo prolongamento extramuros seguia para o núcleo produtivo e rumava a *Lacóbriga*[3], e da Rua do Repouso, que seguia pela estrada que ligava a *Balsa*[4]. Neste período, o assentamento já contava com uma fortificação desde os séculos I ou II.

Quando da conquista muçulmana, em 1723, a cidade romana está ainda confinada à fortificação. Os árabes instalam-se também intramuros, adensando o povoado. A fortificação é então reconstruída e reforçada, e edificadas duas mesquitas, a mais importante das quais erigida sobre a igreja de Santa Maria, actual Sé Catedral de Faro, por sua vez já assente sobre o *templum* romano[5]). A estrutura urbana deste período assume uma morfologia mais orgânica, apesar de manter os dois eixos estruturantes, com uma praça central (entre a Sé e a Câmara Municipal) e uma artéria circular interior, ainda hoje identificável. A muralha defensiva recebe neste período duas portas muçulmanas, de dimensões generosas[6], ainda hoje existentes e, no período do *Califado Almoáda*, duas torres albarrãs e a alcáçova (integrada na muralha Sul). Em 1249, as forças cristãs de D. Afonso III conquistam a cidade pela primeira vez, perdendo-a para os mouros

[1] *Osson Êbá* significa, em fenício, "armazém do sapal".

[2] Existia ainda um terceiro núcleo na saída Nascente da cidade, na antiga Horta dos Fumeiros.

[3] O assentamento percursor da cidade de Lagos.

[4] Cidade portuária localizada na zona Oeste de Tavira, maior do que *Olissipo* e *Ossónoba*.

[5] Ver dissertação "Faro na época Moderna: do urbanismo à arquitectura" (Rodrigues, 2010: 12).

[6] Normalmente constituídas por dois portões e um pátio de armas, cuja dimensão simbólica representa um espaço de recepção para quem visita a cidade. São exemplo os arcos da Rua do Município e da Rua do Repouso.

dois anos depois. A conquista definitiva da fortificação acaba por acontecer em Janeiro de 1260.

Com a reocupação cristã, são reparadas as muralhas e erigidos, como era habitual, o castelo sobre a antiga alcáçova e a igreja de Santa Maria (1277) sobre a mesquita principal. O assentamento organiza-se, numa primeira fase, intramuros, em bairros cristãos e judeus[7], com uma estrutura urbana mais simplificada. Concentrados os edifícios representativos e religiosos no interior da muralha, a falta de espaço dita a expansão extramuros, organizada em dois núcleos distintos: o da Mouraria, logo a Norte da muralha e, a Norte da actual Rua 1.º de Maio, o do bairro Ribeirinho, ligado às lides do mar. O mercado principal situar-se-ia na área da actual Praça da Liberdade, a zona comercial na Rua da Sapataria (actuais Ruas 1.º de Dezembro e Tenente Valadim) e o porto entre a actual doca e a Praça Dom Francisco Gomes. Neste período, os povoados envolventes começam a unir-se à estrutura urbana crescente e são consolidadas as vias de circulação. A acompanhar este desenvolvimento urbano, são abertas novas artérias, como a Rua de S. Pedro, perpendicular ao litoral e à Rua Direita (Rua Conselheiro Bívar), e a Rua de Sto. António, que atravessa a mouraria, segue pela zona da Pontinha rumo à atalaia de Sto. António do Alto.

Do século XV ao XVII, dá-se um forte crescimento do tecido urbano de Faro, devido ao próspero e intenso movimento comercial gerado pelos descobrimentos. No final do século XV, por iniciativa de D. Manuel I, a estrutura da vila vai sofrer grandes transformações: no sopé da muralha, em frente à porta da vila, é criada a Praça da Rainha (actual Praça D. Francisco Gomes), que assume o carácter de pólo comercial da urbe, até então localizado na mouraria, na zona das alcaçarias Aqui é erigida uma ermida de invocação ao Espírito Santo (acompanhada de um pequeno Hospital anexo) e mais junto à porta da vila, um açougue. O edifício da alfândega aí já existente também ganha protagonismo, por passar a ser ponto de passagem obrigatório das mercadorias provenientes do mar. Estas intervenções têm como objectivo a consolidação do carácter nobre da porta de entrada na vila amuralhada e a criação de um novo centro urbano a partir do qual a vila se reestruturaria. O bairro ribeirinho beneficia desta nova centralidade e expande-se pela área compreendida entre a Rua Direita e a Rua dos Capuchos (actual Rua Serpa Pinto), a par com a expansão para Nascente, seguindo o eixo aberto pela Rua de S. Pedro rumo à ermida homónima. Em 1540, Faro é elevada à categoria de cidade e, em 1577 torna-se sede episcopal.

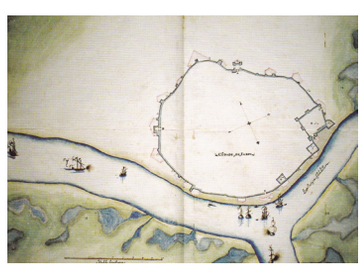


Fig. 5.02. Carta do recinto militar de Faro. Alexandre Massay, 1620.

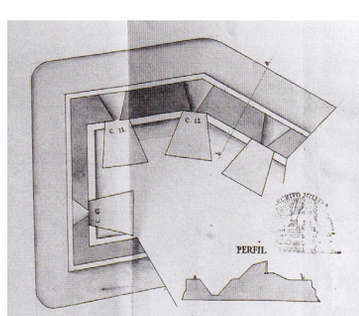


Fig. 5.03. Bateria do Duque de Bragança, 1834.

É também neste período que as ordens religiosas se instalam e são erigidos os conventos de N. Sra. da Assunção (cerca de 1519) e de S. Francisco (1529), o Colégio de Santiago Maior da Companhia de Jesus[8] (1603) e o convento de Sto.

[7] A judiaria situava-se na área do antigo Convento de Nossa Senhora da Assunção, actual Museu Municipal de Faro.

[8] Convertido em teatro (o Teatro *Lethes*) em 1855, depois de em 1759 os jesuítas terem sido expulsos e, em 1843, ter sido vendido em hasta pública.



Fig. 5.04. A defesa de Faro. Segundo-tenente Tiago Rufino António de Morais, 1834.

António (1620). Estes três últimos foram instalados de forma radial pelo território envolvente do núcleo urbano central (como era de regra) e vieram a ter uma influência decisiva na estruturação da expansão da vila, quer pelo efeito de atracão que exercem sobre novas construções, quer pela barreira física resultante das respectivas cercas. O convento de N. Sra. da Assunção, edificado sobre a área previamente ocupada pela judiaria, teve uma função importante na reorganização da cidade intramuros.

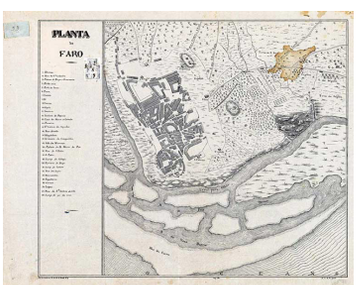


Fig. 5.05. Planta de Faro, 1832-1848.

Em Julho de 1596, a cidade é pilhada e incendiada pelos corsários sob as ordens do inglês conde de Essex, Robert Devereux, como retaliação contra Filipe II de Espanha, então também rei de Portugal, em conflito aberto com Inglaterra. A partir de 1660, no contexto da Restauração, começa a ser erigida a segunda muralha defensiva da cidade, cujo traçado passa a envolver as referidas comunidades religiosas periféricas. Em 1755, a cidade é destruída pelo terramoto, cabendo ao então bispo da diocese algarvia D. Francisco Gomes do Avelar reconstruí-la e reestruturá-la: o antigo paço episcopal é ampliado e adaptado a seminário; o antigo arco mouro (o Arco da Vila) recebe um enquadramento monumental e a fachada da igreja da Misericórdia e o hospital anexo são reconstruídos. No final do século XVIII, a cidade estende-se pelo recinto formado pela muralha seiscentista e é pontuada pelos edifícios religiosos.



Fig. 5.06. Planta da cidade de Faro, início do século XX.

No período das lutas liberais, o troço Norte da muralha defensiva é intervencionado, optando-se por alongá-lo um pouco no mesmo sentido, ajustando assim ligeiramente o perímetro urbano da cidade. A construção da linha do caminho-de-ferro, em 1889, cria um novo limite a Sul e a Poente. Pela mesma altura, é construído o novo bairro da Estação e executada a obra do molhe de delimitação da marina de recreio. A abertura da Estrada da Circunvalação em 1893 vai delimitar a cidade a Norte e a pressão demográfica crescente do início do século XX conduz à urbanização das hortas conventuais e colegiais. A urbanização dos terrenos das Hortas do Colégio[9] e de S. Francisco em talhões de base ortogonal irregular procurou ajustar-se ao traçado da malha urbana envolvente (a nova e a que se expandia extramuros) e criou dois novos bairros[10]. Esta experiência, a par de outras do mesmo período, é representativa do início do planeamento urbano em Faro. Os espaços verdes públicos à época resumem-se ao Jardim Vasco da Gama (actual Alameda), ao Jardim Manuel Bívar e ao arranjo dos separadores da Avenida Hintze Ribeiro (actual Avenida 5 de Outubro).



Fig. 5.07. Planta de Faro, 1909.

[9] A horta do antigo Colégio de Santiago Maior.

[10] Os Bairros da Horta do Colégio e de S. Francisco.

5.1.2 O(s) Plano(s): 1945; 1963

O Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945

A partir de meados de 1939, Aguiar desenvolve o projecto de urbanização de Sto. António do Alto, que inclui o desenvolvimento dos traçados de infra-estruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais desta zona de expansão da cidade de Faro. No final do mesmo ano, Aguiar começa a reunir a informação necessária ao desenvolvimento do Anteplano Geral de Urbanização, que acaba por assinar com data de 7 de Fevereiro de 1945 e entregar à Câmara Municipal a 27 de Maio do mesmo ano. A 2 de Junho, o plano é aprovado pelo Município e a homologação do parecer do Conselho Superior de Obras Públicas de 24 de Abril de 1946 chega praticamente um ano depois, a 31 de Maio de 1946.

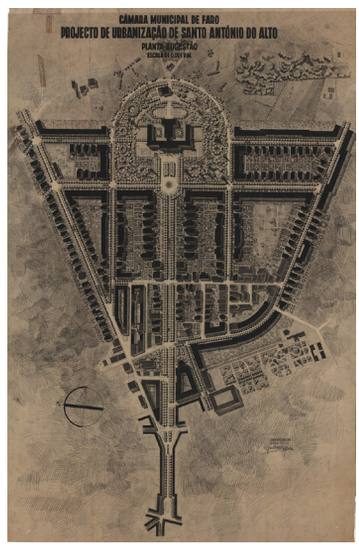


Fig. 5.08. Projecto de Urbanização de Santo António do Alto. João António de Aguiar, 1939.

O processo deste plano é organizado ao longo de dez pastas com o seguinte conteúdo: (1) Memória descritiva e justificativa; (2) Regulamento do plano; (3) Fotografias; (4) Plantas do estado actual e do plano à escala 1:5.000; (5) Planta de conjunto (estado actual) à escala 1:10.000; (6) Planta de conjunto à escala 1:10.000; (7) Planta de trabalho à escala 1:2.000; (8) Plano de apresentação à escala 1:2.000; (9) Planta distributiva do solo à escala 1:2.000; (10) o arranjo urbanístico do Largo do Carmo à escala 1:2.000. A memória descritiva é dividida em duas partes: na primeira faz-se um ponto de situação do estado actual da cidade; na segunda justificam-se as opções tomadas na execução do plano.

O anteplano de 1945 para Faro é, de todos os casos de estudo aqui analisados, o que manifesta a intervenção mais radical sobre a cidade preexistente. A transformação que propõe (e para a qual não dá explicação na memória descritiva) é tão abrangente que a sua execução conduziria à completa modificação da cidade e, assim, à destruição da respectiva imagem histórica. Por esse motivo, o Conselho Superior de Obras Públicas[11] (do qual era vogal Cristino da Silva, mentor de Aguiar), opôs-se categoricamente determinando a revisão da estrutura viária e do parcelamento propostos para a malha urbana consolidada.



Fig. 5.09. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Planta do Estado Actual. João António de Aguiar, 1945.

[11] 1.ª Subsecção da 4.ª Secção.

Fig. 5.10. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1945.

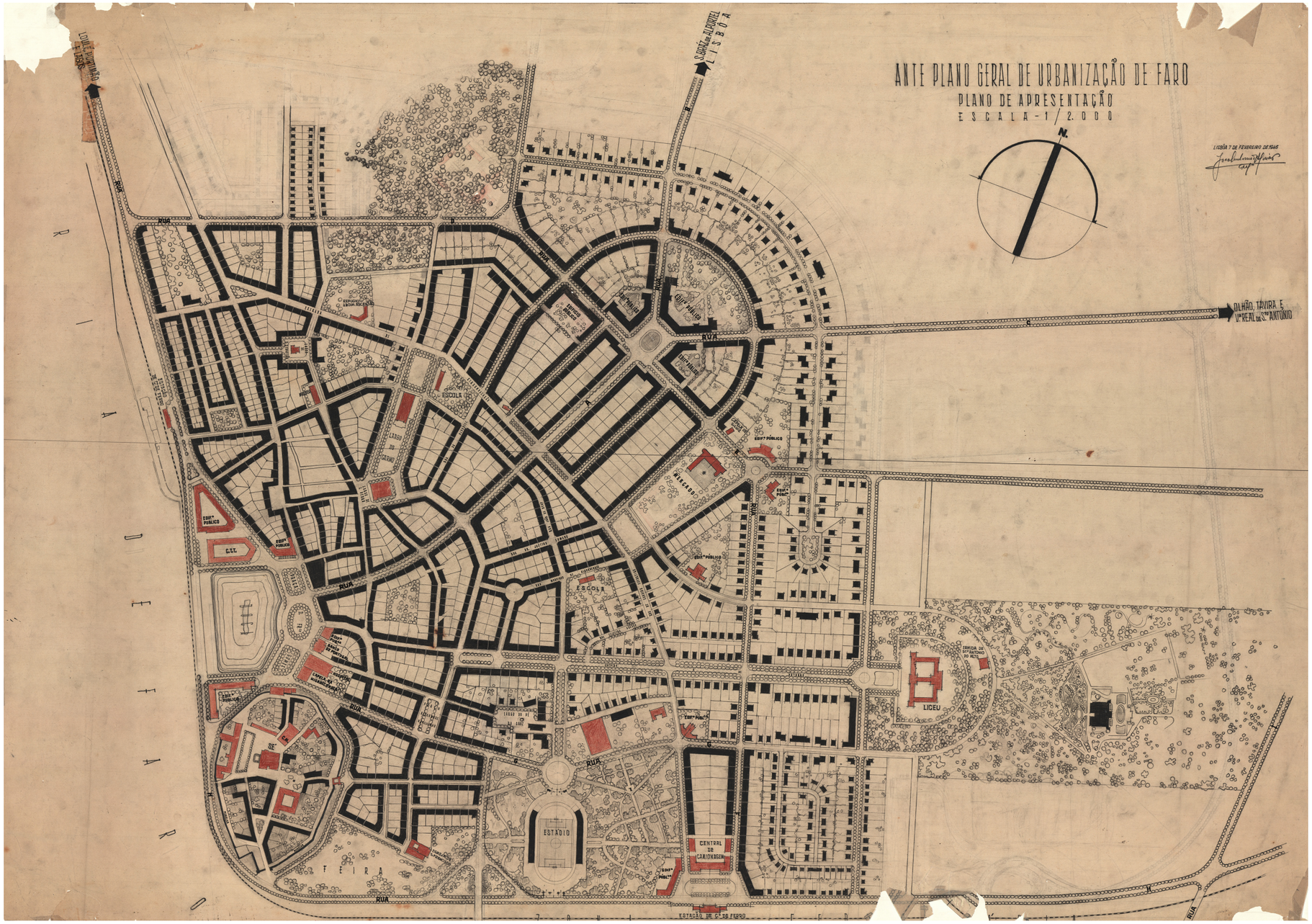
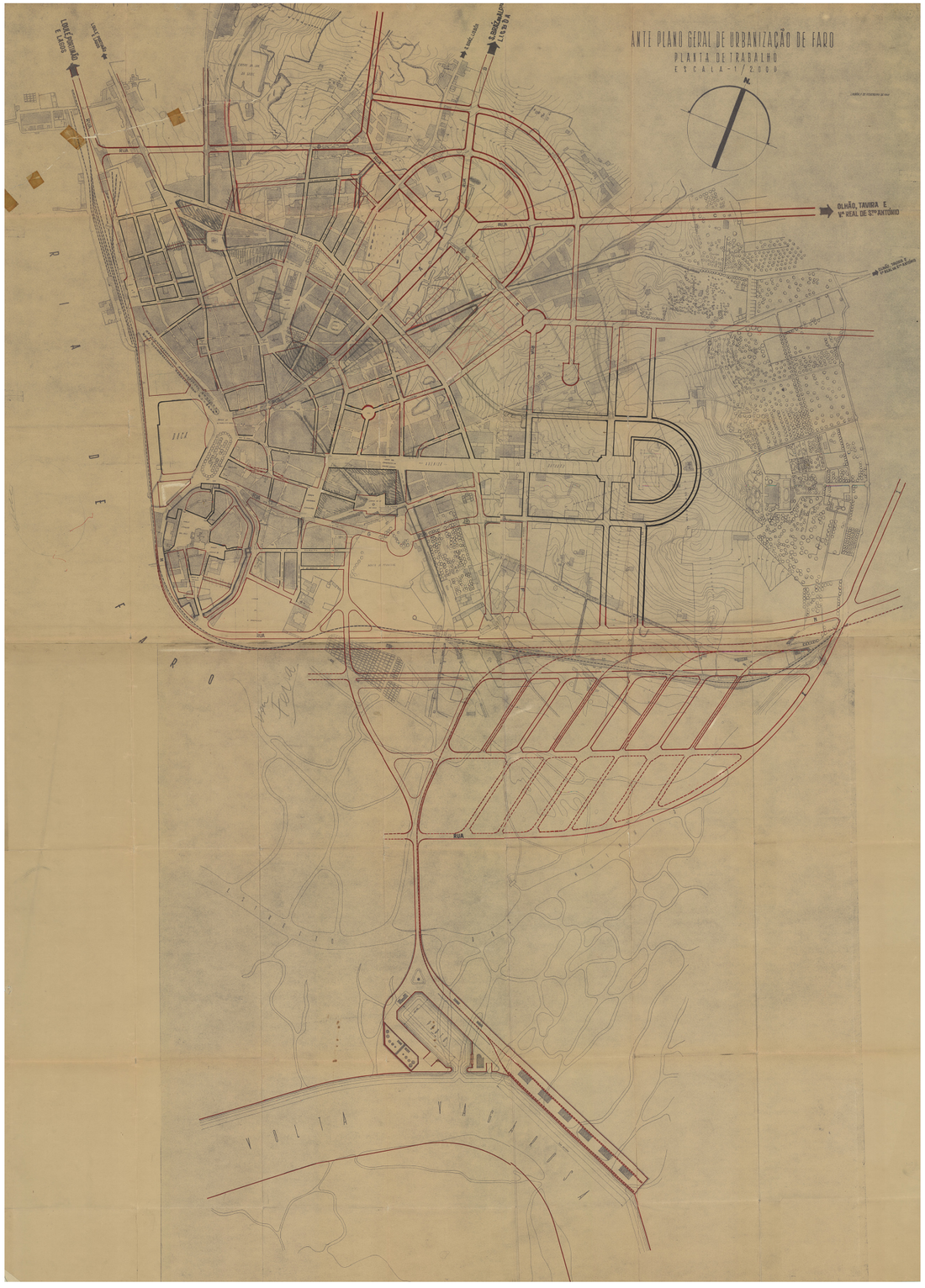


Fig. 5.11. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1945.



A planta de trabalho do Plano, figura 5.11., é reveladora da extensão das alterações. Nessa medida e conhecendo a forma anterior de agir de Aguiar, é de difícil justificação, sobretudo se se tiver em conta a polémica em torno da solução, bastante menos invasiva, que desenhara para Setúbal um ano antes.

A solução de Aguiar de 1945 para Faro baseia-se num depuramento *Higienista* profundo do parcelamento da malha urbana primária que se concretiza, na prática, em aglomerar as parcelas pequenas em novos quarteirões de maiores dimensões, que permitam a criação de quintais generosos a tardoz e, pontualmente, de espaços verdes públicos no logradouro. Esta aglutinação segue a hierarquia viária existente, suprimindo preferencialmente as travessas e vielas e as ruas de reduzida largura e com forte potencial de insalubridade. As artérias principais deste núcleo urbano são praticamente todas aproveitadas e não sofrem alargamentos. A metodologia é comum no trabalho de Aguiar, mas aplicada de forma pontual e não, como aqui, abrangendo toda a cidade.

Esta forma peculiar de intervir em Faro denota um exercício de simplificação morfológica bidimensional (em planta) que não leva em consideração o carácter do aglomerado edificado da cidade que é Aguiar certamente percepcionou *in loco.*

No tecido urbano intramuros, numa tentativa de clarificação das estruturas monumentais existentes, são sacrificadas todas as construções que encostam à muralha (pelo interior e pelo exterior) e que conferem um carácter próprio ao conjunto que faz parte da identidade secular da cidade. Esta intervenção em especial aparenta remeter para a metodologia da DGEMN neste período, que impunha o regresso à "originalidade" formal aos monumentos nacionais, quer através da eliminação de todos os vestígios de construções posteriores quer pela reconstrução dos elementos necessários à sua valorização estética enquanto símbolo patriótico[12].

Já a abertura da Rua A, que liga o centro cívico da cidade antiga à zona residencial de expansão a Norte, parece justificável, pese embora o troço entre o Largo da Conceição e a Praça D. Francisco Gomes obrigue ao diferimento da sua concretização no tempo por abranger um conjunto significativo de construções.

[12] Neste contexto, transcreve-se um excerto de um texto programático do primeiro Director-Geral da DGEMN, Henrique Gomes da Silva (1929-1960), que define a orientação da práxis da intervenção nos monumentos no período do Estado Novo:

"1 – importa restaurar e conservar, com verdadeira devoção patriótica, os nossos monumentos nacionais, de modo que, quer como padrões imorredouros das glórias pátrias que a maioria deles atesta, quer como opulentos mananciais da beleza artística, eles possam influir na educação das gerações futuras, no duplo e alevantado culto de religião da pátria e da arte;

2 – o critério a presidir a essas delicadas obras de restauro não poderá desviar-se do seguido com assinalado êxito, nos últimos tempos, e modo a integrar-se o monumento na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando as mutilações sofridas, quer pela acção do tempo, quer por vandalismos dos homens;

3 – serão mantidas e reparadas as construções de valor artístico existentes, nitidamente definidas dentro de um estilo qualquer, embora se encontrem ligadas a monumentos de caracteres absolutamente opostos" (Silva, 1935: 19-20).

Apesar do impacto que a proposta do anteplano tem na malha urbana existente e do que tal decisão representa em termos de expropriações e investimento em novas edificações, mesmo que a longo prazo (50 anos), João de Aguiar não apresenta nenhum plano de faseamento nem tece qualquer considerando sobre a exequibilidade financeira da sua visão para Faro, facto que também é objecto de crítica por parte do Conselho Superior de Obras Públicas.

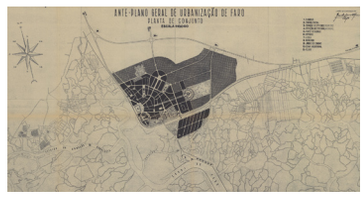


Fig. 5.12. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Zona de Conjunto.

No cômputo geral, as comunicações interurbanas do Anteplano Geral de Urbanização de 1945 (figura 5.12.) são bem organizadas e permitem que o trânsito que não beneficia a cidade seja canalizado por uma variante da N125 a Norte da zona de expansão do plano. A esta variante são conectadas as artérias primárias da cidade e é criada uma rua litoral (Rua H) que contorna o perímetro urbano Nascente/Sul/Poente.

Ao nível intra-urbano (figura 5.14.), é aproveitada a Avenida 5 de Outubro, artéria radial que se prolonga pela Rua de Sto. António até à doca e serve a zona de expansão do bairro de Sto. António do Alto. O traçado da Estrada de Circunvalação de 1893 é mantido e prolongado para Sul até à Rua H e é criada uma nova artéria circular exterior constituída pelas Ruas D, E e F, que também liga à nova rua litoral e cruza todas as artérias fundamentais da cidade. Com a deslocação da zona industrial para Sul, por Aguiar considerar que na zona original o recinto ferroviário não possibilita a sua expansão, é criada uma outra artéria que a serve e a liga à N125 a Nascente e à sua variante a Norte. Esta nova configuração viária inter e intra-urbana, a par com o zonamento, permite o afastamento do tráfego pesado e, portanto, o descongestionamento do centro da cidade, onde todas as actividades se concentravam anteriormente.

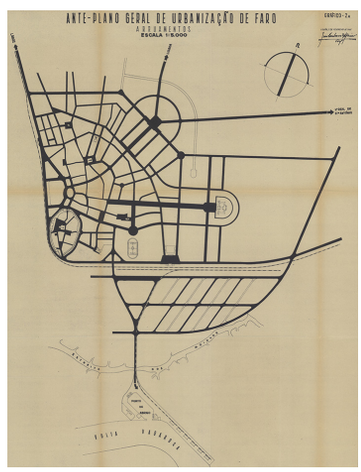


Fig. 5.13. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Arruamentos.

Quanto às zonas residenciais, o plano mantém as existentes na malha urbana consolidada, inclui o Bairro de Sto. António do Alto (entretanto aprovado pela edilidade), propõe a criação de novos bairros que seguem o eixo da Rua A e a definição de duas zonas residenciais económicas. Para o cálculo da área reservada a este uso do solo, foi considerada uma população espectável de 29.000 habitantes para o período de vigência do plano (de 50 anos).

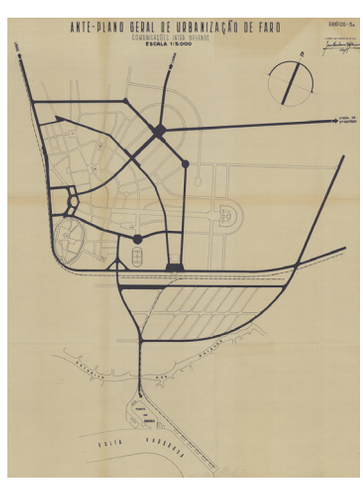


Fig. 5.14. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Comunicações Intra Urbanas.

Importa referir que apenas uma pequena parte das zonas residenciais económicas (B e B1) é urbanizada no plano de 1945, o que nos leva a supor que pudesse estar a contar com a gradual migração da população operária e pescadora residente na malha urbana tradicional para os novos bairros.

Sobre a Zona Oficial, Comercial e Residencial, o plano enfatiza a importância da Praça D. Francisco Gomes (figura 5.15., 5.16., 5.17.) e confere-lhe a função de centro cívico principal da cidade: Aguiar implanta um conjunto de edifícios oficiais em seu redor, transforma a doca num elemento de composição urbana e integra

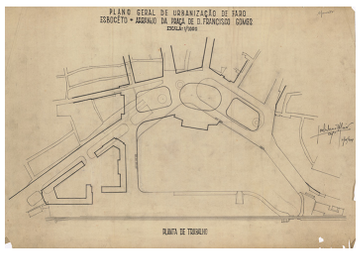


Fig. 5.15. Plano Geral de Urbanização de Faro. Arranjo da Praça D. Francisco Gomes, Esboceto. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1944.

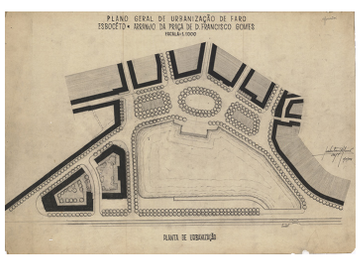


Fig. 5.16. Plano Geral de Urbanização de Faro. Arranjo da Praça D. Francisco Gomes, Esboceto. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1944.

Fig. 5.17. Plano Geral de Urbanização de Faro. Arranjo da Praça D. Francisco Gomes, Esboceto. Perspectiva. João António de Aguiar, 1944.

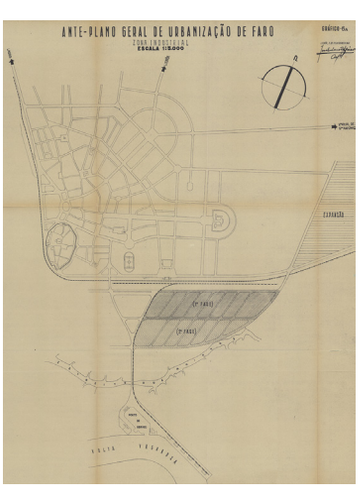
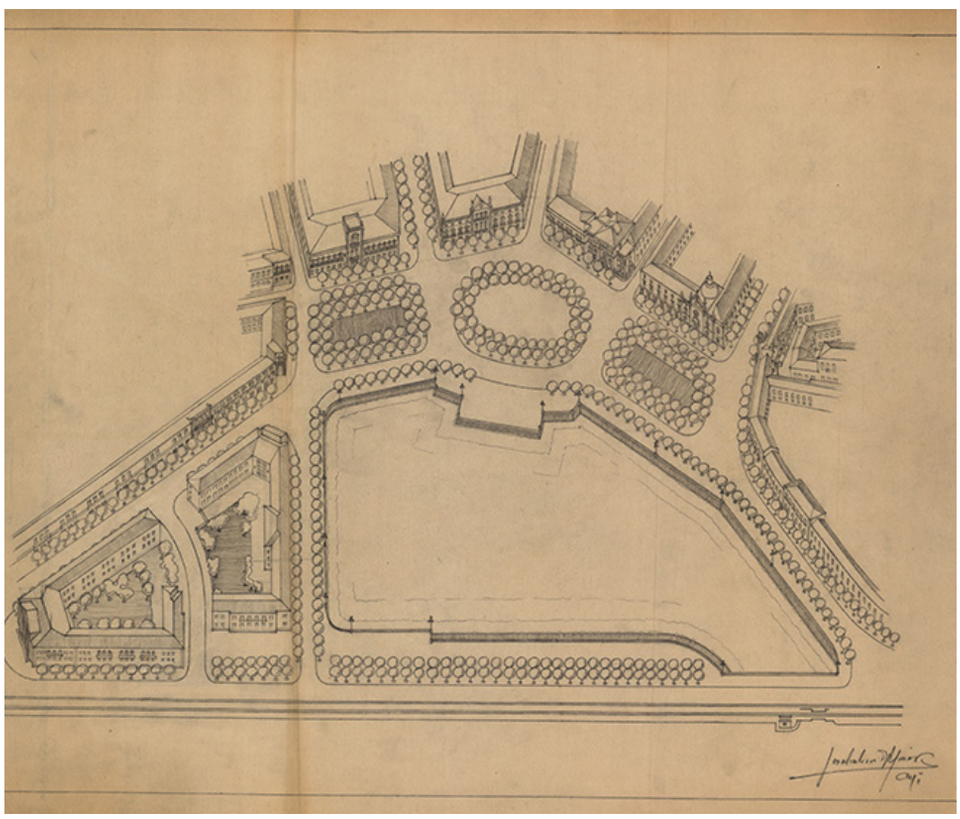


Fig. 5.18. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Zona Industrial.

o seu formato no desenho oval da zona de inflexão do traçado rectangular da praça. A área comercial da Rua de Sto. António é preservada e é incentivada a sua expansão aos arruamentos circundantes. A abertura da Rua A permite a extensão desta zona em direcção à nova área de expansão, ao longo da qual existe a intenção de instalar edifícios oficiais e comerciais. O remate deste novo eixo numa praça monumental é, também ele, pontuado por edificado de excepção.



A zona industrial da cidade (figura 5.18.), como já foi referido, é transferida para Sul, sobre lodaçais a conquistar à ria, cuja deslocação é motivada pela impossibilidade de expansão da localização original e da zona ferroviária e pela proximidade da zona portuária e da zona residencial económica B. Apesar de não se prever um grande desenvolvimento industrial[13], Aguiar considera que as instalações existentes não têm, em geral, condições de higiene nem possibilidade de expansão, por se encontrarem dispersas pela malha urbana consolidada, sobretudo na envolvente da Rua Conselheiro Bívar.

A transferência da zona ferroviária (figura 5.19.) deve-se fundamentalmente à sua relocalização para perto das actividades produtivas que dela tiram partido de uma forma mais intensiva. O plano prevê a manutenção da estação original (apenas para passageiros) e a criação de uma nova estação, entre o estádio e o bairro económico B. O edifício da estação é integrado na malha urbana

[13] A indústria farense à época resumia-se à transformação da cortiça em pranchas e rolhas (o desperdício era exportado para os Estados Unidos), à preparação de frutos secos, à transformação da alfarroba em farinhas e colas e à produção de doçaria regional (confecção doméstica de sustento familiar). O facto de Faro não ter um porto comercial foi preponderante na perda de capacidade angariadora de investimento no sector industrial.

através da criação de uma praça tangente à Rua H, definida por equipamentos de excepção como a central de camionagem. Neste espaço público confluem o prolongamento da Estrada de Circunvalação (a Rua de Cândido Guerreiro) e a Rua F que liga à praça do mercado.

O porto interior de Faro[14] desenhado no Anteplano segue o traçado desenvolvido pela Junta Autónoma dos Portos do Sotavento do Algarve.

Os principais espaços públicos do Plano são: a Alameda João de Deus, que é ampliada em direcção ao convento de S. Francisco para receber o Estádio Municipal; o largo de S. Francisco, que é ampliado para receber feiras; a zona envolvente ao Liceu do bairro de Sto. António do Alto[15]; a Praça D. Francisco Gomes; o largo do Carmo, ampliado, para o qual o plano oferece duas soluções; a Avenida de Sto. António do Alto, que é assumido como um passeio público; um jardim previsto a Norte da Rua D, junto ao Campo da Sra. da Saúde.

Do ponto de vista da morfologia urbana, a intervenção de Aguiar recorre profusamente aos princípios do urbanismo tradicional, criando uma homogeneidade que praticamente não permite distinguir o traçado novo do existente. A zona de expansão é apenas identificável pela simetria que o eixo da Rua A incute aos dispositivos de nível intermédio que a acompanham e que se desenvolvem em torno da nova praça que a remata, numa clara referência à *City Beautiful*. No limite de expansão da malha urbana, ele cria uma cintura de menor densidade, para a qual recorre a dispositivos de nível intermédio constituídos por moradias unifamiliares (maioritariamente isoladas) com base nos princípios do *Bairro-Jardim*, e se socorre do *impasse* e da utilização da curva em cotovelo para cortar o ponto de fuga dos arruamentos residenciais.

Quanto ao edificado de excepção (figura 5.21.), o mesmo concentra-se no núcleo primário da cidade e em cinco eixos. Destes, a Rua A e a Avenida 5 de Outubro funcionam como elementos estruturantes do Plano. O edificado que prevê para ali (a Rua A termina num centro cívico, onde Aguiar indica que devem passar a funcionar três Serviços Públicos, e a Avenida 5 de Outubro tem no seu topo o Liceu Nacional), juntamente com o espaço público que complementam, funcionam como dispositivos que monumentalizam o projecto e lhe conferem um traçado urbano de composição formal. A completar estes eixos temos três circunvalações: a Rua João de Deus, onde se localiza o Museu da Cidade, a Igreja do Carmo, duas Escolas e, no seu topo, o Estádio; a Estrada da Circunvalação,

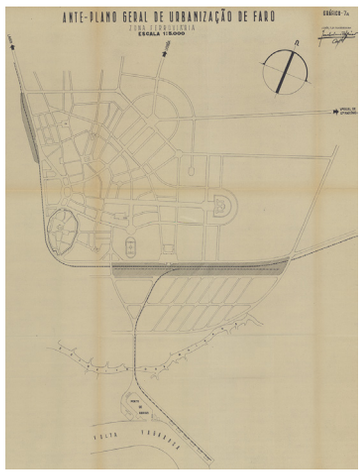


Fig. 5.19. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Zona Ferroviária.



Fig. 5.20. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Plano.

[14] Designado por "Porto do Neves Pires", foi uma infra-estrutura portuária comercial desenvolvida pelo industrial farense António Neves Pires a partir de 1932. O porto, inicialmente previsto para a acostagem de barcos de 500 toneladas, e com ligação à linha férrea, nunca chegou a ser concluído. Em conjunto com sucessivos assoreamentos, a capacidade desta infra-estrutura não chegou a alavancar o desenvolvimento industrial da cidade.

[15] Este jardim urbano, que integra a ermida de Sto. António do Alto, é prolongado visualmente pelo jardim do Palácio Fialho, obra do Arquitecto Norte Júnior (1914-1925) para residência de João António Júdice Fialho, ilustre comerciante e industrial, onde em 1955 se instala o Colégio de Nossa Senhora do Alto da congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. No final de 2007 as Irmãs Salesianas tomam conta da instituição até aos dias de hoje.

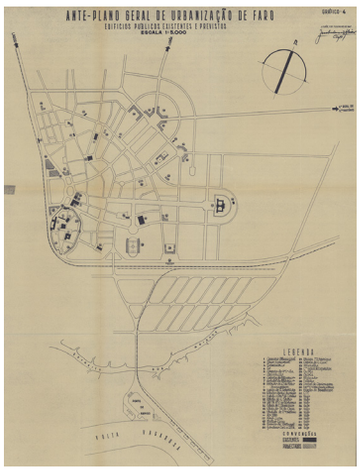


Fig. 5.21. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Edifícios Públicos Existentes e Previstos.



Fig. 5.22. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Espaços Livres Públicos.

onde se encontra o Refúgio Aboim Ascensão, o Largo do Carmo, uma Escola, dois Edifícios públicos não especificados e terminando na Central de Camionagem e na Estação de Caminhos-de-Ferro; e a Rua F, que se prolonga na Rua E, passando antes pela Capela de S. Luís, pelo Mercado e pelo centro cívico.

Importa, ainda, referir que, neste Plano, a implantação do edificado de excepção nas zonas residenciais não obedece ao modelo da *Unidade de Vizinhança* que, por norma, é seguido nos planos de Aguiar.

O Anteplano Geral de urbanização de 1945 foi considerado pelo Conselho Superior de Obras Públicas como um "trabalho prévio"[16]. Face às discrepâncias metodológicas que apresenta relativamente ao trabalho habitual de Aguiar, é-se mesmo levado pensar que Aguiar, ele próprio, assim o devia considerar. O facto de o plano ter sido desenvolvido sobre uma planta pouco rigorosa e desactualizada cedida pelo município e sob instruções de urgência da parte do Município[17] legitimam a dúvida. O certo que o referido Conselho Superior de Obras Públicas obriga Aguiar a corrigir a intervenção na malha urbana existente em aspectos muito significativos: reduzir ao mínimo as demolições; redimensionar a área da zona industrial, por não ser necessária e pelos terrenos da zona E1 se situarem sobre solo lamacento; redistribuir o equipamento escolar pelas zonas residenciais de forma a garantir áreas de influência de proximidade; criar pequenos núcleos comerciais de apoio às grandes zonas residenciais; e aprofundar o conteúdo do regulamento.

A 5 de Junho de 1947 João de Aguiar remete à DGSU e ao município uma alteração ao Anteplano de 1945 denominada "Plano Geral de Urbanização – Alterações", figura 5.23., datada de Maio do mesmo ano e elaborada sobre planta aerofotogramétrica. Da entrega constam a memória descritiva e justificativa das alterações efectuadas, a planta de trabalho e a planta de urbanização. Uma das colecções remetidas à DGSU tinha como destinatário final a JAE e também incluía uma planta de conjunto. Ao Presidente da edilidade, Aguiar esclarece o seguinte:

> "*Estas alterações (…) dizem respeito não à concepção geral do Plano, que se mantém e que se encontra aprovada pelo douto Conselho Superior de Obras Públicas, mas a pormenores e têm em vista resolver, com maior facilidade, vários casos, dentro do campo das realidades e sem pôr de parte os bons princípios urbanísticos.*"

Efectivamente, esta alteração ao plano propõe uma intervenção na cidade

[16] Expressão utilizada pelo Conselho Superior de Obras Públicas no parecer de apreciação do anteplano de 1945, pp. 19.

[17] Aguiar não esperou pela produção da planta aerofotogramétrica inicialmente por si solicitada por ter sido considerado importante para a cidade avançar-se rapidamente com o seu desenvolvimento.

tradicional, que reduz substancialmente a aglutinação dos dispositivos de nível intermédio. A transição da Rua de Sto. António para a Avenida 5 de Outubro também é redesenhada de uma forma mais suave, com a redução do alargamento da primeira no troço compreendido entre as Ruas de Portugal e de Cândido Guerreiro e com a criação de um largo de remate. Outros acertos de regularização da morfologia do casco histórico são também abandonados como, por exemplo, o do Largo do Pé Descalço, ao qual é devolvida a sua configuração original. O mesmo ocorre no interior da muralha, onde apenas é prevista a demolição do volume da arcada de remate Sul do pátio da Sé, apensa à fachada principal da catedral, que a conectava com a Casa de Eça, já no quarteirão da Rua do Trem. Alguns arruamentos estreitos que não oferecem condições de higiene continuam a ser eliminados, mas a longo prazo, propondo que as construções das suas frentes não sejam valorizadas e possibilitando a reorganização futura dos quarteirões afectados.

Fig. 5.23. Plano Geral de Urbanização de Faro. Alterações. João António de Aguiar, 1947.


PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE FARO
ALTERAÇÕES
PLANTA DE URBANIZAÇÃO
ESCALA 1:2.000
N.
LISBOA
HOSPITAL
ESCOLA
ESTADIO
ESCOLA
ESCOLA
ESCOLA

Do ponto de vista metodológico, Aguiar não altera os pressupostos gerais de composição do plano.

Para além da intervenção na malha urbana existente, as alterações apresentadas na nova versão do Plano de 1947 seguem as sugestões do parecer do Conselho Superior das Obras Públicas. A maior delas acontece ao nível do traçado viário[18], que ganha uma artéria de circunvalação que vai definir uma nova área de expansão da cidade. Esta nova artéria conecta com a Rua H a Nascente e a Poente e é intersectada por um conjunto de ruas excêntricas que escoam o trânsito do centro da cidade e da zona residencial de expansão. O perímetro urbano do plano de 1945 é redefinido nesta alteração através de uma outra circunvalação, apelidada por Aguiar de "Primeira Circunvalação"[19].

A área compreendida entre estas duas novas circunvalações é considerada como zona de reserva e abrange o já planeado liceu do bairro de Sto. António do Alto (e o jardim envolvente), os terrenos do Palácio Fialho, a nova localização do Estádio Municipal[20] e o parcelamento do bairro económico de apoio à zona industrial Nascente. A Poente, a zona industrial antiga também se estende até ao limite da circunvalação exterior, compensando a supressão da zona I2 do plano original sugerida pelo Conselho no parecer de 1946.

Nesta alteração, Aguiar também efectua alguns ajustes de pormenor como, por exemplo: o largo da Estação da zona industrial é centrado com o eixo da circunvalação interior e reduzido em dimensão; o Jardim João de Deus não é ampliado e a Horta do Ferragial é representada como uma zona verde não qualificada; o desenho da doca regressa ao estado original por motivo de ordem económica; a implantação do edifício do mercado aumenta e a dimensão do largo onde se insere é reduzida, perdendo a dimensão ajardinada inicial; o traçado da envolvente à praça que remata a Rua A recebe uma nova configuração e os quarteirões do primeiro troço desta artéria são substituídos por um espaço público qualificado de dimensão generosa que integra o edificado de excepção e permite a descompressão da densa malha urbana[21].

Do Anteplano Geral de Urbanização de Faro de 1945 não vemos hoje grande pegada na cidade, a não ser o traçado geral do Bairro de Sto. António do Alto, o aproveitamento da Avenida 5 de Outubro decorrente do primeiro e de uma parte do traçado da segunda circunvalação (Rua Ataíde de Oliveira). No entanto, apesar de incluídos no plano, os dois primeiros casos são de data anterior e o parcelamento do bairro é objecto de alterações posteriores.

[18] O traçado viário do Anteplano Geral de Urbanização – Alterações é aprovado pela JAE em Julho de 1947.

[19] Apesar da primeira circunvalação de Faro ter sido construída em 1893, como já tivemos oportunidade de referir.

[20] Que incorpora um parque de estacionamento de serventia, de acordo com as orientações do Conselho Superior de Obras Públicas.

[21] Aguiar introduz provavelmente esta alteração a contar com a futura área de expansão da cidade.

O Anteplano Geral de Urbanização de Faro – Revisão de 1963

No seguimento da entrega das alterações à primeira versão do PGU de 1947, Aguiar continua a ser solicitado pela edilidade farense, quer como consultor técnico do município, quer para desenvolver diversos arranjos urbanísticos, tais como: um arranjo para um bloco de casas de renda económica para a Mutualidade Popular de Faro (1947), na Rua Humberto Delgado; um novo parcelamento para a zona do Liceu de Sto. António do Alto (1949); a urbanização do sítio de S. Luís (1950/1954), incluindo o arranjo da praceta da Rua A; os projectos de prolongamento da Avenida de Olivença e da Rua Ataíde de Oliveira (1954); a urbanização da Horta do Pinto (1956); a ampliação do Bairro dos Centenários (1956).

Enquanto consultor da Câmara, Aguiar também se pronuncia sobre projectos de urbanização de iniciativa privada, que vai integrando no desenho do plano, a par com a localização final do novo Hospital de Faro[22] e o novo traçado da zona industrial[23].

Passados praticamente dezoito anos sobre a entrega da primeira versão do Plano, o Estado já tinha contribuído para a construção do Porto de Faro-Olhão e da linha férrea e da estrada que o conectam, da Cadeia, dos edifícios da CGD, da Junta do Distrito, dos CTT, do Albergue Distrital, da Capitania, do Comando da polícia, do Palácio de Justiça, do mercado Municipal, das Escolas Primárias do Carmo e de S. Luís, da Escola Industrial e Comercial, do Liceu Nacional e da Creche-Jardim, assim como para a reparação dos Paços do Concelho. A edilidade também já urbanizara a Avenida da República e construíra as redes de abastecimento de águas e drenagem de águas residuais de um conjunto significativo de ruas. À iniciativa privada coube também edificar um conjunto significativo de prédios[24] e contribuir para o desenvolvimento das instalações industriais farenses. A realidade socioeconómica da cidade altera-se a um ponto que impõe a revisão ao Anteplano Geral de Urbanização de 1945, com as alterações introduzidas em 1947.

[22] Definida pela Comissão das Construções Hospitalares em 1947.

[23] O traçado da zona industrial é ajustado em Dezembro de 1947, no seguimento do requerimento de um industrial que apontou para o facto de o plano não prever algumas construções existentes.

[24] De acordo com o mapa n.º 1 da memória Descritiva do plano de 1963, entre 1945 e 1962 foram edificados 972 prédios em Faro. Em 1945, foram edificados 9, número que se eleva para 90 em 1956.

Fig. 5.24. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Revisão. João António de Aguiar, 1963.



"A área mais antiga da cidade, devido `existência de numerosos edifícios construídos em várias épocas que se destacam pela arquitectura das fachadas e volume de construção, possui um ambiente característico que interessa conservar.
(…)
Esta área antiga da cidade tem merecido a melhor atenção dos Serviços Oficiais e da Câmara Municipal que têm procurado conservar o meio ambiental, exigindo que a arquitectura das fachadas existentes, no caso de reconstrução ou reparação de edifícios, seja mantida." (Aguiar, 1963: 15).

A Revisão de 1963, figura 5.24., consolida a metodologia de intervenção na malha urbana antiga da alteração de 1947. O carácter do conjunto edificado histórico é reconhecido por Aguiar na memória descritiva, chegando a propor que sejam incluídas no regulamento urbanístico municipal disposições que contribuam para a valorização desta zona da cidade e que evitem a introdução de elementos descaracterizadores, e que esta área da cidade seja objecto de um estudo de pormenor à parte do Plano.

A maior intervenção de regularização da malha urbana consolidada foca-se no alargamento da Estrada da Circunvalação de 1893, pretensão que vem desde o Plano original e que é nesta revisão trabalhada de uma forma mais pormenorizada[25]. O parcelamento que acompanha esta artéria radial é ajustado e sofre a maior transformação nos dois pontos de intersecção com os eixos excêntricos da Rua A e da Avenida 5 de Outubro. A Praça Silva Porto passa a ser um jardim público e todos os quarteirões envolventes são redesenhados.

Do ponto de vista metodológico, a solução de 1963 consolida o traçado viário intra e interurbano e optimiza a dimensão dos perfis de rua para as novas tipologias em altura que integra no parcelamento. Para cerzir a cidade nova com a malha urbana existente, mantém o critério de aplicação dos princípios do urbanismo tradicional e, à medida que nos afastamos da circunvalação original, outras soluções são aplicadas, permitindo uma gradual transição da imagem da cidade do centro para a periferia. O carácter dos dois eixos excêntricos da cidade é evidenciado quer pelo equipamento de excepção que os pontua (o Liceu e o Hospital) quer pela implantação dos edifícios que se vão afastando da frente de rua à medida que se aproximam deste. A grande composição e a articulação viária que têm por referência os princípios da *City Beautiful* são consolidadas através deste tipo de detalhes que, a par com uma redistribuição mais homogénea do edificado de excepção pela cidade, ajudam à criação de uma imagem monumental do conjunto.

O sistema viário desenhado no Plano de 1963 afina a hierarquia que distingue o tráfego intra-urbano do interurbano, quer pelo já referido ajuste da largura dos perfis de rua[26] quer pela forma como é implantado o edificado em relação às frentes de rua. À medida que as artérias estruturantes se afastam do centro urbano, o edificado vai-se delas distanciando e acaba mesmo por se desvincular

[25] A base de trabalho desta revisão é um levantamento aerofotogramétrico e não tem comparação com a que serviu o plano inicial ao nível do detalhe e da actualização do edificado existente.

[26] O plano define os perfis transversais-tipo para as seguintes artérias: a penetração do centro cívico e comercial principal; as penetrações de Olhão e Lisboa e de Portimão; a rua da Atalaia e o seu prolongamento até à Praça Francisco Gomes; o prolongamento da Avenida de Olivença; as Ruas de Ventura Coelho e da Atalaia; a Rua de Portugal; as Ruas de Alexandre Herculano e da Misericórdia.

do seu alinhamento. Esta solução permite uma distinção clara entre o território urbano central de carácter mais misto e o puramente residencial: no primeiro, estas artérias participam na vivência do espaço urbano, ao contrário do segundo, em que apenas têm a função de atravessamento. As zonas residenciais são estruturadas de acordo com os princípios do *Bairro-Jardim* e a tipologia do *impasse* passa a ser profusamente utilizada em detrimento do parcelamento de frente de rua inicial.

A variante da N125 é redesenhada para que o troço seja o mais rectilíneo possível, cruzando com a Rua B (de penetração na cidade e ligação a Lisboa) e com estradas municipais de servidão à zona agrícola que abastece a cidade. É através desta variante que Aguiar define três pontos de penetração na cidade: a Noroeste em direcção à Praça D. Francisco Gomes; a Norte, através da Rua B, em direcção ao novo centro cívico e ao Hospital; a Nordeste, através do prolongamento da Rua A rumo ao Estádio e à N125 em direcção a Olhão. Esta opção permite limitar o tráfego regional ao limite Norte da cidade. A Estrada da Atalaia e a avenida marginal completam o perímetro exterior da expansão prevista no plano.

No que respeita as novas zonas residenciais, a Revisão de 1963 é profunda ao nível dos modelos de parcelamento e das tipologias de edificado, sobretudo devido à necessidade de considerar o crescimento populacional farense a 30 anos (período de vigência do plano), que se traduz num aumento estimado de 18% até 1990[27]. A mudança de parcelamento é um reflexo directo da opção de Aguiar pela utilização dos edifícios colectivos, que chegam a atingir 6 pisos de altura. Este tipo de construção permite-lhe libertar área em redor do perímetro de implantação das edificações, para cumprir com a densidade populacional que estabelece de 100 habitantes/ha[28]. Esta solução também potencia a criação de espaços públicos qualificados que se encadeiam de quarteirão em quarteirão, possibilitando a criação de percursos pedonais de penetração no centro da cidade como, por exemplo: entre o Alto de Rodes e a Rua Aboim Ascensão; entre o núcleo residencial da Penha (a Norte do Hospital) e o Largo de S. Pedro, sobretudo pelo lado do cemitério da Boa Esperança; entre o núcleo residencial do Bom João e a Avenida 5 de Outubro, passando pelo jardim da Alameda João de Deus. Aguiar também projecta o arranjo urbanístico das áreas residenciais dispersas, reunindo as da Senhora da Saúde, do Alto de Rodes e Xixo, no núcleo residencial do Alto de Rodes e as de Vale de Carneiros e Monte Estanqueiro no núcleo residencial da Penha. Ele ainda desenha a expansão do núcleo residencial de S. Luis e cria o núcleo residencial da Senhora da Saúde.

Os núcleos residenciais foram também equipados com equipamentos de

[27] Em 1960, a população farense fixava-se nos 24.877 habitantes e a previsão de Aguiar para 1990 define uma população de 29.516 habitantes.

[28] Nesta revisão do Plano, a densidade populacional média geral é reduzida de 118 habitantes/ha para 100 habitantes/ha por decisão de Aguiar, obrigando-se a recorrer, para uma área urbana aproximadamente igual, a soluções tipológicas diferentes das iniciais.

proximidade e áreas verdes qualificadas de usufruto local. Esta revisão inclui ainda a definição de quatro zonas de expansão da cidade: a da envolvente à Cadeia; a da envolvente à Escola Técnica, adjacente à primeira; a da envolvente ao Colégio de Colégio de Santiago Maior, a maior das quatro; a dos terrenos entre o Convento de S. Francisco; e a Alameda João de Deus, a de menor dimensões.

Quanto ao zonamento, a maior alteração prende-se novamente com a distinção tipológica do edificado das zonas residenciais[29], que Aguiar separa em quatro categorias distintas: as zonas (H), que abrangem as áreas residenciais e as habitações dos pisos superiores dos prédios das zonas do centro cívico, comercial principal e de interesse histórico arquitectónico e mistas; as zonas (HI), de moradias isoladas e geminadas; as zonas (HS), de moradias em banda; as zonas (HB), de habitação colectiva em altura. A zona do Centro Cívico e Comercial Principal (CC) é concentrada na zona histórica da cidade compreendida entre a cidadela (inclusive), o sítio do Pé da Cruz, a Igreja de S. Pedro e o Museu do Infante D. Henrique. A zona mista (M) passa a reunir os centros de comércio e de habitação situados nos núcleos residenciais da Penha, do Alto de Rodes e de S. Luis. As zonas industriais (I) são reorganizadas em três núcleos: a do Porto, que ganha uma nova configuração de parcelamento e continua a beneficiar do apeadeiro do Bom João; a da Estação, que beneficia da reorganização do recinto ferroviário e da utilização dos quarteirões compreendidos entre o Largo da Estação e o acesso à N125 (sentido Portimão); a da Sra. da Saúde, uma nova zona de fácil acesso ao recinto ferroviário e à zona de produção agrícola a Norte da cidade. Esta Revisão ainda contempla uma zona de oficinas e armazéns destinada à instalação de negócios como carpintarias, serralharias e oficinas automóvel. A zona rural de protecção à cidade mantém-se definida por uma banda com 1Km de largura em volta do limite urbano, na qual apenas é autorizada a exploração agrícola, Florestal e pecuária[30] e a construção está limitada a edificações de apoio a estas actividades.

Ao nível dos equipamentos que servem a cidade, Aguiar propõe: a localização de diversas escolas primárias de apoio às zonas residenciais; a construção de mais um liceu[31]; a identificação de um lote para a construção de mais um cinema[32]; a transferência do Matadouro para a Escola da Atalaia, já fora do perímetro urbano, a Nascente; a manutenção do novo Hospital no topo da Rua A; a implantação de

[29] Aguiar abandona nesta Revisão a classificação das zonas residenciais e das tipologias pelo estrato social ou pela profissão dos destinatários, como acontece nas Revisões dos Planos de outras cidades como Viana do Castelo (1961) e Setúbal (1962). O regulamento da Revisão de 1963 permite a construção de carácter económico em qualquer local da zona HI (moradias isoladas e geminadas), encontrando-se omissa tal possibilidade para as outras tipologias.

[30] O plano também prevê, à semelhança de outros, a instalação de indústrias que não possam ser localizadas nas zonas a elas destinadas, sendo para o efeito necessário parecer positivo da DGSU.

[31] O liceu existente já não supria as necessidades da população farense.

[32] De acordo com a memória descritiva da revisão, os três cinemas existentes estariam frequentemente lotados, levando à definição de um terreno para a construção de uma nova sala de espectáculos, junto ao cruzamento entre a Rua A e a Rua Teófilo da Trindade, do lado oposto ao cemitério da Boa Esperança.

um Pavilhão Desportos na envolvente do Estádio Municipal; a transferência da Estação de Camionagem para o quarteirão do topo Norte da Doca de Recreio, adjacente ao edifício da Capitania e integrado num conjunto de frente de rua que prevê um Hotel e o edifício da Guarda Fiscal.

Ao nível dos espaços verdes, para além da lógica de aproveitamento das áreas envolventes às habitações em bloco, a revisão prevê a criação de um novo parque urbano que integra o complexo desportivo do Estádio Municipal e o desenho de um parque envolvente ao estádio original[33] que se integra com a envolvente ajardinada do Hospital.

De um modo geral, a Revisão de 1963 ainda contempla: a alteração do acesso à Estação original, que passa a ser feito pelas Ruas Ventura Coelho e da Atalaia, por motivo de ordem económica; o remate deste acesso no novo largo proveniente da demolição de dois pequenos quarteirões; um novo arranjo urbanístico para a Praça D. Francisco Gomes; e a definição de um novo terreno para implantação da Escola Comercial e Industrial[34]. O campo da feira mantém-se no Campo de S. Francisco.

Deste Plano não chegaram a ser concretizadas diversas ideias como, por exemplo, a avenida marginal que completa a circunvalação exterior, o complexo desportivo municipal[35] e o respectivo parque urbano, o matadouro municipal ou o porto de Faro-Olhão. A par com estes exemplos avulsos, a maior discrepância entre o Plano de Aguiar e a cidade de hoje prende-se com a falta de espaços verdes qualificados e de logradouros ajardinados/arborizados, apanágio das ideias *Higienistas* que acompanharam o Arquitecto ao longo da sua carreira profissional, talvez fruto da pressão imobiliária e da falta de planeamento das décadas que lhe sucederam.

Apesar disso, a cidade de Faro é provavelmente, de todos os casos de estudo da metrópole, a que se mantém mais fiel a um PGU de João de Aguiar: o traçado do "Plano Geral de Urbanização se Faro – Revisão" de 1963 é, na actualidade, facilmente identificável, quer ao nível do traçado viário principal quer do traçado viário secundário que define os dispositivos de nível intermédio. Ao nível do parcelamento, apesar das alterações decorrentes dos planos posteriores e do adensar da utilização da construção em altura, a maioria dos núcleos residenciais ainda conserva o traçado definido nesta revisão como, por exemplo os bairros Bom João, S. Luís, do Alto de Rodes, da Penha e a zona envolvente ao Mercado Municipal.

[33] O estádio original é reservado para treinos.

[34] O edifício da escola não apresentava condições para acolher o número de alunos necessário.

[35] Permaneceu apenas o estádio original, casa do Sporting Clube Farense.

5.2. PONTA DELGADA

"O trânsito é um dos principais problemas a resolver.

Tal problema foi resolvido de modo a satisfazer o intenso movimento e grande tráfego que se verifica na cidade de Ponta Delgada.

Atendendo a que as ruas existentes, por onde se faz o trânsito, não podem, dada a sua reduzida largura, permitir com segurança e comodidade o intenso movimento que se observa e que tende a intensificar-se, atendendo a que é problema que urge resolver ainda que à custa de sacrifícios materiais presentes para se conseguir uma valorização que a cidade merece e exige, pretendendo--se não alterar a característica topográfica de ponta Delgada, do seu traçado de arruamentos, respeitando na maior escala possível os interesses criados, percorreram-se todas as ruas da cidade, considerou-se prédio por prédio e concluiu-se que a solução mais

perfeita a dentro das condições expostas anteriormente consiste em abrir novas artérias, sensivelmente paralelas às já existentes, em condições de permitir o movimento rápido e fácil de todo o tráfego presente e previsível dentro da cidade e nas suas relações com o Concelho e com os Concelhos vizinhos."

(Aguiar, 1946a: 166).

5.2.1. Antecedentes

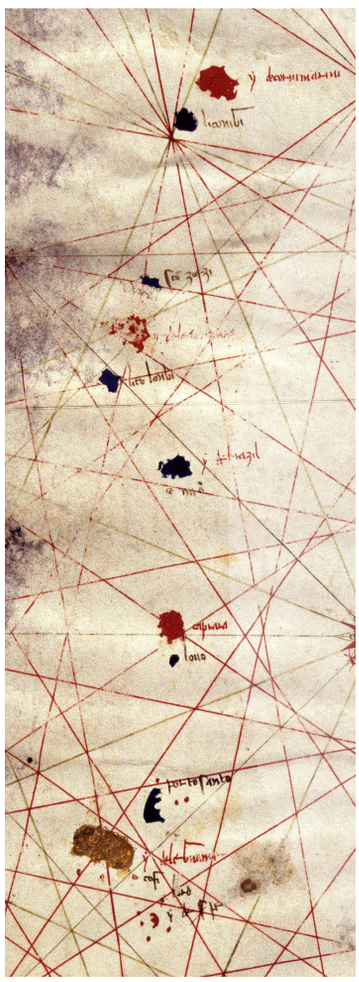


Fig. 5.25. Atlas Corbitis, detalhe das ilhas dos Açores e da Madeira, 1384.

No seguimento da carta régia de 1439 concedida por D. Afonso V ao Infante D. Henrique, que lhe outorgava licença a ocupar o arquipélago dos Açores, as ilhas de Santa Maria e de S. Miguel começam a ser povoadas, recebendo Gonçalo Velho Cabral comenda do Infante D. Henrique para o efeito e para as defender. Cartas régias de 1443 e 1447 concedem incentivos ao povoamento, por ter sido considerado um território estratégico para a expansão ultramarina então em curso. A fertilidade do solo para produção agrícola e a sua localização geoestratégica faziam desta região um importante posto de reabastecimento das frotas marítimas.

O povoamento da ilha de S. Miguel é efectuado segundo as práticas da época: pequenos povoados vão-se organizando de forma sequencial, primeiro ao longo da costa Sul, procurando características topográficas favoráveis, como baías protegidas e de fácil acostagem. Estes pequenos núcleos populacionais são estruturas muito simples, de carácter agrícola, desenvolvidas sem apoio técnico pelos próprios colonos. É nesse contexto que nasce Ponta Delgada, integrada no sistema de ocupação territorial primitivo da ilha que se iniciara com o povoado de Vila Franca do Campo.

À medida que estes povoados se vão consolidando também vão competindo entre eles, estabelecendo-se uma hierarquia decorrente da exploração das suas capacidades. É o que acontece com Vila Franca do Campo, inicialmente o povoado mais importante da ilha, elevado a vila em 1472 e sede da Capitania-Donatária de S. Miguel em 1474, mas que se vê preterida em detrimento de Ponta Delgada por esta prosperar com solos mais férteis e com um porto mais operacional.

Fruto de uma economia pujante e de uma estrutura social organizada, Ponta Delgada conhece um desenvolvimento acelerado que lhe é reconhecido com a elevação a vila em 1499, por D. Manuel I, e a cidade menos de meio século depois, em 1546, por D. João III. Apesar deste desenvolvimento, ao nível institucional a capitania tarda a transferir a sua sede de Vila Franca do Campo para a cidade (1587), reflexo de uma disputa com os senhorios locais, instalados em Vila Franca do Campo, que só termina em 1522, quando esta é destruída por um sismo.

A fraca influência senhorial no desenvolvimento inicial da malha urbana de Ponta Delgada contribuiu provavelmente para que, desde o início, a sua estrutura morfológica seja ligada ao sistema fundiário agrícola envolvente, organizado no sentido Norte-Sul e ditada mais por um empirismo prático que por opções de ordem técnica.

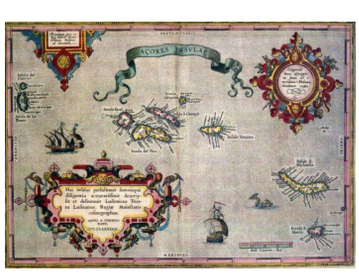


Fig. 5.26. Primeiro Mapa dos Açores com todas as Ilhas do Arquipélago, 1584.

O núcleo primitivo de Ponta Delgada data da primeira metade do século XV e resume-se a um pequeno assentamento que se desenvolve de forma linear ao longo de um caminho paralelo à costa que ligava a ermida de N. Sra. da Conceição , a Poente, à calheta de Pero de Teve[37], a Nascente, e que servia um conjunto edificado de apoio à actividade agrícola e comercial, que foi sendo construído à medida das necessidades. A directriz desta ocupação linear dará mais tarde origem ao topónimo da Rua Direita, que hoje corresponde, na estrutura da cidade, ao espaço contínuo constituído pelas Ruas do Açoriano Oriental e dos Mercadores.

Este assentamento urbano é por vezes apontado como sendo constituído, desde a origem, por alguns quarteirões formados por um elemento gerador fundamental, a Rua da Cadeia, e por um arruamento secundário, a Rua da Carreira, paralelo ao primeiro e compreendido entre o terreiro da ermida de N. Sra. da Conceição e a futura Praça Velha[38], onde convergem. O atravessamento dos dois arruamentos por transversais daria forma a quarteirões poligonais sobre o comprido, estendidos em direcção ao interior da ilha.

A convergência dos dois arruamentos e a disposição do topo do quarteirão central sugere um gesto deliberado de criação da praça que virá a acolher o Pelourinho, a Câmara, o Tribunal, a Cadeia e os Açougues: a Praça Velha. Adjacente a esta é mais tarde desenhada a Praça da Matriz, no meio da qual é erigida a Igreja de S. Sebastião (1514) e, sobre esta, a Igreja Matriz (1530-1545).

A malha urbana expande-se inicialmente para Nascente,[39] ao longo das Ruas dos Mercadores e da Misericórdia, polarizada pela Igreja da Misericórdia (anterior a 1513) e pelos edifícios da Alfândega (1518), em direcção à Igreja de S. Pedro (anterior a 1521).

A partir de meados do século XVI, em virtude do seu posicionamento estratégico como porto de escala nas rotas atlânticas, a malha urbana da cidade expande-se substancialmente. Este crescimento é conduzido pela criação de uma segunda directriz longitudinal, de configuração arqueada, ainda hoje existente[40], que liga à primeira no início e no final do assentamento urbano: da Calheta de Pero de Teve ao Convento de N. Senhora da Esperança (cerca de 1535), vizinha do Convento de S. Francisco. A ligar estas duas artérias são traçadas várias transversais que criam quarteirões generosos. Da Praça da Matriz saem três transversais rumo a Norte

[36] A ermida de N. Sra. da Conceição é mais tarde renomeada de S. Francisco e, no seu lugar, é edificado em 1525 o convento de S. Francisco.

[37] Pero de Teve foi um dos mais antigos habitantes da cidade. A proximidade da calheta (pequeno porto de cascalho) de sua casa é o motivo do seu nome.

[38] Inicialmente um terreiro no limite da povoação, onde se realizaria o mercado.

[39] A orientação inicial para leste não é segura mas pode presumir-se.

[40] Hoje decomposta em diversos topónimos, do qual destacamos o central: a Rua Machado dos Santos, ainda estruturante no sistema viário principal da cidade.

(as Ruas Nova, do Frade e de Vale Verde) que criam os primeiros quarteirões de orientação Norte-Sul do aglomerado urbano.

Não será provavelmente alheio a esta expansão para Norte o facto de existir, de acordo com Andreia Reis Leite (2012: 338), uma "ribeira não perene que desce do norte perpendicular ao mar e que, mais do que alimentar de água potável o lugar, serviu para estruturar o primeiro trilho de acesso ao interior". Segundo a autora, é no cruzamento da directriz primária longitudinal com este alinhamento que foi implantada a Igreja Matriz, configurando-se como o "coração da urbe". Este percurso é coincidente com a Rua Direita de Sant'Ana, que liga a Praça da Matriz ao Recolhimento de Sant'Ana (início do século XVI).

Em 1552 os trabalhos de preparação para a construção do Forte de S. Brás iniciam-se com as obras do molhe e do ancoradouro. A fortificação propriamente dita é projectada por Tommaso Benedetto a partir de 1567, durante a segunda campanha de fortificação do arquipélago, sendo concluída por volta de 1580. A sua edificação não esteve isenta de polémica pois, por um lado o custo da construção foi imputado à população da cidade (30.000 cruzados) por meio de uma taxa imposta a partir de 1553, que muita resistência colheu junto da população de Ponta Delgada e, por outro lado, no decorrer do processo de construção foi iniciada uma muralha (o "cerco novo") para proteger a cidade pelo lado de terra. Apesar da população ter assumido o custo da fortificação, conseguiu todavia fazer com que o rei desistisse da obra do cerco que a complementava.

No final do século XVI é criada a Rua do Pao do Conde[41], uma terceira directriz longitudinal, mais interior, que define à época o limite Norte da cidade, ao longo da qual são implantados o paço do capitão-donatário (o Conde de Vila Franca) e o Colégio dos Jesuítas (1590), ligeiramente a Norte do cruzamento com o prolongamento da Rua Nova (a Rua do Colégio). Este edifício religioso vai polarizar e dinamizar o crescimento da cidade na sua direcção, do qual resulta a criação de um conjunto de quarteirões muito estreitos e compridos, orientados no sentido Norte-Sul, que seguem a organização fundiária consolidada existente à época e que conferem à morfologia da cidade uma imagem característica que perdura até hoje.

O porto também sofre obras de remodelação (ordenada na correição de 1585) por ter os seus dois cais consideravelmente danificados.

Até ao final do século XVI são ainda edificados o convento de Sto. André (1567-1585), na continuação da Rua do Pao do Conde, o mosteiro de S. João (1595), virado para o segundo eixo longitudinal estruturante, e as Ruas do Saco (aberta desde 1572) e do Sardoal (anterior a 1588), a primeira no limite poente da cidade quinhentista e a segunda (hoje Rua dos Foros) adjacente ao paço do capitão,

[41] Prolongada no século XVII através do Caminho Novo, rumo a Nascente.

ambas orientadas no sentido Norte-Sul, confirmando o sentido de expansão da malha urbana.

A cidade micaelense do final do século XVI contaria, segundo Gaspar Frutuoso, com 1564 fogos e 9711 habitantes (equiparável às de Coimbra, Setúbal ou Santarém) e o seu perímetro urbano encontrava-se delimitado pelos edifícios religiosos conventuais e respectivas cercas. Cada um destes edifícios potenciou o desenvolvimento da malha urbana adjacente, contribuindo de uma forma decisiva para a consolidação da cidade entre a segunda directriz longitudinal e a terceira, sobretudo a Norte da Rua de S. Braz e na envolvência da Rua do Saco.

Ponta Delgada assiste, até 1664, a um forte crescimento, primeiro devido à chagada dos jesuítas e, em seguida, dos frades agostinhos que, depois de uma estadia no recolhimento de Sant'Ana, erigem em 1618 o convento de N. Sra. da Graça, com frontaria sobre o primeiro eixo longitudinal estruturante da cidade, em local próximo ao do de S. João, um pouco mais para Nascente. Em 1664 é erigido a poente o último convento de Ponta Delgada, o da Conceição, entre o paço do conde e o convento da Esperança. A estrutura urbana fundamental da cidade delineada até este período permanecerá genericamente a mesma até ao final do século XIX.

Ao nível do conjunto edificado da cidade, é de salientar, para além do de carácter religioso e estruturante já mencionado, o aparecimento da arquitectura "civil" erudita do solar urbano, marginal ao traçado viário, de desenho simples e repetitivo, do qual se destacam apenas o pórtico de entrada e a capela.

A partir de 1834, com a extinção das ordens religiosas, os seus edifícios são reconvertidos para uso de serviços públicos e as respectivas cercas deixam de ser uma referência na delimitação do território urbano: o convento da Conceição recebe o tribunal e serviços administrativos; o de S. João assume a função de prisão e o de S. Francisco a de hospital; a igreja de S. José[42] é demolida e no seu lugar é erigido um teatro; o convento de N. Sra. da Graça é reconvertido em liceu e biblioteca e no seu terreno tardoz é edificado um mercado que ainda hoje opera. Os serviços públicos que não encontram espaço nesta reconversão vão ser instalados em edifícios erigidos a nordeste da cidade.

A par desta requalificação funcional surgem as primeiras indústrias, que se instalam nas zonas suburbanas da Pranchinha e de Sta. Clara, nas franjas Nascente e Poente do núcleo urbano primário, e o progresso induzido pelas indústrias começa a transformar os limites da cidade setecentista.

Até 1914 são também criados os primeiros jardins públicos, como o Jardim Botânico António Borges e o Relvão[43] (Alameda do Duque de Bragança). Na

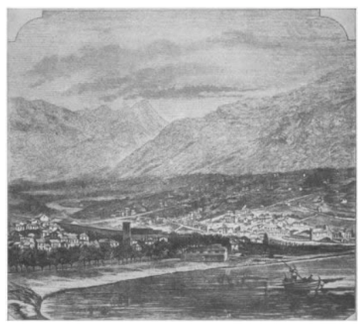


Fig. 5.27. Perspectiva de Ponta Delgada, 1804.



Fig. 5.28. Anteplano Geral de Urbanização de Faro. Espaços Livres Públicos.



Fig. 5.29. Planta de Ponta Delgada, 1814.

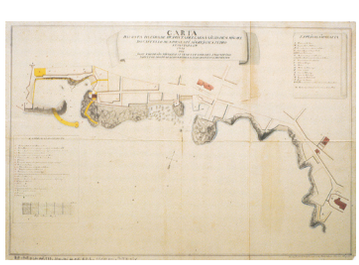


Fig. 5.30. Carta de Costa da cidade de Ponta Delgada, 1814.

[42] Nas imediações do convento de N. Sra. da Conceição.

[43] Local onde em 1832 estiveram estacionados e levaram a cabo exercícios militares de preparação para o combate com os absolutistas os soldados liberais do rei D. Pedro IV que participaram no *desembarque do Mindelo* (a 8 de Julho do mesmo ano).



Fig. 5.31. Planta da cidade de Ponta Delgada, 1831.



Fig. 5.32. Planta da cidade de Ponta Delgada, 1887.

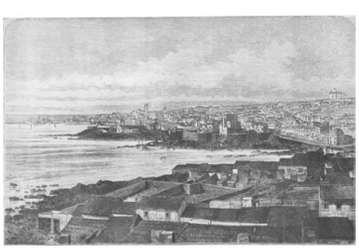


Fig. 5.33. Gravura de Ponta Delgada, 1879.



Fig. 5.34. Gravura de Ponta Delgada, 1879.

arquitectura prosperam os palacetes do tipo burguês, com o seu jardim privativo envolvente, que aparece fora do limite demarcado pelos antigos edifícios religiosos.

Na primeira metade do século XX assiste-se ao romper de novas artérias na cidade, seguindo o traçado das cercas de delimitação dos conventos extintos, como é exemplo a Avenida Roberto Ivens, cujo perfil mais generoso e arborizado se afasta do padrão até então utilizado. Nela são edificados o Coliseu Micaelense (1917), os balneários públicos e o dispensário. A Avenida Gaspar Frutuoso, projectada pelos serviços municipais em 1922, é outro exemplo que se desvia do padrão até então vigente. Aberta nos terrenos do Colégio Jesuíta, de carácter residencial e tipologia unifamiliar para a burguesia endinheirada, é rematada em 1926 a Sul com a Rua Pao do Conde (actual Rua Dr. Aristides da Mota) por meio de um largo ajardinado da autoria de Raul Lino[44], que idealiza um jardim romântico que tira partido do declive acentuado. A opção pela praça ajardinada resolve, do ponto de vista urbanístico, o remate das quinhentistas Ruas do Saco, do Sardoal e do Lameiro e, em simultâneo, integra na malha urbana o antigo edifício jesuíta. O Paço do Barão da Fonte Bela[45] (1833) é adquirido em 1921 para nele ser instalado o Liceu de Ponta Delgada (actual Escola Secundária Antero de Quental) que, até então, ocupava parte do antigo convento de N. Sra. da Graça.

Mas a intervenção que o século XX traz à cidade, da qual citámos alguns exemplos, também vem comprometer, de um modo geral, o desafogo da malha urbana, sacrificando os jardins e parques que rodeavam as construções, em favor da abertura de novas artérias e da ocupação desses espaços com novas funções mais pesadas ou com outro tipo de actividades menos dignificantes, como estabelecimentos comerciais e industriais. A cidade perde o carácter particular que a representou até finais do século XIX e a sobreocupação desordenada, sem qualquer instrumento urbanístico que a assista ou sensibilidade arquitectónica[46], torna-a insalubre.

É esta a realidade que João de Aguiar relata da sua primeira visita a Ponta Delgada. Encontra ainda alguns bairros residenciais projectados na periferia da cidade e fora da insalubridade do Centro. São eles o Bairro Económico, o do Lajedo e o da Vitória, este a Norte do Forte de S. Braz, no prolongamento da antiga Rua da Canada, numa área onde a expansão industrial já exigia alojamento apropriado. Apesar de obedecerem a um traçado minimamente estruturado, estes bairros não passam de tentativas avulsas de resposta à conjuntura socioeconómica de

[44] Arquitecto que também assina o projecto da primeira moradia de gaveto (1936) entre o largo então criado e a avenida, do lado oposto ao do colégio jesuíta.

[45] Erigido no lugar do antigo Paço dos Condes de Vila Franca do Campo.

[46] A cidade soube criar um estilo arquitectónico regional próprio que o século XX veio comprometer. São exemplo disso as cantarias pintadas com cores fortes, edifícios pintados ao estilo de uma manta de retalhos, de acordo com o gosto pessoal de cada fracção, acrescentos em forma de apêndice sem qualquer cuidado de conjunto.

uma cidade em forte expansão e que não contribuem para a coesão estrutural do território urbano. Só na segunda metade do século XX, a partir dos anos quarenta, com o Plano Geral de Urbanização de João de Aguiar de 1946, o ordenamento de Ponta Delgada se vê apetrechado com uma ferramenta urbanística à escala da cidade.

5.2.2. O(s) Plano(s): 1946

Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946

A intervenção de João de Aguiar em Ponta Delgada inicia-se em 1942, com o convite de Duarte Pacheco, então Ministro das Obras Públicas, para a elaboração de um anteprojecto para o arranjo de uma avenida marginal. No final desse ano, Aguiar desloca-se à cidade para reunir a informação necessária ao trabalho, acabando por ser convidado pelo presidente da Câmara Municipal para desenvolver o Plano Geral de Urbanização da cidade. Aguiar aproveita a estadia inicial para recolher informação para o desenvolvimento do Plano e solicitar à Câmara uma planta topográfica actualizada.

No âmbito do desenvolvimento do anteprojecto da marginal em questão, em 1944 o Arquitecto permanece três meses em Ponta Delgada, durante os quais tem oportunidade de validar[47] o respectivo traçado final, trabalho que pretende ver integrado no PGU em curso. A 25 de Março de 1943, submete à apreciação do Ministro das Obras Públicas um Anteprojecto deste traçado à escala 1:1.000, que é aprovado.

No decorrer da mesma estadia e com o apoio do presidente do município, Aguiar ainda aproveita para desenvolver um esboceto do PGU que elabora com o trabalho entretanto realizado entre as duas deslocações a Ponta Delgada. O esboceto, que segundo a memória descritiva do plano teve a participação da sociedade civil micaelense[48], é submetido à apreciação da Câmara Municipal e do Conselho Municipal, que o aprovam. O Subsecretário de Estado das Obras Públicas aproveita também uma visita aos Açores para analisar o estudo apresentado e solicita a Aguiar que proceda à conclusão do PGU. Depois de receber a planta topográfica actualizada dos serviços municipais, Aguiar procede à conclusão do trabalho a 7 de Dezembro de 1946.

O processo deste plano está organizado em de dez pastas com o seguinte conteúdo: (1) a Memória descritiva e justificativa; (2) o Regulamento do plano; (3) duas plantas da Ilha de S. Miguel, uma da Divisão Administrativa e outra da Rede de Estradas Nacionais, ambas à escala 1:150.000; (4) duas Plantas de Conjunto, uma do Estado Actual e outra do Plano, ambas à escala 1:25.000; (5) oito Plantas do estado actual e do plano à escala 1:5.000; (6) uma fotografia do plano, uma fotografia aérea da cidade e diversas fotografias de pormenor da cidade; (7) a Planta de trabalho à escala 1:2.000; (8) a Planta de urbanização à escala 1:2.000;

[47] Com o Engenheiro Chefe da Missão da Classificação e Apetrechamento dos Portos dos Açores e com o Engenheiro Director da Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada.

[48] Na memória descritiva Aguiar agradece a várias personalidades locais a colaboração que lhe deram.

(9) a Planta distributiva do solo à escala 1:2.000; (10) perfis-tipo de rua.

A memória descritiva é uma das mais exaustivas produzidas por Aguiar. O primeiro capítulo apresenta um levantamento completo do território a intervencionar e representa dois terços da memória. São abordados temas como a situação geográfica, a geologia e orografia, a hidrografia, a climatologia, a fauna e a flora, a história, as comunicações, o turismo, a demografia, a cultura, os edifícios públicos e de interesse público, os espaços livres, os recintos desportivos e de lazer, o ensino, o comércio e a indústria.



Fig. 5.35. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada. Planta do Estado Actual, 1946.

A cidade que João de Aguiar encontra apresenta um conjunto de problemas decorrentes da inexistência de uma visão de conjunto para a malha urbana e de linhas de orientação para a respectiva expansão. Neste sentido, a intervenção que propõe coloca uma atenção especial na reorganização do traçado viário, tanto ao nível local como regional. Consciente de que os estreitos arruamentos densamente construídos e simbolicamente relevantes não poderiam ser intervencionados, Aguiar propõe para esses apenas o alargamento de algumas artérias que considera estruturantes e a correcção de traçado de outras que entende importantes, socorrendo-se principalmente da abertura de novos arruamentos que contribuam para uma boa articulação de conjunto, com vista ao descongestionamento do centro da cidade. Esta proposta obriga à demolição de diversas construções, mas sendo limitada, constitui uma solução de compromisso tanto económico como de salvaguarda do carácter do lugar, e será validada pela Câmara Municipal e pela sociedade micaelense[49]. Salvo algumas excepções de alargamento de arruamentos seculares, como o da Rua Manuel Inácio Correia e seu prolongamento (antiga Rua do Valverde), o da Rua do Sampaio (antiga Rua da Cadeia) e o da Travessa de S. João, as alterações introduzidas pelo plano situam-

[49] "Também desejo agradecer aos ilustres micaelenses (…) que com os seus profundos conhecimentos de Ponta Delgada, sempre com boa vontade e entusiasmo, me apresentaram os esclarecimentos que lhes solicitei.

A imprensa local, que muito coadjuvou com o seu espírito de bem desejar informar o público, no interessar a população pela execução do Plano de urbanização, debatendo alguns problemas urbanísticos, os meus agradecimentos." (Aguiar, 1946a: 12-13).

se em zonas de menor representatividade e densidade de construção.

O alargamento e o prolongamento da Rua Manuel Inácio Correia (a Rua C do plano), que parte do Largo da Matriz em direcção à Estrada Nacional N.º 4-1ª (Fajã de Cima) e absorve as Ruas dos Manais e da Boa Vista, é o gesto urbanístico que tem mais impacto no núcleo primitivo da cidade, assemelhando-se à intervenção *Higienista* que cria a Avenida Central em Viana do Castelo, programada no contexto do Plano de Melhoramentos do final do século XIX. Este alargamento sacrifica o lado Nascente da rua, por Aguiar considerar que o seu edificado seria de menor relevância – são apenas apontados dois edifícios de maior valor: o da Empresa Nacional de Navegação, que transfere para uma implantação mais condigna e o edifício de gaveto entre o Largo da Matriz e o início da Rua da Misericórdia, cuja demolição desafoga o edifício religioso e permite um acesso mais expedito ao eixo transversal de atravessamento da malha urbana da cidade.

O alargamento da Rua do Sampaio é integrado na criação de mais uma artéria transversal de atravessamento da cidade (a Rua B do plano), através da ampliação do Largo dos Mártires da Pátria e da ampliação e extensão da Rua do Coronel Silva Leal até ao cemitério de S. Joaquim. A intervenção no edificado existente inicia-se logo na frente marítima, eliminando o quarteirão em frente ao Mercado do Peixe, no limite Poente da Avenida Antero de Quental, para que a nova artéria se inicie numa praça aberta para o mar. Neste novo largo são previstos edifícios de serviços públicos como o dos CTT e o da Alfândega. O troço da Rua do Sampaio é o que obriga ao maior número de demolições, de entre as quais apenas duas são de "apreciável valor" (Aguiar, 1946a: 171). O Largo dos Mártires da Pátria ampliado enquadra o Liceu Antero de Quental e o edifício do antigo convento de N. Sra. da Conceição, onde funcionam à época o Governo Civil algumas repartições públicas. O troço de arruamento seguinte beneficia de uma fracção de terreno do Liceu Antero de Quental, apenas afectando uma pequena construção. A extensão que liga ao cemitério afecta três edifícios, dos quais um deles considerado como valioso por Aguiar.



Fig. 5.36. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1946.

Fig. 5.37. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1946.



Fig. 5.38. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada. Planta Distributiva do Solo. João António de Aguiar, 1946.



O alargamento e a ampliação da Travessa de S. João ligam a nova Rua Marginal a um novo largo criado pela demolição do antigo Convento de S. João (1595), à data do plano em ruína, onde se encontrava instalado até 1946 o quartel do regimento de Infantaria nº 26. Para este novo largo, Aguiar define a implantação de um equipamento de excepção, o Cineteatro Micaelense[50], que é inaugurado em 1951. O declive acentuado da travessa e o ângulo de abordagem ao cineteatro conferem-lhe um carácter monumental sem que a harmonia com a escala urbana envolvente seja comprometida.

Importa por fim referir, neste contexto, a construção da artéria longitudinal aberta nas traseiras do antigo convento de Sto. André que liga a Rua dos Manais ao Alto da Mãe de Deus. Apesar de ser um exemplo que não tem grande impacto ao nível das expropriações necessárias à sua materialização, Aguiar destina-a à expansão da zona comercial do centro da cidade. O seu alinhamento axial com a ermida da Mãe de Deus é significativo no contexto da criação de pontos de fuga que coloquem em evidência o edificado de excepção da cidade. O carácter predominantemente comercial afecto a este arruamento também é compatível com o jardim que Aguiar propõe para o cabeço da ermida. Com este espaço público, as traseiras das frentes de rua que constituem o quarteirão onde se insere são qualificadas, enobrecendo o marco religioso. Por outro lado, é criada uma ligação entre este novo jardim e a Alameda do Relvão, assim como um percurso pedonal que se inicia no eixo comercial, atravessa o jardim da Mãe de Deus e continua para o interior do quarteirão seguinte, a Nascente, no interior do qual Aguiar implanta um equipamento público acessível pela Rua do Negrão.



Fig. 5.39. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada. Planta das Estradas Nacionais e Arruamentos. João António de Aguiar, 1946.

A proposta de traçado de João de Aguiar para Ponta Delgada parte da criação de três eixos principais longitudinais – a Rua Litoral, a Rua Central e a Rua Exterior – e de oito artérias transversais: a Avenida Príncipe do Mónaco (existente); a Rua A; a Avenida Roberto Ivens e respectivo prolongamento para Noroeste; o conjunto das Ruas da Cruz, Tavares Rezende e da Vitória; as Ruas B e C acima mencionadas; a Rua D que arranca da igreja de S. Pedro e rompe os quarteirões existentes de fraca densidade construtiva em direcção a Norte; a Rua E que arranca do alargamento da 1ª Travessa da Calheta, junto à Penitenciária (demolida no plano), rumo a Norte, e atravessa uma zona sem edificações. As Ruas Litoral e Exterior unem-se a Poente através da Avenida Príncipe do Mónaco e a Nascente por um traçado curvilíneo contínuo ao qual não é atribuído nome. Deduz-se que ambas as ruas que delimitam a cidade se prolongam até ao nó viário de ligação com a Rua Central, que continua através da Estrada Nacional n.º 2 em direcção à Ribeira Grande. Este novo esquema viário primário não só permite uma distribuição mais homogénea do tráfego urbano, como também o articula com a rede viária

[50] Projecto do Arquitecto Raul Rodrigues de Lima (1909-1980), autor de referência para este tipo de equipamento. A sua arquitectura é caracterizada pelo traçado ao estilo *português suave*, tendo sido também o autor do Cinearte e do Monumental em Lisboa.

regional, como podemos observar na planta "Plano Geral – Estradas Nacionais e Arruamentos" do PGU.

O traçado proposto por Aguiar para a expansão da malha urbana existente não revela, ao contrário de outros planos da metrópole de sua autoria como o Plano Geral de Urbanização de Olhão, de 1944, grandes eixos lineares que a rasgam ou momentos fortes de encenação do edificado de excepção através de enfiamentos perspécticos monumentais. A forma como articula a rede viária com a malha urbana existente demonstra cuidado no cerzir das novas soluções e respeito pelo carácter da cidade, à semelhança do que acontece em Viana do Castelo. Uma intervenção *Higienista*, numa malha urbana densa e repleta de história, qualquer que ela seja, contribui para debates acesos sobre o que se considera mais ou menos importante ou valioso. Mas este plano da discussão não apaga a necessidade que a cidade tem de se adaptar às novas formas de habitar, aos novos meios de locomoção e ao crescimento populacional decorrente do êxodo rural e da importância económica crescente. Estes são temas com os quais as cidades capitais de distrito já se debatiam no século XIX e justificaram a publicação de alguma regulamentação. O escasso efeito prático desta teve por consequência o agravamento da situação no início do século XX. Os Planos Gerais de Urbanização são o instrumento que pretende dar resposta urgente a este problema.

No caso de Ponta Delgada, o trabalho de sutura do sistema viário secundário de Aguiar revela, a uma escala local, a criação de sistemas de relações axiais entre a malha urbana e os edifícios de excepção (preexistentes e propostos). São exemplo: os já mencionados enquadramentos da Travessa de S. João com o novo cineteatro; o arranque e o remate da Rua B, para os quais desenha, respectivamente, um largo aberto para o mar (com fachadas oblíquas que acentuam esta abertura) através da implantação de edifícios de excepção, e a entrada do cemitério de S. Joaquim, pontuada pelo chanfro dos cunhais dos quarteirões frontais e pela entrada côncava.

Em geral, Aguiar recorre aos elementos de construção da cidade tradicional para consolidar ou rematar a malha urbana primária e, para o desenho das novas áreas residenciais de expansão, utiliza os princípios do *Bairro-Jardim* e da *Unidade de Vizinhança*.

Outra referência metodológica perceptível no traçado do plano é o chanfro dos cunhais dos quarteirões, evidenciados em pontos de intersecção dos eixos estruturantes da cidade, que remetem para soluções de descompressão da malha urbana, de qualificação do espaço público e de destaque do edificado, patentes nos traçados de ensanche Espanhol do século XIX.

Com a utilização destas soluções o PGU de Aguiar, apesar de preservar o carácter urbano do centro da cidade, elimina a homogeneidade do conjunto oitocentista, rompendo com a secular estrutura do parcelamento fundiário que desaparece

nas zonas que se encontravam por urbanizar à data de execução do plano. Esta é provavelmente a alteração mais profunda que o plano imprime no território urbano e na sua envolvente rural. Talvez o facto de o traçado não cumprir com a métrica de ordenamento do território imposta pelas sesmarias[51] do século XV tenha contribuído para que as partes do plano que não a seguiram não tenham sido executadas.

O traçado da Rua Litoral é, provavelmente, a intervenção de maior impacto visual e viário na cidade. Este eixo longitudinal estruturante foi desenhado sobre as restingas para minimizar as expropriações e demolições. A sua importância funcional no esquema viário deve-se à ligação regional que faz entre os dois troços da E.N. N.º 1 e à distribuição viária intra-urbana por meio das artérias transversais. A sua relevância estética advém do ordenamento que incute aos quarteirões costeiros, eliminando casebres e traseiras insalubres que causam um impacto negativo a quem se aproxima de Ponta Delgada pelo mar. O aumento da profundidade dos quarteirões existentes, possibilitado pela conquista de uma faixa de terra ao mar, permite a construção de uma nova frente de fachada sobre o fundo da malha urbana da cidade que se desenvolve encosta acima. O traçado sinuoso que regulariza o recorte da costa também proporciona um passeio marginal de carácter pitoresco e de potencial lúdico. A edificação nova obedece a um conjunto de normas estabelecidas no Regulamento do plano, para que a imagem de conjunto criada mantenha o seu carácter.

A Rua Central, por ser a artéria axial da cidade, é a mais importante ligação intra-urbana. Ela é criada para ser uma alternativa ao eixo existente constituído pelas Ruas de Miguel Bombarda, Magalhães Lima, do Conde e Dr. João Francisco de Sousa, cujos perfis variam entre os 5 e os 10 metros de largura. Uma intervenção de alargamento destes arruamentos implicaria um custo económico e social considerável, pelo que Aguiar opta por traçar este novo eixo segundo a direcção mais conveniente do ponto de vista topográfico e aquela que implique o menor número possível de expropriações. Esta artéria longitudinal separa fundamentalmente a malha urbana oitocentista da nova área de expansão da cidade.

A Rua Exterior define o limite de expansão Norte de Ponta Delgada e cria uma circular exterior de articulação entre o trânsito intra-urbano e o regional. Este eixo principal longitudinal aproveita as Ruas de S. Gonçalo, de S. Joaquim e do Papa-Terra, já existentes, e os troços novos são traçados sobre terrenos praticamente não edificados, reduzindo as expropriações necessárias ao mínimo.

[51] As sesmarias obedeciam a um regulamento de ordenamento do território que data do consulado de D. Beatriz de Portugal – o *Regimento Antigo* ou *Regimento de D. Beatriz* que, enquanto tutora dos filhos (1470-1482), vende São Miguel a Rui Gonçalves da Câmara (3º Capitão-Donatário da ilha) no sentido de dinamizar a colonização da ilha.

Sobre este tema consultar a Tese de Doutoramento intitulada "Açores Cidade e Território" da autoria de Antonieta Reis Leite (2012).

Para as áreas de expansão, Aguiar considera um crescimento populacional, a 30 anos, de 307 habitantes/ano prevendo, para efeito de cálculo da área de expansão, uma população de 28.000 a 30.000 habitantes e uma densidade ocupacional de 75 a 80 habitantes por hectare, equivalendo a uma área de 375 hectares.

A distribuição do uso do solo, figura 5.38., definida por Aguiar é a seguinte:

Zona Residencial	R	46,3%
Zona Comercial e Residencial	C	12,0%
Zona Oficial e de Interesse Público	O	9,3%
Zona Industrial	I	16,7%
Zona Portuária	P	1,8%
Zona Verde	V	13,9%
Zona Reseva		

A Zona Residencial é distribuída por diversas áreas com características e densidades distintas: (R1) área existente que apresenta um edificado heterogéneo e reúne diversos extractos sociais, para a qual é prevista uma densidade populacional de 200 habitantes/hectare e uma intervenção de saneamento gradual, em concordância com o disposto no Capítulo VI do Regulamento do plano; (R2) área para a qual Aguiar projecta um *Bairro-Jardim*[52] de tipologia diversificada, "afim de se atender à economia do morador" (Aguiar, 1946a: 185), com uma densidade de 60 habitantes/hectare; (R3) destinada a tipologias de categoria média e económica, para servir a zona industrial e o porto comercial, com uma densidade de 130 habitantes/hectare; (R4) área afecta aos pescadores, devido à sua proximidade do porto, com a mesma densidade da anterior; (R5) bairro económico existente com a mesma densidade da anterior; (R6) abrange o Bairro da Calheta e conta com a mesma densidade da anterior; (R7) abrange a zona envolvente à ermida da Mãe de Deus e conta com a mesma densidade da anterior; (R8) área que integra o mercado, adjacente ao novo largo do cineteatro, conta com a mesma densidade da anterior.

A Zona Comercial e Residencial é distribuída por duas áreas distintas, para as quais é definida uma densidade de 200 habitantes/hectare, a saber: (C1) situada em redor da igreja Matriz, alarga a abrangência da zona comercial existente para Norte e prevê a conservação e valorização do património arquitectónico existente, bem como a afectação dos primeiros dois pisos das edificações ao uso comercial; (C2) localizada no limite entre o *Bairro-Jardim* (R2) e a zona residencial R6, prevê residências nos pisos elevados.

[52] Para a unidade residencial Nascente (R2), Aguiar aproveita o traçado viário para separar os diversos núcleos residenciais e dota cada um deles de um jardim e de equipamentos de proximidade, em consonância com os princípios do *Bairro-Jardim* e da *Unidade de Vizinhança*. A diferenciação tipológica também é perceptível entre núcleos, sendo o que confina com a Rua Nova do Visconde o que apresenta uma predominância da tipologia mais económica. No ponto de contacto entre esta malha residencial e a restante, aproximadamente onde a Rua Central cruza a Rua das Laranjeiras, são instalados diversos edifícios públicos ou de utilidade pública. Nesta área Aguiar pretende ver criada uma zona de expansão comercial de apoio à população local, que se estende até à Alameda do Relvão. O núcleo residencial a Sul e Poente do novo Estádio não apresenta um parcelamento completo, sugerindo que talvez pudesse ser o último a ser ocupado.

A Zona Oficial e de interesse público integra espaços ocupados ou a ocupar por edificado oficial, público e de interesse público, para alguns dos quais o plano prevê zonas de protecção, como a do Museu Municipal (O1 – antigo Convento de Sto. André), do Governo Civil (O2), do Forte de S. Braz (O4), da Alfândega (O5) e dos dois novos Mercados previstos a Nascente e Poente (O15 e O16).

Para a Zona Industrial, Aguiar afecta duas áreas específicas, localizadas nas duas extremidades da cidade: a Poente (I1), é ampliada a zona industrial existente sobre terrenos livres de construção, próxima do porto, dos bairros residenciais operários e servida por artérias principais; a Norte da Rua de Lisboa e do Coliseu situa uma outra área industrial mais modesta (I2); as áreas a Nascente (I3 e I4) destinam-se à pequena indústria, onde já operam diversas fábricas, estão próximas de um populoso bairro operário e são bem servidas de artérias principais. O Regulamento do plano prevê a transferência gradual da indústria localizada fora destas áreas e na periferia da cidade para as zonas referidas, impossibilitando simultaneamente a valorização das instalações anteriores.

A Zona Portuária prevê a requalificação do porto, para o qual é proposto um desenho de traçado revisto pela Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e da Junta Autónoma do Porto. Esta proposta prevê a transferência de uma boa parte dos serviços existentes para a Rua Litoral, entre a Praça 5 de Outubro e o remate em praça da Rua do Sampaio, libertando espaço para a actividade portuária. O edifício da Alfândega ocupará, por exemplo, a fachada oposta à dos CTT, no enfiamento da Rua do Sampaio. Esta alteração também permite a distribuição de mais edifícios de excepção pela malha urbana da cidade, sobretudo pelas zonas intervencionadas. Serviços como os da Capitania, da Pilotagem, da Junta Autónoma do Porto e da Casa dos Pescadores têm destino idêntico[53]. Os armazéns frigoríficos, as oficinas, a lota e outros serviços que requerem uma maior proximidade mantêm-se no recinto do porto. Quanto ao abrigo dos barcos de pesca, Aguiar propõe que seja posta de parte a ideia da criação de um porto de pesca na Calheta (onde as embarcações à data procuravam abrigo, a par com o Cais da Sardinha), por motivo de ordem económica, e dá como alternativa a integração desta função na estrutura do porto, em zona reservada para o efeito. Esta solução beneficia do acesso mais directo à zona industrial de apoio a esta actividade, onde se concentra a actividade de transformação.

Quanto à Zona Verde do Plano, é constituída por espaços livres públicos e privados: dos primeiros contam-se cinco jardins públicos, distribuídos pela malha urbana da cidade, e uma multiplicidade de praças e largos arborizados e/ou ajardinados que são qualificados; nos segundos incluem-se as áreas de

[53] O edifício da Capitania foi projectado por João de Aguiar em 1953 e encontra-se hoje ocupado pelo Comando da Zona Marítima dos Açores. Para o estudo deste anteprojecto conhecem-se sete versões diferentes. O traçado exterior edifício construído segue, de um modo geral, a sétima versão. A única alteração a esta versão prende-se com a solução que encima o corpo cilíndrico do gaveto: na solução de projecto, é proposta uma cobertura cónica em telha, de inspiração português suave, encimada com a esfera armilar; a solução construída remata o corpo do cunhal com uma cobertura plana dissimulada por um varandim de inspiração náutica (ideia já ensaiada nas primeiras versões).

protecção dos edifícios oficiais históricos, como as escolas primárias, a escola comercial e industrial e o Liceu. A área média dos jardins da cidade projectada por Aguiar ronda os 9m²/habitante; na contabilização inclui a Rua Litoral e exclui a área verde da antiga pedreira. No limite Poente da cidade, no lugar da pedreira que abastecia o enrocamento de manutenção do porto, o plano prevê a criação de um parque urbano arborizado, enquadrado com o eixo da Rua Central, nas traseiras da fachada da Avenida Príncipe do Mónaco. Atendendo à envergadura das movimentações de terras necessárias, Aguiar apresenta esta solução apenas como uma hipótese futura. Esta parte do plano nunca chega a ver a luz do dia e, décadas mais tarde, o alargamento da pista do aeroporto vem ocupar esta área.

Nalguns dos espaços verdes previstos no Plano também são implantados equipamentos desportivos como, por exemplo, o Estádio Municipal, a Nascente (V6), a Norte da Rua Central, que inclui a construção de campos para a prática de diversas modalidades. É também prevista uma Piscina Municipal (O28) entre a Rua da Calheta e a Rua Litoral, cujo quarteirão ainda inclui campos de ténis e de outras modalidades, integrados numa zona verde que também serve de remate das traseiras das frentes de rua preservadas.

A utilização profusa de áreas arborizadas em toda a extensão da malha urbana não serve apenas o intuito de a embelezar. Na senda do pensamento *Higienista*, a preocupação com o saneamento da cidade de Ponta Delgada leva inclusive Aguiar a proteger os jardins arborizados de alguns edifícios particulares, sobretudo na zona mais antiga e tipicamente mais densa, por considerar que as áreas arborizadas "constituem pulmões da cidade" (1946a: 200).

A preocupação com o saneamento da malha urbana consolidada, sobretudo na área central, leva Aguiar a definir regras para a altura dos edifícios, para a supressão de frentes de quarteirão e para o ordenamento dos logradouros: para o primeiro ponto é definido que a altura das edificações não pode ultrapassar a largura dos seus arruamentos, devendo mesmo proceder-se à demolição gradual dos pisos que ultrapassem esta regra; o segundo ponto decorre da estreiteza da configuração de diversos quarteirões que impossibilita a edificação de edifícios habitacionais salubres; por fim, é definido que os logradouros deverão ser arborizados e/ou ajardinados e que a sua área deverá representar 50% da área total do lote (Art.º 23º do Regulamento do plano). Nos logradouros também não poderão ser desenvolvidas actividades que impliquem a criação e exploração de animais e outras de ordem idêntica, até então prática corrente que em muito contribuía para degradação do ambiente urbano da cidade e da saúde pública dos seus habitantes[54].

[54] A abundância de pocilgas, cocheiras, estrumeiras, fossas de absorção, lodaçais e águas estagnadas em tanques abertos contribuíam para o aparecimento de surtos de paludismo. Esta realidade urbana é por diversas vezes retratada por Aguiar nas memórias descritivas dos planos.

"Art.° 36° – Atendendo a que o núcleo urbano, devido às condições topográficas locais é, no todo ou parcialmente, bem visível de numerosos lugares circunvizinhos e mesmo a distância, torna-se necessário que cada uma das construções seja bem equilibrada arquitectonicamente." (Aguiar, 1946: 18).

"Art.° 59° – Os edifícios de interesse arquitectónico existentes (...), cujo carácter esteja adulterado, serão oportunamente integrados na sua traça primitiva." (Aguiar, 1946: 22).

Para além dos aspectos *Higienistas*, João de Aguiar também se preocupa com a paisagem urbana de Ponta Delgada, para a qual propõe a substituição das cores aleatórias pelo branco, a definição e o controlo de uma imagem de conjunto que não comprometa o carácter do edificado e a preservação e valorização do património arquitectónico existente. Se sobre os primeiros dois pontos apenas temos a memória descritiva para validar a visão do Arquitecto (tornada realidade décadas mais tarde), o terceiro é comprovado pelo próprio traçado do plano. Não só são preservados todos os edifícios históricos da cidade, como também são criadas zonas de protecção para uma grade parte deles e definidas regras de estética que potenciam uma imagem de conjunto (Art.° 34° do Regulamento do plano). A ideia subjacente a este último critério não pretende condicionar a prática arquitectónica em geral, mas tão-somente criar, em certas áreas da cidade, uma imagem de conjunto homogénea que contribua para evidenciar o edificado de excepção. Nesta perspectiva, é importante a posição que toma de determinar, à semelhança do que faz em Viana do Castelo, que apenas Arquitectos ou Engenheiros possam submeter projectos à apreciação do município. O ensino Beaux-Arts do percurso académico de Aguiar e dos seus mestres, influenciado por Viollet-le-Duc[55], terão possivelmente contribuído para esta sensibilidade de conjunto e para a valorização do património edificado da cidade.



Fig. 5.40. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada. Planta de Conjunto. João António de Aguiar, 1946.

O Plano também prevê uma Zona de Reserva para a futura expansão de Ponta Delgada, constituída por uma faixa de 500 metros a Norte da Rua Circular e por duas faixas de 200 metros, uma a Nascente do nó viário da E.N. n.° 2-1ª e outra a Poente da Avenida Príncipe do Mónaco. Nela poderão ser exercidas a actividade agrícola e alguma indústria que não se enquadre nas zonas previstas para o efeito. A construção nesta zona só é permitida nestes casos e o seu enquadramento encontra-se definido no Regulamento do PGU.

O Regulamento do Plano também define a figura das "Zonas Precárias", que correspondem às áreas não urbanizadas do núcleo urbano existente. Nestas zonas não é permitida nem a edificação de novas construções nem a valorização das existentes por um prazo de 20 anos prorrogável. Esta disposição tem como resultado prático a gradual desvalorização da propriedade e como objectivo a aquisição municipal destas construções e a sua consequente demolição para, no futuro, as poder urbanizar sem constrangimentos de ordem material e económica.

O PGU foi apreciado em reunião de Câmara a 26 de Junho de 1977 e aprovado condicionado ao abandono da ideia de alargar a Rua Coronel Silva Leal, à alteração do traçado na zona da Pranchinha, onde estavam a ser erigidos os celeiros da Comissão Reguladora dos Cereais e à expansão da área reservada à Companhia Portuguesa Rádio Marconi. O Conselho Municipal também aprova o plano, condicionado à execução das alterações propostas pela Câmara.

[55] Ver Capítulo III.

A aprovação do plano pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização do MOP também fica condicionada ao ajuste de alguns aspectos tais como: o desenvolvimento de projectos de execução para suprir eventuais deficiências decorrentes de uma planta-base pouco rigorosa; o cuidado faseamento da execução do plano por motivo de ordem económica; a compatibilização de algumas das disposições do Regulamento[56] com a legislação então vigente.

"Afigura-se ao Conselho ser esta a única solução que poderá evitar a expansão dispersa que algumas vezes se verifica e tão onerosa resulta, e que nem sempre tem a justificá-la a errónea interpretação dos propósitos do plano, antes pode atribuir-se ao intuito de satisfazer certos interesses particulares em detrimento dos da colectividade." (Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas n.º 1970, 1948: 40).

Não obstante as críticas suscitadas por diversos intervenientes locais durante o período de consulta pública do plano, quase todas focadas no problema das expropriações e da extensão exagerada da área de expansão proposta, o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas aprova as soluções de Aguiar para Ponta Delgada e reforça a ideia de que este instrumento urbanístico é para ser aplicado de uma forma faseada, à medida das necessidades da cidade e do erário municipal. Apenas sublinha a necessidade, já apontada pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, de ser elaborado um planeamento realista das fases de execução dos trabalhos definidos como prioritários na memória descritiva do plano e de ser revista a densidade e a organização das zonas residenciais, face a um previsível decréscimo da população residente.

O que hoje subsiste do Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada de 1946 é modesto, comparado com outros planos de João de Aguiar. O desenho geral da Rua Litoral (Avenida Infante D. Henrique) é provavelmente o legado mais significativo do plano, embora a configuração dos quarteirões marginais não tenha sido seguida no troço compreendido entre o limite Nascente e o início do quarteirão do Azor Hotel. Do esquema viário primário, para além da Rua E (Avenida D. João III) pouco mais é executado, apesar do troço final de ligação à Avenida Infante D. Henrique não ter sido executado.

A Rua do Sampaio foi alargada e a praça marginal executada (Rua Conselheiro Dr. Luís Bettencourt Medeiros Câmara e Praça Vasco da Gama respectivamente). A Travessa de S. João é alargada praticamente em toda a sua extensão, apesar do edifício de gaveto com a Rua da Misericórdia ainda hoje se encontrar implantado no alinhamento original do arruamento. O Largo criado pela demolição das ruínas do Convento de S. João (Largo Dr. Francisco Luís Tavares) e o edifício do cineteatro (Teatro Micaelense) também são executados[57].

[56] No parecer do Conselho Superior de Obras Públicas (constante do espólio de João de Aguiar) é apontado que se encontraria em estudo um "Regulamento-tipo" a utilizar em todos os Planos Gerais de Urbanização.

[57] Hoje o largo tem uma configuração diferente devido à construção de um parque de estacionamento subterrâneo.

5.3. SETÚBAL

"Estudou a Câmara o Plano no espírito de não descer a minúcias, no pensamento de que o pormenor só na execução se pode estudar e ver com a necessária projecção. Olhou os grandes problemas e a respeito deles pôs o seu ponto de vista. Ao que não objectou concordou, nunca saindo, porém, do princípio de que se estão estudando ideias gerais.

(…)

O que seria inteiramente inconveniente seria o continuar o Plano em suspenso, fazendo-se os trabalhos parciais sobre a pressão de momento sem que se desse aos órgãos administrativos a possibilidade de dizerem a sua opinião sobre os diversos problemas considerados em conjunto.

Um a um iam surgindo os factos consumados, tornada mais difícil a tarefa a quem finalmente tivesse que solucionar este assunto.

Também com a aprovação do Plano se tornam certos os direitos dos munícipes sobre o valor dos seus terrenos e se estimula a iniciativa dos particulares que poderão agora trabalhar sabendo a arrumação definitiva que a cidade tem, sem o perigo de surpresas de desvalorizações o que é sempre grave, mas muito mais numa cidade inteiramente dedicada ao comércio e à indústria."

(Parecer da Câmara Municipal sobre o PGU de 1944, 1946: 12).

5.3.1. Antecedentes

O primeiro assentamento estável conhecido no território da actual cidade de Setúbal é situado cronologicamente na transição da idade do Bronze para a Idade do Ferro e geograficamente na colina de Sta. Maria. Ter-se-á desenvolvido no mesmo local a cidade romana de Cetóbriga[58], com uma extensão de cinco hectares. No sopé da referida colina, até onde a água chegaria à época, concentrava-se a actividade industrial local, de salga e transformação do peixe e de olaria. Este pólo produtivo conhece uma forte expansão a partir do século II. Destes assentamentos apenas existem vestígios arqueológicos, uma vez que a topografia e a orografia desta zona sofreram grandes alterações. A implantação em local distinto da malha urbana medieval da cidade, mais a Sul e disposta paralela à linha de costa, sugere este dado.

Sobre a ocupação árabe (século VIII) a informação é escassa, provavelmente devido ao facto de à época outras localidades próximas como Alcácer do Sal, Palmela e Sesimbra serem mais relevantes do ponto de vista militar, económico e político. Já durante a Reconquista, D. Afonso Henriques conquista o povoado muçulmano em 1165. Retomado pelos mouros em 1190, é recuperado por D. Sancho I a partir de 1200. Por sua vez, D. Sancho II conquista o castelo de Palmela, ganha o controlo da região e doa Setúbal à Ordem de Sant'Iago da Espada.

No reinado de D. Afonso III Setúbal adquire autonomia administrativa por foral de 1249, época em que, beneficiando do crescente tráfego marítimo, apresenta grande prosperidade.



Fig. 5.41. Planta da Praça e vila de Setúbal, 1578.

A necessidade de controlo territorial, fiscal e defensivo da próspera vila de pescadores leva D. Afonso IV a erigir uma muralha (1325-1375) com vinte torreões, em brecha da Arrábida, financiada através de um imposto cobrado à população. A muralha, concluída já no reinado de D. Pedro I, cobria uma área de forma rectangular de aproximadamente doze hectares, orientada a Nascente/Poente, paralela ao rio. A estrutura urbana intramuros organizava-se de forma predominantemente ortogonal, com alguns quarteirões de desenho orgânico (a mouraria e a judiaria), e encontrava-se polarizada em redor de dois edifícios religiosos: as igrejas de Sta. Maria e de S. Julião. O dimensionamento da muralha não previu o crescimento do assentamento, o que obrigou à demolição de diversos troços e à expansão da malha urbana extramuros, nos finais do século XV. Data da mesma época a edificação do Convento de Jesus, nos arredores, a Noroeste da vila[59]. Esta expansão desenvolveu-se numa primeira fase longitudinalmente

[58] De acordo com Resende (2009: 326), o assentamento romano de Cetóbriga foi originalmente estabelecido em Tróia, local que se dedicaria à economia da transformação do pescado. Mais tarde, a sua população migra para a outra margem do rio Sado e adopta o mesmo nome (também é apelidada de *Cetóbriga Posterior* ou de *Neocetóbriga*).

[59] O título de *notável vila* foi concedido por D. João III em 1525.

e, numa fase posterior, em direcção ao interior, como é o caso da maioria das estruturas urbanas cuja economia depende de frentes de água.

Durante a crise dinástica de 1580, Setúbal não se alinha com Filipe II de Espanha, tomando o partido do Prior do Crato. As tropas do Duque de Alba investem sobre a vila e conquistam-na facilmente. Aquando da sua visita em 1582, Filipe II ordena a edificação da fortaleza de S. Filipe num monte sobranceiro à vila, com a justificação do reforço da linha de defesa costeira e do porto contra a pirataria. Este objectivo, porém, parece ser melhor assegurado pela fortaleza do Outão, na barra do rio e que Filipe II também fez completar. Esse facto e a localização de S. Filipe recuada da primeira linha costeira, sugere que os motivos próximos da sua construção foram outros: uma clara manifestação de força do novo poder espanhol, o domínio e controlo da praça rebelde e quiçá também a organização de um ponto fulcral de protecção da uma eventual retirada espanhola (tal como veio a acontecer após a Restauração de 1640. Até à aclamação de D. João IV como rei de Portugal a vila prossegue a sua expansão extramuros, sob a protecção das fortalezas de S. Filipe e do Outão. A partir de 1640, o novo poder decide reforçar a defesa da vila ordenando a construção de uma segunda muralha abaluartada para defesa dos novos limites da vila (Palhais a Nascente e Troino a Poente), com especial enfoque na protecção contra invasões terrestres. A obra é concluída em 1696, tendo o seu financiamento sido feito à custa da cobrança de um imposto à população sadina. O Baluarte de N. Sra. da Conceição, ainda hoje identificável através da configuração do antigo quartel do Regimento de Infantaria 11, terá sido uma das primeiras obras executadas, pois já estaria edificado em 1668.

Apesar da primeira metade do século XVIII representar um período de forte crescimento económico a vila de Setúbal, derivado sobretudo ao incremento da produção e comércio do sal[60], a sua malha urbana conhece um crescimento moderado. Em 1703[61], terminada a sua função defensiva, é autorizada a construção do cemitério de N. Sra. da Piedade no baluarte de S. Domingos. O cemitério ainda hoje se encontra em funcionamento e parte do baluarte ainda existe, entre a Igreja de S. Sebastião e a Rua Camilo Castelo Branco.

Com o terramoto de 1755 a vila, que já contava com uma população de cerca de 13.000 habitantes, sofre uma destruição significativa. O edificado, corrente e de excepção, é fustigado não só pelo sismo mas também pelo *tsunami* e os incêndios que se lhe seguiram, sofrendo a muralha seiscentista graves danos a

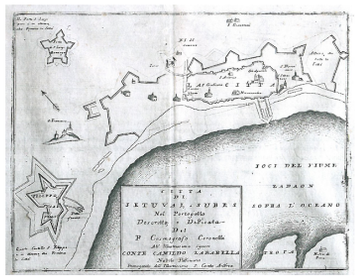


Fig. 5.42. Planta da Vila e Praça de Setúbal, com indicação dos Conventos extra muros, século XVII.



Fig. 5.43. Planta da vila e Porto de Setúbal, 1607-1617.



Fig. 5.44. Planta da Fortificação e da vila de Setúbal, 1642.

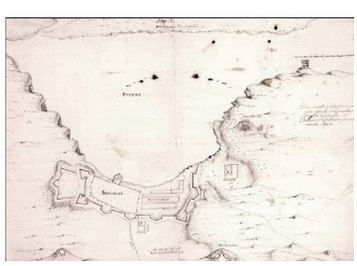


Fig. 5.45. Planta da Praça de Setúbal, 1661.



Fig. 5.46. Planta da Praça de Setúbal, 1693.

[60] As relações diplomáticas e comerciais com a Holanda sofreram um revés no período filipino, que cortou o abastecimento de sal sadino a este país como represália por ser um país inimigo. As relações diplomáticas com Portugal só retomaram em 1699, mais de cinquenta anos depois da Restauração da Independência, depois de negociada uma compensação de um milhão de libras em sal de Setúbal e meio milhão de libras por ano durante um período de dez anos. Esta compensação teve como consequência um aumento significativo do movimento das embarcações holandesas no porto de Setúbal, contribuindo de forma decisiva para a economia local deste período.

[61] No mesmo ano é doado à Companhia de Jesus um terreno para expansão da malha urbana entre a muralha medieval e a seiscentista, em direcção ao baluarte de S. Domingos, adjacente ao edifício do Colégio que fora erigido a partir de 1655. Este desenvolvimento viria a constituir o núcleo urbano de Palhais, ligado à zona piscatória das Fontainhas e à vila medieval através da Porta de S. Sebastião.



Fig. 5.47. Muralhas e Fortes de Setúbal, 1741.



Fig. 5.48. Planta da Vila de Setúbal, 1793.



Fig. 5.49. Planta da Vila de Setúbal, 1804.



Fig. 5.50. Planta da Vila de Setúbal, 1804.

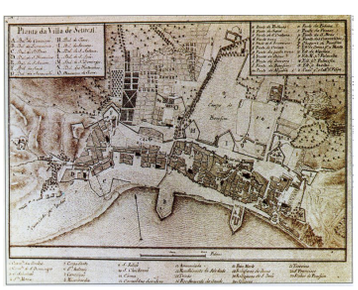


Fig. 5.51. Planta da Vila de Setúbal, 1816.

Sul. É durante este período que as muralhas são utilizadas para encostar barracas de apoio aos desalojados do terramoto, e gradualmente desmanchadas para aproveitamento dos despojos em obras de reconstrução da cidade.

Na primeira metade do século XIX, no contexto das invasões francesas a vila de Setúbal assume protagonismo político-militar enquanto ponto de reabastecimento do quartel-general das tropas napoleónicas. Este protagonismo não tem consequência no crescimento urbano, que é escasso. É já no período liberal, em 1835, que é aberto o troço da muralha seiscentista que separa a Praça do Sapal da frente ribeirinha e que, com a extinção das ordens religiosas, as propriedades destas são transferidas para a burguesia local ligada às actividades económicas. Diversos edifícios são então reconvertidos, muitas vezes anulando o respectivo carácter. No contexto da política de obras públicas da *Regeneração*, Fontes Pereira de Melo liga Setúbal à rede ferroviária nacional e ilumina as vias estruturantes da vila.

A elevação de Setúbal a cidade dá-se por carta régia de 1860, solicitada pelo município dois anos antes ao Rei D. Pedro V. A descompressão política reduz a necessidade defensiva da cidade e potencia a relação da malha urbana com a frente de água. A Rua da Praia é aterrada e transforma-se na área lúdica e cultural da burguesia sadina, a par com o Campo do Bonfim e a Rua Nova da Conceição (Avenida 5 de Outubro). A consolidação e a qualificação deste passeio público, que acontece gradualmente de Nascente para Poente, dão origem à Avenida Luísa Todi.

Na segunda metade do século XIX é loteada a faixa entre a Rua Nova da Conceição e os limites da muralha exterior, onde são erigidas pela burguesia grandes moradias. Na frente ribeirinha é construído na década de 1870 o Passeio do Lago, a poente do baluarte do Livramento, que vem incrementar a oferta lúdica da burguesia local e dos visitantes nacionais e estrangeiros, também frequentadores da vizinha Praia do Seixal, mais para Poente. A criação destas infra estruturas revela também a aposta que a economia local estava a fazer no turismo terapêutico e de veraneio, para além da tradicional economia ligada aos recursos marinhos.

O aterro marginal serve mais tarde para, numa conjuntura de desenvolvimento industrial aliado ao empreendedorismo burguês, acolher a indústria conserveira. A introdução desta nova função é incompatível com a lúdico-terapêutica, ditando a queda desta última e a quebra da forte ligação da cidade ao rio, que ainda hoje se sente. A economia sadina torna-se praticamente dependente desta produção fabril, chegando o número de fábricas a atingir a centena e consolidando-se assim a barreira industrial urbana.

Em 1923 é criada a Junta Autónoma das Obras do Porto e da Barra de Setúbal e do Rio Sado, na sequência da vontade do município em ver desenvolvido um plano para a zona portuária da cidade. O primeiro projecto, da autoria do Engenheiro

Cid Perestrelo, é construído entre 1930 e 1934, estende e regulariza o aterro existente da margem direita até ao final da antiga praia. A antiga doca Delpeut é substituída por três novas docas: uma de apoio à actividade pesqueira, outra ao comércio e outra ainda destinada ao recreio. Durante as décadas seguintes o porto recebe melhoramentos e edifícios diversos de apoio às respectivas actividades.

O rápido crescimento do sector industrial é acompanhado por uma explosão demográfica que coloca novos desafios à cidade, nomeadamente em termos de habitação qualificada.

Nos anos 1930 do século XX a indústria conserveira entra em crise, afectando boa parte da população operária, de fraca capacidade económica, que entretanto se instalara na periferia em bairros de barracas como os do Cachola, da Monarquina e do Alto do Pina, e em certas zonas da cidade como os Bairros do Troino, dos Carmelitas e o Ferreira. A extensão da cidade para Nascente da linha férrea também trouxe a construção de bairros não planeados como o Santos Nicolau, o Baptista e o Trindade. Factos que vão implicar a necessidade de reestruturar a malha urbana de Setúbal, oportunidade que surgirá com a implementação da figura do Plano Geral de Urbanização.



Fig. 5.52. Planta das Fortificações da Vila de Setúbal, 1834.

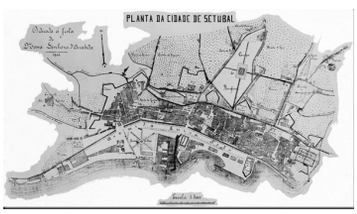


Fig. 5.53. Planta da Cidade de Setúbal, 1900.



Fig. 5.54. Planta da Cidade de Setúbal, 1903.



Fig. 5.55. Planta da Cidade de Setúbal, 1924.



Fig. 5.56. Planta Geral de indicação das Instalações Existentes e Projectadas, 1933.

5.3.2 O(s) Plano(s): 1944; 1955; 1962

Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944

A primeira intervenção pública integrada de ordenamento urbano da cidade ocorre com o Plano Geral de Urbanização de 1944, da autoria de Aguiar, convidado a desenvolvê-lo pela Câmara Municipal, por indicação do então Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, em 1943.

Apesar do contrato para a elaboração do plano só ser celebrado em Dezembro de 1943, Aguiar começa a trabalhar nele em data anterior. Da consulta do processo administrativo da cidade de Setúbal[62], a primeira entrada sobre o assunto do PGU é de 23 de Julho de 1943, data em que o Aguiar recebe o "Relatório sobre as condições geológicas do terreno destinado à futura zona de urbanização na cidade de Setúbal". A 29 de Julho de 1943, em missiva enviada a Aguiar sobre o resultado do estudo geológico, a Secção de Melhoramentos Urbanos (SMU) da DGEMN do MOP já refere que o plano se encontrava "em elaboração".

A 10 de Agosto do mesmo ano, um Esboceto do Plano Geral de Urbanização é enviado à SMU, com base no dito relatório geológico, acompanhado de uma pequena memória de enquadramento da proposta esquissada. O documento é remetido à Câmara Municipal, da qual a SMU recebe resposta em 9 de Setembro, apontando um conjunto de alterações que pretende ver reflectidas no trabalho do PGU e que são encaminhadas para Aguiar a 13 de Setembro.

O Plano Geral de Urbanização data de 7 de Outubro de 1944 e é composto por doze separadores que contêm: (1) a Memória Descritiva e Justificativa; (2) o Regulamento do plano; Fotografias do Plano e do estado actual; (4) Gráficos do estado actual e do proposto no plano, para os Arruamentos, Espaços Livres, Comunicações Interurbanas e Zonas Industriais, à escala 1:5.000; (5) Planta de Trabalho à escala 1:1.000; (6) Planta de Urbanização à escala 1:1000; (7) Planta Distributiva do Solo à escala 1:2.500; (8) Perfis Tipo das ruas à escala 1:100; (9) Perfis Longitudinais à escala 1:100; (10) Planta esquemática do sistema de drenagem de águas pluviais e esgotos e respectiva memória descritiva, à escala 1:5.000; (11) Planta esquemática da rede de abastecimento de águas e respectiva memória descritiva, à escala 1:5.000; (12) Planta esquemática da rede de iluminação pública e respectiva memória descritiva, à escala 1:5.000.

De entre os trabalhos de Aguiar para as capitais de distrito da Metrópole, a versão de 1944 do PGU de Setúbal é aquele que recebe críticas mais duras por parte da

[62] O processo administrativo do Arquitecto, que integra o seu espólio.

sociedade civil e é quase sempre por isso que é recordado. A rejeição, que ainda hoje permanece viva na memória dos sadinos, assume especial intensidade no que respeita à proposta de intervenção na malha urbana tradicional da cidade.

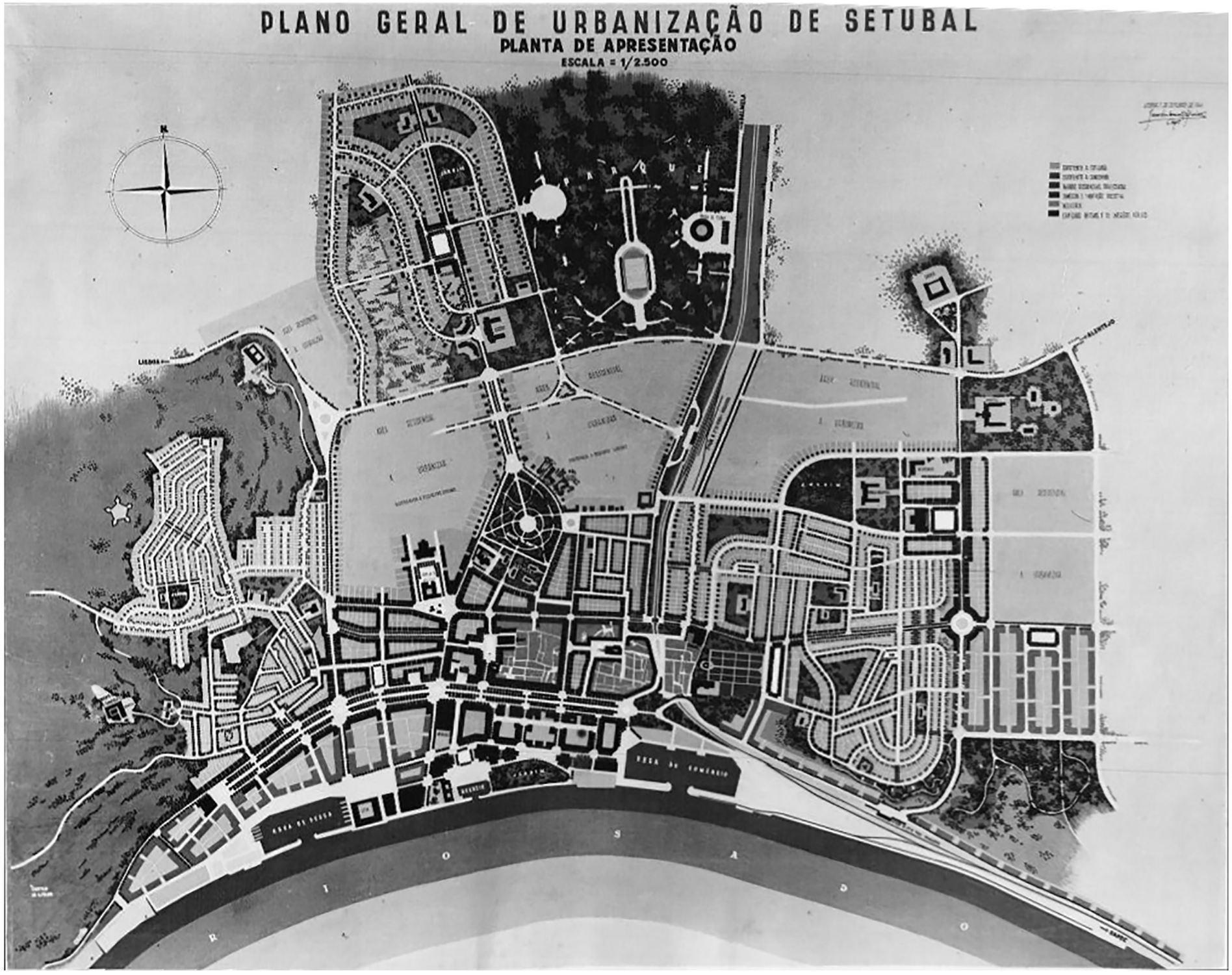
Efectivamente, observada a Planta de Trabalho do plano, a malha urbana quatrocentista é atingida no seu coração: a abertura do prolongamento da Avenida Dr. Manuel de Arriaga sobre o tecido urbano medieval com um perfil de rua de 22 metros obrigaria à demolição de um conjunto significativo de edifícios, nomeadamente o da igreja de Sto. António e o da antiga sede da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, mais tarde Hospital do Espírito Santo e, a partir de 1895, sede da Sociedade Musical Capricho Setubalense, a colectividade mais antiga da cidade[63]. Para além da demolição de edifícios significantes para a população local, esta intervenção compromete o carácter medieval do espaço urbano, tal como o novo traçado regularizador proposto para a Praça do Bocage, que também compromete o enquadramento da Igreja de S. Julião, a qual perde o terreiro à sua frente.

O Arquitecto tem a oportunidade de se retractar nas revisões subsequentes do PGU, eliminando o prolongamento da Avenida Dr. Manuel de Arriaga e reduzindo as intervenções de regularização das frentes de rua dos dois largos emblemáticos da cidade medieval, mas a imagem do Urbanista aos olhos da sociedade civil fica irremediavelmente marcada.

Talvez a importância que Aguiar a seguir atribui expressamente ao património edificado e ao conjunto urbano histórico dos centros das cidades de Ponta Delgada e de Viana do Castelo decorra de uma reflexão sobre o sucedido em Setúbal.

[63] Fundada a em 22 de Novembro de 1867.

Fig. 5.57. Plano Geral de Urbanização de Setúbal. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1944.



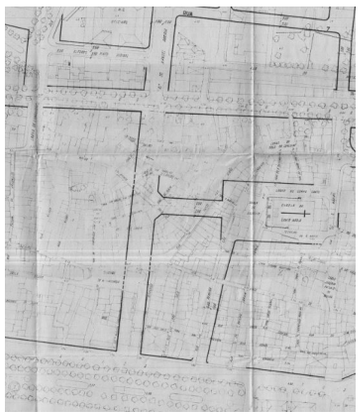


Fig. 5.58. Ampliação da Planta de Trabalho do Plano Geral de Urbanização de 1944.



Fig. 5.59. Ampliação da Planta de Apresentação do Anteplano Geral de Urbanização - -Revisão de 1955.

À semelhança dos outros planos, Aguiar também intervém na malha urbana quatrocentista com o intuito *Higienista* de a qualificar do ponto de vista da salubridade. Esta abordagem começa por ser rígida e vai ganhando, ao longo das revisões, um carácter mais orgânico e, por conseguinte, integrador, como é o caso da solução da revisão do plano de 1955 para o prolongamento da Avenida Dr. Manuel.de Arriaga (Figuras 5.58. e 5.59).

Apesar do ajuste de traçado, mesmo as versões mais consonantes com a morfologia preexistente obrigam a expropriações e demolições. Este facto está intrinsecamente ligado quer à necessidade de arejamento do traçado quer ao ordenamento do tráfego nas zonas mais susceptíveis de congestionamento. Apesar de, em finais dos século XIX, algumas cidades do país conhecerem já o problema e terem sido objecto das necessárias obras executadas no âmbito dos planos de melhoramentos (é disso exemplo a abertura da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra em Viana do Castelo), este tipo de intervenção é novidade em Setúbal e nunca a cidade fora antes confrontada com uma proposta de alteração tão profunda[64].

Os quarteirões entre as Avenidas dos Combatentes da Grande Guerra e Luísa Todi também sofrem um reajustamento ao nível do parcelamento. Com a supressão de parte dos arruamentos que os atravessam longitudinalmente (e de vielas transversais), como as Ruas João Eloy, 26 de Setembro e 19 de Abril, Aguiar aglutina diversos quarteirões de reduzidas dimensões, possibilitando a criação de logradouros e, por conseguinte, uma substancial melhoria nas condições de salubridade desta área da cidade.

O bairro residencial do Troino, a Nascente da Praça Marquês de Pombal (igualmente eliminada), também sofre um ajustamento do parcelamento, decorrente da abertura de uma nova praça de remate do prolongamento da Rua Heróis de Chaves e do remate resultante da abertura da nova Rua E. A Nascente, o novo traçado viário do bairro Santos Nicolau obriga a algumas demolições, sobretudo no limite Sul. Os bairros de barracas a Norte e a Nascente do Bairro Trindade são substituídos pela nova zona residencial de expansão do plano.

A realidade com que João de Aguiar é confrontado em 1943 é a de uma cidade que cresceu de forma desordenada para fora da muralha abaluartada do final do século XVII e no curto período de tempo em que a sua economia se industrializou. Do ponto de vista metodológico, a sua prioridade incide sobre a definição de uma rede viária intra e interurbana que garanta o descongestionamento do centro urbano e a ligação com as novas zonas de expansão, sobre o zonamento do território urbano em função do uso do solo e sobre o saneamento do centro histórico e a valorização do edificado de excepção existente.

[64] Até então as alterações apostas à malha urbana da cidade foram sempre de ordem cumulativa.

Para consolidar ou rematar a malha urbana primária, Aguiar recorre aos princípios do urbanismo tradicional e a intervenção que nela opera pode ser enquadrada nos princípios *Higienistas* do século XIX, nomeadamente pela preocupação que manifesta: com a dimensão dos quarteirões, pretendendo ampliar os que impedem a existência de logradouros que permitam a correcta ventilação das construções; com a existência de arruamentos, jardins e logradouros arborizados e/ou plantados, para purificar o ar; com o arejamento da estrutura urbana compacta, recorrendo a demolições e ao alargamento dos arruamentos; e com a divisão dos tipos de uso por zonas distintas para, por exemplo, impedir que o ruído, a poluição ou o trânsito induzidos pelas indústrias comprometam o bem-estar das zonas residenciais. Para o desenho das novas áreas residenciais de expansão, Aguiar utiliza os princípios do *Bairro-Jardim* e da *Unidade de Vizinhança*.

Para ligar as diversas zonas da cidade, o Arquitecto recorre ao desenho de um sistema viário primário que denota um cuidado de composição próximo do modelo da *City Beautiful*, recorrendo à criação de praças na intersecção dos eixos estruturantes e à implantação do edificado de excepção ao longo deles.

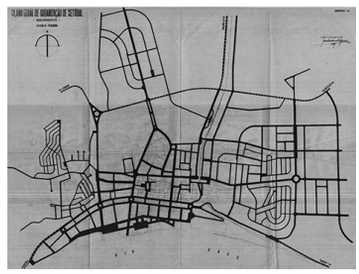


Fig. 5.60. Plano Geral de Urbanização de Setúbal. Planta de Arruamentos. João António de Aguiar, 1944.

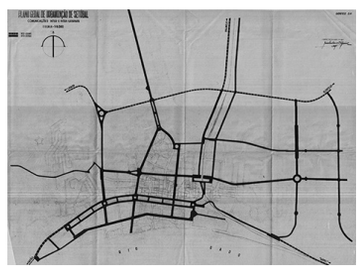


Fig. 5.61. Plano Geral de Urbanização de Setúbal. Planta Comunicações de Inter e Intra-urbanas. João António de Aguiar, 1944.

O novo sistema viário desenhado no plano de 1944 define uma hierarquia que permite distinguir o tráfego intra-urbano do interurbano como, por exemplo, a Rua A, que estabelece a ligação entre os troços Nascente e Poente da E.N. n.º 19–1ª (actual N10), da Cadeia ao antigo Convento de Brancanes, e permite que o tráfego regional não entre na cidade.

A ligação ao Outão faz-se através da Rua D, que prolonga a Avenida Luísa Todi. O troço final da Estrada da Rasca é suprimido em detrimento da expansão da zona Industrial de apoio ao Porto.

A ligação a Palmela é feita através da nova Rua F, em substituição da Estrada de Algodeia, e das Avenida da Portela e Estrada dos Ciprestes (alargadas).

A ligação à zona industrial da SAPEC continua a ser feita pela Estrada da Graça (alargada) que, através da Rua I que atravessa a linha férrea (passagem superior), liga com a Avenida Luísa Todi e atravessa longitudinalmente a cidade.

Ao nível do tráfego intra-urbano, são criadas artérias que servem a cidade no sentido Norte-Sul: a Rua E, que sobe do Parque Luísa Todi (suprimido no plano) em direcção à N10 e serve a zona residencial Poente; a já mencionada Rua F, que serve a zona residencial Norte; as Ruas H, G e L, que formam uma artéria paralela à linha férrea do lado Nascente; a Rua J que serve a nova área de expansão residencial a Nascente; a Rua K que define o limite Nascente da cidade.



Fig. 5.62. Plano Geral de Urbanização de Setúbal. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1944.

No sentido Nascente-Poente, para além dos já referidos eixos da Avenida Luísa Todi e da Rua A, são criadas as seguintes artérias intra-urbanas: a Rua C, que liga o centro da área de expansão residencial Nascente à igreja da Saúde, junto ao Bairro do Troino, através da Avenida 5 de Outubro (que é alargada);

A Rua Camilo Castelo Branco, que atravessa o Bairro Trindade, e o seu prolongamento a partir da actual Praça de Touros[65], delimitam a Norte e a Poente a área de expansão residencial Nascente.

A necessidade de alojamento, sobretudo de carácter económico, é uma grande preocupação do Município à data de desenvolvimento do plano. Neste sentido, João de Aguiar define a criação de um conjunto de unidades residenciais, ao estilo do modelo do *Bairro-Jardim*, que envolvem toda a cidade seiscentista. A Norte do Parque do Bonfim e a separar a unidade residencial Norte, define uma "área

[65] A localização da Praça de Touros do PGU de 1944 não é efectivada.

residencial a urbanizar", que se desenvolve longitudinalmente entre o Hospital e a Rua E. Aguiar não chega a parcelar esta área porque as suas características geológicas obrigariam a obras de infra-estruturação e edificação muito onerosas, preferindo reservá-la para a eventualidade de ser esgotada a capacidade das zonas residenciais preferenciais.

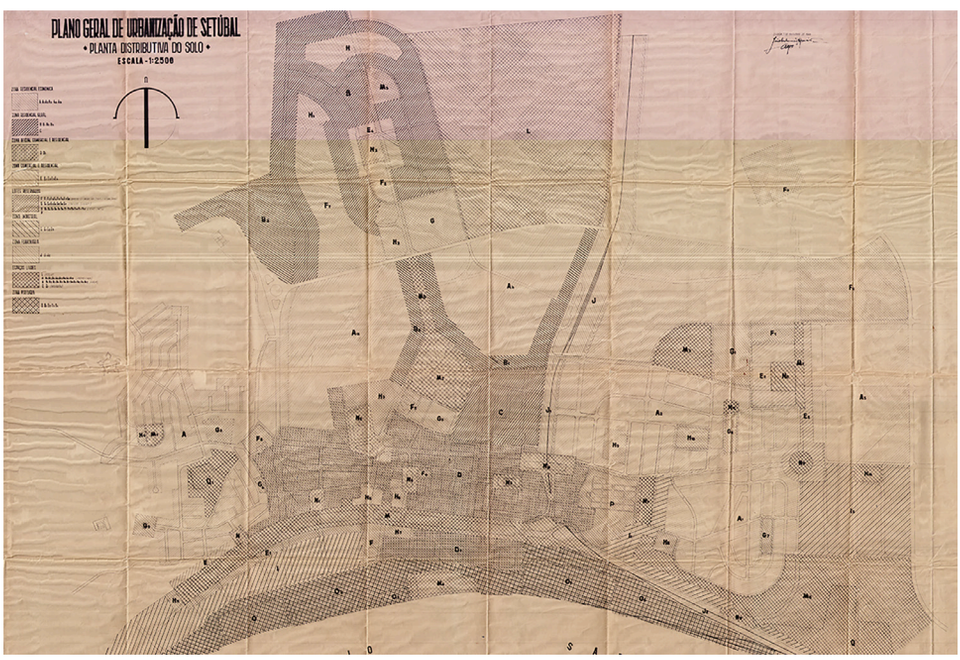


Fig. 5.63. Plano Geral de Urbanização de Setúbal. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1944.

A questão da economia de meios é sobretudo pertinente no contexto da habitação, pelo facto de haver a necessidade de realojar a população dos bairros (a demolir), predominantemente afecta à actividade pesqueira e de humildes rendimentos. Esta questão leva Aguiar a dividir as zonas residenciais em dois tipos distintos: a Zona Residencial Económica, de tipologia unifamiliar, destinada a pescadores, operários e aos agregados de rendimento equiparável; e a Zona Residencial Geral, para onde é prevista a construção de tipologia unifamiliar económica, média e de luxo. Para a definição da localização do primeiro tipo, é dada especial atenção à proximidade da população residente dos respectivos centros de trabalho. Esta lógica de agregação da população mais desfavorecida também é objecto de fortes críticas por parte da sociedade civil sadina e das instituições envolvidas no processo de desenvolvimento do plano, nomeadamente o município, que sugere a Aguiar que, em vez de distinguir a população pela profissão do cabeça-de-casal[66], a diferencie pelo tipo de habitação[67] a atribuir. Para o segundo tipo de zona residencial, é definido que as parcelas destacadas pela configuração da malha urbana, como gavetos e topos de rua, sejam destinadas a construções que valorizem a paisagem urbana.

[66] Este tipo de classificação das zonas residenciais utilizado por Aguiar, que categoriza as pessoas em vez do edificado, advém da formação que recebe de Étienne de Groër (De Groër, 1945: 40)

[67] É sugerida, por exemplo, a identificação tipológica "Habitação Económica" ao invés de "bairro para pescadores" ou "bairro para pobres".

Para os núcleos residenciais existentes sujeitos a transformação, Aguiar prevê que as alterações ocorram num período temporal alargado, ao ritmo das solicitações individuais de carácter urbanístico dos munícipes.

Para além da Zona Residencial, João de Aguiar distribui o solo urbano por mais sete zonas, a saber: Zona Oficial, Comercial e Residencial; Zona Comercial e Residencial; Lotes Reservados; Zona Industrial; Zona Ferroviária; Zona Portuária; Espaços Livres.

A Zona Oficial, Comercial e Residencial destina-se, com o próprio nome indica, à construção de edificado Oficial e Comercial. Esta zona é um substituto da figura do centro cívico que aparece noutros planos de Aguiar. No caso do plano de 1944, apenas refere que este edificado deve ser localizado na Avenida Luísa Todi, por se tratar da "artéria mais importante da cidade" (Aguiar, 1944: 70).

Na Zona Comercial é apenas permitida a instalação de comércio no piso térreo, reservando-se os pisos superiores para habitação. Para além da zona comercial tradicional, as áreas de expansão também recebem duas zonas comerciais de proximidade, localizadas nas Ruas F e J, respectivamente na unidade residencial Norte e na unidade residencial Nascente.

A Zona de Lotes Reservados diz respeito às parcelas destinadas a edificado público (oficial) como escolas, mercados e igrejas, e de interesse público (privado), como cinemas e hotéis. O plano prevê que ambos sejam distribuídos por locais de destaque na malha urbana, com vista a dignificá-la e a valorizar o próprio edificado.

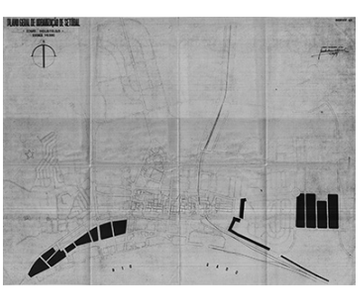


Fig. 5.64. Plano Geral de Urbanização de Setúbal. Planta da Zona Industrial. João António de Aguiar, 1944.

Quanto à Zona Industrial, o plano define que as indústrias dispersas pela cidade devem desaparecer de forma gradual, para se fixarem em áreas da cidade que, não só proporcionem terrenos para a edificação de instalações apropriadas (e sua eventual expansão), como também se localizem em zonas que não conflituem com outros tipos de uso do solo como, por exemplo, as zonas residenciais. Para tal, Aguiar propõe que o município condene, de um modo geral[68], as instalações industriais que não estejam incluídas nas zonas definidas, que se dividem geograficamente por dois tipos de indústria: a relacionada com a actividade pesqueira, localizada em torno da Doca dos Pescadores (I) e ao longo da Estrada da Graça (I2)[69], e a indústria que abrange todas as outras actividades (zonas I1 e I3), a primeira localizada entre as Ruas J e K, a Nascente do ampliado Bairro Santos Nicolau e a segunda ao longo da Estrada da Graça, entre o arranque da

[68] O Regulamento do plano prevê excepções devidamente validadas pela Câmara Municipal.

[69] Aguiar prevê uma zona industrial a Nascente para atender a uma solicitação da Câmara Municipal que consta do parecer do município ao Esboceto de 1943. Segundo a edilidade, considerando que a topografia não possibilitava a expansão residencial para Poente (onde se encontrava a maioria das fábricas conserveiras) e que inevitavelmente a área de progressão teria de ocorrer no sentido oposto, onde já muitos trabalhadores da indústria de conservas residiam, seria vantajoso que as fábricas fossem relocalizadas para Nascente (CMS, 1946: 3-5). Esta pretensão da Câmara é inicialmente motivada pelo facto de Aguiar reduzir, no esboceto, a largura da Avenida Luísa Todi a Poente para aumentar a zona industrial.

Rua Camilo Castelo Branco e da Rua J.

A Zona Ferroviária define a área de protecção do traçado da linha férrea (que é mantido no plano), delimitada pela artéria que ruma a Palmela e que serve a Estação principal, e pela nova Rua L. O recinto da estação é ampliado para possibilitar uma futura expansão, o apeadeiro da praça de Quebedo é mantido por comodidade dos passageiros e o terminal de mercadorias é localizado ao longo da Estrada da Graça, adjacente à Doca do Comércio e de fácil acesso às zonas industriais.

A área da Zona Portuária é a que decorre da integração do projecto do Engenheiro Cid Perestrelo no PGU, construído entre 1930 e 1934 e que contemplou: o aterro da antiga Doca Delpeut[70]; o prolongamento da cobertura da Ribeira do Livramento; a terraplanagem de 600.000m^2; a regularização da margem do Sado numa extensão de 4Km, entre Albarquel e a Vila Maria; a construção de 2.170 metros de taludes empedrados para pequenas embarcações; a construção de três docas destinadas ao comércio, ao recreio e à pesca; a construção de seis estacadas para o carvão, a lota, as conservas e o comércio (três são destinadas a este último uso).

Quanto ao uso do solo referenciado como Espaços Livres, o plano prevê que seja constituído por ruas arborizadas, praças, jardins[71] e espaços arborizados decorrentes de zonas de protecção a edifícios privados[72]. À semelhança de outros planos seus, Aguiar pretende que este conjunto de espaços (9,5m^2 por pessoa) constitua um mecanismo de purificação do ar citadino que contribua para a higienização da malha urbana. Os logradouros do novo parcelamento também são considerados como espaços livres no plano; para o Cemitério prevê-se a sua gradual desafectação e transferência para fora dos limites da cidade[73].

A Zona de Reserva do plano é fixada por uma faixa perimetral non *aedificandi* de 1.000 metros de largura, nela só podendo ser desenvolvida a actividade agrícola e ser edificada alguma construção rural, dentro dos parâmetros definidos pelo Regulamento.

[70] Doca para pequenas embarcações edificada pela empresa Delpeut, no seguimento de uma concessão cedida pela Câmara Municipal em 1936 (a primeira a um particular em Setúbal). Localizava-se entre a foz da Ribeira do Livramento e o baluarte homónimo.

[71] Como, por exemplo, a Avenida Luísa Todi, a Praça Teófilo Braga, o Parque do Bonfim e o espaço a Norte da Rua A destinado ao Estádio e outros equipamentos colectivos.

[72] Dois quais se estacam as zonas de protecção ao Hospital, ao horto municipal e ao Liceu e demais equipamentos de ensino.

[73] O plano define que o novo cemitério deve ser implantado a 1.000 metros do perímetro da cidade e que deve ter um perímetro arborizado de protecção de 100 metros.

O plano também define a figura das "zonas precárias", à semelhança de outros planos como o de Ponta Delgada, que consiste num sistema de desvalorização do património a 20 anos das áreas da malha urbana "condenadas"[74].

A reacção fortemente negativa da sociedade civil setubalense ao PGU de 1944 é largamente descrita na literatura conhecida[75]. A malha urbana primária sadina é, como já foi referido, intervencionada de um modo que compromete o carácter do conjunto histórico. O pragmatismo *Higienista* de Aguiar sobrepôs-se, neste caso, aos valores histórico-culturais de Setúbal, postura que acaba por alterar em planos subsequentes de outras cidades como, por exemplo, o de Ponta Delgada.

No entanto, a imputação que é atribuída ao plano do afastamento entre a cidade e o rio Sado merece uma observação. Em primeiro lugar, para a execução do PGU, o novo traçado do Porto de Setúbal é considerado como uma preexistência. Em segundo lugar, o carácter lúdico e turístico que caracterizava esta zona da cidade no final do século XIX é substituído[76], no início do século XX, pela pressão da indústria conserveira, que leva à construção do novo porto. Em terceiro lugar, a infra-estrutura planeada no seio da Junta Autónoma das Obras do Porto e da Barra de Setúbal e do Rio Sado reduz o acesso ao rio ao troço marginal compreendido entre o entreposto da alfândega e a lota, uma ínfima parte da antiga extensão costeira da cidade. Por fim, o plano do Engenheiro Cid Perestrelo não cerze a malha urbana existente com a nova zona a edificar entre a Doca e a Avenida, para a qual prevê um parcelamento rígido de cariz militar.

Uma análise mais cuidada ao traçado de Aguiar de 1944 denota o trabalho de integração deste novo troço com a malha urbana a Norte da Avenida Luísa Todi. É esta preocupação de continuidade morfológica de aproximação da cidade ao Sado, em que a Avenida ganha o estatuto polarizador de Centro Cívico[77], que contribui para a disrupção excessiva do casco histórico. Aguiar acaba por não seguir as orientações do seu mestre De Groër, que aconselharia talvez, neste caso, a criação de um "anel de grande circulação em volta do núcleo histórico" (De Groër, 1945: 49).

[74] O conceito de "condenação" que consta dos planos de Aguiar tem por base a desvalorização da propriedade através da proibição da construção, ampliação ou reparação do edificado que se localize em áreas de alteração do traçado, áreas cuja salubridade se encontre comprometida ou que o próprio edificado não cumpra os requisitos mínimos de segurança. Este sistema não abrange o património histórico (Aguiar, 1944: 79-80).

[75] Ver, por todos, o texto "O Plano de Urbanização de Setúbal – Estudo Analítico" (Tôrres, 1945).

[76] Pese embora a Câmara Municipal pretender recuperar a ideia de explorar o potencial turístico da cidade, expresso no parecer que elaborou do plano.

[77] Apesar de não se referir especificamente à terminologia "centro cívico", Aguiar refere na memória descritiva do plano de 1944 que o edificado oficial e de interesse público deve preferencialmente ser localizado nesta avenida, "procurando assim valorizar-se uma artéria que é a mais importante da cidade" (Aguiar, 1944: 70).

Quanto ao parecer da Câmara Municipal de Outubro de 1946 ao PGU de 1944, que o estudou "no espírito de não descer a minúcias"[78], aceita de um modo geral a solução de Aguiar, apontando correcções de pormenor, algumas delas já mencionadas na descrição do plano, que serão objecto de uma revisão do PGU, entregue em 1955. Curiosamente o documento não menciona a polémica em torno do atravessamento do centro histórico e não rejeita o arranjo para o largo da igreja de Sta. Maria (CMS, 1946: 10).

Anteplano Geral de Urbanização de Setúbal – Revisão, 1955

No seguimento da análise ao PGU de 1944, que aponta para a necessidade de um conjunto de ajustes, a Câmara Municipal delibera adjudicar a revisão do plano a Aguiar, por sugestão da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização do MOPC. Embora o PGU original tenha sido entregue em Julho desse ano, a Câmara Municipal só emite parecer em Outubro e o Conselho Municipal reúne para a discutir e aprovar na generalidade em Fevereiro de 1947. Em Maio desse ano, a DGSU remete a Aguiar uma planta com o novo traçado da variante da N10 (a Rua A do plano de 1944), definido pela Junta Autónoma de Estradas (JAE), que atravessava o plano na zona Norte. Em Junho seguinte, o Arquitecto remete à DGSU um ofício acompanhado de uma planta e uma memória descritiva e justificativa (datada de 26 de Maio de 1947) referentes a alterações[79] ao PGU de Setúbal que se revelaram necessárias, figura 5.65.. Estas alterações são ajustes de trabalho decorrentes quer do novo traçado da N10 (que necessitavam de ser validados pela DGSU) quer de um conjunto de arranjos que entretanto desenvolve para o plano ou referentes aos pareceres do executivo municipal quer ainda de algumas situações de detalhe em que Aguiar tenha intervindo enquanto consultor técnico[80] da edilidade. Mais uma vez se evidencia a dinâmica desta ferramenta urbanística, durante a elaboração da qual Aguiar acompanha a par e passo as grandes e rápidas transformações que sofriam os centros urbanos, em consequência do crescente êxodo rural.



Fig. 5.65. Plano Geral de Urbanização de Setúbal. Planta da Zona Industrial. João António de Aguiar, 1944.

A primeira revisão oficial do plano data de 10 de Fevereiro de 1955 (pese embora João de Aguiar só a tenha remetido à Câmara Municipal e à DGSU a 21 de Julho do mesmo ano[81]), e responde, de um modo geral, às aspirações municipais versadas no seu parecer de 1946. Procede ainda a outros ajustes mais à frente analisados.

[78] O município advoga que as questões de pormenor deverão ser abordadas numa fase posterior e estudadas caso a caso.

[79] Apesar das peças escritas e desenhadas entregues, não considerámos esta entrega como uma revisão do PGU, mas sim uma alteração, classificação utilizada pelo próprio Aguiar.

[80] João de Aguiar torna-se consultor técnico da Câmara Municipal de Setúbal a partir da data de entrega do PGU de 1946.

[81] Missiva consultada no processo administrativo de Setúbal do espólio de João de Aguiar.

Para este "Plano Geral de Urbanização – Revisão" Aguiar parte da previsão da ampliação dos limites da cidade para uma população de 60.000 habitantes em 1980. O perímetro urbano previsto chega mesmo a atingir o limite Norte do Concelho de Setúbal, no Alto de Algodeia. Atendendo à necessidade de considerar ainda uma zona rural de protecção, a Câmara Municipal vê-se obrigada a solicitar a alteração dos limites do Concelho.

Entre a entrega do PGU de 1944 e a revisão de 1955, Aguiar procede à elaboração de diversos arranjos urbanísticos como, por exemplo, o do Bairro Trindade (1952) e, em paralelo, desenvolve a segunda revisão do plano. Estes trabalhos foram sendo acompanhados pelo Município, e diversos dos seus aspectos foram previamente discutidos em reunião de Câmara (por exemplo, o arranjo das passagens de nível do Quebedo e das Fontaínhas, a localização do cineteatro ou o arranjo para o Largo de Jesus). Neste contexto, a reunião municipal de 23 de Junho de 1953 aprova a nova solução de prolongamento da Avenida Doutor Manuel de Arriaga sobre o tecido medieval.

Curiosamente, a nova solução para o núcleo histórico é consideravelmente mais invasiva do que a do PGU original (que tanta celeuma civil provocara) e do que a da primeira revisão. O novo traçado continua a sacrificar a igreja de Sto. António e o edifício da misericórdia, para garantir um segundo atravessamento transversal, já patente na ideia original de 1944. A forma de conectar as duas praças medievais também é ajustada através de um arruamento que serpenteia por entre o edificado desta malha urbana. Aliás, Aguiar parece querer suavizar a acutilância da intervenção através da forma orgânica do traçado dos novos arruamentos e da quebra a que o novo eixo transversal é sujeito no Largo da Misericórdia. O alargamento da Avenida 5 de Outubro também provoca a demolição de, pelo menos, duas frentes de quarteirão tradicional. O quarteirão do Asilo também é intervencionado no cunhal da Avenida 22 de Dezembro e as construções existentes no seu alçado tardoz são todas demolidas, para que este equipamento seja valorizado com um jardim envolvente.



Fig. 5.66. Planta da Cidade de Setúbal. Santana, 1950.

Fig. 5.67. Anteplano Geral de Urbanização de Setúbal--Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1955.

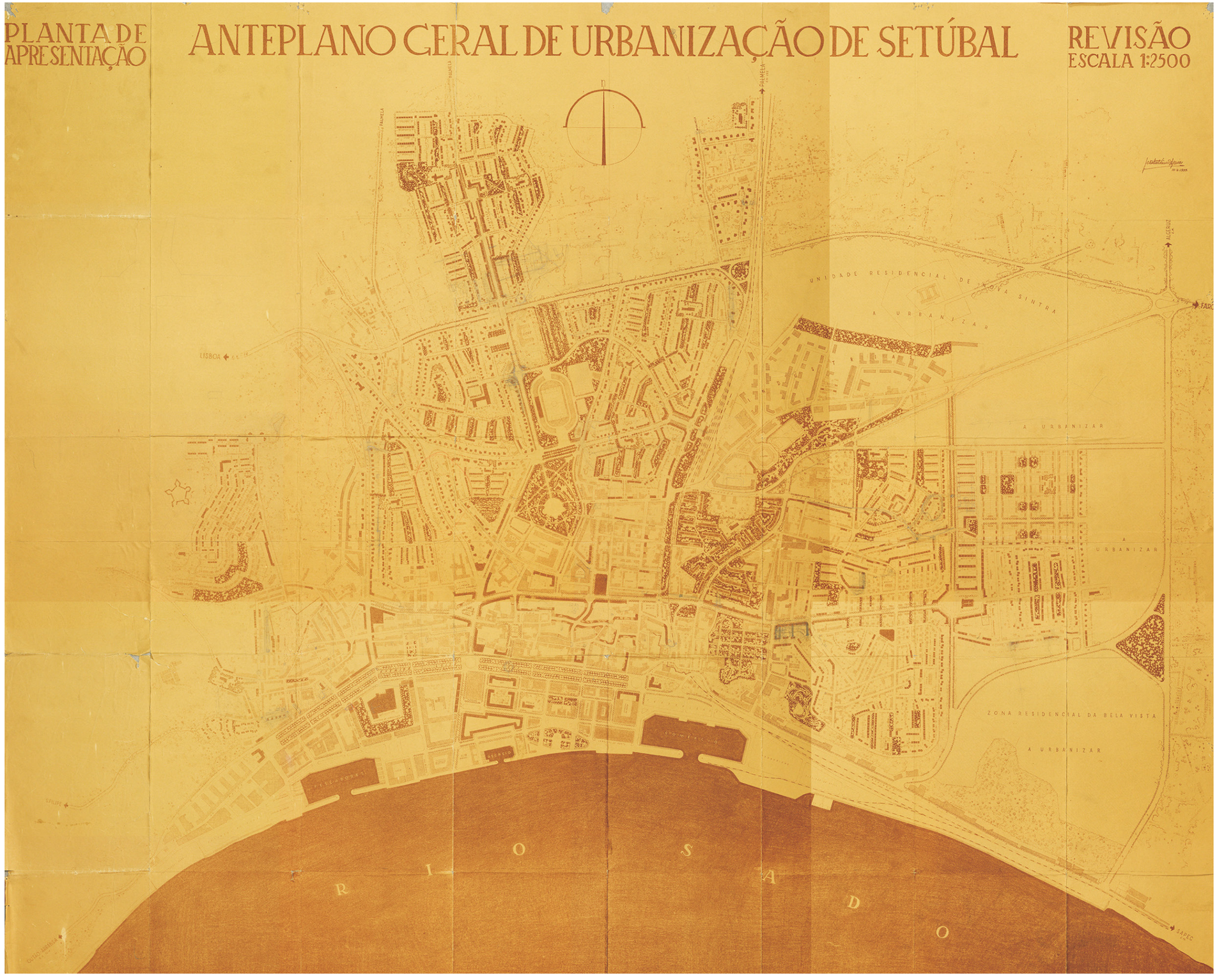




Fig. 5.68. Anteplano Geral de Urbanização de Setúbal - -Revisão. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1955.

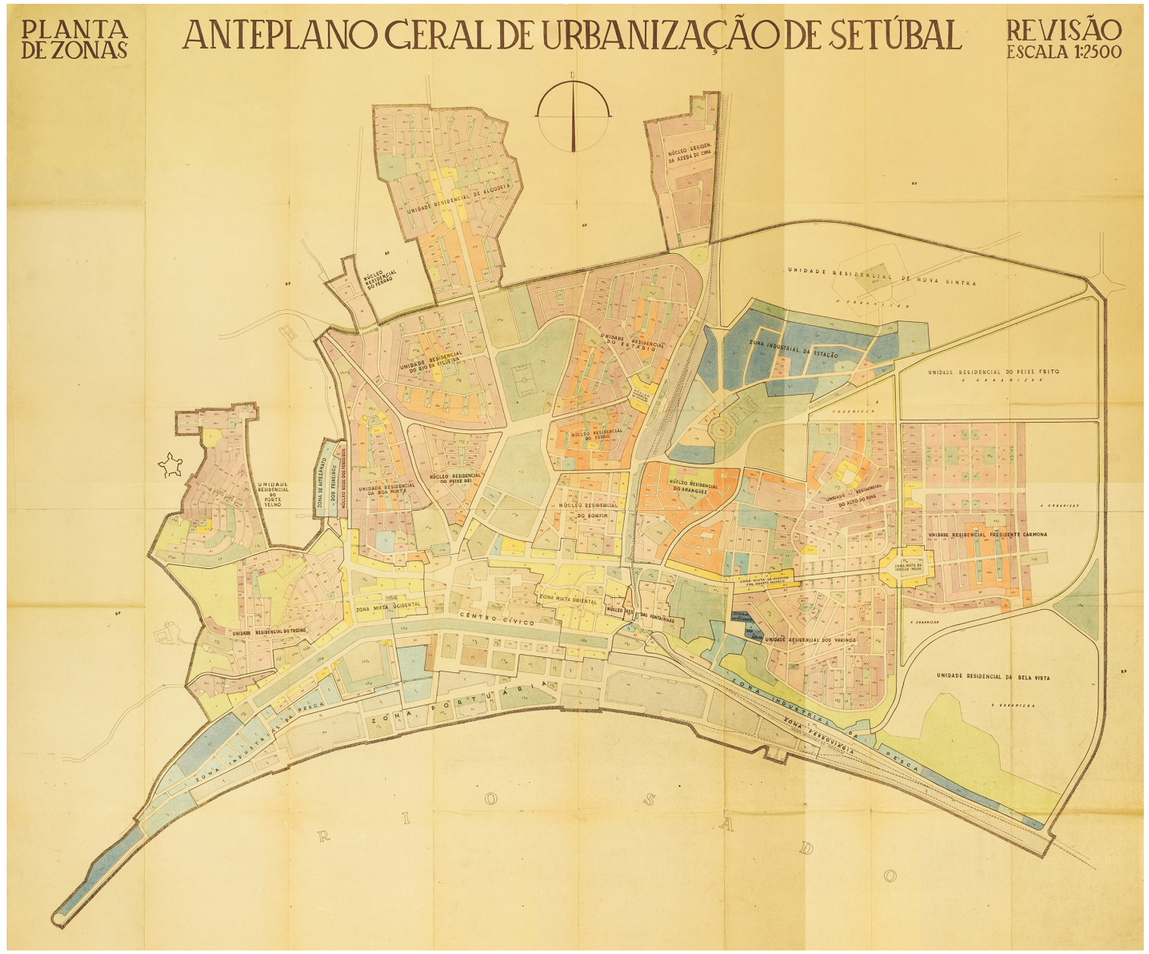


Fig. 5.69. Anteplano Geral de Urbanização de Setúbal - -Revisão. Planta de Zonas. João António de Aguiar, 1955.



Fig. 5.70. Anteplano Geral de Urbanização de Setúbal - -Revisão. Planta de Zonas. João António de Aguiar, 1955.

Ao nível do traçado viário, a deslocação da variante citadina da N10 ligeiramente para Norte permite a transferência do complexo desportivo e do Liceu (já construído à data da revisão) para o outro lado desta artéria. Esta solução, proposta pelo Município, visa evitar que a população, seja ela estudante ou utente do complexo desportivo, tenha de atravessar uma artéria regional, e, assim, tornar mais acessível este equipamento colectivo de forte mobilização quotidiana. Para acentuar o carácter de estrada nacional, Aguiar orienta as habitações que ladeiam a N10 para o interior dos respectivos núcleos residenciais, utiliza os seus jardins tardoz para arborizá-la e propõe que o cruzamento com a Rua F seja feito através de uma passagem inferior. O ajuste do traçado da variante também vai beneficiar uma nova Zona Industrial, localizada na antiga área residencial adjacente à zona ferroviária da Estação, pretensão municipal com vista a uma eficiente circulação necessária à indústria sadina e à competitividade do porto. Para garantir uma separação física desta zona com os núcleos residenciais próximos, Aguiar opta por recuperar a Rua António José Batista (eliminada no plano inicial) e utilizá-la para delimitar a Sul a zona industrial ampliada. Entre esta rua e o prolongamento da Avenida Camilo Castelo Branco do plano anterior, é estabelecida uma zona-tampão profusamente arborizada, que se estende do Parque da Bela Vista (adjacente à Praça de Touros[82]) ao nó viário que cruza com a N10 e a nova artéria que delimita a expansão da cidade a Nascente[83]. Por indicação do Município, na zona ribeirinha a Nascente é criada uma nova zona industrial ao longo da Estrada da Graça, para nela se instalar a indústria conserveira, aproximando-se dos bairros de operários que nela laboram.

O traçado original da Avenida Luísa Todi é mantido, desistindo Aguiar da sua configuração curva entre a Avenida 22 de Dezembro e o Largo António Joaquim

[82] Nesta revisão, a Praça de Touros regressa à localização inicial, a Nascente do recinto da Estação, apesar de, na memória descritiva, Aguiar ser explicitamente contra.

[83] Esta artéria, a Rua K, liga a zona industrial da Estação à Estrada da Graça e à zona industrial ribeirinha Nascente.

Correia. O eixo de conexão entre o núcleo residencial de Algodeia e o centro da cidade (Rua F do plano original) mantém-se e continua a prolongar-se pela Avenida 22 de Dezembro até ao rio, consubstanciando a única artéria do plano que atravessa a cidade toda de Norte a Sul. Também é criada uma nova rua que liga a praça da estação (novidade da revisão) à N10 a Poente, passando entre o Parque do Bonfim e o Estádio (a Rua C) e desembocando num nó viário onde também aflui a redesenhada e alargada Avenida General Daniel de Sousa. O Hospital é implantado num terreno mais próximo da cidade, entre o Parque da Bela Vista e a Rua B, no local inicialmente reservado para a Escola Industrial que, por sua vez, é deslocada para Sul do Parque do Bonfim, ao lado do edifício dos CTT. O troço de prolongamento da Avenida 5 de Outubro entre o Convento de Jesus e a Rua General Daniel de Souza (cujo alargamento substitui o traçado recto da Rua E) é eliminado, preservando-se a Praça Miguel Bombarda e um conjunto de edifícios da Rua Acácio Barradas, que inclui uma moradia "de valor material apreciável" (Aguiar, 1947: 5). O eixo viário longitudinal, que liga a unidade residencial do Troino ao limite Nascente da cidade, assume-se nesta versão como um importante elemento de composição urbana da zona de expansão residencial Ocidental. A Avenida Engenheiro Duarte Pacheco (que prolonga a 5 de Outubro) e a Rua J, que se cruzam praticamente em ângulo recto, assumem-se como o Cardo e o Decumano deste novo território de expansão. Na sua intersecção, Aguiar implanta um equipamento de excepção (uma igreja de dimensão relevante) no centro de uma nova praça de desenho pentagonal, cujo traçado remete para o contorno dos baluartes desaparecidos da muralha seiscentista. A praça deixa de ser apenas a rótula arterial da versão original e passa a ser um dos espaços qualificados mais importantes da nova cidade, adquirindo especial monumentalidade pela sua geometria, pela utilização de edifícios colectivos para a definição dos seus alçados e pela encenação que faz do equipamento de excepção, cuja inspiração remete para os pressupostos de composição do modelo da *City Beautiful*.

É provavelmente ao nível do zonamento que esta revisão de 1955 sofre mais ajustes, fruto quer da reorganização viária quer da previsão de aumento demográfico que leva à expansão dos bairros existentes e à criação de novos. As zonas residenciais são organizadas em unidades e núcleos, a que são atribuídas designações decorrentes de uma característica específica ao lugar: do Troino, do Forte Velho, da Boa Morte, do Rio da Figueira, de Algodeia, do Estádio, de Nova Sintra (designada como "a urbanizar"), do Peixe Frito (designada como "a urbanizar"), do Alto do Pina, do Presidente Carmona, dos Varinos e da Bela Vista (designada como "a urbanizar"). Para os núcleos não integrados em unidades residenciais, podem referir-se os seguintes nomes: dos Ferreiros, do Peixe Rei, do Ferro, do Bonfim, das Fontaínhas, do Ferrão, da Azeda de Cima e do Aranguez. A área residencial a urbanizar que acompanha a N10 a Sul (a área que, por força do estudo geotécnico inicial, obrigava a uma construção mais onerosa e foi por isso deixada para último) é urbanizada por completo e dividida nas unidades residenciais do Rio da Figueira e do Estádio e no núcleo residencial do Ferro.



Fig. 5.71. Arranjo Urbanístico da Zona do Bairro Trindade, 1952.

Parte dos espaços livres confinantes com a linha férrea a Norte da N10 e com a zona industrial I3 do plano de 1944 é também urbanizada nesta revisão como zona residencial (Azeda de Cima, Presidente Carmona, Peixe Frito e Bela Vista). Esta alteração pressupõe um incremento da necessidade de alojamento que não tinha sido prevista pela edilidade aquando da avaliação do plano original.

Outra particularidade desta revisão respeitante ao zonamento da cidade prende-se com o facto de Aguiar nele já atribuir ao troço central da Avenida Luísa Todi e à malha urbana envolvente a função de Centro Cívico, que deixara subentendida na memória descritiva do plano original. Para a rematar a Nascente, Aguiar define um quarteirão para implantação de um edifício de excepção a definir pelo município, no arranque da Ladeira de S. Sebastião e alinhado com o início da doca do Comércio.

Sobre os bairros existentes, Aguiar propõe uma alteração ao traçado do da Trindade, entregue sob a forma de arranjo urbanístico em 1947[84] e ajustado na entrega de 1955 e, para o Bairro do Troino, mantém o traçado original.

Ao nível do traçado da envolvente das docas, é conservado o desenho original do jardim que ladeia a doca de recreio, são distribuídos equipamentos públicos pela sua envolvente próxima e o antigo Parque Luísa Todi (cujos terrenos são urbanizados no plano de 1944[85]) recebe a Central de Camionagem no centro e um arranjo ajardinado nas frentes edificadas. A Praça da República é transformada numa parcela ajardinada reservada à edificação de uma escola, e a rua paralela à Avenida Luísa Todi que confina com o jardim da doca de recreio é conectada com o largo do Mercado (que permanece no mesmo lugar). À semelhança da primeira versão, a nova planta elimina qualquer vestígio dos Baluartes da Conceição e do Livramento e assume o carácter cada vez mais industrial e ligado a serviços do porto. A zona já reduzida de lazer não é valorizada no contexto desta revisão. Ao manter a estrutura portuária que herdara dos anos 1930, ao assumir a malha ortogonal do Engenheiro Cid Perestrelo, ao fixar o centro cívico no troço central da Avenida Luísa Todi e ao não relacionar qualquer equipamento de excepção afecto ao uso lúdico/turístico com a estrutura de composição urbana da cidade[86], contribui inevitavelmente para o afastamento da cidade do rio Sado.

Ao nível da morfologia urbana, a tipologia de parcelamento dos núcleos residenciais (novos e modificados) sofre uma alteração significativa. Se, no plano de 1944, os núcleos residenciais tinham um padrão de recorrência que

[84] O parcelamento do polígono da planta de 1947 para o Bairro Trindade fica compreendido entre a Rua da Tebaida (troço inicial da Rua B a Sul da Estação), a Rua Camilo Castelo Branco, a Avenida Engenheiro Duarte Pacheco (Rua C do plano inicial) e a linha férrea. Esta alteração ao plano de 1944 ocorre na sequência de uma deliberação camarária que pretende conceder à iniciativa privada o seu desenvolvimento.

[85] A revisão de 1947 já mantinha o parque original, sem construções, ao qual fora atribuída a função de recinto para feiras e exposições.

[86] Bem visível, por exemplo, pela ausência de integração do Clube Naval e da sua zona de protecção na composição urbana (não o assume como equipamento de excepção) e pelo simples remate abrupto do importante eixo estruturante Norte/Sul da cidade no paredão.

apresentava uma largura de dispositivo morfológico (alterando-se apenas o comprimento) que é adaptado ao traçado do plano, na revisão de 1955 Aguiar usa os impasses como estratégia dominante para a tipologia de parcelamento, seguindo soluções já testadas em Letchworth ou em *Radburn*, no início do século XX. Os bairros que permanecem fiéis à primeira versão do plano são, grosso modo, os que entretanto tinham começado a ser edificados como, por exemplo, a unidade residencial do Forte Velho (o Bairro dos Pescadores).

O Arquitecto também utiliza profusamente dispositivos morfológicos na organização dos bairros e introduz a tipologia de habitação colectiva, disposta segundo um critério de parcelamento que permite a criação de generosas zonas arborizadas envolventes, afastando-se neste assunto das orientações do seu mestre De Groër[87]. Esta solução também permite a criação de uma continuidade com os parques urbanos da cidade como, por exemplo, o corredor verde que segue do convertido cemitério pelo núcleo residencial do Aranguez (e parte do do Alto do Pina), passa pelo dito bairro em direcção a Norte, e prolonga-se para Nordeste da Praça de Touros até ao final da Rua Camilo Castelo Branco. Para além desta tipologia de edificado, Aguiar também explora, nesta revisão, uma tipologia residencial intermédia que, embora seja já de carácter colectivo, ao nível do parcelamento ainda define um quintal que, embora de uso comum, é privativo de cada edifício.

Ainda sobre o zonamento, é importante apontar que a revisão de 1955 volta a definir áreas a urbanizar de dimensão generosa, a Nascente, dentro dos limites urbanos definidos pelo traçado viário, denotando a perspectiva que Aguiar tinha de forte crescimento da procura de alojamento na cidade dentro do prazo de vigência do plano. Nesta matéria, a experiência do Arquitecto, que então contava já com 46 Planos Gerais de Urbanização na Metrópole, e a visão transversal que detinha do crescimento populacional urbano português deste período, prevaleceram sobre as opiniões locais.

Importa também apontar que esta expansão residencial só mais tarde, na segunda revisão do plano, se estende para Norte. Talvez Aguiar tenha concordado com o Município[88] em que o planalto Nascente fosse efectivamente a melhor opção.

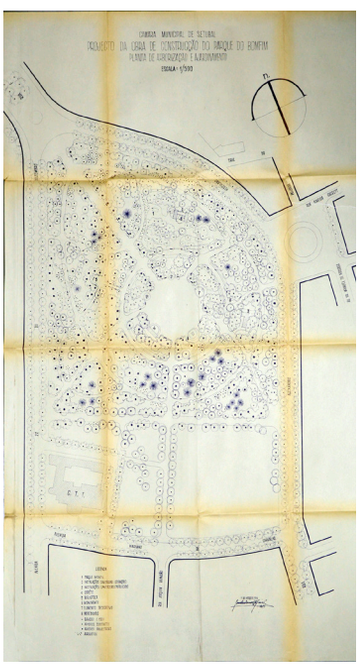


Fig. 5.72. Projecto da Obra de Construção do Parque do Bomfim. Planta de Arborização e Ajardinamento, 1944.

[87] De Groër advogava a utilização exclusiva da habitação unifamiliar de piso térreo com quintal privativo (ver 3.2 do 3º Capítulo).

[88] Esta é uma das críticas apontadas ao plano pela edilidade no relatório do Conselho Superior de Obras Públicas de 1946; ver ainda o Estudo Analítico do Engº Mannito Tôrres, largamente referenciado no Jornal "A Industria" de Setembro de 1945

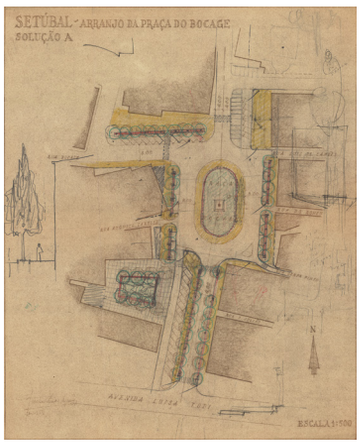


Fig. 5.73. Urbanístico da Praça do Bocage – Solução A, 1959.

Anteplano de Urbanização da Cidade de Setúbal – Revisão, 1962

No seguimento da entrega da primeira revisão ao PGU, de 1955, Aguiar continua a ser solicitado pela edilidade sadina, quer como consultor técnico, quer para desenvolver diversos arranjos urbanísticos, tais como o do Parque da Escola (1957), o dos terrenos pertencentes ao Vitória Futebol Clube (1958), o da Praça do Bocage (1960), o da Praça da Estação (1960) ou ainda alguns projectos de edifícios, tais como o de um mercado para a zona Oriental da cidade (1958 e 1960) e o de diversos edifícios-tipo de habitação (1960). A evolução que a cidade registou desde 1955, fruto da expansão e consolidação urbanas de ordem oficial e privada, leva à necessidade de actualização da primeira revisão do PGU. Em 1956, Aguiar já trabalha sobre a segunda revisão do plano[89], que apresenta em Abril de 1962.

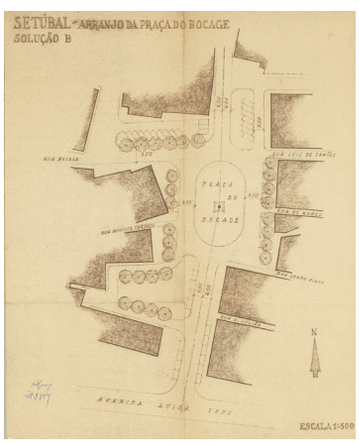


Fig. 5.74. Arranjo Urbanístico da Praça do Bocage – Solução B, 1959.

Para esta revisão foram entregues uma Memória Descritiva e Justificativa (da qual consta uma nova versão do Regulamento), uma Planta de Apresentação à Escala 1:2.500, uma Planta de Trabalho à Escala 1:1.000 (dividida por 18 folhas) e uma Planta de Zonas à Escala 1:2.500.

À data de entrega da segunda revisão e dezassete anos passados sobre a primeira versão do PGU (pouco mais de metade do prazo de vigência do plano), já se encontravam concluídos os seguintes trabalhos urbanos: a construção do Parque do Bonfim; o alargamento da Travessa da Alfândega (a actual Rua da Velha Alfândega); o prolongamento da Av. Dr. António Rodrigues Ranito (a Rua F na versão inicial, na Algodeia); a construção dos arruamentos e a infra-estruturação dos bairros do Presidente Carmona, dos Pescadores (n. r. do Forte Velho) e da N. Sra. da Conceição (n. r. dos Varinos); o arranjo urbanístico da Praça do Bocage e áreas adjacentes; a construção da Praceta da Tebaida e arruamentos anexos junto à Praça de Touros; a construção da rua de acesso ao Hospital e de arruamentos na Algodeia, no Reboredo (Brancanes) e nos 4 caminhos (Alto do Pina); a construção da ligação da Avenida Luísa Todi à Estrada do Castelo de S. Filipe; as infra-estruturas de abastecimento de água à cidade e de saneamento (1ª fase). Ao nível do edificado, já se encontravam erigidos: a Capitania, a Alfândega, a Estação dos Pilotos, o Grémio dos industriais de Conserva e respectiva Creche, o Entreposto da Alfândega, o Clube Naval Setubalense, a Mocidade Portuguesa e Centro de Vela, o Refeitório da FNAT[90], a Caixa Geral de Depósitos, o Grémio Comercial, o edifício da Defesa marítima, o parque de Campismo e diversos equipamentos escolares nos bairros do Presidente Carmona, de N. Sra. da Conceição, de Santos Nicolau,

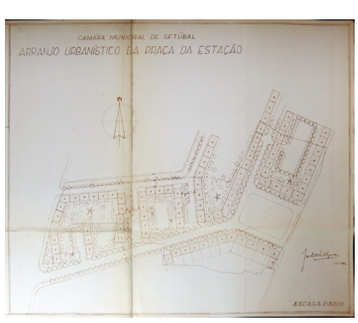


Fig. 5.75. Arranjo Urbanístico da Praça da Estação, 1960.

[89] Numa missiva de 26 de Novembro de 1956 da Repartição dos Estudos de Urbanização da SMU da DGSU do MOP, consultada no espólio de João de Aguiar, o Engenheiro Chefe solicita ao Arquitecto o envio de cópia da planta de trabalho da revisão do Anteplano de Setúbal.

[90] A Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (1935-1975) que, após a queda do Regime, é renomeada como Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL), transformado em fundação privada de utilidade pública (a Fundação INATEL) em 2008.

dos Pescadores, do Liceu e do Alto do Pina. Foram também realizadas obras em diversos edifícios, construídos os bairros de iniciativa oficial dos Pescadores (140 moradias), da N. Sra. da Conceição (400 moradias) e do Presidente Carmona (220 moradias). O Estádio do Victória encontrava-se em construção. A iniciativa privada acompanhou o investimento público na construção de um elevado número de moradias unifamiliares e de prédios de rendimento (de 3 a 7 pisos).

O forte investimento na habitação acompanhava o igualmente robusto desenvolvimento industrial sadino, que assistia à abertura de novas fábricas como a Barreiros (de montagem de camiões e tractores, junto à Estação) e requeria cada vez mais mão-de-obra operária. Este crescimento rápido e a previsivelmente duradoiro impõem uma forte pressão sobre a disponibilidade habitacional e sobre as infra-estruturas da cidade, um problema que o município pretende resolver através de uma nova revisão do PGU.

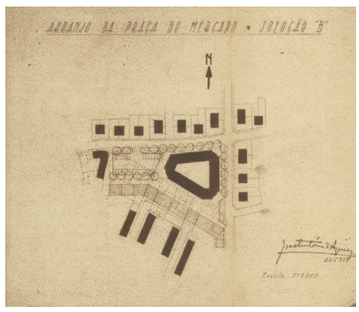


Fig. 5.76. Arranjo Urbanístico da Praça do Mercado, 1958.



Fig. 5.77. Arranjo Urbanístico do Núcleo Residencial de Algodeia e Localização da Escola do Ciclo Preparatório – -Revisão. s.d..



Fig. 5.78. Arranjo Urbanístico do Núcleo Residencial da Bela Vista. s.d..

Da leitura da memória descritiva verificamos que Aguiar propõe para a cidade histórica o desenvolvimento de um arranjo urbanístico específico, à margem do trabalho de revisão do plano e lança as linhas gerais das intervenções que considera mais importantes, assim como, no Regulamento, disposições de protecção do conjunto (embora tímidas e de sentido lato). Da observação das plantas, constatamos que a solução de 1962, apesar de ser substancialmente diferente das duas primeiras versões, continua a demonstrar uma preocupação especial: em articular as franjas da malha medieval com o tecido mais recente, como na Avenida 5 de Outubro; em destacar os edifícios de excepção, como o da Câmara Municipal; e em criar algumas ruas de perfil mais largo e traçado regular de modo a descomprimir e higienizar o tecido antigo. A alteração mais significativa é a solução de ligação entre a Praça do Bocage e a Praça do Exército: a frente de rua da travessa do Passo é regularizada, inflecte para o primeiro troço da Rua Major Afonso Pala e segue em linha recta até ao adro da igreja de Sta. Maria. Pelo caminho, propõe a demolição das construções apensas à igreja de Sto. António (demolida na primeira versão) e a criação de um largo em seu redor para descomprimir a estrutura urbana densa e valorizar o edifício de excepção. A Rua dos Correeiros também é alargada para destacar a Câmara Municipal, sacrificando a frente Nascente e, para todos os quarteirões entre a Avenida 5 de Outubro e a nova artéria de ligação entre as duas praças, são desenhadas novos polígonos de implantação do edificado e é definido o número de pisos. A Rua e o Largo da Portuguesa são suprimidos com a abertura de uma nova artéria que liga o Largo de Sto. António ao da Misericórdia. Não se pode dizer que a nova solução para o núcleo histórico seja, no cômputo geral, menos invasiva, mas é certamente mais consonante com o carácter do conjunto edificado do que as predecessoras. O cemitério antigo também permanece inalterado, abandonando-se a ideia de o transformar em jardim.

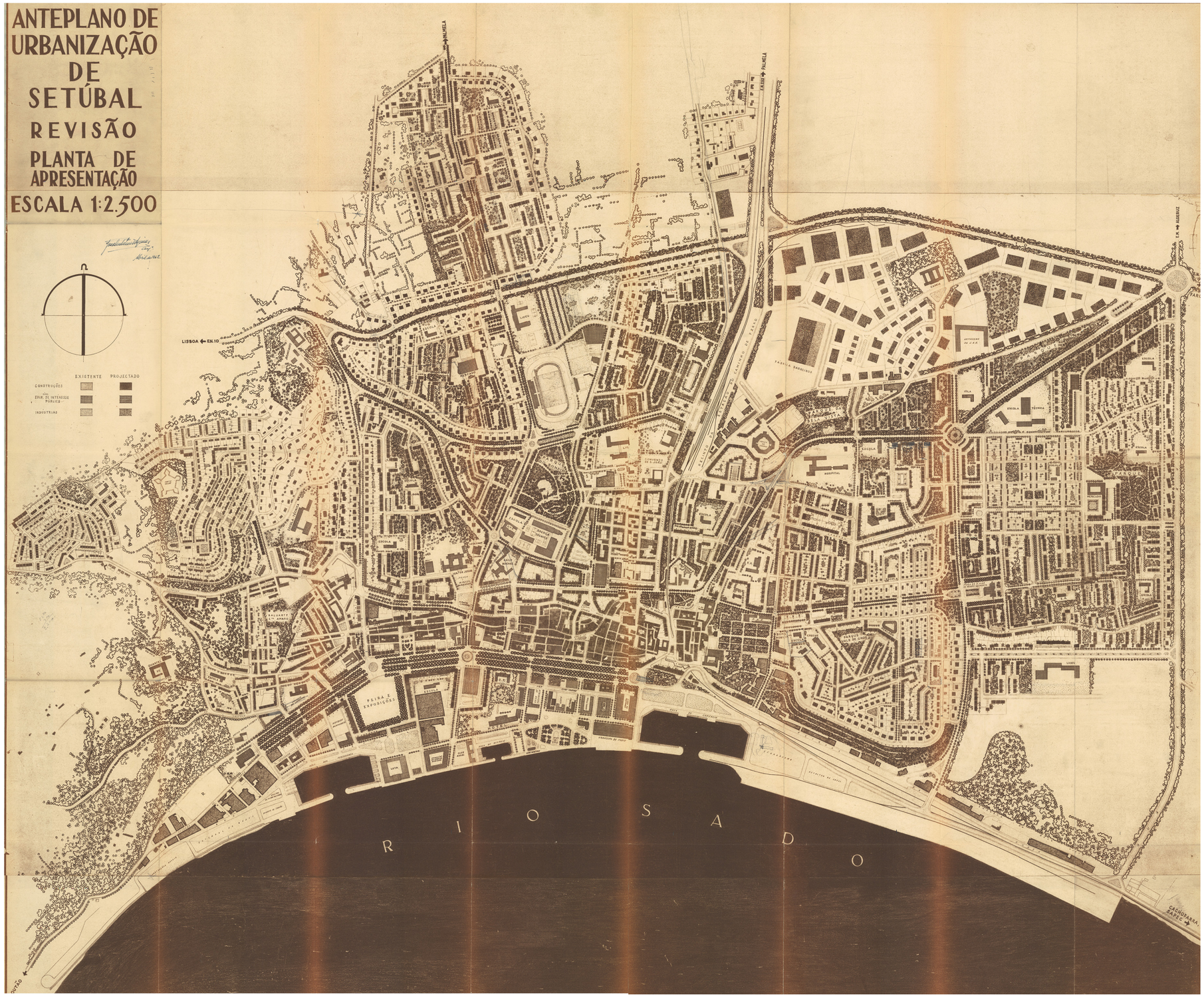


Fig. 5.79. Ampliação da Planta de Trabalho do Anteplano de Urbanização - Revisão de 1962.

Quanto ao traçado viário, são feitos alguns ajustes às artérias primárias: a rua longitudinal tangente ao Parque do Bonfim (a Rua C) passa a desembocar na Avenida General Daniel de Sousa, aliviando o nó viário da variante à N10 a Poente; a Rua José Groot Pombo, junto ao apeadeiro da praça de Quebedo, continua a ligar a zona baixa à Zona Industrial da Estação e ao nó viário Nascente da N10, mas perde o desenho orgânico de 1955, fruto da regularização do parcelamento dos núcleos residenciais que a delimitam; a artéria que sobe da Estrada da Graça e liga à Rua K, junto ao núcleo residencial dos Varinos, recebe um traçado curvilíneo menos pronunciado e dá uma nova configuração ao parcelamento das unidades residenciais da Bela Vista e do Presidente Carmona; a Zona Industrial da Estação perde a ligação à Estrada dos Ciprestes (N252), pouco antes da intersecção com a N10.

Na memória descritiva, Aguiar enfatiza, pela primeira vez desde 1944, o potencial problema que poderá causar o traçado da linha de caminho-de-ferro (que atravessa o núcleo urbano no sentido Norte/Sul) ao tráfego citadino. Se, no passado, esta infra-estrutura definia o limite Nascente da cidade, em vésperas da segunda revisão ao plano já se encontrava absorvida pela zona de expansão Nascente, de grandes dimensões, e que o novo traçado de 1962 iria ainda alongar. À data existiam apenas duas passagens inferiores (a das Fontainhas e a do Quebedo) e diversas passagens de nível que não facilitam o fluxo automóvel crescente entre as duas zonas da cidade. A nova revisão define uma passagem inferior na Avenida 5 de Outubro, que faz a ligação com a do Engenheiro Duarte Pacheco, uma artéria importante da zona residencial em expansão.

Fig. 5.80. Anteplano de Urbanização de Setúbal - Revisão. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1962.



Quanto ao zonamento, destaca-se novamente o incremento das zonas residenciais, com a urbanização das unidades expectantes de 1955 e com a adição de mais dois núcleos residenciais: o do Viso e o de Brancanes. A hierarquia tipológica da "unidade residencial" é abolida, passando a "núcleo residencial"[91] e alguns deles são fundidos em núcleos maiores: a Boa Morte e o Peixe Rei fundem-se e originam o núcleo residencial de Jesus, o do Bonfim absorve o do Ferro, o da Algodeia absorve o Ferrão, o do Presidente Carmona absorve o do Peixe Frito, o do Alto do Pina absorve o do Aranguez. O núcleo residencial do Troino é ampliado para Poente, a unidade residencial do Estádio é renomeada para núcleo residencial da Estação e a unidade residencial de Nova Sintra é absorvida pela ampliação da zona industrial da Estação.

A zona do Centro Cívico é alargada e agregada com a Mista, reforçando-lhe o carácter de centro da cidade e passando a incluir um Hotel[92] em frente à Doca de Recreio. O quarteirão do Hotel é agregado ao da antiga Praça da República e a rua paralela à Avenida Luísa Todi e confinante com o jardim da doca de recreio deixa novamente de estar conectada ao largo do Mercado.

Ao nível da morfologia urbana, a tipologia dominante de parcelamento dos núcleos residenciais (os impasses) mantém-se, apesar dos acertos decorrentes das alterações ao traçado viário e à pormenorização de diversos arranjos urbanísticos, que acabam por lhe dar outra forma. A utilização de dispositivos morfológicos na organização dos bairros mantém-se e a habitação colectiva começa a ter uma expressão considerável, sobretudo a que permite gerar espaços públicos ajardinados. Esta metodologia de intervenção aumenta substancialmente a superfície de espaços verdes qualificados, que são atravessados por percursos pedonais de traço orgânico, especialmente evidente no núcleo do Presidente Carmona. Por outro lado, esta solução também aumenta o número de pisos dos edifícios, atingindo-se capacidade de alojamento necessária através da construção em altura.

Em Abril de 1972, decorridos dez anos sobre a segunda revisão ao plano de 1962, Aguiar volta a rever esta ferramenta urbanística, agora sob o título de "Plano Director de Urbanização da Cidade de Setúbal"[93], figura 5.72.. Trata-se de mais um trabalho de actualização do traçado das zonas de consolidação e de expansão urbana, com base nos arranjos urbanísticos que o Arquitecto desenvolvera durante este período e na perspectiva de crescimento da malha urbana, integrado pela primeira vez no contexto do Plano Director da Região de Lisboa de 1964.

[91] Cada um deles constitui uma *Unidade de Vizinhança* autonomizada.

[92] A sociedade civil continuava a advogar o interesse em explorar o potencial turístico de Setúbal e considerava ser uma actividade compatível com o crescente domínio da actividade industrial e portuária ribeirinha.

[93] Por se encontrar já fora da janela temporal da investigação, não será objecto de análise.

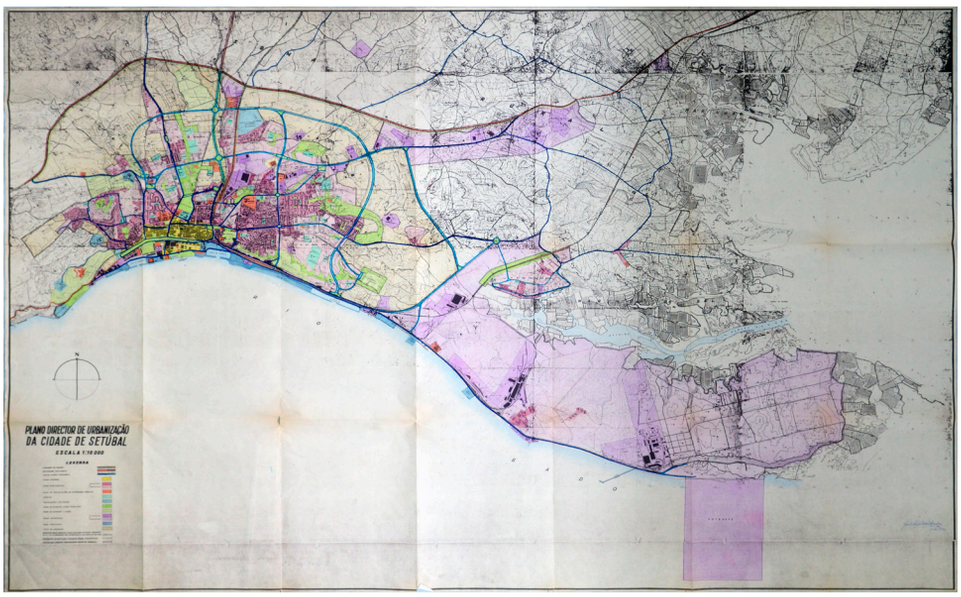


Fig. 5.81. Plano Director de Urbanização da Cidade de Setúbal. João António de Aguiar, 1971.

Apesar do longo trajecto e das polémicas que o envolveram, o plano de Aguiar de 1944 para Setúbal e as respectivas revisões deixaram uma marca profunda na cidade sadina, ainda hoje facilmente identificável. Como já foi referido, as vias estruturantes foram, em geral, construídas de acordo com os planos, bem como os novos núcleos residenciais. Apesar de muitos desses núcleos terem sido objecto de arranjos urbanísticos posteriores, que ajustaram o parcelamento e o desenho dos arruamentos locais, a estrutura de composição geral da cidade de hoje, para o melhor e para o pior, é ainda a de Aguiar.

5.4. VIANA DO CASTELO

"(…) Viana não é uma espécie de mostruário de estilos; a sua arquitectura não viveu uma sucessão descontínua de tempos curtos mas sim a permanente recomposição dos tempos longos; os edifícios vianenses lembram-se dos seus antecessores e transportam em si essas memórias. Viana recusou sempre partir os tempos, cortar com o passado, e desfazer-se em várias cidades.

Talvez seja a consciência dispersa mas profunda da sua intensa urbanidade; ou o multissecular hábito de viajar pelo mar e trazer de todo o mundo a larga variedade das coisas."

(Caldas; Gomes, 1990: 12)

5.4.1. Antecedentes

Fundação e Consolidação da Vila

Em 1258, D. Afonso III manda criar, na Paróquia de S. Salvador do Adro[94], um pequeno assentamento na margem direita do rio Lima, perto da foz, numa enseada acostável, ao qual concede Foral, provavelmente por motivos económicos e políticos (Moreira, 1986: 22) de dinamização do país através da actividade marítima.

A localização escolhida para Viana não só encerrava um potencial portuário significativo (marítimo e fluvial), como também viabilizava a expansão do assentamento no sentido paralelo à margem, oferecendo todas as condições para se tornar num ponto estratégico de trocas comerciais.

Com a autonomia concedida pelo Foral, D. Afonso III terá pretendido, por um lado, criar todas as condições para que marinheiros e comerciantes nela se estabelecessem e a partir dela desenvolvessem negócio e, por outro, criar um núcleo organizador da economia da região do vale do Lima.

A sua constituição, concedida ao povoador João Gonçalves, obedece a um planeamento que se inicia pela construção de uma muralha de forma ovalar (1263-1374) com 685 metros de perímetro, a Nascente da igreja paroquial, com 10 metros de altura e 2,20 metros de espessura, quatro portas e uma torre de menagem. A rede de arruamentos primária é constituída por dois eixos perpendiculares: as Ruas Grande e de S. Pedro na direcção Nordeste-Sudoeste e a Rua da Praça Velha (Rua de D. Luís) na direcção Noroeste-Sudeste. O traçado secundário é subordinado à primeira orientação, com excepção da Rua do Hospital Velho, paralela à Rua de D. Luís, que seria o ponto de passagem para uma primeira cerca rectangular que teria sido logo edificada em 1263 (Fernandes, 1995: 25-26).

A vila possuía dois largos: a Praça da Erva e o Largo da Matriz, que ainda hoje subsistem, nas extremidades da Rua do Poço, sendo o último o local onde se erigia a Torre de Menagem da muralha Fernandina, que à época encerrava a função de centro cívico. O abastecimento de água era feito nesta rua, ao passo que a feira era organizada extramuros, no Campo do Forno, a Noroeste, onde também se encontravam os fornos da vila (igualmente acessíveis pelo interior da muralha).

A orientação definida pela malha urbana medieval reticulada que evita o Monte de Santa Luzia é claramente influenciada pela topografia e pelas rotas comerciais e de circulação regional criadas e vai configurar-se como a geratriz de expansão do assentamento, paralela à margem do rio Lima. A sua forma de padrão geométrico afasta-se dos comuns assentamentos medievais e deve-se quer ao facto de ter

[94] A sua igreja paroquial situava-se onde hoje existe a Capela das Almas.

sido edificada de raiz quer pela recomendação expressa no foral relativamente à organização do traçado urbano. A sua morfologia atravessou os tempos e ainda hoje é perceptível a organização em quarteirões rectangulares dispostos numa retícula regular. Do edificado medieval também nos chegou a igreja Matriz, o Hospital velho, a *casa dos Velhos*, a *casa dos Nichos* e a *casa do Tourinho*.

A expansão extramuros dá-se a partir de finais de 1400, rumo à Matriz Velha[95], com a construção de cinco ruas paralelas à margem do rio: as Ruas da Palha, da Videira, da Gramática, da Piedade e dos Caleiros. A expansão rumo à foz também começou antes do século XVI, com as primeiras edificações a serem provavelmente implantadas ao longo da actual Rua dos Manjovos.

A intensificação generalizada do tráfego marítimo do país, ligada à expansão ultramarina nos reinados de D. Manuel e D. João V, trouxe crescimento e riqueza aos assentamentos que dele dependiam, nomeadamente aos navegantes e mercadores de Viana. Este clima de prosperidade económica repercute-se no desenvolvimento urbano extramuros da vila, à semelhança de todas as cidades e vilas importantes do país. As riquezas que por ela passavam neste período ditaram a construção da Torre da Roqueta (1502), para defesa contra corsários, acrescentada por uma cerca rectangular (1568) e convertida no final de 1500 em fortificação.

Segundo o Numeramento de 1524, Viana contaria com uma população de 962 habitantes, a terceira mais populosa da comarca de Entre Douro e Minho e a décima terceira de todo o país, razão por si só suficiente para ser considerada como um centro urbano. De 1562 a 1639, a população da vila teve um crescimento de 140%, rondando os 12.000 habitantes à data do final do intervalo, provocando um acentuar notável da malha urbana extramuros: durante a segunda parte de 1400 são desenhadas a Praça do Campo do Forno e a Rua de Sta. Ana, junto à porta Norte da muralha; também são de 1500 a Praça do Postigo (1594) e o Largo de S. Domingos (1559), que recebe um chafariz em 1615; a Nascente do Campo do Forno é rasgada a Rua da Bandeira até ao Convento do Carmo e a Rua Nova de S. Bento; a Poente, direcção preferencial de expansão à época, são desenhadas as Ruas de S. Sebastião, das Rosas e do Loureiro, as artérias estruturantes da ocupação da expansão entre a muralha e os pontos de fortificação.

Durante o século XVI o Campo do Forno assume-se como o novo Centro Cívico da vila, sobretudo com a construção dos Paços do Concelho, no topo Norte, atrás do qual seriam edificados a cadeia e o açougue, e do Chafariz da Vila. A importância que adquire leva a que a feira quinzenal seja relocalizada, a partir de 1610, para um espaço a nascente da muralha, junto ao rio, denominado de largo da Feira, onde se mantém até final do século XIX.

[95] Assim designada por oposição à Igreja Matriz intramuros, edificada a partir de 1400.



Fig. 5.82. "Planta da Villa de Vianna e Sua Barra e Castello".



Fig. 5.83. "Planta da Villa de Vianna". 1759.



Fig. 5.84. *Planta de Vianna. Barra e Castelo feita em 1756 acrescentada na Cerca do convento dos Cruzios em 1758.* Gonçalo Luís da Silva Brandão, 1756/58.



Fig. 5.85. *Planta do Castello da Villa de Vianna.* José Martins da Cruz, 1759.

É também a partir do século XVI que se multiplicam quer a construção de moradias para a fidalguia e a burguesia que prosperaram com a actividade marítima, implantadas sobretudo extramuros, quer a fundação da maioria dos conventos urbanos. Por um lado, estas edificações influenciam a organização da nova malha urbana extramuros de uma forma determinante e, por outro, o posicionamento das edificações religiosas deste tipo (as criadas até 1630) delimita o perímetro do crescimento urbano da vila, que se mantém inalterado até ao início do século XX.

Com a primeira metade do século XVII, a economia do país mergulha numa crise profunda, da qual Viana não escapa, devido à redução drástica das trocas comerciais com o Brasil decorrente da ocupação Filipina e da guerra da Restauração. A expansão urbana é naturalmente afectada pelo declínio económico que se verifica até finais do século XVIII e Viana entra numa fase de consolidação da malha existente.

A Viana do século XVIII organiza-se em nove bairros: "a vila cercada de muros, o bairro da Bandeira, o da Carreira, o de Monserrate, o da Ribeira, o de S. Bom Homem, o do Postigo, o de S. Bento e o do Campo do Forno" (Carvalho da Costa, 1706: 168. In: Fernandes, 1995: 33). A eles se junta mais tarde o "arrabalde da portela" e a "construção de dois conventos nos limites mais afastados do assentamento: o convento das Ursulinas, próximo da Portela, e o das Carmelitas, no princípio da rua da Bandeira". Assim, em meados do séc. XVIII (…) estava delineado o plano urbano que perduraria até meados do séc. XIX." (Fernandes, 1995: 33).

A consolidação da malha urbana vai resultar da actividade construtiva das famílias abastadas vianenses, que erguem um conjunto de edifícios de que ainda hoje subsistem vários exemplares: Câmara Municipal, Biblioteca Municipal, Museu Municipal, Arquivo Distrital, Instituto Superior Politécnico e algumas agências bancárias. Este edificado é maioritariamente localizado nas três ruas extramuros de acesso ao Centro Cívico (as Ruas de Sta. Ana, de S. Sebastião e da Bandeira), provavelmente fruto da sua hierarquização à época, conferindo-lhes argumentos que contribuíram para o acentuar da sua importância hierárquica no espaço público da vila.

Em 1781, com a ligação da Praça da Erva à Rua da Picota, é iniciada, com autorização régia, a demolição gradual da muralha Fernandina, prosseguida depois durante todo o século XIX. Os troços de muralha sucessivamente demolidos são reciclados na pavimentação das ruas e na construção de obras públicas como, por exemplo, a ampliação do cais (Abreu, 1985: 7).

Do início do povoamento até às portas do século XIX, a malha urbana de Viana evolui segundo três directrizes: a muralha, que condiciona a morfologia interior do assentamento primário e o traçado da sua expansão; a extensão paralela ao rio Lima segundo o eixo marcado pelos limites da Matriz Velha a nascente e da Fortaleza a poente; e a implantação dos conventos distribuídos pela periferia.

Segunda metade do Século XIX

Na carta régia de 20 de Janeiro de 1848, D. Maria II concede à vila o título de Cidade e o topónimo de Viana do Castelo. À data, o seu perímetro urbano encontrava-se delimitado pelos conventos de S. Bento, do Carmo, de Sto. António, de Sta. Ana e dos Cruzios, pela igreja de N. Sra. da Agonia e pelo ponto de intersecção entre o Campo do Castelo e a travessia do rio Lima.

Fora deste perímetro apenas existiam dois conventos, o pouco povoado bairro da Portela e um troço significativo da Rua da Bandeira, através da qual a cidade cresce de forma linear para nascente. O crescimento atípico[96] desta rua pode ser justificado pela limitação à expansão urbana que as demais direcções apresentavam: a Sul a barreira natural do Rio Lima; a poente, a zona de protecção à fortaleza de Santiago da Barra (o campo do Castelo, pertença do Ministério da Guerra), que obrigava a uma contenção no prolongamento das artérias; a Norte, o declive acentuado do arranque da Serra de Sta. Luzia incentivava a procura de terrenos mais planos. As limitações à expansão tendem a aumentar e também potenciam a consolidação da malha urbana existente.

"(...) pela disposição das casas Viana consta de um grupo de habitações emassadas num pequeno âmbito, e do apenso excêntrico de uma longa rua" (Ortigão, 1948: 18).

A partir de 1878, com a construção de importantes estruturas viárias como o caminho-de-ferro e as estradas Famalicão/Caminha e Viana/Ponte-de-Lima, a cidade adquire uma nova centralidade e, com ela, inicia-se uma nova fase de crescimento populacional.

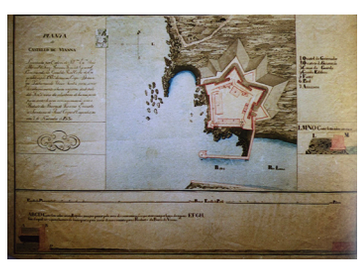


Fig. 5.86. *Planta do Castello de Vianna.* Domingos Zacarias da Silva Santos, 1830.

As zonas verdes da cidade limitavam-se ao Jardim Público, vizinho das Ruas do Marquês e do Castelo, de reduzida dimensão e forte exposição aos ventos dominantes de Oeste, à arborização da Praça da Rainha, à envolvência da Igreja de Monserrate, aos Largos do Pombal e do St. Homem Bom e ao Cemitério. Apesar da densidade da malha urbana construída, a planta de 1864/67 mostra que os logradouros dos quarteirões são, na sua maioria, abundantemente cultivados.



Fig. 5.87. *Melhoramento do porto de Vianna do Castello. Planta Geral, 1869.*

Pela observação directa da iconografia da cidade deste período, o seu edificado apresentava uma altura de até dois pisos, com excepção de alguns exemplos dispersos entre o cais e a Praça da Rainha.

Mário Gonçalves Fernandes (1995: 47-48) divide-a em cinco áreas diferentes, segundo o traçado e a hierarquização dos arruamentos, a morfologia dos quarteirões, a densidade de construção e a importância dos espaços verdes. A primeira área compreende a malha intramuros e a imediatamente adjacente, sobretudo a que se estende até à Capela das Almas, de origem medieval, de origem planeada, densamente edificada e sem espaços verdes. A segunda área abrange o tecido urbano delimitado pela fronteira da área anterior, o Campo do Castelo, o rio e a Rua de S. Sebastião, formado por uma mistura de traçado regular e espontâneo que originou quarteirões de forma irregular e de dimensão



Fig. 5.88. *Planta da Cidade de Vianna do Castello. Fortunato Damazio, 1855.*

[96] Atípico no contexto da evolução da vila até à data.



Fig. 5.89. *Planta da Barra e Porto de Vianna do Castello.*



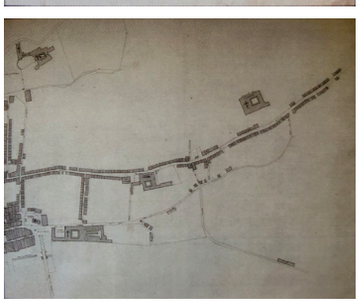


Fig. 5.90. e 5.91. *Planta Geral da cidade de Vianna do Castello.* Thomaz Correa, 1859/60.

superior à da área anterior, permitindo a sua ocupação com espaços ajardinados. A terceira área, mais recente, é delimitada pelas duas anteriores e a fronteira dos conventos, cujo parcelamento é fruto das relações viárias de acesso aos edifícios religiosos, originando quarteirões de maiores dimensões e menor densidade de construção, possibilitando uma maior extensão da mancha verde. A quarta área, a zona Nascente adjacente ao Convento do Carmo, de carácter agrícola, é estruturada através do atravessamento da Rua da Bandeira, que reúne as edificações nela existentes, apesar de apresentar uma fraca densidade neste troço, e de uma rede de caminhos rurais. A quinta área abrange a zona próxima à Capela da Sra. da Agonia, mais recente e de característica rural como a anterior, com um traçado viário sinuoso por força da acidentada topografia e de escassa densidade de construção.

A maioria das funções comerciais concentrava-se junto ao rio, nos espaços de descompressão da densa malha urbana, junto ao rio e ao casco medieval, e nas praças e ruas de maior afluência: a feira semanal, de alcance distrital, encontrava-se sedeada no Largo da Feira, entre o quarteirão da Rua dos Manjovos e o rio; os cais eram organizados por tipo de produto comercializado; as actividades liberais distribuíam-se pela Praça da Rainha, pelos Largos da Picota, do Postigo e do Pombal e pelas Ruas de D. Luiz, da Picota e da Bandeira (no troço inicial); os serviços concentravam-se na Praça da Rainha (a Câmara, a Misericórdia e o respectivo Hospital) e no Largo de S. Domingos (repartições, a administração do Concelho, a recebedoria e a pagadoria, as obras públicas distritais, a fazenda e o telégrafo). A Rua de S. Domingos arroga o protagonismo de ligação entre as duas praças mais importantes, reflectindo-se quer na sua importância quer no trânsito quotidiano. A Rua da Altamira assume-se como o percurso mais directo entre os Largos de S. Domingos e do Pombal, para além de através dela seguir a estrada para Caminha. A Rua Grande, a par com a Praça da Erva, são pontos de partida de carruagens e trens de aluguer.

Na periferia da cidade encontravam-se localizados o Matadouro municipal, algumas oficinas de pirotecnia e diversas fábricas que se instalavam, preferencialmente, em terrenos junto ao rio. Contudo, a indústria vianense entra em crise e vê a maioria das fábricas fechar portas, ao invés de outras localidades como a cidade do Porto. Em 1859, metade da população activa dedicava-se a actividades agrícolas.

Com a segunda metade do século XIX, a malha urbana da cidade de Viana do Castelo é confrontada com a construção da ponte férrea, a abertura de estradas, o alargamento da zona portuária e a abertura da linha férrea. Este conjunto de obras públicas tem um impacto significativo quer na sua organização quer no seu futuro desenvolvimento.

A ponte férrea sobre o rio Lima, da autoria de Gustave Eiffel, é construída

entre 1877 e 1878, substituindo uma ponte de madeira, já degradada, que fora edificada entre 1818 e 1820[97], e vai possibilitar o prolongamento da Linha do Minho para Norte. A localização final da ponte foi escolhida de entre três soluções[98], prevalecendo a que foi considerada mais económica, apesar do seu traçado desembocar numa área de densa edificação da cidade e da sua tipologia de dois tabuleiros sobrepostos implicar necessariamente a construção de obras de arte para atingir a cota da cidade, já perto do Convento do Carmo[99].

A construção de novas estradas visava contribuir para o melhoramento da circulação no território do Distrito de Viana, cujas vias de então eram consideradas das piores do país, e enquadrava-se num plano nacional que se inicia em 1835, com a criação da *Comissão de melhoramentos de comunicação do interior*, e vai efectivar-se a partir de meados do século XIX. A Estrada Real (E.R.) n.º 4, que ligaria Famalicão a Caminha, apenas segue a partir de Viana em 1857, após um empréstimo contraído pelo Governo junto dos comerciantes locais através da Companhia Vianense, criada para o efeito. A ligação da cidade a Ponte-de-Lima através da E.R. n.º 25 é apenas iniciada em 1867. Até ao final do século, o estado ainda viria a construir dois ramais da E.R. n.º 4 no interior da cidade: uma entre a Praça do Príncipe e a citânia de Sta. Luzia (1890); outra entre o cais fluvial e a estação de caminhos-de-ferro (1917).

Com a Lei de 15 de Julho de 1862, o governo passa a ter poderes para nomear as ruas das povoações que são parte integrante das estradas reais ou distritais que as atravessam. A partir de 1866, é definido o traçado urbano da E.R. n.º 4 no interior de Viana, bem como o da E.R. n.º 25. A partir de 1890, a Rua das Laranjeiras é alargada, por se integrar no traçado do ramal da E.R. n.º 4 rumo à citânia. Em 1882 é construída a estrada/rua da Papanata, como alternativa ao traçado da E.R. n.º 25 coincidente com a Rua da Bandeira.

Em 1876, com o alargamento da Rua de Sta. Ana (figura 5.14.), é alinhavada a ideia de criação de um eixo directo de ligação do porto fluvial à estação de caminhos-de-ferro. Por falta de meios, só em 1917 é aberta a Avenida Central, com o forte argumento de acelerar as trocas entre as duas infra-estruturas comerciais mais importantes da cidade. De entre quatro traçados é escolhido o que ainda hoje existe: a actual Avenida dos Combatentes da Grande Guerra. A decisão por este traçado, que eliminou diversas ruas históricas e demoliu à volta de 80 construções,

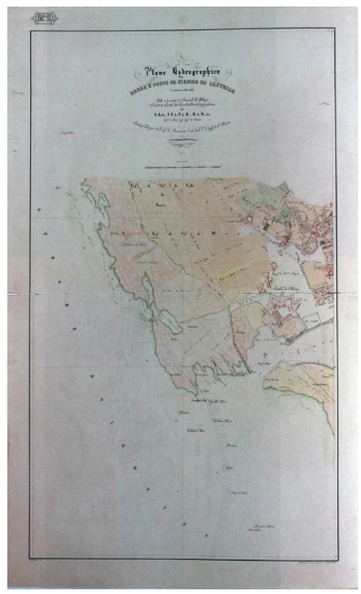


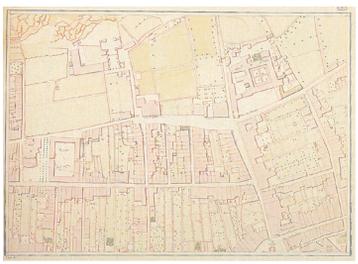


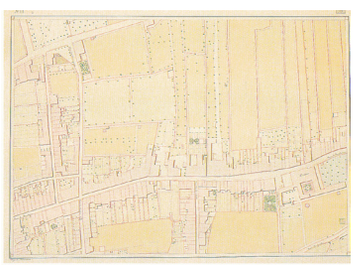
Fig. 5.92. e 5.93. *Plano Hidrográphico da Barra e do Porto de Vianna do Castello. 1864/67.*

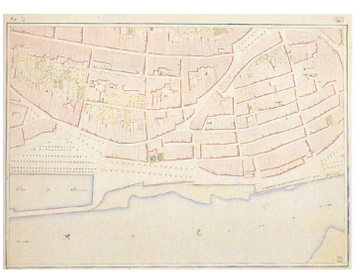
[97] Até à construção da ponte de madeira, a travessia era efectuada por meio da *Barca do Concelho*, sobre a passagem da qual eram cobrados direitos de passagem para a sua manutenção e para a futura construção de uma ponte de pedra.

[98] As outras duas soluções advogavam, respectivamente: a construção de uma ponte de pedra adjacente à de madeira (projecto de 1807); a construção da nova ponte a 150 metros da de madeira (traçado de 1855 de John Rennie), seguindo o traçado da Estrada Real n.º 4 e evitando a inflexão da linha a jusante.

[99] Apesar do protesto do município, o poder central ignora a solução tipológica alternativa proposta de tabuleiros paralelos.







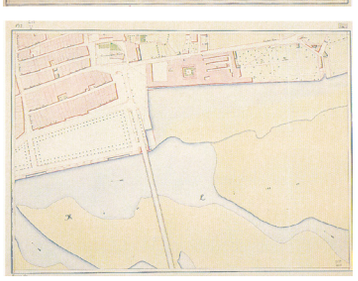


Fig. 5.94., 5.95., 5.96. e 5.97.Carta Cadastral da cidade de Viana do Castelo. 1868/69.

não foi isenta de polémica, mas contribuiu para o descongestionamento da malha urbana, numa atitude Higienista comparável à da criação da Avenida dos Aliados no Porto. Embora o motivo inicial de 1876 se tivesse perdido com a construção, em 1917, de um ramal ferroviário de acesso à doca, a circulação intra-urbana e interurbana passam a ser efectuadas de uma forma mais fluida.

O porto flúvio-marítimo de Viana, que possuía desde o século XVI ancoradouros em ambas as margens do rio Lima, sofria dos mesmos problemas de assoreamento dos demais portos espalhados pelo litoral nacional, afectando não só a navegação fluvial, como também as operações marítimas de longo curso e de cabotagem e que o sucessivo aumento da tonelagem das embarcações agravava. Estas condicionantes de ordem natural tinham um impacto negativo na economia da cidade e da região, sobretudo ao nível do comércio.

As intervenções mais importantes efectuadas no rio Lima focaram-se nos troços compreendidos entre Ponte de Lima, Ponte da Barca e o porto de Viana, mas limitavam-se à destruição de formações rochosas que dificultassem a navegação. Por outro lado, a concorrência da via fluvial com as estradas então criadas, nomeadamente a que liga o Porto a Braga, a par com os constantes problemas de assoreamento do leito do rio, levam a que a navegação se extinga no final dos anos 1920.

Ao invés do que aconteceu a montante do rio, as obras do porto de Viana são mais significativas e o seu início remonta ao século XV: focam-se em técnicas de redução do assoreamento, tais como a introdução de estacaria para estreitamento do leito do rio, e têm como objectivo facilitar o acesso à barra e às docas. As obras de melhoramento do porto apenas avançam a partir de meados do século XIX e transformam de forma definitiva toda a zona ribeirinha da cidade. Em 1880 já se encontravam em fase final de construção as obras dos aterros de S. Bento e do cais da feira e, em 1904, é concluída a doca da Dízima, ampliada até ao forte de S. Tiago da Barra até final da década de 1940.

Apesar do investimento efectuado no porto vianense, o afluxo não aumentou, devido à concentração do tráfego marítimo nos portos de Lisboa e de Leixões e às alternativas ferroviária e viária. Mas o terreno que a cidade conquista ao rio com a intervenção nas suas margens permite-lhe dotar-se de um espaço público arborizado de lazer.

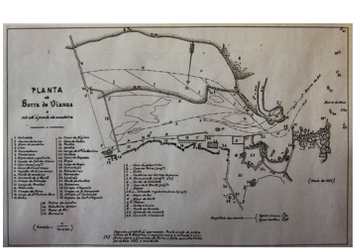


Fig. 5.98. *Planta da Barra e do Porto de Vianna*. 1875.



Fig. 5.99. *Planta das Ruas de D. Luiz e de St.ª Anna*. 1876.

A linha ferroviária como meio de transporte de mercadorias alternativo à via marítima torna-se uma realidade que a cidade de Viana do Castelo vai conhecer de muito perto, a partir de 1876. A sua malha urbana histórica vê-se rasgada por três troços de duas linhas ferroviárias: o atravessamento da Linha do Minho rumo a Valença (perspectivando a o prolongamento para Vigo), um ramal de ligação da estação à doca comercial e o arranque da Linha do Vale do Lima. Se esta última não tem impacto na cidade, por atravessar terrenos ribeirinhos não urbanizados, já os outros dois troços deixaram nela uma marca significativa.

Apesar dos protestos do município quanto ao seu traçado invasivo, o poder central manteve-se intransigente até porque, considerando as características técnicas inerentes a este tipo de traçado, havendo o objectivo de ligar a Linha do Norte à rede férrea internacional, o atravessamento de Viana tal como a curva que descreve a seguir à ponte em direcção à costa seriam praticamente inevitáveis por motivo de ordem topográfica e, por conseguinte, também económica[100]). As expropriações necessárias à sua construção resumem-se contudo, na sua maioria, a terrenos de cultivo ou de circulação. O edificado demolido compreende alguns edifícios de excepção como, por exemplo, o Convento dos Crúzios, o Matadouro municipal, a padaria militar, alguns edifícios pertencentes ao conjunto do Convento de Sta. Ana e treze pequenas casas nas Ruas da Bandeira, de Sta. Luzia, da Portela e no largo do Penedo.

A maior dificuldade que o traçado da linha férrea cria à cidade não decorre, portanto, das expropriações, mas sim do facto de sobrepor à malha urbana consolidada da cidade uma barreira física, que isola o núcleo tradicional da área natural de expansão para Nordeste e Noroeste e que impede a livre circulação (interna e externa).

Para além das grandes obras públicas referenciadas, com o Plano Geral de Melhoramentos da cidade Viana concluído em 1875[101], da autoria do Engenheiro João Tomás da Costa, no último quartel do século XIX inicia-se um período de investimento no melhoramento das condições de higiene, segurança e trânsito da cidade e do seu edificado[102]. Apesar destes progressos já constarem da regulamentação municipal em 1842[103] e de terem sido reforçados pelo Decreto de 31 de Dezembro de 1864, é a partir da conclusão do Plano Geral de Melhoramentos que a malha urbana da cidade começa a ser intervencionada de uma forma concertada, estendendo-se até 1891. Deste Plano são exemplo:

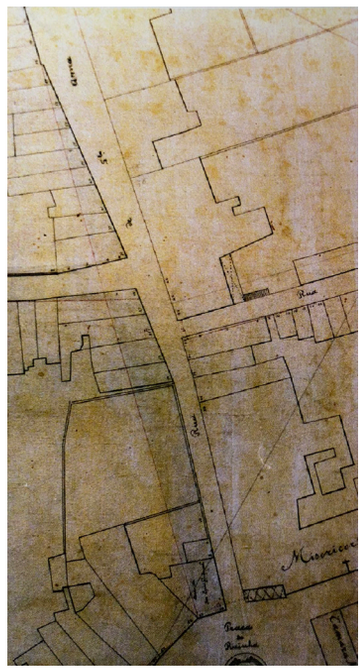


Fig. 5.100. *Plano de Melhoramentos da Cidade de Viana do Castelo*. Pormenor da Rua de St.ª Ana. João Tomás da Costa.

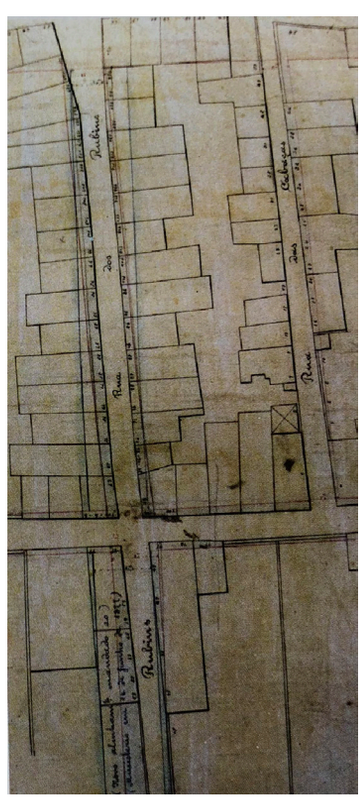


Fig. 5.101. *Plano de Melhoramentos da Cidade de Viana do Castelo*. Pormenor da Rua dos Rubins. João Tomás da Costa.

[100] Era escolhido um traçado que evitasse a construção de túneis e pontes.

[101] Também Director das Obras Públicas Distritais desde 1868.

[102] O Decreto de 31 de Dezembro de 1864 define o conceito de Plano Geral de Melhoramentos e os seus pressupostos técnicos (vide Capítulo I).

[103] Como, por exemplo, o Código de Posturas do Concelho de Vianna do Castello, elaborado com base no Código Administrativo de 1842.



Fig. 5.102. *Plano de Melhoramentos da Cidade de Viana do Castelo*. Pormenor do Largo de S. Domingos. João Tomás da Costa.

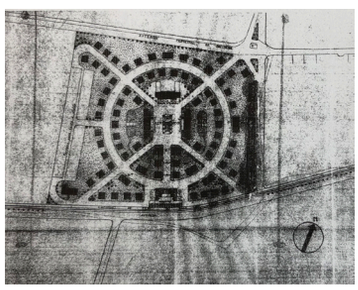


Fig. 5.103. *Plano de uma Cidade-jardim a situar entre a Estrada Municipal da Abelheira e o caminho-de-ferro do Vale do Lima, em Viana do Castelo*. Rogério Azevedo, 1932.



Fig. 5.104. Planta de Viana do Castelo. 1933.

o alargamento da Rua de Sta. Ana (1876-1878), que liga o Largo da Rainha à estação de caminhos-de-ferro; o alargamento das Ruas dos Crúzios e da Carreira; o alargamento e rebaixamento da Rua da Amargura e o seu prolongamento até ao Cemitério municipal; a abertura de uma nova rua (a José Espregueira) entre o cemitério e a Rua da Bandeira; a abertura da Rua do Carmo; o rebaixamento do aterro de S. Bento.

Aparte as obras de carácter regulador dos arruamentos e das praças, também foram executadas neste período obras de embelezamento da cidade, tais como: a construção de fontes nas Ruas do Assento e da Bandeira e em Sto. António; a conversão do chafariz dos Crúzios em fontanário; a construção do novo Jardim Público, no Largo do Pombal; a arborização da nova Rua da Carreira; e o arranjo ajardinado da Praça de D. Fernando.

Entre 1905 e 1906 acentua-se a reforma de diversos aquedutos de saneamento e, a partir de 1919, o município começa a investir nas infra-estruturas de abastecimento domiciliário de água, concretizando-as na década de 1920 e dando assim sequência aos objectivos de salubridade previstos no Plano de 1864. Até 1923 é concretizada a electrificação da iluminação pública.

A partir dos anos 1930 são executados diversos estudos de melhoramento, tais como o Bairro-Jardim projectado em 1932 (figura 5.103.) pelo Arquitecto Rogério Azevedo e o bairro da Bandeira (1941)[104], projectado por Aguiar, que o prolonga e une com a malha urbana da cidade.

O Plano Geral de Melhoramentos de 1875 foi uma ferramenta fundamental na ampliação e requalificação da malha urbana da cidade e no ordenamento da sua edificação, mantendo-se como referência até ao desenvolvimento do Anteplano Geral de Urbanização de 1948, de João de Aguiar.

Em 1942 é ainda desenvolvido o Plano Geral de Arranjo da Cidade pelo Arquitecto Paulo Cunha[105]. Segundo a descrição de Margarida Sousa Lôbo,

"O aspecto mais interessante deste estudo consiste na adopção de uma óptica de contenção do crescimento em expansão, propondo o urbanista a abertura de novas ruas através dos grandes logradouros existentes, numa operação de densificação de um tecido consolidado, mas rarefeito, proposta que só tem paralelo em opções de intervenção no tecido intramuralhas da cidade de Évora, formuladas por Étienne de Groër." (Lôbo, 1995: 180).

[104] O Bairro da Bandeira foi objecto de um projecto de urbanização específico.

[105] Tivemos acesso apenas a uma reprodução de má qualidade que não nos permite uma análise comparativa detalhada.

5.4.2. O(s) Plano(s): 1945; 1948; 1961

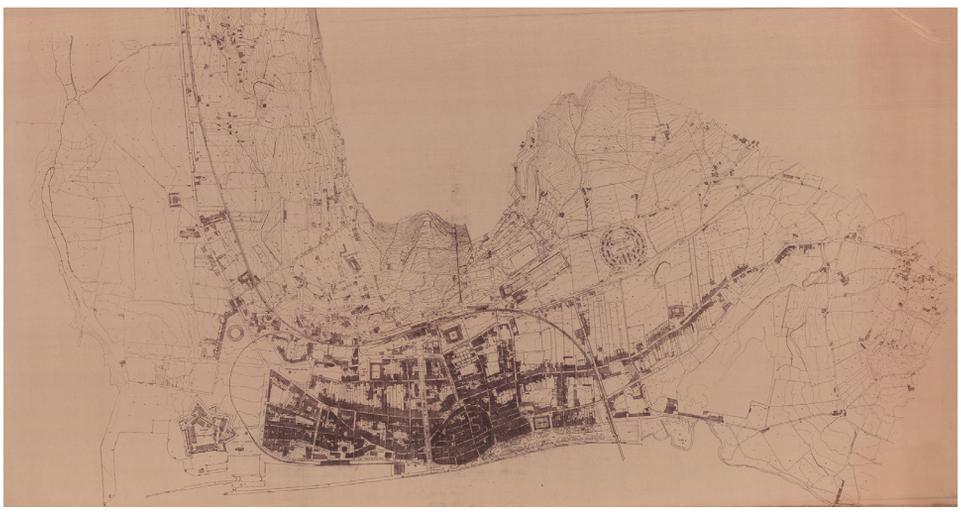


Fig. 5.105. Planta do Estado Actual de Viana do Castelo. 1943.

O Esboceto do Anteplano Geral de Urbanização de 1945

Na pasta de Viana de Castelo, com a referência PU16-09, consultada no arquivo da Direcção Geral do Território, é listado um *Plano Orientador* da autoria de Aguiar, datado de 1943, mas nela não constava qualquer elemento referente ou alusivo ao dito plano. No processo administrativo de Viana do Castelo, e na bibliografia dos autores consultados que investigaram sobre a cidade, também não foi possível identificar qualquer menção específica a este plano. No entanto, sabe-se da ligação profissional do Arquitecto ao município desde, pelo menos, 2 de Julho de 1940[106], ano em que troca correspondência quer com a Câmara quer com o Arquitecto Januário Godinho[107], sobre o traçado do projecto de urbanização da Bandeira, então em curso, que entrega a 22 de Fevereiro de 1941.

A definição de um novo traçado para a Estrada Nacional N.º 13 obriga o município de Viana do Castelo a rever o *Plano Geral de Arranjo da Cidade* de 1942, oferecendo a Aguiar a possibilidade de pensar o futuro da aglomeração de uma forma global. Apesar de não existir no processo administrativo da cidade alusão à intervenção de Aguiar nesta matéria entre 1942 e 1944[108], encontrámos no seu espólio um Esboceto do Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, datado de 1945 e por ele assinado[109], que responde ao problema levantado pela alteração do traçado daquela estrada.

[106] Data da primeira correspondência sobre projecto encontrada entre João de Aguiar e a Câmara Municipal, consultada no espólio do Arquitecto.

[107] A quem foi incumbido o projecto do Liceu Gonçalo Velho para a nova urbanização da Bandeira, hoje a Escola Secundária de Sta. Maria Maior.

[108] Data do convite endereçado pela Câmara Municipal a João de Aguiar para proceder à elaboração do Anteplano Geral de Urbanização de Viana, como mais à frente veremos.

[109] Este Esboceto também é identificado por Margarida Sousa Lôbo (1995: 180).

Do Esboceto do Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo de 1945, consultámos uma Planta de Trabalho e uma Planta de Urbanização, ambas à Escala 1:2.000.

A intervenção proposta por Aguiar não se foca apenas nos remates decorrentes da alteração do traçado da Estrada Nacional. Antes cria um sistema viário primário de servidão das potenciais zonas de expansão de Viana, quer para Nascente, ligando a unidade residencial da Bandeira, quer para poente, definindo uma unidade residencial costeira e uma outra na encosta poente do Monte de Sta. Luzia, em direcção à Areosa.

Ao nível do núcleo urbano oitocentista, Aguiar regulariza frentes de rua, alarga alguns arruamentos e largos do tecido consolidado e remata as respectivas franjas. Para os arruamentos, são propostos a extensão da Rua de Sta. Ana até à linha férrea, o alargamento das Ruas do Espírito Santo, das Correas[110], da de S. Sebastião[111] e da do Trigo e da Quelha dos Matamouros[112], a criação de um espaço envolvente ao edifício da Câmara Municipal, a reconfiguração do Largo de S. Domingos, a substituição do Largo de Monserrate[113] por um novo quarteirão e a ampliação do Largo Sto. Bom Homem[114].

Para os quarteirões, todos aqueles que confinam com a linha do caminho-de-ferro são redesenhados, para integrar um novo arruamento que se desenvolve paralelo a esta, da ponte sobre o Rio Lima à Igreja da Sra. D'Agonia. A criação de uma avenida marginal também obriga à reconfiguração dos quarteirões confinantes com a Fortaleza de S. Tiago da Barra e à demolição do quarteirão entre a Rua do Castelo e a doca.

[110] Futura Rua Major Xavier da Costa.

[111] Futura Rua General Luís do Rego.

[112] Com a Quelha das noivas criam a futura Rua de Olivença.

[113] Actual Largo 9 de Abril.

[114] Futuro Largo Vasco da Gama.

Fig. 5.106. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1945.



A criação de uma praça de grande escala na continuidade do Mercado (demolido na proposta) que rompe o quarteirão da Capela das Almas e liga, através de um novo arruamento, a marginal à extensão da Rua de Sta. Ana é, provavelmente, a intervenção de maior impacto no espaço público da cidade[115]. Como veremos mais à frente, esta área da cidade velha é sempre a mais intervencionada por Aguiar, talvez porque, já no contexto do Esboceto, ele lhe pretendesse conferir a função de centro cívico e comercial, como é mais tarde sua intenção expressa[116]. O facto de ser uma zona com logradouros de grandes dimensões e de estes não se encontrarem fraccionados como os da zona oriental do centro oitocentista, também pode explicar esta opção, uma vez que o número de expropriações necessário à sua concretização é consideravelmente reduzido. A proximidade da nova zona residencial de expansão da Bandeira, que foi objecto de um projecto de urbanização específico, desenvolvido por Aguiar em 1941, também poderá ter contribuído para esta opção.

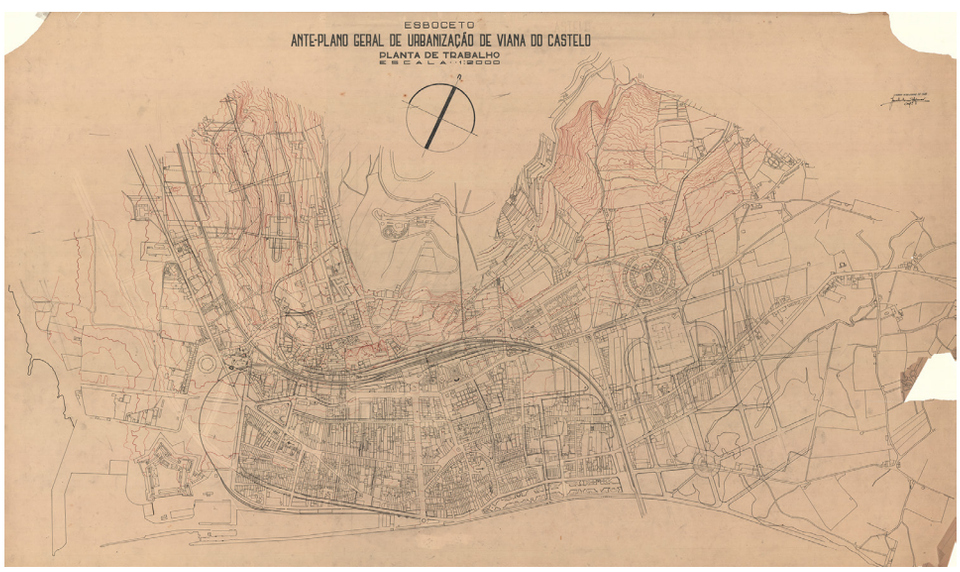


Fig. 5.107. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Parte da Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1945.

A expansão da malha urbana oitocentista é efectuada através da criação das já referidas três unidades residenciais, dispostas na sua envolvente próxima, apesar de fisicamente separadas dela através, quer da linha ferroviária e da estrada nacional, que a delimitam a Nascente e a Norte, quer do Campo da Agonia e da Fortaleza de S. Tiago da Barra, que a delimita a Poente.

O Bairro da Bandeira obedece a um traçado que tem por referência a estrutura de composição da *City Beautiful*, tirando partido da axialidade que o já edificado *Bairro-Jardim* potencia, da implantação do Liceu que obedece ao mesmo critério e da intersecção da estrutura viária local. São criados largos e praças e neles implantados edifícios públicos ou de utilidade pública. A habitação é distribuída

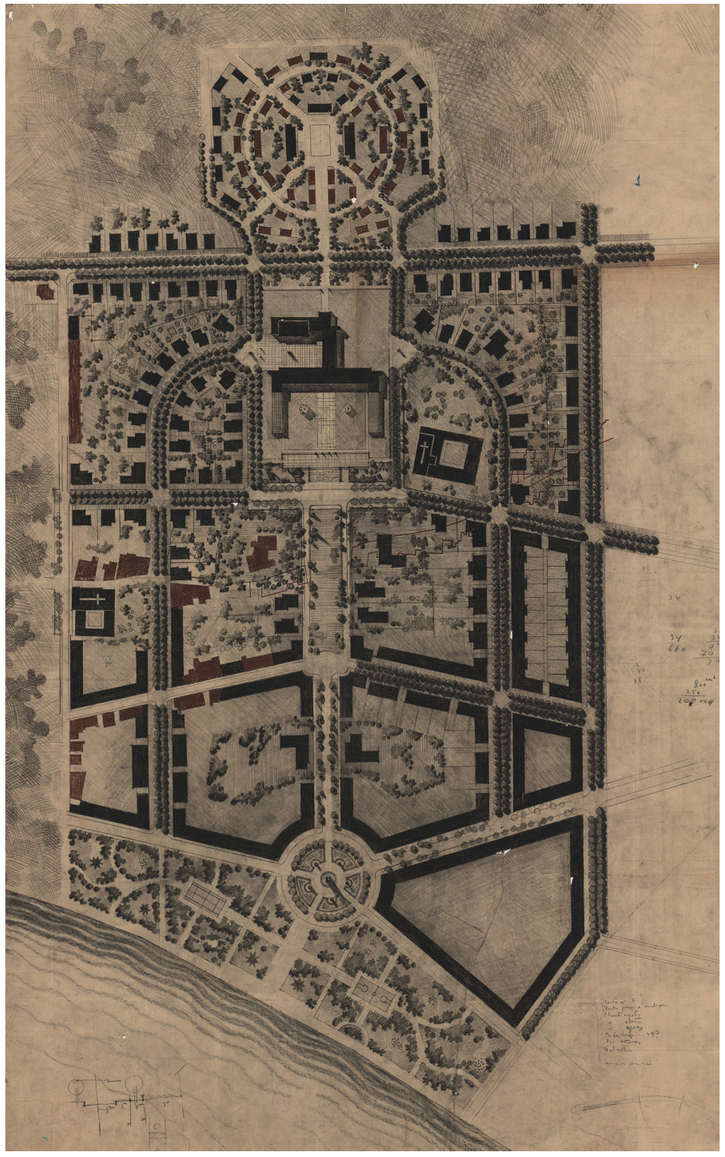
[115] Apesar de não ser a mais invasiva, por aproveitar a grande dimensão do logradouro do quarteirão.

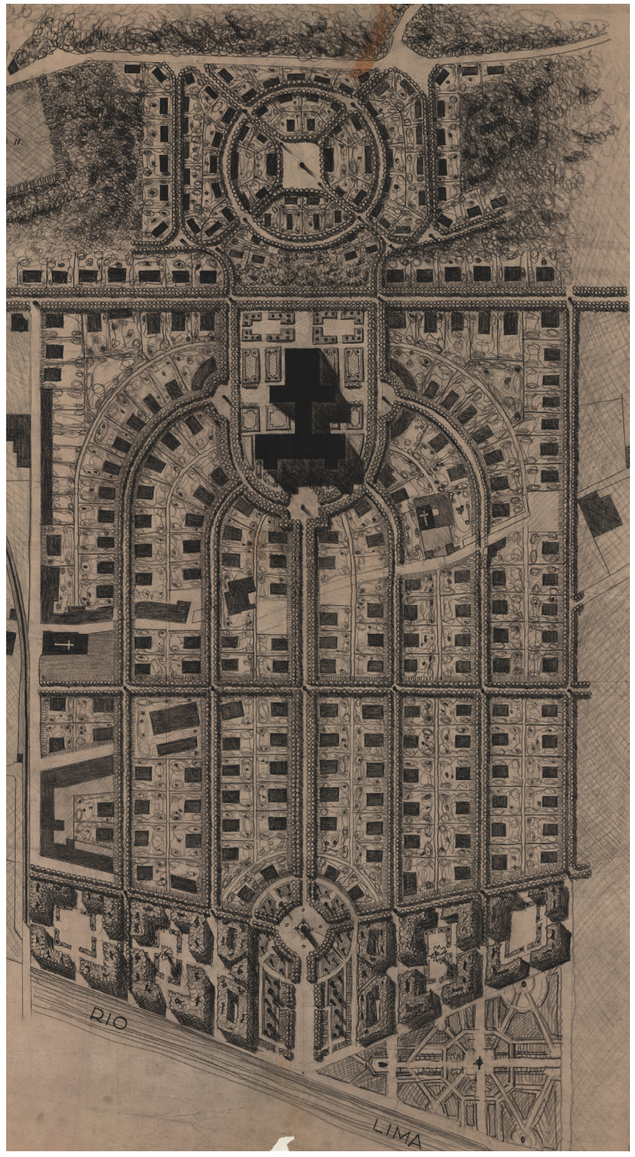
[116] Esta vontade é expressada na memória descritiva e justificativa da Revisão de 1961.

por núcleos residenciais de habitação unifamiliar isolada, que funcionam como células autónomas, de acordo com os princípios da *Unidade de Vizinhança*. A zona ribeirinha desta unidade residencial, por se encontrar numa zona de aluvião, é aproveitada para a criação de uma grande área ajardinada, que dá continuidade ao Passeio Público (que é mantido).



Fig. 5.108. Projecto de Urbanização do Bairro da Bandeira. Planta de Trabalho. João António de Aguiar, 1941.





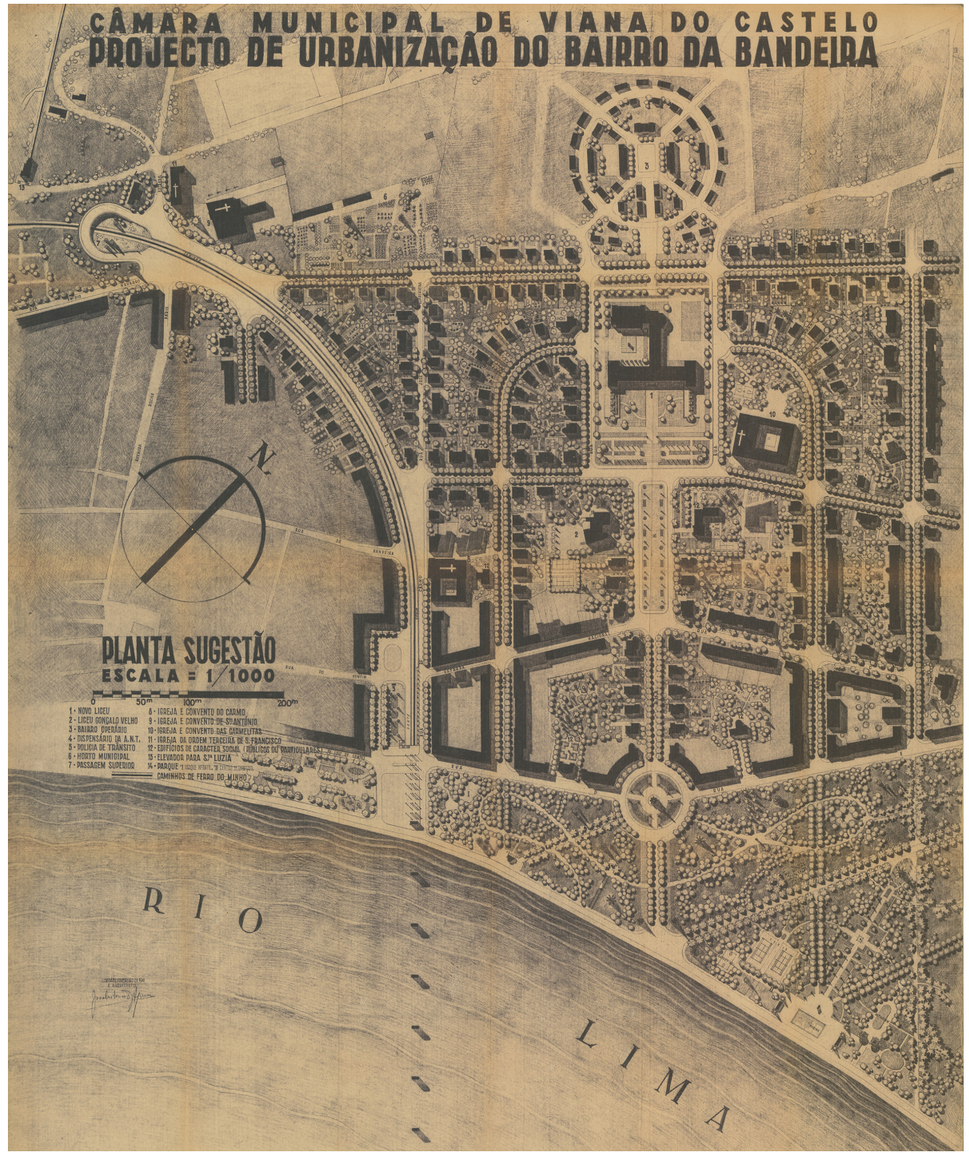


Fig. 5.109., 5.110 e 5.111. Esboços iniciais do Bairro da Bandeira. João António de Aguiar, 1941.

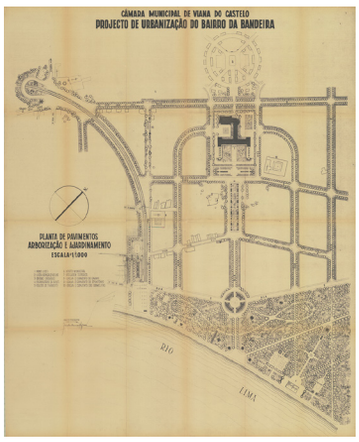


Fig. 5.112. Projecto de Urbanização do Bairro da Bandeira. Planta de Pavimentos e Arborização. João António de Aguiar, 1941.

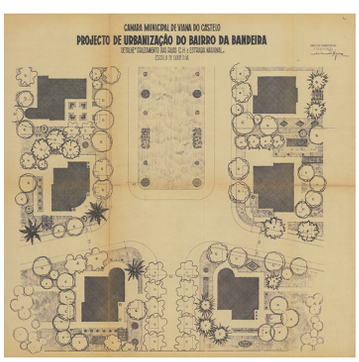


Fig. 5.113. Projecto de Urbanização do Bairro da Bandeira. Planta do Cruzamento com a Rua C, H e Estrada Nacional. João António de Aguiar, 1941.

O bairro residencial adjacente ao Campo d'Agonia é essencialmente destinado a moradias geminadas e o seu parcelamento de dimensões mais reduzidas (comparado com o da Bandeira) denota um carácter mais económico. A sua morfologia segue um padrão de recorrência e encaixa-se nos modelos da *Unidade de Vizinhança* e do *Bairro-Jardim*, oferecendo um conjunto de equipamentos de proximidade distribuídos por áreas verdes qualificadas. A inserção do bairro na malha urbana envolvente aproveita o traçado linear da antiga Estrada de Caminha, absorvendo as habitações que o acompanham.

O bairro residencial confinado entre a linha de caminho-de-ferro e a encosta do Monte de Sta. Luzia estende-se a partir das Ursulinas[117], em direcção ao povoado da Areosa e aproveita uma zona de declive mais suave. A sua composição morfológica segue as mesmas referências, *Unidade de Vizinhança* e *Bairro-Jardim*, apesar do seu parcelamento sugerir uma ocupação de estrato social superior. O traçado mais orgânico decorrente das condicionantes topográficas não deixa de obedecer a um eixo de simetria e a um padrão de recorrência, e as suas tipologias variam entre a habitação unifamiliar isolada e a geminada. Os espaços públicos qualificados também distribuem equipamentos públicos e de utilidade pública. A inserção do bairro na malha urbana envolvente é feita através de uma artéria que ladeia a linha férrea e de uma via de penetração que separa o Campo d'Agonia do bairro residencial anterior, perpendicular à primeira. A estrutura urbana existente a Nascente do Seminário das Missões, de traçado reticulado regular, é integrada no desenho do bairro, apesar de separada deste por um espaço verde qualificado de enquadramento do edifício religioso.

O Esboceto de 1945 lança a estrutura que Aguiar utilizará e aprofundará no Anteplano Geral de Urbanização de 1948, embora de uma forma menos invasiva no que respeita à intervenção na malha urbana oitocentista.

[117] Nome atribuído pela população à área onde se encontrava implantado o Seminário das Missões Ursulinas.

5.4.3. O Anteplano Geral de Urbanização de 1948

A 28 de Fevereiro de 1944, o Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo endereça a Aguiar um convite para o desenvolvimento do Plano Geral de Urbanização da cidade. Este convite acontece depois do autor do plano de 1942, o Arquitecto Paulo Cunha, ter demonstrado indisponibilidade para o desenvolver, por se encontrar em trabalho na Província *Ultramarina da Guiné*[118]. Porém, ano e meio antes, a convite do Presidente da Câmara Municipal, já Aguiar começara a exercer funções de consultor técnico do município e a pronunciar-se sobre as mais diversas pretensões urbanísticas dos munícipes, com base no Plano Geral de Melhoramentos de 1875, no Plano de 1942 e no seu conhecimento da cidade entretanto adquirido.

O Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo de 1948 é composto por peças escritas, das quais consta uma Memória Descritiva e Justificativa, um Regulamento e Fotografias, e pelas seguintes peças desenhadas: Planta do Estado Actual – Comércio, Indústria e Edifícios de Interesse Público; Planta de Trabalho à escala 1:2000; Planta de Urbanização à escala 1:2000; Planta Distributiva do Solo à escala 1:2000.

O plano de Aguiar pretende intervir na malha urbana existente de uma forma respeitadora e com o objectivo expresso de preservar a sua unidade arquitectónica, cujo carácter assume como sendo de elevada qualidade. No entanto, a sua postura *Higienista* e a preocupação com os problemas de mobilidade intra-urbana compelem-no a fazer ajustes no traçado viário e na configuração dos quarteirões, nomeadamente no núcleo histórico, no seguimento do proposto no Plano de Melhoramentos de 1882 de João Tomás da Costa.

"Interessa a Viana do Castelo conservar as características que os séculos firmaram no conjunto da cidade, para o que é necessário defender esses edifícios e o ambiente que os cerca não permitindo que outras construções projectadas com indiferença venham adulterá-lo." (Aguiar, 1948: 211).

[118] Informação recolhida de uma missiva do vice-presidente do município endereçada a Aguiar, consultada no processo administrativo da cidade.



Fig. 5.114. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Planta de Trabalho João António de Aguiar, 1948.



Fig. 5.115. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1948.

O exemplo mais expressivo da intervenção de Aguiar ao nível do traçado viário é o alargamento da Rua Nova de Sta. Ana e o seu prolongamento para Nascente, até ao arruamento que ladeia a linha férrea. A nova configuração, já ensaiada no Esboceto de 1945[119], obriga à demolição da frente Norte do arruamento existente para o alargar e de outras 18 edificações para o estender.

O plano também mantém a proposta já avançada no Plano de Melhoramentos de alargamento da Rua Martim Velho até ao antigo Cemitério das Almas, às portas da antiga Praça do Príncipe, onde seria edificado o Mercado[120]. Esta intervenção pretende criar mais um eixo de atravessamento Norte/Sul, para além da já existente Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, obrigando à demolição de uma frente de rua entre as Ruas da Bandeira e do Gontim.

A Rua da Bandeira é provavelmente a mais intervencionada desta versão do anteplano, contando com o alargamento do troço compreendido entre a Rua Nova de S. Bento e o caminho-de-ferro, em frente à Igreja do Carmo, e com um conjunto de demolições na sua expansão para Nascente, na área a ocupar pelo bairro baptizado com o mesmo nome. Apesar da extensão da intervenção, a solução não compromete nem a unidade do núcleo urbano principal nem a continuidade do arruamento consolidado desde o século XIX. Aliás, se comparada com o Projecto de Urbanização do bairro de 1941, a solução do anteplano é consideravelmente menos invasiva do que a inicialmente preconizada, que simplesmente secciona este eixo de expansão secular.

No limite Noroeste da cidade oitocentista, o nó viário adjacente ao Largo 9 de Abril, que inclui a passagem de nível sob a linha de caminho-de-ferro, também obriga à demolição de um conjunto de edifícios e ao alargamento de algumas artérias secundárias que o servem. Esta intervenção tem como objectivo ligar o centro da cidade às novas áreas residenciais e, assim, contribuir para o seu descongestionamento.

Junto ao Porto, entre o Largo 5 de Outubro (antigo Largo da Feira) e o Campo do Castelo, é aberto um novo arruamento que dá continuidade à estrada marginal, alinhado pela fachada do edifício existente da Capitania. Esta solução permite não só afastar a malha urbana das docas, como também conferir a esta importante artéria da cidade um perfil que permita cumprir a sua função de escoamento do trânsito. São eliminados cinco quarteirões e reorganizados outros, nomeadamente por junção e reconfiguração, como é o caso dos quarteirões adjacentes ao Largo Vasco da Gama, que desaparece[121].

---

[119] Embora com uma configuração diferente, uma vez que a proposta de 1945 cria, a meio do seu percurso, um espaço de descompressão de proporções idênticas às da Praça da Rainha.

[120] Mercado este que Aguiar pretende transferir para o Largo 9 de Abril (antigo Largo de Monserrate).

[121] Já em 1894 tinha sido ensaiado um traçado semelhante, destinado ao troço da Estrada Real n.º 4, compreendido entre a Doca da Dízima e o Campo do Castelo (Fernandes, 2002: 406).

São ainda propostos acertos pontuais no traçado existente, conducentes a uma melhor circulação viária, sobretudo no casco histórico, de que é exemplo o alargamento do troço inicial da Rua Sacadura Cabral, junto ao edifício da Câmara Municipal, e as intervenções de desafogo em redor deste edifício.

Ciente da complexidade de tais intervenções de carácter *Higienista* na malha urbana consolidada, João de Aguiar não define um prazo concreto para a sua concretização. Ele prevê, pelo contrário, um horizonte de execução a longo prazo, durante o qual os alinhamentos e o reordenamento dos logradouros começariam a ser aplicados à medida que os privados fossem construindo novos edifícios.

Convém salientar novamente que a prática de intervenção regularizadora da malha urbana medieval de Viana não é uma inovação de Aguiar. Já no contexto do Plano Geral de Melhoramentos de 1875, João Tomás da Costa desenvolvera um conjunto de propostas[122] com impacto semelhante, com o objectivo de cumprir com o disposto no Decreto de 1864[123] e com a legislação subsequente até à introdução em 1934 da figura dos Planos Gerais de Urbanização.



Fig. 5.116. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Planta do Conjunto – -Estado Actual. João António de Aguiar, 1948.

A necessidade da execução de um novo plano a 30 anos, de acordo com a memória descritiva do Plano de Aguiar de 1 948, advém das sucessivas alterações a que é sujeito o traçado da Estrada Nacional N.º 13, definido pela Direcção de Estradas do Distrito de Viana do Castelo (Aguiar, 1948: 171). O mesmo documento confirma, aliás, a existência de dois anteplanos anteriores, invalidados pelo mesmo motivo. Apesar de Aguiar não especificar os planos e a respectiva autoria, podemos inferir que se trata do Plano de 1942 de Paulo Cunha e do seu próprio Esboceto de 1945.

É com base no traçado da Estrada Nacional que Aguiar organiza o esquema viário primário da zona de expansão da cidade e o cerze com a malha urbana existente. Esta via funciona como uma circular da cidade, completada pela artéria marginal, que vem do Bairro da Bandeira e sobe no Campo do Castelo rumo ao litoral, passando pela nova zona industrial e ligando à zona residencial económica (R4) e à zona residencial a Norte das Ursulinas (R2).



Fig. 5.117. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Planta do Conjunto – -Plano. João António de Aguiar, 1948.

Quanto aos espaços públicos da cidade, o anteplano mantém os existentes, ampliando alguns deles: a Avenida Marginal, recentemente ajardinada e muito procurada pelos vianenses, é estendida para Nascente da Ponte, até ao eixo Norte/Sul que articula o Bairro da Bandeira, ligando com a zona envolvente do novo Estádio (também ela uma zona verde); o Jardim General Barbosa (antigo

[122] As incluídas no plano de 1865 e as elaboradas de 1876 a 1881, reunidas no plano geral de melhoramentos assinado em 1882 (Fernandes, 2002: 110).

[123] Documento que institui a figura do Plano Geral de Melhoramentos (vide Capítulo I).

Campo D. Fernando) é apenas ajustado à nova configuração dos quarteirões envolventes; o Campo da Agonia (ou da Feira) é apenas delimitado; o Parque das Ursulinas substitui uma zona de construções em declive muito pronunciado, eliminada pelo anteplano; o Horto Municipal e as zonas de protecção de alguns edifícios públicos também contribuem para a estrutura do espaço público proposto.

Os edifícios públicos e de interesse público existentes seguem o mesmo destino dos espaços públicos, valorizando-os através da definição de zonas de protecção que influem sobre o tipo de construção autorizada e a sua estética. São exemplo o edifício da Câmara Municipal que vê neste plano os edifícios confinantes serem demolidos[124], o Convento das Carmelitas, com a sua generosa área verde envolvente e a Igreja Matriz, cujo Largo de Sto. António vê a sua fachada Poente recuada para uniformizar o perfil da Rua Sacadura Cabral.

É também definido que os edifícios públicos e de interesse público a projectar devem ser implantados em pontos estratégicos da malha urbana (como praças, gavetos e zonas verdes), não só para cumprir desígnios de ordem funcional, como também para se destacarem[125]. São exemplo o novo Mercado, aberto sobre o Largo 9 de Abril (antigo Largo de Monserrate) no lugar do Quartel, o novo edifício dos Bombeiros a localizar em qualquer dos pontos definidos na Planta de Urbanização como *Edifício Público*[126], e as escolas projectadas para os novas bairros residenciais.

Os novos bairros residenciais da cidade são localizados na periferia da malha urbana oitocentista e divididos em três áreas distintas: a zona do Bairro da Bandeira, a nascente, abaixo da Rua Gaspar de Castro, para onde é prevista uma densidade populacional de 100 habitantes por hectare (R1); a zona a Norte do Bairro das Ursulinas, na saída para o litoral, que apresenta uma densidade populacional de 120 habitantes por hectare (R2); a zona que inclui o existente *Bairro-Jardim* de 1932 e a área envolvente, para a qual é considerada uma densidade populacional de 200 habitantes por hectare (R3); a zona residencial a Norte da nova zona industrial que apresenta uma densidade populacional de 200 habitantes por hectare (R4); e a zona a Norte da R2, para a qual é também fixada uma densidade populacional de 200 habitantes por hectare (R5)[127].

---

[124] Esta solução é aprofundada na Revisão do Anteplano Geral de Urbanização de 1961 e parcialmente executada. Ainda hoje podemos observar a fachada de um dos edifícios demolidos no início da Rua Gago Coutinho.

[125] Método de intervenção transversal à obra de João de Aguiar que tem como referência o modelo da *City Beautiful* (vide Capítulo I).

[126] Na Planta de Distribuição do Solo são também identificados os lotes reservados para edifícios públicos e de interesse público existentes e a construir.

[127] Entre a entrega do Anteplano de 1948 e a da Revisão de 1961, Aguiar passa a ordenar estas zonas em duas grandes Unidades Residenciais, cujos nomes são vinculados à freguesia onde se inserem: a de Santa Maria Maior, que engloba as zonas compreendidas no Plano de Urbanização do Bairro da Bandeira; a de Monserrate, que abarca as zonas desde o Seminário das Missões Ursulinas até ao limite Noroeste da expansão da cidade.

A Zona Ferroviária (figura 8.33.) é ligeiramente ampliada no anteplano para uma área de 5,6 hectares, que também prevê quatro passagens de nível para tentar reduzir o impacto da barreira física que representa a linha férrea, todas elas para veículos e peões. A memória descritiva também prevê a construção de passagens inferiores exclusivas a peões nas zonas de maior interesse de atravessamento, definido pelo percurso entre a ponte e o Largo 9 de Abril.

A malha urbana oitocentista é classificada como Zona Mista, para onde é prevista uma densidade populacional de 130 habitantes por hectare (M). É nesta zona que, à data de execução do anteplano, se concentra a actividade comercial da cidade, sobretudo na Praça da República e nas suas imediações. Por se encontrar demasiado concentrada, Aguiar propõe a sua dispersão pelas diversas praças contempladas no novo traçado urbano que se adeqúem a esta função, como a do Mercado ou as da Avenida Marginal.

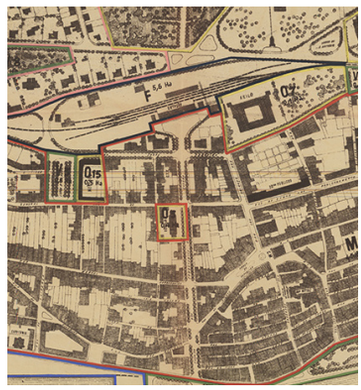


Fig. 5.118. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Ampliação da Planta de Distribuição do Solo. João António de Aguiar, 1948.

A Zona Industrial (figura 8.34.) é implantada junto à zona portuária. A sua área reduzida reflecte o peso deste sector da economia vianense à data e a sua débil previsão de crescimento[128]. É ainda considerada outra zona industrial, a norte da zona residencial R4, onde já existiriam uma fábrica de tapetes e outra de tecidos.

A Zona Portuária (figura 8.34.) definida no anteplano ocupa pouco mais de 16 hectares e engloba o Castelo de S. Tiago da Barra, a sua área de protecção e as instalações dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. É registada a necessidade de serem edificados armazéns de mercadorias e a vontade de localizar a doca de abrigo numa área ribeirinha fora da periferia da cidade.

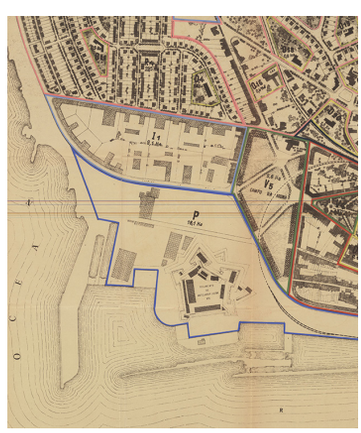


Fig. 5.119. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Parte da Planta de Distribuição do Solo. João António de Aguiar, 1948.

Do Anteplano Geral de Urbanização de 1948 chegou-nos até hoje a generalidade do traçado viário primário, o parcelamento do Bairro da Bandeira compreendido entre a linha férrea, o Liceu (hoje Escola Secundária de Sta. Maria Maior), a Rua da Bandeira e a Rua Gaspar de Castro, o dito Liceu e a localização da parcela destinada ao Hospital.

Quanto à intervenção na malha urbana oitocentista[129], foram realizados o alargamento da Rua Nova de Sta. Ana e o seu prolongamento para Nascente (a Rua do Aveiro), o alargamento da Rua Martim Velho até à Capela das Almas, o Jardim da Marginal, o Jardim que remata a Rua Luís de Camões e ladeia a Rua Abel Viana (também esta traçada no plano) e o quarteirão compreendido entre a Avenida Rocha Paris, o Largo Trindade Coelho e a linha do caminho-de-ferro.

[128] Com excepção da actividade de construção nava, que então prosperava.

[129] A antiga Quelha dos Matamouros é alargada para o perfil da antiga Quelha das Noivas, originando a Rua de Olivença, ainda hoje existente.

O Anteplano Geral de Urbanização – Revisão de 1961

O Anteplano de 1948 foi homologado pelo Conselho Superior de Obras Públicas a 11 de Novembro de 1950, mas com algumas restrições. Apesar de não termos tido acesso ao parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, Aguiar, na memória descritiva do Anteplano Geral de Urbanização – Revisão, refere apenas a necessidade de adaptação do anteplano à realidade, por força do "progresso funcional, espiritual e material da cidade" (Aguiar, 1961: 1). Já Margarida Sousa Lôbo, sobre o mesmo documento, produz duas críticas: uma em relação ao inquérito que integra o anteplano, o qual, apesar de extenso, não parece influir no trabalho apresentado; outra acerca da "segregação social implícita na solução apresentada, recomendando maior equilíbrio na distribuição da população" (Lôbo, 1995: 180).

A 3 de Setembro de 1951 o Presidente solicita que se proceda à sua revisão[130], para cumprir o parecer do Conselho e, no final de Janeiro de 1952[131], Aguiar inicia o processo de revisão do Anteplano Geral de Urbanização. Para o efeito, o Arquitecto solicita à Câmara Municipal um inquérito à construção, de modo a poder utilizar os resultados na revisão do anteplano, tendo para isso solicitado à Repartição competente do MOP que envie ao município o modelo do inquérito em uso.

A 16 de Outubro de 1953 é enviado à Câmara Municipal um esboceto do plano para validação da solução, sobre o qual começam a ser instruídas as respostas às pretensões urbanísticas dos munícipes até à entrega do plano final, que acaba somente por acontecer em Abril de 1961.

Sobre o extenso período decorrido entre o esboceto e a entrega final, resulta da correspondência que consta do processo administrativo de Viana do Castelo, por um lado, que Aguiar atrasa a sua conclusão porque a Câmara não lhe envia os documentos pedidos[132] e, por outro, que a Câmara Municipal se queixa do atraso na entrega do anteplano, chegando a Repartição de Estudos de Urbanização da Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos a intimar o Arquitecto a entregar o trabalho.

O Anteplano Geral de Urbanização – Revisão de 1961 é composto por peças escritas, das quais consta uma Memória Descritiva e Justificativa e um Regulamento, e pelas seguintes peças desenhadas: Planta de Trabalho à Escala 1:2.000; Planta

[130] De acordo com um ofício da Câmara Municipal endereçado a João de Aguiar a 3 de Setembro de 1951, consultado no processo administrativo de Viana do Castelo.

[131] Informação constante de uma carta de João de Aguiar endereçada ao Engenheiro-Chefe da Repartição de Estudos de Urbanização a 10 de Dezembro de 1951, consultada no espólio do Arquitecto.

[132] "Aproveito a oportunidade para comunicar a V. Exa. que a elaboração do anteplano geral de urbanização "revisão" está dependente da planta actualizada e do inquérito da habitação na cidade.". Excerto de carta de João de Aguiar, com data de 8 de Novembro de 1954, endereçada ao presidente do município.

de Urbanização à Escala 1:2.000; Planta de Zonas à Escala 1:2.000.

O traçado do Anteplano Geral de Urbanização – Revisão de 1961 segue, grosso modo, as linhas gerais do de 1948 e integra as preocupações até agora elencadas. A maior alteração ao traçado anteriormente delineado prende-se com a substituição do troço da E.N. 13 incluído na cidade por outro periférico, que arranca de uma nova travessia do Rio Lima confinante com a Meadela, sobe ao limite da Abelheira, segue para Poente a linha de sopé do Monte de Santa Luzia e liga ao traçado original na Areosa. O novo traçado de distribuição regional da cidade também contempla uma variante da E.N. 13 de servidão a Sta. Luzia e uma outra variante da E.N. 302-2 de ligação à Abelheira e ao Outeiro.

A necessidade deste novo troço da E.N. 13 prende-se com o facto do limite da sua capacidade rodoviária ter sido atingido. No entanto, porque a nova ponte ainda não se encontrava construída, Aguiar vê-se na necessidade de o requalificar, para que até lá a ligação continue operacional.

Quanto à rede viária urbana, os pressupostos do anteplano de 1948 mantêm-se inalterados, nomeadamente a criação de um eixo estruturante Nascente/Poente de ligação da estrada de Ponte-de-Lima com o litoral, através das Ruas Emídio Navarro e Conde da Carreira e dos respectivos prolongamentos. Apenas são ajustados os eixos de penetração das estradas nacionais na malha urbana, para que o tráfego se dissipe pelas diversas alternativas e evite a apertada malha urbana central.

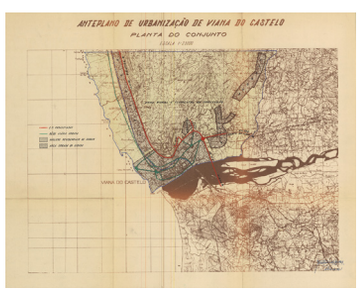


Fig. 5.120. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Planta de Conjunto, Revisão. João António de Aguiar, 1961.



Fig. 5.121. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo. Planta de Urbanização, Revisão. João António de Aguiar, 1961.

Dos novos arruamentos previstos no traçado de 1948, à data da entrega da revisão já se encontrariam executados: a Avenida D. Afonso III e as Ruas de Aveiro, Dr. João Páris, Engenheiro Frederico Ulrich e de S. João de Deus; o prolongamento da Rua de Olivença; o troço da Rua A do bairro a Norte das Ursulinas compreendido entre a E.N. 13 e o Seminário das Missões; a construção dos arruamentos do bairro dos Pescadores.

Para a zona nascente do núcleo urbano primário Aguiar desenha um Centro Cívico e Comercial Principal[133], de interesse histórico e arquitectónico, nele concentrando a nova Câmara Municipal, o Mercado, um Hotel e comércio diverso de apoio à Zona Mista.

No tempo decorrido entre os dois planos são também erigidos: o edifício do Tribunal, no gaveto das Avenidas do Conde de Carreira e dos Combatentes da Grande Guerra; o da Cadeia, entre o Cemitério antigo e o *Bairro-Jardim* da Bandeira; o do Banco de Portugal, na Praça da República; o do Liceu, apelidado de Gonçalo Velho, a Sul do *Bairro-Jardim*; a Escola Primária do Carmo, adjacente ao Convento; o Cinema da Rua Aveiro[134]; o Grémio da Lavoura, adjacente à Cadeia; os Celeiros da Federação Nacional dos Produtores, junto do anterior; e diversas garagens como a Garagem Nova, na Avenida Rocha Páris.

À data da conclusão da revisão ao anteplano estavam em curso os seguintes projectos: a Escola Técnica, prevista para Monserrate, a Norte da zona industrial; os Serviços Municipalizados e a Repartição de Finanças, no quarteirão do Palácio dos Távoras; os Paços do Concelho, a serem instalados na Casa dos Cunhas e enquadrados num novo arranjo de quarteirão onde a Rua da Bandeira cruza com o arranque da Avenida Afonso III; um Hotel no terreno do antigo mercado, junto à Capela das Almas; um Mercado, a Norte da mesma Capela; outro Mercado, para servir a população da unidade residencial de Monserrate, por se encontrar a uma distância considerável do primeiro; a Central de Camionagem, prevista para os terrenos a Sul da Igreja do Carmo, no enfiamento da Estrada da Papanata; o Depósito Geral e Oficinas da Junta Autónoma das Estradas[135].

Ao nível da habitação de iniciativa oficial, já se encontravam construídos o núcleo de habitações económicas da Federação das Caixas de Previdência, a Poente do *Bairro-Jardim*, e um troço do Bairro dos Pescadores, a Norte da zona industrial, junto ao mar. A iniciativa particular diligenciou a edificação de muitas moradias nas unidades residenciais de *Monserrate* e de *Santa Maria Maior*, bem como edifícios no centro da cidade, nomeadamente na Avenida D. Afonso III, aproveitando as

[133] O traçado da zona do Centro Cívico previsto na revisão do anteplano é revisto através de um estudo de arranjo urbanístico específico, datado de 1971, consultado no espólio de João de Aguiar. Este estudo revela que dez anos depois da revisão do anteplano já tinham sido construídos diversos edifícios nele previstos como, por exemplo, a frente da Rua Abel Viana e o gaveto da Avenida D. Afonso III com a Rua Pedro Homem de Melo.

[134] Novo nome dado ao prolongamento da Rua de Sta. Ana.

[135] Com um lote de terreno já atribuído, mas dentro da unidade residencial de Monserrate. Aguiar propõe a sua deslocação para o limite da nova expansão da cidade.

obras decorrentes da implementação do traçado da E.N. 13.

A área a sul da Rua da Bandeira do Bairro com o mesmo nome, por se encontrar em zona de aluvião, não é considerada na revisão e o traçado da restante zona residencial é redesenhado em redor das preexistências à data. A Sudeste da Estrada da Papanata, pelo mesmo motivo, a revisão prevê uma ampla zona verde em redor de uma lagoa[136]. Nela são previstos diversos equipamentos colectivos, como uma zona desportiva, próxima do nó viário de acesso ao tabuleiro da nova ponte e de uma doca de recreio, adjacente à recém-construída Praça de Touros.

A memória descritiva dá conta da construção de 240 prédios entre 1951 e 1961 e da necessidade de serem criadas condições para que construtores e privados possam investir em mais edificado (Aguiar, 1961: 14). Esta crescente procura leva Aguiar a propor que seja incentivada a construção de edifícios de 3 e 4 pisos e de tipologia económica, advogando que é o que a população vianense mais procura.

Quanto aos atributos negativos da evolução da cidade nos dez anos decorridos entre os dois planos, Aguiar destaca de forma categórica a má qualidade estética da edificação em geral, sobretudo na malha urbana oitocentista, a qual classifica como estando "divorciada do fácies local", nomeadamente nas zonas de protecção de edifícios classificados como Monumentos Nacionais. Esta preocupação leva Aguiar a delimitar na revisão do anteplano o "Núcleo Histórico e Arquitectónico" da cidade, prevendo para este determinadas restrições e orientações no Regulamento do anteplano[137].

"As fachadas, principalmente as anteriores, dos prédios construídos (…) não possuem, salvo raras excepções, quaisquer qualidades que as imponham nos aspectos arquitectónicos e estéticos. (…)

É de referir também os atentados feitos ao característico ambiente da área central da cidade, com construções de composição arquitectónica "divorciada", por assim dizer, do fácies local. (…).

A Câmara Municipal tem, sem dúvida, procurado resolver este e outros problemas relacionados com a estética citadina e conservação do característico ambiente do núcleo central da cidade, mostrando que não ignora a responsabilidade que advém da administração duma herança que devido ao seu intrínseco valor artístico, espiritual, cultural e turístico, sai do plano local para o nacional.". (Aguiar, 1961: 16-17).

[136] Na eventualidade de ser tecnicamente ou economicamente inviável a construção de uma lagoa, Aguiar propõe o aterro da depressão natural existente e a plantação de árvores.

[137] O Regulamento do anteplano prevê, no seu Art.º 2.º, prescrições como a proibição de alterar edifícios com valor arquitectónico, histórico ou arqueológico, a exigência da reconstrução ou reparação das fachadas de interesse arquitectónico, ou a possibilidade de criação de uma imagem de conjunto para determinadas áreas, obrigando as novas construções a seguir o projecto de conjunto aprovado pela municipalidade (Aguiar, 1961: 57).

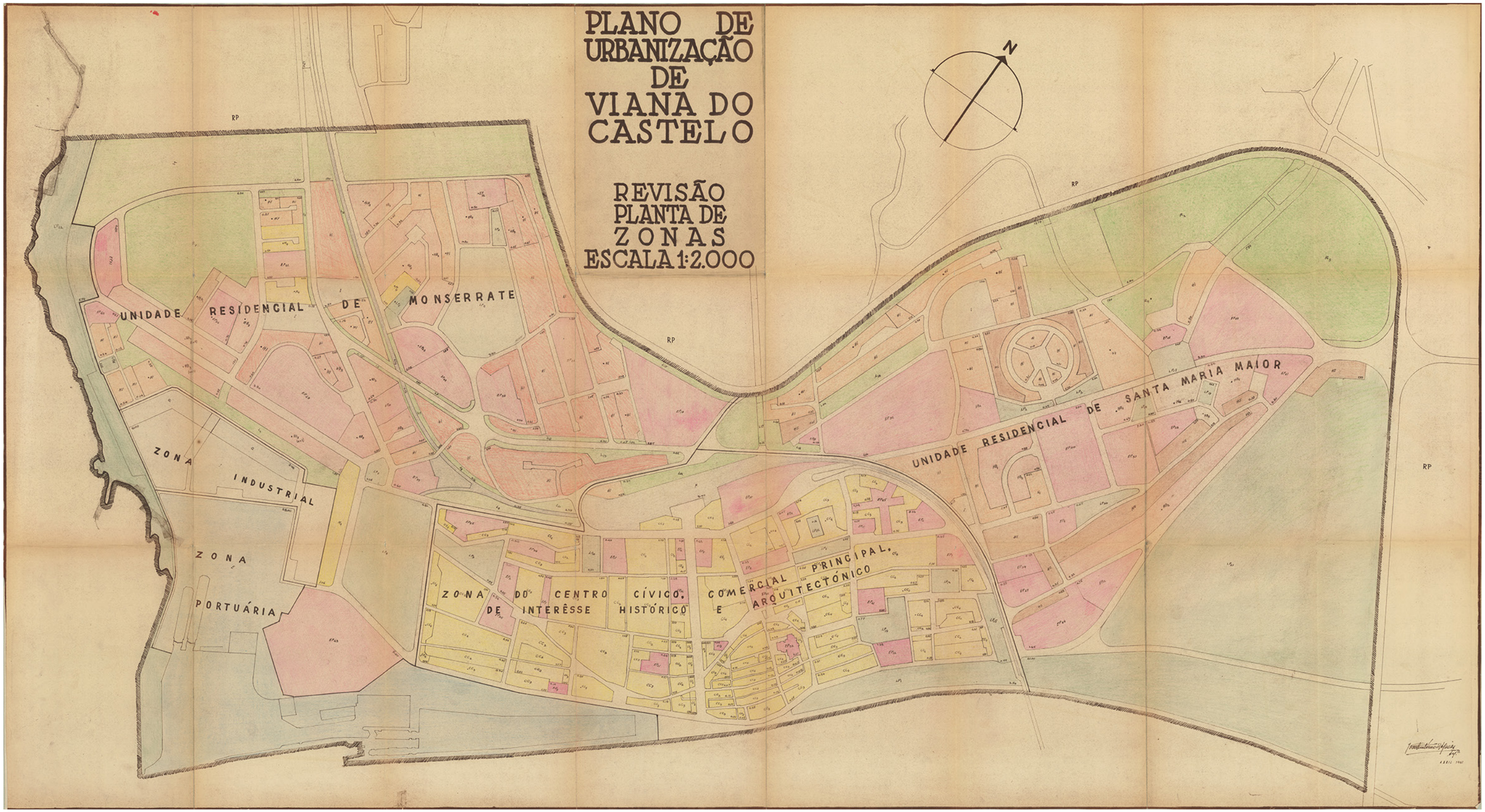


Fig. 5.122. Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, Revisão. Planta de Zonas. João António de Aguiar, 1961.

Sensível ao impacto da silhueta da cidade sobre o enquadramento paisagístico do Monte de Sta. Luzia, Aguiar sublinha a importância de serem organizados planos de conjunto e de projectos que estejam à altura do seu património natural, edificado e espiritual. Para solucionar este problema, propõe que seja exigida a apresentação de projectos assinados por arquitectos ou engenheiros e a criação de um serviço municipal orientado por um arquitecto idóneo.

Ao nível do espaço público, a intervenção de regularização do perímetro e de arborização do Campo da Agonia mantém-se e é criada uma zona de protecção arborizada à linha do caminho-de-ferro, que é praticamente contínua entre o Passeio Público e a Areosa.

A zona industrial é redesenhada, em resultado da expansão da zona portuária já ocorrida e da previsão da necessidade de ampliação futura, a qual passa a integrar, no seu limite Norte, uma área reservada a oficinas e armazéns. Esta área, juntamente com a faixa de arborização que a acompanha, criam uma zona de protecção entre as actividades mais pesadas e a zona residencial que se desenvolve até à Praça do Atlântico. Este espaço-tampão também acaba por isolar o conjunto edificado do bairro dos pescadores previsto no anteplano de 1948 dos núcleos residenciais adjacentes[138].

Quanto à área envolvente da cidade à época da elaboração da revisão, é descrita por Aguiar como sendo predominantemente rural, ocupada pelos núcleos residenciais da *Areosa*, da *Abelheira*, da *Madorra* e da *Meadela*, e por áreas agrícolas. A actividade dos seus habitantes varia entre o trabalho rural, o trabalho na cidade e a gestão de explorações agrícolas. As suas características são consideradas pelo arquitecto como sendo as indicadas para a criação de uma zona de protecção do núcleo urbano de Viana do Castelo. Para tal, no seguimento dos ensinamentos de Ebenezer Howard, é definido que a expansão destes assentamentos-satélite deve obedecer à criação de uma área de protecção *non aedificandi* de 100m, como a que desenha para a *Areosa*, no limite da unidade residencial de Monserrate, ou à definição de zonas rurais, como a que separa a unidade residencial urbana de Sta. Maria Maior da unidade residencial rural *Abelheira*. Esta ideia é acompanhada da proposta do município, no sentido de mandar desenvolver o arranjo urbanístico destes núcleos residenciais rurais a curto prazo, por mostrarem um grande potencial de expansão.

[138] Esta faixa de protecção não tem continuidade entre o bairro dos pescadores e a zona industrial, mas é utilizada para separá-lo da unidade residencial vizinha, contribuindo para a imagem segregadora de que faz nota o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas ao anteplano de 1948.

CAPÍTULO 6

ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO

"O que se vê nestas plantas? – Aqui, casas a demolir, ali um pedaço de jardim a sacrificar para que nele passe uma rua; de um outro lado – uma fábrica a transferir, pois que ela defuma um bairro de habitação, uma taberna, instalada diante de um monumento histórico, a mudar por essa razão para outro sítio, etc., etc.

Então, eis o cidadão que protesta: «Mas isto são atentados contra o direito da propriedade! Mas não quero de modo nenhum vender a minha casa à Câmara para que esta a destrua!» «Mas é um grande desgosto para mim, industrial, a obrigação de procurar um outro lugar para a minha fábrica e ter de a transportar!» (…)

E ainda há para o cidadão muitas outras obrigações displicentes a observar para se conformar com as condições do plano de urbanização e para reservar aos seus concidadãos condições de vida saudáveis e agradáveis: 1) não consentir a sua casa tão perto da do seu vizinho que se lhe tire a luz, mesmo se se achar certas vantagens pessoais em fazê-lo; 2) não a pôr num lugar onde ela possa prejudicar um lindo ponto de vista; 3) não colocar no seu terreno tantas construções quantas desejasse, mas observar a percentagem regulamentar de superfície coberta em relação à superfície livre, para que a gente que aí for habitar tenha bastante ar e luz; 4) limitar a sua fantasia na ornamentação da sua casa, se a Câmara lhe disser que o género de arquitectura que escolheu contrasta muito desagradavelmente com o carácter dos edifícios circunvizinhos; etc…

Como consequência, chovem recriminações de todas as espécies sobre o município. São questões de sentimento, questões de dinheiro, sobretudo. (…)

Vemos, portanto, um município muito embraçado, porque lhe é indispensável, para bem organizar a cidade, expropriar e proibir de fazer muitas coisas."

(De Groër, 1945: 30).

6.1. TIPOLOGIA DO CRESCIMENTO

"A «escala» não é (...) apenas uma grandeza, mas também uma técnica, uma colocação, uma interpretação; é também ela uma relação que emprega quer o que existe, quer o que deverá existir; é uma intervenção parcial que pressupõe porém uma ideia geral, expressa com instrumentos arquitectónicos. As duas condições da relação poderão verificar-se tento no âmbito dos resultados adquiridos (ordenamento físico existente), como estruturas urbanas já definidas, como no dos resultados adquiríveis (ordenamento interpretativo do projecto), onde se trate de definir uma estrutura urbana diferente."

(Aymonino, 1975: 21).

6.1.1. Preexistências e Permanências

De um modo geral, os Planos iniciais de Aguiar para os casos-de-estudo da Metrópole são mais invasivos do que os finais, sobretudo no que respeita ao traçado urbano histórico. O estudo para Faro (1945) sobressai por ser particularmente invasivo em todo o território urbano preexistente. Ora, tendo em conta o modo de agir que todas as intervenções analisadas confirmam, é difícil conceber que Aguiar pusesse em Faro, como efectivamente pôs, a hipótese de demolição praticamente total de uma cidade, ainda que diferida no tempo. A incompreensão cresce se tivermos em consideração que a proposta para Ponta Delgada, onde denota um particular cuidado na manutenção da malha urbana tradicional e do edificado de conjunto, foi pensada no mesmo período, visto que a entregou no ano seguinte. Razões que nos levam a supor que, talvez por não dispor de um levantamento detalhado das preexistências, Aguiar tenha, em Faro, optado por esquematizar a representação da solução.

A proposta de Setúbal de 1944, a primeira dos quatro casos-de-estudo, apesar de fortemente criticada localmente, é comparável a intervenções *Higienistas* de saneamento anteriores como, por exemplo, em Viana do Castelo (1917), com o alargamento da Rua de Sta. Ana (1876) e a abertura da Avenida Central, caracterizadas pelo carácter degradado e insalubre de uma apropriação desordenada do traçado urbano, onde de um modo geral habitação, indústrias e pocilgas conviviam lado a lado.

Ainda em Viana do Castelo, Aguiar nunca intervém na malha medieval (assume-a como uma permanência), mas ensaia, ao longo de dezassete anos, a ideia de um novo centro cívico que pretende definir na zona do quarteirão da capela das Almas o que implica a demolição desta área do traçado urbano oitocentista. Também aqui, porém, se assiste, com o desenrolar do processo de planeamento da cidade, a um recuo nas propostas de demolição, sobretudo na área Sudoeste do traçado urbano oitocentista e na Rua da Bandeira[1].

[1] Apesar disso, o referido Centro Cívico acabaria por não ser construído. Aguiar, contudo, ainda insistia nele em 1971, quando entregou uma "Revisão do arranjo urbanístico da área do Centro Cívico e Comercial limitada pela linha do caminho-de-ferro, Jardim Municipal e Av. dos Combatentes da Grande Guerra".

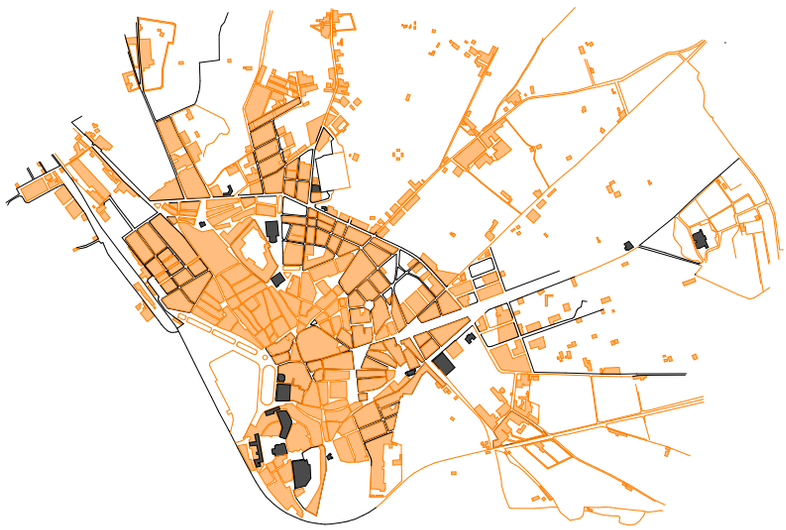


Fig. 6.01. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo das Preexistências e Permanências.



Fig. 6.02. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo das Preexistências e Permanências.



Fig. 6.03. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo das Preexistências e Permanências.

Fig. 6.04. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo das Preexistências e Permanências.



Fig. 6.05. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo das Preexistências e Permanências.



Fig. 6.06. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo das Preexistências e Permanências.





Fig. 6.07. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo das Preexistências e Permanências.



Fig. 6.08. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo das Preexistências e Permanências.

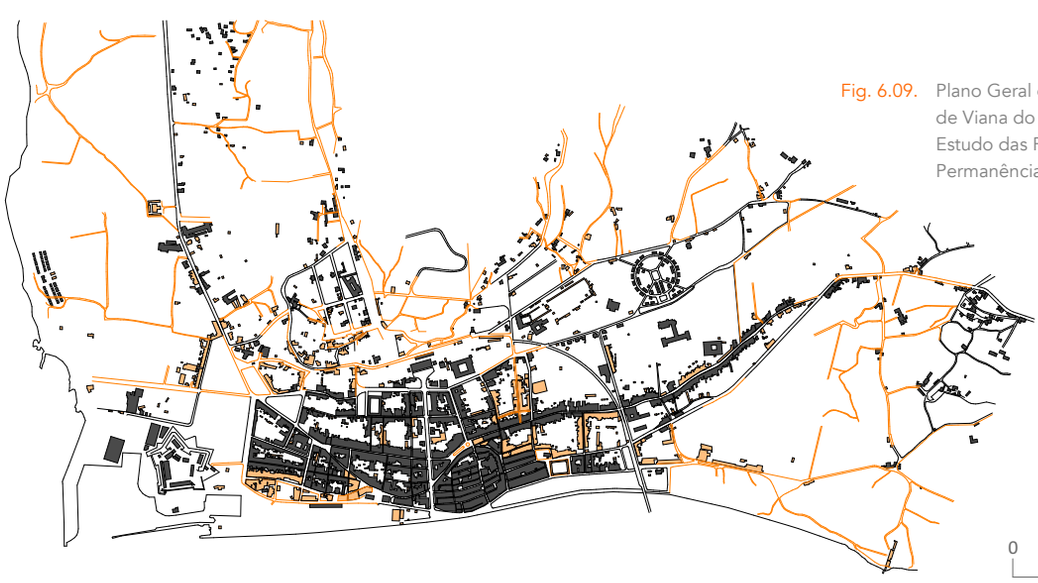


Fig. 6.09. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo das Preexistências e Permanências.

6.1.2. Tipologia do Limite

Na definição do limite dos Planos, Aguiar não segue uma tipologia particular, recorrendo antes a um conjunto de soluções heterogéneas que se adaptam às necessidades de ajustamento da morfologia urbana. Este modus operandi generalizado é confirmado nas revisões dos planos originais, onde o limite não tem uma expressão estruturante na definição do traçado primário da cidade (as excepções são o Plano de Ponta Delgada de 1946 e a Revisão de 1961 do de Viana do Castelo, onde o traçado primário define de forma clara os seus limites).

As condicionantes topográficas e naturais são consideradas apenas como temporárias, por se encontrarem subordinadas a uma lógica de economia de meios e não à definição de um limite intransponível. Numa primeira fase, se existe uma elevação geológica ou uma composição do solo menos favorável – como, por exemplo, em Viana do Castelo e em Setúbal – Aguiar opta por desenvolver a cidade por territórios onde a urbanização requeira um esforço económico inferior. Numa fase posterior, urbanizados os terrenos mais acessíveis, a expansão da cidade estende-se naturalmente para territórios mais complexos, que entretanto se tinham tornado economicamente viáveis, por falta de alternativas.

Nos casos de estudo da Metrópole, a utilização do traçado primário enquanto tipologia do limite ocorre apenas em Ponta Delgada. A artéria de circunvalação de Faro, mesmo na configuração da Revisão de 1963, não pode ser considerada como limite da cidade, pelo facto de deliberadamente não abranger a zona industrial do Bom João.

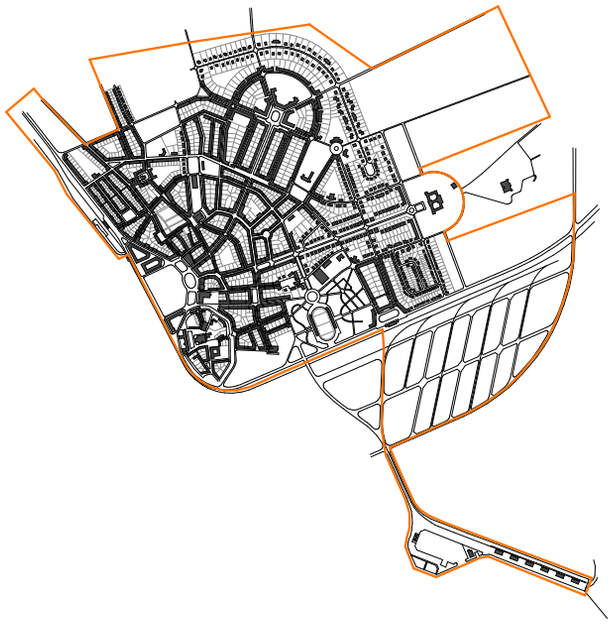


Fig. 6.10. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo da Tipologia do Limite.

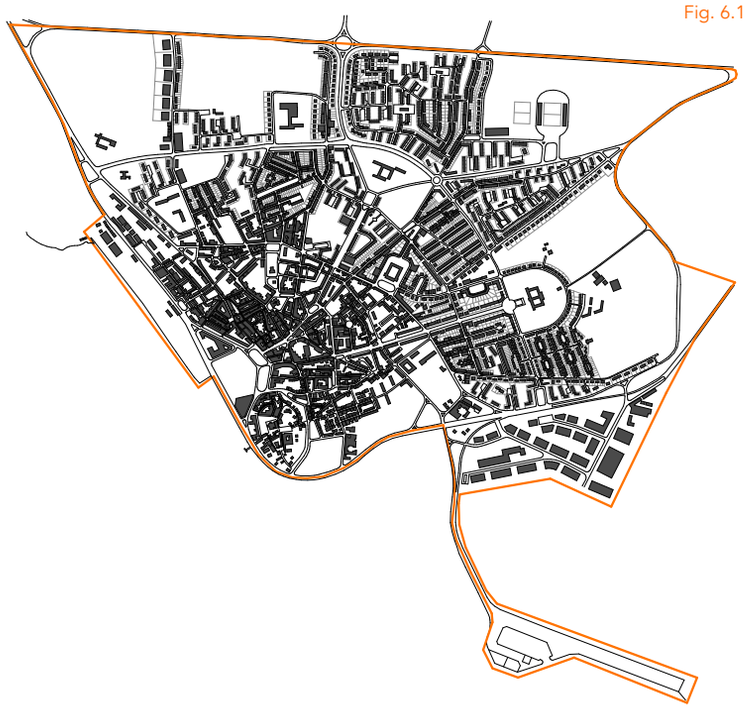


Fig. 6.11. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo da Tipologia do Limite.



Fig. 6.12. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo da Tipologia do Limite.

Fig. 6.13. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo da Tipologia do Limite.

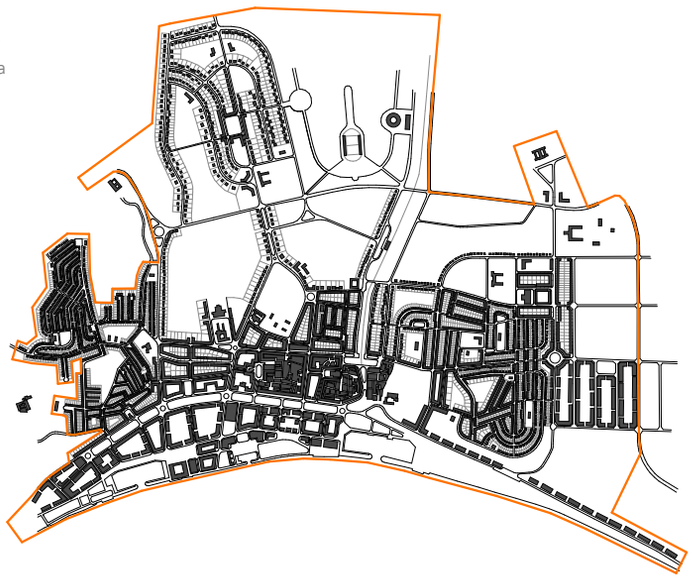


Fig. 6.13. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo da Tipologia do Limite.

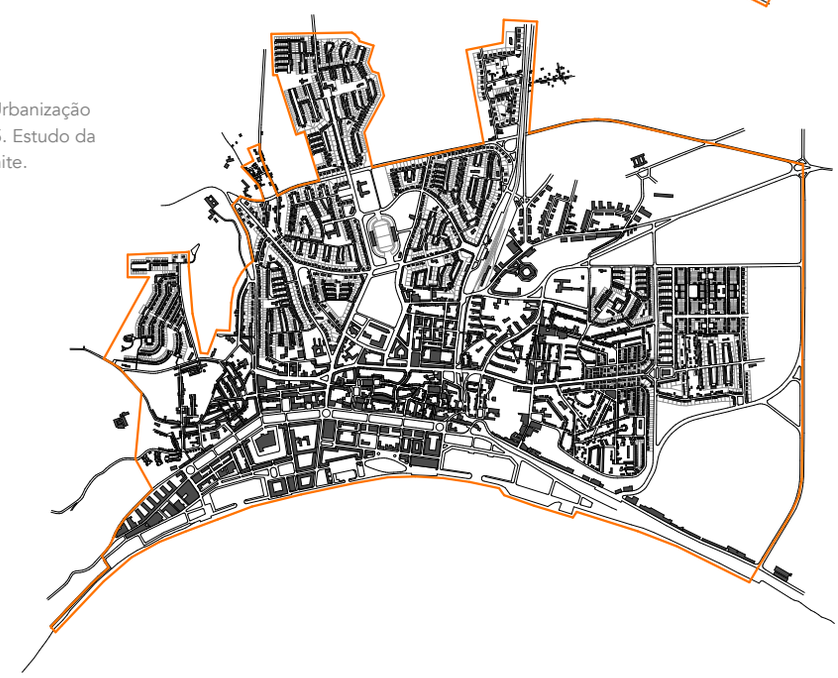
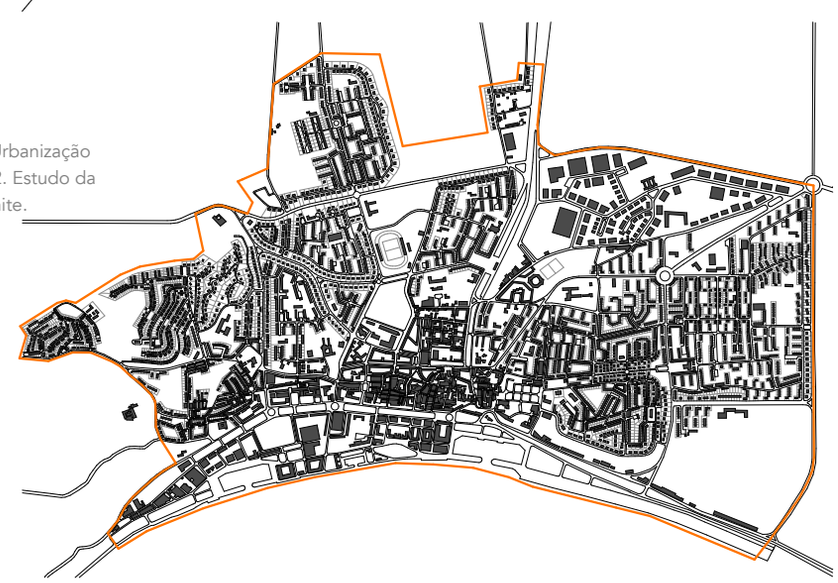


Fig. 6.15. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo da Tipologia do Limite.



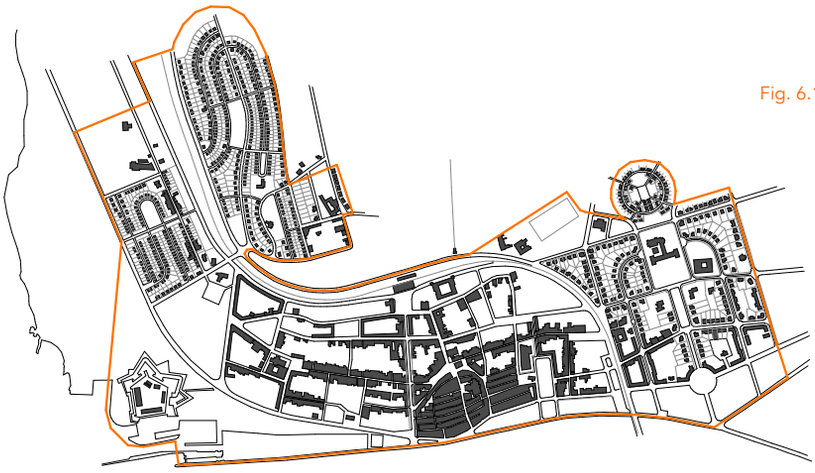


Fig. 6.16. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo da Tipologia do Limite.

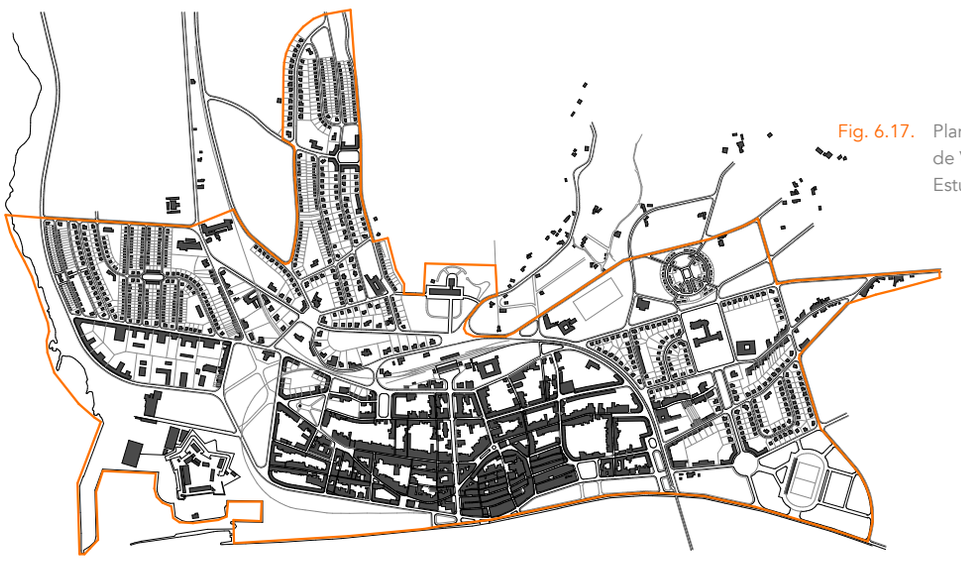


Fig. 6.17. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo da Tipologia do Limite.



Fig. 6.18. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo da Tipologia do Limite.

6.1.3. Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento

Importa assinalar que os três casos-de-estudo que têm mais de uma versão do Plano apresentam o mesmo sistema portante inicial, com pequenos ajustes de pormenor. Por serem cidades que se desenvolvem em frentes de água, o sistema portante inicial é constituído em quase todas por um ou mais eixos longitudinais (mais ou menos paralelos à marginal) e por um ou mais eixos transversais ou radiais, dependendo da configuração das frentes de água. A excepção é Viana do Castelo porque, não só os limites da cidade preexistente estão confinados à frente ribeirinha, ao Campo da Agonia e ao desenho da linha de caminho-de-ferro, como a sua expansão está condicionada a desenvolver-se no sentido Nascente--Poente devido à topografia. Em resultado da acção destas condicionantes na constituição do sistema portante inicial (nas suas três configurações), o traçado urbano preexistente perde relevância em detrimento da variante da N13.

Quanto ao sistema estruturante do crescimento, três casos-de-estudo denotam uma metodologia semelhante, em que são criados dois eixos transversais paralelos à linha de água: o mais distante do centro preexistente constitui-se como limite da expansão e o intermédio define-se como charneira entre a cidade primitiva e a área de expansão. Aqui também o caso de Viana do Castelo é atípico, sobretudo pelo facto da charneira entre a cidade preexistente e a área de expansão ser uma construção inamovível e de carácter apenas pontualmente transponível: a linha de caminho-de-ferro; apenas na Revisão de 1961, com o traçado mais largo da variante da N13, se descola o limite do sistema portante inicial do sistema estruturante do crescimento, apesar de timidamente, por força da forte inclinação do Monte de Sta. Luzia.



Fig. 6.19. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.



Fig. 6.20. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.



Fig. 6.21. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.

Fig. 6.22. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.

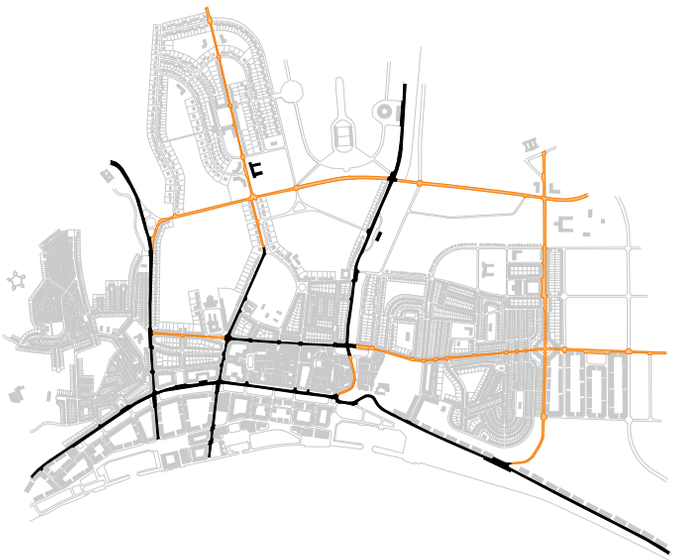


Fig. 6.23. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.



Fig. 6.24. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.



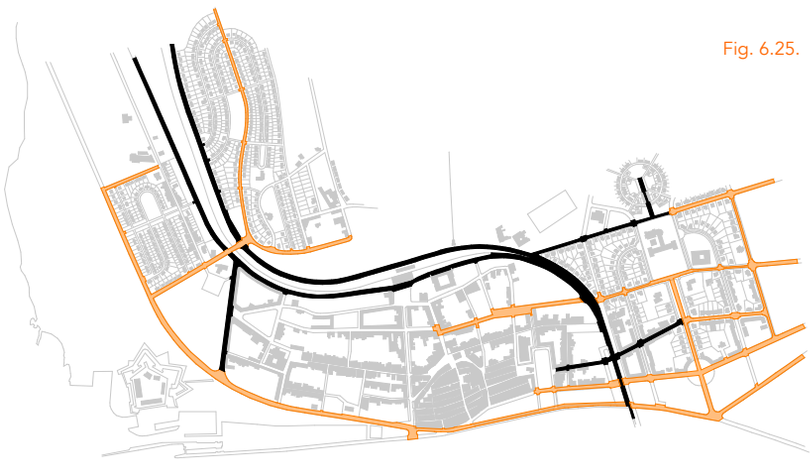


Fig. 6.25. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.

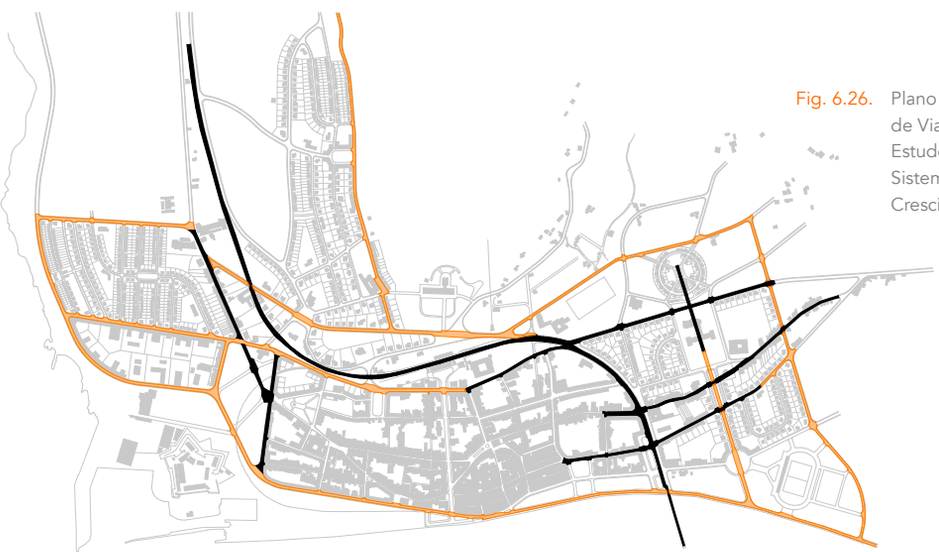


Fig. 6.26. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.

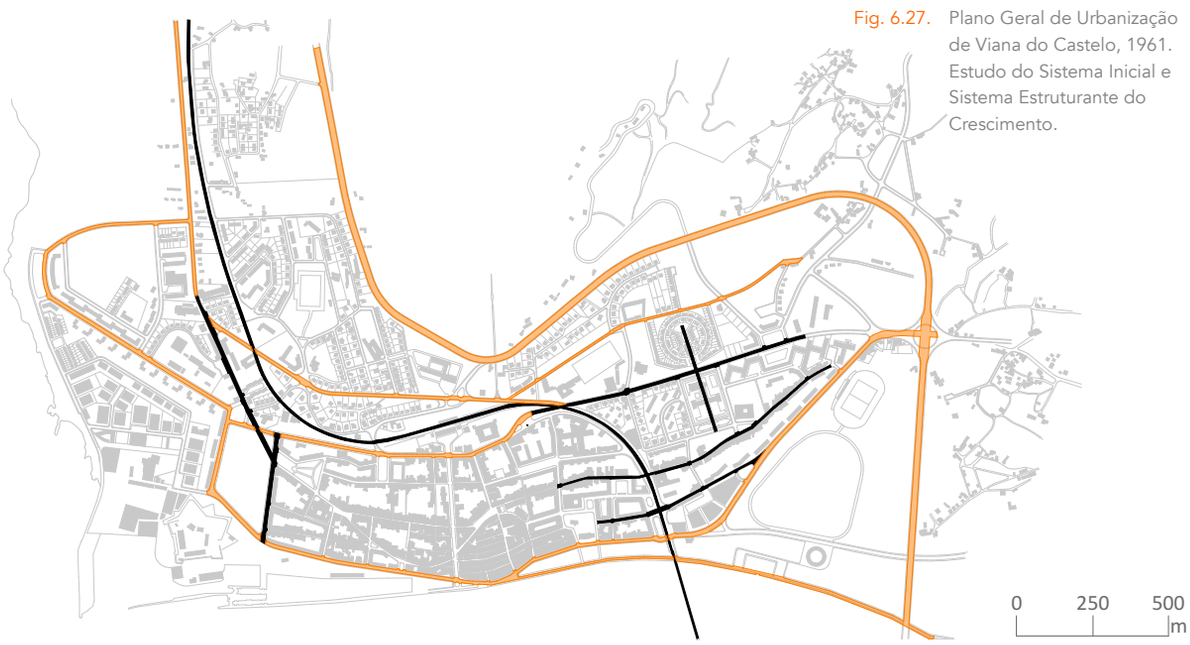


Fig. 6.27. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Sistema Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.

6.1.4. Edificado de Excepção Preexistente e Novo

Dos quatro casos-de-estudo, nos Planos iniciais de Faro e de Setúbal assiste-se à definição de novas centralidades, que parecem concorrer com o centro cívico da cidade preexistente mas as respectivas Revisões abandonam essa proposta. Os Planos de Ponta Delgada e Viana do Castelo dispersam o edificado de excepção novo de uma forma homogénea e a dimensão deste nunca chega a concorrer com o preexistente.

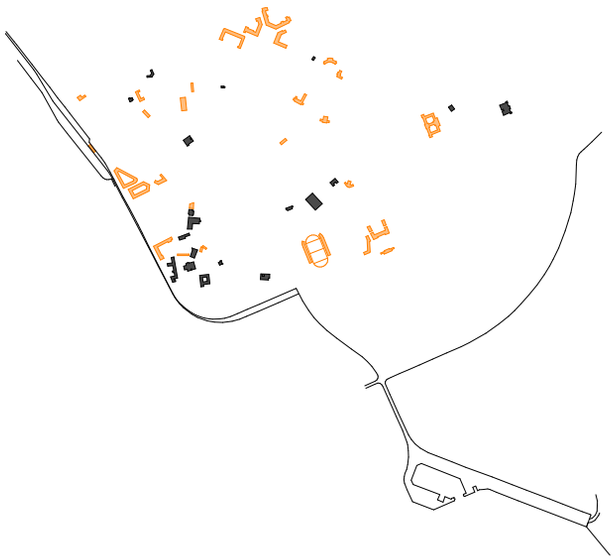


Fig. 6.28. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.

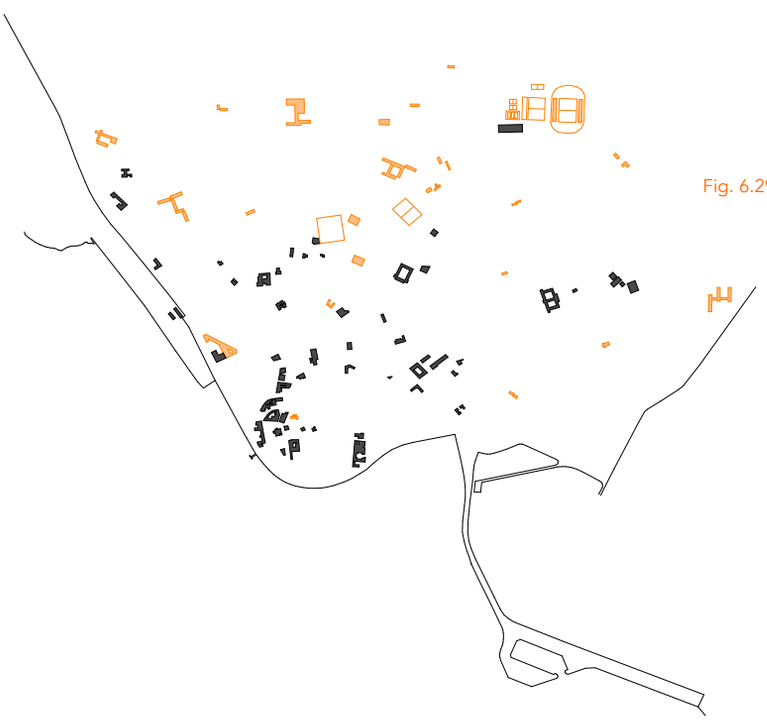


Fig. 6.29. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.

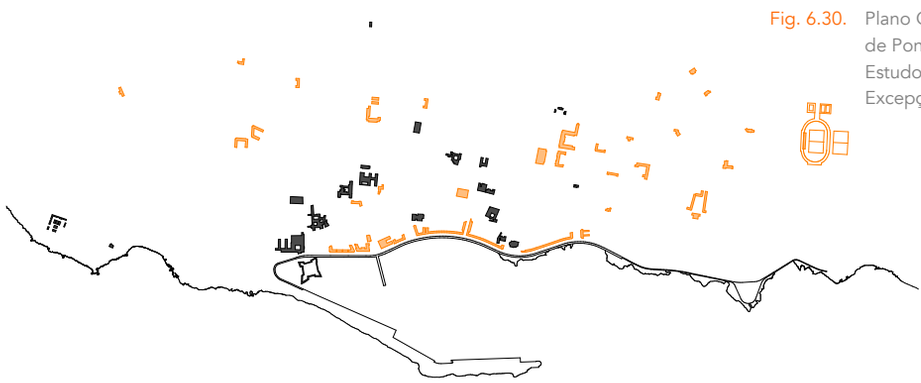


Fig. 6.30. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.

Fig. 6.31. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.

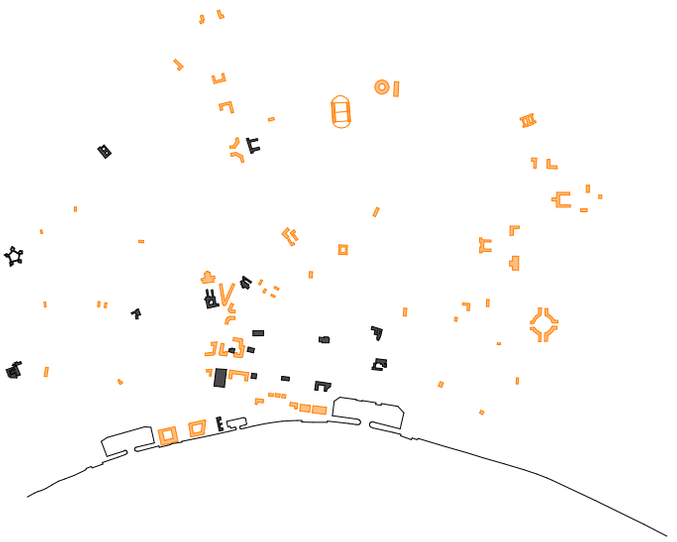


Fig. 6.32. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.

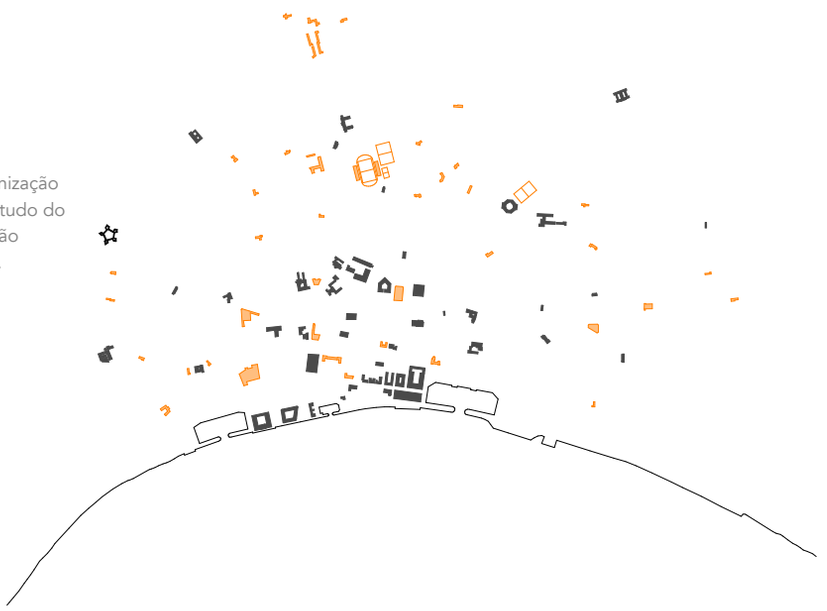


Fig. 6.33. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.



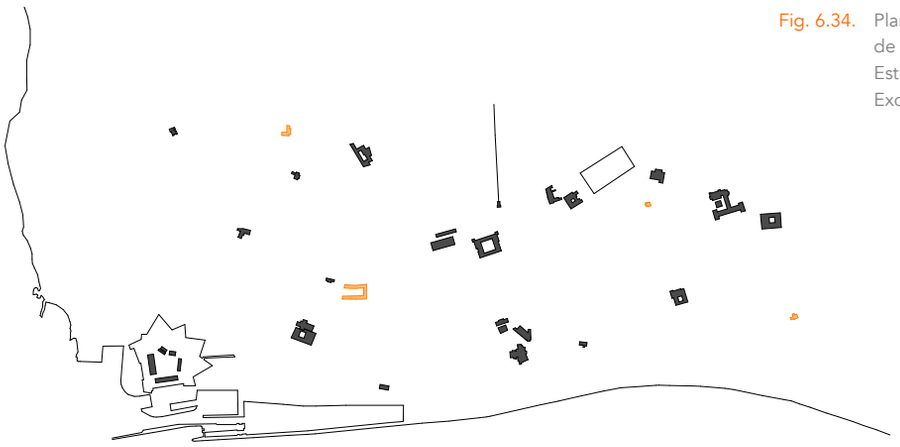


Fig. 6.34. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.



Fig. 6.35. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.

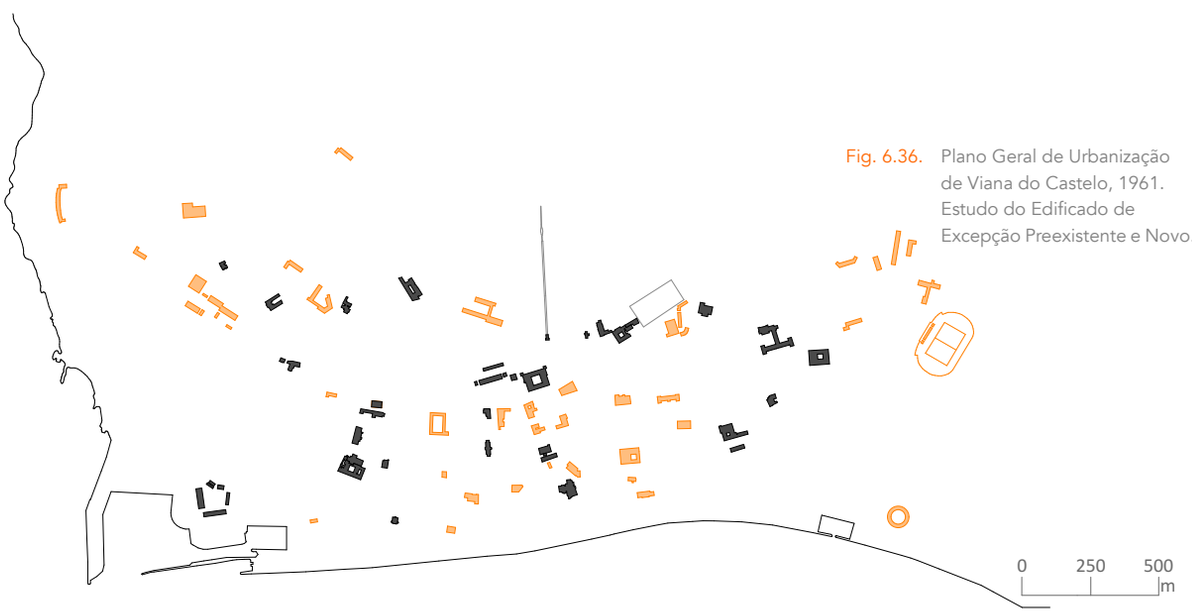


Fig. 6.36. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.

6.1.5. Edificado Corrente Preexistente e Novo

Da análise comparada identificamos um padrão de recorrência na metodologia de projecto de Aguiar que se prende com dois aspectos: a utilização da correnteza de frente de rua para completar o traçado urbano preexistente, contribuindo para a sua homogeneidade; e a organização do edificado corrente em núcleos distintos nas áreas de expansão, criando uma distribuição heterogénea e consideravelmente menos densa onde, nas primeiras versões dos planos, predominam as tipologias de moradia unifamiliar isolada e geminada mas em que, à medida que são revistos, o edifício de habitação colectiva (isolado ou agregado em conjuntos de até cinco unidades) ganha uma expressão considerável.

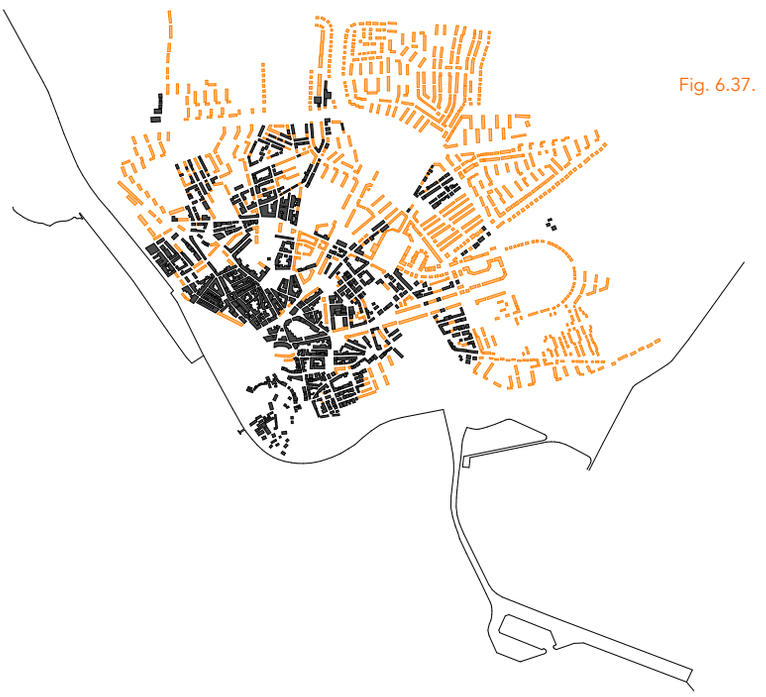


Fig. 6.37. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.



Fig. 6.38. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.



Fig. 6.39. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.

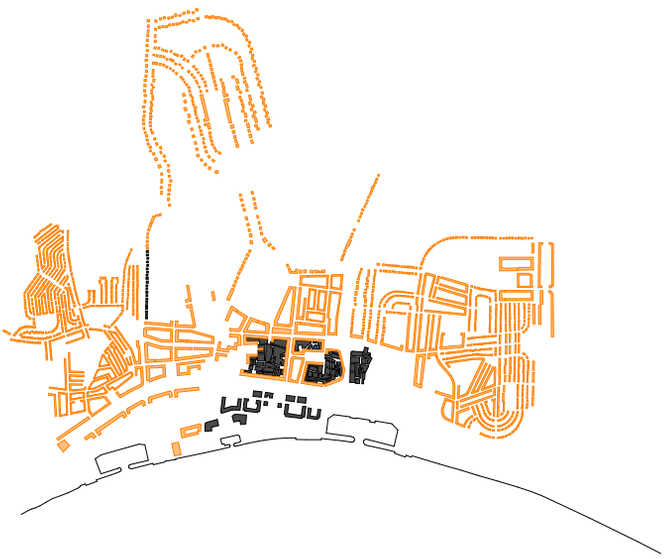


Fig. 6.40. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.



Fig. 6.41. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.





Fig. 6.42. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.



Fig. 6.43. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.



Fig. 6.44. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.

6.2. SISTEMA DE LUGARES

"Ocupando-nos da arquitectura da cidade esforçamo-nos por nos referir ao locus como principio característico dos factos urbanos; o locus, a arquitectura, as permanências e a história, serviram-nos para procurar esclarecer a complexidade dos factos urbanos. Em suma, a memória colectiva assume a forma da própria transformação do espaço por obra da colectividade; uma transformação que é sempre condicionada por aqueles dados materiais que se opõem a esta acção."

(Rossi, 1966: 192).

6.2.1. Sistema de Usos

Sobre este ponto de análise importa referir que os Planos da década de 1940 seguem, de um modo geral, uma determinada tipificação de usos do solo (ver tabela 04.). A partir dos anos 1950, não só alguma nomenclatura é alterada, como a própria tipificação é sujeita a desdobramento como, por exemplo, a criação de zonas de Espaços Livres (os que não são públicos), de zonas de Reserva (áreas de terreno não solicitadas para a expansão urbana) e de zonas de Armazéns e Oficinas. O Centro Cívico, enquanto tipologia específica do uso do solo, também só aparece nos casos datados de 1950 em diante.

Por outro lado assistimos, na mesma cronologia, à condensação dos vários tipos de uso do solo Residencial, que deixa de ser o Geral, o Especial e o Económico, para passar apenas a designar-se Residencial e ser classificado segundo a tipologia edificatória: moradias isoladas e geminadas, em fila ou em blocos - como, por exemplo, no caso de Faro na Revisão de 1963. Esta alteração de metodologia de projecto está provavelmente relacionada com as orientações do Conselho Superior de Obras Públicas versadas no parecer sobre o Plano de Setúbal de 1944, episódio já aludido aquando da descrição do referido Plano (Capítulo 5.3).

Importa ainda evidenciar que é habitualmente prevista uma zona Rural de Protecção, a qual corresponde, de um modo geral, à área de terreno compreendida entre o perímetro do traçado urbano da cidade e um limite administrativo paralelo, traçado a um quilómetro de distância.

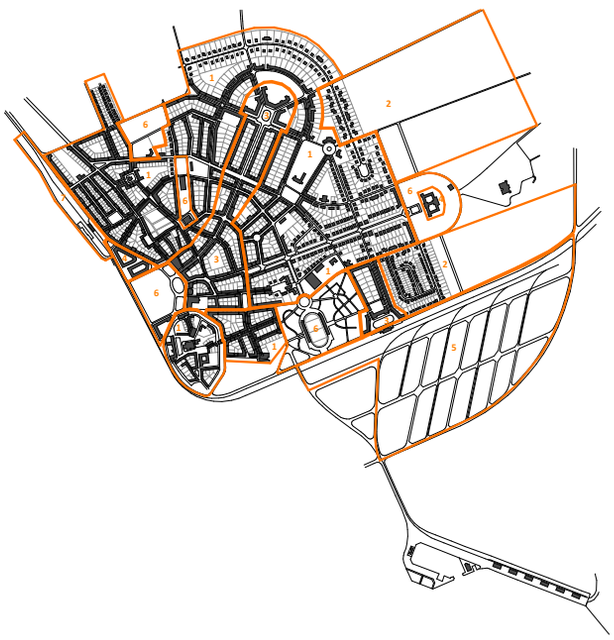


Fig. 6.45. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Sistema de Usos.



Fig. 6.46. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Sistema de Usos.

0 250 500 m

Fig. 6.47. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Sistema de Usos.

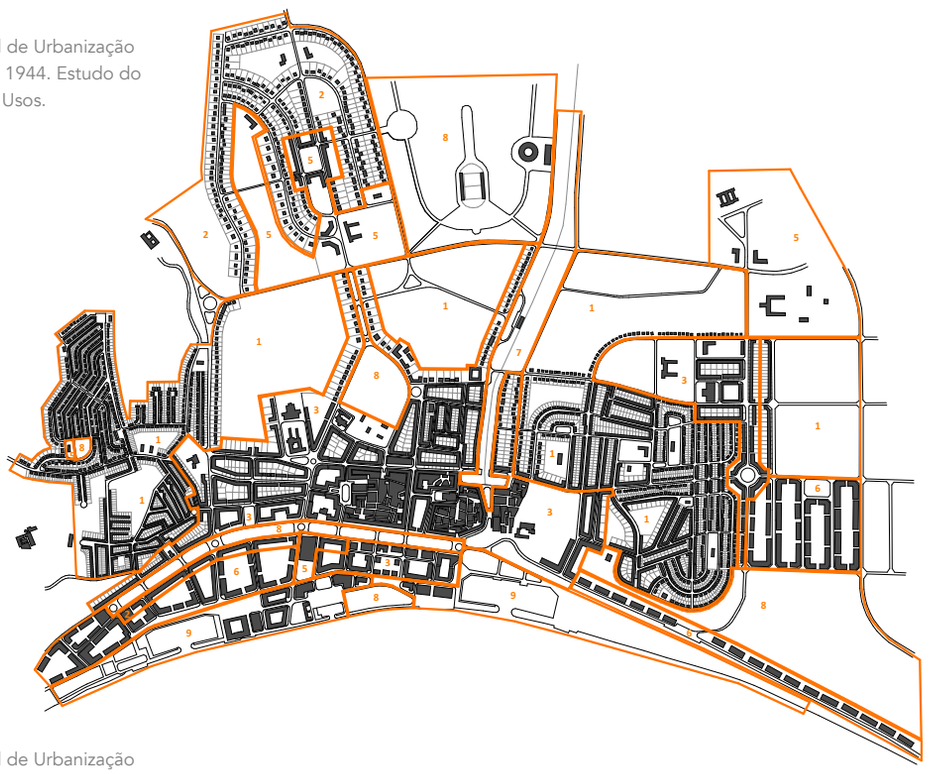


Fig. 6.48. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Sistema de Usos.





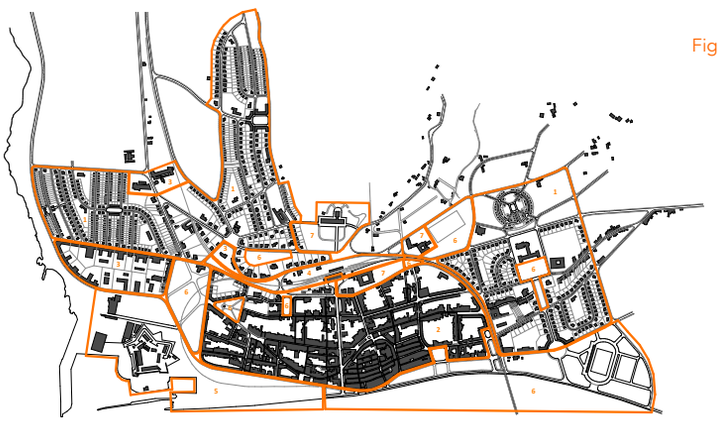


Fig. 6.49. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Sistema de Usos.



Fig. 6.50. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Sistema de Usos.

0 250 500 m

Tabela 04. Tabela das Zonas e Usos atribuídos a cada Plano

	FARO		PNT. DELG.	SETÚBAL			VIANA DO CASTELO		
ZONAS	1945	1963	1946	1944	1955	1962	1945	1948	1961
RESIDENCIAL ECONÓMICA	X			X					
RESIDENCIAL GERAL	X	X	X	X	X	X		X	X
RESIDENCIAL ESPECIAL									
RESIDENCIAL INDÍGENA									
RESIDENCIAL DE CHINESES									
OFICIAL, COMERCIAL E RESIDENCIAL	X			X				X	
OFICIAL	X		X						
COMERCIAL LOCAL									
COMERCIAL E RESIDENCIAL			X	X					
LOTES RESERVADOS				X	X	X		X	
INDUSTRIAL	X	X	X	X	X	X		X	X
FERROVIÁRIA	X	X		X	X	X		X	X
PORTUÁRIA	X	X	X	X	X	X		X	X
ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	X	X	X	X	X	X		X	X
ESPAÇOS LIVRES		X	X	X					X
RESERVA		X				X			X
CENTRO CÍVICO									
CENTRO CÍVICO, COMERCIAL PRINCIPAL E DE INTERESSE HISTÓRICO E ARQUITECTÓNICO		X			X	X			X
INSTALAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO		X			X	X			X
MISTA		X			X	X			X
ARMAZÉNS E OFICINAS		X				X			X
RURAL DE PROTECÇÃO		X	X	X	X	X		X	X
ARTESANATO					X				

6.2.2. Hierarquia de Lugares e sua Relação

De um modo geral, os Planos dos casos-de-estudo da Metrópole seguem a mesma metodologia de hierarquia e relação de lugares, e a evolução no tempo das versões de cada um também segue um padrão idêntico de alterações e que importa identificar:

– Nas primeiras versões dos Planos, os pólos de fixação encontram-se mais dispersos pelo traçado urbano, levando a uma hierarquização mais forte dos lugares e à necessidade da criação de uma relação mais directa e material entre eles, através de elementos de composição urbana como, por exemplo, a Avenida 5 de Outubro de Faro (1945) e a Rua F de Setúbal (1944). Estes dois exemplos são, neste sentido, paradigmáticos, se comparados, por exemplo, com os de Viana do Castelo de 1948 e de Ponta Delgada de 1946, que apresentam uma relação entre lugares muito mais equilibrada.

– As últimas versões dos Planos seguem, de um modo geral, uma metodologia de dispersão pelo traçado urbano de um conjunto de pólos de fixação que, em vez de se relacionarem de forma exclusivamente hierárquica, complementam-se na organização do funcionamento da cidade. Esta estratégia pretende consolidar as novas áreas de expansão de cariz residencial, através da implantação de funções geradoras de fluxos urbanos quotidianos e da fixação da população. A hierarquia de lugares continua a existir, mas de uma forma mais ténue e deixa de depender dos grandes eixos de conexão simbólicos, aproximando-se da estrutura relacional da cidade construída por adição.

– É de referir ainda que em todos os Planos o centro histórico se destaca hierarquicamente (mesmo no de Setúbal de 1944) e que, em Setúbal e Viana do Castelo, as zonas Poente (de bairros económicos) só nas últimas versões recebem equipamentos que possibilitam a inclusão destes lugares na rede de relações da cidade.

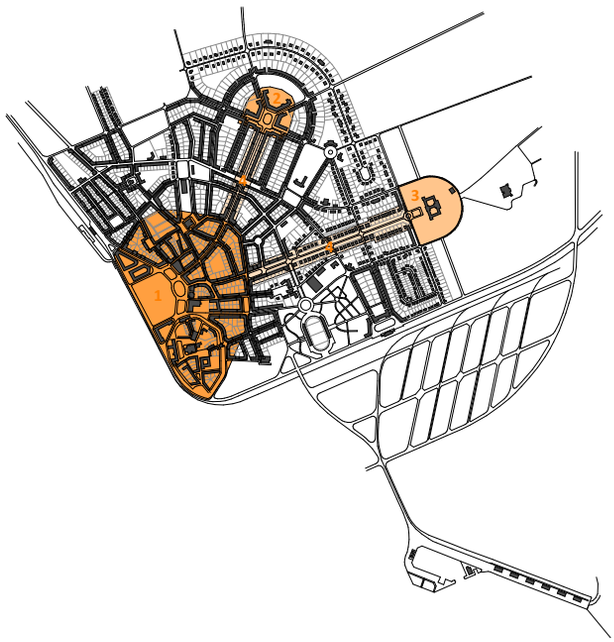


Fig. 6.51. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.



Fig. 6.52. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.



Fig. 6.53. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.

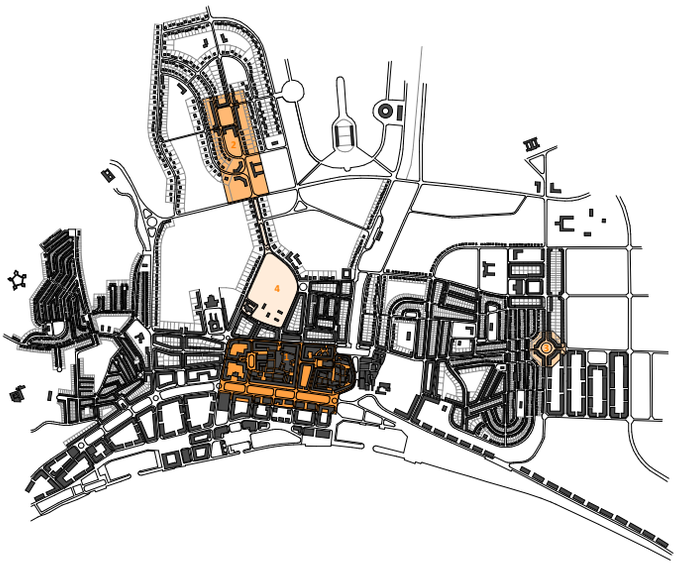


Fig. 6.54. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.



Fig. 6.55. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.



Fig. 6.56. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.

Fig. 6.57. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.

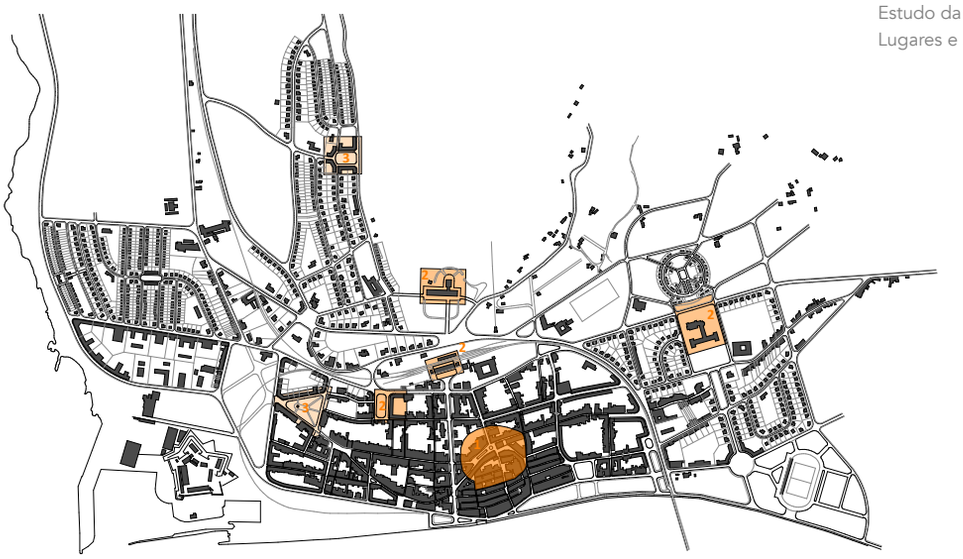


Fig. 6.58. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.





6.2.3. Rede de Espaços Estruturantes

A tradicional rede de espaços estruturantes mais relevantes para a cidade (os que resultam da articulação entre o traçado primário e o edificado de excepção, preexistentes e novos) restringe-se, de um modo geral, ao centro da cidade preexistente, deixando tendencialmente de fora as áreas de expansão residencial. A excepção é o Plano de Faro de 1945, justificada pela escolha do lugar para implantação do Hospital e do Liceu (dois equipamentos estruturantes da cidade) e pela criação de espaços urbanos qualificados que os articulam com a rede preexistente como a Avenida 5 de Outubro e a Rua A. Este facto advém, provavelmente, de se tratar de um traçado urbano de composição formal. O traçado urbano de Setúbal também segue, embora de um modo menos evidente, uma composição formal que permite ancorar as áreas residenciais de expansão. Mas, neste caso, como no da Revisão de Faro de 1963, a distância entre factos urbanos das primeiras versões para as últimas aumenta com a forte expansão da cidade, e é acompanhada por uma crescente utilização do automóvel como meio de locomoção intra-urbana. Esta realidade tende a substituir os espaços estruturantes tradicionais por outros baseados nos princípios da *Cidade-Jardim Inglesa* e da *Unidade de Vizinhança*. Para tal, Aguiar recorre profusamente aos blocos de habitação colectiva e elimina os logradouros em detrimento da criação de espaços públicos qualificados (maioritariamente ajardinados) que são pontualmente cerzidos com a rede de espaços estruturantes tradicional.

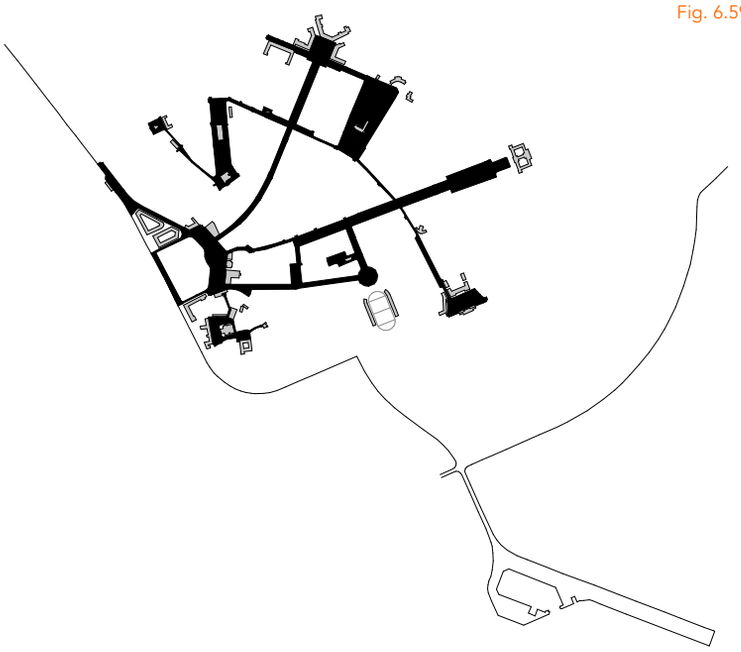


Fig. 6.59. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.



Fig. 6.60. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.

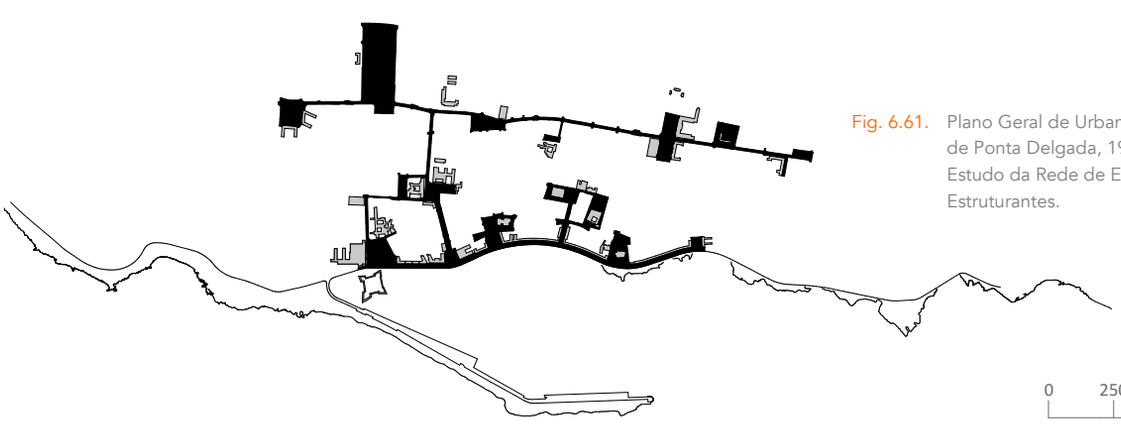


Fig. 6.61. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.

Fig. 6.62. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.

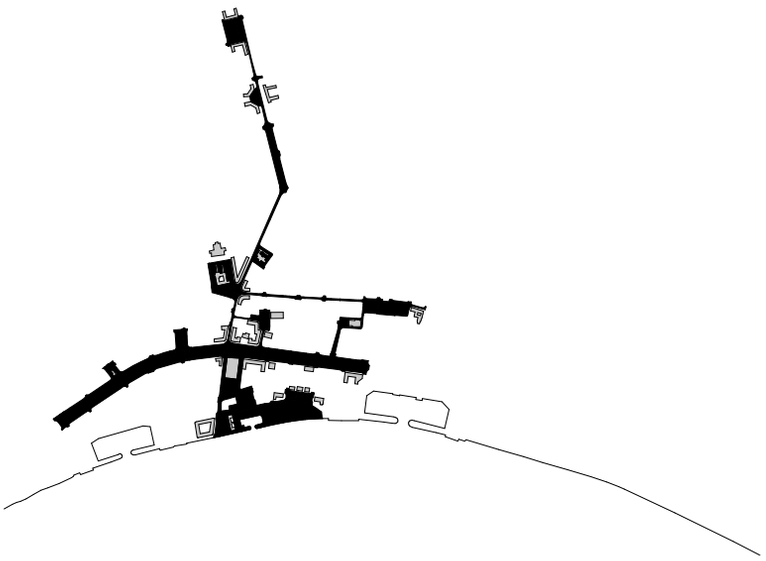


Fig. 6.63. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.

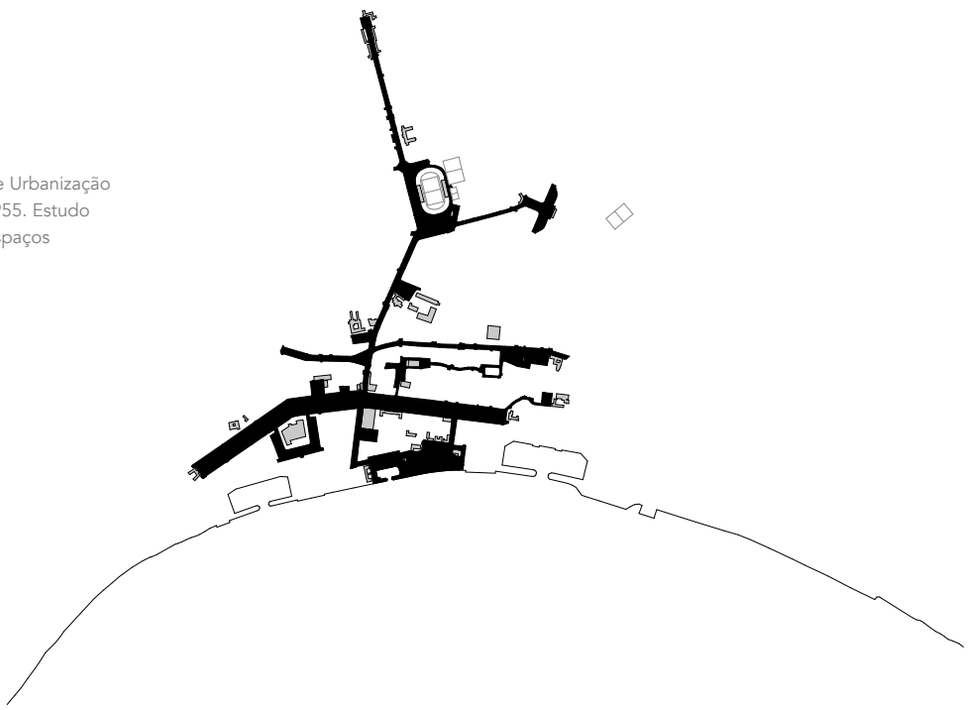
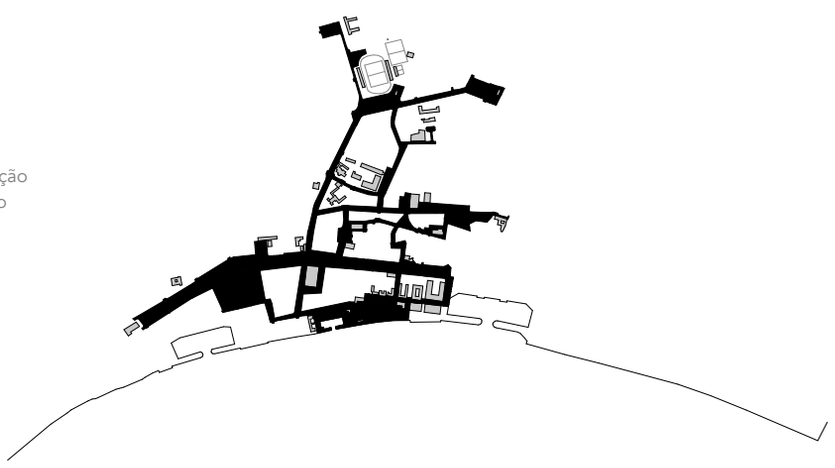


Fig. 6.64. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.



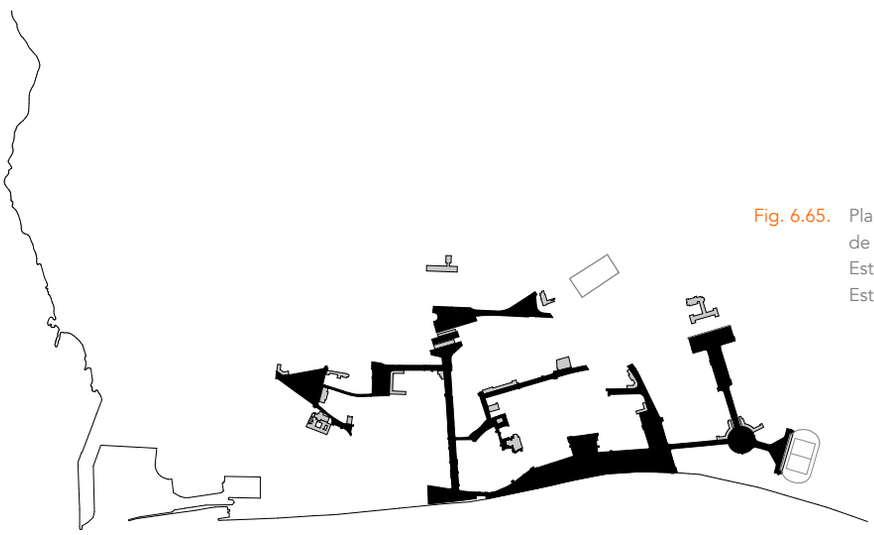


Fig. 6.65. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.

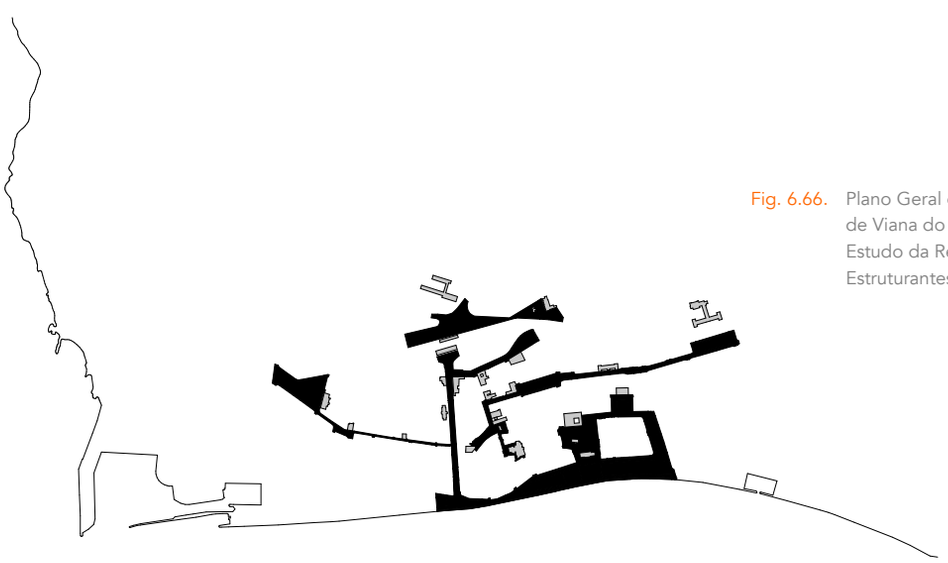


Fig. 6.66. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.

0 250 500 m

6.2.4. Percursos Locais e Regionais

Os percursos regionais que atravessam os limites das cidades são incorporados nos Planos e passam a fazer parte integrante do sistema viário primário. Os percursos locais estruturantes são, de um modo geral, coincidentes com o traçado urbano primário em todos os Planos e conectam-se com a rede viária regional da forma mais directa possível, contribuindo não só para o descongestionamento intra-urbano, como também para afastar o trânsito que não interessa à cidade.

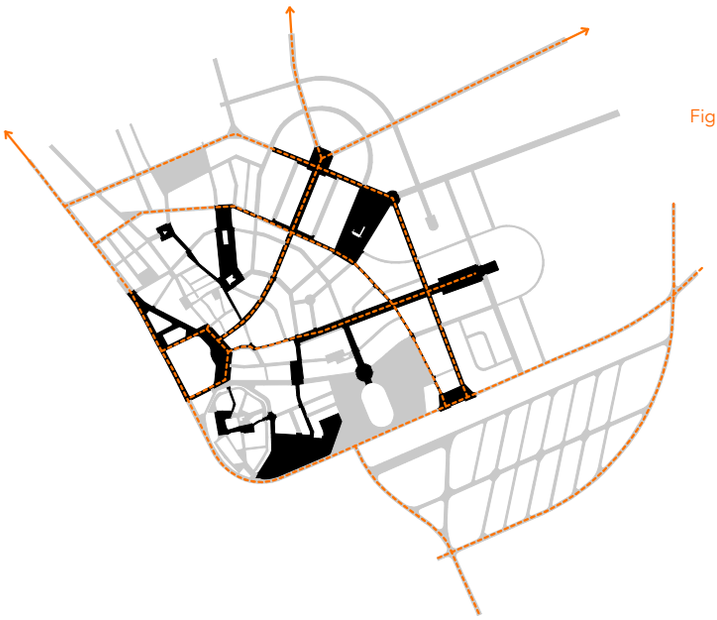


Fig. 6.67. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.



Fig. 6.68. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.



Fig. 6.69. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.

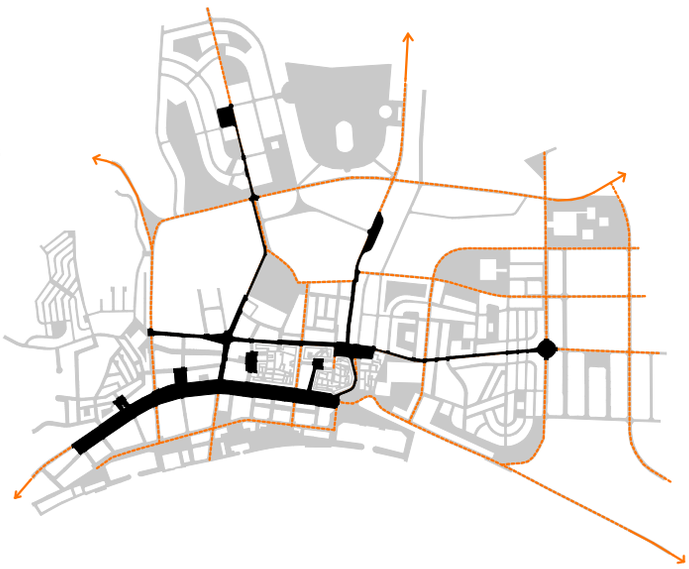


Fig. 6.70. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.

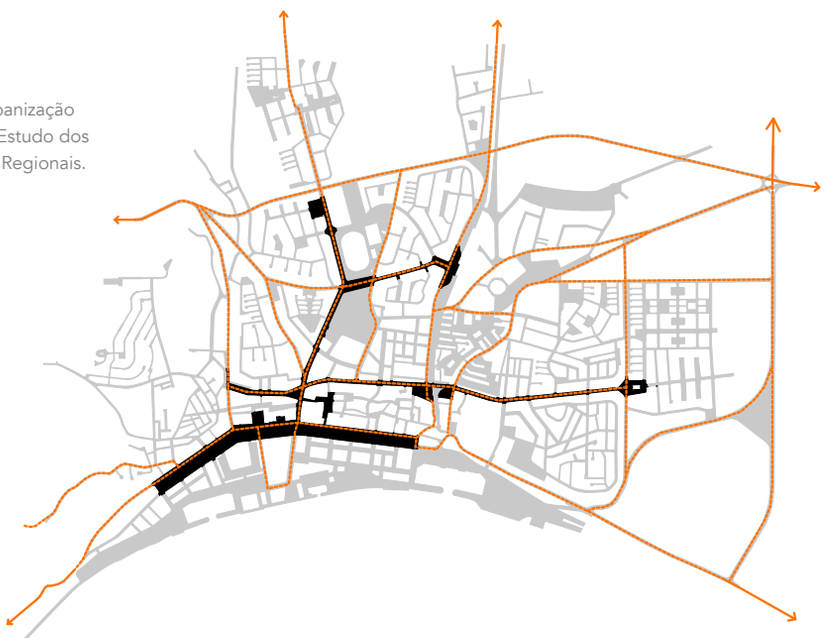


Fig. 6.71. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.

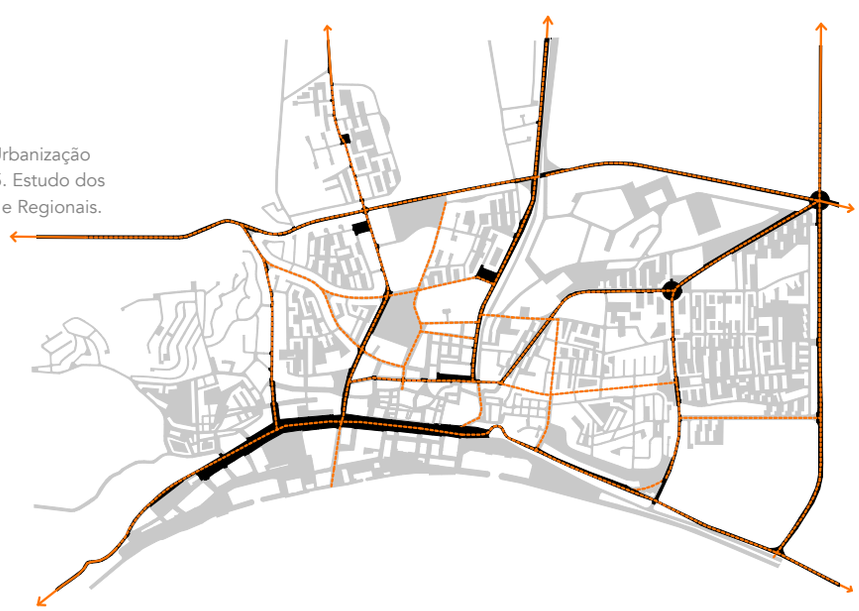


Fig. 6.72. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.



Fig. 6.73. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.

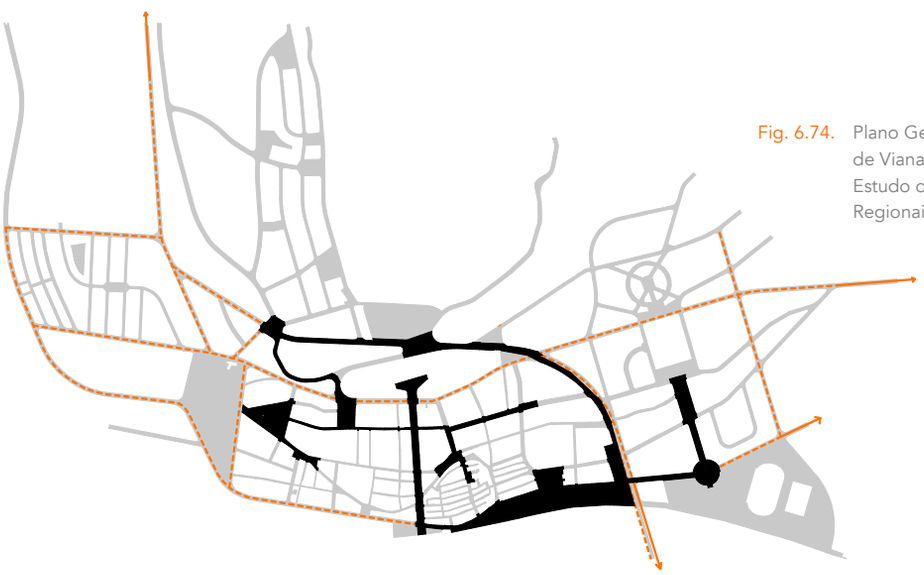


Fig. 6.74. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.

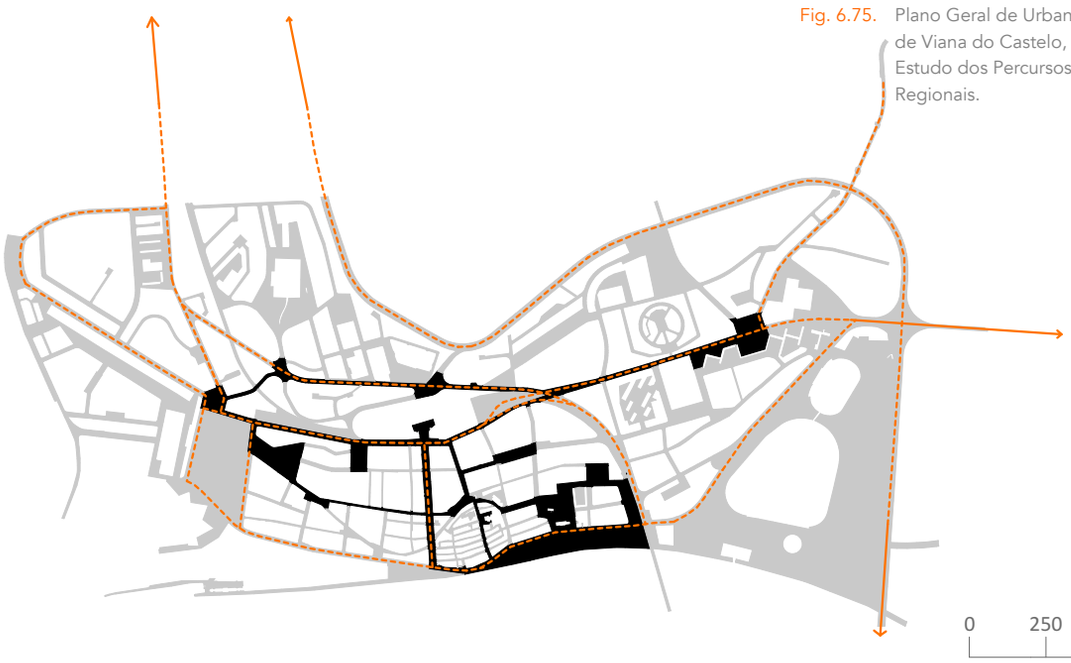


Fig. 6.75. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.

6.2.5. Edificado Corrente e de Excepção

O edificado de excepção encontra-se, de um modo geral , bem distribuído pelas áreas de edificado corrente, embora esteja menos presente nas áreas mais densas da malha urbana preexistente. Esta distribuição, que acompanha a expansão dos limites das cidades nas várias versões dos Planos, não só beneficia com o património religioso tendencialmente disperso pela periferia do núcleo tradicional, como também com o edificado de excepção novo. Nas zonas residenciais de expansão é recorrente a utilização de equipamento de pequena dimensão, de apoio exclusivamente local.

[2] O Plano de 1945 para Faro é uma excepção, por não considerar edificado singular na zona central do traçado urbano (tradicional e novo). Neste caso, a distribuição deste tipo de edificado é polarizada e beneficia as periferias do edificado corrente.

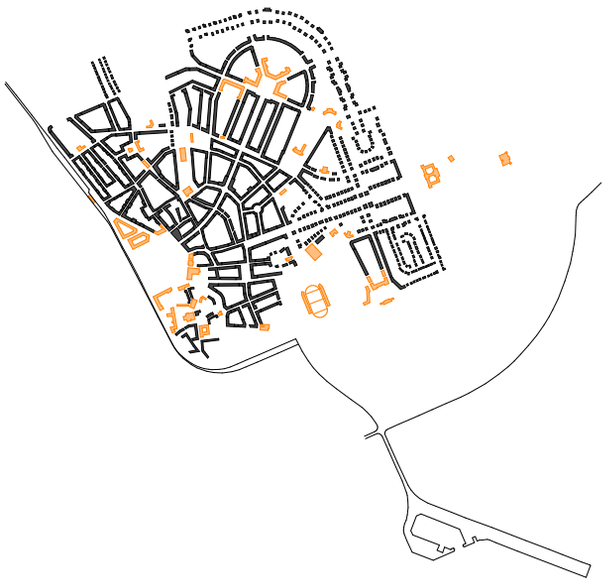


Fig. 6.76. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.

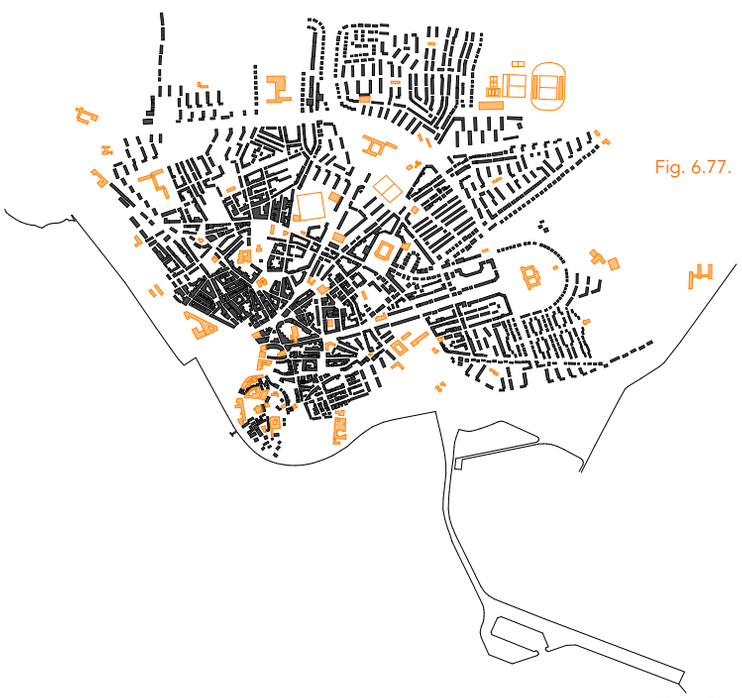


Fig. 6.77. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.



Fig. 6.78. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.

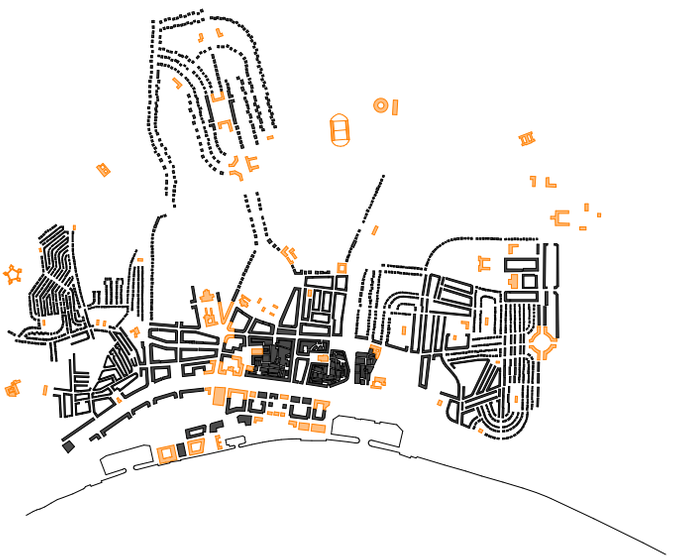


Fig. 6.79. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.



Fig. 6.80. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.



Fig. 6.81. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.



Fig. 6.82. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.



Fig. 6.83. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.



Fig. 6.84. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.

6.3. TIPOLOGIA DO TRAÇADO

"O traçado é a síntese irrefutável da forma 'construível e construída' da cidade. Interessa-nos como instrumento de projecto, capaz de jogar com o tempo futuro das distintas construções, sem mover a sua forma, fixada de uma vez por todas. Interessa-nos igualmente para intervir na cidade já feita, como referência entre o estável e o móvel, entre o infra-estrutural e o volumétrico, entre o tempo e o espaço."

(Solà-Morales, 2010: 54).

6.3.1. Traçado Urbano

Nos casos de estudo metropolitanos, Aguiar em todos intervém no traçado urbano do sistema portante de fixação inicial e utiliza-o enquanto elemento gerador de relações com o traçado de expansão. Em certos casos, sobretudo nas primeiras versões (como a do Plano de 1945 para Faro), a intervenção altera significativamente o sistema de valores urbanos tradicionais mas, de um modo geral, Aguiar adopta uma abordagem mais integradora, criando ou aproveitando, por norma, artérias que funcionam como um limite intermédio de transição do traçado preexistente para o novo (como a Rua Central de Ponta Delgada ou a Avenida 5 de Outubro em Setúbal).

Ao nível da composição, o traçado urbano também se altera dos planos iniciais para as respectivas versões finais: a composição formal das zonas de expansão vai-se esvanecendo à medida que a morfologia urbana se densifica e é substituída por tipologias de traçado como a do impasse.

A evolução da divisão do traçado secundário, quer pela urbanização de áreas expectantes quer pela subdivisão do traçado de composição formal originalmente menos denso, conduz a uma maior uniformidade da tipologia do traçado urbano, fruto do forte aumento da procura de alojamento que caracteriza o período em estudo.

Importa ainda referir que Aguiar articula sempre o novo traçado urbano com a rede regional de comunicações, hierarquizando-as e conectando-as respectivamente com os traçados primário e secundário. Esta articulação é responsável, num número considerável de casos, pelas alterações ao traçado urbano dos primeiros planos para os subsequentes, fruto das modificações ao traçado regional e nacional decorrente da acção da Junta Autónoma das Estradas num período de grande investimento em infra-estruturas viárias. Como esta, outras adaptações tinham de ser consideradas na revisão dos planos iniciais (como, eventualmente, as decorrentes do crescimento entretanto verificado), com consequências ao nível do traçado urbano.



Fig. 6.85. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo do Traçado Urbano.

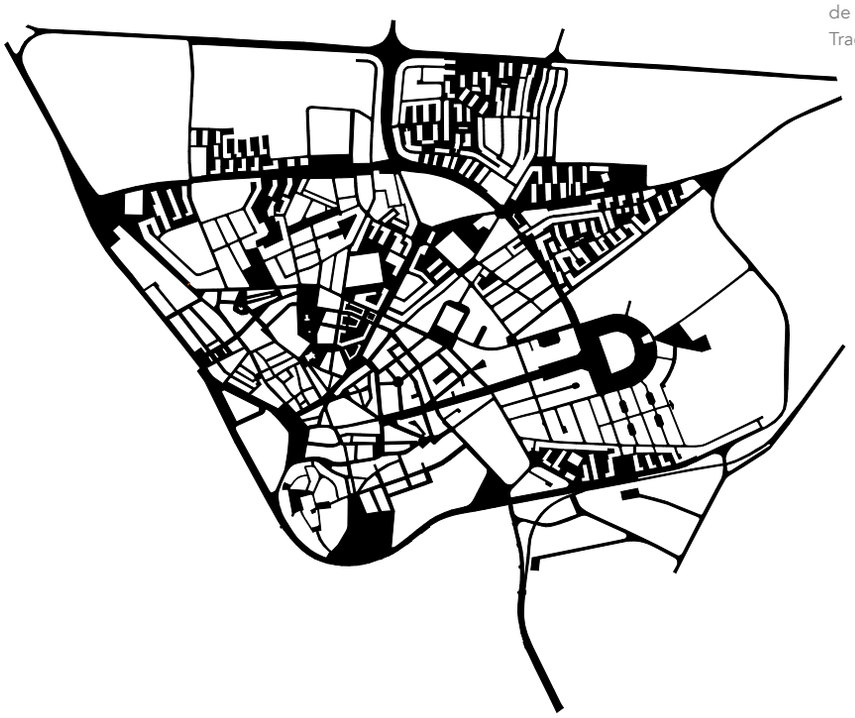


Fig. 6.86. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Traçado Urbano.

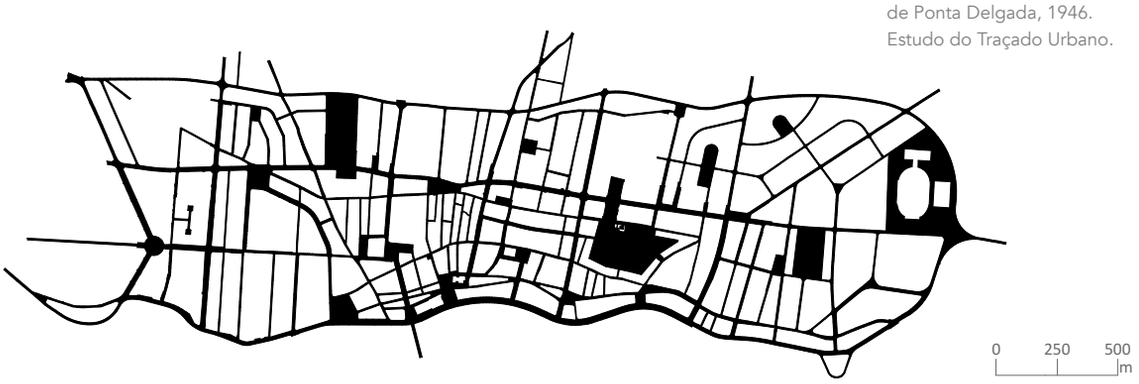


Fig. 6.87. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Traçado Urbano.

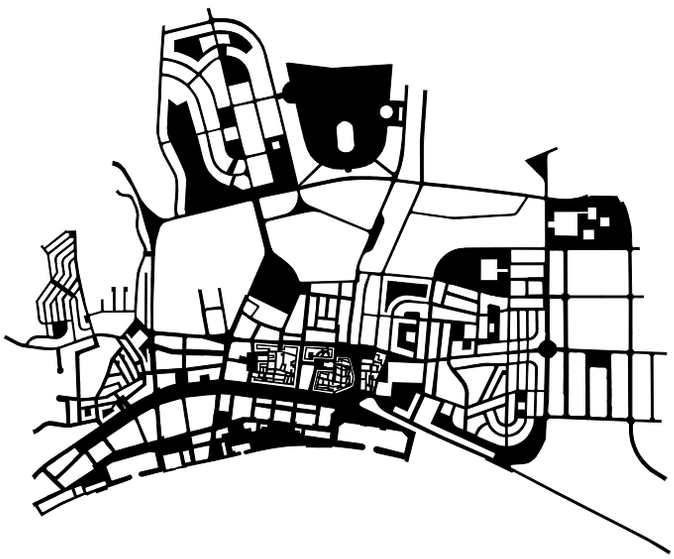


Fig. 6.88. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Traçado Urbano.

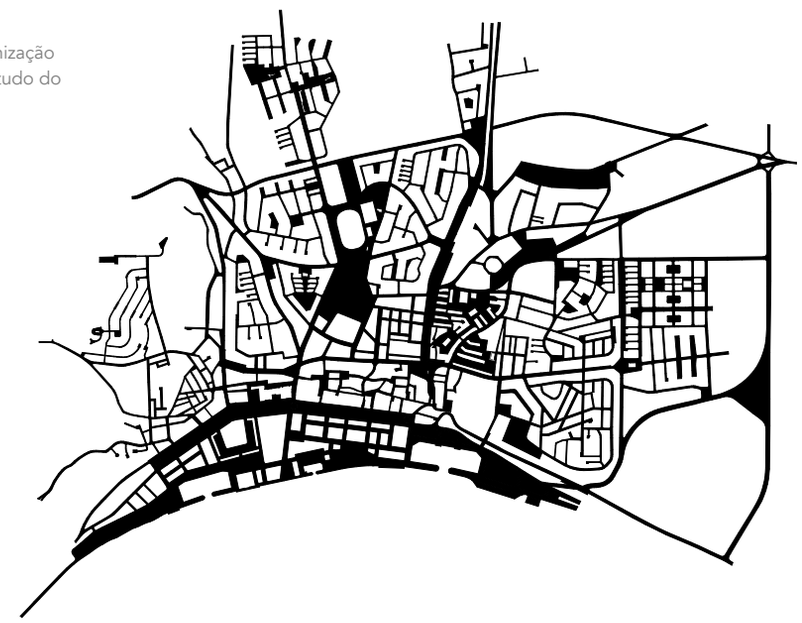


Fig. 6.89. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Traçado Urbano.



Fig. 6.90. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Traçado Urbano.

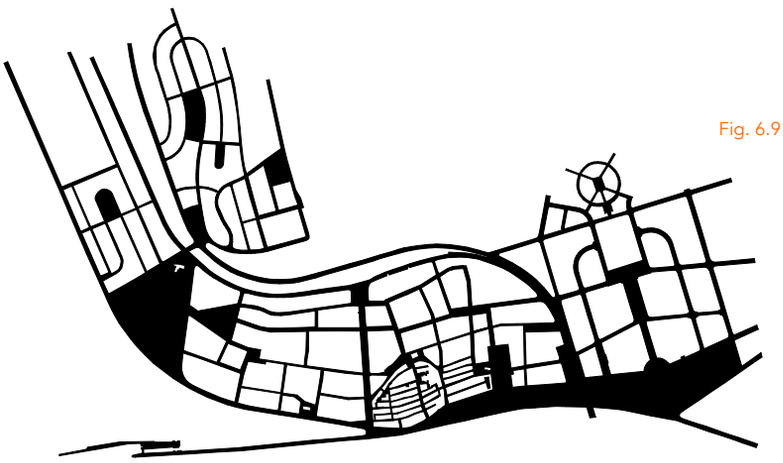


Fig. 6.91. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Traçado Urbano.

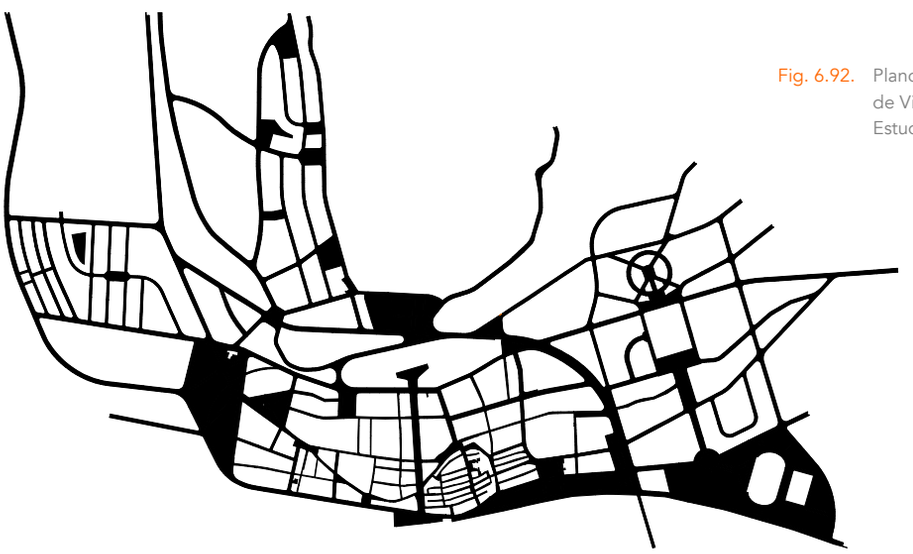


Fig. 6.92. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Traçado Urbano.

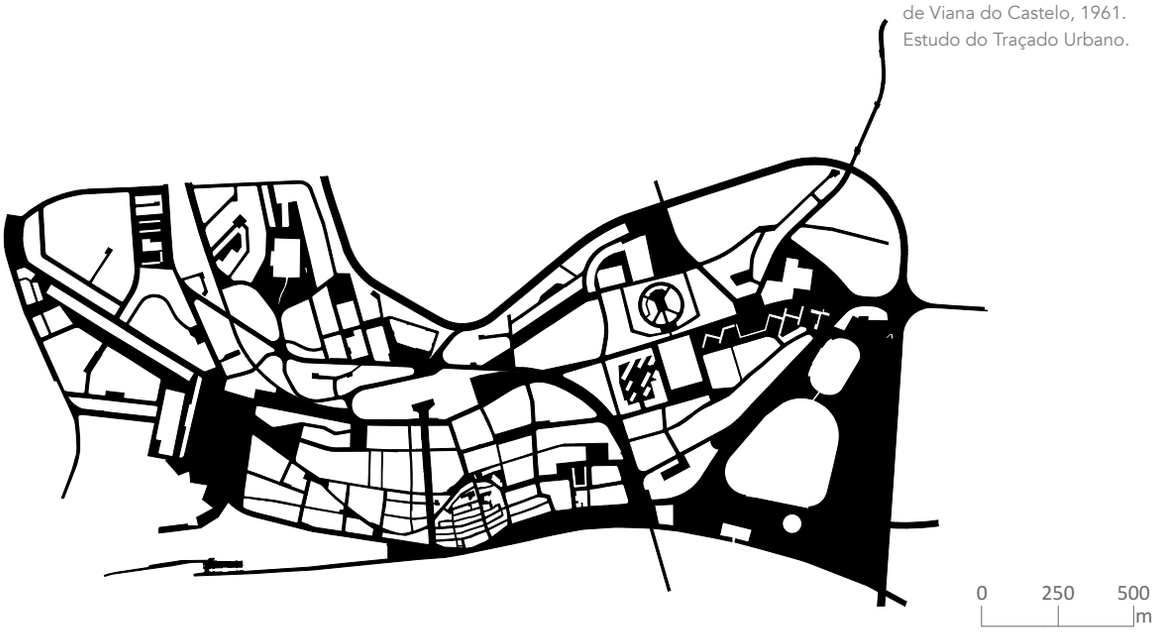


Fig. 6.93. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Traçado Urbano.

6.3.2. Traçado e Eixos Estratégicos

De um modo geral, as primeiras versões dos Planos apresentam eixos estratégicos mais extensos e mais povoados com edificado de excepção e/ou espaços públicos qualificados. Como tal, têm um impacto maior no desenho do traçado urbano primário, com é o caso em Faro (1945) e em Setúbal (1944), que se aproximam da grande composição formal e geométrica da *City-Beautiful*.

As versões de 1960 apresentam eixos estratégicos consideravelmente mais curtos e abrangem, por norma, pouco mais do que uma praça e um edifício de excepção, como por exemplo acontece com o do bairro da Bandeira, em Viana do Castelo. Não será alheia a este facto a maior hierarquização do traçado urbano que acompanha o crescimento da cidade nova (especialmente visível na evolução do traçado urbano de Setúbal), quer por força da sua densificação quer da utilização dos conceitos do *Bairro-Jardim* e da *Unidade de Vizinhança*. A gradual utilização do bloco de habitação colectiva é também uma solução que se desvincula do tradicional parcelamento de frente de rua de correnteza dupla, e que reduz consideravelmente a expressividade dos eixos estratégicos na composição do traçado urbano.



Fig. 6.94. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.



Fig. 6.95. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.



Fig. 6.96. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.



Fig. 6.97. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.



Fig. 6.98. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.

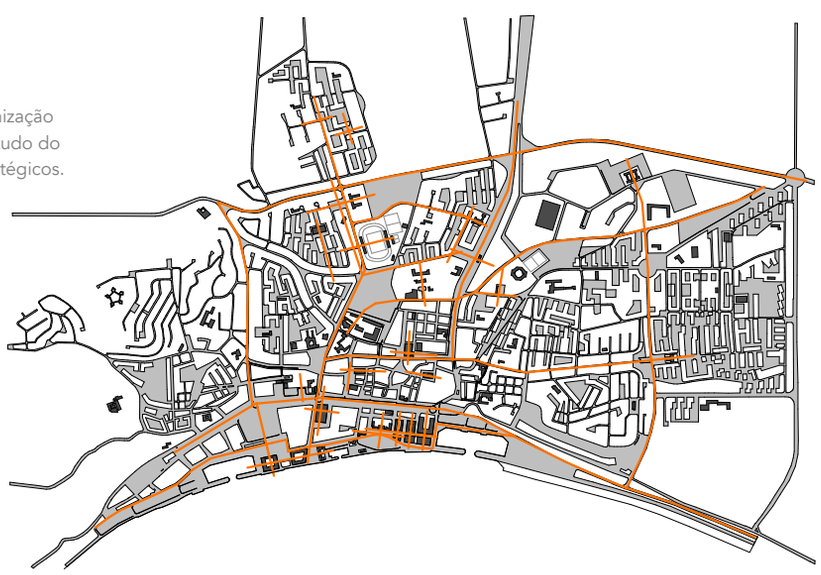


Fig. 6.99. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.

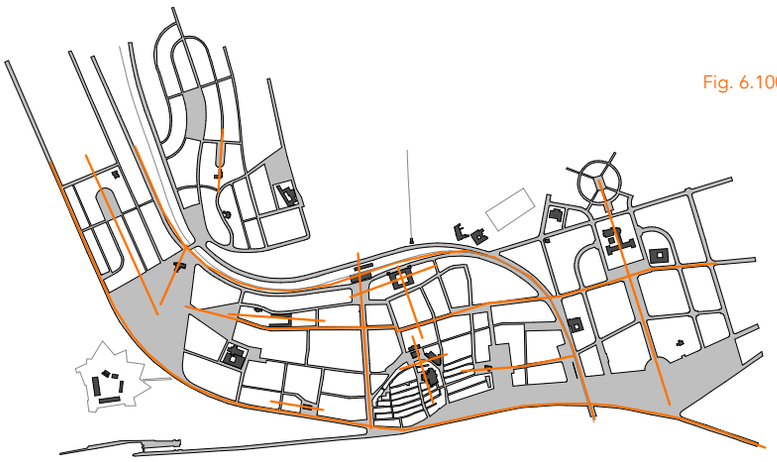


Fig. 6.100. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.

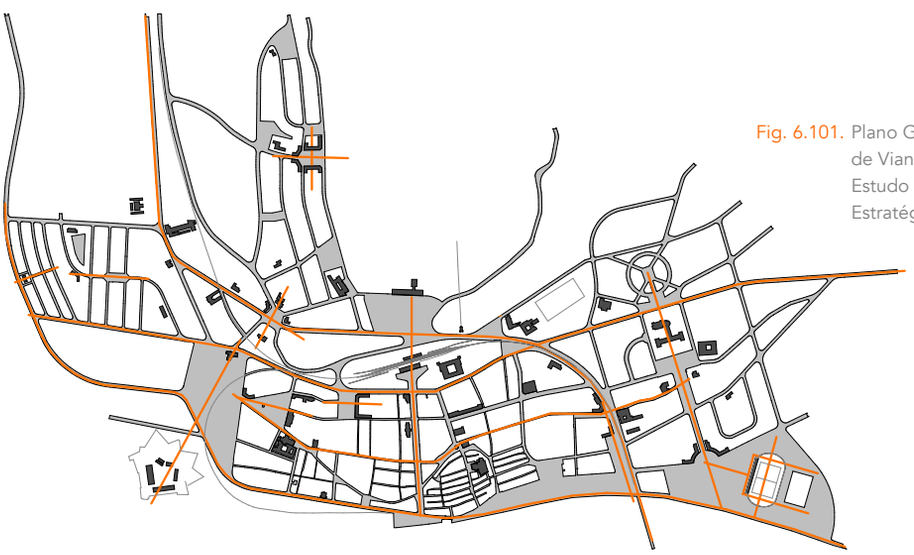


Fig. 6.101. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.

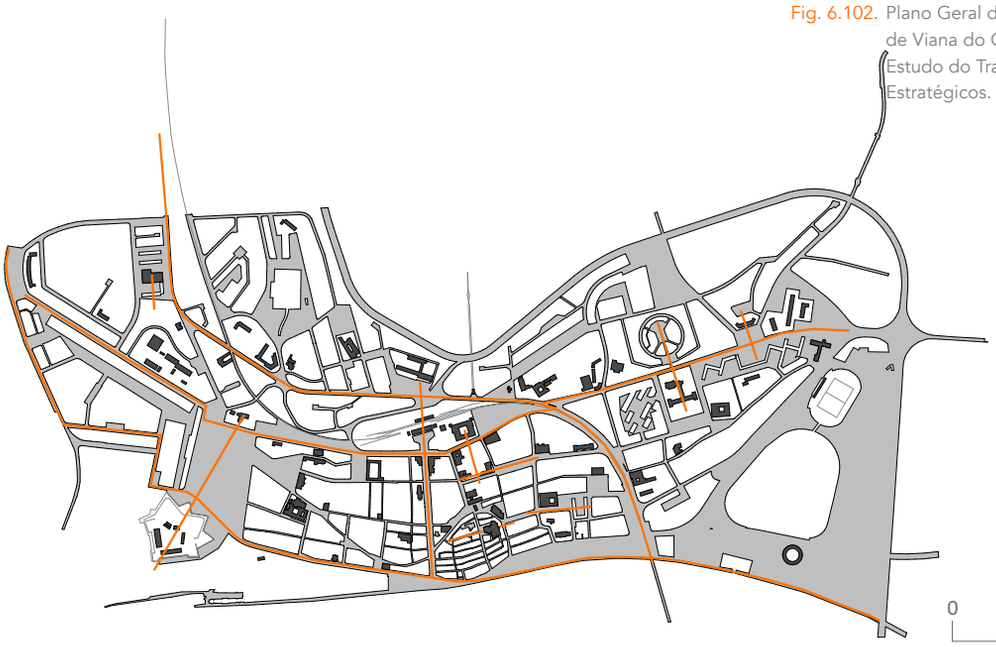


Fig. 6.102. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.

6.3.3. Traçado Primário e Secundário

Da definição do traçado primário dos casos-de-estudo resulta sempre uma malha heterogénea de geometria e dimensão irregulares. Da definição do traçado secundário resulta uma estrutura heterogénea que, na zona do núcleo primitivo, segue tendencialmente uma malha que é o reflexo da simplificação do traçado urbano preexistente e, na área de expansão, segue de um modo geral uma composição mais livre e consentânea com o desenho das *Cidades-Jardim*. Em regra, o traçado secundário não é sub-hierarquizado, com excepção do caso de Ponta Delgada. A inclusão da área de expansão no interior da malha constituída pelo traçado primário não segue um padrão definido pelo facto de, em diversos Planos, o conjunto dos sistemas portante inicial e estruturante do crescimento não serem coincidentes com a tipologia do limite.

Assiste-se também, de um modo transversal, ao adensar do traçado secundário dos planos iniciais para os mais recentes, fruto da crescente utilização da tipologia do edifício colectivo em altura, que liberta espaço público qualificado.



Fig. 6.103. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1944. Estudo do Traçado Primário e Secundário.



Fig. 6.104. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Traçado Primário e Secundário.



Fig. 6.105. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Traçado Primário e Secundário.

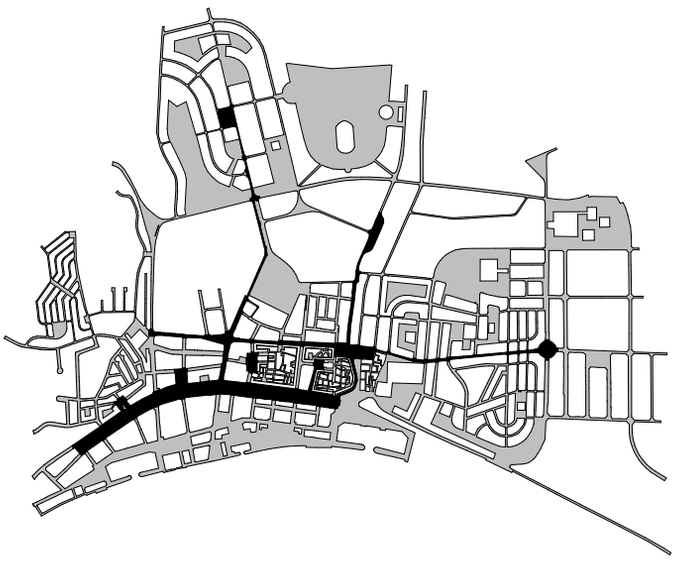


Fig. 6.106. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Traçado Primário e Secundário.

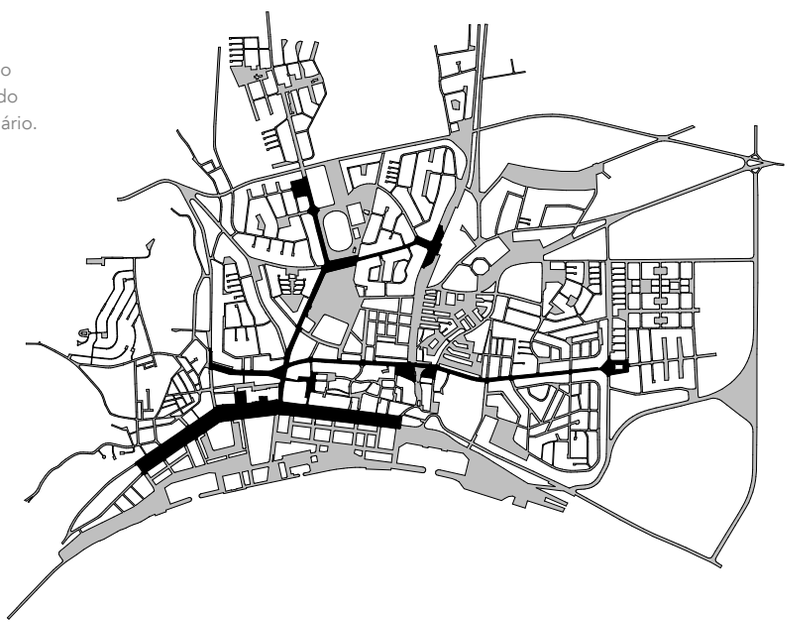


Fig. 6.107. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Traçado Primário e Secundário.

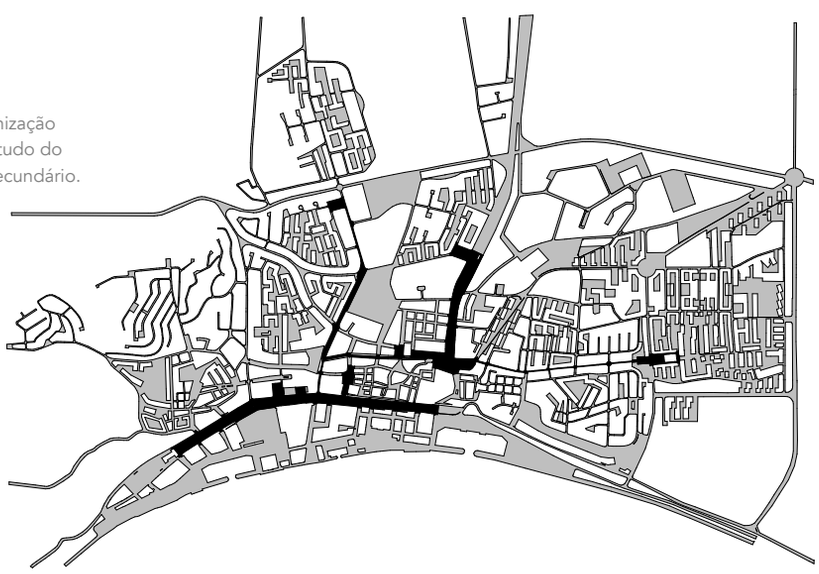


Fig. 6.108. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Traçado Primário e Secundário.

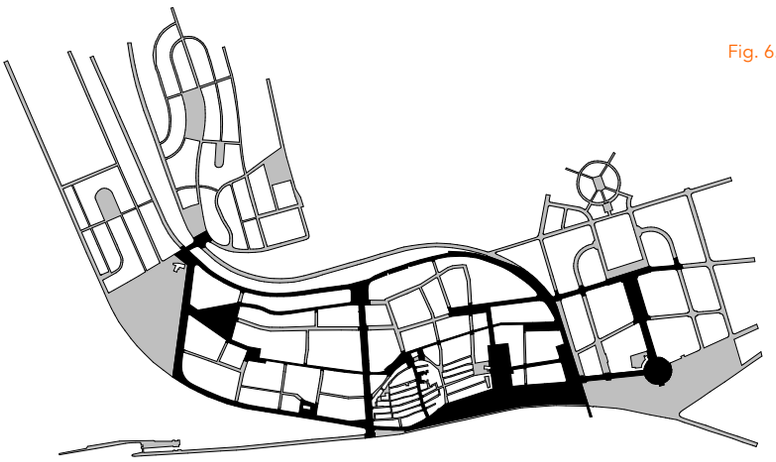


Fig. 6.109. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Traçado Primário e Secundário.

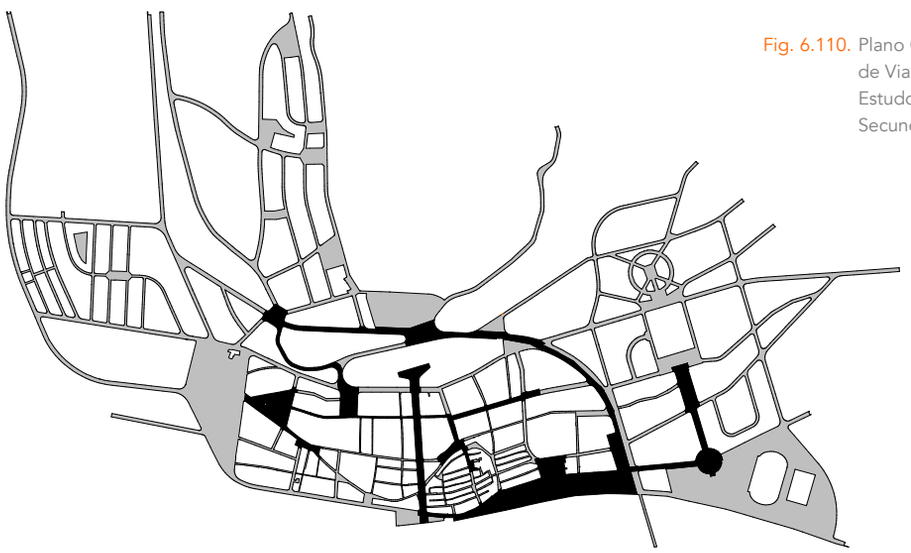


Fig. 6.110. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo do Traçado Primário e Secundário.

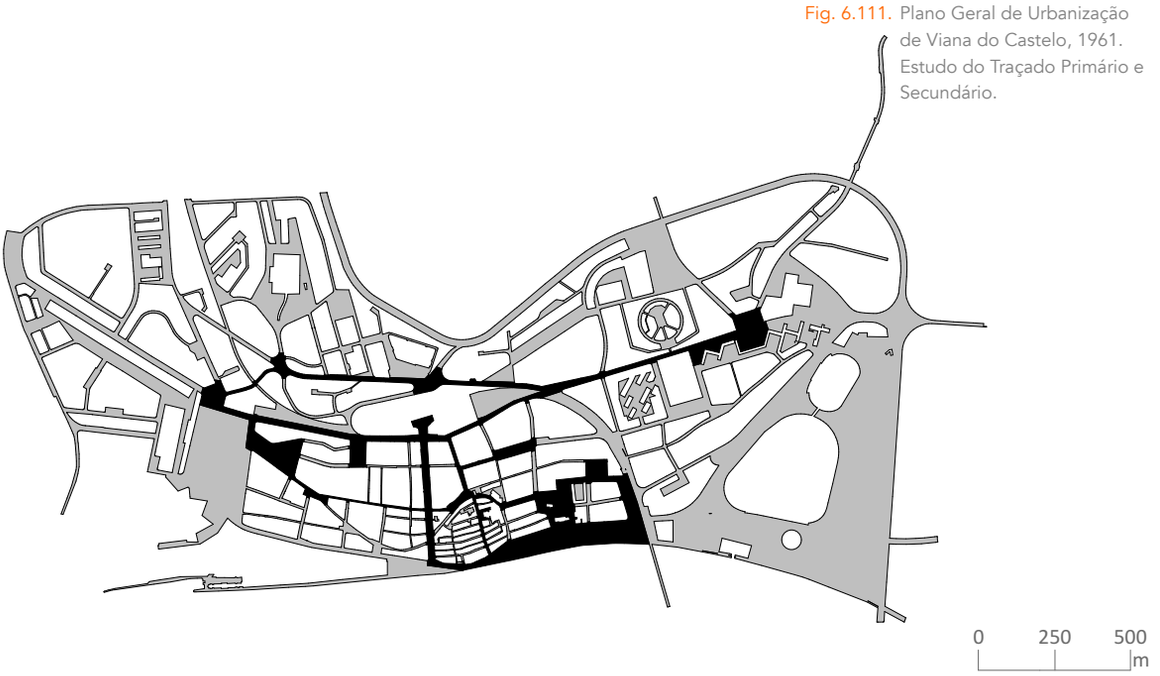


Fig. 6.111. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Traçado Primário e Secundário.

6.3.4. Traçado Primário e Edificado de Excepção

Da primeira para a segunda versão do Plano de Faro, o edificado de excepção que qualifica o traçado primário desvincula-se da frente de rua e, por conseguinte, reduz substancialmente a sua contribuição para a grande composição formal. A nova abordagem é sobretudo visível no remate Norte da Rua A e na Praça do Apeadeiro do Bom João. Em Ponta Delgada, uma boa parte do edificado de excepção vincula-se directamente ao traçado primário planeado, sobretudo no troço monumental da Rua Litoral que faz a ligação com os espaços estruturantes históricos da cidade. No caso de Setúbal, da primeira para a segunda versão do Plano, o vínculo do edificado de excepção ao traçado urbano primário aumenta, mas acaba por praticamente desaparecer na última. Em Viana do Castelo, o edificado de excepção preexistente vincula-se directamente com o traçado primário tradicional nas três versões mas, relativamente ao novo, tal só acontece esporadicamente[3]. Não existe, portanto, um padrão de projecto no que respeita a conjugação do traçado primário com o edificado de excepção, no desenvolvimento das propostas de traçado urbano para os casos da Metrópole.

[3] Restringe-se, no Plano de 1948, à Praça Sul do bairro da Bandeira e ao centro comercial do núcleo residencial a Norte das Ursulinas e, na Revisão de 1961, ao centro comercial no limite Nascente da Rua Gaspar de Castro.

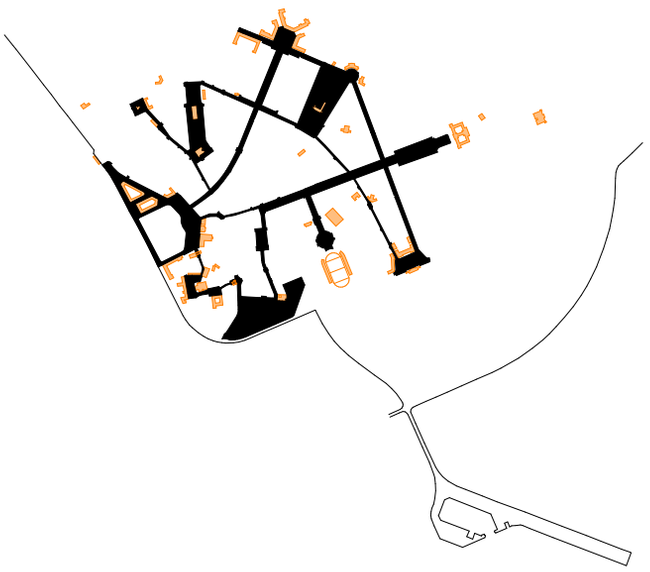


Fig. 6.112. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.

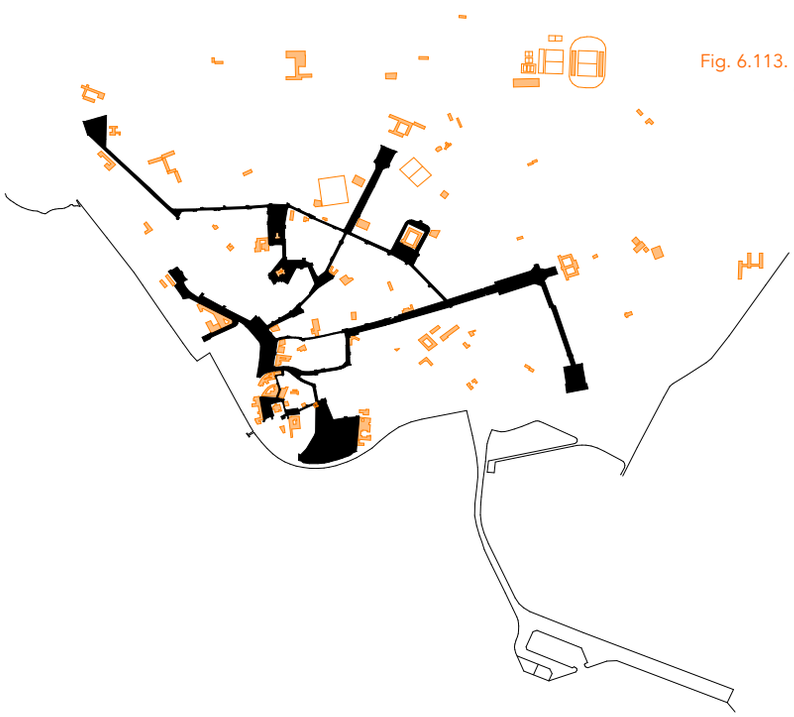


Fig. 6.113. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.



Fig. 6.114. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.

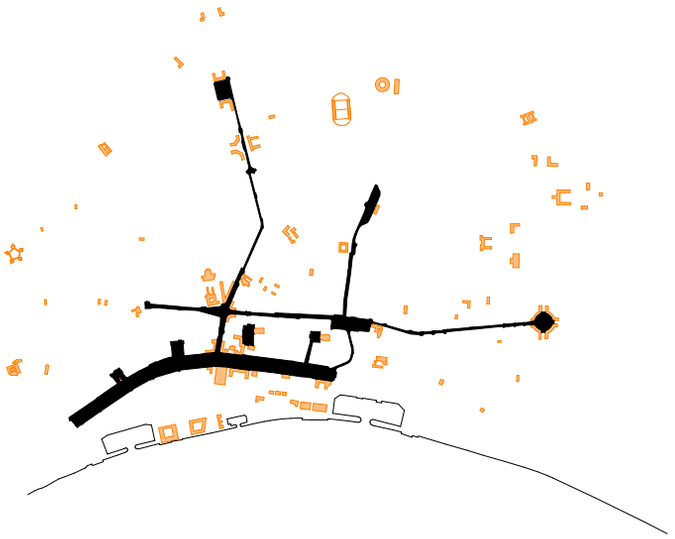


Fig. 6.115. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.

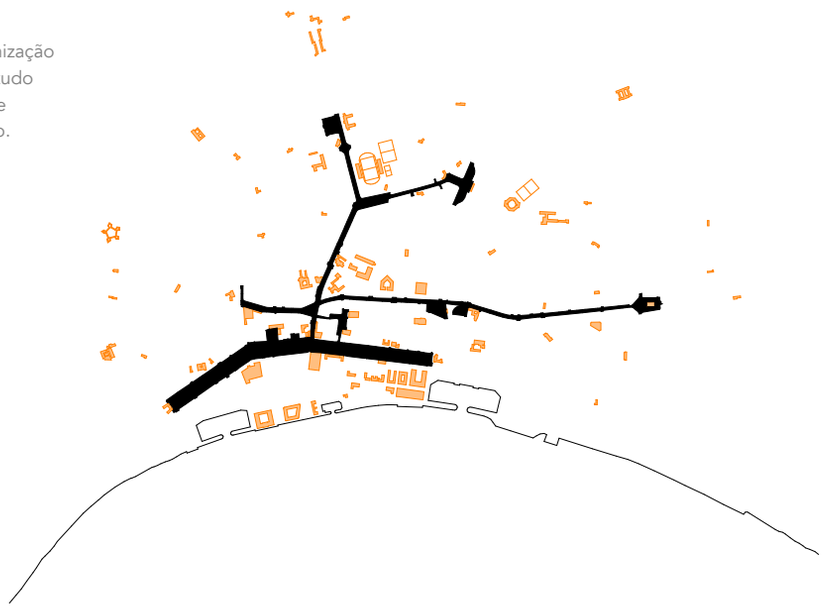


Fig. 6.116. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.



Fig. 6.117. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.

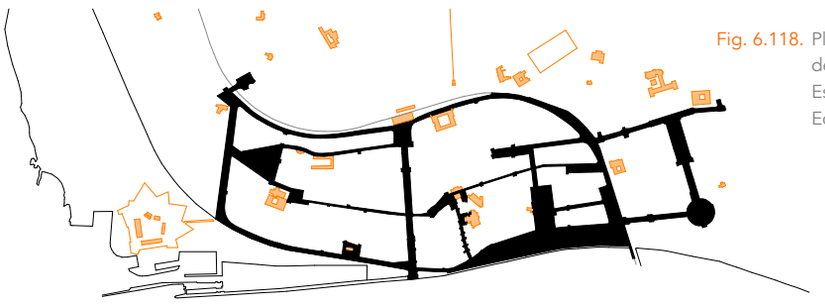


Fig. 6.118. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.

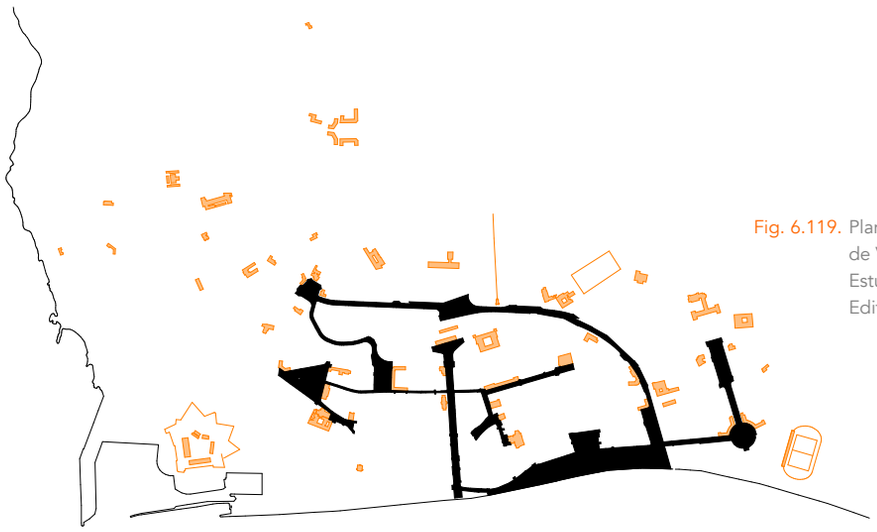


Fig. 6.119. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.

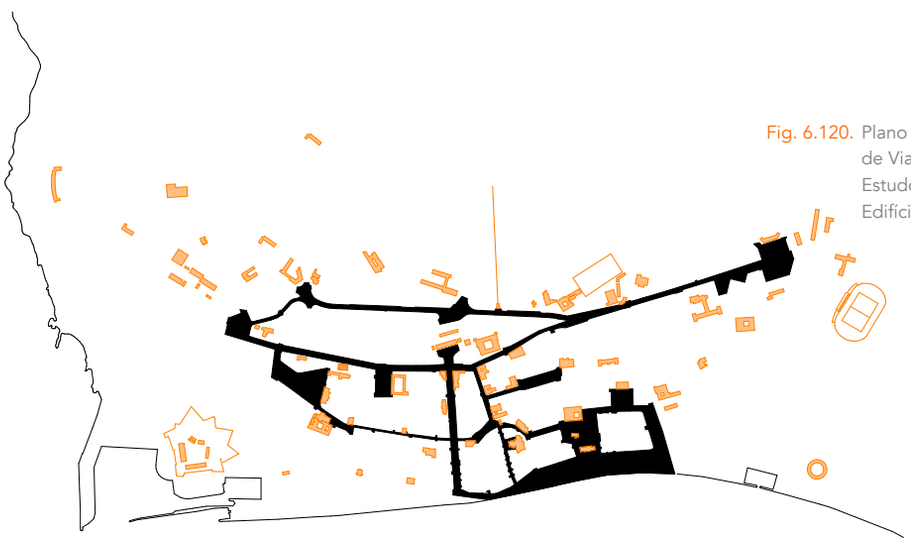


Fig. 6.120. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Traçado Primário e Edifícios de Excepção.

6.3.5. Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio

O Plano de Faro de 1945 simplifica a estrutura morfológica preexistente ao nível dos quarteirões, através da aglutinação dos de menor dimensão em outros maiores. A configuração destes novos dispositivos de nível intermédio continua subordinada aos traçados primário e secundário (preexistente e novo), apenas eliminando travessas, vielas e ruas demasiado estreitas para participarem no esforço de higienização da cidade, um dos objectivos centrais do trabalho de Aguiar em qualquer cidade. A estrutura morfológica da nova área de expansão compreendida entre as duas circunvalações utiliza dispositivos de nível intermédio de dimensão idêntica em profundidade, garantindo uma transição homogénea. Para a restante área de expansão, os quarteirões ganham uma maior dimensão, consentânea com a densidade populacional e a tipologia edificatória previstas. A proposta de simplificação é abandonada na Revisão de 1963, provavelmente fruto da reacção negativa à interpretação literal do reparcelamento generalizado que a Planta de Apresentação sugere, assim como a utilização dos grandes quarteirões para habitação unifamiliar isolada. Nesta versão, a estrutura morfológica preexistente mantém o seu carácter irregular decorrente de uma cidade construída por adição, ao passo que a da nova área de expansão, apesar de continuar subordinada ao traçado, abandona a lógica do quarteirão para ganhar densidade habitacional, recorrendo para tal a outros dispositivos de nível intermédio como o impasse. Esta estratégia visa atender à necessidade crescente de habitação.

Em Setúbal e em Viana do Castelo assistimos a uma evolução idêntica embora, nas primeiras versões (1944 e 1945), a simplificação dos quarteirões preexistentes tenha um carácter mais localizado. A estrutura morfológica de expansão mantém-se fiel aos percursos e é organizada através de núcleos habitacionais que são estruturados através do impasse. Este dispositivo de nível intermédio passa, também neste caso, a ser a regra de composição morfológica da cidade nova, por força da gradual opção pelo bloco de habitação colectiva desvinculado do parcelamento de frente de rua.

O caso de Ponta Delgada enquadra-se no período das primeiras versões dos outros casos e, por conseguinte, segue os mesmos princípios de estruturação da malha urbana. Na expansão para Norte, é seguida a estrutura morfológica preexistente, associada à singular organização fundiária do território, dela resultando quarteirões rectangulares estreitos e alongados no sentido Norte/Sul. A Nascente, esta lógica é quebrada através do aproveitamento do eixo diagonal preexistente da Rua das Laranjeiras, ao qual é subordinado um traçado de composição formal axial à escala local, daí resultando dispositivos de nível intermédio irregulares.

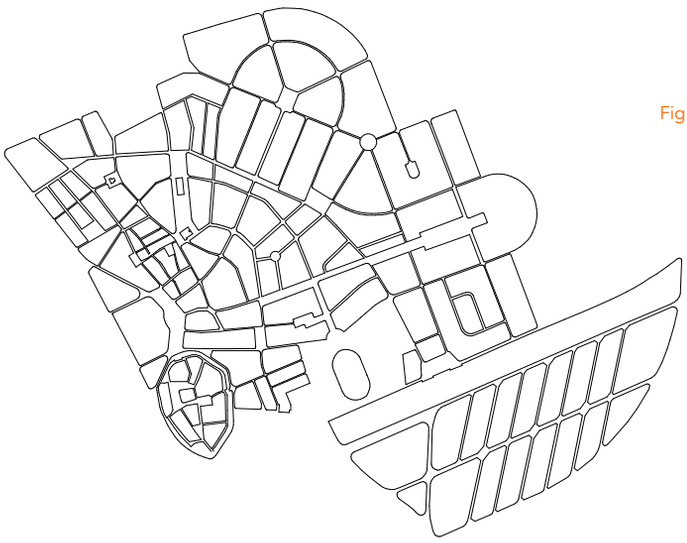


Fig. 6.121. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.



Fig. 6.122. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.

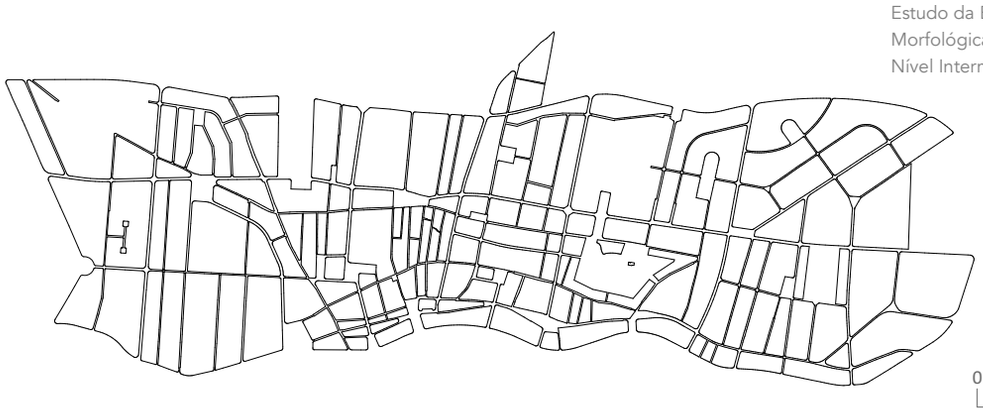


Fig. 6.123. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.



Fig. 6.124. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.



Fig. 6.125. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.

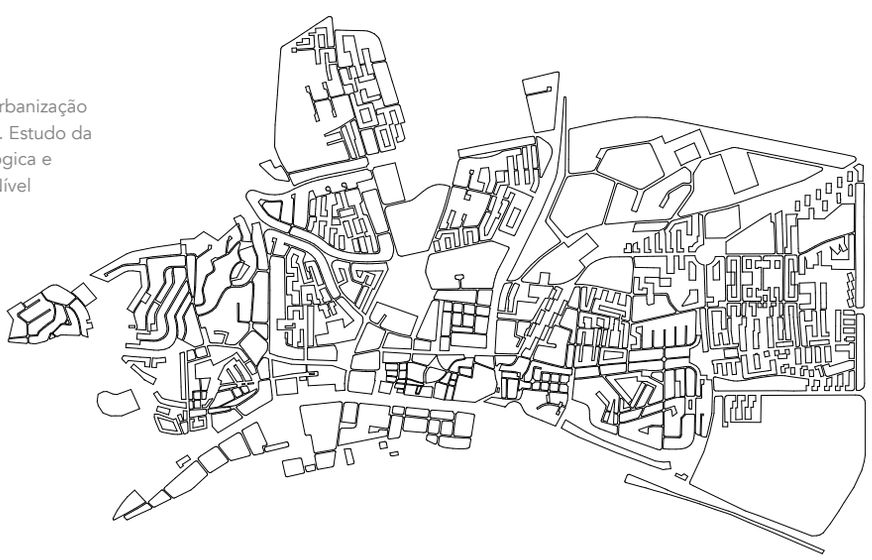


Fig. 6.126. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.

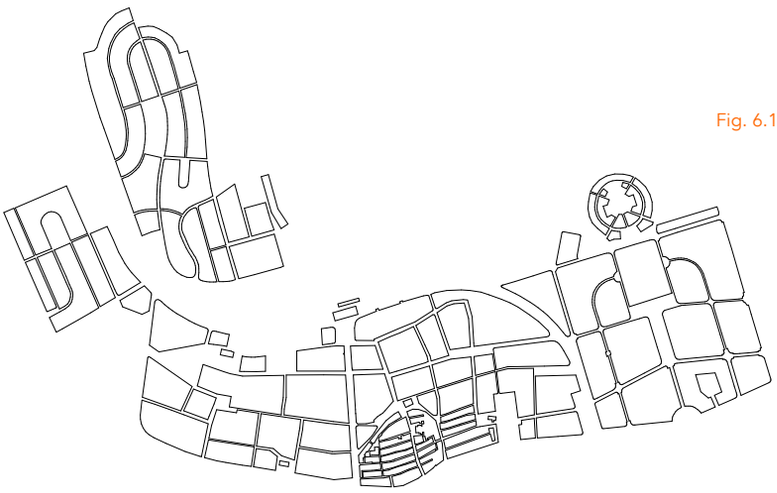


Fig. 6.127. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1945. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.

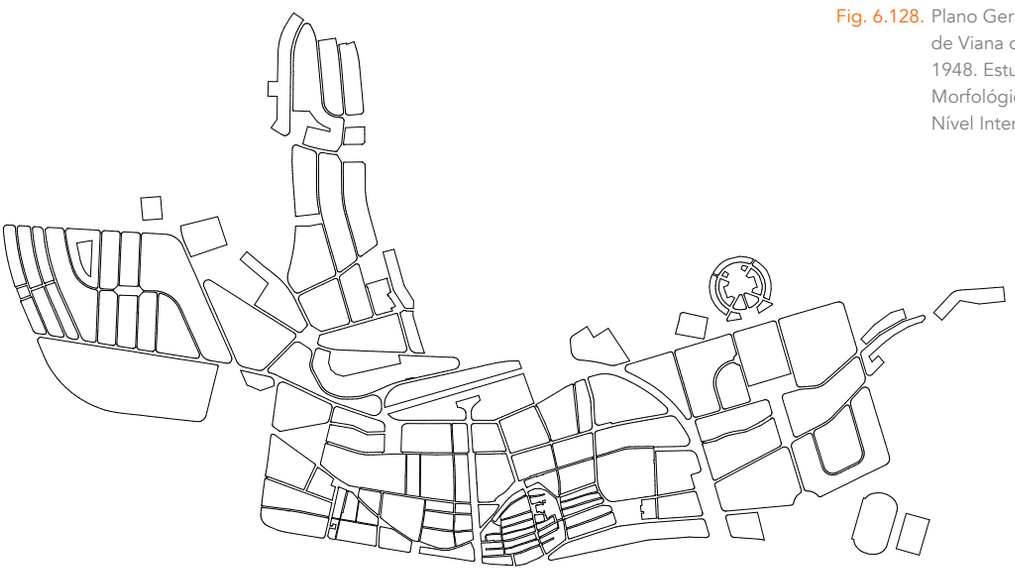


Fig. 6.128. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1948. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.

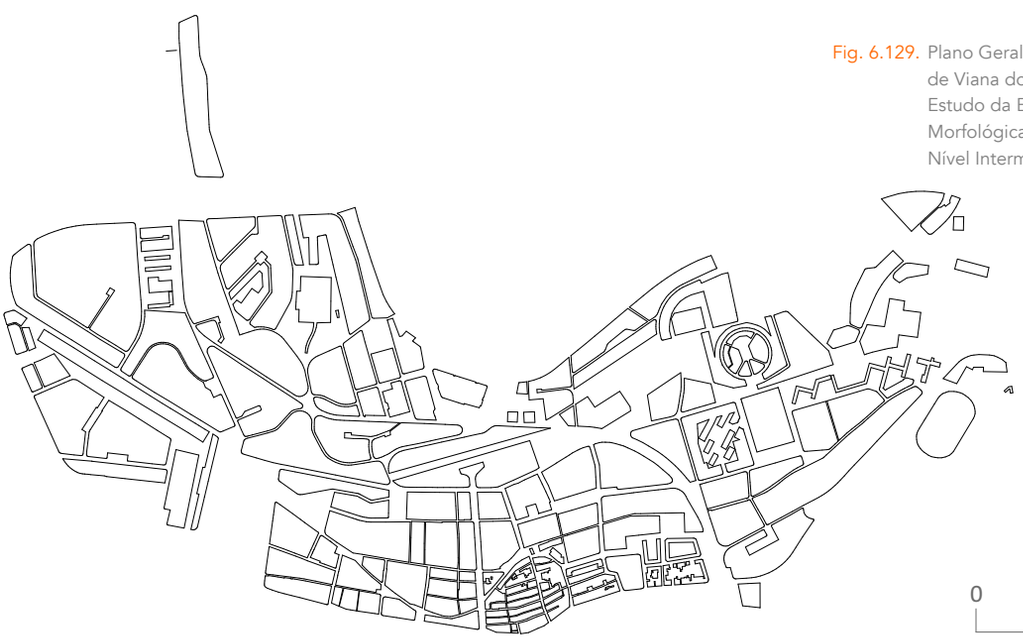


Fig. 6.129. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.

6.3.6. Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente

Das primeiras versões dos Planos para as últimas, verificamos um incremento substancial dos espaços públicos qualificados e a articulação cada vez mais homogénea destes com o edificado corrente. Os casos de Setúbal e Faro são particularmente elucidativos desta mudança de metodologia dos anos 1940 para os anos 1960: na primeira versão de ambos, o sistema de espaços públicos desvincula-se da lógica da grande composição formal do traçado urbano, para assumir uma dispersão pelo edificado corrente que o qualifica. O sistema de espaços públicos deixa de pertencer em exclusividade ao traçado primário, para se articular com o secundário.

Esta mudança decorre sobretudo da utilização, a partir dos anos 1950, da tipologia edificatória do bloco de habitação colectiva que, por se desvincular da lógica tradicional do parcelamento de frente de rua, permite um aumento considerável do espaço público da cidade, sobretudo o que é qualificado através de jardins e parques urbanos. Este tipo de solução aproxima-se da ensaiada por volta do mesmo período em Lisboa, na Avenida Estados Unidos da América (1957)[4], e na década de 1960 nos Olivais, originando conjuntos habitacionais colectivos envolvidos por espaços verdes e desprovidos das tradicionais "traseiras", por norma insalubres e esteticamente repreensíveis. O próprio traçado urbano beneficia com o desafogo resultante da desvinculação do espaço-canal tendencialmente monótono da Rua.

[4] Conjunto de prédios na Avenida Estados Unidos da América, em Lisboa, situados entre a Avenida Rio de Janeiro e a Avenida do Aeroporto, da autoria dos Arquitectos Manuel Laginha, Pedro Cid e João Esteves (Prémio Municipal de Arquitectura de 1958).

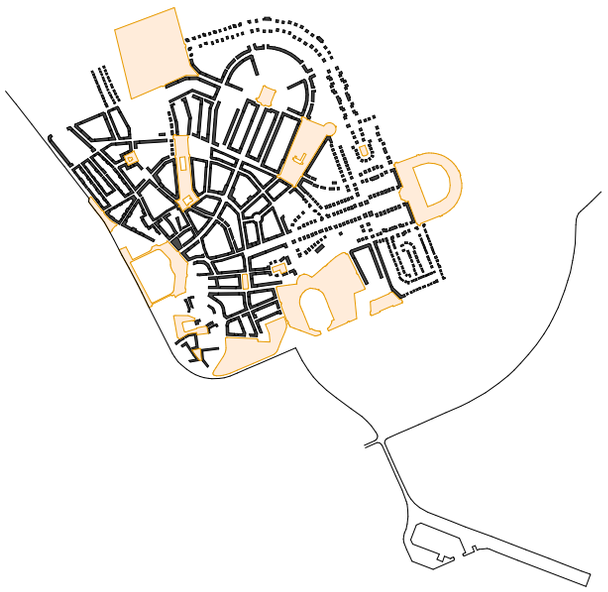


Fig. 6.130. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1945. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.

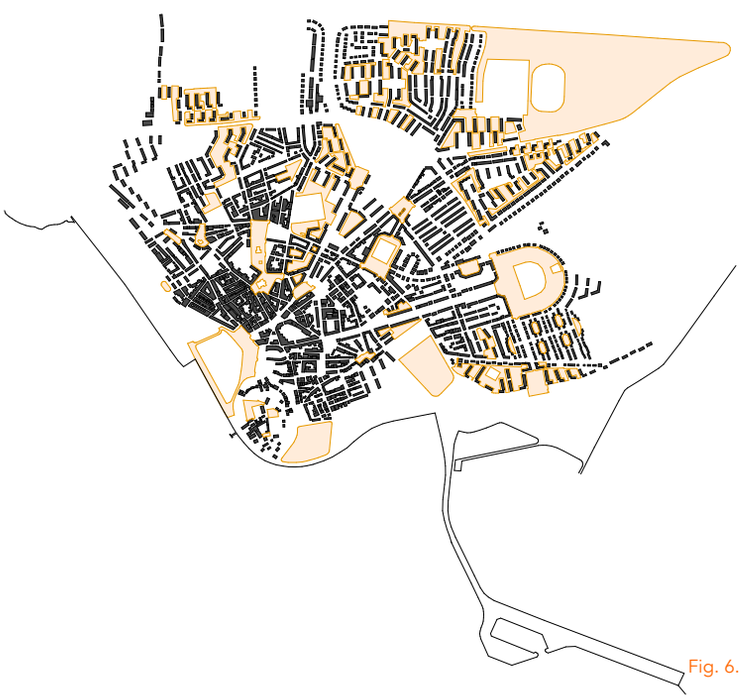


Fig. 6.131. Plano Geral de Urbanização de Faro, 1963. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.



Fig. 6.132. Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.

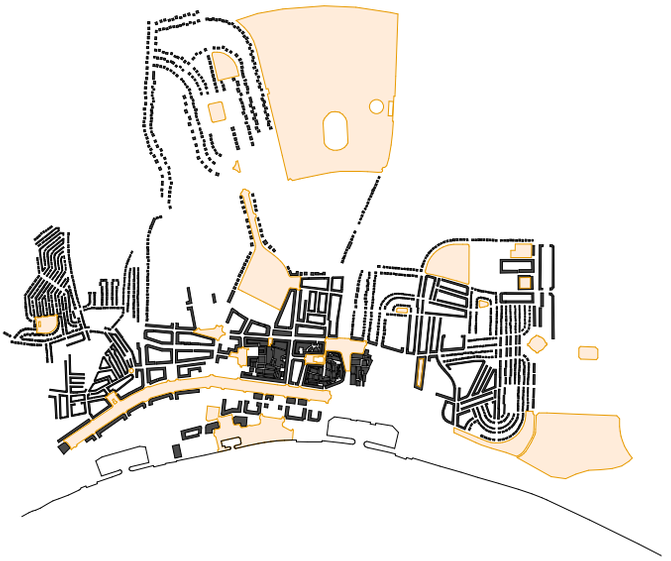


Fig. 6.133. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.



Fig. 6.134. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1955. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.



Fig. 6.135. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.



Fig. 6.136. Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1962. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.



Fig. 6.137. Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.



6.4. RESULTADOS PRELIMINARES

"Se partilharmos a convicção de que a criação se apoia sobre um adquirido e procede a experimentações sucessivas, é possível escolher referências de um outro modo, é possível utilizar modelos ou experiencias realizadas como base de trabalho de projecto, pelas suas qualidades urbanas, pelas qualidades que sugerem, pelas manipulações a que se prestam."

(Castex; Depaule; Panerai, 1977).

No conjunto dos Planos, as referências disciplinares utilizadas por Aguiar, isolada ou conjuntamente, abrangem a *Cidade-Jardim Inglesa*, a *City Beautiful*, a *Unidade de Vizinhança* e a *Cidade-Jardim Americana*[5].

O Traçado Urbano preexistente é sempre intervencionado, apesar de algumas versões dos Planos apresentarem um grau de transformação consideravelmente maior.

O Traçado Primário está sempre vinculado à cidade preexistente e, quando são seguidos os princípios da grande composição formal da *City Beautiful*, também aos eixos estruturantes de expansão.

Os Dispositivos Morfológicos de Nível Intermédio utilizados são os seguintes: Frente de Rua, Impasse e Quarteirão. Este último é subdividido em três conjuntos tipológicos[6]: o Quarteirão Regular, que alterna entre o tradicional rectangular fechado e as variações do aberto; o Quarteirão de Inspiração *Modernista*, formado por um ou mais blocos habitacionais desvinculados da frente de rua e pelo espaço público envolvente; o Quarteirão Ecléctico, que combina a tipologia do Impasse (agregada ou não) com frentes de rua e, eventualmente, caminhos pedonais.

A Hierarquia de Lugares preexistente é genericamente mantida, constatando-se apenas, inicialmente, a criação de lugares mais fortes de vinculação às áreas de expansão e, nas versões subsequentes dos Planos, uma maior homogeneidade da distribuição e do seu valor. Por norma, a Prática Urbana de Aguiar cria tanto cidades monocêntricas como policêntricas, e mantém geralmente o Centro Cívico preexistente.

A Rede tradicional de Espaços Estruturantes encontra-se maioritariamente confinada ao centro da cidade tradicional, e deixa de fora as áreas de expansão residencial. Nas versões finais dos Planos, são criados espaços estruturantes de apoio exclusivamente local que não concorrem para esta rede à escala da cidade. Em certas versões iniciais, o prolongamento dos eixos estratégicos contribui para uma rede de espaços estruturantes mais inclusiva.

As versões iniciais dos Planos apresentam focos de Edificado de Excepção que ancoram a direcção de desenvolvimento do traçado primário das áreas de expansão residencial (por norma vinculados à grande composição formal); nas seguintes, este edificado reduz-se consideravelmente em dimensão, desvincula-se do traçado urbano e é disperso pelos núcleos residenciais.

Ainda nas versões iniciais, o Edificado Corrente é subordinado ao traçado urbano;

[5] A Cidade-Jardim Americana (Radburn) aparece pontualmente a partir de finais dos anos 1950, numa fase já tardia da produção de Aguiar em territórios Coloniais – recorde-se que, com a nomeação para Inspector Superior das Obras Públicas, Aguiar deixa de desenvolver projectos para as Colónias.

[6] Apropriamo-nos dos princípios subjacentes à subdivisão tipológica de João Pedro Costa para a análise urbana do Bairro de Alvalade. In: COELHO (Coord.), 2013: 127.

nas subsequentes, é proposto o caminho inverso. Esta alteração, embora nunca radical (a moradia unifamiliar continua a ser profusamente utilizada), acompanha o recurso gradual à tipologia edificatória da habitação colectiva.

As constatações que acabam de ser mencionadas foram aferidas através da análise sistemática de um conjunto alargado de Planos Gerais de Urbanização, conforme consta da tabela 05..

Tabela 05. Tabela de Controlo de Invariantes.

PLANOS		REFERÊNCIAS DISCIPLINARES				CIDADE PREEXISTENTE	
DATA	PROJECTO	CIDADE-JARDIM INGLESA	CITY BEAUTIFUL	UNIDADE DE VIZINHANÇA	CIDADE-JARDIM AMERICANA	INTERVENÇÃO PONTUAL	INTERVENÇÃO CONSIDERÁVEL
1943	Monfortinho	X	X	X			X
1943	Vila Real - Estudo	X					X
1944	Arraiolos - 1.º Esboceto	X					X
1944	Olhão	X	X				X
1944	Setúbal	X	X	X			X
1945	Cantanhede	X	X				X
1945	Faro	X	X				X
1945	Castelo Branco	X					X
1945	Viana do Castelo - Esboceto	X	X				X
1946	Cidade para 15.000 habitantes	X	X	X			
1946	Ponta Delgada	X	X	X		X	
1947	Arraiolos - 1.º Esboceto	X				X	
1947	Cantanhede - 2.ª Solução	X		X			X
1947	Arraiolos - 2.º Esboceto	X					X
1947	Santarém	X		X			X
1947	São Miguel da Guarda	X					
1948	Vimieiro	X				X	
1948	Viana do Castelo	X	X	X			X
1948	Vila Real	X				X	
1948	Palmela	X					X
1949	Vouzela	X				X	
1949	Vila Viçosa	X				X	
1949	Albergaria-a-Velha						X
1949	Guarda	X					X
1950	Penhas da Saúde	X		X			
1950	Vila Real	X		X		X	
1950	Viseu	X		X			X
1950	Palmela - Remodelação	X		X			X
1951	Cantanhede - Remodelação	X		X		X	
1951	Vouzela - Remodelação	X				X	
1951	Vila Viçosa - 1.ª Remodelação	X				X	

DISPOSITIVOS MORFOLÓGICOS DE NÍVEL INTERMÉDIO					HIERARQUIA URBANA						REDE DE ESPAÇOS ESTRUTURANTES		EDIFICADO DE EXCEPÇÃO NOVO		EDIFICADO CORRENTE NOVO - EXPANSÃO	
FRENTE DE RUA	QUARTEIRÃO REGULAR	QUARTEIRÃO MODERNISTA	QUARTEIRÃO ECLÉCTICO	IMPASSE	ALTERA A PREEXISTENTE	MANTÉM A PREEXISTENTE	CIDADE MONOCÊNTRICA	CIDADE POLICÊNTRICA	CENTRO CÍVICO NOVO	CENTRO CÍVICO PREEXISTENTE	CONFINADA À CIDADE PREEXISTENTE	ABRANGE AS ÁREAS DE EXPANSÃO	CONCEN-TRADO	DISPERSO DE FORMA HOMOGÉNEA	PREDOMINAN-TEMENTE UNIFAMILIAR	UNIFAMILIAR E BLOCOS DE HABITAÇÃO COLECTIVA
X			X	X	X		X		X			X		X	X	
X	X					X		X	X	X		X		X	X	
X					X		X			X	X		X		X	
X	X		X		X			X	X	X		X		X	X	
X	X				X			X	X	X		X		X	X	
X	X		X		X			X	X	X		X		X	X	
X	X		X		X			X	X	X		X		X	X	
X	X		X	X		X		X	X	X		X		X	X	
X	X					X	X			X		X		X	X	
X	X		X					X	X					X		X
X	X		X			X	X			X		X		X	X	
X	X			X		X	X			X	X		X		X	
X	X			X		X	X			X	X		X		X	
X	X			X		X	X			X	X		X		X	
X	X					X		X	X	X					X	
X	X			X	X		X					X		X		X
X	X					X	X			X	X		X		X	
X	X			X		X	X			X	X		X		X	
X	X			X		X	X			X	X			X	X	
X						X	X			X	X			X	X	
X	X			X		X	X			X	X			X	X	
X	X						X		X			X		X	X	
X	X					X		X	X	X		X		X	X	
X	X			X		X		X	X	X	X			X	X	
X	X					X	X			X	X		X			X
X	X					X	X			X	X		X		X	
X	X			X		X	X			X	X		X		X	
X	X			X		X	X			X		X		X	X	

Tabela 05. Tabela de Controlo de Invariantes.

PLANOS		REFERÊNCIAS DISCIPLINARES				CIDADE PREEXISTENTE		DISPOSITIVOS MORFOLÓGICOS DE NÍVEL INTERMÉDIO					HIERARQUIA URBANA			
DATA	PROJECTO	CIDADE-JARDIM INGLESA	CITY BEAUTIFUL	UNIDADE DE VIZINHANÇA	CIDADE-JARDIM AMERICANA	INTERVENÇÃO PONTUAL	INTERVENÇÃO CONSIDERÁVEL	FRENTE DE RUA	QUARTEIRÃO REGULAR	QUARTEIRÃO MODERNISTA	QUARTEIRÃO ECLÉCTICO	IMPASSE	ALTERA A PREEXISTENTE	MANTÉM A PREEXISTENTE	CIDADE MONOCÊNTRICA	CIDADE POLICÊNTRICA
1951	Covilhã						X	X	X					X	X	
1954	Vila Viçosa - 2.ª Remodelação	X				X		X	X			X		X	X	
1955	Setúbal - 1.ª Revisão			X	X		X	X	X		X	X	X		X	
1956	Vila Real - 1.ª Revisão	X				X		X	X			X		X		X
1957	Santarém - Revisão - 1.º Estudo	X			X	X		X	X	X		X		X	X	
1957	Monfortinho - Revisão	X	X	X			X	X			X	X	X		X	
1959	Praias da Arrábida	X						X				X				
1959	Castelo Branco	X					X	X	X	X		X		X		X
1961	Monfortinho - Revisão	X	X					X	X			X	X		X	
1961	Penhas da Saúde - Revisão		X	X	X	X		X	X			X			X	
1961	Viana do Castelo - Revisão			X	X		X	X	X	X	X	X		X	X	
1961	Vila Viçosa - Revisão	X				X		X	X			X		X	X	
1961	Santarém - Revisão	X				X		X	X			X		X	X	
1962	Olhão - Revisão	X		X		X		X	X	X		X		X		X
1962	Castelo Branco - Revisão	X		X			X	X	X			X		X		X
1962	Setúbal - 2.ª Revisão		X	X	X		X	X	X	X	X	X		X	X	
1963	São Miguel da Guarda - Revisão	X						X	X			X	X		X	
1963	Faro - Revisão			X	X	X		X	X	X	X			X	X	
1966	Vila Real - 2.ª Revisão	X		X		X		X	X	X				X		X
1967	Tortozendo	X		X			X	X	X	X	X	X		X	X	

HIERARQUIA URBANA		REDE DE ESPAÇOS ESTRUTURANTES		EDIFICADO DE EXCEPÇÃO NOVO		EDIFICADO CORRENTE NOVO - EXPANSÃO	
CENTRO CÍVICO NOVO	CENTRO CÍVICO PREEXISTENTE	CONFINADA À CIDADE PREEXISTENTE	ABRANGE AS ÁREAS DE EXPANSÃO	CONCEN-TRADO	DISPERSO DE FORMA HOMOGÉNEA	PREDOMINAN-TEMENTE UNIFAMILIAR	UNIFAMILIAR E BLOCOS DE HABITAÇÃO COLECTIVA
	X	X		X		X	
	X		X		X	X	
	X		X		X	X	X
X	X		X		X		X
	X		X		X		X
X			X		X	X	
			X		X	X	
X	X		X		X		X
X			X		X	X	
X					X	X	
	X		X		X	X	X
	X		X		X	X	
	X		X		X		X
X	X		X		X		X
X	X		X		X		X
	X		X		X		X
			X		X		X
	X		X		X		X
X	X		X		X		X
	X		X		X		X

PARTE IV

ARQUITECTURA DA CIDADE NAS COLÓNIAS

Esta parte contém os estudos analíticos individualizados dos Planos de Urbanização de cinco cidades capitais de colónia, da primeira versão à última revisão, na dupla perspectiva da cidade pré-existente e da planeada.

Completados com o anexos respectivos, configuram a análise morfológica dos casos segundo quatro tipologias edificatórias escolhidas como base: Tipologia do Crescimento, Sistema de Lugares, Tipologia do Traçado e Tipologia do Parcelamento. O objectivo é definir resultados preliminares demonstrativos do modo específico de projectar de Aguiar, nas cidades das Colónias. Estes resultados serão ainda conferidos, de forma mais simplificada – através de uma tabela – com as metodologias patentes em outros Planos do Arquitecto nos mesmos territórios. O resultado constitui material elementar para a conclusão final.

CAPÍTULO 7

APRESENTAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO



Fig. 7.01. "Portugal não é um País pequeno"

7.1. DÍLI

"A situação geográfica de Díli era igualmente convidativa para a fixação de uma praça. Situada sensivelmente no centro da costa norte de Timor, servida por uma baía de águas calmas, balizada pelas pontas de Fatumaca e de Tibar, com a Ilha de Atauro em fundo, Díli oferecia boas condições de navegabilidade e de defesa. Por outro lado, o local era servido por água potável e terrenos favoráveis a culturas cerealíferas. Embora fértil em terrenos pantanosos que tornavam a região insalubre, circunstância que levaria, muitos anos mais tarde, o governador Frederico Leão Cabreira (1839-1844) a propor a construção de uma nova urbe noutro local, Díli tornar-se-ia capital de Timor até aos dias de hoje."

(Mattoso, 2013: 6).

7.1.1. Antecedentes



Fig. 7.02. Fortaleza de Santo António, Cupão.

A ilha de Timor começa a ser mencionada em fontes iconográficas a partir do século XVI, como território de passagem marítima, remontando a presença portuguesa ao século XVII. A ilha era povoada por cerca de 60 pequenos reinos (Proença, 2007: 141) que se agrupavam em 2 confederações – os Belos no lado Oriental e os *Baiquenos* no lado Ocidental. À época da chegada dos Portugueses, os contactos do território com o exterior eram escassos e maioritariamente com comerciantes. São também de registar alguns ataques exteriores para captura de escravos.

Data de 1642 a chegada de Frades Dominicanos portugueses à região de Cupão, onde instalaram uma missão. Parte dos reinos pede então protecção portuguesa, pelo que Portugal passa a envolver-se na política interna da ilha. Em 1647 chegam as primeiras tropas e inicia-se a construção da fortaleza de Cupão (figura 7.2.), dedicada a Santo António, a qual ficaria sob comando do capitão-mor Francisco Carneiro. O protectorado iria consolidar-se em 1703, com a chegada do primeiro Governador Português. Entretanto, em 1653, a Companhia Holandesa das Índias Orientais conquistara Cupão, levando os portugueses a instalar-se em Lifau. A 11 de Agosto de 1769, porém, face à constância dos ataques holandeses e aos conflitos com as tribos da região, o governador António Reis de Menezes decide a abandonar Lifau, depois de queimar toda a estrutura, para que não pudesse ser reaproveitada.

A Fundação do Povoado

O governador e respectiva comitiva refugiam-se então numa pequena estrutura fortificada na baía de Díli. Parece não ter sido este o destino inicialmente escolhido[1], mas, tendo em conta as boas características geográficas da enseada (já com um pequeno pontão-cais construído), a qualidade dos terrenos agrícolas envolventes e o apoio do chefe da tribo local[2], o local foi considerado adequado para a instalação da nova sede da administração portuguesa. A construção da nova capital inicia-se a 10 de Outubro de 1769, tendo sido organizados três postos militares e elevado um muro para isolamento do pequeno núcleo urbano dos pântanos envolventes.

Em 1796, com receio de um ataque Holandês, é construída uma fortaleza, de pedra e argila, não muito longe da já edificada, que passa a acolher a igreja de

[1] Os navios São Vicente e Santa Rosa tinham partido de Lifau (local da primeira capital portuguesa em Timor), em Agosto de 1769, com destino a Vemasse.

[2] O chefe da tribo local, régulo de Motael, seria aliado dos portugueses, por o terem ajudado, a seu pedido, no combate contra os seus adversários.

Santo António e a residência do governador. Díli ainda é apenas um pequeno núcleo urbano com habitações maioritariamente de madeira, protegidas por trincheiras e alguns baluartes (figura 7.3.). A sua evolução é lenta e espontânea, contando o povoado com 1768 habitantes em 1813.



Fig. 7.03. Planta da cidade de Díli, 1843.

A pequena praça comunicava com o exterior apenas por via marítima. O que, face aos vários incêndios que a assolaram, agravados pela precariedade dos materiais usados, leva o governador José Maria Marques a desenvolver, em 1834, um plano (figura 7.4.) que lhe permita comunicar com terra. O Plano prevê a ligação por estrada com Lahane e a Dare , bem como com outras povoações próximas; considera ainda a criação de uma rede de arruamentos ortogonais (garantia de alguma higiene) e a construção de algum edificado de excepção, como a residência do governador e o quartel da infantaria, usando materiais duradouros. Nesta época Díli conta com os seguintes edifícios de excepção: a Fortaleza; o posto de São Francisco; a Igreja do Montael; a Igreja Paroquial; o Quartel do Batalhão; o Posto de S. Dormão; a Feitoria; a Alfândega e o Sino da Igreja (Silveira, 1956: 489). José Maria Marques manda então construir um quartel de infantaria, uma avenida paralela à linha de costa que estruturaria o traçado ortogonal (com uma orientação tendencialmente Nascente-Poente).



Fig. 7.04. Plano para o Porto e a cidade de Díli, 1843.

Na sequência destas modificações, em 1841 o núcleo urbano apresenta-se coeso (figura 7.5.), cercado por uma estrutura defensiva que o separa das zonas por ele defendidas e das quais depende para a produção agrícola de subsistência.

De Vila a Cidade

Até então sob autoridade do Estado Português da Índia, Timor autonomiza-se em 1844, passando a Província. Em 1859, o tratado de Lisboa estabelece a demarcação das possessões portuguesas e holandesas. Entretanto, o núcleo urbano de Díli foi crescendo progressivamente[3], sendo elevado a cidade em 1864.

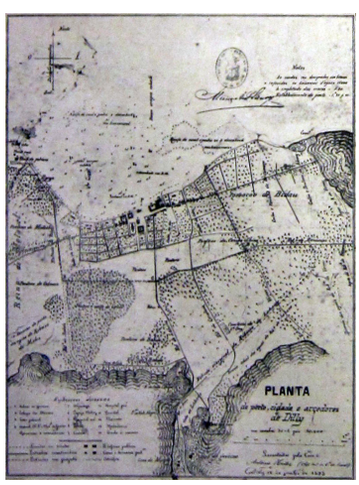


Fig. 7.05. Perspectiva da cidade de Díli.

O ano de 1866 marca tragicamente o povoado que, vítima de um violento incêndio, fica parcialmente destruído. De entre os edifícios que desapareceram constam o quartel, o palácio do governador, uma igreja e numerosas habitações. A reconstrução da cidade é morosa, devido à falta de recursos financeiros e de materiais apropriados.

O núcleo continuará a centrar-se nas actividades portuárias, justificando a morfologia da cidade bastante mais compacta junto ao cais[4]. De entre os novos edifícios de excepção surgem agora, construídos em pedra e cal, o quartel, a alfândega, o hospital e uma prisão.

[3] Em 1852 Díli contava com 3017 habitantes e, em1879, com 4114.

[4] De entre os edifícios que adensavam a zona do porto constavam, por exemplo, a Alfândega, a Feitoria, o Quartel, a Igreja Matriz e a Residência do governador.



Fig. 7.06. Mapa da cidade de Díli, 1892.

Entre 1876 e 1877 é edificada a igreja matriz, que marca o centro da cidade, juntamente com o edifício dos Paços do Concelho (construído entre 1912 e 1915), implantado no jardim Vasco da Gama que fora criado em 1898 para comemorar os 400 anos da descoberta do caminho marítimo para a Índia e que resultara do aterro e arranjo ajardinado do antigo terreiro de cargas e descargas dos navios.

As ligações entre Díli e as povoações rurais envolventes (7.6.) foram realizadas pelo governador Rafael Jácome Lopes de Andrade, já no início do século XX. Data também deste período a construção do farol do porto, de uma rede de abastecimento de águas e de diversos edifícios de excepção na cidade, tais como as escolas primárias, os postos administrativos e o mercado.

O Desenvolvimento da Cidade



Fig. 7.07. Mapa de Díli, 1910.

José Celestino da Silva, governador de Díli de 1894 a 1908, marca uma nova fase na cidade, com a introdução de reformas na estrutura administrativa e económica[5] da província. Estas medidas possibilitam a construção de novos edifícios públicos (escolas, uma biblioteca, um museu e um hospital novo), de estradas e mesmo de algum saneamento básico, repercutindo-se este investimento no crescimento da cidade (figura 7.7.). Simultaneamente, o novo governador desencadeia uma série de acções militares para controlo dos reinos existentes na ilha. Data desta época a alteração do estatuto de Timor, que deixa de ser uma província para passar a ser uma colónia. No entanto, alguns reinos, apoiados por Holandeses revoltam-se com esta situação, provocando o início da Guerra de Manufahi (1911 – 1913). O fracasso desta revolta leva a que em 1915 as fronteiras da colónia portuguesa, até lá só especificadas no tratado de 1859, sejam definitivamente fixadas por sentença arbitral.



Fig. 7.08. Planta Hidro-tográfica de Díli, 1941.

A cidade vai sendo consolidada através da construção de edificado corrente de melhor qualidade e de edificado de excepção com um ou dois pisos. A Catedral, inaugurada em 1937, é construída sob a antiga igreja matriz e afirma-se como um dos principais edifícios do núcleo urbano, tanto pela sua dimensão como pelas duas torres que a ladeiam.

Em meados do século XX, o núcleo central da cidade encontra-se envolvido por cinco bairros residenciais, tal como a figura 7.8. ilustra: a Nascente ficam os bairros de *Benamauc* e *Bidau*, este último equipado com uma escola feminina, uma igreja e um cemitério; a Sul, fica o bairro *Caicole*, adjacente à estrada para *Lahane* e localização do mercado municipal; a Oeste fica *Colmera*, um bairro comercial de população maioritariamente muçulmana; e *Motael*, na zona do farol.

[5] Foi introduzida a cultura do café, motivada pelo declínio da economia baseada na extracção intensiva e excessiva da madeira de sândalo, base da economia da ilha até então.

A província mantém-se estável até que, no início da II Guerra Mundial, foi ocupada por tropas australianas e holandesas e, em 1942, invadida por tropas japonesas. Na sequência da guerra o território é palco de acirrados combates entre nipónicos e aliados, com vitória destes mas provocando larga destruição no território, nomeadamente na cidade de Díli que perde a quase totalidade dos edifícios. Terminada a guerra, os aliados devolvem a Portugal o controlo do território.



Fig. 7.09. Centro de Díli, 16/09/1945.

A ruina de Díli ressuscita um tema que sempre acompanhou a sua evolução urbana: o da adequabilidade do local para capital do território. As características topográficas e dos solos dos terrenos envolventes do assentamento tradicional sempre originaram grandes acumulações de água e, logo, vastas áreas pantanosas e de difícil atravessamento. Estas condições, em combinação com o clima desta latitude, potenciavam um ambiente propício à disseminação do paludismo que, em 1934, segundo os dados da recém-criada Comissão de Saneamento, atingia pelo menos 80% da população da cidade.

As adversas condições de salubridade da capital já tinham levado à criação de Lahane, a primeira tentativa de mudança da capital para longe do foco de paludismo, alavancada pela construção do palácio-residência dos governadores e de residências para habitação de funcionários públicos. Esta medida é seguida pela mudança do Hospital para fora do limite urbano, em 1908, implantado a uma maior altitude. Em 1922, o quartel da Companhia Indígena é transferido de Motael (a nascente, junto ao porto marítimo) para Taibesse por indicação médica. Em 1928 é, inclusive, elaborado um esboço de projecto para a transferência da cidade para Fatu-Naba, local a umas centenas de metros de altitude a sul da capital, mas motivos de ordem económica acabaram por gorar mais esta tentativa. Nas consultas de arquivo, esta é a justificação mais corrente, à qual se juntam quer o facto de, entretanto, já se ter investido no saneamento quer o natural aumento da construção privada que naturalmente não ficara à espera da nova cidade.

Com a devastação provocada pela II Guerra Mundial, abre-se uma nova hipótese de deslocalização da capital, onde pouco ou nada restara das construções existentes. O governo da colónia delibera então, (Portaria N.° 1.177 de 5 de Abril de 1946) a mudança para Cutulau, localidade a 800 metros de altitude e próxima do porto marítimo existente, a que o Ministro das Colónias deu o nome de Nova Díli. O documento condiciona também a construção na antiga capital até que se disponha de um plano de urbanização cuja execução deveria prever a reutilização das infra estruturas existentes. A utilidade de manter o assentamento urbano de Díli em paralelo com a nova capital decorre da necessidade de apoio às actividades comerciais geradas pelo porto marítimo.

São então solicitados dois planos gerais de urbanização ao Gabinete de Urbanização Colonial: um para a reconstrução da cidade de Díli e outro para a edificação da nova capital em Cutulau. O documento "Notas elaboradas na Colónia de Timor para o estudo do Plano de Urbanização de Díli e da Nova Capital"[6] datado de Julho de 1946, da autoria de João de Aguiar, compila os dados que recolhe *in loco* para a elaboração dos dois planos. O PGU de Nova Díli é apresentado em 1948.

No entanto, a decisão sobre a construção da nova capital continua a não ser tema pacífico entre o decisores, sobretudo na Metrópole. A Informação n.º 23/49 de 18 de Outubro, da autoria de Aguiar[7], é esclarecedora quando à divergência de opiniões sobre a matéria. Neste documento são analisadas as três principais opções[8]: reconstrução longe de Díli, reconstrução perto de Díli e reconstrução da própria Díli. Após apreciação técnica, decidiu-se que a reconstrução de Díli seria a solução a seguir. Conclusão que vem a ser unanimemente aceite por todos os intervenientes, inclusive o Governo da Colónia que, apesar da preferência pela criação de uma nova capital expressa na Portaria N.º 1.177 atrás referida, acaba por se alinhar com a vontade do poder central. Os argumentos vencedores são fundamentalmente de ordem económica.

[6] Que integra o espólio do Arquitecto João de Aguiar.

[7] Idem.

[8] O documento aponta para três hipóteses: (1) a reconstrução da capital em local afastado da actual Díli, em Baucau, Ossu ou Ermera, afastada por ser economicamente inviável; (2) a reconstrução da capital nas proximidades de Díli enquanto extensão do Porto, em Lahane ou Cutulau, afastada pelo mesmo motivo; (3) a reconstrução de Díli, que merece aprovação.

7.1.2. O Plano

O Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951

Em 1946 João António de Aguiar chega a Díli com o objectivo de elaborar os Planos Gerais de Urbanização da nova capital e de Díli e ainda fazer estudos urbanos das pequenas povoações timorenses. Após o afastamento da ideia de nova capital, Aguiar centra o desenvolvimento do PGU de Díli na incorporação de uma dimensão institucional de representação que até então não fora considerada.

A realidade que o arquitecto encontra em Díli é a de uma cidade destruída, reduzida às marcas de delimitação do traçado urbano, pontuado por alguns edifícios provisórios entretanto erguidos para suprir as necessidades básicas da população, recorrendo frequentemente a construções temporárias de *palapa*[9]. Apesar da devastação, o traçado de matriz ortogonal do século XIX era ainda identificável: os principais eixos percorrem-na no sentido Nascente-Poente; um pontão projecta-se sobre a baía; apesar do estado de ruína, fachadas soltas de diversos edifícios materializam ainda a morfologia urbana (figura 7.9.).

Segundo Aguiar, à data da aprovação do PGU, a Díli de 1951 ainda é "uma cidade em ruínas" que necessitava de um instrumento orientador que contribuísse para a reconstrução por um lado e, por outro, para o respectivo crescimento pelos 30 anos seguintes.

"A cidade de Díli encontra-se em ruínas. Subsistem os arruamentos que apresentam contudo as rodagens e passeios destruídos. Dos edifícios que duma maneira geral se encontravam arrasados à data da ocupação acham-se hoje alguns reconstruídos por iniciativa oficial e particular. Tais obras tiveram se ser executadas a fim de ser possível a acomodação da população cujo elevado número obrigou a soluções de emergência como a construção de edifícios de carácter provisório.

"Pode dizer-se que a cidade sob o ponto de vista urbano praticamente deixou de existir, devendo a sua reconstrução ser feita de acordo com o presente Plano Geral de Urbanização." (Aguiar, 1951a: 1).



Fig. 7.10. Plano Geral de Urbanização de Díli, Planta de Apresentação.

[9] As construções de *palapa* são construções ao ar livre, típicas do sudoeste asiático, formadas por uma estrutura simples de madeira onde assenta uma cobertura cónica de palha seca.

O Plano Geral de Urbanização de Díli é composto por peças escritas (Inquérito[10], Memória Descritiva e Justificativa e Regulamento) e pelas seguintes peças desenhadas: Planta de Urbanização à escala 1:2000; Planta de Trabalho à escala 1:2000; e Planta de Zonas à escala 1:2000. Sabe-se ainda da existência de uma Planta de Apresentação (figura 7.10.) que, apesar de não constar do processo do PGU no Arquivo Histórico Ultramarino, se conhece da publicação *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, da autoria de Luís Silveira (1956).

Face à realidade encontrada, às condicionantes de ordem económica e com o objectivo assumido de evitar a animosidade de interesses locais, Aguiar opta por aproveitar o traçado da estrutura urbana preexistente. A opção pela manutenção da maioria dos arruamentos tem também o objectivo de subordinar os proprietários adjacentes ao regulamento do PGU.

O traçado viário primário é clarificado, recorrendo a perfis de rua compatíveis com os *Princípios Higienistas* e algumas das artérias são suprimidas, para possibilitar a agregação de terrenos e a constituição de quarteirões de dimensões que possibilitem um parcelamento mais apropriado à densidade pretendida. Com a redução das artérias que se desenvolviam no sentido Norte-Sul, Aguiar também protege o novo centro da cidade do tráfego de atravessamento, tornando-o menos permeável.

O redesenho da ligação das artérias suburbanas à cidade (Ermera-Baucau) obriga apenas à demolição de algumas edificações e a expropriações pontuais.

Quanto ao edificado existente, em ruinas ou entretanto reedificado, privado ou oficial, foi mantido para garantir os interesses de todas as partes.

Sobre a ocupação informal, ao contrário do que acontece nos casos de estudo africanos, ela é residual em Díli. A população nativa prefere dispersar-se pela periferia ao longo de caminhos de pé posto, sobretudo na direcção Sudoeste. Esta população trabalha maioritariamente na cidade e desenvolve, em paralelo, pequenos negócios locais de subsistência (pequena agricultura e criação de animais).

Como abordagem metodológica ao plano em Díli, João de Aguiar utiliza os *Princípios Higienistas* na clarificação do traçado viário, no redimensionamento

[10] Este trabalho consta do espólio do Arquitecto João de Aguiar e traduz-se num conjunto de documentos manuscritos que retratam um levantamento minucioso dos diversos aspectos físicos, geográficos, demográficos, comerciais e de outros de interesse para o desenvolvimento do PGU.

dos dispositivos morfológicos da malha urbana primária e na definição prioritária das redes de abastecimento e saneamento; no desenho das novas zonas residenciais recorre ao conceito da *Unidade de Vizinhança* de Clarence Perry, criando unidades autónomas e funcionais de moradias isoladas, geminadas ou em banda, equipadas com uma escola, um centro desportivo e comércio local privado.

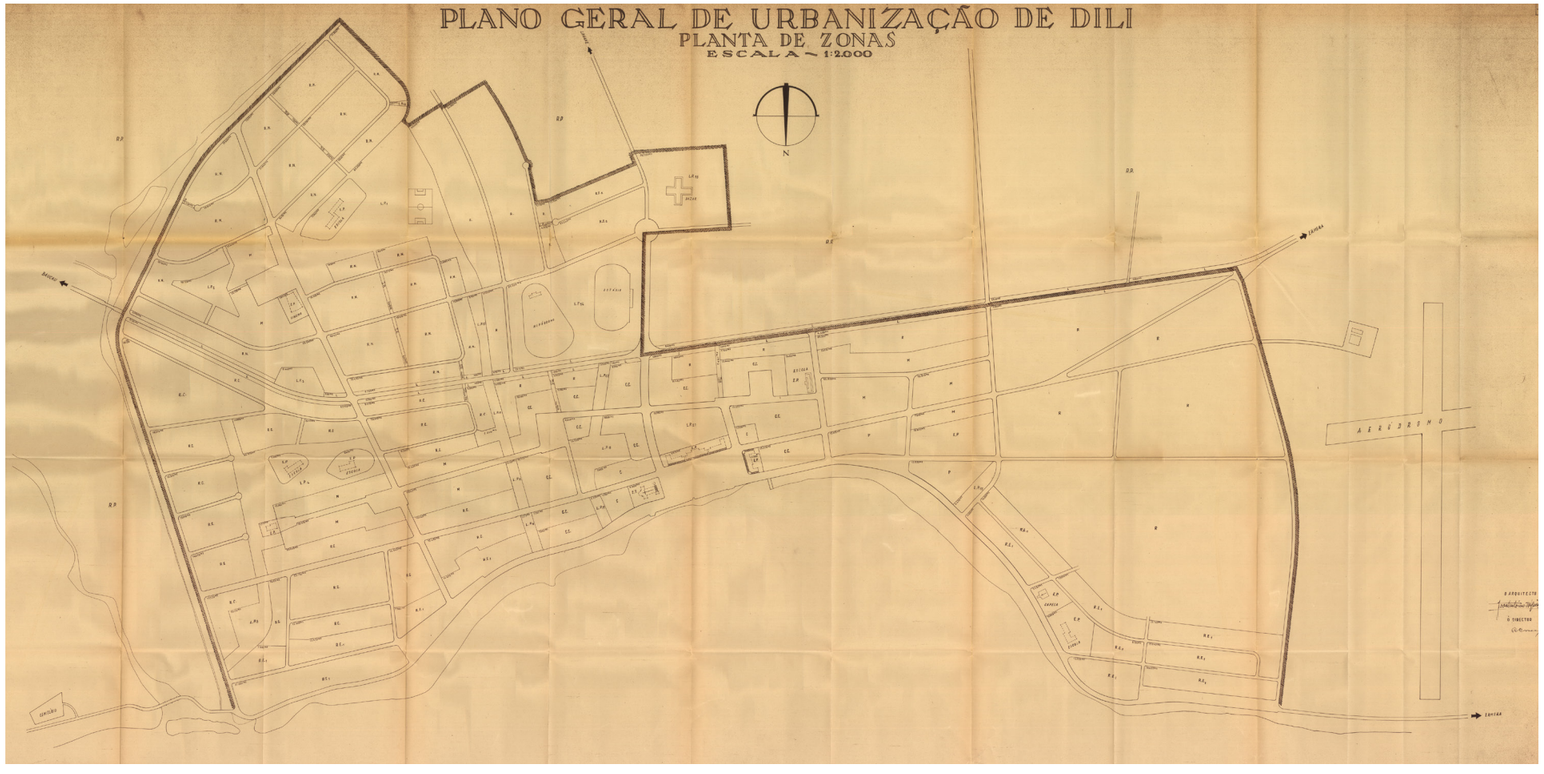


Fig. 7.11. Plano Geral de Urbanização de Díli. Planta de Urbanização.

Fig. 7.12. Plano Geral de Urbanização de Díli. Planta de Trabalho.



Fig. 7.13. Plano Geral de Urbanização de Díli. Planta de Zonas.



João de Aguiar encontra, no final dos anos 40, uma cidade que, além de devastada, está a ser reconstruída sem os instrumentos urbanísticos apropriados. A missão que assume é a definição de uma estratégia que apoie essa reconstrução e permita um desenvolvimento planeado de Díli com projecção a 30 anos.

As bases deste plano assentam num levantamento exaustivo da situação existente e das necessidades públicas e privadas: por Díli ser sede do Governo, existe a necessidade de acomodar o centro político e administrativo; sendo também sede de Diocese, a capital necessita de uma Câmara eclesiástica, do Paço Arquiepiscopal e de uma Catedral; por nela se concentrar o grosso da economia da província, é ainda necessário acautelar a distribuição dos diversos interesses e utilidades; enfim, por reunir uma população heterogénea, importa respeitar os respectivos costumes.

O Plano organiza a cidade segundo uma sectorização funcional de 12 zonas: (C) a *Zona do Centro Cívico*, sujeita a um plano de conjunto, com arcadas no piso térreo e um pé direito duplo por cada piso, cobertura de telha com existência obrigatória de beirado e ambiente de carácter oficial; (CC) a *Zona Comercial Central*, constituída por edifícios com um mínimo de dois pisos, arcadas ou galerias obrigatórias nos edifícios da praceta poente e na rua que liga o jardim ao Centro Cívico, bem como na marginal; (EP) a *Zona dos Edifícios Públicos*, constituída por lotes dispersos pela cidade para futura construção; (M) a *Zona Mista*, destinada à construção de edifícios para habitação e comércio de interesse local, distribuída pelos diversos aglomerados residenciais; (RE) a *Zona Residencial Especial*, destinada exclusivamente a europeus e assimilados; (RN) a *Zona Residencial para Nativos*, concentrada a Sudeste; (RC) a *Zona Residencial para Chineses*, coincidente com a sua ocupação tradicional na cidade; (P) a *Zona Portuária a* Poente do Centro Cívico; (LP) a *Zona dos Espaços Livres Públicos*, constituída por diversos espaços públicos arborizados, muitos deles equipados com áreas desportivas; (L) a *Zona dos Espaços Livres*, que representam áreas *non aedificandi*, como as faixas laterais do troço de estrada Ermera-Baucau; (R) a *Zona Rural*, dentro do perímetro da cidade e de topografia mais acentuada, destinada à sua futura expansão; (RP) a *Zona Rural de Protecção*, cujo limite exterior é definido por uma circular com um raio de 5 km a partir da mediana da fachada do edifício dos Paços do Concelho e que tem a função de assegurar protecção ao núcleo urbano e a diversos equipamentos.

Para reunir as funções de representação e de serviço público, Aguiar cria um Centro Cívico e escolhe para sua localização a antiga praça da Câmara Municipal, quer por tradição quer pela localização de excepção sobre a baía de Díli, transformando-a no centro da nova capital da província[11], ladeado por uma zona comercial multifuncional. Este pólo dinamizador da cidade é organizado em torno de uma praça central que se abre sobre a baía e ladeado pelo edifício da Câmara Municipal e pela Sé Catedral.

Fora do Centro Cívico, os edifícios de excepção são implantados pela cidade de um modo disperso, mas sempre associados a espaços públicos qualificados.

A principal zona comercial da capital é localizada junto do Centro Cívico e integrada com habitação e serviços para equilibrar o conjunto do ponto de vista estético (Aguiar, 1951: 3) Esta zona de uso misto é destinada a "todas as raças e nacionalidades".

Sendo uma capital marítima, o novo traçado prevê uma zona portuária que reúna as instalações da Capitania e da Alfândega, assim como armazéns do Estado e privados. Consultada a entidade local que gere a zona, Aguiar conclui que ainda não existe um estudo para o efeito e a sua localização exacta fica em aberto. Na Planta de Urbanização, a marginal a poente do centro cívico prevê para o efeito um pequeno pontão, uma zona de aterro (onde ainda hoje se situa o porto) e dois quarteirões com a indicação "Reserva do Estado".

A ligação aérea à província é garantida por um aeródromo que, segundo Aguiar, se encontra bem localizado, a nascente da capital, apesar de necessitar de requalificação. O PGU cria uma zona de protecção deste equipamento, desvia a estrada de Ermera (que atravessa uma das pistas) e desenha um acesso de ligação da cidade à aerogare, através do prolongamento de uma das ruas primárias do traçado urbano.

Quanto ao Palácio do Governo, por se localizar em Lahare, numa elevação a aproximadamente 2Km a Sul da cidade, e por apresentar um bom estado de conservação, não é considerado no PGU. Sobre o Paço Episcopal a edificar de raiz, a sua localização é prevista no morro de Castro-Lahane, junto ao Paiol da Pólvora, na estrada de Lahane, local escolhido pela Igreja. O Hospital Central da cidade, localizado na saída em direcção a Baucau, apresenta boas condições de conservação. Apesar de não vir representado no PGU, por já se encontrar fora dos limites da cidade definidos por Aguiar, o Arquitecto assinala na memória descritiva do plano a conveniência de estudar a sua zona de protecção, para assegurar o respectivo crescimento a par com o da capital.

[11] Solução idêntica à que Aguiar apresenta para o aterro de Machaquene, em Lourenço Marques, para a qual também apresenta um estudo com duas propostas para o desenho do edificado.

Apesar das similitudes formais e linguísticas entre os dois projectos, o de Lourenço Marques é projectado pelo autor do PGU e o de Díli é inicialmente desenhado por Mário de Oliveira, sob orientação de Aguiar e, posteriormente, mesmo por João António de Aguiar.

Os acessos à cidade são dois e continuam a compor, com o novo traçado, os eixos transversal e longitudinal da sua malha urbana: a estrada de Aileu, que passa por Lahane, termina na praça do Centro Cívico; a estrada interurbana Ermera-Baucau é integrada no núcleo urbano no troço compreendido entre o aeródromo e o hospital central.

A actividade desportiva concentra-se sobretudo nas modalidades de futebol, hipismo e ténis. O PGU prevê, assim, a construção de um estádio e de um hipódromo, localizados em terrenos adjacentes ao cruzamento dos dois eixos viários da cidade[12]. As infra estruturas relativas ao ténis vão para os logradouros públicos e para a zona residencial de nativos, na qual são ainda previstos espaços para jogos.

A largura de arruamentos e passeios são reduzidas ao mínimo indispensável, de modo a não agravar demasiado os encargos municipais com despesas de manutenção do espaço público. O seu traçado também leva em consideração a implantação dos *gondões* existentes, "por serem árvores seculares e constituírem uma das mais antigas características da cidade e do litoral". A Avenida Marginal, também designada por Avenida Litoral assume-se como uma permanência, por ser a zona de recreio mais procurada pela população. Por este motivo, Aguiar tem ainda o cuidado de manter os *gondões* ali existentes. As outras duas ruas primárias apresentam uma largura regular de 15 metros, sendo 9 metros para as faixas de rodagem e os restantes 6 metros reservados para passeios.

O calibre do traçado secundário varia entre os 10 e os 20 metros de largura, com 6 destes adstritos às faixas de rodagem. Os arruamentos das unidades de residência apresentam 6,5 metros, dos quais 0,75 adstritos a passeios. O alargamento dos quarteirões, em alguns casos, permite a transformação do seu interior em jardins públicos com espaços desportivos de apoio.

Quanto às redes municipais, para Aguiar são indispensáveis, por motivos de higiene da capital, a drenagem do pântano através da conservação e ampliação da rede de canais existente. No mesmo sentido, propõe a construção de uma rede de saneamento básico, concomitante com a rede de abastecimento de água e a rede eléctrica de iluminação pública e particular.

A população da cidade, de acordo com o levantamento possível à data, é multirracial compreendendo, além dos nativos, europeus, chineses em grande número e árabes em menor expressão. Por falta de dados demográficos consistentes, Aguiar prevê zonas de expansão para acomodar eventuais alterações.

A distribuição da população é feita em função das diferenças raciais e planeada

[12] O estádio municipal de Díli ainda hoje ocupa a mesma localização.

em núcleos e unidades residenciais de moradias unifamiliares (dependendo das necessidades populacionais específicas) servidos por escolas, templos, campos desportivos e núcleos comerciais dedicados. Estes aglomerados são pensados com respeito pelos usos e costumes das populações a que se destinam, potenciando um ambiente característico e acolhedor segundo quatro tipos de agregados: (A) os Núcleos Residenciais Especiais para europeus e assimilados, a Poente, ao longo da baía e até ao farol; (B) a Unidade Residencial de chineses, a Nascente; (C) a Unidade Residencial de Nativos, a Sul; (D) o Núcleo Residencial de Árabes[13].

São três os Núcleos Residenciais Especiais: (1) o núcleo do Farol virado para o mar, onde existem três moradias construídas, uma capela e um parque infantil, que são preservados; (2) o Nascente, de características idênticas ao anterior, onde existe uma moradia construída (a Missão); (3) o da estrada de Lahane, em frente ao Bazar, destinado à construção de residências económicas.

"Tanto os chineses como os nativos têm junto das suas habitações uma pequena horta que cultivam com bastante interesse e onde em regra criam animais (porcos e cabras) e aves de capoeira." (Aguiar, 1951a: 7).

A Unidade Residencial para Chineses é localizada a Nascente, onde essa população já se encontrava instalada, equipada com um núcleo comercial, um parque central com campos de ténis, duas escolas e um templo. Nesta Unidade a construção poderá apresentar características da sua população e as moradias deverão ter 1 ou 2 pisos, isoladas ou geminadas, com amplos logradouros utilizados para hortas.

A Unidade Residencial de Nativos destina-se à população que, geralmente, exerce uma actividade económica na cidade e é delimitada a Sul pela estrada Baucau-Ermera, entre o Hipódromo e o Hospital Central. A opção por esta localização prende-se com o facto de nela já existirem numerosas residências indígenas e disponibiliza à população residente um núcleo comercial, uma igreja, uma escola, um parque central e um campo de futebol. As moradias previstas são isoladas em lotes, de forma a permitir actividades hortícolas e a construção de capoeiras.

Em suma, são as seguintes as linhas condutoras principais do Plano de 1951, com uma vida útil estipulada em 30 anos: criação de um sistema de arruamentos com base nos existentes; definição dos parâmetros da ocupação do solo; estabelecimento de um regulamento de construção; drenagem das zonas pantanosas envolventes da cidade; saneamento geral da cidade com a construção de redes de abastecimento de água e esgotos e a instalação de uma rede eléctrica; no sentido de conferir estatuto à cidade enquanto capital da Província, sede do Governo e centro político e administrativo, propõe-se "um conjunto cujo volume em altura e extensão possua dignidade e valor estético é capaz de constituir o Centro Cívico da Cidade." (Aguiar, 1951a: 15); enfim, ao nível da habitação, distribui-se a população é de forma harmoniosa, respeitando a heterogeneidade dos seus usos e costumes.

[13] Devido ao número reduzido deste segmento da população, Aguiar determina que a reserva de apenas uma rua bastará para o acolher ou, em alternativa, sugere a sua dispersão pela cidade.

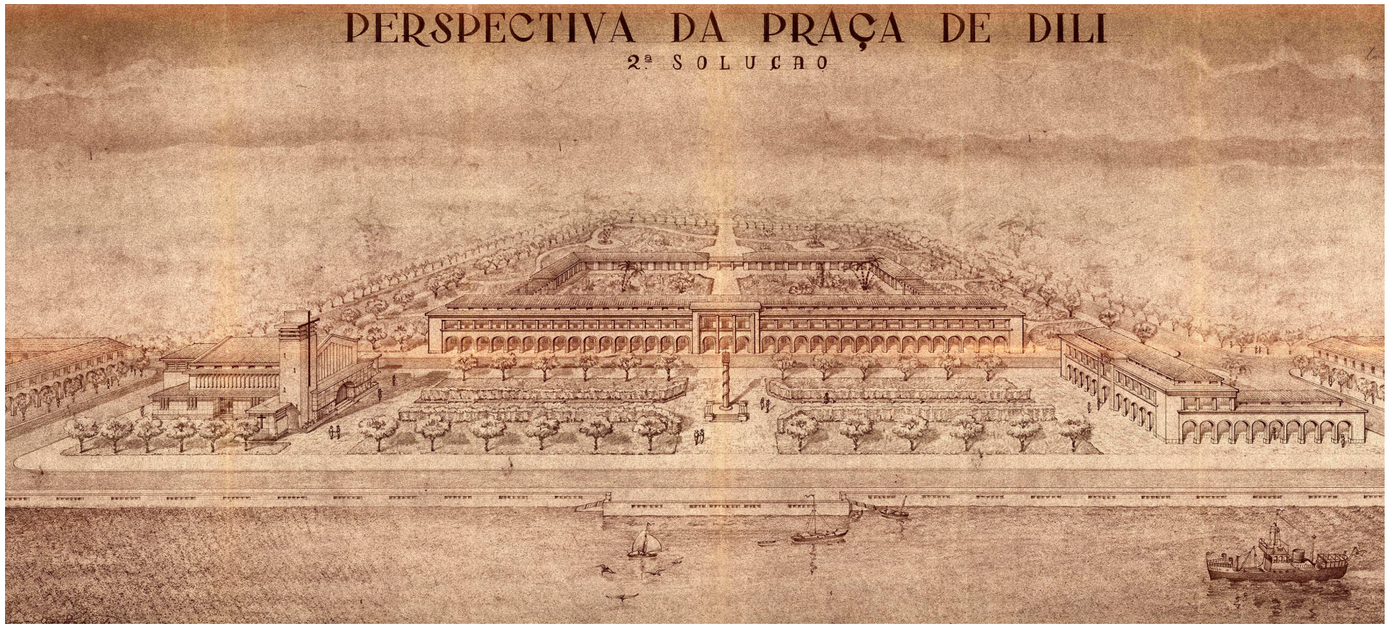


Fig. 7.14. Plano Geral de Urbanização de Díli. Perspectiva do Centro Cívico – 1ª Solução.

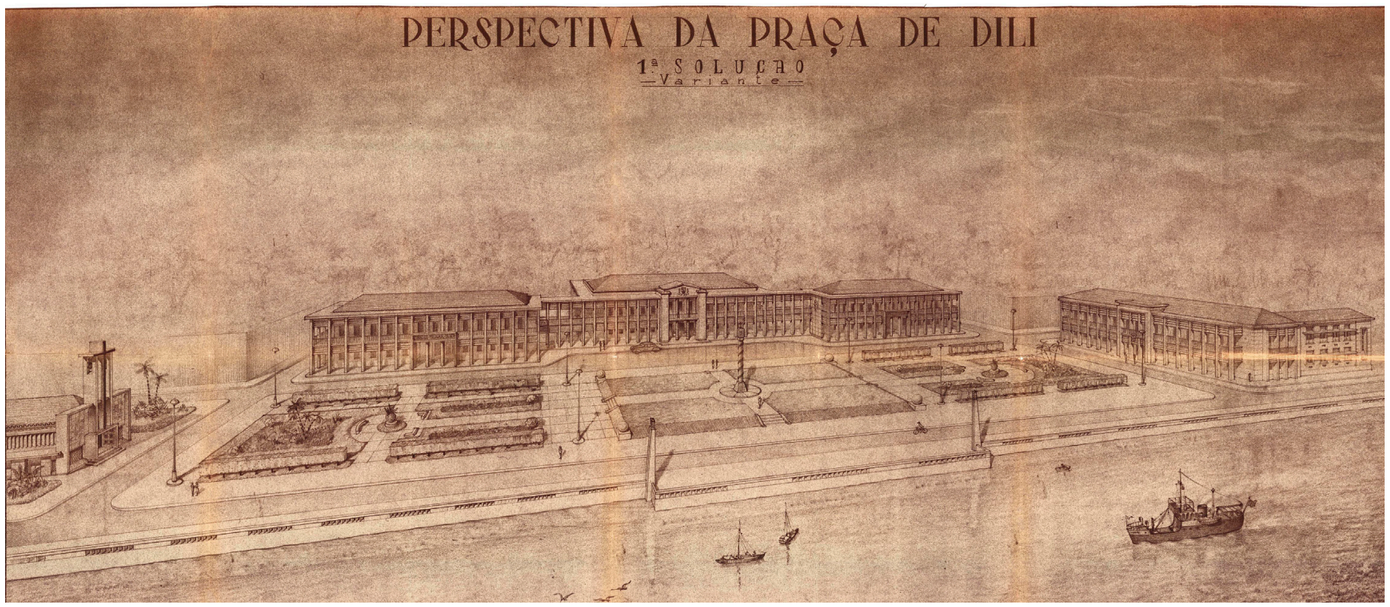


Fig. 7.15. Plano Geral de Urbanização de Díli. Perspectiva do Centro Cívico – 2ª Solução.

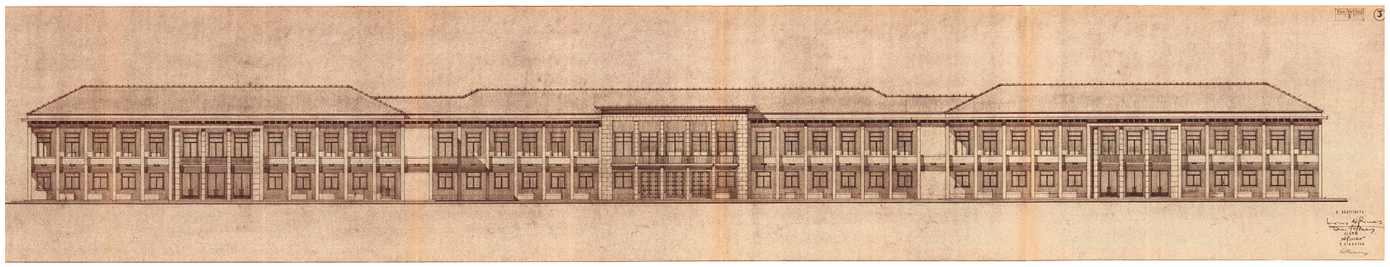


Fig. 7.16. Plano Geral de Urbanização de Díli. Alçado Principal do Centro Cívico – 1ª Solução.

A aprovação do Plano Geral de Urbanização de Díli data de 25 de Outubro de 1951. No entanto, será necessário esperar pelo Plano do Fomento do anos 60 para a disponibilização dos fundos respectivos. O PGU vai depois sendo gradualmente executado mas devido à escassez crónica de recursos financeiros. apenas de forma parcial. Foram em todo o caso edificados alguns equipamentos, como o Centro Emissor de Telecomunicações, a Escola Técnica, a Imprensa Nacional, o Edifício dos Correios e a Prisão, partes da estrutura viária e do Centro Cívico e ainda duas das Unidades Residenciais. Do Centro Cívico foram construídos apenas a Praça Central e o edifício do Palácio das Repartições, também da autoria de João António de Aguiar, composto por três blocos de dois pisos, ligados por uma arcada contínua que percorre toda a fachada frontal; das Unidades Residenciais foram construídas a *Especial* e a *Especial Económica* - a primeira destinada a funcionários públicos de baixa categoria, foi edificada em 1954, seguindo a tipologia geminada de alvenaria; a segunda destinada a altos funcionários europeus e assimilados, situa-se junto ao farol e ao longo de três ruas paralelas à marginal, sendo composta por tipologias unifamiliares isoladas e desenhadas com uma linguagem arquitectónica semelhante à da *casa portuguesa*.



Fig. 7.17. Palácio das Repartições. João António de Aguiar, 1953.

Em 1972 é elaborado O Plano Director de Díli, no qual se assumem algumas das premissas do PGU seu antecessor, ainda reconhecendo assim a este último, duas décadas passadas, um papel de "importante documento orientador" (Smith; Martins, 2015: 18).

7.2. LOURENÇO MARQUES

"O passado mais remoto inerente à ocupação no Sul de Moçambique, cujos respectivos registos arqueológicos datam do primeiro século d.C., traduzindo-se eventualmente em vestígios de assentamentos efémeros de uma comunidade caracterizada por uma economia se subsistência de sector primário, situa-se num quadro espácio-temporal correspondente a uma localização fronteira entre planícies inundadas periodicamente e savana seca (o que lhe permite uma optimização do acesso aos vários recursos naturais), num período que decorreu até ao primeiro reconhecimento da baía, efectuado pelo navegador português Lourenço Marques".

(Morais, 2001: 52).

7.2.1. Antecedentes

"A feitoria de Lourenço Marques, fundada ou reconstituída em 1781, teve modesta vida durante tão largo tempo, que mal faria supor que viria a ser a bela e magnífica metrópole da África Portuguesa do Oriente." (Silveira, 1956: 243).

Data de 1544 a chegada do explorador português Lourenço Marques à baía do Espírito Santo. O volume das trocas comerciais com algumas tribos da região leva D. João III, pouco tempo depois, a mandar construir uma fortaleza-feitoria na baía.

Tendo como objectivo o domínio das rotas marítimas, o sistema de apropriação territorial funcionava pela ocupação de pontos estratégicos onde se construíam fortalezas que "guardavam" a rota e asseguravam o seu bom funcionamento. Este assentamento tinha por base um modelo de carácter militar, acabando por deixar a sua marca no primeiro núcleo urbano do povoado.

Em 1782 dá-se a fundação do presídio com a sua estrutura urbana inicial, sob o comando de Joaquim Araújo.

Em 1817, estabelece-se na zona uma companhia comercial portuguesa, cuja actividade se centra na pesca da baleia. Foi a primeira companhia a tentar fixar-se em Lourenço Marques.

A Fundação do Povoado

"Em 1836, o Governador Militar de Moçambique, manda 'cuidar da estacada', reparar o baluarte arruinado, consertar a fonte. No ano seguinte, a Junta Governativa de Moçambique fica encarregue e dá início ás das obras da fortaleza." (Bruschi; Lage, 2005: 82).

Seguem-se, em 1825, a criação da *Companhia Comercial de Lourenço Marques* e *Inhambane* e a chegada dos primeiros colonos para a formação de uma colónia agrícola. Apesar dos problemas de insalubridade provocados pelos pantanosos terrenos a Norte, de águas salobras e salgadas, o povoado vai-se desenvolvendo sem planeamento, a noroeste da praça 7 de Março. Este assentamento é composto à data por "duas ruas e algumas travessas" (Morais, 2001: 59).

A chegada dos colonos motivou a expansão do povoado para fora dos limites da fortaleza e com ela surgiram os primeiros edifícios de excepção, os imóveis da Companhia e a casa do Governador. Abreu de Lima, o primeiro Governador a visitar o povoado, descreve o assentamento como tendo 19 casas e 127 palhotas.

"Havia no areal, fechadas em quintais de caniços, as palhotas dos soldados que viviam com as negras e os moleques (...), as dos funcionários de Goa e dos poucos moradores brancos que viviam do marfim, as dos mouros e baneanes que eram artífices do Estado ou comissários dos negociantes de Moçambique, e a Feitoria Comercial com as suas compridas casas de pedra, meia dúzia de empregados e o Monopólio." (Lobato, 1970: 222).

Em 1864 é construído o segundo baluarte da fortaleza e é alargada a sua estrutura com a edificação de quartéis, uma enfermaria, alojamentos, um paiol e depósitos. Este edifício adquire, no núcleo urbano inicial, uma função estruturante enquanto seu elemento primário. Três anos depois, é inaugurada a Nova Linha de Defesa, com baluartes e um muro em alvenaria.[14] Por ser dotado de guarnição militar e ter funções defensivas, este edifício passa a ser designado por Presídio.

[14] Esta obra é executada com donativos e trabalho da população.

O desenvolvimento posterior do povoado segue a linha de costa, mas sempre em volta do Presídio. Em 1865, a vila conta já com cinco ruas, nove travessas e uma praça, e na construção das habitações começam a ser utilizados outros materiais, tais como a cobertura em zinco e a telha (Bruschi; Lage, 2005; 83).

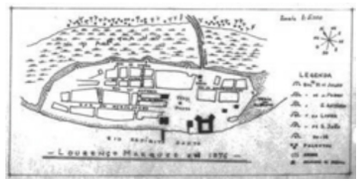


Fig. 7.18. Cartografia datada de 1876.

A povoação continua com um crescimento lento, contando em 1870 com 70 casas de alvenaria, das quais 40 de pau a pique e algumas de madeira. O assentamento continua confinado ao banco de areia e lodo onde tinha sido inicialmente construída a fortaleza, na enseada de *Maxaquene*. Em 1876 as suas linhas estruturantes ainda apresentam um carácter provisório, como se pode observar na Figura 7.18.. Constam já da cartografia reproduzida uma ligação à enseada pela denominada estrada de *Lidemburgo*, que atravessa o Pântano e três ruas principais, dos Mercadores, da Alegria e da Gávea que, juntamente com a Praça da Picota, adjacente ao presídio, compõem o traçado urbano da vila (Aguiar, 1952a: 13).

Esta realidade muda em 1869, no seguimento do tratado com o Transvaal[15] e da descoberta de minério na região. Esta conjuntura potencia o crescimento da povoação, o aumento demográfico e as actividades portuária e comercial, despertando o interesse Inglês por Lourenço Marques e conduzindo a anos de disputa pelo território. A delimitação e definição jurídica dos territórios adjacentes à baía do Espírito Santo como portugueses de pleno direito acontece em 1875, juntamente com a definição das fronteiras com a África do Sul. Apesar do período de conflito, a vila conta em 1885, segundo Luís Lage, com 610 residentes estrangeiros e 803 portugueses, confirmado a sua importância.

Mas a disputa pela baía do Espírito Santo não se restringia aos ingleses. A instabilidade das relações com alguns povos locais, dentre eles os Vátuas, que atacam por diversas vezes o povoado, abala a segurança do Presídio. Com diversas campanhas de pacificação, a estabilidade regressa em 1897.

Ainda no mesmo ano, um incêndio de grandes proporções destrói uma parte considerável do povoado, levando a população a aderir em massa à construção das novas habitações em alvenaria, em detrimento da madeira e do caniço.

De Povoação a Vila

Por decreto real de D. Luís, datado de 19 de Dezembro de 1876, o pequeno núcleo urbano é elevado à categoria de vila, com regime municipal. Segue-se um primeiro plano para a vila, desenvolvido pelo então comandante do Presídio, o tenente António Batista Gonçalves. Nele são já referenciados dois edifícios de excepção na colina de *Maxaquene*: a Igreja de N. Sr. da Conceição e o Cemitério

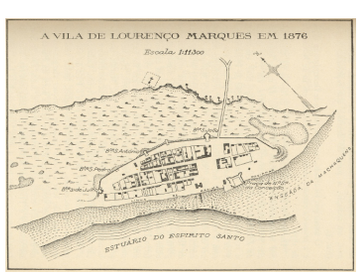


Fig. 7.19. Cartografia datada de 1876.

[15] Transvaal era a designação dada aos territórios da antiga República sul-africana, situados entre o rio Vaal e o rio Limpopo.

de S. Timóteo.

Data desta época o surgimento dos primeiros eixos estruturantes da vila, conforme documentado na planta de 1876 (Figura 7.19.). Nela podemos identificar alguns dos elemento primários da urbe: a Rua dos Mercadores, que articula a Praça da Picota e a entrada da vila; e a Rua da Alegria e a Rua da Gávia, que definem os limites da estrutura urbana. Apesar destes novos elementos, a Fortaleza de N. Sr.ª da Conceição mantém a função de elemento estruturante primário da vila.

Com o contínuo crescimento da vila, o recém-criado gabinete de Obras Públicas, decide conquistar o pântano para cidade, uma obra que vai durar dez anos. Com a sua conclusão, em 1881, inicia-se a construção nas zonas secas.

"Atendendo a que a povoação de Lourenço Marques, na província de Moçambique, se tem tornado ultimamente importante pelo progressivo aumento da sua população e pelo desenvolvimento do comércio, hei por bem ordenar que a referida povoação seja elevada à categoria de vila com a denominação de Vila de Lourenço Marques, ficando para esta minha mercê obrigada a respectiva câmara municipal a tirar cartas, pagos previamente os competentes direitos." (Aguiar, 1952: 6).

Em Março de 1877 chega a Lourenço Marques uma equipa de dois Engenheiros – Joaquim José Machado e António José de Araújo, para trabalharem com o Gabinete de Obras Públicas na preparação de um plano de expansão urbana.[16]

Antevendo o papel que um porto poderia ter naquela baía, Araújo apresenta em 1887 um plano estruturado a partir do traçado do núcleo primitivo pré-existente. Em 1891, em sessão camarária, propõe dotar a *cidade alta* de um conjunto de extensas avenidas e um grande parque urbano (dando mesmo como referência o Bois de Boulogne parisiense). Da proposta faz também parte a mudança da linha de defesa da cidade para a zona alta, na Avenida de Pinheiro Chagas.



Fig. 7.20. Cartografia datada de 1886.

Aprovado em 1892, este plano começa a ser executado de imediato, sofrendo apenas pequenas alterações durante o processo. Caracteriza-o um traçado urbano rígido, de grandes quarteirões[17] que crescem à medida que se sai da cidade baixa e se passa para a cidade alta e ainda um grande parque urbano que acompanha essa transição. Junto à baía é proposta uma nova zona destinada à actividade portuária.

O plano acompanha e molda o crescimento urbano de Lourenço Marques durante as décadas seguintes e, apesar de não ser concluído em virtude de dificuldades económicas do município, deixa marca na imagem da urbe.

"É de se considerar que a "génese de todo esse processo de assentamento não deixa de ter como suporte o quadro disciplinar formativo dos intervenientes, pois a estrutura de organização em quadrícula, e o uso do traçado regular surge, naturalmente, como modelo de engenharia militar, com o seu sentido prático que não se poderá dissociar de personagens como Ildefonso Cerda." (Morais, 2001: 44).

A imagem e a escala do edificado corrente também são alteradas, passando de pequenas construções térreas para grandes casas de dois pisos.

No final do século XIX dão-se mais dois acontecimentos que afectam o crescimento de Lourenço Marques. Por um lado a pacificação das relações com os povos locais (1897), que permite quebrar a linha de defesa da urbe passando esta a poder expandir-se livremente. Por outro lado, a regularização do funcionamento

[16] O plano, conhecido como *Plano Araújo*, acabou por ser assinado só por este engenheiro que, entretanto, assumiu o cargo de Director das Obras Públicas de Lourenço Marques.

[17] Definidos por avenidas que chegam a ter 40 metros de largura e 2000 de extensão.

da linha férrea com a capital do Transvaal, que vai viabilizar economicamente o desenvolvimento de Lourenço Marques.

A urbe ganha uma considerável importância estratégica, o que desencadeou uma campanha a favor da construção de caminhos-de-ferro para a ligação com Pretória. Esta obra avança e, com ela, a especulação imobiliária. A Administração Portuguesa atribui então a concessão dos terrenos da *Ponta Vermelha* a Óscar Sommercshield e à Transvaal & Delagoa Bay Investement, impedindo a utilização urbana destes terrenos durante anos.

A par e passo com o projecto do novo caminho-de-ferro avança uma nova dinâmica urbana, ditando a 10 de Novembro de 1887 a elevação da vila a cidade.

Em 1888, com o Plano Araújo na fase final da sua execução, é aprovada uma portaria que prevê um plano de ampliação da cidade. Em paralelo, Lourenço Marques passa a ter água canalizada, telégrafo e iluminação pública. Em 1904 é criada uma outra infra estrutura fundamental para o desenvolvimento da cidade: uma rede de transportes públicos apoiada sobretudo em "carros eléctricos".

"Tomando em consideração o notável incremento que tem tido a Vila de Lourenço Marques, capital do distrito do mesmo nome, na província de Moçambique, em resultado dos melhoramentos materiais ali ultimamente realizados, e atendendo à excepcional importância que tanto aquela Vila como o seu porto hão de adquirir com a próxima exploração do caminho-de-ferro que há de ligar, por uma comunicação fácil e rápida, aquele distrito com a república do Transvaal, importância que é já hoje muito sensível no aumento da navegação e do comércio e na transformação rápida que se está operando nas condições económicas e sociais daquela povoação: hei por bem decretar que a mencionada Vila seja elevada à categoria de cidade com a denominação de cidade de Lourenço Marques." (Aguiar, 1952: 6).

De Vila a Cidade

A 1 de Dezembro de 1898, Lourenço Marques torna-se na capital da Colónia Portuguesa de Moçambique[18].

A cidade continua a crescer, extravasa a linha de defesa e nascem novos bairros como o Bairro Alto, no planalto, onde se constroem grandes moradias. Graças aos transportes públicos, a cidade alta passa a ter cada vez mais procura e é iniciada a avenida limítrofe do plano de Araújo. Em 1914, a cidade estende-se de *Maxaquene* ao *Alto-Maé*.

Em 1908, inicia-se a construção de uma grande estação ferroviária na parte baixa da cidade, segundo o projecto do Engenheiro Lisboa e Lima (Bruschi; Lage, 2005; 87), que propunha um edifício de carácter excepcional associado a uma praça de onde sairiam alguns dos principais eixos urbanos.

Também se iniciam as negociações para a cedência e/ou partilha dos terrenos da Ponta Vermelha, originando uma nova definição dos limites do Concelho e a criação de dois arcos de circunferência periféricos: o primeiro com uma abertura de 2 km e o segundo com 5 km, (Figura 7.21.). Segundo o plano de Araújo, a cidade deveria ficar confinada à primeira circunferência (Figura 7.22.) e os subúrbios à segunda.



Fig. 7.21. Cartografia datada de 1876.

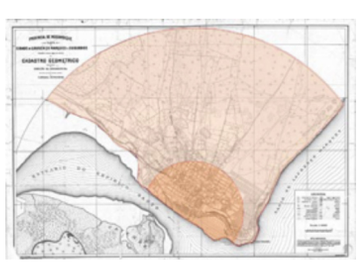


Fig. 7.22. Cartografia datada de 1916, trabalhada por Luís Laje.

[18] A capital da Colónia Portuguesa de Moçambique foi, até então, a Ilha de Moçambique.



Fig. 7.23. Cartografia datada de 1914.



Fig. 7.24. Cartografia de 1926.



Fig. 7.25. Cartografia do aterro de Maxaquene.

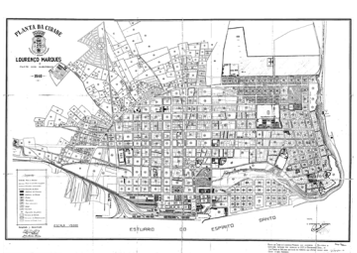


Fig. 7.26. Cartografia de 1940.

A partir de 1914, o Estado faz um acordo sobre dos terrenos da Ponta Vermelha com a *Delagoa Bay Lands Syndicate*, permitindo o prolongamento da cidade, que extravasa a avenida limítrofe e sofre uma deformação, ao prolongar-se para este bairro de traçado reticular[19].

Em 1915, com o início das obras de construção do aterro de *Maxaquene*, na zona baixa da cidade (Figura 7.23.), a cidade começa a adquirir a morfologia que ainda hoje apresenta.

A cidade continua a crescer, pouco alterando o traçado de Araújo. No entanto, o edificado altera-se com a substituição das casas de zinco e palhotas por moradias unifamiliares isoladas em alvenaria, de um ou dois pisos, consoante o nível socioeconómico dos ocupantes.

Nos anos seguintes inicia-se a construção da Praça do Município, onde são localizados os Paços de Concelho, o Tribunal e a Sé Catedral. No centro desta praça é introduzido um monumento a Mouzinho de Albuquerque, alinhado com a nova Avenida Aguiar que remata na Praça dos novos Caminhos-de Ferro. Surgem desta forma os primeiros edifícios de excepção estruturantes do novo traçado urbano. Eles marcam o topo de um eixo monumental que é ladeado por arborização e apresenta pouca densidade edificatória.

Em 1937 o Estado central investe fortemente nas infra-estruturas de Moçambique. Dez anos mais tarde reforça esse investimento, contribuindo assim para o significativo aumento da população portuguesa e, por conseguinte, para o desenvolvimento acentuado de Lourenço Marques.

Chegam então à cidade as primeiras empresas de construção, levando com elas as novas técnicas construtivas que já se tinham disseminado pela Europa, como a do betão armado. Esta nova realidade permite a construção dos primeiros edifícios em altura do território.

Em 1943 é aprovado o *Regulamento Geral de Salubridade Urbana* e *Regulamento de Estética Urbana*, documento que pretende controlar o rápido desenvolvimento da cidade e a inerente transformação da sua imagem. Passados quatro anos, é confiada a João António de Aguiar a tarefa de desenvolver um Plano Geral de Urbanização para a cidade.

A 24 de Abril de 1946 a Comissão de Estética Urbana é solicitada a pronunciar-se sobre um estudo de urbanização de parte dos terrenos da concessão Sommerschield. A pretensão é objecto de uma análise detalhada por este

[19] As Figuras 10.6. de 1914 e 10.7. de 1926 mostram o antes e o depois da absorção do traçado da Ponta Vermelha, até então independente do resto da cidade.

organismo[20], que mandatou para o efeito o Arquitecto Able da Silva Pascoal[21], que emite a 1 de Maio do mesmo ano parecer negativo, por considerar tratar-se apenas de um "estudo prévio do parcelamento de alguns terrenos da concessão de Sommerschield".

Da correspondência deste Arquitecto com Aguiar, resulta que o estudo apresentado abrangeria os terrenos altos da concessão (231 hectares, aproximadamente 1/4 da área da cidade à data), mas era constituído apenas por uma planta geral à escala 1:2500. Os demais documentos apresentados não teriam relevância para a apreciação em causa, por versarem sobre as negociações em curso entre o município e o concessionário.

A importância destes terrenos fora definida no Regulamento de Estética Urbana que, no artigo 4°, os enquadra na "zona de turismo" e, no artigo 5°, os classifica como a zona mais importante a cidade. Este facto é usado como argumento no parecer de Pascoal, denotando que o proponente não tratara do assunto com o detalhe e a elevação devidos. A análise técnica que fundamenta a decisão conclui pelo incumprimento do regulamento acima referido e ainda pela falta de princípios urbanísticos orientadores, além de constatar erros grosseiros que se prendem com a orientação solar e os ventos dominantes.

O técnico também argumenta no mesmo relatório que, apesar dos regulamentos municipais vigentes servirem como ferramentas urbanísticas para pequenos parcelamentos, não são indicados para intervenções de urbanização em grande escala e de interesse para a cidade como a da concessão Sommerschield. Por analogia com a legislação da Metrópole sobre planos gerais de urbanização, propõe que o assunto seja tratado ao mesmo nível e com o mesmo detalhe, concluindo que seria do interesse de Lourenço Marques que a Câmara Municipal assumisse o destino destes terrenos, indemnizasse o seu proprietário e solicitasse ao Gabinete de Urbanização Colonial a elaboração do PGU.

O parecer de Pascoal é aprovado e o projecto de parcelamento reprovado por maioria, numa sessão da Comissão inflamada que mereceu as seguintes palavras do técnico, em confidência, numa carta dirigida a João de Aguiar, datada do dia seguinte à sessão: "O efeito foi superior ao que eu esperava (…). Foi como que uma bomba.".

O interesse na aprovação deste parcelamento residia apenar em tornar possível a respectiva venda e, por essa via, realizar capital para proceder ao saneamento das terras baixas da concessão Sommerschield.

[20] De acordo com o artigo 14° do Regulamento de Estética Urbana, os planos de urbanização (gerais ou parciais) e os parcelamentos referentes a terrenos nele identificados, como é o caso do da concessão, carecem de parecer da Comissão de Estética Urbana.

[21] Correspondência trocada com Aguiar.

A aprovação do município era para isso indispensável, tendo-se movimentado "grandes influências" em torno desse objectivo. Pascoal vai mais longe e aponta o Presidente da Câmara e da Comissão como um dos influenciados:

"(...) assumiu, de ânimo leve, o compromisso de fazer aprovar o projecto de parcelamento a que deram o nome de plano de urbanização. Agora procura conseguir essa aprovação e saltará por cima de tudo o que for necessário; é-lhe indiferente se compromete o futuro daquela zona, e a verdade é que compromete mesmo porque uma vez aprovado o parcelamento os arruamentos ficam aprovados também e fica assim impossibilitado outro arranjo; isto é fica impossibilitada a execução de qualquer plano de urbanização por muito bom e belo que seja."[22].

As constantes pressões exercidas pelos interesses estabelecidos em redor deste assunto levam Pascoal a pedir a Aguiar que pusesse o Director do GUC, engenheiro Rogério Cavaca, a par da situação, na expectativa de que este organismo avançasse sem demoras com o projecto de um PGU para a cidade, bloqueando assim os acontecimentos em curso em Lourenço Marques.

O proprietário dos terrenos promove uma nova tentativa junto da Comissão de Estética Urbana, fazendo comparecer numa das sessões o procurador português do Sindicato proprietário dos terrenos, um director e o engenheiro-chefe dos serviços técnicos do mesmo Sindicato. Esta representação, que se fez acompanhar de mais dois engenheiros e dois arquitectos, apresenta um novo estudo para a Concessão, que, no entanto merece da Comissão de Embelezamento novo parecer negativo, pois "enfermava dos males do primeiro anteprojecto".

De acordo com uma carta de Pascoal datada de 17 de Agosto de 1946, Aguiar é informado de que o novo parecer foi devidamente explicado aos proponentes, tendo até o engenheiro-chefe concordado com os seus argumentos. Antes do término da estadia, a comitiva submete à apreciação da Comissão um "delineamento geral" mais cuidado e concordante com a linha de pensamento de Pascoal, para a vincular a uma futura decisão favorável. O Arquitecto, consciente do presumível final que se avizinhava, faz uso do seu patriotismo para confrontar Aguiar e o GUC com a real possibilidade de a segunda capital provincial do Império vir a ser desenhada por Sul-Africanos.

[22] Excerto de carta de Able da Silva Pascoal, datada de 2 de Maio de 1946, endereçada a João de Aguiar, pertencente ao seu espólio pessoal.

7.2.2. O(s) Plano(s): 1952; 1956

Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952

Em Março de 1947, sete meses depois da partida da comitiva do Sindicato proprietário dos terrenos de Sommerschield, a Câmara Municipal de Lourenço Marques, perante o progressivo crescimento urbano, a pressão imobiliária e a ausência de instrumentos de planeamento que permitam uma visão e regulamentação global da cidade (Morais, 2001: 155), solicita ao Gabinete de Urbanização Colonial a elaboração de um Plano Geral de Urbanização.

O GUC anui ao pedido e o estudo do Plano é entregue a João António de Aguiar, que em Outubro do mesmo ano viaja para a cidade, onde permanece cerca de um mês para acompanhar os trabalhos preparatórios, nomeadamente recolher os elementos cartográficos e desenvolver o inquérito[23]. A estadia também tem o propósito de orientar o arquitecto Rodrigues da Silva, director da nova Comissão Administrativa do município, que será seu colaborador durante a elaboração do Plano e "na fase do relatório de situação do Plano, desde a análise do acordo entre Câmara e o Gabinete, à apreciação dos elementos." (Morais, 2001: 155).

Uma das condições que a Câmara Municipal de Lourenço Marques coloca ao solicitar a ajuda do GUC é a de que os técnicos responsáveis pelo Plano permaneçam na cidade durante o período da sua execução. Apesar deste *modus operandi* não se enquadrar na metodologia do Gabinete, Aguiar resolve a situação ao disponibilizar-se para permanecer na cidade durante 6 meses, tempo que considera necessário para o desenvolvimento do Plano. Esta solução é bem recebida por ambas as partes e Aguiar parte para Lourenço Marques a 24 de Março de 1948, acompanhado pela sua esposa. Acabou por ultrapassar o prazo previsto pois permaneceu na cidade até Dezembro do mesmo ano, concluindo o trabalho.

Durante este período, Aguiar acumula o trabalho de Lourenço Marques com a função de subdirector do GUC onde, aliás, continua a produzir planos[24]. Regressado a Lisboa vai passar a deslocar-se a Lourenço Marques pelo menos

"Percorri Moçambique para me certificar dos problemas da sua administração e da sua economia. A impressão que se colhia era de um território com melhores estruturas administrativas do que Angola, mas sem as mesmas possibilidades de desenvolvimento interno. Talvez por influência dos vizinhos sul-africanos e rodesianos, as povoações eram arrumadas e reluzentes, os edifícios públicos por toda a parte impunham respeito, nas circunscrições e nos postos havia sempre um largo que tinha ao centro um alto mastro fincado no chão onde todos os dias era içada com solenidade a bandeira nacional perante os funcionários e os sipaios impecavelmente fardados e aprumados.

Mas enquanto em Angola a cada passo se encontravam colonos, geralmente pequenos comerciantes estabelecidos no mato, pequenos agricultores, um ou outro industrial, com capital próprio lá investido, agarrados à terra com amor, embora de costumes rudes e constantemente entretidos num praguejar despejado e maldizente, em Moçambique o pequeno comércio do mato estava na mão dos monhés, gente da Índia ou do Paquistão que vivia humildemente a explorar os pretos, sendo a agricultura – salvo nalgumas regiões, como o Chimoio – e a nascente indústria exercidas por grandes companhias, de modo que os portugueses se repartiam entre empregados de empresas com sedes distantes e funcionários públicos – gente mais comedida, mais civilizada se quiserem, mas esperando apenas o tempo de aposentação para regressar à terra natal." (Caetano, 1977: 222).

[23] Para o início dos estudos de urbanização, Aguiar solicita à Câmara Municipal de Lourenço Marques: (1) Cópia em tela ou vegetal da planta da cidade à escala 1/5000 e 1/2000; (2) Cópias em *ozalid* da planta 1/2000 com: (a) Edifícios Públicos; (b) Comércio por grosso e a retalho; (c) Indústrias de todas as espécies; (d) Monumentos; (e) Cadastro dos terrenos do Estado, Município e Missões religiosas; (f) Cadastro dos terrenos particulares; (g) Cadastro das propriedades de valor reduzido.

[24] Durante o ano de 1948 e apesar de ter permanecido em Lourenço Marques por 9 meses, João António de Aguiar desenvolve os Planos Gerais de Urbanização de Porto Amboim, Chibia, Quelimane, Silva Porto (em colaboração com o arquitecto Luís Coelho Borges) e Namaccha. Também assinou o Arranjo da Área Existente de Inhambane e a Ampliação do Palácio do Governo de Bissau.

"Há muito que esta Câmara Municipal por proposta de um dos seus vogais, deliberou mandar executar um plano geral de urbanização da cidade, o qual devido ao estado de guerra que o mundo atravessou, teve de ser posto de parte aguardando-se o momento em que o mesmo pudesse ser estudado e executado.

Problemas há sobre construções e arruamentos e outros, que não têm sido resolvidos, por se entender dever aguardar que o plano de conjunto de urbanização da cidade, seja devidamente elaborado." (Paços do Concelho de Lourenço Marques, 1947: Ofício 931).

uma vez por ano até à conclusão do respectivo PGU, em 1957[25].

Desde o final de 1945, Aguiar também desenvolve o *Projecto de Urbanização e Melhoramento da Praia da Polana*, que prevê a regularização da margem e o aproveitamento da encosta para construções. A primeira fase deste projecto é concluída a 16 de Setembro de 1946, quando o próprio se desloca a Lourenço Marques para o apresentar.

De acordo com o diário da viagem[26] às colónias que Aguiar fez, em 1945, com Marcello Caetano a necessidade de desenvolvimento de um PGU para Lourenço Marques é desde logo abordada. O mesmo registo menciona igualmente a necessidade de elaboração de uma planta aerofotogramétrica da cidade (ficou pronta um ano depois)[27] e de serem iniciados os projectos dos seguintes edifícios: Instituto de Medicina Veterinária; moradias para o Instituto de Medicina Veterinária; Hospital; Jardim Zoológico; muros de vedação do Liceu; Praça Mouzinho e Correios.

O processo de elaboração deste plano, o mais exaustivo de todos os PGU ultramarinos analisados, é constituído por dois volumes de peças escritas e um volume de 33 peças desenhadas cujo índice se encontra na Memória Descritiva. Do volume 1, intitulado Inquérito, constam um enquadramento histórico da evolução da cidade e um compêndio exaustivo de informação diversa, a saber: (I) *História*; (II) *Divisão Administrativa*; (III) *População;* (IV) *Construção*; (V) *Serviços Públicos*; (VI) *Missões*; (VII) *Comércio e Indústria*; (VIII) *Transportes*.

Este primeiro volume encerra não só informação estatística[28] diversa, disponibilizada pela administração central e local – tal como a população *indígena* e *não indígena do concelho*, o número de veículos automóveis em circulação na área urbana da cidade e o número de prédios construídos no Concelho – como também dados inéditos decorrentes de um levantamento exaustivo, efectuado a pedido de Aguiar – tais como a lista de edifícios do estado e de interesse público, das missões e dos monumentos. Estes dados permitem construir um retrato sólido da capital no momento em que se dá início ao desenvolvimento do Plano.

[25] Foram confirmadas as deslocações de Julho e Outubro de 1947, Março de 1948, Junho e Outubro de 1949, Março de 1950, Março de 1951, Janeiro e Dezembro de 1952 e Julho de 1956. Nesta última deslocação, Aguiar apresenta à Câmara uma segunda solução para o Plano com alguns ajustes.

[26] Vide Capítulo 1.2..

[27] De acordo com o Processo Administrativo de Lourenço Marques, Rogério Cavaca, então diretor do GUC, solicita que o levantamento seja iniciado ainda durante o ano de 1945.

[28] Foram utilizados dados dos censos de 1928, 1935, 1940, 1945 e de 1950.

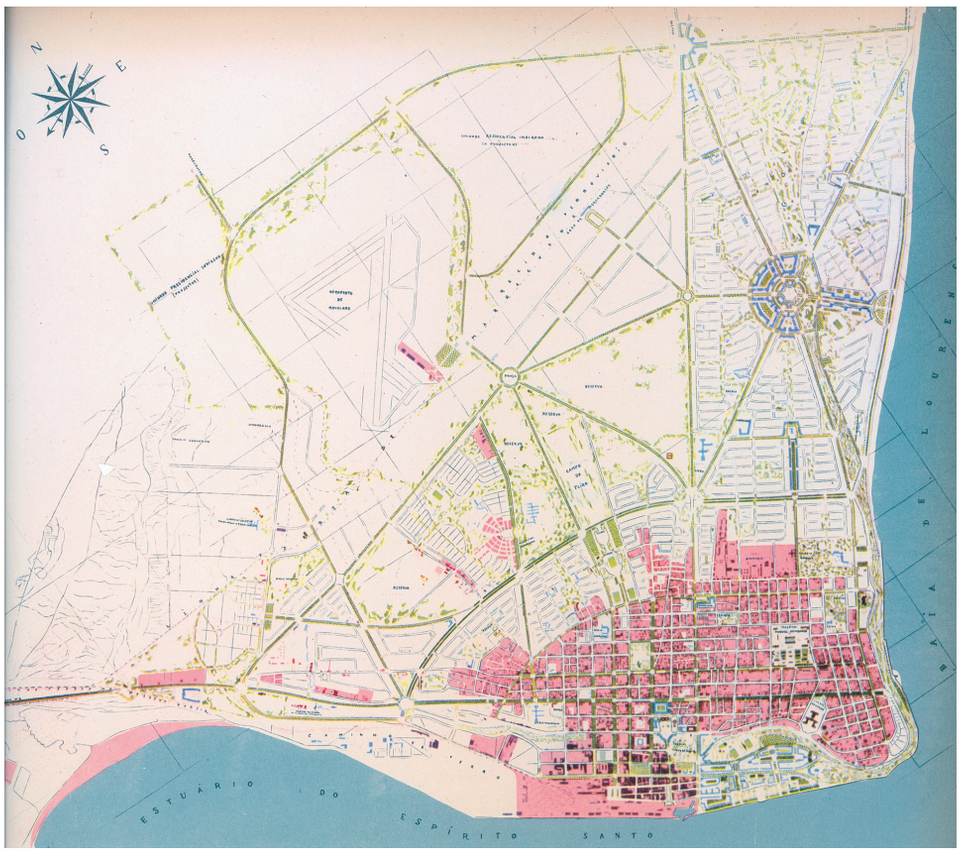


Fig. 7.27. Planta de Apresentação do Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques.

O volume 2 contém uma primeira parte de análise das condições existentes na cidade, da qual constam: (1) informação sobre a Província de Moçambique e a sua situação, área e limites geográficos, hidrografia e orografia, vias de comunicação marítimas fluviais e terrestres e população; (2) uma análise da situação geográfica[29], da evolução histórica e urbanística, das comunicações e do clima; (3) um resumo analítico do que Aguiar considera serem as *Bases* para o Plano, do qual constam as características e funções urbanas que condicionaram o dito Plano; (4) a apresentação do *Plano*, com uma justificação exaustiva da perspectiva de crescimento da população, do reordenamento dos eixos viários principais e secundários, da supressão de alguns arruamentos, da valorização estética de praças e ruas e sua arborização, do desenvolvimento vertical e horizontal da cidade, da sua expansão e de muitos outros aspectos relevantes, incluindo o *Regulamento* de acompanhamento do PGU.

No final do volume II é ainda apresentada uma colectânea de fotografias de edifícios e troços de cidade referentes a diversos períodos. Aguiar faz também o exercício de comparar fotografias dos mesmos lugares tiradas em 1906 e em 1948, denotando interesse em se inteirar do processo de evolução da cidade.

O volume *Plantas* é composto por 33 peças desenhadas, a saber: Carta da Região

[29] Aguiar questiona-se sobre o motivo da permanência da capital numa cidade geograficamente deslocada do restante território e conclui que ali deve permanecer pela importância das ligações políticas e económicas de proximidade com os países vizinhos, nomeadamente a província do Transvaal da então República Sul-Africana e o Protectorado da Suazilândia.

à escala 1:250000; redução à escala 1:2000 da Planta de 1876; redução à escala 1:10000 do Projecto de ampliação de 1887; redução à escala 1:10000 da Planta de 1897; redução à escala 1:10000 da Planta de 1903; redução à escala 1:10000 do Projecto do porto; redução à escala 1:10000 da Planta de 1925; Planta da cidade de 1940 à escala 1:5000; Planta da cidade de 1945 à escala 1:10000; Planta de parcelamento dos terrenos do telégrafo à escala 1:2000; Planta de parcelamento dos terrenos da Polana à escala 1:500; Planta do estado actual à escala 1:5000; Planta do número de pisos das construções à escala 1:5000; Planta de trabalho à escala 1:5000; Planta de urbanização à escala 1:5000; Planta das zonas à escala 1:5000; Planta geral à escala 1:2000; Pormenor do Centro Cívico à escala 1:2000; Pormenor das Unidades Residenciais e Centro Cívico da Costa do Sol à escala 1:2000; Pormenor da Unidade Residencial Indígena da *Munhuana* à escala 1:2000; Perspectivas do Centro Cívico; Perspectiva do extremo da Avenida de General Rosado e Praça; Perspectiva da Rua C; Perspectiva da passagem inferior da Avenida 24 de Julho no cruzamento com a Avenida Elias Garcia; Perspectiva da passagem interior da Rua A com a Avenida Elias Garcia; Arranjo da Rua Litoral da Costa do Sol – planta e perfis transversais tipo às escalas 1:1000 e 1:500; Arranjo da Rua Marginal de Crista; Rampa do prolongamento da Avenida da República – perfil longitudinal e Troço da Rua Marginal de Crista – perfil longitudinal às escalas 1:2000 e 1:200; Rampa do prolongamento da Avenida da República e troço da Rua Marginal de Crista – perfis transversais à escala a:200; Troço compreendido entre a Avenida Elias Garcia e o prolongamento da da Duquesa de Connaight – perfil longitudinal às escalas 1:2000 e 1:200; Arranjo do prolongamento da Avenida de 24 de Julho, perfil longitudinal e perfis transversais da encosta compreendida entre a Avenida 24 de Julho e a Estrada de S. José de Lhanguene às escalas 1:2000 e 1:200; Planta da Paróquia à escala 1:15000; perfis transversais-tipo à escala 1:200.



Fig. 7.28. Planta de Comunicações.

O levantamento exaustivo da situação pré-existente vai permitir a João Aguiar um conhecimento sistemático da cidade que será fundamental para uma proposta abalizada sobre o deve ser alterado e o que deve permanecer. Da análise aos planos anteriores, sobretudo o inicial de Araújo e o que se lhe seguiu, Aguiar mantém a regularização que o traçado das artérias e da praça da Picota sofreu, referindo na memória que "denota um apreciável desenvolvimento urbano". A malha reticulada de génese militar é também aproveitada, pois oferece, em geral, condições que se enquadram dentro dos seus pressupostos de trabalho, O mesmo acontece com a artéria de cintura periférica concêntrica – a Circunvalação de Araújo – concebida para separar a malha urbana estruturada da periferia informal.

Uma análise dos diversos acessos à cidade e da sua forma de articulação com a malha urbana existente levam inclusive Aguiar a manter ou ajustar soluções já previstas pelo município, numa perspectiva de economia de recursos[30]. Através da análise de todas as artérias principais, ele define quais são as estruturantes, quer do ponto de vista do tráfego na malha urbana existente quer para o desenho da sua expansão. O resultado é um PGU com um traçado que aproveita de forma clara a estrutura urbana preexistente e que a integra com as novas zonas de expansão, através do prolongamento dos seus eixos estruturantes.

"As praças existentes de Mac-Mahon, 9 de Março, Vasco da Gama, 28 de Maio e Mousinho de Albuquerque não têm valor estético, embora nalgumas, com excepção da Praça 28 de Maio, se encontrem edifícios de carácter oficial e particular que se impõem pelo seu volume e composição arquitectónica. (...) Convém mandar proceder ao estudo de planos de conjunto das frentes das Praças, os quais deverão ter em atenção o carácter, estilo, cor, volume, etc. das mais importantes construções existentes. Convém que os edifícios tenham alpendres, arcadas ou colunatas, conforme o arranjo que se pretende. As artérias da zona comercial deverão ter também planos de conjunto das frentes que as imitam e que, da mesma forma, serão executadas tendo em consideração os edifícios já construídos. Estes conjuntos podem variar de volume e de composição arquitectónica de quarteirão para quarteirão, para melhor se atender às construções existentes, o que não quer dizer que se abstraia da composição geral." (Aguiar, 1952a: 87-88).

[30] É o caso do traçado da variante que liga à Estrada que ruma à fronteira com o Transvaal, cujo projecto já tinha sido estudado pela Câmara Municipal e que Aguiar inclui no plano, conectando-a com a Avenida 24 de Julho.

"(…) os indígenas residem na cidade e nos subúrbios. Os que vivem na cidade são serviçais domésticos e ocupam instalações (quarto com chuveiro e retrete) localizadas nas traseiras das construções, sendo a maior parte independente destas, ou, por falta de logradouros dentro da habitação principal, em caves, ou então no último piso. As mulheres que trabalham na cidade regressam todas as noites às palhotas dos subúrbios onde em regra têm família. Os indígenas residentes nos subúrbios vivem em palhotas, casas de madeira e zinco, ou de alvenaria e zinco, sendo estas em reduzido número. Muitos trabalham nas zonas comercial e industrial. Grande número deles, sem família construída, habita em acampamentos, constituídos por barracões onde dorme em esteiras, estendidas no chão, ou em "beliches", quando tais acampamentos apresentam melhor organização. Alguns deles abrigam centenas de indivíduos; outros apenas algumas dezenas. Os acampamento são em alguns casos construídos por entidades patronais, particulares ou pelo próprio Estado, como por exemplo, os dos Serviços dos Caminhos de Ferro. As palhotas erguidas segundo os processos indígenas contam-se por milhares e estão dispersas por uma extensa área. A maior concentração verifica-se entre a Avenida de Caldas Xavier, Estrada da Missão de S. José de Lhanguene, estrada de Marracuene, via férrea e estrada das Lagoas. (...) O aspecto da área ocupada pelos indígenas é de miséria e de desorganização. As cubatas ou as habitações de alvenaria , matope, etc. não têm qualquer característica digna de menção." (Aguiar, 1952a: 109-110).

Aguiar opta também pela reestruturação do tecido urbano preexistente e evita a demolição de troços de cidade. Um bom exemplo desta metodologia de actuação na morfologia urbana é o da intervenção proposta para a Praça Vasco da Gama, onde prevê um Centro Cívico, apesar de Aguiar considerar que a Praça tem um "aspecto estético não muito agradável" (Aguiar, 1952a: 86). A solução que apresenta propõe a realização de um plano de conjunto para as frentes da Praça.

Com a introdução de correcções pontuais no traçado existente, o Plano não só assume um carácter disciplinador da cidade tradicional, como contribui para a sua higienização e para a consolidação da sua estrutura fundiária onde ela se apresenta mais fragmentada, nomeadamente em zonas de densificação vertical crescente.

Se a malha urbana tradicional da capital não levanta problemas de maior à execução do plano, já não se pode dizer o mesmo da malha urbana informal. À data do desenvolvimento do PGU, segundo o censo de 1945, a população do Concelho de Lourenço Marques seria de 74.792 habitantes, dos quais 24.792 não seriam *indígenas* e apenas 16.150 desses seriam europeus (Aguiar, 1952a: 8), cerca de 21% do total, assumindo-se que na sua grande maioria residia na cidade.

De acordo com a mesma fonte, o crescimento da população *indígena* acompanha o da restante, mas a disponibilização de condições para a acolher na cidade é escassa e precária. Na memória descritiva do plano, Aguiar considera que a disponibilização de soluções estruturadas que respondam ao crescimento deste segmento da população é um dos principais problemas da capital, para o qual é necessária uma solução e retrata o seguinte cenário:

> "as habitações indígenas de Lourenço Marques acham-se dispersas na sua maior parte por uma extensa área a norte e a poente do núcleo urbano. Muitos indígenas coabitam com os não indígenas ocupando anexos construídos nas traseiras dos edifícios principais." (Aguiar, 1952a: 43).[31]

O Arquitecto também identifica o tecido informal *indígena* da cidade e os bairros de iniciativa municipal que foram erigidos para esta faixa da população, constatando a variedade de problemas que manifestam: nos bairros suburbanos *indígenas*, a população vive em palhotas, em casas de madeira e zinco e ainda em casas de alvenaria e zinco, embora neste caso em número muito reduzido; existem também acampamentos para *indígenas* sem família, promovidos por entidades patronais, por particulares ou pelo próprio Estado, constituídos por

[31] Referência aos *indígenas* serviçais que habitavam um quarto com chuveiro e retrete nas traseiras das habitações dos não *indígenas* e em caves ou no último piso, no caso de não existir logradouro.

barracões onde dormem em esteiras no chão ou em beliches; "O aspecto da área ocupada pelos indígenas é de miséria e desorganização. As cubatas ou as habitações de alvenaria, matope, etc., não têm qualquer característica digna de menção." (Aguiar, 1952a: 109).

A lógica de intervenção na parte informal da cidade que Aguiar utiliza no PGU de Lourenço Marques segue o princípio-base de que este tipo de ocupação não planeada deve ser travado e que devem ser planeados bairros de realojamento na periferia da cidade. Estes novos bairros, apelidados de *Unidades de Vizinhança*, seriam apenas destinados a *indígenas* que trabalham na cidade, quer no serviço doméstico quer na pequena indústria[32], nos serviços, nomeadamente caminhos-de-ferro, porto e afins. Esta população, de acordo com o pensamento e as orientações de Aguiar[33], devia apresentar já uma base mínima de integração na sociedade *europeia* – por exemplo, ter frequentado a escola. Para a população *indígena* que presta serviços com carácter mais esporádico, em geral "não civilizados"[34], Aguiar advoga a criação de "unidades residenciais de eventuais", isto é, habitações colectivas, a inserir nos novos bairros *indígenas*.

O texto da memória descritiva do PGU de Lourenço Marques é rico em considerações sobre o modo de habitar a periferia adequado à população autóctone e em orientações sobre a forma de o adaptar às dificuldades financeiras dos municípios como aos condicionalismos ideológicos do Regime. Permite-nos assim compreender mais aprofundadamente as convicções de Aguiar na organização dos planos para o Ultramar: a lógica seguida é de separação racial e de rentabilização e controlo de uma mão-de-obra que se pretende cada vez mais produtiva e especializada.

O plano de João António de Aguiar de 1952 para Lourenço Marques adapta-se à realidade existente, revelando pragmatismo conceptual face às dificuldades financeiras encontradas. A malha urbana primária é afinada de acordo com princípios do urbanismo tradicional; a expansão é desenhada de acordo com os princípios do *Urbanismo Moderno*. Do primeiro caso são exemplo as intervenções pontuais de regularização dos quarteirões da zona antiga da cidade, sobretudo para melhoramento das condições do tráfego automóvel; do segundo podem citar-se: a clarificação pontual do núcleo primário através da supressão de arruamentos estreitos, segundo *Princípios Higienistas*; os grandes eixos de composição, decorrentes quer da extensão da malha urbana preexistente quer do desenho da Costa do Sol, pontuados por praças, jardins e edifícios de excepção estrategicamente posicionados nos seus alinhamentos perspécticos,

[32] Para a grande indústria, por norma localizada fora da cidade, eram criados bairros específicos adjacentes a estas actividades.

[33] Vide Capítulo 4.3..

[34] "Em geral são indígenas não civilizados provenientes de todas as regiões da Província, muitos dos quais entram pela primeira vez em contacto directo com a civilização." (1952a: 116).

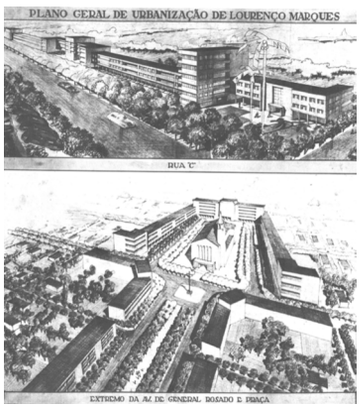


Fig. 7.29. Perspectivas da Rua "C" e da Avenida Elias Garcia.

características da *City Beautiful*; a sectorização funcional, a separação das zonas através de espaços verdes e a criação de uma cintura de controlo de expansão da cidade, que são típicas da *Cidade-Jardim*; e a aplicação dos princípios da *Unidade de Vizinhança* nos novos bairros residenciais, inclusive no bairro para indígenas da *Munhuana*, que Aguiar reorganiza e expande.

De um ponto de vista geral, João Aguiar encontra uma cidade cosmopolita e fervilhante de movimento e animação, desenhada por ruas largas que se cruzam em ângulo recto ladeadas por novos edifícios "moderníssimos" , pontuada por praças e equipada com os serviços administrativos, culturais e de lazer necessários. Uma cidade que se divide em duas zonas: a Baixa, de grande animação, que acolhe o centro comercial e administrativo da capital; e a Alta, onde se desenvolvem bairros residenciais de moradias modernas ajardinadas e o bairro *indígena* da *Munhuana*, de iniciativa municipal. A indústria está concentrada no limite urbano oeste por beneficiar do caminho-de-ferro[35] e do porto, duas estruturas de dimensão física e económica importantes para a cidade. Colado ao limite urbano norte, Aguiar dá conta de uma extensa área de cubatas que se desenvolve para poente, com condições deploráveis, onde a maioria da população autóctone habitava. Também a norte se situava o aeródromo, que servia a província e numerosas ligações internacionais.

Fig. 7.30. Planta da Ocupação do Solo.



[35] A linha férrea Ressano Garcia, que ligava Lourenço Marques à África do Sul. Existiam mais duas linhas férreas: a de Limpopo e a de Marracuene, que ligavam a capital a outras regiões de Moçambique.

João Aguiar projecta a um prazo de 30 anos, tendo como premissas-base taxas de crescimento anuais da população *não indígena* de 4% (120.000 habitantes em 1980) e da população indígena de 3,4% (148.700 habitantes em 1980)[36].

O PGU de 1952 organiza-se segundo um zonamento que atribui diferentes funções à cidade pré-existente e à sua extensa área de expansão. João Aguiar define catorze zonas, a saber: (1) Zona Oficial, localizada no aterro de *Machaquene*, destinada à construção de edifícios oficiais ou edifícios particulares de interesse público; (2) Zona do Centro Cívico, destinada ao comércio preexistente e abrange construções oficiais, particulares de interesse público, instalações comerciais e habitação; (3) Zonas Mistas, destinadas a comércio, hotelaria e habitação; (4) Zonas Comerciais Locais, destinadas a edifícios comerciais e habitacionais, constituindo pequenos núcleos comerciais de interesse público, com um mínimo de dois pisos de construção; (5) Zonas Residenciais, destinadas a habitações isoladas (moradias), em banda ou em blocos de 2 pisos; (6) Zonas Residenciais Indígenas, com comércio local e serviços básicos; (7) Zonas de Instalações de Interesse Público, destinadas a serviços oficiais, municipais e instalações particulares de interesse público, constituídas por lotes destinados à construção destes edifícios, existentes e projectados, reservando-se alguns para a construção oportuna de outras instalações que o desenvolvimento da cidade venha a necessitar; (8) Zona Industrial, destinada a pequenas instalações industriais (a grande industria é localizada fora da cidade); (9) Zona dos Espaços Livres Públicos, na qual são incluídas as praças ajardinadas que pelas suas dimensões constituem logradouros públicos, as passagens de peões e os parques de estacionamento; (10) Zonas de Espaços Livres, que são zonas *non aedificandi* destinadas principalmente à protecção das vias públicas, das encostas e de edifícios oficiais; (11) Zona Portuária, destinada às instalações portuárias, nos terrenos reservados ao porto de Lourenço Marques; (12) Zona Ferroviária, destinada às funções ferroviárias, composta pelo recinto da Gare de Mercadorias e pelo Apeadeiro das Mahotas (Costa do Sol); (13) Zona de Reserva, destinada a zonas de expansão futura; e (14) Zonas Rurais de Protecção, definidas pela "área compreendida entre o limite exterior da cidade e uma linha paralela traçada pelo menos a cinco km de distância. Esta área destina-se a protecção do núcleo urbano, do qual constitui também reserva de expansão. Nela são permitidas instalações rurais e a construções de interesse público, como hospitais, sanatórios, escolas de ensino agrícola, quartéis, etc." (Aguiar, 1952a: 173-177).

"A estrutura do zonamento do plano suporta-se em treze zonas propostas, reportando-se à redefinição da localização de todas as actividades, infra-estruturas, zonas verdes de lazer e protecção de uma lógica de caracterização formal do quadro tipológico que se albergava no zonamento, acabando por prevalecer esta última na praxis urbanística." (Morais, 2001: 161).

[36] Aguiar atribui valor meramente indicativo à taxa de crescimento da população indígena que assume, por considerar que este segmento da população é volátil. Por outro lado, é sua convicção que é ao Município e ao planeador que cabe determinar o número de indígenas residentes, em função das necessidades e dos interesses do primeiro (Aguiar, 1952a: 54).

A articular as diferentes zonas do Plano desenham-se as comunicações intra-urbanas primárias a partir do traçado pré-existente, que organiza a cidade segundo uma lógica hierarquizada de espaços públicos e edifícios de excepção. Esta metodologia, acompanhada de grandes avenidas arborizadas, dotadas de espaços públicos qualificados, com enfiamentos perspécticos para edifícios de excepção, põe em prática os ensinamentos de composição e embelezamento da *City Beautiful*.

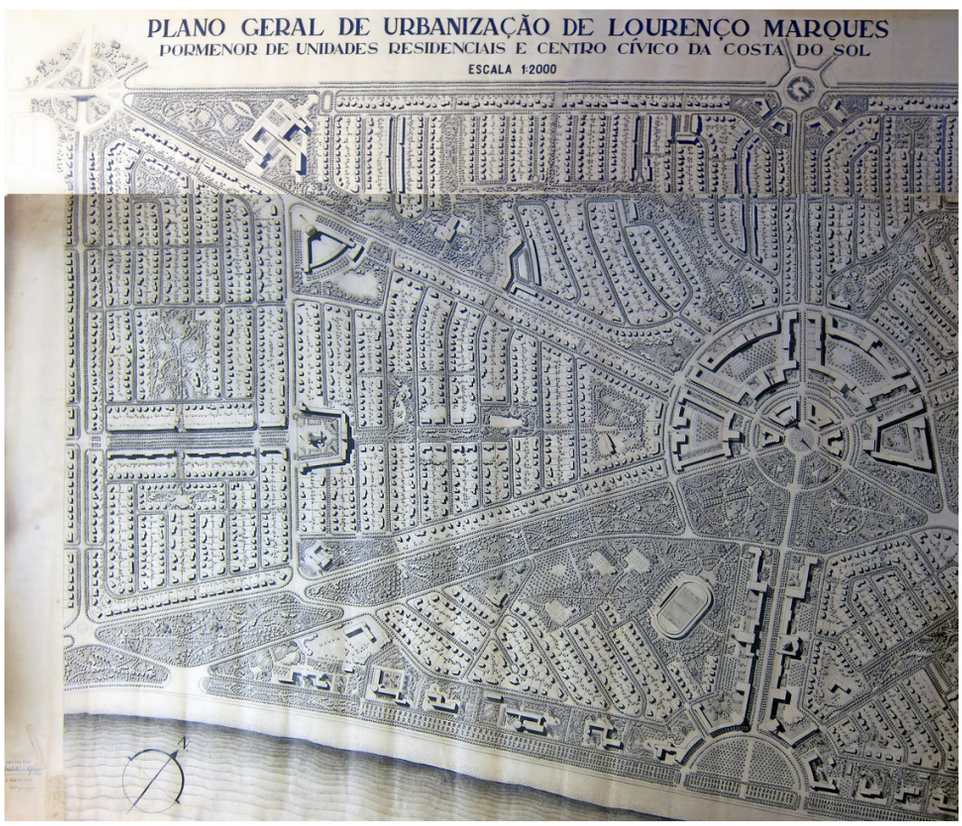


Fig. 7.31. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques. Pormenor de Unidades Residenciais e Centro Cívico da Costa do Sol.

Apesar de ser uma capital que tem "excelentes condições para ser desejada e procurada pelos turistas mais exigentes" (Aguiar, 1952a: 109), refúgio de muitos sul-africanos que procuram recreio e repouso em magníficos hotéis como o Polana e o Cardoso, Aguiar também aponta os problemas urbanísticos existentes e faz um levantamento dos constrangimentos ao crescimento da capital, para os quais dá resposta no desenvolvimento do Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques.

De um modo geral, a par do crescimento desordenado do tecido informal, o trânsito crescente, a falta de hierarquização[37], o estrangulamento dos arruamentos e a ausência de parques de estacionamento em locais estratégicos são talvez os aspectos mais referidos na memória descritiva do plano. Também é apontada a dificuldade de acesso à zona Alta da cidade, do lado da *Ponta Vermelha* e a regular

[37] O esquema arterial reticulado homogéneo não permitia a distinção entre as zonas comerciais e residenciais.

ocorrência de conflitos em vários cruzamentos provocada pela intensidade do trânsito. Esta realidade leva Aguiar a desenhar "acessos fáceis e directos", através da definição de uma rede primária de comunicações que utilizará arruamentos de dimensões e carácter apropriados à função.

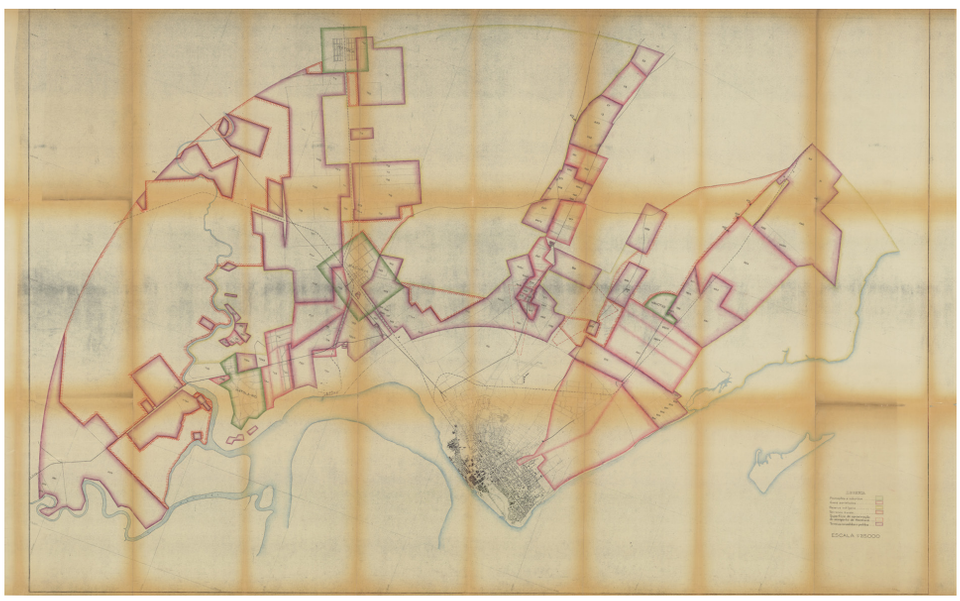


Fig. 7.32. Planta da Região.

O Arquitecto começa por redefinir os acessos à cidade, escolhendo as artérias que melhor servem esse propósito ao nível regional e optando por soluções de traçado que minimizem o impacto económico associado a expropriações. A ligação com a fronteira sul-africana (Estrada n.º 2 do Plano) é feita através do prolongamento da Avenida 24 de Julho, da criação de uma rotunda no cruzamento das estrada de *Marracuene* e das Estâncias e da construção de um novo troço de estrada que liga a nova rotunda à estrada que leva à fronteira, cujo traçado já tinha sido previsto pelo Município. Também desembocam na nova rotunda a via de circunvalação exterior, concêntrica com a criada pelo plano de Araújo, e a extensão da Avenida 5 de Outubro, cuja obra permite a consolidação da encosta da estrada junto ao Matadouro.

A ligação com o norte da província é prevista por meio de duas vias: através da existente estrada de *Marracuene*, com alguns ajustes de traçado para integrar o edifício do Laboratório de Patologia Veterinária, o Jardim Zoológico e o Hipódromo e para contornar os terrenos do Aeroporto; a estrada marginal da Costa do Sol (Rua litoral)[38], de carácter turístico estruturante, serve o edificado para ali previsto e funciona como via de penetração na cidade, através da Avenida Elias Garcia que a cruza, da Avenida da República que a prolonga pela Baixa e do Caracol que a liga à cidade Alta.

[38] Cujo traçado, por motivo de ordem económica, é desenvolvido de forma a prever o aproveitamento de todas as obras de arte existentes e a acompanhar a topografia do terreno.

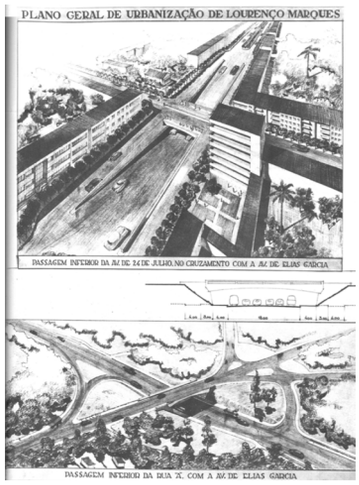


Fig. 7.33. Perspectivas da Avenida 24 de Julho com a Avenida Elias Garcia e da Passagem Inferior da Avenida Elias Garcia.

O PGU de 1952 introduz uma lógica estruturadora regional ao articular deliberadamente o traçado das vias de acesso à cidade de Lourenço Marques com as vilas que se encontram na sua periferia (como acontece com a Matola). Esta lógica permite que a cidade se expanda de uma forma coerente e coesa com os demais povoamentos periféricos, que sofrem da mesma pressão de crescimento.

O esquema de comunicações intra-urbanas primárias da cidade planeado por Aguiar é formado pelas seguintes artérias: a já mencionada Rua Litoral; a Avenida da República, que se mantém inalterada e se desdobra em dois troços que a conectam com a Avenida marginal de Crista e com a Rua Litoral; a Rua E que assegura o trânsito pesado e termina na Avenida Luciano Cordeiro; A Avenida Marginal de Crista a construir, considerada por Aguiar como um dos principais problemas de ordem estética do plano, que "permite a construção de um fundo da cidade" e resolve um problema de trânsito entre a Baixa, a cidade Alta e a sua expansão a nordeste da Polana; as Avenidas de Bartolomeu Dias e de Miguel Bombarda que permanecem como alternativa ao troço da marginal compreendido entre a Ponta Vermelha e a Av. Elias Garcia; a Av. 5 de Outubro, estendida até à Praça de onde sai o prolongamento da Av. 24 de Julho, acesso importante ao novo Centro Cívico e à zona comercial; as Avenidas de Caldas Xavier e de Massano de Amorim, importantes no esquema de ligação interurbana, prolongando-se a primeira até à Marginal de Crista; a Rua A, artéria de ligação interurbana importante que obriga à demolição de barracões, cubatas e moradias "de valor insignificante"; a Rua B, artéria periférica paralela à linha ferroviária de ligação a *Marracuene*, projectada para desvio do trânsito pesado periurbano, para servidão do bairro indígena da *Munhuana* (e da sua expansão) e para rápido acesso às zonas de expansão da capital; a Rua I, que liga a Rua D ao aeródromo; a Rua D que delimita o recinto do aeródromo e segue até ao litoral, no extremo norte da Cota do Sol; A Rua F que permite um acesso mais directo da Baixa para o Jardim Zoológico e para a estrada de *Marracuene*; a existente Avenida do Marechal Machado que, através do seu prolongamento permite a ligação do centro da cidade ao aeródromo; as Ruas T e P que ligam o bairro Sommercshield e o limite oeste das unidades residenciais da Costa do Sol ao aeródromo; a existente Avenida Elias Garcia e o seu prolongamento para norte, uma das mais importantes do plano[39] por constituir o eixo geométrico norte/sul da cidade, por ter a capacidade de escoar o trânsito da Baixa e por se prolongar até à baía; e, por fim, as Ruas G e H, que constituem as diagonais da zona de expansão da Costa do Sol e se cruzam no Centro Cívico desta nova localidade, possibilitando ainda a segunda rua a continuidade da Avenida Marginal de Crista.

As artérias secundárias do plano são também hierarquizadas por Aguiar, prolongadas e alargadas (ou reduzidas) quando necessário, para optimizar o

[39] Com esta opção, a antiga Avenida Central (a então Avenida Manuel de Arriaga) perde importância, motivada por não só não permitir o prolongamento até à baía, como também por a sua extensão para norte ditar a demolição de 21 edifícios erigidos com o aval municipal. "O efeito moral destas demolições é muito de considerar, como igualmente seria o enorme encargo com as expropriações a realizar." (Aguiar, 1952a: 75).

tráfego automóvel da cidade e criar enfiamentos perspécticos de interesse[40].

A par com as novas artérias e os seus prolongamentos, são também suprimidos diversos arruamentos, por motivo de eficiência do tráfego automóvel, como é o caso do troço final da Rua Guerra Junqueiro que evita uma intersecção demasiado próxima do limite nascente da Avenida 24 de Julho, e de ordem económica, agregando quarteirões e criando talhões de construção maiores, com melhores condições de higiene e a possibilidade de construção em altura, como é o caso do troço sul da Avenida de Mendonça Barreto.

As praças são também objecto de intervenção valorizante, como é o caso na Praça de Vasco da Gama, cujo "aspecto estético não é muito agradável" e que merece de Aguiar a indicação para ser realizado um estudo de conjunto para as suas frentes[41]. A valorização estética das ruas e das praças existentes é uma preocupação sua, avançando para isso algumas regras de composição urbana, tais como dotar os edifícios das frentes de praças de "alpendres, arcadas ou colunatas" ou valorizar locais de destaque tais como gavetos e topos ou ainda proceder a alargamentos de ruas com "construções mais importantes sob o aspecto estético ou económico" (Aguiar, 1952a: 88).

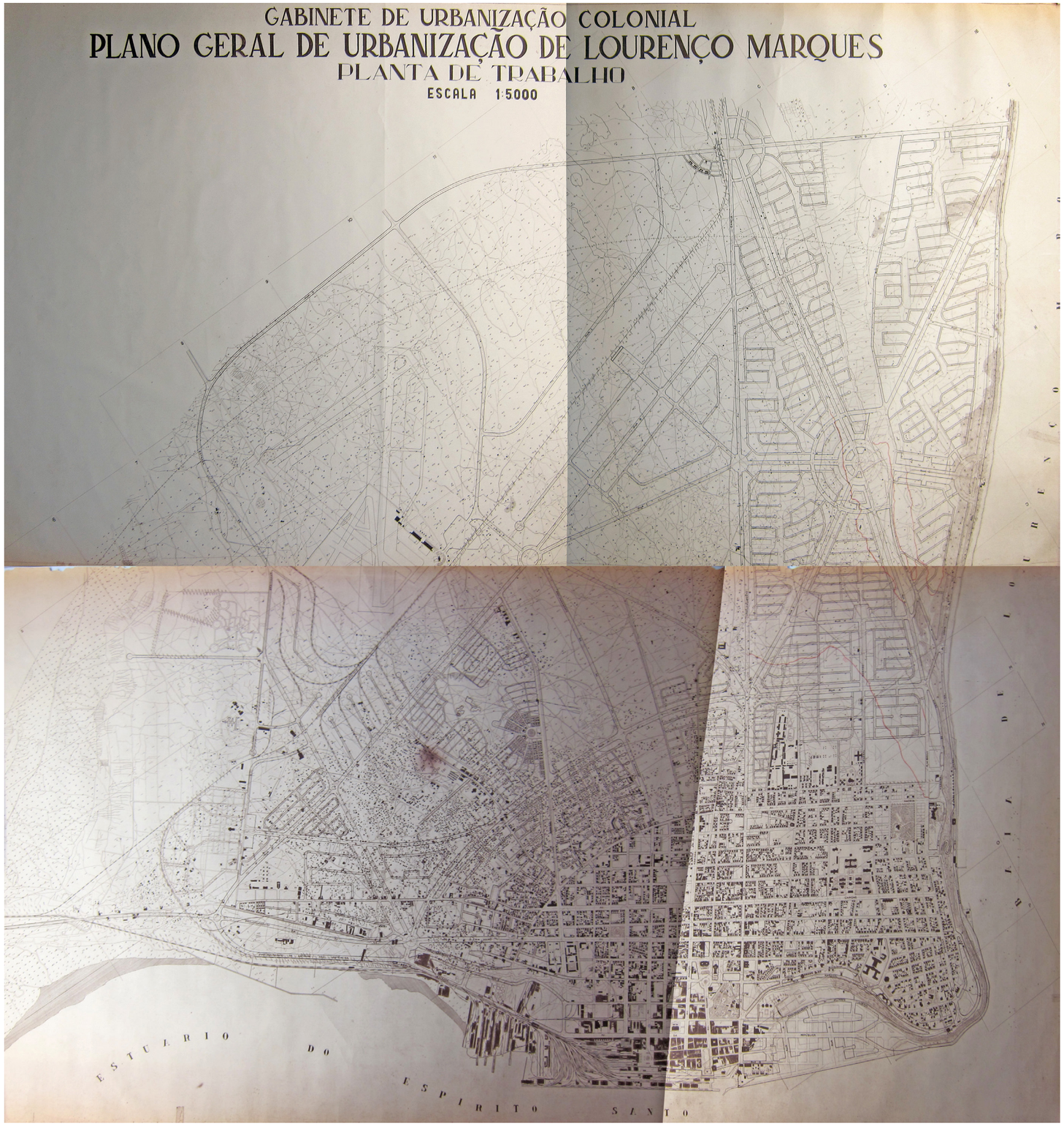
[40] Como, por exemplo, o extremo norte da Avenida do General Rosado, pontuado por uma igreja, objecto de estudo perspéctico por parte de Aguiar, que é incluído no PGU.

[41] O mesmo é sugerido para as Praças 9 de Março, de Vasco da Gama, de 28 de Maio e de Mousinho de Albuquerque.

Fig. 7.34. Planta de Urbanização do Plano de Urbanização de Lourenço Marques, 1952.



Fig. 7.35. Planta de Trabalho.



Para os quarteirões da malha urbana existente que, segundo Aguiar, são de dimensões exageradas, em vez de serem divididos e de perderem a estrutura da malha tradicional é proposta a criação de logradouros públicos interiores, para diminuir a profundidade dos lotes. Estes espaços públicos poderiam ser convertidos em jardins ou bolsas de estacionamento ou ainda neles poderiam ser edificados clubes desportivos ou escolas.

Sobre os lotes de construção desocupados, sobretudo em áreas de habitação, Aguiar considera que o município deve aceitar os custos de os proprietários não quererem cedê-los de imediato, visando capitalizar mais tarde a valorização fundiária esperada. Para as novas zonas de expansão da cidade, Aguiar propõe um conjunto de regras que visam contrariar a tendência especulativa, a saber: a fixação de um período mínimo de 6 meses para a construção se iniciar; a construção da urbanização por fases, iniciando nova fase apenas quando a anterior esteja 80% transaccionada; o início de uma terceira fase apenas com a ocupação total da primeira. Para os proprietários que não colaborem, Aguiar propõe ainda que lhes sejam imputados os custos dos arruamentos e infra estruturas que os servem.

O mau estado de conservação das instalações dos serviços oficiais é outro problema apontado por Aguiar, que considera que as rendas que alguns deles pagam a privados justificam o investimento em construção própria. Esta realidade fornece a Aguiar a justificação que precisa para distribuir os serviços oficiais pelo seu novo plano criando um grande Centro Cívico no aterro de *Marracuene*, seguindo os princípios da *City Beautiful*). O levantamento do edificado conta apenas com 6 instituições devidamente instaladas: a Direcção dos Serviços de Portos, Caminhos-de-ferro e Transportes, cuja ampliação é necessária; a Câmara Municipal, que se mantém; a Direcção dos Serviços de Obras Públicas, instalada em dois edifícios independentes, de onerosa ampliação, para a qual Aguiar propõe a relocalização para perto de outros edifícios oficiais; a Repartição Central de Estatística, que se pretende relocalizar, pelo edifício actual da Praça 7 de Março não apresentar possibilidade de ampliação; a Direcção dos Serviços da Fazenda e Contabilidade, que se mantém por ter espaço para ser ampliada, apesar de ser apontada a necessidade de ser construído um novo edifício; o Edifícios dos Organismos de Coordenação Económica, que se pretende manter.

Os restantes edifícios do levantamento (18 no total) ou se encontram mal localizados ou não apresentam condições condignas, como é o caso do Secretariado-Geral, da Procuradoria da República, da Direcção dos Serviços de Saúde ou da Imprensa Nacional, aceitando-se que vários organismos sejam instalados no mesmo edifícios a edificar, embora fisicamente separados.

Outra preocupação de João Aguiar prende-se com a implantação estratégica no novo desenho urbano de edifícios privados de interesse público, tais como cinemas, teatros, garagens e hotéis, para os quais prevê um "aspecto arquitectónico

monumental" e determina que sejam equipados, sempre que se justifique, com parques de estacionamento privativo. Dos equipamentos culturais existentes que necessitam de um novo edifício condigno são mencionados o Núcleo de Arte, pelo seu lugar de destaque no desenvolvimento da cultura local, a Sociedade de Estudos da Província de Moçambique, por se encontrar instalada num edifício destinado a habitação e por necessitar de espaço para uma biblioteca, o Museu de Ciências-Naturais e outros museus de interesse para a capital. Também é apontada a necessidade de ser construída uma biblioteca pública, pois à data apenas existiam as bibliotecas privativas de alguns organismos públicos. João Aguiar propõe que os edifícios a construir para acolher todos estes equipamentos culturais (e outros que também se avançam como salas de conferências e de concertos) sejam concentrados, para formarem um "conjunto monumental" que valorize a cidade através da sua expressão arquitectónica e da sua localização na malha urbana.

A localização quer dos serviços oficiais quer dos edifícios privados de interesse público é objecto de reflexão por parte de Aguiar, que avança com duas soluções: a dispersão da sua implantação pela cidade em "vários pontos de destaque" ou a sua concentração em zonas estratégicas. O Arquitecto prefere a segunda solução quer pela vantagem de proximidade (para os serviços e para os utentes) quer por advogar que Lourenço Marques tem um défice de monumentalidade e que ficaria a ganhar com esta aglomeração de edifícios em Centros Cívicos "que podem ser dispostos de forma a enquadrar uma Praça Monumental de grande valor estético" (Aguiar, 1952a: 124). Aguiar também indica para o efeito a Praça Mouzinho de Albuquerque que poderia ser completada com a construção de alguns edifícios nos lotes vagos, para a instalação de serviços.



Fig. 7.36. Planta do Centro Cívico, versão do PGU de 1952.

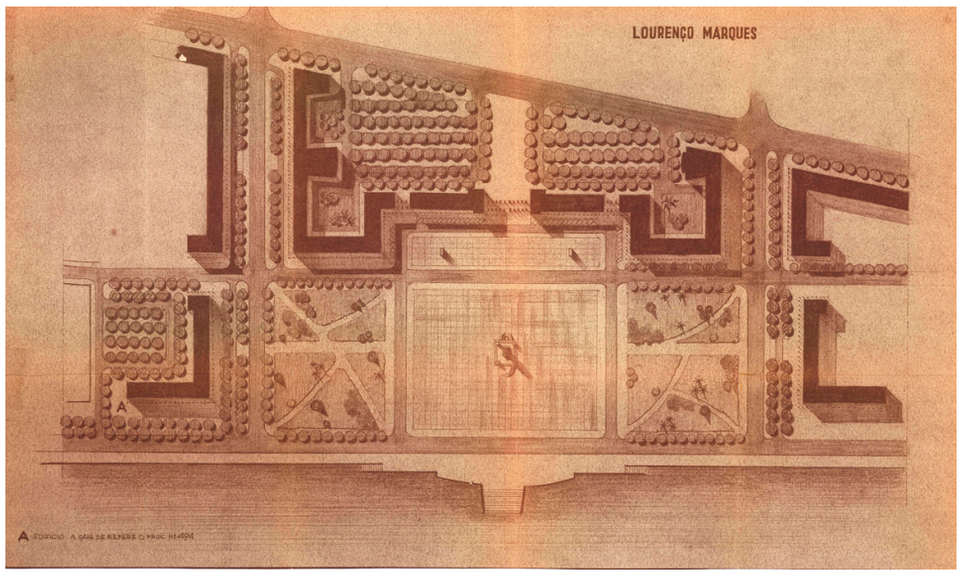


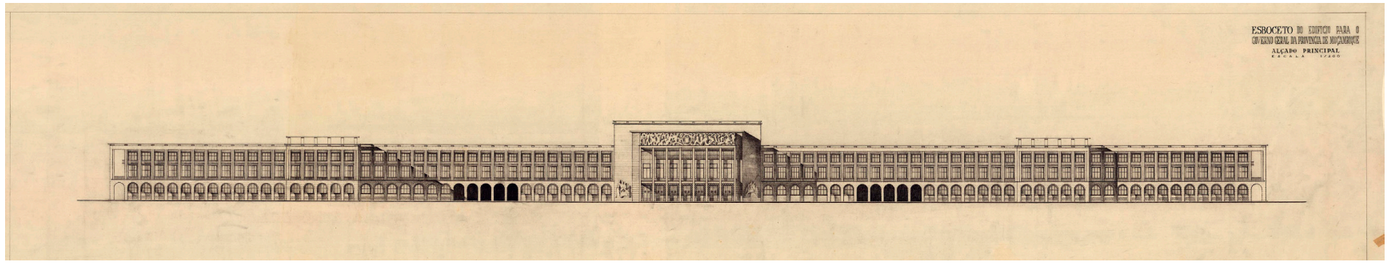
Fig. 7.37. Planta do Centro Cívico, versão de 1955.

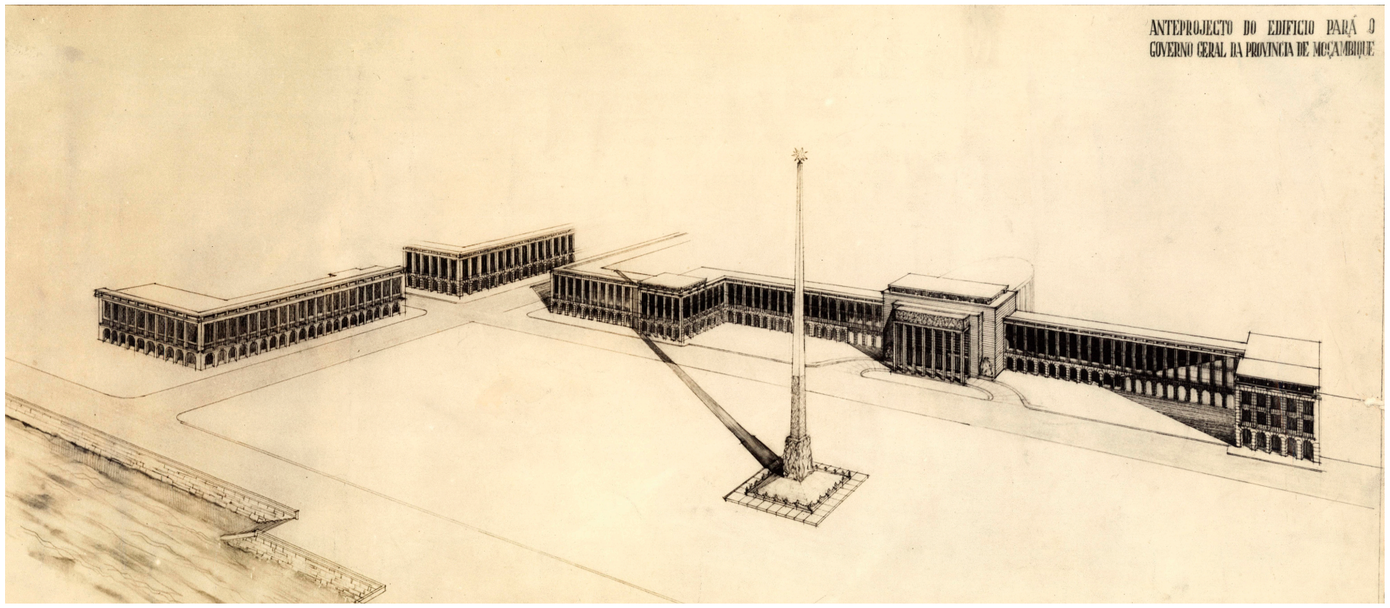
Para localização do grande Centro Cívico da capital, Aguiar escolhe o aterro de *Marraquene*, por não ter construção, por se situar num local estratégico da cidade, simultaneamente perto das zonas comerciais e residenciais e pelo potencial estético fornecido pela proximidade do mar e pelo "animado movimento do porto". Outro ponto a favor prende-se com o facto de a quase totalidade da propriedade se encontrar sob a alçada do município e deste já estar a prever a criação de uma praça de grandes dimensões denominada "Campo da Pátria".



Fig. 7.38. Perspectiva da Do Centro Cívico.

Fig. 7.39., 7.40., 7.41.
Planta e Perspectivas do Edifício do Governo Geral da Província de, 1955.







Este Centro Cívico é desenhado por Aguiar por meio de uma praça marginal de dimensão imperial[42], aberta para o mar, definida nos restantes três lados por edifícios imponentes desenhados segundo um estilo clássico de tendência racionalista desprovido de ornamentos e de acordo com uma lógica de composição monumental onde a simetria, os edifícios de grande escala e os espaços públicos funcionam de forma integrada para atingir a encenação pretendida. No contexto da malha urbana envolvente, a praça central assume-se como um espaço estruturante da zona que introduz uma nova escala na cidade e a partir do qual se traçam eixos de relações com as fachadas dos edifícios, que seguem um tipo de composição que sugere uma imagem de poder - próxima da linguagem formal de outros regimes autoritários então vigentes[43]. Dos dois edifícios idealizados por Aguiar para este conjunto[44], apenas o edifício projectado para a Fazenda foi construído[45] (fachada poente da praça), ali se encontrando actualmente instalado o Ministério da Economia e Finanças.

Em 1955 João Aguiar desenha uma alteração ao projecto da Praça do Centro Cívico que integra o PGU de 1952, reduzindo consideravelmente a sua dimensão no sentido nascente/poente. Para garantir a unidade de conjunto, os edifícios de coroamento das duas ruas perpendiculares à marginal são alinhados com as respectivas frentes de rua. É utilizada a mesma linguagem formal e o resultado não perde monumentalidade, como se constata na perspectiva da Figura 7.38. Considerando a altura do edificado previsto, a nova escala da praça acaba por favorecer a monumentalidade do edificado de excepção.

[42] À semelhança de outras capitais de província ultramarinas, existia a vontade política de dotar cada uma delas de uma "Praça do Império". No caso de Lourenço Marques, esta praça foi posteriormente renomeada de Praça Infante D. Henrique.

[43] Vide Capítulo I.

[44] Não temos conhecimento de Aguiar ter desenhado, para além dos edifícios do Governo Geral da Província de Moçambique e da Fazenda, mais edifícios do Centro Cívico.

[45] De fachada austera (Figuras 7.41. e 7.42.), o edifício da Fazenda apresenta uma racionalidade compositiva que tira partido da sua estrutura em betão armado para formar fachadas compostas por galerias em colunatas de duplo pé direito, assentes sobre um embasamento de arcadas que protegem o limite do edifício da exposição solar. Com poucos elementos decorativos, o edifício é organizado em quatro pisos (cave mais três), compostos por grandes espaços comuns tais como salões adornado com esculturas e sancas de luz indirecta ornamentadas por baixos-relevos, de duplo pé direito (organizados por dois pisos ligados por largos corredores adornados por baixos relevos).



Fig. 7.42. Perspectiva do Edifício da Fazenda, versão de 1956.



Fig. 7.43. Alçado Principal do Edifício da Fazenda, 1955.

A extensão das redes de ensino primário, secundário e técnico, para atender ao crescimento da população, também é abordada por Aguiar no desenvolvimento do plano, assim como a necessidade de transferir os quartéis e o Departamento Marítimo[46] para a periferia. Sobre o primeiro tema, do levantamento que efectua, são elencadas 8 escolas de ensino primário oficial para *não indígenas*, das quais apenas duas apresentam condições de expansão. Sobre as restantes é referido que a procura crescente obriga a soluções de desdobramento de aulas e de sobrelotação de turmas, situação a evitar por motivo de ordem higiénica e pedagógica. Para uma população prevista de 120.000 habitantes, o novo plano necessita de 300 salas de aula (Aguiar, 1952a: 129), a integrar nas escolas com capacidade para tal e em novos edifícios escolares cuja implantação é prevista no PGU de Aguiar.

O ensino da população *indígena* é ministrado em exclusivo pelas Missões, em edifícios construídos para o efeito. As escolas previstas no plano de Aguiar para as unidades residenciais deste segmento populacional foram dimensionadas com base na população de 15.000 habitantes já mencionada anteriormente, estimando-se o número de alunos em 10%, o que equivale a necessidades de 37 salas de 40 alunos cada. O ensino profissional permanece na escola da Missão de

[46] O Departamento Marítimo localizava-se junto à doca da fortaleza de N. Sr.ª da Conceição e impossibilitava o remate da Avenida Elias Garcia, que Aguiar pretendia fazer com uma praça aberta para a baía, delimitada do lado nascente por um edifício oficial em forma de L.

S. José de Lhanguene, junto às zonas industriais e ferroviárias.

A ampliação da zona comercial da Baixa é outro tema que Aguiar sublinha[47] , bem como a criação de novas zonas comerciais próximas dos bairros residenciais das zonas de expansão. A zona comercial do núcleo urbano primário caracteriza-se pela presença de grandes armazéns que ocupam o piso térreo dos edifícios e escritórios, consultórios e outros serviços no piso superior. Os terrenos disponíveis são escassos e de valor elevado, justificando a expansão destas actividades para outras zonas da cidade, nomeadamente para o aterro de *Marraquene*, que começava a ser procurado para o efeito, por ali serem praticados valores de venda de terrenos para construção mais em conta. Sobre o tema do comércio, Aguiar propõe ainda que seja eliminado a obrigatoriedade vigente de localização de novos estabelecimentos comerciais apenas nos cruzamentos de ruas.

Sobre a indústria, João Aguiar determina que as indústrias dispersas pela cidade, comprometendo a higiene, o trânsito e a comodidade pública, sejam transferidas para a zona industrial da *Matola*, assim como os armazéns que estejam localizados em zonas residenciais. Era na zona industrial da Matola que já se concentrava a maior parte da grande indústria, beneficiando ali das infra-estruturas portuária e do caminho-de-ferro. Aguiar não só considera estes terrenos adequados à actividade, como prevê a sua expansão sobre os áreas ocupadas por habitação *indígena*.

Quanto aos bairros residenciais *não indígenas* existentes, localizados no interior do perímetro da cidade definido pelo Plano anterior, como o do *Alto do Maé* e o de *Malhangalene*, Aguiar opta por integrá-los no seu plano, ampliá-los e regularizá-los, por motivo de ordem económica mas também por se tratar de estruturas urbanas consolidadas. Os terrenos da então denominada concessão Sommercshield são também incluídos no Plano de Aguiar por acordo com a Câmara Municipal e afectados a habitação para *não indígenas*. É então estabelecido um novo perímetro urbano, a integrar a *Malhangalene*, o *Alto Maé* e Lagoas, através da projecção da nova circular (a Rua A), concêntrica com a primeira (a Avenida Caldas Xavier), a terminar no limite entre Sommerschield e a Costa do Sol.

A expansão da Costa do Sol é estruturada por Aguiar a partir de duas diagonais, com origem no traçado pré-existente e que, ao se cruzarem, criam uma macro rotunda para a qual é previsto um novo Centro Cívico parcialmente relacionado

[47] Propondo, para o primeiro caso, a alteração dos limites definidos no Regulamento de Estética Urbana de 1943.

com actividades de lazer ligadas ao turismo[48]. Os edifícios propostos que envolvem esta rotunda acompanham a sua morfologia e têm um mínimo de 5 pisos de altura. A cruzar o centro da circunferência é ainda desenhado um terceiro eixo, perpendicular à linha de costa, que liga o limite da cidade à sua marginal e às praias.

É desta estrutura viária em estrela, traçado claramente influenciado pela *City Beautiful*, que resultam cinco núcleos residenciais de moradias unifamiliares, múltiplos espaços públicos e zonas verdes de separação contendo diversos edifícios de excepção, tudo adornado por uma estrutura arbórea intensa (7.31.). Junto à estrutura viária primária é de salientar algum edificado corrente contínuo de maior densidade, de dois ou três pisos, que assegura a transição entre a habitação colectiva e as "unidades residenciais" de traça influenciada pelo movimento da *Cidade-Jardim*. Para cada uma destas unidades são previstos equipamentos diversos como escolas, parques e centros de comércio, para garantir a sua autonomia no dia-a-dia, constituindo-se como verdadeiras *Unidades de Vizinhança*. Os arruamentos residenciais com trânsito de interesse local desta nova urbanização apresentam uma largura mínima de 12 metros, com 8m de faixas de rodagem[49].

Esta nova urbanização também se encontra dividida em duas zonas, delimitadas pela topografia local que, no sentido Norte/Sul (Rua L), apresenta um cômoro. Esta particularidade do terreno é aproveitada no plano para a criação de uma banda verde de prolongamento da Marginal de Crista até ao novo Centro Cívico, para a qual é previsto um campo de golfe. Para Aguiar, a urbanização da zona baixa deveria ser deixada para mais tarde, por considerar que os seus terrenos não eram tão favoráveis à urbanização como os da zona alta.

Para as "unidades residenciais" de *Malhangalene*, do *Alto Maé* e de Lagoas Aguiar prevê a correcção e supressão de alguns arruamentos e a higienização de quarteirões (eliminação das cubatas existentes), mantendo ao mesmo tempo as moradias existentes. O mesmo acontece em quatro núcleos residenciais espalhadas pela cidade, dois deles de características económicas.

Quanto aos bairros residenciais *indígenas* existentes, Aguiar identifica os de *Xipamanine* e da *Munhuana* e retrata a restante habitação *indígena* como dispersa por uma vasta área a norte e poente da cidade, apontando também a ocupação de anexos de moradias de não indígenas, seus empregadores. Esta

[48] João Aguiar identifica o centro da zona alta da Costa do Sol como lugar privilegiado para a instalação de equipamentos de lazer tais como hotéis, cinemas, casinos e prédios de arrendamento temporário (Aguiar, 1952a: 107), associados à criação da nova "Praia de Lourenço Marques", na frente marítima correspondente à extensão da nova urbanização.

[49] Dimensões exigidas pela Câmara Municipal de Lourenço Marques, de modo a ser respeitada a regulamentação então vigente (Aguiar, 1952a: 85; 107).

realidade leva-o, como já foi referido, a estudar aprofundadamente o problema da acomodação deste segmento da população e da sua relação com a cidade.

O bairro de *Xipamanine* constituiu a primeira tentativa de ordenamento residencial indígena na capital e é formado por habitações unifamiliares isoladas organizadas em quarteirões rectangulares, uma escola e um mercado. À data estão apenas construídos dois quarteirões e parte do mercado e Aguiar dá conta do "aspecto miserável que apresentam, principalmente pela falta de logradouros" (Aguiar, 1952a: 110). O PGU de 1952 não dá continuidade a este projecto.

O bairro da *Munhuana*, mais recente, é constituído por habitações isoladas, geminadas ou em banda, dotadas de cozinha, instalação sanitária, água canalizada, luz eléctrica e rede mosquiteira nas portas e janelas, bem como por alguns equipamentos. À data de elaboração do plano encontram-se construídas mais de 300 moradias, uma maternidade, um posto administrativo e um posto médico. Mas Aguiar tece fortes críticas a este tipo de solução urbanística, advogando que é necessário pensar estes bairros de forma pragmática e em contenção de custos. Ele considera que os arruamentos, os lotes e as praças devem ser reduzidos ao mínimo indispensável e que as habitações devem ser organizadas em banda ou geminadas. Na sua ideia, uma solução mais económica possibilita uma maior disponibilidade de habitação para indígenas e um investimento mais em conta para o município e para os privados que a patrocinam.



Fig. 7.44. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques. Unidade Residencial Indígena.

A proposta que Aguiar apresenta para a requalificação e ampliação do bairro da *Munhuana* prevê a construção de mais 3 núcleos habitacionais[50], equipados com mais edifícios de excepção e espaços públicos qualificados. A sua estrutura morfológica aproxima-se da imagem da *Cidade-Jardim* de Louis de Soissons para *Welwin Gardens* e do conceito de *Unidade de Vizinhança* que Unwin e Parker utilizam em *Letchworth*. Esta intervenção é apresentada na memória descritiva do plano como um exemplo a seguir na estruturação do tecido informal de Lourenço Marques em *Unidades de Vizinhança*. A sua leitura ajuda-nos a construir uma imagem da posição de João Aguiar sobre o tecido informal, os seus habitantes, o seu realojamento e a sua articulação com a cidade não *indígena*[51] (Aguiar, 1952a: 111-117).

A articulação do núcleo urbano preexistente com os novos bairros predominantemente residenciais é alcançada através da organização de uma estrutura de espaços públicos, projectados ou aproveitados, que conferem uma nova escala urbana à cidade e lhe incutem um sentido de grande composição formal. Estes elementos de transição do traçado urbano, na sua maioria praças, funcionam como elementos indutores de uma nova centralidade e estão habitualmente associados ao edificado de excepção, que passa a ser um elemento estruturante da nova imagem urbana proposta.

"Sendo a habitação uma das directrizes do plano, o lote surge como a unidade base, sem, no entanto, ser definido, remetendo para um dispositivo regulador que acompanha o processo de loteamento. Noções de salubridade aliadas a conceitos de edificação, que privilegiam a moradia unifamiliar, acabam por determinar as dimensões mínimas para o lote, de 1200 a 750 metros quadrados." (Morais, 2001: 160).

Sobre o Turismo, João Aguiar aponta a falta de alojamento na época alta e propõe a ampliação da zona destinada a esta actividade para os terrenos da Delagoa Bay Lands Syndicate, para os quais é previsto o desenvolvimento da Costa do Sol. A falta de praias com condições também é apontada como um problema importante, tanto para usufruto da população residente como dos turistas. O Regulamento de Estética Urbana da cidade de Lourenço Marques já definia para esta localização uma "zona de turismo" (parágrafo 6º do artigo 4º).

Sobre a actividade desportiva, é apontada a necessidade de enquadrar os equipamentos na nova organização da cidade, por se encontrarem mal localizados ou estrangulados pela malha urbana envolvente. Também é apontada

[50] Da nossa interpretação da planta da unidade residencial indígena da *Munhuana* do PGU de 1952 existem 4 núcleos habitacionais (o inicial de desenho excêntrico e mais 4). O critério utilizado para esta contabilização é o da separação das unidades por zonas verdes contínuas que actuam como barreiras físicas entre elas. Como já foi observado anteriormente, esta separação física da população era pretendida não só por motivo de controlo da população residente, como também para poderem ser alojados numa unidade residencial indivíduos de etnias diferentes.

[51] Sobre a organização das unidades residências para indígenas, Aguiar considera, na memória descritiva, que não devem ultrapassar os 15.000 habitantes (abrangendo uma área de 100 habitantes por hectare) por razões de ordem social, urbanística, económica e administrativa, e que devem ser auto-suficientes, evitando a sua dependência da cidade *não indígena*. No mesmo texto é definido que estas unidades são apenas destinadas a "indivíduos que entraram na assimilação da civilização e cujo nível de vida não é demasiadamente baixo" e preferencialmente aos que frequentam as Missões. Também é sugerido o agrupamento de habitantes por grupos étnicos devidamente separados em sectores distintos. A admissão nestas unidades residenciais é reservada a indivíduos que trabalham nos serviços domésticos, serviços públicos, comércio, pequena indústria e nas zonas portuária e ferroviária.

a necessidade de construção de um estádio municipal que tenha condições para acolher competições nacionais e internacionais.

É também apontada a necessidade de ser criado um sistema de abastecimento de bens à cidade, recorrendo-se a mercados municipais e a núcleos de comércio, uma vez que apenas existia um único mercado, situado na Baixa, no centro da Praça Vasco da Gama.

O PGU estabelece também novos índices de urbanização tais como a percentagem de ruas e praças em relação à área urbanizada (0,20%), a área dos espaços livres públicos por habitante (16m^2/H), a densidade populacional (111 H/ha) e a relação entre a área dos recintos escolares e a respectiva população (30m^2/aluno).

João Aguiar sugere uma execução faseada do Plano. Na primeira fase incluem-se a ligação da cidade à estrada nacional que serve a fronteira com a África do Sul, a delimitação das áreas residenciais e industriais, a instalação dos serviços oficiais, os acessos entre as zonas baixa e Alta da cidade pela crista da encosta (e sua consolidação), a praia e a higienização da cidade em geral[52].

O Plano Geral de Urbanização ainda define um Regulamento que baliza a sua aplicação prática.

O Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques é concluído em 1952 e apresentado por João António de Aguiar na Câmara Municipal, em sessão solene, a 12 de Janeiro do ano seguinte. A aprovação do Governador só vem a acontecer a 1 de Abril de 1955, com a condicionante de que teriam de ser estudadas algumas questões levantadas pela Câmara Municipal. A 10 de Janeiro de 1956, João António de Aguiar inicia a revisão da versão do PGU de 1952.

A 7 de Setembro de 1956, o Governador considera necessária e urgente para a concretização do PGU a consolidação da encosta de *Machaquene*. Neste sentido, assina uma portaria que nomeia uma Comissão Técnica que deve assumir a preparação dos elementos necessários para a execução do projecto de consolidação num prazo de 6 meses. É então instituída uma Comissão a 5 de Fevereiro de 1957, liderada pelo Engenheiro civil João Pimentel Freixo, de desenvolvimento do *Projecto de consolidação da encosta e seus arruamentos*. Esta obra viabilizaria o início da construção do Centro Cívico. O projecto de consolidação é também assinado pelo Arquitecto Rodrigues da Silva, um dos colaboradores do PGU. De entre as diversas peças escritas e desenhadas que fazem parte deste dossiê, encontram-se as plantas do Centro Cívico e das duas

[52] Para a higienização da cidade, Aguiar prevê o estudo do projecto da rede de esgotos municipal, a demolição de construções ilegais dos quarteirões expectantes e a pavimentação dos arruamentos (a ser realizada após a implementação das infra-estruturas de abastecimento e saneamento).

versões da Praça Infante D. Henrique[53], que deveria avançar em simultâneo com as obras da encosta. Mas o crescimento da cidade à data é tão acentuado que leva o Município a ponderar desenvolver um plano mais alargado que envolva povoações da área metropolitana como a Matola. O plano de Aguiar fica rapidamente desactualizado e até que fosse concluído o *Plano Director de Lourenço Marques* de 1969 (do Engenheiro Mário de Azevedo), apenas é utilizado para condicionar o crescimento da cidade quer através do desenho do seu traçado urbano quer do seu Regulamento.

Nos anos cinquenta, apesar de algumas vias de circulação seguirem as indicações do PGU[54], o rápido crescimento da capital potencia uma gradual substituição dos pequenos edifícios do centro por grandes prédios em altura, contrariando os estudos de densidade populacional e o zonamento definidos por Aguiar no seu PGU de 1952.

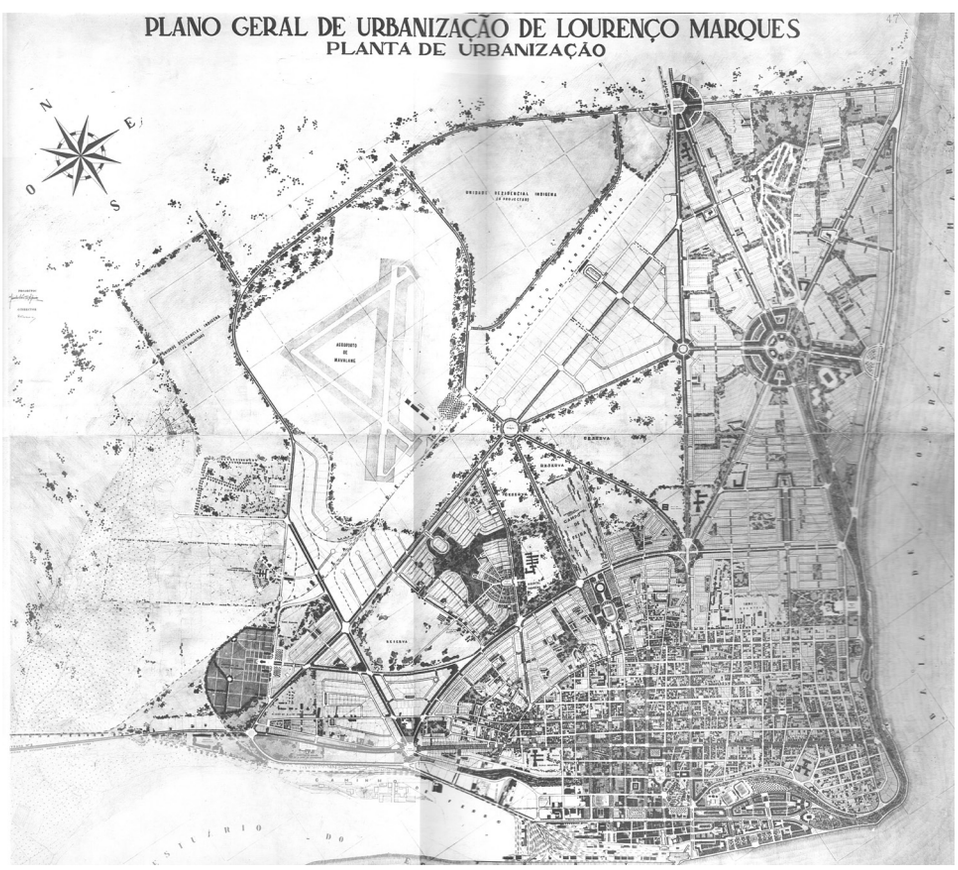


Fig. 7.45. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques. Planta de Urbanização.

[53] Tendo a Câmara acabado por optar pela segunda versão.

[54] Como, por exemplo, a Avenida de Caldas Xavier, "recentemente pavimentada de acordo com o traçado previsto no Plano Geral de Urbanização em estudo." (Aguiar, 1952a: 72).

Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956

Em resposta às questões do município que ficaram pendentes do primeiro PGU, Aguiar desenvolve um segundo estudo para Lourenço Marques. Deste trabalho só localizámos uma reprodução[55] da Planta de Sugestão à escala 1:5000 e a uma Planta de Zonas à escala 1:5000 pintada a lápis de cor.

Nenhum dos documentos está datado mas, da análise do processo administrativo da Província e do traçado deste segundo estudo, podemos deduzir que terá sido elaborado entre 12 de Janeiro de 1953, data da apresentação do primeiro PGU, e 1957, data da elaboração do *Projecto de consolidação da encosta e seus arruamentos*, no qual consta uma terceira versão do Plano de Pormenor para o Centro Cívico (diferente da versão do segundo estudo).

Este segundo estudo também não poderia ter sido desenvolvido a partir de 1958 pois no início desse ano João António de Aguiar é promovido a Inspector Superior das Obras Públicas e das Comunicações do Ministério do Ultramar e deixa de fazer este tipo de projectos[56].

Da análise à segunda versão do plano pode-se observar um número considerável de alterações à versão de 1952. Embora não tenhamos encontrado uma memória descritiva e justificativa de acompanhamento, a informação que podemos retirar dos elementos gráficos consultados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa é suficiente para estabelecermos uma diferenciação significativa entre as duas soluções para a capital da província de Moçambique.

As diferenças começam com o próprio desenho do Plano onde, nos dois documentos consultados, se encontra omissa a área de expansão compreendida entre a Rua D (o limite da cidade planeado em 1952) e a linha do caminho-de-ferro de Marracuene paralela à Rua B. Não são representados nem o aeroporto nem a "unidade residencial indígena a projectar" entre o recinto ferroviário da gare de mercadorias e o aeroporto. A segunda "unidade residencial indígena a projectar" no limite poente do aeroporto também não é desenhada. Como a mesma lógica de representação foi seguida na planta de zonas e se tivermos em consideração que o estudo das zonas é determinante na metodologia de projecto de Aguiar, pode-se no mínimo sugerir que a importância inicial dada a esta zona diminuiu e que os limites da cidade poderão ter sido alterados com o segundo estudo.

[55] Consultada no Arquivo Histórico Ultramarino.

[56] Salvo os projectos pendentes, referenciados em correspondência trocada com o Director do Fundo de Fomento.

Ao nível do zonamento, excluindo as áreas omissas, a lógica inicial prevalece. Apenas importa mencionar que os talhões residenciais compreendidos entre a Avenida Elias Garcia e as Ruas G e H, na *Costa do Sol*, embora sejam referenciados como zona residencial (R13 e R14), já não apresentam o respectivo traçado de parcelamento. O mesmo acontece com a "área a urbanizar" compreendida entre a Av. Caldas Xavier, a Rua A, a Av. General Machado e a via de acesso ao bairro da *Munhuana*. Na *Costa do Sol*, Aguiar também elimina o traçado de parcelamento de duas unidades residenciais, entre a Avenida Elias Garcia e as Ruas G e H, indicando apenas como sendo Zonas de Reserva de uso residencial (R13 e R 14). A representação destas zonas a branco na Planta de Sugestão indicia mais uma vez uma redução da área de expansão da cidade ou, no mínimo, sugere que deixam de ser uma prioridade para o plano de desenvolvimento da capital, que parece focar-se sobretudo na consolidação da malha urbana existente, no seu prolongamento litoral para a *Costa do Sol* e na articulação com o bairro da *Munhuana*.

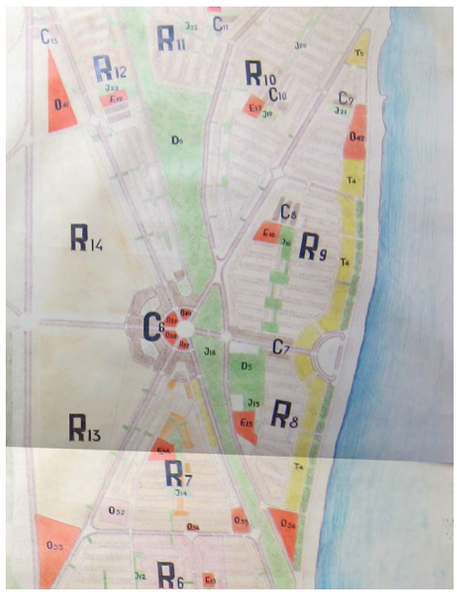
Quanto às comunicações intra-urbanas, o esquema primário mantém-se praticamente igual, sendo apenas de assinalar a supressão da Rua T, do troço de prolongamento da Avenida General Machado a partir da Rua A e da Rua J, que fazia a ligação da Rua A com o largo do novo cemitério a poente.

Já o esquema secundário sofre alterações consideráveis que decorrem do redesenho do parcelamento de vários troços da cidade nova como, por exemplo, o da Costa do Sol. Este reparcelamento denota um critério de desenho que foi condicionado a uma densificação habitacional desta área de expansão (Figura 7.46. e 7.47.): o traçado passa a ter um único dispositivo morfológico que se repete, com uma largura homogénea, um comprimento que se adapta ao traçado das vias primárias e que raramente ultrapassa os 12 lotes; os espaços verdes intersticiais de separação das Unidades de Vizinhança, normalmente associados à implantação de edifícios escolares, desaparecem; o traçado dos núcleos residenciais deixa de estar isolado (tinha na maioria dos casos um a dois acessos viários) e passa a relacionar-se de forma mais integrada com a malha urbana envolvente, afastando-se dos princípios da *Cidade-Jardim* e da *Unidade de Vizinhança*; o campo de golfe é reduzido em largura, para que o núcleo residencial R10 cresça, e a generosa área verde entre o final do campo de golfe e a Rua D é urbanizada (R11); o redesenho da circunferência exterior do centro cívico da Costa do Sol também é redesenhado e, não só adquire uma configuração facetada em troços de rectas, como também termina nas manchas verdes J16 e D6, quebrando-se a ligação com a Rua L.

Fig. 7.46. Pormenor da Figura 7.34..



Fig. 7.47. Pormenor da Figura 7.51..



No centro da cidade as alterações também existem como, por exemplo, o Centro Cívico do aterro da *Marraquene*, na baixa, cujo traçado apresenta um dispositivo morfológico regular que mimetiza o da malha urbana primária. A praça longitudinal de interior de quarteirão desaparece e a dimensão da Praça do Império é ajustada em comprimento e é cosida com a Avenida Marginal por meio de um espaço ajardinado sem construções.

Quanto às zonas comerciais, destacamos a supressão deste tipo de uso na praça marginal da *Costa do Sol*, que interrompe a continuidade funcional anterior entre o centro cívico desta unidade residencial e a praia. É também de assinalar a abolição do Campo de Feira situado em terreno adjacente ao Hospital indígena da *Munhuana*, tendo sido prevista para o seu lugar uma grande área de reserva e uma zona de residência indígena (RI2) a projectar, confinante com a Rua C e a Rua General Machado.

Ainda na zona baixa da cidade, a poente, constatamos que o aterro da zona portuária e ferroviária foi substancialmente alargado, prevendo-se para o local a expansão destas infra-estruturas. Não é no entanto possível identificar as zonas afectas à indústria que as acompanhavam no plano inicial, por não estarem claramente representadas nos elementos consultados do segundo estudo.

Quanto aos bairros residenciais para indígenas, a expansão do bairro da *Munhuana* é substancialmente reduzida e redesenhada com uma densidade superior. O

traçado do dispositivo morfológico é mais homogéneo e, à semelhança do que acontece na *Costa do Sol*, perde o carácter isolado de *Unidade de Vizinhança* apesar de, neste caso, as áreas verdes de separação[57] se terem mantido. Este traçado segue a geometria do plano original do bairro e expande-a de forma excêntrica, a partir de um núcleo de edifícios oficiais, de acordo com o modelo teórico da *Cidade-Jardim* de Howard (1902), com bandas verdes regulares de separação entre núcleos de habitação para controlo da densidade populacional. O novo traçado perde a organicidade da solução de 1952, que era sobretudo fundamentada pelo serpentear das áreas verdes de separação e que seguia o modelo da *Cidade-Jardim* americana de *Radburn* (Figura 7.48.), desenhada por Clarence Stein e Henry Wright em 1928.



Fig. 7.48. Ampliação do Plano para Radburn. Stein e Wright.

O bairro de *Xipamanine* é mantido, à semelhança da solução inicial, e é integrado numa zona a urbanizar adstrita a um bairro *indígena* que no PGU de 1952 estava definida como zona de reserva, provavelmente já para este fim.

O Cemitério permanece no seu local inicial, tendo sido afastada a solução de implantação de um novo cemitério a poente, entre a linha férrea de Marracuene, o prolongamento da Av. 24 de Julho e o terreno da Rádio Marconi.

Quanto ao turismo, o segundo estudo mantém os pressupostos do primeiro, enfatizando o carácter turístico da marginal da *Costa do Sol* e da sua nova praia. A planta de zonas atesta o investimento neste segmento da economia de Lourenço Marques, fazendo desaparecer da praça marginal que alinha com o centro cívico o comércio e os edifícios de excepção, afectando-a em exclusivo ao turismo.

Concluindo, da escassa informação disponível podemos concluir que, no segundo estudo do PGU para a capital de província moçambicana, João de Aguiar reduz substancialmente os seus limites, para tal sacrificando a densidade das diversas zonas de expansão, independentemente do segmento populacional. Como motivo para esta contracção, podemos inferir quer o facto dos terrenos para norte e poente já se encontrarem densamente povoados (ao contrário dos terrenos de Sommercshield e Delagoa Bay Lands Syndicate para a *Costa do Sol*)[58], quer o facto do rápido crescimento da cidade não se compadecer com o prazo de execução do PGU. Atendendo à escala da intervenção envolvida, a sua concretização em tempo útil necessita de um investimento convergente para suprir as necessidades de crescimento locais, situação que nunca chega acontecer.

[57] Provavelmente para possibilitar a ocupação dos núcleos de habitação por grupos populacionais de etnias distintas, de acordo com as orientações de Aguiar que constam da memória descritiva do plano inicial.

[58] Dados obtidos através da observação directa da Planta do estado actual à escala 1:5000 do PGU de 1952.

Fig. 7.49. Planta do Estado Actual da cidade de Lourenço Marques. S.D..



Fig. 7.50. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 2º Estudo. Planta de Sugestão, 1956.





Fig. 7.51. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 2° Estudo. Planta de Zonas, 1956.

7.3. LUANDA

"De São Tomé segui para Luanda. Ao passar na foz do rio Zaire, onde se encontrava a cidade de Santo António do Zaire, o paquete onde ia encalhou. Foram apenas 12 horas de expectativa, porque ao encher a maré seguinte o navio safou-se pelos seus próprios meios, já com salvadegos à vista para o rebocarem.

Até que cheguei a Luanda e desembarquei de fraque e chapéu alto – o primeiro desembarque no cais do novo porto, saudado pela salva de palmas do estilo e inaugurando uma lápide comemorativa do acontecimento – em 29 de Junho de 1945.

Que diferença entre a Luanda de 1945 e a que eu visitei dez anos antes!

Em 1935 o navio ficara a pairar na baía; saía-se dele para um barquito que nos conduzia a uns cais rudimentares existentes no rebordo irregular dos terrenos circundantes. E a cidade era ainda a povoação do século XVII, acrescida por casarões de comércio e modestas casitas aninhadas na parte baixa ou escalando a encosta que da Avenida Salvador de Sá subia para a fortaleza de S. Miguel e daí, pela rua do Observatório, permitia alcançar o largo melancólico onde se erguia o nobre Palácio do Governo, com a sua dignidade setecentista, ao lado da arruinada igreja dos jesuítas. Apenas um bairro moderno, com moradias de estilo português destinadas a funcionários, se destacava no alto, e logo os musseques envolviam a cidade, a abrigar a população nativa nas suas cubatas tradicionais, aqui ou ali com um toque mais civilizado.

Agora, à volta da baía e a partir do cais do novo porto, estendia-se a avenida marginal, já com alguns edifícios a bordejá-la frente ao mar e com um rosário de altos candeeiros de iluminação pública que à noite a engrinaldavam de luzes. A cidade alindara-se, expandira-se, tomara ares de capital. Viam-se já os sinais do seu desenvolvimento futuro, nas ruas abertas, nas construções erguidas, nas árvores plantadas a sombrear as avenidas, nas fábricas que começavam a trabalhar, no comércio que se intensificava, no tráfego que se adensava, nos grandes e belos edifícios públicos que, como o Liceu Salvador Correia, constituíam o orgulho dos luandenses. Tinha água, tinha luz – o que não acontecia em 1935. E tinha, também em contraste com a melancolia do outro tempo, novo viço e optimismo fraco."

(Caetano, 1977: 206-207).

7.3.1. Antecedentes



Fig. 7.52. Carta do Reino do Congo.

Em 1482, o navegador Diogo Cão chega ao sudoeste do continente africano, entrando em contacto com o maior reino *Bantu* da África Central Ocidental: o Reino do Congo (Wheeler, 2009: 59). Mas foi apenas em 1626 que, mediante um conjunto de alianças estratégicas, Portugal conquistou o Reino do Angola[59] fazendo dele um ponto de partida para a expansão no subcontinente africano.

Data de 20 de Fevereiro de 1575 a chegada do explorador português Paulo Dias de Novais à ilha das Cabras (Martins, 2005: 57), hoje ilha de Luanda, acompanhado de mais de 400 homens. Novais já antes tivera contacto com a região, no âmbito de uma missão diplomática junto do rei do Congo decidida pelo rei português D. Sebastião. É deste monarca que Novais vai obter, em 1571, uma Carta de Donataria que o constitui "Governador e Capitão-Mor, conquistador e povoador do Reyno de Sebaste na Conquista da Etiópia ou Guiné Inferior"[60] e o incumbe de expandir o território para norte até ao rio Bengo, para sul até ao rio Cuanza e para o interior ao longo do curso deste.

À chegada de Novais a ilha, localizada entre os reinos do *Kongo* e de *Ngola* e terra natal do povo Muxiluanda, apresentava sete assentamentos rudimentares e era também residência de cerca de quarenta portugueses que se dedicavam ao comércio negreiro e que ali se tinham refugiado dos Jagas, povo guerreiro de especial ferocidade. A presença portuguesa deveria, aliás, contar com alguns anos, dado que dispunha já de uma igreja e de um cura.

O assentamento de Luanda representa, no século XVI, uma porta de entrada para a conquista de um dos territórios mais ambicionados pela coroa portuguesa[61].

A Génese Urbana

Devido às más condições da ilha das Cabras, um ano após a chegada Paulo Dias de Novais avança para terra e estabelece um pequeno assentamento urbano na encosta mais alta da baía, baptizando-o de Sam Paolo de Loanda. O povoado assume importância estratégica como elo de ligação ao interior angolano e viria a tornar-se na capital da colónia.

Entre os primeiros colonos deste novo assentamento contam-se alguns padres

[59] Não se tratava de um Reino per se, mas tão só um conjunto de potentados locais e regionais que, por motivos de ordem diversa, prestavam vassalagem aos portugueses.

[60] Até essa data a região era conhecida como "Terras do Sebaste", em honra de El-Rei D. Sebastião.

[61] As minas de prata de Cambambe, por exemplo, seriam à época lendárias, ao longo do vale do Rio Cuanza.

da Companhia de Jesus, que considerou o local favorável à permanência humana devido à existência de um porto natural, de uma fonte de água portável e de uma topografia que facilitava a criação de uma estrutura defensiva. Estes factores, juntamente com a afluência progressiva de mais missionários jesuítas e também de muitos comerciantes negreiros, fazem com que a pequena povoação se desenvolva rapidamente. São desde cedo construídos a Igreja da Misericórdia (dedicada a S. Sebastião), o Palácio do Bispo, a Casa dos Jesuítas, uma Fortificação de taipa (que incluía um acampamento militar), abrigos e estruturas para a administração da donatária. Seguiu-se, em 1583, a construção da Sé Catedral e, em 1593, da Igreja e do Colégio de Jesus.

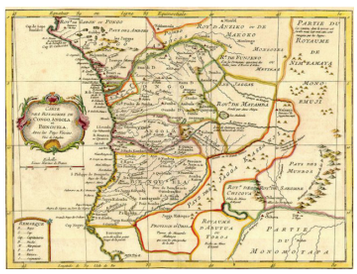


Fig. 7.53. Carta do Reino do Congo, Angola e Benguela, 1630.

Desenvolvendo-se a partir do morro de São Miguel e das suas encostas mais suaves, como a da praia do Bispo, o aglomerado vai-se progressivamente adaptando à topografia do lugar e tomando partido dela. A sua maior expansão dá-se o longo da baía, adoptando a direcção desta como referência para um traçado regular e plano.

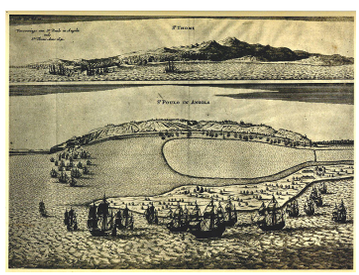


Fig. 7.54. San Poulo in Angola.

São Paulo de Loanda mantém, nesta época, uma economia próspera e estável baseada no comércio de escravos. Como consequência, a população europeia cresce e toda a urbe começa a beneficiar não só de espaços públicos qualificados como também da construção de diversos equipamentos. Em 1605, com o capitão-general Manuel Cerveira Pereira como Governador, o tecido urbano apresenta já uma considerável extensão e o aglomerado recebe foros de cidade. Em 1606 é construído o Convento de São José.



Fig. 7.55. Sam Paolo De Loanda, 1647.

Progressivamente, o aglomerado vai expandir-se para uma zona mais alta, na continuação do Morro de São João e posteriormente denominada de *cidade alta*[62].Aí são erigidos uma igreja e o edifício da administração civil, caracterizando-a como o pólo urbano do poder político, militar e religioso. Na *cidade baixa*[63]- o assentamento-base que se estende do morro até à ermida da Nazaré, passando pela fortaleza, pela praia e em redor da baía de Luanda - concentram-se o comércio, a actividade portuária e a indústria.

A ampliação da cidade para este novo pólo urbano é acompanhada da construção de edifícios administrativos (o Palácio do Governador, em 1607 e a Câmara Municipal, em 1623), de estruturas militares (o Forte de São Pedro da Barra, em 1618 e o Forte de São Miguel de Luanda, em 1634) e de diversos edifícios religiosos, a saber: a igreja de Nª Sª da Conceição, que foi a primeira Sé Catedral, em 1583; a igreja e o colégio de Jesus, em 1593; o convento de São José dos padres terceiros franciscanos, em 1606; a Igreja da Misericórdia e a Santa Casa da Misericórdia, que formam um conjunto urbano significativo, localizado na cidade alta e no mesmo eixo que articula o Palácio com o Convento de São José; a

[62] Ainda hoje mantém esta denominação.

[63] Hoje chamada de zona dos Coqueiros.

ermida de Santa Maria Madalena e a Ermida de Santo Amaro, sem data atribuída mas a constar já na iconografia de 1640.

Por ser um local estratégico para a expansão portuguesa, Luanda torna-se ponto de partida para incursões rumo ao interior e pelo litoral angolano, dando origem à fundação de diversos presídios, fortes e mesmo de algumas feitorias que se vão progressivamente desenvolvendo.

A Reconquista

Em 1641, a cidade é conquistada pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais que mantém o domínio da costa angolana durante 7 anos. Reconquistada aos Holandeses em 1648, Angola fica a cargo do governador Salvador Correia de Sá e Benevides, que rebaptiza a cidade em São Paulo da Assunção de Luanda. O comércio de escravos (maioritariamente destinado ao Brasil) é rapidamente restabelecido, bem como o funcionamento dos estaleiros navais. Porém, segundo António de Oliveira Cardonega[64], Luanda encontrava-se à época parcialmente destruída e contaria apenas com cerca de 135 habitantes brancos. Obrigada a refugiar-se em Massangano[65] aquando da conquista holandesa, entre outros territórios, a população vai regressando à cidade, encorajada pela suspensão da cobrança judicial de dívidas e pela construção de poços de água potável.



Fig. 7.56. Cidade de São Paulo de Loanda 1665.

A reconstrução da cidade vai progredindo com o surgimento de novos edifícios, entre os quais: a nova Sé Catedral, em 1651; a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em 1651; a igreja e o convento de Nossa Senhora do Carmo, em 1661; a igreja da Nazaré, em 1664; o hospício de Santo António, em 1668; a igreja de S. João dos Europeus, em 1663; a Casa da Moeda. A arquitectura deste edificado caracteriza-se por linhas simples e construção robusta, pesada e maciça, focando-se o escasso ornamento nos portais e nas cantarias.

Apesar do crescimento, os limites da malha urbana de Luanda mantêm-se inalterados até ao final do século XVII, dentro do território compreendido entre a Fortaleza de São Miguel, o Convento de S. José, a Igreja e o Convento de Nossa Senhora do Carmo, a igreja da Nazaré e a Fortaleza de S. Pedro da Barra.

[64] António de Oliveira de Cadornega (1623-1690) foi um militar e historiador português radicado em Angola, desde 1639, onde escreveu a História Geral das Guerras Angolanas (1680).

[65] A vila de Vitória de Massango, localizada na província do Cuanza Norte, foi o lugar onde os portugueses conquistaram um dos maiores reinos do território angolano, o Reino do Ndongo.

Reformas Pombalinas

Em 1700, a cidade sofre enormes estragos, consequência de chuvas copiosas, que obrigam a Câmara de Luanda a pedir ajuda ao Reino para reparações e melhorias.



Fig. 7.57. Cidade de São Paulo de Loanda 1757.

O reformismo pombalino vai chegar a Luanda em 1753, com a nomeação de D. António Álvares da Cunha para governador. Visando viabilizar o desenvolvimento económico da cidade, o novo Governador vai proceder a uma reestruturação urbana que induzirá descentralização administrativa, reformulação do comércio, apoios à criação de novas industrias, distribuição de terras para produção agrícola e ainda a reorganização das forças militares e dos espaços a elas destinados.



Fig. 7.58. Perspectiva de São Paulo de Loanda 1769.

A descoberta em 1761 de pedra calcária em regiões próximas de Luanda vai fazer crescer o volume de construção entrando-se num período de significativa actividade construtiva de carácter público de que resultam: a Casa dos Contos, construída em 1731; a Cidadela, de 1754; o Passeio Público, de 1765; e, todos em 1776, a Alfandega, a Junta da Fazenda Real, o Arsenal e um Estaleiro Naval. Esta Arquitectura de carácter público é principalmente caracterizada por uma grande evolução da pureza das formas.



Fig. 7.59. Perspectiva de São Paulo de Luanda 1816.

Luanda conta igualmente com outros espaços públicos que remetem para a imagem da cidade de Lisboa, nomeadamente a Rua Direita, paralela à linha de costa, que liga o largo do Pelourinho à calçada da Relação (onde se encontrava o Tribunal da Relação) e a Praça do Desembarque.

Também a actividade construtiva privada cresce, dela resultando, entre outros: O Palácio de D. Ana Joaquina; a Casa Nobre dos Coqueiros; o Sobrado da Rua Direita do Bungo; a Casa Nobre da Rua de Sousa Coutinho; o Sobrado "Mendes e Valladas"; e a Casa Grande do Morro da Cruz.



Fig. 7.60. Planta de Luanda 1825.

Nesta época emergem ainda novas estruturas militares: o Forte das Necessidades; o Forte da Conceição; a Fortaleza do Rosário; a Fortaleza de Santa Maria; e a Fortaleza de Nossa Senhora da Nazaré.

De acordo com uma planta da cidade baixa de 1755, Luanda conta já com os seguintes bairros: Coqueiros, Esgravata o Boi, Raízes de Rosa, Capontinha, Carmo, Ingombota, Bungo e Nazaré. A malha urbana continua no entanto a desenvolver-se de forma espontânea devido à ausência de qualquer plano ou traçado previamente definidos.

Esta época marca também em Luanda o início da industrialização, impulsionada pela criação, em 1772, da Real Fábrica do Ferro de Nova Oeiras (implantada no vale do Rio Luínha[66] é, à época, o maior empreendimento industrial no continente africano) consequência da política de fomento industrial pombalina. É também no espírito desta última que a Real Fábrica, para além da função industrial, vai desempenhar ainda o ambivalente papel de Escola de Artes e Ofícios. Em 1773 Luanda contabiliza 2131 moradores, dos quais 536 são europeus, 612 militares e 983 escravos.

Segue-se um longo período de mais de um século, muito conturbado em virtude dos factores principais seguintes : entre 1800 e 1836 – o enfraquecimento de Portugal provocado pelas invasões napoleónicas; entre 1820 e 1845 – a instabilidade política provocada pela sucessão dinástica e pela independência do Brasil (1822), aliás o maior parceiro comercial de Angola; e ainda a abolição do comércio de escravos nas colónias, em 1836.

O Fim da Escravatura

Data, no entanto, deste período, o início da organização e da estruturação do território angolano e das suas cidades. Em 1844 é organizada uma nomenclatura para a estrutura urbana de Luanda – 12 ruas, 12 travessas, 11 passeios, 3 calçadas e alguns becos, na sua maioria de traçado irregular. De igual modo, em 1847 são contadas as habitações da cidade:275 fogos térreos, 144 fogos de dois pisos e cerca de 1050 cubatas.

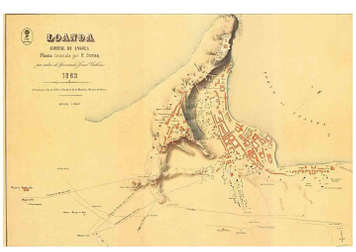


Fig. 7.61. Planta de Luanda 1862.

Curiosamente, ao contrário da maioria das cidades portugueses, Luanda não tem à data um tecido urbano contínuo. Com uma base que segue a linha da baía, a cidade apresenta-se fragmentada entre a parte alta e a parte baixa, desenvolvendo-se nesta última a maioria do tecido urbano (da fortaleza até à igreja da Nazaré). À época, a ligação entre estes dois tecidos faz-se apenas através de caminhos e calçadas íngremes. Apesar de se terem desenvolvido mais ligações entre as duas partes, a urbe continua a desenvolver-se maioritariamente segundo o eixo longitudinal da baía.

Outra alteração significativa decorre da extinção dos conventos e das casas religiosas de todas as Ordens. A imagem da cidade vai mudando com o desaparecimento destas estruturas religiosas que, até então, marcavam e delimitavam de forma expressiva o território, tais como o convento das Carmelitas

[66] Este investimento, erigido a 150 quilómetros a sudeste de Luanda, perto do Dondo, na convergência entre os Rios Luínha e Lucala, visava a exploração do minério de ferro existente na região. Esta indústria origina o povoado de Nova Oeiras, destinado numa primeira fase a albergar os seus construtores e, posteriormente, os operários fabris e artífices. Ainda hoje existem as ruínas da igreja e da feitoria e outros vestígios do assentamento. Recentemente a área foi alvo de uma operação de desminagem para a futura exploração de ferro.

Descalças, a igreja e o convento de São José dos Padres Terceiros Franciscanos e a igreja e hospício dos Capuchinhos Italianos.

Em 1845 é fundada a Imprensa Nacional de Angola e é publicado o primeiro Boletim Oficial onde passam naturalmente a constar descrições do quotidiano da cidade e o registo das alterações que vai sofrendo. Informação que passa a ser depois enriquecida com o surgimento de diversas publicações, maioritariamente jornais.



Fig. 7.62. Planta de Luanda 1883.

Acompanhando o desenvolvimento progressivo das actividades urbanas, entre 1824 e 1832 o número de trabalhadores dentro dos limites da cidade triplicara. Este crescimento cria necessidades novas em matéria de serviços, de equipamentos e de medidas de higiene, conservação e segurança. Entre estas medidas, uma das mais importantes é a construção de cemitérios: o primeiro localizou-se junto ao hospital Maria Pia e mais três se seguiriam, até 1874, todos nos limites da cidade. Outras medidas importantes são de referir: a instalação da iluminação pública (1839), a criação da Junta de Saúde (1844), a Praça de Touros (1867), a primeira Biblioteca Pública (1874), o primeiro serviço telegráfico e a primeira força policial regular (ambos em 1877), o Hospital da cidade, o Matadouro (1887) e a Companhia das Águas de Luanda (1889), que passa a ser responsável pelo aqueduto que, no mesmo ano, inicia o abastecimento de água potável[67] à cidade.



Fig. 7.63. Planta de Luanda 1900.

Entre 1886 e 1888 é construída a linha dos caminhos-de-ferro, inicialmente entre Luanda e Ambaca, uma forte medida de desenvolvimento de Angola. A via férrea vem facilitar a expansão da exportação de bens produzidos na colónia, tais como a cera, o marfim, o óleo de palma e o óleo de amendoim.



Fig. 7.64. Plano de Urbanização da Cidade de Luanda. Étienne de Groër e David Moreira da Silva, 1942.

A Grande Cidade

Os anos 20 do século passado marcam o início do grande desenvolvimento de Luanda. É nesta década que se inicia a construção de novos edifícios destinados às funções administrativas da cidade, bem como diversas obras de reestruturação urbana, tais como o aterro da baía ou o eixo que articula a cidade alta com a fortaleza de São Miguel.

Os limites da cidade tinham sido definidos em 1909[68]. A primeira alteração a esses limites ocorre em 1930, mas o grande crescimento demográfico de Luanda só se verifica a partir de 1940, consequência do desenvolvimento económico agrário alavancado sobretudo pela subida da cotação do café. Para fazer face a esse crescimento, em 1942 a Câmara Municipal de Luanda encomenda a Étienne de Groër e a David Moreira da Silva o primeiro Plano de Urbanização da cidade.

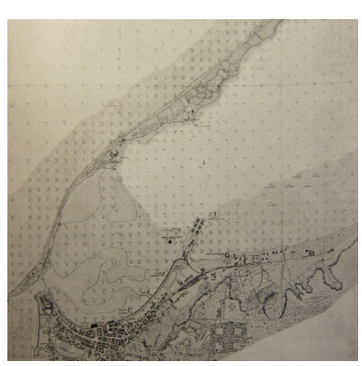


Fig. 7.65. Planta de Luanda 1900.

[67] Oriunda do rio Bengo, a norte do actual Cacuaco.

[68] Data do foral que definia um limite de aproximadamente 350 hectares.

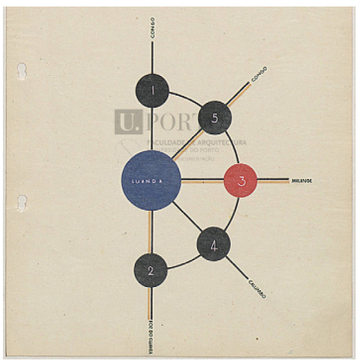


Fig. 7.66. Luanda e as Cidades Satélites.

A estrutura do plano apresentado pelos Arquitectos baseia-se no modelo da *Cidade-Jardim*, articulando o núcleo tradicional com cinco cidades-satélites, de perímetro generoso, situadas para lá de uma zona rural de protecção com cerca de 2km de largura e ligadas por uma via de circunvalação, descongestionando assim o centro da cidade. Porém, este plano nunca foi implementado por não ter chegado a ser aprovado (Fonte, 2012: 121).

O ano de 1945 fica marcado pela finalização da construção do estratégico porto de comércio, justificado pelo exponencial desenvolvimento comercial e industrial de Luanda. Esta estrutura modifica a linha de costa.

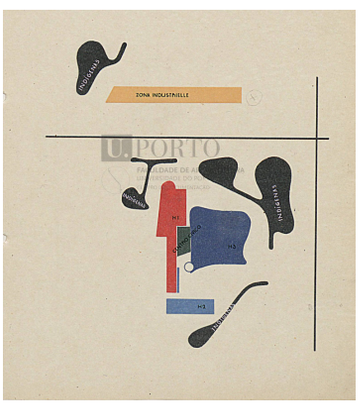


Fig. 7.67. Esquema de Zoning.

Progressivamente, a cidade e a sua população prosperam e isso repercute-se na arquitectura e no urbanismo. Para além das instalações renovadas, surgem novos bairros, avenidas, indústrias, serviços públicos e equipamentos como cafés, hotéis, teatros e cinemas. Data também desta época o uso mais corrente do betão armado na construção.

Com o desenvolvimento, quer em termos económicos quer em termos urbanos, a cidade torna-se num polo de atracção das populações que afluem, num significativo movimento migratório do campo para a cidade. O fenómeno provoca um aumento desmedido das periferias informais e o surgimento de inúmeros musseques, erigidos sem qualquer regra ou planeamento, ao ritmo ditado pela necessidade imediata. São exemplo: O *Musseque Arnoud* (junto ao Hospital Universitário); *Musseque Fontes* (próximo ao campo de golfe) e; o *Musseque do Prenda* (junto à Estrada da Samba).



Fig. 7.68. Esquema de Zoning.

Com os problemas urbanos a aumentar por falta de um plano estruturante, Luanda começa a ser objecto de reflexões teóricas e práticas no campo da Arquitectura. Um desses exemplos é, em 1948, o trabalho de final de curso (o CODA) de Vasco Viera da Costa, acabado de chegar de um tirocínio de dois anos com Le Corbusier. Intitulado *Cidade Satélite nº3: anteprojecto de uma cidade satélite para Luanda*, este ensaio de projecto utiliza como ponto de partida o Plano de Urbanização proposto por de Groër em 1942 que propunha a criação de cinco cidades-satélites. Vieira da Costa desenvolve uma dessas células tentando articular os elementos históricos da cidade com os valores tradicionais do território (Vieira da Costa, 1948: 22).

7.3.2. O(s) Plano(s): 1946; 1952

Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946

João António de Aguiar chega a Luanda a 3 de Setembro de 1945, terminando uma viagem de quatro meses pelas colónias portuguesas, com o intuito de levantar e analisar as prioridades de cada cidade do território angolano e de definir o modo como o recém-criado GUC[69] deveria actuar sobre elas.

"O desenvolvimento urbano verificado nos últimos anos veio pôr em evidência novos problemas, destacando-se pela sua maior importância o Caminho de Ferro e o Trânsito na Zona Central, para os quais se exige resolução impreterível a fim de não impedir ou prejudicar o alargamento da cidade." (Aguiar, 1946: 3).

Desde logo é salientada a urgência de ser desenvolvido um Plano Geral de Urbanização para Luanda que se coadunasse com as necessidades da cidade e com o seu exponencial crescimento. À data, à falta de mais actual orientação, ainda se tentava seguir o desactualizado Plano de Urbanização de De Groër e Moreira da Silva de 1942, "ano a partir do qual toda a construção de edifícios e de novos arruamentos se tem efectuado segundo as normas estabelecidas naquele projecto" (Aguiar, 1946: 1).

Com a informação recolhida *in loco*, Aguiar dá início ao trabalho de desenvolvimento de um Plano de Revisão do PGU do seu mentor profissional[70].

Da pesquisa em arquivo (AHU) e do espólio de João de Aguiar, só pudemos localizar, respectivamente, a memória descritiva deste plano e pequenos arranjos urbanos que foram desenvolvidos no âmbito do mesmo Plano, e as Plantas de Urbanização à escala 1:5000 e 1:1000. A escassa informação não nos permite fazer uma análise mais aprofundada do plano, sobretudo ao nível do importante zonamento, que também é omisso na memória descritiva. Contudo, os elementos consultados e a comparação com o estudo de 1942 possibilitam uma compreensão consistente quer dos antecedentes quer da solução adoptada.

João de Aguiar estrutura este PGU a partir de duas geratrizes preexistentes: o traçado primário, como as Ruas Salvador Correia, Luís de Camões e Combatentes da Grande Guerra, prolongando-as e incutindo-lhes a função de eixos estruturantes do novo Plano; e o edificado de excepção, que contribui para a manutenção da identidade do lugar.

O edificado de excepção que o Plano assume como seu elemento primário é monumentalizado através da criação de novos espaços públicos envolventes e de eixos estratégicos que enfatizam, por exemplo, a relação entre o edifício e a praça. Com esse objectivo, o Arquitecto desenvolve diversos arranjos urbanos

[69] Vide Capítulo 1.1..

[70] Vide Capítulo 3.2..

de acompanhamento do Plano que moldam a malha urbana local, destruindo de forma cirúrgica parte do edificado corrente, para poder regularizá-la e nela abrir espaços de descompressão, como é o caso do novo arranjo para a Praça da Mutamba (figuras 7.69., 7.70. e 7.71.), onde o tecido do edificado corrente é alterado em prol de uma nova geometria de traçado. Do Estudo A de 1947, do Estudo B de 1948 e do Estudo C de 1942 para a referida praça depreende-se que Aguiar não consegue evitar por completo as demolições do tecido preexistente, apesar de estar atento às devidas consequências (económicas e sociais) e de estudar nesse sentido a solução que melhor considere os interesses das partes envolvidas.

Outro exemplo desta forma de intervir são os três estudos desenvolvidos para o novo Palácio da Justiça (figuras 7.72., 7.73. e 7.74.), através dos quais Aguiar explora diversas localizações para implantar este importante equipamento público e o impacto que cada uma tem na demolição do edificado. Apesar de não termos registo sobre se é a solução final de Aguiar, podemos afirmar que a última proposta conhecida é a que recorre a uma localização que não implica demolições, no cruzamento da Rua Dr. Alvares Maciel com a Avenida Marginal, como confirma o desenho do Plano.

A postura de Aguiar neste plano sobre as preexistências também se manifesta ao rejeitar o traçado da Avenida Central desenhado no Plano de 1942. O seu desenho do troço intitulado *Cruzamento de Vias no Largo da Mutamba* (figura 7.75.), que sobrepõe a malha urbana existente com o traçado da via de De Groër e Moreira da Silva, é elucidativo do impacto da proposta, "cuja realização obrigaria a grande número de expropriações" (Aguiar, 1946: 4)[71]. A comparação deste desenho com os seus três estudos para a Mutamba aqui reproduzidos, permite-nos entender um pouco melhor a relação de João de Aguiar com a cidade preexistente, bem como a sua sensibilidade em ajustar à realidade local a nova estrutura urbana sugerida para a capital da colónia. Apesar do traçado geral se assumir como elemento regulador, ele tende a ajustar-se à configuração morfológica existente, moldando-a de uma forma menos invasiva do que uma primeira leitura macro pode induzir. Este trabalho cirúrgico, normalmente desenvolvido como trabalho de acompanhamento da implementação do plano, rectifica a geometria dos dispositivos morfológicos preexistentes e abre espaço não só à higienização do ambiente urbano da capital, como também permite a sua pontuação com equipamentos de excepção. Esta metodologia, aplicada à escala da malha urbana preexistente, permite uma distribuição mais homogénea da sua própria vivência, através da descentralização das suas actividades comerciais, dos equipamentos de apoio e dos serviços públicos e de utilidade pública.

[71] Também é referido que este traçado atingiria construções "de certa importância" com a Casa do Banco de Angola, instalações da Companhia do Açúcar de Angola e a empresa de automóveis Congeral.



Fig. 7.69., 7.70. e 7.71. Arranjo Urbano do Largo da Mutamba, 1947.

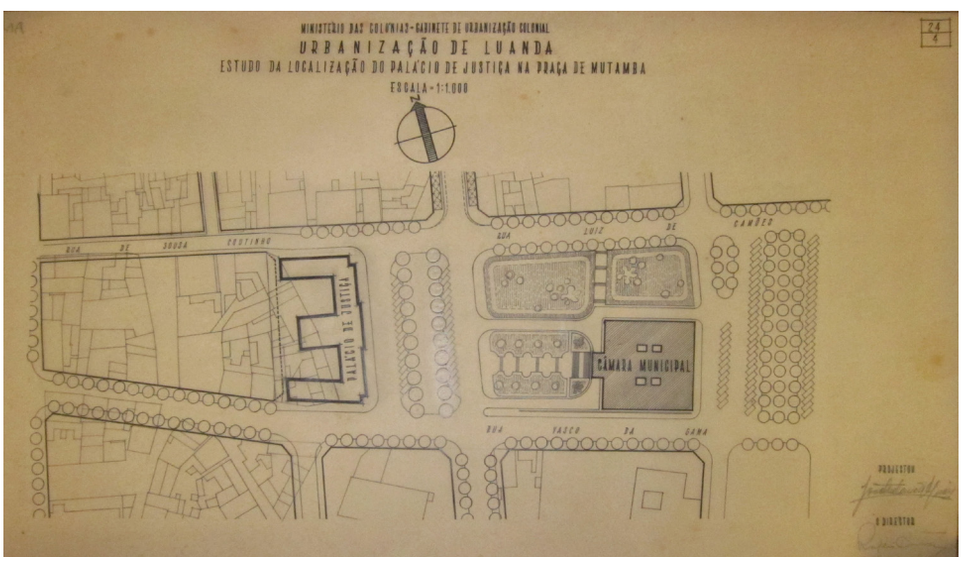
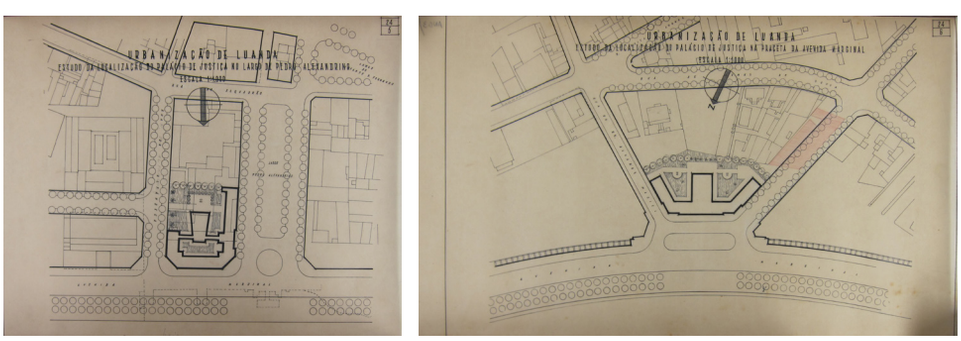


Fig. 7.72., 7.73. e 7.74. Estudos de Localização do Palácio da Justiça, 1946.



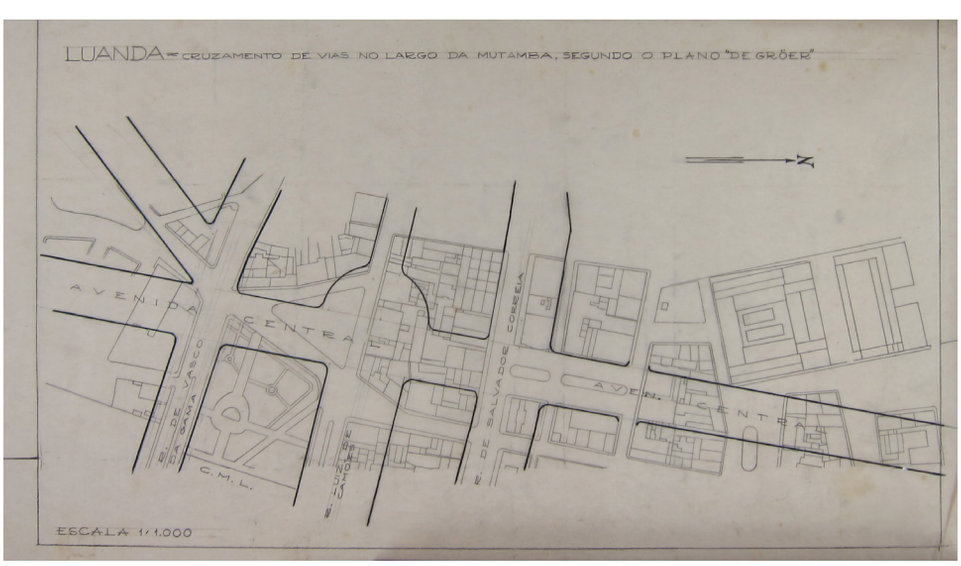


Fig. 7.75. Cruzamento de Vias no Largo da Mutamba, segundo o Plano "De Groër", 1946.

Os elementos recolhidos deste plano, ao contrário dos dos outros casos de estudo ultramarinos, não abordam os problemas relacionados com os bairros informais que existiam em Luanda à época da elaboração do plano. Este facto poderá justificar-se por já existir um "cuidadoso inquérito" elaborado pelos seus antecessores, no qual se baseia para o estudo de revisão sem, no entanto, divulgar o seu conteúdo (Aguiar, 1946: 1).

Também não nos foi possível consultar o referido inquérito do Plano de 1942. Podemos apenas apontar certos aspectos desse estudo referidos por Aguiar na memória descritiva, como o facto de dispor "(…) de um núcleo residencial *indígena* para cerca de 100 mil habitantes, envolvendo completamente a cidade europeia e separada desta por faixas arborizadas." (Aguiar, 1946: 22). Esta visão não é partilhada por Aguiar por considerar desaconselhável a criação de *aglomerados indígenas* com mais de 10.000 habitantes, mas ficamos com uma noção da dimensão do problema de realojamento que a periferia da cidade enfrentava. Ele também determina que estes aglomerados devem ser separados da cidade por grandes espaços verdes, mas instalados em áreas de fácil e rápido acesso às zonas de trabalho, a serem construídos à medida das necessidades da cidade[72].

Pela observação das plantas consultadas, a abordagem metodológica ao plano que é seguida por João de Aguiar utiliza dois exemplos referentes a escalas urbanas diferentes: tal como na *City Beautiful*, são criadas e articuladas relações axiais que potenciam enfiamentos perspécticos de realce do edificado de excepção e introduzidos espaços públicos como estratégia de embelezamento urbano e como modo de conferir monumentalidade à cidade; ao nível da correcção do traçado existente e do inerente redimensionamento dos dispositivos morfológicos da malha urbana primária, são aplicados *Princípios Higienistas;* são seguidos princípios da *Cidade-Jardim*, tal como a separação das zonas residenciais do centro da cidade por meio de zonas verdes equipadas; à escala do bairro, são criadas unidades e núcleos residenciais auto-suficientes, de acordo com o conceito de *Unidade de Vizinhança* de Clarence Perry.

[72] Esta posição mais uma vez denota que, no pensamento de Aguiar, a integração da população *indígena* na malha urbana das cidades obriga a uma análise prévia da necessidade que a cidade apresenta, num dado momento, deste tipo de mão-de-obra e que o município, por motivo de ordem financeira, só poderia suportar o alojamento dessa população estimada.



Fig. 7.76. Plano Geral de Urbanização de Luanda, Planta de Urbanização. João António de Aguiar, 1946.

Como já foi referido, o Plano Geral de Urbanização da autoria de João António de Aguiar constitui um exercício de revisão do Plano de 1942 de De Groër e Moreira da Silva, um trabalho de conciliação entre os escassos recursos financeiros da Câmara Municipal que determinam uma abordagem economicista sobre as expropriações a considerar, e o desenvolvimento de um traçado regulador digno da capital da Colónia, que mantenha os *Princípios Higienistas* e a traça do *Urbanismo Moderno* e, ao mesmo tempo, atenda ao seu rápido desenvolvimento.

Apesar de Aguiar considerar satisfatórias, no geral, as soluções encontradas pelos seus antecessores para os problemas prementes da cidade (tais como o traçado viário primário e a localização ao Norte da Indústria), ele vê-se na necessidade de abordar ao pormenor situações que entretanto se revelaram problemáticas. Exemplos disso são o traçado da linha férrea que, no plano anterior[73], atravessava o núcleo urbano e sugeria a construção de dispendiosas passagens desniveladas[74], a ligação entre as zonas baixa e alta e o congestionamento do centro de Luanda, apenas solucionável com a criação de artérias de regularização e escoamento desta zona crítica e com a redistribuição funcional por via da afinação do zonamento.

O novo plano assume como traçado primário os arruamentos preexistentes: no sentido Este-Oeste a Avenida Marginal, a Rua Salvador Correia, a Avenida Luiz de Camões e a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra; aproximadamente paralela à linha de costa, a Avenida Álvaro Ferreira; no sentido Norte-Sul, perpendicular à linha de água, Aguiar procura integrar a Avenida Central, "(…) uma das espinhas dorsais do Plano" de Groër, mas de complicada execução no seu traçado original, pois obrigaria a grande número de expropriações, como mencionado anteriormente (Aguiar, 1946: 4). Este traçado é completado pela extensão dos arruamentos existentes e pela criação de outros.

Um dos primeiros problemas de traçado apontados por Aguiar prende-se com a falta de articulação entre algumas áreas urbanas, como a zona do *Bungo*[75], separada da cidade alta pelo planalto do bairro de *Miramar*, cuja ligação se faz apenas recorrendo à Avenida Luís de Camões. O novo PGU cria um acesso à zona alta por meio de um arruamento de traçado aproximado ao do da antiga Rua da Agricultura, mas com um declive inferior a 6.5%, e cuja função é a de afastar do centro da cidade o trânsito desta zona industrial e de facilitar o acesso das vias interurbanas a este ponto de grande actividade comercial e industrial.

A acumulação de trânsito no centro da cidade, preocupação transversal ao

[73] O Plano de 1952 mantém, no centro da cidade, o traçado existente à data.

[74] Solução praticamente impossível de realizar devido ao forte declive do traçado, mesmo sem considerar as passagens desniveladas.

[75] O Bungo é uma área da Baixa de Luanda, junto à marginal, onde se encontram localizadas as zonas portuária e dos caminhos-de-ferro. É também o nome da primeira estação da linha que liga a Malange. Até 1958, desta estação também partia uma linha que a ligava à Cidade Alta.

trabalho de Aguiar, fá-lo alterar outras artérias da cidade e readmitir a utilização de algumas entretanto suprimidas. A Rua Gregório Ferreira, que liga a Avenida Luiz de Camões com a Avenida Marginal, na Praça do Comércio, e que no Plano de De Groër desaparecia, não só é mantida como também a sua largura aumenta para 20 metros, para ser utilizada pelo trânsito proveniente da zona alta com destino ao *Bungo* (e vice-versa), deixando de perturbar a zona comercial da cidade.

A Avenida Central de 1942 não avança e, no seu lugar, Aguiar estuda um novo arranjo que, em simultâneo, reduz ao mínimo a intervenção no tecido preexistente e mantém a lógica do traçado do plano original que inclui uma grande avenida de ligação Norte-Sul que descongestione a zona baixa. Para tal efeito, une as Ruas Pereira Forjaz e Serpa Pinto e regulariza os seus alinhamentos e alargamentos. Também é prevista para esta nova avenida uma arcaria, no piso térreo dos edifícios, viabilizando o futuro alargamento das faixas de rodagem com a utilização da arcaria para passeios.

"É certo que esta futura via não tem a mesma largura – 36 metros – da Avenida Central projectada, mas entendemos que as larguras agora preconizadas, de 30 metros para a Avenida Serpa Pinto e 22 metros para a rua Pereira Forjaz, são suficientes para o trânsito que têm de comportar." (Aguiar, 1946: 7).

Para a Avenida Álvaro Ferreira, perpendicular à Marginal, a revisão de Aguiar mantém o seu prolongamento até à linha-de-água, limitando-se a fazer pequenos ajustes de traçado para minimizar demolições, como a do Hotel Paris.

O traçado da Avenida Marginal também é mantido em toda a sua extensão, apesar de lhe ter conferido um novo perfil transversal, mais económico, constituído por uma faixa de rodagem de 18 metros e dois passeios: o passeio junto ao mar apresenta 15 metros de largura e duas fileiras de árvores; do lado oposto, o passeio tem 7 metros de largura, acompanhado por um contínuo de arcaria de 5 metros de altura. São também integradas no traçado desta avenida novas praças e ruas, quebrando a sua extensa continuidade e possibilitando a implantação no novo arranjo urbanístico de edifícios oficiais e de interesse público.

O alargamento da Rua Salvador Correia preconizado no plano de 1942 também é deixado de parte, por motivo de ordem económica[76] e por Aguiar não ver necessidade de a aumentar para além dos 22 metros existentes. Ele prefere prolongar esta artéria até à zona portuária, ferroviária e industrial da cidade, desdobrando a Rua Direita e possibilitando de futuro, se necessário, o trânsito de sentido único. Este prolongamento, que acompanha o traçado da linha férrea a eliminar, pelo sopé do planalto de *Miramar*, possibilita não só um parcelamento mais racional dos terrenos que com este último confinam, como também o acesso à bolsa de lotes industriais a Sul da linha férrea e à estrada de ligação com o *Cacuaco* e o Norte da província. A nova solução apenas atinge, segundo Aguiar, um único edifício, no topo da rua Salvador Correia.

[76] O alargamento do Plano de 1942 atingia três blocos de edifícios que reuniam "instalações industriais e comerciais importantes e de elevado custo material." (Aguiar, 1946: 10).

É também criada uma artéria de ligação do cruzamento das Ruas Gregório Ferreira e Luís de Camões com a Rua Mouzinho de Albuquerque (à data a saída da cidade para norte da província), mais tarde apelidada de Rua de Nossa Senhora da Muxima, que vem possibilitar o descongestionamento da Praça dos Lusíadas, para a qual é previsto um "importante centro administrativo" (Aguiar, 1946: 12), e a ligação à artéria que liga à estrada de Catete, que passa pelo Colégio das Irmãs de S. José de Cluny.

A Avenida Luís de Camões transita do Plano de 1942 e faz a ligação da zona central da cidade com o planalto, rematando na Praça dos Lusíadas para onde é previsto o novo centro administrativo de Luanda. Este eixo herdado apresenta, contudo, uma secção mais reduzida, compatível com o edificado que a ladeia, para não haver necessidade de expropriar e demolir[77], sendo apenas eliminada a placa central existente. O prolongamento deste eixo, iniciado na Praça dos Lusíadas, segue o enfiamento do novo estádio, passa por uma nova praça para a qual se prevê a transladação do monumento aos Combatentes da Grande Guerra, e termina numa praça que penetra numa parcela central de reserva (que ladeia as unidades residenciais *indígenas*), enfatizando a simetria da expansão Poente da capital. Este prolongamento passa a ter o topónimo de Avenida dos Combatentes da Grande Guerra.

O trabalho de sutura, clarificação e optimização da malha urbana existente e da sua estrutura viária só pôde ser desenvolvido graças à alteração do traçado da linha férrea, provavelmente a maior inovação da revisão de Aguiar. Efectivamente, o traçado existente obrigava ao atravessamento de nível das artérias de trânsito automóvel intenso, provocando o seu congestionamento, e a circulação pedonal também dependia das incómodas e perigosas passagens de nível. A solução aventada pelo Plano de 1942 também obrigava à construção de obras de arte onerosas e colocava problemas de ordem técnica de monta[78]. O traçado férreo de Aguiar, exterior aos limites de expansão da cidade, vem não só optimizar a exploração desta cada vez mais importante infra-estrutura (e, por acréscimo, da do porto marítimo), como também eliminar um sério obstáculo ao desenvolvimento urbano da capital.

O novo traçado, que mereceu a aceitação da Direcção dos Serviços de Portos, Caminhos-de-ferro e Transportes de Angola[79], parte da estação da Baixa rumo a Nordeste e inflecte em direcção ao Planalto aproveitando a depressão a Nascente do morro da Boavista, para depois ligar à linha férrea geral. A comunicação com

[77] De acordo com a memória descritiva de Aguiar, é apenas necessário corrigir o alinhamento dos muros de vedação.

[78] Nomeadamente o facto dos trainéis das artérias que atravessavam de nível a linha férrea não poderem ter um declive superior ao existente, por já ser acentuado. A alteração dos trainéis também conflituaria com as soleiras de boa parte dos edifícios existentes.

[79] Que elaborou um estudo para o efeito e concluiu que, para além de ser técnica e economicamente viável, a solução favorecia a cidade.

a estação da Baixa, a edificar na Praça da Igreja de Nossa Senhora da Nazaré[80], prolonga a área de abrangência do recinto ferroviário e permite um acesso rápido e directo às zonas baixa e alta da cidade e às áreas industriais.

O acesso ao aeródromo, que é deslocado para Oeste no Plano de Aguiar[81], é feito por duas novas artérias concorrentes, para facilitar o acesso a partir de todas as zonas da cidade. A artéria que se dirige para a zona central da cidade é traçada segundo a antiga estrada da *Maianga* e segue pela Avenida Serpa Pinto. A outra artéria prolonga a que vem da falésia (Miramar) e serve toda a zona residencial do planalto. Estas duas vias são cruzadas por outras que possibilitam uma ligação prática com qualquer ponto da cidade.

Da revisão ao traçado primário permanecem muitas das praças que pontuam a malha urbana da cidade e outras são criadas, embora algumas com traçado diferente do preconizado no Plano de 1942, de entre as quais Aguiar destaca a Praça dos Lusíadas, a D. Afonso Henriques e a do Palácio do Comércio.

O arranjo estudado para a Praça dos Lusíadas, ao contrário do seu antecessor, prevê a preservação[82] e ampliação do edifício dos Serviços da Agricultura, obrigando à modificação total do traçado original. O enquadramento urbanístico deste edifício é obtido quer pela criação de duas ruas que o ladeiam e convergem na nova Avenida dos Combatentes da Grande Guerra quer com a valorização da sua fachada principal. Aproveitando os dois serviços públicos (Agricultura e Pecuária) existentes nesta praça, Aguiar transforma-a no já citado novo centro administrativo de Luanda, reservando vários lotes para a edificação de mais edifícios públicos.

Com o novo arranjo da Praça D. Afonso Henriques é preservado o edifício das Obras Públicas, recentemente construído, definido um novo trainel no sentido Norte-Sul e ajustada a inserção dos arruamentos, com o objectivo de contribuir para uma melhoria do trânsito automóvel, que se faria com dificuldade por motivo do "(…) acentuado declive da faixa de rodagem na frente do monumento." (Aguiar, 1946: 15).

Com o novo arranjo da Praça do Palácio do Comércio, são rectificados alinhamentos que atingem apenas terrenos não edificados e um edifício corrente de pouco valor material. Esta intervenção também aconselha a demolição do muro de vedação do palácio e o desenho de um estudo de conjunto de integração dos edifícios existentes que a delimitam.

---

[80] Igreja mandada edificar em 1664 pelo então governador André Vidal de Negreiros e dedicada à vitória na Batalha de Ambuíla (1665). Nela foi sepultada a cabeça do Rei António I do Congo, que nela sucumbiu.

[81] A deslocação do aeródromo para oeste possibilita o aumento das suas pistas e o rápido acesso às suas imediações. A nova localização foi indicada pelos serviços competentes e, por já se encontrar em estudo à data da elaboração do plano, foi nele incorporada.

[82] Os argumentos para a sua preservação são de ordem económica, por se estimar o seu valor em cerca de três mil contos (Aguiar, 1946: 14).

É igualmente previsto um novo arranjo para o Largo de Alexandre Herculano[83] que, com a sua redução, permite a reserva de um lote para a construção de um edifício público ou de interesse público em frente à Igreja do Carmo, "de arquitectura condigna com a importância do local" (Aguiar, 1946: 17). O novo traçado também possibilita a construção de um parque de estacionamento de serventia ao edifício da Câmara Municipal (hoje do Governo Provincial).

O desenho da praça rectangular do Porto do Plano de 1942 também é ajustado. Este espaço perde dimensão em detrimento da criação de outras mais pequenas que ajudam à distribuição dos serviços de apoio a esta actividade económica que se pretendem aí ver construídos. Desta forma, é conseguida uma distribuição mais equilibrada do trânsito automóvel e pedonal nos períodos de maior movimento.

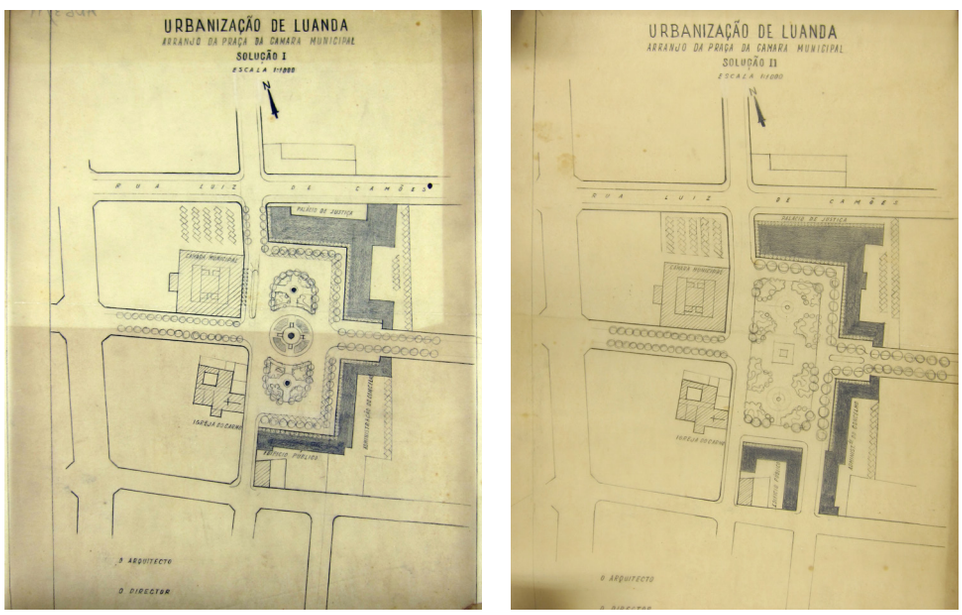


Fig. 7.77. e 7.78. Estudos para o Arranjo da Praça da Câmara Municipal.

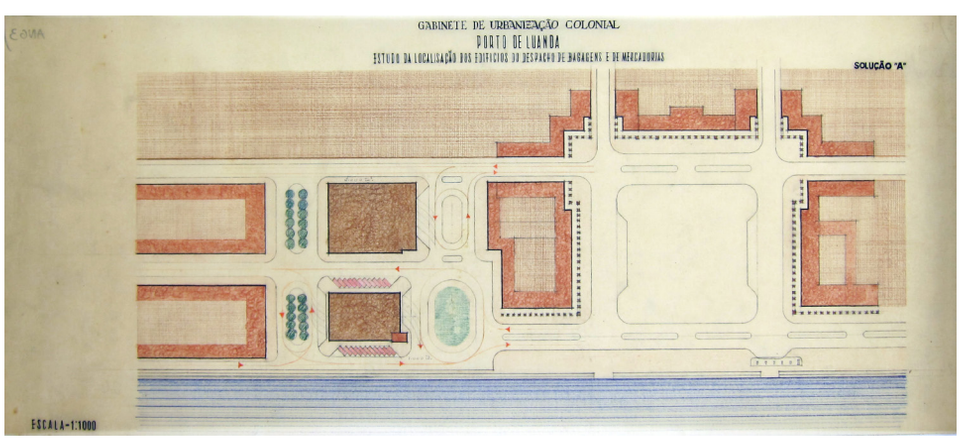


Fig. 7.79. Porto de Luanda. Estudo da Localização dos Edifícios do Despacho de Bagagens e de Mercadorias. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946.

[83] Actual Largo Irene Cohen, onde se encontra o edifício do Governo Provincial de Luanda.

A nova configuração do traçado primário do plano de João de Aguiar também intervém na morfologia de vários bairros existentes e delimita outros novos. O mais afectado pela alteração ao plano de 1942 é o das *Ingombotas*[84], principalmente da Avenida Vasco da Gama para Oeste, pela eliminação do troço da linha de caminho-de-ferro que o atravessava. Esta alteração permite a abertura de uma nova rua (Rua Dr. Alves) que é traçada segundo o eixo do Liceu Salvador Correia (figura 7.80.), "um dos mais valiosos edifícios da cidade" segundo Aguiar[85].

"Tem o seu início na praça de ligação dos prolongamentos das Ruas Serpa Pinto e Pereira Forjaz, e termina na Avenida Brito Gobins por uma grande placa ajardinada, com o fim de estabelecer o necessário desafogo da fachada principal do Liceu." (Aguiar, 1946: 16).

As outras ruas projectadas que se cruzam com a Avenida Brito Gobins são desenhadas seguindo um traço orgânico, para se adaptarem à topografia do terreno.

Com o novo traçado, João de Aguiar também cria uma relação de conexões que contribui para a fluidez da malha urbana, como é o caso da Rua Barbosa Rodrigues, à qual aplica uma ligeira alteração, para que seja possível uni-la com a Rua de Santo António. Este acerto permite a criação de um acesso directo da zona envolvente do edifício do Governo Geral (actualmente do Palácio do Governo) à cidade alta.

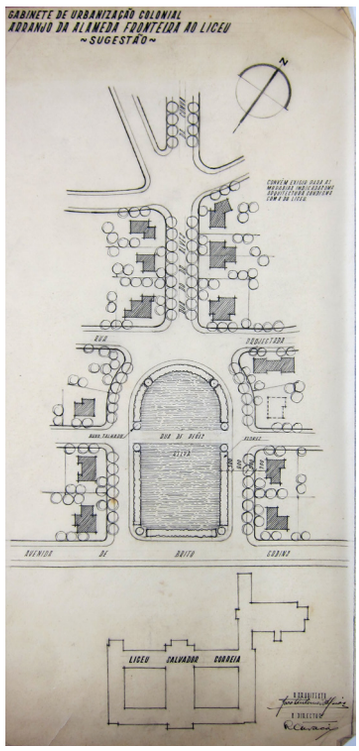


Fig. 7.80. Arranjo da Alameda Fronteira ao Liceu.

Para a Praça do Palácio do Governo, João de Aguiar desenvolve dois estudos de arranjo urbanístico. Da comparação entre o "Esquema Topográfico" anexo à informação n.º 129/UH (à Escala 1:5000), que mostra a situação existente, e as plantas à Escala 1:2000 dos dois estudos[86], a maior alteração prende-se com o arranjo urbanístico do espaço público, cujo jardim existente deixa de estar confinado a uma placa central de forma alongada. É também criado um largo de enquadramento da estátua de Salvador Correia de Sá, alinhado com o eixo do Palácio do Governo (com a sua configuração ampliada). Ao nível do edificado, a maioria dos edifícios mantém-se, o Palácio é significativamente ampliado e, para a construção do novo Museu de Angola, é expropriado o troço final Norte da Rua da Misericórdia, logo a partir da Igreja da Conceição. Nos limites da intervenção é também prevista a construção de vários edifícios públicos que enquadram os já existentes e regularizam o traçado da Rua da Misericórdia.

[84] Este bairro, que ocupa toda a encosta da cidade, é delimitado pelas Avenidas Brito Gobins a Sul, Luís de Camões a Nascente e Serpa Pinto a Poente.

[85] João de Aguiar desenvolve um estudo de sugestão de "Arranjo da Alameda Fronteira ao Liceu" que prevê uma praça ladeada por lotes de moradias unifamiliares, para as quais convém exigir, de acordo com um apontamento seu, "(…) uma arquitectura condigna com a do Liceu".

[86] Documentos consultados no Arquivo Histórico Ultramarino.

Da análise a uma planta aerofotogramétrica de 1957 (figura 7.84.) à Escala 1:1000 desta área da cidade[87] constatamos que, à data, a área ainda não tinha sido intervencionada. Apesar do novo esquema de arruamentos de acesso dos Coqueiros à Rua da Misericórdia não ter sido concretizado, o arranjo urbanístico que hoje podemos presenciar assemelha-se à ideia subjacente aos estudos de Aguiar e o edificado segue os pressupostos estabelecidos.



Fig. 7.81. Esquema topográfico da Praça do Palácio – Luanda.





Fig. 7.82. e 7.83.. Estudo para o Arranjo Urbanístico do Largo do Palácio – Luanda. 1.º e 2.º Estudo .

[87] Consultada no arquivo do Instituto Geográfico do Exército.

A lógica de expansão da cidade europeia de Aguiar para Luanda privilegia o seu desenvolvimento para Nascente, no planalto, especialmente na zona das "barrocas" (mais tarde bairro de Miramar). Esta medida leva-o a transferir o cemitério de lugar e a redesenhar toda a área a Nascente deste. Ele cria, inclusive, um arruamento de cintura de crista, para preservar a vista panorâmica sobre a baía de Luanda. Esta é, ainda hoje, das zonas residenciais mais cobiçadas da capital. A ocupação residencial desta zona também obriga à deslocação das instalações da Companhia Portuguesa Radio Marconi para um local que não comprometa a expansão urbana ca capital.

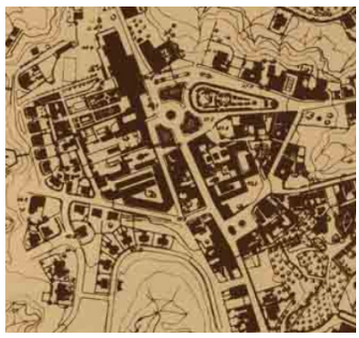


Fig. 7.84. Parte da Planta Aerofotogramétrica de Luanda. 1957.

Para o bairro do Cruzeiro, Aguiar prevê um reajuste do parcelamento, evitando por um lado que as traseiras das moradias ficassem orientadas de frente para as ruas principais[88] e, por outro, conseguindo mais lotes para futuras construções.

A morfologia do bairro do *Maculusso* é de um modo geral mantida, com ligeiras alterações.

Para o resto da área urbanizada do planalto é reservado um grande parque público, onde implanta o Estádio, que é suposto substituir as duas praças rectangulares do Plano de 1942 que elimina e um de dimensão mais reduzida que previa ocupar a quase totalidade da área do cemitério que se pretendia transferir. Estas áreas verdes são escolhidas por Aguiar as considerar como sendo "zonas de tardia urbanização" (Aguiar, 1946: 18). Outras manchas de menor dimensão ocupam o interior de quarteirões para receberem, à semelhança do que acontece, por exemplo nos seus Planos de Lourenço Marques e de Díli, equipamentos públicos ou de utilidade pública como Escolas, recintos desportivos ou parques infantis.

As praças verdes eliminadas e o parcelamento envolvente compreendido entre o prolongamento das Ruas de Paiva Couceiro e Coronel Artur de Paiva são removidos do seu plano e a área resultante é classificada como zona de expansão. O Arquitecto considera que são necessários mais dados que permitam uma correcta avaliação da necessidade de desenvolvimento de tal zona que nos parece ser destinada, no plano de De Groër e Moreira da Silva, a habitação *indígena*. Os princípios que Aguiar define na memória descritiva de não criar bairros para este segmento da população superiores a 10.000 habitantes, de não criar uma cintura de habitação *indígena* que envolva a cidade por motivos de higiene e segurança e de apenas calcular estes bairros na estrita medida do necessário para as exigências da capital, estão por detrás desta decisão (Aguiar, 1946: 21-22).

No seu Plano, Aguiar prevê três bairros para indígenas: um entre as estradas que ligam Luanda a Catete e à Funda; outro a Norte, na estrada de *Quifangondo*;

[88] Solução impossível de replicar nas ruas que o delimitam, por força das preexistências não o permitirem.

e um terceiro, no *Alto da Maianga*. Estes bairros seguem o modelo da *Cidade-Jardim*, segundo uma morfologia de baixa densidade, constituída por moradias unifamiliares dispostas sobre um traçado tendencialmente orgânico que recorre a ramificações em impasse para rentabilização do parcelamento, como as desenvolvidas por Raymond Unwin nos seus *Subúrbios-Jardim*. Eles seguem também os princípios da Unidade de Vizinhança, como "núcleo urbano independente, (…) dotado de escolas primárias para ambos os sexos, posto sanitário, lavadouros, parques privativos, posto da polícia, zona comercial e etc." (Aguiar, 1946: 23).

Um olhar mais atento à inserção dos dois bairros *indígenas* a Nascente do eixo da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra leva-nos a considerar que se distingue da dos demais pela criação de uma artéria circundante (herança do Plano de 1942), de forma oval, que os delimita do resto da cidade. Por norma, no trabalho de Aguiar, os bairros indígenas são fisicamente separados entre si (e dos restantes) por uma barreira verde mas, no caso deste plano, este tipo de separação apenas ocorre no limite nascente do musseque *Burity*, mais tarde denominado bairro Operário. Do lado da unidade residencial que confina com a futura *Vila Alice* já não existe barreira verde e os dois tipos de traçado convivem frente-a-frente.



Fig. 7.85. Ampliação de parte da Planta de Urbanização do Plano Geral de Urbanização de Luanda – Localização de dois dos três bairros para indígenas, 1946.

A artéria circundante de De Groër e Moreira da Silva denota a intenção de conter a zona indígena que, caso se tivesse mantido, criava um aglomerado de grandes dimensões. Como já foi referido, é para evitar esta concentração que Aguiar elimina a unidade residencial central do aglomerado de 1942 e para ela prevê uma zona de expansão da cidade europeia[89].

Para o interior destes três bairros, Aguiar define arruamentos com a largura total de 5 metros e sem passeios, princípio que mais tarde segue nos seus outros planos para as capitais de província, justificado na memória descritiva do Plano de Lourenço Marques de 1952[90] com o facto de considerar que os indígenas não circulam em automóveis (não havendo por isso necessidade de largura superior) e que esta configuração reduz o custo total de construção do bairro e da sua futura manutenção.

Olhando para a Luanda de hoje, conseguimos identificar não só as linhas-mestras do traçado do Plano de Aguiar de 1946, como também a morfologia de muitos dos seus bairros, o traçado viário e a geometria de praças. Este trabalho libertou a cidade do espartilho da linha férrea[91], ligou a zona baixa sobrelotada com a zona alta e permitiu que se alargasse quer para nascente quer para Sul, num contexto difícil de grande expansão demográfica e económica de arriscada previsão.

Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952

É do conhecimento geral a existência de um segundo traçado para o Plano Geral de Urbanização de Luanda, apesar de não termos encontrado até ao momento fontes primárias escritas que o descrevam. Quanto a desenhos, consultámos: a estampa 317 do Volume 2 do Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar (Silveira, 1956: 209); uma Planta de Zonas de 1952, identificada como tendo sido reproduzida do arquivo do IPAD em 2011 por Hugo Coelho; uma planta da Câmara Municipal de Luanda à Escala 1:20.000 com a marcação da delimitação administrativa da cidade estabelecida pelo diploma legislativo n.º 3042 de 11 de Maio de 1960, que utiliza como base o "Esboceto do Plano de Urbanização da Cidade de Luanda" de 1952, consultada na internet[92]. Comparados os traçados das três plantas, eles coincidem na sua generalidade.

[89] Aguiar liga, inclusive, esta área de expansão à malha urbana europeia, através do prolongamento do eixo que segue da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, que atravessa o estádio e culmina numa nova praça que se encontra já no interior da artéria circundante.

[90] E, no mesmo ano, no texto que leva ao XXIº Congresso da Federação Internacional da Habitação e do Urbanismo intitulado "L'Habitation dans les Pays Tropicaux" (Aguiar, 1952b:16-18).

[91] Apesar de ter involuntariamente criado outro: o aeroporto (apesar do PGU de Aguiar ter um prazo de vigência de 30 anos).

[92] Imagem consultada em: http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/AHV32-PLU-5.jpg, a 23-03-2018.

O último documento referenciado, por ser o que oferece mais legibilidade e detalhe, é o que utilizaremos para a comparação de traçado e morfologia. Este documento também identifica os nomes dos musseques existentes, sobrepostos à nova malha urbana proposta por João de Aguiar, muitos deles ainda assim denominados na actualidade.

O traçado do plano utilizado na planta da divisão administrativa de 1960 é ligeiramente diferente do que é reproduzido por Luís Silveira. Podemos por exemplo constatar que a Praça do Aeroporto tem uma configuração diferente em ambos: o desenho rectangular da primeira referência é coincidente com a de um Estudo de 1954 à Escala 1:1000 para esta praça, consultado no AHU. Outro exemplo é o do desenho do traçado da Vila Alice, que é ligeiramente diferente ao da estampa de Silveira e coincide com o Estudo à Escala 1:1000 (s.d.) consultado no AHU. A morfologia do bairro *Burity* também é representada de forma significativamente diferente da base da estampa de Silveira, e coincide uma vez mais com um Estudo à Escala 1:1000 (s.d.) consultado no AHU. Esta constatação leva-nos a supor que a base da estampa de Silveira seja anterior à da planta administrativa, cujo desenho já incorpora diversos estudos de pormenor entretanto desenvolvidos.

Fig. 7.86. Plano Geral de Urbanização de Luanda. Planta de Apresentação. João António de Aguiar, 1952.



Por não termos peças escritas que nos elucidem sobre o motivo da revisão de 1952 ao PGU de 1946, podemos apenas comparar os elementos recolhidos dos dois planos e identificar as diferenças.

Do Plano de 1952 resulta uma cidade mais compacta a Sul e Poente e a sua extensão a Nascente, para lá da artéria circundante dos bairros indígenas de 1946. O loteamento da zona do *Prenda* e da *Corimba* é substancialmente reduzido e concentrado a um pequeno parcelamento no final da área reservada à expansão do Hospital Central, ainda hoje identificável. Na praia do Bispo também é definido um assentamento, com ligação à cidade alta por meio de um eixo que se articula com a praça do Hospital Central, passando por uma grande rotunda que enquadra um Centro Desportivo[93]. Entre o Prenda e o Centro Desportivo é consolidado um bairro residencial existente, identificado como "Samba" na planta de divisão administrativa (hoje Bairro Azul), que é estendido até ao Prenda.

O eixo que prolonga a Avenida de Serpa Pinto é desviado em curva a partir do final da *Maianga*, contorna o *Cafambor* e termina na Praça do Aeroporto, que recebe o já mencionado estudo para desenho do seu traçado. Este traçado permite um acesso viário principal entre a Avenida Marginal, na zona da Mutamba, e o Aeroporto.

Os bairros da *Maianga* e de Alvalade são contidos por uma nova via, a Estrada da Circunvalação, que liga a via de acesso ao Aeroporto com a alameda verde do eixo de simetria do Bairro de *Miramar,* através da Rua de D. João II do Plano de 1946. Com este ajuste ao traçado, Aguiar cria um atravessamento da cidade nova no sentido Nascente/Poente, desde a marginal de crista de *Miramar até à Praia de Sta. Bárbara*, na *Samba*.

O eixo criado pela extensão da Avenida Vasco da Gama e da do Coronel Artur de Paiva é reorientado para desembocar na área de implantação das novas Oficinas do Caminho-de-Ferro, acabando com a ligação de 1946 da cidade baixa à estrada de Catete que fazia a ligação à Funda.

Paredes-meias com as Oficinas do Caminho-de-Ferro é criada a "Grande Zona Industrial", no *Cazenga*, aproveitando o ponto de ligação da linha férrea que vem da Boavista e ruma ao interior. Ela vem substituir a zona industrial do Plano de 1946, na Boavista, que passa a ficar reservada ao Porto e ao Caminho-de-Ferro.

Junto às Oficinas do Caminho-de-Ferro e ao grande pólo industrial são criados bairros residenciais para *indígenas* e outros para *não indígenas*, de apoio às actividades que nele se instalam. Os bairros para indígenas são desenhados na zona já prevista para o seu desenvolvimento no Plano de 1946, no Rangel. Eles perdem a configuração que a estrada circundante de forma oval lhes impunha (só

[93] A leitura comparada dos planos sugere que o estádio dos Coqueiros é relocalizado para esta zona e que a sua implantação original, junto ao Palácio do Governo, é identificada como zona verde.

metade desta permanece no Plano de 1952) e são dispostos à volta do Hospital de S. Paulo, já existente, seguindo um dispositivo morfológico em *cul-de-sac* que cria núcleos residenciais que seguem os princípios do bairro-jardim e da Unidade de *Vizinhança*, separados entre eles por zonas verdes.

A Norte das Oficinas do Caminho-de-Ferro e da "Grande Zona Industrial" Aguiar define um bairro que, pela sua morfologia, nos leva a deduzir que seja para acolher *não indígenas*, provavelmente também eles trabalhadores de apoio à actividade industrial: os bairros Adriano Moreira e S. Pedro. A Norte destes bairros, a estampa de Silveira mostra-nos uma unidade residencial de morfologia tipicamente *indígena* que desaparece na planta administrativa e é substituída por uma zona rural.

Pela observação do novo traçado, podemos inferir que João de Aguiar sacrifica partes do plano de De Groër e Moreira da Silva em detrimento de uma maior rentabilidade do espaço ocupado pela cidade nova. Isto acontece tanto a Sul da *Maianga* como a Norte do depósito de água e dos CTT, onde uma das unidades residenciais para *indígenas* é eliminada. O traçado simétrico dos bairros indígenas de 1942 e 1946 desaparece, deixando apenas alguns vestígios pontuais, como é o caso da estrada que sobe da *Boavista* rumo à *Vila Alice* e de alguns quarteirões a Sul do Hospital de São Paulo.

A separação das zonas também é menos evidente e acompanha de um modo geral a lógica mista da malha urbana existente (excepção feita para os bairros *indígenas*) ao invés, por exemplo, da solução para Díli, onde o zonamento é de fácil leitura.

Do ponto de vista da monumentalidade do traçado, talvez pela extensão da cidade preexistente e pelo carácter aditivo de que se reveste o desenho da nova morfologia, a sua expansão fica claramente aquém de soluções como a da *Costa do Sol*.

Comparando o Plano de 1952 com a planta aerofotogramétrica de 1957, também constatamos que a expansão de Aguiar coincide com o desenvolvimento do tecido informal para Nascente, como que o seguindo. A expansão para Sul encontrava-se mais liberta de construções, mas ele opta por seguir o caminho mais difícil.



Fig. 7.87 . Planta Aerofotogramétrica de Luanda. 1957.

Entretanto a cidade vai crescendo de forma desordenada: o cruzamento da informação da planta administrativa com a planta aerofotogramétrica de 1957 dá-nos uma noção do tecido informal que envolve a cidade e da dificuldade em travar a consolidação de bairros que começam a definir uma identidade própria. Esta realidade também ajudou certamente a moldar a nova solução. O Gabinete de Urbanização da Câmara de Luanda e o próprio GUU vão a muito custo conseguindo dar vazão ao trabalho imenso de desenvolvimento dos arranjos



Fig. 7.88 . Plano Geral de Urbanização de Luanda. Planta de Conjunto do Bairro Burity.



Fig. 7.89 . Plano Geral de Urbanização de Luanda. Planta dos Traçados do Bairro Burity.

urbanísticos necessários à consolidação da malha urbana projectada desta cidade e de todas as outras para as quais desenvolveram planos gerais de urbanização[94].

Um exemplo dos arranjos urbanísticos desenvolvidos com base no PGU de 1952 é o para o musseque do *Burity*, para o qual João de Aguiar faz a revisão de uma proposta de arranjo urbanístico desenvolvida pela Câmara Municipal. Da análise às Plantas de Conjunto (figura 7.87.) e de Traçados (figura 7.88.) (ambas à Escala 1:1000) depreendemos que existe um primeiro trabalho de identificação das preexistências relevantes[95] e de reordenamento do parcelamento existente, tornando a dimensão dos lotes mais homogénea. É depois desenvolvido um conjunto de ajustes ao traçado dos arruamentos, dos seus gavetos e das praças, tornando a sua morfologia menos permeável aos atravessamentos provenientes do exterior e mais funcional do ponto de vista do trânsito automóvel. Este tipo de arranjos de pormenor permite à Câmara Municipal a conquista de terrenos ao tecido informal e o gradual afastamento da população nativa[96] para áreas mais periféricas, cujas tradições e costumes autóctones eram encarados como pouco ou nada civilizados[97]. Esta zona residencial é posteriormente apelidada de bairro Operário pelo facto dos moradores que o estrearam serem operários da Real Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Luanda e da Conduta de Água (pertença do mesmo proprietário). Várias famílias que o vêm habitar são transferidas do bairro das *Ingombotas.*

A Sul do novo estádio, na zona de expansão compreendida entre a estrada de Catete, a Rua D. João II, a artéria que prolonga a Rua Coronel Artur de Paiva e um troço da circundante que delimita os bairros *indígenas*, é desenvolvido um novo bairro residencial denominado *Vila Alice* (figura 7.89.), destinado à classe média. Este bairro também é desenhado no âmbito do PGU de 1952 e conta com uma planta à escala 1:1000 que define a localização da Escola Industrial e Comercial, duas escolas primárias e o arranjo urbanístico de contexto. O desenho apresenta três dispositivos morfológicos distintos: um mais denso, caracterizado por conjuntos de moradias em banda; outro de densidade menor de moradias unifamiliares isoladas; o terceiro segue, embora a uma escala reduzida, a tipologia

[94] Até 1953 João de Aguiar já assinara a autoria de 42 Planos Gerais de Urbanização, aos quais se seguem projectos de arranjos urbanos para as áreas de maior interesse e projectos de edificado diverso. Ver 4.2.1 do Capítulo IV.Em 1953, o Gabinete de Urbanização da Câmara de Luanda contava apenas com o Arquitecto Fernando Batalha, fiel colaborador de Aguiar, e dois recém-licenciados sem experiência em urbanismo. Da correspondência consultada do espólio de Aguiar depreende-se que a organização do próprio GUU atravessava um período conturbado. São muitos os interlocutores de Aguiar, dos mais diversos recantos ultramarinos, que se queixam da falta de resposta deste organismo.

[95] Relevantes do ponto de vista do Arquitecto que as identifica na planta de Traçados.

[96] A população *Indígena* e mesmo a *assimilada*. Este método de *racialização topográfica* (expressão de Cristine Messiant) tinha tradição longa, da qual o bairro das Ingombotas é exemplo. Nele habitava uma boa parte da antiga elite crioula nativa, já afastada do bairro dos Coqueiros com o pretexto de lá existir uma epidemia de varíola (1896). Aliás este bairro, que data do século XVII, nasce de um acampamento de escravos fugidos e da Igreja do Rosário.

[97] Consultar os textos do livro "Cidade e Império – Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais" coordenado por Nuno Domingos e Elsa Peralta (Lisboa: Edições 70, 2013).

do impasse, composta por grupos de 7 moradias unifamiliares dispostas em torno das respectivas placas centrais verdes. Outra particularidade do desenho deste bairro é o facto de, nos loteamentos limítrofes, as moradias serem orientadas para o seu interior, oferecendo as traseiras arborizadas aos arruamentos que o delimitam.

As artérias interiores do bairro são estruturadas de acordo com os princípios da *Unidade de Vizinhança*, não se intersectando com as artérias intra-urbanas circundantes e criando um conjunto de núcleos habitacionais isolado, interconectados por espaços verdes que incentivam à circulação pedonal e servidos por equipamentos públicos de proximidade.

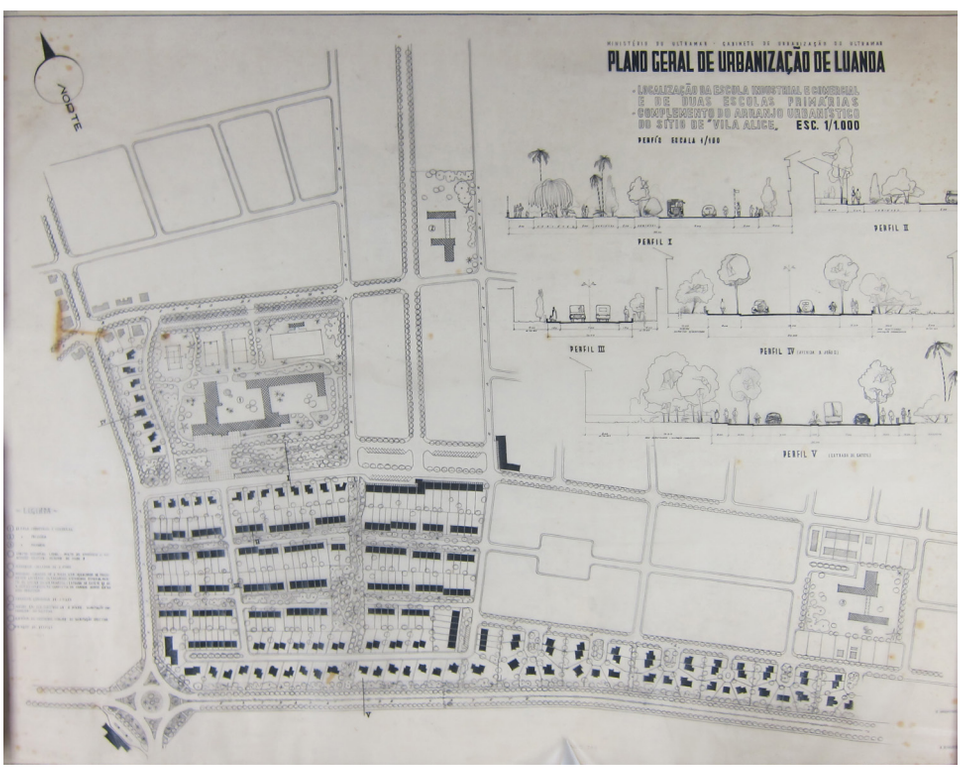


Fig. 7.90 . Plano Geral de Urbanização de Luanda. Planta dos Traçados do Bairro Burity.

Com o exemplo destes dois bairros, mais uma vez se demonstra que Aguiar encara os seus planos gerais de urbanização como elementos de composição geral sujeitos a alterações de pormenor, ao nível da escala local, derivadas quer das necessidades em evolução quer dos contributos das entidades municipais e estatais que participavam no planeamento das cidades. Aliás, não é por acaso que a Câmara de Luanda solicita o seu apoio para a organização do Gabinete de Urbanização municipal de acompanhamento do Plano, assistido pelo GUU[98].

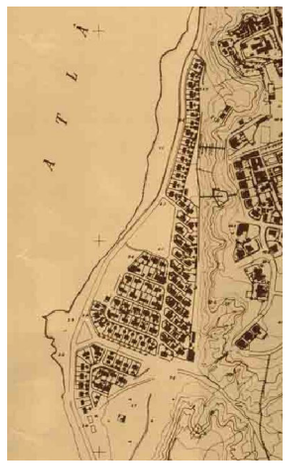
Podemos ainda encontrar outros bairros que integram o PGU de 1952 e que já aparecem construídos na planta aerofotogramétrica de 1957 que, pela observação do seu traçado morfológico, podemos inferir que foram objecto de um projecto de arranjo urbanístico, como é o caso do bairro operário da Praia do Bispo.

[98] Informação constante de uma carta de João de Aguiar de 9 de Agosto de 1956 destinada ao Presidente da Câmara de Luanda pertencente ao espólio do Arquitecto.

Fig. 7.91 . Bairro Operário da Praia do Bispo em construção



Fig. 7.92 . Ampliação da Planta Aerofotogramétrica de 1957 - Bairro Operário da Praia do Bispo.



Passados mais de sessenta anos sobre este Plano Geral de Urbanização de João de Aguiar, ainda hoje podemos ler de uma forma clara uma boa parte do seu traçado e da morfologia dos seus bairros, desde o prolongamento da Rua Amilcar Cabral (ex. Av. Serpa Pinto) pela Avenida da Revolução até ao Aeroporto, à ligação Nascente-Poente entre a Praia de Sta. Bárbara e Miramar através da Rua Comandante Arguelles e da Avenida Ho Chi Minh, passando pela configuração quadrada da Praça do Aeroporto (e da implantação do mesmo), pela primeira fase do bairro do Prenda, pelos Bairros Azul, de Alvalade, do Cruzeiro, de Miramar, de São Paulo, Comandante Valódia, pelo traçado da Avenida N'gola Kiluanje, o da Estrada de Catete e o da Rua Ndunduma que liga *Miramar à Estrada do Cacuaco* por onde sobe a linha de caminho-de-ferro (cujo traçado também se mantém).

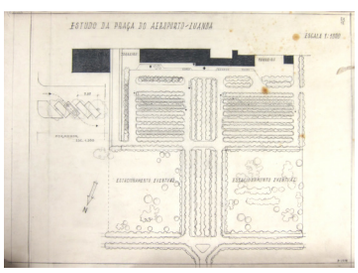


Fig. 7.93 . Arranjo da Praça do Aeroporto.

Fig. 7.94 . Ampliação da Planta Aerofotogramétrica de 1957 - Bairro Operário da Praia do Bispo.



7.4. PRAIA

"Na zona tropical do Atlântico Norte fica o Estado-arquipélago de Cabo Verde, a cerca de 450-500 km do promontório africano donde lhe veio o nome: são dez ilhas e alguns ilhéus de origem vulcânica, entre as latitudes de 14º 23' e 17o 12N. e as longitudes de 22o 40' e 25º 22' O. com uma área total de terras emersas de 4033,37 km2. Das ilhas, Santiago, com 991 km2, é a maior de todas, e Santa Luzia, com 35 km2, a menor, (...). Em contrapartida, o espaço marítimo exclusivo ultrapassa os 600 000 km2; o seu controlo e exploração económica constituem desafios importantes para a pequena república de mais de 300 000 habitantes, de que cerca de metade vive em Santiago, cabeça do Governo e da Administração".

(Amaral In: Albuquerque; Santos, 1991: 1).

7.4.1. Antecedentes

Descoberto entre Maio e Dezembro de 1460[99], por António da Noli[100] e Diogo Fernão Gomes, o Arquipélago de Cabo Verde apresentava-se como um conjunto de 10 ilhas e alguns ilhéus, todas desabitadas.

"Em Santiago se estabelecem desde o início duas capitanias, uma confiada a António da Noli e a seus descendentes, a outra a Diogo Afonso e seus herdeiros. Estes tinham autoridade para exercer o poder que lhes tinha sido delegado pelo donatário dobre uma unidade geográfica cujos limites internos eram indefinidos. Os órgãos administrativos estavam sediados nos núcleos urbanos com maior concentração populacional – as vilas da Ribeira Grande e de Alcatrazes – e os limites, coincidentes com as zonas menos povoados e mais acidentadas, eram indeterminados." (Albuquerque; Santos, 1991: 49).

Entre a chegada destes descobridores às ilhas cabo-verdianas e o início da instalação de uma colónia decorreram cerca de dois anos, atraso justificado pela morte do Infante D. Henrique, que deixara ao seu sobrinho Infante D. Fernando, Duque de Beja e filho do rei D. Duarte seu irmão, os seus títulos, cargos e bens, incluindo a controlo dos Descobrimentos portugueses. O povoamento das ilhas inicia-se em 1462, por pessoas oriundas do Algarve, degredados e, posteriormente, *cristãos-novos*[101].

A primeira capitania foi dividida, por Carta Régia, entre António da Noli, capitão donatário da parte Sul da ilha de Santiago, com sede na vila da Ribeira Grande, e Diogo Afonso[102], capitão donatário da parte Norte da ilha, centrada em Alcatrazes.

A ilha de Santiago passa rapidamente a servir como entreposto marítimo e porto de escala, para abastecimento de água e bens, às rotas entre o continente europeu, a costa africana, a Ásia e a América do Sul, instalando-se a sua capital e o seu porto na Ribeira Grande.

A Fundação do Povoado

"Apesar de contar com um bom porto e de a conjuntura internacional continuar a favorecer a actividade comercial na ilha, o desenvolvimento da vila da Praia é, todavia, lento ao longo do século XVI. O porto da Ribeira Grande continuava a ser o mais frequentado pela navegação e era ele que, por conseguinte mais beneficiava com o facto.

Desprovido de condições para a prática de outras actividades, este novo núcleo tende a assumir um papel bastante secundário no contexto da ilha, pese embora o facto de ser transformado na sede administrativa Norte." (Albuquerque; Santos, 1991: 141).

Em 1515 inicia-se a formação de um pequeno assentamento na Praia, junto ao mar mas, devido à sua má localização[103], depressa é transferido para o planalto adjacente à baía, 30 metros acima do nível do mar, vindo a tornar-se no núcleo inicial da vila da Praia.

Na praia da Praia Grande permanece um porto, junto à ribeira da Fonte Ana. Este porto começa desde logo a ter alguma procura, não só por se encontrar localizado numa baía de águas profundas, como também pela topografia da enseada oferecer boas condições de defesa no caso de um ataque. Em 1517,

[99] Data atribuída à descoberta do grupo oriental do arquipélago, especificamente da ilha de Santiago. A data da chegada das caravelas ao grupo ocidental é apontada para o fim do ano, por não constarem no testamento do infante D. Henrique, que faleceu no final de 1460.

[100] António da Noli foi um descobridor genovês que serviu o infante D. Henrique nos Descobrimentos e que explorou a costa ocidental da África. É reconhecido "como o presumível descobridor de algumas ilhas do arquipélago, a quem foi atribuída a tarefa de proceder ao povoamento de Santiago." (Albuquerque; Santos, 1991: 47).

[101] Expressão criada para distinguir os cristãos de tradição, os *cristãos-velhos*, dos judeus e muçulmanos convertidos ao cristianismo.

[102] Diogo Afonso foi explorador da costa ocidental africana sob as ordens do Infante D. Henrique. Tinha sido "contador da ilha da Madeira e escudeiro do infante". (Albuquerque; Santos, 1991: 47).

[103] Por se tratar de uma zona de cheias.

é criado o almoxarifado da vila da Praia, com o intuito de controlar a economia local e travar as actividades clandestinas que decorrem no porto. Durante a maior parte dos séculos XV e XVI, este porto serve também como entreposto aos navios de escravos negreiros.

Gradualmente, a população da vila de Alcatrazes, que entrara em declínio por motivo da sua localização desfavorável[104], muda-se para a vila da Praia. Menos de uma década depois, Alcatrazes é abandonada e os poucos serviços que nela perduravam, como a Capitania, são transferidos para a vila da Praia.

"Os ataques de Serradas e Francis Drake tiveram o mérito de pôr ainda mais em evidência a precariedade do sistema defensivo da ilha, levando a Coroa a analisar mais detidamente o problema, com vista a encontrar a melhor forma de garantir uma maior capacidade de resposta aos moradores." (Santos, 1995: 169).

Em 1526, o pequeno núcleo urbano já conta com a Capela de Nossa Senhora da Vila da Praia, localizada no centro do assentamento. Esta pequena igreja torna-se na sede da freguesia de Nossa Senhora da Graça.



Fig. 7.95 . Cartografia da vila da Praia, datada de 1589.

O porto da Praia vai ganhando importância e dinamizando a vila, que é maioritariamente habitada por mercadores e funcionários régios. Em 1572, a vila conta com trinta habitações "correspondendo a quatrocentos e quarenta e sete habitantes, almas de confissão" (Teixeira; Fernandes In: Mattoso, 2010: 300). Com esta prosperidade surge, entre os tripulantes dos navios e os residentes, alguma actividade comercial clandestina.

Em 1585, a vila é saqueada por Francis Drake, seguindo-se um período de diversos ataques de corsários franceses, ingleses e holandeses, que durou mais de uma década. Estes anos de insegurança, seguidos de uma enorme seca que assola aquela parte da ilha, levam a que, entre o final do século XVI e início do século XVII, a maioria da população da vila a abandone e se refugie no interior da ilha. O êxodo é tão grande que, a 14 de Agosto de 1612, D. Filipe II emite um alvará régio estabelecendo diversas medidas administrativas[105], como incentivo ao regresso da sua população.

Uma nova Dinâmica Comercial

O ano de 1707, com ordem de D. João V para que se ergam as fortificações da vila, marca o início da construção do sistema defensivo da Praia. A segurança que esta medida traz faz com que, no século XVIII, se assista a um crescimento das actividades portuárias e a uma nova dinâmica comercial.

Também o comércio clandestino aumenta, conduzindo à decisão de instalação dos serviços da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão[106] na vila da Praia.



Fig. 7.96 . "Planta da VIlla da Praya de Santa Maria e da sua espaçosa baya citas na ponta S.E. da ilha de Santiago, Cabo Verde", cartografado pelo Eng. António Carlos Andrade em 1778.

[104] Este assentamento situava-se numa região agreste e desadequada à agro-pecuária e não tinha hipótese de competir com a actividade comercial do porto da Ribeira Grande.

[105] Como o abastecimento de água, a construção de uma alfândega e a construção de fortificações, obrigava ainda o governador e o bispo a residirem na Praia parcialmente e concedia benefícios aos habitantes que reedificassem as casas, usando pedra, cal e telha.

[106] No seguimento da concessão do comércio das ilhas a esta Companhia em 1757.



Fig. 7.97 . "Planta do Porto da Villa da Praia da ilha de Santiago de Cabo Verde".

Simultaneamente, a Companhia localiza os seus armazéns à entrada do porto, reactiva as baterias de defesa e consegue a transferência, em 1770, da residência do governador e das funções administrativas do arquipélago para a Praia.

Apesar de todas estas alterações, a vila da Praia ainda é um assentamento muito pouco desenvolvido e desprovido de uma estrutura viária pavimentada. A maioria do edificado corrente[107] concentra-se no extremo Sul do planalto e à volta da Igreja, do cemitério e da residência do governador (antigo presídio). Na zona Norte, à volta do largo do pelourinho, situam-se o tribunal, a câmara e a cadeia.

O aumento do movimento do porto, o desenvolvimento da actividade económica e o crescimento da vila levam a que, no final do século XVIII, o governador Marcelino Bastos avance com os trabalhos de abastecimento de água à vila, como mencionado no alvará régio de 1612.

Uma aguarela[108] do século XVIII regista a cidade à época, composta pelo seguinte edificado: a Igreja de N.ª Sr.ª da Graça, a igreja matriz da vila; a Casa da Câmara e Cadeia; o Pontão, com a casa do Corpo da Guarda; a Fortificação; a Casa e os Armazéns da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; algumas baterias no Ilhéu próximo da baía; o Fortim de figura circular; a Ponta Temerosa, onde se fez um Forte com três baterias circulares (Silveira, 1956: 135-136).

O Desenvolvimento Urbano

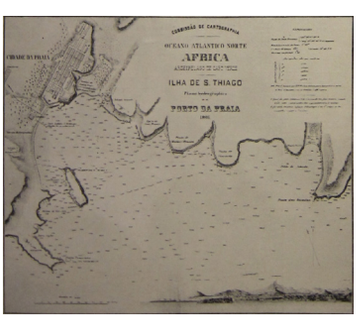


Fig. 7.98 . "Planta do Porto da Villa da Praia da ilha de Santiago de Cabo Verde".

Entre 1808 e 1813, inicia-se com o governador António Coutinho de Lencastre uma nova fase urbana para a vila da Praia, com a criação de uma lógica urbana, estruturada a partir dos seus elementos primários: ruas, largos, praças, edificado de excepção e edificado corrente. É também com este governador que é criado o passeio público em frente da Igreja de N.ª Sr.ª da Vila da Praia.

Entre 1822 e 1826, o governador João da Matta Chapuzet, Arquitecto militar, dedica-se à promoção do crescimento da vila para Norte, com ruas calcetadas e espaços públicos. O passeio público é transferido para a zona da Fonte Ana e é incentivada a construção de casas maiores, com cobertura em telha. Finda a sua governação, a vila já conta com uma população aproximada de 1800 habitantes e com cinco ruas[109], uma praça e três becos (Teixeira; Fernandes In: Mattoso, 2010: 302).

Entre 1831 e 1833, as colheitas agrícolas ficam muito aquém das necessidades, originando uma crise de fome em todas as ilhas, aumentando drasticamente a taxa de mortalidade do arquipélago, que perde cerca de trinta mil habitantes

[107] Construções ainda muito simples, com cobertura de palha.

[108] Intitulada "Planta do Porto da Vila da Praia de S.ta Maria da Ilha de Santiago de Cabo Verde".

[109] A Rua do Lencastre, a Rua dos Quartéis, a Rua Nova do Paiol, a Rua Larga e a Rua da Madragoa.

(Albuquerque; Santos, 1991: 12-14).

Na procura por revitalizar o arquipélago, entre 1833 e 1835 é instituído na vila o Concelho, instalado um hospital e uma botica e é proibida a utilização de coberturas de palha. Para financiar obras de melhoramento na vila, é criado de um imposto sobre as importações e exportações portuárias.

De Vila a Cidade

Em 1858, por determinação do Visconde Sá da Bandeira, a vila da Praia é elevada a cidade e capital do arquipélago. Seguem-se diversas obras de melhoramento do seu porto, que englobam a construção do farol da Ponta Temerosa e de um novo cais, concluído em cinco anos, e a transferência da alfândega para a Praia Grande, que passa a incluir uma ponte-cais.



Fig. 7.99 . "Cabo Verde / Planta incompleta da Cidade da Praia na ilha de S. Tiago", de 1888.

O fim do século XIX traz com ele a tecnologia da máquina a vapor, que inicia uma nova fase da história da navegação marítima. Para acompanhar esta evolução, o governo empreende uma operação de modernização das infra-estruturas portuárias e disponibiliza alguns terrenos para depósito do carvão destinado aos barcos a vapor.

É também neste período que começam a surgir alterações na cidade, tais como a consolidação da zona Sul do *plateau*, onde são instalados alguns edifícios de excepção. Surgem novos equipamentos e serviços, como o Liceu Nacional, o Teatro Africano e o jornal Independente, o primeiro de Cabo Verde. Apesar destas mudanças, a cidade de 1890 continua circunscrita ao plateau, contando com quinze ruas, seis travessas, três becos, cinco calçadas, cinco largos e/ou praças e um jardim. A população atinge já quatro mil e seiscentos habitantes, distribuídos por aproximadamente mil fogos (Teixeira; Fernandes In: Mattoso, 2010: 302).



Fig. 7.100 . "Planta Hydrographica do Porto da Praia Ilha de S. Thiago de Cabo Verde), levantada em 1882 pelo 2º Tenente Emygdio Fronteira".

No início do século XX, a cidade da Praia já ostenta um Museu, uma Escola Primária, um Liceu Nacional, uma Biblioteca, um Hospital e um Palácio do Governo. Apesar da introdução de todos estes novos equipamentos, a cidade mantém-se no planalto e segue o traçado ortogonal pré-existente e os seus elementos estruturantes: a Rua Serpa Pinto, que atravessa o aglomerado e articula os seus espaços públicos e a Rua Sá da Bandeira, que garante as ligações interurbanas.

O crescimento demográfico que se verifica até aos anos 30 determina a expansão urbana para fora do *plateau*. Na zona junto ao porto, até então destinada apenas a actividades marítimas, constroem-se diversos edifícios, que começam a formar frentes de rua. Na Achada de Sto. António, do outro lado da baía, começa a formar-se uma pequena zona residencial de classe alta e, junto ao Bairro Craveiro Lopes, formam-se pequenos bairros informais, onde a classe trabalhadora acaba por se concentrar.

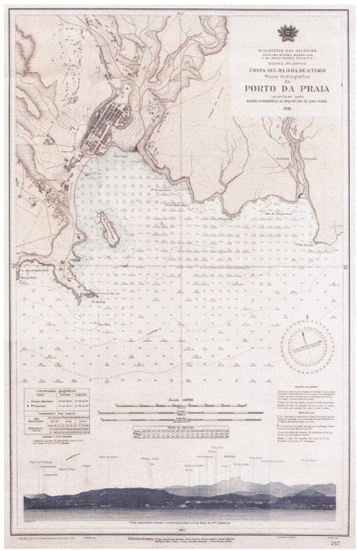


Fig. 7.101. Planta da Praia. Missão Hidrográfica do Arquipélago de Cabo Verde, 1946.

Em 1946 inicia-se no arquipélago uma enorme crise agrícola, que provoca uma vaga de fome de dois anos para a maioria da população. Santiago perde neste período cerca de 65% da sua população (Albuquerque; Santos, 1991: 12-14).

7.4.2. O(s) Plano(s): 1959

Esboceto do Plano de Urbanização da Praia, 1959

Entre Abril de 1956 e Dezembro de 1957, João António de Aguiar visita três vezes a cidade Praia, com o objectivo de desenvolver um estudo preliminar do que viria a ser o Esboceto do Plano de Urbanização da Cidade da Praia, a capital da província ultramarina de Cabo Verde. Este estudo procura introduzir uma ordem quer na densificação do núcleo primitivo da cidade, de modo a higienizar o edificado, quer na sua expansão, que se desenvolve de forma desordenada e dispersa.

Aguiar encara este trabalho como um estudo prévio de preparação para elaboração do plano de urbanização definitivo e que visa dar resposta a problemas urbanísticos urgentes da cidade.

Da pesquisa efectuada em arquivo e do espólio de Aguiar, deduzimos que tenham sido apenas produzidas para entrega uma planta final do esboceto[110] à escala 1:2000 e uma memória descritiva e justificativa[111] do Plano. Encontrámos ainda uma planta em vegetal[112] de escala idêntica com uma versão preliminar do estudo esquissada sobre uma carta militar e uma planta topográfica esquissada, com a localização dos edifícios de excepção[113], ambas arquivadas com ele.

Em relação ao núcleo primitivo, a memória descritiva é clara quanto à abordagem de Aguiar. Trata-se de uma malha urbana consolidada que se estende pela totalidade da área do *plateau*, à qual importa apenas aplicar regras sobre a edificação, para criar condições dignas de habitabilidade. Da sua análise *in loco*, constata que a crescente necessidade de habitação levou a uma verticalização da densificação da cidade e determina a necessidade de definição de regras *Higienistas* que permitam, por exemplo, uma boa exposição solar e circulação de ar.

As construções existentes na zona baixa da cidade, entre o planalto do núcleo urbano consolidado e o planalto de expansão a sudoeste, afectas à indústria no esboceto, também são mantidas, tais como o edifício das Obras Públicas e os

"Em cumprimento do despacho de Sua Excelência o Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino de 24.10.57 visitei as cidades da Praia e do Mindelo.

Na cidade da Praia fui recebido pelo Senhor Governador que insistiu nas soluções de vários problemas de urbanização das cidades da Praia e do Mindelo, na indicação de terrenos para a construção de edifícios naquelas cidades, na escolha de locais para as estátuas de Diogo Afonso e Diogo Gomes, expondo a necessidade de proceder à urbanização da Baía das Gatas para a localização de uma pequena Pousada e orientar a construção de moradias que alguns particulares desejam mandar fazer.

Além da assistência assídua que me foi prestada pelo Senhor Governador para a resolução dos vários problemas postos tive, na cidade da Praia, a colaboração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, da Direcção das Obras Públicas (...), tendo realizado ainda com outras entidades oficiais e particulares, reuniões que se tornavam necessárias para a boa resolução de estudos em curso.

Os estudos feitos permitiram a realização de alguns dos problemas como o da localização da estátua de Diogo Afonso que já se acha erigida na cidade da Praia no local escolhido, a resolução dos problemas referentes à localização das instalações da Shell (...) e a elaboração dos seguintes trabalhos: Plano de urbanização da Baía das Gatas; Projecto da Pousada para a Baía das Gatas; (...) Projecto do Hotel de Turismo da cidade da Praia; (...) Projecto de Abastecimento de Água à cidade da Praia; (...) os quais estão sendo executadas na Direcção de Urbanismo e Habitação da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações. (...)

Não sendo os esbocetos das cidades da Praia e do Mindelo e respectivas Memórias que se juntam, mais do que subsídios para a elaboração dos planos definitivos e como, além dos problemas resolvidos e daqueles que estão conduzidos pela Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações, há outros que foram estudados e precisam ser continuados (...)." (Aguiar, 1959).

[110] Consultada no Arquivo Histórico Ultramarino.

[111] Pertencente ao espólio de João António de Aguiar.

[112] *Vide* nota 13.

[113] Idem, ibidem.

armazéns da SAGA[114], e integradas no novo desenho urbano.

As demolições propostas no esboceto reduzem-se a intervenções pontuais de clarificação da malha urbana primária, focadas no quarteirão entre o liceu e a Igreja Evangelista e numa "modesta construção", em frente ao hospital.

Quanto ao edificado informal, as plantas consultadas não nos dão qualquer informação mas, na memória, Aguiar aponta para o crescimento disperso de "núcleos residenciais condenáveis pelas inferiores características da construção" (Aguiar, 1959: 1) nas imediações da cidade. No mesmo documento, dá conta da existência dos núcleos residenciais da Fazenda, Vila Nova, Achada Grande, Achadinha e Achada de Santo António.

A intervenção proposta por Aguiar apresenta um eclectismo morfológico decorrente de uma abordagem pragmática que o leva a utilizar os princípios do urbanismo tradicional na malha urbana primária e os princípios do *Urbanismo Moderno* nas novas áreas de expansão. Da primeira abordagem, damos como exemplo o reordenamento do quarteirão da Igreja Evangelista e, da segunda, a nova sectorização funcional, os *Princípios Higienistas* de clarificação do núcleo primário e a utilização dos princípios do *Subúrbio-Jardim* no novo bairro económico.

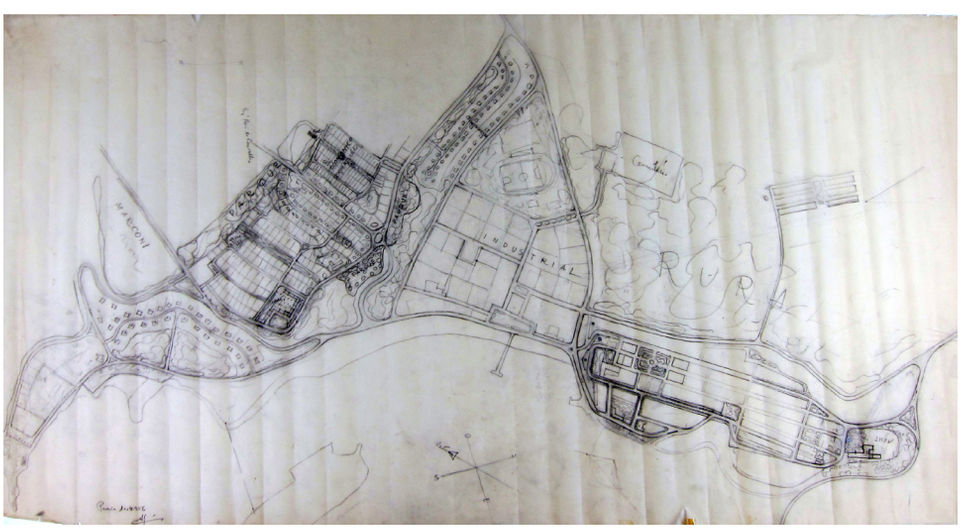


Fig. 7.102. Esboceto do Plano de Urbanização da Cidade da Praia, 1956.

[114] Empresa sediada na ilha.

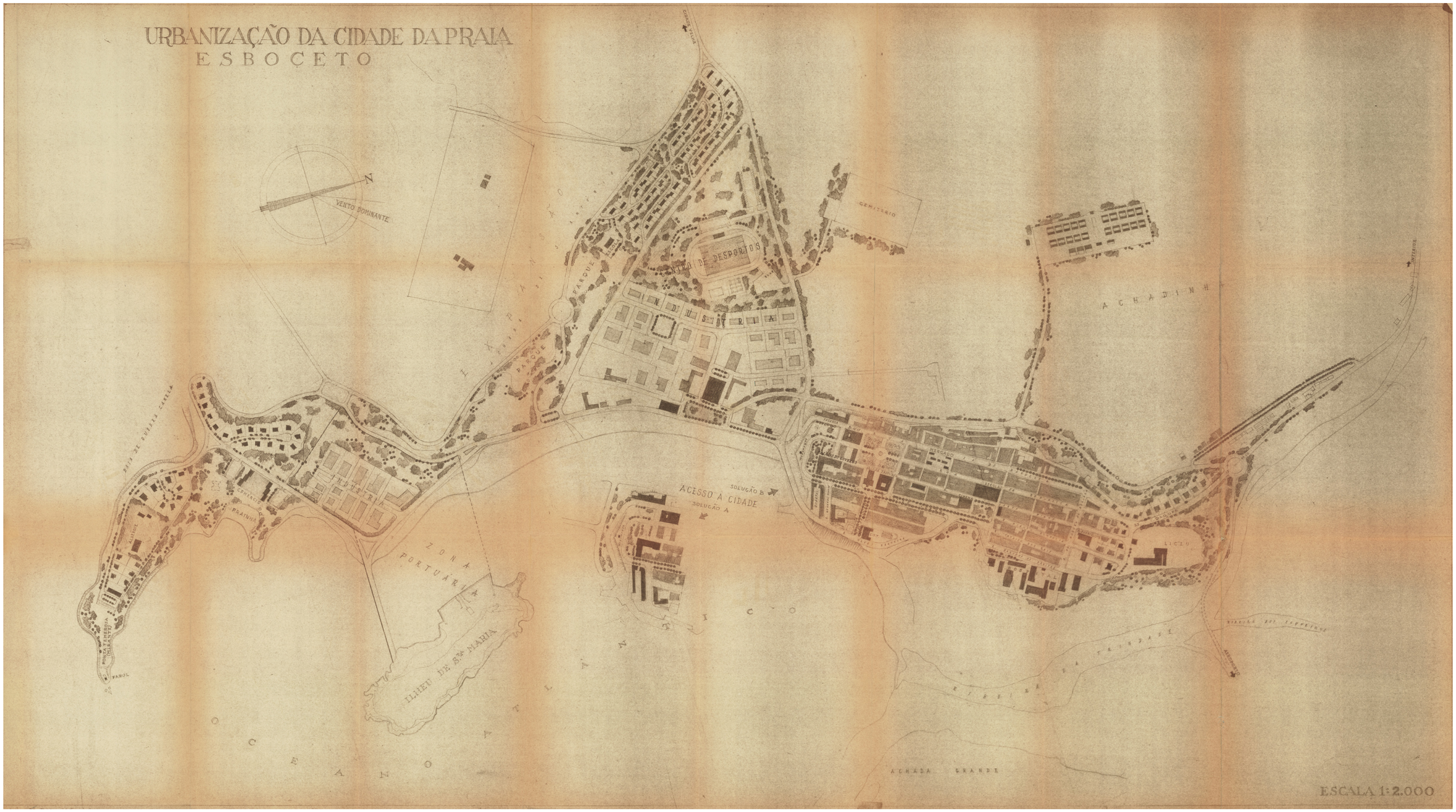


Fig. 7.103. Esboceto, Urbanização da Cidade da Praia, 1959.

A abordagem de Aguiar à cidade da Praia tem de ser analisada tendo em conta as condicionantes quer do território quer da conjuntura socioeconómica da cidade que ele encontra em 1957. Em primeiro lugar, os recursos financeiros da província são parcos e a economia de meios é uma prioridade. Depois, a própria topografia do planalto da cidade e da sua envolvente próxima não permitem estender o núcleo existente, condicionando-o a centrar a nova zona de expansão no planalto fronteiro, a sudoeste. Finalmente, a estrutura urbana existente é consistente e já reúne grande parte dos edifícios de excepção e monumentos necessários[115].

Sobre a insalubridade das habitações do *plateau*[116], ele propõe que seja desenvolvido um inquérito à habitação e um estudo prévio ao local, com vista à definição das condicionantes necessárias à criação de um ambiente salubre, tais como o número de pisos, a profundidade dos edifícios, a implantação no terreno e as dimensões dos logradouros.

A opção de expansão para o segundo planalto, onde existiam apenas o núcleo residencial da Achada de St.º António e a Rádio-Marconi, é justificada em sete pontos por Aguiar: (1) situa-se junto à zona industrial existente, no Chão d'Areia; (2) está próximo do porto; (3) por ser um planalto de cota elevada, oferece melhores condições de salubridade do que a zona baixa do Chão d'Areia; (4) a topografia plana permite uma fácil e económica urbanização; (5) permite bons acessos ao porto e à indústria; (6) oferece uma área suficiente para acolher a população sem habitação e a evolução demográfica da cidade; (7) a tendência pela ocupação informal crescente deste território é reveladora do seu potencial.

A reorganização dos acessos à cidade visa a correcção das más condições existentes, quer pela estreiteza das vias nuns casos quer pela sua inclinação noutros. O acesso existente pelo lado Sul, através da Calçada Diogo Gomes, atinge 12% de inclinação e o seu traçado, nos "cotovelos", não permite a manobra de veículos. Esta via de acesso também não tem passeios para peões. A planta do esboceto propõe duas soluções alternativas: (A) a remodelação do traçado da calçada existente, que inclui o ajuste da sua inclinação e o aumento da largura para os 13m, distribuídos por 9m de faixa de rodagem e 2m de passeio em ambos os lados, que obriga ao aterro de um troço da marginal; (B) a construção de um novo acesso que se inicia na Avenida João Belo, sobe a encosta do planalto com um "cotovelo" generoso e liga com a Rua Neves Ferreira, com um declive de 6,4% e um perfil igual ao da solução A. A solução B é a que aparece desenhada no

[115] A proposta de Aguiar da estátua a Diogo Gomes permanecer no mesmo local tem a anuência do Governador e do Presidente da Câmara Municipal.

[116] Designação pela qual também é referido o núcleo da Achada Principal, o núcleo primitivo da cidade da Praia, onde as construções de um piso estavam a ser substituídas por outras de dois e mais pisos sem qualquer tipo de regra, para suprir o aumento da população residente.

conjunto e a preferida por Aguiar[117], porque viabiliza em simultâneo os trabalhos de consolidação da encosta que faz frente com a Rua de Neves Ferreira, que se encontra em ruína.

O acesso Norte da cidade também padece de uma inclinação acentuada de 15% e de um estrangulamento no troço inicial. Estas condicionantes são o pretexto que levam Aguiar a reformulá-lo, criando uma rotunda de articulação, na zona baixa do terreno, de confluência das estradas que se dirigem para o interior da ilha, o porto e o aeroporto. Esta rotunda é posicionada de acordo com a distância necessária à criação de uma inclinação de 6% na via de acesso ao *plateau*. O novo troço ainda é ladeado por um parcelamento de frente de rua de moradias unifamiliares e por um arranjo paisagístico da envolvente, nomeadamente dos taludes do planalto, que dignificam este acesso à cidade.

Para a encosta do *plateau* virada a poente, da qual um troço junto aos CTT ruiu por completo, estrangulando a Rua Neves Ferreira, Aguiar insiste na ideia de que é necessário consolidá-la em conjunto com a criação do novo acesso Sul. Esta obra é por ele considerada fundamental para a manutenção da integridade das construções existentes e para construção do futuro Hotel de Turismo num terreno adjacente.

O acesso ao porto é definido através de um arruamento marginal que, antes da Prainha, inflecte em direcção ao ilhéu de Santa Maria e cria um porto de abrigo. Esta solução foi desenvolvida localmente pelo Engenheiro Reis Costa, técnico encarregue de desenvolver o estudo do porto, e integrada por Aguiar no esboceto. A avenida marginal é também articulada com o planalto de expansão por meio de ruas principais que delimitam os bairros habitacionais e os espaços ajardinados de transição que, por sua vez, se articula com as estradas suburbanas existentes que seguem para a *Cidade Velha* e para o interior da ilha.

O esboceto prevê a existência de duas zonas industriais, próximas uma da outra, mas distintas quanto à sua função. A primeira, em terrenos com características pouco dadas a outras funções, em frente à inflexão da avenida marginal para o ilhéu, é destinada ao apoio à actividade portuária. A segunda, situada entre os planaltos onde já existe indústria, é destinada a esta actividade em geral.

Na encosta mais próxima do planalto de expansão, é localizado um bairro residencial de moradias económicas, vizinho da zona industrial e do porto. A importância do bairro estar a uma distância "aceitável" destas actividades deve-se ao facto de ser destinado aos seus trabalhadores. A ocupação dos lotes definida por moradias geminadas poderia, de acordo com a indicação de Aguiar, ainda ser ajustada para moradias em banda com blocos de 6 a 8 moradias.

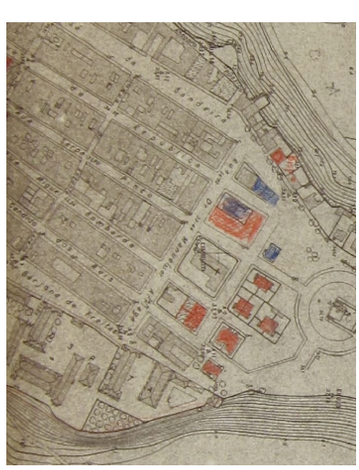


Fig. 7.104. Ampliação de fragmento de uma planta do existente esquissada. Aguiar, s.d..

[117] Apesar de frisar, na memória descritiva, que a opção deve decorrer de uma análise por parte dos serviços técnicos das Obras Públicas (Aguiar, 1959: 4).



Fig. 7.105 . Ampliação de fragmento da Figura 10. Plano Geral de Urbanização da Cidade da Praia.

À escala do quarteirão, o esboceto apresenta alguns ajustes de detalhe, como já referido, ao nível da malha urbana primária do núcleo da Achada Principal. O recinto do liceu é um deles e é justificado, no contexto dos arranjos destinados ao novo acesso Norte da cidade, pela criação de recreios e de campos de jogos e pela possibilidade de expansão futura do edifício escolar. Este arranjo urbanístico também inclui a rectificação do edifício do hospital, que sacrifica uma construção existente, e a construção de três quarteirões (Figura 7.103.)para reordenamento do grande quarteirão existente que compreende a Igreja Evangelista, "cuja conservação não se justifica". Da análise do plano, constatamos que esta última intervenção repõe a dimensão dos quarteirões antigos, anulando a morfologia fragmentada existente e repondo a tipologia de parcelamento que se verifica no resto do planalto (Figura 7.104.).

O esboceto contempla ainda o arranjo urbanístico da Prainha, uma pequena praia muito procurada pela população da cidade. Este arranjo tem como objectivo evitar que o seu carácter pitoresco seja manchado pela construção desordenada e, ao mesmo tempo, fomentar o seu carácter turístico. O estudo abrange o terreno entre a Prainha e a Ponta Temerosa, prevendo a construção de uma zona verde que envolve a praia e segue em direcção ao farol, de dois blocos habitacionais de dois a três pisos com comércio que delimitam uma esplanada exterior alinhada com a praia, duas bolsas de estacionamento automóvel e de um loteamento generoso para construção de moradias isoladas virado para a Baía de Quebra Canela.

Por fim, o esboceto prevê a substituição do campo de futebol existente por um estádio envolvido por espaços verdes, localizado a poente da zona industrial, compreendido entre os dois arruamentos que seguem da marginal para a Cidade Velha, com campo de ténis "e outras modalidades preferidas pela população". Este novo equipamento é implantado por Aguiar numa zona de charneira entre a cidade existente, o planalto de expansão e as zonas afectas às actividades comerciais.

Os instrumentos urbanísticos que seguiram ao Esboceto de Aguiar para a Urbanização da Cidade da Praia de 1959 começam a ser desenvolvidos logo a partir de 1960 e acompanham genericamente as suas linhas estruturantes. O primeiro é o Plano Director-Base da Praia, desenvolvido por uma equipa do DSUH-DGOPC/UM e apresentado em 1960.

Com as funções que exerce de Inspector Superior das Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, Aguiar não tem tempo para continuar com o desenvolvimento do Plano e a coordenação é confiada ao Arquitecto José Luís Amorim.

O Plano de 1960 (Figura 7.106.) herda do primogénito o potencial de expansão

para a Achada de St.º António, grande parte da estrutura viária urbana principal, a lógica de zonamento e a própria afectação das funções a cada zona. A maior diferença reside na definição de uma outra zona de expansão destinada a habitação, na Achadinha, na envolvência do bairro residencial Craveiro Lopes, construído nos anos 50. O plano estabelece prioridade desta zona de expansão habitacional sobre a de Aguiar, que é objecto de um Plano Parcelar em 1960, também coordenado pelo Arquitecto José Luís Amorim.

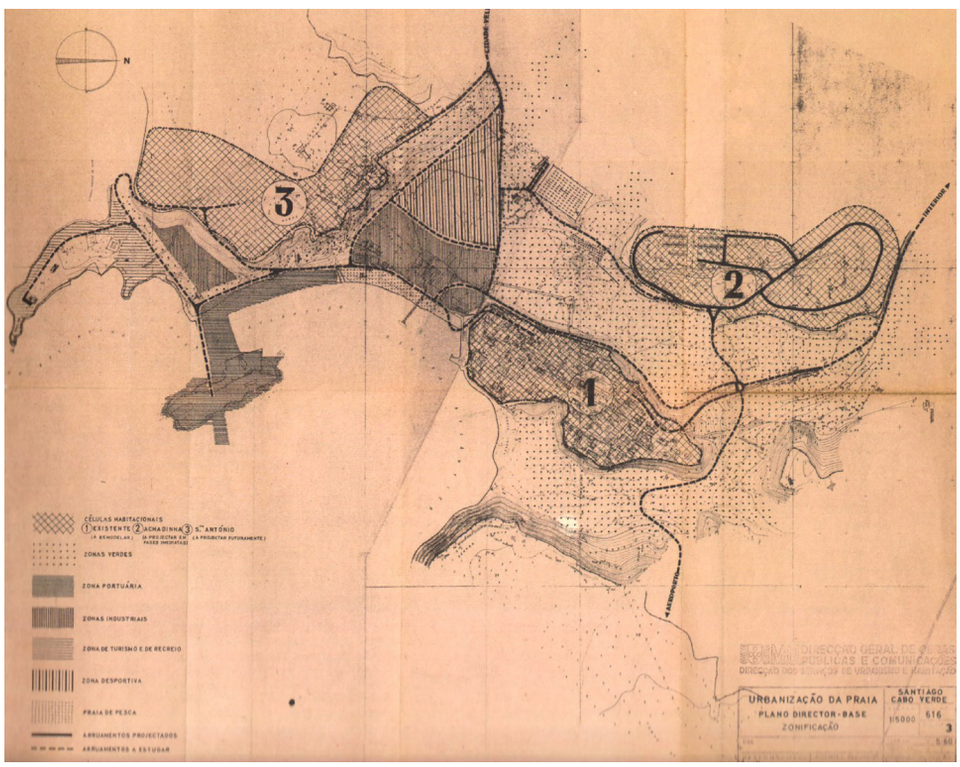


Fig. 7.106. Plano Director-Base da Praia – Zonificação. Amorim, 1960.

O núcleo da Achada Principal ainda é representado no Plano de 1960 como "célula habitacional" a remodelar, seguindo as sugestões deixadas por Aguiar e corroboradas pelo levantamento das necessidades locais. Mas este plano não é explícito quanto à estratégia de intervenção na morfologia do tecido urbano. É o Estudo Prévio da Célula 1 – Achada Principal[118] (Figura 7.108.) que revela o verdadeiro alcance da operação de "remodelação" em causa. Este estudo introduz mudanças profundas na morfologia tradicional, agrupando os quarteirões do alinhamento norte-sul da malha compreendido entre a rua Sá da Bandeira e a rua Serpa Pinto e do alinhamento desta última com a linha de limite do planalto. Com esta alteração, é eliminado um conjunto de ruas importante como a rua da República e a rua Miguel Bombarda. Dos arruamentos orientados a nascente-poente só se mantêm alguns, denotando uma subordinação da hierarquia viária à implantação do edificado de excepção. São mantidos apenas os arruamentos que servem esse propósito ou o da lógica de reparcelamento.

[118] Também coordenado pelo Arquitecto José Luís Amorim.

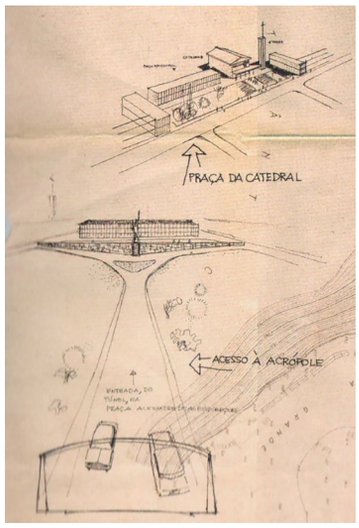


Fig. 7.107. Ampliação de fragmento da Figura 12.14.

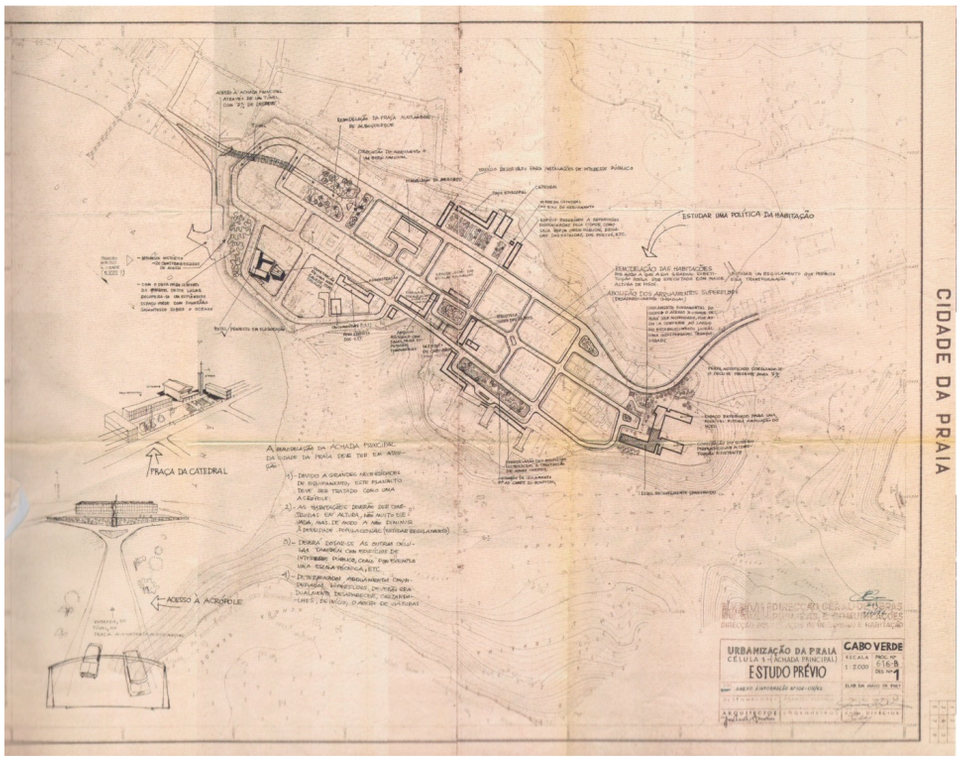


Fig. 7.108. Estudo Prévio da Célula 1 – Achada Principal (Amorim, 1961).

Esta alteração profunda tem como objectivo a possibilidade de construção de habitação em altura, através do aumento da dimensão dos quarteirões, da necessária regularização topográfica da área de intervenção e da libertação de espaço para uso público (Fernandes, 2016: 54-55). A relocalização de uma boa parte dos edifícios de excepção e o reordenamento das praças principais também possibilitam uma maior aproximação à imagem uniformizada das cidades coloniais que esteve na origem da formação do GUC.

A conjugação da remodelação da Praça Afonso de Albuquerque com a nova solução para o acesso Sul ao *plateau*[119] fundamenta-se na "acropolização" deste eixo, criando uma encenação de abordagem que tem um primeiro momento de interiorização, com o túnel (Figura 7.108.), e um segundo de monumentalização, com o alargamento em profundidade da praça, o arranho ajardinado construído em *plateau*, o pano de fundo construído homogeneizado pelo novo parcelamento e a pontuação com um monumento "a um Herói Nacional".

Onde é criada a Praça da Catedral, o edificado e o parcelamento tradicionais são demolidos, mantendo-se apenas uma reminiscência da continuação da morfologia tradicional através da pontuação do eixo que a torre da catedral vai buscar, deslocando-se do corpo principal do edifício para o efeito. Este eixo é ainda reforçado pelo edifício da fachada norte da praça e pelo da Biblioteca, terminando num largo interior ajardinado junto ao novo Cinema e às escolas primárias existentes remodeladas.

[119] Passa a ser feita através de um túnel com declive de 7% que desemboca na remodelada Praça Afonso de Albuquerque.

Outra consequência do Estudo Prévio de 1960 que importa evidenciar prende-se com o facto do novo parcelamento, no sentido nascente-poente, desalinhar intencionalmente os quarteirões. Por conseguinte, a continuidade visual da malha urbana tradicional até à Achada Grande e ao mar deixa de existir, interiorizando o conjunto urbano.

A abordagem de Aguiar a este tipo de intervenção, numa correspondência à teoria das permanências de Marcel Poète[120], começa por identificar as geratrizes do traçado urbano e os edifícios de excepção a manter para, numa segunda fase, utilizá-los como elementos primários nos seus planos. José Luís Amorim não segue este caminho, propondo uma alteração tão profunda na malha urbana tradicional que elimina a hipótese de ainda se manter identificável aos olhos de quem a habita. Talvez por este motivo, aliado ao facto da sua proposta ser dispendiosa, o Estudo Prévio não tenha avançado.

O Estudo de 1962 sobre a Achada Principal, de Jorge Branco Ló[121], repõe em boa parte a morfologia tradicional e devolve à cidade a Praça Alexandre Albuquerque, por ser "o grande espaço público da cidade" (Fernandes, 2016: 56)[122].

[120] Referência teórica que enquadra a importância das preexistências na vivência de uma cidade, nomeadamente das ruas que encerram uma identidade local que deve ser aproveitada como elemento gerador nas suas transformações. Vide Capítulo II.

[121] Jorge Branco Ló, Arquitecto português com uma vasta obra em Cabo Verde e Angola. Em Portugal, Jorge Branco Ló conciliou a actividade liberal com cargo de arquitecto do Ministério da Educação, assinando inúmeros projectos escolares e desportivos.

[122] É ainda concebido um novo Plano para a cidade em 1969, da autoria de Maria Emília Caria. Vide (Fernandes, 2016).

7.5. SÃO TOMÉ

"Situada no golfo da Guiné, a cidade de São Tomé é a capital do arquipélago de São Tomé e Príncipe. Com uma sedimentação associada à evolução da estrutura fundiária de produção agrária, designadamente do café e do cacau, São Tomé constitui um dos exemplos mais interessantes de cidade colonial de matriz portuguesa, apresentando uma ordem espacial unificada, com tempos de construção identificáveis que constituem o referencial de um discurso urbano e pictórico, com uma organização espacial afecta ao sistema operativo romano – rua, largo e praça."

(Morais; Malheiro, 2013: 6).

7.5.1. Antecedentes

Inserido no percurso atlântico através do qual os portugueses exploravam a costa africana, o arquipélago de São Tomé e Príncipe[123] foi descoberto durante o período da expansão marítima portuguesa e da exploração da costa africana, entre 1470 e 1471, por Pedro Escobar e João de Santarém.

A Fundação do Povoado

"O processo de ocupação e governação de muitas colónias portuguesas no século XV passou pelo denominado regime de capitanias, funcionando como delegações régias de grande espectro de poder administrativo e económico, reflectindo-se na ocupação do território a aplicação do corpus teórico da engenharia militar." (Morais; Malheiro, 2013: 64).



Fig. 7.109. Cartografia datada de 1644.

A primeira destas capitanias foi a de Álvaro de Caminha (1493-1499). Durante este período, a população[124] que se encontrava reunida numa pequena enseada[125], a norte da ilha, muda-se para a baía de Ana Chaves, por esta localização ser ampla, abrigada e plana, por permitir a criação de um porto natural e por ter duas ribeiras que garantiam o abastecimento de água.

O cultivo da cana do açúcar foi a primeira produção agrária da ilha[126] e, juntamente com o tráfego de escravos, levou à construção de um porto comercial, também justificado pelo valor geográfico desta cidade, como entreposto de navegação. Este desenvolvimento esteve na base do traçado primário do povoado, gravado nos primeiros registos cartográficos de São Tomé (figura 13.1.).

Para fundar a pequena urbe, Álvaro de Caminha levou consigo técnicos e artífices, bem como alguns materiais e, por indicação régia[127], o Regimento e as Ordenações da cidade de Lisboa, onde constavam medidas de higiene e segurança, larguras mínimas para as ruas e as regras do seu traçado ortogonal.

---

[123] O arquipélago de São Tomé e Príncipe foi descoberto juntamente com as ilhas de Fernão Pó e Ano Bom. Estas duas ilhas foram, no ano de 1778, trocadas com a coroa espanhola por territórios sul americanos e posteriormente anexados ao Brasil.

[124] Composta por "metropolitanos, madeirenses, judeus, estrangeiros e angolares" (Silveira, 1956: 170).

[125] A enseada de Água Ambó.

[126] À semelhança do que tinha sido feito na ilha da Madeira.

[127] Numa carta de 22 de agosto de 1493.

O desenvolvimento desta primeira estrutura urbana teve por base uma rua, próxima da baía e paralela à costa, o desenho da marginal e uma segunda rua paralela à primeira, a Rua Direita[128], que articulava dois núcleos. A partir destas duas ruas paralelas e de uma outra perpendicular, estabelecia-se um largo, central a toda a estrutura proto urbana, através do qual foi criada uma malha reticulada linear, adaptável ao terreno, baseada numa lógica urbana de rua, praça e quarteirão. O edificado dividia-se entre precárias construções em madeira para habitação e construções de pedra, destinadas ao edificado de excepção.

Este traçado linear estruturou-se a partir desse eixo primordial, ao longo do qual foi sendo estabelecido o edificado excepcional da época (a torre do Capitão, a igreja de N. S.ª da Ave-Maria e o mosteiro de São Francisco), e da linha natural do rio Água Grande, sua perpendicular. Estes constituem os *elementos primários* do assentamento urbano que, convergindo para a zona portuária, onde a alfândega e os armazéns foram construídos, definiam um povoado composto por ruas paralelas e perpendiculares à rua direita. Esta lógica marcou a regra para o início do desenvolvimento urbano da vila.

A colonização efectiva deste território revelou-se complexa, em parte por todos os bens essenciais à vida quotidiana, tais como os animais de criação e as sementes agrícolas, terem de ser importados de Portugal.

Segundo testemunho de Valentim Fernandes, em 1510 o povoado contava com, aproximadamente, 250 casas térreas de madeira (1940: 122).



Fig. 7.110. Mapa da baía de Ana Chaves e do Forte de São Sebastião, séc. XVIII.

A Igreja teve um papel determinante nos primeiros períodos de assentamento urbano. As igrejas foram implantadas em sítios estratégicos, polarizando novas edificações e funcionando como *elementos primários* de carácter fundador na construção do tecido urbano (Morais; Malheiro, 2013: 6), tal como se pode constatar no mapa do século XVIII da figura 13.2..

[128] Esta lógica de implantação urbana repetiu-se, na sua génese, em diversos territórios portugueses, como o Funchal ou Ponta Delgada.

A Expansão do Povoado

A povoação foi crescendo, dentro destes moldes, até que, na primeira década de 1500[129], um grande incêndio a destrói parcialmente.

Este acontecimento levou a uma desaceleração da expansão urbana do pequeno povoado que, em 1540, teria aproximadamente 700 fogos em construção de madeira (Albuquerque, 1989: 21-22). O incêndio também levou à construção de novos equipamentos religiosos, para substituir os danificados, tais como a Diocese de São Tomé, criada pela Santa Sé em 1534.

Também foram construídos os edifícios da Câmara, da Curadoria, da Cadeia e do Hospital da Misericórdia, ditando a expansão do pequeno núcleo para poente e levando ao surgimento de um novo bairro. A igreja de N. S.ª da Conceição definiu o limite deste crescimento à época e deu o seu nome à freguesia então criada. A expansão desenvolveu-se ao longo do cruzamento entre as estradas para a Trindade e para a N. S.ª das Neves, consolidando-se esta área mais tarde como parte do arruamento da cidade, ocupando todo o território entre as duas ribeiras (Morais; Malheiro, 2013: 80).

Estes edifícios de excepção acabaram por, não só estruturar o crescimento do povoado, como também definir o que seriam os seus primeiros espaços públicos. Associados a eles, surgem praças e terreiros que, não só os enfatizam, como se tornam espaços agregadores da população.

De Povoação a Vila e de Vila a Cidade

Para que o número de habitantes deste arquipélago aumentasse, D. Manuel I indica, por carta régia, que os colonos "tomem" uma escrava. Em 1515, nova carta régia dá liberdade aos mulatos, filhos destas escravas, denominados de "filhos da terra" e que passariam a ser alforriados. Este grupo social, juntamente com os europeus e os escravos, formariam o que viria a ser a estrutural social de São Tomé até à sua independência.

O contínuo desenvolvimento da ilha durante o século XVI levou a que, em 1524, a povoação fosse elevada a vila e, em 1535, a cidade (Silveira, 1956: 170).

Durante este período, foram construídas três igrejas – São João Baptista, Santo António e Madre de Deus – todas afastadas do centro da cidade, dinamizando o seu crescimento na sua direcção. A igreja de São João Baptista, construída a oeste, localizava-se junto à estrada que levava ao povoado de Nª. Sª. das Neves. A igreja de Santo António, localizada a sul da cidade, na direcção do mato, acabou por marcar um novo limite de expansão. Com ela surgiu um novo bairro, entre os pântanos de São Miguel e de Santo António (perceptível na cartografia de 1647). A igreja da Madre de Deus, junto à estrada que levava à vila da Trindade, por se

[129] Existem relatos que apontam para diferentes datas, situando-se tal episódio entre 1501 e 1510.

encontrar a uma grande distância da cidade, permaneceu isolada.

Apesar do crescente mercado de exportações de madeira, a escravatura continuou a ter um papel fundamental em São Tomé. A cidade foi um importante entreposto esclavagista a nível global e o trabalho escravo viabilizou o árduo trabalho agrícola no arquipélago equatorial selvagem, sendo determinada inclusive a atribuição de dois escravos a cada colono santomense.

"A cidade de S. Tomé é povoação de origem antiga, elevada a vila e que em 1535 ganhou foro de cidade. Competiu com Santo António como capital do arquipélago, ora vencedora, ora vencida, até firmar – parece que com ar definitivo – sua supremacia." (Silveira, 1956: 170).

Em 1567, a cidade foi saqueada por corsários franceses, abrandando novamente o seu crescimento.

Durante o reinado de D. Sebastião, foram construídas mais duas igrejas. A primeira substituiu a antiga Sé Catedral e a segunda, denominada ermida de São Sebastião[130], foi implantada numa nova fortaleza, já presente na cartografia de 1647, que seria construída para defesa contra os corsários franceses e holandeses e que lhe tomaria o nome. A construção da fortaleza levou ao prolongamento da rua Direita até ao seu limite e ao início da construção da zona do Espalmadouro, a nascente. As habitações surgiram ao longo da rua Direita, que entretanto se prolongou até à fortaleza.

Data deste período a marcação de um novo limite urbano, assinalado pela construção de cinco novos edifícios de excepção que denotam uma afirmação institucional.

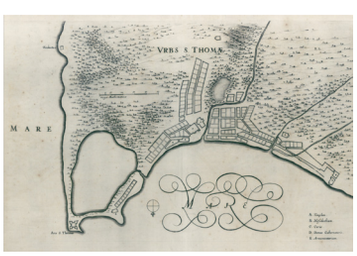


Fig. 7.111. Mapa da cidade de São Tomé, 1647.

No entanto, e apesar da prosperidade que a ilha vivia, a sua evolução social não deixava de apresentar dificuldades. O regime de capitanias por decisão régia gerava conflitos internos constantes, pois os autóctones tendiam a não aceitar os representantes do poder político. Paralelamente, a fuga constante de escravos das fazendas onde se localizavam os engenhos de açúcar gerava muita instabilidade.[131]

A Destruição e (Re)Construção da Cidade

Em 1585 dá-se um novo incêndio, ficando a "cidade reduzida a cinzas acidentalmente, e então se consumiram os cartórios e arquivos públicos da Capitania" (Matos, 1842: 70).

Segue-se, em 1599, o desembarque em São Tomé de uma armada holandesa que, sem encontrar resistência, toma a cidade. Sobreavisada, a população queima

[130] Vários investigadores indicam como data do início da construção da fortaleza de São Sebastião o ano de 1566.

[131] Estes acontecimentos levaram a que, em 1528, se instalasse uma pequena guerra fora das áreas urbanas, que culminou numa revolta.

as suas habitações e refugia-se no interior da ilha. Dois anos depois, os invasores destroem o edificado excepcional da cidade e abandonam-na voluntariamente.

Em 1610, o estado de degradação da cidade é tão grande que é sugerido à Coroa que os serviços que nela funcionavam fossem transferidos para Cabo Verde, o que acabou por não acontecer.

Na descrição da cidade de 1615, o número de fogos mantém-se próximo do da contagem anterior aos ataques, deduzindo-se que a população tenha regressado e reconstruído as suas habitações. Existiriam 680 casas e 5 igrejas: a Sé, a Misericórdia e Hospital, Sto. António, S. João e S. Sebastião (Morais; Malheiro, 2013: 106). É por esta altura que aparece a toponímia referente a algumas ruas, confirmada pela cartografia de 1889, a saber: a rua Direita, que liga a fortaleza de S. Sebastião à igreja de São João; a rua de Santo António, que vai da ponte do rio de Água Grande até à igreja de Santo António; a travessa António Fernandes, que acompanha o rio; a rua das Flores, que articula a rua Direita ao sul da cidade; a Rua Soares, paralela à rua Direita.

Mais uma vez, a Igreja teve um papel fundamental no desenvolvimento da cidade, ao construir mais quatro edifícios nos limites da cidade: a igreja de N. Sr.ª da Conceição, a de N. Sr.ª do Rosário, a capela de Santiago e a de N. S.ª do Bom Despacho.

O Declínio Demográfico

O período de 1650 a 1753 caracteriza-se pelo declínio económico, demográfico e político da cidade. Se as marcas da primeira invasão holandesa foram profundas na cidade, que ficou com o seu número de habitantes reduzido a metade, a invasão subsequente, entre 1641 e 1649, deixou-a reduzida a apenas algumas centenas. Se, no final do séc. XVI, São Tomé tinha chegado a contar com mil fogos, em 1677 este número encontrava-se reduzido a quinhentos. Mas as invasões holandesas não foram o único motivo desta diminuição demográfica. O abandono da produção de açúcar na ilha, devido à sua fraca qualidade provocada pela humidade constante no arquipélago, levou a que os comerciantes e produtores deste bem emigrassem para o Brasil ou se dedicassem ao comércio de escravos.

As invasões de corsários continuaram no arquipélago. Os franceses desembarcam em 1706 no Príncipe, onde destroem a fortaleza de Santo António da Ponta da Mina. Em São Tomé, em 1709, eles pilham e incendiam várias ruas e os edifícios nobres, provocando sobretudo a ruína da igreja da Conceição e, nos arredores da cidade, das igrejas de Santo António, de Nª. S.ª do Rosário e de São Tiago. (Morais; Malheiro, 2013: 112-113).

Este período também foi marcado pela chegada à cidade, em 1714 (Pinto, 2006: 143-144), dos Capuchinhos Italianos, a quem foram doadas as igrejas de Sto.

António e de S. Tiago. Foi ainda construída por esta altura a igreja de S. Miguel.

Seguiu-se um período em que a capital do arquipélago é transferida para Sto. António do Príncipe. Durante os séculos XVII e XVIII, São Tomé resume-se a pouco mais do que um porto de passagem de navios. Por decisão régia, a cidade de Sto. António é elevada a capital a 15 de Novembro de 1753, tendo lá permanecido até 1852. Na tomada desta decisão pesaram as condições de insalubridade da cidade, que provocavam febres e outras doenças, e o declínio acentuado da economia da cana do açúcar.

"(...) De facto, a implantação das roças foi uma base do processo de urbanização local, agindo como modo de penetração dos elementos da civilização material ocidental para o interior e ao longo do litoral; as roças contribuíram além disso para a implantação de uma rede proto-urbana, nos aspectos viários, ferroviários e portuários, uma vez que cada roça tinha em princípio um espaço de produção e residência (...), bem como aos pequenos povoados das cercanias e ao núcleo urbano principal de cada ilha." (Fernandes, s.d.: 38).

A Regeneração da Cidade

De 1851 a 1868, assiste-se a uma nova fase de desenvolvimento económico da ilha de São Tomé, fruto da importância crescente da exploração e exportação do café. Esta conjuntura, coadjuvada pelos conflitos internos crescentes em Sto. António, pressionariam o governador José Maria Marques a transferir a capital novamente para a cidade de São Tomé.

Na missão de regeneração da cidade, destacam-se dois personagens: o marquês de Sá da Bandeira e o ministro João Andrade Corvo. Ao primeiro associam-se os chamados melhoramentos materiais, baseados na realização de infra-estruturas e de equipamentos. O segundo, então ministro dos Negócios Estrangeiros, escolhia preferencialmente dignitários com formação em Engenharia para governadores das colónias, por agregarem capacidades de gestão político-financeira e de realização de obra (Morais; Malheiro, 2013: 136).

Simultaneamente, o desenvolvimento económico da ilha de São Tomé baseado na exportação de café atrai os comerciantes europeus que, acompanhados por um grande número de escravos, revitalizam as fazendas, aumentando significativamente a população da ilha. Mas, a constante mudança de governadores não permitiu a criação de políticas de ordenamento do território que o acompanhassem.

É neste período que surge a terminologia *roça*, que substitui a figura das antigas fazendas. A prosperidade destas estruturas agrárias teve um grande impacto na cidade, que viu o seu porto novamente em grande movimento e a construção de diversos edifícios de apoio, para escritório e armazém das roças, junto à marginal.



Fig. 7.112. Vista da cidade de São Tomé, 1877.

No entanto, e apesar do período de prosperidade na ilha, a cidade vê-se novamente em mãos com diversos problemas de insalubridade, relacionados sobretudo com a sua localização geográfica. A baixa altitude, a envolvente de densa vegetação, os terrenos propícios à acumulação de água e à formação de pântanos, a falta

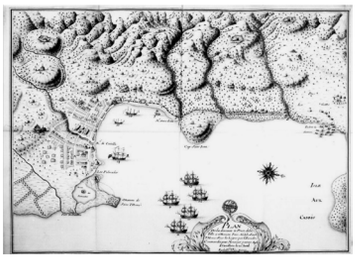


Fig. 7.113. Vista da cidade de São Tomé, s/d.

de água potável e a ausência de tratamento dos lixos determinavam a baixa condição de habitabilidade da maior parte das casas da cidade.

Na tentativa de reduzir o impacto deste tipo de situações, em 1863 o governador Estanislau de Assunção e Almeida manda republicar o *Código de Posturas Municipaes no Boletim Official*. Em 1867, o governador interino António Joaquim da Fonseca manda publicar uma portaria onde exige a correcta observância do Código de Posturas, ordenando a limpeza imediata das praias e dos largos da cidade. Outra medida tomada passa pela mudança do cemitério de Stº. António para noroeste da cidade.

A tomada de posse do governador Craveiro Lopes, em 1869, é marcada pela drenagem do pântano de São Sebastião e pela execução de outras obras públicas, há muito devidas à cidade, como a construção de uma ponte-cais junto ao edifício da Alfândega.

Também é redigido um novo *Código de Posturas Municipaes, no Boletim Official* de 12 de Agosto de 1871, onde são elencadas medidas e restrições, tais como: a interdição de construção de edifícios ou de cercas nos limites das ruas, sem autorização prévia da Câmara; a obrigatoriedade de colocação de tapumes durante o decorrer de obras; a obrigação de manutenção dos edifícios urbanos.



Fig. 7.114. Planta da cidade de S. Tomé, 1889.

Em 1872, existiam na cidade apenas 60 prédios urbanos, dos quais aproximadamente 40 eram edifícios de madeira e apenas 18 em alvenaria ou mistos. Estes últimos eram considerados como os melhores edifícios da cidade: o Banco Ultramarino, 7 edifícios pertencentes a negociantes e 10 outros a agricultores, a maior parte construídos neste período. (Morais; Malheiro, 2013: 162).

Em 1877 é criado o Serviço de Obras Públicas da Província de São Tomé, que tem como primeiro director o Engenheiro Elvino de Brito.

Apesar destas iniciativas, diversos problemas se mantinham. O principal problema prendia-se com o facto da grande maioria das casas continuar a ser construída em madeira, representando perigo de incêndio. O segundo problema tinha a ver com o facto de uma boa parte dos edifícios religiosos terem entrado em estado de ruína, abandonados pelos missionários que entretanto deixariam a ilha e sujeitos ao efeito do clima equatorial rigoroso.

Alguns dos edifícios religiosos em ruína, bem como a antiga torre do Capitão, foram intervencionados pelo Serviço das Obras Públicas então criado, com o apoio económico do estado, de particulares e da junta.

Contrastando com os problemas da cidade, a ilha prospera com o surgimento de novas propriedades agrícolas, que abrem caminho para o interior e criam portos e ancoradouros para envio directo de mercadoria para a metrópole. Também começa a ser solicitada pelos roceiros autorização para a construção de linhas de caminho-de-ferro de serventia das roças.



Fig. 7.115. Mapa Ilha de S. Tomé, 1891.

Em 1899, é publicada no *Boletim Official* um artigo intitulado *Viação em São Tomé e Príncipe*, onde se estabelece a urgência de um plano geral de viação que articule convenientemente as cidades com as roças. Para se iniciar um correcto levantamento da ilha que viabilize esse plano, são chamados os Engenheiros António Pinto de Miranda Guedes, Ezequiel de Campos, Campelo de Andrade e Teles de Vasconcelos. É ainda publicado em *Boletim Official* que os estudos e projectos ficam a cargo do Engenheiro civil Ezequiel de Campos.

Em 1900, Ezequiel de Campos apresenta o Relatório do Saneamento da Cidade. O seu trabalho nunca ficaria completo pois, em 1902, é nomeado chefe do Serviço de Obras Públicas de Timor. No entanto, em 1904 escreve um documento onde expressa as suas conclusões sobre a construção de um caminho-de-ferro na ilha. No mesmo ano, um grupo de proprietários agrícolas encomenda um estudo ferroviário para a ilha, que atravessa os distritos de Água Grande (cidade de São Tomé), Trindade e Madalena e liga todas as propriedades destes distritos com a capital.



Fig. 7.116. Mapa Ilha de S. Tomé, 1902.

A proposta é apresentada à Coroa e aprovada por Decreto Real em 1906 e a sua exploração é concedida ao Estado.

É então fundada uma Secção Especial do Caminho-de-Ferro, no âmbito das Obras Públicas, que conta como chefe o recém-chegado Ezequiel de Campos. No entanto, em 1907 abandona o país por razões de saúde. Para o suceder, é nomeado o Engenheiro Amável Granger, que assume funções no mesmo ano.

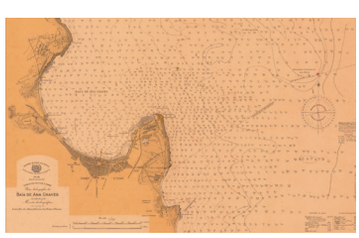


Fig. 7.117 . Plano Hidrográfico da baía de Ana Chaves, 1918.

Para a conclusão deste projecto, os pântanos de São Sebastião e de São Miguel são secos e é construída uma ponte.

É neste período que se realizam estudos para novos edifícios públicos, que se desenvolvem medidas de melhoramento da cidade e se expõe a importância de construir novos bairros residenciais. Apesar da maioria destes apontamentos não avançarem, tornam-se no alicerce das medidas que mais tarde virão a ser implementadas na cidade.

Em 1912, é criado o Conselho de Administração dos Portos e Viação, que absorve os Serviços dos Portos e dos Caminhos-de-Ferro e a Direcção de Obras Públicas.

Ezequiel de Campos é nomeado director deste serviço por um período de três anos, durante o qual este Engenheiro publica *Obras Públicas de S. Thomé: Subsídios para a Realização d'um Plano*, de 1915. Neste documento constam

não só as obras e os planos executados, como também o que deveria ainda ser feito: mais estradas, caminhos-de-ferro, um porto, novos edifícios públicos, a canalização da água, o saneamento da cidade e a electrificação da ilha.

Na década de 20, o médico Bruto da Costa é nomeado presidente da Câmara Municipal e implementa diversas políticas de higiene pública, tais como a abertura de ruas largas, a demolição de todos os edifícios degradados ou insalubres, o encanamento dos esgotos, a construção de balneários públicos, a iluminação da via pública e a construção de um jardim público.

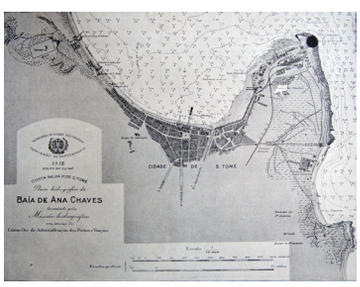


Fig. 7.118. Baía de Ana Chaves, 1918.

Durante o governo de Ricardo Vaz Monteiro (1933-1941), são realizadas várias obras de relevo, de entre as quais se destacam a reparação e o arranjo urbanístico do passeio marginal, a construção do jardim Vasco da Gama, a construção do posto meteorológico na avenida da Armada, o restauro das guaritas nos salientes dos baluartes da fortaleza de São Sebastião, a reparação da ponte de desembarque da Alfândega, a reparação do Hospital central e a construção de uma ponte de cimento armado sobre o rio Água Grande. Também são concluídos o quartel do Corpo de Polícia, o hangar da Capitania e a residência do Curador dos Serviçais (Morais; Malheiro, 2013: 194). São ainda efectuados os restauros da Sé Catedral, da Igreja de Nª. S.ª da Conceição, da capela de S. Jerónimo e do palácio do governador.

7.5.2. O(s) Plano(s): 1951; 1954

"O Plano de Urbanização tinha por base o Plano Geral de Fomento, elaborado em 1950, e para o caso de São Tomé, as seguintes indicações:

1 Saneamento da Província, compreendendo a urbanização dos pântanos; conclusão do saneamento da cidade e desenvolvimento do novo traçado do Rio Água Grande;

2 Fomento, electrificação de toda a ilha, mediante hidroeléctricas dos Rios Abade e Ouro; abastecimento de águas aos portos da baía de Ana Chaves, Angolares, Porto Alegre e Neves; construção de um plano rodoviário; alargamento do actual Campo de Aviação; transferência dos serviços radiotelegráficos; plano de urbanização das pequenas vilas; alargamento do hospital, incluindo a construção de um bloco operatório; construção do Bairro Hospitalar;

3 Assistência Social, construção de bairros económicos e sociais, nos centros populacionais e na cidade;

4 Turismo, construção de uma pousada e urbanização dos locais turísticos e/ou pitorescos;

5 Comunicações, desenvolvimento dos transportes colectivos, cabotagem, integração na linha Imperial e na linha de Fernando Pó;

6 Ensino Primário, alargamento do Bairro Escolar e construção de uma cantina;

7 Ensino Profissional, alargamento e desenvolvimento da Escola de Artes e Ofícios, apetrechamento dos campos experimentais agrícolas;

8 Militar, construção de quartéis para uma Companhia de Caçadores; novo alojamento do Corpo de Polícia Indígena;

9 Obras Públicas, construção de um novo edifício para a instalação dos Serviços Públicos, Palácio do Governo, Câmara Municipal, Sindicato, Rádio e Aero Clubes, Casa dos Pescadores, Palácio da Justiça, Cadeia."

(Gorgulho, 1952: 342-343).

O Anteplano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951

A 14 de Março de 1951, João António de Aguiar chega a São Tomé e Príncipe. O intuito da viagem prende-se com a elaboração de um primeiro esboceto dos Anteplanos Gerais de Urbanização das cidades de São Tomé e de Santo António do Príncipe.

O primeiro esboço do plano de urbanização da capital é esquissado por Aguiar ainda durante a sua estadia e finalizado já depois do seu regresso a Lisboa, sobre um levantamento topográfico executado anos antes. Este documento passa a orientar o seu desenvolvimento urbano.

O resultado, denominado de "Anteplano de Urbanização de São Tomé", é sintetizado num conjunto de quatro documentos: uma planta de inquérito do existente; uma planta de trabalho, onde são identificados os edifícios oficiais e de interesse público, as moradias e os armazéns, o comércio e as residências; uma planta de urbanização (Figura 7.119); e uma planta de zonas (Figura 7.120). Apenas as duas primeiras plantas do anteplano entregue puderam ser consultadas, a par com uma planta de trabalho, anotada à mão, na qual são identificados os edifícios oficiais e de interesse público, as moradias e os armazéns, o comércio e as residências.



Fig. 7.119 . Planta de Urbanização do Anteplano de Urbanização de São Tomé, 1951.

O Plano, numa estratégia de harmonia com as pré-existências, mantém o traçado original da cidade, anulando apenas pequenos troços da antiga zona central, por ter definido que a largura dos arruamentos deveria estar compreendida entre os 8 e os 12 metros. "Pode dizer-se que, de um modo geral, se organizou o Anteplano de acordo com as possibilidades económicas do Município e das condições de vida da população da cidade constituída por europeus e nativos (...)." (Aguiar,

1951)[132]. O seu traçado é portanto desenvolvido a partir da cidade pré-existente e dos seus dois eixos estruturantes: a marginal e o eixo definido pelo rio Água Grande.

Por não termos conseguido ter acesso ao documento da memória descritiva de Aguiar, não podemos precisar se existiriam bairros informais dentro do limite de intervenção do plano. O processo administrativo também é omisso quanto ao aglomerado informal, sendo apenas referido no contexto do Plano de Melhoramentos da Ilha de São Tomé[133].

Numa planta de estudo de zonamento, verificamos que o bairro Marcelo Caetano é classificado como zona residencial económica. Apesar de sabermos que o governador solicita o aumento da área residencial destinada a nativos, não podemos confirmar a existência de alguma estrutura informal no interior do perímetro de desenvolvimento do plano. Aguiar identifica-as noutros planos, como o de Lourenço Marques e o da Cidade da Praia, podendo a ausência desta referência ser justificada pelo facto de a cidade funcionar como um sistema de representação económico e social das roças. A população nativa concentrava-se, tendencialmente, nas roças e à volta delas. Mas à data, a economia roceira já estava em declínio, pelo que também é plausível que parte da população tenha migrado para a cidade e nela estabelecido núcleos informais. É um tema que merece, de futuro, uma investigação mais aprofundada.

O Plano para a nova cidade é funcionalmente organizado de forma sectorial, de acordo com os ensinamentos da *Cidade-Jardim* de Unwin[134] e apresenta uma estrutura urbana global clara, com o centro histórico facilmente identificável e com um limite de crescimento bem definido. São traçados eixos que apontam para edificado de excepção e os bairros novos são diferenciáveis pela sua morfologia.

Na zona do antigo centro urbano, denominado no projecto como *zona mista*, o Arquitecto procura manter as funções e os usos, conservando as características comerciais e residenciais existentes. No entanto, zonas como a pequena praceta onde decorre o mercado e cuja dimensão já não se adequa a esta função, são desactivadas e substituídas por estruturas novas e maiores, adequadas a esses serviços.

A maior alteração deste núcleo acontece com a demolição do edifício da Alfândega e com o redesenho da Praça da República. Localizado de frente para a baía, este edifício impossibilitava a ligação da Praça com o mar, funcionando

[132] Folha de Informação XIII, de 18 de Abril de 1951. In: Processo Administrativo do Plano de Urbanização de São Tomé [AHU código de referência: PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2106/06836].

[133] Vide Capítulo IV.

[134] Vide Capítulo 1.3.

como barreira. O novo arranjo[135] prevê a construção de uma placa central, onde é implantado um monumento a Pedro Escobar, ladeada por uma rua de 9 metros de largura. O "significado desta praça" justifica, em 1953, o desenvolvimento do seu estudo urbanístico.[136] "O contorno interior da praça foi regularizado, tendo-se estabelecido um novo alinhamento para as construções do lado poente junto ao cruzamento marginal que foi recuado em relação ao edifício da Fazenda para se conseguir o equilíbrio com o lado nascente e uma maior visibilidade sobre a baía." (Aguiar, 1953)[137].

O edifício da Alfândega é instalado na nova zona portuária, junto à Fortaleza de São Sebastião, onde inicialmente chegavam os caminhos-de-ferro que serviam a ilha e se fazia a ligação com a linha marginal que servia os armazéns de entreposto das companhias roceiras. Apesar da função industrial atribuída a esta zona, Aguiar manteve o carácter de *promenade* da marginal ininterrupto, preservando os lotes das moradias tipo chalé do final do século XIX e conferindo à fortaleza a utilidade colectiva de Museu da Colónia.

O plano também prevê duas novas zonas residenciais distintas. A nascente, é criado o Bairro Salazar, destinado à população europeia mais abastada, na proximidade do qual é implantada a maioria do edificado de excepção, nomeadamente todos os equipamentos de lazer e, a poente, o Bairro Marcelo Caetano, destinado a um segmento mais modesto, junto ao qual são implantados alguns edifícios de excepção tais como o novo mercado e uma escola primária junto à igreja de N. Sr.ª da Conceição.

A estrutura morfológica do bairro Salazar vai buscar referências à tradição da grande composição urbana da *City Beautiful*. As longas avenidas arborizadas que articulam diferentes zonas da cidade ligam entre si praças e edifícios de excepção, com a particularidade de as praças constituírem os únicos espaços públicos deste bairro, que enquadram edifícios de função cívica diversa, tais como o Cineteatro e o Arquivo Histórico. Não são nele desenhados jardins públicos e a envolvente do palácio do governo não pode ser considerada um parque pois, de acordo com o processo administrativo do plano, serve exclusivamente o palácio.

O desenho urbano do Bairro Marcelo Caetano aproxima-se da *Cidade-Jardim* de Louis de Soissons[138], apresentando uma grande penetração que define um eixo entre o coração do bairro, o parque da escola primária, a igreja de N. Sr.ª

[135] Este novo arranjo urbano sucede ao arranjo da zona central da cidade de S. Tomé, assinado por Aguiar em 1947.

[136] Memória descritiva "Arranjo Urbanístico da Praça da República da Cidade de São Tomé", de 10 de Fevereiro de 1953. In: Processo Administrativo do Plano de Urbanização de São Tomé [AHU código de referência: PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2106/06836].

[137] Idem. Ibidem.

[138] Vide Capítulo 1.3.

da Conceição e o mercado. Este eixo tem a particularidade de ser ajardinado e pedonal e permite uma certa descompressão da malha densa proposta. Aguiar apropria-se também de dois lotes no início do percurso, denotando porventura a intenção de simular um pórtico de entrada. A escala humanizada dos arruamentos deste bairro também lhe confere um carácter mais residencial e resguardado da envolvente urbana.

Ambos os bairros, periféricos ao pequeno centro urbano, funcionam como núcleos populacionais destinados à fixação de novas famílias, embora de extractos sociais distintos. Eles apresentam conjuntos edificados de baixa densidade, definidos por moradias unifamiliares, de implantação isolada, inspirados nas teorias da *Cidade-Jardim*.

No Bairro Salazar, são também previstos um novo Palácio do Governo, "num amplo lote de terreno sobre o mar" (Aguiar, 1951)[139] e diversos edifícios oficiais tais como a Imprensa Nacional, os C.T.T. e a Câmara Municipal, para a implantação dos quais Aguiar reserva "o lote do fundo numa posição de destaque" (Aguiar, 1951)[140]. Em frente a estes edifícios de excepção, é organizada uma praça aberta para a baía de Ana Chaves.

Os principais equipamentos públicos, nomeadamente os administrativos, deixam portanto o núcleo primitivo e rumam ao novo bairro, criando um novo centro cívico da cidade, em redor da dita praça, enquadrado com o bairro Salazar de acordo com uma lógica hierárquica de espaços públicos, eixos e edifícios de excepção.

O esboceto do Anteplano é apresentado por Aguiar ao Governador de São Tomé e ao Conselho Técnico de Obras Públicas a 19 de Março de 1951. Embora com algumas ressalvas, o documento é aprovado. O Governador pede apenas que a área residencial destinada aos nativos seja aumentada, por considerá-la insuficiente. A revisão e o aumento desta área ficam acordados para depois da execução do levantamento topográfico actualizado, aquando da execução do PGU de 1954.

[139] Idem.

[140] Ibidem.

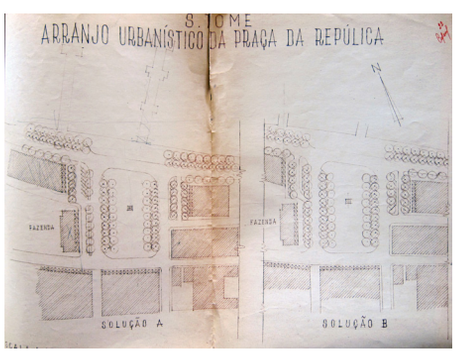
Fig. 7.120 . Planta de Zonas do Anteplano de Urbanização de São Tomé, 1951.



Fig. 7.121. Arranjo da zona central da cidade de São Tomé, Esboceto, 1947.

Fig. 7.122. Arranjo urbanístico da Praça da República - Solução A e B, 1953.

Fig. 7.123. Desenho dos candeeiros para a Praça da República, s.d..



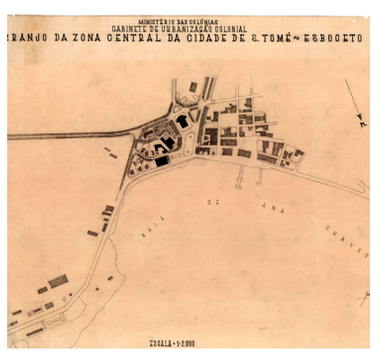
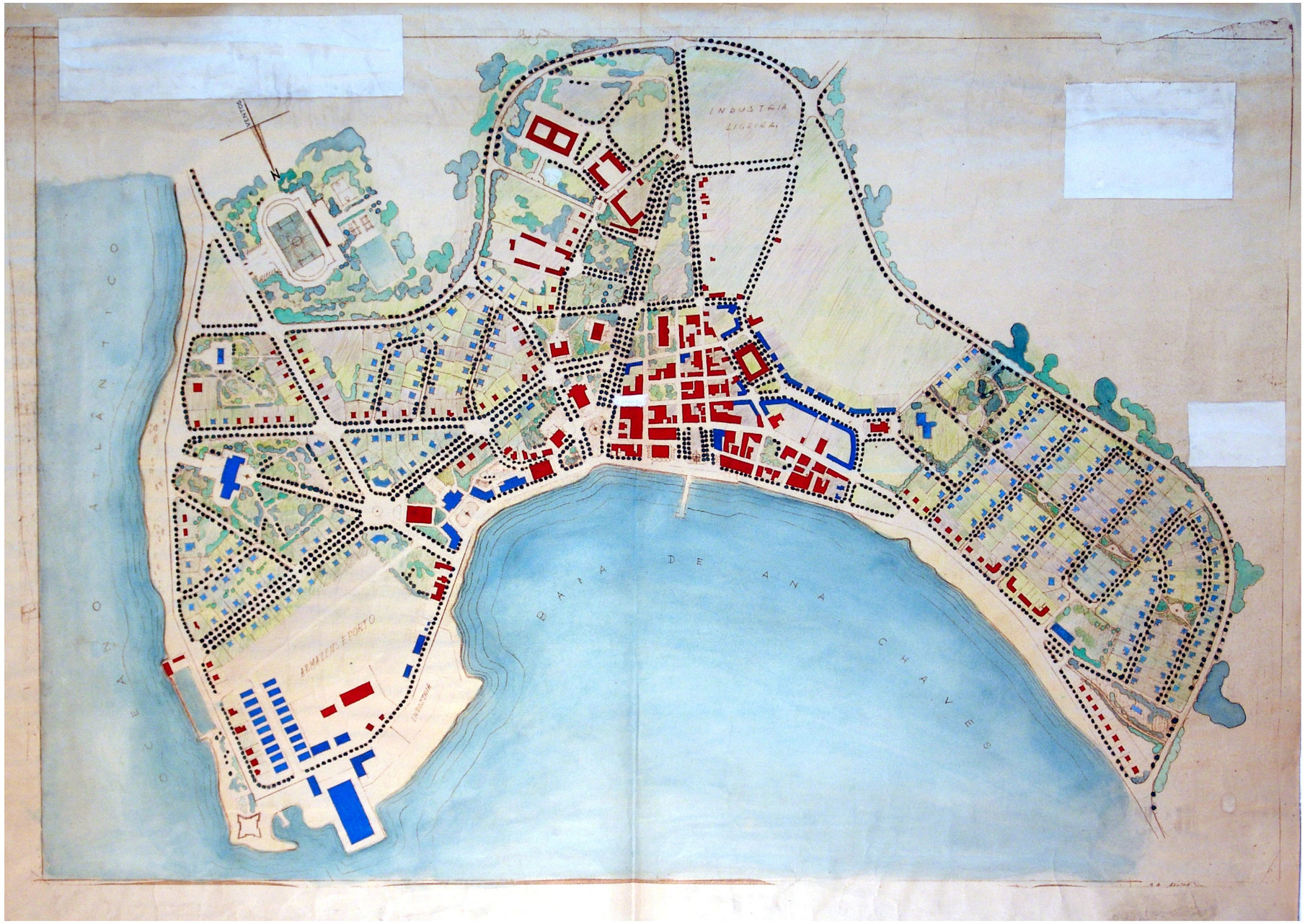




Fig. 7.124. Planta de Urbanização do Anteplano de Urbanização de São Tomé, 1951.



Plano Geral de Urbanização – Revisão, 1954

A revisão do Anteplano de Urbanização de São Tomé é apresentada três anos depois, em 1954, com o título "Plano Geral de Urbanização".

Da pesquisa aos arquivos, apenas encontrámos duas plantas gerais à escala 1:2500 (imagem 7.125.) muito semelhantes e contendo a mesma informação. No entanto, uma delas salienta os edifícios de excepção.

"Junto tenho a honra de enviar a V- Exª. uma fotografia com a vista aérea da futura Praça Portugal nesta Província, e bem assim outras fotografias devidamente numeradas correspondentes aos edifícios que a circundam, afim de que V. Exª. possa mandar estudar o conjunto da Praça e indicar as alterações a efectuar de modo a dar-lhe a grandiosidade que merece. Devo informar V. Exª. que vai ser erigida no centro da Praça […] a estátua do descobridor Pedro Escobar." (Gorgulho, 1953: 289).

Com esta revisão, Aguiar continua a manter o traçado original da cidade, devolvendo, inclusive, a importância simbólica da praça da República ao núcleo histórico. A praça do centro cívico já não é sua concorrente, pois desaparece nesta nova versão. Ele também redesenha a praça da República[141] – objecto de um projecto de arranjo urbanístico específico – dando-lhe uma ordem e uma simetria que não tinha no primeiro estudo. Ele recorre a uma composição urbana que tem semelhanças com a do Terreiro do Paço lisboeta, criando edificações novas que definem três das suas fachadas, deixando a quarta fachada aberta para a baía de Ana Chaves. Esta quarta fachada é materializada sob a forma de um cais simbólico, abandonando o pontão de cargas e descargas que durante séculos lá existira e não se encontrava alinhado com o eixo da praça. A estátua também é reposicionada no centro do espaço, enfatizando a simetria do conjunto e a importância do espaço simbólico que o autor pretende representar.

O PGU de 1954 também não revela a existência de bairros informais dentro dos limites do plano. Apenas é desenhado, a sul do bairro Salazar, mais um bairro para "europeus" – o bairro económico Quinta de Sto. António – e, para suprir as necessidades de habitação para os nativos, o bairro Marcelo Caetano é adstrito na totalidade a esta população. Os nativos da cidade ficam, desta forma, concentrados na margem poente do canal de Água Grande.

Mas existiriam aglomerados informais nos limites do plano, como sugere a indicação, na planta geral do plano, com duas tímidas setas arqueadas, da existência de "zonas suburbanas de povoamento" a sul do bairro Marcelo Caetano, nomeadamente o Riboque, um bairro informal que ainda hoje existe. O desenho da estrada que delimita o perímetro urbano da cidade também deixa claro que não é prevista nenhuma ligação com as tais "zonas suburbanas de povoamento" mencionadas, permitindo-nos afirmar que este plano ignora o *informal*.

[141] O topónimo Praça da República é anterior ao plano de Aguiar. Esta praça também aparece referenciada no PGU sob o nome "Praça Marginal" e, numa carta do governador dirigida ao director do GUU datada de 17 de Janeiro de 1953, constante do processo administrativo da província, com a denominação "Praça Portugal". Uma passagem desta carta refere-se especificamente à "grandiosidade que merece", reforçando a ideia de uma intervenção simbólica concertada.

O traçado do novo plano continua a seguir os mesmos princípios urbanísticos do seu antecessor. Com o desenho do novo bairro Quinta de Sto. António e de outro a sul do mercado, Aguiar remata as zonas expectantes do plano inicial e prolonga o eixo nascente/poente – que se inicia no Clube Náutico – até ao limite do bairro Marcelo Caetano. Esta solução também enquadra o mercado no eixo monumental da cidade e o seu remate é pontuado com uma praça ajardinada triangular, na qual é implantado mais um equipamento, mantendo a lógica de composição do conjunto.

O limite da cidade também é ampliado, prevendo o aumento deste último bairro e a inclusão do estádio e do parque envolvente.

O Plano segue as indicações do Governador Carlos Gorgulho, aquando da aprovação do anteplano de 1951, ao aumentar a zona residencial destinada aos nativos e a zona residencial de europeus. Como consequência dessa necessidade, todos os bairros, exceptuando o bairro Salazar – destinado a um nível socioeconómico elevado – abandonam a tipologia da moradia unifamiliar isolada, em prol da moradia em banda ou geminada, implantada sobre um parcelamento mais apertado.

"Junto tenho a honra de enviar a Vossa Excelência o Plano Geral de Urbanização de São Tomé parcialmente alterado especialmente para atender às facilidades de construção de casas económicas, assunto que foi focado quando da última visita de Vossa Excelência a este Gabinete. Também neste Plano vai identificada a nova forma de arranjo da Praça Marginal, estudada na mesma altura." (Aguiar, 1954).

A zona portuária também é ampliada e concentrada num pedaço de terra conquistado ao mar. Esta concentração do edificado permite manter a continuidade da avenida marginal intacta, evitando atravessamentos pouco funcionais no quotidiano. Em resultado deste reordenamento, o espaço liberto é classificado como zona de "reserva". A pequena zona afecta à indústria adjacente ao porto é anulada e a zona de indústria ligeira é desenhada e integrada com a malha urbana envolvente.

Neste plano, o palácio do governo já não é transferido para o bairro Salazar, permanecendo no edifício existente até aos dias de hoje. O desenho do novo edifício mantém-se no mesmo lugar, juntamente com o parque envolvente, mas sem função atribuída. Não foi possível encontrar, na documentação consultada, motivo para tal decisão.



Fig. 7.125. Planta Geral do Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954.

Apesar do Plano de Aguiar não ter avançado, fundamentado pela inexistência de um levantamento detalhado e actualizado da cidade e pelo seu rápido desenvolvimento, ele acaba por se assumir como uma referência sólida para o plano que lhe seguiu.

Em 1962, o Arquitecto Mário de Oliveira assina o Plano de Urbanização de São Tomé, ao serviço da Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação (DSUH), no quadro da Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações (DGOPC).



Fig. 7.126. Plano de Urbanização de São Tomé, da autoria de Mário de Oliveira, 1962.

Este plano, apesar de ter um desfasamento de oito anos do seu antecessor, apresenta a mesma prática do traçado urbano. Ele também segue uma lógica idêntica na localização de alguns dos edifícios de excepção e dos espaços públicos como a biblioteca, o palácio dos desportos, o arquivo histórico, o hotel e o matadouro, entre outros. Eles estão localizados em lugares estratégicos, em harmonia com as características especiais do aglomerado.

Os bairros Salazar e o bairro de Santo António são mais uma herança do plano de Aguiar, mantendo ambos a mesma morfologia urbana e tipologia habitacional. A separá-los, Oliveira desenha o seu estádio que, de forma idêntica, é articulado no plano através de um eixo simbólico que o atravessa pelo centro, no sentido nascente/poente. Este eixo permite a criação de um enfiamento perspéctico da entrada principal para a avenida marginal e de um ponto de chegada ao bairro de Santo António articulado em praça, tal como no plano de Aguiar. Oliveira apenas cria a praça de remate do eixo já no interior do bairro, integrando-o de uma forma mais objectiva no desenho urbano deste aglomerado habitacional.

A diferença fundamental entre os dois planos não é de desenho. Ela existe pelo tipo e pela qualidade da informação recolhida previamente ao seu desenvolvimento. Entretanto terminados, os levantamentos e inquéritos solicitados ainda no período de Aguiar são utilizados no seu desenvolvimento, acabando o plano de Oliveira por se demarcar do seu antecessor nos aspectos de sectorização económica, social e organizacional mais pormenorizada. Um destes aspectos decorre, por exemplo, da visão política do novo ministro do Ultramar – Adriano Moreira – sobre uma maior integração dos nativos nas sociedades ultramarinas. Outro aspecto relevante é o conhecimento mais aprofundado dos dados sobre a população da cidade e a respectiva previsão de crescimento, que leva Oliveira a estender os limites da cidade até ao hospital (imagem 7.126.).

CAPÍTULO 8

ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO

"A Tipologia, enquanto conjunto dos tipos ou ramo do conhecimento que os estuda, emerge assim como a essência da produção da Arquitectura, o seu Principio Elementar, e também como o seu momento analítico por excelência, constituindo área de abordagem obrigatória no plano da Análise Morfológica."

(Afonso, 1991: 48).

8.1. TIPOLOGIA DO CRESCIMENTO

"A Tipologia, enquanto conjunto dos tipos ou ramo do conhecimento que os estuda, emerge assim como a essência da produção da Arquitectura, o seu Principio Elementar, e também como o seu momento analítico por excelência, constituindo área de abordagem obrigatória no plano da Análise Morfológica."

(Afonso, 1991: 48).

8.1.1. Preexistências e Permanências

De um modo geral, as permanências nos planos dos casos de estudo Coloniais resumem-se fundamentalmente ao tecido urbano do centro da cidade e a grande parte do seu edificado, acrescidos de alguns equipamentos existentes. A escala das cidades estudadas parece influenciar o grau de permanências da cidade formal. É o caso da Praia, que sendo a cidade estudada de menor escala é a que apresenta a maior incidência de permanências.

Ao nível do edificado, o Plano de Luanda de 1946 é provavelmente o que apresenta a menor incidência de permanências (situação corrigida em alta na Revisão de 1952), apesar do sistema portante inicial e do traçado urbano de expansão pré-plano se manterem na sua generalidade.

O edificado informal é genericamente desconsiderado nos cinco planos analisados e o mesmo acontece com o de baixa qualidade localizado nas respectivas áreas de expansão. Já os equipamentos são, por norma, aproveitados e integrados no desenho do novo traçado urbano.

Fig. 8.01. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo das Preexistências e Permanências.



Fig. 8.02. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo das Preexistências e Permanências.

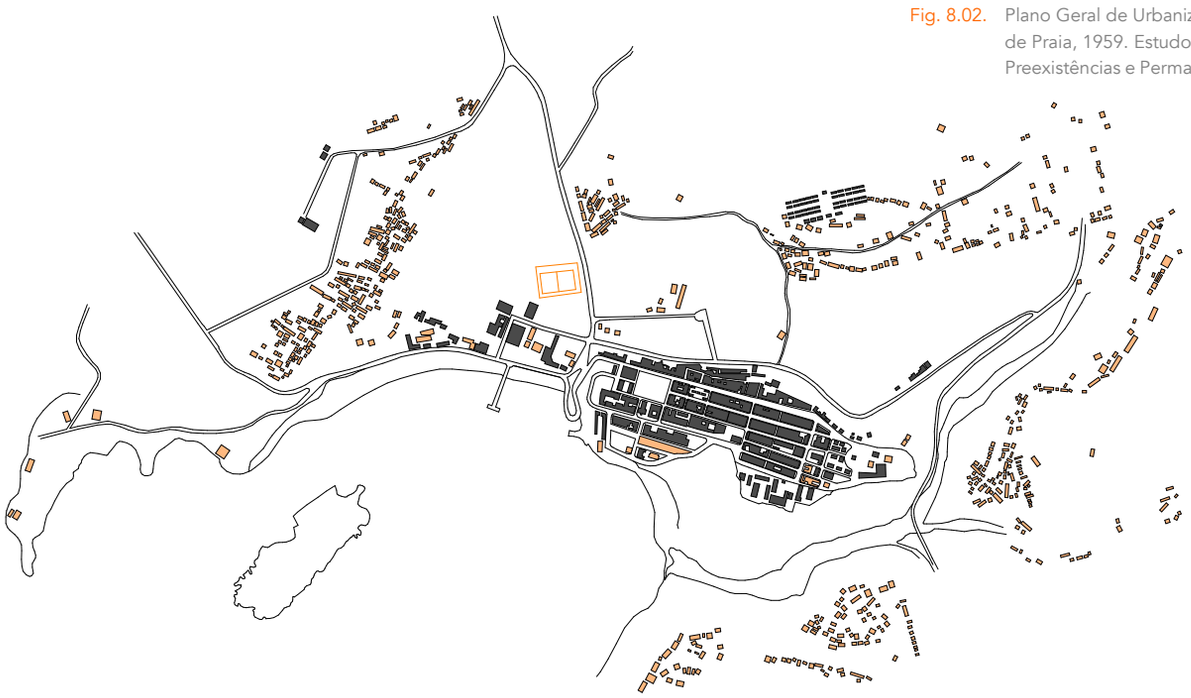




Fig. 8.03. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo das Preexistências e Permanências.

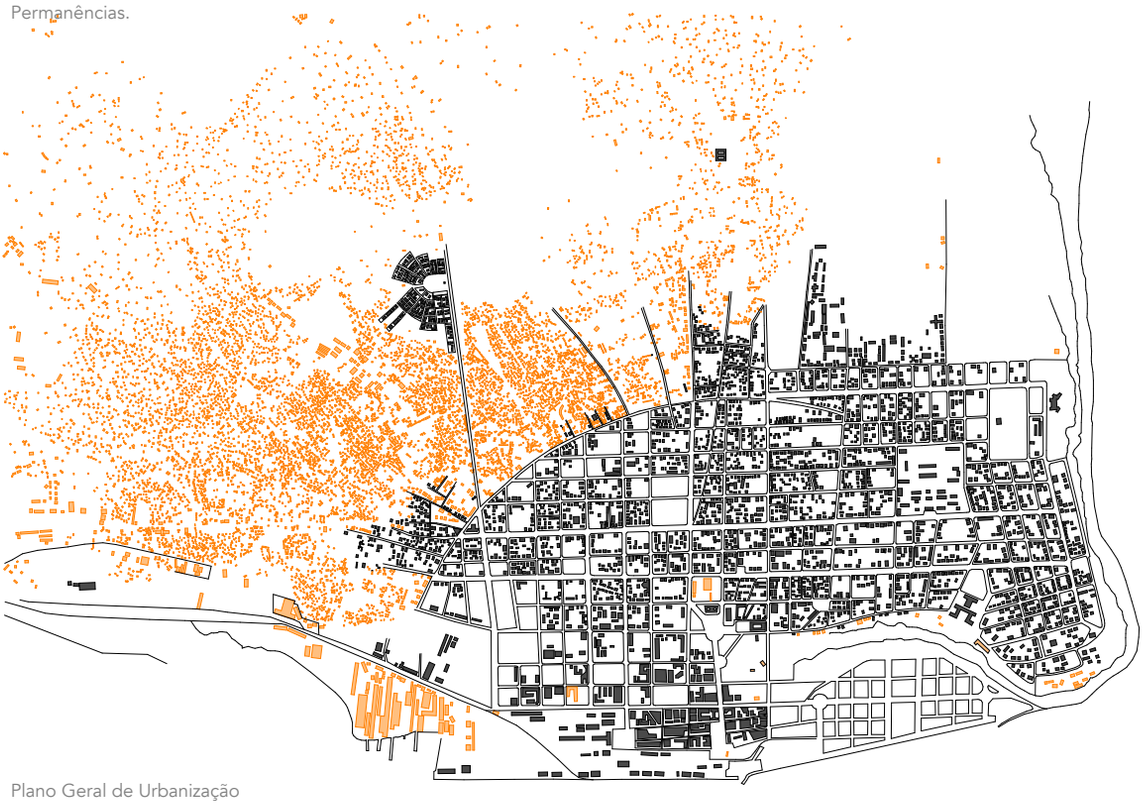
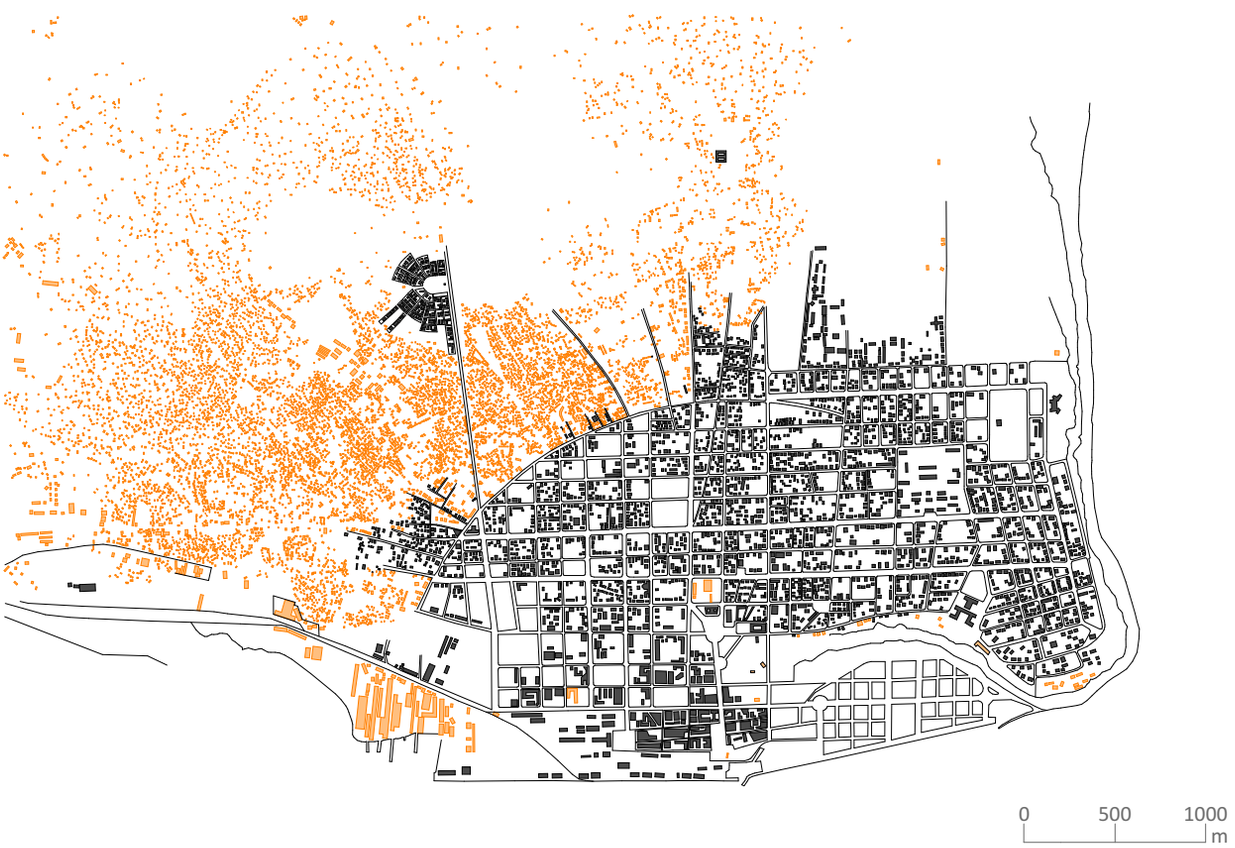


Fig. 8.04. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo das Preexistências e Permanências.



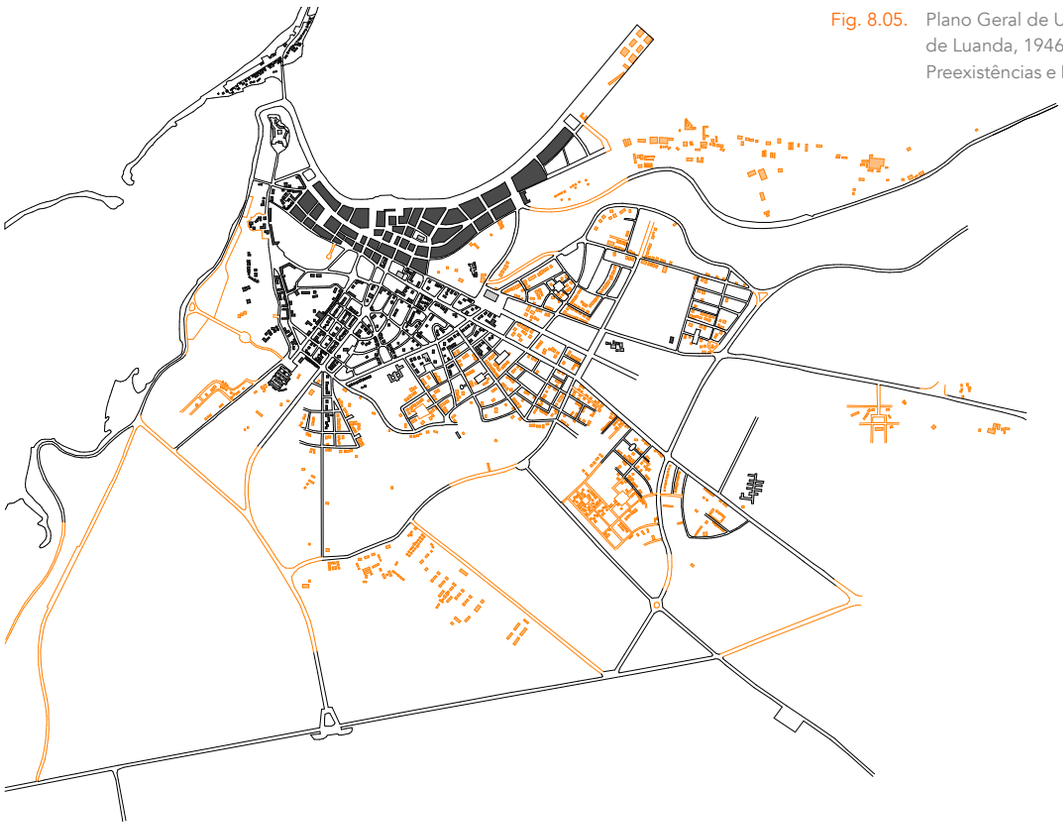


Fig. 8.05. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo das Preexistências e Permanências.



Fig. 8.06. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952. Estudo das Preexistências e Permanências.

Fig. 8.07. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo das Preexistências e Permanências.

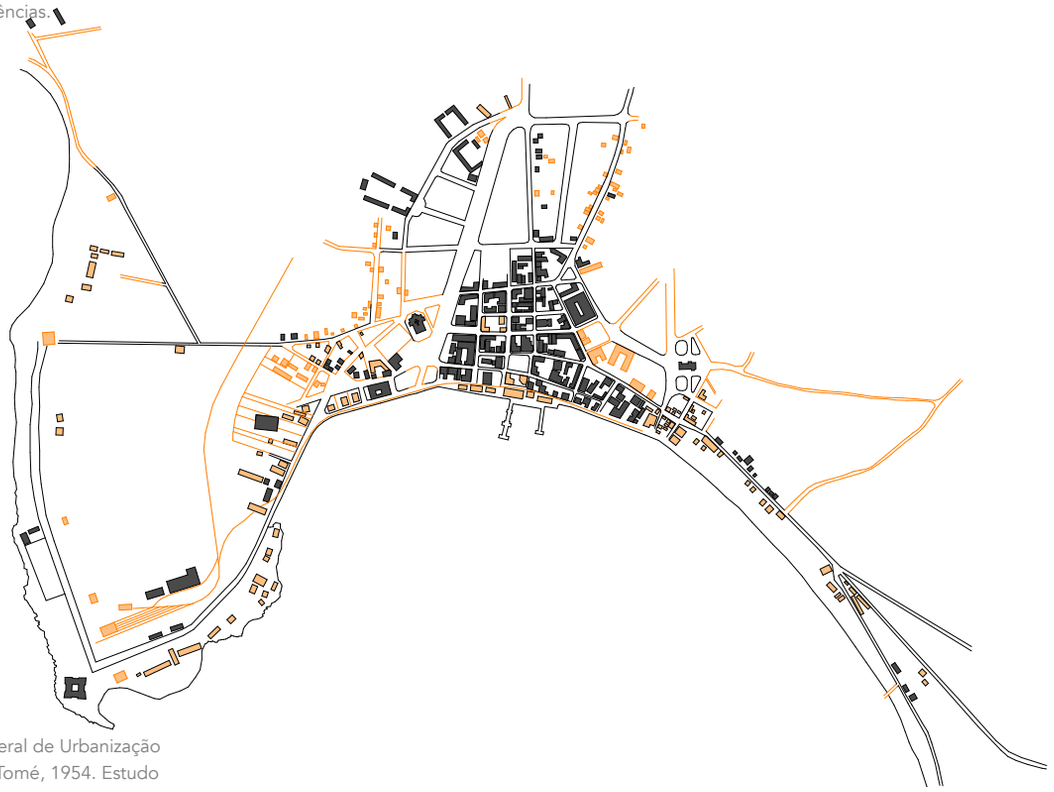


Fig. 8.08. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo das Preexistências e Permanências.



8.1.2. Tipologia do Limite

Dos Planos cujas plantas de zonamento pudemos consultar depreende-se que Aguiar não segue uma tipologia do limite particular, recorrendo antes a um conjunto de soluções heterogéneas que se adaptam às necessidades de ajustamento da morfologia urbana. Deste modo de projectar resulta que o limite não tem uma expressão estruturante na definição do traçado primário da cidade.

Apesar de não se dispor de dados sobre a definição do zonamento de Luanda e da Cidade da Praia, a informação recolhida indicia que este é o *modus operandi* generalizado para os casos de estudo Coloniais. A excepção resume-se à Revisão de 1954 para São Tomé, que utiliza uma artéria de circunvalação para definir o limite da cidade. Contudo, esta artéria não é estruturante para o traçado primário e não decorre da construção de uma ideia de cidade, acabando apenas por se assumir como um elemento balizador pragmático de uma morfologia urbana delimitada sobretudo pela dimensão e pela forma de cada zona.

Fig. 8.09. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo da Tipologia do Limite. .





Fig. 8.10. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo da Tipologia do Limite.



Fig. 8.11. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo da Tipologia do Limite.



Fig. 8.12. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo da Tipologia do Limite.



Fig. 8.13. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo da Tipologia do Limite.



8.1.3. Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento

O sistema portante inicial tem por base, nos cinco casos de estudo Coloniais, o traçado urbano da cidade formal e materializa-se em pelo menos dois eixos ortogonais; um deles é perpendicular à linha marginal tendo, de um modo geral, origem num facto urbano. A título de exemplo, podem citar-se a Praça da República, em São Tomé, ou a Doca de Recreio, em Lourenço Marques.

A maior ou menor regularidade do traçado do sistema portante inicial vai condicionar o sistema estruturante do crescimento, acabando por gerar um tecido urbano de expansão mais ou menos regular, como sucede em Lourenço Marques e Luanda.

Fig. 8.14. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.



Fig. 8.15. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.

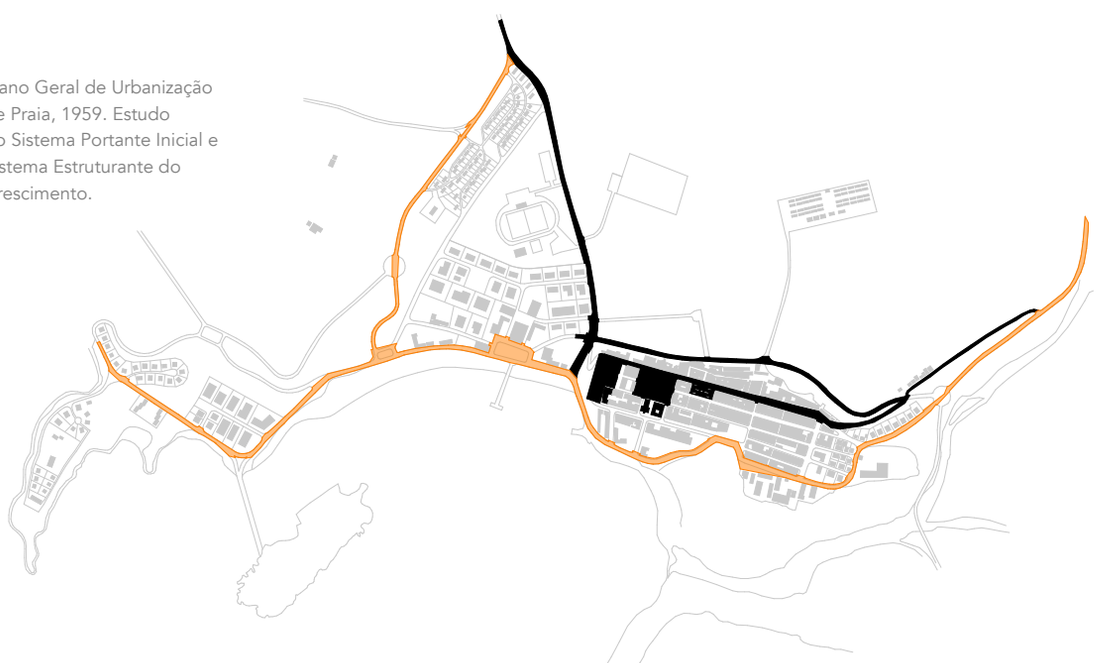






Fig. 8.16. Plano Geral de Urbanizaçã de Lourenço Marques, 1952. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.



Fig. 8.17. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.

Fig. 8.18. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.



Fig. 8.19. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.

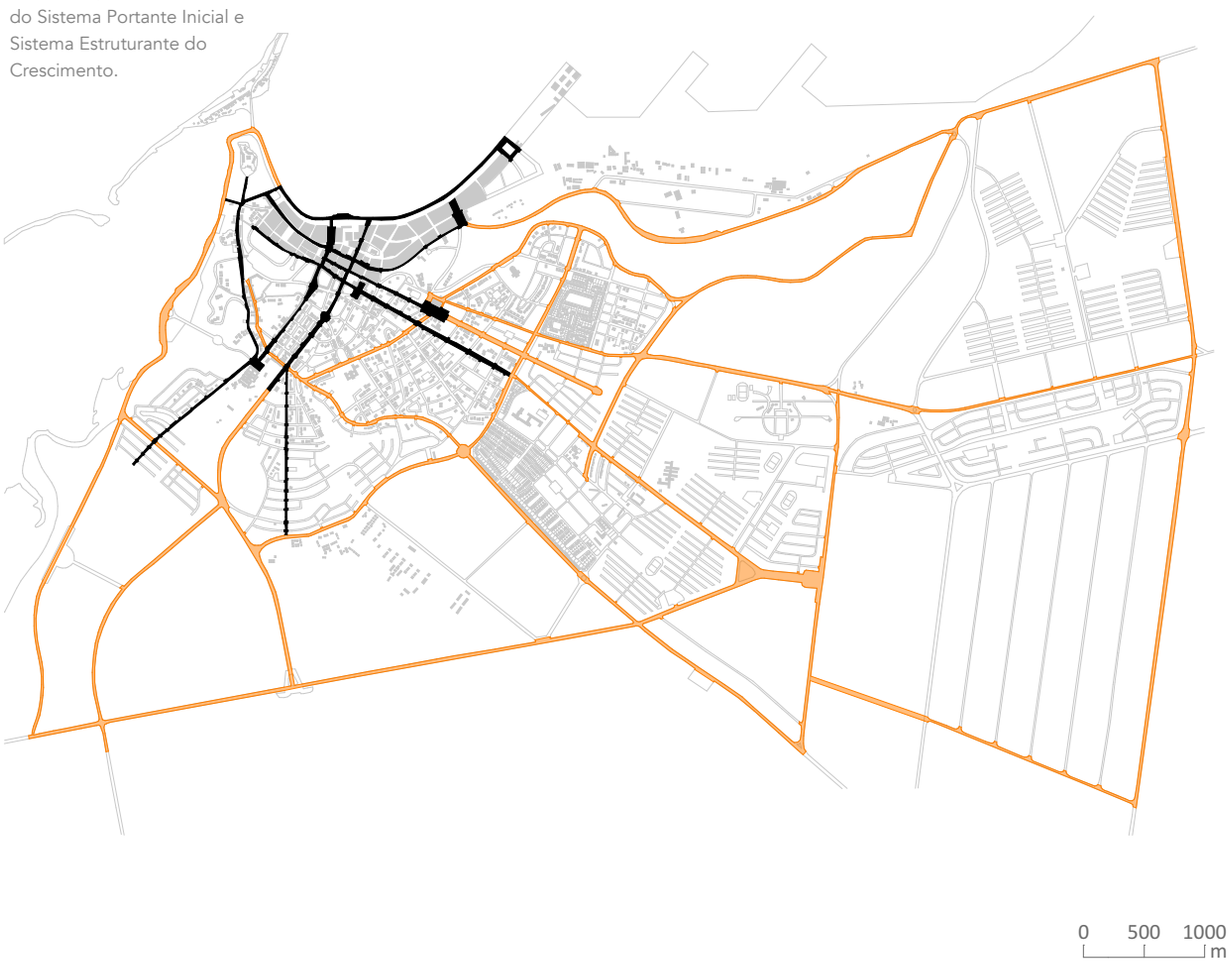




Fig. 8.20. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.

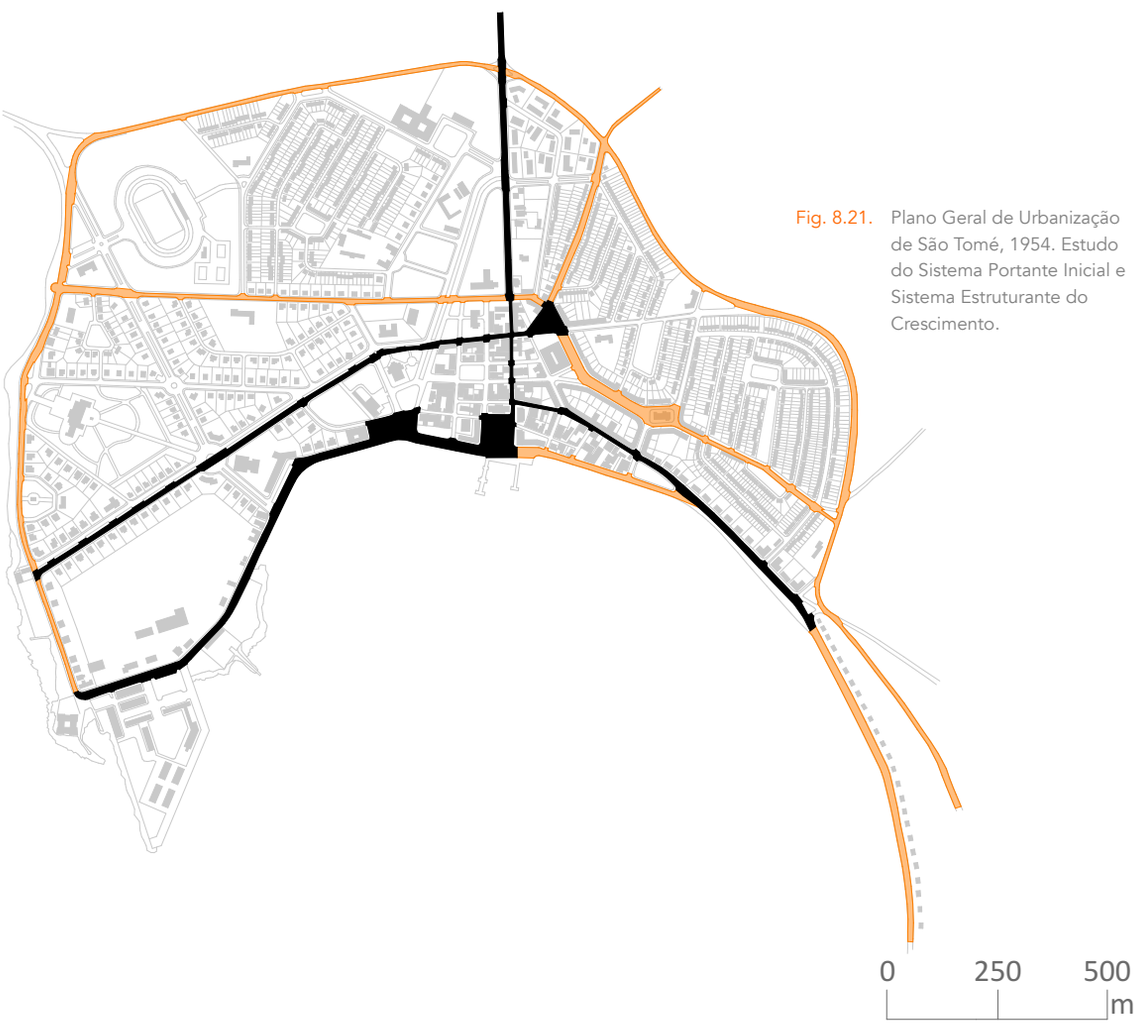


Fig. 8.21. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Sistema Portante Inicial e Sistema Estruturante do Crescimento.

8.1.4. Edificado de Excepção Preexistente e Novo

Com excepção de Díli, nos restantes casos de estudo, Aguiar propõe uma nova centralidade, por norma referida como "centro cívico". Este, no entanto, nunca chegar a concorrer com os centros preexistentes: a maior concentração de edificado de excepção continua a pertence-lhes; além disso, são qualificados através de arranjos urbanísticos e de alguns projectos de edificado que lhe conferem uma dimensão de representatividade do Estado.

Isto sucede sobretudo nas cidades de maior dimensão, como em Lourenço Marques onde, no aterro de Maxaquene e ao estilo de uma encenação arquitectónica monumental, é recriado um Terreiro do Paço. Porém, mesmo nas cidades mais pequenas, Aguiar não prescinde desta monumentalidade, eventualmente adaptada à escala da cidade e do respectivo traçado urbano: é o caso em Díli, onde rejeita o projecto monumental elaborado por Mário de Oliveira, e propõe ele próprio uma alternativa de dimensão mais modesta e menos impositiva.

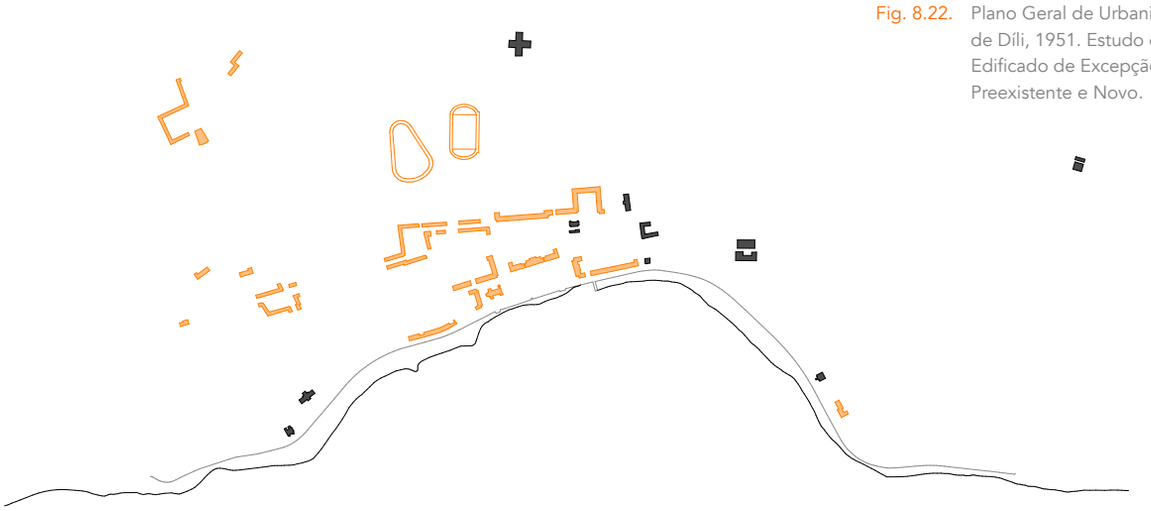


Fig. 8.22. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.

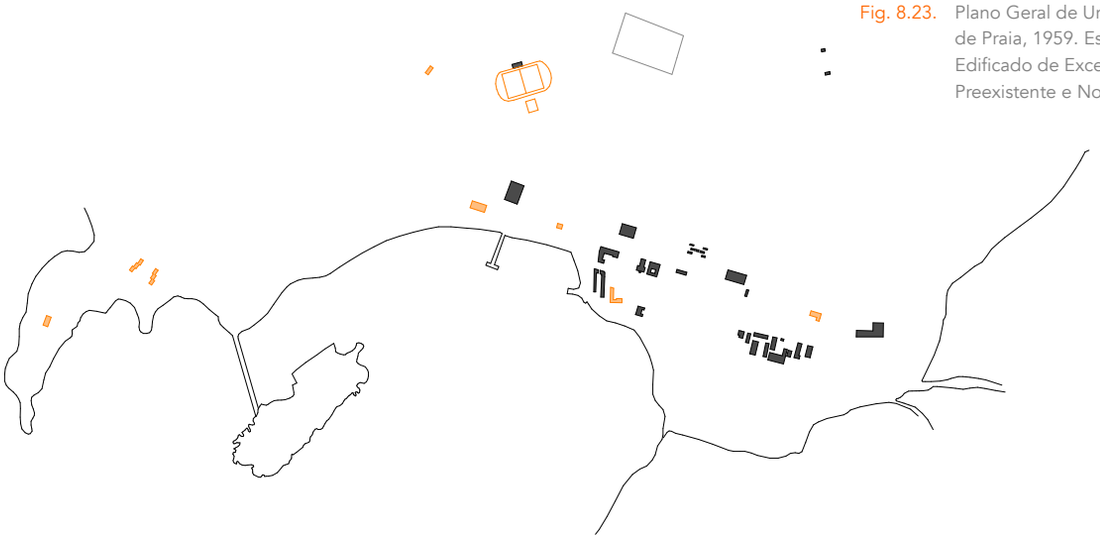


Fig. 8.23. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.





Fig. 8.24. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.

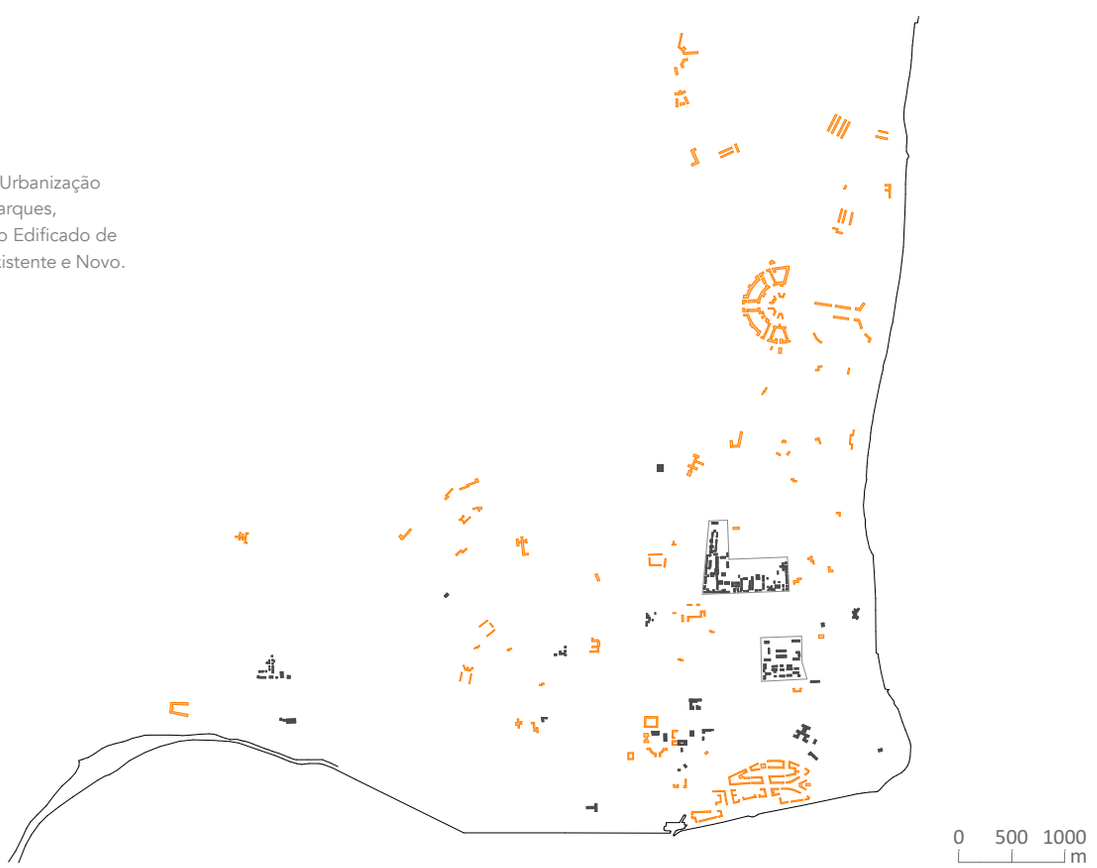


Fig. 8.25. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.

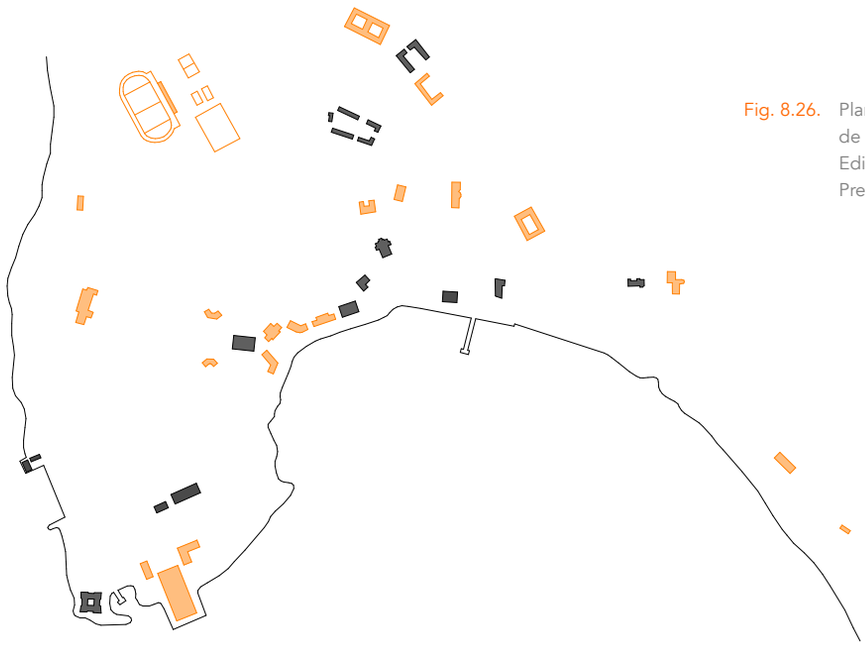


Fig. 8.26. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.

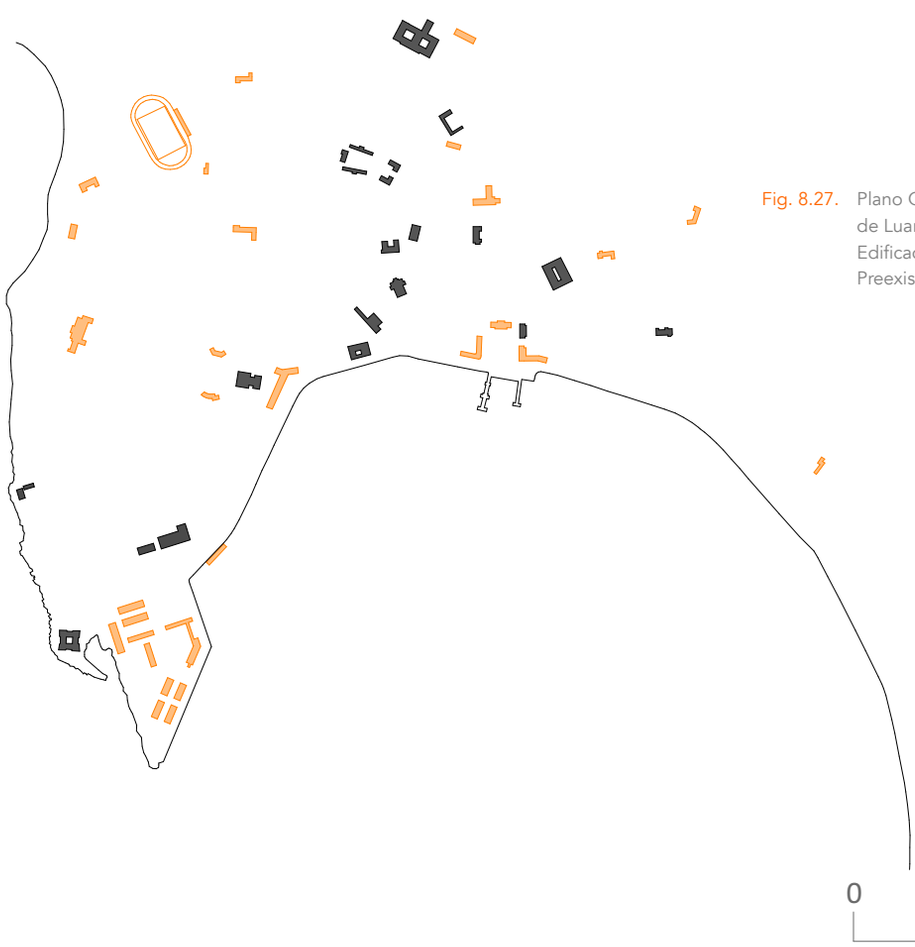


Fig. 8.27. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952. Estudo do Edificado de Excepção Preexistente e Novo.

8.1.5. Edificado Corrente Preexistente e Novo

Da análise comparada dos casos, constata-se um padrão de recorrência na metodologia de projecto de Aguiar: a utilização da correnteza de frente de rua, para completar e homogeneizar o traçado urbano preexistente; e a organização do edificado corrente em núcleos distintos nas áreas de expansão, criando uma distribuição heterogénea e consideravelmente menos densa. O edificado novo de habitação colectiva é sempre utilizado no contexto da composição formal do traçado urbano e inserido nas frentes de rua, acentuando o carácter monumental dos eixos estruturantes e dos respectivos pontos de convergência.

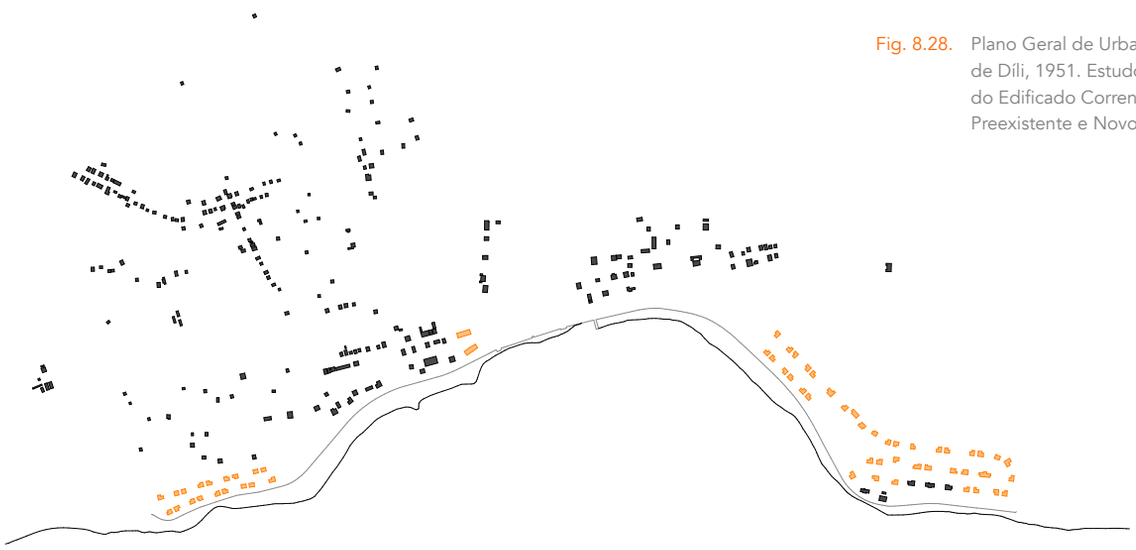


Fig. 8.28. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.



Fig. 8.29. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.

0 250 500 m

Fig. 8.30. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.



Fig. 8.31. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Edificado Corrente Preexistente e Novo.



8.2. SISTEMA DE LUGARES

"A forma urbana não poderá ser desligada do seu suporte geográfico – e este é um elemento tão importe como os factos urbanos.

O sítio contém já em muitos casos a génese e o potencial gerador das formas construídas, pelo apontar de um traçado, pela expressão de um lugar."

(Lamas, 1989: 63).

8.2.1. Sistema de Usos

Sobre este ponto, dispõe-se apenas de elementos de análise (Plantas de Zonas) para Díli e Loureço Marques, nas quais se segue uma tipificação de usos do solo geralmente detalhada. O segundo destes casos é mais detalhado do que o primeiro, em virtude da dimensão do seu território, que é o maior de todos os casos de estudo (Metrópole e Ultramar), e o que apresenta um maior número de zonas.

Importa ainda evidenciar que é habitualmente prevista uma zona Rural de Protecção que corresponde, de um modo geral, à área de terreno compreendida entre o perímetro do traçado urbano e um limite administrativo paralelo, fixado a cinco quilómetros de distância.

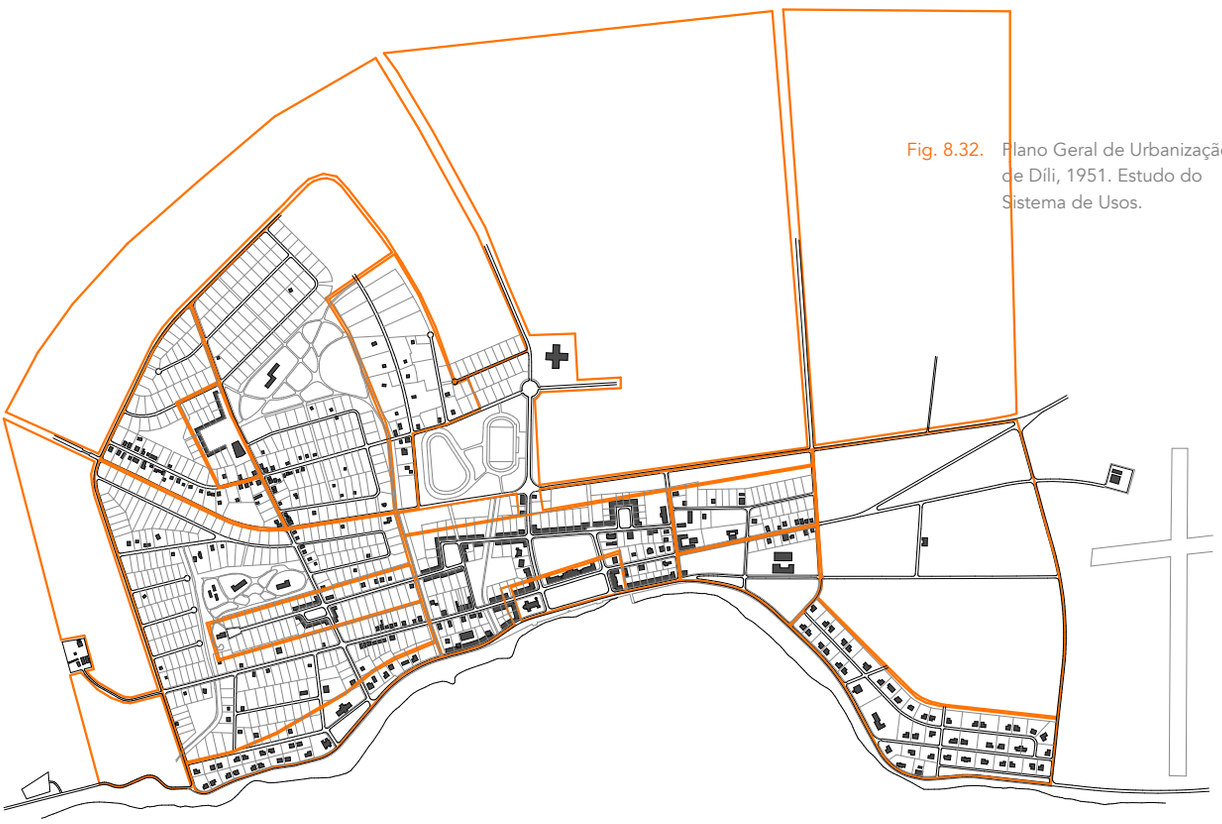


Fig. 8.32. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Sistema de Usos.

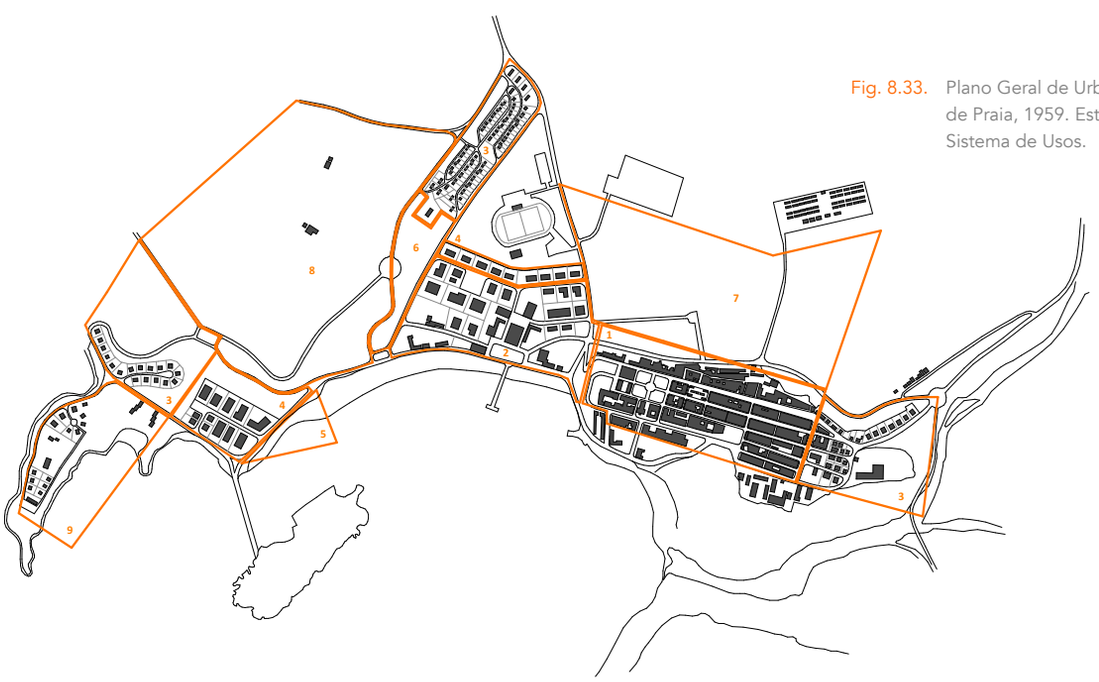


Fig. 8.33. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Sistema de Usos.

0 250 500 m

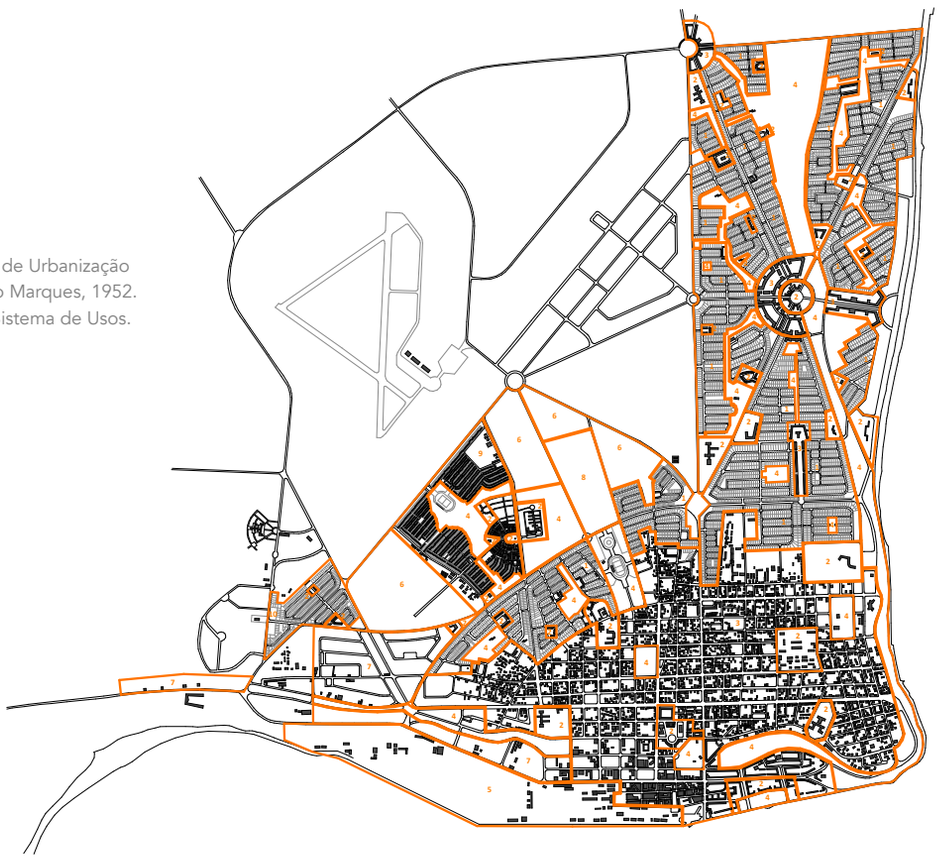


Fig. 8.34. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo do Sistema de Usos.



Fig. 8.35. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo do Sistema de Usos.

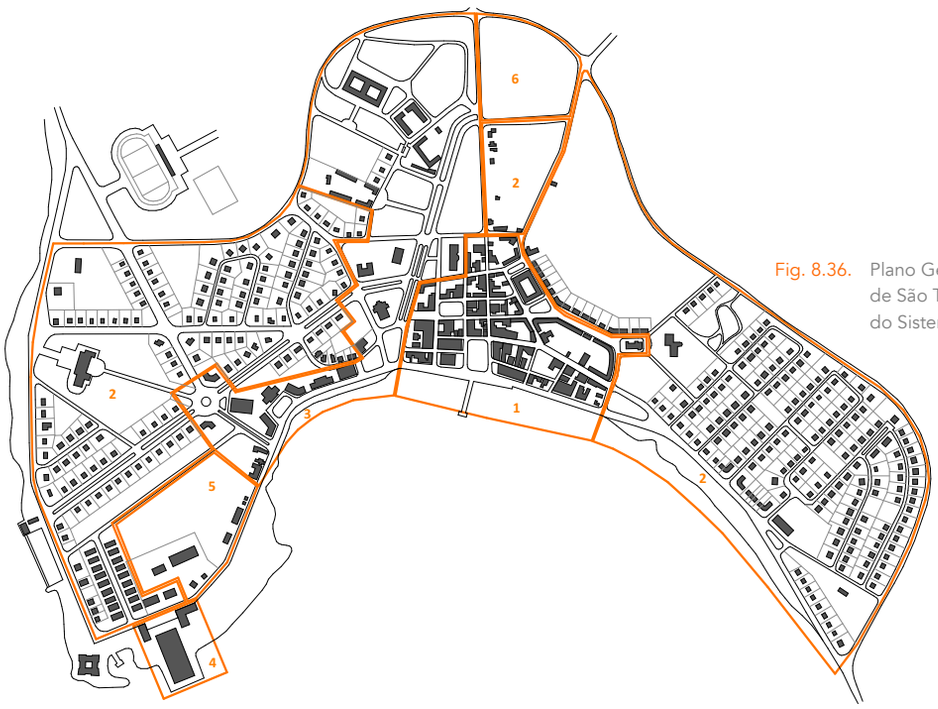


Fig. 8.36. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Sistema de Usos.



Fig. 8.37. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Sistema de Usos.



Tabela 05. Tabela das Zonas e Usos atribuídos a cada Plano.

	DÍLI	LOURENÇO MARQUES	
ZONAS	1951	1952	1956
RESIDENCIAL ECONÓMICA			
RESIDENCIAL GERAL		X	
RESIDENCIAL ESPECIAL	X		
RESIDENCIAL INDÍGENA	X		
RESIDENCIAL DE CHINESES	X		
OFICIAL, COMERCIAL E RESIDENCIAL	X		
OFICIAL		X	
COMERCIAL LOCAL		X	
COMERCIAL E RESIDENCIAL			
LOTES RESERVADOS			
INDUSTRIAL		X	
FERROVIÁRIA		X	
PORTUÁRIA	X	X	
ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	X	X	
ESPAÇOS LIVRES	X	X	
RESERVA	X	X	
CENTRO CÍVICO	X	X	
CENTRO CÍVICO, COMERCIAL PRINCIPAL E DE INTERESSE HISTÓRICO E ARQUITECTÓNICO			
INSTALAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO	X	X	
MISTA	X	X	
ARMAZÉNS E OFICINAS			
RURAL DE PROTECÇÃO	X	X	
ARTESANATO			

8.2.2. Hierarquia de Lugares e sua Relação

As últimas versões dos Planos apontam para uma metodologia de dispersão pelo traçado urbano de um conjunto de pólos de fixação que, em vez de se relacionarem de forma exclusivamente hierárquica, se complementam na organização do funcionamento da cidade. Esta estratégia pretende consolidar as novas áreas de expansão de cariz residencial, através da implantação de funções geradoras de fluxos urbanos quotidianos e de fixação de população. A hierarquia de lugares continua a existir, mas de uma forma mais ténue, aproximando-se da estrutura relacional da cidade construída por adição. O centro histórico acaba sempre por se destacar hierarquicamente em todos os casos analisados (apesar da tentativa de 1951 para São Tomé[1]) e a quantidade e dimensão dos pólos de fixação está logicamente condicionada à extensão da intervenção.

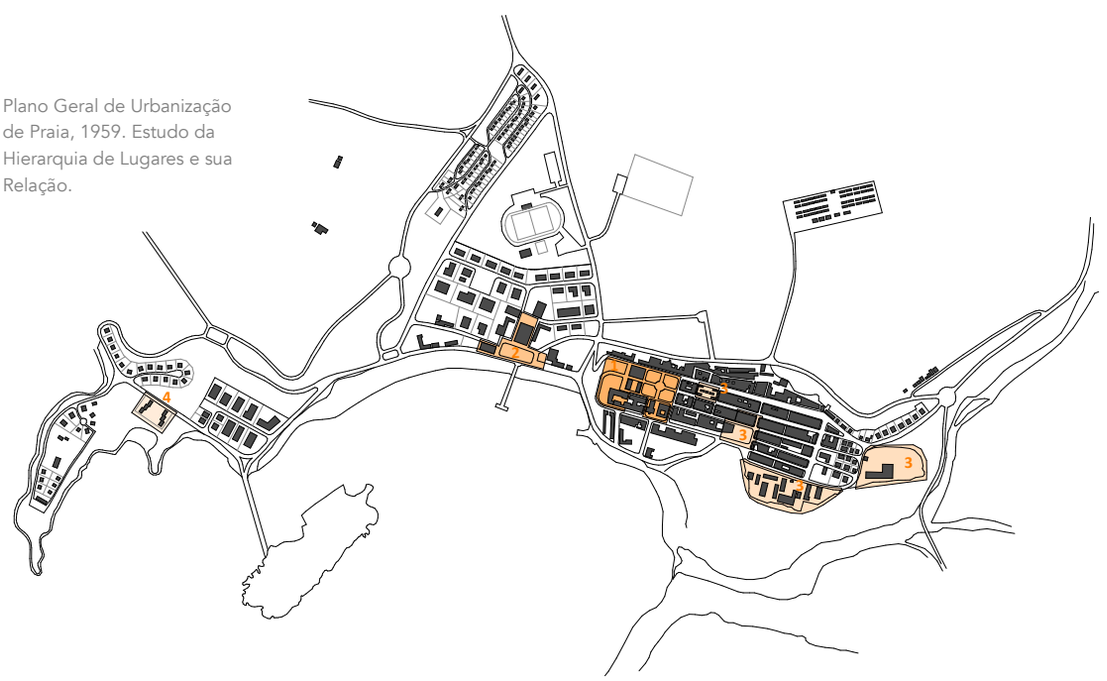
O Plano para a Praia é atípico, pois nem o núcleo residencial de expansão da Achada de Sto. António nem o existente bairro da Achadinha são integrados no sistema de lugares proposto. Embora a relação topográfica entre estes lugares e o centro seja difícil, estranha-se que o Plano não ofereça as habituais soluções de proximidade através de elementos geradores de fixação.

[1] *Vide* Capítulo 7.5.2.

Fig. 8.38. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.



Fig. 8.39. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.



0 250 500 m



Fig. 8.40. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.



Fig. 8.41. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.

Fig. 8.42. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.



Fig. 8.43. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo da Hierarquia de Lugares e sua Relação.



8.2.3. Rede de Espaços Estruturantes

Os Planos propõem uma rede de espaços estruturantes que resultam da articulação entre o traçado primário e o edificado de excepção (preexistentes e novos) mais relevantes para as cidades. Esta rede desenvolve-se, de um modo geral, a partir de uma praça central ou outro facto urbano significante na história da cidade e segue os eixos principais do traçado urbano tradicional que conectam, à escala da cidade, um conjunto de equipamentos estruturantes que variam de caso para caso, em tipo e número, como hospitais, liceus e escolas técnico-profissionais.

As áreas residenciais de expansão, por se organizarem segundo o modelo da *Cidade-Jardim Inglesa* e os princípios da *unidade de vizinhança*, detêm um conjunto de espaços estruturantes próprio, que contribui para a definição do sistema de lugares da cidade. Esta rede não depende da relação Rua»Praça»Quarteirão do traçado urbano tradicional, mas sim da agregação de um conjunto de núcleos semiautónomos que incorporam um ou mais factos urbanos de carácter local, específicos a cada núcleo (por norma uma escola ou uma pequena bolsa de comércio organizada em torno de uma praça). Como não existe conexão entre os factos urbanos locais, não é criada uma rede de espaços estruturantes, mas tão só conjuntos de núcleos distintos ligados por percursos. Apenas no caso de Lourenço Marques assistimos à integração destes núcleos nas malhas da rede de espaços estruturantes. Face à grande extensão do território urbano proposto, Aguiar domina-o recorrendo aos princípios de grande composição da *City Beautiful*, e humaniza-o através de algumas variantes do modelo da *Cidade-Jardim Inglesa.*

Fig. 8.44. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.

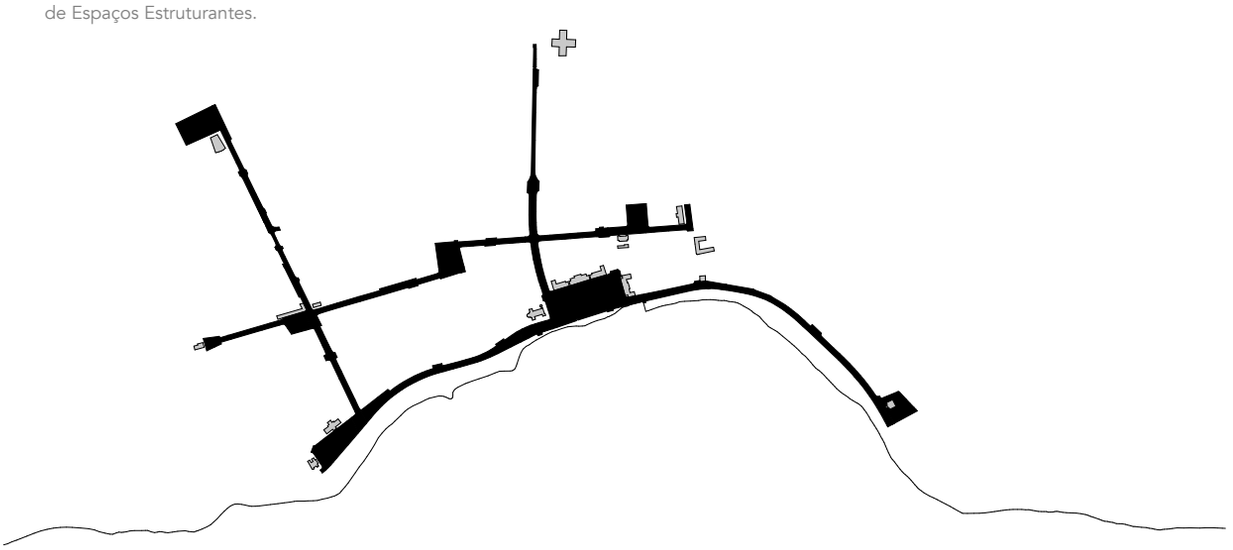
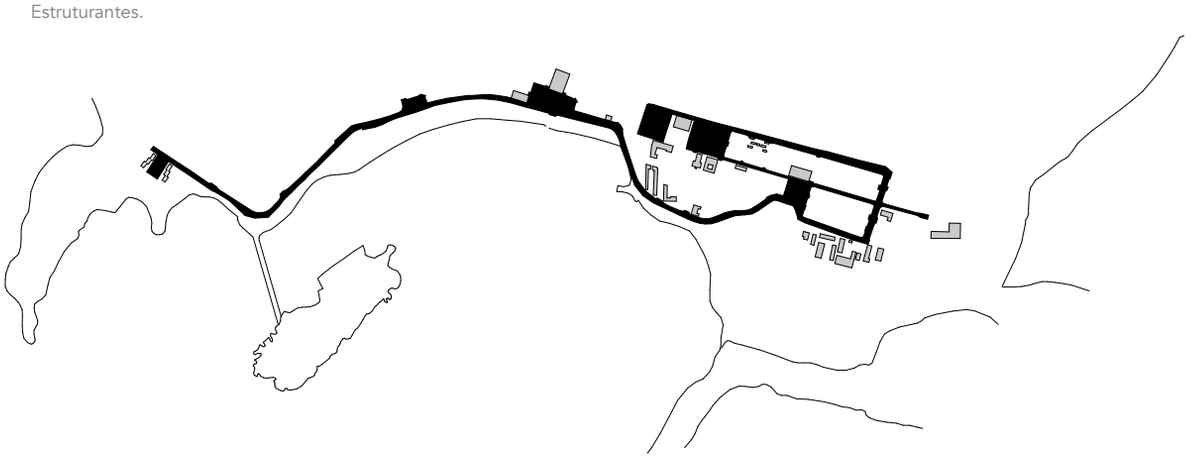


Fig. 8.45. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.





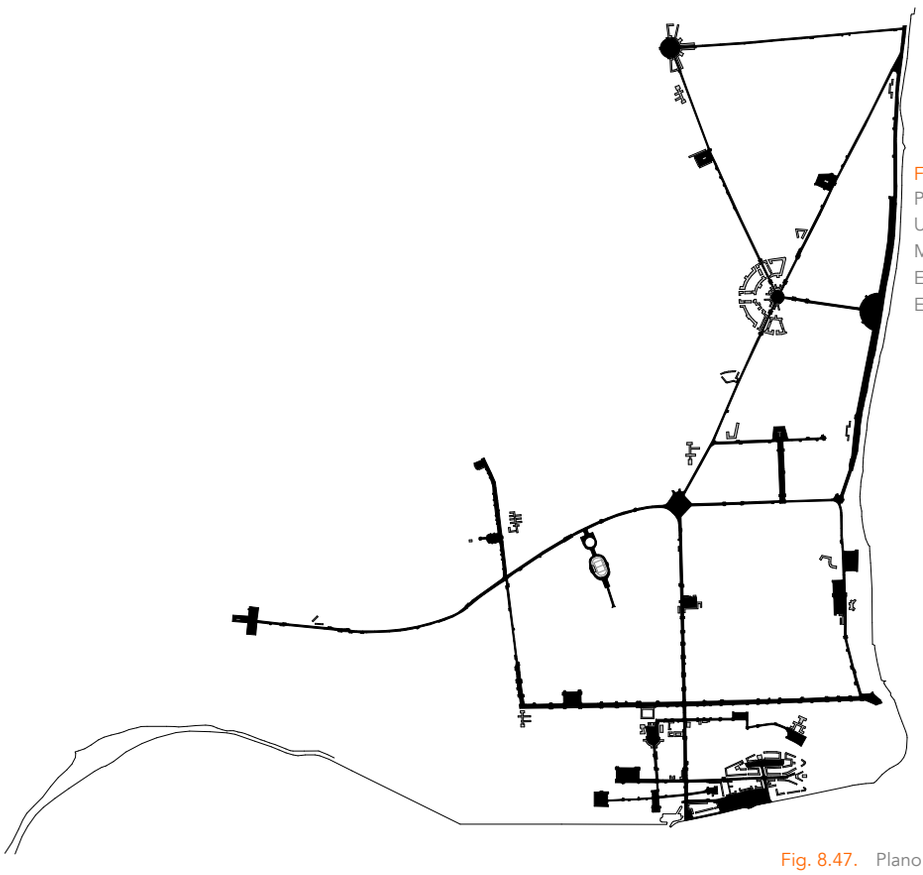


Fig. 8.46.
Plano Geralde Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.

Fig. 8.47. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.

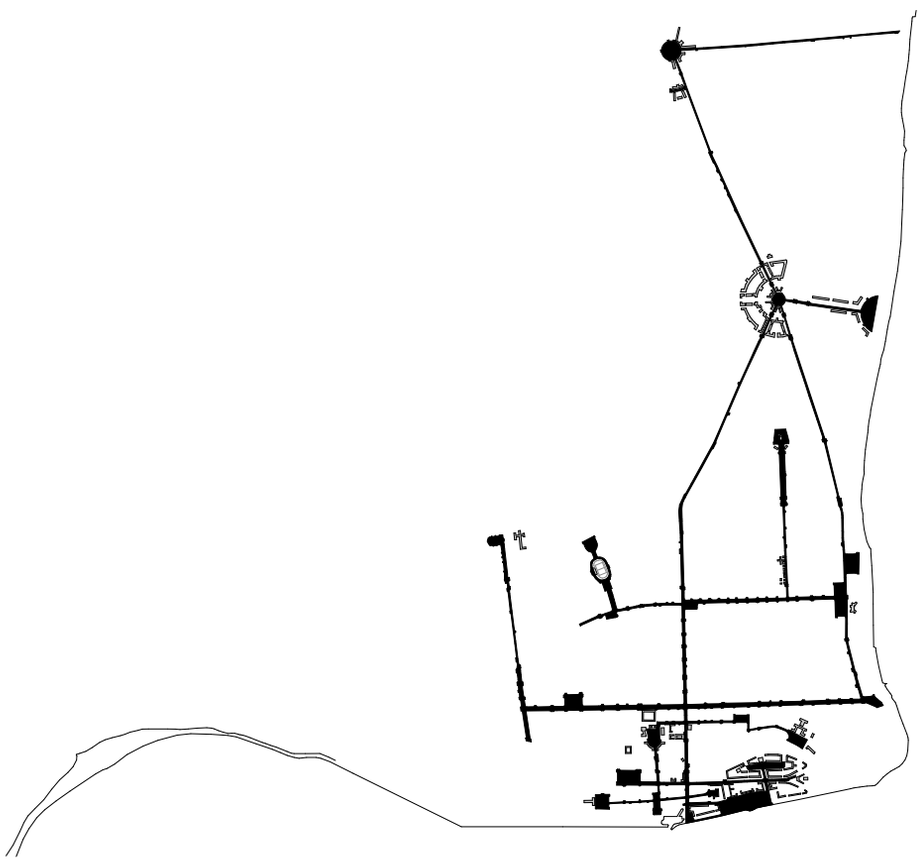
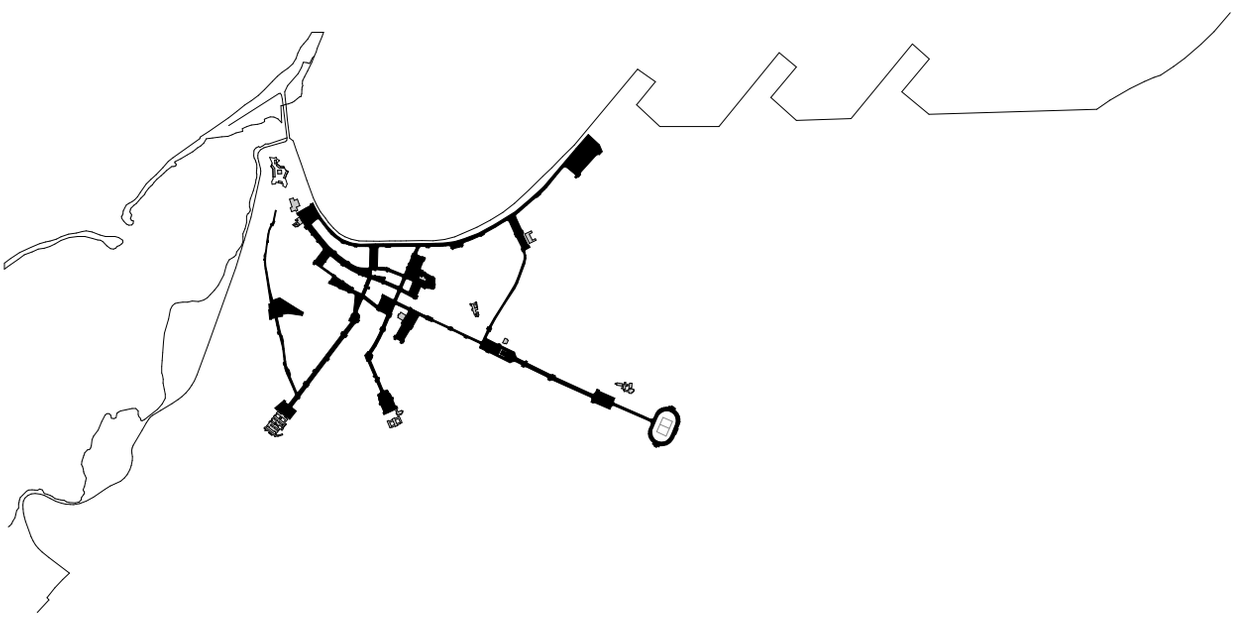
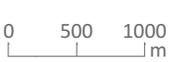


Fig. 8.48. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.





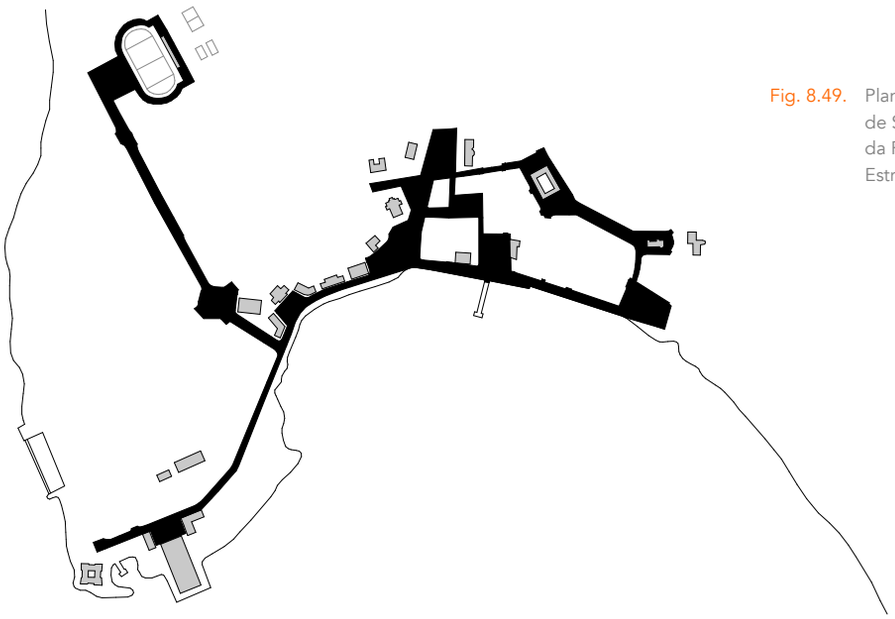


Fig. 8.49. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.

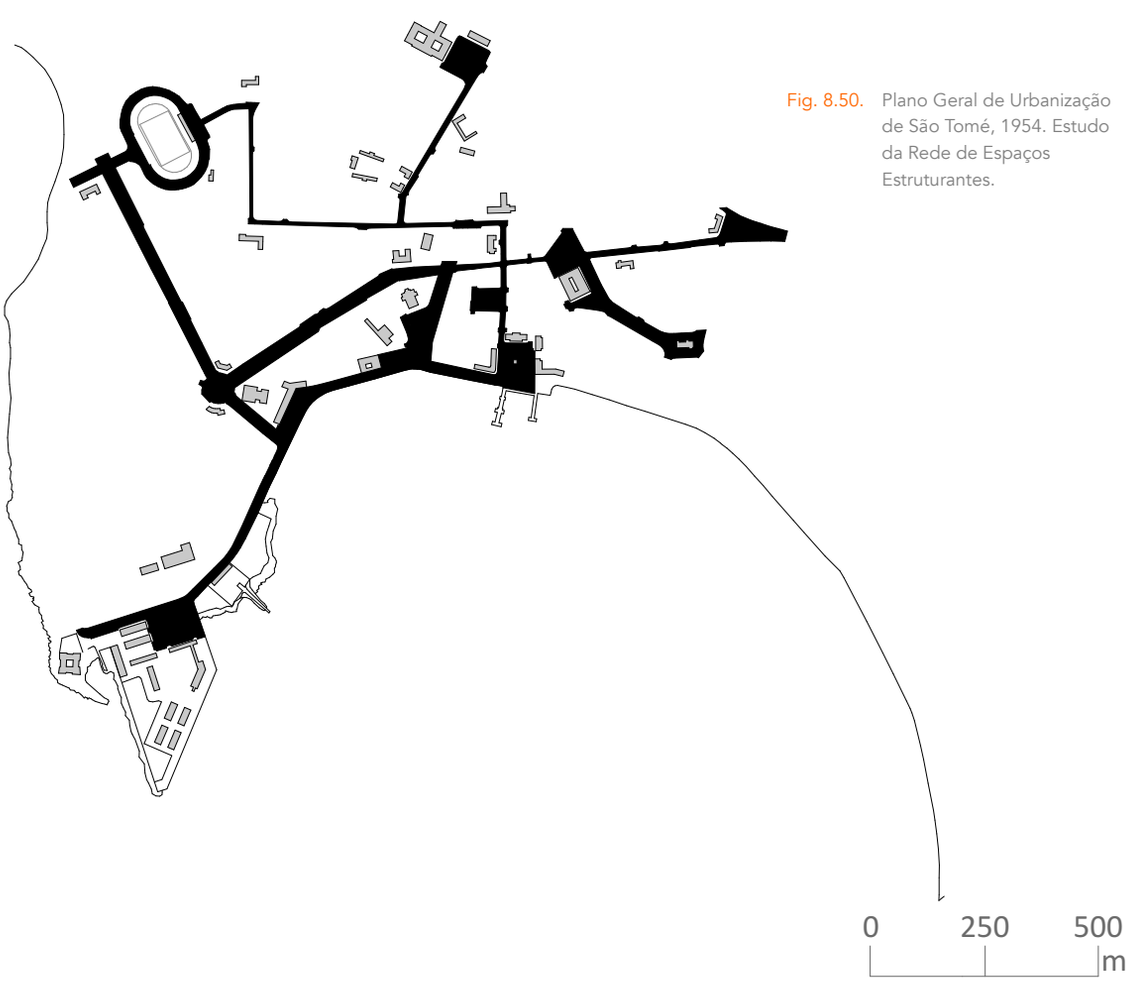


Fig. 8.50. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo da Rede de Espaços Estruturantes.

8.2.4. Percursos Locais e Regionais

A ligação da rede de percursos locais, existentes e novos, à dos percursos regionais é considerada em todas as versões de todos os Planos. Aliás, este tema é dos primeiros considerados em todas as memórias descritivas consultadas, o que denota a sua importância no processo de definição da estrutura principal do traçado urbano projectado. Os percursos locais estruturantes são, de um modo geral, coincidentes com o traçado urbano primário e conectam-se com a rede viária regional da forma mais directa possível, contribuindo não só para o descongestionamento intra-urbano, como também para afastar o trânsito que não interessa ao centro da cidade.



Fig. 8.51. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.

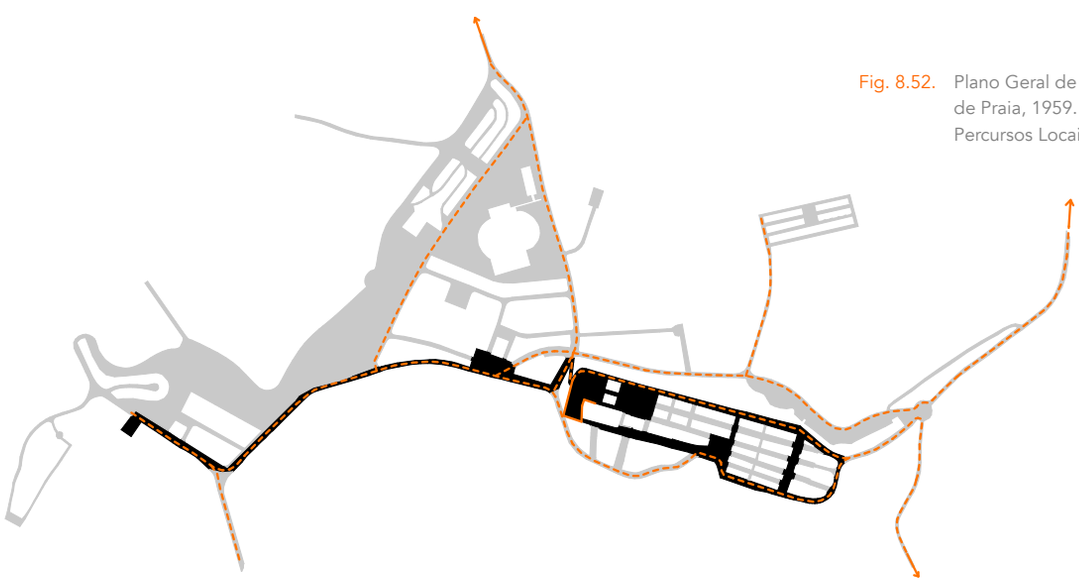


Fig. 8.52. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.

0 250 500 m

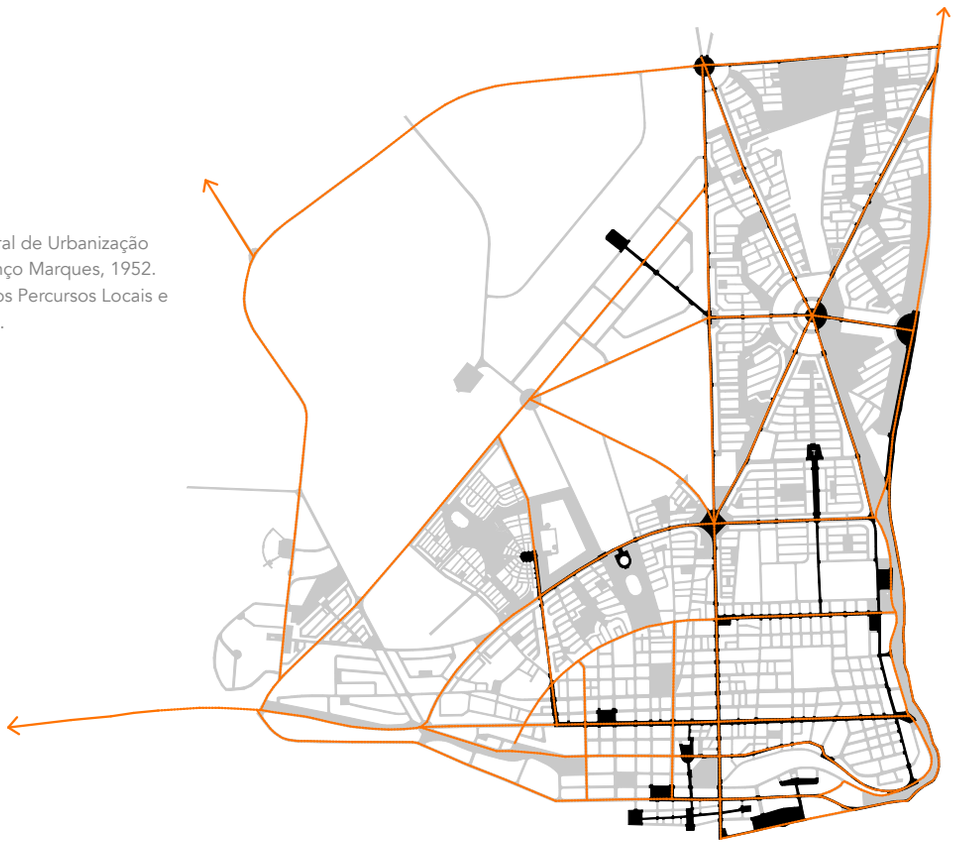


Fig. 8.53. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.

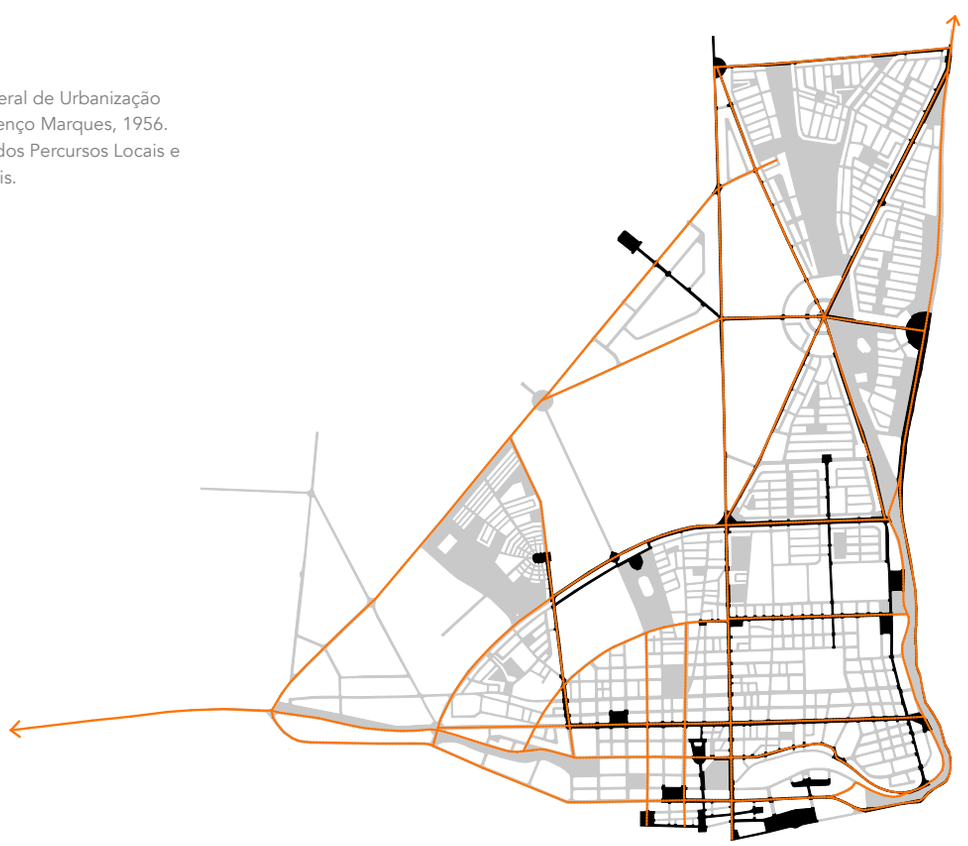


Fig. 8.54. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.

.

Fig. 8.55. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.

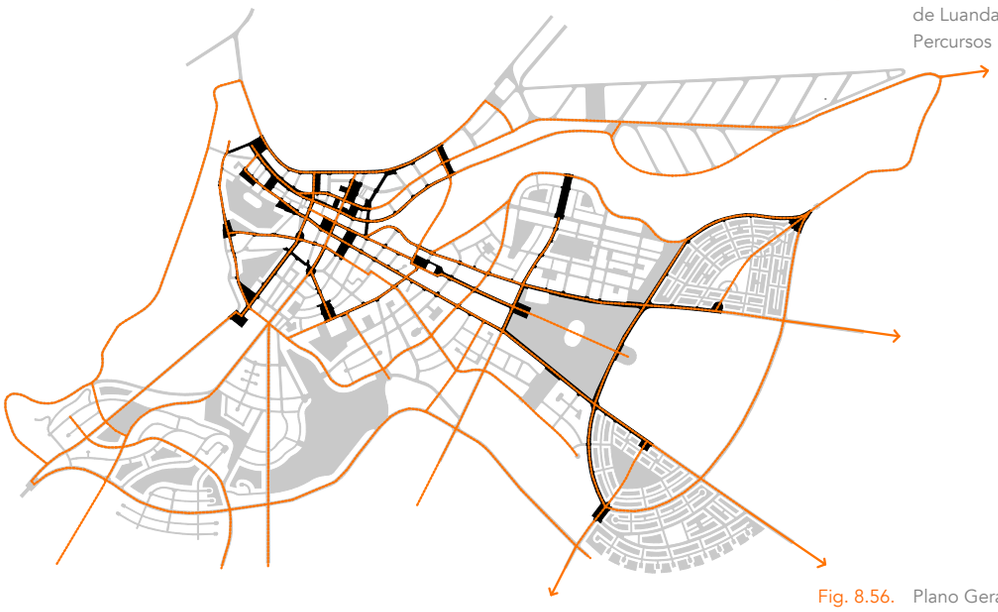


Fig. 8.56. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.

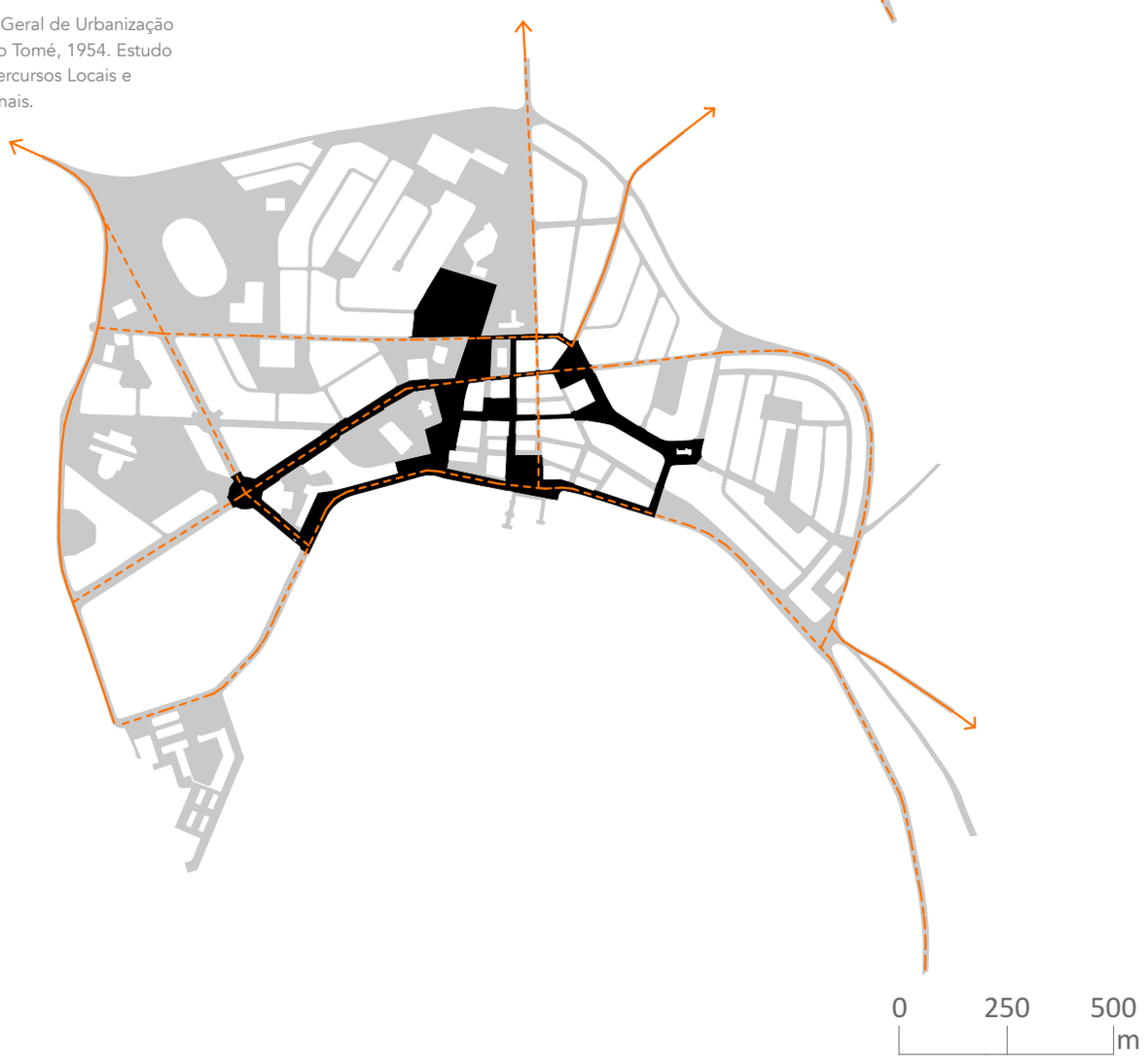




Fig. 8.57. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.



Fig. 8.58. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo dos Percursos Locais e Regionais.



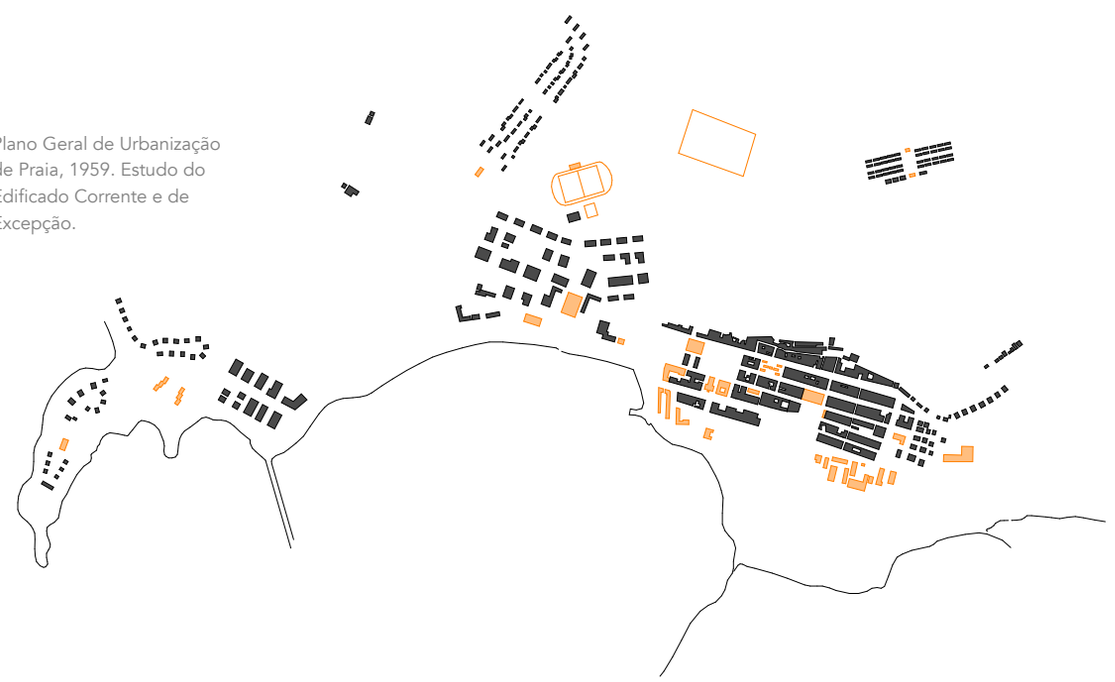
8.2.5. Edificado Corrente e de Excepção

O edificado de excepção encontra-se, de um modo geral, bem distribuído pelo edificado corrente, embora esteja menos presente nas áreas mais densas da malha urbana preexistente. Acompanhando a expansão dos limites das cidades, nas várias versões dos Planos, beneficia da distribuição tanto do património religioso preexistente (tendencialmente disperso pela periferia do núcleo tradicional), como do edificado de excepção novo. Nas zonas residenciais de expansão é recorrente a utilização de equipamento de pequena dimensão de apoio exclusivamente local.

Fig. 8.59. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.



Fig. 8.60. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.





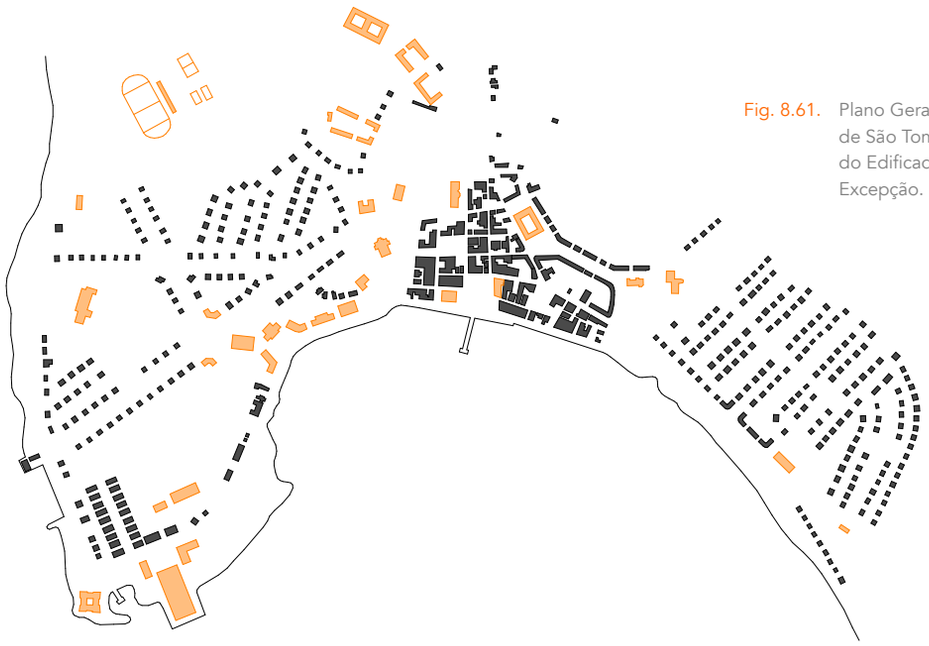


Fig. 8.61. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.



Fig. 8.62. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Edificado Corrente e de Excepção.

8.3. TIPOLOGIA DO TRAÇADO

"A noção de Tipologia urbana refere à regra normativa do traçado e mais estritamente ao seu princípio elementar, remetendo assim para o sistema dos traçados que na globalidade da sua articulação conjunta suporta a concretização edificada da Cidade; Mas refere também ao dispositivo segundo o qual se organiza a agregação sistemática dos Tipos edificatórios, e deste modo está directamente relacionada com o nível da estrutura morfológica em que se inserem os dispositivos intermédios resultantes da agregação do edificado elementar que têm capacidade operativa na conformação efectiva do traçado."

(Afonso, 1991: 52).

8.3.1. Traçado Urbano

Da análise aos casos de estudo Coloniais depreende-se que Aguiar intervém muito pouco no traçado urbano do sistema portante de fixação inicial e utiliza-o enquanto elemento gerador do traçado de expansão. A excepção é o Plano da Praia, por motivo do isolamento que a topografia em *plateau* provoca entre a cidade tradicional e o traçado urbano de expansão.

Apesar da discrepância de dimensão territorial entre as cidades de Luanda e Lourenço Marques e as restantes, a análise comparativa revela várias recorrências na estrutura do traçado urbano de expansão, sobretudo na estratégia de hierarquização e de recurso a tipologias de traçado que remetem para interpretações da *Cidade-Jardim* Inglesa e que determinam a sua forma. A escala do traçado urbano de expansão também não concorre com a hierarquia do traçado tradicional contribuindo, de um modo geral, para a sua homogeneidade. O novo traçado urbano é sempre articulado com a rede regional de comunicações, hierarquizando-as e conectando-as com os traçados primário e secundário.

A evolução da divisão do traçado secundário, quer pela urbanização de áreas expectantes quer pela subdivisão do traçado de composição formal originariamente menos denso, conduz a uma maior uniformidade da tipologia do traçado urbano das cidades, fruto do forte aumento da procura de alojamento que caracteriza o período em estudo. No caso de Luanda, esta evolução permite inclusive apagar a distinção entre a cidade tradicional e a expansão residencial para europeus. No entanto, comparando, no plano de Luanda de 1949, o traçado urbano dos bairros residenciais *indígenas* com o dos bairros *europeus*, existe uma distinção formal clara entre eles, a qual só volta a acontece na solução para o bairro da Munhuana no Plano de 1956 para Lourenço Marques.



Fig. 8.63. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Traçado Urbano.

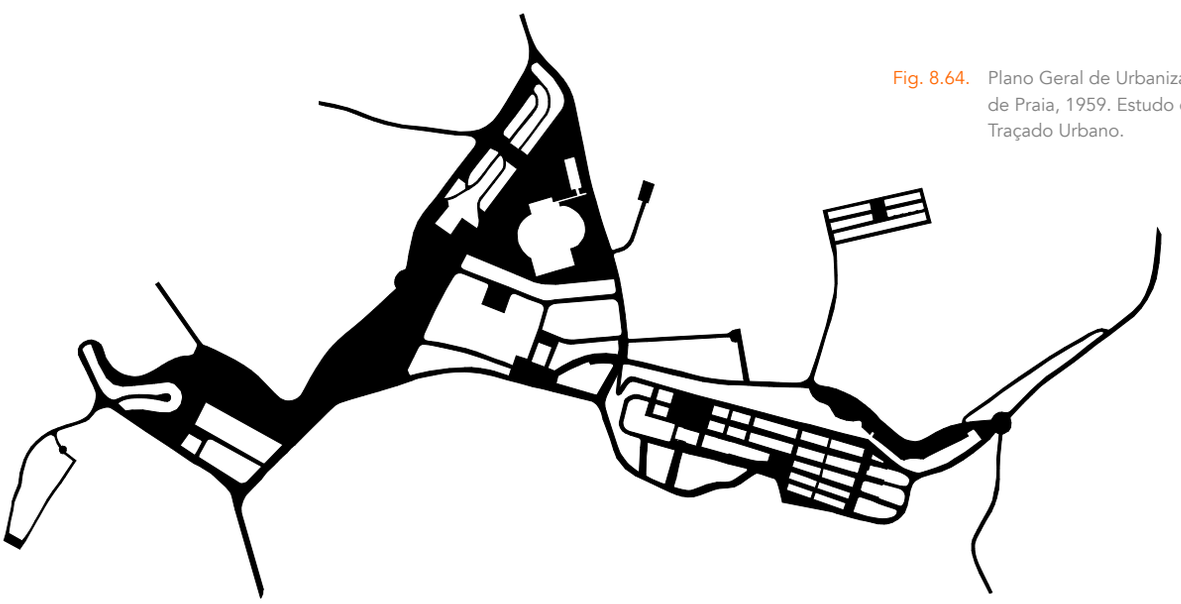


Fig. 8.64. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Traçado Urbano.

0 250 500 m



Fig. 8.65. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo do Traçado Urbano.



Fig. 8.66. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo do Traçado Urbano.

0 500 1000 m

Fig. 8.67. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo do Traçado Urbano.

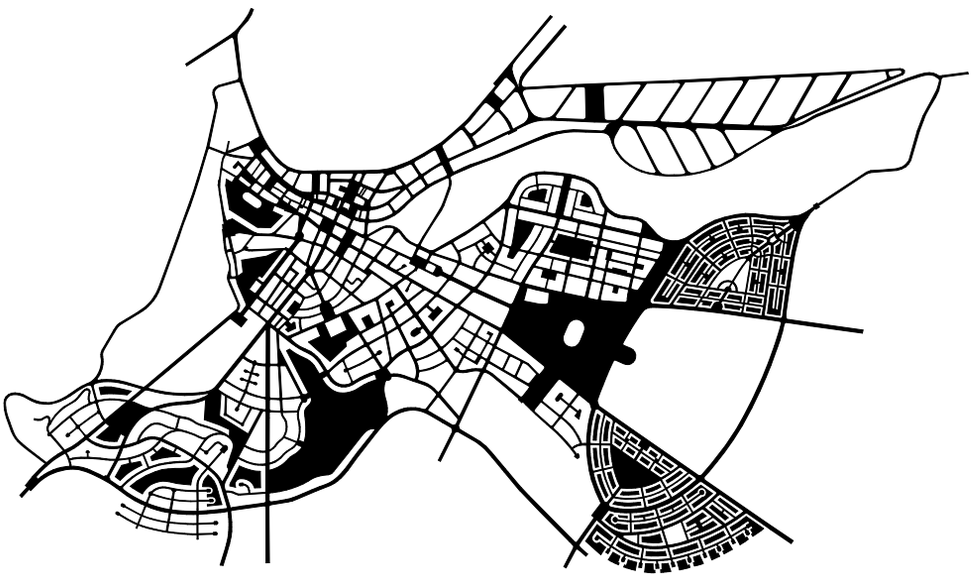


Fig. 8.68. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952. Estudo do Traçado Urbano.

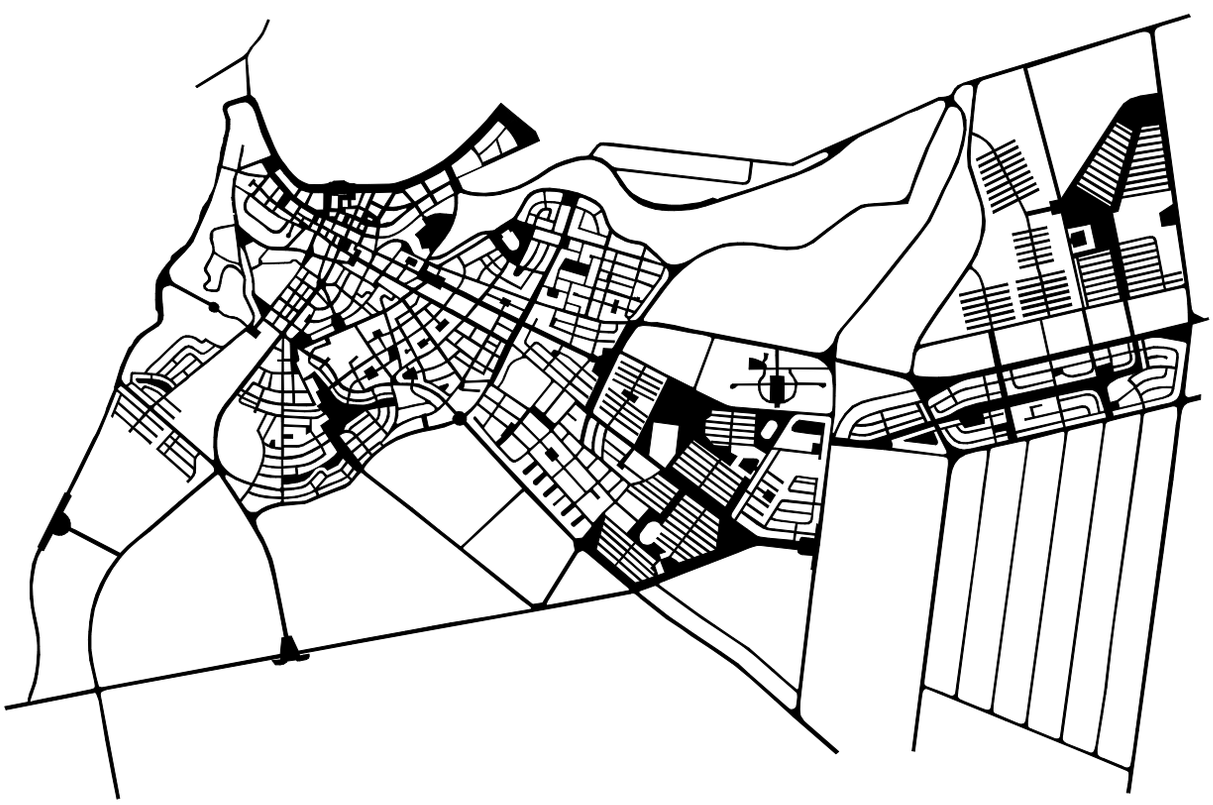


Fig. 8.69. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Traçado Urbano.

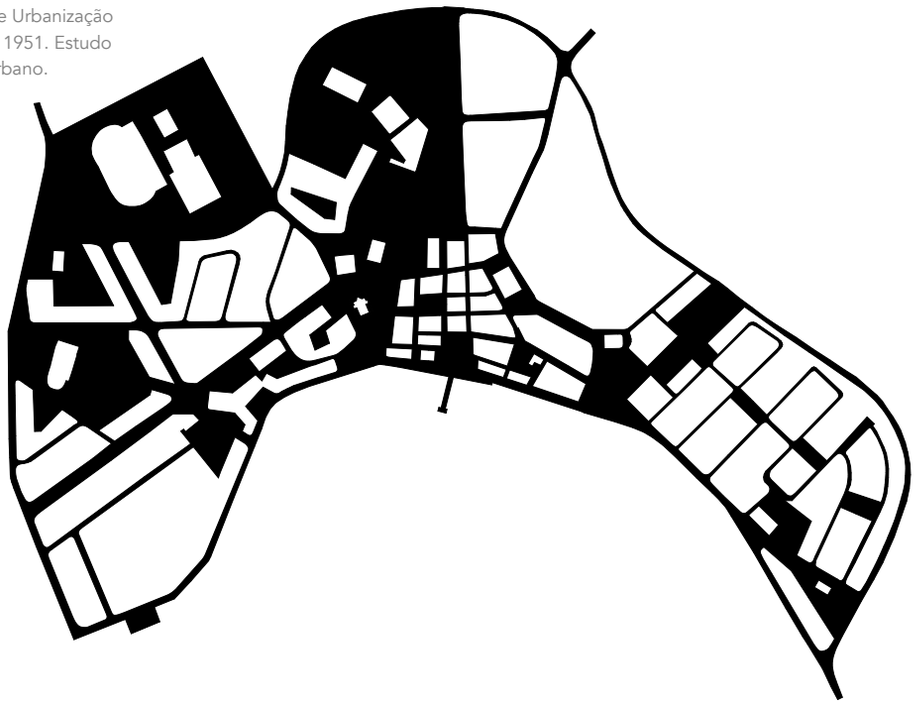


Fig. 8.70. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Traçado Urbano.



8.3.2. Traçado e Eixos Estratégicos

As propostas de traçado urbano para Díli e para a Praia não apresentam eixos estratégicos de grande composição formal e geométrica. Em Luanda, a proposta de 1946 assume quase na totalidade o Plano anterior de De Groër e Moreira da Silva e, como tal, não é significante neste ponto da análise; a respectiva Revisão de 1952 mantém apenas uma parte do traçado urbano de grande composição formal anterior. As propostas para os outros dois casos de estudo seguem os princípios de composição da *City Beautiful*, com mais ou menos monumentalidade, dependendo sobretudo da dimensão do território de intervenção. Não existe portanto, para os casos Coloniais, um padrão de projecto no que respeita à utilização de eixos estratégicos de grande composição no desenvolvimento do traçado urbano.

Fig. 8.71. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.

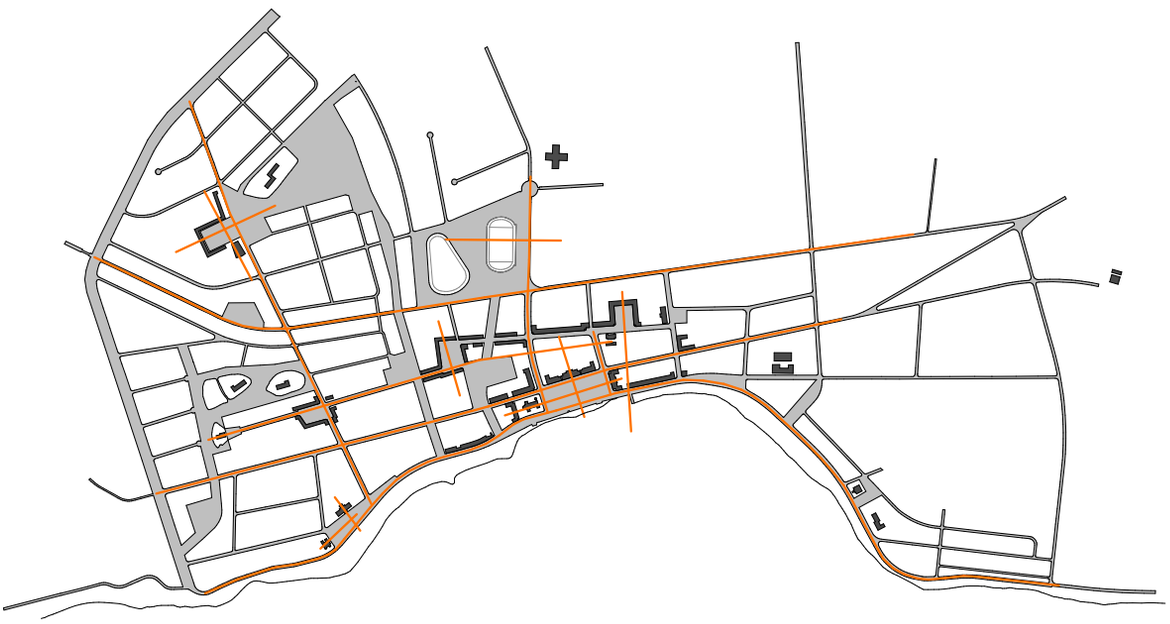


Fig. 8.72. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.

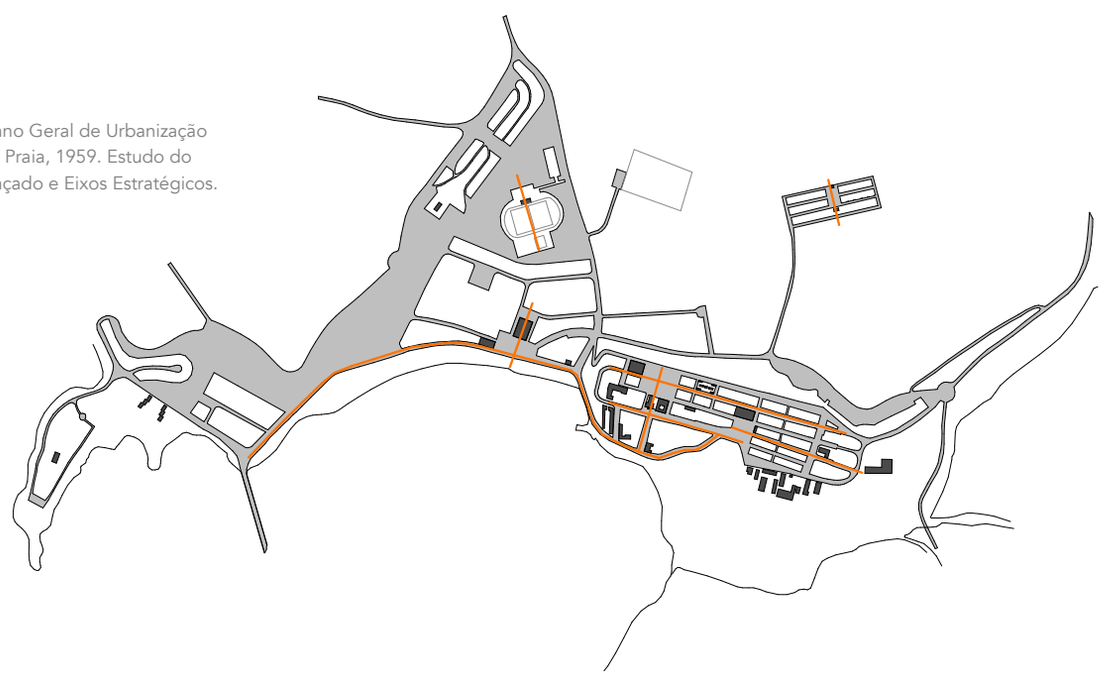






Fig. 8.73. Plano Geral de Urbanizaçãode Lourenço Marques, 1952.Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.

Fig. 8.74. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.



Fig. 8.75. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.

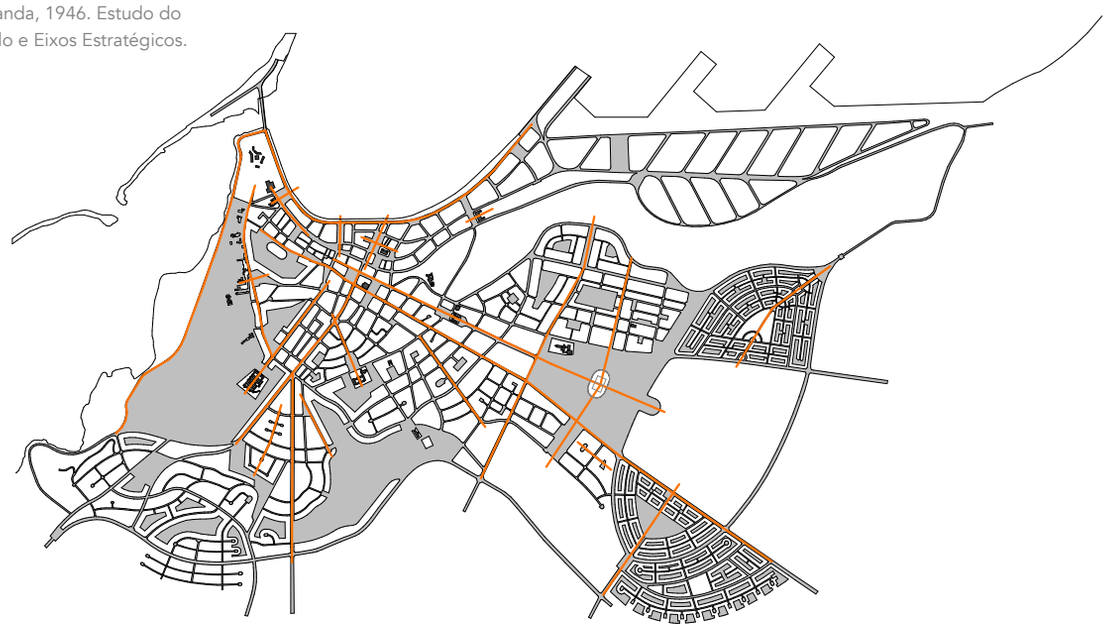


Fig. 8.76. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.



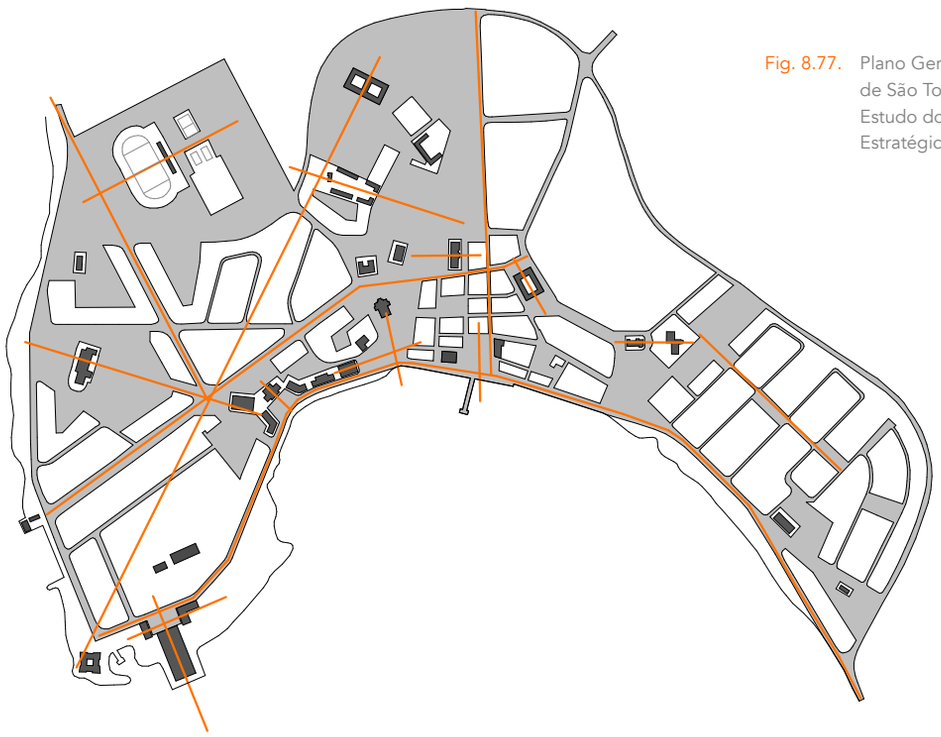


Fig. 8.77. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.



Fig. 8.78. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Traçado e Eixos Estratégicos.

8.3.3. Traçado Primário e Secundário

Os traçados primários propostos para os casos de estudo apresentam, de um modo geral, malhas heterogéneas reticuladas de geometria e dimensão irregulares. O caso de Luanda é a excepção, porque o traçado urbano primário sofre uma deformação que está relacionada com a topografia.

O traçado secundário dos casos de estudo é definido, nas zonas de expansão, por malhas mais apertadas e por novos padrões estruturados segundo as seguintes referências disciplinares: *Cidade-Jardim Inglesa*, *City Beautiful* e *Unidade de Vizinhança*. Esta tendência tem como efeito prático a subordinação do traçado secundário à prática edificatória e a libertação gradual de espaço público qualificado. A sub-hierarquização do traçado secundário é mais generalizada no caso das cidades de maiores dimensões.

Fig. 8.79. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Traçado Primário e Secundário.

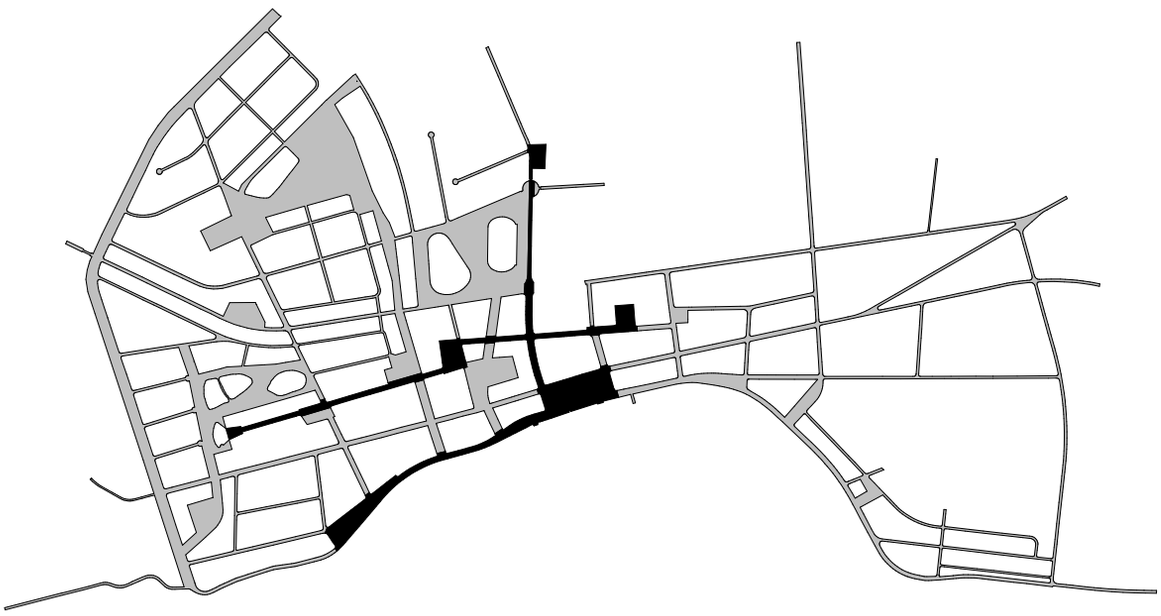


Fig. 8.80. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Traçado Primário e Secundário.

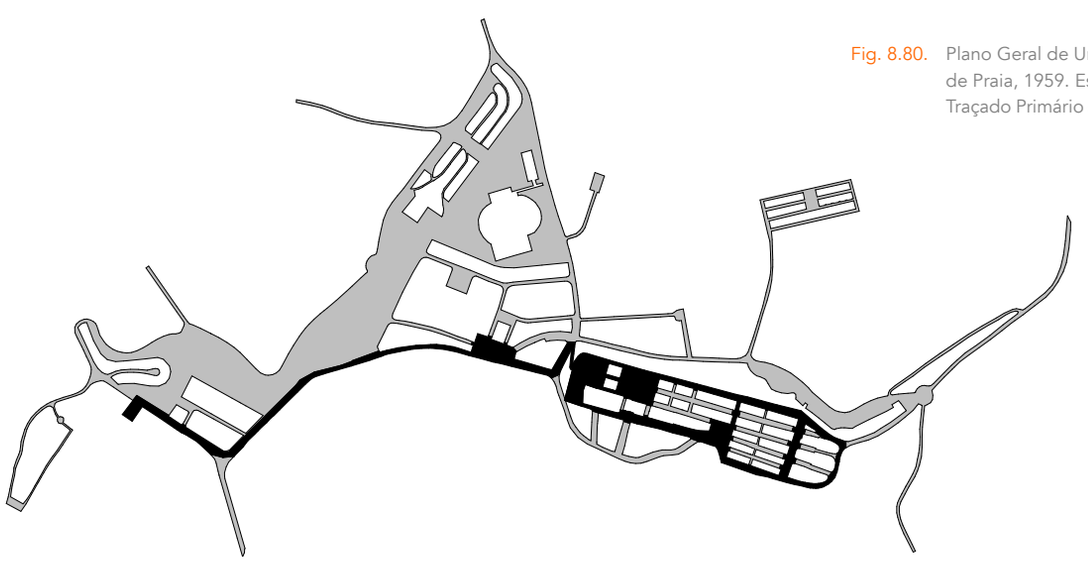




Fig. 8.81. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo do Traçado Primário e Secundário.



Fig. 8.82. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo do Traçado Primário e Secundário.



Fig. 8.83. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo do Traçado Primário e Secundário.

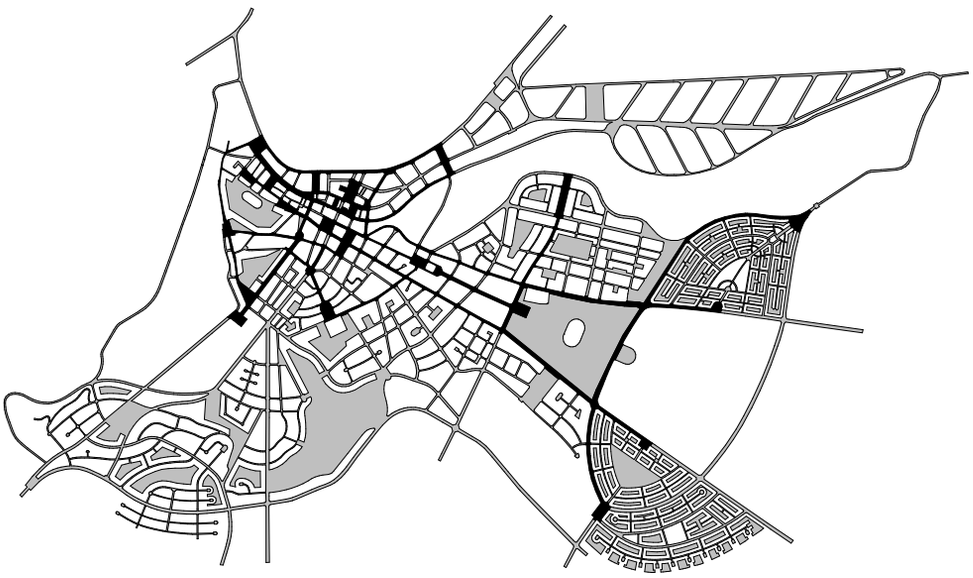


Fig. 8.84. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952. Estudo do Traçado Primário e Secundário

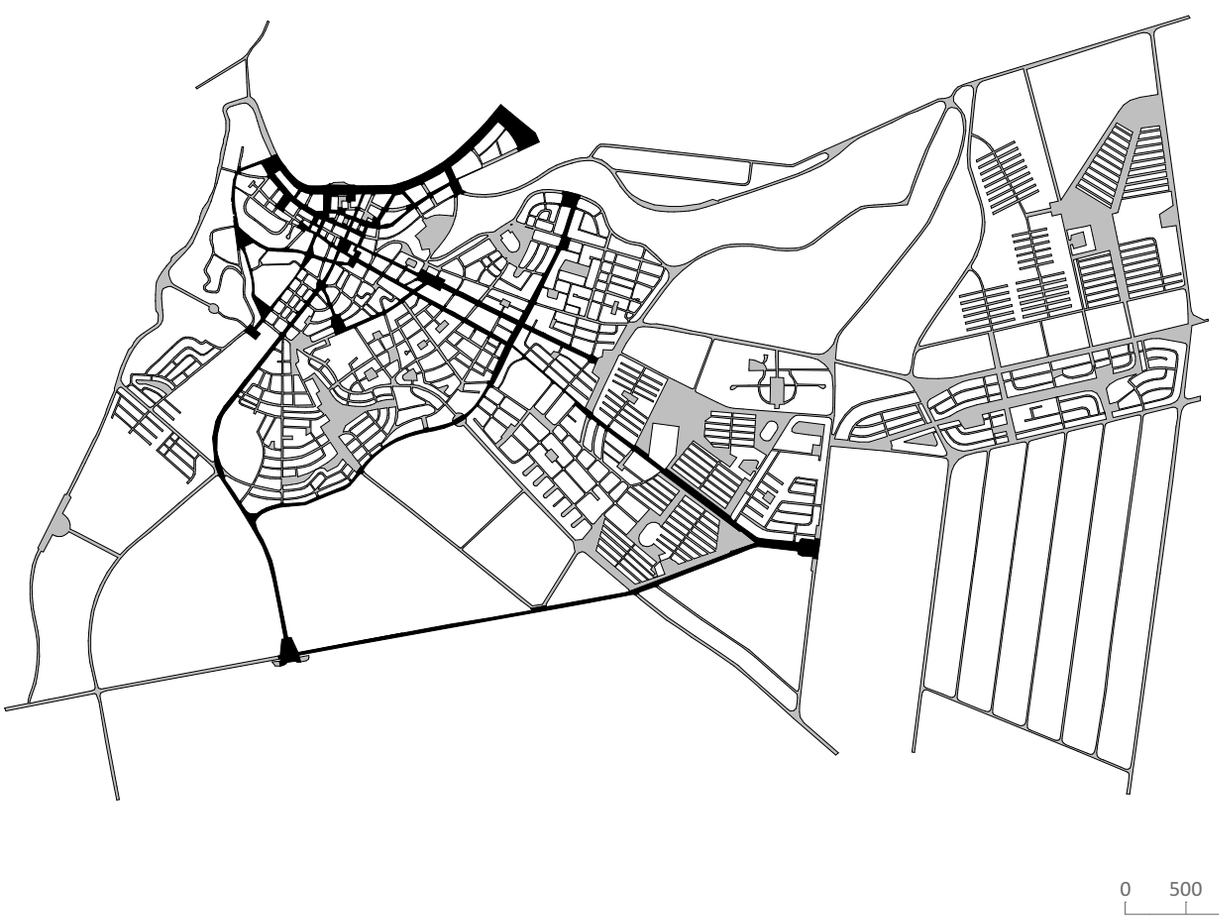


Fig. 8.85. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Traçado Primário e Secundário.

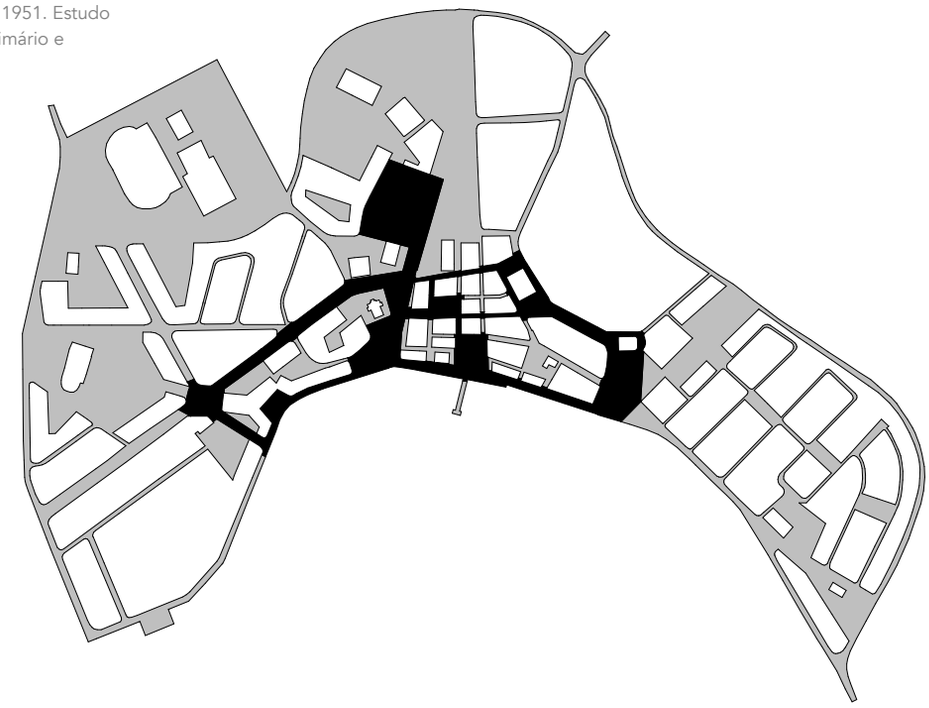


Fig. 8.86. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Traçado Primário e Secundário.



8.3.4. Traçado Primário e Edificado de Excepção

Nos casos de Díli, da Praia e de São Tomé, uma parte significativa do edificado de excepção vincula-se directamente ao traçado primário planeado, através da tipologia de frente de rua. Em Lourenço Marques, o edificado de excepção articula-se com o traçado primário pontualmente, ao nível dos espaços estruturantes e dos eixos estratégicos, acabando por contribuir para a grande composição formal típica da *City Beautiful*.

Fig. 8.87. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Traçado Primário e Edificado de Excepção.

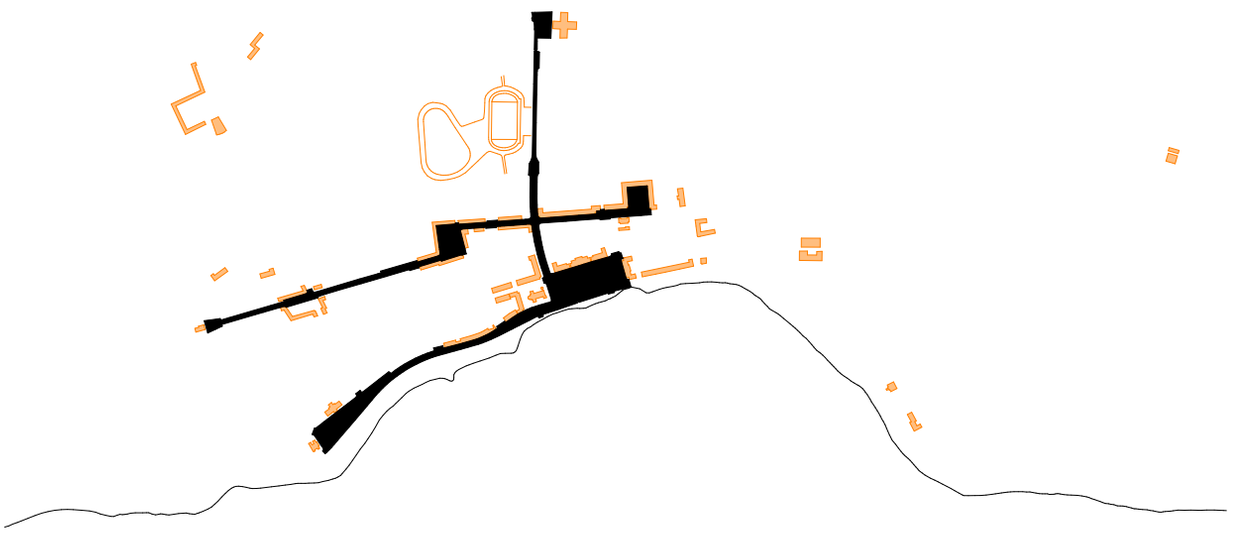


Fig. 8.88. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Traçado Primário e Edificado de Excepção.

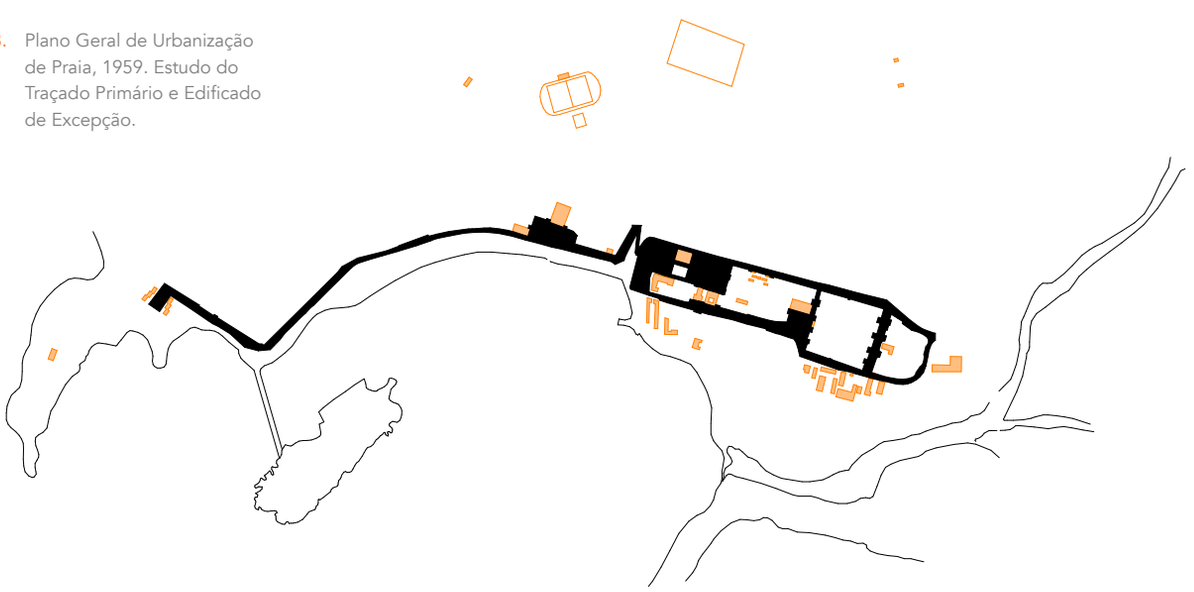




Fig. 8.89. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo do Traçado Primário e Edificado de Excepção.



Fig. 8.90. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo do Traçado Primário e Edificado de Excepção.



Fig. 8.91. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Traçado Primário e Edificado de Excepção.

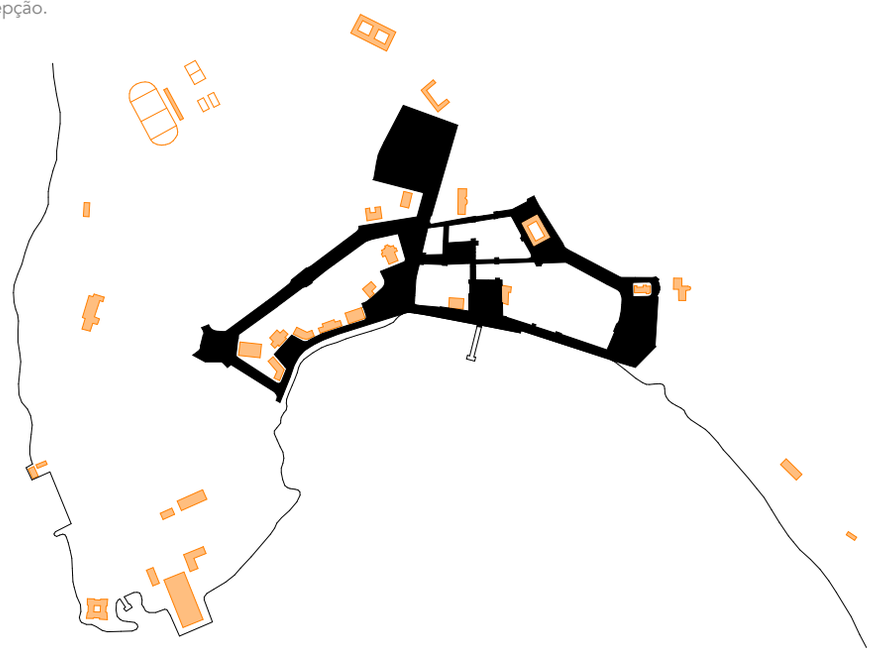
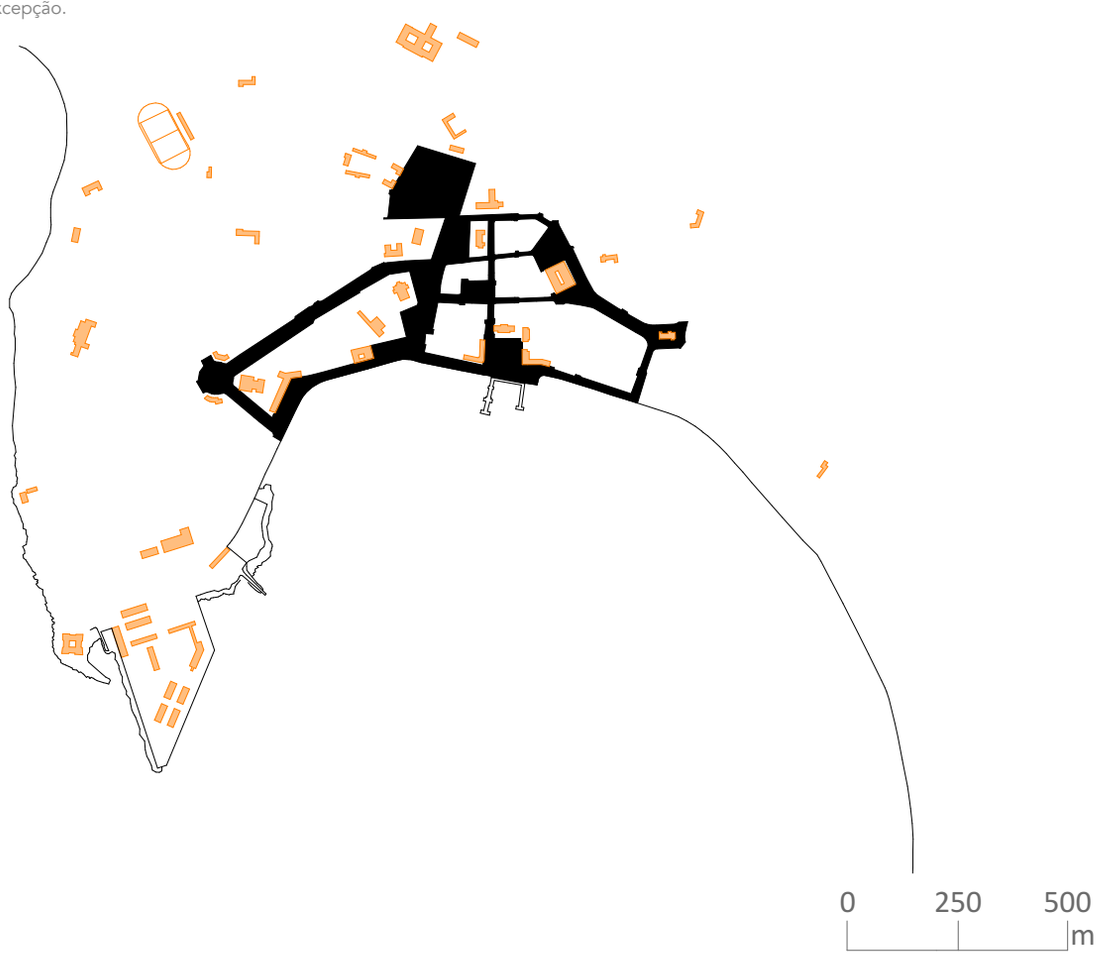


Fig. 8.92. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Traçado Primário e Edificado de Excepção.



8.3.5. Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio

A estrutura morfológica formal preexistente é, em todos os casos, de génese ortogonal (mais ou menos irregular), e é genericamente mantida por Aguiar, com excepção de Díli dado o elevado grau de destruição que apresentava.

As duas versões do Plano de Lourenço Marques criam uma estrutura morfológica distinta para a área de expansão, que se vincula ao desenho urbano geométrico de composição formal; dentro de cada negativo, os dispositivos de nível intermédio resultantes criam estruturas morfológicas regulares que seguem a tipologia de correnteza dupla de moradias unifamiliares (isoladas e geminadas). De um modo geral, esta estratégia é transversal a todas as áreas de expansão dos Planos, com algumas variações ao nível da composição do desenho urbano (mais formal nuns casos e mais livre noutros), e ao nível das tipologias do dispositivo de nível intermédio utilizadas. Por exemplo, em Luanda, Aguiar subordina os dispositivos de nível intermédio a um traçado urbano mais orgânico e recorre profusamente à tipologia do impasse para organizá-los, sobretudo na segunda versão do Plano. Esta solução tem a vantagem de ser mais versátil na estruturação de dispositivos de maiores dimensões (substituindo o logradouro pelo acesso à frente de rua interior) ou de formato mais irregular, adaptando-se melhor às várias propostas de composição formal dos traçados urbanos e à topografia dos territórios.

Os dispositivos de nível intermédio novos são, em regra, consideravelmente maiores do que os preexistentes. Nos traçados urbanos propostos para São Tomé, a transição entre os dois é mais brusca, originando uma estrutura morfológica menos homogénea, como acontece, por exemplo, no Bairro Marcelo Caetano. Nos traçados maiores, é normalmente criada uma gradação que permite uma estrutura morfológica mais homogénea.

Fig. 8.93. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.

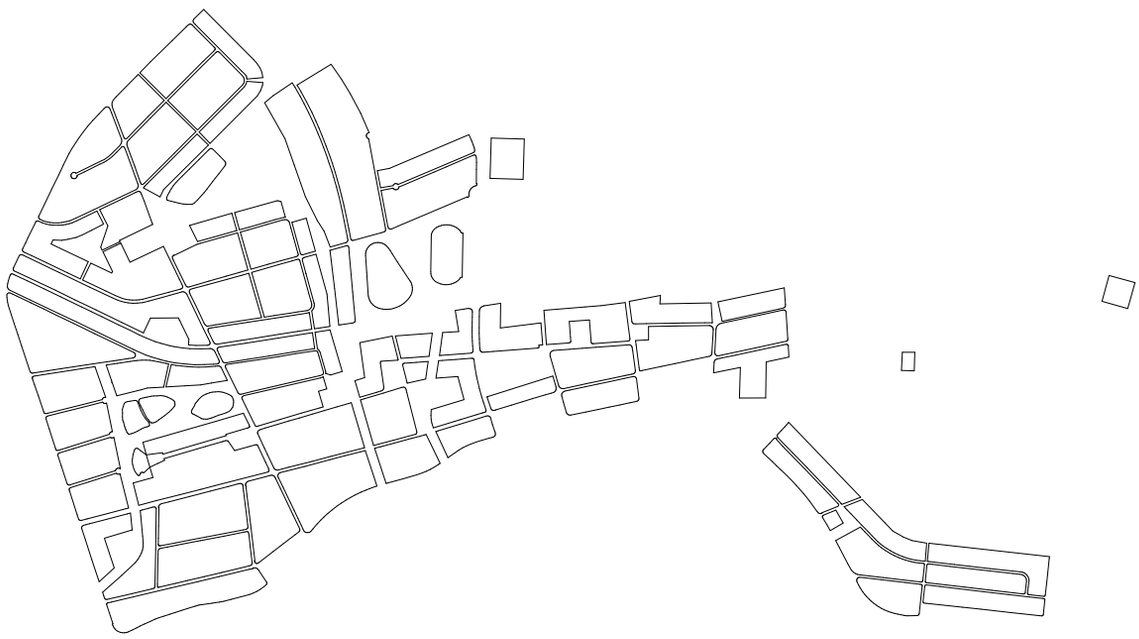
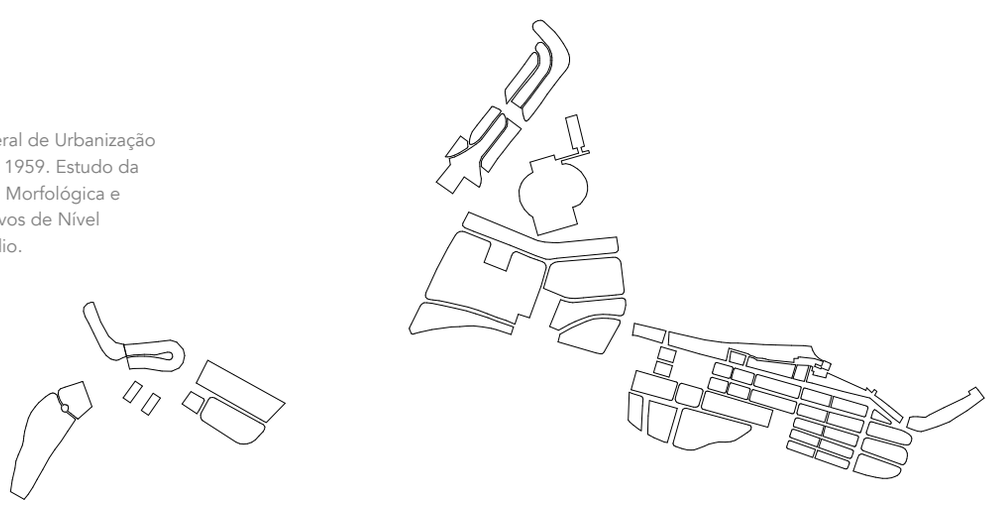


Fig. 8.94. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.



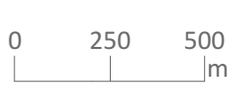




Fig. 8.95. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.

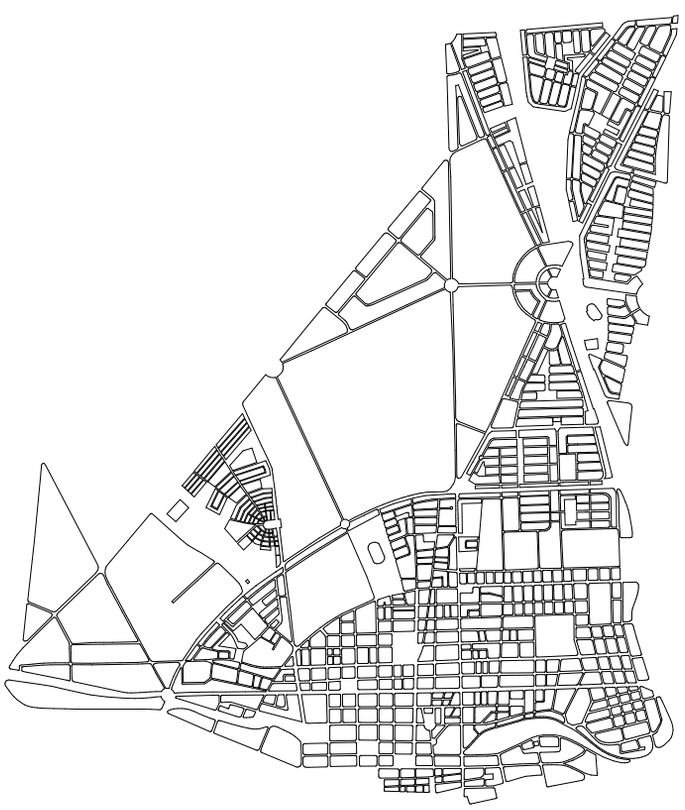


Fig. 8.96. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1956. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.

0 500 1000
m

Fig. 8.97. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.

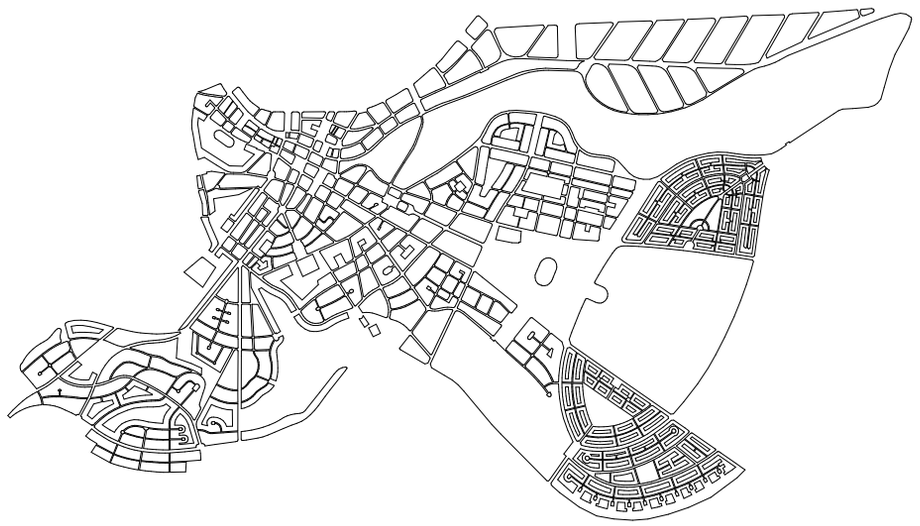
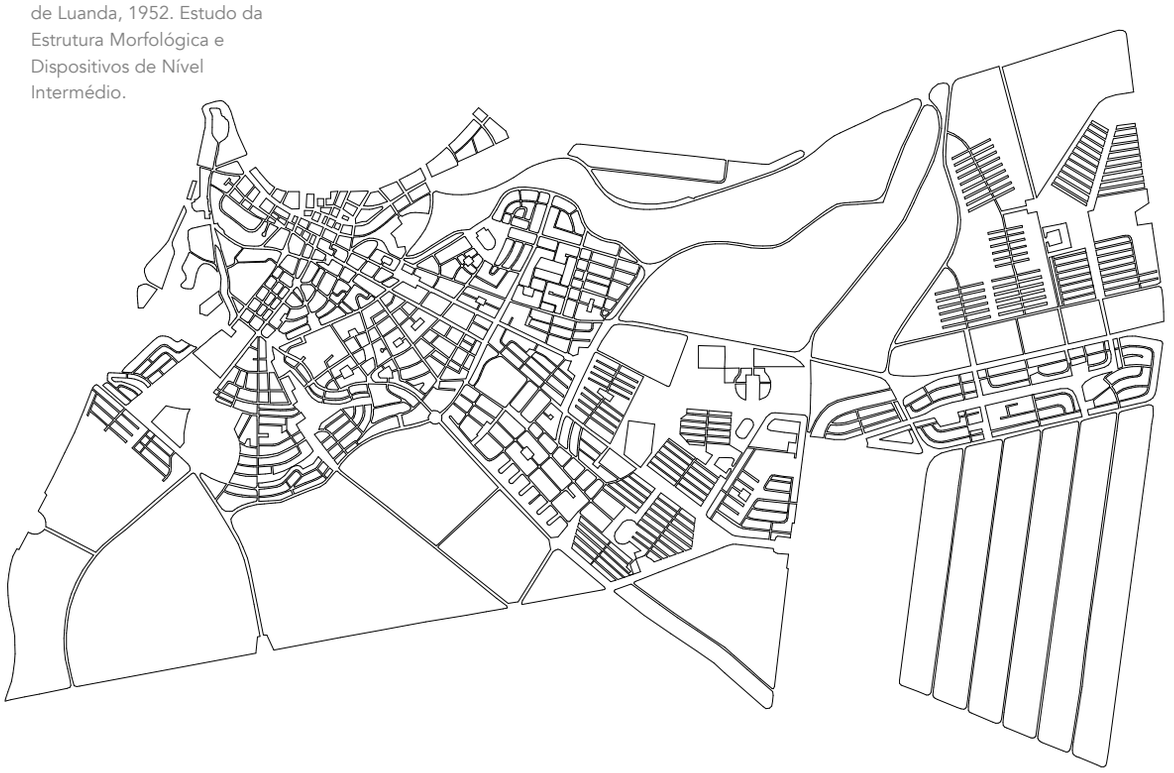


Fig. 8.98. Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1952. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.





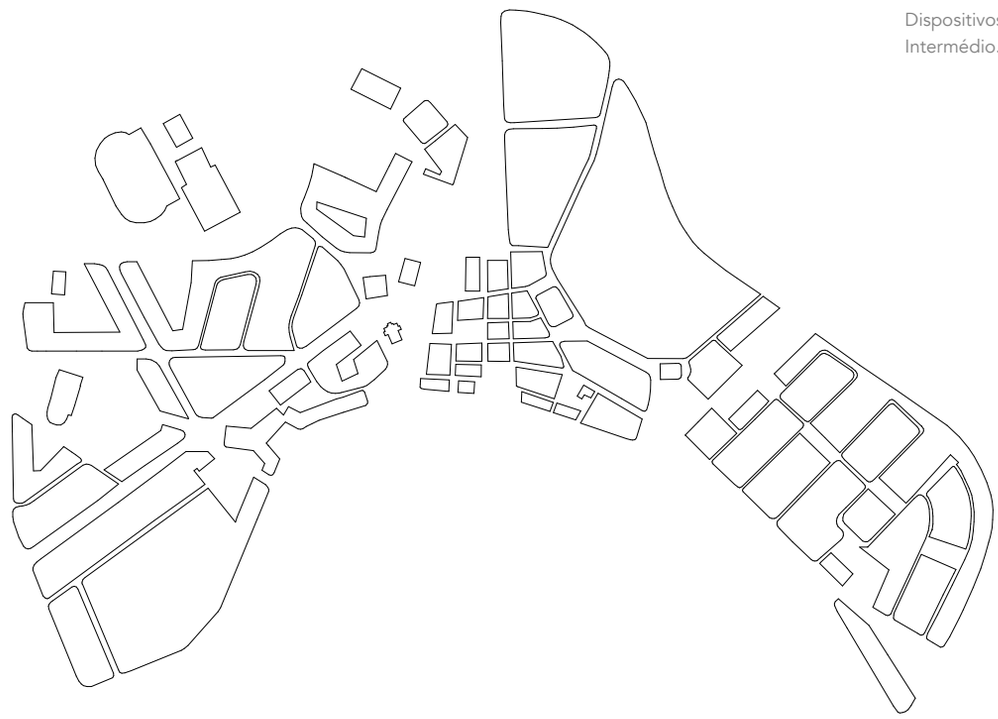


Fig. 8.99. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.

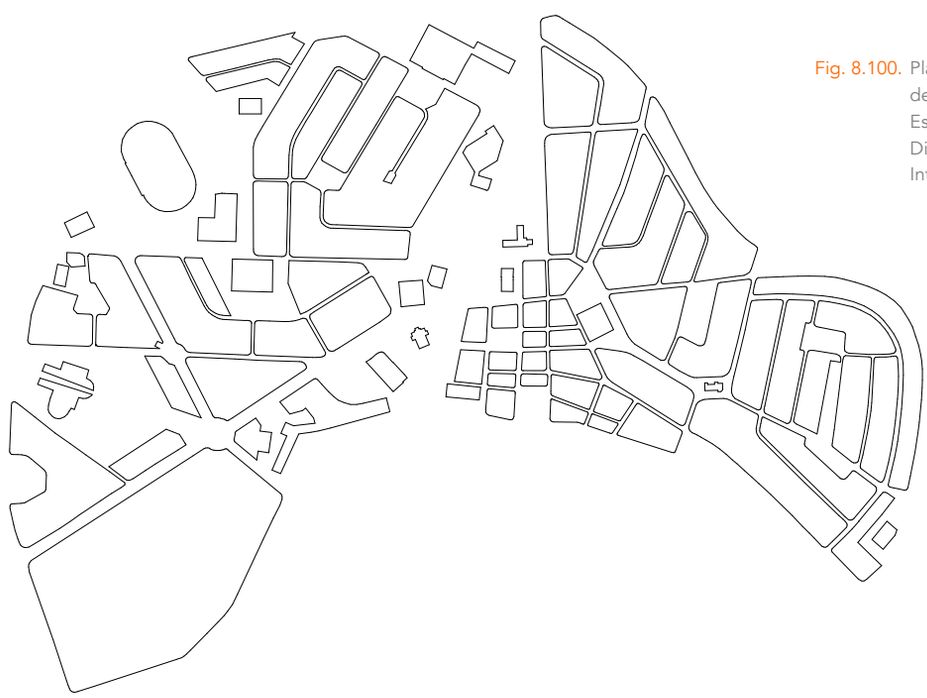


Fig. 8.100. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo da Estrutura Morfológica e Dispositivos de Nível Intermédio.



8.3.6. Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente

Ambos os traçados urbanos, o preexistente e o novo são, de um modo geral, pontuados com espaços públicos qualificados (sobretudo praças), e seguem uma distribuição relativamente uniforme. No traçado urbano da expansão residencial, que segue predominantemente os conceitos do *bairro-jardim* e da *unidade de vizinhança*, os espaços públicos dominantes são sobretudo utilizados como elemento separador dos núcleos residenciais entre si, bem como destes com o traçado viário. Esta solução tanto é aplicada a bairros para europeus como para indígenas, como bem demonstram a Costa do Sol e a Munhuana do Plano de 1952 para Lourenço Marques. Mesmo os Planos mais pequenos como o de Díli seguem esta lógica de composição do sistema de espaços públicos, por se ajustar aos modelos de referência das áreas de homogeneidade morfológica.

Em São Tomé, a relação entre o espaço público e o edificado corrente é menos evidente, sobretudo no bairro Salazar, onde o primeiro está exclusivamente vinculado ao traçado primário de composição formal que tem por referência a *City Beautiful*. A disposição do conjunto de espaços públicos ajardinados que segue da marginal pelo canal de Água Grande em direcção a Sul parece definir um limite de classe social por entre o edificado corrente: a Nascente deste, a área de expansão residencial reservada a uma faixa social privilegiada e à sede do Governo Provincial; a Poente, o conjunto do traçado urbano tradicional (onde se desenvolvem as actividades económicas da cidade) e a área de expansão residencial económica.

Convém também salientar que a distribuição do espaço público pelo edificado corrente do traçado ortogonal preexistente de Lourenço Marques é a menos uniforme e a mais escassa de todas (sobretudo se tivermos em conta a dimensão deste traçado), por força da densidade da malha ortogonal que a define e da rigidez do parcelamento de frente de rua que nunca chega a ser quebrada por Aguiar.



Fig. 8.101. Plano Geral de Urbanização de Díli, 1951. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.

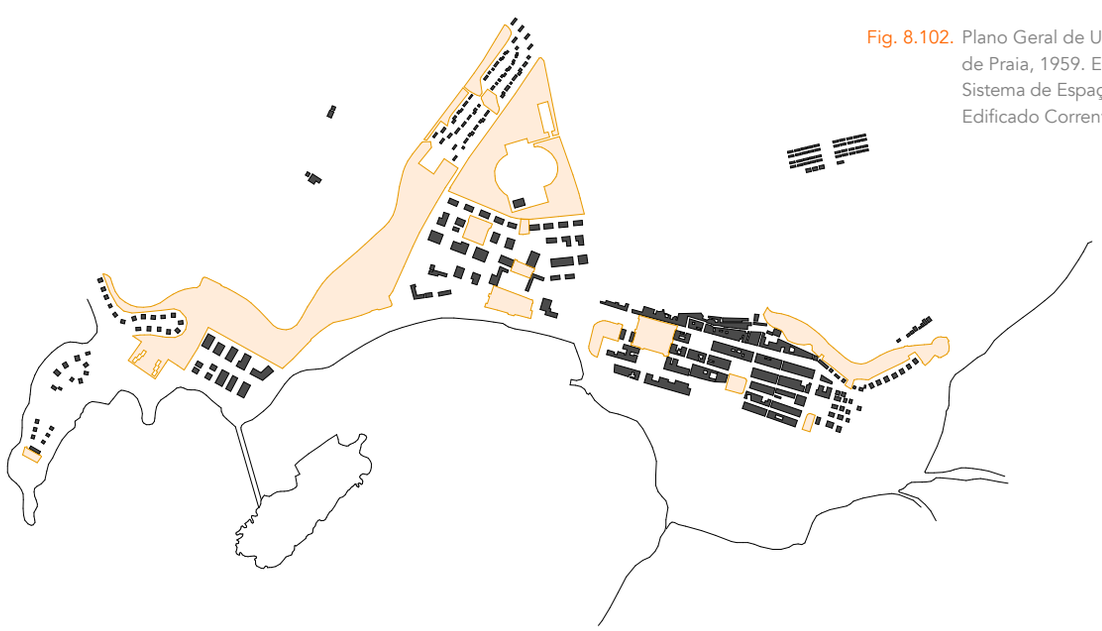


Fig. 8.102. Plano Geral de Urbanização de Praia, 1959. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.

0 250 500 m

Fig. 8.103. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1951. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.



Fig. 8.104. Plano Geral de Urbanização de São Tomé, 1954. Estudo do Sistema de Espaços Públicos e Edificado Corrente.



8.4. RESULTADOS PRELIMINARES

"Através do plano e numa visão integrada, eram coordenadas questões de natureza diversa: das infra-estruturas e arruamentos à habitação e equipamentos, com forte sentido estético do ordenamento urbanos."

(Lamas, 1989: 259).

No conjunto dos Planos, as referências disciplinares utilizadas por Aguiar, isolada ou conjuntamente, abrangem a *Cidade-Jardim Inglesa, a City Beautiful, a Unidade de Vizinhança e a Cidade-Jardim Americana*[2].

O Traçado Urbano formal do sistema portante inicial é apenas intervencionado pontualmente. As preexistências de baixa qualidade e o Traçado informal são sempre desconsiderados.

O Traçado Primário está sempre vinculado à cidade preexistente e, quando são seguidos os princípios da grande composição formal, também aos eixos estruturantes de expansão.

Os Dispositivos Morfológicos de Nível Intermédio utilizados são os seguintes: Frente de Rua, Impasse e Quarteirão. Este último é subdividido em dois conjuntos tipológicos[3]: o Quarteirão Regular, que alterna entre o tradicional rectangular fechado e as variações do aberto; e o Quarteirão Ecléctico, que combina a tipologia do Impasse (agregada ou não) com frentes de rua e, eventualmente, caminhos pedonais.

A Hierarquia de Lugares preexistente é genericamente mantida, constatando-se apenas, inicialmente, a criação de lugares mais fortes de vinculação às áreas de expansão e, nas versões subsequentes dos Planos, uma maior homogeneidade da distribuição e do seu valor. Por norma, a Prática Urbana de Aguiar cria tanto cidades monocêntricas como policêntricas, e mantém geralmente o Centro Cívico preexistente.

De um modo geral, a Rede de Espaços Estruturantes do centro da cidade tradicional é mantida e prolongada para as áreas de expansão residencial. Nas versões finais dos Planos, são criados espaços estruturantes de apoio exclusivamente local que não concorrem para esta rede à escala da cidade. Em certas versões iniciais, o prolongamento dos eixos estratégicos contribui para uma rede de espaços estruturantes mais inclusiva.

Os Planos que seguem os princípios da *City Beautiful* apresentam focos de Edificado de Excepção que ancoram a direcção de desenvolvimento do traçado primário das áreas de expansão; à medida que é generalizada a utilização de conceitos da *Cidade-Jardim Inglesa*, este edificado reduz-se consideravelmente em dimensão, desvincula-se do traçado urbano e é disperso pelos núcleos residenciais.

Nos Planos que seguem os princípios da *City Beautiful*, o Edificado Corrente é subordinado ao traçado urbano; à medida que é generalizada a utilização de conceitos da *Cidade-Jardim Inglesa*, é proposto o caminho inverso. Esta alteração,

[2] *Vide* Nota 5 do Capítulo 6.4.

[3] *Vide* Nota 6 do Capítulo 6.4.

embora nunca radical, recorre sobretudo à moradia unifamiliar (nas suas diversas declinações) e ignora quase sempre o bloco de habitação colectiva.

As constatações que acabam de ser mencionadas foram aferidas através da análise sistemática de um conjunto alargado de Planos Gerais de Urbanização, conforme consta da tabela 07.

Tabela 06. Tabela de Controlo de Invariantes.

PLANOS		REFERÊNCIAS DISCIPLINARES				CIDADE PREEXISTENTE	
DATA	PROJECTO	CIDADE-JARDIM INGLESA	CITY BEAUTIFUL	UNIDADE DE VIZINHANÇA	CIDADE-JARDIM AMERICANA	INTERVENÇÃO PONTUAL	INTERVENÇÃO CONSIDERÁVEL
1945	Quelimane	X	X	X		X	
1946	Nova Lisboa	X	X	X		X	
1947	Namaacha	X	X	X		X	
1948	Porto Amboim	X	X			X	
1948	Chibia	X	X	X		X	
1948	Quelimane - 2.ª Versão	X	X	X		X	
1948	Silva Porto	X	X	X		X	
1949	Sá-da-Bandeira	X	X	X		X	
1950	Novo Redondo	X	X			X	
1950	Benguela	X	X	X		X	
1950	Porto Amélia	X	X	X		X	
1951	Tete	X	X	X		X	
1951	Catumbela	X	X			X	
1951	Malange	X	X			X	
1951	São Tomé		X	X		X	
1951	Santo António do Príncipe	X				X	
1951	Cabinda	X	X	X		X	
1951	Teixeira da Silva	X	X		X	X	
1951	Teixeira Pinto	X	X			X	
1951	Robert Williams	X	X	X		X	
1951	Lândana	X	X	X		X	
1951	Díli	X		X		X	
1952	Luanda		X	X	X	X	
1952	Lourenço Marques		X	X		X	
1953	Manica		X	X		X	
1953	Vila Junqueiro		X			X	
1953	Nacala		X	X		X	
1953	Aldeia da Barragem (Limpopo)		X	X			
1953	Margão			X	X	X	
1953	Mormugão	X	X	X		X	
1954	Caconda		X	X		X	
1954	Vila Salazar	X				X	

DISPOSITIVOS MORFOLÓGICOS DE NÍVEL INTERMÉDIO					HIERARQUIA URBANA						REDE DE ESPAÇOS ESTRUTURANTES		EDIFICADO DE EXCEPÇÃO NOVO		EDIFICADO CORRENTE NOVO - EXPANSÃO	
FRENTE DE RUA	QUARTEIRÃO REGULAR	QUARTEIRÃO MODERNISTA	QUARTEIRÃO ECLÉCTICO	IMPASSE	ALTERA A PREEXISTENTE	MANTÉM A PREEXISTENTE	CIDADE MONOCÊNTRICA	CIDADE POLICÊNTRICA	CENTRO CÍVICO NOVO	CENTRO CÍVICO PREEXISTENTE	CONFINADA À CIDADE PREEXISTENTE	ABRANGE AS ÁREAS DE EXPANSÃO	CONCEN-TRADO	DISPERSO DE FORMA HOMOGÉNEA	PREDOMINAN-TEMENTE UNIFAMILIAR	UNIFAMILIAR E BLOCOS DE HABITAÇÃO COLECTIVA
X	X				X			X	X	X		X		X	X	
X	X		X		X		X			X		X		X	X	
X	X		X	X	X		X		X			X		X	X	
X	X				X		X		X			X		X	X	
X	X		X		X		X		X			X		X	X	
X	X				X			X	X	X		X		X	X	
X	X		X	X	X		X		X			X		X	X	
X	X		X		X		X		X			X		X	X	
X	X		X		X		X		X			X		X	X	
X	X		X		X			X	X	X		X		X	X	
X	X		X		X		X		X			X		X	X	
X	X		X		X		X		X			X		X	X	
X	X		X		X		X		X			X		X	X	
X	X		X			X	X			X		X		X	X	
X	X		X		X			X	X			X		X	X	
X						X	X			X	X		X		X	
X	X				X		X		X			X		X	X	
X	X		X	X			X		X			X		X	X	
X	X		X		X		X			X		X		X	X	
X	X		X		X			X	X	X		X		X	X	
X	X		X	X	X			X	X	X		X		X	X	X
X	X		X	X	X			X	X	X		X		X	X	X
X	X		X		X		X		X			X		X	X	
X	X		X	X	X		X		X			X		X	X	

Tabela 06. Tabela de Controlo de Invariantes.

PLANOS		REFERÊNCIAS DISCIPLINARES				CIDADE PREEXISTENTE		DISPOSITIVOS MORFOLÓGICOS DE NÍVEL INTERMÉDIO					HIERARQUIA URBANA			
DATA	PROJECTO	CIDADE-JARDIM INGLESA	CITY BEAUTIFUL	UNIDADE DE VIZINHANÇA	CIDADE-JARDIM AMERICANA	INTERVENÇÃO PONTUAL	INTERVENÇÃO CONSIDERÁVEL	FRENTE DE RUA	QUARTEIRÃO REGULAR	QUARTEIRÃO MODERNISTA	QUARTEIRÃO ECLÉCTICO	IMPASSE	ALTERA A PREEXISTENTE	MANTÉM A PREEXISTENTE	CIDADE MONOCÊNTRICA	CIDADE POLICÊNTRICA
1954	Quelimane - 3.ª Versão		X	X	X	X		X	X	X	X	X	X			X
1954	São Tomé - Revisão		X	X		X		X	X		X		X		X	
1956	Lourenço Marques - Revisão		X	X		X		X	X		X		X			X
1956	Inhambane	X	X	X		X		X	X		X		X			X
1956	Aldeia de Pegões		X	X				X	X		X	X			X	
1958	Aldeia de Sagres		X	X				X	X		X	X			X	
1959	Aldeia de Santana		X	X				X	X		X	X			X	
1959	Aldeia de Sra. da Graça		X	X				X	X		X	X			X	
1959	Aldeia de Ourique		X	X				X	X		X	X			X	
1959	Aldeia do Ginjá		X	X				X	X		X	X			X	
1959	Aldeia de Lionde		X	X				X	X		X	X			X	
1959	Aldeia de S. José de Ribamar		X					X	X		X	X			X	
1959	Praia	X		X	X	X		X	X		X	X	X		X	
1959	Mindelo			X	X	X		X	X	X	X	X		X	X	
1960	Aldeia de Santa Comba		X	X				X	X		X	X			X	
1960	Aldeia de Folgares		X	X				X	X		X	X			X	
1960	Aldeia de Freixiel		X	X				X	X		X	X			X	
1960	Aldeia da Madragôa		X	X				X	X		X	X			X	
s.d.	Mdamba		X	X		X		X	X		X	X	X		X	
s.d.	Mdamba - Revisão		X	X		X		X	X		X		X		X	
s.d.	Ressano Garcia	X	X	X		X		X	X		X	X	X		X	
s.d.	Vila Luso		X	X		X		X	X		X	X	X		X	
s.d.	Bafatá	X	X	X		X		X	X		X		X		X	
s.d.	Malange - Revisão		X	X	X	X		X	X		X	X	X		X	

HIERARQUIA URBANA		REDE DE ESPAÇOS ESTRUTURANTES		EDIFICADO DE EXCEPÇÃO NOVO		EDIFICADO CORRENTE NOVO - EXPANSÃO	
CENTRO CÍVICO NOVO	CENTRO CÍVICO PREEXISTENTE	CONFINADA À CIDADE PREEXISTENTE	ABRANGE AS ÁREAS DE EXPANSÃO	CONCEN-TRADO	DISPERSO DE FORMA HOMOGÉNEA	PREDOMINAN-TEMENTE UNIFAMILIAR	UNIFAMILIAR E BLOCOS DE HABITAÇÃO COLECTIVA
X	X		X		X	X	X
	X		X		X	X	
X	X		X		X	X	
X	X		X		X	X	X
X			X		X	X	
X			X		X	X	
X			X		X	X	
X			X		X	X	
X			X		X	X	
X			X		X	X	
X			X		X	X	
X			X		X	X	
	X		X		X	X	
	X		X		X	X	X
X			X		X	X	
X			X		X	X	
X			X		X	X	
X			X		X	X	
X			X		X	X	X
	X		X		X	X	X
X			X		X	X	
X			X		X	X	
	X		X		X	X	
	X		X		X	X	

PARTE V

CONCLUSÃO

“Se todas as cidades forem como um jogo de xadrez, no dia em que eu chegar a conhecer as suas regras possuirei finalmente o meu império, mesmo que nunca consiga conhecer todas as cidades que contém.”

(Calvino, 1990: 123).

CAPÍTULO 9

A METODOLOGIA DA PRÁTICA URBANA DE AGUIAR

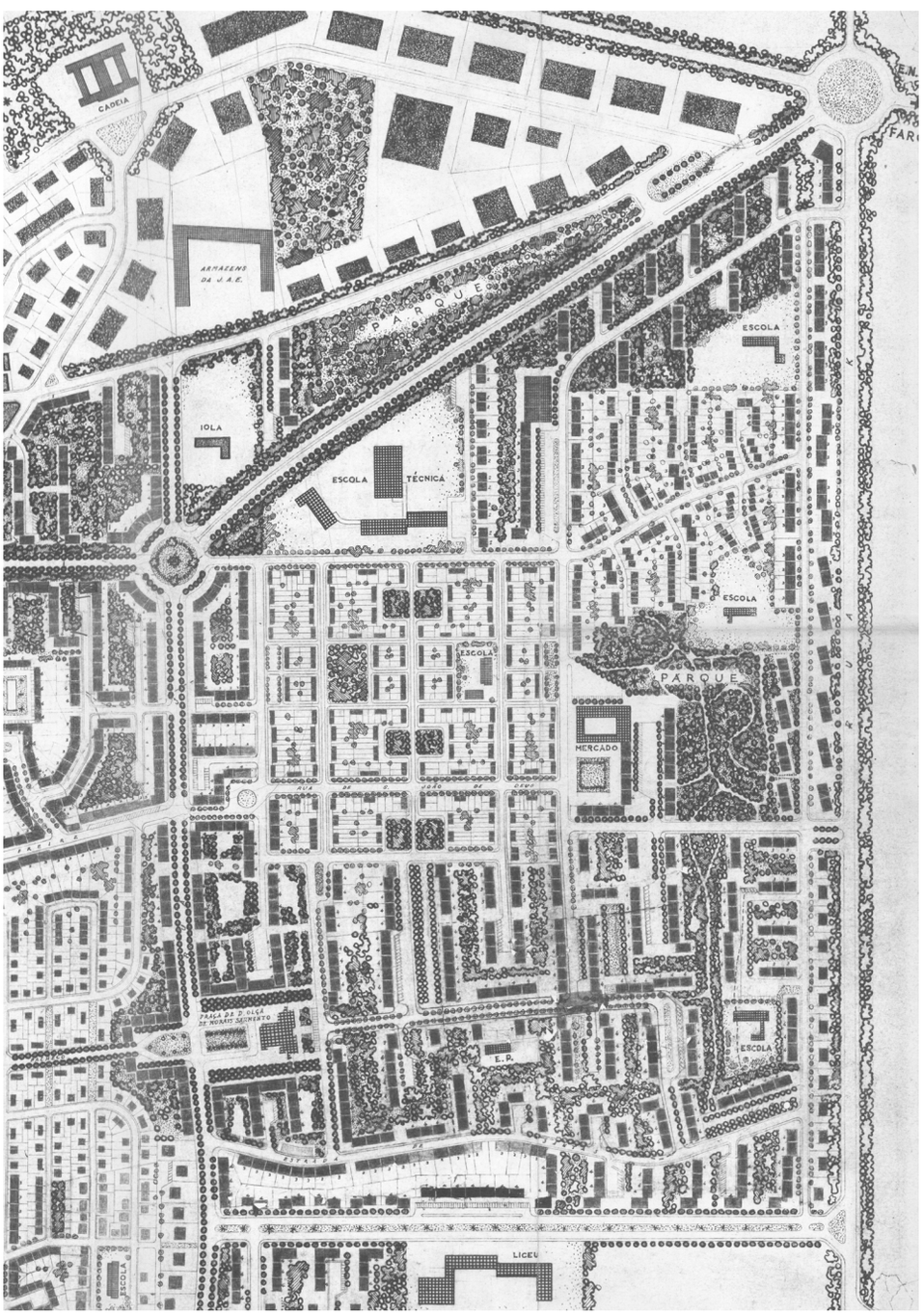


Fig. 9.01. Pormenor da Planta de Urbanização do Plano Geral de Urbanização de Setúbal, de 1962.

A obra do Arquitecto João António de Aguiar integra-se plenamente no seu Tempo. E Tempo aqui refere-se a três dimensões essenciais: Tempo Político, Tempo socioeconómico e Tempo arquitectónico.

O Tempo Político é claramente definido pela crise contínua, vivida desde inícios de oitocentos e, sobretudo, por um programa ideológico caracterizado e supostamente redentor – o *Estado Novo*. Este é, na sua génese e na sua praxis, um roteiro de controlo, de poder. Poder interno, pelo desenho de uma sociedade estruturada por valores conservadores, impostos a partir numa imagem egocêntrica (forjada, se necessário) de um passado identitário empolgante, heróico mesmo, cheio das virtualidades necessárias (e suficientes) para alicerçar o país num futuro próspero. Poder externo, pela demonstração altiva de uma autonomia política e económica (em grande parte falseada historicamente) e, sobretudo, da capacidade de espalhar soberania pelos quatros cantos do globo, englobando de forma harmoniosa todas as parcelas de um território imenso e diverso. A grandeza épica do cenário é pouco credível? Claro que sim. Mas serve o objectivo de escamotear a realidade de um território europeu pequeno e sem recursos e de um povo que, historicamente, teve sempre de procurar fora de suas fronteiras os recursos necessários à sobrevivência económica. O Regime vai, para isso, usar profusamente de todos os meios de propaganda possíveis. A Arquitectura, velha ferramenta de fabrico e consolidação de imagens, de memórias, assume aqui papel preponderante. Aguiar, quer pessoalmente quer pela Arte que pratica, integra-se sem hesitações nesse quadro. Faz parte dele. Assumidamente e eventualmente até de forma um pouco *naïve* – visto que se não conhece dele uma qualquer tomada de posição crítica.

O Tempo Socioeconómico é o do atraso de desenvolvimento que assola o país. Fragilizado por décadas de instabilidade política contínua e tendo perdido largamente o trem da Revolução Industrial, grassa a pobreza, o analfabetismo, o desemprego, a mortalidade precoce. As vias de comunicação são incipientes e a economia, de base essencialmente agrária, vegeta fora dos mercados, em esquemas de pura sobrevivência, insuficientes para satisfazer capazmente as necessidades da pulação. Esta procura, na migração para os centros urbanos, as oportunidades que a ruralidade lhe recusa. As Cidades, onde apesar de tudo despontara alguma indústria, não estão preparadas para o afluxo de deslocados dos campos. A acumulação caótica de população acarreta a insalubridade e a doença. Qualquer tentativa séria de desenvolvimento passava, por isso, por uma intervenção maciça nas infra-estruturas e no desenvolvimento urbano. Tarefa a que o Estado Novo vai efectivamente deitar mãos, intensa e sistematicamente.

O Tempo Arquitectónico é o que resulta de uma situação algo paradoxal: por um

lado, a Arquitectura da Cidade e mais precisamente o Urbanismo não constituíam sequer disciplina curricular na formação dos Arquitectos portugueses; por outro (ou se calhar por isso mesmo), o país estava aberto às novidades do urbanismo internacional contemporâneo. As quais vão chegar quer através dos contactos pessoais de um reduzido número de Arquitectos Portugueses (i.e.: Cristino da Silva), quer através da contratação directa, pelo Estado Novo, de alguns dos tenores europeus na matéria (Agache e De Groër).

Inegavelmente, a Arquitectura e o Urbanismo do Estado Novo, servem os objectivos do Regime e, desde logo, o de materializar uma imagem positiva de si próprio (modernidade, autoridade e desenvolvimento). No que respeita às Colónias, a isso se associa o mito imperial de um país com meios e valores suficientemente sólidos para absorver, de forma unitária, a diversidade de etnias a que chama de Nação e a pluralidade de geografias a que chama de Território: tudo junto, numa Pátria multirracial e multigeográfica, unida pelos mesmos valores morais, pela mesma religião e pela mesma História, a afirmar-se orgulhosamente perante as demais nações).

É certo que a Arquitectura em geral e Aguiar em particular aceitaram servir de instrumento às mitologias do Regime. Mas vão muito para além disso, pois reflectem, de forma tecnicamente insuspeitosa, a consciência generalizada da necessidade imperiosa em reverter o acentuado subdesenvolvimento do país. Na verdade, o estado das Cidades, na *Metrópole* como nas Colónias, impunha uma actuação técnica urgente, cujos objectivos principais (i.e.: higienizar, melhorar as condições de vida, reordenar e organizar, abrir e ligar (acessos) e preparar para um crescimento previsível) vão ser objecto de um esforço efectivo e continuado e, diga-se em abono da verdade, sem imposições ideológicas de monta.

O propósito ideológico do regime acompanha evidentemente todo o movimento de reforma urbanística. Não passa, contudo, de um dos muitos dados com que se confronta o trabalho do Arquitecto e, diríamos mesmo sem hesitação, nem sequer sobreleva os demais. Na verdade, o urbanismo do Estado Novo, constitui um espectacular momento de renovação das Cidades, segundo princípios e técnicas da mais moderna Prática Urbana internacional.

É com Duarte Pacheco na Metrópole e, depois, nas Colónias, com o Ministro Marcello Caetano, que o dito esforço vai tomar proporções nunca dantes vistas

e a Cidade Tradicional num caso, ou o antigo assentamento militar, no outro, vão rapidamente ficar irreconhecíveis. Na Metrópole como nas Colónias, Aguiar apresenta-se como um técnico respeitado cujo trabalho merece a confiança dos principais decisores, tanto a nível Governamental como regional ou local, assumindo, quer pela qualidade quer pelo volume de projectos que elabora, sem dúvida o papel de maior relevo. De tal modo que, se se quiser encontrar *O Arquitecto Urbanista do Estado Novo*, basta ter em conta o elevado número de Planos que foram efectivamente realizados e ainda hoje perduram no traçado urbano das Cidades: aquele papel é sem dúvida seu.

Da nossa investigação resulta claro que Aguiar retribui a confiança que Duarte Pacheco e Marcelo Caetano nele depositam ao entregarem-lhe um tão inusitado volume de trabalho. O lado ideológico do papel de Aguiar, não pode, assim, ser escamoteado. Mas não é, claramente, esse o aspecto que melhor o caracteriza. Na verdade, apesar de expressa ou tacitamente vinculado, é com os olhos e a sensibilidade de Arquitecto que ele confronta os problemas específicos de tecidos urbanos marcados por contextos históricos, geográficos, culturais e sociais distintos.

Aliás, sendo, evidentemente, um homem do seu tempo, Aguiar não é, clara e definitivamente, um ideólogo. Como provavelmente - e é este também um dos elementos resultantes da investigação e que enforma fundamentalmente o presente trabalho - nem sequer é um teórico. Aguiar é afinal e sobretudo um prático da Arquitectura da Cidade. Eficaz e prolífico. Construído num processo longo e inigualável, em que alia a prática diária em vários escalões da profissão com o contacto próximo de alguns dos expoentes máximos do Urbanismo Europeu e nacional e com um esforço pessoal contínuo de formação académica. Esta característica está profusamente presente na sua vasta obra e, ao ter-se gradualmente tornado incontornável ao longo do trabalho de identificação e análise que este estudo expressa, condicionou-o definitivamente assim como às respectivas conclusões.

Uma palavra mais sobre o personagem: a importância de Aguiar no período mais rico da transformação urbana portuguesa no século XX não é reflectida pela pouco significativa dimensão dos escritos que se lhe referem. Pensamos que, aquém do possível preconceito, esse esquecimento é injusto e injustificado.

Em qualquer caso, é exclusivamente sobre o modo de Aguiar construir Cidade que a nossa investigação versou.

Na Prática Urbana de Aguiar a Cidade possui uma imagem unificadora, monumental, higiénica e acessível. O que ele consegue sem recorrer a uma cartilha rígida ou a modelos predefinidos, impostos quer por um qualquer reflexo idiossincrático quer por terceiros. Ao contrário, todo o seu trabalho manifesta grande capacidade de adaptação às condicionantes locais (físicas, socioculturais ou económicas), para as quais desenvolve soluções que, embora com filiações diversas, são as que parecem mais adequadas à sua sensibilidade de Arquitecto. Isso é especialmente claro nas posições que tomou a propósito de algumas das suas intervenções mais polémicas, os PGU de Faro (1945) e Setúbal (1944) e o comentário sobre o PGU da Beira.

Em geral, porém, a lógica do Projectista submete-se a uma estrutura de base constante, certamente fruto de uma longa prática de soluções com influências teóricas várias, das quais, necessariamente, terá estabelecido a sua própria síntese. Na verdade, vistos seccionadamente os planos de Aguiar, nas várias latitudes onde operou, apresentam soluções diversas, fruto de escolhas que lhe ditam os condicionalismos locais. Mas também, sem qualquer dúvida, determinadas por uma reflexão interpretativa desses condicionamentos e por uma sensibilidade pessoal de ordem estética na forma como organiza o traçado urbano. Olhando cada um no seu conjunto, há uma harmonia de traçado que ressalta e é comum a todos eles. Arriscamos dizer que é a forma pessoal de interpretar princípios consagrados, eventualmente bebida na proximidade com De Groër, que está na origem desse resultado (esta referência específica a De Groër justifica-se por ter sido certamente um dos mais influentes mestres de Aguiar).

Assim, na *Metrópole* e nas *Colónias,* Aguiar usa os princípios da *City Beautiful* de forma a conseguir a articulação do traçado urbano preexistente com as áreas de expansão, permitindo criar uma rede de espaços estruturantes significante, através da abertura de alamedas que rematam em grandes praças que, por sua vez, enquadram o edificado de excepção de maior escala. É uma lógica conseguida de grande composição cénica, onde os edifícios do Estado, os Monumentos e a Estatuária têm um lugar de destaque, servindo assim também a ideia de força e grandeza do Regime (e da *Metrópole*, no caso das *Colónias*). Sobretudo nas Cidades da *Metrópole*, onde se faziam sentir com mais intensidade os problemas de salubridade e desorganização do traçado, este modelo de desenho urbano permite ainda (e.g.: Castelo Branco, 1945) impor uma regra ao território urbano preexistente.

A figura do Centro Cívico enquanto lugar representativo do poder é também uma constante nos projectos de Aguiar. É neste espaço estruturante da Cidade que vai localizar os edifícios representativos da prática social do Estado Novo: os Paços do Concelho, o Palácio da Justiça, a Agência da Caixa Geral de Depósitos, a Estação dos CTT, entre outros. A figura do Centro Cívico ganha especial relevância nas Cidades mais distantes do poder central, sobretudo nas Colónias, não só pela capacidade homogeneizadora que o edificado lhes confere, como também pela

escala que lhe é associada. O simbolismo deste espaço público de representação era também recorrentemente incutido na própria toponímia atribuída em projecto, através de designações com mística identitária clara, como a Praça do Império ou a Praça Afonso de Albuquerque (o "Leão dos Mares"). O exemplo do imponente Centro Cívico de Lourenço Marques, projectado para o aterro de Maxaquene é paradigmático, não só pela escala, como também pela linguagem da solução arquitectónica adoptada, com claras referências à arquitectura de regime alemã. Em Díli, é adoptada a mesma solução, mantendo um traçado alusivo à Praça do Comércio pombalina da Capital do Império, embora numa escala que se integra na dimensão do traçado urbano.

O recurso aos princípios da *Cidade-Jardim* para o desenvolvimento do traçado urbano das áreas residenciais de expansão das Cidades também contribui para evidenciar a escala do Centro representativo do poder e o simbolismo da sua proeminência sobre os cidadãos.

Recepcionada a encomenda de um Plano, Aguiar agia, independentemente do território, invariável e metodicamente segundo um programa organizado em três fases consecutivas: a fase preliminar; a fase da produção e entrega do Plano; e a fase das revisões. Na primeira Aguiar começava por visitar a Cidade, reunia com as entidades (i.e.: Governos Provinciais, Câmaras Municipais e entidades gestoras de infra-estruturas portuárias, ferroviárias e aeroportuárias, entre outras) e auscultava a sociedade local através dos seus dignatários; durante as visitas esboçava um esquisso do Plano onde sintetizava as ideias principais (zonamento, densidade populacional, traçado urbano, tipologia edificatória e edificado de excepção) e submetia-o às entidades decisórias de modo a poder regressar a Lisboa com uma estrutura geral aprovada que pudesse de imediato desenvolver.

Para o desenvolvimento do Plano, Aguiar socorria-se de informação que solicitava geralmente à respectiva Câmara, nomeadamente através de um inquérito à habitação que lhe fornecia indicações preciosas sobre as características do edificado e o valor matricial (dados que, além de caracterizarem o estado de conservação dos edifícios, permitiam avaliar o custo das expropriações necessárias).

O levantamento aerofotogramétrico ou topográfico actualizado da Cidade, quando disponível, é outro elemento de base. Sendo certo que frequentemente tinha de se limitar a cartas militares, muitas vezes desactualizadas. Aliás, a pouca quantidade de informações disponíveis ou a má qualidade dos respectivos suportes repercutem-se negativamente no detalhe da elaboração de algumas versões iniciais dos Planos (e.g.: Faro, 1945 e São Tomé, 1951) e mesmo na própria validade das soluções inicialmente avançadas, obrigando à sua revisão.

O estudo dos Planos é também acompanhado de uma caracterização física (i.e.: elementos geográficos, condições geológicas, climáticas, fauna e flora) e histórica das Cidades.

A caracterização humana é feita com recurso aos censos disponíveis, dos quais é retirada informação como a evolução demográfica da Cidade, a distribuição por fogos e número de habitantes, a distribuição por classes sociais (e por raças, religiões e línguas no caso das Colónias), a população escolar, o nível de instrução, os nascimentos e os óbitos. De todas, esta é a informação factual mais relevante para a Prática Urbana de Aguiar, em ambos os territórios.

Aguiar também desenvolve uma análise urbana da Cidade preexistente: estuda as ligações regionais e intra-urbanas, o edificado de excepção, os espaços públicos, as zonas verdes (espaços livres públicos), a indústria, etc. Esta análise é fundamental para a definição dos elementos estruturantes do tecido urbano e da localização do edificado, e vem reflectida num conjunto de peças desenhadas que constam dos PGU (em ambos os territórios). Parte desta informação é logo recolhida quando da visita ao lugar e introduzida no esquisso preliminarmente submetido às entidades.

É através da interpretação dos dados demográficos recolhidos e da aplicação de um conjunto de rácios pré-definidos (e.g.: densidade populacional e índices de afectação da área de arruamentos e de espaços públicos à área total de cada zona) que Aguiar define a área de expansão da Cidade durante o período de vigência previsto do Plano, a sua distribuição pelos diversos usos do solo, o número de escolas e demais equipamentos necessários.

A recolha de informação, a análise dos elementos urbanos e a definição da área de expansão constituem, em Aguiar, o ponto de partida metodológico de desenvolvimento de um PGU. O resultado decorrerá da conjugação destes elementos com as suas referências conceptuais e metodológicas, que vai adquirindo e consolidado ao longo da sua prática. O essencial dessas referências na abordagem ao Projecto Urbano não deriva, aliás, do seu percurso académico, mas antes do seu contacto com Luís Cristino da Silva, Alfred Agache e Étienne de Groër, dos quais absorve os princípios da Grande Composição (*Beaux-Arts*), da *City Beautiful* e da *Cidade-Jardim*.

As influências de Cristino da Silva são evidentes no Plano de Aguiar para Monfortinho (1943), nomeadamente se comparado com o que aquele elaborou para Nacala (1941), Moçambique. Ambos estão organizados a partir de uma composição geométrica regular de grandes eixos estruturantes que, conjugados com o edificado de excepção de cariz monumental, os alinhamentos arbóreos e o arranjo paisagístico orgânico de enquadramento, definem um traçado urbano coeso de grande impacto visual.

No Plano de Faro de 1945, de Aguiar, encontramos semelhanças com o do Rio de Janeiro (1937), de Agache, quer na abordagem à definição do traçado urbano (crescimento em estrela) e da sua materialização através de uma prática edificatória subordinada à rua, à praça e ao quarteirão, quer no zonamento funcional do território urbano. Comparados os Planos de Marzovelos (1939) com o da *Cidade-Jardim* projectada por Agache no Plano de Camberra (1912), ambos são organizados a partir de um eixo estruturante central, marcado por dois edificados de excepção de escalas diferentes, que fazem a transição entre o traçado primário de grande composição e o traçado secundário residencial de habitação unifamiliar.

De De Groër, provavelmente a referência mais presente no trabalho de Aguiar, herda uma base operativa de projectar Cidade, da qual se destacam: a criação de um contexto urbano higiénico, cómodo e saudável; a organização do território da Cidade através de uma distinção racional e operativa das suas diferentes funções (zonamento); o recurso a outras áreas técnicas do conhecimento que permitam operacionalizar estes conceitos higienistas; a imposição de um limite temporal de vigência (validade) dos Planos de 30 a 50 anos; o recurso profuso à habitação unifamiliar (embora não seja fundamentalista na sua aplicação exclusiva, como acontece com De Groër); o levantamento das condições do território urbano a intervencionar e de quem o habita, para garantir uma solução de projecto que atenda às necessidades locais; o desafio em encontrar um compromisso que permita melhorar as condições de habitabilidade do traçado urbano preexistente (iluminação, arejamento, circulação, etc.) sem o desfigurar e a custos razoáveis; a valorização dos monumentos históricos e artísticos reservando-lhes o ambiente antigo em que se inserem e desafogando-os eventualmente de construções mais recentes (mas mantendo-os integrados em espaços da mesma escala).

A partir de 1949, Aguiar encabeça a comitiva portuguesa que o GUC envia aos congressos internacionais de urbanismo, onde se inteira das experiências urbanísticas em curso, nomeadamente das dos restantes países colonizadores. O contacto com outras realidades poderá ter contribuído para o afastamento progressivo das referências à *Grande Composição* e à *City Beautiful*, em favor do eclectismo das soluções de quarteirão do final da sua carreira (Setúbal, 1962), e da introdução da tipologia edificatória do bloco de habitação colectiva (da qual De Groër era um crítico feroz).

A abordagem de Aguiar às preexistências na *Metrópole* inicia-se com uma postura genericamente muito interventiva, explicada sobretudo por uma interpretação mais impositiva dos objectivos principais da encomenda: a higienização e o reordenamento das Cidades, com vista ao melhoramento da salubridade e da circulação viária. É o caso em Setúbal (1944) e Viseu (1950). Existem excepções

como, por exemplo, Ponta Delgada, 1946, para o qual é justificado em memória descritiva que o valor patrimonial do conjunto edificado histórico da Cidade deve ser preservado.

Ao longo da sua prática, contudo, a intervenção no traçado urbano preexistente atenua-se, talvez por entretanto ter contactado intensamente com muitos representantes do poder local e se ter apercebido das dificuldades práticas decorrentes de soluções mais radicais.

No entanto, nem sequer num dado período de produção, o nível de intervenção no traçado urbano preexistente permanece constante nos diferentes Planos, (e.g.: Faro, 1945, e o seu oposto, Ponta Delgada, 1946, foram desenvolvidos praticamente em paralelo). O que nos leva a considerar que o critério passaria mais pela observação *in loco* das condições existentes do que pela aplicação de uma cartilha ou orientação ideológica precisas. As memórias descritivas dos Planos reflectem detalhadamente as condições de salubridade e de congestionamento das Cidades à época.

Nas *Colónias*, Aguiar depara-se com uma realidade consideravelmente diferente, sobretudo resultante do tipo de traçado urbano que lá encontra: assentamentos de génese militar de malha ortogonal (mais ou menos irregular). A própria expansão a que foram sujeitas ao longo dos tempos (e até à intervenção do GUC) ficava frequentemente a cargo de engenheiros militares com formação técnica específica (e.g.: o *Plano Araújo* de 1895 para Lourenço Marques). Como tal, Aguiar não vê geralmente necessidade de intervencionar a Cidade preexistente com a mesma intensidade, procedendo apenas a acertos de menor impacto como, por exemplo, a agregação de quarteirões de reduzidas dimensões, para permitir a densificação da ocupação do parcelamento em altura.

Quanto à tipologia de limite utilizada, Aguiar geralmente recorre ao mesmo conjunto de soluções heterogéneas, que passam fundamentalmente pela aplicação da lógica de zonamento e pela definição em Regulamento de um limite administrativo das Cidades, definido pelo perímetro exterior da denominada "Zona de Reserva". Mencione-se contudo a diferença que reside na extensão desta zona: para a *Metrópole* é fixada por um afastamento paralelo ao limite edificado da Cidade de 1.000 metros de largura; nas Colónias, este limite é de 5.000 metros).

A abordagem que Aguiar faz ao sistema portante inicial dos casos de estudo é idêntica em ambos os territórios. Este facto justifica-se por todos eles serem Cidades que se desenvolvem em frentes de água. Da observação dos Planos em geral, verifica-se que o sistema portante inicial é utilizado para definir o sistema estruturante do crescimento e que a maior ou menor regularidade do traçado do primeiro condiciona o segundo, acabando por gerar um tecido urbano de expansão mais ou menos regular (e.g.: Faro, 1945 e Lourenço Marques, 1952).

Quanto ao edificado de excepção, não existe uma lógica transversal aos dois conjuntos de territórios nem uma coerência das versões iniciais para as finais dos Planos: as versões iniciais da Metrópole apresentam, por norma, um novo centro cívico mas, nas revisões seguintes, a ideia é abandonada e o centro cívico preexistente volta a ganhar protagonismo (i.e.: Cantanhede, 1945 e 1951); nas Colónias, tanto existe uma relação de concorrência entre o novo e o antigo centro cívico (i.e.: Lourenço Marques 1952), que se mantém ao longo das versões, como é abandonada a solução de um novo centro cívico (i.e.: São Tomé 1954).

Quanto ao edificado corrente, Aguiar segue a mesma lógica em ambos os territórios: o edificado é subordinado ao traçado urbano preexistente e a prática inversa é aplicada às áreas de expansão residencial. A única diferença de abordagem entre os dois territórios, a este nível, resume-se ao facto de Aguiar não recorrer ao bloco de habitação colectiva, nas Colónias, talvez por considerar ser uma tipologia menos adequada ao clima tropical.

Sobre o sistema de usos, a Prática de Aguiar converge em ambos os territórios. As tipologias de usos do solo são idênticas e também se adaptam à dimensão da Cidade (i.e.: o Plano de Lourenço Marques tem mais tipos de zonas do que o de Viana do Castelo). A única divergência prende-se com a existência de uma "Zona Residencial para Indígenas" nos Planos para as *Colónias* que, naturalmente, não é utilizada nos da *Metrópole*.

Quanto à hierarquia de lugares, os Planos de ambos os territórios seguem a mesma metodologia: as primeiras versões estão vinculadas à Prática Urbana da *City Beautiful* que privilegia a grande composição e, como tal, apoiam-se na concentração de pólos de fixação que permitem ancorar as áreas de expansão ao traçado urbano preexistente. As últimas versões seguem uma lógica de dispersão de um conjunto de pólos de fixação local que, em conjunto com o centro cívico, se relacionam na organização do funcionamento da Cidade. Esta prática de Aguiar está vinculada ao modelo da *Cidade-Jardim* e ao conceito da *Unidade de Vizinhança* de agrupar o conjunto da área residencial de expansão em núcleos de menor dimensão servidos por equipamentos de apoio local. No entanto, também neste ponto existem excepções como, por exemplo, o Plano da Praia (1959), no qual nem o núcleo residencial de expansão da Achada de Sto. António nem o existente bairro da Achadinha são integrados no sistema de lugares proposto.

A rede de espaços estruturantes resultantes da Prática Urbana Tradicional organiza-se geralmente da mesma forma em ambos os territórios e está condicionada à dimensão da nova área de expansão, vinculando-se à estrutura portante de

crescimento, que tem por base os princípios da grande composição da *City Beautiful*. Esta metodologia é sobretudo útil em Cidades de grande escala (e.g.: Lourenço Marques e Luanda), enquanto ferramenta de domínio do território de expansão.

Por outro lado, o recurso a princípios mais próximos da Prática Urbana Moderna, como os da *Cidade-Jardim Inglesa* e da *Unidade de Vizinhança*, cria um conjunto de espaços estruturantes de outra ordem, que não se organizam do mesmo modo na *Metrópole* e nas *Colónias*. Esta diferença deve-se sobretudo à integração dos blocos de habitação colectiva no conjunto de tipologias edificatórias utilizadas na Metrópole, que concede à Cidade um incremento substancial do espaço público percorrível e de grande utilidade no cerzir dos diversos núcleos residenciais. Nas Colónias, o recurso à habitação unifamiliar e ao parcelamento tradicional na organização dos dispositivos morfológicos de nível intermédio, frequentemente ao estilo de *Radburn*, confere aos espaços públicos resultantes um carácter menos integrador (de fronteira). O exemplo da unidade residencial da Costa do Sol para Lourenço Marques (1952) é paradigmático quando comparado com o da do Presidente Carmona para Setúbal (1962) ou o do núcleo residencial do Alto do Rodes para Faro.

Ao nível dos percursos locais e regionais, a abordagem de Aguiar é coincidente em ambos os territórios: é feita a integração do acesso aos percursos regionais no sistema de traçado urbano, de forma a garantir o afastamento do trânsito que não interessa à Cidade. Esta integração é um dos primeiros e mais importantes passos na metodologia de projecto de Aguiar.

A relação entre o edificado corrente e o de excepção na obra de Aguiar para os dois territórios é idêntica até meados dos anos 1950: o edificado de excepção impõe-se ao corrente em termos de escala e desenho, e está subordinado à lógica de composição da *City Beautiful*. A partir do momento em que, na *Metrópole*, o bloco de habitação colectiva começa a ser utilizado, a relação entre edificado de excepção e corrente altera-se substancialmente: por um lado, o segundo ganha escala e desenho, reduzindo o destaque do primeiro; por outro, a regressão na utilização dos princípios da *City Beautiful* penaliza a monumentalidade do edificado de excepção. No entanto, a lógica de distribuição do edificado de excepção é idêntica ao longo do percurso profissional de Aguiar: numa primeira fase, é mais concentrado (*City Beautiful*); à medida que a *Grande Composição* esmorece e a *Cidade-Jardim Inglesa* predomina, vai-se distribuindo de uma forma mais homogénea pelo edificado corrente.

Quanto ao traçado urbano, e por força da diferença entre o sistema portante de fixação inicial das Cidades da *Metrópole* e das *Colónias*, Aguiar intervém de uma forma muito mais acentuada no do primeiro território, devido à sua génese tendencialmente mais espontânea e menos regular. Apesar das diferenças entre territórios no traçado urbano preexistente, Aguiar utiliza-o, em ambos os casos, como elemento gerador de relações com o traçado de expansão.

Nos dois territórios, a composição formal das zonas de expansão vai-se esvanecendo à medida que a morfologia urbana se densifica e é substituída por tipologias de traçado como a do impasse. A evolução da divisão do traçado secundário, quer pela urbanização de áreas expectantes quer pela subdivisão do traçado de composição formal originalmente menos denso, conduz a uma maior uniformidade da tipologia do traçado urbano, fruto do forte aumento da procura de alojamento que caracteriza o período em estudo e da opção preferência pelos princípios da *Cidade-Jardim Inglesa*.

Na produção de Aguiar não existe um padrão definido de traçado urbano para qualquer dos territórios. Ele recorre a um conjunto de conceitos e aplica-os de acordo com as preexistências e as condicionantes locais, com as quais se familiariza nas suas visitas. O traçado urbano para a Vila Luso (s.d.) e para Robert Wiliams (1951) é, por exemplo, muito idêntico: Aguiar tira partido da malha ortogonal preexistente para dominar a área de expansão e recorre a tipologias de parcelamento característicos da Cidade-Jardim Americana (*Radburn*). Ora, pelas mesmas datas, desenvolve a revisão final do PGU de Cantanhede (o PGU que mais se aproximou do modelo de Howard), no qual se molda por completo ao traçado tradicional irregular, abandonando a solução inicial da *Cidade-Jardim Inglesa*.

A definição de eixos estratégicos na Prática de Aguiar segue a mesma ausência de padrão, por força do que já foi referido para o traçado urbano. Ele recorre contudo, de forma transversal, a pequenas simetrias e relações axiais locais de agregação e distribuição do parcelamento.

Como a definição do traçado primário está subordinada ao traçado urbano preexistente, este assume forçosamente padrões distintos de caso para caso, tanto na *Metrópole* como nas *Colónias*. O traçado secundário subordina-se, em regra, à prática edificatória, potenciando uma libertação gradual de espaço público qualificado. A sub-hierarquização do traçado secundário é, como seria de esperar, mais generalizada no caso das Cidades de maiores dimensões.

A relação do edificado de excepção com o traçado primário é idêntica em ambos os territórios e mantém-se vinculada ao tipo de Prática Urbana e aos conceitos a que Aguiar recorre em cada circunstância: quando se aproxima da Prática Tradicional, o edificado de excepção assume um forte protagonismo e uma dimensão monumental; quando se aproxima da Prática Moderna, a sua importância diminui. No fundo, a Prática de Aguiar move-se, sem norma, entre estas duas abordagens mas, com preferência, pelo espaço conceptual dos Pré-Urbanistas, entre o quarteirão regular e o impasse.

De um modo geral, a abordagem que Aguiar faz aos dispositivos de nível intermédio é idêntica nos dois territórios: sempre que considera necessário, procede à simplificação da estrutura morfológica preexistente ao nível dos quarteirões, através da aglutinação dos de menor dimensão em outros maiores (*Higienismo*); faz a transição do sistema portante inicial para o de crescimento através da criação de quarteirões ligeiramente maiores; apropria-se da restante área de expansão através de dispositivos normalmente maiores (depende da extensão da área de expansão). Desta abordagem resulta uma estrutura morfológica mais ou menos heterogénea, dependendo do nível de gradação dos dispositivos de nível intermédio de transição. Os dispositivos de maior dimensão são por norma subdivididos para evitar a criação de logradouros, quer através da tipologia de parcelamento de frente de rua, quer da tipologia do impasse. Esta última passa, a partir de 1953, a ser profusamente utilizada por Aguiar em ambos os territórios.

A diversidade de tipologias de parcelamento dos dispositivos de nível intermédio do sistema estruturante de crescimento a que Aguiar recorre é, na Metrópole, consideravelmente maior que nas Colónias. Se considerarmos que esta diversidade tipológica só se intensifica quando Aguiar introduz o bloco de habitação colectiva no seu léxico (Setúbal, 1955), podemos inferir que a explicação para esta diferença é de ordem temporal: o Plano para o Mindelo (1959) é o primeiro do território Colonial onde Aguiar utiliza o bloco de habitação colectiva. Sabendo que, depois do Plano do Mindelo, apenas elaborou os Planos para as Aldeias do Limpopo (cuja escala do traçado urbano não se presta ao recurso a tal tipologia habitacional), podemos inferir que não existe uma dualidade de opções de projecto, mas antes uma ausência de oportunidade de praticar uma maior diversidade tipológica nas Colónias devido à interrupção da sua produção para este território.

O dispositivo de nível intermédio do Núcleo Residencial Presidente Carmona do PGU-Revisão de 1962 para Setúbal (Figura 9.01.) é paradigmático quanto à diversidade tipológica de subdivisão dos dispositivos de nível intermédio nos Planos mais tardios de Aguiar. À escala da Cidade, este núcleo residencial é delimitado pelo traçado viário primário, ao passo que, ao nível local, a subdivisão do bairro é subordinada aos diversos padrões de agregação de alojamento: a Sul

da Escola Técnica, a célula quadrada de moradias geminadas utiliza os elementos primários Rua/Praça/Quarteirão; a Nordeste da Escola Técnica, a Sul do Mercado e ao longo de dois terços do limite Nascente do núcleo, a opção pelos blocos de habitação de três e de quatro pisos desvincula o edificado corrente da frente de rua tradicional e liberta espaço público; a Norte do Mercado, é utilizado o impasse para rentabilizar a área do dispositivo morfológico de nível intermédio; no limite Sudoeste, a Rua e a Praça enquadram o Edificado de Excepção (igreja), e o Edificado Corrente (que não é organizado em quarteirão) concorre com os outros elementos primários na criação de um facto urbano (a Praça de D. Olga de Morais Sarmento); no limite Noroeste, para a organização do espaço público concorrem a intersecção das Ruas e a criação de uma Praça redonda, definida por um quarteirão aberto (Nascente) e dois blocos livres de habitação colectiva implantados em dois quarteirões inspirados no Movimento Moderno.

Também ao nível da definição do sistema de espaços públicos não existe uma concepção rígida. Porém, no contexto das Cidades metropolitanas, no contexto dos últimos trabalhos, o sistema de espaços públicos deixa de pertencer em exclusividade ao traçado primário, para se articular com o secundário e se subordinar ao edificado corrente.

Em jeito de remate, voltamos ao ponto de partida: num primeiro relance comparativo, da Prática Urbana de Aguiar na *Metrópole* e nas *Colónias*, sobressaem resultados diferentes. O que era susceptível de ter origem em metodologias de projecto diversas, eventualmente justificadas pelas diferenças óbvias entre os dois conjuntos. E era essa a nossa hipótese de partida. Hipótese que a nossa investigação não confirmou.

Analisámos a obra de Aguiar através do confronto de casos de estudo significativos, na pesquisa de eventuais conjuntos de invariantes que permitissem confirmar ou infirmar a hipótese. Tínhamos a noção de que, talvez mais importante do que a resposta final à questão académica levantada, fosse o caminho a percorrer para lá chegar, certamente labiríntico dada a vastidão e diversidade da obra. Nisso não nos enganámos. Com efeito, ao longo do trabalho fomo-nos dando conta de que Aguiar talvez não se tivesse acantonado em formas específicas de projectar, nem na *Metrópole* nem nas *Colónias*. E é o que realmente constatamos no final do estudo: **a metodologia de projecto de Aguiar é globalmente a mesma, na *Metrópole* como nas *Colónias***. A diversidade de soluções propostas tem a ver com a abordagem diferenciada que lhe suscita a especificidade de cada lugar. A geografia, aqui, é evidentemente um elemento gerador de especificidade, mas o simples facto de ela se situar num ou noutro dos conjuntos é irrelevante.

Dito isto, convém referir que Aguiar era geralmente previsível e constante no modo de abordar os seus trabalhos. E que, em especial para as *Colónias*, fez um esforço de normalização (estandardização) de parte das intervenções, tendo produzido ou contribuído para a produção de rácios muito concisos (e.g.: no que se refere à ocupação dos solos) e de normas construtivas muito detalhadas no que respeita à Arquitectura de certos tipos de edificado de excepção (Liceus, Escolas Técnicas e Palácios de Governadores). Esses são contudo aspectos que têm mais a ver com organização de trabalho do que com metodologias de projecto.

João António de Aguiar, insiste-se, define-se essencialmente como um prático do projecto: foi quase sempre higienista, muitas vezes *Howardiano* e *Unwiniano*, algumas *Radburniano*, *Estadonovista* q.b. e, claro, sempre ele próprio – Arquitecto.

BIBLIOGRAFIA

"A cultura não salva nada nem ninguém; ela não justifica. Mas é um produto do Homem que nela se projecta, se reconhece. Este espelho crítico é o único a lhe oferecer a sua real imagem."

(Sartre in: Wilheim, 2003: 95).

I. FONTES DOCUMENTAIS

I.1. Arquivos

Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal

AGUIAR, João António (1971) – ***Plano Director de Urbanização da cidade de Setúbal***. Câmara Municipal De Setúbal.

AGUIAR, João António (1947) – ***Plano Geral de Urbanização da cidade de Setúbal*** – Alterações. Câmara Municipal De Setúbal.

AGUIAR, João António (1944) – ***Plano Geral de Urbanização da cidade de Setúbal***. Câmara Municipal De Setúbal.

Câmara Municipal de Setúbal (1946) – ***Parecer sobre o Plano de Urbanização da Cidade de Setúbal***.

Colecção Américo Ribeiro, Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro; Serviço Municipal Bibliotecas e Museus, Departamento Cultura Educação e Desporto, Câmara Municipal de Setúbal.

Arquivo da Direcção Geral do Território

PU 17-14	Vila Real
PU 14-16	Santarém
PU 05-03	Penhas da Saúde
PU 05-02	Castelo Branco
PU 09-07	São Miguel da Guarda
PU 08-05	Faro
PU 08-10	Olhão
PU 07-14	Vila Viçosa
PU 18-23	Viseu
PU 07-02	Vimieiro
PU 05-07	Fonte Santa
PU 02.07	Monfortinho
PU 18-24	Vouzela
PU 11-01	Alenquer
PU 16-09	Viana do Castelo

PU 05-03 Covilhã

PU 02-05 Albergaria-a-Velha

Arquivo Histórico Ultramarino

AGUIAR, João António de (1957) – ***Anteplano Geral de Urbanização de Vila Luso***, Trab. 242, GUC. [AHU 94].

AGUIAR, João António de (1955a) – ***Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, vol.II, GUU***. [IPAD 13083].

AGUIAR, João António de (1955) – P***rojecto de um edifício para o Centro Cívico de Lourenço Marques, Trab.494, GUU***. [AHU OP8302].

[s.n.] (1955) – ***Plano de Urbanização de Lourenço Marques, GUU***. In: *Urbanização de Lourenço Marques*, volume I, 28/05/1955, s.p. [recorte de jornal] [IPAD].

AGUIAR, João António de (1954a) – ***Urbanização de Porto Amboim, Trab. 159, GUC***. [AHU 73].

AGUIAR, João António de; CORRÊA, Sabino (1954) – ***Estádio de Nampula, Trab. 462, GUU***. [AHU 125; OP8298].

AGUIAR, João António de (1953i) – ***Urbanização do Gurué. GUU*** [IPAD 12987].

AGUIAR, João António de (1953h) – ***Plano Geral de Urbanização de Nampula, Trab. 214, GUU***. [IPAD 12992].

AGUIAR, João António de (1953g) – ***Plano de Urbanização de Palane, GUU***. [AHU OP 7865].

AGUIAR, João António de (1953f) – ***Urbanização de Mocimboa da Praia, GUU***. [AHU OP 7864].

AGUIAR, João António de (1953e) – ***Plano Geral de Urbanização da Vila de Manica, Trab. 404, GUU***. [AHU OP7866].

AGUIAR, João António de (1953d) – ***Plano Geral de Urbanização de Nacala, Trab. 399, GUU***. [IPAD 6881] [AHU OP 6881].

AGUIAR, João António de (1953c) – ***Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques***. [AHU 54].

AGUIAR, João António de (1953b) – ***Plano Geral de Urbanização de Díli***. [AHU: 11].

AGUIAR, João António de (1953a) – ***Plano Geral de Urbanização de Margão, Trab. 435, GUU***. [AHU OP7709]

AGUIAR, João António de (1953) – ***Plano Geral de Urbanização de Vila Junqueiro, Trab. 432, GUU***. [AHU OP7771]

BRAGA, Manuel (1952c) – ***Parecer sobre o Plano de Urbanização de Lourenço Marques, Câmara Municipal de Lourenço Mares, Gabinete de Urbanização e Obras***. In: *Urbanização de Lourenço Marques*, volume I, 02/1952. [IPAD].

Gabinete de Urbanização do Ultramar (1952b) – ***Relatório da Actividade do Gabinete de Urbanização do Ultramar de 1944 a 1952***. [IPAD 13038]

GORGULHO, Carlos (1952a) – ***Relatório do Governo da Província de S. Tomé e Príncipe Respeitante aos anos de 1948 a 1951***. São Tomé e Príncipe: Imprensa Nacional.

AGUIAR, João António de (1952a) – ***Anteplano Geral de Urbanização de Vila Teixeira da Silva, Trab. 315, GUC***. [AHU 97].

AGUIAR, João António de (1952) – ***Projecto do Carmelo de Lourenço Marques, Trab. 338-I, GUC***. [AHU: OP7749; e 54].

AGUIAR, João António de (1951l) – ***Plano Geral de Urbanização de Sá da Bandeira, Trab. 156, GUC***. [AHU 55].

AGUIAR, João António de (1951k) – ***Anteplano Geral de Urbanização da Vila de Robert William's, Trab. 331, GUC***. [AHU 54].

AGUIAR, João António de (1951j) – ***Anteplano Geral de Urbanização de Caconda, Trab. 456, GUC***. [AHU 53].

AGUIAR, João António de (1951i) – ***Anteplano Geral de Urbanização de Novo Redondo, Trab. 252, GUC***. [AHU 52].

AGUIAR, João António de (1951h) – ***Anteplano de Urbanização de Landana, Trab. 316, GUC***. [AHU 51].

AGUIAR, João António de (1951g) – ***Urbanização de Nova Lisboa***. [AHU 40].

AGUIAR, João António de (1951b) – ***Laboratório de patologia veterinária de Lourenço Marques, Trab. 290, GUC***. [AHU OP7747]

AGUIAR, João António de (1951) – ***Anteplano Geral de Urbanização de Tete, Trab. 255, GUC***. [IPAD 12998]

AGUIAR, João António de (1950c) – ***Serviços de Fazenda e Contabilidade de Luanda, Trab. 385, GUC***. [AHU 37].

AGUIAR, João António de (1950b) – ***Plano Geral de Urbanização de Vila Pery, Trab. 216, GUC***. [AHU OP7773].

AGUIAR, João António de; Lopes, Eurico Pinto (1950a) – ***Arranjo das Fachadas da Igreja de Bafatá***. [AHU 29].

AGUIAR, João António de; Lopes, Eurico Pinto (1950) – ***Administração do Concelho de Bissau***. [AHU 29].

AGUIAR, João António de (1949b) – ***Projecto do Liceu de Nova Lisboa, Trab. 546, GUC***. [AHU 36]

AGUIAR, João António de; Oliveira, Mário de (1948b) – *Plano Geral de Urbanização de Namaacha, Trab. 113, GUC*. [AHU OP7744]

AGUIAR, João António de (1947b) – *Plano Geral de Urbanização de Luanda, GUC*. [AHU 3]

AGUIAR, João António de (1947a) – *Projecto da Câmara Municipal do Lobito (Ampliação), Trab. 161-A*. [AHU 12]

GRÖER, Etienne; SILVA, David Moreira da (1943) – *Plano de Urbanização da Parte Marginal da Cidade de Luanda*. [IPAD 15909].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Projecto do Seminário Cernache, Trab. 427/A, GUU*. [AHU OP8311].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Urbanização do Lobito, Trab. 50, GUC*. [AHU 96; 145].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Plano Geral de Urbanização de Cabinda, Trab. 215, GUC*. [AHU 146].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Laboratório de Patologia Veterinária de Lourenço Marques, Trab. 290, GUC*. [AHU 6].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Plano Geral de Urbanização de Quelimane, GUC*. [AHU 45].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Plano Geral de Urbanização de Nacala, GUC*. [AHU 71].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Plano Geral de Urbanização de Malange, GUC*. [AHU 46].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Plano Geral de Urbanização de Nacala, Tab. 462, GUC*. [AHU 125].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Projecto de Adaptação do Palácio do Governo da Guiné, Tab. 9, GUC*. [AHU 6].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Projecto de um Edifício para a Administração do Concelho da Bissau, Tab. 275, GUC*. [AHU 9].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Anteplano Geral de Urbanização de São Tomé, GUC*. [AHU 10].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Arranjo da Zona Central da Cidade de de São Tomé, Trab. 124, GUC*. [AHU 10-A].

[s.n.] (s.d.) – *Urbanização de Inhambane, Trab. 174, GUC*. [IPAD 12996].

[s.n.] (s.d.) – *Planta da Vila de Ribaué*. [AHU 08].

[s.n.] (s.d.) – *Planta de Ressano Garcia*. [AHU 12].

[s.n.] (s.d.) – *Plano Geral de Urbanização de Malange, GUC*. [AHU 71].

[s.n.] (s.d.) – *Planta da Vila de Moamba*. [AHU 07].

Arquivo Ministério das Obras Públicas

CONSELHO SUPERIOR DE OBRAS PÚBLICAS (1948) – *Parecer N.º 1970, de 1948*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações

Centro de Documentação da FAUP

COSTA, Vasco Vieira (1948) – *Cidade Satélite N.º3: Anteprojecto duma Cidade Satélite para Luanda*. CODA (Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto). Porto: ESBAP.

I.2. Espólios Particulares de Arquitectos

João António de Aguiar

AGUIAR, João António de (1963) – *Memória Descritiva do Anteplano Geral de Urbanização de Faro*. Memória Descritiva. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1959b) – *Memória Descritiva do Esboceto do Plano de Urbanização do Mindelo*. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1959a) – *Memória Descritiva do Esboceto do Plano de Urbanização da Cidade da Praia*. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1959) – *Informação sobre a Urbanização das Cidades da Praia e do Mindelo*. Espólio JAA.

AGUIAR, João António (1954) – *Plano Geral de Urbanização de Moçâmedes*. Memória Descritiva. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1951f) – *Plano Geral de Urbanização de Teixeira Pinto*. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1951e) – *Plano Geral de Urbanização de Inhambane: bairro indígena*. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1951d) – *Plano Geral de Urbanização de Inhambane: arranjo da área urbana existente*. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1951c) – *Memória Descritiva do Plano Geral de*

Urbanização de da Covilhã. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1951a) – *Memória Descritiva do Plano Geral de Urbanização de Díli, Trab. 86*. Espólio JAA.

AGUIAR, João António (1949a) – *Plano Geral de Urbanização de Vila Viçosa*. Processo Administrativo. Espólio JAA.

AGUIAR, João António (1949) – *Plano Geral de Urbanização de Faro*. Processo Administrativo. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1948c) – *Memória Descritiva do Esboceto do Plano de Urbanização de Porto Amboim*. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1948a) – *Ante-Plano Geral de Urbanização do Vimieiro*.

AGUIAR, João António de (1948) – *Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo*.

AGUIAR, João António de (1947) – *Diário de Viagem*. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1946b) – *Memória Descritiva do Esboceto do Plano de Urbanização de Praia Varela*. Espólio JAA.

AGUIAR, João António (1946a) – *Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada*. Memória Descritiva. Espólio JAA.

AGUIAR, João António (1946) – *Plano Geral de Urbanização de Luanda*.

AGUIAR, João António (1945) – *Diário da 1.ª Viagem a Angola e Moçambique: com o Ministro M. Caetano, Eng.º Rogério Cavaca e Arq.º João Simões*. Espólio JAA.

João Simões

Acervo Fotográfico 1945

José Galhardo Zilhão

Escola Industrial de Luanda

Estúdio para o Palácio de Governo

Plano de Urbanização de Nova Lisboa (Colaboração)

I.3. Depoimentos Recolhidos

Adriano Moreira	26/11/2014
Alfredo Santana	09/02/2015 e 11/03/2015
Fernando Schiappa de Campos	27/10/2014
Jorge Branco Ló	14/03/2015 e 27/05/2015
Margarida Souza Lobo	29/09/2014
Nuno Portas	29/09/2014
Raquel de Aguiar	03/12/2015
Victor Consiglieri	06/01/2015

II. LIVROS E CATÁLOGOS

A.A.V.V. (2004) – ***Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970***. In: Tostões, Ana (coord.) – ***Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal***. Lisboa: IPPAR.

A.A.V.V. (1997) – ***Arquitectura do Século XX: Portugal***. Organização Annette Becker, Ana Tostões, Wlifried Wang. Lisboa: Prestel, Portugal-Frankfurt.

A.A.V.V. (1989) – ***O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia: 1929-1959 (Colóquio); volumes 1 e 2***. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Ed. Fragmentos.

ACCIAIUOLI, Margarida (2015) – ***Casas com Escritos: uma História da Habitação em Lisboa***. Lisboa: Bizâncio.

ACCIAIUOLI, Margarida (2013) – ***António Ferro, A Vertigem da Palavra: retórica, política e propaganda no Estado Novo***. Lisboa: Bizâncio.

ACCIAIUOLI, Margarida (1998) – ***Exposições do Estado Novo 1934-1940***. Lisboa: Livros Horizonte.

AGUIAR, Armando (1954) – ***O Mundo que os Portugueses Criaram***. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

AGUIAR, João António; Machado, Eurico Gonçalves; Campos, Fernando Schiappa de (1956) – ***Normas para as instalações dos Liceus e Escolas do Ensino profissional nas províncias ultra-marinas***. Lisboa: Ministério do Ultramar, Gabinete de Urbanização do Ultramar.

AGUIAR, João António (1952) – ***L'Habitation dans les pays tropicaux***. In: XXI Congres, Federation Internationale de L'Habitation et de L'Urbanisme. Lisbonne: Federation Internationale de L'habitation et de L'urbanisme.

ALBUQUERQUE, Luís de (1989) – ***A ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI***. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira Santos (Coord.) (1991) – *História Geral de Cabo Verde. Volume I*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartograia Antiga - Instituto de Investigação Tropical.

ALEXANDRE, Valentim (2011) – *The Colonial Empire*. In: *Contemporary Portugal: Politics, society and culture*. New York: Columbia University Press.

ALMEIDA, Pedro Vieira de (2002) – *Arquitectura no Estado Novo: uma leitura crítica*. Lisboa: Livros Horizonte.

ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel (1986) – *História da Arte em Portugal: A arquitectura moderna, Volume 14*. Lisboa: Edições Alfa.

ALVAREZ, José Maurício (1991) – *Arquitectura Monumental e Vontade de Potência*. Rio de Janeiro: Oficina Letras & Artes.

AMARAL, Ilídio do (1968) – *Luanda (Estudo de Geografia Urbana)*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar.

AMARAL, Ilídio do (1964) – *Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar.

ANDRADE, Elisa Silva (1996) – *As Ilhas de Cabo Verde: da Descoberta à Independência Nacional (1460-1975)*. Paris: Éditions L'Harmattan.

ARGAN, Giulio Carlo (1983) – *A História de Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AUGÉ, Marc (2001) – *As Formas do Esquecimento*. Trad. Ernesto Sampaio. Almada: Íman Edições.

AVERMAETE, Tom; CASCIATO, Maristella (2014) – *Casablanca Chandigarh: A Reporto on Modernization*. Zurich: Canadian Center for Architecture.

AYMONINO, Carlo (1975) – *O Significado das Cidades*. Trad. Ana Rabaça. Lisboa: Editorial Presença, 1984 .

BANDEIRINHA, José António Oliveira (1993) – *Quinas Vivas*. 2.ª Edição. Porto: Publicações FAUP, 1996.

BATALHA, Fernando – *Angola: Arquitectura e História*. Lisboa: Nova Vega, 2006.

BENEVOLO, Leonardo (1960) – *Historia de La Arquitectura Moderna*. 6.ª Edição. Barcelona: Gustavo Gili, 1990.

BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; GUERRA, Max Welch (Eds.) (2015) – *Urbanism and Dictatorship: a european perspective*. Basel: Birkhauser.

BOURDIEU, Pierre (1991) – *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 2.ª Edição. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Fernando de Castro – *Estado Novo: uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

CAETANO, Marcello – *As Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo, 1977.

CALDAS, João V.; et al. (1990) – ***Viana do Castelo***. Lisboa: Ed. Presença.

CALVINO, Italo (1990) – ***As Cidades Invisíveis***. Trad. José Colaço Barreiros. 5.ª Edição. Lisboa: Editorial Teorema, 2002.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi (1984) – ***Composizione Architettonica e Tipologia Edilizia II: Il progetto nell'edilizia di base***. Venezia: Marsilio.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi (1979) – ***Composizione Architettonica e Tipologia Edilizia I: Lettura dell' edilizia di base***. Veneza: Marsilio.

CANIGGIA, GIanfranco (1963) – ***Lettura di una Città: Como***. 2.ª Edição. Como: Edizioni New Press, 1984.

CARREIRA, António (1972) – ***Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)***. Porto: Imprensa Portuguesa.

CARROLL, Lewis (1865) – ***Alice's Adventures in Wonderland***. Adapted by Joseph Cowley. Bloomington: iUniverse, 2012.

CARVALHO, Ricardo – ***A Cidade Social: impasse, desenvolvimento, fragmento***. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2016.

CASTELO, Cláudia (1998) – ***O Modo Português de estar no Mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)***. 2.ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

CASTEX, J.; DEPAULE, J. Ch.; PANERAI, Ph. – ***Formes Urbaines: de l'îlot à la barre***. Paris: Dunod, 1977.

CHELMICKI, José (1841) – ***Corografia Cabo-Verdiana ou Descripção Geographico Historico da Província das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné***. Lisboa: Typ. De L. C. Da Cunha.

CHOAY, Françoise (1980) – ***A Regra e o Modelo: sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo***. Trad. Pérolas de Carvalho. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007.

CHOAY, Françoise (1965) – ***O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia***. Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. 6.ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

COELHO, Carlos Dias (Coord.) (2014) – ***Cadernos de Morfologia Urbana: o tempo e a forma***. Lisboa: Argumentum.

COELHO, Carlos Dias (Coord.) (2013) – ***Cadernos de Morfologia Urbana: os elementos urbanos***. Lisboa: Argumentum.

COHEN, Jean-Louis; ELEB, Monique (1998) – ***Casablanca: Colonial Myths and Architectural Ventures***. New York: The Monacelli Press, 2002.

Conzen, Michael Robert Günter (Ed.) (2004) – ***Thinking about Urban Form: Papers On Urban Morphology, 1932-1998***. Oxford: Peter Lang.

CULLEN, Gordon (1971) – ***Paisagem Urbana***. Trad. Isabel Correia; Carlos de Macedo. Lisboa : Edições 70, 1983.

ETLIN, Richard (1994) – ***Symbolic Space: frensh enlightenment architecture and its legacy***. Chicago: The University of Chicago Press.

FARIA, Carlos Vieira (1980) – ***Novo Fenómeno Urbano da Aglomeração de Setúbal***. Lisboa: Assírio e Alvim.

FERNANDES, José Manuel (Coord.) (2008) – ***Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa***. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

FERNANDES, José Manuel (2006) – ***Arquitectura Portuguesa, uma síntese***. 3.ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

FERNANDES, José Manuel (2005) – ***Arquitectura Portuguesa, Temas Actuais II***. Lisboa: Livros Cotovia.

FERNANDES, José Manuel (2002) – ***Geração Africana: arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975***. 2.ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

Fernandes, José Manuel (1999) – ***Arquitectura e Urbanismo no Espaço Ultramarino Português***. In: Bettencourt, F. and Chaudhuri, K. (Eds.) – *História da Expansão Portuguesa*, vol. V - 1930-1998. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 334-383.

FERNANDES, José Manuel (1993) – ***Arquitectura Modernista em Portugal: 1890-1940***. Lisboa: Gravilha.

FERNANDES, José Manuel – ***Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa***. Casal de Cambra: Caleidoscópio, s.d..

FERNANDES, Mário Gonçalves (2002) – ***Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal***. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

FERNANDES, Mário Gonçalves (1995) – ***Viana do Castelo: a consolidação de uma cidade (1855-1926)*** - Lisboa: Edições Colibri.

FERNANDES, Sérgio Padrão (2016) – ***Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização: Cabo Verde 1934-1974***. Lisboa: Argumentum.

FERNANDES, Valentim; BAIÃO, António (leitura e revisão de provas) (1940) – ***Manuscrito de Valentim Fernandes***. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

FERNANDEZ, Sérgio (1985) – ***Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974***. Porto: Publicações FAUP.

FERRO, António (1933) – ***Salazar, o Homem e a sua Obra***. 3.ª Edição. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1935.

FONTE, Maria Manuela da (2008) – ***Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à revolução***. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012.

FOUCAULT, Michel (1979) – ***Microfísica do Poder.*** Trad. Roberto Machado. 9.ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCAULT, Michel (1966) – ***As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas***. Trad. António Ramos Rosa. 9.ª Edição. Lisboa: Edições 70, 1998.

FRANÇA, José Augusto (2008) – ***Lisboa: história física e moral***. 2.ª Edição. Lisboa: Livros do Horizonte, 2009.

FRANÇA, José Augusto (1980) – ***Lisboa: urbanismo e arquitectura***. 5.ª Edição. Lisboa: Livros do Horizonte, 2005.

FRANÇA, José Augusto (1991) – ***A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)***. 3.ª Edição. Lisboa: Livraria Bertrand, 2000.

FRANÇA, José Augusto – ***A Arte e a Sociedade Portuguesa no Século XX: 1910 a 2000***. 4.ª Edição. Lisboa: Livros do Horizonte, 1991.

GALVÃO, Henrique; SELVAGEM, Carlos (1951) – ***Império Ultramarino Português***. Lisboa: Imprensa Nacional De Publicidade.

GOLIOT-LETÉ, Anne; JOLY, Martine; LANCIEN, Thierry; MÉE, Isabelle-Célile Le; VANOYE, Francis (2008) – ***Dicionário de Imagem***. Trad. Victor Silva. Lisboa: Edições 70, 2011.

GUEDES, Fernando (1997) – ***António Ferro e a sua Política do Espírito***. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

HALBWACHS, Maurice (1968) – ***A Memória Colectiva***. 2.ª Edição: 5.ª Reimpressão. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

HILLIER, Bill (2007) – ***Space is the Machine***. Londres: Space Syntax.

INSKIP, Peter – ***Lutyens' Houses***. In: *Edwin Lutyens. Architectural Monographs 6*. London: Academy Editions: 1979.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira (Org.) (2013) – ***O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições***. Lisboa: Edições 70.

JUNG, Carl Gustav (Org.) (1964) – ***O Homem e os seus Símbolos***. 5.ª Edição. Trad. Maria Lúcia Pinho; Carla da Silva Pereira. Lisboa: Nova Fronteira, 2008.

KULTERMANN, Udo (1963) – ***Arquitectura Moderna em África***. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

KULTERMANN, Udo (1969) – ***Nuevos Caminos de la Arquitectura Africana***. Barcelona: Editorial Blume.

LAMAS, José M. Ressano Garcia (1993) – ***Morfologia Urbana e Desenho da Cidade***. 5.ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

LAVEDAN, Pierre (1975) – ***Nouvelle Histoire de Paris: histoire de l'urbanisme à Paris***. Paris : Hagachette, 1993.

LAVEDAN, Pierre (1936) – ***Géographie des Villes***. Paris: Gallimard, 1959.

LE GOFF, Jacques (1977) – ***História e Memória (2º volume): Memória***. Trad. Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, s.d..

LE GOFF, Jacques (1977) – ***História e Memória (2º volume): Memória***. Trad. Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, s.d..

LIMA, Alfredo Pereira de (1966) – ***Edifícios Históricos em Lourenço Marques***. Lourenço Marques: Livraria Académica.

LOBATO, Alexandre (1970) – ***Lourenço Marques Xilonguine: pequena monografia da cidade***. Lisboa: Agência do Ultramar.

LOBO, Francisco – ***Histórias de Setúbal***:1974 a 1986. Setúbal: URAP, 2008.

LÔBO, Margarida Souza (1993) – ***Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco***. Porto: Publicações FAUP, 1995.

LOCHERY, Neil (2013) – ***Lisboa: a cidade vista de fora, 1933-1974***. Trad. Manuel Alberto Vieira, Alberto Gomes. Barcarena: Editorial Presença.

LOCHERY, Neil (2011) – ***Lisboa: a guerra nas sombras da cidade da luz, 1939-1945***. 4.ª Edição. Trad. Alberto Gomes. Barcarena: Editorial Presença, 2014.

MARQUES, A.H. de Oliveira (org.) (2001) – ***O Império Africano 1890-1930***. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), Nova História da Expansão Portuguesa, Lisboa: Estampa.

MATOS, Raimundo José Da Cunha (1842) – ***Corographia Histórica das Ilhas de S. Thomé, Princípe, Anno Bom e Fernando Pó***. Porto: Typographia Da Revista.

MATOS, Raimundo José Da Cunha; Branco, José Vieira (Ed. Lit.) (1916) – ***Corografia Histórica das Ilhas de S. Tomé e Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó***. 4.ª Edição. São Tomé: Imprensa Nacional.

MATOS, Raimundo José Da Cunha (1963) – ***Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África***. Rio De Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

MATTOSO, José (Dir.) (2010) – ***Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitectura e urbanismo***. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MENDES, Maria Clara (coord.); DIAS COELHO, Carlos; CARNEIRO, Luís; FONTE, Maria Manuela; FERNANDES, Sérgio; PROENÇA, Sérgio; CARLOS, Gilberto; RIZZONE, Alberto (2007) – ***Urbanismo Colonial, Os Planos de Urbanização nas Antigas Províncias Ultramarinas, 1934-1974***. 3 Volumes policopiados. Direcção Geral do Ornamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOT/DU), Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Lisboa.

MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise (1988) – ***Dictionnaire de l'urbanisme et de l'amenagement***. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.

MILHEIRO, Ana Vaz (2017) – ***Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do "Império Português"***. Lisboa: Relógio d'Água.

MILHEIRO, Ana Vaz (2012) – ***Nos Trópicos sem Le Corbusier: Arquitectura Luso-Africana no Estado Novo***. Lisboa: Relógio d'Água.

MIRANDA, António; SILVA, Raquel Henriques da (Coord. Ed.) (2017) – ***A Lisboa***

Que Teria Sido. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

MONTEZ, Paulino (1935) – *A Estética de Lisboa*. Lisboa.

MORAIS, João Sousa; MALHEIRO, Joana Bastos (2013) – *São Tomé e Príncipe, as cidades: Património Arquitectónico*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

MORAIS, João Sousa; LAJE, Luis; MALHEIRO, Joana Bastos (2012) – *Maputo: Património Arquitectónico*. Trad. Mónica Andrade. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

MORAIS, João Sousa (2010) – *Mindelo: Património Urbano e Arquitectónico*. Trad. Gonçalo Gama Pinto. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

MORAIS, João Sousa (2001) – *Maputo, Património da Estrutura e Forma Urbana, Topologia do Lugar*. Lisboa: Livros Horizonte.

MOREIRA, Manuel A. F. (1986) – *O Município e os Forais de Viana do Castelo*. Viana do Castelo: Edições da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

MORRIS, A. E. J. (1979) – *Historia de la Forma Urbana: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*. Trad. Reinald Bernet. 1.ª Edição: 9.ª Tiragem. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

MUMFORD, Lewis (1961) – *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. 5.ª Edição. Trad. Neil R. Da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Muratori, S.; Bollati, R.; Bollati, S.; Marinucci, G. (1963) – *Studi per una Operante Storia Urbana di Roma*. Roma: Consiglio Nazionale Delle Ricerche.

Muratori, Saverio (1960) – *Studi per una Operante Storia Urbana di Venezia*. Roma: Istituto Poligrafico dello Stato.

NETO, Maria João Baptista (2001) – *Memória, Propaganda e Poder: o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: Publicações FAUP.

NIETZSCHE, Friederich (1901) – *A Vontade de Poder: para uma transmutação de todos os valores*. Trad. Manuel Menir. Lisboa: Alfange, 2012.

NIETZSCHE, Friederich (1889) – *Crepúsculo dos Ídolos: ou como se filosofa às marteladas*. Trad. Delfim Santos. 4.ª Edição. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.

OLIVEIRA, Mário de (1962) – *Urbanismo no Ultramar*. Lisbon, Agência Geral do Ultramar.

OLIVEIRA, Vítor (2016) – *Urban Morphology: an introduction to the study of the pysical form of cities*. New York, Springer.

OLIVEIRA, Vítor; PINHO, Paulo; BATISTA, Luisa; PATATAS, Tiago (Ed.) (2014) – *Our Common Future in Urban Morphology*. Porto, FEUP.

ORTIGÃO, Ramalho (1948) – *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa, Tomo I*. 2.ª Edição. Lisboa, Livraria Clássica Editora.

OTTOLENGHI, Marinella (1976) – *Conoscere l'Urbanistica: introduzione di*

metodo. Roma: Officina Eddizioni.

Panerai, Philippe; Depaule, Jean-Charles; Demorgon, Marcele (1975) – ***Analyse Urbaine***. Marseille: Editions Parenthèses, 1999.

Panerai Philippe; Castex, Jean; Depaule Jean-Charles – ***Formes Urbaines, de l'îlot à la barre***. Marseille: Editions Parenthèses, 1997.

PERALTA, Elsa (2008) – ***A Memória do Mar: património, tradição e (re)imaginação identitária na contemporaneidade***. Lisboa: ISCSP-UTL.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1996) – ***Escritos: 1947-1996, Selecção***. Porto: Publicações FAUP.

PIMENTEL, A. de L. (1904) – ***Manual do colono, construções, estudo da região, etc. III parte***. Porto: Typographia a vapor de José da Silva Mendonça.

PINTO, Manuel do Rosário (2006) – ***Relação do Descobrimento da Ilha de São Tomé***. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Centro de História de Além-Mar.

PÖETE, Marcel (1929) – ***Introducción al Urbanismo. Evolución de las ciudades. Lecciones de la Antiguedad***. Trad. Miguel Moro Vallina. Oviedo: KRK Ediciones, 2015.

PORTAS, Nuno (1969) – ***A Cidade como Arquitectura: apontamentos de método e crítica***. 2.ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

PORTAS, Nuno (1973) – ***A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal, uma interpretação***. In: BRUNO, Zevi – *História da Arquitectura Moderna, Volume 1 e 2*. Lisboa: Editora Arcádia.

PORTAS, Nuno (2005) – ***Arquitectura(s): história e crítica, ensino e profissão***. Porto: FAUP Edições.

PORTELA, Artur (1982) – ***Salazarismo e Artes Plásticas***. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

PRADO, Roberto Goycoolea; MARTÍ, Paz Núñez (Dir.) (2011) – ***La Modernidad Ignorada: arquitectura moderna de Luanda***. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.

POZO, Alfonso del Barrajas (1997) – ***Análisis Urbano, textos: Gianfranco Caniggia, Carlo Aymonino, Massimo Scolari***. Sevilla: Instituto Universitario de Ciencias de la Construcción.

Quatremère de Quincy, Antoine (1833) – ***Dictionnaire Historique d'Architecture. Paris: Librairie d'Adrien Le Clere et Cie***.

RAIMUNDO, Orlando (2015) – ***António Ferro: o inventor do salazarismo***. Lisboa: D. Quixote.

RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (Ed.) (2011) – ***Habitar, Pensar, Investigar, Fazer: colóquio internacional***. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

RESENDE, André de (2009) – ***As Antiguidades da Lusitânia (Portugaliae Monumenta Neolatina, III).*** Trad. R. M. Rosado Fernandes. Estabelecimento do texto latino Sebastião Tavares de Pinho. Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra.

RIEGL, Aloïs (1984) – ***Le culte moderne des monuments: Son essence et sa genèse***. Paris: Éditions du Seuil.

RODOLFO, João de Sousa (2002) – ***Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal***. Lisboa: Publicações D. Quixote.

ROSAS, Fernando (2012) – ***Salazar e o Poder*** – a arte de saber durar. Lisboa: Edições Tinta da China.

ROSAS, Fernando (2004) – ***Pensamento e Acção Política: Portugal Século XX (1890-1976) ensaio histórico***. Lisboa: Ed. Notícias.

ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de (1996) – ***Dicionário do Estado Novo, vol. II***. Lisboa: Bertrand Editora.

ROSAS, Fernando (1990) – ***Nova História de Portugal***. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira – Portugal e o Estado Novo (1930-1960). Lisboa: Editorial Presença.

ROSMANINHO, Nuno (2006) – ***O Poder e a Arte: O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra***. Coimbra: Impressão da Universidade de Coimbra.

ROSSA, Walter (2002) – ***A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português***. Coimbra: Edições Almedina.

ROSSI, Aldo (1966) – ***A Arquitectura de Cidade***. Trad. José Charters Monteiro. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

TOSTÕES, Ana (Coord.) (2008) – ***1º Congresso Nacional de Arquitectura. Edição Fac-Similada***. Lisboa: Ordem dos Arquitectos – Concelho Directivo Nacional.

SALDANHA, José Luís (2012) – ***Luís Possolo: Um arquitecto do Gabinete de Urbanização do Ultramar***. Lisboa: CIAAM.

SANTOS, Maria Emília Madeira Santos (Coord.) (2002) – ***História Geral de Cabo Verde. Volume III***. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartograia Antiga - Instituto de Investigação Tropical.

SANTOS, Maria Emília Madeira Santos (Coord.) (1995) – ***História Geral de Cabo Verde. Volume II***. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartograia Antiga - Instituto de Investigação Tropical.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (2003) – ***História de Portugal: Volume XV, da II Guerra À Morte do Marchal Carmona (1941-1951)***. Lisboa: Editorial Verbo.

SILVA, Carlos Nunes (Ed.) (2015) – ***Urban Planning in Sub-Saharan Africa: colonial and post-colonial planning cultures***. New York: Routledge.

SILVEIRA, Luís (1956) – ***Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do***

Ultramar, Volume I, II, III. Lisboa: Ministério do Ultramar, Junta de Investigação do Ultramar.

SMITH, Manuel; MIRANDA, Flávio (Coord.) (2015) – *Património Arquitectónico de Origem Portuguesa de Díli*. Trad. Maria Amaro. Díli: Secretaria de Estado do Turismo, Arte e Cultura Timor-Leste.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. (2002) – *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili.

SOLÀ-MORALES, M. (1997) – *Las formas de crecimiento urbano*. Barcelona: Edicions U.P.C.

SPARRA, Sophia (2009) – *Architecture and Narrative: the formation of space and cultural meaning*. New York: Routledge.

STEIN, Clarence (1928) – *The Radburn plan. Notes on the new town planned for the City Housing Corporation*. In: Parsons, Kermit (ed.) (1998) – The Writings of Clarence S. Stein: Architect of the Planned Community. Baltimore: John Hopkins University Press.

TECLE-MISGHINA, Belula (2014) – *Asmara, a Urban History*. Roma: Edizioni Nuova Cultura.

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida (1999) – *O Urbanismo Português: Séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.

TIAN, J.; GU K.; TAO, W. (2014) – *Urban Morphology: Architectural Typology and Cities in Transition*. Beijing: Sciense Press, 2014.

TINNISWOOD, Adrian (1998) – *Visions of Power: Ambition and Architecture from Ancient Rome to Modern Paris*. Londres: Mitchell Beazley.

TOSTÕES, Ana (Ed.) (2013) – *Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

TOSTÕES, Ana (Coord.) (2004) – *Arquitectura Moderna Portuguesa (1920-1970)*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

TOSTÕES, Ana (1997) – *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP Publicações.

TOSTÕES, Ana (1995) – *Arquitectura Portuguesa do Século XX*. In: PEREIRA, Paulo (dir.) História da Arte Portuguesa, Vol. III. Lisboa: Circulo de Leitores.

TOUSSAINT, Michel (Ed.) (2012) – *Da Arquitectura à Teoria: teoria da arquitectura na primeira metade do século XX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

UNWIN, Raymond (1909) – *Town Planning in Practice: an introduction to the art of designing cities and suburbs*. New Jersey, Princeton Architectural Press: 1994.

VELOSO, António Matos; FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria De Lurdes (2008) – *João José Tinoco: Arquitecturas em África*. Lisboa: Livros Horizonte.

VIDLER, Anthony (1992) – *The Architecture Uncanny: essays in the modern*

unhomely. Massachusetts: The MIT Press, 1992.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René (2009) – ***História de Angola***. Lisboa: Tinta da China, 2011.

WHITE, Gary; PIENAAR, Marguerite; SERFONTEIN, Bouwer (2015) – ***Africa Drawn: one hundred cities***. Berlin: DOM Publishers.

WILHEIM, Jorge (2003) – ***Cidades: o substantivo e o adjectivo***. 3ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

WITHERS, Charles W. J. (1996) – ***Place, Memory, Monument: memorializing the past in contemporary Highland Scotland***. Ecumene, Londres: Arnold.

III. DISSERTAÇÕES E OUTROS TRABALHOS ACADÉMICOS

ACCIAIUOLI, Margarida (1991) – ***Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes "restauração" e "celebração"***. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: FCHS-UNL.

AFONSO, Luís (1991) – ***Arquitectura da Cidade, Limite e Forma Urbana***. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: UTL – Faculdade de Arquitectura.

ALBUQUERQUE, António Manuel da Silva e Sousa (1998) – ***Arquitectura Moderna em Moçambique: Inquérito à Produção Arquitectónica em Moçambique nos Últimos Vinte e Cinco Anos do império Colonial Português (1949-1974)***. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura. Coimbra: FCTUC.

ALMEIDA, Sandra Vaz Costa Marques de (2009) – ***Portugal a Régua e Esquadro: urbanismo, arquitectura e memória na obra pública de Duarte Pacheco***. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História. Lisboa: FL-ULisboa.

ANSELMO, Marcos André Gomes (2011) – ***Arquitectura Popular de África: manifestações do primitivo na arquitectura dos anos 1950/60***. In: *A Arqueologia e o Turismo*, o caso da Península de Tróia. Projecto Final de Arquitectura, Mestrado Integrado em Arquitectura. Lisboa: ISCTE.

BONITO, Jessica (2011) – ***Arquitectura Moderna na África Lusófona: Recepção e Difusão das Ideias Modernas em Angola e Moçambique***. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura. Lisboa: IST-UTL.

Brandes, Nikolai (2012) – ***A society in which it is worth having a place***. In: ***Modernisation through cooperativism in Lourenço Marques: Late colonial "Bairro da Coop. Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência***. Lisboa: IICT.

COELHO, Carlos Dias (2002) – ***A Complexidade dos Traçados***. Dissertação de Doutoramento em Planeamento Urbanístico. Documento Poli-Copiado. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

CUNHA, Paulo (2003) – *Ferro contra Ferro: um "Acto de Contrição" do Poder no Estado Novo*. Coimbra: Faculdade de Letras.

FERNANDES, José Manuel – *Para o Estudo da Arquitectura e do Urbanismo no espaço ultramarino português, no século XX – alguns temas sobre Angola e Moçambique*, Candidatura a Provas de Agregação, Lisboa: FA-UTL, 1999.

FERNANDES, Sérgio Padrão (2014) – *Génese e Forma dos Traçados das Cidades Portuguesas: morfologia, tipologia e sedimentação*. Tese elaborada para a obtenção do grau de doutor em Urbanismo. Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Maio de 2014.

FERREIRA, André Faria (2008) – *Obras Públicas em Moçambique – inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

FERREIRA, Maria Júlia – *Setúbal, A Cidade e o Território: o papel regional e os efeitos da metropolização*. Dissertação de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, Especialidade em Planeamento e Gestão do Território. Documento apresentado na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

MARTINS, Isabel – *Luanda: A Cidade e a Arquitectura*. Dissertação para Doutoramento em Arquitectura. Porto: FAUP, 2000.

MONIZ, Gonçalo Canto (2011) – *O Ensino Moderno da Arquitectura: A Reforma de 57 e as Escolas de Belas Artes em Portugal (1931-1969)*. Dissertação de Doutoramento na área científica de Arquitectura, especialidade de Teoria e História da Arquitectura. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

MOUDON, Anne Vernez (1997) – *Urban Morphology as an emerging interdisciplinar fiel*. Washington: College of Architecture and Urban Planning, University of Washington. http://www.urbanform.org/pdf/moudon1997.pdf

PATRICIOS, Nicholas N. (2002) – *Urban design principles of the original neighbourhood*. Miami: University of Miami.

PROENÇA, Sérgio (2014) – *A Diversidade da Rua na cidade de Lisboa: morfologia e morfogénese*. Tese elaborada para a obtenção do grau de doutor em Urbanismo. Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Setembro de 2007.

PROENÇA, Sérgio (2007) – *Urbanismo Colonial nas Províncias Orientais. Continuidade e Ruptura na elaboração dos planos urbanísticos no Estado da Índia, Macau e Timor*. Edição poli-copiada da Tese de Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Arquitectura de Lisboa.

RODRIGUES, Tânia (2010) – *Faro na Época Moderna: do urbanismo à arquitectura*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em História da Arte – especialização em História da Arte Portuguesa. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Faro.

SILVA, Patrick Coelho da (2012) – *O Santuário de Fátima: arquitectura portuguesa do século XX*. Trabalho apresentado para a obtenção do grau de Mestre em

Arquitectura e Urbanismo. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

IV. CONGRESSOS, COLÓQUIOS E CONFERÊNCIAS

FIÚZA, Filipa (2012) – ***Os Edifícios Institucionais do Ministério do Ultramar na Metrópole***. In: *Palcos da Arquitectura*, vol. II. Lisboa: AEULP:236-242.

MACEDO, Isabel Pratas; PINHO, Inês Gato de (2015) – ***Da Traça de Terzi ao Plano Aguiar: quatro séculos de estratégia urbana***. In: Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 4 a 7 de Novembro de 2015. Braga, Portugal.

MILHEIRO, Ana Vaz – ***Praças do Império no espaço colonial português no Estado Novo: a regra e o modelo***. In: Colóquio Internacional Espaço Público – O LUGAR DA PRAÇA CONTEMPORÂNEA, Lisboa. Lisboa: Ordem dos Arquitectos Portugueses, 2012.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1986) – ***A Arquitectura do Estado Novo***. In: Colóquio sobre o Estado Novo: das origens ao fim da autarquia, 1926-1959. Lisboa.

WHITEHAND, Jeremy (2007) – ***Conzenian Urban Morphology and Urban Landscapes***. Istanbul: 6th International Space Syntax Symposium.

V. PERIÓDICOS

Ministério do Ultramar. ***Boletim Geral do Ultramar, Vol. XXX-353***. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.

CAETANO, Marcello – ***O Gabinete de Urbanização Colonial***. Lisboa: Diário de Notícias, 15/06/1948, p.1/4.

CRUZ, Maria Alfreda – ***A Cidade de Setúbal***. Revista Finisterra, N.° 6. Lisboa, 1968.

FARIA, Carlos Vieira (1985b) – ***Setúbal: Cidade-Região Fronteira***. Sociedade e Território. N.° 3, Porto, pp. 45-53.

FARIA, Carlos Vieira (1985a) – ***História Urbana de Setúbal***. In: *Olhar O Passado: Perspectivar O Futuro*. Setúbal Na História. Setúbal: Lasa.

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes – ***Estruturas urbanas da expansão portuguesa em África, até ao século XX, uma síntese***. In: *Cidades Africanas*. Ur, Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, #5. Maio 2005, pp. 26-37.

GROËR, Étienne (1945) – ***Introdução ao Urbanismo***. In: Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização de 1945-1946, I Volume. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1945.

MILHEIRO, Ana Vaz – ***O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das***

cidades luso-africanas na última fase do período colonial português. In: urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 4, N.° 2, pp. 215-232.

O Urbanismo no nosso Império Colonial. Lisboa: Diário de Notícias, 17/03/1948.

Revista Monumentos N.°24 (2006) – *Faro, de vila a cidade*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

PEDREIRINHO, José Manuel (1982) – *A Arquitectura do Estado Novo*. In: Revista HISTÓRIA, N° 46. Agosto de 1982.

SILVA, Henrique Gomes da (1935) – *Monumentos Nacionais, orientação técnica a seguir no seu restauro*. In: Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais N.°1, Setembro de 1935. Porto: Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

TELMO, Cottinelli (Dir.) (1938) – *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1*. Lisboa: Adelino dos Santos.

TOUSSAINT, Michel (2005) – *A Arquitectura Moderna e os trópicos. In: Cidades Africanas*. Ur, Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, #5. Maio 2005, p. 78-85.

WHITEHAND, Jeremy (2013) – *Urban morphological research and practice*. Urban Morphology 17.

VI. LEGISLAÇÃO

DECRETO N.° 4 137 de 25 de Maio de 1918. *Bairros Sociais*.

DECRETO-LEI N.° 17 570, de 08 de Julho de 1930. *Acto Colonial*. Diário do Governo N.° 156/1930, Série I de 08 de Julho de 1930.

DECRETO-LEI N.° 22 465, de 11 de Abril de 1933. *Acto Colonial*. Diário do Governo N.° 83/1933, Série I de 11 de Abril de 1933.

DECRETO-LEI N.° 23 052, de 23 de Setembro de 1933. *Casas Económicas*. Diário do Governo N.° 217/1933, Série I de 23 de Setembro de 1933.

DECRETO-LEI N.° 26 180, de 07 de Janeiro de 1936. *Lei Orgânica do Ministério das Colónias*. Diário do Governo N.° 5/1936, Série I de 7 de Janeiro de 1936.

DECRETO N.°34 173 Ministério das Colónias: Cria, com sede em Lisboa, o Gabinete de Urbanização Colonial, organismo comum a todas as colónias de África, e define as suas atribuições. Diário do Governo, I série, N.° 269, 6 de Dezembro de 1944.

DECRETO-LEI N.° 35 395, de 26 de Dezembro de 1945. Reorganiza a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.

DECRETO-LEI N.º 35 666, de 27 de Maio de 1946. Modifica a orgânica da missão técnica encarregada do estudo dos problemas de estradas, hidráulica e arborização nas diferentes ilhas do arquipélago de Cabo Verde (estabelecida pelo Decreto-Lei N.º 33508).

DECRETO-LEI N.º 38 200, de 10 de Março de 1951. Autoriza reforço de verba destinada a fomentar o povoamento do Ultramar e a estreitar as suas relações com a metrópole. Reforça a dotação de verbas atribuída ao Ministério das Colónias para fomento do Ultramar.

DECRETO-LEI N.º 38 300, de 15 de Junho de 1951. Altera as designações do Ministério das Colónias, do Subsecretariado de Estado das Colónias e Conselho do Império Colonial para, respectivamente, Ministério do Ultramar, Subsecretariado de Estado do Ultramar, Conselho Ultramarino.

DECRETO-LEI N.º 39 602, de 3 de Abril de 1954. Aprova a Lei Orgânica do Conselho Ultramarino.

DECRETO-LEI N.º 41 169, de 29 de Junho de 1957. Lei Orgânica do Ministério do Ultramar.

DECRETO N.º 41 787, de 7 de Agosto de 1958. Promulga a orgânica da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações.

DECRETO N.º 45 575 Ministério do Ultramar: Promulga o diploma orgânico dos serviços provinciais de obras públicas e transportes do ultramar. Diário do Governo, I série, N.º 48, 26 de Fevereiro de 1964.

DECRETO-LEI N.º47 519 Ministério do Ultramar, Direcção de Obras Públicas e Comunicações. Diário do Governo, I série, N.º 27, I de Fevereiro de 1967.

DECRETO-LEI N.º47 743 Ministério do Ultramar, Gabinete do Ministro. Diário do Governo, I série, N.º 129, 2 de Junho de 1967.

BIBLIOGRAFIA

I. FONTES DOCUMENTAIS

I.1. Arquivos

Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal

AGUIAR, João António (1971) – ***Plano Director de Urbanização da cidade de Setúbal***. Câmara Municipal De Setúbal.

AGUIAR, João António (1947) – ***Plano Geral de Urbanização da cidade de Setúbal*** – Alterações. Câmara Municipal De Setúbal.

AGUIAR, João António (1944) – ***Plano Geral de Urbanização da cidade de Setúbal***. Câmara Municipal De Setúbal.

Câmara Municipal de Setúbal (1946) – ***Parecer sobre o Plano de Urbanização da Cidade de Setúbal***.

Colecção Américo Ribeiro, Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro; Serviço Municipal Bibliotecas e Museus, Departamento Cultura Educação e Desporto, Câmara Municipal de Setúbal.

Arquivo da Direcção Geral do Território

PU 17-14	Vila Real
PU 14-16	Santarém
PU 05-03	Penhas da Saúde
PU 05-02	Castelo Branco
PU 09-07	São Miguel da Guarda
PU 08-05	Faro
PU 08-10	Olhão
PU 07-14	Vila Viçosa
PU 18-23	Viseu
PU 07-02	Vimieiro
PU 05-07	Fonte Santa
PU 02.07	Monfortinho
PU 18-24	Vouzela
PU 11-01	Alenquer
PU 16-09	Viana do Castelo
PU 05-03	Covilhã
PU 02-05	Albergaria-a-Velha

Arquivo Histórico Ultramarino

AGUIAR, João António de (1957) – ***Anteplano Geral de Urbanização de Vila Luso***, Trab. 242, GUC. [AHU 94].

AGUIAR, João António de (1955a) – ***Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, vol.II, GUU***. [IPAD 13083].

AGUIAR, João António de (1955) – P***rojecto de um edifício para o Centro Cívico de Lourenço Marques, Trab.494, GUU***. [AHU OP8302].

[s.n.] (1955) – ***Plano de Urbanização de Lourenço Marques, GUU***. In: *Urbanização de Lourenço Marques*, volume I, 28/05/1955, s.p. [recorte de jornal] [IPAD].

AGUIAR, João António de (1954a) – ***Urbanização de Porto Amboim, Trab. 159, GUC***. [AHU 73].

AGUIAR, João António de; CORRÊA, Sabino (1954) – ***Estádio de Nampula, Trab. 462, GUU***. [AHU 125; OP8298].

AGUIAR, João António de (1953i) – ***Urbanização do Gurué. GUU*** [IPAD 12987].

AGUIAR, João António de (1953h) – ***Plano Geral de Urbanização de Nampula, Trab. 214, GUU***. [IPAD 12992].

AGUIAR, João António de (1953g) – ***Plano de Urbanização de Palane, GUU***. [AHU OP 7865].

AGUIAR, João António de (1953f) – ***Urbanização de Mocimboa da Praia, GUU***. [AHU OP 7864].

AGUIAR, João António de (1953e) – ***Plano Geral de Urbanização da Vila de Manica, Trab. 404, GUU***. [AHU OP7866].

AGUIAR, João António de (1953d) – ***Plano Geral de Urbanização de Nacala, Trab. 399, GUU***. [IPAD 6881] [AHU OP 6881].

AGUIAR, João António de (1953c) – ***Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques***. [AHU 54].

AGUIAR, João António de (1953b) – ***Plano Geral de Urbanização de Díli***. [AHU: 11].

AGUIAR, João António de (1953a) – ***Plano Geral de Urbanização de Margão, Trab. 435, GUU***. [AHU OP7709]

AGUIAR, João António de (1953) – ***Plano Geral de Urbanização de Vila Junqueiro, Trab. 432, GUU***. [AHU OP7771]

BRAGA, Manuel (1952c) – ***Parecer sobre o Plano de Urbanização de Lourenço Marques, Câmara Municipal de Lourenço Mares, Gabinete de Urbanização e Obras***. In: *Urbanização de Lourenço Marques*, volume I, 02/1952. [IPAD].

Gabinete de Urbanização do Ultramar (1952b) – ***Relatório da Actividade do Gabinete de Urbanização do Ultramar de 1944 a 1952***. [IPAD 13038]

GORGULHO, Carlos (1952a) – ***Relatório do Governo da Província de S. Tomé e Príncipe Respeitante aos anos de 1948 a 1951***. São Tomé e Príncipe: Imprensa Nacional.

AGUIAR, João António de (1952a) – ***Anteplano Geral de Urbanização de Vila Teixeira da Silva, Trab. 315, GUC***. [AHU 97].

AGUIAR, João António de (1952) – ***Projecto do Carmelo de Lourenço Marques, Trab. 338-I, GUC***. [AHU: OP7749; e 54].

AGUIAR, João António de (1951l) – ***Plano Geral de Urbanização de Sá da Bandeira, Trab. 156, GUC***. [AHU 55].

AGUIAR, João António de (1951k) – ***Anteplano Geral de Urbanização da Vila de Robert William's, Trab. 331, GUC***. [AHU 54].

AGUIAR, João António de (1951j) – ***Anteplano Geral de Urbanização de Caconda, Trab. 456, GUC***. [AHU 53].

AGUIAR, João António de (1951i) – ***Anteplano Geral de Urbanização de Novo Redondo, Trab. 252, GUC***. [AHU 52].

AGUIAR, João António de (1951h) – ***Anteplano de Urbanização de Landana, Trab. 316, GUC***. [AHU 51].

AGUIAR, João António de (1951g) – ***Urbanização de Nova Lisboa***. [AHU 40].

AGUIAR, João António de (1951b) – ***Laboratório de patologia veterinária de Lourenço Marques, Trab. 290, GUC***. [AHU OP7747]

AGUIAR, João António de (1951) – ***Anteplano Geral de Urbanização de Tete, Trab. 255, GUC***. [IPAD 12998]

AGUIAR, João António de (1950c) – ***Serviços de Fazenda e Contabilidade de Luanda, Trab. 385, GUC***. [AHU 37].

AGUIAR, João António de (1950b) – ***Plano Geral de Urbanização de Vila Pery, Trab. 216, GUC***. [AHU OP7773].

AGUIAR, João António de; Lopes, Eurico Pinto (1950a) – ***Arranjo das Fachadas da Igreja de Bafatá***. [AHU 29].

AGUIAR, João António de; Lopes, Eurico Pinto (1950) – ***Administração do Concelho de Bissau***. [AHU 29].

AGUIAR, João António de (1949b) – ***Projecto do Liceu de Nova Lisboa, Trab. 546, GUC***. [AHU 36]

AGUIAR, João António de; Oliveira, Mário de (1948b) – ***Plano Geral de Urbanização de Namaacha, Trab. 113, GUC***. [AHU OP7744]

AGUIAR, João António de (1947b) – ***Plano Geral de Urbanização de Luanda, GUC***. [AHU 3]

AGUIAR, João António de (1947a) – *Projecto da Câmara Municipal do Lobito (Ampliação), Trab. 161-A*. [AHU 12]

GRÖER, Etienne; SILVA, David Moreira da (1943) – *Plano de Urbanização da Parte Marginal da Cidade de Luanda*. [IPAD 15909].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Projecto do Seminário Cernache, Trab. 427/A, GUU*. [AHU OP8311].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Urbanização do Lobito, Trab. 50, GUC*. [AHU 96; 145].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Plano Geral de Urbanização de Cabinda, Trab. 215, GUC*. [AHU 146].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Laboratório de Patologia Veterinária de Lourenço Marques, Trab. 290, GUC*. [AHU 6].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Plano Geral de Urbanização de Quelimane, GUC*. [AHU 45].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Plano Geral de Urbanização de Nacala, GUC*. [AHU 71].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Plano Geral de Urbanização de Malange, GUC*. [AHU 46].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Plano Geral de Urbanização de Nacala, Tab. 462, GUC*. [AHU 125].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Projecto de Adaptação do Palácio do Governo da Guiné, Tab. 9, GUC*. [AHU 6].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Projecto de um Edifício para a Administração do Concelho da Bissau, Tab. 275, GUC*. [AHU 9].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Anteplano Geral de Urbanização de São Tomé, GUC*. [AHU 10].

AGUIAR, João António de (s.d.) – *Arranjo da Zona Central da Cidade de de São Tomé, Trab. 124, GUC*. [AHU 10-A].

[s.n.] (s.d.) – *Urbanização de Inhambane, Trab. 174, GUC*. [IPAD 12996].

[s.n.] (s.d.) – *Planta da Vila de Ribaué*. [AHU 08].

[s.n.] (s.d.) – *Planta de Ressano Garcia*. [AHU 12].

[s.n.] (s.d.) – *Plano Geral de Urbanização de Malange, GUC*. [AHU 71].

[s.n.] (s.d.) – *Planta da Vila de Moamba*. [AHU 07].

Arquivo Ministério das Obras Públicas

CONSELHO SUPERIOR DE OBRAS PÚBLICAS (1948) – ***Parecer N.º 1970, de 1948***. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações

Centro de Documentação da FAUP

COSTA, Vasco Vieira (1948) – ***Cidade Satélite N.º3: Anteprojecto duma Cidade Satélite para Luanda***. CODA (Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto). Porto: ESBAP.

I.2. Espólios Particulares de Arquitectos

João António de Aguiar

AGUIAR, João António de (1963) – ***Memória Descritiva do Anteplano Geral de Urbanização de Faro***. Memória Descritiva. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1959b) – ***Memória Descritiva do Esboceto do Plano de Urbanização do Mindelo***. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1959a) – ***Memória Descritiva do Esboceto do Plano de Urbanização da Cidade da Praia***. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1959) – ***Informação sobre a Urbanização das Cidades da Praia e do Mindelo***. Espólio JAA.

AGUIAR, João António (1954) – ***Plano Geral de Urbanização de Moçâmedes***. Memória Descritiva. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1951f) – ***Plano Geral de Urbanização de Teixeira Pinto***. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1951e) – ***Plano Geral de Urbanização de Inhambane: bairro indígena***. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1951d) – ***Plano Geral de Urbanização de Inhambane: arranjo da área urbana existente***. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1951c) – ***Memória Descritiva do Plano Geral de Urbanização de da Covilhã***. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1951a) – ***Memória Descritiva do Plano Geral de Urbanização de Díli, Trab. 86***. Espólio JAA.

AGUIAR, João António (1949a) – ***Plano Geral de Urbanização de Vila Viçosa***. Processo Administrativo. Espólio JAA.

AGUIAR, João António (1949) – *Plano Geral de Urbanização de Faro*. Processo Administrativo. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1948c) – *Memória Descritiva do Esboceto do Plano de Urbanização de Porto Amboim*. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1948a) – *Ante-Plano Geral de Urbanização do Vimieiro*.

AGUIAR, João António de (1948) – *Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo*.

AGUIAR, João António de (1947) – *Diário de Viagem*. Espólio JAA.

AGUIAR, João António de (1946b) – *Memória Descritiva do Esboceto do Plano de Urbanização de Praia Varela*. Espólio JAA.

AGUIAR, João António (1946a) – *Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada*. Memória Descritiva. Espólio JAA.

AGUIAR, João António (1946) – *Plano Geral de Urbanização de Luanda*.

AGUIAR, João António (1945) – *Diário da 1.ª Viagem a Angola e Moçambique: com o Ministro M. Caetano, Eng.º Rogério Cavaca e Arq.º João Simões*. Espólio JAA.

João Simões

Acervo Fotográfico 1945

José Galhardo Zilhão

Escola Industrial de Luanda

Estúdio para o Palácio de Governo

Plano de Urbanização de Nova Lisboa (Colaboração)

I.3. Depoimentos Recolhidos

Adriano Moreira	26/11/2014
Alfredo Santana	09/02/2015 e 11/03/2015
Fernando Schiappa de Campos	27/10/2014
Jorge Branco Ló	14/03/2015 e 27/05/2015
Margarida Souza Lobo	29/09/2014
Nuno Portas	29/09/2014

Raquel de Aguiar	03/12/2015
Victor Consiglieri	06/01/2015

II. LIVROS E CATÁLOGOS

A.A.V.V. (2004) – ***Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970***. In: Tostões, Ana (coord.) – ***Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal***. Lisboa: IPPAR.

A.A.V.V. (1997) – ***Arquitectura do Século XX: Portugal***. Organização Annette Becker, Ana Tostões, Wlifried Wang. Lisboa: Prestel, Portugal-Frankfurt.

A.A.V.V. (1989) – ***O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia: 1929-1959 (Colóquio); volumes 1 e 2***. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Ed. Fragmentos.

ACCIAIUOLI, Margarida (2015) – ***Casas com Escritos: uma História da Habitação em Lisboa***. Lisboa: Bizâncio.

ACCIAIUOLI, Margarida (2013) – ***António Ferro, A Vertigem da Palavra: retórica, política e propaganda no Estado Novo***. Lisboa: Bizâncio.

ACCIAIUOLI, Margarida (1998) – ***Exposições do Estado Novo 1934-1940***. Lisboa: Livros Horizonte.

AGUIAR, Armando (1954) – ***O Mundo que os Portugueses Criaram***. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

AGUIAR, João António; Machado, Eurico Gonçalves; Campos, Fernando Schiappa de (1956) – ***Normas para as instalações dos Liceus e Escolas do Ensino profissional nas províncias ultra-marinas***. Lisboa: Ministério do Ultramar, Gabinete de Urbanização do Ultramar.

AGUIAR, João António (1952) – ***L'Habitation dans les pays tropicaux***. In: XXI Congres, Federation Internationale de L'Habitation et de L'Urbanisme. Lisbonne: Federation Internationale de L'habitation et de L'urbanisme.

ALBUQUERQUE, Luís de (1989) – ***A ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI***. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira Santos (Coord.) (1991) – ***História Geral de Cabo Verde. Volume I***. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartograia Antiga - Instituto de Investigação Tropical.

ALEXANDRE, Valentim (2011) – ***The Colonial Empire***. In: ***Contemporary Portugal: Politics, society and culture***. New York: Columbia University Press.

ALMEIDA, Pedro Vieira de (2002) – ***Arquitectura no Estado Novo: uma leitura crítica***. Lisboa: Livros Horizonte.

ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel (1986) – ***História da Arte em Portugal: A arquitectura moderna, Volume 14***. Lisboa: Edições Alfa.

ALVAREZ, José Maurício (1991) – ***Arquitectura Monumental e Vontade de Potência***. Rio de Janeiro: Oficina Letras & Artes.

AMARAL, Ilídio do (1968) – ***Luanda (Estudo de Geografia Urbana)***. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar.

AMARAL, Ilídio do (1964) – ***Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens***. Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar.

ANDRADE, Elisa Silva (1996) – ***As Ilhas de Cabo Verde: da Descoberta à Independência Nacional (1460-1975)***. Paris: Éditions L'Harmattan.

ARGAN, Giulio Carlo (1983) – ***A História de Arte como História da Cidade***. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AUGÉ, Marc (2001) – ***As Formas do Esquecimento***. Trad. Ernesto Sampaio. Almada: Íman Edições.

AVERMAETE, Tom; CASCIATO, Maristella (2014) – ***Casablanca Chandigarh: A Reporto on Modernization***. Zurich: Canadian Center for Architecture.

AYMONINO, Carlo (1975) – ***O Significado das Cidades***. Trad. Ana Rabaça. Lisboa: Editorial Presença, 1984 .

BANDEIRINHA, José António Oliveira (1993) – ***Quinas Vivas***. 2.ª Edição. Porto: Publicações FAUP, 1996.

BATALHA, Fernando – ***Angola: Arquitectura e História***. Lisboa: Nova Vega, 2006.

BENEVOLO, Leonardo (1960) – ***Historia de La Arquitectura Moderna***. 6.ª Edição. Barcelona: Gustavo Gili, 1990.

BODENSCHATZ, Harald; SASSI, Piero; GUERRA, Max Welch (Eds.) (2015) – ***Urbanism and Dictatorship: a european perspective***. Basel: Birkhauser.

BOURDIEU, Pierre (1991) – ***O Poder Simbólico***. Trad. Fernando Tomaz. 2.ª Edição. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Fernando de Castro – ***Estado Novo: uma cronologia***. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

CAETANO, Marcello – ***As Minhas Memórias de Salazar***. Lisboa: Verbo, 1977.

CALDAS, João V.; et al. (1990) – ***Viana do Castelo***. Lisboa: Ed. Presença.

CALVINO, Italo (1990) – ***As Cidades Invisíveis***. Trad. José Colaço Barreiros. 5.ª Edição. Lisboa: Editorial Teorema, 2002.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi (1984) – ***Composizione Architettonica e Tipologia Edilizia II: Il progetto nell'edilizia di base***. Venezia: Marsilio.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi (1979) – ***Composizione Architettonica e Tipologia Edilizia I: Lettura dell' edilizia di base***. Veneza: Marsilio.

CANIGGIA, Glanfranco (1963) – *Lettura di una Città: Como*. 2.ª Edição. Como: Edizioni New Press, 1984.

CARREIRA, António (1972) – *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Porto: Imprensa Portuguesa.

CARROLL, Lewis (1865) – *Alice's Adventures in Wonderland*. Adapted by Joseph Cowley. Bloomington: iUniverse, 2012.

CARVALHO, Ricardo – *A Cidade Social: impasse, desenvolvimento, fragmento*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2016.

CASTELO, Cláudia (1998) – *O Modo Português de estar no Mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. 2.ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

CASTEX, J.; DEPAULE, J. Ch.; PANERAI, Ph. – *Formes Urbaines: de l'îlot à la barre*. Paris: Dunod, 1977.

CHELMICKI, José (1841) – *Corografia Cabo-Verdiana ou Descripção Geographico Historico da Província das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné*. Lisboa: Typ. De L. C. Da Cunha.

CHOAY, Françoise (1980) – *A Regra e o Modelo: sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*. Trad. Pérolas de Carvalho. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007.

CHOAY, Françoise (1965) – *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. 6.ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

COELHO, Carlos Dias (Coord.) (2014) – *Cadernos de Morfologia Urbana: o tempo e a forma*. Lisboa: Argumentum.

COELHO, Carlos Dias (Coord.) (2013) – *Cadernos de Morfologia Urbana: os elementos urbanos*. Lisboa: Argumentum.

COHEN, Jean-Louis; ELEB, Monique (1998) – *Casablanca: Colonial Myths and Architectural Ventures*. New York: The Monacelli Press, 2002.

Conzen, Michael Robert Günter (Ed.) (2004) – *Thinking about Urban Form: Papers On Urban Morphology, 1932-1998*. Oxford: Peter Lang.

CULLEN, Gordon (1971) – *Paisagem Urbana*. Trad. Isabel Correia; Carlos de Macedo. Lisboa : Edições 70, 1983.

ETLIN, Richard (1994) – *Symbolic Space: frensh enlightenment architecture and its legacy*. Chicago: The University of Chicago Press.

FARIA, Carlos Vieira (1980) – *Novo Fenómeno Urbano da Aglomeração de Setúbal*. Lisboa: Assírio e Alvim.

FERNANDES, José Manuel (Coord.) (2008) – *Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

FERNANDES, José Manuel (2006) – ***Arquitectura Portuguesa, uma síntese***. 3.ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

FERNANDES, José Manuel (2005) – ***Arquitectura Portuguesa, Temas Actuais II***. Lisboa: Livros Cotovia.

FERNANDES, José Manuel (2002) – ***Geração Africana: arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975***. 2.ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

Fernandes, José Manuel (1999) – ***Arquitectura e Urbanismo no Espaço Ultramarino Português***. In: Bettencourt, F. and Chaudhuri, K. (Eds.) – *História da Expansão Portuguesa*, vol. V - 1930-1998. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 334-383.

FERNANDES, José Manuel (1993) – ***Arquitectura Modernista em Portugal: 1890-1940***. Lisboa: Gravilha.

FERNANDES, José Manuel – ***Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa***. Casal de Cambra: Caleidoscópio, s.d..

FERNANDES, Mário Gonçalves (2002) – ***Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal***. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

FERNANDES, Mário Gonçalves (1995) – ***Viana do Castelo: a consolidação de uma cidade (1855-1926)*** - Lisboa: Edições Colibri.

FERNANDES, Sérgio Padrão (2016) – ***Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização: Cabo Verde 1934-1974***. Lisboa: Argumentum.

FERNANDES, Valentim; BAIÃO, António (leitura e revisão de provas) (1940) – ***Manuscrito de Valentim Fernandes***. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

FERNANDEZ, Sérgio (1985) – ***Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974***. Porto: Publicações FAUP.

FERRO, António (1933) – ***Salazar, o Homem e a sua Obra***. 3.ª Edição. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1935.

FONTE, Maria Manuela da (2008) – ***Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à revolução***. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012.

FOUCAULT, Michel (1979) – ***Microfísica do Poder.*** Trad. Roberto Machado. 9.ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCAULT, Michel (1966) – ***As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas***. Trad. António Ramos Rosa. 9.ª Edição. Lisboa: Edições 70, 1998.

FRANÇA, José Augusto (2008) – ***Lisboa: história física e moral***. 2.ª Edição. Lisboa: Livros do Horizonte, 2009.

FRANÇA, José Augusto (1980) – ***Lisboa: urbanismo e arquitectura***. 5.ª Edição. Lisboa: Livros do Horizonte, 2005.

FRANÇA, José Augusto (1991) – ***A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)***. 3.ª Edição. Lisboa: Livraria Bertrand, 2000.

FRANÇA, José Augusto – ***A Arte e a Sociedade Portuguesa no Século XX: 1910 a 2000***. 4.ª Edição. Lisboa: Livros do Horizonte, 1991.

GALVÃO, Henrique; SELVAGEM, Carlos (1951) – ***Império Ultramarino Português***. Lisboa: Imprensa Nacional De Publicidade.

GOLIOT-LETÉ, Anne; JOLY, Martine; LANCIEN, Thierry; MÉE, Isabelle-Célile Le; VANOYE, Francis (2008) – ***Dicionário de Imagem***. Trad. Victor Silva. Lisboa: Edições 70, 2011.

GUEDES, Fernando (1997) – ***António Ferro e a sua Política do Espírito***. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

HALBWACHS, Maurice (1968) – ***A Memória Colectiva***. 2.ª Edição: 5.ª Reimpressão. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

HILLIER, Bill (2007) – ***Space is the Machine***. Londres: Space Syntax.

INSKIP, Peter – ***Lutyens' Houses***. In: *Edwin Lutyens. Architectural Monographs 6*. London: Academy Editions: 1979.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira (Org.) (2013) – ***O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições***. Lisboa: Edições 70.

JUNG, Carl Gustav (Org.) (1964) – ***O Homem e os seus Símbolos***. 5.ª Edição. Trad. Maria Lúcia Pinho; Carla da Silva Pereira. Lisboa: Nova Fronteira, 2008.

KULTERMANN, Udo (1963) – ***Arquitectura Moderna em África***. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

KULTERMANN, Udo (1969) – ***Nuevos Caminos de la Arquitectura Africana***. Barcelona: Editorial Blume.

LAMAS, José M. Ressano Garcia (1993) – ***Morfologia Urbana e Desenho da Cidade***. 5.ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

LAVEDAN, Pierre (1975) – ***Nouvelle Histoire de Paris: histoire de l'urbanisme à Paris***. Paris : Hagachette, 1993.

LAVEDAN, Pierre (1936) – ***Géographie des Villes***. Paris: Gallimard, 1959.

LE GOFF, Jacques (1977) – ***História e Memória (2º volume): Memória***. Trad. Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, s.d..

LE GOFF, Jacques (1977) – ***História e Memória (2º volume): Memória***. Trad. Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, s.d..

LIMA, Alfredo Pereira de (1966) – ***Edifícios Históricos em Lourenço Marques***. Lourenço Marques: Livraria Académica.

LOBATO, Alexandre (1970) – ***Lourenço Marques Xilonguine: pequena monografia da cidade***. Lisboa: Agência do Ultramar.

LOBO, Francisco – ***Histórias de Setúbal***:1974 a 1986. Setúbal: URAP, 2008.

LÔBO, Margarida Souza (1993) – ***Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco***. Porto: Publicações FAUP, 1995.

LOCHERY, Neil (2013) – ***Lisboa: a cidade vista de fora, 1933-1974***. Trad. Manuel Alberto Vieira, Alberto Gomes. Barcarena: Editorial Presença.

LOCHERY, Neil (2011) – ***Lisboa: a guerra nas sombras da cidade da luz, 1939-1945***. 4.ª Edição. Trad. Alberto Gomes. Barcarena: Editorial Presença, 2014.

MARQUES, A.H. de Oliveira (org.) (2001) – ***O Império Africano 1890-1930***. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), Nova História da Expansão Portuguesa, Lisboa: Estampa.

MATOS, Raimundo José Da Cunha (1842) – ***Corographia Histórica das Ilhas de S. Thomé, Princípe, Anno Bom e Fernando Pó***. Porto: Typographia Da Revista.

MATOS, Raimundo José Da Cunha; Branco, José Vieira (Ed. Lit.) (1916) – ***Corografia Histórica das Ilhas de S. Tomé e Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó***. 4.ª Edição. São Tomé: Imprensa Nacional.

MATOS, Raimundo José Da Cunha (1963) – ***Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África***. Rio De Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

MATTOSO, José (Dir.) (2010) – ***Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitectura e urbanismo***. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MENDES, Maria Clara (coord.); DIAS COELHO, Carlos; CARNEIRO, Luís; FONTE, Maria Manuela; FERNANDES, Sérgio; PROENÇA, Sérgio; CARLOS, Gilberto; RIZZONE, Alberto (2007) – ***Urbanismo Colonial, Os Planos de Urbanização nas Antigas Províncias Ultramarinas, 1934-1974***. 3 Volumes policopiados. Direcção Geral do Ornamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOT/DU), Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Lisboa.

MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise (1988) – ***Dictionnaire de l'urbanisme et de l'amenagement***. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.

MILHEIRO, Ana Vaz (2017) – ***Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do "Império Português"***. Lisboa: Relógio d'Água.

MILHEIRO, Ana Vaz (2012) – ***Nos Trópicos sem Le Corbusier: Arquitectura Luso-Africana no Estado Novo***. Lisboa: Relógio d'Água.

MIRANDA, António; SILVA, Raquel Henriques da (Coord. Ed.) (2017) – ***A Lisboa Que Teria Sido***. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

MONTEZ, Paulino (1935) – ***A Estética de Lisboa***. Lisboa.

MORAIS, João Sousa; MALHEIRO, Joana Bastos (2013) – ***São Tomé e Príncipe, as cidades: Património Arquitectónico***. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

MORAIS, João Sousa; LAJE, Luis; MALHEIRO, Joana Bastos (2012) – ***Maputo: Património Arquitectónico***. Trad. Mónica Andrade. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

MORAIS, João Sousa (2010) – *Mindelo: Património Urbano e Arquitectónico*. Trad. Gonçalo Gama Pinto. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

MORAIS, João Sousa (2001) – *Maputo, Património da Estrutura e Forma Urbana, Topologia do Lugar*. Lisboa: Livros Horizonte.

MOREIRA, Manuel A. F. (1986) – *O Município e os Forais de Viana do Castelo*. Viana do Castelo: Edições da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

MORRIS, A. E. J. (1979) – *Historia de la Forma Urbana: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*. Trad. Reinald Bernet. 1.ª Edição: 9.ª Tiragem. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

MUMFORD, Lewis (1961) – *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. 5.ª Edição. Trad. Neil R. Da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Muratori, S.; Bollati, R.; Bollati, S.; Marinucci, G. (1963) – *Studi per una Operante Storia Urbana di Roma*. Roma: Consiglio Nazionale Delle Ricerche.

Muratori, Saverio (1960) – *Studi per una Operante Storia Urbana di Venezia*. Roma: Istituto Poligrafico dello Stato.

NETO, Maria João Baptista (2001) – *Memória, Propaganda e Poder: o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: Publicações FAUP.

NIETZSCHE, Friederich (1901) – *A Vontade de Poder: para uma transmutação de todos os valores*. Trad. Manuel Menir. Lisboa: Alfange, 2012.

NIETZSCHE, Friederich (1889) – *Crepúsculo dos Ídolos: ou como se filosofa às marteladas*. Trad. Delfim Santos. 4.ª Edição. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.

OLIVEIRA, Mário de (1962) – *Urbanismo no Ultramar*. Lisbon, Agência Geral do Ultramar.

OLIVEIRA, Vítor (2016) – *Urban Morphology: an introduction to the study of the pysical form of cities*. New York, Springer.

OLIVEIRA, Vítor; PINHO, Paulo; BATISTA, Luisa; PATATAS, Tiago (Ed.) (2014) – *Our Common Future in Urban Morphology*. Porto, FEUP.

ORTIGÃO, Ramalho (1948) – *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa, Tomo I*. 2.ª Edição. Lisboa, Livraria Clássica Editora.

OTTOLENGHI, Marinella (1976) – *Conoscere l'Urbanistica: introduzione di metodo*. Roma: Officina Eddizioni.

Panerai, Philippe; Depaule, Jean-Charles; Demorgon, Marcele (1975) – *Analyse Urbaine*. Marseille: Editions Parenthèses, 1999.

Panerai Philippe; Castex, Jean; Depaule Jean-Charles – *Formes Urbaines, de l'îlot à la barre*. Marseille: Editions Parenthèses, 1997.

PERALTA, Elsa (2008) – *A Memória do Mar: património, tradição e (re)imaginação identitária na contemporaneidade*. Lisboa: ISCSP-UTL.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1996) – ***Escritos: 1947-1996, Selecção***. Porto: Publicações FAUP.

PIMENTEL, A. de L. (1904) – ***Manual do colono, construções, estudo da região, etc. III parte***. Porto: Typographia a vapor de José da Silva Mendonça.

PINTO, Manuel do Rosário (2006) – ***Relação do Descobrimento da Ilha de São Tomé***. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Centro de História de Além-Mar.

PÖETE, Marcel (1929) – ***Introducción al Urbanismo. Evolución de las ciudades. Lecciones de la Antiguedad***. Trad. Miguel Moro Vallina. Oviedo: KRK Ediciones, 2015.

PORTAS, Nuno (1969) – ***A Cidade como Arquitectura: apontamentos de método e crítica***. 2.ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

PORTAS, Nuno (1973) – ***A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal, uma interpretação***. In: BRUNO, Zevi – *História da Arquitectura Moderna, Volume 1 e 2*. Lisboa: Editora Arcádia.

PORTAS, Nuno (2005) – ***Arquitectura(s): história e crítica, ensino e profissão***. Porto: FAUP Edições.

PORTELA, Artur (1982) – ***Salazarismo e Artes Plásticas***. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

PRADO, Roberto Goycoolea; MARTÍ, Paz Núñez (Dir.) (2011) – ***La Modernidad Ignorada: arquitectura moderna de Luanda***. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.

POZO, Alfonso del Barrajas (1997) – ***Análisis Urbano, textos: Gianfranco Caniggia, Carlo Aymonino, Massimo Scolari***. Sevilla: Instituto Universitario de Ciencias de la Construcción.

Quatremère de Quincy, Antoine (1833) – ***Dictionnaire Historique d'Architecture. Paris: Librairie d'Adrien Le Clere et Cie***.

RAIMUNDO, Orlando (2015) – ***António Ferro: o inventor do salazarismo***. Lisboa: D. Quixote.

RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (Ed.) (2011) – ***Habitar, Pensar, Investigar, Fazer: colóquio internacional***. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

RESENDE, André de (2009) – ***As Antiguidades da Lusitânia (Portugaliae Monumenta Neolatina, III).*** Trad. R. M. Rosado Fernandes. Estabelecimento do texto latino Sebastião Tavares de Pinho. Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra.

RIEGL, Aloïs (1984) – ***Le culte moderne des monuments: Son essence et sa genèse***. Paris: Éditions du Seuil.

RODOLFO, João de Sousa (2002) – ***Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal***. Lisboa: Publicações D. Quixote.

ROSAS, Fernando (2012) – ***Salazar e o Poder*** – a arte de saber durar. Lisboa: Edições Tinta da China.

ROSAS, Fernando (2004) – ***Pensamento e Acção Política: Portugal Século XX (1890-1976) ensaio histórico***. Lisboa: Ed. Notícias.

ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de (1996) – ***Dicionário do Estado Novo, vol. II***. Lisboa: Bertrand Editora.

ROSAS, Fernando (1990) – ***Nova História de Portugal***. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira – Portugal e o Estado Novo (1930-1960). Lisboa: Editorial Presença.

ROSMANINHO, Nuno (2006) – ***O Poder e a Arte: O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra***. Coimbra: Impressão da Universidade de Coimbra.

ROSSA, Walter (2002) – ***A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português***. Coimbra: Edições Almedina.

ROSSI, Aldo (1966) – ***A Arquitectura de Cidade***. Trad. José Charters Monteiro. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

TOSTÕES, Ana (Coord.) (2008) – ***1º Congresso Nacional de Arquitectura. Edição Fac-Similada***. Lisboa: Ordem dos Arquitectos – Concelho Directivo Nacional.

SALDANHA, José Luís (2012) – ***Luís Possolo: Um arquitecto do Gabinete de Urbanização do Ultramar***. Lisboa: CIAAM.

SANTOS, Maria Emília Madeira Santos (Coord.) (2002) – ***História Geral de Cabo Verde. Volume III***. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartograia Antiga - Instituto de Investigação Tropical.

SANTOS, Maria Emília Madeira Santos (Coord.) (1995) – ***História Geral de Cabo Verde. Volume II***. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartograia Antiga - Instituto de Investigação Tropical.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (2003) – ***História de Portugal: Volume XV, da II Guerra À Morte do Marchal Carmona (1941-1951)***. Lisboa: Editorial Verbo.

SILVA, Carlos Nunes (Ed.) (2015) – ***Urban Planning in Sub-Saharan Africa: colonial and post-colonial planning cultures***. New York: Routledge.

SILVEIRA, Luís (1956) – ***Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar, Volume I, II, III***. Lisboa: Ministério do Ultramar, Junta de Investigação do Ultramar.

SMITH, Manuel; MIRANDA, Flávio (Coord.) (2015) – ***Património Arquitectónico de Origem Portuguesa de Díli***. Trad. Maria Amaro. Díli: Secretaria de Estado do Turismo, Arte e Cultura Timor-Leste.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. (2002) – ***Territórios***. Barcelona: Gustavo Gili.

SOLÀ-MORALES, M. (1997) – ***Las formas de crecimiento urbano***. Barcelona: Edicions U.P.C.

SPARRA, Sophia (2009) – *Architecture and Narrative: the formation of space and cultural meaning*. New York: Routledge.

STEIN, Clarence (1928) – *The Radburn plan. Notes on the new town planned for the City Housing Corporation*. In: Parsons, Kermit (ed.) (1998) – The Writings of Clarence S. Stein: Architect of the Planned Community. Baltimore: John Hopkins University Press.

TECLE-MISGHINA, Belula (2014) – *Asmara, a Urban History*. Roma: Edizioni Nuova Cultura.

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida (1999) – *O Urbanismo Português: Séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.

TIAN, J.; GU K.; TAO, W. (2014) – *Urban Morphology: Architectural Typology and Cities in Transition*. Beijing: Sciense Press, 2014.

TINNISWOOD, Adrian (1998) – *Visions of Power: Ambition and Architecture from Ancient Rome to Modern Paris*. Londres: Mitchell Beazley.

TOSTÕES, Ana (Ed.) (2013) – *Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

TOSTÕES, Ana (Coord.) (2004) – *Arquitectura Moderna Portuguesa (1920-1970)*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

TOSTÕES, Ana (1997) – *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP Publicações.

TOSTÕES, Ana (1995) – *Arquitectura Portuguesa do Século XX*. In: PEREIRA, Paulo (dir.) História da Arte Portuguesa, Vol. III. Lisboa: Circulo de Leitores.

TOUSSAINT, Michel (Ed.) (2012) – *Da Arquitectura à Teoria: teoria da arquitectura na primeira metade do século XX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

UNWIN, Raymond (1909) – *Town Planning in Practice: an introduction to the art of designing cities and suburbs*. New Jersey, Princeton Architectural Press: 1994.

VELOSO, António Matos; FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria De Lurdes (2008) – *João José Tinoco: Arquitecturas em África*. Lisboa: Livros Horizonte.

VIDLER, Anthony (1992) – *The Architecture Uncanny: essays in the modern unhomely*. Massachusetts: The MIT Press, 1992.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René (2009) – *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2011.

WHITE, Gary; PIENAAR, Marguerite; SERFONTEIN, Bouwer (2015) – *Africa Drawn: one hundred cities*. Berlin: DOM Publishers.

WILHEIM, Jorge (2003) – *Cidades: o substantivo e o adjectivo*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

WITHERS, Charles W. J. (1996) – ***Place, Memory, Monument: memorializing the past in contemporary Highland Scotland***. Ecumene, Londres: Arnold.

III. DISSERTAÇÕES E OUTROS TRABALHOS ACADÉMICOS

ACCIAIUOLI, Margarida (1991) – ***Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes "restauração" e "celebração"***. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: FCHS-UNL.

AFONSO, Luís (1991) – ***Arquitectura da Cidade, Limite e Forma Urbana***. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: UTL – Faculdade de Arquitectura.

ALBUQUERQUE, António Manuel da Silva e Sousa (1998) – ***Arquitectura Moderna em Moçambique: Inquérito à Produção Arquitectónica em Moçambique nos Últimos Vinte e Cinco Anos do império Colonial Português (1949-1974)***. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura. Coimbra: FCTUC.

ALMEIDA, Sandra Vaz Costa Marques de (2009) – ***Portugal a Régua e Esquadro: urbanismo, arquitectura e memória na obra pública de Duarte Pacheco***. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História. Lisboa: FL-ULisboa.

ANSELMO, Marcos André Gomes (2011) – ***Arquitectura Popular de África: manifestações do primitivo na arquitectura dos anos 1950/60***. In: *A Arqueologia e o Turismo*, o caso da Península de Tróia. Projecto Final de Arquitectura, Mestrado Integrado em Arquitectura. Lisboa: ISCTE.

BONITO, Jessica (2011) – ***Arquitectura Moderna na África Lusófona: Recepção e Difusão das Ideias Modernas em Angola e Moçambique***. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura. Lisboa: IST-UTL.

Brandes, Nikolai (2012) – ***A society in which it is worth having a place***. In: ***Modernisation through cooperativism in Lourenço Marques: Late colonial "Bairro da Coop. Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência***. Lisboa: IICT.

COELHO, Carlos Dias (2002) – ***A Complexidade dos Traçados***. Dissertação de Doutoramento em Planeamento Urbanístico. Documento Poli-Copiado. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

CUNHA, Paulo (2003) – ***Ferro contra Ferro: um "Acto de Contrição" do Poder no Estado Novo***. Coimbra: Faculdade de Letras.

FERNANDES, José Manuel – ***Para o Estudo da Arquitectura e do Urbanismo no espaço ultramarino português, no século XX – alguns temas sobre Angola e Moçambique***, Candidatura a Provas de Agregação, Lisboa: FA-UTL, 1999.

FERNANDES, Sérgio Padrão (2014) – ***Génese e Forma dos Traçados das Cidades Portuguesas: morfologia, tipologia e sedimentação***. Tese elaborada para a obtenção do grau de doutor em Urbanismo. Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Maio de 2014.

FERREIRA, André Faria (2008) – ***Obras Públicas em Moçambique – inventário***

da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

FERREIRA, Maria Júlia – ***Setúbal, A Cidade e o Território: o papel regional e os efeitos da metropolização***. Dissertação de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, Especialidade em Planeamento e Gestão do Território. Documento apresentado na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

MARTINS, Isabel – ***Luanda: A Cidade e a Arquitectura***. Dissertação para Doutoramento em Arquitectura. Porto: FAUP, 2000.

MONIZ, Gonçalo Canto (2011) – ***O Ensino Moderno da Arquitectura: A Reforma de 57 e as Escolas de Belas Artes em Portugal (1931-1969)***. Dissertação de Doutoramento na área científica de Arquitectura, especialidade de Teoria e História da Arquitectura. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

MOUDON, Anne Vernez (1997) – ***Urban Morphology as an emerging interdisciplinar fiel***. Washington: College of Architecture and Urban Planning, University of Washington. http://www.urbanform.org/pdf/moudon1997.pdf

PATRICIOS, Nicholas N. (2002) – ***Urban design principles of the original neighbourhood***. Miami: University of Miami.

PROENÇA, Sérgio (2014) – ***A Diversidade da Rua na cidade de Lisboa: morfologia e morfogénese***. Tese elaborada para a obtenção do grau de doutor em Urbanismo. Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Setembro de 2007.

PROENÇA, Sérgio (2007) – ***Urbanismo Colonial nas Províncias Orientais. Continuidade e Ruptura na elaboração dos planos urbanísticos no Estado da Índia, Macau e Timor***. Edição poli-copiada da Tese de Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Arquitectura de Lisboa.

RODRIGUES, Tânia (2010) – ***Faro na Época Moderna: do urbanismo à arquitectura***. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em História da Arte – especialização em História da Arte Portuguesa. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Faro.

SILVA, Patrick Coelho da (2012) – ***O Santuário de Fátima: arquitectura portuguesa do século XX***. Trabalho apresentado para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura e Urbanismo. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

IV. CONGRESSOS, COLÓQUIOS E CONFERÊNCIAS

FIÚZA, Filipa (2012) – ***Os Edifícios Institucionais do Ministério do Ultramar na Metrópole***. In: *Palcos da Arquitectura*, vol. II. Lisboa: AEULP:236-242.

MACEDO, Isabel Pratas; PINHO, Inês Gato de (2015) – ***Da Traça de Terzi ao Plano Aguiar: quatro séculos de estratégia urbana***. In: Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 4 a 7 de Novembro de 2015. Braga, Portugal.

MILHEIRO, Ana Vaz – ***Praças do Império no espaço colonial português no Estado Novo: a regra e o modelo***. In: Colóquio Internacional Espaço Público – O LUGAR DA PRAÇA CONTEMPORÂNEA, Lisboa. Lisboa: Ordem dos Arquitectos Portugueses, 2012.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1986) – ***A Arquitectura do Estado Novo***. In: Colóquio sobre o Estado Novo: das origens ao fim da autarquia, 1926-1959. Lisboa.

WHITEHAND, Jeremy (2007) – ***Conzenian Urban Morphology and Urban Landscapes***. Istanbul: 6th International Space Syntax Symposium.

V. PERIÓDICOS

Ministério do Ultramar. ***Boletim Geral do Ultramar, Vol. XXX-353***. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.

CAETANO, Marcello – ***O Gabinete de Urbanização Colonial***. Lisboa: Diário de Notícias, 15/06/1948, p.1/4.

CRUZ, Maria Alfreda – ***A Cidade de Setúbal***. Revista Finisterra, N.° 6. Lisboa, 1968.

FARIA, Carlos Vieira (1985b) – ***Setúbal: Cidade-Região Fronteira***. Sociedade e Território. N.° 3, Porto, pp. 45-53.

FARIA, Carlos Vieira (1985a) – ***História Urbana de Setúbal***. In: *Olhar O Passado: Perspectivar O Futuro*. Setúbal Na História. Setúbal: Lasa.

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes – ***Estruturas urbanas da expansão portuguesa em África, até ao século XX, uma síntese***. In: *Cidades Africanas*. Ur, Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, #5. Maio 2005, pp. 26-37.

GROËR, Étienne (1945) – ***Introdução ao Urbanismo***. In: Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização de 1945-1946, I Volume. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1945.

MILHEIRO, Ana Vaz – ***O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português***. In: urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 4, N.° 2, pp. 215-232.

O Urbanismo no nosso Império Colonial. Lisboa: Diário de Notícias, 17/03/1948.

Revista Monumentos N.°24 (2006) – ***Faro, de vila a cidade***. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

PEDREIRINHO, José Manuel (1982) – ***A Arquitectura do Estado Novo***. In: Revista HISTÓRIA, N° 46. Agosto de 1982.

SILVA, Henrique Gomes da (1935) – ***Monumentos Nacionais, orientação técnica a seguir no seu restauro***. In: Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais N.º1, Setembro de 1935. Porto: Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

TELMO, Cottinelli (Dir.) (1938) – ***Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1***. Lisboa: Adelino dos Santos.

TOUSSAINT, Michel (2005) – ***A Arquitectura Moderna e os trópicos. In: Cidades Africanas***. Ur, Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, #5. Maio 2005, p. 78-85.

WHITEHAND, Jeremy (2013) – ***Urban morphological research and practice***. Urban Morphology 17.

VI. LEGISLAÇÃO

DECRETO N.º 4 137 de 25 de Maio de 1918. ***Bairros Sociais***.

DECRETO-LEI N.º 17 570, de 08 de Julho de 1930. ***Acto Colonial***. Diário do Governo N.º 156/1930, Série I de 08 de Julho de 1930.

DECRETO-LEI N.º 22 465, de 11 de Abril de 1933. ***Acto Colonial***. Diário do Governo N.º 83/1933, Série I de 11 de Abril de 1933.

DECRETO-LEI N.º 23 052, de 23 de Setembro de 1933. ***Casas Económicas***. Diário do Governo N.º 217/1933, Série I de 23 de Setembro de 1933.

DECRETO-LEI N.º 26 180, de 07 de Janeiro de 1936. ***Lei Orgânica do Ministério das Colónias***. Diário do Governo N.º 5/1936, Série I de 7 de Janeiro de 1936.

DECRETO N.º34 173 Ministério das Colónias: Cria, com sede em Lisboa, o Gabinete de Urbanização Colonial, organismo comum a todas as colónias de África, e define as suas atribuições. Diário do Governo, I série, N.º 269, 6 de Dezembro de 1944.

DECRETO-LEI N.º 35 395, de 26 de Dezembro de 1945. Reorganiza a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.

DECRETO-LEI N.º 35 666, de 27 de Maio de 1946. Modifica a orgânica da missão técnica encarregada do estudo dos problemas de estradas, hidráulica e arborização nas diferentes ilhas do arquipélago de Cabo Verde (estabelecida pelo Decreto-Lei N.º 33508).

DECRETO-LEI N.º 38 200, de 10 de Março de 1951. Autoriza reforço de verba destinada a fomentar o povoamento do Ultramar e a estreitar as suas relações com a metrópole. Reforça a dotação de verbas atribuída ao Ministério das Colónias para fomento do Ultramar.

DECRETO-LEI N.º 38 300, de 15 de Junho de 1951. Altera as designações do Ministério das Colónias, do Subsecretariado de Estado das Colónias e Conselho do Império Colonial para, respectivamente, Ministério do Ultramar, Subsecretariado

de Estado do Ultramar, Conselho Ultramarino.

DECRETO-LEI N.º 39 602, de 3 de Abril de 1954. Aprova a Lei Orgânica do Conselho Ultramarino.

DECRETO-LEI N.º 41 169, de 29 de Junho de 1957. Lei Orgânica do Ministério do Ultramar.

DECRETO N.º 41 787, de 7 de Agosto de 1958. Promulga a orgânica da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações.

DECRETO N.º 45 575 Ministério do Ultramar: Promulga o diploma orgânico dos serviços provinciais de obras públicas e transportes do ultramar. Diário do Governo, I série, N.º 48, 26 de Fevereiro de 1964.

DECRETO-LEI N.º47 519 Ministério do Ultramar, Direcção de Obras Públicas e Comunicações. Diário do Governo, I série, N.º 27, I de Fevereiro de 1967.

DECRETO-LEI N.º47 743 Ministério do Ultramar, Gabinete do Ministro. Diário do Governo, I série, N.º 129, 2 de Junho de 1967.